Arquivo Histórico da Madeira

Nova Série | N.º 7 | 2025



Título: *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 7
Editor: Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
Local e Data: Funchal, maio de 2025
Periodicidade: Anual
ISSN: 2184-5743
Sítio da Internet: https://ahm-abm.madeira.gov.pt
Contacto Eletrónico: ahm.drabl@madeira.gov.pt

Direção: Nuno Mota
Conselho Editorial: Filipe dos Santos (coord.); Bruno Abreu Costa; Nélio Pão; Susana Caldeira
Conselho Científico: Ana Madalena Trigo de Sousa (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Diogo Ramada Curto (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa); Fátima Barros (Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro); Fernando Tavares Pimenta (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Inês Amorim (Faculdade de Letras – Universidade do Porto); Jorge Freitas Branco (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa); Paulo Esteireiro (Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode); Paulo Miguel Rodrigues (Faculdade de Artes e Humanidades – Universidade da Madeira)

Capa (Imagem): SOUSA, Ricardo, 2021, [*Técnica em labor de digitalização de documentação produzida pela Alfândega do Funchal*], fotografia digital, policromático, coleção da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, respeita a liberdade dos autores no que concerne à escolha da ortografia; assim, este n.º 7 apresenta contributos que seguem o Acordo Ortográfico de 1990 e outros redigidos segundo normas anteriores.
O conteúdo dos estudos e ensaios é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, o mesmo se aplicando aos direitos das imagens inseridas.
A denominação, o conteúdo e a permanência das hiperligações e dos sítios da Internet referenciados nos artigos não estão sob o controle da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, entidade editora da revista; consequentemente, não são da sua responsabilidade.

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, é indexada e referenciada nas seguintes bases de dados de publicações periódicas científicas:

Dialnet

RCAAP
Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

OAJI .net Open Academic Journals Index

Índice

Contents

Estudos / Ensaios 5

Studies / Essays

O Complexo de Ilha e a Construção de uma Hiperidentidade Madeirense: Mitologia Nesológica, Diásporas e Regressos 7
The Island Complex and the Construction of a Madeiran Hyperidentity: Nesological Mythology, Diasporas and Returns
José Eduardo Franco

O Arquipélago da Madeira: Espaço Geoestratégico no Mundo Contemporâneo (Séculos XIX-XXI). Passado, Presente e Futuro. Uma Visão Global 37
The Madeira Archipelago: A Geostrategic Space in the Modern World (19th-21st Centuries). Past, Present and Future. A Global Vision
Paulo Miguel Rodrigues

O Contributo do Estudo Arqueológico para a Compreensão do Fenómeno da Modernidade e Globalização na Madeira 103
The Contribution of Archaeological Studies to Understand the Phenomenon of Modernity and Globalization in Madeira
Ana Mendonça e Alexandre Brazão

Conexões Interlinguísticas do Léxico da Cultura Açucareira na Globalização do Mundo Atlântico: Madeira, Canárias, Brasil e América Espanhola 117
Interlinguistic Connections of the Lexicon of Sugar Culture in the Globalization of the Atlantic World: Madeira, Canary Islands, Brazil and Spanish America
Naidea Nunes Nunes

Antroponímia de Nubentes a partir dos Registos Paroquiais de Casamentos da Ilha da Madeira: Paróquias de Santa Cruz, Caniço, Sé e Ribeira Brava (Séculos XVI a XX) 197
Anthroponymy of Marriers from the Parish Marriage Records of Madeira Island: Parishes of Santa Cruz, Caniço, Sé, and Ribeira Brava (16th to 20th Centuries)
Carolina Chaves

As Freiras do Convento de Santa Clara do Funchal: Ofícios e *Cursus Honorum* (1733-1752) 241
The Nuns at the Convent of Saint Claire in Funchal: Occupations and *Cursus Honorum* (1733-1752)
Mariana Gomes Pacheco

As Representações dos Negociantes (Nacionais e Estrangeiros) dos Vinhos da Madeira ao Governador: O Problema da Falsificação dos Vinhos na Segunda Metade do Século XVIII 273
The Representations of (National and Foreign) Madeira Wine Dealers to the Governor: The Problem of Wine Counterfeiting in the Second Half of the 18th Century
Liliana Correia

Os Testamentos das Mulheres da Freguesia de Câmara de Lobos, da Ilha da Madeira, nos finais de Setecentos: Contributo para uma História Socioeconómica Local 289
The Wills of the Women of the Parish of Câmara de Lobos, Madeira Island, in the Late 18th Century: A Contribution to a Local Socioeconomic History
Ana Madalena Trigo de Sousa

A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930) 349
Primary Education in the Municipality of Calheta (1772-1930)
Paulo Ladeira

Critical Acts of Commensality and Cultural Capital: How Madeira Wine Served Social Functions Among Anglophone Elites (1815 to 2000) 463
Atos Críticos de Comensalidade e Capital Cultural: Como o Vinho da Madeira Cumpriu Funções Sociais entre as Elites Anglófonas (1815 a 2000)
James H. Tuten

A Mortalidade no Arquipélago da Madeira no Século XIX (1826-1875): Contributos e Pistas para o seu Conhecimento 485
Mortality in the Madeira Archipelago in the 19th Century (1826-1875): Contributions and Insights for its Understanding
Nélio Pão

A Edificação do Cemitério Público da Calheta no Século XIX. O Altar e o Retábulo da Capela – Obra das Oficinas da Escola Industrial António Augusto de Aguiar 543
The Construction of the Calheta Public Cemetery in the 19th Century. The Altar and Altarpiece of the Chapel – Work from the António Augusto de Aguiar Industrial School Workshops
Fátima Abreu

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, a Alemanha e o Ultimato Inglês (1857-1893) 581
Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, Germany and the British Ultimatum (1857-1893)
Fernando Tavares Pimenta

Estevão Pedro de Alencastre (1876-1940) – Uma Criança da Ilha do Porto Santo que se Tornou Bispo do Hawaii 643
Estevão Pedro de Alencastre (1876-1940) – A Child from Porto Santo Island who Became Bishop of Hawaii
Susana Caldeira

Tutankhamon na Madeira. Relatos na Imprensa Portuguesa Insular (1922-1939) 687
Tutankhamun in Madeira. Reports in the Portuguese Insular Press (1922-1939)
José das Candeias Sales e Susana Mota

O Automóvel na Madeira (entre 1927 e 1946): Evolução e Características 721
The Automobile in Madeira (between 1927 and 1946): Evolution and Characteristics
Jorge José de Aguiar Ramos

Os Empresários da Cal do Porto Santo durante a Ditadura Militar e o Estado Novo (1927-1974) 783
The Lime Entrepreneurs in Porto Santo during the Military Dictatorship and the "Estado Novo" (1927-1974)
Dinis Gouveia Pacheco

A Tempestade Perfeita – A Ilha da Madeira e o *Crash* da Bolsa de 1929, vistos pela Imprensa Madeirense 853
The Perfect Storm – Madeira Island and the Stock Market Crash of 1929 as seen by the Madeiran Press
Carlos Barradas

Viagens e Aporias na Antropologia Cultural Cabo-Verdiana (1936-1992) 887
Travels and Aporias on Cape Verdean Cultural Anthropology (1936-1992)
Rui Guilherme Silva

Estudos / Ensaios

Studies / Essays

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 7-36
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

O Complexo de Ilha e a Construção de uma Hiperidentidade Madeirense: Mitologia Nesológica, Diásporas e Regressos[1]

The Island Complex and the Construction of a Madeiran Hyperidentity: Nesological Mythology, Diasporas and Returns

José Eduardo Franco[2]

Resumo

O discurso mítico, mitificador e mitificante é um método primigénio de conhecimento do mundo, associado ao nascimento da cultura, e foi pilar-construtor das raízes das civilizações. Poderíamos ser levados a pensar que o pensamento mítico e o seu método de construir visões interpretativas da realidade são dados culturais de um passado longínquo fixado na Antiguidade Clássica. Nada mais enganador. O discurso mítico é um dado permanente das culturas humanas, metamorfoseando-se em cada época e em cada contexto até aos nossos dias, em que o vemos recriado na capacidade sofisticada de criar mitos hodiernos, pelas técnicas avançadas da publicidade e do *marketing*.

A ilha da Madeira foi primeiramente "conhecida" e referenciada no plano do discurso mítico, situada no cordão atlântico das Ilhas Afortunadas, que a Idade Média recriou nas suas narrativas de viagens imaginadas, com maior ou menor fundo de realidade. Este imaginário, na verdade, povoou a mundividência dos navegadores tardomedievais e protomodernos que aportaram a estes territórios insulares e oficializaram a sua descoberta. Não é, pois, de espantar que os primeiros escritos que descrevem a Madeira "descoberta" sejam modelados, nas suas características mais distintivas, pela gramática do imaginário mítico em que classicamente se situava.

---

[1] Este artigo retoma, reelabora, desenvolve e complementa trabalho já publicado pelo autor e que constitui parte de um projeto de livro, em preparação, intitulado *História da Madeira Imaginada*.

[2] Historiador. Investigador-Coordenador equiparado a Professor Catedrático da Universidade Aberta e Diretor do Centro de Estudos Globais, da Cátedra UNESCO de Estudos Globais e da Cátedra CIPSH de Estudos Globais (Universidade Aberta). Coordena atualmente o programa de doutoramento em Estudos Globais (Universidade Aberta). Dirige, entre outros, o projeto de publicação da obra *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Endereço eletrónico: eduardo.franco@uab.pt.

Se é verdade que a progressiva humanização da geografia insular madeirense conduziu ao desencantamento e à desmitificação deste espaço insular, com o choque da realidade e das agruras do povoamento, assistiu-se também, na produção dos discursos modernos e protocontemporâneos de construção da identidade cultural madeirense, a um singular processo de reencantamento da Madeira. Recorreu-se às possibilidades do discurso mitificador para o colocar ao serviço da construção de uma identidade singular do povo e do espaço habitado neste arquipélago no meio do Atlântico plantado.
São esses processos de mitificação, desmitificação e remitificação que observaremos e analisaremos criticamente, operando a sua hermenêutica, na esteira da mitocrítica. Avaliar-se-ão os usos e os significados dos discursos mitificadores dos autores que pretenderam conferir à Madeira um lugar singular na história das ilhas atlânticas e um papel de *pivot* enquanto protagonista relevante do movimento moderno que conduziu à globalização em que hoje vivemos.
A ressignificação mitificante das representações da Madeira, da sua singularidade e do seu papel na história da construção do novo mundo global vai modelar a cultura e a mentalidade madeirenses, com o desenvolvimento do que designamos como um complexo de hiperidentidade, intrinsecamente ligado ao complexo de ilha.

Palavras-chave: Madeira; Mito; Discursos Identitários; Atlântico; Globalização.

Abstract
Mythical, mythifying and myth-making discourse is a primordial method of knowing the world, associated with the birth of culture, and has been a pillar-builder of the roots of civilisations. We could be led to believe that mythical thinking and its method of constructing interpretative visions of reality are cultural data from a distant past fixed in Classical Antiquity. Nothing could be more misleading. Mythical discourse is a permanent feature of human cultures, metaphorising itself in each era and context right up to the present day, where we see it recreated in today's sophisticated ability to create myths through the advanced techniques of advertising and marketing.
The island of Madeira was first "known" and referred to in mythical discourse, located in the Atlantic chain of the Fortunate Isles, which the Middle Ages recreated in their imagined travel narratives, with a greater or lesser degree of reality. This imaginary, in fact, populated the worldview of the late-medieval and early modern navigators who landed on these island territories and made their discovery official. It is therefore not surprising that the first writings describing the "discovered" Madeira are modelled, in their most distinctive characteristics, on the grammar of the mythical imaginary in which it was classically situated.
While it is true that the progressive humanisation of Madeira Island geography has led to the disenchantment and demythologisation of this island space, with the shock of reality and the hardships of settlement, there has also been a singular process of re-enchantment of Madeira in the production of early modern discourses on the construction of Madeira's cultural identity. The possibilities of the myth-making discourse were utilised to build a unique identity for the people and the space inhabited by this archipelago in the middle of the Atlantic.

It is these processes of mythification, demythification and remythification that we will observe and critically analyse, working on their hermeneutics in the wake of mythocriticism. We will analyse the uses and meanings of the myth-making discourses of the authors who wanted to give Madeira a unique place in the history of the Atlantic islands and a pivotal role as a relevant protagonist in the modern movement that led to the globalisation in which we live today.
The mythological re-signification of representations of Madeira, its uniqueness, and its role in the history of the construction of the new global world will shape Madeiran culture and mentality, with the development of what we call a hyper-identity complex, intrinsically linked to the island complex.

Keywords: Madeira; Myth; Identity Discourses; Atlantic; Globalisation.

«Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite.»
Miguel Torga, *Um Reino Maravilhoso*

«O mundo nomeado ou a descoberta das Ilhas

Iam de cabo em cabo nomeando
Baías promontórios enseadas:
Encostas e praias surgiam
Como sendo chamadas

E as coisas mergulhadas no sem-nome
Da sua própria ausência regressadas
Uma por uma ao seu nome respondiam
Como sendo criadas.»
Sophia de Mello Breyner Andresen, *Obra Poética*

O Mito como Método de Conhecimento do Mundo

O conhecimento e o reconhecimento do mundo decorrem de um processo de representação da realidade que nos envolve. Ora, a representação da realidade é feita com base em conceitos e preconceitos que formam o conjunto instrumental das categorias que iluminam a nossa perceção do mundo. Se o conhecimento é o resultado da representação da realidade, as categorias prévias condicionam essa mesma perceção, quer da realidade verificada empiricamente quer daquela que nos

é informada por via indireta ou mesmo imaginada, a partir de informações mais ou menos vagas ou até nulas.

Assim, desde os primórdios das culturas e das civilizações humanas, o recurso ao discurso mítico foi uma das formas primigénias de oferecer um conhecimento ou representação da realidade envolvente[3]. Os mitos tinham uma função etiológica, para explicar os fenómenos para os quais não se tinha uma explicação racional e lógica evidente, por exemplo, a origem do mundo e da humanidade, do fogo, do sofrimento, da necessidade do trabalho para garantir a subsistência…[4] Por isso, o mito como método de conhecimento é tão relevante para a construção da cultura humana e para a constituição de vias de sentido transcendente ou de elevação do ser humano, como vieram a ser outros métodos de construção de conhecimento, partindo da observação empírica que funda o método científico.

Nesta consideração da relevância cultural primeira dos discursos mitificantes, importa ultrapassar uma visão do mito entendido como um processo de falsificação, como alerta Karen Armstrong: «Temos que nos livrar da falácia de que o mito é falso ou representa um modo de pensamento inferior – essa é a falácia do século XIX». E continua a mesma estudiosa:

> «Precisamos de mitos que nos ajudem a identificar com todos os nossos companheiros de vida, mas não só com aqueles que pertencem à nossa tribo étnica, nacional ou ideológica. Precisamos de mitos que nos ajudem a perceber a importância da compaixão, que não é sempre olhada como suficientemente produtiva ou eficaz no nosso mundo racional e pragmático. Precisamos de mitos que nos ajudem a alcançar uma atitude espiritual, a ver para além das exigências imediatas, e nos capacitem a experimentar um valor transcendente que desafie o nosso egoísmo solipsístico. Precisamos de mitos que nos ajudem a venerar a terra como sacra, novamente, em vez de a usarmos meramente como um «recurso». Isto é crucial, porque se não passarmos por um género qualquer de revolução espiritual, que seja capaz de nos manter a par do engenho tecnológico, não salvaremos o planeta.»[5]

A elaboração histórica das grandes paisagens culturais, quer nacionais quer civilizacionais, mas também, por vezes, regionais, passa quase sempre pelo recurso a um processo de mitificação das origens, das grandes gestas épicas, pela configuração e exaltação de uma idade de ouro e pelo realçar de um papel, em alguns casos com perspetivação teleológica, dessas comunidades identitárias na história universal. Este processo de mitificação opera-se como forma de legitimação e de reforço da

[3] Cf. CAMPBELL, 2020, *O Poder dos Mitos*.
[4] VIANA, 2009, «Mito e linguagem […]».
[5] ARMSTRONG, 2006, *Uma Pequena História do Mito*, pp. 133-134.

diferenciação da superioridade ou da primazia de uma dada cultura e do seu sistema identitário. Recorde-se, a título ilustrativo, a importância do papel desempenhado pelos mitos das origens dos reinos europeus no dealbar da Época Moderna em favor do processo de afirmação das nacionalidades, associado ao de afirmação da ideia de Estado e da centralização do poder nas mãos do monarca[6].

Na linha da mitocrítica contemporânea e com base nas grandes obras de referência para o estudo crítico dos processos de mitificação da chamada geografia do imaginário que o sustenta – entre as quais cumpre lembrar os estudos clássicos de Mircea Eliade, Claude Lévi-Strauss, Gaston Bachelard, Gilbert Durand, Hans Blumenberg e, mais recentemente, Lucian Boia, para referir apenas alguns –, entendemos por mito não um processo de falsificação grosseira da realidade, mas, precisamente, uma idealização hiperbolizada assente, de forma mais ou menos forte, ou mais ou menos ténue, em bases reais. O fundo de realidade em que se enraíza o mito é percecionado e reinterpretado, lido e reconstruído literariamente à luz de determinados arquétipos, conceitos ou pré-conceitos ideográficos, com vista a atingir certos fins ou efeitos. Comporta, pois, um sentido finalista e, por vezes, mobilizador[7].

Diferente da lenda, o mito é um constructo ideográfico desenvolvido no quadro de uma narrativa que pretende operar uma determinada eficácia, seja nos planos político, cultural, moral ou social, ou mesmo em termos de estratégia de uma determinada promoção. No caso da Madeira, trata-se, hodiernamente, da promoção de um produto turístico, como foi, no passado, a necessidade de atração de povoadores e comerciantes.

O processo de mitificação é, em síntese, uma forma poderosa de estruturação cultural e, portanto, um modo de conferir a uma cultura fundamentos profundos de identidade própria. De facto, o mito enraíza-se na psicologia de um povo, germina na sua alma, modela a sua mentalidade e determina a sua mundividência. Aliás, a presença e a configuração de uma mitologia são formas de valorar a cultura e de lhe dar uma dimensão superior, um carácter transcendente ou transcendentalizado, pois, como reflete o filósofo polaco Leszek Kołakowski,

---

6 Desenvolvemos demoradamente esta problemática no estudo que realizámos em torno da primeira História de Portugal, da autoria do humanista Fernando Oliveira: FRANCO, 2000, *O Mito de Portugal* […].

7 Reflexão alargada sobre o conceito de mito foi desenvolvida na obra que dedicámos ao processo de mitificação da Companhia de Jesus pelo movimento antijesuítico: FRANCO, 2006-2007, *O Mito dos Jesuítas em Portugal* […].

> «todos os fundamentos em que se arreiga a consciência mítica, tanto na sua versão inicial como nos seus prolongamentos metafísicos, são, portanto, atos de afirmação de valores. Podem ser frutíferos, na medida em que satisfazem a necessidade real de sujeitar o mundo da experiência, por meio da sua interpretação compreensiva, referindo-a a um ser incondicionado.»[8]

Em suma, como bem pensa Roland Barthes, o mito define-se como uma fala, um discurso que explica e organiza o mundo[9].

Imaginário Clássico e Hermenêutica do Espaço Insular Descoberto

Quando os navegadores ibéricos descobriram as ilhas atlânticas, nomeadamente as da linha da Macaronésia e, de entre estas, a Madeira e os Açores, estavam marcados pelo imaginário clássico das Ilhas Afortunadas, descritas pela cultura greco-romana como territórios paradisíacos, situados algures no mar extremo-ocidental. Estas ilhas de paisagens virgens, com vegetação luxuriante, regatos de água cristalina a correr das altivas montanhas, climas amenos, terrenos férteis que se tornaram laboratórios agrícolas bem-sucedidos, inspiraram, nos primeiros cronistas, descrições entusiásticas e fantásticas, que identificavam estes lugares com os dos magníficos relatos de Estrabão e Ptolomeu, entre outros. As narrativas dos descobridores e protopovoadores, encantados com as possibilidades destes territórios, transmitem deles a ideia de uma verdadeira realização da utopia do lugar ideal, fazendo eco do mito da descoberta e recuperação do paraíso perdido[10].

Do ponto de vista político, por outro lado, as crónicas das descobertas modernas destas ilhas e, depois, toda a receção que é feita estabelecem um imaginário das origens que funda a identidade destas culturas insulares com um cunho especial, que, mais tarde, terá diferentes usos legitimadores das suas culturas regionalizantes para reforçar a reivindicação de projetos autonómicos frente ao poder centralista dos Estados continentais em que se integram.

Aqui se desenvolveram, no meio do Atlântico, culturas que fazem da ilha e da condição de ilhéu objeto de reflexão, através de vários tipos de discurso cultural – poético, romanesco, épico –, tecendo uma identidade com matizes peculiares,

---

8 KOŁAKOWSKI, 1975, *La Presencia del Mito*, p. 7; ver também BLUMENBERG, 2003, *Trabajo sobre el Mito*, e VOEGELIN, 2002, *As Religiões Políticas*.

9 BARTHES, 2001, *Mitologias*, p. 128.

10 Cf. FRANCO *et al*., 2010, *Gardens of Madeira* […].

marcada pela mundividência do mar como fronteira, limite, e também como polo de atração para o desconhecido, para a fuga, para a dispersão pelo mundo.

O pensamento nesológico aqui produzido liga no mito das origens a experiência de superação das dificuldades da humanização da paisagem, a consciência daquele espaço ser rampa de lançamento e laboratório para o mundo que se globalizava com a perspetiva do seu papel na deriva da história da humanidade, tornando estas ilhas capazes de utopia.

Diversos autores ilhéus que cultivaram o género profético-utópico idealizaram as ilhas atlânticas sob tutela dos países ibéricos como um ponto de partida da regeneração da humanidade, da construção do Império do Mundo, da Nova Era e do Homem Novo profetizado pelas correntes utópicas desde a Idade Média. Todavia, estas ilhas nunca foram pensadas pelos seus escritores insulares, como fizeram os mestres europeus do pensamento utópico renascentista (Morus e Campanella), como a realização da sociedade ideal em espaço fechado, mas sim como ponto de partida expansivo em espiral que envolveria o mundo todo, na boa tradição do pensamento utópico português e espanhol de abrangência global, como é o caso do Quinto Império, segundo o Padre António Vieira e as suas metamorfoses observadas na obra de grandes escritores (como Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, Natália Correia) até aos nossos dias.

As Origens Imaginadas e os Processos de Conhecimento do Mundo

A rede de arquipélagos espalhados no meio do grande oceano Atlântico, entre o *finis terrae* europeu e o *finis terrae* da costa africana, e o continente americano, as chamadas ilhas da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), antes de ser oficialmente descoberta no decorrer das viagens marítimas promovidas pelas monarquias ibéricas, no desaguar da Idade Média para a Época Moderna, já era conhecida ou imaginada, ou melhor, representada pelos discursos mitificantes, desde a Antiguidade Clássica passando pelo longo período medieval. Aliás, o cognome "Macaronésia" (de raiz grega) cristaliza esse processo longínquo de mitificação: Ilhas Abençoadas ou Ilhas Afortunadas. Se isto é verdade para este conjunto de ilhas, que teve um papel importante enquanto rampa de lançamento das navegações transoceânicas de descobrimento dos mares ignotos, também é evidente para o processo de globalização que conhece nos séculos XVI e XVII a sua aurora planetária[11].

[11] PAINE, 2023, *O Mar e a Civilização* […], pp. 503 e ss.

Se as viagens marítimas dos portugueses e dos espanhóis deram então, como bem definiu Vieira, a «conhecer o mundo ao mesmo mundo»[12], que estava até então às escuras de si e passou a ser iluminado entre si, os navegadores que se aventuraram nos mares e em imensos territórios desconhecidos levavam consigo uma representação global do mundo, das terras e dos mares ainda não navegados com sucesso. Esse conhecimento do mundo que os navegadores transoceânicos transportavam na sua bagagem mental era, em muitos casos, de natureza mítica: sobre a possibilidade da descontinuidade dos oceanos, entrecortados por abismos; a existência de zonas tórridas inóspitas para os seres humanos; a presença de animais fantásticos e monstros insaciáveis; a planura do planeta Terra; mas também a existência de paraísos perdidos e cristandades escondidas. O conhecimento mítico do mundo marcou os avanços e recuos dessa aventura marítima global, atiçando medos e condicionando a interpretação da realidade que, então, era verificada pelo conhecimento empírico "claramente visto" a olho nu.

Mas esse conhecimento e reconhecimento do mundo, se desconstruiu representações antigas de carácter mítico, não deixou de criar novas representações, umas mais próximas da realidade, outras de natureza remitificante. Por isso, a globalização é, em primeiro lugar, conhecimento do mundo à escala planetária, seja pelo método mítico, seja pela via empírica. O desenvolvimento da cartografia, entendida como a ciência dos mapas, é um indicador dessa evolução e da passagem do conhecimento do mito para o conhecimento decorrente da observação da realidade de todo o orbe terrestre[13]. Aqui, o Atlântico afirma-se como o corredor de lançamento do processo moderno de globalização, do conhecimento empírico do mundo, que permitirá o desenvolvimento de um sistema de mobilidades e de trocas a nível planetário – de produtos com valor comercial, de ideias, de fauna e de flora, de sistemas de crenças, de dados culturais e científicos.

O arquipélago da Madeira desempenhou um papel precursor neste processo atlântico de lançamento da protoglobalização, merecendo, por isso, o estatuto de lugar pioneiro da globalização. Aliás, a Madeira é um caso paradigmático da perceção mítica, fundada nos discursos míticos clássicos e medievais com que os navegadores e primeiros cronistas a representaram na comunicação do seu descobrimento e processo de povoamento. O primeiro plano de mitificação, e o mais consistente, é aquele que concerne à construção de uma imagem ideal do seu meio natural, representado como jardim edénico. Essa construção imagiológica liga-se intimamente

[12] VIEIRA, 2014, *Obra Completa*, tomo III, vol. I, *História do Futuro*, p. 74.
[13] Cf. BROTTON, 2019, *História do Mundo em 12 Mapas*.

e, por vezes, opera-se concomitantemente com o processo de idealização das suas origens paradisíacas e da sua natureza inviolada.

Tendo como pano de fundo o legado clássico junto com o imaginário medieval reciclado pelo Cristianismo e povoado pelos arquétipos inerentes à ideia de paraíso perdido e de desejo de regresso às fontes primigénias da criação, a Europa do fim da Idade Média, pela iniciativa primeira de Portugal, começou a construir a era da protoglobalização através das viagens marítimas de descoberta.

Na Antiguidade Clássica, encontramos alguns textos que situam para lá do *finis terrae* ocidental da Europa – em lugar mais ou menos impreciso no grande mar – a existência de ilhas paradisíacas, cujo imaginário excitou a sua caracterização idílica em tons poéticos. Os clássicos consignaram por escrito o seu imaginário em torno das ilhas paradisíacas, às quais deram nomes vários. Sobre essas ilhas falaram e fizeram descrições destacados geógrafos como Estrabão, Pompónio Mela, Ptolomeu e Plutarco. A carga mítica conferida pelo imaginário criado em torno destas ilhas é dada pelos diversos adjetivos que lhes associaram e pelo substrato mítico reclamado para explicar a sua existência[14]. Por exemplo, as chamadas Ilhas Afortunadas teriam resultado do enredo amoroso entre Poseidon e uma das filhas de Atlas, Celeno. Ao nascituro Lico, filho desta relação, Atlas impôs as Ilhas Afortunadas como seu *habitat*, no desfecho deste romance mitológico. Por outro lado, o mito da origem destas ilhas é elaborado em paralelo com o mito das origens da Atlântida, situada, do mesmo modo, para além das Colunas de Hércules. Este imenso espaço misterioso ter-se-ia tornado inacessível à navegação depois de uma época dourada de prosperidade. A sua decadência teria conduzido ao enclausuramento e ocultamento dos territórios ao largo ocidental do oceano Atlântico[15].

Uma das descrições mais antigas que faz referência a uma ilha situada para além do promontório de Gibraltar, cognominado Colunas de Hércules – a fronteira do mundo conhecido dos navegadores antigos –, encontra-se na *Biblioteca* de Diodoro Sículo. Na descrição do espaço natural, poder-se-ia ver refletido aquilo que os descobridores portugueses vieram a encontrar de algum modo na Madeira. Uma ilha montanhosa, cheia de bosques, numerosas flores, ribeiras de água pura, um clima moderado que prometia boas sementeiras de frutos e um imenso mar a transbordar

[14] Sobre o imaginário clássico que estabelecia a cartografia destas ilhas muito desejadas, ver o estudo NASCIMENTO, 1997, «Ilhas Afortunadas […]».

[15] Cf. CAMP, s.d., *Continentes Perdidos* […], pp. 317 e ss.

de peixes e a banhar aquela porção de jardim por todos os lados[16]. Uma paisagem adequada para morada dos deuses, um Olimpo insular.

Entre essas descrições da literatura da Antiguidade Clássica podemos ainda destacar a das Ilhas Afortunadas (ou Ditosas) feita por Horácio:

> «O Oceano circunfluente espera-nos: campos, busquemos
> os campos bem-aventurados! E as ilhas ditosas,
> onde a terra sem ser arada dá Ceres todos os anos,
> e a vinha floresce sem ser podada;
> onde dá fruto o ramo da oliveira que nunca falha,
> o figo escuro adorna a sua própria árvore;
> o mel goteja da oca azinheira; e dos altos montes
> a água leve salta com pé chapinhante.
> Lá as cabrinhas vêm de sua livre vontade para a ordenha;
> e o rebanho amigo traz para casa os úberes inchados.
> Nem o urso vespertino rosna à volta do redil;
> nem o chão alto se incha de víboras.
> Nós, felizes, admiremos mais coisas […].»[17]

Por seu lado, a Idade Média acabou por assimilar e converter o mito das ilhas fantásticas no seu imaginário cristão do mundo. Conferiu-lhe um carácter teleológico, isto é, concebeu-as como «um paraíso à espera dos bem-aventurados»[18]. Mas os escritores cristãos procuraram diferenciar o paraíso terreal, descrito no Génesis, daquelas terras dispersas no oceano. Antes, são-lhes destacadas características especiais, que proporcionam um *habitat* aprazível, de clima ameno e paisagem maravilhosa, muito semelhante, de facto, às descrições do paraíso, mas sem serem exatamente o mesmo paraíso de que o Criador teria privado o primeiro par humano. O grande enciclopedista medieval Santo Isidoro de Sevilha esforça-se por tornar clara essa distinção, obrigado que estava, de algum modo, por exigências de ortodoxia teológica[19]. Opta-se então por identificar esses espaços misteriosos com os Campos Elísios descritos pelos clássicos e dá-se-lhes um enquadramento cristão do ponto de vista de uma destinação escatológica. O relato enciclopédico de Isidoro de Sevilha é um condensado que recolhe tradições antigas sobre estes espaços mitificados, uma mistura do imaginário em torno do Éden genesíaco com a ideia dourada dos Campos Elísios e das Ilhas Afortunadas. É, portanto, uma visão reciclada e estilizada

[16] SICULUS, *Biblioteca Histórica*, 5, 19, 2.
[17] HORÁCIO, *Arte poética*, p. 297.
[18] FERREIRA, 1999, *Mitos e Utopias* […], p. 14.
[19] Cf. SEVILHA, 1982, *Etimologias*.

de um espaço que continuou rodeado de forte carga mítica, como salienta Jean Delumeau ao enquadrar a descrição de Santo Isidoro: «Está plantado de todas as espécies de árvores, em particular as árvores frutíferas e contém também a árvore da vida: ali o frio e a canícula são desconhecidos, o ar é sempre temperado»[20].

A Força Modeladora e Mobilizadora do Mito

Ao lado de outros arquipélagos atlânticos, a Madeira situava-se numa rota da geografia onírica, alvo da demanda do paraíso perdido, que teria mobilizado os marinheiros portugueses para a aventura dos descobrimentos. Sabemos ainda, como ensina Gaston Bachelard, através dos seus estudos em torno da antropologia do imaginário, o quanto a dimensão do sonho, do campo onírico, da utopia é mobilizadora e essencial para explicar, à guisa de substrato profundo, muitas derivas da história humana[21]. Então, demandavam-se ilhas de toda a espécie: ilhas míticas, ilhas paradisíacas, ilhas salvíficas, ilhas infernais, ilhas fantásticas[22]. O mito da ilha perdida funcionava como elã na procura de terras, na medida em que nestas se pudesse «crescer na luz da sabedoria, no desenvolvimento interior, permitindo o encontro com o verdadeiro eu de cada um»[23].

Assim sendo, a Madeira, mesmo antes de ter sido oficialmente descoberta, já fazia parte de um espaço mítico, de um território onde o imaginário europeu tinha idealizado a existência de lugares maravilhosos[24]. Portanto, *per se*, a Madeira é já mito por se situar, à partida, num horizonte mítico ou mitificado. Os arquétipos simbólicos que envolviam esse território mitificado povoavam o imaginário tanto dos navegadores antigos como dos modernos, funcionando certamente como chaves de leitura para os navegadores portugueses que encontraram e edificaram a história da Madeira humanizada.

Com efeito, no imaginário das descobertas europeias do fim da Idade Média, «a ideia de paraíso permanecia como a imagem de uma paisagem exuberante,

---

[20] DELUMEAU, 1994, *Uma História do Paraíso* […], p. 57.

[21] Escrevia significativamente Bachelard até para este assunto que estamos a tratar: «A memória longínqua não se torna presente sem dar um valor, uma auréola de felicidade». BACHELARD, 1958, *La Poétiqe de l'Espace*, p. 66. Ver também BACHELARD, 1942, *L'Eau et les Rêves* […].

[22] Cf. CORTESÃO, 1973, *Descobrimento do Porto Santo* […], pp. 6 e ss.

[23] MIEIRO, 2001, *A Atlantização Mítica do Éden* […], p. 65; e ver LOPES, 1998, *Coisas Maravilhosas* […], p. 19.

[24] Cf. ECO, 2023, *História das Terras e Lugares Lendários*.

abundante de árvores, águas e criaturas selvagens que tinham caracterizado os locais especiais onde os deuses se manifestavam e onde os reis e seus acompanhantes descansavam e se divertiam»[25]. Acreditava-se que esses lugares tinham merecido proteção divina, como indica, aliás, a etimologia do vocábulo "paraíso": o jardim fechado, com um muro à volta; portanto, um lugar segregado, separado, sacral.

Com efeito, o caso da Madeira é paradigmático desta perceção epifânica bem patente nos primeiros narradores da sua redescoberta realizada por iniciativa portuguesa. A Madeira, neste contexto, parece revelar-se aos descobridores como terra que brota do universo ocluso, emergida em solene aparição, como uma dádiva divina. O que confirma também aqui o *tópos* mítico assinalado por Mircea Eliade, que coloca na visão da ilha «a mais pura e mais original experiência do sagrado»[26].

Esse horizonte onírico que marcava a geografia imaginária dos descobridores não foi de somenos importância enquanto motivo mobilizador[27]. Neste sentido, é de todo acertada a asserção do reputado historiador Alberto Vieira:

> «A Europa partiu do século XV à procura do Éden bíblico ou descrito na literatura clássica greco-romana. Foi este um dos motivos do empenho de Colombo e dos navegadores portugueses. O reencontro era encarado como uma conciliação com Deus, o apagar do pecado original de Adão e Eva[28]. A imagem perseguiu quase todos os navegadores quinhentistas e não fogem à regra os que aportaram à Madeira.»[29]

De facto, os descobrimentos tiveram como motivação profunda não só a ambição económica, mas também, de igual ou superior importância, um ideário de cumprimento de uma missão transcendente. É por isso que Vitorino Magalhães Godinho, na sua análise da conjuntura económica, explica o fenómeno das descobertas reconhecendo que se cruzou a «importância económica com a ética dominante»[30], e, acrescentaríamos nós, com o imaginário dominante, em que preponderava o «serviço de Deus»[31], a demanda do paraíso perdido e de uma antiga Cristandade escondida, a missão expansionista do Cristianismo de extensão universalista e de sentido teleológico.

---

[25] HUGHES, 1999, «Paraísos no Mundo Antigo […]», p. 140; e ver NORMAN, 1999, *The Isles: A History*.
[26] ELIADE, 1989, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, p. 111.
[27] Cf. GODINHO, 1990, *Mito e Mercadoria* […], pp. 202 e ss.
[28] Cf. FRANCO & MOURÃO, 2005, *Influência de Joaquim de Flora* […].
[29] Citamos aqui esta que é uma das obras pioneiras editadas em Portugal com um trabalho consistente no campo da eco-história, vertente historiográfica então pouco explorada no nosso país: VIEIRA, 1999, *Do Éden à Arca de Noé*, p. 20.
[30] GODINHO, 1943, *Dúvidas e Problemas* […], p. 133.
[31] ZURARA, 1973, *Crónica da Guiné*, p. 43.

Remitificações e Metamorfoses Modernas do Mito

Na mesma linha procederam autores modernos como Leonardo Torriani, no século XVI, ao falar das Canárias. Atualizaram este processo antigo de mitificação e idealização das paisagens das ilhas da Macaronésia[32].

A descrição maravilhada da ilha da Madeira como o jardim atlântico da abundância é corroborada pelos viajantes estrangeiros, como é também o caso do próprio Leonardo Torriani, que afirma que «toda ela é um jardim e tudo aquilo que ali se colhe é ouro». Aliás, no mesmo sentido tinha-se exprimido já o célebre Cadamosto. Este autor acrescenta a informação obtida junto de fontes consideradas creditáveis, que cantaram as possibilidades desta ilha onde as leis da natureza eram como que subvertidas positivamente para oferecer produção dobrada, multiplicando os ciclos de produção num só ano. Tanto assim era que se teria visto dar «agraço e uva madura na Semana Santa, o que é coisa estranha como nunca vi»[33].

A identificação mais expressiva da Madeira como reduto do paraíso guardado por Deus é feita por António Cordeiro, na *História Insulana*, salientando a sua primazia nas descobertas portuguesas: «a primeira ilha foi o paraíso terreal»[34], que Deus teria separado e protegido no meio do grande oceano. Manuel Tomás, por seu lado, assim canta na primeira epopeia madeirense, depois de ter classificado a Madeira como a «princesa de todas as ilhas»:

> «Do que deu ao ceptro Lusitano,
> A Princesa das Ilhas descoberta,
> As ondas contrastando do Oceano
> De Neptuno deixando a porta aberta;

[32] Cf. FERREIRA, 1999, *Mitos e Utopias* […]. Cumpre recordar que, ainda há não muito tempo, Natália Correia, na sua obra *Pasmados Requintes Estivais*, colocou na personagem de Miss Emmeline Hurst a missão de provar que a ilha de Circe descrita na *Odisseia*, onde Ulisses teria descansado e gozado os prazeres do amor de Circe, era a ilha da Madeira: «Com efeito, a Madeira, na acepção de Miss Hurst, apresentava valor digno dos paços de Circe, florestas umbrosas, altos píncaros de algodoantes neblinas. Havia ainda flores, os frutos e a sensação de abundância nunca excessiva». CASTRO, 2000, «Ilha de Circe, de Natália Correia […]», p. 110. Aliás, diversos outros autores não deixaram de estabelecer uma comparação entre o meio natural madeirense e os espaços insulares descritos pela literatura greco-romana, como Travassos Valdez, Garcia Ramos, Norberto Araújo, António Nobre, Cabral do Nascimento, cristalizando/estilizando a imagem da Madeira como «pedaço trazido pelas mãos dos anjos para o meio destas cintilantes águas e ilha de Primavera sem fim, presenteia os curiosos hóspedes com as bordaduras de flores e o fascínio de inauditos recantos de beleza natural». PINHEIRO, 1997, «Ressonâncias das *Makáron Nésoi* […]», p. 63.

[33] GARCIA, 1983, *Viagem dos Descobrimentos*, pp. 83-84.

[34] CORDEIRO, 1717, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal* […], p. 34.

> Daquele, a quem esforço mais que humano,
> Marte influindo, o grão valor desperta,
> Com que à naval milícia exercitando,
> De Portugal foi raio militando.»[35]

A ilha é, de facto, o lugar maravilha, o lugar da liberdade, do fantástico, do prazer e da bonança, o espaço digno dos heróis e dos deuses, como caracteriza Mircea Eliade, em síntese, a simbólica da ilha revelada: a ilha é a «imagem exemplar de toda a criação […] a ilha que subitamente se "manifesta" no meio das ondas»[36].

Os relatos que descrevem o arquipélago descoberto e recém-povoado pelos portugueses deixam transparecer a projeção idealizada que o imaginário da ilha paradisíaca, afortunada, refletia: a paisagem luxuriante sulcada por regatos de água cristalina, o clima ameno, a abundância da produção agrícola que um solo fertilíssimo oferece generosamente ao homem. «Ilha de bons ares e boas águas de fontes»[37], no dizer de Damião de Góis; «cheia de grandíssimo arvoredo grosso e basto e tão alto que saíam aos céus»[38], segundo as palavras de Valentim Fernandes; o lugar «para descanso, refúgio, colheitas e remédio dos navegantes», que Gaspar Frutuoso junta à classificação de «jóia do meu peito e, por ser tal e parece nele um único horto terreal tão deleitoso, em tão bom clima situado que, quando Deus descera do céu, a primeira terra em que puser seus santos pés fora nela»[39]. Estamos, pois, perante um claro processo de mitificação e sacralização do espaço madeirense, idealizado ao limite como lugar capaz de Deus, logo ideal como *habitat* de sonho para o homem. É o mesmo Gaspar Frutuoso que hiperboliza as potencialidades produtivas do solo madeirense, fazendo deste espaço feérico o lugar da prosperidade que, como prémio e estímulo, teria sido dado aos portugueses como sinal da estima e da bênção de Deus, para alimentar a sua epopeia expansionista em favor da revelação dos oceanos e terras escondidas e, em suma, tendo em vista a construção de uma nova universalidade de carácter cristão:

> «tudo frutificava grandemente, em tanto que de cada alqueire de trigo que semeavam, colhiam pelo menos sessenta alqueires; e as rezes e os gados que ainda mamavam já pariam, e tudo se dava em abundância e não semeavam cousa que não multiplicasse em tresdobro, com a muita fertilidade e grossura e viço da terra.»[40]

---

35 THOMAS, 1635, *Insulana*, fl. 2.
36 ELIADE, 1979, *Imagens e Símbolos*, p. 150.
37 GOÊS, 1905, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, p. 17.
38 FERNANDES, 1951, *Description de la Côte Occidentale d'Áfrique*.
39 FRUTUOSO, 1992, *As Saudades da Terra*, livro I, pp. 75-76.
40 FRUTUOSO, 1992, *As Saudades da Terra*, livro I, p. 65.

O solo é descrito como o mais fértil que se podia encontrar e é ele, em si mesmo, um sinal eloquente da bênção divina de que aquela terra gozaria[41]. É essa mesma fertilidade reconhecida que completa a graça e o esplendor da natureza. Quando os povoadores «começaram ali a fazer suas sementeiras mui grandes»[42], auferiram de uma produção superabundante. Pela abundância deste paraíso, deste lugar abençoado e protegido – qual réplica ultramarina de Portugal, também ele, por si, entendido como reino eleito pelos céus[43] –, a Madeira, com a sua fartura, passou a ser como que a primeira fonte de alimentação para o grande impulso da epopeia moderna portuguesa. Essa epopeia é estruturada ideologicamente pela mundividência teológica cristã, como nos lembra Luís Filipe Barreto: «O cristianismo é a ideologia do Império, religião nacional, que assinala a Portugal um destino universal»[44].

O arquipélago da Madeira é apresentado, em suma, como a revelação por excelência dos novos tempos e a rampa de lançamento da empresa dos descobrimentos, que tecerá a noção de universalidade moderna[45].

A Ilha como Paraíso e como Limite

A relação antropológica do madeirense com o seu meio natural desenvolveu nele, em nosso entender, uma psicologia com tonalidades específicas, que comunga certamente das características gerais da psicologia idiossincrática do *homo insularis*. Como assinala Ângela Almeida, na sua tese de doutoramento:

> «a origem líquida que caracteriza todo o ilhéu marca, para sempre, a sua identidade. Para o homem, a ilha não se reduz ao espaço sólido; antes, completa-se no mar que a prolonga. Quando o ilhéu se ausenta da ilha e vive num continente, é como se a outra metade de si próprio tivesse ficado na ilha. Apesar da luta interior pela adaptação a um novo espaço, no inconsciente do indivíduo insular, acentua-se a ausência de mar.»

Por outro lado, a coexistência do mar em forma de ligação umbilical com a ilha «relembra a função materna e, por isso, fecundadora da água»[46].

---

41 Cf. SILVA, 1992, *O Clima como Personagem Histórica da Madeira* […].
42 ZURARA, 1973, *Crónica da Guiné*, p. 347.
43 Sobre a ideia de reino eleito, ver o nosso estudo panorâmico: FRANCO, 2005, «Portugal enquanto Profecia […]».
44 BARRETO, 1986, *Caminhos do Saber* […], p. 239.
45 CLARK, 2021, *Civilização* […], pp. 123 e ss.
46 ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha* […], p. 123.

A ilha está eivada, com efeito, de uma simbologia poderosa, que faz eco de certos arquétipos míticos primordiais. O facto de a ilha emergir no meio do oceano e existir enquanto espaço geográfico rodeado de água por todos os lados ecoa nela própria e na sua envolvência a origem líquida primordial do universo e da criação da humanidade[47]. Logo, a ilha ganha uma dimensão simbólica uterina, criadora, umbilical, de centro do mundo, uma dimensão caldeada no inconsciente coletivo e exteriorizada através «da saudade da primeira Mãe, água», do regresso à «*tellus mater*»[48], com a qual tem uma relação filial, de devoção, de imitação e de desejo de regresso à ilha-mãe-natal, como uma espécie de fatalidade[49]. Escreve Gilbert Durand que «todas as imagens da terra e da água contribuem para constituir uma ambiência de volúpia e de felicidade que constitui uma reabilitação da feminidade». Por isso, «o eterno feminino e sentimento de natureza caminham lado a lado na literatura»[50].

Assim, a ilha detém um capital simbólico de que decorrem potencialidades utópicas poderosas. A ilha é, ao mesmo tempo, o lugar do paraíso, mas também a possibilidade da sua recuperação, isto é, de uma nova criação. A ilha é associada à noção de lar, de aconchego materno, de casa íntima, de descanso, de regeneração da alma e do corpo, de morada do amor, de harmonia, de liberdade e até de libertação dos sentidos, espaço protegido da história turbulenta e fraturante dos continentes[51].

Enquanto espaço simbólico, a ilha é um universo unificante e unificado, um símbolo de agregação, na linha do que Jung entendeu por símbolos de unidade[52]: lugar recatado, separado, sagrado, onde interiormente se realiza a unificação do disperso, lugar de intermediação entre o humano e o divino[53]. Portanto, lugar de paz, de fraternidade, no fundo, um lugar capaz de Deus. Não é por acaso que o conceito de "utopia" criado por Thomas Morus parte da idealização de uma sociedade perfeita como que experimentada laboratorialmente numa ilha.

Mas aquilo que identificamos como o complexo simbólico que a ilha constitui apresenta, por seu lado, um carácter janiforme. Assim como o mito de Janus adequado simbolicamente para representar as duas faces do tempo, a luminosa e próspera e a trágica e corrosiva, também a ilha é janiformiana. Se é um pedaço de

47 Cf. ELIADE, s.d., *O Sagrado e o Profano* […], pp. 36 e 58, e ss.
48 Cf. ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha* […], p. 127.
49 Cf. ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha* […], pp. 276 e ss.
50 Cf. DURAND, 1989, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*.
51 Cf. BACHELARD, 1942, *L'Eau et les Rêves* […], pp. 333 e ss.
52 JUNG, 1956, *Symbols of Transformation*; e JUNG, 1989, *The Archetypes and Collective Unconscious*.
53 ALMEIDA, 2005, *A Simbólica da Ilha* […], p. 172.

paraíso e uma espécie de útero aconchegante, também pode constituir um limite e tornar-se prisão, cerco, com a decorrente falta de perspetivas e de oportunidades resultante do isolamento e da distância dos vastos continentes, de possibilidades mais amplas. É por isso que um dos fenómenos sociológicos que mais têm marcado ilhas como a Madeira é precisamente a vaga de emigração para outros territórios, onde as oportunidades de prosperidade são maiores.

A Constelação Mítica da Ilha e a Noção de Cultura como Expulsão

Com efeito, a constelação simbólico-mítica da ilha como resumo do paraíso e como lugar umbilical, metáfora do útero materno, pode dar-nos uma importante pista para uma reflexão sobre as origens da nossa noção de cultura como expulsão. A história da cultura só começa, verdadeiramente, tendo por referência significativa as narrativas míticas sobre as origens da humanidade, depois de um processo de expulsão de um paraíso ou de um estado inicial perfeito, idílico, divino, em que, à semelhança do que se passa no útero materno, tudo é dado ao ser humano sem esforço, sem necessidade de transformação do meio. O meio e o ser humano, nesse estádio primigénio, nesse paraíso primeiro, estão em simbiose perfeita, em equilíbrio ideal, logo não há cultura, mas apenas natureza…

A cultura, enquanto processo de criar a terra habitável e hospitaleira para os seres humanos, é aquilo que faz o homem ser plenamente homem[54], nesta espécie de procura constante de recuperação do paraíso perdido ou da sua semelhança como referente mítico e modelo arquétipo. Deste modo, a cultura, na expressão de Luís Machado de Abreu, é tudo aquilo que a ação criadora e transformadora do homem acrescenta aos dados da natureza[55]. A densidade da expressão "cultura" aglutina e, por vezes, esconde, na leitura acutilante do autor citado, uma

> «realidade complexa, multifacetada, dinâmica e plural. Tende, por isso, a escamotear a existência de tensão entre cultura e culturas, entre cultura global e áreas culturais demarcadas por territórios, sistemas mentais, aculturações, ritmos próprios de evolução no seio da cultura global. […] E tudo isto porque a cultura é essencialmente um processo em que estão envolvidos sujeitos, condições materiais e valores com cuja interação se faz a história. Um dos aspetos mais significativos do processo cultural reside no facto de as leituras que dele se fazem serem simultaneamente efeitos e agentes do seu próprio

[54] ANTUNES, 2007, *História da Cultura*, pp. 86 e ss.
[55] Cf. ABREU, 1998, *Cultura Portuguesa* […], p. 3.

> movimento. Os leitores nunca ficam do lado de fora do processo. Estão implicados nele e nele participam tanto mais profundamente quanto mais essencial e originariamente conseguem intuir o sentido e a vivência do universo cultural.»[56]

Convém, aqui, termos em linha de conta a problemática controversa que envolve os conceitos de "cultura" e "civilização", bem reportada pelas sínteses de Manuel Antunes, que avocamos:

> «Tem-se discutido muito se devem distinguir-se ou identificar-se. De modo mais geral, os pensadores alemães tendem a afirmar a distinção, os anglo-saxónicos a identificação, e os franceses oscilam entre as duas posições. Por nossa parte, pensamos, com alguns, que cultura e civilização podem e devem unir-se, podem e devem distinguir-se. Unir-se, tornando-se, reciprocamente, englobantes da outra, porque partem do mesmo sujeito, o homem ser social, porque se referem, embora sob aspetos diferentes, aos mesmos objetos – por exemplo, um livro e um disco: vistos pelo conteúdo, são objetos de Cultura, vistos pela forma são objetos civilizacionais – e porque visam o bem do mesmo homem. Distinguir-se, porque a Cultura vai mais no sentido da transcendência e civilização, vai mais no sentido da imanência, porque Cultura é mais do domínio do «ser», e civilização mais do domínio do «ter» ou porque Cultura é mais *substantiva* ao homem e Civilização é mais *adjetiva* ao mesmo homem. Doutro modo: Cultura constitui o aspeto pessoal e criador da civilização, e civilização constitui o aspeto mais técnico e material da Cultura.»[57]

Entendemos, pois, que a expulsão do paraíso, enquanto narrativa etiológica, marca o início fundador da cultura e da civilização, ou seja, na sua melhor definição, a criação, através do engenho humano, de condições de adaptação ao meio agreste e a sua transformação num ambiente minimamente hospitaleiro, isto é, habitável. A cultura e a civilização resultam, assim, na primeira construção de um processo de criação de hospitalidade para uma dada comunidade humana: tornar o meio natural hospitaleiro. Essa é a primeira noção de cultura e o seu primeiro fim. Entretanto, a hospitalidade aperfeiçoa-se e complexifica-se na relação com os outros seres humanos e com todos os outros seres vivos. No relacionamento entre os membros da espécie humana, a hospitalidade é o processo de humanização por excelência, pois cria comunidades marcadas pelo acolhimento, pelo cuidado e pela promoção do outro. Na relação com os outros seres vivos, a hospitalidade garante o equilíbrio ecológico que permite a assunção de uma relação cosmológica que não seja destrutiva mas integrativa e distributiva, em que todos tenham lugar e estejam no seu devido lugar.

Realmente, a ideia de cultura como expulsão permite entender o sentido criador e transformador das dinâmicas fundadoras e transformadoras da história humana, marcada por uma cadeia de expulsões. As fases biológico-etárias da vida humana,

[56] ABREU, 1995, *Leituras da Cultura Portuguesa*, p. 48.
[57] ANTUNES, 2007, *História da Cultura,* pp. 88-89.

desde o útero materno, são uma boa metáfora da cadeia de expulsões que marca a história das culturas e das civilizações humanas. A vida no útero materno representa, metaforicamente, o paraíso, a fase primigénia de não-cultura e apenas natureza. A cultura começa com a expulsão do bebé humano do útero materno e o seu processo de adaptação ao mundo humano durante a infância, a que se segue uma verdadeira cadeia de expulsões: da infância para a adolescência e para a juventude; da juventude para a entrada na vida adulta, profissional, com responsabilidades familiares e sociais; da vida adulta para a velhice, com a aposentação e o enfrentar das fragilidades decorrentes da decadência física; e a última experiência de expulsão é a morte, essa grande e misteriosa porta para outra dimensão, a eternidade ou a metempsicose para quem acredita, ou o nada para quem não acredita na vida além-túmulo[58].

Do mesmo modo, se pensarmos bem, a sucessão dos impérios, das civilizações, das colonizações, das migrações, implica cadeias complexas de expulsões, quer sejam heteroexpulsões ou autoexpulsões, e obriga sempre a um desalojamento do espaço de conforto para uma outra realidade. Esta deslocação, que é marcada por uma experiência violenta em diferentes graus, suscita sempre um processo de metamorfose ou recriação cultural, por substituição e/ou simbiose, que leva à aculturação através de trocas e interinfluências de dados culturais, e, no limite, pode resultar em processos de fusão que dão origem a uma inculturação, a uma mescla híbrida que conduz à formação de novas culturas.

Se esta noção de cultura e de formação cultural envolve necessariamente a experiência de violência, também implica, depois, os conceitos de hospitalidade e de experiência de acolhimento, ainda que sejam construídos artificialmente pela natureza do processo. Só quando se criam as condições de hospitalidade, a função sublime da cultura se plenifica. Isto é evidente, especialmente, para os movimentos migratórios que marcaram a história humana desde sempre. Assim aconteceu com as migrações arquetípicas genesíacas narradas, por exemplo, no primeiro livro da Bíblia, em que o Patriarca Abraão é convidado por Deus a deixar a sua terra e a iniciar uma longa migração, com os seus descendentes, para uma terra distante, a Terra Prometida, em que fundaria uma nova religião e a base de novas civilizações; como acontece hoje com as emigrações contemporâneas, seja para fugir da pobreza e procurar uma vida melhor, seja para encontrar a paz e escapar à guerra. Há sempre, no horizonte do movimento de expulsão, uma "terra prometida". Com efeito, como bem conclui Thomas De Koninck no seu livro sobre o problema da cultura, «somos

[58] Cf. FRANCO, 2019, «A Ideia de Cultura como Expulsão […]», pp. 249-261.

feitos da mesma matéria dos sonhos e a nossa pequena vida está envolta, rematada, por um sono. Um despertar total provocar-nos-ia, provavelmente, a morte. Mas um despertar progressivo permite viver e dar sentido à vida, que é o sentido da cultura»[59].

No caso da emigração madeirense, este ciclo dinâmico que a interpretação da cultura como expulsão pode ajudar-nos a compreender melhor apresenta, contudo, um aspeto significativo dos motivos dos movimentos migratórios que marca dominantemente a primeira geração dos migrantes quando se instalam na terra de acolhimento. Trata-se do desejo de regressar à terra de origem e/ou de contribuir para a sua prosperidade e, máxime, da sua família, da sua aldeia, da sua comunidade de origem e de aí procurar o reconhecimento decorrente de uma experiência de diáspora, que se almeja sempre que seja bem-sucedida. De algum modo, podemos perscrutar aqui subjacente outro movimento de fundo mítico que advém da ideia de cultura como expulsão, ou seja, o desejo poderoso de regresso ao "paraíso perdido", ao torrão natal, a essa espécie de útero materno que é a ilha ou a terra de nascimento que nos viu dar ao mundo. É quase irreprimível esse móbil, nem que seja no plano da imaginação, quando não pode ocorrer fisicamente, de reparar a fratura provocada pela saída "violenta" do espaço de conforto onde fomos habituados a viver e a crescer como seres de cultura. Assim, a terra prometida que constitui a comunidade de destino dos emigrantes acaba por favorecer a reconstituição do paraíso perdido e melhorá-lo com os favores do país da promessa de prosperidade, procurando-se a reparação do ciclo fraturante da experiência da cultura como expulsão.

Todavia, esse regresso implica sempre a diáspora ao contrário (quando se regressa definitivamente) e uma nova fratura, com o lugar habitado da terra de acolhimento, onde se encontrou uma nova cidadania. É por isso que o emigrante, depois de o ser, é sempre marcado pela experiência de estrangeiramento resultante dos observados ciclos de expulsões, ou seja, assume uma identidade, nem sempre simpática, de ser considerado estrangeiro na terra de acolhimento (por exemplo, português na Venezuela) e estrangeiro na pátria de origem (venezuelano em Portugal).

No entanto, a experiência chocante e extraordinária da emigração é, no fundo, uma experiência da cultura como expulsão por excelência, que realiza pontes entre povos, abre horizontes de cosmopolitas e caminhos para a compreensão do mundo como a pátria de toda a humanidade. Somente quando a humanidade tiver uma só pátria será plenamente humana e se realizará a velha utopia da fraternidade universal.

[59] DE KONINCK, 2003, *A Nova Ignorância* […], p. 159.

A Mentalidade de Cercado e a Hiperidentidade Madeirense

O madeirense partilha com os outros ilhéus o complexo de ilha. Contudo, este complexo de existência insular assume uma configuração e uma incidência próprias no madeirense. Por isso, designamos a mentalidade insular madeirense como mentalidade de cercado. A ilha é como uma fortaleza, com as suas góticas montanhas e os seus profundos vales encaixados entre ravinas íngremes, que impõem respeito, inspiram temor e, ao mesmo tempo, enclausuram. O mar que cerca a ilha é, simultaneamente, horizonte e limite, caminho largo e muralha alta, passagem e abismo, que liga e separa aquela porção de terra habitada do exterior.

A metáfora da ilha como fortaleza, como centro do mundo, de um mundo protegido, onde o homem mais deseja viver, qual espaço sagrado, é bem significativa desta mentalidade insular. Recorde-se que, na Idade Média, os muros ou as muralhas das cidades, dos mosteiros e dos castelos, que separavam do mundo exterior, eram consagrados ritualmente como defesa contra o demónio, a doença e os inimigos. O interior da fortaleza é o lugar da unidade, o jardim sagrado da saúde e da paz. O mundo exterior é, simbolicamente, o espaço ameaçador, porque lugar da ruína,

da desintegração e da morte[60].

Marcado pelas características orográficas da ilha e pelo isolamento da sua condição de insular, plantado no meio do imenso oceano, a mais de 900 km do continente, o ilhéu desenvolveu uma mentalidade reservada e suspeitosa, ao mesmo tempo caracterizada por uma timidez, um certo retraimento, por um certo complexo de inferioridade, que o faz espantar-se com tudo o que atravessa o mar e é oferecido ao seu olhar curioso. O seu carácter é revelador dessa timidez numa primeira abordagem relacional, o que faz dele o tipo eneagramatológico dominante, representado pelo "observador", curioso e esperando ver o que vai acontecer antes de agir, antes de tomar iniciativa ou de se expandir num primeiro encontro, como se sentisse no estranho uma ameaça ao seu *modus vivendi*, recatado pela proteção dos contrafortes das ravinas montanhosas. A retração da expansividade, que se liberta depois de um progressivo conhecimento do outro (que inquire com quase infantil curiosidade), associa-se à tendência para se admirar, se encantar, para se mitificar o diferente e o verdadeiramente engenhoso e fora do vulgar. O que vem do exterior pode ser encarado como uma ameaça à ordem, à harmonia do espaço ilhéu, sociomoral e religioso. Por isso, contra a ameaça potencial, cultiva uma atitude de

[60] Cf. ELIADE, s.d., *O Sagrado e o Profano* […], p. 62; e ver ELIADE, 1979, *Imagens e Símbolos*.

suspeita metódica, até que a relação com o que vem do exterior revele o contrário. Se a melhor das expectativas se verificar, o madeirense tornar-se afável, hospitaleiro, brincalhão até. Senão, o afastamento e a indiferença serão a resposta ao outro considerado hostil.

Dentro da sua fortaleza dourada, o madeirense desenvolveu uma psicologia suscetível à superstição, que se manifesta de formas várias, desde a crença em bruxas até ao medo do mau-olhado. Acredita fortemente no poder da inveja, que receia e muitas vezes lhe retrai a expansividade, temendo revelar os seus êxitos ou negócios bem-sucedidos, antes preferindo, como forma de proteção, mostrar que tudo corre abaixo do limiar da suficiência, do "mais ou menos" – expressão recorrente para exprimir o estado de espírito quotidiano. Aliás, o madeirense, sujeito de olhar atento e penetrante, confere ao olhar um poder especial, o qual usa e o qual receia.

Por outro lado, exerce um controlo social extremo. Mulheres sentadas a bordar ou a fazer a lida da casa, homens na taberna ou nos campos escrutinam a vida dos vizinhos, dos forasteiros que chegam e ficam, de quem quer que seja. Fazem-no de forma quase irreprimível, como se de uma prática ancestral intensa se tratasse, uma prática quase lúdica dos madeirenses, conhecida pelo nome de "bilhardice" – falar da vida dos outros com carácter judicativo: condenando ou elogiando comportamentos.

Outro traço psicológico visível: a atitude servil do ilhéu. Esta foi moldada por séculos de modelos de poder insular extensivos do feudalismo medieval, consubstanciado no regime de colonia, e manifesta-se em expressões corporais e linguísticas.

Por vezes, a mentalidade de cercado tende a desenvolver um complexo psicológico de vitimação, que se exprime nos discursos políticos autonomistas. Este complexo é usado como estratégia propagandística para criticar a política continental do governo central – visto como uma ameaça, uma forma de ataque aos direitos da ilha –, recorrendo-se, ocasionalmente, à teoria da conspiração para explicar penalizações ou a não satisfação das reivindicações regionais.

Uma certa desvalorização de si, de tom fatalista, de desprezo estoico do indivíduo, que o madeirense das zonas rurais tende a exprimir, corresponde, *a contrario*, a uma apreciação superlativada da beleza do meio natural onde habita. Exalta, bastas vezes, o alto valor da geografia física madeirense como recanto do paraíso ou cantinho do céu, protegido das convulsões que vitimizam o resto do mundo. Quando o madeirense sai da ilha, revela uma tendência espontânea, quase irreprimível, de constituir a sua fatia de paraíso onde nasceu, a sua ilha, como matriz ou verdadeiro original da criação divina. A Madeira funciona, portanto, como padrão de comparação com tudo o que é encontrado, em que se vê uma cópia, por vezes

mal tirada. Tudo é confrontado com a Madeira, nas suas diferentes versões e *nuances* orográficas, microclimáticas e micropaisagísticas, de que o mundo é espelho, e nunca o contrário. Se o madeirense comum, que sai da sua ilha para passear ou emigrar, contempla um vale ou uma montanha, ou uma povoação em território continental, logo o compara, por semelhança, ao original da Madeira. Sendo que o original é sempre insuperável em beleza e graça. Diversos relatos de viajantes e emigrantes madeirenses ilustram bem esta mentalidade analógica[61]. Este comportamento apreciativo revela uma consciência de encantamento relativamente ao meio natural idealizado pelo ilhéu, uma consciência de perfeição ecológica do seu território que acentua um traço psicológico bem característico do madeirense. Estamos, portanto, perante um processo fenoménico de encantamento do mundo, do seu mundo. Como reflete Mircea Eliade, para efeitos de hermenêutica dos mitos, «o nosso mundo é sempre o "nosso mundo", o mundo em que se vive. Ele difere de cultura para cultura. Há, por conseguinte, um número considerável de mundos»[62].

Cumpre-nos deixar bem claro, depois deste ensaio tipológico, que não professamos uma visão determinística quanto a uma influência absoluta do meio natural sobre a psicologia humana, pois é corrente que as teses determinísticas são discutíveis enquanto propostas de explicação absoluta. Apenas destacamos tendências que se registam e que permitem surpreender alguns denominadores comuns que configuram traços tipológicos. Contudo, estas são sempre perceções analíticas, têm um valor relativo e assumem o risco da generalização e de serem desautorizadas pelas diferenças particulares. Concordamos, pois, com a reflexão de Onésimo Teotónio Almeida, no estudo que fez sobre o caso paralelo dos Açores. Estas construções de tipos psicológicos em relação a grupos culturais «só são válidas até certo ponto e sob determinados ângulos. Além disso, elas não se aplicam a toda a gente. São indicações de tendência»[63]. Por outro lado, este nosso esboço tipológico é mais pertinente como expressão da mentalidade madeirense vigente e preservada até aos alvores da democracia e do regime autonómico; se quisermos, até à entrada de Portugal na União Europeia. Resulta da perceção e da análise dessa mentalidade e do comportamento cultural que o autor deste ensaio experimentou por nascimento e primeira educação.

Convém salvaguardar o facto de, nas últimas décadas, a Madeira ter sido objeto de um desenvolvimento e de uma abertura ao exterior extraordinários. A mobilidade

[61] Ver, por exemplo, BARCELOS, 2017, *A Visão Madeirense da América* […].
[62] ELIADE, 1986, *Aspectos do Mito*, p. 41.
[63] ALMEIDA, 1989, *Açores, Açorianos, Açorianidade* […], p. 38.

tornou-se intensa entre o campo e a cidade, quebrando aquilo que era o tradicional enclausuramento da sociedade campesina, sem estradas, sem meios de informação, com um precário ou nulo acesso à escolaridade. A televisão invadiu os lares e, hoje, a *Internet* e, com ela, as redes sociais impuseram-se entre as camadas mais jovens. Está em curso uma lenta, mas já visível em muitos aspetos, transformação da mentalidade madeirense.

No entanto, resistem alguns traços atávicos dominantes. Pois se é evidente o poder avassalador dos modernos *mass media* em termos de normalização de comportamento, também é certo o quão lento é o processo de mudança de mentalidade. De facto, é mais fácil edificar uma grande cidade de raiz do que mudar uma mentalidade.

Importa, por fim, lembrar que houve várias tentativas de estabelecer tipologias do perfil psicológico do madeirense. Não somos os primeiros a fazê-lo. Entre outras, a mais divulgada e com grande grau de conhecimento da história e da realidade insular é a de Eduardo Pereira, cujo valor reconhecemos, e que complementa, em muitos aspetos, o que aqui definimos. Aliás, cumpre citar a distinção pertinente que realiza entre o perfil antropológico do homem do norte da Madeira e o do sul da mesma ilha, sem falar da diferenciação relativamente aos porto-santenses, que merece um tratamento especial. Eduardo Pereira escreve, nas suas *Ilhas de Zargo*, que geralmente «caracterizam sobretudo a psicologia insular uma índole laboriosa, pacífica e hospitaleira; espírito de religiosidade e humanitarismo; sentimentalidade e tolerância; fatalismo, concentração, tristeza e timidez; falta de iniciativa e pouca vibração de alma». Depois especifica, ensaiando uma diferenciação entre os nortenhos e os sulistas,

> «psicologicamente, pode dividir-se a população da Madeira em dois grupos distintos: a do norte ou da capitania de Tristão, em cujas veias gira sangue beirão e minhoto, é sobriamente alegre, comunicativa, franca, afável, firme de princípios e de carácter, laboriosa, inteligente e crente; a do Sul ou da capitania de Zargo, oriunda de algarvios, alentejanos e marinheiros, é concentrada e triste, reservada, inconstante, tíbia, tarda, invejosa e egoísta. O povo do Norte distingue-se ainda do povo do Sul por ter mais personalidade e morigeração. A maior distância a que vive da civilização e o maior contacto com a natureza dão-lhe um aspecto rude e informam-no da psicologia dos seus antepassados: camponeses e pastores.»[64]

Temos maior dificuldade em aceitar esta compartimentação tão estrita, que resulta, de algum modo, de preconceitos em relação ao tipo algarvio e alentejano, que estaria na origem do povo do Sul. A fazer uma distinção de tipos psicológicos,

[64] PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. 2, pp. 205-206.

preferíamos separar a mentalidade campesina madeirense da mentalidade da metrópole funchalense, que experimentou, historicamente, um certo cosmopolitismo, onde habitava a comunidade britânica. O povo da cidade habituou-se ao contacto com o exterior através de comerciantes, turistas e viajantes, e desenvolveu uma mentalidade mais aberta, mais cosmopolita e mais aburguesada.

Considerações Finais

Se hoje a Madeira é um destino turístico afamado e se a estratégia de divulgação da ilha como produto turístico tem sido bem-sucedida, muito se deve à tradição secular das suas vantagens naturais e do nome difundido no mundo, mas também à utilização propagandística da ideia de ilha-jardim como espaço paradisíaco de alta qualidade, em termos ecológicos, junto dos destinatários turísticos.

A tradição popular, as lendas, os relatos dos viajantes, os relatórios dos técnicos, os discursos dos políticos, o canto dos poetas, a visão romântica dos escritores, os tratados dos historiadores juntam-se para sustentar, de forma quase unânime, a visão da Madeira como ilha-jardim, como ilha-paraíso, que recebeu diversos cognomes superlativos e mitificadores da sua realidade singular: "Rainha das Ilhas", "Pérola do Atlântico", "Cantinho do Céu", "Pedaço de Paraíso", "Ilha dos Amores", " Flor do Oceano", "Reserva de Paraíso", "Ilha Encantada", "Ilha das Flores", "Abreviatura do Paraíso", "Pequeno Paraíso", "Flor dos Mares", "Orquídea do Atlântico"…[65]

Legitimada por um coro imenso de cantores das suas maravilhas, os promotores do turismo madeirense, especialmente nas últimas décadas de regime autonómico, têm sabido explorar o imaginário condensado em torno da Madeira como ilha-paraíso para promovê-la como destino turístico sem par. Raro é o cartaz, guia, roteiro de propaganda turística que não apresente a Madeira como um jardim, como uma versão do paraíso, como uma ilha povoada de jardins e pejada de flores[66]. Utilizando as estratégias da repetição, generalização e hiperbolização, o mito da Madeira, ilha-jardim, ganha forma pelo processo de ampliação da representação de uma certa realidade paisagística da Madeira para motor de publicidade. Ilha-paraíso é o conceito recorrente, a ideia catalisadora de fundo mítico que se pode ver associada ideograficamente à Madeira, tanto para vender a sua imagem turística como para

[65] Cf. FRANCO & GOMES, 2008, *Jardins do Mundo* […].

[66] De modo ilustrativo, podemos referir, entre tantíssimos outros, o seguinte exemplo: «Madeira: Descobrir o Paraíso», 3 de junho de 1997.

ilustrar a riqueza da sua diversidade biológica[67]. Os resultados têm refletido, nas últimas décadas, a eficácia da utilização de um poderoso imaginário mítico ao serviço da propaganda comercial, que tem, com efeito, projetado a Madeira e a tem elevado ao pódio dos destinos de lazer mais procurados.

Aliás, em grande medida, podemos afirmar que o mito da Madeira, ilha-jardim, ganha uma nova dimensão, um novo elã, por via do *marketing* turístico. Assiste-se, por esta via, a uma secularização daquele imaginário mítico de tonalidade, de algum modo, sacral, em função da sua utilização para efeitos de eficácia comercial. Nesta utilização comercial, comprova-se, em certa medida, aquilo que Gilbert Durand reflete: «Creio, efectivamente, que um mito nunca desaparece – ele pode adormecer, pode definhar, mas está à espera do eterno retorno, ele espera uma palingenesia, como dizia um outro grande romântico – refiro-me a Ballanche»[68].

A Madeira tem sabido explorar e utilizar estrategicamente aquilo que designamos como a riqueza do seu "património mítico", consubstanciado na visão da Madeira como ilha-jardim. A valorização do campo mítico é uma forma extraordinária de consolidação da dimensão identitária da cultura de um povo que reclama para si características distintivas. Da história como do mito, com efeito, «cada época, cada momento cultural apenas guarda as lições que lhe convém»[69].

O processo de mitificação do espaço ilhéu, operado e valorizado por via da cultura, do ponto de vista da perceção de si e da sua condição insular pelo madeirense, ressumbra de uma espécie de necessidade de sobrecompensação[70] do seu complexo de ilha, de consciência de isolamento, de ultraperiferia, à margem do centro metropolitano da capital portuguesa. Este complexo desenvolveu uma idiossincrasia coletiva que partilha das características peculiares das mentalidades insulares. A pequenez da ilha e a sua situação de cercada de água por todos os lados, distanciada em relação aos centros decisores do poder do continente, encontram sobrecompensação, mais ou menos inconsciente, na valorização extrema do seu meio natural, da importância da sua história e dos traços épicos do *homo laborans*

[67] Ver, por exemplo, ABREU & TEIXEIRA, 2004, «Arquipélago da Madeira […]».

[68] DURAND, 1998, *Campos do Imaginário*, p. 11.

[69] Cf. DURAND, 1998, *Campos do Imaginário*, p. 255.

[70] O conceito de sobrecompensação foi desenvolvido por Eduardo Lourenço e aplicado à hermenêutica da psicologia do ser português e da função da utopia quinto-imperialista de fundo sebastianista, emergente no período da pós-restauração da independência. Cf. LOURENÇO, 1978, *O Labirinto da Saudade*, pp. 22 e ss. Aliás, a ideia de um Portugal periférico que desenvolveu um complexo de ilha em relação à Europa foi, de algum modo, refletida também por outros estudiosos da cultura portuguesa, como António José Saraiva. Ver também ANTUNES, 2005, *Repensar Portugal* e GIL, 2005, *Portugal, hoje* […].

madeirense, herói do trabalho ao domar a natureza agreste e ao torná-la um espaço habitável. Aqui radicam os traços vincados da cultura madeirense plasmada no plano da mentalidade coletiva: o complexo da hiperidentidade. Este complexo advém da perceção da ilha da Madeira como centro do mundo, como lugar singular, paradigmático, que se torna matriz de comparação do resto do mundo consigo própria. A paisagem da ilha é o paradigma, o mundo observado é sempre comparado com algum aspeto da Madeira e não o contrário. A ilha é o modelo ideal. O mundo é o seu reflexo. Esta visão acrítica de si plasmou-se em diversos testemunhos escritos e orais da herança cultural e é um traço que deixou marcas singulares significativas na cultura madeirense, que importa estudar e compreender criticamente.

Bibliografia

ABREU, Cristina & TEIXEIRA, Dinarte, 2004, «Arquipélago da Madeira: O Paraíso Atlântico dos Moluscos Terrestres», in *Islenha*, n.º 35, pp. 53-70.

ABREU, Luís Machado de, 1995, *Leituras da Cultura Portuguesa*, Separata da *Revista da Universidade de Aveiro / Letras*, n.º 12.

ABREU, Luís Machado de, 1998, *Cultura Portuguesa III – Relatório*, texto policopiado, Aveiro, Universidade de Aveiro.

ALMEIDA, Ângela Duarte de, 2005, *A Simbólica da Ilha na Poesia de Natália Correia*, Tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, 1989, *Açores, Açorianos, Açorianidade: Um Espaço Cultural*, Lisboa, Marinho Matos Brumarte.

ANTUNES, Padre Manuel, 2005, *Repensar Portugal*, 3.ª ed. (1.ª ed. de 1979), Lisboa, Multinova.

ANTUNES, Padre Manuel, 2007, *História da Cultura*, tomo I, vol. IV da *Obra Completa*, edição crítica, coordenação científica de Luís Filipe Barreto, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

ARMSTRONG, Karen, 2006, *Uma Pequena História do Mito*, Lisboa, Teorema.

BACHELARD, Gaston, 1942, *L'Eau et les Rêves: Essai sur l'Imagination de la Matière*, Paris, José Corti.

BACHELARD, Gaston, 1958, *La Poétique de l'Espace*, Paris, Presses Universitaires de France.

BARCELOS, Duarte, 2017, *A Visão Madeirense da América: Antologia Anotada de Crónicas de Viagem*, Funchal, Madeirense.

BARRETO, Luís Filipe, 1986, *Caminhos do Saber no Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BARTHES, Roland, 2001, *Mitologias*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BLUMENBERG, Hans, 2003, *Trabajo sobre el Mito*, Barcelona, Ediciones Paidós.

BROTTON, Jerry, 2019, *História do Mundo em 12 Mapas*, Lisboa, Edições 70.

CAMP, L. Sprage de, s.d., *Continentes Perdidos: A Atlântida na História, na Ciência e na Literatura*, Lisboa, Livros do Brasil.

CAMPBELL, Joseph, 2020, *O Poder dos Mitos*, Alfragide, Lua de Papel.

CASTRO, Marcelino de, 2000, «Ilha de Circe, de Natália Correia: Atlantismo e Lusofonia», in *La Lusophonie: Voies/Voix Océaniques*, Bruxelles, Université Libré de Bruxelles.

CLARK, Kenneth, 2021, *Civilização: O Contributo da Europa para a Civilização Universal*, Lisboa, Gradiva.

CORDEIRO, António, 1717, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galram.

CORTESÃO, Armando, 1973, *Descobrimento do Porto Santo, Madeira e o Infante D. Henrique*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII.

DE KONINCK, Thomas, 2003, *A Nova Ignorância e o Problema da Cultura*, Lisboa, Edições 70.

DELUMEAU, Jean, 1994, *Uma História do Paraíso: O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar.

DURAND, Gilbert, 1989, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa, Presença.

DURAND, Gilbert, 1998, *Campos do Imaginário*, Lisboa, Instituto Piaget.

ECO, Umberto, 2023, *História das Terras e Lugares Lendários*, Lisboa, Gradiva.

ELIADE, Mircea, s.d., *O Sagrado e o Profano*. *A Essência das Religiões*, Lisboa, Livros do Brasil.

ELIADE, Mircea, 1979, *Imagens e Símbolos*, Lisboa, Minerva.

ELIADE, Mircea, 1986, *Aspectos do Mito*, Lisboa, Edições 70.

ELIADE, Mircea, 1989, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, Lisboa, Edições 70.

FERNANDES, Valentim, 1951, *Description de la Côte Occidentale d'Áfrique*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues, 1999, *Mitos e Utopias na Descoberta e Construção do Mundo Atlântico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

FRANCO, José Eduardo, 2000, *O Mito de Portugal: A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*, Lisboa, Roma Editora e Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey.

FRANCO, José Eduardo, 2005, «Portugal enquanto Profecia: Génese, Conteúdos e Metamorfoses do Profetismo Português», in *Homo Viator: Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 513-528.

FRANCO, José Eduardo, 2006-2007, *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*, 2 vols., Lisboa, Gradiva.

FRANCO, José Eduardo, 2019, «A Ideia de Cultura como Expulsão: A Morte como a Última Expulsão e o Fim da Cultura. Algumas Notas para Uma Teoria da Cultura», in ALVES, Paulo *et al*., *A Morte: Leituras da Humana Condição*, vol. II, Lisboa, Paulinas, pp. 249-261.

FRANCO, José Eduardo & GOMES, Ana Cristina da Costa (coord.), 2008, *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, Lisboa, Gradiva.

FRANCO, José Eduardo & MOURÃO, José Augusto, 2005, *Influência de Joaquim de Flora na Cultura Portuguesa e Europeia. Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*, Lisboa, Roma Editora.

FRANCO, José Eduardo *et al.* (ed.), 2010, *Gardens of Madeira – Gardens of the World: Contemporary Approaches*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing.

FRUTUOSO, Gaspar, 1992, *As Saudades da Terra*, livro I, Ponta Delgada, Tipografia do «Diário dos Açores».

GARCIA, José Manuel, 1983, *Viagem dos Descobrimentos*, Lisboa, Presença.

GIL, José, 2005, *Portugal, hoje. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1943, *Dúvidas e Problemas acerca de Algumas Teses da História da Expansão*, Lisboa, Edição da «Gazeta de Filosofia».

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1990, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel.

GOÊS, Damiam de, 1905, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, nova edição por J. Gonçalves, Coimbra, Imprensa da Universidade.

HUGHES, Donald, 1999, «Paraísos no Mundo Antigo: Dos Bosques Sagrados às Ilhas Afortunadas», in *História e Meio-Ambiente: O Impacto da Expansão Europeia*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

JUNG, C.G., 1956, *Symbols of Transformation*, vol. 5, Princeton, Pantheon.

JUNG, C.G., 1989, *The Archetypes and Collective Unconscious*, vol. 8, Princeton, Pantheon.

KOŁAKOWSKI, Leszek, 1975, *La Presencia del Mito*, Buenos Aires, Amorrotu Editores.

LOPES, Marília dos Santos, 1998, *Coisas Maravilhosas e até agora nunca Vistas. Para Uma Iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal.

LOURENÇO, Eduardo, 1978, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote.

«Madeira: Descobrir o Paraíso», 3 de junho de 1997, in *Correio da Manhã (Suplemento)*.

MIEIRO, Elisabete Maria da Costa, 2001, *A Atlantização Mítica do Éden: Novos Mundos, Novos Paraísos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

NASCIMENTO, Aires A., 1997, «Ilhas Afortunadas: Um Nome Feito de Sonhos», in *As Ilhas e a Mitologia – Livro de Comunicações do Colóquio*, Funchal, Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Funchal, pp. 19-31.

NORMAN, Davier, 1999, *The Isles: A History*, Oxford / New York, Oxford University Press.

PAINE, Lincoln, 2023, *O Mar e a Civilização: Uma História Marítima do Mundo*, Coimbra, Almedina.

PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., vol. 2, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.

PINHEIRO, Joaquim Sanches, 1997, «Ressonâncias das *Makáron Nésoi / Fortunatorum Insulae* da Antiguidade Clássica em Textos sobre a Ilha da Madeira», in *As Ilhas e a Mitologia – Livro de Comunicações do Colóquio*, Funchal, Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Funchal, pp. 59-64.

SEVILHA, San Isidoro de, 1982, *Etimologias*, edição bilingue preparada por José Oroz Reta, vol. I, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos.

SILVA, José Manuel Azevedo e, 1992, *O Clima como Personagem Histórica da Madeira: Tentativa de Captação das Variações Climáticas pela Aplicação do Método Fenológico*, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVII.

THOMAS, Manoel, 1635, *Insulana*, Amberes, Casa de Ioam Mavrsio Impressor.

VIANA, Moisés dos Santos, 2009, «Mito e Linguagem: Breve Reflexão sobre o Discurso», in *Acta Scientiarum*, vol. 31, n.º 1, pp. 61-66.

VIEIRA, Alberto, 1999, *Do Éden à Arca de Noé*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

VIEIRA, Padre António, 2014, *Obra Completa*, tomo III, vol. I, *História do Futuro*, Lisboa, Círculo de Leitores.

VOEGELIN, Eric, 2002, *As Religiões Políticas*, Lisboa, Veja.

ZURARA, Gomes Eanes de, 1973, *Crónica da Guiné*, introdução, notas e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 37-102
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

O Arquipélago da Madeira: Espaço Geoestratégico no Mundo Contemporâneo (Séculos XIX-XXI). Passado, Presente e Futuro. Uma Visão Global[1]

The Madeira Archipelago: A Geostrategic Space in the Modern World (19th-21st Centuries). Past, Present and Future. A Global Vision

Paulo Miguel Rodrigues[2]

[1] Este texto teve na sua base uma conferência, com o mesmo título, proferida no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira a 24-11-2023, no Congresso Internacional *Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)*.

[2] Doutor em História Contemporânea (2007, Universidade da Madeira), Licenciado em História (1992) e Mestre em História Contemporânea (1999), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É actualmente Professor Associado na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira (UMa), onde leciona desde Janeiro de 1995. Coordenador-científico do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da UMa (CIERL), de que foi fundador (2007); é também investigador integrado do Centro de História, Territórios e Comunidades (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) e colaborador no Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (Universidade de Coimbra). Foi Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades da UMa, entre 2013 e 2016, e director dos cursos de 1.º Ciclo (Licenciatura) de *Estudos de Cultura*, de 2.º Ciclo (Mestrado) em *Estudos Regionais e Locais* e de 3.º Ciclo (Doutoramento) em *Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional* (em parceria com as Universidades de Las Palmas de Gran Canaria, de La Laguna (Tenerife) e dos Açores). É autor e editor de livros de História e Cultura Contemporâneas, com particular incidência sobre a realidade política e institucional madeirense e o estudo da Autonomia, durante os séculos XIX e XX; é também autor de dezenas de artigos, em revistas académicas e de divulgação, em obras colectivas, capítulos de livros e em actas de Congressos (nacionais e internacionais). O seu livro mais recente foi o *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira* (2021). Actualmente prepara, para edição em volume único, uma *História do Turismo na Madeira*. Em 2024 foi distinguido pela Assembleia Legislativa da Madeira com o *Prémio Emanuel Rodrigues*, pelos seus «trabalhos de investigação sobre a História do arquipélago madeirense, a Autonomia e a identidade regional, concretizados em artigos e livros de ampla divulgação». Endereço electrónico: pmrodrigues@staff.uma.pt.

Resumo

No texto que se segue, deixamos um contributo para a História do Arquipélago da Madeira e da sua inserção no vasto quadro europeu e atlântico, onde durante o Período Contemporâneo se colocaram e afirmaram não só os interesses de Portugal, como também os de várias das potências navais.

Neste sentido, tendo como referência temporal um período longo, balizado entre o início do século XIX e o primeiro quartel do século XXI, vamos aferir e definir, numa perspectiva global, a importância do espaço insular madeirense nos vários sistemas internacionais e nas suas fases de ajuste ou mudança.

Fá-lo-emos definindo a existência de dez (10) períodos, todos associados a períodos cronológicos curtos (embora variáveis entre 2 e 15 anos), durante os quais identificamos não só elementos substantivos e de referência, assim como constantes e linhas de força, que fundamentam a especificidade e a relevância do Arquipélago, no passado e no presente, ajudando ainda a projectar o futuro: 1. As *Guerras Napoleónicas* (1799-1815); 2. As Revoltas Liberais Portuguesas (1820-1834); 3. A Década de 40 do Século XIX: O Fim de uma Era?; 4. Do Final do Século XIX ao Início do Século XX; 5. A Grande Guerra (1914-1918); 6. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945); 7. A Madeira e o Atlântico Português na Formação da OTAN (1946-1951); 8. A Instituição da Democracia e o Espaço Euro-Atlântico (1974-1976); 9. Da CEE à UE (1977-1986-2009); 10. Que Futuro para o nosso Passado?

Com efeito, que futuro? Um passado (re)projectado? Ou um futuro sem (relação com o) passado? E manter-se-á no futuro o nosso presente?

Palavras-chave: Madeira; Geoestratégia; Autonomia; Política; Macaronésia.

Abstract

In the following text, we will endeavour to make a contribution to the history of the Madeira Archipelago and its insertion in the vast European and Atlantic framework, where during the Modern & Contemporary Times not only Portugal's interests were placed and affirmed, but also those of several naval powers.

In this sense, taking a long period of time as a reference, between the early 19th century and the first quarter of the 21st century, we will assess and define, from a global perspective, the importance of Madeira's insular space in the various international systems and in their phases of adjustment or change.

We will do so by defining the existence of ten (10) periods, all associated with short chronological periods (albeit varying between 2 and 15 years), during which we identify not only substantive and referential elements, but also constants and lines of force, which underpin the specificity and relevance of the Archipelago in the past and present, while also helping to project the future: 1. The *Napoleonic Wars* (1799-1815); 2. The Portuguese Liberal Revolts (1820-1834); 3. The 1840s: The End of an Era?; 4. From the Late 19th Century to the Early 20th Century; 5. The Great War (1914-1918); 6. The Second World War (1939-1945); 7. Madeira and the Portuguese Atlantic in the Formation of NATO (1946-1951); 8. The Establishment of Democracy and the Euro-Atlantic Area (1974-1976); 9. From the EEC to the EU (1977-1986-2009); 10. What Future for our Past?

Indeed, what future? A past (re)projected into the future? A future without (relation to the) past? And will our present remain in the future?

Keywords: Madeira; Geostrategy; Autonomy; Politics; Macaronesia.

De forma *proto-ensaísta* – e, apesar da sua extensão, com um espírito de síntese –, o texto que se segue pretende apresentar um contributo (que é uma proposta) de interpretação e compreensão da História Contemporânea da Madeira, fornecendo um plano geral que visa a inserção do Arquipélago no vasto quadro europeu e atlântico, onde durante o Período Contemporâneo se colocaram e afirmaram não só os interesses de Portugal, como também os das várias potências navais.

Em simultâneo, porque entendemos que essa deve ser uma das preocupações do conhecimento histórico e da historiografia, procuramos compreender melhor o presente e, mesmo que ainda sem uma abordagem sistemática e só relativamente articulada, procuramos deixar elementos e contribuir para que tal possa ser feito no futuro (que desejamos próximo).

Neste sentido, tendo como referência temporal um período longo, balizado entre o início do século XIX e o primeiro quartel do século XXI, vamos aferir e definir, numa perspectiva global, a importância do espaço insular madeirense nos vários sistemas internacionais e nas suas fases de ajuste ou mudança.

Identificámos dez (10) períodos, cada um deles associado a uma cronologia de tempos curtos (variáveis entre os 2 e os 15 anos), durante os quais considerámos não só elementos substantivos e de referência, assim como *constantes* e *linhas de força*, que fundamentam a especificidade e a relevância, mas acima de tudo a posição do Arquipélago, no passado e no presente, com o intuito de ajudar ainda a projectar o futuro[3].

Tomamos ainda a liberdade de referir – sem pretensiosismos – que nenhum dos períodos é reconhecido ou se encontra plasmado nas Histórias Contemporâneas de Portugal, que invariavelmente os ignoram, em particular naquilo em que se correlacionam com a própria evolução e relevância do(s) espaço(s) geoestratégico(s) português(es). Os períodos são os seguintes:

[3] Não obstante o espírito subjacente a este texto, é curial esclarecer que, naquilo que diz respeito à sua contextualização genérica, a respeito da realidade portuguesa continental e da sua inserção nos sistemas internacionais e/ou mundiais, seguimos de perto (mas não exclusivamente) o pensamento de António Telo, que se pode encontrar, entre outros, em: 1993, *Os Açores e o controlo do Atlântico*; 1996, *Portugal e a NATO. O reencontro da tradição atlântica*; 1996, *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria. Reflexões sobre o sistema mundial*; 1997, «Treze teses sobre a disfunção nacional – Portugal no sistema internacional», pp. 649-683; 1998, «A Península no sistema das relações internacionais», pp. 49-68; 2008, *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II.

1. As *Guerras Napoleónicas* (1799-1815)
2. As Revoltas Liberais Portuguesas (1820-1834)
3. A Década de 40 do Século XIX: O Fim de uma Era?
4. Do Final do Século XIX ao Início do Século XX
5. A Grande Guerra (1914-1918)
6. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)
7. A Madeira e o Atlântico Português na Formação da OTAN (1946-1951)
8. A Instituição da Democracia e o Espaço Euro-Atlântico (1974-1976)
9. Da CEE à UE (1977-1986-2009)
10. Que Futuro para o nosso Passado?

No final apresentamos algumas conclusões e novos problemas.

1. As *Guerras Napoleónicas* (1799-1815)

O conflito, que marcou o fim de uma era, representou também, para a Madeira, a afirmação de uma realidade nova – pela primeira vez desapegada dos interesses da Coroa portuguesa – que levou ao desenvolvimento de uma *via autónoma*, que se afirmou, quer pela importância da Ilha em si mesma, quer pela relevância estrita para outras potências, em particular no quadro amplo dos interesses múltiplos da principal potência naval (o Reino Unido), ou seja: fora da tradicional projecção atlântica da Coroa portuguesa, alterada a partir de certo momento por uma conjuntura internacional inédita (marcada pela pressão franco-espanhola e, depois, pela fuga da Corte para Brasil).

Três factos marcaram este período: em Julho de 1801, a primeira ocupação britânica, durante seis meses (entre meados de Julho de 1801 e Janeiro de 1802); no final de Dezembro de 1807, a *Capitulação* e *Tomada* da Ilha pelas forças britânicas, que representou a perda da soberania portuguesa sobre o espaço insular e a sua assunção pela Coroa britânica, em nome de Jorge III, situação que se manteve até Março-Abril de 1808; a devolução da soberania à Coroa portuguesa e a ocupação militar (a segunda) que se lhe seguiu, iniciada de imediato, em Abril de 1808, que persistiu até Outubro de 1814.

Em qualquer dos casos, a conjuntura internacional foi decisiva para potenciar a importância geoestratégica e o interesse pela Madeira: a pressão franco-espanhola sobre a Península ibérica e sobre Portugal e Gibraltar em particular, que a concretizar-se materialmente cortaria o acesso da Marinha de Guerra britânica

a portos relevantes; a influência dos ventos alíseos em tempo de navegação à vela, que faziam da Madeira um ponto de controlo sobre as ligações entre os Hemisférios Norte e Sul e de apoio à gestão da situação no Mediterrâneo; o Funchal como base segura, tanto para a recolha e gestão das informações (no quadro das movimentações das unidades navais britânicas), como para os reabastecimentos.

No cômputo geral, estes anos representaram para a Madeira um período áureo (sob os pontos de vista político, administrativo e comercial) – note-se: exactamente o oposto do que se verificou no Reino –, atingindo-se, por exemplo, valores de exportação vinícola até então nunca alcançados, ligados à liberalização dos movimentos portuários e alfandegários, resultantes da presença e dos interesses britânica, sem esquecer uma efectiva (e inédita) autonomia administrativa.

Neste quadro, os únicos momentos de tensão foram vividos durante a Guerra Anglo-Americana (1812-1814), mas mesmo estes sem grandes efeitos nefastos, uma vez que na verdade a *Royal Navy* nunca conseguiu exercer um controlo ou bloqueio efectivo sobre as unidades navais norte-americanas. Ainda assim, verificaram-se alguns condicionamentos, em particular no fornecimento de cereais.

Estas premissas, que afirmam a importância geoestratégica, vão manter-se ao longo do século XIX, embora também se verifique um processo de adaptação a novas necessidades, em particular àquelas que resultam – como adiante veremos – do salto tecnológico que se verifica sobremaneira no último quartel do século.

2. As Revoltas Liberais Portuguesas (1820-1834)

A Revolta Liberal, na sua versão *vintista*, encontrou a Madeira a «boiar no Atlântico» (a expressão é coeva, do Governador e Capitão-General Sebastião Xavier Botelho, em Maio de 1821)[4]. Isto depois de o Arquipélago só ter aderido – o que não é de somenos – ao novo sistema político na sequência do *28 de Janeiro de 1821*. Além de vários ajustes, no quadro das relações de poder, das instituições e até na liberdade de expressão, o *vintismo madeirense* ficou política e juridicamente caracterizado pela decisão das Cortes, expressa na *Constituição de 1822*, de impor, com artificialismo, a designação de «Ilhas Adjacentes» (ao Reino).

O regime da *adjacência* foi assim um artifício que, além da importância política que lhe é subjacente (que aqui não compete desenvolver), revelou também uma dupla preocupação geoestratégica:

[4] RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, p. 79.

a) serviu para tornar o Arquipélago adjacente à Europa, possessão do Portugal *europeu e peninsular*, afastando-o assim de qualquer outro projecto político, desde o independentista ao da união ao Brasil, passando pela inserção no Império britânico, sem esquecer que à época, a respeito da Madeira, também se discutia se esta faria ou não parte do continente africano;

b) a referida integração política (definida pela *adjacência*) também serviu na primeira metade da década de 20 do século XIX para a afirmação do novo poder liberal: recorde-se, por um lado, que a adesão da Madeira ao movimento não foi concomitante ao processo no Reino, pois a Ilha só aderiu à *Causa liberal* em Janeiro de 1821; por outro lado, para D. João VI (o monarca do Reino *Unido de Portugal e do Brasil*), a perda da Madeira significou um forte revés, que terá mesmo abreviado (ou pelo menos impulsionado) a sua decisão de regressar à Europa (Reino), algo que já lhe tinha sido exigido pelos novos poderes constituídos em Lisboa (Cortes e Governo), uma opção a que ele objectava ou oferecia alguma resistência, não só pela sua ideia e planos para o Reino Unido de Portugal e do Brasil, mas também por não concordar com os termos que lhe estavam a ser impostos para tal regresso.

Depois, no final da década de 20, já num quadro de conflito intenso e guerra entre liberais e absolutistas (*pedristas* e *miguelistas*), com a Guerra Civil de 1828-1834, veja-se a preocupação (senão mesmo a prioridade) que as duas facções tiveram em conquistar e manter a Ilha[5].

Na verdade, no início, o Governador e Capitão-General Travassos Valdez, fiel a D. Pedro, conseguiu resistir à primeira investida das forças miguelistas (recusando-se a entregar o poder a José Maria Monteiro), mas depois mostrou-se impotente, em Agosto de 1828, para fazer frente ao desembarque de um novo (e reforçado) contingente armado, suficiente para garantir que a ilha seria mesmo conquistada pelos miguelistas, que assim, entre outras coisas, também garantiam o acesso aos rendimentos da Alfândega do Funchal;

Nos anos seguintes, em particular a partir de 1831-1832, vejam-se os projectos e até as tentativas (fracassadas) das forças liberais para reconquistar a Ilha, entendendo que tal acção não só os poderia catapultar (de forma mais bem sustentada) para a (re)conquista do Reino, como também lhes forneceria importantes garantias financeiras.

[5] RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica* e RODRIGUES, 2022, «A Guerra Civil na Madeira», pp. 107-140.

A este respeito, aliás – e destaque-se – não se pode deixar de referir que a determinado momento, entre alguns liberais, chegou mesmo a debater-se, no quadro do esforço de guerra, sobre a pertinência de vender o Arquipélago à Inglaterra (passando assim a ser uma colónia britânica). É óbvio que também se podem colocar reticências quanto à sinceridade de tal ideia, por ser verosímil que se tratasse de mais uma estratégia para atrair e convencer o Governo britânico a facilitar os necessários (e urgentes) apoios financeiro e militar. Mas em qualquer circunstância, o caso serve para que se possa aferir sobre a consciência múltipla a respeito da importância da Ilha no quadro do próprio Império britânico.

Por último, passados seis anos, em meados de 1834, já depois de assinada a Convenção de Évora-Monte (26 de Maio de 1834), veja-se a relativa resistência, organizada e mantida pelo Governador D. Álvaro da Costa Macedo, *miguelista*, que só abandonou funções no final de Julho, depois de lhe ser garantido que não seria preso ou morto, isto não obstante já se ter verificado no Funchal a proclamação da vitória liberal, a 5 de Junho.

Também assim se percebe como, ajudada pela orografia, uma força bem organizada, armada, disciplinada e superiormente comandada dificilmente podia ser derrotada. Isto também ajuda a explicar por que razão as forças que se apresentaram em frente à Ilha, com intenção de desembarque e admitindo o uso da força se necessário, quer durante as Guerras Napoleónicas, quer durante as Guerras Liberais, terem sido sempre muito significativas, com o intuito de induzir e impor uma capitulação sem combate.

Em paralelo, acrescente-se que em todos estes momentos o intermediário decisivo foi o elemento britânico (formal ou informalmente, através do consulado ou da colónia residente), funcionando assim como o principal garante de uma transição pacífica de poderes. Desde logo, evitando (de um modo geral) os confrontos físicos e assegurando a mudança nos poderes administrativos, com o principal objectivo de impedir quaisquer danos colaterais, que afectassem os interesses comerciais há muito estabelecidos, entre os quais a comunidade britânica se encontrava na proa. Aliás, inaugurou-se e desenvolveu-se ao longo das três primeiras décadas do século XIX uma prática que se manteria constante na centúria seguinte, até Maio de 1931, aquando da invasão realizada pelas forças armadas portuguesas a mando da Ditadura Militar – e, no extremo, até ao final da Segunda Guerra Mundial.

3. A Década de 40 do Século XIX: O Fim de uma Era?

O período final do *Cabralismo* e a chamada Guerra Civil da Patuleia (Outubro de 1846 – Junho de 1847), na sequência dos acontecimentos da Primavera de 1846, que levaram à chamada Revolução da Maria da Fonte (Abril-Maio), inauguram um novo período.

Durante a referida Guerra Civil, a Madeira aderiu ao movimento revoltoso que se levantou a partir do Norte, que depois teve base no Porto (onde se criou uma Junta Governativa) e se alastrou ao Minho e a Trás-os-Montes, às Beiras e à Estremadura.

No Funchal também se instituiu uma Junta Governativa (que funcionou entre 29 de Abril e 26 de Julho de 1847), mas à qual não aderiu o então Governador José Silvestre Ribeiro, apesar de isso lhe ter sido solicitado. Só por se ter recusado é que foi afastado.

A Junta, que recusou (como outras que se criaram no Reino) obediência ao Governo Central, governou assim autonomamente a Ilha durante três meses. Mais: até se manteve no exercício de funções depois de alcançado um entendimento para a paz no Reino, pois só foi exonerada quase um mês depois de assinada a *Convenção do Gramido* (29-06-1847).

A respeito da importância atribuída ao espaço madeirense, este(s) conflito(s), de finais da década de 1840:

a) por um lado, confirmam a importância que as grandes potências (desde logo o Reino Unido) continuavam a atribuir-lhe: quando se inicia (a 14 de Julho) o processo de transição entre poderes, que vai levar à destituição da Junta Governativa da Madeira (concluído a 26 de Julho), encontram-se seis navios de guerra na Baía do Funchal, quatro deles estrangeiros, ao abrigo da intervenção da *Quádrupla Aliança* em Portugal[6];

b) depois, por outro lado, com o afastamento definitivo de Costa Cabral, apesar de se ter entrado num longo período de paz e estabilidade política (como até

[6] *Quádrupla Aliança* (22 de Abril de 1834): designação dada ao tratado assinado em Londres, entre os governos de Guilherme IV do Reino Unido, Luís Filipe de França, D. Pedro IV de Portugal (regente em nome de sua filha D. Maria II) e a regente de Espanha D. Maria Cristina de Bourbon, visando impor regimes liberais nas monarquias ibéricas. Tal implicava a garantia da expulsão dos infantes D. Miguel de Bragança de Portugal e D. Carlos de Borbón de Espanha, mesmo que tal obrigasse à entrada de tropas estrangeiras nos respectivos territórios. Mais tarde, ainda no que respeita a Portugal, a Quádrupla Aliança foi invocada para legitimar uma nova intervenção estrangeira que, na Primavera de 1847, pôs termo à guerra civil da Patuleia que havia rebentado na sequência da Revolução da Maria da Fonte e do golpe palaciano da Emboscada.

então nunca se vivera) – em muito também sustentados na relativa paz militar que a hegemonia britânica produziu no espaço Atlântico a norte do Equador –, ainda assim os anos seguintes ficaram marcados pelas movimentações em torno de duas questões ligadas ao desenvolvimento tecnológico que então se fez sentir: primeiro, o estabelecimento de depósitos carvoeiros (os primeiros ainda no final da década de 40), para dar resposta à crescente demanda da navegação a vapor; depois, o lançamento e amarração do(s) cabo(s) submarino(s) (no início da década de 70), depois de o assunto se ter começado a colocar de forma recorrente desde 1862.

Em qualquer dos casos, sem surpresa, avançaram empresas britânicas.

4. Do Final do Século XIX ao Início do Século XX

Neste período, também conhecido por *Belle* Époque, coexistiram a ainda designada *Corrida a África*, o choque dos Impérios, os novos interesses ligados à expansão colonial, as novas tecnologias de uso militar (em particular nas Marinhas de Guerra e nas armas de Artilharia e Infantaria) e as crises múltiplas (e profundas), num período que também se caracterizou pela afirmação de uma Cultura cosmopolita, que em muito era fruto do salto tecnológico da chamada Segunda Revolução Industrial. E tudo isto num quadro marcado por relações externas e diplomáticas que cada vez mais tenderam a admitir, conceber e até aceitar como *natural* (senão mesmo *necessária*) a guerra entre potências. Mais: desenvolveu-se mesmo um sentimento público (e publicado) que não o contrariou, projectando tal conflito quase como um movimento regenerador do ser humano.

É neste contexto que se vai reformular a importância do Sudoeste Atlântico próximo europeu e da posição da Madeira, para onde também passou a olhar com muito interesse a Alemanha.

É nestes anos que se coloca a Questão dos Sanatórios[7], que reflecte como, a coberto do chamado *Turismo Terapêutico* e sob a capa de uma iniciativa privada, envolvendo a projectada compra de três das principais Quintas no Funchal (*Vigia*, *Pavão* e *Bianchi*), a Alemanha tentou fazer através do Turismo aquilo que o Reino Unido realizara no início do século XIX com a indústria vinícola: estabelecer na Ilha uma comunidade forte, desenvolvendo laços comerciais e inter-relações sociais, para fazer da Madeira um ponto geoestratégico importante no quadro do (emergente)

[7] GUEVARA, 1997, *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A questão da concessão dos sanatórios da Ilha da Madeira*.

Império Alemão. Um assunto que também não se deve desassociar das cogitações germânicas a respeito de Marrocos (Agadir) e dos seus resultados (desfavoráveis aos alemães).

É neste quadro que se deve interpretar, por exemplo, a única visita ao Funchal de uma Família Real portuguesa (D. Carlos e D. Amélia), realizada no Verão de 1901, a qual – *ab initio* – de turística teve pouco, embora depois também fosse aproveitada para promover a Ilha nesse sentido. Na sua génese, a visita teve, acima de qualquer outro intuito, um forte significado político: demonstrar o interesse de Portugal em manter a Madeira sob a sua soberania, fazendo-o (como não podia deixar de ser) com o total apoio do Governo britânico. Foi, aliás, junto da comunidade britânica que a Família Real se hospedou.

O motivo pode, hoje, parecer algo absurdo, mas na época não o era. Desde a década de 90, em particular desde 1898, que circulavam rumores (meros boatos?) a respeito de uma hipotética divisão das colónias africanas portuguesas, receando-se que – a concretizar-se – tais movimentações tivessem repercussões nas Ilhas Adjacentes, em particular na Madeira, que se encontrava numa das rotas preferenciais de passagem marítima para a África Ocidental, onde se situavam os principais interesses germânicos.

Depois, durante toda a última década do século XIX e a primeira do século XX, foram sempre frequentes – quase semanais – as passagens pelo Funchal de diversas unidades pertencentes às principais Marinhas europeias (alemã, britânica e francesa, além da portuguesa), sem esquecer a presença crescente da Marinha de Guerra dos EUA.

5. A Grande Guerra (1914-1918)

A respeito da Grande Guerra – eventualmente, tendo em conta o objecto deste texto, o período que mais se repercutiu na historiografia, por causa das duas acções realizadas por submarinos alemães na baía do Funchal –, importa destacar que o Arquipélago se encontrava então no centro do que se considerava o *triângulo estratégico português* (Açores – Lisboa – Cabo Verde), e que, no início da Guerra, a importância geoestratégica da Madeira se revelou de forma *negativa*, isto é: para os aliados (em particular para o *Foreign Office*, tendo em conta os interesses, a capacidade efectiva, as limitações e até os receios da *Royal Navy*), o principal objectivo era evitar que a Madeira – até a coberto da neutralidade portuguesa – pudesse de alguma forma funcionar como ponto de apoio ou base para quaisquer

unidades da *Kriegsmarine* (e eram várias as que na fase inicial da Guerra actuavam no Atlântico), mas em particular os *Unterseeboot* (*U-Boots*), que nos anos seguintes se revelariam mortíferos para as Marinhas (de Guerra e Mercante) dos aliados.

A este respeito, aliás, acrescente-se que tudo indica, inclusive com sustentação em relatos e registos oficiais coevos, além das habituais suspeitas e da usual boataria, que os *U-Boots* se conseguiram abastecer nos mares do Arquipélago, havendo presenças detectadas em diversos locais, das Desertas às proximidades das Pontas do Pargo e de São Lourenço, assinalando-se, inclusive, fornecimentos provenientes de terra[8].

Depois, com a entrada de Portugal na Guerra (em Março de 1916), a situação alterou-se de modo substantivo, não só porque, por um lado, as acções de controlo e vigilância aumentaram, mas também porque, por outro, se agravou, de modo muito considerável, o isolamento efectivo do Arquipélago, algo que se projectou também num sentimento crescente de insegurança e de abandono por parte dos poderes centrais portugueses, expresso publicamente, dando azo quer à recuperação (e actualização) de uma expressão em voga desde o início da década de 90 do século anterior: a Madeira como a "Irlanda portuguesa" e, de modo concomitante, à emergência de um forte e consistente movimento autonomista.

Como é óbvio, tudo isto passou a ter uma dimensão ainda mais concreta, ganhando substância e novos contornos, de carácter reivindicativo, depois das duas acções efectuadas na Baía do Funchal por submarinos alemães, a 3 de Dezembro de 1916 e a 12 de Dezembro de 1917, que, apesar de terem objectivos diversos, em qualquer dos casos atingiram alvos terrestres. O bombardeamento de 1916 foi mesmo o primeiro a atingir alvos portugueses no hemisfério Norte.

Depois, passaram a ser relativamente frequentes (com ou sem fundamento) os alarmes e/ou registos de avistamentos de *U-Boots* no mar madeirense, algo que, como facilmente se percebe, provocou fortes danos na vida insular, desde o agravamento das dificuldades nos abastecimentos, até ao aumento geral do custo de vida, a começar pelo preço (muitas vezes incomportável) dos fretes e dos seguros. A partir de finais de 1917, o mar do Arquipélago foi mesmo oficialmente declarado pela Alemanha como Zona de Guerra (submarina).

[8] RODRIGUES, 2014, «A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918): tópicos de Política e Defesa», pp. 64-83.

A outro nível, a Grande Guerra veio confirmar também – isto se tal ainda fosse necessário – que Portugal (por intermédio dos seus Ministérios da Guerra[9] ou da Marinha[10]) não tinha qualquer capacidade material para assegurar a defesa naval do espaço madeirense, nem sequer para garantir a segurança das ligações marítimas ou a mera defesa costeira, algo que, aliás, havia sido por demais evidente aquando dos bombardeamentos.

Na prática e sem surpresa, a protecção naval ficou a cargo da Marinha de Guerra britânica com o auxílio, a partir de finais de 1917, de algumas unidades navais dos EUA. Serão mesmo os britânicos a fornecer o essencial e, inclusive, a garantir a instalação e o funcionamento de uma estação de TSF (um dos alvos do bombardeamento de 1917), não por acaso colocada próximo do conjunto edificado do Convento de Santa Clara, que acabou mesmo por ser atingido, ajudando a alimentar por esse facto a propaganda anti-germânica.

Refira-se que, com o fim da Guerra, a referida Estação de TSF foi desmontada e retirada.

6. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Nos anos 30 do século XX verificou-se algo semelhante ao que sucedera na década anterior à Primeira Guerra Mundial, ou seja: por um lado, a passagem e a presença frequentes de unidades das Marinhas de Guerra alemã, britânica, francesa, dos EUA e até da Itália; por outro, a gradual emergência de um discurso, inclusive nos periódicos madeirenses, de que uma (nova) Guerra surgia no horizonte, embora também se deva reconhecer que passadas duas décadas sobre aquele primeiro grande conflito mundial, não havia nos anos 30 uma certa dimensão algo *romântica* – inconsciente? – que caracterizara muitas das intervenções de finais do século XIX.

[9] Foram 12 (!!) os Ministros da Guerra entre 1914 e 1918: Pereira de Eça (Fev.-Dez. 1914), Joaquim Cerveira de Albuquerque (Dez. 1914-Jan. 1915), Pimenta de Castro (Jan.-Maio 1915), José Augusto de Castro (Maio-Jul. 1915), Norton de Matos (Jul. 1915-Maio 1917 e Jul.-Dez. 1917), Afonso Costa (Maio-Jul. 1917), Sidónio Pais (Dez. 1917-Maio 1918), Tamagnini Barbosa (Maio 1918), Amílcar Mota (como Secretário Estado da Guerra, Maio-Out. 1918) e Álvaro de Mendonça (Out.-Dez. 1918).

[10] Foram 10 (!!) os Ministros da Marinha, entre 1914 e 1918, sem contar com alguns dos interinos de poucos dias e situações de mera gestão: Augusto Neuparth (Fev.-Dez. 1914), Victor de Azevedo Coutinho (Dez. 1914-Jan. 1915 e 2.ª vez, Nov. 1915-Abril 1917), Xavier de Brito (Jan.-Maio 1915), José Augusto de Castro (Jun.-Nov. 1915), Arantes Pedroso (Abr.-Dez. 1917), António Aresta Branco (Dez. 1917-Mar. 1918), Carlos da Maia (Mar.-Jun. 1918), Alfredo Magalhães (2.ª vez, interino, Jun.-Set. 1918), Canto e Castro (Set.-Dez. 1918).

O que se mantém é que, à semelhança do que sucedera antes da Grande Guerra, Portugal continua muito longe de encontrar-se preparado para qualquer compromisso militar, porque lhe faltam meios. Por isso, não tem outra alternativa senão servir-se das Ilhas Adjacentes – como já era tradição, desde o final do século XIX – como "moeda de troca", numa espécie de mais-valia(s) geográficas, que sabia interessarem ao Reino Unido e aos EUA (mas não exclusivamente).

As Forças Armadas portuguesas, a Armada inclusive, já tinham começado o seu rearmamento, mas ainda nem sequer tinham completado a sua primeira fase. Ou seja: reconhece-se a importância dos Arquipélagos Adjacentes (com crescente destaque, é certo, para os Açores, por causa da emergência da nova potência naval, os EUA, e dos seus interesses), mas Portugal não tem forma de conseguir meios próprios para a defesa dos Arquipélagos[11].

Isto não significa a inexistência de interesse pela Madeira. A comprová-lo, basta assinalar a quantidade (e diversidade) de unidades de guerra que passam com regularidade pela Baía do Funchal ou que são registadas no mar da Madeira a partir de meados da década de 30. A lista seria longa, mas entre elas podem encontrar-se alguns dos principais e mais conhecidos navios de guerra britânicos, alemães, franceses ou dos EUA, alguns dos quais teriam em breve o seu nome inscrito na História da guerra naval. Isto além da passagem frequente de unidades da marinha portuguesa.

Vejam-se alguns exemplos, entre 1934 e 1938: o cruzador *Hood*, em Janeiro de 1934, com regresso em Dezembro de 1935 e mantendo-se frequentador assíduo nos anos seguintes; os cruzadores *Deutschland* e *Koln*, em Junho de 1934; no segundo trimestre de 1935 (entre 22 e 27 de Maio), chegou, proveniente dos Açores, uma divisão naval, pertencente à 2.ª Esquadra da Marinha de Guerra francesa, na qual se destacavam os antigos couraçados *Provence* (1916) e *Bretagne* (1916), mas acima de tudo oito submarinos, todos de construção recente, onde se incluía o *Le Centaur* (1935), em viagem inaugural; ainda em Maio de 1935, o couraçado alemão *Admiral Scheer* (e novamente o *Koln*); em Outubro, regressaram o *Deutschland* e o *Admiral Scheer*, então entre as mais modernas e poderosas unidades da Armada alemã; entre Junho e Agosto de 1935, os couraçados norte-americanos *Arkansas* (1912), anos depois presente no desembarque da Normandia e na Guerra do Pacifico,

[11] TELO, 1987, *Portugal na Segunda Guerra*; TELO, 1991, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vols.; TELO, 1993, *Os Açores e o controlo do Atlântico*; TELO, 1998, «A Península no sistema das relações internacionais», pp. 49-68.

em Iwo Jima e Okinawa; e o *Wyoming* (1912), então usado como navio-escola e ainda o novíssimo cruzador *Hull* (Janeiro de 1935).

Refira-se que, por razões protocolares (ou outras), muitas destas presenças impunham o destacamento simbólico de unidades portuguesas: em Maio de 1935 e em 1936, por exemplo, os navios *Afonso de Albuquerque* e *Pedro Nunes*; em Outubro (com os navios alemães), a canhoneira *Beira*.

Ainda em Junho de 1935, a Divisão Naval de Instrução da Armada portuguesa realizou manobras navais na Madeira e nos Açores, nelas intervindo uma esquadrilha de contratorpedeiros, formada pelo *Lima*, o *Vouga* e o *Dão*, além de três submarinos (*Espadarte*, *Delfim* e *Golfinho*). Note-se que em 1935, por exemplo, das quase 1300 embarcações que deram entrada no porto, 54 eram navios de guerra (um valor elevado, em termos relativos).

Em Janeiro do ano seguinte, esteve o couraçado alemão *Schlesien* (uma unidade pré-dreadnought, de 1908). Ainda em 1936, passaram, em Fevereiro, no âmbito do programa de cruzeiros anuais da *Home Fleet*, os couraçados britânicos *Nelson* (1927) e *Rodney* (1927), o porta-aviões *Furious* (1917) e o destroyer *Sturdy* (1919), sob o comando do Contra-Almirante Gordon Ramsay (mais tarde responsável, em Junho de 1940, pela organização da retirada de Dunquerque).

A propósito das questões que então se levantavam, devem ainda destacar-se, entre outras, as intervenções públicas, em Abril de 1935, do conhecido Luís Vieira de Castro, depois publicadas, nesse mesmo ano, sob o título *O Mundo que finda e o Mundo que começa*. Ou ainda, a outro nível, a publicitação nos jornais funchalenses, em Maio do mesmo ano, das declarações do embaixador da França em Berlim, André François-Poncet, em funções na capital alemã desde 1931 (e onde se manteve até 1938), quando comparou a situação que então se vivia na Europa com aquela que se vivera em 1913[12].

Assim se renovou o interesse pelo espaço insular madeirense. A reforçá-lo estão ainda: o facto de em Março-Abril de 1937 o Funchal ter sido escolhido, no quadro da Guerra Civil em Espanha, como uma das bases da Esquadra britânica encarregada da vigilância, fiscalização e garantia da *Não-Intervenção* externa no conflito; depois, já em plena Segunda Guerra Mundial, a preparação de um *Plano* (secreto) de ocupação militar da Ilha por forças britânicas, designado de *Operation Ripper*, com o intuito de salvaguardá-la nos casos de Portugal sucumbir a qualquer ataque ou, eventualmente, de se verificar alguma alteração (ainda que inesperada)

[12] *Diário de Notícias*, 09-05-1935.

na política externa portuguesa a respeito da Guerra, no sentido de uma maior aproximação à Alemanha nazi[13].

Esclareça-se que, em 1941-1942, as ambiguidades do Governo português tinham, de facto, acabado por conduzir a uma aproximação entre os Governos de Lisboa e de Berlim. Na verdade, só a partir de 1943 é que o Governo (no qual Salazar também ocupava a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros, desde Novembro de 1936) passou a apoiar abertamente os esforços de guerra dos Aliados, abandonando a política de quase estrita neutralidade que até então o caracterizara[14].

Mas convém não esquecer que também a Alemanha gizou vários planos com incidência sobre a Península Ibérica, podendo destacar-se as Operações *Félix*[15] (contra Gibraltar) e *Isabella* (contra Portugal). A este respeito, tenhamos presente o caso dos refugiados gibraltinos acolhidos na Madeira (a partir de Julho de 1940), podendo ainda acrescentar-se que também se sabe que, a partir de 1941, ficou praticamente afastada dos planos alemães qualquer intenção de intervir directamente contra as ilhas atlânticas portuguesas.

É perante tais riscos e para responder às ameaças que, no início de 1942, o Reino Unido tem necessidade de dispor de vias de comunicação relativamente seguras no Atlântico e, nesse âmbito, encontrar alternativas viáveis à utilização de Gibraltar como base naval. Nas suas linhas gerais, a situação e os riscos eram, de certa forma, semelhantes àqueles que tinham sucedido durante as Guerras Napoleónicas, a que anteriormente nos referimos.

Em simultâneo, no *Foreign Office* também se sabia que Portugal estava a reforçar os seus contingentes armados, constituindo diversas forças expedicionárias, que estavam a ser enviadas para os Açores (contingente de 25 500 homens), Madeira (6000), Cabo Verde (7500), Angola (1500) e Moçambique (1500, mais cerca de 8000 que era suposto seguirem para Timor). A isto ainda se juntava os factos de grande parte do armamento ser de origem alemã, o que podia ser um prenúncio preocupante, e de se saber que em 1941 o Subsecretário de Estado da Guerra, Capitão Santos Costa, atribuíra ao Coronel Barros Rodrigues a incumbência de

[13] RODRIGUES, 2004, «Operação *Ripper* – um projecto de ocupação da Madeira durante a 2.ª Guerra Mundial», pp. 14-19.

[14] TELO, 1987, *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa e TELO, 1991, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. I.

[15] A 23 de Outubro de 1940 Hitler e Franco chegaram a encontrar-se em Andaya para discutir as condições da referida Operação, mas para os alemães a reunião é um desastre. Franco exige não só demasiado armamento, mas também territórios como Gibraltar, Marrocos e Oran (Argélia), e ainda acrescenta incomportáveis exigências financeiras e económicas. Hitler diria mais tarde, com algum sarcasmo, que preferia arrancar todos os dentes a voltar a encontrar-se novamente com Franco.

chefiar um grupo de trabalho com a missão de elaborar um Plano de Defesa do Arquipélago (embora na prática só da Ilha da Madeira)[16].

Neste quadro, a salvaguarda dos interesses britânicos poderia concretizar-se pela diplomacia ou pela força. A aludida *Operação Ripper*, seriamente ponderada entre Fevereiro de 1942 e meados de 1943 e qualificada de *muito secreta*, respondia à necessidade de agir sem o acordo prévio do Governo português, fazendo uso da força e em consonância (mas não necessariamente em simultâneo) com uma outra Operação (*Brisk*) para a captura de ilhas açorianas[17].

A Madeira, mesmo sem aeródromo – uma insuficiência muito destacada –, permitia uma maior profundidade atlântica, reforçava e tornava mais flexível o controlo da entrada no Mediterrâneo e fornecia um ponto de apoio relativamente seguro próximo da costa africana, num momento em que a guerra no Norte de África continuava em aberto e já tinham sido detectados reabastecimentos de submarinos alemães no Arquipélago das Canárias.

Neste contexto, a *Operação Ripper* tinha dois objectivos primordiais:

a) ocupação da Ilha, com o propósito de funcionar como ponto de apoio e reabastecimento para os contratorpedeiros e cruzadores em missões de vigilância;

b) a utilização da baía do Funchal como base para hidroaviões.

A respeito dos procedimentos previstos, indicavam-se as unidades materiais e humanas necessárias, assim como as acções de propaganda e subversão a realizar,

[16] Existiam também peças de artilharia antiaérea britânicas (Vickers, calibe 9.4), no Pico do Buxo (São Martinho) e no Palheiro Ferreiro, e outras, de menor calibre, suecas (Bofors). No início de 1940 tinham-se iniciado estudos para a construção de uma bateria de defesa de costa. O local escolhido foi o Pico da Cruz (São Martinho), uma posição com grande alcance de fogo. A construção iniciou-se a 5 de julho de 1940 e terminou a 21 de novembro do mesmo ano. A unidade foi designada como Bataria Independente de Defesa de Costa n.º 2 e era constituída por três peças Krupp 15/40 CTR m/902, com um alcance máximo de 14 km. Sobre este assunto *vide* RODRIGUES, 2004, «Operação *Ripper* – um projecto de ocupação da Madeira durante a 2.ª Guerra Mundial», pp. 14-19 e RODRIGUES, 2023, *O Aparelho de defesa da Madeira na Segunda Guerra Mundial*.

[17] RODRIGUES, 2004, «Operação *Ripper* – um projecto de ocupação da Madeira durante a 2.ª Guerra Mundial», pp. 14-19. O primeiro esboço da operação militar britânica (de 26-02-1942) foi dirigido ao Almirantado, ao Ministério do Ar e a responsáveis pela logística. Em Março de 1942 estavam traçadas as linhas gerais e em Abril estava tudo pronto para aprovação (e concretização, se necessário fosse, no Verão desse mesmo ano). Sabia-se que as defesas insulares eram obsoletas, que não existia defesa aérea e que eram escassas as capacidades materiais. Em condições normais, as operações – envolvendo 4200 homens e 160 veículos – estariam concluídas em sete dias. O primeiro desembarque, a coberto da escuridão, teria lugar na Praia Formosa e seria feito por comandos. Em Maio de 1943, a Operação voltou a ser equacionada pelo Reino Unido, mas agora apenas de modo fugaz e com algumas actualizações, estas devido ao contingente militar insular ter sido reforçado, entretanto. Tal sucedeu na sequência da Conferência Trident (entre os Estados-Maiores aliados, com a presença de Churchill e Roosevelt), perante o hipotético recrudescer da acção dos submarinos alemães, mas também por causa da atitude de crescente interesse dos EUA pelo Atlântico, algo que também incomodava o governo britânico.

identificando-se também diversas personalidades, em particular alguns elementos das autoridades insulares e locais, assim como outros membros da sociedade funchalense, apresentados e qualificados de acordo com a sua predisposição política, favorável ou hostil aos Aliados ou ao Eixo.

Uma vez mais, numa conjuntura internacional difícil para os Aliados, a Madeira apresentava-se como um ponto estratégico alternativo, dentro do triângulo estratégico português (Lisboa – Açores – Cabo Verde). Só o decurso da guerra fez com que a *Operação Ripper* fosse abandonada, deixando de fazer sentido com o êxito gradual da *Operação Torch*, de desembarque das forças Aliadas no Norte de África (Marrocos e Argélia), iniciado em Novembro de 1942.

Tendo em conta este novo quadro, que emerge, se confirma e reforça em apenas meia dúzia de meses, deixa de ser necessário avançar para a Madeira, por três motivos: 1. verifica-se a retirada dos submarinos alemães; 2. confirma-se o êxito das operações em Itália; 3. acima de tudo, é concluído (assinado em Agosto de 1943) um acordo entre os Governos de Lisboa e de Londres, para a utilização dos Açores por forças britânicas a partir de Outubro.

Não obstante, uma vez mais, a *Operação Ripper* confirma que a Madeira ficaria sempre na órbita britânica, mantendo-se – numa primeira fase – apenas alguma incerteza a respeito dos Açores, situação rápida e definitivamente ultrapassada por pressão norte-americana (no sentido do acordo acima mencionado), ficando claro que a aceitação do Governo português (e de Salazar em particular) se fez de forma algo contrariada, mas inevitável, perante a pressão dos EUA[18].

Ao mesmo tempo, os factos também revelam uma outra verdade: na perspectiva do Governo Central, numa situação extrema, a prioridade da defesa era única e exclusivamente pensada em termos de Portugal Continental.

É exactamente neste sentido que, no início de 1944, o Governo português propõe ao seu homólogo britânico a revisão do Plano de Defesa de 1943, sugerindo que tal revisão se devia tornar *permanente*, mas apenas no que respeita à defesa de Portugal continental. Esclareça-se que todos os departamentos britânicos consultados são contra, mas não o dizem, para que não se deteriorassem as relações luso-britânicas[19].

[18] TELO, 1998, «A Península no sistema das relações internacionais», pp. 49-68.
[19] TELO, 1991, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vols.

7. A Madeira e o Atlântico Português na Formação da OTAN (1946-1951)

O pós-Segunda Guerra Mundial trouxe novos problemas (e, para muitos, um *Mundo Novo*). Deu-se (mais) uma mudança do sistema internacional, agora marcado pela definitiva emergência dos EUA, pela diminuição relativa do peso do Reino Unido à escala global (e, em particular, no Atlântico), além de outras componentes associadas à chamada *Guerra Fria*, que passam pela afirmação – também à escala global – dos interesses da URSS.

Em paralelo, verificou-se o habitual salto tecnológico, caraterístico dos períodos de pós-guerra. Neste caso, marcado em particular por um forte desenvolvimento e rápido progresso da navegação aérea e da aviação, assim como dos sistemas de comunicação e de controlo. Estes dois factos – a mudança do sistema internacional e o salto tecnológico – terão repercussões no espaço insular madeirense.

Em Portugal, porém, tudo isto só foi em parte apreendido. Na verdade, os cenários traçados e entendidos como possíveis continuavam a ter muito a ver com a evolução da situação em Espanha (receios de reacendimento do conflito interno) e com o medo do avanço do comunismo (e das ideias *socialistas*) no Sul da Europa. Mais: o Governo português ainda vive na ilusão (pelo menos numa fase inicial) de que o Reino Unido vai continuar a desempenhar o seu papel tradicional[20].

É em paralelo a tudo isto – e num quadro em que o receio de uma Terceira Guerra Mundial é um facto – que tem lugar a formação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou, como é vulgarmente designada, a instituição da *Aliança Atlântica*, uma aliança de cariz militar, intergovernamental, subscrita a 4 de Abril de 1949[21], com o objectivo expresso de se constituir – convém ter presente – enquanto sistema defensivo colectivo, envolvendo países da América do Norte e da Europa Ocidental, e para o qual Portugal foi convidado, fazendo parte do grupo fundador, não obstante a sua situação política.

---

[20] TELO, 1991, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. II e 1996, *Portugal e a NATO. O reencontro da tradição atlântica*.

[21] Apesar do seu cunho militar, na sua base também esteve o Pacto de Bruxelas (17-03-1948), assinado sob a égide do Reino Unido e da França, com a Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Foram 12 os países fundadores da OTAN. Actualmente é formada por 32. As duas últimas adesões foram da Finlândia (04-04-2023) e da Suécia (07-03-2024). O primeiro passo formal foi dado em 1948, quando os líderes europeus se reuniram, no Pentágono, com elementos da Defesa, militares e diplomáticos dos EUA, com o intuito de projectar uma estrutura nova e sem precedentes enquanto associação. As negociações resultaram no Tratado do Atlântico Norte. Os EUA assinaram-no a 04-04-1949. Foram incluídos os cinco países do Tratado de Bruxelas, bem como outros sete: EUA, Canadá, Portugal, Itália, Noruega, Dinamarca e Islândia.

A criação da OTAN pode ser vista como a principal consequência institucional de uma escola de pensamento que se pode designar de *atlantismo*, mas agora enfatizando a importância da cooperação transatlântica e, acima de tudo, alterando sobremaneira o eixo dos interesses até então prevalecentes (e com tradição de séculos) de modo significativo: passou-se do *eixo britânico* (N/S), para o *eixo norte--americano* (O/E) (e a Norte do Trópico de Câncer, como se refere no próprio Tratado do Atlântico Norte).

Ora, isto teve repercussões imediatas, desde logo na redução da importância atribuída à Madeira, que assim perdeu relevância geoestratégica no quadro dos interesses militares imediatos do pós-guerra (como se sabe, o contrário sucedeu com os Açores), influenciados pelos EUA. Mas a OTAN era a única alternativa à tradicional aliança britânica. Na verdade, para Portugal era isto ou o isolamento.

Acrescente-se ainda que o processo de formação da OTAN decorreu em paralelo com importantes mudanças no sistema internacional, que se deram (e se confirmaram) ao longo da década de 50, com consequências no Sul da Europa: a mudança de atitude dos EUA, com nova estratégia para Mediterrâneo; uma maior estabilidade política nos países do Sul (Portugal, Espanha); o ressurgimento ou o aparecimento, em força, de movimentos autonomistas e independentistas em África.

É a partir do início da década de 50 que se começam a edificar as estruturas da nova organização, embora se registem em Portugal algumas resistências (destaquem-se as de Salazar e de Caeiro da Mata[22]) quanto às vias a seguir. Por um lado, o Governo português, como atrás aludimos, (ainda) continuava fiel aos planos iniciados na década de 30: aposta primordial no Exército (um Exército *de massas*) como principal esforço de defesa, algo que também ajudava a manter a segurança interna, mas esta primazia é feita em detrimento da Marinha e da Força Aérea; por outro lado, persistia o receio *ideológico* (e afim) a respeito das temidas *contaminações* que uma aproximação aos EUA poderia trazer (como, aliás, efectivamente acabou por suceder).

Claro que também existia uma corrente – desde logo entre os oficiais da Marinha e da Força Aérea, mas que também contava com políticos, como o Ministro Santos Costa, e diplomatas – que considerava que as vantagens da adesão à

[22] Caeiro da Mata (1877-1963): antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros (1933-1935), Ministro Plenipotenciário de Portugal junto do Governo francês de Vichy (1941-1944), representante de Portugal na Conferência de Paris (1947-1948), sobre o Plano Marshall, e de novo nos Negócios Estrangeiros (1947-1950).

OTAN seriam sempre superiores aos eventuais aspectos negativos. Aliás, entre os diplomatas, além de Pedro Teotónio Pereira e António de Faria, estava também um madeirense, o experiente João António de Bianchi, que representara Portugal em Washington, entre 1933 e 1947.

No extremo, nos anos seguintes, as negociações em torno da Base das Lages (Terceira, Açores) e os seus desenvolvimentos levam-nos até ao Porto Santo, entendido como espaço complementar, a partir de 1959, a partir do momento em que o então *Allied Command Atlantic* estabeleceu os requisitos para as operações aéreas de patrulhamento marítimo na região Sul da área ibero-atlântica (o designado *Iberlant*) e elegeu o Arquipélago da Madeira – devido à sua situação geoestratégica – como o local ideal para a localização de um aeródromo de apoio a este tipo de operações aéreas. Foi o que depois se fez no Porto Santo.

8. A Instituição da Democracia e o Espaço Euro-Atlântico (1974-1976)

Depois do *25 de Abril* – além dos conhecidos problemas políticos internos, aqui apenas considerados como colaterais –, as relações externas de Portugal passaram por quatro grandes fases, de durações muito diferentes:

1.ª: uma fase curta, do *25 de Abril* a Julho-Setembro de 1974, que culmina com o afastamento de António Spínola;

2.ª: de Julho-Setembro de 1974 a Novembro de 1975;

3.ª: de finais de 1975 a 1985;

4.ª: após 1986 (da adesão à CEE).

O *25 de Abril* ocorre quando se está numa fase de transição dentro da chamada *Guerra Fria* (mais especificamente: de uma 2.ª para uma 3.ª fase do sistema internacional da *Guerra Fria*). Esta fase tem várias vertentes, sendo que uma delas é a transição dentro do equilíbrio bipolar *puro* para um outro que, continuando a ser bipolar, passa a apresentar maior dispersão do poder e a contar com mais centros activos e autónomos em termos regionais.

Mas em 1974 os EUA estão *feridos* (e até traumatizados) por causa do Vietname (de onde tinham sido obrigados a retirar e onde tinham chegado a envolver mais de meio milhão de homens). Mais: a Administração norte-americana ainda estava a ser muito afectada pelo caso *Watergate* (Nixon renunciou em Agosto daquele ano).

De facto, quem domina é o conhecido Secretário de Estado Henry Kissinger (reúne a responsabilidade pelas relações externas e a coordenação dos serviços

de informação). Mas agora sem os meios e a liberdade de acção que tivera no passado. Na verdade, depois do *desastre* no Vietname, o Congresso dos EUA trata de impedir qualquer envolvimento em conflitos semelhantes. Só mesmo se estivessem interesses vitais em causa.

A URSS também mudara a sua estratégia externa (por motivos que não interessa aqui desenvolver), levando-a a uma aproximação à República Federal Alemã, ou Alemanha Ocidental (aproximação mútua, aliás, em tempo de *Ostopolitik*), e contribuindo para promover algum desanuviamento na Europa, com entendimento e aproximação (extensível aos espaços limítrofes atlânticos), até com a CEE (mesmo sabendo-se que subjacente a tudo isto estava uma tentativa de tentar afastar os EUA e aumentar as divisões entre os países europeus).

Veja-se, como exemplo relevante destas movimentações políticas e da diplomacia económica, o estabelecimento da Companhia *Sovhispan*, em 1967, nas Canárias (onde se manteve até 1991), resultado de uma parceria hispano-soviética, caso ainda mais interessante sabendo-se que as relações diplomáticas entre os dois países tinham sido interrompidas em 1939 e que só seriam reatadas em 1977[23].

Apesar de tudo, a URSS também não queria entrar em rota de colisão, até porque então se caminhava para os (depois chamados) *Acordos de Helsínquia*, assinados em Agosto de 1975, concluídos depois de dois anos de negociações, que tinham envolvido países dos dois blocos (no total, 35 Estados).

Por último, registe-se que em Janeiro de 1977 – ainda na sequência do *25 de Abril* e, em particular, dos acontecimentos associados ao chamado PREC – e com pouco tempo de intervalo, visitam a Madeira os embaixadores da URSS e dos EUA em Portugal: primeiro, a 13, Arnold I. Kalinin, que anuncia tratar-se de uma visita «particular»; depois, a 25, Frank Carlucci, para uma visita de três dias, esta também publicamente classificada, mas como sendo de «rotina»[24]. Na verdade, este será um momento de viragem, mas que ultrapassa o âmbito limitado deste texto, por estar relacionado, acima de tudo, com a política interna.

Ainda assim, não se pode obliterar a relevância da instituição do Regime de Autonomia político-administrativa, enquanto momento culminante de um processo de transição (relativamente pacífica), que representou também a afirmação de princípios (identificados com um conjunto de valores predominantes na Europa

[23] NÉSTEROVA e MELÉNDEZ, 2021, «Sovhispan: a collaboration model between Spain and the USSR in the Canary Islands (1967-1991)», pp. 1-13.

[24] *Diário de Notícias*, 14 e 25-01-1977.

Ocidental) e a introdução de novas figuras políticas (com a sua concomitante responsabilização) no âmbito do pensamento e acção relacionados com o Arquipélago da Madeira e a defesa dos seus interesses.

9. Da CEE à UE (1977-1986-2009)

Este período começa por ser, sob vários aspectos, como facilmente se percebe, a continuação (e a confirmação) do anterior, embora reforçado pela definitiva aproximação à CEE, através do pedido de adesão formalizado em 1977 (depois assinada em 1985 e concretizada a partir de 1986). Foi também durante este processo que (em 1982) se configurou juridicamente o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (CEDN), entendido pela definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional. Na essência: um conjunto de linhas orientadoras de uma política de segurança e defesa, ainda que sem reunir – então – o consenso dos diversos actores da defesa nacional[25].

A Lei de 1982 lembrava a necessidade de não se esquecer que «o reforço da unidade nacional em tempo de crise passa[va] também necessariamente pelas regiões autónomas [*sic*]» e que uma política de defesa nacional devia comportar «aspectos de interesse específico» para as referidas Regiões, entre outras razões por ser expectável de que nelas se verifiquem «incidências geo-estratégicas» em caso de guerra. À época vinha isto a propósito da participação dos Ministros da República e dos Presidentes dos Governos Regionais no Conselho Superior de Defesa Nacional[26].

Nos anos seguintes o Governo aprovou os Conceitos Estratégicos de 1985, de 1994 e de 2003, que uma vez considerados desactualizados foram sendo renovados nos seus princípios e orientações, com a intenção de melhor reflectirem as conjunturas nacional e internacional. O primeiro foi ainda elaborado em tempo da designada *Guerra Fria*; o segundo visava responder às alterações decorrentes do fim do regime soviético, mas também a novos movimentos migratórios, a radicalismos de diverso teor e ao ressurgimento de nacionalismos, mas tendo por base aquilo que se entendia ser a emergência da União Europeia (UE); o terceiro, além das *constantes e linhas de força*, do permanente e do conjuntural, teve em conta a emergência de novos Estados no centro e no leste da Europa (e algumas

[25] Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, que aprovou a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.
[26] JESUS, 2008, «A Madeira no Conceito Estratégico de Defesa Nacional», pp. 5-23.

das expectáveis transformações daí decorrentes na natureza da UE), mas acima de tudo ficou marcado pelos ataques de 11 de Setembro de 2001 e pelo paradigma da (renovada) ameaça do terrorismo transacional, projectando assim um novo ambiente estratégico, em que se entendiam como atenuadas as ameaças de cariz militar e se ultrapassava em definitivo a distinção entre Segurança e Defesa.

Acrescente-se que a *Lei de Defesa Nacional* (LDN) e o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (CEDN) actualmente em vigor foram aprovados em 2009 e em 2013, respectivamente. Ao segundo (e ao seu processo de revisão em curso) faremos, mais adiante, breves alusões. Por outro lado, é conveniente ter presente que apesar do conceito de Segurança continuar a ser algo ambíguo – e até contestado, devido às suas implicações ideológicas e políticas –, cada vez mais se assume que deve ser entendido de uma forma holística e na correlação de várias dimensões, onde se incluem as componentes ambientais, energéticas, de saúde, culturais, científicas e tecnológicas, além dos aspectos políticos, económico-financeiros e estritamente militares[27].

Neste quadro, apesar de se continuar a reconhecer a importância do espaço atlântico, no contexto da defesa colectiva do Ocidente – e nele, do chamado triângulo estratégico português (Continente – Madeira – Açores) –, inclusive perante novas ameaças e a chamada guerra assimétrica, na verdade a viragem para a Europa trouxe então a predominância de uma política de relativo afastamento a respeito das preocupações materiais com a defesa do espaço Atlântico, a favor da opção de dar prioridade ao compromisso com a Europa continental, depois ainda mais reforçado após a queda do regime soviético (1989) e com os conflitos e a guerra nos territórios da ex-Jugoslávia (final da década de 90), onde se verificou uma intervenção de forças da OTAN[28].

Importa acrescentar, ainda assim, que, sendo a via *europeia continental* predominante, isto não significa que não tivessem persistido, na sociedade civil e no Estado, movimentos, grupos, facções e até um pensamento estruturado, favoráveis à necessidade de encontrar vias alternativas ou complementares, fomentadoras de um maior equilíbrio entre a referida opção europeia e o que se pode considerar um renovado *atlantismo*, que, não colidindo com aquela (nova) política (aceite como

[27] A abordagem conceptual é vasta, com referências bibliográficas que remontam ao final dos anos 60 e ao início dos 70 e incluem princípios e conceitos adoptados no seio da ONU. Abstemo-nos de as inserir aqui.

[28] Sobre a importância geopolítica e geoestratégica do Mar para Portugal e no CEDN, *vide*, entre outros, os contributos de Adriano Moreira, 2013, «O Atlântico como Factor de Poder», pp. 9-15; 2014, «A renovação do Conceito Estratégico Nacional e o mar», pp. 321-326.

incontornável e até inevitável, para a sobrevivência do próprio sistema político), permitisse a Portugal afirmar-se como uma mais-valia no complexo quadro dos interesses europeus, no sentido de recriar e fortalecer um eixo euro-atlântico. É neste quadro que se deve entender, por exemplo, embora com um universo de implicação muito mais vasto, a emergência do conceito de Regiões Ultraperiféricas (RUP), a partir de 1988, concretizado política e juridicamente na década seguinte.

Passadas duas décadas, em 2008, Correia de Jesus sugeria que o êxito das opções e missões das Forças Armadas (capacidades dissuasora, de vigilância e controlo) implicava, entre outras coisas, não só o «redimensionamento dos ramos», a «superação das visões corporativas em prol de uma visão nacional e interoperativa» (*sic*), como também o «ajustamento do sistema de forças à realidade geo-estratégica do país; a redistribuição de meios humanos e materiais» e ainda a «eventualidade de 'comandos itinerantes'». Isto implicava que as Forças Armadas «deixassem de ser apenas 'continentais' e passassem a ser verdadeiramente nacionais»[29].

Nesta perspectiva, entendia que, dada a realidade geoestratégica nacional, não fazia sentido que os altos comandos militares, muitos dos seus efectivos, meios terrestres e, sobretudo, os navais e aéreos, se encontrassem localizados em território continental (quase a 100%).

Um centralismo que só a comodidade podia explicar – acrescentava – para assim lembrar (e lamentar) que o Arquipélago da Madeira estivesse «cada vez mais vulnerável às novas ameaças». Face às quais, a defesa não podia deixar de ser «local e dispor de um elevado grau de autonomia». A Segurança – resumia – «defende-se à escala mundial, à escala continental, à escala nacional e à escala insular».

Daí que, assumindo a «inquestionável importância» geoestratégica do Arquipélago, concluía que a Madeira se inseria «num contexto de especial conflitualidade potencial» e que cabia ao Estado português ter em conta quer «o carácter descontínuo do território», quer as mais-valias que resultariam para o todo nacional da extensão da «Plataforma continental do Arquipélago da Madeira». Tudo isto devia impor que a Madeira estivesse dotada dos «adequados meios de fiscalização, controlo e combate» (então contra o crime organizado, além da busca e socorro).

[29] Manuel Filipe Correia de Jesus (2008, «A Madeira no Conceito Estratégico de Defesa Nacional», pp. 5-23), madeirense, expressava-se na qualidade de Vice-presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, Membro do Conselho Superior de Defesa Nacional e Membro Efectivo da Comissão de Defesa e Segurança da Assembleia Parlamentar da OTAN.

Ora, Correia de Jesus não tinha dúvidas de que em matéria de Segurança e Defesa, e na resposta aos «imperativos estratégicos», a acção do Estado português na Região Autónoma sempre fora «insuficiente, esporádica, lacunar, tardia e pouco eficaz». A manter-se tal quadro, só se poderia chegar a uma conclusão: a Região Autónoma teria de iniciar «um percurso com vista à criação de melhores condições para se defender a si própria». Não uma qualquer solução de tipo militar, como é óbvio, mas sim numa consideração de Defesa em «sentido amplo», abrangendo «certas políticas sectoriais» e «algumas missões de interesse público [com] relevante significado estratégico». De facto, sob certos aspectos, até se tratava de um processo já iniciado, como o próprio refere, aludindo ao domínio dos socorros a náufragos e operações de busca e salvamento; aos esforços para assegurar a presença humana nas Selvagens e Desertas; à cooperação em missões de interesse público com as Forças Armadas existentes em duas das ilhas do Arquipélago (em particular em acções de defesa e preservação da Natureza); a projectos de investigação e, inclusive, à criação do Centro Internacional de Negócios (CINM), com a sua Zona Franca Industrial[30].

Na verdade, até se pode considerar um processo que remonta a 1976, com a instituição do Regime de Autonomia Político-Administrativa[31].

Note-se que, a terminar, Correia de Jesus sugeria que a Região Autónoma abrisse «uma frente diplomática» junto das potências emergentes do continente asiático (embora sem as identificar), negociando «parcerias públicas e privadas, em áreas estratégicas» (aponta as ciências do mar, a exploração, a catalogação e divulgação de espécies endémicas para fins científicos e industriais; o aproveitamento para diversos fins das Desertas e das Selvagens e a prospecção do fundo atlântico, tirando partido da Plataforma continental)[32].

Esta seria uma «nova epopeia – a Epopeia do séc. XXI –», virada para o Oriente, algo que considerava fazer sentido, tendo presente «o interesse estratégico desses

[30] JESUS, 2008, «A Madeira no Conceito Estratégico de Defesa Nacional», pp. 5-23.

[31] Questão diversa, mas que aqui não cabe desenvolver, será analisar e aferir o que se atingiu naqueles campos; eventualmente, o que neles mais se podia ter alcançado ou aquilo que se deverá continuar a projectar, no âmbito de uma defesa e garantias amplos; ou até a respeito de aspectos não expostos (em 2008), mas que entretanto, passados 16 anos sobre o texto de Correia de Jesus, se devem passar a considerar e fazer ganhar forma, com o objectivo de promover o fortalecimento e o desenvolvimento dos órgãos de poder próprios da Região Autónoma, tendo em vista o seu melhor desempenho, em prol da sociedade e do povo madeirense, da sua Defesa e Segurança, no quadro nacional.

[32] JESUS, 2008, «A Madeira no Conceito Estratégico de Defesa Nacional», p. 22.

países nos arquipélagos do Atlântico Sul». Em simultâneo, devia «intensificar-[se] o diálogo estratégico» com Canárias, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, assim como com as outras RUP. Em poucas palavras: fazer tudo o que estivesse ao alcance para «diminuir a dependência face aos operadores nacionais em matéria de transportes marítimos e aéreos», retirando também melhor partido da tríade clima, mar e montanha (o seu «petróleo»). Da correlação resultariam, ainda segundo Correia de Jesus: o reforço da importância geoestratégica do arquipélago, no contexto português e internacional; mais e melhores «meios de segurança e auto-defesa»; e, acima de tudo, um aumento dos elementos de resistência ao «centralismo do Estado» e um desenvolvimento «em bases mais sólidas»[33].

Não sendo este o espaço para uma leitura crítica sobre o texto de Correia de Jesus, não será despiciendo referir que teve por base o CEDN de 2003 e uma conjuntura internacional – e europeia, em particular – com aspectos substancialmente diversos dos que hoje a caracterizaram (e até, em parte, da realidade em que depois se iria fundamentar o CEDN de 2013). Daí considerarmos que fazendo sentido e mantendo-se, por um lado, os elementos permanentes, as necessidades, as exigências e mais-valias que identifica, por outro, se é certo que se deram efectivamente passos no sentido de realizar algumas das soluções que apontou, não é menos verdade que algumas das vias que sugeriu estarão já hoje datadas, senão mesmo contrariadas pelos factos ou ultrapassadas pelos novos interesses euro-atlânticos.

No ano seguinte (2009) um trabalho de investigação aplicada, de cariz académico e militar, coincidia com o teor de algumas críticas, apesar de justificar (e compreender) a escassez de meios no Arquipélago de uma forma *sui generis*: por «também [serem] muito limitados no Continente». Ainda assim, também o sendo por «questões orçamentais», considerava-se «pouco aceitável que o material que reequipa os Arquipélagos seja o que é substituído no Continente, uma vez que esse material é retirado das forças [continentais] por se encontrar obsoleto ou degradado». Ou seja, não só o reequipamento era imperioso, como também se afigurava necessário combater o preconceito de que «as unidades sediadas fora do Continente […] sejam vistas como menos importantes», assumindo-se que as

[33] JESUS, 2008, «A Madeira no Conceito Estratégico de Defesa Nacional», p. 23.

Regiões Autónomas são de grande valor estratégico, desde logo por serem «muito importantes para a grande potência mundial actual EUA»[34].

Apesar da importância do contexto e das questões levantadas, atenhamo-nos aqui à indubitável valorização geoestratégica do elemento marítimo, em parte na linha enunciada por Pitta e Cunha (em 2006 e reforçada em 2011), quer quando reconhece o valor dos oceanos e perspectiva o seu «crescente papel nas sociedades do futuro», mas admitindo que sendo «importante para todos os países», sê-lo-á mais para uns do que para outros; quer quando refere que tal valorização não se devia/deve afirmar como uma alternativa ao processo de integração europeia, constituindo-se antes como «uma alavanca de apoio complementar a essa integração» e elemento de reforço da relevância política de Portugal como «nação independente [naquele] projecto»[35].

É evidente, contudo, por aquilo que atrás já se referiu, que esta linha de pensamento continua (algo) refém do preconceito (de matriz centralista?) de limitar Portugal a um «Estado costeiro», quando na verdade «o imenso [e a extensão do] valor político, estratégico, económico, ambiental e cultural dos oceanos»[36], no caso português, se fundamenta e deduz exactamente da sua dimensão *insular*. Ou seja: não do *Portugal costeiro*, mas sim do *Portugal insular*. Ou, se preferirmos, da conjugação das dimensões *insular* e *costeira*, das Regiões Autónomas e de Portugal Continental.

Neste sentido, aliás, veja-se, por exemplo, aquilo que, também em 2006, já referia o então Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Manuel António Correia, ao destacar o quanto as RUP conferiam à UE «uma dimensão territorial e geoestratégica determinante num contexto em que se desenha[va] uma nova economia mundial», que teria o mar como referência ou elemento aglomerador (a chamada *clusterização* da economia marítima)[37], que acabaria por impor a «definição de estratégias e práticas de gestão integrada [do mar], considerando-o de forma global, ao invés das práticas tradicionais que [haviam espartilhado] as múltiplas dimensões dos oceanos»[38].

---

[34] BAIÃO, 2009, *Trabalho de Investigação Aplicada - A Defesa Antiaérea da Madeira* pp. 16-18. O trabalho, apresentado e defendido na Academia Militar, que diz especificamente respeito à Defesa Antiaérea da Madeira, faz um levantamento das condições, apresenta propostas e recomendações. Lembra que o Plano de Defesa de 1986 estava muito desactualizado. Conclui, sem dificuldade, que «a nível de Artilharia Antiaérea, o Arquipélago não tem meios para efectuar a sua auto-defesa, tanto ao nível de sistemas de armas como a nível do próprio Comando e Controlo», identificando «várias lacunas, quer em termos de organização para o combate quer a nível de meios logísticos e materiais».

[35] CUNHA, 2006, «Uma nova visão mundial dos oceanos», pp. 33-41; 2011, *Portugal e o Mar*.

[36] CUNHA, 2006, «Uma nova visão mundial dos oceanos», pp. 33-41.

[37] MATIAS, 2009, «A "Clusterização" da Economia Marítima», pp. 9-23.

[38] M.A. CORREIA, 2006, «Política marítima europeia, perspectivas geopolíticas e geoestratégicas de uma

Em simultâneo, apontava ainda a necessidade de se ter em conta algumas «premissas fundamentais» para o êxito das políticas marítimas, entre as quais destacava «uma visão integrada que não distanci[asse] o litoral do mar profundo, os transportes e as pescas, a aquacultura e a conservação da natureza e biodiversidade, o turismo, investigação e as infraestruturas portuárias». Sem esquecer que também ao nível da gestão seria necessário encontrar «novos modelos de governação», aspecto em que as regiões insulares teriam de ser – defendia – «actores decisivos e imprescindíveis», não só pelo seu «posicionamento e condição», mas também – saliente-se – pelo seu «conhecimento e compreensão» do meio marinho[39].

O problema é que tudo isto decorria num momento em que, como bem resumiu Adriano Moreira (em 2017), o «Sistema Internacional Contemporâneo [se caracterizava] pelo facto de o imprevisto estar à espera de uma oportunidade». E pior: num quadro em que continuava a faltar à UE «um Conceito Estratégico», e quando «o problema da Memória, que [nos] lembra não haver futuro sem passado, [ia] alargando uma contradição com os Tratados que planearam o futuro no fim da II Guerra»[40].

Como se sabe, não demorou muito até que tal(is) oportunidade(s) surgisse(m).

10. Que Futuro para o nosso Passado?

Existem hoje seis grandes áreas/*portas* de trânsito marítimas no Atlântico: duas a Norte, pelo Mar do Labrador e Estreito de Davis, e pela *GIUK gap* (acrónimo inglês para Gronelândia, Islândia e Reino Unido; numa tradução livre: *Passagem da GIUK*), que separa/liga o Mar da Noruega e o Mar do Norte ao Oceano; outras duas no extremo Sul, através do Cabo da Boa Esperança e pelo Cabo Horn; uma a Oeste, pelo Canal do Panamá, e outra a Leste, pelo Estreito de Gibraltar. No Atlântico, o Arquipélago da Madeira é aquele que mais próximo se encontra deste último.

Quanto aos grandes espaços, o Atlântico encontra-se formalmente subdividido em três grandes grupos continentais, de acordo com uma definição da Organização das Nações Unidas (ONU): Europa Ocidental e América do Norte, África e América

região ultraperiférica como a Madeira».

[39] M.A. CORREIA, 2006, «Política marítima europeia, perspectivas geopolíticas e geoestratégicas de uma região ultraperiférica como a Madeira».

[40] MOREIRA, 2017, «O Sistema Internacional Contemporâneo e o Contexto Estratégico Mundial», pp. 3-7.

do Sul e Caraíbas. Até hoje estes grupos tenderam a desenvolver os seus próprios entendimentos e acordos, conjugando-se na defesa dos seus interesses gerais, em diversos domínios e junto de organismos internacionais, de representação a nível continental, mundial ou outra, onde têm assento os países de cada um dos grupos. Historicamente, a Madeira está ligada a qualquer um dos referidos grupos, desde logo através da sua diáspora.

A importância geoestratégica do Arquipélago da Madeira define-se hoje a partir de uma perspectiva tripartida, que a geopolítica torna evidente: a realidade insular, com órgãos de Governo próprio (onde também incluímos o poder local); a continental (e até, em certa medida, peninsular), onde prepondera(m) a(s) governança(s) central(ais); e a europeia, entenda-se: dos órgãos de poder e administração da UE e, em particular, daquilo que diz respeito às Regiões Ultraperiféricas (RUP). Em simultâneo, há que ter uma visão holística das questões (e das vias para a sua resolução).

O não reconhecimento destas premissas, desde logo daquela que contempla os três níveis de poder (ou mesmo a tentativa de ilidir algum deles), contribuirá, *de facto*, para tornar deficiente (ou de realização inconveniente) qualquer política de segurança e defesa que incida sobre o espaço atlântico madeirense e/ou nas suas áreas envolventes.

Daí a imperiosa a necessidade de manter canais de comunicação constantes (ou seja, além das circunstâncias internas em cada um dos níveis atrás referidos e nas relações entre eles), que permitam o diálogo e o bom entendimento, assim como o desenvolvimento de capacidades de interpretação e de cooperação efectivas, por forma a alcançar uma execução eficaz (das medidas e acções pretendidas). Algo que se pode apresentar pelo acrónimo DEICE (Diálogo – Entendimento – Interpretação – Cooperação – Execução). Como é óbvio, em qualquer dos momentos o ambiente terá de ser preenchido pelo conhecimento, pela ciência, pela criatividade e pela confiança. Mas nada disto será funcional se não houver capacidade para agir, além do verbo.

Dito isto, é importante ter sempre presente que, do mesmo modo que a entrada na CEE (1986) representou para o Arquipélago da Madeira, de forma inequívoca, um passo significativo no seu desenvolvimento infraestrutural e na consolidação do seu estatuto político, garante também, em última instância –

perante alguma situação mais ou menos extrema –, a sua Segurança e Defesa, as quais, se já dependiam, directa ou indirectamente, da sua inserção no quadro das políticas da OTAN, passaram também a fazer parte dos interesses da UE.

Como é evidente, de uma forma geral e sempre num primeiro momento – do combate ao narcotráfico ao controlo da migração ilegal, até na defesa perante algum tipo de ameaça terrorista ou qualquer outra –, as necessidades operacionais imediatas serão sempre asseguradas pelas forças e meios disponíveis portuguesas, desde logo *in loco*. Contudo, sob o ponto de vista histórico, é importante ter presente que sempre que se verificou uma escalada no nível da ameaça ou das dificuldades a enfrentar, aquilo que sucedeu foi o isolamento do Arquipélago ou a intervenção de potências externas (para mediar ou proteger comunidades instaladas). Na verdade, por algum motivo, mas quase sempre por incapacidade material para uma efectiva projecção de forças, as autoridades portuguesas revelaram incapacidade(s) para garantir a defesa efectiva dos espaços insulares. Até porque, em tais circunstâncias, a sua prioridade foi sempre o território continental.

Os fluxos migratórios por via marítima, por exemplo, com a utilização de meios flutuantes de melhor qualidade e as políticas de controlo e restrição na bacia mediterrânica, podem levar à alteração de rotas, ajustes que podem hoje apresentar-se como uma ameaça potencial. Veja-se o que já sucede nas Canárias. Os (novos) problemas que daí poderão decorrer – e a sua relação com o Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e a Autoridade Marítima Nacional (AMN), aliás renovados no início do século XXI – não devem ser ignorados[41].

Quanto à UE, a sua competência em matéria de política externa e de segurança comum abrange todos os domínios da política externa, bem como todas as questões relativas à segurança da União, incluindo a «definição gradual de uma política comum de defesa que poderá conduzir a uma defesa comum» (*Tratado da União Europeia* – TUE, art.º 24).

Não é difícil perceber, todavia, a vacuidade dos termos ou, em alternativa, a dificuldade que se deduz (e até já se tem experienciado) quando se trata de adoptar passos concretos, em muito porque «a política externa e de segurança comum está sujeita a regras e procedimentos específicos», sendo definida e executada pelo Conselho Europeu e pelo Conselho (da UE), que devem deliberar «por unanimidade» (salvo disposição em contrário dos Tratados).

[41] CAJARABILLE, 2009, «A Segurança no Mar Português», pp. 101-115.

É o Conselho Europeu quem identifica os interesses estratégicos da UE, estabelece os objetivos e define as orientações gerais da política externa e de segurança, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa. É também aquele que adopta as decisões necessárias (TUE, art.º 26).

Se um acontecimento internacional o exigir, o Presidente do Conselho Europeu deve convocar uma reunião extraordinária do Conselho Europeu, para definir as linhas estratégicas da política da UE relativamente a esse acontecimento específico[42].

Em simultâneo, os Estados-Membros comprometem-se a melhorar progressivamente as suas (próprias) capacidades militares, pressupondo-se uma ideia de cooperação, através da Agência Europeia de Defesa (AED), à qual competirá «identificar as necessidades operacionais, promover as medidas necessárias para as satisfazer, contribuir para identificar e executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da Defesa», participando também em tudo aquilo que diga respeito à definição de uma «política europeia de capacidades e de armamento». Note-se que nada disto impede, por exemplo, uma cooperação particular entre Estados-Membros «cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados».

Sem surpresa, fica claro que, se um Estado-Membro for alvo de «agressão armada no seu território», os outros devem prestar-lhe auxílio «por todos os meios ao seu alcance», nos termos da Carta das Nações Unidas (art.º 51), sabendo-se que neste domínio os compromissos assumidos também devem respeitar aqueles que já se encontram estabelecidos no quadro da OTAN, cuja organização – saliente-se, porque é o próprio TUE que o esclarece – «continua a ser o fundamento da defesa colectiva [dos Estados que a integram] e a instância apropriada para a concretizar»[43].

---

[42] Importa também aqui destacar o cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, pela grande responsabilidade na UE. É assim designado desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (até então: Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum). O seu detentor é o principal coordenador da Política Externa e de Segurança Comum. A função foi criada pelo Tratado de Amesterdão (1997) e o seu titular, em conjunto com o órgão que é chefiado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros que preside o Conselho da União Europeia, representa o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE. Acrescente-se que alguns meios de comunicação o têm designado por "Ministro dos Negócios Estrangeiros da EU", reflectindo assim, de certa forma, o espírito presente na desaprovada e fracassada (ao longo de 2004 e 2005) *Constituição Europeia* (que pretendia instituir um Ministro dos Negócios Estrangeiros para toda a UE).

[43] A Aliança é constituída por 33 países membros. As últimas adesões foram de Montenegro (2017), República da Macedónia do Norte (2020), Finlândia (2023) e Suécia (2024). Continuam no programa para adesão a Sérvia e a Bósnia-Herzegovina. A projecção no Nordeste e Leste europeus é evidente, num alargamento sempre sentido pela Rússia como provocação e ameaça.

Veja-se que a própria Agência Europeia de Defesa, na preparação da sua Conferência Anual, em Janeiro de 2025 (em Bruxelas e comemorativa do seu 20.º aniversário – 2004-2024), sob o tema «New Horizons in EU Defence: enhancing ambitions, accelerating actions»), tinha entre os seus motes a noção de que ela própria surgira «numa era de euro-optimismo», mas que existira depois, ao longo de quase duas décadas, num quadro difícil, de crises múltiplas, que a tinham feito «amadurecer»(*sic*), mas sem se desviar do seu espírito inicial: funcionar como «nexo intergovernamental para a cooperação em matéria de defesa da UE». Assumindo ainda que na actualidade se vive um momento (muito crítico) de transformação na defesa europeia[44].

Sobre a mesa estão pelo menos cinco grandes questões: quais serão as futuras prioridades na defesa da EU?; como estão (a UE e os seus Estados-Membros) a adaptar as suas políticas de Defesa para fazer face à deterioração geral do ambiente de segurança na Europa?; como podem os Estados-Membros e os Aliados da OTAN melhorar o apoio à Ucrânia, para resistir com êxito à agressão russa?; como podem os Estados-Membros unir-se e desenvolver capacidades *de ponta* e de largo espectro?; como se poderão abordar, de forma colectiva, os estrangulamentos que impedem o surgimento de um Mercado Único para a Defesa da UE e a construção de uma EDTIB (*European Defence Technological and Industrial Base* ou *Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia*) mais integrada?

A base jurídica das RUP encontra-se nos art.os 349 e 355 do *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* (TFUE) e, apesar de todas as decisões pelas quais é atribuído às Regiões o estatuto de RUP serem tomadas pelo Conselho Europeu, não se deve considerar despiciendo o papel do Parlamento Europeu (PE), bastante activo no apoio que lhes é prestado, gozando até dos mesmos poderes do Conselho da UE no que respeita à legislação relativa às políticas mais importantes da UE[45].

Em particular na última década, o Parlamento Europeu tem aprovado várias resoluções que visam a optimização do potencial das RUP, criando sinergias entre

[44] Acrescente-se, porque não será de somenos para os interesses atlânticos de Portugal, que sob a égide do *European Defence Innovation* (EDI ou Centro Europeu de Inovação em Defesa), a AED (Agência Europeia de Defesa) premiou as ideias mais inovadoras relacionadas com a Defesa, ligadas à proteção de infraestruturas marítimas e com a chamada deteção inteligente.

[45] O *Tratado da União Europeia* (TUE), juntamente com o *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* (TFUE), nas suas versões consolidadas, constituem o Direito primário da União. O TFUE constitui a base do Direito da UE, definindo os seus objetivos e a governação das suas instituições centrais.

os fundos estruturais de apoio e outros programas da UE, recordando sempre a especificidade das RUP e manifestando intenção de promover a sua coesão, desenvolvimento e parcerias. Como se sabe, a tónica manteve-se – mantém-se e deverá manter-se, pela própria natureza das Regiões – nos domínios das políticas comercial, marítima, das pescas, do crescimento azul, da coesão, do ambiente e da energia.

Apesar de tudo, em 2022 e 2023 foi o próprio Parlamento Europeu a reconhecer a «falta de visão da UE relativamente às ilhas europeias», reforçando a necessidade de se adoptarem medidas para colmatar as (persistentes) disparidades entre as RUP e as Regiões mais desenvolvidas. É duvidoso, porém, que tal se consiga pela via da mera repetição de uma fórmula – também recorrente e já algo vácua (?) – assente numa narrativa que se limita a exigir uma «melhor aplicação do art.º 349.º do TFUE», através da adopção de medidas a favor do «capital humano, da economia azul, do clima» e, nos últimos anos, «da transição digital e do espaço»[46].

A questão que se coloca é saber se reconhecendo que tais políticas se devem manter (e reforçar), não se deve também alargar, nos próximos anos, o universo das preocupações da UE às questões de Segurança e Defesa que envolvam especificamente os três arquipélagos atlânticos da Macaronésia e áreas marítimas conexas.

No caso da Madeira: em que medida o Arquipélago se insere no quadro da política externa e de segurança comum da UE, baseada na realização de «um grau de convergência crescente das acções dos Estados-Membros», que se pretende parte integrante daquela política, garantindo uma «capacidade operacional apoiada em meios civis e militares», tendo em conta o disposto nos art.ºs 42 a 46 do TUE e sabendo que a sua execução assenta – pelo menos nos termos em que actualmente se concebe – exclusivamente nas capacidades fornecidas pelos Estados-Membros e respeitando as obrigações decorrentes da OTAN para alguns deles.

Ou seja: se é certo que a UE tem de olhar para os problemas da segurança e da defesa como problemas próprios (e terá de saber fazê-lo – dificuldade acrescida – sem colocar em causa a manutenção da sua afirmação como *farol* da Democracia

[46] UE, Resoluções de 26-02-2014 («Optimizar o potencial das Regiões Ultraperiféricas»); 06-07-2017 («Promoção da coesão e do desenvolvimento nas regiões ultraperiféricas da UE»); 14-09-2021 («Para um reforço da parceria com as Regiões Ultraperiféricas da União»); 07-06-2022 («As ilhas da UE e a política de coesão: ponto da situação e desafios futuros»); e 13-06-2023 («Avaliação da nova Comunicação da Comissão sobre as regiões ultraperiféricas»).

e dos Direitos Humanos), também se afigura cada vez mais necessário pensar (particularizar?) dentro das RUP o grupo das Ilhas europeias da Macaronésia e pensá-las no quadro da ideia (emergente) de criação de um *mar europeu* (que trazendo vantagens, poderá não se resumir, para Portugal e para a Madeira, como veremos mais adiante, unicamente a mais-valias).

Quanto à OTAN, a necessidade de se adaptar às actualizações do sistema internacional, que o devir histórico lhe impôs, em particular depois de 1989-1991 (o fim da URSS e a dissolução do Pacto de Varsóvia), fez com que tivesse de renovar (e até com inusitada frequência desde então), o seu conceito estratégico (sendo certo que também se sentiu mais à vontade para os tornar públicos).

Logo em 1990-1991 aceitou-se como inevitável a redefinição do seu papel, numa era de mudança da ordem internacional, que se entendia também como muito promissora para a Europa/CEE. Era o tempo de se pressupor que «the threat of a simultaneously, full-scale attack on all of NATO's European fronts has effectively been removed and thus, no longer provides the focus for Allied Strategy». Aliás, quanto à Europa central, admitia-se mesmo a redução substancial do risco de qualquer ataque-surpresa[47].

Longe também irão os tempos da Acta fundacional sobre «Relações Mútuas, Cooperação e Segurança» (Roma, Maio de 1997), pela qual a OTAN e a Rússia declararam que não se consideravam adversários, assumindo mesmo um compromisso de construírem juntos «uma paz duradoura e inclusiva na área euro-atlântica sobre os princípios da democracia e segurança cooperativa»; ou ainda da criação (Maio de 2002) do Conselho OTAN-Rússia, com o objectivo de identificar e seguir as oportunidades que se apresentassem para acções conjuntas[48].

Nos anos seguintes verificaram-se alterações na estrutura de comando e controlo, com a criação, em 2003, do *Allied Commmand Transformation* (ACT, Virgínia, EUA) e a reestruturação do *Allied Command Operations* (ACO, Casteau, Bélgica), os dois comandos estratégicos da OTAN[49].

[47] *The Alliance's New Strategic Concept*, Novembro de 1991.

[48] A.M. CORREIA, 2021, «Uma nova orientação estratégica para a NATO e a UE».

[49] A.M. CORREIA, 2021, «Uma nova orientação estratégica para a NATO e a UE». O ACO é responsável pelo planeamento e execução de todas as operações da Aliança, a partir de um pequeno número de sedes ou quartéis-generais.

O ambiente começou a mudar de modo substancial a partir de meados de 2008 (na sequência da acção militar da Rússia na Geórgia) e, em 2014, a anexação da Crimeia levou à suspensão de todas as actividades de cooperação civil e militar com a Rússia, embora sem encerrar os canais de comunicação. A partir de então tornou-se evidente a necessidade de promover um novo conceito estratégico, que para além da zona em causa se alargasse de imediato às três repúblicas bálticas e à Polónia. Em simultâneo, adoptaram-se diversas medidas para dissuadir uma eventual agressão contra um membro da OTAN, destacando-se a criação de uma força militar de elevada prontidão operacional.

Foi também então que se estabeleceu (entre os países subscritores do Tratado do Atlântico Norte) a meta de gastar pelo menos 2% do PIB em Defesa. Até 2023 só 11 tinham atingido ou ultrapassado essa directriz. Por razões históricas, não surpreende que a Polónia lidere, com 3,9% (seguida dos EUA, 3,49% e da Grécia, 3,01%) e também se percebe que a Estónia, a Lituânia, a Finlândia e a Letónia se encontrem entre os 10 primeiros, todos acima dos 2%). Em 2024 continuavam abaixo desse objectivo, entre outros: a França, a Holanda, a Alemanha, a Itália, o Canadá, a Espanha e a Bélgica. Portugal encontra-se em 23.º (com 1,48%).

Veja-se, por exemplo, como no início de 2015 Vasco Pulido Valente afirmava, com a sua habitual sagacidade, que «os movimentos preliminares da III Guerra Mundial est[avam] em curso» e ao Ocidente só restava «ver – ou não ver». A Crimeia e a Bacia do Donestsk seriam apenas os primeiros objectivos (como já o haviam sido para Catarina, no século XVIII), garantia(s) de acesso a um porto de água quente e ligação segura ao coração do Império. Putin, como Estaline e Hitler tinham percebido esse ponto essencial. Mais: considerava mesmo já não haver (há exactamente uma década) qualquer dúvida de que o líder russo não recuaria. E não só: «tarde ou cedo, vai acabar por querer que as repúblicas bálticas voltem ao seu domínio e que a Ásia Central aceite obedientemente a sua ordem»[50].

Ora, entretanto, a propósito da indústria de Defesa, na OTAN já se aponta hoje para a fasquia dos 5%. Na UE, porém, sobre a mesma questão, as opiniões não são tão claras. Embora também fosse bom definir, com precisão, o que é – e aquilo de que é verdadeiramente capaz – a chamada indústria de defesa europeia. E, já agora, pelo caminho, a portuguesa. De qualquer forma, registe-se que, em Janeiro deste

[50] VALENTE, 25-02-2015, «Os movimentos preliminares da III Guerra Mundial estão em curso: para o Ocidente ver – ou não ver», in *Público* [online].

ano, Radmila Šekerinska (*Deputy Secretary General*, *NATO*) lembrou que a Rússia gastava 1/3 do seu PIB em Defesa e que a China está a investir de um modo quase exponencial no seu arsenal militar. No dia seguinte, Mark Rutte, o Secretário-Geral, disse o mesmo na Reunião Anual do *Fórum Económico Mundial* (Davos, Suíça). Ou seja, os tais 2% já nem sequer estão perto do necessário. Será preciso mais, muito mais, para continuarmos seguros[51].

Anote-se que o *Relatório do Conselho de Revisão do CEDN* (2023), que deu lugar às *Grandes Opções do CEDN*, a que adiante nos referiremos, nada altera a este respeito[52].

Em 2018, fez-se mais uma adaptação na estrutura de comando operacional da OTAN, com a criação de um novo Comando do Atlântico sedeado em Norfolk (EUA), designado por *Joint Force Command Norfolk* (JFC Norfolk, operacional a partir de Setembro de 2020) e um Comando de Apoio Logístico (*Joint Support and Enabling Command*) em Ulm (Alemanha). O *JFC Norfolk* é um dos três comandos operacionais regionais directamente subordinados do *Supreme Allied Command Europe* (SACEUR) e o único comando operacional da Aliança baseado nos EUA, dedicado

[51] *European Defense Agency Summit*, 22-01-2025, Bruxelas; World Economic Forum, 23-01-2025, *Plenary Session*: «Technology in the World». Registe-se que dos 32 Estados-membros da OTAN, a Islândia, um dos 12 fundadores, é o único que não possui Forças Armadas. Em contrapartida, é um espaço insular de elevada importância geoestratégica, não faz parte da UE (apesar das negociações realizadas para aderir, entre 2009 e 2013-2015) e tem, desde 1951, um acordo bilateral de defesa com os EUA. De resto, na UE predomina a noção de que tal (ou tamanho) aumento no investimento/despesa na área da Defesa Militar e respectiva indústria terá repercussões (negativas) no chamado Estado-social. Em finais de Janeiro de 2025 Mark Rutter, o Secretário-Geral da OTAN, visitou Portugal.

[52] O Primeiro-Ministro do XXIV Governo constitucional, Luís Montenegro, que herdou o processo, parece navegar na mesma onda de relativa incerteza ou indecisão da UE (tendo em conta as suas declarações públicas): em Julho de 2024, admitiu investir 2% do PIB na Defesa («Montenegro quer investir 2% do PIB na defesa», in *SIC Notícias (online*), 10-7-2024); em Novembro, admitiu «ter que reforçar o investimento na Defesa, acima dos 2% do PIB, já antecipados para 2029», reconhecendo mesmo não ter «dúvidas de que essa pressão [iria] existir da parte dos nossos aliados» («Investimento em Defesa. Montenegro admite ir além dos 2% do PIB», por Pedro Mesquita, in *RR (Renascença)* [*online*], 7-11-2024; em Janeiro de 2025, não teve dúvidas em afirmar que o gasto de 5% do PIB «não é exequível no curto prazo, nem no médio prazo». Reafirmou, no entanto, a disponibilidade de Portugal para reavaliar a meta definida (dos 2%), mas só «quando for necessário» («Montenegro afirma que gasto de 5% do PIB na Defesa "não é exequível"», in *Expresso* [*online*] (Agência Lusa), 18-1-2025). Em concreto: para Portugal – a confirmar-se a proposta de (pelo menos) 3% na próxima Cimeira da OTAN (Haia, Junho de 2025) – esse valor significa um acréscimo de 3400 milhões de euros/ano nas despesas militares, mais do que duplicando o orçamento do Ministério da Defesa (de 3000 milhões para €6400 milhões). Segundo o semanário *Expresso* [*online*, Victor Matos, «Nova meta da NATO forcará Portugal a duplicar gastos com Defesa», 16-01-2025, consultado a 18-01-2025], que colocou o foco numa das questões que de imediato se levanta, seria preciso pedir mais €320/ano a cada português. Em termos estatísticos, a despesa por habitante com a Defesa passaria de €283/ano para €604.

exclusivamente ao Atlântico. Sem colocar em causa a função central do *Allied Maritime Command* (MARCOM), em Inglaterra, ainda assim veio confirmar (e reforçar) as novas exigências quanto à cobertura sobre uma área vasta, que se estende desde a costa Leste dos EUA até à Islândia e ao Ártico.

Este processo de adaptação contínua é fundamental, num mundo globalizado, multipolar, fragmentado e com novos actores (alguns deles não estatais), em transformação tecnológica acelerada – da nanotecnologia à computação quântica e à inteligência artificial, passando pelos veículos não tripulados, pelas tecnologias hipersónicas, ou seja, pelo ciberespaço (ou comunicação em rede) e pela cibernética (aqui entendida, num sentido restrito, da capacidade de comunicação e controlo de máquinas e instrumentos de vigilância, intervenção e combate), sem esquecer a militarização do espaço, o qual, aliás, passou a constituir, desde 2019, na sequência da cimeira de Londres, o 5.º domínio operacional da OTAN. É toda uma nova tipologia de ameaças, a que se dá o nome de guerra híbrida, que também já tem em conta os desafios, as oportunidades e as múltiplas implicações colocadas pela ascensão da China[53].

A última Conferência sobre o *Desenvolvimento da Guerra*, realizada pela OTAN, em Dezembro de 2024, veio confirmar estes aspectos e a intenção da Aliança continuar na liderança das capacidades militares[54]. Cada vez mais se impõe discutir também, por exemplo, a forma como a Inteligência Artificial (IA) impacta o poder geopolítico e, ao mesmo tempo, traçar cenários de como a IA poderá interferir e alterar os equilíbrios de poder internacional. E daqui facilmente se transita para as questões de subversão e outras, afins, fomentadas em rede, por intermédio de meios e fazendo uso de suportes digitais[55].

Poderá realizar-se com eficácia uma confluência entre a UE e a OTAN, que se mantenha imune a eventuais obstáculos e resistências, levantados por intervenientes de origens diversas, não só do Leste europeu, do Oriente e do Extremo-Oriente, mas também do chamado Mundo Ocidental?

---

[53] *NATO Summit London Declaration*, 2019 e A.M. CORREIA, 2021, «Uma nova orientação estratégica para a NATO e a UE».

[54] *NATO's 2024 Alliance Warfare Development Conference*, sob o tema *Outpacing and Sharpening the Edge*. Decorreu em Norfolk (EUA), já com 2025 no horizonte. Nas palavras do Almirante Pierre Vandier (Comandante Supremo do ACT): «NATO isn't just preparing for the future, it is defining it».

[55] FRANKE, 2021, «Artificial Intelligence diplomacy – Artificial Intelligence governance as a new European Union external policy tool».

Na actualidade, e mesmo à luz do (discutido, impreciso, mas renascido e renovado?) conceito de *autonomia estratégica* da UE, persistem pelo menos quatro grandes dúvidas[56]:

a) compreenderão as administrações dos EUA que uma União mais forte e auto-suficente significará também uma OTAN mais capaz, sustentada e fortalecida na defesa dos interesses euro e transatlânticos (que permita aos EUA a focalização na Ásia-Pacífico)?;

b) conseguirão alcançar-se na Europa o(s) acordo(s) e as convergências necessárias para desenvolver, de um modo integrado, o conceito de *autonomia estratégica*, sem quebrar laços ou colocar em causa os interesses bálticos, atlânticos, mediterrânicos e no Leste europeu?;

c) quais as reais repercussões que a referida *autonomia* (e o caminho para ela) poderá ter sobre a vasta zona da Macaronésia?;

d) que efeitos terá sobre tudo isto – desde logo nos domínios geopolítico, económico e comercial, mas também no plano militar e da segurança – a navegabilidade no Ártico (complementar ou alternativa às históricas rotas do Cabo e do Suez)?

Uma coisa é certa: para dar prossecução à tal *autonomia*, a UE está manifestamente «carecida e apresenta imensas lacunas estratégico-operacionais» para garantir três tarefas-chave: «dissuasão, defesa e gestão de crises»[57], num cenário em que a Rússia constitui uma ameaça real, a China se afirma como um competidor multifacetado e exigente (mas também pode ser um parceiro), a desintegração no Médio-Oriente e no Norte de África (Magreb) se confirmam como um risco sério e constante, e até a política norte-americana impõe pertinácia e poderá exigir ousadia.

Por outro lado, apesar da actual superioridade aeronaval dos EUA no Atlântico, os seus elevados (e crescentes) custos financeiros – associados a outros

[56] Sobre este debate, multifacetado e que encerra perspectivas não consensuais (a começar pela viabilidade da autonomia em causa), *vide*, entre outros: ARTEAGA, 11-10-2017, «Autonomia estratégica y la defensa europea»; FIOTT, 2018, «Strategic Autonomy. Towards "European Sovereignty" in Defence?»; GREVI, 19-07-2019, «Strategic Autonomy for European Choices. The key to Europe's shaping power'»; TOCCI, 26-02-2021, «European Strategic Autonomy. What It Is, Why We Need it, How to Achieve It'»; BISCOP, 2022, «Strategic Autonomy: Not without Integration». 2022; BENTO, 2022, *Strategic Autonomy and Economic Power. The Economy as a Strategic Theater*, p. 294; RYNNING, 19-01-2023, «Is European Strategic Autonomy Over?»; e GASPAR, 2023, «The strange case of strategic autonomy» (Book Review), pp. 75-79.

[57] A.M. CORREIA, 2021, «Uma nova orientação estratégica para a NATO e a UE».

compromissos no Mundo – poderão implicar (ou exigir) um maior envolvimento de parceiros regionais, quiçá da UE, no Oceano. Essa deverá ser uma das vias de desenvolvimento do(s) debate(s) no seio da UE (no âmbito da chamada *Bússola Estratégica*) e da OTAN (no quadro da sua Agenda 2030, onde se inclui a revisão do seu conceito estratégico, centrado na defesa e dissuasão)[58].

Neste âmbito, o espaço marítimo deve ser perspectivado, quer como espaço económico ameaçado, quer como espaço militar de defesa e soberania, resultantes de três funcionalidades basilares: é fonte de riqueza, via de comunicação e meio de projeção de poder[59]. A deriva para a securitização dos mares é relativamente recente no quadro da UE e das suas Política Marítima Integrada e Estratégia para o Atlântico. Só a partir de 2014 se estipulou uma Estratégia de Segurança Marítima (ESM), cujo plano de acção (revisto em 2018 e em 2023), apesar de implicar uma «redefinição estratégica», mantém a tónica na interoperabilidade e na cooperação entre Agências e outras entidades, na partilha de informações e no estabelecimento de um quadro comum de conhecimento marítimo. O próprio conceito de *Economia Azul* e gestão dos recursos marinhos exige um ambiente seguro, pois é inegável que um ambiente marítimo vulnerável ou instável dificulta o seu aproveitamento[60].

---

[58] Conselho da UE, 21-03-2022, *Comunicado de imprensa*. A primeira versão da *Bússola Estratégica* (*Strategic Compass*) foi apresentada no final de 2021. Em Março de 2022 foi aprovada pelo Conselho a *Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa – Por uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os seus interesses e contribui para a paz e a segurança internacionais*. Pretende-se que seja um guia, para concretizar a partir de uma «avaliação comum do ambiente estratégico em que a UE opera e das ameaças e desafios com que se depara», tendo em vista desenvolver «um plano de acção ambicioso para reforçar a política de segurança e defesa até 2030», complementar à OTAN, mas onde a UE reúna condições para agir sozinha. Abrangendo todos os aspectos da política de segurança e defesa, está estruturada em torno de quatro pilares: agir, investir, parcerias e garantir a segurança.

[59] LOURENÇO, 2012, «Segurança Marítima Cooperativa: Perspectivas Face às Novas Ameaças», pp. 97-122.

[60] *United Nations Conference on Sustainable Development*, 2012, Rio de Janeiro; RODRIGUES, 2014, «Estratégia de Segurança Marítima Europeia: Porquê e Para Quê?», pp. 168-176; Francisco Garcia e Sónia Ribeiro (2018); ALEXANDRE, 2022, «Economia Azul: o papel da segurança marítima no desenvolvimento económico dos oceanos», pp. 196-217; AAVV, 2022, *IDN brief. Oceanos e Segurança dos Espaços Marítimos*. Predominam duas visões: uma dedicada à segurança marítima como ausência de ameaças; outra focada na segurança marítima enquanto manutenção da boa ordem no mar. Devem também distinguir-se os termos *Maritime Security* e *Maritime Safety*: o primeiro associa-se aos actos ilegais e deliberados, o segundo destina-se à prevenção e minimização dos acidentes no mar (PIEDADE, 2018, «Segurança Marítima e os Estudos de Segurança: Revisão da Literatura», pp. 11-24). Quanto à ESM, na revisão de 2023 apontaram-se seis objetivos: 1) Intensificar as atividades no mar; 2) Cooperar com parceiros; 3) Liderar em matéria de conhecimento situacional marítimo; 4) Gerir os riscos e ameaças; 5) Reforçar as capacidades; 6) Educar e formar (General Secretariat of the EU Council, 24-10-2023, *Council conclusions on the Revised EU Maritime Security Strategy (EUMSS) and its Action Plan*).

Ora, este ambiente – no todo ou na parte – terá repercussões no Atlântico Norte e, por consequência, no Conceito Estratégico (de Defesa) Nacional. Como poderá Portugal (tendo em conta o todo do espaço nacional) responder a tais mudanças?

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN 2013, que substituiu o de 2003) afirma que Portugal, membro da UE, da OTAN e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), «está no centro geográfico da comunidade transatlântica e é um elo natural nas relações entre a Europa Ocidental e a América do Norte e com a América do Sul e a África Austral, regiões com as quais se pretende aprofundar o nosso relacionamento», e define como uma das prioridades a consolidação do país como «coprodutor de segurança internacional em cenários de forças internacionais destacadas».

A Europa é a principal área geográfica de interesse estratégico nacional. A comunidade de segurança do Atlântico Norte é o espaço de unidade entre a Europa, os EUA e o Canadá. A unidade nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como a aliança bilateral com os EUA e a coesão da Aliança Atlântica, tornam o espaço euro-atlântico a segunda área geográfica de interesse estratégico permanente. O Atlântico constitui uma vasta área geográfica de interesse estratégico relevante[61].

No Ponto IV, «Portugal no Mundo», a respeito da «inserção estratégica e espaços de interesse estratégico nacional», afirma-se que a «geografia do espaço nacional» é definida «pelo 'triângulo estratégico'» – formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores – que «valoriza, naturalmente, a Europa e o Atlântico»[62].

Sem surpresa, também destacou que, para reforçar tal «dimensão estratégica» não seria de somenos a «dimensão orçamental» (de reforço), onde se inclui também o intuito de salvaguardar a capacidade operacional da intervenção das Forças Armadas e os recursos sob jurisdição nacional.

Recorde-se, porém, que, entre outros aspectos colaterais, o CEDN foi definido num quadro de crise aguda, em que muitos consideravam a situação de Portugal como de protectorado, devido ao teor e às imposições da assistência financeira da *Troika* (a que o país teve de recorrer em 2011); mas também de emergência de novas potências e de reorientação estratégica dos EUA, com implicações

[61] *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, 2013.
[62] *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, 2013.

expectáveis no campo da Segurança, por serem susceptíveis de alterar equilíbrios regionais vigentes; assim como de adaptação quer ao novo conceito estratégico da OTAN (aprovado em 2010, em Lisboa, com repercussões na estratégia marítima da Aliança), quer ao novo *Tratado da União Europeia* (TUE, também ele Tratado de Lisboa, 2007-2009), ambos com novas exigências quanto à contribuição portuguesa para a garantia da segurança internacional.

A década que se seguiu, porém – sabemos hoje –, revelou-se como um dos períodos mais complexos desde a Segunda Guerra Mundial, não apenas pelas características da guerra russo-ucraniana, da tensão abrangente no Leste europeu e do agravar dos conflitos no Médio-Oriente, mas também devido à diversidade de ameaças materiais e bélicas (com repercussões, inclusive, em outros espaços geográficos, como o Atlântico), assim como pelo recrudescimento de movimentos radicais, mais ou menos populistas, no Mundo Ocidental, alguns dos quais nos fazem recuperar a memória do período histórico entre 1918-1939.

Neste contexto, considerou-se imperativo iniciar um processo de revisão do CEDN, atendendo «à necessidade identificada de adaptação da defesa nacional às principais transformações no ambiente geoestratégico». Como premissa fundamental, a noção de que «o quadro estratégico mudou radicalmente nos últimos anos»[63].

O início do processo foi justificado com três argumentos base: as importantes alterações na distribuição de poder a nível global (evidenciadas pelo conflito no Leste da Europa e com consequências importantes para a erosão da ordem multilateral vigente); o rápido desenvolvimento de tecnologias emergentes e disruptivas (que criam grandes oportunidades, mas que também geram riscos no campo da segurança e da defesa); os impactos que se verificam por via das alterações climáticas[64].

---

[63] O processo de revisão foi iniciado pelo XXIII Governo constitucional, liderado por António Costa, em pleno exercício até 7 de Novembro de 2023. Ao abrigo daquela premissa, foi criado em Agosto de 2022 o Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, com o objectivo de elaborar uma proposta de Grandes Opções do CEDN. O Conselho foi composto por 21 membros. Os critérios anunciados para a sua escolha foram o «reconhecido mérito» e a proveniência de «várias áreas do conhecimento, com diferentes formações académicas e percursos profissionais». Não se conhece qualquer intervenção proveniente das Regiões Autónomas. Realizaram-se três reuniões magnas (mensais, de Setembro a Novembro de 2022). O *Relatório do Conselho de Revisão do CEDN* foi entregue a 31 de Janeiro de 2023 e esteve na base do documento aprovado em Conselho de Ministros (a 18 de Maio de 2023), depois remetido à Assembleia da República (apresentado como Proposta de Resolução n.º 13/XV).

[64] Presidência do Conselho de Ministros, *Proposta de Resolução n.º 13/XV* (18-05-2023).

Considerou-se ainda que as consequências globais da crise provocada pela pandemia da COVID-19 tinham «acentuado os factores de incerteza e aprofundado as tendências de mudança na política internacional», e que daqui resultaram alterações significativas do quadro de segurança regional e internacional, que condicionam a definição das estratégias nacionais em domínios críticos para a defesa dos valores e interesses permanentes de Portugal.

A proposta das designadas *Grandes Opções do CEDN* – com as quais, no fundo, se reforça a Europa e o Atlântico como os «dois espaços estratégicos de interesse nacional mais importantes», embora «sem prejuízo de uma visão geostratégica global» – representa a adopção integral do *Relatório do Conselho de Revisão do CEDN* (entregue no final de Janeiro de 2023), sendo parte integrante do processo de revisão do CEDN, visando «contribuir para a adaptação da Defesa Nacional e das Forças Armadas às necessidades da próxima década» (até 2034-2035, portanto)[65].

Impõe-se, contudo, reconhecer as manifestas insuficiências do país (entre outras: escassos recursos e forças navais limitadas), limitadas para fazer face aos seus objectivos políticos. A OTAN, a UE e até a CPLP apresentam-se, por isso, como importantes pilares para a garantia da segurança do espaço marítimo português, sem que isso deva colocar em causa as relações bilaterais históricas com as grandes potências marítimas (EUA e Reino Unido)[66].

[65] *Relatório do Conselho de Revisão do CEDN* (Lisboa, 31-01-2023). As *Grandes Opções do CEDN* incluem: a) Política externa e alianças que garantam a segurança externa; b) Políticas para a integração comunitária que assegurem os interesses estratégicos do País; c) Políticas para responder a défices estruturais e vulnerabilidades estratégicas; d) Forças Armadas com capacidades militares autónomas, credíveis e dissuasoras. A título de curiosidade, acrescente-se que no referido documento «Portugal» é mencionado por 60 vezes; «Madeira»: 2; «Açores»: 2 (em ambas associados); «Marrocos»: 0; «EUA»: 4; «Reino Unido»: 2; «Rússia»: 5; «China»: 3; «Brasil»: 3; os adjectivos «Atlântico»: 15; «transatlântico»: 3; «europeia»: 27; e os acrónimos «CPLP»: 5; «UE/União Europeia»: 4; «OTAN»: 27. Não é objecto deste texto realizar uma análise crítica dos referidos documentos. Acrescente-se, por outro lado, que com a queda do XIV Governo a iniciativa caducou a 25-03-2024.

[66] Ainda assim deve acrescentar-se que em Agosto de 2023 também se aprovou uma nova *Lei de Programação Militar*, pela qual se manifesta interesse em realizar um investimento público de 5570 milhões de euros até 2034. Prevêem-se seis Navios-Patrulha Oceânicos, oito Navios-Patrulha Costeiros, um navio multiplataforma e dois navios reabastecedores, com destaque para as novas tecnologias e investimento em Aeronaves não tripuladas, fundamentais na falta de recursos humanos (*Smartdefense*, 2023). Trata-se da maior Lei de Programação Militar de sempre. O OE 2024 previa um aumento de 13,7% face a 2023 na despesa total consolidada. No OE 2025 a Defesa cresceu 11% em relação ao estimado gastar em 2024 (uma percentagem que seria superior, se tivesse em conta as previsões iniciais para este último ano). Em paralelo, há também a intenção de reduzir a chamada pegada ambiental do sector e incluí-lo na designada economia circular, acreditando-se que tal não afectará a eficácia operacional.

Vejamos, para terminar, apenas três questões práticas (outras haveria), que reflectem e representam também, em certa medida, uma passagem do geral para o particular e do teórico para o concreto.

O século XXI trouxe algumas alterações e ajustes, que começaram a ganhar uma renovada consistência a partir da segunda década. Podem apontar-se, desde logo, sem deixar de reconhecer que existem outros exemplos possíveis, três casos:
a) a chamada *Questão da Plataforma Continental*, colocada com crescente acuidade há mais de uma década, a partir de 2009, quando Portugal submeteu um pedido de extensão dos seus limites além das 200 milhas náuticas (da sua Zona Económica Exclusiva, ZEE) até às 350 milhas ao largo da costa[67];

b) a criação de organismos de *análise, pensamento e formação*, de iniciativa portuguesa, como por exemplo o designado *Centro para a Defesa do Atlântico* (entretanto vulgarizado como Centro do Atlântico ou *Atlantic Center*), formalmente instituído em 2018, tendo por missão «desenvolver doutrina, identificar e incorporar as lições aprendidas, contribuir para o melhoramento da interoperabilidade e desenvolvimento de capacidades, elaborar e executar modelos e programas de formação e treino para a promoção da segurança no espaço Atlântico, dirigidas aos países do Atlântico ou com interesses naquele espaço»[68]; ou ainda, neste âmbito, a definição e o estabelecimento de uma *Estratégia de Segurança e Defesa do Atlântico Norte* (*North Atlantic Security and Defense Strategy – NASDS*), um projecto de milhões, que visa investigar as questões relacionadas com a segurança e defesa do espaço marítimo e das rotas marítimas do Oceano Ártico ao Atlântico Norte;

c) a presença, já com relativa frequência, de unidades navais estrangeiras, destacando-se as russas (com características diversas) no limite da zona marítima portuguesa associada ao Arquipélago da Madeira, algumas das quais com monitorização publicitada.

A respeito da Plataforma Continental, o posicionamento português implica desafios e responsabilidades, proporcionais às oportunidades e vantagens que pode oferecer, na certeza de que implicarão (elevados) investimentos e terão custos, não apenas na investigação, estudo e ciências, mas também na detecção, monitorização,

---

[67] Esta proposta aumenta o território em 2,15 milhões km^2, elevando a Plataforma Continental portuguesa para o total de cerca de 4 milhões de km2, ou seja, a 11.ª maior Plataforma Continental do mundo e a 3.ª na UE. Está em causa a extensão da jurisdição nacional a uma área cerca de 40 vezes superior à área terrestre, 1% da superfície líquida da Terra e 4% da área do Atlântico. *Estratégia Nacional para o Mar – 2013-2020*, 2014.

[68] Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018. A proposta foi inicialmente apresentada pelo então Ministro da Defesa, Azeredo Lopes.

vigilância, patrulhamento e intervenção, por parte das Forças Armadas. O processo formalmente iniciado em 2009 tem passado por várias fases e continua a decorrer, sob a liderança e gestão da designada Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), criada em 2005[69].

O CEDN (2013), assim como as *Grandes Opções* (2023), identificam o mar como um activo de grande relevo, que deve ser protegido, explorado e preservado, o que implica melhorar o conhecimento científico, aumentar a capacidade tecnológica e ter capacidades para assegurar a sua defesa[70]. Mas veja-se que, uma vez iniciado o processo, o reconhecimento da Plataforma portuguesa pela ONU esteve anunciado para 2013, foi transferido para 2015, mas só em meados de 2017 aquela Organização iniciou a análise do projecto de extensão. Neste momento a avaliação continua em curso. Na última comunicação tornada pública sobre prazos (2022) previa-se que fosse apreciado até o final de 2025[71].

É inquestionável o interesse estratégico da extensão da Plataforma. A este respeito prevalece o consenso entre os órgãos de soberania, os vários Governos da República, os Partidos políticos, a comunidade científica e as Universidades e até o sector privado. De uma forma geral, todos têm contribuído para fundamentar e alicerçar a posição portuguesa, através de um vasto e diversificado conjunto de

---

[69] A Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) foi criada por Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 17 de Janeiro. Ficou encarregada de preparar uma proposta de extensão da plataforma continental de Portugal para apresentação à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, bem como de acompanhar o respetivo processo de avaliação. A Equipa é formada por 21 pessoas. Esta Estrutura de Missão foi extinta em Janeiro de 2011, mas reconstituída em Dezembro de 2016 com extensão ao final de 2022, com a missão de prosseguir os trabalhos de reforço da fundamentação e da defesa da proposta de Portugal, junto da ONU, para a determinação do limite exterior da plataforma continental, até à conclusão do referido processo. O actual mandato da EMEPC termina a 31 de Dezembro de 2025.
Quanto a relações com instituições madeirenses, na sua página de internet a EMEPC regista protocolos com o Observatório Natural da Madeira e com o Parque Natural. Por outro lado, a nível nacional, constam também acordos com várias Universidades, Institutos Superiores e outros, com diversas Câmaras Municipais, até com a Associação dos Portos de Lisboa. Em Janeiro de 2025 não havia qualquer referência às Universidades da Madeira ou dos Açores, assim como a qualquer das Câmaras Municipais das Regiões Autónomas. Há menção a uma Agência Regional e a uma «Direcção Regional Assuntos Culturais» (*sic*), mas sem qualquer outro elemento identificativo.

[70] *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, 2013; *Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, 2023.

[71] *Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental*, s.d., Perguntas Frequentes, disponível em www.emepc.pt/faq. Esclareça-se que há registos de declarações semelhantes no passado, apontando também para prazos depois ultrapassados. Por outro lado, em 2022, «O Processo de Extensão da Plataforma continental e a Submissão Portuguesa», assinado pela equipa da EMEPC, pp. 177-195, não se adianta qualquer data, referindo-se apenas que «atualmente [2022], a submissão portuguesa para a extensão da plataforma continental encontra-se na fase de apreciação por parte da subcomissão nomeada para o efeito». Esta subcomissão, nomeada no seio da Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas é composta por sete peritos internacionais.

dados, que permitem e reforçam as argumentações técnico-científicas, legais, institucionais, políticas e diplomáticas.

Portugal tem uma relação com o Mar inevitável. Mas se é certo que este lhe ofereceu/oferece o que Adriano Moreira designou de «janelas de liberdade», também lhe trouxe/traz riscos, que partilhará mesmo que não interventor nas causas. Entre aquelas janelas, «que as obrigações europeias não fecham», estão, entre outros, o projecto da extensão da Plataforma Continental (e tudo aquilo que diga respeito ao Turismo)[72].

E como se vai conjugar a extensão da Plataforma continental com a ideia de um Mar Europeu (com os países da UE a exigir a participação num património considerado comum)? Como responder – como responder para ganhar – perante os desafios emergentes?

Por outro lado, não é de somenos lembrar que, em paralelo, mas conexa e muito relevante para a extensão da Plataforma portuguesa associada ao Arquipélago da Madeira, está a posição e o estatuto das Ilhas Selvagens (encontram-se a 163 milhas náuticas a sul da Ilha da Madeira e a 82 a norte da Ilha de Tenerife – Canárias), espaço insular que tem fomentado divergências entre Portugal e Espanha, desde o século XIX, embora com maior premência a partir do século XX, com alguns momentos de maior referenciação e debate públicos, através dos meios de comunicação social e de contactos formais entre Governos centrais.

Veja-se o que sucedeu no final dos anos 60, com o boato de que a URSS pretenderia criar ali uma base de submarinos; ou com a ideia de se realizarem nas Ilhas exercícios com aviões da OTAN; ou ainda, em meados da década de 70, já após o *25 de Abril*, quando um grupo de pescadores içou numa das ilhas uma bandeira espanhola. De facto, encontram-se registados muitos incidentes associados às Ilhas, que se mantiveram propriedade privada até 1971, data (Julho) em que foram adquiridas pelo Estado português, que logo em Outubro daquele ano lhes atribuiu o (inédito) estatuto de Reserva Natural portuguesa[73].

---

[72] Adriano Moreira (2013, «O Atlântico como Factor de Poder», pp. 9-15) associa-lhes também o projecto da CPLP (e Cabo Verde está já – quase – aqui ao lado).

[73] Sobre a Questão das Ilhas Selvagens, nas suas perspectivas política, jurídica e diplomática, *vide*, entre outros, os textos de: CARVALHO e LEITÃO, 2005, «A noção "estratégica" das ilhas Selvagens», pp. 267-283, GRAÇA, 2014, *A importância das ilhas no quadro das políticas e do Direito do Mar: o caso das Selvagens*, GRAÇA, 2015, «Ilhas Selvagens: a disputa da última fronteira», pp. 21-36, GRAÇA, [2016], «As noções de Ilha e de Rochedo – Da fundamentação no quadro da Convenção de Montego Bay ao seu papel no âmbito do desenvolvimento de economia mundial»; de DAEHNHARDT, FERREIRA, COUTINHO e VASCONCELOS, Ernesto, 2014, *As nossas Ilhas Selvagens disputadas no jogo geoestratégico*; e de SANTANA, 2016, «A importância das ilhas Selvagens», pp. 2-18.

Não por acaso, as Selvagens foram visitadas pelos últimos quatro Presidentes da República: Mário Soares (em 1991), Jorge Sampaio (2003), Cavaco Silva (2013) e Marcelo Rebelo de Sousa (2016). E deverá sê-lo pelo próximo e sucessores. Note-se que no, início do século XXI (destaquem-se os anos de 2005, 2007 e 2013-2014), a questão se reacendeu, até com algum alarde público: o primeiro caso deu-se na sequência de uma ameaça directa (com armas de pesca submarina) feita por vários mergulhadores espanhóis aos Vigilantes da Natureza destacados nas Ilhas, obrigando-os a retirar-se. O sucedido levou mesmo ao destacamento temporário na Selvagem Grande de um contingente de fuzileiros para garantir a segurança; o segundo, esteve ligado à violação do espaço aéreo português (algo que já se verificara no passado, com destaque para 1996); o terceiro caso, no âmbito da visita de Cavaco Silva (o primeiro dos presidentes a pernoitar nas Ilhas), ficou ligado em particular ao debate em torno da definição das Selvagens como Ilhas (posição sustentada por Portugal) ou de simples Rochedos (como desejava a Espanha)[74].

O efeito – que tem consequências na extensão Plataforma continental – é que, sendo consideradas como *Ilhas* (e não apenas *Rochedos*), têm as Selvagens direito a uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), o que se repercute na (maior) extensão da sua fronteira marítima e, por consequência, na dimensão daquela Plataforma. O estatuto internacional das Selvagens é, pois, crucial. Hoje são Ilhas habitadas, com as necessárias infraestruturas base (onde se inclui, por exemplo, uma ligação telefónica, de rede fixa, desde 2013). Não obstante, em meados de 2024 alguma imprensa espanhola voltou ao assunto[75].

Quanto à análise, ao pensamento e ao desenvolvimento de doutrina, o Centro do Atlântico (*Atlantic Center*) a que aludimos começou por envolver 16 países (hoje são 24), mas a apontada sede nos Açores (na Base das Lajes, Terceira) continua

[74] As polémicas foram sempre amplamente divulgadas nos órgãos de comunicação social. No último caso, entre 2013 e 2016, incluem-se diversas notícias e textos publicados no *Diário de Notícias* (assinados por Ana Luísa Correia, Luís Miguel Fernandes, Jorge Freitas Sousa e Miguel Fernandes Luís, este em 2021, a propósito do 50.º aniversário da venda ao Estado), *JM* (Paula Abreu) e *Funchal Notícias* (Emanuel Silva), assim como em vários órgãos de comunicação com expressão nacional, em Portugal e em Espanha. Em Setembro de 2014 chegaram a ser detidos na Selvagem Pequena dois independentistas das Canárias, membros do movimento Alternativa Nacionalista Canária.

[75] Veja-se o artigo do *El Economista*, «O arquipélago português que a Espanha considera seu desde o séc. XV», citado pel'*O Jornal Económico*, 06-07-2024). Neste também se apontam, entre outros, o *Huffpost*, «As ilhas dos 500 anos de conflito que Portugal tirou a Espanha» (Março) e o *As* (Maio), com «A ilha que não se sabe se é de Espanha ou de Portugal». Apesar de instalada desde 2013 a rede telefónica fixa, a primeira chamada telefónica entre a Selvagem Grande e a Selvagem Pequena só foi realizada em Julho de 2017.

a ser virtual. Aliás, apesar do arranque anunciado no final de 2019, enquanto «contributo estratégico do país para a consolidação do papel do Oceano Atlântico como espaço de diálogo, liberdade e segurança», a primeira reunião dos signatários só teve lugar em meados de 2021, na sequência da assinatura de uma Declaração Política Conjunta (*Joint Political Statement*, subscrita por 22 países).

Nesta ocasião o então Ministro da Defesa, João G. Cravinho, afirmou que «aquilo que [se celebrava era] um momento inaugural de uma instituição pioneira, que, pela primeira vez na história, reu[nia] os países atlânticos em torno daquilo que os une: o oceano Atlântico. Parece estranho que isso nunca tenha acontecido no passado»[76].

É certo que desde 2021 se registaram diversas actividades e foi apresentado um Roteiro (*Roadmap*), documento orientador para o triénio 2022-2024. Hoje, porém, persiste a informação de que «the Centre *will be based* in the Portuguese island of Terceira, in the Azores, right at the heart of the North Atlantic», mas também que «the facilities are currently being renovated», razão pela qual «in the meantime, the Atlantic Centre is operating from Lisbon, hosted at the Ministry of National Defence». A última Declaração Conjunta (de Outubro de 2023) foi subscrita por 23 países[77].

Mas a iniciativa – louvável – do Governo português tem algo espantoso. A resolução que instituiu o *Centro para a Defesa do Atlântico* (CeDA) também criou uma Comissão para a sua «implementação», formada por 11 elementos: 5 representantes de vários organismos da Defesa Nacional (2 elementos da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), competindo a um destes presidir à Comissão; 2 elementos da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) e 1 elemento da Secretaria-Geral da Defesa Nacional). A estes juntam-se: 1 representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Direção-Geral de Política Externa; 1 representante do Estado-Maior-General das Forças Armadas; 1 representante do Estado-Maior da Armada; 1 representante do Estado-

[76] Ministério da Defesa, 16-07-2021, *Comunicado de imprensa*.

[77] Inglês no original (itálico nosso). A Declaração de 24-10-2023 foi subscrita por Angola, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Colômbia, Dinamarca, Guiné-Equatorial, França, Gâmbia, Alemanha, Gana, Guiné-Bissau, Marrocos, Países Baixos, Nigéria, Portugal, São Tomé e Príncipe, Senegal, Espanha, Togo, Reino Unido, EUA e Uruguai. A estes juntou-se depois a Mauritânia (2024). *The Atlantic Centre*, s.d., disponível em https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/about/Paginas/default.aspx, consultado a 17-01-2025.

-Maior do Exército; 1 representante do Estado-Maior da Força Aérea; e, por último, 1 representante do Governo Regional dos Açores[78]. E – pasme-se – mais ninguém!

Acrescente-se que o *Centro* assume o Atlântico como um «vasto espaço geopolítico e geoestratégico», que liga «três continentes» (*sic*) e inclui mais de 50 Estados costeiros, do Estreito de Davis (a Norte) à Antártida (a Sul), onde se encontram importantes reservas de petróleo e de gás, integrando históricas e importantes rotas marítimas, sendo ainda atravessado por um elevado número de cabos submarinos.

Esta «evidente» importância estratégica faz do Atlântico «um meio de comunicação essencial para o desenvolvimento económico, mas simultaneamente um espaço de ameaças à soberania dos Estados, à segurança dos seus cidadãos e, reflexamente, à segurança global». Daí a necessidade de fazer frente aos «desafios e [às] ameaças» existentes e emergentes, que se admitem «múltiplos, complexos e de diversas fontes e natureza», desde a crescente presença de meios navais (alguns eventualmente hostis) até às rotas de narcotráfico, num combate que se impõe que tenha uma abordagem holística (por mar, terra, espaço aéreo e ciberespaço).

Recorde-se que o Centro do Atlântico (*Atlantic Center*) visa, segundo os seus mentores: «reforçar o diálogo político, a investigação, a produção de conhecimento e a capacitação para a segurança no Atlântico»[79]. Na verdade, pelo que se deduz, dada a proveniência dos elementos que o constituem, pelo menos reforçar o diálogo e o conhecimento a respeito de uma parte (limitada) do Oceano.

Entretanto, em 2021 o então Ministro da Defesa, João G. Cravinho, anunciou um investimento de cerca de três milhões de euros na recuperação do edifício (nas Lajes). Uma vez que até à data não houve informação de que as obras tivessem arrancado, será legitimo questionar se os planos e projectos, anunciados e apresentados, *in illo tempore*, ainda persistem.

Não obstante, aquilo que aqui mais nos interessa destacar, tendo em conta o nosso objecto, é que os dois casos/exemplos supramencionados – aparentemente em áreas diversas, mas com elementos de conexão – servem-nos como referências (certamente) teóricas e (eventualmente) materiais de um pensamento

[78] Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018, que autoriza a criação do CeDA, publicada no *Diário da República* n.º 99/2018, série I de 23 de Maio.

[79] Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018, que autoriza a criação do CeDA, publicada no *Diário da República* n.º 99/2018, série I de 23 de Maio.

geoestratégico que é suposto ter o Atlântico no seu cerne. Mas que apresenta obliterações e lacunas que o mais elementar conhecimento geográfico torna evidentes.

Ou seja, a (acertada) pretensão de apresentar um pensamento *português*, mesmo que, com fundamento, coloque a tónica na componente *açoriana*, não pode, por um lado, esquecer a historicidade do processo (pelo menos desde o início do século XIX) e, por outro, deverá sustentar-se e desenvolver-se, para ser integral e almejar ser bem-sucedida, pela via do (re)acerto, da (re)formulação e da actualização dos elementos envolvidos, pensando abaixo do paralelo 37N, (re)introduzindo assim nas considerações acerca do Atlântico Norte e da(s) política(s) portuguesa(s) todo o espaço macaronésio (por sua vez também pensado no todo Atlântico).

Não pode (continuar a) ser excepção alguém lembrar-se da necessidade de que «it is of the utmost importance that these reflections that have the Atlantic at its core […] happen not only in Brussels, Washington, or Lisbon, but can happen in the Azores, as well as Madeira and partners further to the South!», salientando assim a conveniência e a mais-valia de criar uma rede de reflexão que vá além dos tradicionais centros de decisão. No fundo, afirmando que «no comprehensive discussion of Defence strategies or others related with this geopolitical space will be truly complete without considering and positively estimating the regional autonomous component and, in that context, articulating the action that the various levels of power can contribute to the pursuit of national and international objectives»[80].

Na verdade, continua a ser impressionante o número de textos, de teor académico ou outros, afins, nos quais se analisa e reflecte sobre a geopolítica e a geoestratégia portuguesas, sobre a realidade atlântica, as relações internacionais e a política externa, assim como sobre assuntos a elas associados ou delas derivados – e por aí adiante – sem que se faça referência às Regiões Autónomas – e, em particular, tendo em conta o nosso objecto, ao Arquipélago da Madeira – desconsiderando-se, desde logo, o facto de possuírem poderes próprios instituídos, com autonomia político-administrativa, no quadro constitucional português.

Aliás, a(s) ilustração(ções) aos textos (e sítio de internet) do Centro do Atlântico são um bom exemplo da obliteração da realidade madeirense: o arquipélago nem é mapeado.

[80] SANTOS, 25-02-2022, «The Azores Space structure Mission», pp. 50-53.

Por fim, quanto às aproximações das unidades navais russas, dada a actual conjuntura internacional e na perspectiva da defesa dos interesses de Portugal, da UE e da OTAN, será prudente acrescentá-las – para consumo interno e europeu – às sete ameaças principais sobre os Oceanos e Direito Marítimo, definidas pela ONU em 2008[81]. Algo que, aliás, vai ao encontro dos conceitos de ameaça adoptados, tanto pela OTAN como pela UE ao longo da segunda década do século XXI, entre os quais se incluem as alterações nas normas internacionais, as disputas de fronteiras marítimas e os actos de agressão e conflitos armados entre Estados[82].

De facto, foi notório – e passou a ser interpretado com outra substância desde Fevereiro de 2022 – o aumento da presença de cariz militar no espaço atlântico contíguo ou próprio das ZEE portuguesas. Os dados também aumentaram, como é evidente, pela necessidade (nova) de qualquer unidade russa ser monitorizada.

Em Maio de 2024 o então chefe de Estado-Maior da Armada Portuguesa, Almirante Gouveia e Melo, revelou publicamente que nos três anos anteriores tinha quadruplicado o número de missões de acompanhamento de navios russos durante a sua passagem por águas portuguesas: até então era inferior a uma dezena por ano; só em 2023 tinham sido monitorizadas 46 (e à data da entrevista, segundo o interlocutor, já tinham sido acompanhadas 14), entre navios militares, científicos ou mercantes, mas com actividade militar conhecida[83].

Admitia ainda, na mesma ocasião, que a referida mudança podia ser considerada de tal forma que pode «destruir as bases que temos hoje, [o que a suceder levaria a que] tudo o que hoje consideramos como garantido que é a

[81] Foram identificadas como ameaças principais, em Relatório do Secretário-Geral da ONU: os actos terroristas; a pirataria e assalto à mão armada; tráfico de armas de destruição maciça; tráfico ilícito de narcóticos; contrabando e tráfico de pessoas; pesca ilegal não declarada e não regulamentada; crimes ambientais intencionais e ilegais (United Nations, 2008, *Oceans and the Law of the Sea. Report of the Secretary-General*). Em 2018, o relatório sobre os oceanos e o direito do mar, já sob a liderança de António Guterres, aponta para ameaças como «poluição, aumento da sobrepesca, acidificação, recordes de temperatura, ruído submarino e descida do nível do gelo marinho no Ártico e na Antártida». Uma «emergência global» que leva a ONU a exigir «medidas concretas e urgentes» («Para Guterres, mundo enfrenta emergência nos oceanos», 05-10-2018).

[82] *European Union Maritime Security Strategy*, 2014.

[83] Entrevista concedida ao *Diário de Notícias* (Lisboa) e à rádio *TSF*, 15-05-2024. Política – «Gouveia e Melo: "Se a Europa for atacada e a NATO nos exigir, vamos morrer onde tivermos de morrer para a defender"», entrevista conduzida por Valentina Marcelino (*DN*) e Nuno Domingues (TSF), disponível em: https://www.dn.pt/7223405403/gouveia-e-melo-se-a-europa-for-atacada-e-a-nato-nos-exigir-vamos-morrer-onde-tivermos-de-morrer-para-a-defender/.

segurança na Europa, a OTAN, a União Europeia, que são pilares essenciais para a nossa segurança e para a nossa prosperidade, podem ser postos em causa».

Neste contexto, bastam-nos alguns registos públicos, dados a conhecer pelas Forças Armadas, através de comunicados divulgados pela comunicação social, sobre o acompanhamento, monitorização e vigilância de várias unidades (e exclusivamente de superfície).

Logo no segundo semestre de 2022, destaque-se a operação destinada a acompanhar três navios provenientes do Mediterrâneo, o navio científico *Akademik Boris Petrov* e de duas corvetas, estas provenientes do Mar do Norte. Ao longo de 2023 decorreram operações semelhantes, ao largo da costa portuguesa e da Madeira, tendo em vista navios científicos ou reabastecedores.

Recorde-se que foi em Março de 2023 que acabou em forte polémica uma das missões de acompanhamento programadas, ao largo da Madeira, a Norte do Porto Santo, abortada devido à recusa em cumprir a missão de um grupo de 13 marinheiros, sob a alegação de que o navio NRP *Mondego* – de patrulha costeira, tendo por funções principais a busca e salvamento e a fiscalização marítima – não tinha «condições de segurança». A polémica que se seguiu – por muito sintomática que seja – ultrapassa o âmbito deste texto.

Em 2023, entre outros, saliente-se o caso do *Akademik Ioffe* (Novembro), um navio de investigação (da Frota Atlântica do Instituto Shirshov de Oceanografia, da Academia Russa de Ciências), que transitou pelas águas do Arquipélago, equipado com um conjunto alargado de laboratórios, sondas e sensores, especialmente orientados para o estudo da propagação do som no Oceano. Chegou a ser referenciado a 900 km a Oeste de Cabo Verde.

Já em 2024, em Janeiro, outro navio de investigação ao largo da Madeira, o *Professor Logachev*, alvo de profunda modernização há uma década, hoje equipado com um vasto conjunto de plataformas de investigação, que lhe permitem realizar missões que vão desde a recolha de amostras do leito oceânico, mapeamentos com sonar e com sensores electro-ópticos, medição de elementos físicos e químicos na coluna de água e pesquisa com análise de imagens estáticas e vídeo de objectos. Conta também com um *ROV* (*Remotely Operated Vehicle*), submersível de operação remota, que dispõe de braços manipuladores, ferramentas de corte e de perfuração, câmaras de alta-definição, iluminação, comunicações e sensores, podendo operar até aos 6000 metros de profundidade.

Em Julho de 2024, destaque-se a cruzar a ZEE da Madeira os casos da fragata russa *Almirante Gorshkov* (um navio moderno, multifuncional e equipado com mísseis guiados, projetados para missões em áreas marítimas e oceânicas distantes), do reabastecedor de esquadra *Akademik Pashin* e do navio logístico *Ursa Major*, este envolvido no transporte de material e sustentabilidade do esforço de guerra russo e que iria naufragar em Dezembro, na sequência de uma explosão a bordo.

Para terminar esta breve referenciação, já em 2025, registe-se o trânsito ao largo da costa portuguesa do navio de pesquisa russo *Yantar*, com capacidade de exploração a grandes profundidades e para interferir nas infraestruturas críticas submarinas. Este caso teve ainda a particularidade de também ter sido acompanhado por um contratorpedeiro da Marinha dos EUA.

Como é evidente, entre outras questões, cresceram as preocupações a respeito da segurança dos cabos submarinos, algo que, aliás, levou à sua inclusão (em 2023) na actualização da estratégia de segurança marítima da UE, sabendo-se que pelo Atlântico passa o maior número de cabos submarinos de comunicações do Mundo e que já há registos de acções de sabotagem em outros mares e oceanos[84]. Aliás, apesar de hoje se colocar a tónica nas actividades de cariz militar da Rússia, não se devem descurar as iniciativas da China, que vão além do investimento multifacetado, com implicações infraestruturais ou em áreas tecnológicas, e que se sabe ter o desejo de estabelecer uma base naval algures.

Neste quadro, não é de somenos destacar a importância da Força Aérea. Até ao final de 2024 tinha realizado pelo menos 24 missões de monitorização de navios não pertencentes à OTAN, 36 deles com bandeira russa e dois da China. Veja-se, ainda assim, que muitas das aeronaves partiram da Base Aérea n.º 11… em Beja. Um número considerável dos navios a acompanhar navegavam nos mares da Madeira e dos Açores. Cruzem-se estes factos, por exemplo, com algumas das observações de Correia de Jesus, em 2008, sobre a disposição de forças.

Mas não só, porque é necessário aferir das suas condições para cobrir (de forma efectiva e com rapidez) a sua área de operações prioritária, que é o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP), cobrindo o território

[84] Sobre a questão da importância dos cabos submarinos na actualidade veja-se: AAVV, 2022, «Protecting subsea data cables in Europe and the Atlantic – Challenges of a new era»; AAVV, 2022, *IDN brief. Oceanos e Segurança dos Espaços Marítimos*; PÉREZ, 2023, «Submarine Cables Across the Atlantic: Geopolitics and Security of a Critical Infrastructure», pp. 57-82, BRANCO, 2024, «Cabos Submarinos: Natureza Crítica e Vulnerabilidade Estratégica no Contexto da Aliança do Atlântico Norte», pp. 79-95.

português e a profundidade estratégica do Atlântico e requer a manutenção de capacidades em prontidão e alerta permanente, para garantir uma resposta imediata e eficaz[85].

Ao assumir (em 2024) que a «Força Aérea está em mudança», o General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, João Cartaxo Alves, garantiu comprometer-se com a «introdução de novas capacidades para dar resposta a novas áreas de missão [que implicam] o desenvolvimento de novas competências e alterações nos processos e na organização». Mais: defende que, além de «técnicas e instrumentos», o processo de mudança dirá respeito a «valores, crenças e hábitos que são necessários para promover uma Transformação[*sic*] cultural»[86].

Poderá assim deduzir-se que, estando conscientes das mudanças no ambiente estratégico, que impõem a transformação das organizações, também neste ramo das Força Aérea o processo não se vai limitar à introdução de novas tecnologias, por se saber que é o elemento humano – com a prontidão e a rapidez de intervenção – a aportar a eficácia e qualidade final do produto operacional.

Em condições normais, não é difícil perceber que a Força Aérea é «a primeira a responder a uma crise, quer seja para garantir o controlo do ar, criar efeitos letais e não-letais com precisão, movimentar pessoas e equipamento ou efetuar a vigilância e reconhecimento para apoiar o processo de decisão militar e política»[87]. A sua capacitação e actualização afigura-se-nos, portanto, como um factor essencial.

Daí que a reflexão acerca dos imperativos estratégicos e operacionais, que motiva a transição para a "5.ª geração", deva levar também a equacionar as implicações de manter um sistema de armas com «níveis crescentes de obsolescência técnica e operacional», que levam a perda de relevância (e, eventualmente, de credibilidade operacional) e à sua óbvia limitação enquanto instrumento de dissuasão[88]. Ora, daqui também deverá decorrer, entre outras coisas, desde logo o critério a seguir para a sua disposição geográfica.

---

[85] Isto mesmo é reconhecido pelo seu mais recente programa: Força Aérea 5.3, 2024, *Transformação do Poder Aeroespacial Nacional 2024-2030* (divulgado em Junho de 2024). Os algarismos representam o futuro operacional e os tópicos base: 5.ª Geração e 5.º Domínio Operacional; assim como a tríade: Pessoas, Tecnologia e Processos.

[86] Expressões e pensamento que se repetem na «Nota de Abertura» e na «Conclusão», Força Aérea 5.3, 2024, *Transformação do Poder Aeroespacial Nacional 2024-2030*.

[87] Força Aérea 5.3, 2024, *Transformação do Poder Aeroespacial Nacional 2024-2030*.

[88] Força Aérea 5.3, 2024, *Transformação do Poder Aeroespacial Nacional 2024-2030*. Uma questão que, aliás, já está lançada, ganhando proeminência na Força Aérea a pretensão de comprar 27 caças norte-americanos F-35 da *Lockheed Martin* para substituir a frota de 28 F-16M, considerada cada vez mais obsoleta.

Por último, uma rápida chamada de atenção a propósito da designada «frota fantasma» russa. Dados recentes sugerem que, maioritariamente formada por navios-petroleiros, se encontra apetrechada com equipamento de espionagem, sendo capaz de actos de sabotagem, onde se inclui o corte de cabos submarinos[89].

Esta frota emprega uma série de tácticas sofisticadas para escapar à deteção e às sanções, permitindo em simultâneo a exportação contínua de petróleo e de outros produtos sancionados. Os navios desactivam frequentemente os seus *transponders* do Sistema de Identificação Automática (AIS) para assim se tornarem *fantasmas*, dificultando o rastreamento dos seus movimentos pelas autoridades marítimas. As transferências de navio para navio são outra prática comum, conduzidas em locais remotos, como o Mediterrâneo oriental ou na costa ocidental de África, onde a supervisão é limitada. Estas operações são apoiadas por uma rede crescente de "bandeiras de conveniência", com embarcações registadas em jurisdições com fraca fiscalização (casos do Panamá e Libéria), para disfarçar a sua propriedade.

Em paralelo, a Rússia depende também de petroleiros comprados em mercados secundários, quase sempre muito antigos, que têm menos probabilidade de cumprir com as normas internacionais, aumentando os riscos ambientais. No fundo, tais práticas realçam não só a sua capacidade para explorar as lacunas regulamentares, como também a natureza fragmentada (e as lacunas) da governação marítima global e as suas dificuldades de execução.

Na essência, mais não fazem – os inimigos ou adversários da UE – do que tirar partido das contradições dos países que a constituem (e das elites que a governam), das suas históricas incertezas – até de um recorrente comportamento relapso e de uma endógena tendência para procrastinar –, em particular naquilo que diz respeito às matérias da Defesa (quiçá ainda envoltas em preconceitos, naturalmente herdados de quem esteve envolvido e se sente refém (?) de duas Grandes Guerras).

Enfim, como bem apontou Eduardo Lourenço, à entrada do século XXI: «mas, alguém que seriamente conheça a herança europeia, a efectiva guerra civil que, desde sempre, foi o que, chamamos Europa – a ponto de exportar para o mundo inteiro as suas invencíveis contradições – esperaria outra coisa?»[90].

[89] JENSEN, 07-01-2025, «How to Exorcise Russia's Ghost Fleet».

[90] LOURENÇO, 2000, «O passo suspenso da Europa». Um título que também encerra uma extraordinária actualidade, embora então a propósito do fracasso da Cimeira de Nice.

Entre Conclusões e Novos Problemas

Para existirmos de forma informada e consciente neste quadro, que é vasto e complexo, não nos podemos distrair. Onde (como e em que condições) entra o Arquipélago da Madeira em todas estas equações, num quadro de (rápida e, tudo indica, de substantiva e inevitável) nova mudança do sistema internacional?

O que pode resultar da sua proximidade ao continente africano? Qual a sua função na gestão dos sistemas de informação e comunicações? E de controlo do mar atlântico? Estarão devidamente identificadas as áreas a considerar como prioritárias para o(s) investimento(s)? E do(s) eventual(ais) investimento(s), estarão a produzir-se resultados concretos (e serão estes fiáveis)? Qual a posição (e a importância) do Arquipélago no âmbito da noção de "Mar Português" e na política externa portuguesa? Qual a nossa sustentabilidade geral e, em particular, a nossa capacidade de produção de energia (atenuando ao máximo a dependência externa)? Qual a nossa capacidade de atracção de pessoas e de captação de investimento? E, enfim, quanto tempo sobreviríamos isolados?

Regressemos ao ponto inicial: as crises e guerras no Leste europeu e no Médio-Oriente, de carácter multifacetado, sucedem-se enquanto este Arquipélago anda entusiasmado (inebriado?) com a elevadíssima (bem-haja) procura turística. É pacífico concluir que uma boa parte dela resulta quer dos conflitos que se conhecem, quer dos efeitos resultantes do encerramento compulsivo causado pela COVID-19.

Mas convém não ter memória curta, uma vez que, por um lado, «the COVID-19 pandemic has shown clearly that security is not only about the State, the action of the military – namely the use of force –, but also about the people, the use of knowledge, namely knowledge about the virus and the vaccines»; e que, por outro, a guerra na Ucrânia «brings Europe back to an understanding of security in its classic sense – military and economic capabilities as a sign of power and strength capable of undermining the foundations of the international order and altering the balance of power of the international system. After the war in Ukraine, the architecture of transatlantic security will surely be different»[91].

Em Novembro de 2023, Mario Draghi, dizia, ao *Financial Times*, que «o modelo geopolítico, no qual a Europa assenta[va], desde a 2.ª Guerra mundial, falira:

[91] TEIXEIRA e FONSECA, 2022, «Introductory Note. (In)security and (in)equality in the Atlantic», pp. 4-7 (inglês no original).

dependia dos EUA para a Defesa; da China para o comércio e da Rússia para a energia»[92]. Hoje, por um lado, a relação com os EUA impõe novas exigências; por outro, verifica-se que a China, a Rússia e o Irão tendem a elevar os seus níveis de cooperação, com potenciais repercussões no espaço atlântico.

E agora? Na perspectiva do espaço português, a OTAN será uma das respostas. A defesa do mundo ocidental não terá outra alternativa, pelo menos nas próximas décadas. Mas é conveniente que não seja a única via, desde logo no sentido de ser complementada. A OTAN – cuja finalidade se mantém na garantia coletiva da segurança do espaço euro-atlântico – vive tempos de mudança. Vejam-se os resultados das Cimeiras de Gales (em 2014) e de Varsóvia (em 2016), que conferiram um novo impulso àquela organização, procurando adaptá-la a todos os desafios numa perspetiva geográfica, dita de *360 graus*: mantendo a defesa coletiva como alicerce, mas sem limitar a gestão de crises e a segurança cooperativa, como tarefas fundamentais que permitem garantir a defesa dos Aliados de uma forma mais efectiva.

Neste sentido, devem considerar-se – e não só em qualquer equação de segurança e defesa, mas também naquilo que diz respeito a mais-valias associadas a diversas actividades industriais, do Turismo a eventuais riquezas que se encontrem nas profundezas do Oceano – os riscos e as ameaças provenientes do terrorismo transnacional, da sabotagem, das ameaças híbridas e dos ciberataques, que impõem a dotação de ferramentas adequadas. Sem esquecer (ou pretender omitir ou tentar diminuir) as (inevitáveis) consequências das alterações climáticas, assim como as crises humanitárias (de estirpe diversa), os fenómenos migratórios e até a disseminação de notícias falsas ou fabricadas (*fake news*), a que estamos cada vez mais expostos. Com todos eles teremos de saber lidar e ter capacidade de adaptarmo-nos.

Neste quadro, multifacetado, o Arquipélago da Madeira oferece, desde logo, a profundidade e a flexibilidade necessárias à prossecução de várias operações. Veja-se, por exemplo, a utilidade da Estação de Radar n.º 4, instalada no Pico do Areeiro, ainda que resultado de um longo processo de edificação (iniciado no final do século passado). Mas não só. A outro nível, também se impõe a assunção, *de jure* e *de facto* – com efeitos concretos, jurídicos, político-administrativos, económicos e financeiros

[92] *Financial Times*, 08-11-2023. Conhecido político italiano, economista, antigo Primeiro-Ministro, antigo Presidente do Banco de Itália (2006-2011) e do Banco Central Europeu (2011-2019), ligado ao *Institute of Advanced Study* (Universidade Princeton), à Brookings Institution (Washington) e ao *Institute of Politics* (da John F. Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard). Alguém, portanto, que, quando diz alguma coisa, convém escutar.

– da importância que tem para Portugal o extenso espaço marítimo resultante da posição geográfica do Arquipélago da Madeira, razão pela qual da sua gestão não podem ser obliterados os Órgãos de Poder Próprios da Região Autónoma.

A questão final, a respeito daquilo que pretendemos construir e das pontes e relações que desejaremos fomentar, num mundo globalizado, não deixa de ser preocupante e até nos remete para os Clássicos, por poder ser uma *quadratura do círculo*: preferiremos ter mais Liberdade, mas menos Segurança; ou mais Segurança e menos Liberdade?

Neste momento, uma certeza temos: a resposta, para que seja consentânea com os Princípios e Valores pelos quais pugnamos e associamos ao chamado *Mundo Ocidental*, deverá passar sempre pelo diálogo, favorável ao estabelecimento e ao fortalecimento da cooperação e da confiança. Assumindo a necessidade de desenvolver as relações inter-regionais no panorama europeu, mas não só, pois impõem-se não só acções introspectivas, que permitam a renovação/actualização da presença e da abordagem aos espaços próximos envolventes. Comece-se por realizar, por exemplo, o que se afirma na *Estratégia Nacional para o Mar – 2013-2020*: «Para o sucesso do modelo de desenvolvimento, é essencial o exercício harmonizado das competências próprias no quadro de um processo de decisão e gestão partilhado entre o Governo da República, os Governos Regionais dos Açores e da Madeira e as Autarquias»[93].

Ora, na perspectiva do ponto geográfico em que nos encontramos, parece-nos inegável que a Macaronésia deverá ser um espaço de eleição, no qual – para o Bem-comum (e segurança da Europa) – se deverá fomentar com acuidade o conhecimento, o diálogo e o intercâmbio – o funcionamento em rede – enquanto promotores de um esforço em prol do bem-estar comum e do progresso (e por isso da Segurança), que terá tantas mais hipóteses de ser bem-sucedido quanto representar um compromisso conjunto dos Arquipélagos. Daí a relevância de garantir a operacionalidade articulada e concertada das respostas, perante quaisquer riscos e ameaças que possam colocar em causa aqueles objectivos.

A este respeito, é imperioso colaborar e cooperar, partilhar responsabilidades. Só assim se poderá realizar uma verdadeira integração e fusão – mas será ela um objectivo sincero de todos os intervenientes? – e atingir uma coordenação que seja

[93] *Estratégia Nacional para o Mar – 2013-2020*, 2014, p. 42. Note-se, ainda assim, o recorrente preconceito(?) de associar e (tentar) equiparar níveis e graus de poder diverso, como são as Regiões Autónomas e as autarquias/municípios.

produtiva, até para tornar mais eficaz a relação entre os vários níveis de Poder e Administração – autónomos e centrais/nacionais –, e destes com a OTAN e com os Órgãos e as Estratégias de Defesa e Segurança da UE. Manter (garantir) o Atlântico como um espaço de paz, diálogo e cooperação deve ser um objectivo. Mas isso exige compromisso e, não se duvide, impõe investimentos multifacetados. Além, quiçá, de uma mudança cultural.

Comecemos, assim, por dar azo à máxima clássica: conheçamo-nos a nós mesmos. Um dos factores com implicação directa no bem-estar dos madeirenses está ligado – como sempre esteve no passado – ao equilíbrio e à normalidade dos transportes, pelas implicações na mobilidade e nos abastecimentos – assim como no Turismo. Mas o Arquipélago da Madeira, usando de uma paráfrase – a História também o demonstra –, sofre frequentemente os efeitos de causas em que não participou, mas que lhe acentuam a condição de espaço exógeno[94].

Dois exemplos, aparentemente inócuos ou pueris, que não só reflectem tal realidade, como também podem ajudar a compreender alguns dos riscos futuros: por um lado, a ideia de que tudo se passa *lá muito longe* ou que nos encontramos *afastados de tudo* (que ajuda a fomentar uma falsa percepção de segurança, equívoca quanto aos níveis de ameaça real); por outro, a recorrência com que o Arquipélago nem sequer aparece nos Mapas que pretendem ilustrar a Europa e, em particular, a UE.

Para lidar com essa(s) inevitabilidade(s), há que ter o melhor conhecimento e a melhor consciência possível da realidade (dos elementos que a caracterizam e condicionam) e começar por perceber que a arrogância não a muda. Não sejamos míopes. Isto implica colocar de lado egoísmos, que muitas vezes só servem para alimentar vaidades e projectos megalómanos, que, além de despesistas, acabam por ser irrealizáveis, inconsequentes ou de resultados pífios. Ao mesmo tempo, há que ter uma perspectiva e desenvolver uma abordagem holística das questões, saber comunicar e ser criativo.

Nos últimos dois séculos, o Arquipélago balançou, de forma pendular, entre as noções de que o mar (primeiro) e o espaço aéreo (depois) – as suas fronteiras naturais – já não são, mas também podem tornar-se, barreiras à acção (e, por isso, à existência). Ainda assim, note-se que, apesar da globalização, a Madeira manteve sempre uma condição de espaço fronteira. Por isso, hoje será conveniente questionar – olhando para o tempo imediato, mas também para as próximas décadas – sobre

[94] MOREIRA, 2013, «O Atlântico como Factor de Poder», pp. 9-15.

os efeitos que nela terão o que alguns consideram plausível suceder, cada vez com maior acuidade: momentos ou períodos de "desglobalização"[95].

É inevitável: os espaços insulares estão particularmente expostos aos riscos de isolamento e às suas consequências. Lidar com isso exige pragmatismo e a consciência de que, ao nível das relações entre poderes, não há amigos, apenas interesses. E a noção de que, se a estratégia é sempre importante, será muito mais importante para os fracos do que para os fortes.

A(s) pressão(ões) sentida(s) nos últimos anos (da COVID-19 às unidades navais estranhas na ZEE ou em áreas contiguas, passando pelo aumento inédito da afluência turística) revela(m) a necessidade de agir (e até de desburocratizar). A mudança, inclusive em termos de paradigmas culturais, terá de ser profunda e exigirá capacidades comunicacionais múltiplas (inclusive ao nível das plataformas usadas). Resta saber se para tal existirão na Europa, em Portugal e na Madeira lideranças inspiradas e inspiradoras. E competentes.

Fontes Citadas

Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional, 1985, 1994, 2003 e 2013.
Conselho da União Europeia, 21-03-2022, *Comunicado de imprensa*.
Diário de Notícias, 09-05-1935, 14-01-1977 e 25-01-1977.

[95] KORNPROBST e WALLACE, 2025, «What is deglobalization?»: «Deglobalization is a movement towards a less connected world, characterized by powerful nation states, local solutions, and border controls rather than global institutions, treaties, and free movement». Em Setembro de 2021 a revista *International Affairs* apresentou vários estudos sobre o conceito, tendo como tópico «Globalization? The future of the liberal international order» e como referência três áreas principais: Estados/organismos governamentais, instituições e políticas. Algo semelhante fez a *Revue Internationale et Stratégique*, em 2023 (n.º 132), ao publicar o Dossier «Démondialisation: nouvelles formes de globalisation, nouvelles insécurités?». Convém esclarecer que, em 2002, Walden Bello publicou *Deglobalization. Ideas for a New World Economy*. Segundo ele, a desglobalização era um processo de reestruturação do sistema económico e político global, com o intuito de fortalecer as capacidades das economias locais e nacionais, em vez de as enfraquecer. Nesta perspectiva, o processo representaria a transformação e transição de uma economia global e integrada em torno das necessidades das empresas transnacionais, no sentido de uma economia também integrada, mas em torno das necessidades dos povos, das nações e das comunidades. Ora, não é este o significado transmitido pelo uso actual da noção de desglobalização. Na verdade, esta é agora definida tendo em conta alguns aspectos negativos ou contrários às tendências estruturantes observadas nas últimas quatro décadas, como sejam: o abrandamento e reconfiguração do comércio internacional; a fragmentação das cadeias de valor; a tendência para uma "regionalização"; a contestação de acordos de governação multilateral. Ao mesmo tempo, o uso corrente reflecte também as dúvidas, senão mesmo o declínio dos princípios que fundamentaram a globalização nas últimas décadas, isto é: o multilateralismo e o compromisso na redução de barreiras tarifárias e outras, para apoiar o crescimento do comércio e das trocas a nível mundial, sob o domínio das economias mais avançadas (as Ocidentais). Desenvolver aqui as questões que se levantam ultrapassaria em muito, como se percebe, o objecto deste texto.

Estratégia Nacional para o Mar – 2013-2020, 2014, Lisboa, Uzinabooks.

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, s.d., Perguntas Frequentes, disponível em www.emepc.pt/faq.

European Commission: Joint Research Centre, CAGNIN, C., MUENCH, S., SCAPOLO, F., STOERMER, E. and VESNIC ALUJEVIC, L., 2021[-2022], *Shaping and securing the EU's Open Strategic Autonomy by 2040 and beyond*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

European Union Maritime Security Strategy, 2014, Council of the European Union – General Secretariat of the Council, 24-06-2014 – disponível em https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST%2011205%202014%20INIT/EN/pdf.

European Parliamentary Research Service, ANGHEL, S., IMMENKAMP, B., LAZAROU, E., SAULNIER, J.L., WILSON, A.B., 2020, *On the path to 'strategic autonomy' – The EU in an evolving geopolitical environment*, European Parliament, September.

Financial Times, 08-11-2023, disponível em https://www.ft.com/content/39ec07ea-2ca6-4539-bf70-b0348347898f, consultado a 09-11-2023.

Força Aérea 5.3, 2024, *Transformação do Poder Aeroespacial Nacional 2024-2030*, disponível em https://www.emfa.pt/paginas/fap/ficheiros/A%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea/FA_53_2024.pdf.

General Secretariat of the EU Council, 24-10-2023, *Council conclusions on the Revised EU Maritime Security Strategy (EUMSS) and its Action Plan*.

Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2023, Proposta de Resolução 13/XV/1, *DAR*, II série A n.º 231, 24-05-2023, da 1.ª SL da XV Leg., pp. 66-77, disponível em https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=172986.

Jornal (O) Económico, 06-07-2024 [*online*], disponível em https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/espanhois-voltam-a-carga-com-ilhas-selvagens-o-arquipelago-que-espanha-considera-seu-desde-o-sec-xv/?photo=1.

Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro.

Ministério da Defesa, 16-07-2021, *Comunicado de imprensa*.

NATO Summit London Declaration, 2019, disponível em https://www.nato.int/cps/bu/natohq/official_texts_171584.htm.

«Para Guterres, mundo enfrenta emergência nos oceanos», 05-10-2018, in *ONU News. Perspectiva Global Reportagens Humanas*, disponível em https://news.un.org/pt/story/2018/10/1641442.

Presidência do Conselho de Ministros, *Proposta de Resolução n.º 13/XV*, 18-05-2023.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018.

Secretariado-Geral do Conselho da UE, 21-03-2022, *Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa – Por uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os seus interesses e contribui para a paz e a segurança internacionais*.

Smartdefense, 2023, disponível em https://www.iddportugal.pt/smart-defence/.

The Alliance's New Strategic Concept, Novembro de 1991, disponível em: https://www.nato.int/cps/fr/natohq/official_texts_23847.htm?selectedLocale=en.

The Atlantic Centre, s.d., disponível em https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/about/Paginas/default.aspx, consultado a 17-01-2025.

União Europeia, Resoluções: 26-02-2014 («Optimizar o potencial das Regiões Ultraperiféricas»); 06-07-2017 («Promoção da coesão e do desenvolvimento nas regiões ultraperiféricas da UE»); 14-09-2021 («Para um reforço da parceria com as Regiões Ultraperiféricas da União»); 07-06-2022 («As ilhas da UE e a política de coesão: ponto da situação e desafios futuros»); e 13-06-2023 («Avaliação da nova Comunicação da Comissão sobre as regiões ultraperiféricas»).

United Nations, 2008, *Oceans and the Law of the Sea. Report of the Secretary-General*, UN – General Assembly, 10-02-2008 – 63th Session – Item 73 (a) of the preliminary list – A/63/63, p. 406, disponível em https://www.refworld.org/reference/themreport/unga/2008/en/61956

Bibliografia Consultada e Citada

AAVV, 2022, «Protecting subsea data cables in Europe and the Atlantic – Challenges of a new era», in *Atlantic Center. Policy Brief*, n.º 13, Julho.

AAVV, 2022, *IDN brief. Oceanos e Segurança dos Espaços Marítimos*, [n.º 45], Setembro de 2022, Lisboa, IDN.

ALEXANDRE, António Gonçalves, 2022, «Economia Azul: o papel da segurança marítima no desenvolvimento económico dos oceanos», in *Negócios Estrangeiros*, n.º 22 (Julho), Edição Digital, pp. 196-217.

ALVES, Ricardo Pinheiro, 23-06-2023, «É preciso um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional?», in *Eco Sapo*, disponível em https://eco.sapo.pt/opiniao/e-preciso-um-novo-conceito-estrategico-de-defesa-nacional.

ARTEAGA, Felix, 11-10-2017, «Autonomia estratégica y la defensa europea», in *Real Instituto Elcano*.

BAIÃO, Mário, 2009, *Trabalho de Investigação Aplicada – A Defesa Antiaérea da Madeira*, Academia Militar, Lisboa.

BELLO, Walden, 2022, *Deglobalization. Ideas for a New World Economy*, New York, Zed Books.

BENTO, Vítor, 2022, *Strategic Autonomy and Economic Power. The Economy as a Strategic Theater*, London, Routledge.

BISCOP, Sven, 2022, «Strategic Autonomy: Not without Integration», in *Policy Brief, EU Strategic Autonomy Series*, Foundations for European Progressive Studies and Friederich Ebert Stiftung.

BRANCO, Inês Aguiar, 2024, «Cabos Submarinos: Natureza Crítica e Vulnerabilidade Estratégica no Contexto da Aliança do Atlântico Norte», in *Nação e Defesa*, n.º 168, Lisboa, IDN, pp. 79-95.

CAJARABILLE, Victor Lopo, 2009, «A Segurança no Mar Português», in *Nação e Defesa* (O Mar no Pensamento Estratégico Nacional, Colóquio, IDN, 2008), n.º 122, Lisboa, IDN, pp. 101-115.

CARVALHO, Luís e LEITÃO, Nuno, 2005, «A noção "estratégica" das ilhas Selvagens», in *GeoINova*, n.º 11, [Lisboa], [FCSH-UN], pp. 267-283.

CIERCO, Teresa e SILVA, Jorge Tavares da, 2015, «Vetores Geopolíticos do «Mar Português» Face à Visão Integrada de um «Mar Europeu»», in *Relações Internacionais*, n.º 46, Lisboa, IPRI-Nova, pp. 143-156.

CORREIA, Augusto Melo, 2021, «Uma nova orientação estratégica para a NATO e a UE», in *EuroDefense Portugal*, Setembro de 2021.

CORREIA, Manuel António Rodrigues, 2006, «Política marítima europeia, perspectivas geopolíticas e geoestratégicas de uma região ultraperiférica como a Madeira», in *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 19 (Janeiro-Junho), Lisboa, CIEJD/Princípia editora, pp. 73-77.

CUNHA, Tiago de Pitta e, 2006, «Uma nova visão mundial dos oceanos», in *Europa: novas fronteiras*, n.º 19, Lisboa, CIJED/Principia Editora, pp. 33-41.

CUNHA, Tiago de Pitta e, 2011, *Portugal e o Mar*, Lisboa, FFMS.

DAEHNHARDT, Rainer, FERREIRA, J. J. Brandão, COUTINHO, Gago e VASCONCELOS, Ernesto, 2014, *As nossas Ilhas Selvagens disputadas no jogo geoestratégico*, Portimão, Apeiron Edições.

«Démondialisation: nouvelles formes de globalisation, nouvelles insécurités?», 2023, in *Revue Internationale et Stratégique*, n.º 132.

DEMPSEY, Judy, 2023, «Judy Asks: Is European Strategic Autonomy Over?», in *Strategic Europe*, disponível em https://carnegieendowment.org/europe/strategic-europe/2023/01/judy-asks-is-european-strategic-autonomy-over?lang=en, consultado em Novembro 2023.

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, 2022, «O Processo de Extensão da Plataforma continental e a Submissão Portuguesa», in *Negócios Estrangeiros*, n.º 22, Edição Digital (Julho), pp. 177-195.

FIOTT, Daniel, 2018, «Strategic Autonomy. Towards "European Sovereignty" Defence?», in *European Union Institute for Strategic Studies (EUISS), Brief Issue*, n.º 12 (November).

FRANKE, Ulrike, 2021, «Artificial Intelligence diplomacy – Artificial Intelligence governance as a new European Union external policy tool», in *PE* (June).

GARCIA, Francisco Proença e RIBEIRO, Sónia, 2018, «Economia Azul e segurança marítima. O caso de Portugal», in *Relações Internacionais*, n.º 57 (Março), Lisboa, IPRI-Nova, pp. 39-58.

GASPAR, Carlos, 2023, «The strange case of strategic autonomy» (Book Review)», in *Relações Internacionais*, n.º especial, Lisboa, IPRI-Nova, 2023, pp. 75-79.

«Globalization? The future of the liberal international order», 2021, in *International Affairs*, vol. 97, n.º 5, Oxford, OUP (September).

GRAÇA, Pedro Quartin, [2016], «As noções de Ilha e de Rochedo – Da fundamentação no quadro da Convenção de Montego Bay ao seu papel no âmbito do desenvolvimento de economia mundial», in *I Congreso online sobre Los Modelos Latinoamericanos de Desarrollo* (2016), disponível em https://www.researchgate.net/publication/311556091_As_nocoes_de_ilha_e_de_rochedo_-_fundamentacao_doutrinaria_no_quadro_da_Convencao_de_Montego_Bay.

GRAÇA, Pedro Quartin, 2014, *A importância das ilhas no quadro das políticas e do Direito do Mar: o caso das Selvagens*, Lisboa, Chiado Editora.

GRAÇA, Pedro Quartin, 2015, «Ilhas Selvagens: a disputa da última fronteira», in RIBEIRO, Marta Chantal (coord.), *20 anos da entrada em vigor da CNUDM: Portugal e os recentes desenvolvimentos no Direito do Mar* (Actas da Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade do Porto em 29 de Outubro de 2014), Porto, CIIMAR/FDUP, pp. 21-36.

GREVI, Giovanni, 19-07-2019, «Strategic Autonomy for European Choices. The key to Europe's shaping power'», *Discussion Paper, European Policy Center – Europe in the World Programme*.

GUEVARA, Gisela Medina, 1997, *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A questão da concessão dos sanatórios da Ilha da Madeira*, Lisboa, Edições Colibri.

JENSEN, Benjamin, 07-01-2025, «How to Exorcise Russia's Ghost Fleet», in *CSIS – Center for Strategic & International Studies*, disponível em https://www.csis.org/analysis/how-exorcise-russias-ghost-fleet, consultado a 09-01-2025.

JESUS, Manuel Filipe Correia de, 2008, «A Madeira no Conceito Estratégico de Defesa Nacional», in *Islenha*, n.º 42 (Jan.-Jun.), Funchal, DRC, pp. 5-23.

KORNPROBST, Markus e WALLACE, Jon, 2025, «What is deglobalization?», in *Chantam House*, in *The Royal Institute of International Affairs,* disponível online em *https://www.chathamhouse.org/2021/10/what-deglobalization*, consultado a 10-01-2025.

LOURENÇO, A. Jorge Pereira, 2012, «Segurança Marítima Cooperativa: Perspectivas Face às Novas Ameaças», in *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n.os 6/7, Lisboa, pp. 97-122.

LOURENÇO, Eduardo, 2000, «O passo suspenso da Europa», in *Europa: Novas Fronteiras*, n.º 8, (Dezembro), pp. 21-22.

MATIAS, Nuno Vieira, 2009, «A "Clusterização" da Economia Marítima», in *Nação e Defesa* (O Mar no Pensamento Estratégico Nacional, Colóquio, IDN, 2008), n.º 122, Lisboa, IDN, pp. 9-23.

MENESES, Pedro Daniel (2020). «O Mar Português na Política Externa Portuguesa do século XXI», in *POLIS*, n.º 2 (Julho-Dezembro), U. Lusíada, Lisboa, pp. 161-219, disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/5802/4/polis_2_pm_mar_portugues.pdf.

MOREIRA, Adriano, 2013, «O Atlântico como Factor de Poder», in *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica*, n.º 5 (Março – edição especial), Lisboa, IEP/UCP, pp. 9-15.

MOREIRA, Adriano, 2014, «A renovação do Conceito Estratégico Nacional e o mar», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. LV, n.os 1-2, Lisboa, Coimbra Editora, pp. 321-326.

MOREIRA, Adriano, 2017, «O Sistema Internacional Contemporâneo e o Contexto Estratégico Mundial», in *Segurança & Defesa*, n.º 37 (Out./Dez.), Lisboa, pp.3-7.

NÉSTEROVA, Irina Yányshev e MELÉNDEZ, Santiago de Luxán, 2021, «Sovhispan: a collaboration model between Spain and the USSR in the Canary Islands (1967-1991)», in *Investigaciones de Historia Económica – Economic History Research*, vol. 17, n.º 3 (Junho), pp. 1-13.

PÉREZ, Rafael García, 2023, «Submarine Cables Across the Atlantic: Geopolitics and Security of a Critical Infrastructure», in GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Great Power Competition in the Atlantic*, Atlantic Center Report n. 3 (November), Atlantic Center, pp. 57-82.

PIEDADE, João, 2018, «Segurança Marítima e os Estudos de Segurança: Revisão da Literatura», in *Relações Internacionais*, n.º 57, Lisboa, IPRI-Nova, pp. 11-24.

RIBEIRO, Sónia, e CAMPOS, Aldino, 2023, «The Challenging Geopolitical Framework in the Atlantic Ocean. A Portuguese Perspective», in GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Great Power Competition in the Atlantic*, Atlantic Center Report n. 3 (November), Atlantic Center, pp. 18-29.

RODRIGUES, Alexandre Reis, 2014, «Estratégia de Segurança Marítima Europeia: Porquê e Para Quê?», in *Nação e Defesa*, n.º 137, Lisboa, IDN, pp. 168-176.

RODRIGUES, Fábio, 2023, *O Aparelho de defesa da Madeira na Segunda Guerra Mundial*, Dissertação de Mestrado, Funchal, Universidade da Madeira.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 1999, *A Madeira durante as Guerras Napoleónicas*, Funchal, SRTC/CEHA.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2004, «Operação *Ripper* – um projecto de ocupação da Madeira durante a 2.ª Guerra Mundial», in *Revista do DN-Madeira*, 21-03-2004, pp. 14-19.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, Funchal, Funchal500Anos.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2014, «A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918): tópicos de Política e Defesa», in *Nação e Defesa*, n.º 139, Lisboa, IDN, pp. 64-83.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2022, «A Guerra Civil na Madeira», in RITA, Rita, ROCHA, Jorge Silva e COELHO, Sérgio Veludo (coord.), *A Guerra Civil em Portugal (1828-1834). Uma História Militar Concisa*, Lisboa, CPHM, pp. 107-140.

RYNNING, Sten, 19-01-2023, «Is European Strategic Autonomy Over?», in *Judy Dempsey, Carnegie Europe* [Blog].

SANTANA, Joaquim, 2016, «A importância das ilhas Selvagens», in *IDN brief*, Lisboa, IDN (Mar. 2016), pp. 2-18.

SANTOS, Luís R. (Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço), 25-02-2022, «The Azores Space structure Mission», *idn E-Briefing Papers – Shifts in World Geopolitics: Cooperation and Competition in the Atlantic* – International Seminar Lisboa, IDN, pp. 50-53.

TEIXEIRA, Nuno Severiano e FONSECA, Carmen, 2022, «Introductory Note. (In) security and (in)equality in the Atlantic», in *Relações Internacionais*, n.º especial, Lisboa, IPRI-Nova, pp. 4-7.

TELO, António José, 1987, *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

TELO, António José, 1991, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vols., Lisboa, Vega.

TELO, António José, 1993, *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Porto, Edições Asa.

TELO, António José, 1996, *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria. Reflexões sobre o sistema mundial*, Blumenau, Editora da FURB.

TELO, António José, 1996, *Portugal e a NATO. O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos.

TELO, António José, 1997, «Treze teses sobre a disfunção nacional – Portugal no sistema internacional», in *Análise Social*, vol. XXXII, n.º 142, pp. 649-683.

TELO, António José, 1998, «A Península no sistema das relações internacionais», in *Los Ibéricos y el mar*, vol. 1, [Madrid], Sociedad Española para la Expo Lisboa, pp. 49-68.

TELO, António José, 2008, *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II, Lisboa, Presença.

TOCCI, Nathalie, 26-02-2021, «European Strategic Autonomy. What It Is, Why We Need it, How to Achieve It'», in *Istituto Affari Internazionale*.

VALENTE, Vasco Pulido, 27-02-2015, «Os movimentos preliminares da III Guerra Mundial estão em curso: para o Ocidente ver – ou não ver», in *Público* [online], disponível em https://www.publico.pt/2015/02/27/mundo/noticia/ver-ou-nao-ver-1687414, consultado em Setembro de 2024.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 103-116
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

O Contributo do Estudo Arqueológico para a Compreensão do Fenómeno da Modernidade e Globalização na Madeira

The Contribution of Archaeological Studies to Understand the Phenomenon of Modernity and Globalization in Madeira

Ana Mendonça[1]
Alexandre Brazão[2]

Resumo

O presente artigo pretende refletir sobre a globalização e construção do mundo Moderno, dos séculos XV a XIX, através do contributo da Arqueologia. No conjunto dos dados arqueológicos, obtivemos informações relevantes para conhecer, por um lado, a formação do urbanismo da cidade do Funchal, que obedece a modelos importados de outras cidades, como é o caso de Lisboa, mas também para a compreensão do quotidiano da população e as dinâmicas de relação com o exterior, sobretudo a partir da cultura material.

Neste artigo pretendemos abordar a temática da expansão, que iniciou no período moderno, a partir de um dos mais importantes espaços de contacto, a ilha da Madeira. Por outro lado, importa ainda refletir sobre o impacto da exploração e comércio do açúcar, com base na cultura material ainda em estudo em dois projetos de investigação, o *Margullar* e o *CERIBAM – Arqueologia y Arqueometría del Expansionismo Atlántico*

[1] Investigadora e Subdiretora do CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea desde 2019. Concluiu a Licenciatura em 2016 e a dissertação de Mestrado em Arqueologia em 2019, pela Universidade do Minho, especializando-se em Arqueologia Urbana. É bolseira de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – CHAM (Centro de Humanidades), da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e desenvolve atualmente a tese de doutoramento intitulada *O urbanismo da Baixa de Lisboa: estudo de arqueologia urbana (finais do século XV ao terramoto de 1755).* Contacto: ana.mendonca.ceam@gmail.com.

[2] Investigador e Diretor do CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea. Mestrando em Arqueologia na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. É Assistente de Arqueólogo pela Escola Profissional de Arqueologia desde 2000. É Operador Marítimo-Turístico, pela Universidade dos Açores, desde 2012, e instrutor de mergulho SSI, desde 2015. Contacto: alexandre.brazao.ceam@gmail.com.

Ibérico en el Norte de África y las Islas de la Macaronesia (Siglos XV-XVI): Cerámica, Poblamiento y Comercio.

Palavras-chave: Arqueologia Moderna; Arqueologia Urbana; Arqueologia Subaquática; Açúcar; Globalização.

Abstract

The article endeavors to illuminate the complex processes of globalization and the consequent construction of the modern world spanning the 15th to 19th centuries, utilizing archaeological evidence as its primary analytical resource. Central to its narrative is an exploration between imported urban architectural paradigms, notably those emanating from cosmopolitan centers such as Lisbon, and the resultant urban evolution of atlantic cities. Additionally, the article undertakes an in-depth examination of quotidian existence during this period, particularly elucidating socio-economic dynamics through meticulous analysis of ceramic artifacts.

Expanding on the theme, the article aims to delve deeper into the expansion phenom enon initiated during the modern era, with Madeira Island serving as a crucial point of contact. Additionally, it seeks to reflect on the impact of sugar exploration and trade, drawing on ongoing research projects such as *Margullar* and *CERIBAM – Arqueologia y Arqueometría del Expansionismo Atlántico Ibérico en el Norte de África y las Islas de la Macaronesia (Siglos XV-XVI): Cerámica, Poblamiento y Comercio*.

Keywords: Modern Archaeology; Urban Archaeology; Underwater Archaeology; Sugar; Globalization.

Introdução

Ao longo dos séculos XV e XVI, verifica-se em Lisboa uma centralização da dinâmica da cidade na zona ribeirinha. Este movimento de aproximação à zona da Baixa dotou esta zona de infraestruturas administrativas e comerciais, à medida que Lisboa se configurava como ponto de partida para as políticas expansionistas[3]. É ainda relevante para a compreensão das dinâmicas urbanísticas deste setor da cidade nos referirmos às estruturas portuárias. A construção de edifícios de apoio à construção e reparação naval, veio alterar a forma urbana da margem ribeirinha. As caraterísticas destas estruturas possibilitaram a confirmação de uma regularidade que, gradualmente, era implantada na cidade. As regras urbano-arquitetónicas estabelecidas por D. Manuel I pretendiam responder às transformações económicas

[3] CAETANO, 2004, *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*.

e sociais de finais do século XV. Neste sentido, as soluções estruturais desenvolvidas passaram pela correção de problemas de saneamento, renovação, alargamento e desimpedimento das ruas[4].

Assim, toda a dinâmica traçada para a zona da Ribeira vai ser refletida na sua relação com o exterior, através do estabelecimento de modelos e padrões que vão definir as cidades ultramarinas, como é também o caso do Funchal.

No âmbito da tese de doutoramento atualmente em desenvolvimento, pretende-se compreender a evolução urbanística da Baixa de Lisboa a partir de dados de intervenções arqueológicas com o objetivo de caraterizar este espaço. Paralelamente, consideramos que este conhecimento é fundamental para analisar, num quadro mais amplo, o fenómeno de expansão do período moderno, quer através da transposição de modelos urbanísticos, quer seja através da circulação de bens e pessoas.

Neste artigo procuraremos, na primeira parte, apresentar os dados mais relevantes identificados em intervenções arqueológicas no Funchal, que podem explicar esta transposição de padrões no modo de construir a cidade[5]. Na segunda parte, vamos apresentar alguns projetos que têm contribuído para explicar os vários pontos de contacto no atlântico com base em evidências materiais, sobretudo a partir das cerâmicas.

Funchal, Uma Cidade Atlântica (Contributos para o seu Estudo)

Da intervenção arqueológica que decorreu da reabilitação dos antigos edifícios Bordados João de Sousa Viola, Lda., no centro histórico de Santa Maria Maior (Zona Velha), importa referir a identificação de um arruamento composto por seixos rolados, com a orientação norte-sul.

O núcleo de Santa Maria do Calhau, localizado na parte este da baía do Funchal, na margem esquerda da atual ribeira de João Gomes, foi estruturado logo no século XV[6]. A definição da rua de Santa Maria num eixo paralelo ao mar e, posteriormente, da rua Nova, paralela à anterior, contribuiu para articular e organizar a urbanização que se fazia nesta parte da cidade.

---

4 CARITA, 1999, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*; ROSSA, 1995, «A cidade portuguesa», pp. 233-318.

5 MENDONÇA, FREITAS, BRAZÃO, 2023, «Arqueologia em ambiente de obra: o caso da Região Autónoma da Madeira», pp. 53-57.

6 ARAGÃO, 1979, *Para a História do Funchal. Pequenos passos da sua memória*.

Mapa 1 – Localização das intervenções arqueológicas no Funchal realizadas entre 2019 e 2021



Fonte: Mapa elaborado em software QGIS, pelo CEAM. Ortofotomapa da Madeira, 2018 (DROT – Direção Regional do Ordenamento do Território).

Os dados apresentados permitiram acrescentar informação relativa aos elementos que configuravam o quarteirão limitado por estas ruas. Assim, parece-nos que a ligar as ruas principais existiam arruamentos, becos ou travessas, conforme atestam os achados identificados. Confrontando com a Planta da Cidade do Funchal de Mateus Fernandes, foi possível verificar a relativa proximidade destas estruturas com a igreja de Nossa Senhora do Calhau e a antiga Misericórdia. A interpretação desta informação levou-nos a considerar que estaríamos perante um espaço público exterior, que poderá relacionar-se com esses edifícios.

Fotografia 1 – Arruamento que ligava o eixo paralelo ao mar, rua de Santa Maria, à rua Nova (atual rua Latino Coelho) (2019)



Fonte: Registo fotográfico pela equipa do CEAM.

O sítio da intervenção do edificado localizado na rua da Carreira, no centro histórico de São Pedro, refere-se à construção de várias unidades habitacionais que se vão agregar, mais tarde, numa casa senhorial. Desta intervenção, importa mencionar o núcleo mais antigo deste conjunto habitacional, a partir do qual o edifício se compõe.

Assim, os vestígios arqueológicos e arquitetónicos permitiram caraterizar uma casa, com acesso a um espaço exterior, o logradouro, onde funcionava um poço, ainda parcialmente preservado. O acesso principal estava orientado à rua da Carreira. Esta anterior fachada encontrava-se marcadamente afastada do atual eixo da rua

da Carreira. Por esse motivo, considerámos que este seria um dos alinhamentos primitivos da rua, atribuindo-se a este eixo uma configuração mais larga do que a atual. Os resultados preliminares obtidos demonstraram a permanência do eixo da rua da Carreira, mas supõe-se que seria mais larga do que a atual.

Fotografia 2 – Poço identificado no logradouro que servia a unidade habitacional primitiva. Rua da Carreira (2019)



Fonte: Registo fotográfico pela equipa do CEAM.

Os imóveis da intervenção que designa atualmente o Hotel Barceló Funchal estão circunscritos por três ruas principais, a dos Murças, a da Alfândega e a Dr. António José de Almeida. Estas ruas definem os limites do quarteirão da intervenção que se insere no centro histórico da Sé, sob a área de proteção da Sé Catedral do Funchal, da antiga Alfândega e da Fortaleza de São Lourenço.

Os dados arqueológicos mais significativos correspondem às evidências arqueológicas documentadas nas sondagens escavadas no edifício orientado à rua dos Murças. As estruturas identificadas correspondem a uma unidade habitacional,

com vários muros associados a uma sucessão de pavimentos que se preservaram. A presença de um espaço definido por uma calçada madeirense[7], interpretado como uma área exterior, poderá ser indicativo de que a fachada principal estaria orientada para a rua anteriormente designada rua do Capitão (atual rua dos Murças), e que a casa se desenvolvia para o interior do quarteirão.

A diversidade tipológica de cerâmica utilitária de importação revela o quadro do quotidiano das populações daquela zona da cidade[8]. Por outro lado, a presença reduzida de cerâmica de fabrico local pode ser indicadora do estatuto social e económico dos habitantes daquela área, que privilegiavam a utilização de cerâmica de importação portuguesa e europeia.

Fotografia 3 – Muros de uma unidade habitacional e área exterior composta por um pavimento em calhau rolado. Hotel Barceló Funchal (2021)



Fonte: Registo fotográfico pela equipa do CEAM.

Em suma, os casos aqui apresentados vêm acrescentar informação sobre o urbanismo do Funchal, a uma escala mais estreita, das estruturas que compunham a malha da cidade no período moderno. As comparações com os casos próximos de Portugal continental, ainda em estudo no âmbito da tese de doutoramento, constituem os paralelos para a análise do urbanismo do Funchal. Apesar da clara transposição de traços urbanos do continente para as ilhas, consideramos que estes fenómenos serão mais complexos. Afinal, a adaptação a um espaço novo acaba por ser sentida diferentemente.

7 SILVA, 2007, «Bordados de pedra. Estudo de alguns exemplares de calçada madeirense no Monte», pp. 68-90.

8 SILVA, FERNANDES, SILVA, 2003, *Olaria portuguesa: do fazer ao usar*.

O Comércio do Açúcar na Rede Atlântica

As políticas de expansão, conforme vimos acima, foram acompanhadas de um conjunto de transformações que dotaram a Baixa de Lisboa de edifícios e espaços com uma direta relação com o exterior. Ou seja, Lisboa e as restantes cidades ultramarinas funcionaram em rede. No entanto, importa também referir aquele que foi o primeiro motor da economia e motivação para a ocupação dos arquipélagos do Atlântico: o açúcar. As ilhas atlânticas foram, efetivamente, um lugar de experimentação para o desenvolvimento da cultura sacarina.

Para o caso específico da Madeira, os resultados da introdução da cultura sacarina na ilha foram promissores. A qualidade do produto levou a um crescimento acentuado da sua procura e exportação para a Europa. Esta demanda conduziu a uma intensa exploração açucareira e, consequentemente, da alteração da paisagem da ilha[9].

Também na cidade, a rentabilidade da produção açucareira fez desenvolver a zona ocidental do Funchal, na segunda metade do século XV, adicionando nesse setor uma nova dinâmica urbanística que se caraterizava, para além das construções de caráter habitacional, da edificação do Convento de São Francisco, da Fortaleza de São Lourenço, da Sé Catedral, da Alfândega Nova e da Casa de Câmara e Paço de Tabeliães[10].

O projeto ainda em curso, *CERIBAM – Arqueologia y Arqueometría del Expansionismo Atlántico Ibérico en el Norte de África y las Islas de la Macaronesia (Siglos XV-XVI): Cerámica, Poblamiento y Comercio*, financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação, da responsabilidade do investigador Javier Garcia Iñañez, tem como principal objetivo estudar as dinâmicas comerciais e humanas entre a Península Ibérica, o Norte de África e as ilhas da Macaronésia, nos séculos XV e XVI, a partir do estudo de materiais cerâmicos e da sua caraterização arqueométrica. A campanha que decorreu na Madeira e que juntou investigadores do CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, do CHAM – Centro de Humanidades e da Universidad del País Vasco, possibilitou o estudo de um vasto espólio de cerâmica importada, local e cerâmica do açúcar. Ainda numa fase preliminar dos resultados, o conjunto estudado mostrou a forte dinâmica de circulação de cerâmica durante

[9] SOUSA, 2012, *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*, volume I.

[10] FERNANDES, 1996, *Cidades e casas da Macaronésia* […].

o período moderno, reforçando a posição estratégica e importância cultural e económica da Madeira na rede atlântica.

Fotografia 4 – Estudo do espólio cerâmico proveniente do Hotel Barceló Funchal, no âmbito do projeto CERIBAM, em 2022



Fonte: Registo fotográfico pela equipa do CEAM.

No caso do Património Cultural Subaquático, apesar de ainda não conhecermos vestígios diretamente relacionados com a indústria do açúcar, tem demonstrado potencial para comprovar o papel fulcral da Madeira nas navegações atlânticas, desde o século XV.

Os estudos realizados neste ambiente têm validado diversas teorias de que o Arquipélago da Madeira, ao longo do tempo, exerceu diferentes níveis de influência no tráfego e comércio atlântico. Aproveitamos um excerto de Maria de Fátima Abreu[11], no seu livro de análise histórica ao navio *Red Jacket*, para resumir a importância que o arquipélago, nomeadamente o Porto do Funchal, assumiu ao longo do tempo:

> «se não pelos negócios mais visíveis do açúcar ou do vinho, esta ilha foi procurada ao longo dos séculos, pela sua localização geográfica, atlântica, se ter revelado estratégica para as embarcações que, das nações europeias, navegam para Sul e das Índias Ocidentais para a Europa, não tendo escapado ao olhar dos interessados, que nela aportavam na usa rota».

[11] ABREU, 2020, *Memória do Red Jacket de famoso transatlântico a "Pontão" de carvão*, p. 61.

A metrópole do Funchal é uma cidade reconhecidamente europeia desde o século XV[12]. A opulência visível na sociedade funchalense, reflexo de uma economia próspera, resultante da exploração açucareira prevaleceu até meados do século XVIII. Apesar da decadência desta indústria, o porto do Funchal continuou a merecer destaque como porto seguro para aguadas e transbordos dos navios europeus, principalmente nas viagens de "ida" que desciam a costa africana com destino à Asia ou às Américas.

Com o advento da máquina a vapor, a Madeira e em especial o porto do Funchal mudou o panorama de importância como ponto estratégico, desta vez relacionado com a frequência de navios que podiam agora regressar à Europa utilizando rotas diretas, sem dependência de ventos e correntes.

Exemplo deste fenómeno é o caso do SS *Newton*, naufragado na tarde de 21 de abril de 1881 na baixa da Badajeira, a 300 metros a nordeste do Ilhéu da Ponta de São Lourenço, após uma curta paragem para aguada e trasfega de carvão no porto do Funchal[13].

Procedente de Salvador da Baía, e com destino ao Reino Unido, o SS *Newton*, pertencente à *Liverpool, Brazil & River Plate Steam Navigation & Company*, transportava uma carga de 1200 toneladas de açúcar e café.

O estudo de valorização deste local, promovido pela Secretaria Regional de Turismo e Cultura e pela ACIF – Associação de Comércio e Indústria do Funchal, foi desenvolvido pelo CEAM em parceria com o CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e o CINAV – Centro de Investigação Naval da Marinha Portuguesa, ao abrigo do projeto Margullar – Interreg MAC. Permitiu, entre outras questões, conhecer melhor os vestígios e a sua significância no contexto do enquadramento do Arquipélago da Madeira na navegação atlântica durante o século XIX.

[12] FREITAS, MENDONÇA, BRAZÃO, 2023, «A influência do mar na construção da Madeira: um breve estudo para a análise da paisagem cultural marítima», pp. 17-19.

[13] FREITAS, MENDONÇA, BRAZÃO, 2022, «Potencial Arqueológico em Meio Aquático na Madeira», p. 572; NETO, 2022, *Guia de Mergulho do Património Subaquático Visitável dos Arquipélagos da Madeira, Cabo Verde e Açores,* p. 11; SALGADO, 2023, «Memórias da Ponta de São Lourenço (1968)», p. 62; SALGADO, 2024, «Três Rotas Arqueológicas Subaquáticas na Madeira», p. 61; BETTENCOURT, 2024, *Relatório Final dos trabalhos arqueológicos na Baixa da Badajeira – Ponta de São Lourenço, no âmbito do Projeto Margullar I – Património e Turismo Arqueológico Subaquático na Macaronésia,* p. 8.

Estampa 1 – Fragmento de bordo de prato, com decoração em verde representando os elos de uma corrente (2024)



Fonte: Processamento fotogramétrico e estampa elaborado por Marco Freitas e Francisco Mendes

Nota: Louça caraterística da empresa de navegação *Liverpool, Brazil & River Plate Steam Navigation & Company*, um dos indícios que permitiu a identificação dos vestígios como pertencentes ao SS *Newton*.

Fotografia 5 – Trabalhos arqueológicos de medição da caldeira do SS *Newton*, elemento singular na mancha de dispersão de vestígios (2021)



Fonte: Hugo Silva (mergulhador, Focus Natura)

Nota: Importante testemunho da construção naval a vapor numa época de rápidas mudanças construtivas, aplicadas para a navegação transatlântica britânica durante o século XIX.

Conclusão

Os resultados brevemente apresentados neste artigo, ainda numa fase preliminar, permitiram demonstrar a pertinência dos dados arqueológicos para compreender o fenómeno da globalização e modernidade na Madeira.

A partir de três sítios intervencionados no Funchal, que deixaram a descoberto um conjunto de estruturas de várias tipologias, foi possível compreender que estamos perante um urbanismo planeado, desenvolvido a partir de uma preconceção, modelo ou padrão, conforme já vinha sendo feito em Lisboa, com o alargamento das ruas e regularização das fachadas[14]. Este foi, efetivamente, um espaço de criação de um programa urbanístico de raiz que, a um ritmo acelerado, foi crescendo[15]. Ainda neste quadro da construção da cidade, será ainda importante refletir em estudos mais específicos, acerca das técnicas construtivas e materiais de construção utilizados e a sua proveniência.

Contudo, estamos cientes de que os dados arqueológicos da Baixa de Lisboa, ainda em estudo no âmbito da tese de doutoramento, poderão dar mais contributos acerca desta transposição do modo de construir a cidade, tanto para a Madeira como para as outras cidades do atlântico.

Consequência direta da ocupação nas ilhas atlânticas são, também, o assentamento de pessoas, bens e produtos. Nesta parte, procurámos apresentar, através do estudo de cerâmicas de importação e do açúcar, que houve um contacto continuado com o exterior, numa cidade que se foi compondo virada para fora[16].

Em suma, procurámos traçar esta rede de contacto atlântica com base nos vestígios arqueológicos identificados na Madeira. Contudo, consideramos que este fenómeno, que mantém uma ligação de proximidade com o exterior, é bem mais complexo. Houve uma visível adaptação da sociedade a uma paisagem, ao clima e à própria utilização e vivência do espaço que é distinta, por mais que tentemos espelhar a transposição de modelos. E, por essa razão, é exatamente naquilo que é único, ou pelo menos distinto, que é importante olhar, desmontar e reorientar a investigação para compreender a construção da Madeira.

---

[14] CAETANO, 2004, *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*; CARITA, 1999, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*.

[15] ARAGÃO, 1979, *Para a História do Funchal. Pequenos passos da sua memória*.

[16] FREITAS, MENDONÇA, BRAZÃO, 2023, «A influência do mar na construção da Madeira: um breve estudo para a análise da paisagem cultural marítima», pp. 17-19.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. F., 2020, *Memória do Red Jacket de famoso transatlântico a "Pontão" de carvão*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Direção Regional da Cultura.

ARAGÃO, A., 1979, *Para a História do Funchal. Pequenos passos da sua memória*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional dos Assuntos Culturais.

BETTENCOURT, J., 2024, *Relatório Final dos trabalhos arqueológicos na Baixa da Badajeira – Ponta de São Lourenço, no âmbito do Projeto "Margullar – Património e Turismo Arqueológico Subaquático na Macaronésia"*. [Está disponível em algum repositório, onde possa ser consultado?]

CAETANO, C., 2004, *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora.

CARITA, H., 1999, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte.

FERNANDES, J. M., 1996, *Cidades e casas da Macaronésia. Evolução do território e da arquitectura doméstica nas Ilhas Atlântidas sob influência portuguesa. Quadro histórico, do séc. XV ao séc. XVIII*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FREITAS, M., MENDONÇA, A., BRAZÃO, A., 2022, «Potencial Arqueológico em Meio Aquático na Madeira», in *Revista Atlântida*, vol. LXVII, pp. 569-575.

FREITAS, M., MENDONÇA, A., BRAZÃO, A., 2023, «A influência do mar na construção da Madeira: um breve estudo para a análise da paisagem cultural marítima», in *Islenha*, n.º 72, pp. 17-19.

MENDONÇA, A., FREITAS, M., BRAZÃO, A., 2023, «Arqueologia em ambiente de obra: o caso da Região Autónoma da Madeira», in *Revista alínea*, n.º 1, pp. 53-58

NETO, J. L. (coord.), 2022, *Guia de Mergulho do Património Cultural Subaquático Visitável dos Arquipélagos da Madeira, de Cabo Verde e dos Açores*, s.l., ADCA – Agência para o Desenvolvimento da Cultura dos Açores.

ROSSA, W., 1995, «A cidade portuguesa», in PEREIRA, Paulo (ed.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 233-318.

SALGADO, A., 2023, «Memórias da Ponta de São Lourenço (1968)», in *Revista de Marinha*, n.º 86, p. 62.

SALGADO, A., 2024, «Três Rotas Arqueológicas Subaquáticas na Madeira», in *Revista de Marinha*, n.º 87, pp. 61-63.

SILVA, A., 2007, «Bordados de pedra. Estudo de alguns exemplares de calçada madeirense no Monte», in *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da Madeira*, n.º 7, pp. 68-90.

SILVA, R. H., FERNANDES, I. M., SILVA, R. B., 2003, *Olaria portuguesa: do fazer ao usar*, Lisboa, Assírio & Alvim.

SOUSA, E., 2012, *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp.117-195
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Conexões Interlinguísticas do Léxico da Cultura Açucareira na Globalização do Mundo Atlântico: Madeira, Canárias, Brasil e América Espanhola

Interlinguistic Connections of the Lexicon of Sugar Culture in the Globalization of the Atlantic World: Madeira, Canary Islands, Brazil and Spanish America

Naidea Nunes Nunes[1]

Resumo

A ilha da Madeira foi o epicentro do processo linguístico e cultural de transmissão do conhecimento da atividade açucareira no Atlântico. A partir do século XV, a Madeira, as Canárias, o Brasil e a América espanhola são lugares de interconexões, diálogos e trocas linguísticas e culturais à volta do açúcar. Muitos dos termos da cultura açucareira registados como brasileirismos nos dicionários da língua portuguesa do Brasil e de Portugal são, na verdade, *madeirensismos* disseminados nos dois lados do Atlântico. Posto isto, pretende-se comparar alguns termos da cultura açucareira presentes nos dicionários do Português Europeu e do Português do Brasil, nomeadamente no *Vocabulario* de Bluteau (1712-1721) e no *Diccionario da Lingua Portugueza* de Morais Silva (1789 e 1813), os primeiros a averbar a terminologia do açúcar no Brasil, recebida da Madeira. Confrontam-se estes com a edição de Portugal do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2005), adaptado da edição brasileira de 2001. Segue-se a comparação com o *Tesoro*

[1] Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Artes e Humanidades, Universidade da Madeira. Faculdade de Letras, Centro de Linguística, Universidade de Lisboa. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito das atividades do projeto UIDB/00214/2020. Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR), polo da Universidade da Madeira, no âmbito das atividades do projeto UIDB/04470/2020. Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) da Universidade da Madeira. Pós-doutorada em Ciências da Linguagem e Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada (IULA) da Universidade Pompeu Fabra, Barcelona (Espanha). Doutorada em Linguística Românica pela Universidade da Madeira, em 2002. Áreas de interesse: História da Língua Portuguesa, Linguística Românica, Lexicologia e Lexicografia, Onomástica, Terminologia, Linguística Sociocultural, Turismo, Cultura, Sociedade e Linguagem. Contacto: naidean@staff.uma.pt.

Léxico Canario-Americano de Corrales e Corbella (2010), uma vez que este vocabulário foi levado da ilha da Madeira para as Canárias e a partir daí chegou à América espanhola. Depois, mostra-se como o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa e outros dicionários *online* contemporâneos não registam os regionalismos da cultura açucareira que ainda hoje existem na ilha da Madeira e estão presentes em vários territórios, atestando as inter-relações sócio-históricas, linguísticas e culturais do passado. Acrescenta-se a este estudo a documentação oral contemporânea sobre a cultura açucareira, recolhida na Madeira, nas Canárias, no Brasil, na Venezuela e na Colômbia. A partir da comparação da documentação lexicográfica, em português e em espanhol, conclui-se que a terminologia açucareira existente nos dois lados do Atlântico confirma o percurso linguístico, histórico e geográfico da cana-de-açúcar, introduzida na América latina a partir da Madeira e das Canárias.

Palavras-chave: Lexicografia; Terminologia; Cultura Açucareira; Madeira e Canárias; Brasil e América Espanhola.

Abstract

The island of Madeira was the epicenter of the linguistic and cultural process of transmitting knowledge of sugar activity in the Atlantic. From the 15th century onwards, Madeira, the Canaries, Brazil and Spanish America were places of interconnections, dialogues and linguistic and cultural exchanges around sugar. Many of the sugar culture terms registered as Brazilianisms in the Portuguese language dictionaries of Brazil and Portugal are, in fact, Madeiranisms disseminated on both sides of the Atlantic. Having said this, we intend to compare some terms from the sugar culture present in the European Portuguese and Brazilian Portuguese dictionaries, namely in the *Vocabulario* by Bluteau (1712-1721) and in the *Diccionario da Lingua Portugueza* by Morais Silva (1789 and 1813), the first to endorse Brazilian sugar terminology received from Madeira. These are compared with the Portuguese edition of the *Houaiss Dictionary of the Portuguese Language* (2005), adapted from the Brazilian edition of 2001. The comparison follows with the *Tesoro Léxico Canario-Americano* by Corrales and Corbella (2010), since that this vocabulary was taken from the island of Madeira to the Canaries and from there it reached Spanish America. Afterwards, it is shown how the *Dictionary of the Portuguese Language* of the Lisbon Academy of Sciences and other contemporary online dictionaries do not record the regionalisms of sugar culture that still exist today on the island of Madeira and are present in several territories, attesting to the social and historical interrelations with linguistic and cultural aspects of the past. In addition to this study, contemporary oral documentation collected in Madeira, the Canary Islands, Brazil, Venezuela and Colombia is added. From the comparison of this lexicographic documentation, in Portuguese and Spanish, it is concluded that the existing sugar terminology on both sides of the Atlantic confirms the linguistic, historical and geographical path of sugar cane, introduced into Latin America from Madeira and the Canaries.

Keywords: Lexicography; Terminology; Sugar Culture; Madeira and the Canary Islands; Brazil and Spanish America.

Introdução

A cultura da cana-de-açúcar constitui um processo socio-histórico e económico que se projeta no espaço atlântico desde o século XV até à atualidade. Trata-se dos primeiros passos da globalização em que o espaço atlântico se afirma no plano dos saberes técnicos da cultura açucareira. Assim, a Madeira contribuiu, juntamente com as Canárias, para a expansão da tecnologia e da terminologia associada à cultura açucareira no Atlântico, nomeadamente na América Latina. Trata-se de um facto histórico central na história atlântica, com a transmissão de técnicas e palavras da manufatura do açúcar de cana, levadas pelos madeirenses, mestres de fazer engenhos e mestres de açúcar (atividades especializadas), para os novos espaços açucareiros. Contudo, os termos técnicos da produção açucareira surgem registados nos dicionários da língua portuguesa apenas como brasileirismos, apesar da cultura açucareira ainda hoje existir na ilha da Madeira.

A língua foi um instrumento chave nas conexões económicas, sociais e culturais do açúcar de cana entre a Madeira, as Canárias e a América[2]. A expansão atlântica portuguesa, a partir da Madeira, foi um processo de transculturação em que, como aconteceu com as Canárias, foram plataformas atlânticas de transferência de técnicas e de conhecimentos linguístico-culturais para o novo mundo. Nunes[3] afirma que, através do conhecimento das palavras e das coisas da produção açucareira, conhece-se o património histórico, linguístico e cultural do açúcar de cana na construção do mundo atlântico. A grande extensão geográfica da cultura açucareira, sobretudo na América Latina, mostra bem que nunca houve fronteiras históricas, geográficas, económicas, linguísticas e culturais para a expansão das técnicas e das palavras associadas às mobilidades humanas, nos processos de colonização portugueses e espanhóis. Existe uma grande riqueza e diversidade denominativa com semelhanças e diferenças entre os dois lados do Atlântico. As muitas semelhanças existentes no que se refere à produção açucareira devem-se à origem histórica e ao percurso geográfico da cultura açucareira transplantada da ilha da Madeira para o Brasil juntamente com a planta da cana-de-açúcar. Trata-se de técnicas e termos transmitidos pelos mestres de engenho e mestres de açúcar, a partir da Madeira e das Canárias para a América, formando uma continuidade linguística e cultural atlântica.

Tendo em conta o anteriormente exposto, os objetivos deste estudo são: destacar algumas palavras da cultura açucareira madeirense difundidas no Atlântico;

[2] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[3] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».

verificar se e como esses termos estão registados nos dicionários da língua portuguesa, começando pelo *Vocabulario* de Bluteau (1712-1721) e pelo *Diccionario* de Morais Silva (1789 e 1813), com registo do léxico de Portugal e do Brasil; confrontar estes com a edição portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2005), adaptada da edição brasileira de 2001, e com o *Tesoro Léxico Canario-Americano* de Corrales e Corbella (2010); observar se as fontes lexicográficas contemporâneas do Português europeu, como o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa (*DLP*-ACL), o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (*Priberam*) e o *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* da Porto Editora (*Infopédia*), todos em linha, incorporam informações de estudos lexicológicos publicados em Portugal sobre a cultura açucareira que ainda hoje existe na ilha da Madeira; comparar a documentação lexicográfica consultada (em português e em espanhol) com a documentação oral contemporânea recolhida na Madeira, nas Canárias, no Brasil, na Venezuela e na Colômbia por Nunes[4].

Os dicionários de uma língua, enquanto repositórios do seu léxico, refletem as interconexões linguísticas, sociais e culturais existentes, ao longo do tempo, entre territórios. Por isso, importa consultar o *Vocabulario* de Bluteau (1712-1721) e o *Diccionario da Lingua Portugueza* de Morais Silva (1789 e 1813), os primeiros a documentar termos da produção açucareira do Brasil. Estes serão confrontados com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, edição de Portugal datada de 2005 (com adaptações da edição do Brasil de 2001), e com o *Tesoro Léxico Canario-Americano* (*TLCA*) de Corrales e Corbella (2010), tendo em conta que o vocabulário açucareiro foi transplantado da ilha da Madeira para as Canárias e, depois, para os novos territórios americanos.

Trata-se de unidades lexicais especializadas ou linguagem de especialidade enquanto terminologia técnica da atividade açucareira, sendo importante observar a sua dicionarização iniciada na língua portuguesa com Bluteau[5], que indica a marca de uso geográfico do Brasil ou domínio terminológico «brasílico». Mostra-se, assim, a importância dos dicionários como repositórios do património lexical presente na documentação histórica e em uso. Tendo em conta alguns exemplos de termos da cultura açucareira madeirense, salientam-se informações da lexicografia diacrónica e sincrónica para a História da Língua Portuguesa e a dicionarística do português no mundo, nomeadamente no Brasil.

---

[4] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […]; NUNES, 2003, *Palavras Doces*; NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

[5] BLUTEAU, 1712-1721, *Vocabulario Portuguez e Latino* […].

Vocabulario Portuguez e Latino **de Rafael Bluteau (1712-1721)**

Segundo Gonçalves[6], o *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1721, 8 vols.) de Rafael Bluteau integra muita informação extralinguística, tendo um pendor enciclopédico. Destaca que o autor compila vários conhecimentos e técnicas de várias áreas científicas e empíricas da época. Apresenta a indicação de termos do Brasil, incluindo no subtítulo do dicionário o nome *brasilico*, dando atenção às realidades consideradas exóticas e raramente incluídas nas obras lexicográficas.

Gonçalves[7] explica que, em relatos escritos no século XVI e sobretudo XVII, alguns autores descreveram e publicaram textos sobre a natureza exótica das terras americanas, referindo Pêro de Magalhães de Gândova, *Historia da Provincia de Vera Cruz* (1576). Informa que a novidade consiste no seu registo num dicionário da língua portuguesa, incluindo uma componente técnica e científica e, por isso, sendo considerado por Verdelho[8] como o primeiro dicionário de terminologias especializadas em Portugal. É neste contexto que se insere a terminologia da produção açucareira. O epíteto brasílico, como explica Gonçalves[9], indica ser um termo do Brasil, sobretudo proveniente da botânica.

Gonçalves[10] sublinha a dicionarização dos chamados brasileirismos e a *terminologização* de muitas palavras do Brasil que correspondem a domínios terminológicos específicos, como é o caso da cultura açucareira, sendo Bluteau o primeiro a incluir este léxico num dicionário da língua portuguesa. A autora destaca, por exemplo, a palavra *engenho de açúcar*[11] que remete para os termos associados *açucar*[12], *açucar cande* ou *candi*, sendo subentradas de *cana de açucar*, *engenho de açucar*, *açucar refinado*, *açucar macho*, *açucar rosado* e *açucar batido*. Por sua vez, *mel* apresenta as subentradas *mel do assucar* (ou *melaço*), em que na sua definição descritiva se encontra o termo *açucareiro* com a aceção de 'tanque de mel'. Nas subentradas de *açucar* ocorre a denominação *açucar batido* em que Bluteau informa ser um termo do Brasil, sinónimo de *melaço* que vai novamente às *tachas* para fazer açúcar.

---

6 GONÇALVES, 2002, «Vocabulario Portuguez & Latino […]».
7 GONÇALVES, 2002, «Vocabulario Portuguez & Latino […]».
8 VERDELHO, 1998, «Terminologias na língua portuguesa».
9 GONÇALVES, 2002, «Vocabulario Portuguez & Latino […]»; GONÇALVES, 2006, «A marca lexicográfica "termo do Brasil" […]»; GONÇALVES, 2012, «La terminología azucarera en Brasil […]».
10 GONÇALVES, 2012, «La terminología azucarera en Brasil […]».
11 BLUTEAU, 1713, *Vocabulario Portuguez e Latino* […], pp. 117-118.
12 BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez e Latino* […], p. 116.

Gonçalves[13] menciona que Bluteau apresenta um «dicionário de palavras» e simultaneamente um «dicionário de coisas», abrangendo os pontos de vista semasiológico (perspetiva lexicográfica propriamente dita) e onomasiológico (aplicado à terminografia com informação extralinguística sobre o referente). Assim, fornece uma definição genérica seguida de uma descrição pormenorizada das propriedades físicas e da utilidade das coisas. Trata-se também de um *Vocabulario* com importantes informações histórias, enquanto síntese dos conhecimentos disponíveis na época, verificando-se que não conhecia a realidade açucareira da ilha da Madeira. Esta teve o seu auge nos séculos XV e XVI, tendo sido suplantada pela produção brasileira a partir do século XVII, o que poderá explicar o seu desconhecimento e exclusão do dicionário.

Como refere Gonçalves[14], Bluteau transmite o contacto interlinguístico e intercultural da época dos Descobrimentos, sem informação sobre a transplantação da cultura açucareira para o Brasil a partir da Madeira. A autora refere que, no registo da terminologia açucareira, Bluteau usa essencialmente como fonte a *Historia Naturalis Brasiliae* de 1648, nomeadamente o segundo livro de George Marcgrave[15]. Este é citado por Bluteau, por exemplo, na entrada lexical *lealdado* (de *lealdar*) e *assucar lealdado*, remetendo para *assucar macho*. Na descrição do *engenho de açucar*, também é evidente que a definição do termo dicionarizado por Bluteau provém da informação enciclopédica de Marcgrave:

> «Engenho de açucar. O Gentio do Brasil chama Ibiria bábaca, & Ibira parangana. Ha engenho de Boys, ou com maior commodo, de cavallos, & engenho de agoa. Este ultimo he de tres maneiras; porque ou a agora não chega se não a parte inferior da roda, & chamase Rasteiro, ou toma a roda pello meyo, & chamase Meyo copeiro, ou cahe de cima sobre a roda, & chamase Copeiro. Anda este moinho, ou engenho de agoa, com a ajuda de tres rodas, que tem dentes, chamãolhe, Roda de agoa, Rodete, & Bolandeira, os rayos da roda mayor saõ dobrados, & chamaõlhe Aspes, & Contrages»[16].

Gonçalves[17] indica que, na época em que Bluteau redigiu o seu *Vocabulario*, ainda não tinham sido editados alguns dos textos mais importantes sobre a história do Brasil de finais de seiscentos e primeiros anos de setecentos: Fernão Cardim, *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*; Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil*; Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil*; Frey Vicente do

[13] GONÇALVES, 2002, «Vocabulario Portuguez & Latino […]».
[14] GONÇALVES, 2002, «Vocabulario Portuguez & Latino […]».
[15] MARCGRAVE, 1848, *Historia Natural do Brasil*.
[16] BLUTEAU, 1712-1721, *Vocabulario Portuguez e Latino* […], p. 117.
[17] GONÇALVES, 2012, «La terminología azucarera en Brasil […]».

Salvador, *História do Brasil*; André João Antonil, *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas* (1711). Esta obra mais específica sobre a cultura açucareira brasileira foi retirada de circulação por ordem do rei D. João V, devido às informações que continha sobre a localização das minas, consideradas contrárias aos interesses da coroa portuguesa.

Gonçalves[18] destaca a lexicalização da terminologia açucareira nos dicionários da língua portuguesa dos séculos XVIII e princípios de XIX: o *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1721) de Rafael de Bluteau e o *Diccionario da Lingua Portugueza* (1789 e 1813) de António de Morais Silva, observando como os termos são registados, a sua marcação lexicográfica, definições e fontes sobre o Brasil do século XVIII. A referência a estes dicionários, neste estudo, deve-se ao facto de serem as primeiras obras lexicográficas que averbam as palavras da nomenclatura açucareira portuguesa. Bluteau[19] apresenta grande riqueza de informações por incluir definições extralinguísticas das palavras[20], tal como Morais Silva (que embora sendo natural do Rio de Janeiro foi proprietário de um engenho de açúcar em Pernambuco).

Diccionario da Lingua Portugueza de Morais Silva (1789 e 1813)

Gonçalves[21] afirma que, na sua primeira edição, Morais Silva anuncia uma refundição e ampliação do *Vocabulario* de Bluteau. Como escreve Verdelho[22], Morais Silva aproveitou a nomenclatura e definições da obra de Bluteau, daí considerar no título ser composto pelo padre e «reformado e acrescentado» por ele. Na segunda edição do dicionário, já inclui um número de termos açucareiros que aumenta as unidades pertencentes a este domínio especializado, considerando dever-se à sua experiência como senhor de engenho na região de Pernambuco, o que explicará a ausência de abonações de fontes em boa parte desses enunciados. Deste modo, Morais Silva não se limita ao registo dos termos e conceitos de Bluteau relativamente ao engenho e à produção açucareira do Brasil, acrescentando vocabulário e enriquecendo as definições e as informações extralinguísticas. A metodologia deste trabalho começou com o levantamento das unidades terminológicas e respetivas definições de Bluteau (1712-1721), seguindo-se a análise comparativa com as

[18] GONÇALVES, 2012, «La terminología azucarera en Brasil […]».
[19] BLUTEAU, 1712-1721, *Vocabulario Portuguez e Latino* […].
[20] GONÇALVES, 2012, «La terminología azucarera en Brasil […]».
[21] GONÇALVES, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros […]».
[22] VERDELHO, 2003, «O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna […]».

primeiras duas edições do dicionário de Morais Silva (1789 e 1813). O confronto destas permite verificar a inclusão de mais entradas lexicais da área açucareira e o alargamento de informações enciclopédicas sobre os conceitos por parte do autor.

Gonçalves[23] refere que só as duas primeiras edições são obra exclusiva do autor, tendo a segunda (de 1813) mais acumulação de citações de autores do que alterações, alargando a transcrição de textos já anteriormente citados. Ou seja, é sobretudo uma edição revista e ampliada ou atualizada, aludindo às novas publicações lexicográficas que, entretanto, surgiram: o *Diccionario Portuguez da Real Academia das Sciencias de Lisboa* de 1793 (apenas um volume – Letra A) e o *Elucidario de Palavras e Frases Antigas* de Joaquim de S. Rosa de Viterbo (1798-1799).

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, edição de Portugal (2005)

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, editado no Brasil em 2001, é uma referência diacrónica e sincrónica do português no mundo da lusofonia, isto é, das suas variedades em diversos territórios. Na versão de Portugal (2005), foram introduzidas adaptações e foi acrescentada informação relativa à norma europeia, sem retirar a informação original do Brasil, como explica Malaca Casteleiro na sua introdução.

As datações brasileiras apresentadas no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2005) não referem os primeiros registos ou atestações de termos açucareiros no Atlântico, recolhidos por Nunes[24] na documentação histórica da Madeira. Estes comprovam que a terminologia da produção açucareira foi transplantada da Madeira para as Canárias e o Brasil. E, a partir das Canárias, o vocabulário foi levado para o Caribe e para toda a América espanhola. Por exemplo, em relação ao termo *garapa*, o *Dicionário Houaiss* diz ser um termo do Brasil: «caldo extraído da cana-de-açúcar», mas este também existe na atual atividade dos engenhos na Madeira. Neste caso, trata-se de um nome introduzido na ilha a partir da América açucareira.

Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa

O *Dicionário da Língua Portuguesa* em linha da Academia das Ciências de Lisboa (*DLP*-ACL) é uma atualização da edição em papel do dicionário da mesma instituição,

[23] GONÇALVES, 2012, «La terminología azucarera en Brasil […]».
[24] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […]; NUNES, 2003, *Palavras Doces*.

datado de 2001 e publicado pela Verbo Editora, com a coordenação de João Malaca Casteleiro. A atualização é da responsabilidade do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa (ILLLP) da Academia das Ciências de Lisboa (ACL). O dicionário é digital e parcialmente revisto com algumas atualizações de vocabulário em relação à edição anterior em papel, intitulada *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (DLPC).

O novo *DLP*-ACL propõe uma ampla cobertura do «léxico geral e científico atuais, dos regionalismos e dos vocábulos de uso generalizado e corrente nos diversos países e regiões lusófonos»[25]. Diz contar com a inclusão de regionalismos, coloquialismos, estrangeirismos e neologismos que têm surgido nos últimos anos. Considera que

> «O envolvimento do público irá permitir uma mais rápida atualização dos conteúdos do dicionário. As palavras ou os novos sentidos que venham a ser sugeridos passarão, digamos, por um crivo em que serão seguidos determinados critérios para inclusão/exclusão dos vocábulos no recurso, sobretudo a sua análise em contexto, a sua documentação em *corpora*»[26].

Acrescenta que «A seleção das palavras que constituem a lista de entradas do dicionário é uma das primeiras e mais árduas tarefas de qualquer lexicógrafo. Ainda que a obra possa cobrir um vasto número de palavras, um dicionário nunca irá registar todas as palavras de uma língua»[27]. Por essa razão, quando se procura uma palavra e não se encontra, isso não significa propriamente que não exista, mas tão-somente que o lexicógrafo «não a selecionou no seu prévio trabalho de constituição daquilo a que tecnicamente se chama a macroestrutura de um dicionário»[28].

O *DLP*-ACL é «uma obra lexicográfica académica que se pretende constituir num dicionário de referência no universo da lusofonia e diferenciado no panorama da dicionarística portuguesa, com vista à representação global da língua portuguesa»[29]. Pretende-se ampliar o leque de vocábulos com uma ampla cobertura do léxico geral e científico atuais, dos regionalismos e dos vocábulos de uso generalizado e corrente nos diversos países e regiões lusófonos. O projeto passará ainda pela revisão de conteúdo especializado, isto é, terminologias técnicas e científicas, com sentidos pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo final de poder apresentar ao público um arquivo representativo do português atual.

---

[25] ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, s.d., *Dicionário da Língua Portuguesa*.
[26] ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, s.d., *Dicionário da Língua Portuguesa*.
[27] ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, s.d., *Dicionário da Língua Portuguesa*.
[28] ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, s.d., *Dicionário da Língua Portuguesa*.
[29] ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, s.d., *Dicionário da Língua Portuguesa*.

Falta, pois, tratar e incluir todos os termos da atividade açucareira que ainda hoje existem na ilha da Madeira.

Dicionários Priberam da Língua Portuguesa e *Infopédia* da Porto Editora *online*

Depois de consultado o *DLP*-ACL, confronta-se este com o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP) *online*, que compreende o vocabulário geral e os termos das principais áreas científicas e técnicas. Também contém informação sobre as diferenças ortográficas e de uso entre o português europeu e o português do Brasil.

O seu conteúdo é assegurado por uma equipa de linguistas, estando em constante atualização e melhoramento. O DPLP teve por base o *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa* (Porto, Lello Editores, 1996 e 1999), que foi licenciado à Priberam em 2008 e adaptado para disponibilização eletrónica. De igual modo, consultou-se a plataforma digital *Infopédia Dicionários Porto Editora*, responsável pela edição do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (2004-2009).

Tesoro Léxico Canario-Americano de Corrales e Corbella (2010)

Nos tesouros lexicais encontram-se palavras antigas (algumas em desuso na atualidade), permitindo conhecer o seu percurso histórico e geográfico, assim como a sua evolução semântica, fonética e gráfica. Parte-se do *Tesoro Léxico Canario-Americano* (*TLCA*) de Corrales e Corbella (2010), publicado nas Canárias, na sequência dos seus *Diccionario de las Coincidencias Léxicas entre el Espanhol de Canarias y el Español de America* (1994) e *Diccionario Histórico del Español de Canarias* (2001), enquanto registos documentais do percurso diacrónico de palavras e coisas levadas e de torna-viagem nas relações entre as Canárias e a América espanhola, destacando os *madeirensismos*[30]. Estes estão presentes na formação do espanhol das Canárias (registados em documentação diacrónica e sincrónica), conforme estudo

[30] Ao contrário do espanhol, onde já existe o termo *canarismo*, definido como «locución, giro o modo de hablar próprio de los canarios», na língua portuguesa o nome *madeirensismo* ainda não foi reconhecido formalmente pelos lexicógrafos e incluído nos dicionários. Nos dicionários da língua portuguesa, apenas encontramos «madeirense» com duas entradas: como «relativo ou pertencente ao arquipélago da Madeira» e «natural ou habitante da Madeira», não tendo sido atualizado como «fala ou uso da língua portuguesa falada na Madeira», originando a formação do termo *madeirensismo* para "palavra, expressão ou traço linguístico próprio do madeirense".

dos portuguesismos nas Canárias de Pérez Vidal[31] e da terminologia açucareira do Mediterrâneo ao Atlântico de Nunes[32].

O *TLCA* comprova a ocorrência do mesmo vocabulário nas Canárias e na América espanhola. Como escrevem Corrales e Corbella[33], «O Tesoro Léxico Canario--Americano responde basicamente a critérios lexicográficos, ya que la investigación realizada se ha hecho comparando un conjunto amplio de dicionários escritos en las islas y en el nuevo mundo, para encontrar las identidades, similitudes y relaciones léxicas en el español de ambas orillas». Os autores explicam que procuram indagar sobre os termos no espaço e no tempo que vai da conquista e colonização da América até hoje, ou seja, que aparecem na documentação consultada das ilhas e registados nos dicionários dos diferentes países hispano-americanos. Trata-se de um estudo comparativo feito de forma cronológica de modo a estabelecer com precisão a relação das palavras que têm ou tiveram, ao longo da história, um uso comum nas Canárias e na América. Pretendem, assim, demonstrar a história canário-americana através do estudo lexicográfico.

Deste modo, o *TLCA* baseia-se em investigação realizada a partir da comparação das informações de um conjunto de dicionários das Canárias e da América espanhola, para encontrar as semelhanças, identidades e relações lexicais entre as duas margens do Atlântico. Ou seja, parte de repertórios de dicionários que mostram o fluxo migratório de pessoas e palavras das Canárias para o novo mundo. Procura a origem e a evolução dessas palavras, valorizando as relações interculturais atlânticas, através da consulta de dicionários de vários países hispano-americanos. Trata-se de um estudo comparativo, que separa a documentação canária da americana, indicando a distribuição geográfica e a extensão lexical nomeadamente da cultura açucareira atlântica. Sistematiza de modo cronológico a informação para registar as similitudes lexicais dos dois lados do Atlântico, incluindo os portuguesismos recebidos da Madeira ou *madeirensismos*.

Corrales e Corbella[34] mostram como a análise de um inventário de bens de Hernando Gorjón (1547), dono de um dos primeiros engenhos na Española (atual República Dominicana e República do Haiti), documenta o uso de terminologia açucareira semelhante à das Canárias na mesma época. Informam que, na Española, foi plantada cana-de-açúcar pela primeira vez na América espanhola, introduzindo as

[31] PÉREZ-VIDAL, 1991, *Los portugueses en Canarias. Portuguesismos.*
[32] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […]; NUNES, 2003, *Palavras Doces*; NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[33] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 9.
[34] CORRALES e CORBELLA, 2012, «Terminología azucarera canaria en América […]».

canas e as técnicas da indústria açucareira. Logo, a terminologia açucareira americana resulta do léxico levado das Canárias. Esta terminologia expandiu-se a outros países da América espanhola, sendo que o testamento de Hernando Gorjón é o primeiro registo conhecido na história do léxico açucareiro americano.

> «Sabemos que en las islas se había originado un amplio y preciso vocabulário, especialmente constituído por palabras de origen portugués, la mayoría de ellas españolizadas y adaptadas por tanto a las características linguísticas de nuestra lengua. Y sobre esse conjunto léxico se formalizará, a lo longo de los años, una peculiar y propiá terminología azucarera americana, olvidándose unos términos, sustituyéndose otros, acogiendose nuevas designaciones, de modo que del primitivo origen canario quedarán solo algunas voces, testimonio, no obstante, de lo que había significado aquella original contribución inicial»[35].

Por exemplo, Corrales e Corbella[36] registam o termo *caldo* do latim *calidus* "quente", sumo em português, na documentação das Canárias para designar o sumo da cana espremido, indicando a sua atestação em 1509 em Granada, em 1588 nos Açores, 1591 nas Canárias e 1628 no Brasil. Afirmam que o *Diccionario de La Real Academia Española* (*DRAE*) de 2001 averba o termo nas Canárias, Equador, Honduras e México, tendo sido substituído por *guarapo* na Española, uma vez que foi a partir destas ilhas do Caribe que se espalhou a nova denominação (o que não significa que tenha surgido aí).

Documentação Oral Contemporânea (Madeira, Canárias, Brasil, Venezuela e Colômbia)

Nunes[37] documenta a terminologia açucareira oral contemporânea da Madeira, Canárias, Brasil, Venezuela e Colômbia. Trata-se de dados da atualidade, recolhidos *in loco* nos territórios referidos, sobre as respetivas produções açucareiras, através da aplicação de questionários linguístico-etnográficos (onomasiológicos e semasiológicos). Estes incluíram as diferentes fases do processamento da cana-de-açúcar, desde o cultivo da cana à sua transformação no engenho, e os produtos açucareiros resultantes.

Na ilha da Madeira, a recolha foi feita em diversos concelhos, no ano de 1999, junto de cultivadores de cana-de-açúcar e de trabalhadores de engenhos, tal como

[35] CORRALES e CORBELLA, 2012, «Terminología azucarera canaria en América […]», p. 82.
[36] CORRALES e CORBELLA, 2012, «La aportación del portugués a la formación de la terminología azucarera».
[37] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

nas outras áreas geográficas. Nas Canárias, os dados foram recolhidos em julho de 2004, nomeadamente nas ilhas de Grã-Canária (Telde e Arucas) e de La Palma (Los Llanos de Aridane e Los Sauces). Esta revelou-se mais conservadora, mantendo termos como: *trapiche*, *maestro del azúcar*, *templa de la miel* e *rapadura*. No Brasil, a recolha foi feita no ano de 2006, nos meses de agosto e setembro, percorrendo vários Estados: Paraíba, Pernambuco, Baía, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto à documentação oral da Venezuela e da Colômbia, foi recolhida respetivamente por Melva Marquez Rojas na Venezuela e Carlos Arturo Montoya na Colômbia, também em 2006.

Limitações do Estudo

A terminologia açucareira histórica e atual é um tema muito vasto, já com muitos estudos publicados na Madeira, nas Canárias e no Brasil, continuando a ser objeto de investigação linguística e histórica. Neste artigo, foi necessário tomar decisões e estabelecer limites, de forma a delimitar os recursos lexicográficos consultados, tanto da língua portuguesa como na língua espanhola. Também foram delimitadas as referências a trabalhos de investigação históricos e linguísticos existentes sobre a atividade açucareira dos dois lados do Atlântico.

No que se refere à língua portuguesa, fica por consultar o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo, nomeadamente a edição de 1913, que já inclui provincianismos madeirenses e termos do Brasil, entre outros. Também não foi consultado o *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* (*TLPGP*), que inclui a Madeira e o Brasil, nem o *Dicionário Aurélio Século XXI* do Brasil, entre outros. Relativamente à língua espanhola, não foi consultado o *Diccionario de la Real Academia Española* (*DRAE*) nas suas várias edições que averbam o vocabulário açucareiro das Canárias e americano. De igual modo, não é referenciado o *Diccionario Etimológico Crítico Castellano e Hispánico* (*DECH*), nem o *Diccionario Histórico del Español de Canarias* (*DHECan*), sobretudo por estes serem mencionados no *TLCA*, fonte lexicográfica usada.

Recorreu-se aos livros já publicados pela autora deste trabalho sobre a temática em estudo, nomeadamente *Palavras Doces*[38] e *Outras Palavras Doces*[39], por conterem dados diacrónicos e sincrónicos sobre a terminologia açucareira madeirense no

[38] NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[39] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Atlântico. Foi feita uma seleção dos termos mais significativos e representativos da cultura açucareira, dado não ser possível abarcar todo o vocabulário da área de atividade.

Glossário da Terminologia Açucareira (Madeira, Brasil, Canárias e América Espanhola)

Apresenta-se um glossário comparativo de termos açucareiros, a partir do levantamento lexical em dicionários da língua portuguesa, no *TLCA* e em documentação oral contemporânea. Faz-se, assim, a sistematização da informação resultante do confronto entre as diferentes fontes lexicográficas consultadas. Trata-se sobretudo de um repertório de termos açucareiros madeirenses, que ainda hoje são considerados brasileirismos nos dicionários da língua portuguesa. Estes são denominados portuguesismos atlânticos por Viña Brito e Corbella[40]. Optou-se por registar em entradas lexicais separadas palavras que podem ser sinónimos, fazendo remissões para os termos relacionados.

A macroestrutura do glossário segue a ordem alfabética dos termos. Quanto à microestrutura, as entradas lexicais são constituídas por lema, definição, documentação lexicográfica portuguesa, documentação lexicográfica espanhola, documentação oral contemporânea (recolhida na ilha da Madeira, nas Canárias – ilhas de Grã-Canária e La Palma – e no Brasil – Estados da Paraíba, Pernambuco, Baía, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), nota crítica (incluindo referências a estudos de vários autores sobre a temática) e remissões, sempre que necessário.

AÇÚCAR BATIDO – açúcar mascavado que é batido para ficar cristalizado.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: «açucar batido, chamao no Brasil ao melaço, que tornando a hir novamente as tachas depois de coalhado, ou em ponto, se faz açucar» (Bluteau, 1712-1721).
Nota: Termo que não ocorre no *Tesoro Léxico Canario-Americano* nem na documentação oral contemporânea da Madeira, das Canárias, do Brasil e da América Espanhola. Ver **AÇÚCAR DE CANA** e **AÇÚCAR MASCAVADO**.

AÇÚCAR BRANCO – o açúcar da parte superior da forma, purgado para ficar branco.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «açucar macho»

[40] VIÑA BRITO e CORBELLA, 2022, «De Europa a América: la cultura y la lengua [...]».

(subentrada de *Açucar*) e «açucar branco» (subentrada de *Açucar*). Em Morais Silva (1789), «Redondo, he melhor que o mascavado, e inferior ao claro» (subentrada de *Açucar*). Em Morais Silva (1813), «Branco fino é o melhor, branco redondo, […] branco baixo, etc.» (subentradas de *Açucar*), acrescenta ainda «Redondo fino, redondo baixo, etc.» (subentradas de *Açucar*) e informa que, naqueles tempos, *açúcar macho* era o produto branco tirado da cara da forma de açúcar. Houaiss (2005) define *açúcar* (séc. XIV) como «substância doce extraída da cana-de-açúcar e da beterraba, resultante da filtragem e cristalização do caldo da cana-de-açúcar, após descoloramento e clarificação» (processo industrial). No *DLP*-ACL, «açúcar branco» (subentradas de *Açúcar*). No *Priberam*, «Açúcar macho, açúcar em caixa (o que não é refinado e não mascavo)» (subentrada de Açúcar).

Doc. Lexicográfica Espanhola: Corbella[41] refere o termo *azúcar blanco*, definindo-o como tipo de açúcar subdividido em três categorias: *fino*, *redondo* e *baixo*. Diz ser uma classificação muito antiga, vinda dos engenhos coloniais, hoje já em completo desuso. Corrales e Corbella[42] informam que, no século XVI, nas Canárias, dizia-se *azúcar blanco*, como em português *açúcar branco*, que se extraía da primeira cozedura do açúcar. Acrescentam que, no Porto Rico, existe como *azúcar blanca* (antiga tendência popular de uso da forma feminina).

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Açúcar* (sem especificações, uma vez que o produto é importado e não fabricado na ilha da Madeira)[43], com a variante popular *açucre*. **Brasil –** *Açúcar branco*, por oposição a *açúcar vermelho* ou *mascavo*[44]. **Venezuela** – *Azúcar blanco* e *azúcar directo* (sem refinar), *blanco comercio* (tipo de açúcar comercial que se caracteriza por ter uma cor ligeiramente amarela) e *blanco industria* (açúcar comercial refinado), *azúcar refino*[45]. **Colômbia** – *Azúcar blanco*, sinónimo de *azúcar candi* (açúcar cristalizado em cristais soltos de sacarose que não foram refinados), *azúcar directo* (sem refinar), *azúcar blanco especial* ou *azúcar especial* (de cor muito branca), *azúcar blanco granulado* ou *refinado* e *azúcar centrifugado* (produto que se obtém quando se separa o mel do açúcar na centrifugadora).

Nota: também podia ser chamado *cara do açúcar* por ser a parte superior do açúcar na forma cónica de barro onde era purgado com barro. Na Venezuela e na Colômbia,

[41] CORBELLA, 2019, «Construyendo la memoria: el origen madeirense de la terminología azucarera atlântica».

[42] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 140.

[43] Na Madeira, a Fábrica de Açúcar Hinton deixou de funcionar em 1976 (cf. Nunes, 2003, «O património linguístico-histórico-cultural do Engenho do Hinton»).

[44] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

[45] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

os dados recolhidos referem-se ao fabrico industrial, enquanto no Brasil foram recolhidos os termos da produção açucareira tradicional artesanal. Ver **AÇÚCAR DE CANA**.

AÇÚCAR CANDE OU CANDI – Açúcar cristalizado em grossos cristais semitransparentes.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: «He o que depois de três, ou quatro fervuras, sahe muito branco, & duro, como pedra. He muito candido & alvo» (Bluteau, 1712-1721). «Candi, faz-se da calda de açucar em ponto, e cristalizada» (subentrada de Açucar em Morais Silva, 1789). «*Candil* adj. *Assucar candil*; *cande*. Encandilar-se o assucar» (Morais Silva, 1813). Houaiss (2005) regista *açúcar cândi* como o mesmo que *açúcar de farmácia*. No *Priberam*, «Açúcar resultante da cristalização da sacarose, que apresenta cristais grossos e semitransparentes; alfénico». No *Infopédia,* «Açúcar-cândi que apresenta cristais grossos e semitransparentes».
Nota: Termo que não ocorre no *Tesoro Léxico Canario-Americano* nem na documentação contemporânea escrita e oral da Madeira[46]. Também não foi registado na documentação oral das Canárias, do Brasil e da Venezuela. Na Colômbia, *azúcar candi* é o açúcar com cristais grandes, obtido por evaporação lenta do sumo da cana no seu processo de cristalização[47]. Ver **AÇÚCAR DE CANA**.

AÇÚCAR DE CANA – Açúcar feito a partir da cana-de-açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «Açucar, açucre ou assucar, espremido da cana, feito branco pello ministerio do fogo». Em Morais Silva (1789), «Sal vegetal, que resulta da calda das cannas doces, do suco de palmeiras», na edição de 1813 acrescenta: «as denominações, e qualificações dos assucares estão mudadas, e cada dia se mudão pelas Inspecções do Brasil». No *DLP*-ACL, «Produto alimentar que resulta do tratamento industrial de uma substância doce». No *Priberam*, «Substância doce extraída da cana-sacarina, da beterraba ou de outras plantas, usada na alimentação». No *Infopédia*, «Substância doce extraída de várias plantas».
Nota: Termo não documentado no Houaiss, no *Tesoro Léxico Canario-Americano* nem na documentação contemporânea oral da Madeira[48]. Também não foi registado

[46] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[47] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[48] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.

na documentação oral das Canárias, do Brasil, da Venezuela e da Colômbia[49]. Ver **CANA-DE-AÇÚCAR** e **ENGENHO**.

AÇÚCAR (DE) PANELA – açúcar não purgado, cristalizado num recipiente denominado *panela*.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: «Açucar canella, pouco melhor que o mascavado, inferior ao redondo», subentrada de *Açucar* (Morais Silva, 1789 e 1813). Em Houaiss (2005), *panela* é sinónimo de *tacho*, «por metonímia, o conteúdo desse recipiente». No *Infopédia*, «Do lat. vulg. **pannella*, séc. XIV *panela*. Açúcar panela, produto resultante da concentração e cristalização do sumo da cana-sacarina».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[50], *panela* (do português *panela*, por metonímia) é a «tercera miel de la cual se obtenía un azúcar ordinário, no cristalizado en pilones, sino cuajado en un recipiente en forma de vaso. Lo mismo o similar en Bol., Col., Ec., El Salv., Guat., Hond., Méx., Nic. y Ven.». Os autores informam que o termo *panela* encontra-se registado nas Canárias desde 1509, mas surge num documento histórico de Málaga em 1501, como *açucar panela*. Indicam que o termo *panela* passou das Canárias para a América, referindo Pérez Vidal. Mencionam que, na documentação americana, é uma palavra do léxico açucareiro, registando a forma *açucar de panelas*. Acrescentam que a *panela* é chamada *raspadura* em Cuba, Equador e Venezuela, com a variante *rapadura* nas Honduras, sendo sinónimo de *chancaca* tal como no México; *dulce* também nas Honduras; *panocha* e *papelón* ainda nas Honduras, na Venezuela, México, Guatemala, Equador e Colômbia. Ao mesmo tempo, na América espanhola, *panela* é igualmente sinónimo de *azúcar moreno* e *azúcar prieto*.

Doc. Oral Contemporânea: Venezuela e Colômbia – Nunes[51] regista, na Venezuela e na Colômbia, *panela* (enquanto sinónimo de *papelón*), açúcar bruto com grande quantidade de mel. Documenta ainda, na Colômbia, os termos *aguamiel* ou *aguapanela*, denominando uma bebida doce composta de água fervida e *panela*. No Brasil esta bebida é feita com *rapadura*.

Nota: A grande variedade de denominações deste tipo de açúcar mascavado no Brasil e na América espanhola mostra bem a importância deste produto, consumido sobretudo pelas populações mais pobres e estando associado à produção açucareira tradicional ou artesanal. O termo *açúcar de panela* não existe na atual cultura açuca-

[49] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[50] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, pp. 788-789.
[51] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

reira madeirense, nas Canárias nem no Brasil (onde este conceito é denominado *rapadura*). Ver **PANELA**, **AÇÚCAR MASCAVADO** e **RAPADURA**.

AÇÚCAR MASCAVADO – açúcar considerado de inferior qualidade porque não se separava o mel do açúcar.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: «Açucar mascabado» (subentrada de *Açucar* – Bluteau, 1712-1721). «Açucar mascavado, ou mascabado, he negro, e muito oleoso, mal lavado» (subentrada de *Açucar* – Morais Silva, 1789 e 1813). Houaiss (2005) define o termo como açúcar bruto, o mesmo que açúcar mascavado. Também regista o sinónimo *açúcar demerara*, enquanto açúcar granulado de cor amarelada, que apresenta grande concentração de melaço, informando que também se diz apenas demerara. Acrescenta ainda açúcar mascavado ou mascavo como açúcar de cana não refinado, cuja coloração vai do amarelo queimado ao castanho e que resulta de maior ou menor resíduo de melaço agregado aos cristais. Averba os sinónimos açúcar bruto, açúcar moreno e açúcar preto, explicando que açúcar moreno é o mesmo que açúcar mascavado, tal como açúcar preto e açúcar queimado. Indica ainda ser sinónimo de remelão, no Brasil. No *DLP*-ACL, (subentrada de *Açúcar*), «*açúcar mascavado* (o que não é refinado, acastanhado ou amarelado), *açúcar mascavo* (Brasil, o mesmo que *mascavado*)» e *açúcar amarelo* «açúcar louro (o mesmo que açúcar amarelo)» (subentradas de *Açúcar*). No *Priberam*, «*Açúcar mascavado* (o que é extraído do suco da cana-de-açúcar, não é refinado e apresenta uma coloração acastanhada)» (subentrada de *Açúcar*). No *Infopédia*, «*açúcar mascavo*, *açúcar mascavado* (diz-se do açúcar que não foi refinado) […] *açúcar-demerara* (granulado de cor amarelada com alto teor de melaço)» (subentradas de *Açúcar*).

Doc. Lexicográfica Espanhola: Nas Canárias e na América, *azúcar mascabado* (do português *açúcar mascavado*), açúcar que contém melaço devido à purga incompleta. Corrales e Corbella[52] informam que ocorre na Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Guatemala, México e Peru. Acrescentam que no *DRAE* é açúcar de segunda produção, indicando que no *DHECan* surge como palavra introduzida nas Canárias com a produção açucareira levada da ilha da Madeira. Os autores informam ainda que, em português, é o açúcar não refinado que, tal como outros termos açucareiros, passou para as Antilhas e depois para o continente latino-americano com a produção açucareira, a partir das Canárias, como açúcar em bruto, não purgado com barro.

[52] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 140.

Nunes[53], a partir da documentação histórica consultada, define *açúcar mascavado* como o açúcar da ponta ou vértice da forma de açúcar com restos de mel, denominado *cogulo*, *cogucho* e *pies* nas Canárias. Nunes[54], na documentação oral recolhida nas Canárias, indica as formas sinonímicas *azúcar mascabado* e *azúcar morena*. Na Venezuela, *azúcar morena* ou *morenilla*; na Colômbia, *azúcar morena*, *azúcar mascavo* ou *moscovado* e *azúcar rosada*.

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *açúcar mascavado*, sinónimo de *açúcar com mel*. **Brasil** – Nunes[55] regista uma grande variedade de termos sinónimos de *açúcar mascavo*: *açúcar grosso/a*, *açúcra escura*, *açucão*, *açúcar embolado*, *açúcar bruto*, *açúcar esfregado*, *açúcar batido*, *açúcar de panela*, *açúcar preto*, *açúcar moreno*, *açúcar vermelho*, *açúcar amarelinho*, *açúcar mulatinho*. **Venezuela e Colômbia:** Nestas áreas geográficas, ocorrem os termos *azúcar crudo* (açúcar bruto ainda não processado), *azúcar lavado* (assim chamado pela cor escura dos seus cristais ainda não lavados na centrifuga), sinónimo de *azúcar morenilla* ou *azúcar morena*. Na Colômbia, documentou-se ainda os termos: *azúcar concentrado* e *azúcar en cubos* (o açúcar que se apresenta compacto em torrões para comercialização); *azúcar rosado*, como sinónimo de *azúcar moscavado*, *azúcar marrón* e *azúcar moreno*, sendo que o *azúcar moreno* apresenta as variedades: *azúcar moreno claro*, *azúcar moreno dorado* e *azúcar moreno oscuro*. Registam-se ainda os termos *azúcar natural*, *azúcar orgânico* e *açúcar ecológico* como sinónimos.

Nota: Pérez Vidal[56] indica que o termo *açúcar mascavado* ou *mascabado* provém do português *mascabar* ou *mascavar*, em Castelhano *menoscabar*, "fabricar mal", do latim vulgar **minus capere*, mencionando que a forma *mascavo* do Brasil é uma variante do termo *mascavado*. Acrescenta que este açúcar de cor morena é designado *rapadura* em Cuba, Honduras, México, Panamá, Peru e Brasil. Ou seja, na América, o açúcar bruto, denominado *rapadura* ou *raspadura*, torna-se sinónimo de *panela* ou *papelón*, açúcar escuro não purgado de forma cónica na Venezuela; enquanto *panela* é o mesmo açúcar escuro pouco elaborado, feito em pequenos moldes de madeira quadrangulares, chamados *formas de rapadura*. É interessante a informação de Houaiss[57] sobre o termo *remelão* no português do Brasil (de *remel* + *-ão*),

[53] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[54] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces* e NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[55] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces* e NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[56] PÉREZ VIDAL, 1991, *Los portugueses en Canarias* […].
[57] HOUAISS, 2005, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

uma vez que o termo *remel* (*re-* + *mel*) ocorre na documentação histórica madeirense, denominando o segundo mel da purga do açúcar nas formas de açúcar. Ainda no Brasil, no estudo de Vasconcelos[58], o açúcar grosso e escuro, fabricado nos engenhos, é denominado *(açúcar) bruto*, *(açúcar) sumeno*, *(açúcar) roxo*, *(açúcar) moreno(-inho)*, *(açúcar) mascavado*, *(açúcar) preto*, *(açúcar) amarelo*, *(açúcar) esfregado*, *(açúcar) mascavo* e *(açúcar) da terra*. Nunes[59] não registou o termo na documentação oral das Canárias. Ver **AÇÚCAR BATIDO**, **AÇÚCAR (DE) PANELA**, **PANELA** e **RAPADURA**.

AÇÚCAR REFINADO – açúcar separado do mel através de um processo de purga.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: «Açucar refinado» (subentrada de Açucar – Bluteau, 1712-1721). «Açúcar refinado (por descoloração do açúcar bruto e que apresenta cor branca)» (subentrada de Açúcar – *DLP*-ACL).
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[60], *azúcar refinado* é o produto obtido no final do processo de elaboração, depois da purga. Os autores informam que, no *DRAE*, é o açúcar da maior pureza que se fabrica nas refinarias, na documentação americana *azúcar blanco* (como em português *açúcar branco*). Acrescentam que o *azúcar refinado* surge da separação do *miel* e *remiel* ou *melazas*, depois dos chamados *açúcar de espumas* ou *espumas* ou *açúcar de segunda*, *panela* ou *netos*.
Nota: Nunes[61] não regista o termo na documentação oral contemporânea da Madeira, das Canárias, do Brasil, Venezuela e Colômbia. Ver **CASA DE REFINAR** e **ENGENHO**.

AGUARDENTE DE CANA – bebida alcoólica resultante da fermentação e destilação do sumo da cana-de-açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712), *agoardente* «he vinho destillado atè ficar a sexta parte». Morais Silva (1789) define *aguardente* como «Licor espirituoso do vinho, grãos, succo de canna, borras de assucar». Houaiss (2005) data a forma *agua ardente*, na língua portuguesa, do século XV, enquanto bebida de elevado teor alcoólico, obtida por destilação do caldo da cana-de açúcar, do vinho, do bagaço de uvas, etc. Com a indicação geográfica do Brasil, regista os termos *cachaça da cabeça* (a que se destila primeiro) e *aguardente de cana* como sinónimo de *cachaça*. De *agua* + *ardente*. No *DLP*-ACL, «Vinificação, líquido alcoólico, incolor ou amarelado, obtido por destilação do vinho, do bagaço de uvas, de cereais, ou de outro produto vegetal

[58] VASCONCELOS, 1981, *O Léxico da Cana-de-Açúcar* […].
[59] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[60] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[61] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

doce. Aguardente vínica; aguardente de bagaço; aguardente de cana». No *Priberam*, «Líquido espirituoso resultante da destilação do vinho, de licores, de cereais, etc. Palavras relacionadas: bagaceira, grogue, conhaque». No *Infopédia*, «Bebida alcoólica que resulta da destilação do vinho ou do seu bagaço, de cereais, frutos ou outros vegetais doces, depois de fermentados».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[62], *aguardiente de caña*, na documentação das Canárias (*DHECan*), conforme Álvarez Delgado, é uma palavra regional para a bebida vulgarmente chamada *caña* (em alusão à sua origem), também conhecida por *aguardiente de islas*, para distinguir da aguardente de vinho e de outras destilações Os autores informam ser um termo atestado na documentação americana em 1775, referindo um alambique para fazer *aguardiente de guarapo*, referindo ainda outro documento de 1778: «aguardientes que se destilan de la *miel de pinga*». Presente na lexicografia americana da Colômbia, Cuba, Bolívia, México, República Dominicana, Honduras e Porto Rico, dando como referência Malaret, *Diccionario de Americanismos*. Averbam ainda que, nas Antilhas e Colômbia, tem a aceção de «aguardiente de caña, aguardiente que se obtiene de la destilación de las melazas o mieles de la caña de azúcar». Mencionam ainda que, na documentação das Canárias, é «ron de melazas y zumo de la caña dulce». Para a documentação americana, referem também Pichardo: «caña. Suelen decir al aguardiente de caña, por abreviación». Em Malaret, *Diccionario de Americanismos*, «aguardiente de caña de azúcar» (na Colômbia, Cuba, Chile, México, Uruguai, Venezuela e Argentina).

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *aguardente (de cana)* e a*guardente forte* com o sinónimo *primeira aguardente*[63]. **Canárias:** Nunes[64] documenta as denominações *aguardiente de caña*, *alcoholes de cabeza* e *cabeza* para a primeira aguardente; o termo *flor de ron* para a aguardente do meio; para a aguardente feita a partir do mel de cana, *aguardiente de melaza* e *ron de miel*. **Brasil –** *Aguardente*, *cachaça*, *cachaça de caldo*, *cachaça da garapa*, *pinga*. Estas denominações ocorrem a par de *(cachaça de) cabeça*, *cana de cabeça*, *aguardente de cabeça*, *cabeceira*, *primeira pinga* e *restilo*, a primeira aguardente mais forte que tem de ser redestilada. Quanto a *cachaça do coração*, *coração (da cachaça)*, *segunda (cachaça)* e *(aguardente do) meio*, designam a segunda aguardente que sai do alambique. Documentam-se ainda os termos *cachaça de melado* e *pinga de melado*, para a aguardente feita a partir do mel ou melado da

[62] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, pp. 63-64.
[63] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[64] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

cana[65]. **Venezuela e Colômbia** – Na Colômbia, ocorrem os termos *aguardiente* e *alcoholes* para denominar a bebida que se obtém da destilação do mel de cana.
Nota: Na edição de 1813, Morais Silva acrescenta «Aguardenteiro, o que faz, ou vende aguardente». Corrales e Corbella[66] referem que a lexicografia americana oferece um amplo repertório de textos com ocorrências do termo *aguardiente*. Lambach[67] regista *aguardente* como sinónimo de *cachaça* (bebida feita diretamente do caldo da cana fermentado). Associados a esta palavra, ocorrem os termos: *água fraca* ou *cauda* ou *rabo* ou *pernas da cachaça*, parte final da cachaça por conter pouco teor alcoólico, sendo *cachaça da cabeça* ou *cabeça da cachaça* ou *aguardente da cabeça*, a mais forte que não usam e a *cachaça do meio*, também denominada *coração*, a boa. A autora regista ainda *pinga* como sinónimo de *cachaça* e *aguardente*. Ver **CACHAÇA**.

ALAMBIQUE – Aparelho de destilação do sumo da cana fermentado para fazer aguardente.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) regista *lambique* ou *alambique*: «vaso em que por meio da sublimação, e destilação se tira a substancia de varias materias, como flores, hervas, vinho, & outros licores». Morais Silva (1789 e 1813) define *alambique* como «vaso, consta de recipientes onde se põem o que ha de distillar-se, e de cabeça, ou Capitel, onde se ajunta o vapor, que condensado em líquido sahe polos canos, ou gargalos». Houaiss (2005) data alambique de 1562, significando «aparelho próprio para realizar a destilação», tendo como segunda aceção, por extensão semântica, «o local onde está instalado esse aparelho».
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – Nunes[68] regista *alambiques* industriais nos engenhos e *alambiques* caseiros ou artesanais na ilha da Madeira, documentando os termos: *(a)lambique*, tendo como sinónimo *caldeira*, também com as formas *caldeiro* e *caldeirão*. **Canárias** – Nunes[69] documenta o termo *alambique* nas Canárias, tendo como sinónimos: *coluna (rectificadora)* ou *rectificcador* e ainda *coluna del alambique*. **Brasil** – Nunes[70] averba os termos: *alambique*, com a variante *lambique*, *alambique de cobre*, *tanque de cobre* e *destilador*. **Venezuela e Colômbia** – Na Colômbia, ocorre o termo *alambique (de cobre)*, aparelho de cobre utilizado para destilar a cana, obtendo álcool, sendo o sistema de destilação mais utilizado e com melhor rendimento do que a *alquitara*.

---

65 NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
66 CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
67 LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […].
68 NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
69 NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
70 NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Nota: Bluteau (1712-1721) e Morais Silva (1789 e 1813) não especificam a produção de aguardente de cana. O termo *alambique* não ocorre no *TLCA*. No Brasil, no estudo de Lambach[71], o termo *alambique* apresenta os sinónimos *engenho* e *engenho de pinga*. Na documentação recolhida na Venezuela, não ocorre o registo de nenhum termo para denominar este conceito, porque se restringe ao fabrico industrial de açúcar e de mel. Ver **AGUARDENTE DE CANA** e **CACHAÇA**.

ALAMBIQUEIRO – Trabalhador responsável pelo fabrico da aguardente ou cachaça no alambique.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Houaiss (2005) data a primeira atestação do termo na língua portuguesa de 1836, de *alambique* + *-eiro*, denominando o indivíduo que trabalha em alambique, com segunda aceção, no Nordeste do Brasil, de proprietário de alambique.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Alambiqueiro*[72].
Canárias – *Conductor del alambique*, *destilador* e *turnero*[73].
Brasil – *(A)lambiqueiro*, *mestre da cachaça* e *cachaceiro*[74].
Nota: Termo que não ocorre no *Tesoro Léxico Canario-Americano*. No Brasil, ***cachaceiro***, aquele que faz *cachaça*, com a variante ***lambiqueiro*** e os sinónimos ***lambicador*** e ***engenheiro***[75]. Na Venezuela e na Colômbia, não foram registados termos para denominar este conceito. Ver **ALAMBIQUE**.

ALFÉLOA – doce feito da pasta de açúcar com mel de cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: «maça de açucar branco feita a modo de paosinho roliço […] Alféloa de melaço, a que chamão Alfeloa magana, ou Alfeloa amarella» (Bluteau, 1712-1721). Em Morais Silva (1789), *alféloa* é a «maça de melaço em ponto forte, de sorte que fica alvo depois de manipulado». Em Morais Silva (1813), *alfélôa* «massa de melaço em ponto forte, de sorte que fica alvo depois de manipulado. *Fig.* Ser d'alfeloa: melindroso, delicado». Houaiss (2005) data o termo, na língua portuguesa, do século XV *alfeloa*, com a aceção de «massa de açúcar ou melaço, em ponto grosso, tornada branca por manipulação», usada em confeitaria. Indica a variante *felô* e a aceção de «doce feito a partir dessa massa», do árabe «doce açucarado». No *Priberam*, «massa de melaço em ponto forte. Origem etimológica:

[71] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […].
[72] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[73] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[74] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[75] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […].

árabe *al-halaua*». No *Infopédia*, «CULINÁRIA: massa de açúcar em ponto com que se fazem vários doces. Do árabe *al-hálwa*, "doce açucarado"».

Nota: Termo que não ocorre no *Tesoro Léxico Canario-Americano*, nem na documentação oral contemporânea da Madeira, das Canárias, do Brasil e da Venezuela e Colômbia. Câmara Cascudo[76] regista a forma *alfelô* ou *alféloa* como um dos doces mais antigos e mais típicos, feito de pasta de mel ou açúcar em ponto grosso, esfriado, manipulado e puxado até embranquecer. Sublinha que se diz *felô* quando é feito de açúcar branco e *puxa-puxa* quando é feito de melaço ou mel de engenho. Confunde-se assim ora com o *alfenim*, ora com a *rapadura*. Nunes[77] menciona que, na Colômbia, ainda hoje ocorre o termo *alfandoque* (massa coalhada feita com mel da cana, queijo, anis, gengibre e outros ingredientes, envolvido em folhas de milho).

ALFENIM – Massa de açúcar feita do sumo da cana concentrado e manipulado para ficar branco.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) informa ter origem árabe, o mesmo que

> «alvo, porque alfenim é muito branco. Algumas vezes se faz a modo de paosinhos torcidos, liados huns-com os outros, a modo de trociscos. […] O Alfenim mais comum, he como hum pequeno junco de maça de açucar. He incrastante, & lenitivo; serve contra a toce, & secura da aspera artéria; he bom para o peito, alimpa a garganta, & ajuda a arrancar as fleimas. Alfenim he mais delgado, que alféloa».

Morais Silva (1789 e 1813) define *Alfenim* como «massa delicada de assucar mui alvo; homem delicado». O Houaiss (2005) indica a atestação da palavra *alfenim* no século XV, que regista como termo da culinária, «massa de açúcar muito branca e consistente, do árabe *al-fânid*, "espécie de bolo feito com amêndoas; massa açucarada"», atestando a forma desnasalizada *alfeni*. O *DLP*-ACL regista *alfenim* como «massa de açúcar muito branca e dura, utilizada em pastelaria». No *Priberam,* surge com a indicação da «Culinária. Massa branca e dura, feita de açúcar e óleo de amêndoas doces e usada para fazer doces delicados». No *Infopédia*, também é um termo da culinária, «massa branca de açúcar e óleo de amêndoa, usada em pastelaria fina para moldar formas, como pequenos animais ou flores, que servem para enfeitar bolos, sendo muito apreciada sobretudo na ilha Terceira (nos Açores)», apresentando ainda como segunda aceção «rebuçado de leite de coco e açúcar em ponto». Acrescenta a origem etimológica «Do persa *panid*, pelo árabe *al-fanid*, "espécie de doce"».

[76] CASCUDO, 2005, *Dicionário do Folclore Brasileiro.*
[77] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Doc. Oral Contemporânea: Brasil – *Alfinim*, com os sinónimos: *puxa-puxa*, *rapadura puxa-puxa* e *rapadura mole*[78]. **Colômbia:** Na Colômbia, ainda hoje ocorre o termo *alfenique* (massa de açúcar cozida e estirada em barras muito delgadas e retorcidas), produto obtido de um dos pontos de cozedura do mel de cana[79].

Nota: De origem árabe, da Madeira chegou ao Brasil, onde ainda existe. Termo que não ocorre no *Tesoro Léxico Canario-Americano*, nem na documentação oral contemporânea da Madeira, Canárias e Venezuela. Nunes[80] atesta o termo na documentação histórica da Madeira em 1469; Viña Brito[81] regista a forma *alfenique* nas Canárias em 1523. O termo terá passado das Canárias para a América espanhola, tendo sido conservado na Colômbia. Nunes[82] escreve que, no Brasil, o *alfenim*, como massa de açúcar alva, era um doce requintado de açúcar branco. Informa que, atualmente, o *alfenim* nordestino não é tão alvo como o primitivo, pois é feito de mel de cana concentrado que é puxado com as mãos até alvejar e solidificar. A autora apenas encontrou o nome *alfenim* no Nordeste brasileiro. Nos restantes Estados do Brasil, registou as denominações *rapadura mole*, *puxa* e *puxa-puxa* ou *rapadura puxa-puxa*, para denominar o mesmo conceito. Vasconcelos[83], no seu estudo sobre duas comunidades açucareiras do Brasil, em Catolé da Rocha, no sertão do Estado da Paraíba, regista *alfenim* enquanto guloseima derivada da cana-de--açúcar, «feita na própria cozinha da casa, como atividade esporádica». Acrescenta que, quando feito nos engenhos, o *alfenim* tem o processo inicial de fabrico igual ao da *rapadura* e da *batida*, diferenciando-se a partir do ponto de cozimento. Pois, é levado para a cozinha da casa do proprietário ou administrador do engenho, onde a massa elástica ainda quente é puxada pelas mãos das mulheres, em pequenas porções, de modo a clarear. Depois, moldam figuras abstratas ou representativas do seu ambiente, geralmente flores ou animais. Informa ainda que estas guloseimas geralmente não são para vender, mas para oferecer. Menciona que, na comunidade de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, o fabrico de *rapadura,* a par do *mel* ou *melado de cana*, *aguardente* e *açúcar mascavo* (grosso e escuro), é sobretudo para consumo próprio.

---

78 NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
79 NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
80 NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
81 VIÑA BRITO, 2008, «Azúcares, mieles y remieles».
82 NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
83 VASCONCELOS, 1981, *O Léxico da Cana-de-Açúcar* […], p. 76.

Fotografia 1 – *Alfenim* feito em Triunfo, Pernambuco, Brasil (2006)



Fonte: Nunes, 2010, *Outras Palavras Doces*.

BAGACEIRA – lugar do engenho onde se coloca o bagaço.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Morais Silva (1813), «o lugar onde se lança e ajunta o bagaço das canas moídas ou espremidas nos engenhos de assucar». Houaiss (2005) data a palavra na língua portuguesa de 1711. Informa que, no Brasil, é a «área em torno dos engenhos de açúcar onde se espalha o bagaço da cana moída». Por metonímia, é ainda o mesmo que bagaço ("aguardente"), denominação informal no Brasil para aguardente de cana ou cachaça.

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[84], *bagacera* provém do português *bagaceira*, denominando o lugar dos engenhos onde se armazena o bagaço da cana-de-açúcar; o mesmo na Colômbia, Cuba, Peru, Porto Rico e Venezuela, sendo um termo açucareiro que passou das Canárias para a América.

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *bagaceira*[85]. **Canárias** – *bagacera*[86]. **Brasil –** *bagaceira*[87].

Nota: No Houaiss (2005), não há referência à Madeira, onde a cultura açucareira ainda existe com o mesmo termo e conceito. Lambach[88] documenta *bagaceira*, sinónimo de *bagacilho*, como «sujeira da garapa que fica na peneira fixada na bacia que recebe o caldo da cana», e *bagaceira 2* como «aparador do bagaço». Nunes[89] não

[84] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[85] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[86] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[87] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[88] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […], pp. 109-110.
[89] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

apresenta o termo para a Venezuela e a Colômbia, o que não significa que não possa existir. Ver **BAGAÇO** e **BAGACEIRO**.

BAGACEIRO – trabalhador que retira o bagaço da moenda. No Brasil, trabalhador que volta a introduzir o bagaço na moenda.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Morais Silva (1813), «pessoa que lança fora o bagaço da cana nos engenhos de assucar». Houaiss (2005) data a palavra de 1574, de *bagaço* + *-eiro*, com a forma *bagasseiro*, enquanto indivíduo que, nos engenhos, removia o bagaço. No Brasil, «que ou quem, nos engenhos de açúcar, remove o bagaço da cana e lança na bagaceira». Também no Brasil, o mesmo que *bagaceira*.
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[90], o termo *bagacero* provém do português *bagaceiro* (operário que se encarregava de voltar a prensar o bagaço e a recolhê-lo), existindo na Colômbia, Costa Rica, Cuba e El Salvador. Indicam ser um termo transplantado para a América espanhola e Brasil.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *bagaceiro*[91]. **Brasil** – *tirador de bagaço* e *puxador do bagaço*[92].
Nota: No Houaiss (2005), não há referência à Madeira, onde a cultura açucareira ainda existe, tendo o mesmo termo e conceito. Nunes[93] não regista o termo nas Canárias, nem na Venezuela e Colômbia. Ver **BAGAÇO** e **BAGACEIRA**.

BAGAÇO – resíduos da cana-de-açúcar depois de espremida.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «as pelles, cascas, folhelhos, e bagulho, que ficão no lagar despois das uvas espremidas». Em Morais Silva (1813), «a pelle, cascas, folhelho, e outros sobejos de frutas, e canas de assucar, azeitona, cujo succo se extrahio». Houaiss (2005) documenta a palavra no século XIV, enquanto resíduo espremido, depois de moído para extrair o sumo. Acrescenta que, por metonímia, em Portugal, é aguardente de bagaço de uva, não referindo a cana-de-açúcar.
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[94], *bagazo* é o resíduo da cana-de-açúcar depois de espremida, na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela. Informam que o *Dicionário Histórico*

[90] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[91] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[92] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[93] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[94] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.

da Língua Espanhola (*DHLE*) fornece o primeiro exemplo de ocorrência da palavra com a data de 1547, em Santo Domingo, como resíduo da cana-de-açúcar.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Bagaço (da cana)*, *mato (da cana)*, *farelo (da cana)* e *palha (da cana)*[95]. **Canárias** – *Bagazo*[96]. **Brasil** – *Bagaço (de cana)*[97]. **Venezuela e Colômbia** – *Bagazo de caña*[98].
Nota: Morais Silva (1813) acrescenta à definição de Bluteau (1712-1721) as canas-de-açúcar e azeitona cujo suco se extrai. Nunes[99] explica que *bagaço* será um termo antigo comum a vários produtos agrícolas, designando também os resíduos da cana-de-açúcar. Lambach[100] documenta *bagaço* como restos da cana depois de extraído o sumo (após a moagem da cana), registando também os termos compostos *bagaço fino* ou *bagaço miúdo* e *bagaço grosso*. Ver **BAGACEIRA** e **BAGACEIRO**.

BOLO DE MEL – bolo doce feito com mel de cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: No *DLP*-ACL, referem-se vários bolos «Bolo de arroz, bolo de bolacha, bolo de noiva, bolo de mármore, bolo inglês, bolo lêvedo, bolo de trigo». Porém, não se menciona o bolo de mel de cana da ilha da Madeira. No *Priberam*, encontra-se o «bolo do caco» e o «bolo lêvedo», que são pães de forma arredondada, mas não se regista o *bolo de mel* da Madeira. No *Infopédia*, também não há referência ao *bolo de mel*, documentando-se «Bolo do caco, bolo inglês, bolo lêvedo, bolo-podre, bolo-rei, bolo-arménio, bolo chibo, bolo de Ançã, bolo de arroz, bolo/bolinho de bacalhau, bolo de bolacha. Brasil – bolo de rolo, bolo do caco, bolo inglês, bolo lêvedo, bolo mármore».
Nota: No Houaiss (2005), também não se encontra a denominação *bolo de mel*, acontecendo o mesmo nos dicionários de Bluteau (1712-1721) e de Morais Silva (1789 e 1813). Ver **MEL DE CANA**.

CACHAÇA – resíduos das canas-de-açúcar que se retiram do sumo no início da sua fervura. No Brasil, aguardente de cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) não regista *cachaça* com este sentido. Morais Silva (1789) define *cachaça* como «Vinho das borras. No Brasil, aguardente do mel, ou borras do melaço». Morais Silva (1813) acrescenta que é

[95] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[96] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[97] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[98] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[99] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[100] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […], p. 110.

«A escuma grossa, que na primeira fervura se tira do succo das canas na caldeira, onde se alimpa, para passar ás tachas». Em Houaiss (2005), com a datação de 1635, «espuma grossa que se forma durante a primeira fervura do caldo de cana us. [usado] na produção de açúcar, e dele retirada para servir de alimento (ger. [geralmente] na forma de beberagem fermentada) ou para obtenção de bebida alcoólica». Apresenta uma segunda aceção antiga, como «bebida fermentada feita da borra do caldo de cana e servida aos animais e aos escravos dos antigos engenhos». Em terceira aceção, «aguardente obtida da destilação da borra do caldo de cana, após fermentação». Regista os sinónimos *aguardente de cana*. Para o Brasil, indica *cachaça da* ou *de cabeça*, que é a primeira a sair do alambique, e *cachaça do coração*, a que sai na fase intermédia da destilação, após a *cachaça de cabeça*. Segue-se a *cachaça do rabo*, produzida no final da destilação, geralmente imprópria para consumo. No *DLP*-ACL, é a «Aguardente que se extrai das borras do melaço e dos restos da cana-de-açúcar. Brasil – popular – qualquer bebida alcoólica». Também com a aceção de «espuma grossa que é retirada do suco da cana, na caldeira, na primeira fervura» e de «pessoa que bebe muito». O *Priberam* define o termo como «espuma que na primeira fervura se tira do suco da cana-de-açúcar. Aguardente extraída das borras do melaço e das limpaduras da cana-de-açúcar. Dose dessa bebida. Brasil – informal – estado de embriaguez; pessoa que bebe muito álcool». O *Infopédia* regista apenas aceções do Brasil: «aguardente extraída das borras do melaço e das limpaduras da cana-sacarina; pessoa que bebe muito».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[101], *cachaza* provém do português *cachaça*, espuma e impurezas que ficam do sumo da cana de açúcar depois de sofrer a ação do fogo, sendo o mesmo na Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Honduras, México, Paraguai e Porto Rico. Tal como a outra terminologia açucareira, terá chegado às Canárias a partir da Madeira, com o significado de aguardente que se extrai das borras do melaço e das impurezas do sumo da cana-de-açúcar e também a espuma produzida na primeira fervura do sumo da cana. Quanto à documentação americana, referem que este termo seria um empréstimo brasileiro para o espanhol de Cuba, daí se ter estendido à América do centro e sul. Acrescentam que a documentação das Canárias permite confirmar que se trata de uma palavra que chegou às Antilhas diretamente das Canárias, com a aceção de «parte impura do *guarapo* que ficava por cima do líquido com a ação do fogo, alimento que agradava e alimentava os animais». Explicam que manteve

[101] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.

este significado até hoje, sendo que *descachazar* é retirar estas impurezas do caldo do *guarapo* (igual em Cuba, Argentina, Bolívia e México). Logo, não apresenta o significado de aguardente, mas de espuma suja que fica por cima do sumo da cana, quando começa a cozer para fazer o açúcar. Mencionam que no Paraguai é a «espuma del guarapo», do português *cachaça*, espuma grossa da primeira fervura do caldo da cana; na Costa Rica e Colômbia é a *melaza* «espuma de la miel hervida»; em Honduras, no trapiche, é a espuma e impurezas que se tiram do caldo na cozedura da primeira caldeira (e que as pessoas que ajudam no trabalho comem); no Porto Rico e na Argentina apresenta a outra aceção possível em português, aguardente extraída do mel ou da borra do melaço e desperdícios da cana-de-açúcar, por proximidade com o Brasil; o mesmo no Equador e na Venezuela (sendo popular em Caracas).

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Cachaça* denomina a primeira espuma não aproveitada da fervura do sumo da cana nas caldeiras. Atualmente, na Madeira, o termo *cachaça* também denomina a escuma da fermentação do sumo da cana para fazer aguardente, a par do nome *espuma da garapa*[102]. **Canárias –** Na ilha de La Palma, na descrição do processo tradicional de fabrico do mel e do açúcar, os termos *cachaza*, *descachazar*, *cachazera* e *caldera de descachazar* ocorrem para denominar respetivamente a espuma com impurezas extraída na cozedura do sumo da cana, a extração dessa espuma, a caldeira em que se deita essa espuma e a caldeira em que se realiza essa extração[103]. **Brasil** – *Cachaça*, sinónimo de aguardente de cana[104]. **Venezuela e Colômbia** – Na Venezuela, *cachaza* é o sedimento que fica como resíduo no processo de clarificação do sumo da cana, utilizado como adubo orgânico na agricultura, e *cachazón* é o tanque em que se armazena a *cachaza*. Na Venezuela e na Colômbia, o termo *cachaza* denomina os resíduos do processo de purificação do sumo da cana durante a cozedura e *cachazón* é o tanque em que se deposita a *cachaza*[105].

Nota: As aceções e informações fornecidas por Houaiss (2005) explicam a evolução semântica da palavra *cachaça* para sinónimo de *aguardente de cana*. Hoje, no Brasil, *cachaça* é sinónimo de *aguardente*, enquanto, na Madeira, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, o termo *cachaça* designa a escuma da fermentação do sumo da cana no fabrico de aguardente. Na Madeira, registámos ainda a denominação *cachaça* para designar a aguardente de inferior qualidade, feita a partir da borra do tanque de fermentação do sumo da cana, sendo um termo depreciativo que designa um

[102] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[103] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[104] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[105] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

tipo de aguardente de baixa qualidade. Em Gonçalves[106], *cachaceira*, no dicionário de Beaurepaire-Rohan (1889), «(Pern. [Pernambuco] logar, onde se apara e ajunta a cachaça, que se tira das caldeiras de assucar, quando se alimpam de cachaça (Moraes)». Observa-se que o termo *cachaça* não é sinónimo de aguardente. Houaiss (2005) também regista *cachaceira* como termo do Brasil para lugar onde é recolhida a *cachaça* «("espuma grossa") separada do caldo de cana fervido». A primeira aceção de *cachaça* ainda permanece na Madeira para líquidos com resíduos. Ver **AGUARDENTE DE CANA** e **CALDO (DE CANA)**.

CAIXA DE AÇÚCAR – Caixa de madeira usada para exportar o açúcar de cana.
Doc. Lexicográfica Espanhola: *caja de azúcar* do Português, embalagem usada para exportar o açúcar, empregue também como medida, tendo o mesmo significado na América e passando a denominar qualquer vasilha ou caixa de madeira, por generalização[107].
Nota: Palavra não averbada na documentação lexicográfica portuguesa consultada nem na documentação oral contemporânea, por não existir na atualidade. Ver **AÇÚCAR DE CANA**.

CALDEIRA – recipiente usado no processo de cozedura do sumo da cana para fazer açúcar e mel de cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «Vaso grande de cobre, ou de outro metal, em que se faz aquentar ou cozer alguma cousa». Em Morais Silva (1789), «Vaso de cozer comer, de metal». Morais Silva (1813) acrescenta que «Caldeira dos engenhos de fazer assucar, é o vaso de cobre, ou ferro coado, onde se alimpa, da cachaça, e impurezas do caldo expremido das canas, que depois passa para as tachas». Houaiss (2005) indica o século XIII como datação mais antiga da palavra, na língua portuguesa, enquanto recipiente metálico de tamanhos variados. No *DLP*-ACL, «Recipiente de metal, em forma de panela, sem tampa […]. Tecnologia – equipamento metálico, geralmente de grandes dimensões». O *Priberam* regista «Grande vaso metálico para aquecimento de líquidos. […] Palavra relacionada: caldeireiro». No *Infopédia*, «Recipiente metálico para aquecer líquidos, produzir vapor e cozinhar alimentos».

[106] GONÇALVES, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros […]», p. 299.
[107] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[108], *paila* é a «vasija grande de metal, de figura de media naranja, en la cual se hervía el jugo de la caña hasta convertirlo en azúcar. Lo mismo en C. Rica, Cuba, Ec., Nic., P. Rico y Ven.». Acrescentam que, na documentação das Canárias, usou-se nos séculos XVI e XVII, no âmbito da produção açucareira, referindo o *DHECan*. Indicam ainda que a especialização da palavra dentro do léxico açucareiro teria acontecido nas Canárias de onde passou para a América espanhola.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Caldeira clarificadora*, *caldeira evaporadora ou caldeira de concentração,* caldeira de cristalização e *caldeira de vácuo*, com a variante *caldeira de vaga*, tendo como sinónimos: *câmara de vácuo* ou *bomba de vácuo* e *tacha,* no processo industrial de fabrico de mel de cana no Engenho do Ribeiro Seco, Funchal. No Engenho da Calheta, onde o fabrico do mel de cana é mais artesanal, documentou-se o termo *cuba de pré-cozedura* e *tachas de cobre* de concentração do mel, que são denominadas *tachas de mel* no Engenho do Porto da Cruz[109]. **Canárias** – *Calderas*, caldera de concentración (ilha de Grã-Canária, mais industrializada), *caldera de colado*, *caldera de descachazar*, *caldera de brillo* ou *caldera de claro* e *caldera de recibir* ou *paila de recibo* (ilha de La Palma, mais conservadora)[110]. **Brasil** – *Caldeira*, *caldeirote*, *recebedeira*, *recebedor*, *primeira tacha*, *segunda tacha*, *terceira tacha*, *tacha de caldo frio*, *tachos* e *tacha*, *tachas*[111]. **Venezuela e Colômbia** – Na produção açucareira atual industrializada da Venezuela e da Colômbia, ocorrem os termos *clarificador* ou *caldeira clarificadora* do sumo da cana e *pailas*, vasilhas grandes de metal utilizadas para a cozedura e concentração do sumo da cana, no fabrico do açúcar[112].
Nota: Em Lambach[113], caldeira dos engenhos de fazer açúcar. Ver **CALDEIREIRO** e **ENGENHO**.

CALDEIREIRO – o trabalhador do engenho responsável pela cozedura do sumo da cana-de-açúcar nas caldeiras.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «Official, que faz caldeiras, & caldeiroens». Em Morais Silva (1789), «O que faz caldeiras, tachos, e vasos de cobre, que vão ao fogo». Morais Silva (1813) acrescenta «O que trabalha nos engenhos d'assucar, alimpando as melladuras na caldeira». Houaiss (2005) data o termo

[108] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*, p. 781.
[109] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[110] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[111] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[112] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[113] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […].

caldeireiro (de *caldeira* + *-eiro*) de 1441, definindo-o como «trabalhador que constrói caldeiras e outros recipientes ou utensílios feitos de metal» e ainda «indivíduo que exerce diversas funções nas caldeiras dos engenhos de açúcar, especialmente o que se encarrega dos tachos do mel». O *DLP*-ACL regista o termo como «pessoa que fabrica, conserta ou vende caldeiras ou outros objetos de cobre, de latão ou de outro metal. Brasil – pessoa que trabalha nas caldeiras dos engenhos de açúcar». No *Priberam*, é também «o que faz ou vende caldeiras e utensílios de cobre ou latão. Brasil – Aquele que trabalha nas caldeiras dos engenhos de açúcar». O *Infopédia* apresenta a mesma informação: «O que faz, conserta ou vende caldeiras ou objetos de cobre ou latão. Indivíduo que opera caldeira industrial. Brasil – indivíduo que trabalha nas caldeiras dos engenhos de açúcar».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[114], *calderero* provém do português, trabalhador que cuidava das caldeiras de cozer e melar o sumo da cana para fazer açúcar, incluindo a limpeza do *caldo* ou *guarapo*, o mesmo no México e Porto Rico. Trata-se de uma adaptação do termo da ilha da Madeira que viajou para a América com a transplantação da cultura açucareira, mantendo-se até hoje. Os autores dizem que desapareceu nas Canárias, mas ainda permanecerá na ilha de La Palma.

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Homem do mel*, *cozedor do mel* e *trabalhador do mel*[115]. **Canárias –** Trabalhador responsável pelo cozimento e concentração do sumo da cana nas caldeiras ou no tacho/a, *tachera* na ilha de La Palma[116]. **Brasil –** *Mestre do cozimento* e *caldeireiro*[117]. **Venezuela e Colômbia** – Na atual produção açucareira industrializada da Venezuela e da Colômbia, já não ocorre o termo *tachero*, ou seja, perdeu-se a denominação dos nomes de profissão especializados[118].

Nota: Para o Brasil, Vasconcelos[119] documenta que o trabalhador encarregado de limpar o caldo de cana nas caldeiras também é denominado *limpador de garapa*, *garapeiro*, *fornalheiro* e *espumador*. Ver **CALDEIRA** e **ENGENHO**.

CALDO (**DE CANA)** – No Brasil, o sumo extraído da cana-de-açúcar.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Morais Silva (1789) regista «CALDA: o assucar derretido em agoa com certo ponto para conservas de frutas». Morais Silva (1813)

[114] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[115] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[116] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[117] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[118] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[119] VASCONCELOS, 1981, *O Léxico da Cana-de-Açúcar* […].

já averba *caldo* como «SUMO: O suco que se extrahio, e expreme». Houaiss (2005) regista *caldo de cana* como «sumo extraído da cana-de-açúcar por moagem ou esmagamento, especialmente para ser bebido como refresco», remetendo para a entrada *caldo-de-cana*, no Brasil «botequim ou bar onde servem refrescos de caldo de cana». O *DLP*-ACL documenta «CALDO: Sumo de cana-de-açúcar esmagada», enquanto o *Infopédia* informa ser do «Brasil – CALDO: suco extraído de certa fruta ou planta quando espremida ou triturada».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[120], *jugo o guarapo da caña de azúcar*, o mesmo em Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Porto Rico e República Dominicana. Dizem ser um velho termo latino (ao qual se adicionou um novo significado) não registado por Nunes[121] na documentação histórica madeirense consultada sobre a produção açucareira, mas no uso brasileiro do século XVIII, em *caldeira do caldo*. Os autores informam que o termo foi documentado nas Canárias, no século XVI (*DHECan*), tendo sido conservado na elaboração do rum de cana. Mencionam[122] que, no México, *caldo* foi documentado em 1899, definido como «El jugo que se exprime de la caña de azúcar, llamado en otras partes *guarapo*». Registam que Malaret, em 1937, documenta o termo no Porto Rico, Equador e México, como sinónimo de *guarapo* ou sumo da cana-de-açúcar; e, em 1942, Santamaría, no seu *Diccionario de Americanismos*, escreve «En Méjico y las Antillas, jugo o guarapo de la caña», existindo também em muitos outros países hispano-americanos. Corrales e Corbella[123] referem que, nas Canárias, a palavra mais utilizada foi *caldo*, com a primeira atestação datada de 1509. Acrescentam que «En La Española, en 1547, *caldo* era también término exclusivo en el inventario del ingenio de Hernando Gorjón».

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *garapa* ou *garapa da cana* e *guarapo* (por influência de migrantes regressados da Venezuela), com os sinónimos *melique das canas*, *sumo da cana* e *camuga* (com a variante *camua*, termo recolhido em Câmara de Lobos)[124]. **Canárias** – *Jugo de caña*, *zumo de la caña*, *guarapo (de caña)*, na ilha de Grã-Canária. Em La Palma, também é denominado *caldo de la caña* e *mosto de caña* (por analogia com o sumo da uva)[125]. **Brasil** – *Caldo (da cana)*[126].

[120] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[121] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[122] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[123] CORRALES e CORBELLA, 2014, «Voces azucareras […]», p. 81.
[124] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[125] NUNES, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira […]» e NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[126] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Nota: Os termos *calda* e *sumo das canas* não foram documentados na Madeira, mas ocorrem nos Açores em 1588[127]. *Caldo foi atestado* no Brasil, em 1628[128]. Gonçalves[129] menciona que, no dicionário brasileiro de Beaurepaire-Rohan (1889), *caldo* é o «nome que dão ao sumo da canna de assucar; caldo de canna. Em S. Paulo e Pará o chamam Garapa; mas este termo tem outra significação em algumas províncias do norte». Esta informação tem muito interesse, podendo explicar a expansão geográfica e a variação semântica da palavra. Lambach[130] regista *caldo* e *caldo de cana* como sinónimo de *garapa*. Ver **GARAPA** e **SUMO DA CANA.**

CANA-DE-AÇÚCAR – planta cujo sumo é extraído para fazer mel, açúcar e aguardente. **Doc. Lexicográfica Portuguesa:** Bluteau (1712-1721) averba *cana de açucar* como «*Arando dulcis*, que *Saccharea*, ou *saccharata*, que são palavras inventadas». Morais Silva (1789 e 1813) definem o termo como «Planta que nasce em lugares húmidos, que deita huma haste acompanhada de espadanas, ôcas, com nós: *a cana de assucar* he semelhante no feitio, mas cheia por dentro». Em Houaiss (2005), «planta da família das gramíneas nativa da Ásia e cultivada em certas regiões de clima tropical […] fornece forragem, açúcar, aguardente e álcool combustível», com os sinónimos *cana* e *cana doce*. No *DLP*-ACL, ocorre como termo da botânica «nome vulgar de uma planta da família das gramíneas, originária da Índia e cultivada sobretudo nos países tropicais, de colmo elevado, maciço e grosso, do qual se extrai o açúcar. *Saccharum officinarum*. O mel de cana ou melaço é feito a partir da cana-de-açúcar». O *Priberam* define o nome como «Planta (*Saccharum officinarum*) da família das gramíneas, de cujo caule se extrai açúcar. = CANA-DOCE». No *Infopédia*, também é um termo da botânica «*(Saccharum officinarum)* planta herbácea, cespitosa, da família das Gramíneas, nativa da Ásia e bastante cultivada em diferentes regiões tropicais e subtropicais, tem colmos lenhosos, grossos e elevados, folhas lineares e flores purpúreas dispostas em panículas piramidais, sendo utilizada para a produção de açúcar, forragem, combustível, etc.; cana-de-roca, cana-doce, cana-sacarina».
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Cana-de-açúcar*, *cana doce* e *cana sacarina*[131]. **Canárias** – *Caña de azúcar* e *caña dulce*[132]. **Brasil** – *Cana-de-açúcar*[133].

[127] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[128] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[129] GONÇALVES, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros […]», p. 299.
[130] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […], p. 117.
[131] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[132] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[133] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Nota: Termo não registado no *TLCA* nem na documentação açucareira oral contemporânea da Venezuela e da Colômbia[134]. Ver **CANAVIAL** e **ENGENHO**.

CANAVEAL – Plantação de cana-de-açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «Lugar, em que ha muita cana». Em Morais Silva (1789 e 1813), «Agro de canas ordinarias, ou de assucar». Houaiss (2005) documenta a forma *canaueaees* com a data de 1452, na entrada lexical *canavial*, extensão de cana ou de canas-de-açúcar. No *DLP*-ACL, «Lugar onde crescem canas vulgares, canas-de-açúcar". No *Priberam*, "Lugar onde crescem canas». No *Infopédia*, também «Lugar onde crescem canas».
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Fazenda de canas*, *horta de cana*, *cerca de canas*, *corte de canas*, *chão de canas* ou *chã de canas*, *eito de canas* e *poio de canas*[135]. **Canárias** – C*ercado de caña*, *huerta de caña* (*huerto*), *plantaciones de caña*, *finca de caña* e *fanegada de caña*[136]. **Brasil** – *Canavial*, *roça de cana*, *plantação (prantação) de cana* ou *plantio, moita de cana* e *lavoura de cana*[137].
Nota: O termo não se encontra averbado no *TLCA* e não foi registado por Nunes[138], na documentação açucareira oral contemporânea da Venezuela e da Colômbia. Ver **CANA-DE-AÇÚCAR**.

CANAVIEIRO – responsável pelo cultivo da cana-de-açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Houaiss (2005) regista *canavieiro* (de *canavial* + *-eiro*) como termo do Brasil, significando «aquele que planta cana-de-açúcar». No *Priberam*, «Brasil: relativo à cana-de-açúcar. Brasil: pessoa que planta cana-de--açúcar». No *Infopédia*, «Indivíduo que planta cana-de-açúcar. De canavial + -eiro».
Doc. Lexicográfica Espanhola: De acordo com Corrales e Corbella[139], *cañaverero*, por empréstimo semântico do português, é a pessoa responsável pela plantação da cana-de-açúcar. Informam que, na documentação das Canárias, tem a aceção da Madeira que passou para a América, permanecendo no México e no Peru.
Nota: Palavra não dicionarizada por Bluteau, Morais Silva nem no *DLP*-ACL. Apesar de Houaiss (2005) considerar um brasileirismo, Nunes[140] encontrou o

[134] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[135] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[136] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[137] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[138] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[139] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 250.
[140] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.

termo na documentação histórica da Madeira em 1514, ocorrendo também nas Canárias (Corbella, 2019). Termo não registado na documentação açucareira oral contemporânea[141]. Ver **CANAVEAL** e **CANA-DE-AÇÚCAR**.

CASA DAS CALDEIRAS – compartimento do engenho onde se coze o sumo da cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Termo não registado.
Doc. Lexicográfica Espanhola: *casa das calderas*, do português, recinto do engenho onde estão as caldeiras de cozedura do sumo ou caldo da cana, também no México, Cuba e República Dominicana[142], proveniente do léxico açucareiro madeirense, passando das Canárias para a América espanhola.
Doc. Oral Contemporânea: Canárias – *Casa de las calderas* e *sala de calderas*[143].
Nota: Termo não registado na documentação açucareira oral contemporânea recolhida na Madeira, Brasil, Venezuela e Colômbia[144]. Nas Canárias, atualmente, é o compartimento do engenho onde se encontram as caldeiras que produzem o vapor. Ver **CALDEIRA** e **ENGENHO**.

CASA DE PURGAR – local onde se purgava o açúcar, sendo separado do mel.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721), na entrada *Engenho*, averba *casa de purgar* a propósito das *tachas*, informando que, depois de retirado destas e da *bacia de esfriar*, «Finalmente levase o açucar à *casa de purgar* donde com barro molhado com agoa fria, se faz branco, deixando no fundo em menos quantidade o mascavado que separão do branco». Em Morais Silva (1813), «A purgação do mel, que se separa do assucar para o clarificar». Houaiss (2005) data o termo de 1221, enquanto edifício de formatos e tamanhos diversos, sendo sinónimo de *casa de bagaço*. Informa que, no Nordeste do Brasil, é o depósito do bagaço da cana nos engenhos de açúcar. Acrescenta que *casa de purgar*, no Brasil, é a dependência dos engenhos de açúcar onde se purga o caldo da cana. No *Priberam*, «Brasil – Divisão do engenho de açúcar onde os cones de açúcar cristalizado ficam para que o melaço escorra». No *Infopédia*, termo do Brasil, «Divisão do engenho de açúcar onde os cones de açúcar cristalizado ficam para que o melaço escorra».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[145], *casa de purgar* é o recinto do engenho onde se procedia à última etapa de elaboração do açúcar, eliminando-se

[141] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[142] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[143] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[144] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[145] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.

o mel que não cristalizava e que se voltava a cozer (trabalho do *tacheiro*), obtendo o *remel*. Informam que o termo desapareceu das ilhas Canárias, mas continuou na América, nomeadamente em Cuba e Porto Rico. Por exemplo, os *sinos de panela* eram purgados conduzindo o *remel* para o *tanque de remel*.
Nota: Termo não registado na documentação oral contemporânea da Madeira, das Canárias, do Brasil, Venezuela e Colômbia. Ver **PURGAR** e **ENGENHO**.

CASA DE REFINAR – local do engenho onde se voltava a cozer o açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «Refinado. Purificado. Refinado açucar, he o que esta purgado das partes mais crastas, deyxado no fundo do vaso o mascavado». Em Morais Silva (1789 e 1813), «Refinado – refinar – separar as fezes, borras, com que se limpa, e fica puro o que refinamos; *refinar assucar*». Na edição de 1813, averba *refinação* como «O trabalho de refinar: a refinação do *assucar*, e outros saes que se alimpão de partes heterogéneas» e *refinador* «o que refina». Morais Silva (1789) documenta ainda *refinaria* como «Fabrica de refinar assucares» e, na edição de 1813, acrescenta «Fabrica, trabalho, artificio de refinar assucares». No *Priberam*, «Refinar – separar de uma substância das matérias estranhas que lhe alteram a pureza» e, no *Infopédia*, «Refinar – tornar mais fino…; separar de uma substância das matérias estranhas que lhe alteram a pureza».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[146], *casa de refinar* é o recinto do engenho onde o açúcar sofre uma segunda cozedura, depois de purgado, para ficar mais branco.
Nota: Termo não registado na documentação açucareira oral contemporânea recolhida. Ver **AÇÚCAR REFINADO** e **ENGENHO**.

COGULO – ponta do pão de açúcar do fundo da forma, com restos de mel.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Houaiss (2005) averba *cogulo*, em 1609, como «quantidade que, por excessiva, ultrapassa as bordas da medida. Sin./Var. *acoguladura*, *caculo*, *coculo*, *cuculo*».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[147], *cogollo* são as folhas e pontas da cana-de-açúcar, usadas sobretudo para alimentar o gado. Referem ser um vocábulo do século XVI nas Canárias e que se encontra na Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Porto Rico e Venezuela. Registam também *cogucho* do português *cabucho* > *cobucho* > *cogucho*, ponta do pão de açúcar do fundo da forma

[146] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[147] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.

com restos de mel. Informam que, nas Canárias e na América, é um produto de inferior qualidade dos trapiches e engenhos, por ser menos purgado. Remetem para o *DRAE*: na América, *cucurucho* ou *cogucho* é o açúcar preto, aplicando-se também a outras coisas com forma cónica. Corrales e Corbella[148] registam ainda a forma *cambucho* (de *cabucho*, extremidade cónica do *pilón de azúcar*) e *cucurucho*, também no Chile e Peru; *cobucho* nas Canárias. Os autores dizem que a origem da palavra deve ser portuguesa de *cabucho*, usada nas Canárias com o significado de *cucurucho*. Explicam ainda que de *cabucho* surgiu *cobucho* com valor açucareiro no século XVI, no auge da produção açucareira nas ilhas.

Nota: Termo não registado na documentação açucareira oral contemporânea recolhida. De acordo com Corrales e Corbella[149], *cogollo* e *cogucho* são palavras com significados diferentes. Ver **PÃO-DE-AÇÚCAR**.

ENGENHO (DE AÇÚCAR) – moenda de esmagar a cana-de-açúcar e complexo onde é transformada.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) averba o termo *engenho de açucar* também como subentrada de *Açucar*:

> «Engenho de açucar. O Gentio do Brasil chama Ibiria bábaca, & Ibira parangana. Ha engenho de Boys, ou com maior commodo, de cavallos, & engenho de agoa. […] Anda este moinho, ou engenho de agoa, com a ajuda de três rodas, que tem dentes. […] hum & outro engenho tem três eixos muito grossos. […] o licor que se exprime, vem cahindo em hum vaso, a que chamão *coche*, & dali por canos vai a dar na *casa das caldeiras*, as quais são varias, […] porque ha *caldeira de mear*, *caldeira de coar*, & outros vasos de cobre, a que chamão *barrella de meado barrella de coado*».

Morais Silva (1789 e 1813) regista *engenho* como «máquina v. g. de fazer papel, de moer canas, e fazer assucar». Houaiss (2005) data o termo do séc. XIII, com o significado de criar, realizar, produzir. Por extensão semântica, «conjunto de partes ou peças que constituem um todo e concorrem para o mesmo resultado; aparelho, máquina; aparelho para moer cana-de-açúcar; moenda; estabelecimento industrial situado em zona de cana-de-açúcar, destinado à moagem da cana para fabrico do açúcar, aguardente, melaço». Acrescenta que, no Brasil, é também «todo o conjunto relativo à cultura e ao processamento da cana-de-açúcar» e que, no Nordeste brasileiro, por metonímia, é igualmente a «área de cultivo da cana-de-açúcar». No *DLP*-ACL, o termo surge como brasileirismo: «Brasil – moinho de cana-de-açúcar.

[148] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[149] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.

Brasil – estabelecimento agrícola, destinado à cultura da cana sacarina e à produção de açúcar; senhor do engenho». No *Priberam*, define-se *engenho* como «Máquina. Fábrica. Fábrica de açúcar e aguardente de cana», sem indicação geográfica. No *Infopédia*, *engenho* surge como «Moenda de cana-de-açúcar. Brasil – complexo agrícola dedicado à cultura da cana-de-açúcar para produção de açúcar, aguardente, etc.».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[150], *ingenio*, fazenda com a plantação de cana e a fábrica com a maquinaria necessária para fazer o açúcar, tendo o mesmo significado na América. Explicam que, nas Canárias, teve um valor amplo, referindo instalações de transformação de produtos naturais, incluindo da pesca. Quanto ao léxico hispano-americano, informam que, depois do século XVI, especializou-se como denominação de conjunto de aparelhos para moer a cana e fazer o açúcar, passando a designar a fazenda com plantação e conjunto mecânico de transformação da cana em açúcar. Termo levado das Canárias para a América, tendo sido recebido da Andaluzia. Referem que os termos *ingenio* e *trapiche*, na América, denominam o local de transformação da cana em açúcar e mel.

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Engenho* e *fábrica*[151]. **Canárias** – *Fábrica (azucarera)* e *trapiche*[152]. **Brasil** – *Engenho*[153]. **Venezuela e Colômbia** – *Fábrica de azúcar*, *ingenio (azucarero)* e *trapiche*[154].

Nota: Nas Canárias, na ilha de La Palma, *trapiche* é a moenda da cana-de-açúcar e a fábrica de aguardente. Na Venezuela e Colômbia, regista-se *fábrica de azúcar*, *ingenio (azucarero)* e *trapiche*, com relatos de memória que referem a antiga existência de *haciendas de trapiche* e de *trapiches*. Tal como no Brasil, nas áreas rurais mais pobres e isoladas do interior do país, ainda existirão trapiches rudimentares com dois *molinos de hierro* horizontais para extrair o *guarapo* e fazer *panela* artesanalmente. Lambach[155] averba *engenho* como sinónimo de *moenda*, apresentando ainda como entrada lexical independente *engenho* sinónimo de *alambique*, também denominado *engenho de pinga*. Ver **TRAPICHE**.

[150] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[151] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[152] NUNES, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira […]» e NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[153] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[154] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[155] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […].

ENGENHOCA – Antigo engenho manual de moer a cana-de-açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Houaiss (2005), data de 1776, de *engenho* + *-oca* (pertencendo ao registo informal), no Nordeste do Brasil «engenho de pequeno porte para o fabrico de aguardente e rapadura», tendo também a aceção de «gangorra (engenho primitivo) us. no fabrico do açúcar mascavado ou do mel de cana». Por metonímia, no Brasil, também denomina a aguardente de cana ou cachaça. No *DLP*-ACL, «Máquina ou engenho construído de forma rudimentar. Brasil – pequeno engenho destinado essencialmente ao fabrico de aguardente ou de outro derivado da cana-de-açúcar. Brasil – aguardente de cana. Cachaça».
Doc. Oral Contemporânea: Brasil – *Engenhoca*, *arrebenta-peito*, *moenda de pau*, *engenho de pau*[156].
Nota: Termo que não ocorre no *Tesoro Léxico Canario-Americano*. No Brasil, pequeno engenho destinado ao fabrico de aguardente, de açúcar ou de rapadura[157]. Nunes[158] regista os termos *fábrica de azúcar* e *ingenio (azucarero)* e também relatos de memória que referem a antiga existência de *haciendas de trapiche* e de *trapiches* (*trapiches de hierro* horizontais movidos a água), na Colômbia. Assim, atualmente, tanto na Colômbia como na Venezuela, nas zonas rurais mais pobres do interior do país, ainda existirão os tradicionais *trapiches* de dois *molinos de hierro* horizontais para extrair o *guarapo* e fazer *panela*. Ver **ENGENHO (DE AÇÚCAR)** e **TRAPICHE**.

FORMA DE AÇÚCAR – Recipiente de barro, madeira ou folha, utilizado para a cristalização do açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), *forma* surge como «termo de engenho de assucar», enquanto «vaso de barro, furado por baxo, no qual o assucar se purifica». Morais Silva (1813), na entrada lexical *forma*, regista (entre outras) as aceções de «vaso de barro, em que se lança a calda de assucar para o lavar, e purgar» e «o assucar em pão, que dela se tira».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[159], «forma, horma (del port.) f. molde cónico de barro cocido, com un agujero en el vértice, empleado para elaborar los panes de azúcar. Lo mismo en Méx. Es más frecuente y normal la variante *horma* en Bol., Col., Cuba, Hond., Perú y Ven.». Informam ser uma palavra do léxico açucareiro na documentação das Canárias, com alternância entre a variante portuguesa com

[156] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[157] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […], p. 132.
[158] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[159] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 501.

f- e a forma castelhanizada *h-*, apresentando as duas grafias. Acrescentam que as duas variantes continuaram coexistindo na América, embora os dados lexicográficos mostrem preferência por *horma*. Referem Pichardo que dá informações sobre a *horma* na América, enquanto

> «vasija de barro de figura cónica, de menos de una vara de alto, y media de diámetro de su base cuyo vértice es un agujero que llaman *furo*. Este se tapa para echar el liquido ya preparado en temple y grano de azúcar, y se destapa después para que destile o purgue la miel cuando aquel está coagulado o cristalizado. Úsanse también hoy hormas de hoja de lata, de zinc, etc. Cuba y Perú. Molde cónico de barro o outro material, en el que se elaboraba antiguamente el azúcar y hoy se hace el *pan de azúcar* o *panela*»[160].

Doc. Oral Contemporânea: Brasil – *forma (de fabricar açúcar)* e *forma do açúcar* [161].
Nota: Em Nunes[162], *forma de açúcar* é um termo histórico da produção açucareira madeirense transplantado para as Canárias e a América. Na documentação oral contemporânea da Madeira e das Canárias, já não se documentou o termo. No Brasil, no interior de Minas Gerais, encontrou-se açúcar feito em cestos, chamados *balaios*. Na Venezuela e na Colômbia, não foram registadas ocorrências denominativas do conceito. O *TLCA* dá-nos informações importantes sobre as formas de açúcar, inclusive sobre a produção de *panela* com o sinónimo *pan de azúcar*. Ver **PÃO DE AÇÚCAR** e **PANELA**.

GARAPA – sumo da cana-de-açúcar extraído no engenho.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «*GARAFA* ou *Cachaça* (Termo do Brasil)» é uma «espécie de vinho das borras do açucar, a que chamão os Negros melaço. He bebida de Negros. *Liquor ex saccharifecibus*, ou *vinum sacchareum fecatum*, assi como chama Catão ao Agoa-pé, *Vinumfecatum*. Outro vinho de mel silvestre, ou de açucar, a que chamão *Garafa*. O P. Simão de Vasconc. nas *Noticias do Brasil*, pag. 143». Em Morais Silva (1789 e 1813), «GARAPA – bebida feita de calda, ou melaço com agua, e limão no Brasil». Em Houaiss (2005), com etimologia de origem controversa, data de 1638 no Brasil e denomina o «caldo extraído da cana-de-açúcar», bem como «esse caldo quando destinado à destilação» e «qualquer líquido que se põe a fermentar para ser destilado». É ainda uma «bebida preparada com açúcar (ou mel), água e/ou qualquer suco de fruta», por extensão «qualquer bebida açucarada». No *DLP*-ACL, «Brasil – bebida preparada com mel e água, a que às vezes se juntam gotas de limão. Refresco de fruta. Sumo de cana-de-açúcar usado

[160] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 501.
[161] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[162] NUNES, 2001, «A Terminologia Histórica do Açúcar nas Ilhas Atlânticas […]».

como bebida. Qualquer líquido que se deixa a fermentar para depois ser destilado». No *Priberam*, «Brasil – suco ou caldo extraído da cana-de-açúcar durante a moagem. Bebida refrigerante feita de suco de fruta e açúcar ou mel. Bebida açucarada. Qualquer líquido que se fermenta para posterior destilação. *Garapa picada* – caldo da cana fermentada». No *Infopédia*, «Sumo de cana-de-açúcar moída, usado como bebida. Bebida preparada com mel ou açúcar e água ou sumo de fruta. Qualquer líquido que se fermenta após ser destilado. Qualquer coisa exageradamente doce. Do tupi *guarapa*, "batido, mexido"».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[163], *guarapo*, possivelmente do quéchua, sumo da cana-de-açúcar espremido que, por cozedura, origina o mel e o açúcar. Referem o registo da palavra no *DHECan*, correspondendo à variante *garapo* (como apodo em 1655), não encontrado na documentação relativa à cultura açucareira. Mencionam Corominas que, no *DCECH*, diz ser de origem incerta, provavelmente duma forma africana propagada a partir das Antilhas (registada por Tirso de Molina, em 1620). Informam que *guarapo* é uma palavra tardia em Espanha. Na documentação americana, segundo os autores, é uma forma indígena generalizada em Cuba, denominando o sumo espremido no trapiche para fazer açúcar. Indicam ainda que, segundo Corominas, a forma *garapa*, em Angola e Congo, designava uma bebida alcoólica fermentada, sendo um afro-negrismo. Salientam que Malaret, no seu *Dicionário de Americanismos*, considera *guarapo* uma forma do quíchua, *huarapu* para sumo da cana doce. Corrales e Corbella[164] informam que, na Venezuela, chamam ao *guarapo de caña aguamiel* e *guarapo* (que fazem fermentando o sumo do ananás indígena), e chamam igualmente *guarapo* à água de *papelón* (*panela* dissolvida com água, *rapadura* no Brasil, onde o sumo da cana é sinónimo de *caldo de cana*). Em Cuba, *guarapo* é o sumo da cana-de-açúcar e este fermentado. Assim, segundo Corrales e Corbella[165], também é o licor obtido por fermentação, a partir do sumo da cana, do mel de palma ou da madre do vinho, tal como na América. Acrescentam que, às vezes, também é o sumo fermentado de algumas frutas. Na documentação das Canárias, será um americanismo, sendo que hoje *guarapo* aplica-se de forma quase exclusiva à seiva da palmeira, *guarapeiro*, da qual se obtém *miel de palma* e, por extensão, o licor feito a partir da sua fermentação. Isto acontece especialmente na ilha de La Gomera, onde o vinho de palma é feito usando o mesmo alambique da aguardente de cana. Na América, a primeira atestação conhecida da palavra *guarapo*

[163] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[164] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[165] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.

ocorre em 1627, enquanto bebida que se fazia de água com *panela* ou mel (bebida fermentada na Venezuela, chamada *guarapo* e de consumo popular), ganhando também a aceção de bebida aguada, de café ou vinho (Porto Rico, República Dominicana e Venezuela). Os autores dizem que o uso desta aceção nas Canárias é de origem venezuelana.

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Garapa*, *garapo da cana* e *guarapo*[166].

Canárias – *Jugo de caña*, *zumo de caña*, *guarapo (de caña)* e *mosto de caña*[167].

Brasil – *Caldo (da cana)* e *garapa*, com a variante *guarapa*, no Rio Grande do Sul[168].

Venezuela e Colômbia – *Guarapo (de caña)* na Venezuela, enquanto na Colômbia ocorre também o termo *caldo*, para denominar o mesmo conceito[169].

Nota: Na documentação oral contemporânea da Madeira, Nunes[170] regista formas compostas e derivadas de *garapa*, nomeadamente *garapa morta* (o sumo da cana fermentado), *garapa virgem* (o sumo da cana extraído da primeira moenda sem adição de água) e *garapeiro* (trabalhador que prepara a fermentação do sumo da cana). O *Priberam* regista *garapeira*: «Brasil – telheiro à beira dos caminhos, onde se vende garapa aos viandantes. (De *garapa* + *-eira*)», enquanto o *Infopédia* averba o termo *garapeiro* «Vendedor ou preparador de garapa (De *garapa* + *-eiro*)». A origem da palavra continua incerta. G*arapa* também surge tardiamente na ilha da Madeira, para denominar o sumo da cana. Na documentação histórica da Madeira e das Canárias não aparece o termo, somente *sumo da cana*. Gonçalves[171] indica que o termo *garapa*, no dicionário de Beaurepaire-Rohan (1889), é registado com a seguinte informação: «Em S. Paulo, Goyaz e Matto-Grosso dão esse nome ao caldo». Explica que a palavra surge já em Georges Marcgrave, na *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), tendo o autor tido conhecimento dela em Pernambuco. Lambach[172] averba *garapa* como sinónimo de *caldo (de cana*). Regista ainda *garapa azeda* como o «líquido resultante da fermentação da garapa», tendo como sinónimos *vinho azedo* e *vinhaço*. Também documenta *garapeira*, mas como «caixa de decantação da garapa, após a fermentação, no processo de fabrico da cachaça». Ver **CALDO (DA CANA)** e **SUMO DA CANA**.

---

[166] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[167] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[168] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[169] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[170] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[171] GONÇALVES, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros […]», p. 299.
[172] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […], pp. 136-137.

LEALDADOR – Trabalhador responsável pela fiscalização da qualidade dos açúcares nos engenhos.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Houaiss (2005), «que ou aquele que lealda. Diz-se de ou antigo fiscal de mercadorias que entravam na cidade. De *lealdado* + *-or*».
Nota: Termo que já não existe na documentação oral contemporânea da Madeira, Canárias e América latina. Ver **LEALDAR**.

LEALDAR – Fiscalizar a qualidade dos açúcares nos engenhos.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) regista *leal* (fiel), *lealdação* (a ação de se lealdar) e *lealdar* com a forma *lealdado* «assucar lealdado *Vid*. assucar macho (Georg. Marggrav. *Histor. Brasil.* lib. 2, cap. 15)». Em Morais Silva (1789), «Lealdado part. pass. de *lealdar*. *Assucar lealdado*, *v*. macho adj.». Na edição de 1813, acrescenta «*Assucar lealdado*. *V.* Macho, adj. Limpo». Em Houaiss (2005), *lealdar*, séc. XV, «declarar (mercadorias importadas) para satisfazer exigências legais, de acordo com as regras fiscais aduaneiras», com a variante *alealdar* (com *a-* protético). No *Priberam*, «Declarar na alfândega; legalizar mercadoria importada – Alealdar». No *Infopédia*, «Dar ao manifesto, na alfândega; verificar».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[173], *lealdado (azúcar)*, do português *açúcar lealdado*, de excelente qualidade, limpo e bem purgado. Informam que tem o mesmo significado na América (do verbo *lealdar*, mostrado na alfândega).
Nota: O termo não foi registado na documentação oral contemporânea da Madeira, Canárias e Brasil. Ver **LEALDADOR**.

MEL DE CANA – sumo da cana-de-açúcar concentrado através do processo de cozedura.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) averba «Mel de assucar, ou melaço, no Brasil he hum licor negro, que purga, & destila pelos buracos das formas, em que se mete o assucar, & dos canos por onde corre, vem a cahir em huma grande vasilha, a que chamão, Tanque de mel». Em Morais Silva (1789), é «O suco doce, que as abelhas recolhem das flores em seus favos. Mel no Brasil, a calda do assucar, que se filtra das formas, que estão a purgar, para se lavar o assucar, e alvejar. […] melaço». Na edição de 1813, acrescenta

[173] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.

> «a calda do assucar, que se filtra das formas, que estão a purgar, para se lavar o assucar, e alvejar: este é o *mel de furo*; e quando o assucar está quasi purgado, corre *mel* branco, que se diz *de barro*: *mel de engenho* é o caldo da canna cosido, que se apura para ir para as fòrmas, e purgar-se. […] *Assucar de mel na cara*: o assucar bruto, que lançado na fòrma, em que se há de purgar, não fica com a cara seca, dura, mas ajunta aí *mel*, por ser pouco cosido, ou queimado».

Em Houaiss (2005), nome datado de 1269, mel das abelhas e sumo muito doce de certos frutos. Seguem-se as informações do Brasil, no Nordeste, o mesmo que *melado* (calda espessa); *mel de cana*, «mel espesso extraído do suco da cana doce, no decurso do processo de produção do açúcar»; *mel de engenho*, também no Nordeste brasileiro, «o caldo da cana quando, depois de cozido e apurado, vai para a forma; *mel de tanque* e *mel de furo*». Ainda no Nordeste, o mesmo que «*cabaú*, *mel de tanque*, *mel de engenho* e *mel de toicinho*», acrescentando que na Baía existe a denominação *mel de rapadura*. No *DLP*-ACL, «Licor espesso extraído do suco da cana doce, durante a produção de açúcar. Brasil, calda grossa do açúcar, de que se faz rapadura. SINÓNIMO: melado (Brasil)». No *Priberam*, «Portugal – mel de cana. Brasil – o mesmo que mel de engenho. Brasil – o mesmo que mel de furo – calda grossa ou conjunto de fezes que corresponde ao que é filtrado das formas onde o açúcar está a purgar. = Melaço. Mel de tanque – Brasil – o mesmo que mel de furo». No *Infopédia*, «Mel – substância açucarada que as abelhas e outros insetos preparam com o suco das flores».

Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Mel de cana*[174]. **Canárias** – *Melado*, *miel (de caña)* e *melaza de caña*[175]. **Brasil** – Mel da cana (de açúcar), *mel de engenho*, *melado (de cana)* e *melaço*. O termo *melaço* denomina simultaneamente o mel de cana e o subproduto residual do açúcar[176]. **Colômbia** – *Miel* e *miel de caña*[177].

Nota: Bluteau (1712-1721) e Morais Silva (1789 e 1813) registam *melaço* como sinónimo de *mel do assucar*. O termo não ocorre no *Tesoro Léxico Canario-Americano*. O *Infopédia* não regista a aceção de *mel de cana*. O *Dicionário Houaiss*, na entrada lexical *mel*, regista o termo *mel de engenho* como nome do Brasil (Nordeste), que define como «caldo da cana quando, depois de cozido e apurado, vai à forma», sendo o mesmo que *mel de tanque*. Regista também a denominação *mel de furo*, do Brasil (Nordeste). Definição não atualizada. Em Vasconcelos[178], o termo *mel* é

[174] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[175] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[176] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[177] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[178] VASCONCELOS, 1981, *O Léxico da Cana-de-Açúcar* […].

característico da Paraíba, enquanto no Rio Grande do Sul a calda grossa fabricada a partir do caldo de cana é *melado*. Ver **MELADO**.

MELADO – sumo da cana-de-açúcar concentrado através de cozedura.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «Feito, ou misturado com mel. Melado chamão os do Brasil ao licor da canna moida, que corre para as caldeiras, & com a força do fogo se reduz a seu ponto. Este depois de lançado nas formas, & coalhado, não he mais melado, he assucar». Em Morais Silva (1789), «No Brasil, a calda de cana de assucar posta em ponto grosso; o liquido que se distilla do melado na casa de purgar, chama-se mel, ou melaço». Na edição de 1813, acrescenta «No Brasil, o caldo da cana de assucar, limpo na caldeira, e pouco grosso; depois passa ás tachas onde se engrossa mais, e se diz *mel d'engenho*: o liquido, que se distilla do *melado* na casa de purgar, chama-se *mel de furo*; e quando sai claro do assucar quasi purgado, *mel de barro*». No Houaiss (2005), nome datado de 1593, com o significado de «adoçado com mel de abelha, rapadura ou mel de engenho». Apresenta outra entrada lexical, *Melado 2*, designação datada de 1716. No Brasil, o mesmo que mel de engenho e, no Nordeste brasileiro, o mesmo que *cabaú*. Também com a aceção de «calda espessa depositada na caldeira com a qual se faz a rapadura; mel». Ainda com a aceção de alimento, «calda grossa feita com a rapadura derretida e que é servida como sobremesa». No *DLP*-ACL, «Liquido viscoso que a cana-do-açúcar deposita na caldeira. Brasil – calda espessa feita com rapadura que se come como sobremesa. Brasil (Nordeste) – calda grossa de açúcar, de que se faz rapadura. SINÓNIMOS: mel (Brasil); Brasil (Sul) caldo da cana-de-açúcar depois de cozido e que se apura para ir às formas; mel de engenho». No *Priberam*, «Caldo de cana-de-açúcar, limpo na calda e pouco grosso. Brasil – que ou quem está embriagado». No *Infopédia*, «Líquido viscoso da cana-de-açúcar, limpo na caldeira».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[179], *melado* provém do português, «dicho de un alimento: empalagoso o muy dulce. Lo mismo en Ven.». Na documentação das Canárias, entre outras muitas aceções, explicam que «este adjetivo puede usarse también com este sentido de "empalagoso" que parece derivar directamente del uso que tuvo el substantivo correspondiente en la industria azucarera». Sobre a documentação americana, referem que Nuñez e Pérez registaram o mesmo adjetivo na Venezuela, qualificando-o como coloquial, com o significado de «alimento muy dulce o empalagoso». Como segunda aceção, Corrales e Corbella[180]

[179] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 719.
[180] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 719.

definem o termo do seguinte modo: «jugo de la caña dulce concentrado al fuego sin que llegue a cristalizar. Lo mismo en Bol., Col., C. Rica, Cuba, Guat., Méx., P. Rico, R. Dom. y Ven.». Quanto à documentação das Canárias, informam que «el *DHECan* registra este portuguesismo desde 1546 […] lo que demuestra que se trata de una más de las vocês que llegaron a Canarias com los maestros azucareros portugueses […] En portugués, según Figueiredo, se emplea com el sentido de "caldo de cana-do--açúcar, limpo na caldeira e pouco grosso"». Os autores mencionam ainda Pérez Vidal (1973), que documenta a palavra valenciana *llent* com o mesmo significado de *melado* nas Canárias, na Madeira e na América: «jarabe que se obtiene por evaporación del jugo purificado de la caña antes de concentrarlo al punto de cristalización»[181]. Acrescentam que o *DRAE* já introduziu a palavra das Canárias, tradicionalmente considerada americanismo. Informam ainda existir com o mesmo significado na Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela. Referem ser um portuguesismo levado para as Canárias pelos mestres açucareiros madeirenses e que foram os mestres açucareiros canários que levaram a palavra para o Caribe e a América central. A este propósito, indicam ainda que, na documentação americana, relativamente a esta aceção da palavra, Pichardo incorpora o termo no seu repertório de cubanismos: «llámase *melado* cuando el jugo de la caña ha sufrido la segunda cochura, y es el que se usa en clase de dulce, que si tiene mayor grado se llama miel concentrada». Entre outros, Corrales e Corbella[182] referem também o *Diccionario de Mejicanismos* de Santamaría que apresenta a definição: «jarabe o masa pastosa que se obtiene por evaporación del jugo purificado de la caña en los ingenios, antes de concentrarlos en los tachos».

Nota: Enquanto sinónimo de *mel de cana*, *melado* é um termo do Brasil. Houaiss (2005), em *Melado 2*, dá como fonte da primeira atestação Bluteau (1716). Averba a forma *meladura* (1813, *melladura*), no Nordeste do Brasil: «nos engenhos de açúcar, porção de caldo de cana que é levada à caldeira para ser limpa e escumada, por metonímia o tempo gasto na moagem da cana enquanto o caldo escorre e enche a caldeira». Em Gonçalves[183], apresentam-se termos açucareiros do *Diccionario de Vocabulos Brazileiros* (1889), que o lexicógrafo Beaurepaire-Rohan assinala com dupla marcação diatópica e diatécnica (relativa ao âmbito técnico ou profissional, como explica a investigadora). *Melado* surge como «nome do caldo de canna de assucar limpo na caldeira e pouco grosso […] Mel de furo […] mel de barro […] Ao mel de furo chamão

[181] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 719.
[182] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 720.
[183] GONÇALVES, 2016, «A 'terminologia açucareira' em dicionários brasileiros […]», pp. 298-300.

no Rio de Janeiro mel de tanque». Chama a atenção a variação das denominações e a indicação diatópica. Ver **MEL DE CANA**.

Fotografia 2 – *Mel de cana* em Triunfo, Pernambuco, Brasil (2006)



Fonte: Nunes, 2010, *Outras Palavras Doces*.

MESTRE DE AÇÚCAR – responsável pela cozedura do sumo da cana até o ponto de cristalização.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) e Morais Silva (1789 e 1813) não registam o termo *mestre de açúcar*. Apenas averbam *mestre* como quem ensina alguma coisa. Em Houaiss (2005), termo do Nordeste do Brasil, «indivíduo que superintende os trabalhos relativos à fabricação do açúcar», sem datação.

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[184], *maestro de azúcar* é o responsável pelo processo de transformação do sumo da cana em açúcar, nos engenhos. Os autores mencionam que existe em Cuba e no México, tendo sofrido redução para *maestro*. Dizem ter chegado ao Brasil diretamente da ilha da Madeira e às Antilhas e América central através das Canárias. Acrescentam a existência do sinónimo *azucarero* em Cuba.

Doc. Oral Contemporânea: Canárias – *Maestro de(l) azúcar*, *puntista*, *fogonero*[185]. **Brasil** – Mestre de açúcar, *engenheiro*, *tacheiro* e *açucareiro*[186]. **Colômbia** – *Maestros de hacer azúcar*[187].

Nota: No Houaiss (2005), é um regionalismo do Nordeste brasileiro. Na documentação oral contemporânea da Madeira já não se encontra o termo. Na atual produção

[184] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[185] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[186] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[187] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

açucareira industrializada da Venezuela, não se encontrou o termo, embora na Colômbia ainda tenha ocorrido referência à antiga forma. No entanto, é provável que na produção artesanal e familiar dos meios rurais mais isolados ainda se conserve este termo. Curiosamente, na Venezuela, no fabrico do açúcar, ainda ocorre o termo *puntista*. Este denomina o trabalhador da fábrica de açúcar que opera no *tacho* e que determina o *ponto* para obter a cristalização do açúcar, existindo as denominações *puntista de crudo* e *puntista de refino*, correspondendo ao antigo *mestre de açúcar*. Ver **AÇÚCAR DE CANA** e **ENGENHO**.

MOENDA – moinho de moer a cana-de-açúcar no engenho.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), «Mô, ou o lugar, em que ha engenhos de moer». Morais Silva (1789) averba *moenda* como «mó ou peça de qualquer engenho de moer, trilhar, *v. g.* as moendas do engenho de assucar, são 3 toros grossos de páo ferrados de laminas de ferro, entre os quaes se trilha a cana de assucar e expreme o seu suco». Na edição de 1813, o autor substitui *suco* por *caldo* e acrescenta «O trabalho de moer as cannas. […] está laborando». No Houaiss (2005), do latim *molenda*, «mó de moinho ou conjunto de peças num engenho que serve para moer ou espremer certos produtos; aparato ou máquina de moer ou triturar, moinho; acto de moer grãos, azeitonas, cana-de-açúcar, etc.». No *DLP*-ACL, «Mó de moinho, mecanismo ou engenho que serve para triturar ou moer. Local onde se tritura ou mói com qualquer dessas peças». No *Priberam*, «Peça que mói; mó. O trabalho de moer. Por extensão, moinho». No *Infopédia*, «Mó de moinho ou peça que serve para moer ou pisar, moinho».
Doc. Lexicográfica Espanhola: *Molienda*, ação de moer a cana-de-açúcar e o tempo que durava, também na Colômbia, Cuba, México, Peru e Venezuela. Corrales e Corbella[188] informam também que o termo foi usado nas Canárias, nos séculos XVI e XVII, na moenda da cana, tendo sido levado pelos mestres de açúcar para a América espanhola, denominando o moer e espremer a cana na produção açucareira transplantada para o novo mundo.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Engenho (da cana)*, com os sinónimos *moinho (da cana)* e *máquina (de moer cana)*[189]. **Canárias** – *Máquina*, *molienda*, *molino*, *molino de trapiche* e *trapiche*, na ilha de La Palma[190]. **Brasil** – *Moenda*, *moenda de lateral* e

[188] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[189] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[190] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

moenda do meio, *cevador de cana*, *engenho (de moer)*, *máquina*[191]. **Venezuela e Colômbia** – *Molino*[192].
Nota: Lambach[193] regista *moenda* como «peça ou conjunto de peças que servem para moer a cana». Ver **ENGENHO (DE AÇÚCAR)**.

NETA – espuma clara e fina retirada das tachas no fabrico do açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Morais Silva (1789 e 1813) averba a forma masculina *neto* como «adj. Limpo, sem defeito». Em Houaiss (2005), é um termo do Nordeste do Brasil, «nos engenhos de açúcar, escuma fina do melado», com etimologia de origem obscura.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – No Engenho da Calheta, Nunes[194] documenta o termo *espuma do mel*, denominando as escumas retiradas com a *escumadeira* das *tachas de cobre* de cozedura e concentração do mel de cana.
Nota: Nunes[195] documenta a forma *netas* na Madeira em 1587, indicando o sinónimo *escumas das tachas* (1514), por serem escumas claras da cozedura do sumo da cana, que eram aproveitadas para comer, ao contrário das anteriores que continham impurezas da cana, deitadas aos animais. Regista também a forma *nettas*, no Brasil, em Antonil (1711), e *nietas*, *netos* e *netas* nas Canárias. Nunes[196] informa que a palavra provém do latim *nitidu-*, "limpo, claro". Sobre o termo *neta*, Gonçalves[197] cita a definição de Rubim (1853), *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos diccionarios da lingua portuguesa*: «nos engenhos d'assucar, é a escuma mais fina que deita o melado quando ferve», explicando que a obra visa reunir brasileirismos de vários domínios, entre eles o do açúcar. Por isso, inclui 24 unidades terminológicas dos engenhos de açúcar.

PANELA – açúcar de cana integral, considerado de inferior qualidade por não ser purgado.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), *panela* «(Termo de engenho de açucar no Brasil). He huma especie de açucar, que se faz com o licor que sahe da parte inferior das formas, & este he açucar ainda mais bayxo que o que chamão

[191] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[192] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[193] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […], p. 142.
[194] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[195] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[196] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[197] GONÇALVES, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros […]», p. 297.

reespuma. *Vid*. Georg. Marcgrav.». Morais Silva (1789 e 1813) averba *panella* com a aceção de «Assucar panella, mais baixo que o reespuma». No *Infopédia*, açúcar panela é o «produto resultante da concentração e cristalização do sumo da cana-sacarina» (definição imprecisa).

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[198], *panela* provém do português e denomina o terceiro mel que dava um açúcar de inferior qualidade, pouco cristalizado, feito em formas de açúcar, ou seja, coalhado num recipiente em forma de vaso. Informam encontrar-se com este significado na Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Venezuela. Os autores referem que *azúcar panela* ocorre como sinónimo de *netas*, tendo ido das Canárias para a América espanhola. Acrescentam que também é denominado *azúcar preto*, açúcar sem purgar também chamado *raspadura*. Informam que em Cuba é *rapadura*, sendo o mesmo *azúcar moreno* ou *azúcar preto* sem refinar, com diferentes formas. Documentam que também é registado como *raspadura* em Cuba, Equador e Venezuela. Averbam ainda as denominações *dulce* e *rapadura* em Honduras, *panocha* no México e *papelón* na Venezuela, onde também é uma guloseima feita de *panela* com coco e outros ingredientes. Mencionam os nomes *chancaca* ou *piloncillo de azúcar* em bruto ou mascabado, no México, geralmente em forma de pães circulares, como doce usado pela população pobre, em vez do açúcar, por ser mais barato. Referem que a este se pode juntar anis ou nozes, como guloseima. Documentam ainda o nome *azúcar morena* não refinado na Colômbia, como *piloncillo de azúcar* em bruto ou mascavado, sem purificar nem clarificar, obtido do mel da cana.

Nota: Segundo Nunes[199], *panela* é um termo da primitiva produção açucareira madeirense, que denominava o açúcar feito do mel de cana depois de extraído da purga do açúcar nas formas, cristalizado num recipiente chamado *panela* (que deu nome a esse tipo de açúcar por metonímia). Nunes[200] documenta a forma *panela de açúcar* a par de *panela*, tratando-se de um açúcar que era considerado de inferior qualidade porque não era purgado. Atualmente, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, este tipo de açúcar é denominado *açúcar de terra*, sendo produzido de forma artesanal e rudimentar, também designado *açúcra preta* e *açúcra de mel* em Cabo Verde. No Brasil, atualmente, encontram-se diferentes denominações para designar o *açúcar de panela*, nomeadamente *açúcar bruto*, *açúcar mascavo*, *açúcar grosso*, *açúcar*

[198] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[199] NUNES, 2012, «A Contribuição da Linguística para o Estudo da Rota e da Terminologia Açucareiras […]».
[200] NUNES, 2001, «A Terminologia Histórica do Açúcar […]».

embolado, *açucão*, *açúcar esfregado* e *açúcar batido*. Nunes[201] refere Pérez Vidal[202] que diz ser um portuguesismo levado da Madeira para as Canárias e daqui para a Andaluzia e América espanhola. Atualmente, este termo desapareceu da Madeira, das Canárias e do Brasil. Nunes[203] informa que, na Venezuela e na Colômbia, *panela* é sinónimo de *papelón* («panela de jugo de caña»), sendo açúcar bruto com grande quantidade de mel. Ainda na Colômbia, ocorrem os termos *aguamiel* ou *aguapanela* para designar uma bebida doce composta de água fervida e *panela* (que no Brasil é *rapadura*). A denominação *raspadura* (*de panela*) corresponde à forma portuguesa *rapadura*, ocorrendo com a adição do complemento determinativo *de panela*. Nunes[204] indica que *panela* é a forma reduzida do antigo termo da produção açucareira madeirense *açúcar de panela*, ou seja, é o açúcar não purgado, que era feito a partir do mel ou do remel, cristalizado num recipiente denominado *panela*. Regista as formas: *paneles*, *azúcar de panela* e *panela*. Hoje, no Brasil, *rapadura* equivale ao termo *panela* na América Espanhola. Na Venezuela, *papelón* ou *panela* é o açúcar mascavado solidificado em pequenas formas quadrangulares, podendo também ser feito com forma arredondada, por exemplo no Equador, sendo denominado *piloncillo* ou *azúcar moreno*. Pode ainda ser *panela raspada*, vendida como açúcar de cana sem refinar, ou seja, açúcar mascavado, também chamado *panela*. Ou seja, a *panela* solidificada pode ser raspada e usada, por exemplo, para adoçar o café ou para outros fins, sendo vendida como açúcar mascavado. No Brasil, a este açúcar mascavado cristalizado em pequenos moldes quadrados de madeira chama-se *rapadura*. Corbella[205] refere a forma *paneles* no ano 1508 nas Canárias, como adaptação de *açucar de panella*, primeira atestação histórica documentada na Madeira no ano 1452. Informa que, na América espanhola, *rapadura* e *raspadura* é *panela*, enquanto açúcar mascavado em forma de pães. Acrescenta que, atualmente, na Venezuela, o termo *panela* refere o açúcar escuro pouco elaborado, cristalizado em moldes quadrados de madeira (tal como a *rapadura* no Brasil), enquanto o termo *papelón* é atribuído ao mesmo açúcar escuro não purgado com forma cónica. Ver **AÇÚCAR (DE) PANELA**, **AÇÚCAR MASCAVADO**, **PANELA** e **RAPADURA**.

[201] NUNES, 2007, «Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira […]».
[202] Pérez Vidal, 1991, *Los portugueses en Canarias* […].
[203] NUNES, 2006, «A terminologia ibero-americana do açúcar de cana […]».
[204] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».
[205] CORBELLA, 2019, «Construyendo la memoria: el origen madeirense de la terminología azucarera atlántica».

PÃO DE AÇÚCAR – o açúcar de forma cónica retirado das formas de açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Morais Silva (1813), na entrada lexical *forma*, regista o termo *assucar em pão*, que se retira da forma, sendo sinónimo de *pão de açúcar*. No Houaiss (2005), sem datação, *pão de açúcar* surge dentro da entrada lexical *pão*, sendo definido como «açúcar cristalizado, colocado em formas ger. cónicas»; no Nordeste do Brasil, «nos antigos engenhos, açúcar arrefecido e clareado, depositado em formas longas para tomar consistência». O *Infopédia* regista o termo *pão de açúcar* como subentrada de *Açúcar*, «porção de açúcar cristalizado, na forma de um tronco cónico».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[206], não ocorre a entrada lexical *pan de azúcar*, mas este termo surge na definição de *forma*: «forma, horma (del port.) f. molde cónico de barro cocido, com un agujero en el vértice, empleado para elaborar los panes de azúcar». No singular, é documentado na informação «en el que se elaboraba antiguamente el azúcar y hoy se hace el *pan de azúcar* o *panela*».
Nota: A documentação da América espanhola[207] dá-nos informações importantes sobre a produção de *panela* (açúcar não purgado ou mascavado), como sinónimo de *pan de azúcar*. Por exemplo, na Colômbia, ainda ocorre o termo *pan de azúcar* («bloco de azúcar en forma de obus»), denominando o açúcar depois de retirado das formas de barro cónicas. Ver **FORMA DE AÇÚCAR** e **PANELA**.

PAROL – recipiente que recebe o sumo da cana-de-açúcar na moenda.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Morais Silva (1813), «coche grande, onde se ajunta nos engenhos o caldo, ou suco da canna açucareira, ou o melado; parol de caldo, do mel da canna». No Houaiss (2005), *parol* surge datado de 1813, como termo do Brasil, usado nos engenhos de açúcar, enquanto cocho de madeira que serve como recipiente para receber o caldo da cana saído da moenda. Informa que, em Minas Gerais, é um tonel de aguardente. Fornece a etimologia do espanhol, *perol* – tacho ou vasilha esférica de metal.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Tanque da garapa*, *poço da garapa* e *tina da garapa*[208]. **Brasil** – *Parol*, *cocho*, *tina de madeira*, *pipa de madeira* e *panelão*[209].

[206] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 501.
[207] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[208] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[209] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Nota: Houaiss (2005) indica como primeira datação do termo Morais Silva (1813). Termo não registado na documentação lexicográfica espanhola consultada, nem na documentação oral contemporânea das Canárias e da Venezuela e Colômbia[210]. Ver **MOENDA** e **ENGENHO**.

PONCHA – Bebida feita à base de aguardente de cana, com outros ingredientes.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Morais Silva (1789), *pónche*, «bebida constituída por mistura de limonada, aguardente e urraca». Em Morais Silva (1813), *ponche* «limonada, a que se ajunta agua ardente, ou urraca». No Houaiss (2005), *ponche*, com a datação de 1750, é uma «bebida alcoólica feita com aguardente, rum ou conhaque, a que se acrescentam limão, chá, açúcar, etc. No Brasil, bebida ger. de baixo teor alcoólico, feita com vinho, água e frutas picadas. Etim. ing. *punch* (1632), 'espécie de bebida', do hind. *panch*». No *DLP*-ACL, surge como «Regionalismo (Madeira) bebida feita de aguardente, mel e sumo de limão. De *ponche*». No *Priberam*, também «Portugal – Madeira – bebida composta de rum ou aguardente, mel de abelhas, suco e casca de limão». No *Infopédia*, é igualmente definida como «Bebida típica da Madeira, preparada com aguardente, mel e sumo de limão, atualmente também servida com outros sumos de fruta. De *ponche*».
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Poncha*[211]. **Canárias** – *Ponche*[212].
Nota: O *TLCA* não regista a palavra *ponche*. Os dicionários contemporâneos registam o termo madeirense. Termo que não ocorre na documentação oral contemporânea recolhida no Brasil, Venezuela e Colômbia. Ver **AGUARDENTE DE CANA**.

PURGADOR – trabalhador responsável pela purga do açúcar nos engenhos.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Morais Silva (1813), «Oficial que purga os assucares nos engenhos, e casas de purgar». Em Houaiss (2005), com a datação de 1813, «que ou o que purga; Brasil, que ou aquele que purga o açúcar nos engenhos».
Nota: Houaiss (2005) indica como primeira atestação do termo Morais Silva (1813). Termo não registado no *TLCA*, nem na documentação oral contemporânea da Madeira, Canárias, Brasil, Venezuela e Colômbia. Ver **CASA DE PURGAR** e **PURGAR**.

[210] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[211] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[212] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

PURGAR – Purificar o açúcar de cana, separando-o do mel.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Morais Silva (1813), «Purgar o assucar, consiste em fazelo ficar branco, para o que se cava o que está nas formas, e abre o furo que ellas tem por baixo para escorrer o mel, e depois tornando a *entaipar-se* com um pequeno pilão, se bota na cara barro bem fino amassado com agua, a qual filtrando-se, e coando-se pelo barro lava o assucar, escorrendo o mel impuro pelo fundo, e esta operação se faz duas vezes». Em Houaiss (2005), datado do séc. XIII, «tornar puro; livrar-se das impurezas; depurar; purificar; limpar». No *Infopédia*, o termo também é definido como «Purificar, eliminando as impurezas; limpar», já sem referência ao açúcar.
Nota: Termo não registado no *TLCA*, nem na documentação oral contemporânea da Madeira, Canárias, Brasil, Venezuela e Colômbia. Os dicionários contemporâneos já não referem o ato de purgar o açúcar. Ver **CASA DE PURGAR** e **PURGADOR**.

RAPADURA – Crostas caramelizadas, rapadas das tachas de concentração do mel em açúcar. No Brasil, produto resultante da concentração de açúcar mascavo, solidificado em pequenas formas de madeira.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) averba *rapadura* como «o que se tira rapando» e Morais Silva (1789) regista a mesma definição. Na sua edição de 1813, acrescenta: «massa dura de assucar ainda não purgado, ou de mascavado coagulado, na qual se lanção amendoins, usada no Brasil, talvez sem os amendoins: são costras grossas do assucar pegado aos tijoulos das tachas, que se raspão para se guardar, ou misturar, e desfazer em mel mascavado». Houaiss (2005) data a primeira atestação do termo *rapadura* de 1720, de *rapado* + *-ura*, «acto ou efeito de rapar; rapadela»; no Brasil, «açúcar mascavado solidificado em forma de um pequeno tijolo». No *DLP*-ACL, é «o que se extrai, depois de rapar qualquer coisa. Restos que ficam colados às paredes de um recipiente. Brasil – açúcar não refinado, solidificado em quadrados». No *Priberam*, «Brasil – açúcar mascavado em forma de pequenos ladrilhos». No *Infopédia*, também com marcação geográfica, «Brasil – doce consistente em forma de pequenos tijolos, preparado com o caldo obtido da cana-de-açúcar moída, depois de fervido, moldado e seco».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[213], «do port. costra acaramelada que se raspaba de la caldera o tacho en que se condensaba el jugo de la caña de azúcar. Tb. la dulce de miel de caña y gofio, que suele ser de figura cónica. Lo mismo o similar en Arg., Col., C. Rica, Ec., Guat., Hond., Méx., Nic., Par. y Ur.». Corrales e Corbella[214] indicam tratar-se de uma forma do léxico açucareiro das Canárias, recebido da ilha da Madeira e transplantado para a América. Mostram como o termo se confunde com *panela* na Colômbia e *papelón* na Venezuela, enquanto massa de açúcar saturada de mel, *azúcar moreno* chamado também *panela dulce*. No México, *piloncillo* e, na Venezuela, *papelón* ou *meladura de caña de azúcar*.

Doc. Oral Contemporânea: Canárias – Em Nunes[215], atualmente, *rapadura (de miel)* é o doce típico da ilha de La Palma, a mais conservadora e com mais influência madeirense. **Brasil** – Em Nunes[216], *rapadura* é o *açúcar mascavo* solidificado em formas de pequenos ladrilhos de madeira, sendo de fabrico artesanal: *rapadura batida*, menos consistente e de cor mais clara por ser batida, também chamada apenas *batida* (aproximando-se do *alfenim*), e *rapadura dura*, sinónimo de *puxa*, *rapadura puxa* e *quebra-queixo*, distinguindo-se da *puxa-puxa* que é mais mole. **Venezuela e Colômbia** – Na Colômbia, *raspadura* e *raspadura de panela*, chamada *papelón* na Venezuela[217].

Nota: Nunes[218] averba o termo que recolhe em documentação histórica madeirense datada de 1523: «caixas de rapaduras», com o significado de «rapas doces retiradas da tacha de solidificar o açúcar». Na documentação oral contemporânea das Canárias, Nunes[219] documenta o termo *rapadura (de miel)*, na ilha de La Palma, com o complemento determinativo *de miel*, indicando ser de açúcar com mel de cana. Nunes[220] explica que é feita com diferentes ingredientes num molde pequeno de forma cónica, como as antigas formas de açúcar. Corbella[221] refere *rapadura* com a

[213] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*, p. 886.
[214] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[215] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[216] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[217] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[218] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[219] NUNES, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira […]».
[220] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[221] CORBELLA, 2019, «Construyendo la memoria: el origen madeirense de la terminología azucarera atlântica».

datação de 1720, como brasileirismo em Bluteau (1712-1721) e Morais Silva (1813), definida como «açúcar mascavo solidificado em forma de pequeno tijolo». Na América espanhola, o açúcar bruto de cor morena, por estar saturado de mel, denominado *rapadura* ou *raspadura*, tornou-se sinónimo de *panela* ou *papelón*. Na Venezuela, o termo *papelón* é atribuído ao açúcar escuro, não purgado, de forma cónica, embrulhado em folhas de cana; e o termo *panela* denomina o açúcar cristalizado em moldes quadrados ou formas de madeira quadrangulares. Santamaría[222] informa que os termos *rapadura* e *raspa*, no México, são sinónimos de *piloncillo* e, na Bolívia, designam um bolo de mel de cana. Por sua vez, Malaret[223] indica que os termos *rapadura*, *raspa* e *raspadura* denominam o açúcar mascavado ou moreno sem refinar e o açúcar que fica colado às tachas, nos trapiches da América espanhola onde há produção açucareira. Nunes[224], em Cabo Verde, encontrou os termos *raspa* (forma derivada regressiva de *raspar*), *çucrinha* (forma derivada de *açúcar*, com o sufixo diminutivo *-inha* e queda do *a-* inicial), *cocorota* e *caramelo*, atribuídos ao mesmo conceito. Nunes[225] informa que no Brasil, nomeadamente no Nordeste, o termo *rapadura* adquiriu um novo significado, denominando o açúcar não purgado, considerado de inferior qualidade, que deixou de ser um subproduto do açúcar, sendo açúcar mascavado coagulado em pequenos ladrilhos de madeira, resultante de um processo de fabrico tradicional. Acrescenta que Pérez Vidal[226] corrobora que *rapadura* é a crosta caramelizada residual que se raspa das vasilhas de cozedura do sumo da cana, indicando que, no Brasil, coincide com a aceção cubana de *raspadura*. Afirma ser um portuguesismo da Madeira nas Canárias e na América, tendo sido erradamente considerado um americanismo pela sua grande extensão naquele continente. Nunes[227], a partir da documentação oral sobre a produção açucareira tradicional recolhida nas Canárias, em S. Tomé e Príncipe e no Brasil (em diferentes Estados), regista três diferentes aceções de *rapadura*, além de especificações de vários tipos de rapaduras e de uma variante no modo de fabrico e de consumo, denominada

[222] SANTAMARÍA, 1942, *Diccionario General de Americanismos*, vol. III, p. 15.
[223] MALARET, 1946, *Diccionario de Americanismos*, pp. 703-705.
[224] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[225] NUNES, 2006, «A terminologia ibero-americana do açúcar de cana […]».
[226] PÉREZ VIDAL, 1991, *Los portugueses en Canarias* […].
[227] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

raspa do tacho (em Santo António da Patrulha, no Rio Grande do Sul). Gonçalves[228] refere a ocorrência do termo *puxa-puxa*, no dicionário de Beaurepaire-Rohan (1889), definido como o «melaço grosso a ponto de ficar em pasta, e poder ser manipulado como a alféloa, em que operação alveja, ainda que seja de cor escura». O dicionário regista também o nome *cocada*, «doce secco, dividido em talhadas, feito de coco ralado e assucar branco», e *cocada puxa* com a marcação diatópica Bahia, explicando que «é a mesma cocada preparada, porém, com assucar mascavo ou melaço, e da consistência de alféloa»[229]. Nunes[230] documenta a existência da variedade chamada *rapadura serenta*, por sua vez mais mole do que a dura e mais condensada do que a *puxa*. No Rio Grande do Sul, registou a denominação *raspa do tacho*, feita num tacho e vendida quente, sendo «melado batido com amendoim». Vasconcelos[231] refere que, na comunidade açucareira de Catolé da Rocha (Paraíba), «o café é largamente consumido, tendo muitas famílias o hábito de adoçá-lo com *rapadura raspada*, em substituição do açúcar». Sobre o fabrico de *rapadura* nos engenhos, informa que o *caldo da cana* passa por várias caldeiras, sendo adicionada água de cal nas primeiras para retirar as impurezas. A espuma retirada serve de alimentação para o gado. Depois do cozimento, é esfregado em grandes vasilhames de madeira, com uma pá de madeira. Quando está no ponto, é colocado nas *formas de rapadura* (também de madeira). Menciona que, quando a massa das *rapaduras* já está seca desprende-se das formas. Acrescenta que a *rapadura* é o produto base dos estabelecimentos de cana-de-açúcar. É um produto vendido para os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Documenta ainda que fazem *rapadura batida* ou *batida* e *alfenim*, em que apenas o ponto de cozimento é diferente, tendo erva doce como tempero. A *rapadura batida* é assim chamada porque bate-se a massa com uma colher pequena de madeira. Depois de seca nas pequenas formas de madeira, é embrulhada em palha seca de bananeira. Vasconcelos[232] escreve que o fabrico da *rapadura* na comunidade açucareira de Osório, no Rio Grande do Sul, é idêntico ao da Paraíba. A diferença é que as *rapaduras* são mais flexíveis e são embaladas em palha de milho ou em plástico. Ver **AÇÚCAR MASCAVADO**, **AÇÚCAR (DE) PANELA** e **PANELA**.

[228] GONÇALVES, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros […]», p. 302.
[229] GONÇALVES, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros […]», p. 301.
[230] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[231] VASCONCELOS, 1981, *O Léxico da Cana-de-Açúcar* […], pp. 78-83.
[232] VASCONCELOS, 1981, *O Léxico da Cana-de-Açúcar* […], pp. 98-99.

Fotografia 3 – *Rapadura* em *formas de rapadura*, Bahia, Brasil (2006)



Fonte: Nunes, 2010, *Outras Palavras Doces*.

RASPADURA – açúcar raspado das tachas de concentração do sumo da cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Em Bluteau (1712-1721), *raspadura* é «a acção de raspar», tal como em Morais Silva (1813) *raspadura* é «o acto de raspar». Em Houaiss (2005), *raspadura* data de 1720, enquanto «acto de raspar; raspa, raspagem. Conjunto de raspas que se tira raspando».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Corrales e Corbella[233] registam a forma *raspadura*: «azúcar moreno que queda pegado en las pailas de los trapiches. Lo mismo o similar en Bol., Col., C. Rica, Cuba, Ec., Guat., Méx., Nic., Pan., Perú, P. Rico, R. Dom. y Ven.». Sobre a documentação das Canárias, escrevem: «A la palabra española *raspadura* se le añadio el valor azucarero proprio de la portuguesa *rapadura*, de modo que se creó asi un doblete que, como la mayoría de la nomenclatura azucarera pasó al español americano». Para a documentação americana, indicam: «en vários países americanos se utiliza *raspadura* tanto para el azúcar que queda pegado en las paredes de las pailas como para el dulce que se elabora con miel de caña, a diferencia de Canarias, donde *raspadura* es sólo un término azucarero histórico, hoy prácticamente sin uso».

[233] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 802.

Nota: A semelhança entre *rapadura* e *raspadura* parece residir no facto de o ato de *rapar* ou *raspar*, por metonímia, ter dado nome ao produto rapado. Forma não registada na documentação oral contemporânea da Madeira, Canárias, Brasil, Venezuela e Colômbia. Ver **RAPADURA**.

REMINHOL – recipiente usado nos engenhos para transferir o sumo da cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) averba a forma *remilhão* como «Termo de engenho de açucar, no Brasil. Grande colher de cobre», no plural *remilhões*, citando George Marcgrave. Morais Silva (1813) documenta *reminhól* como «colher còva grande, encavada em páo, usada nas casas de caldeiras dos engenhos d'assucar». Houaiss (2005) data o termo de 1813, no Brasil, «nos engenhos, grande colher de cobre com um cabo de madeira, us. para tirar do tacho o melado quente ou mexer o açúcar nas casas de caldeiras», com a variante *rominhol*. No *Priberam*, «Reminhol – Brasil – colher grande para mexer o açúcar nos engenhos ou para tirar o melado do tacho = Rominhol». No *Infopédia*, «Grande colher de cobre ou outro material, com que se retira o melado e se mexe o açúcar nos engenhos».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[234], *remillón* é a adaptação do português *reminhol* ao espanhol, definido como colher ou recipiente de cobre usado nos engenhos para transferir o caldo ou sumo da cana. Explicam que a palavra portuguesa se adaptou facilmente ao espanhol como *remiñol*, tendo passado das Canárias para a América espanhola. Os autores informam que o termo existe na Colômbia, Porto Rico e Venezuela.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Vasilha*[235]. **Brasil** – *Reminhol* com a variante *rominhol*[236].
Nota: Houaiss (2005) indica como primeira atestação da palavra o dicionário de Morais Silva (1813). De acordo com Nunes[237], na Madeira, a primeira atestação da palavra data de 1535, com a forma plural *raminhois*. Recolhe a forma *reminhola* na documentação oral da ilha de Santiago, em Cabo Verde, enquanto recipiente com que se retira o mel da tacha. Nunes[238] atesta também a forma *reminhola* na ilha de S. Tomé, em S. Tomé e Príncipe. Ver **CALDO (DE CANA)** e **ENGENHO**.

[234] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.
[235] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[236] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[237] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[238] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Fotografia 4 – Escumadeira e *reminhola*, Ilha de Santiago, Cabo Verde (1999)



Fonte: Nunes, 2003, *Palavras Doces*, p. 250.

SAFRA – Colheita da cana-de-açúcar.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) averba *safra* com a aceção de colheita, referindo a safra de azeitona. Morais Silva (1789 e 1813) define *safra* como «bigorna de ferreiro» e «novidade», dando como exemplos «de azeitona, de assucar». Em Houaiss (2005), com datação do século XV, é o «conjunto dos produtos agrícolas de um ano, colheita», de origem obscura.

Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[239], *zafra* provém do português da Madeira, enquanto colheita da cana-de-açúcar e espaço de tempo em que se realizava a moenda e se transformava o sumo em mel e açúcar (o mesmo na Argentina, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Porto Rico, República Dominicana e

[239] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canario-Americano*.

Uruguai). Os autores explicam que a palavra desapareceu do léxico das Canárias com este significado, após a transladação da indústria açucareira para a América.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Corte da cana*, *soca da cana*, *poda da cana* e *apanha da cana*, com a variante *apanhada da cana*[240]. **Canárias** – *Zafra (de la caña)* e *corte de caña*[241]. **Brasil** – *Colheita*, *safra*, *roça* e *corte de cana*[242].
Nota: Em Nunes[243], não ocorrem registos para a Venezuela e a Colômbia. Ver **CANA-DE-AÇÚCAR** e **ENGENHO**.

SOCA DA CANA – parte da raiz da cana que fica na terra, depois do corte.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Morais Silva (1789) averba *soca* explicando que «no Brasil, planta-se a cana de assucar, e a primeira producção se diz *planta*; cortada ella dos pés, que ficão em terra brota outra novidade que se diz *sóca*; e desta cortada torna a brotar a *resóca*». Na edição de 1813, apenas acrescenta «outra novidade, ou *folha*, que se diz *sóca*». Houaiss (2005) data a palavra, na língua portuguesa, de 1635, como termo informal para rizoma ou caule subterrâneo. Indica a data de 1711 no Brasil, como rebento após o primeiro corte da cana-de-açúcar, remetendo para *planta*, *ressoca* e *contra-soca*. Com origem controversa, provavelmente do tupi "soka", quebrar partir; segunda produção de cana-de-açúcar. No *DLP*-ACL, é um termo do «Brasil – segunda produção da cana-de-açúcar, depois de cortada a primeira». No *Priberam* e no *Infopédia*, também no «Brasil – cana-de-açúcar que brota depois do primeiro corte e que dá segunda novidade», ou seja, «segunda produção da cana-de-açúcar».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[244], *zoca* é o «toco da cana-de-açúcar depois de cortada», sendo uma adaptação do português. Informam que, na Colômbia, Cuba, México e Venezuela, é uma palavra da terminologia açucareira transplantada para a América.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Soca de cana*, *soqueira de cana*, *toiceira de cana*, *raiz de cana*, *troça da cana*[245]. **Canárias** – *Zoca*[246]. **Brasil** – *Brota*[247].

[240] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[241] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[242] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[243] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[244] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[245] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[246] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[247] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Nota: A data de 1711, indicada no Houaiss (2005), como primeira atestação da palavra no âmbito da produção de açúcar no Brasil, refere-se à obra de Antonil. Porém, Nunes[248], na documentação histórica da cultura açucareira na Madeira, encontrou a forma *çoca* em 1494, que Corbella[249] também recolheu nas Canárias. Logo, o vocábulo terá sido levado da Madeira (onde ainda existe) para o Brasil. Nunes[250] não regista denominação para o conceito na Venezuela e na Colômbia. Ver **CANA-DE-AÇÚCAR**.

TACHA – Recipiente usado no processo de concentração do mel até o ponto de açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) regista *tacha* na entrada *Engenho* com a forma «Tachas. Nos engenhos de açucar do Brasil são huas caldeyras de differente figura, & grandeza, que tem varias serventias. Ha tacha de receber, tacha de cozer, tacha de bater, etc. E o succo cozido de que se faz a Garapa, se chama *Agua de tachas*», referindo Marcgrave (1648). No Houaiss (2005), surge com a datação de 1721, no Brasil, remetendo para Bluteau, «o mesmo que *tacho* (com alteração da vogal temática *-o* em *-a*)». No *DLP*-ACL, *Priberam* e *Infopédia*, é um termo do «Brasil – tacho de grandes dimensões nos engenhos de açúcar».
Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[251], *tacha* provém do português e é o recipiente, ou «paila grande», em que se acabava de cozer o melado e se dava o ponto de açúcar. Referem existir na República Dominicana e Venezuela, sendo variante de *tacho* (forma masculina de *tacha*) no fabrico do açúcar em Cuba e Porto Rico. De acordo com a documentação consultada, os autores indicam que *tacho* é mais usado do que *tacha* na América, nomeadamente na Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, Panamá, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela. Informam que não encontraram a forma *tacho* na documentação das Canárias, mas sim *tacha* com o sentido de «paila grande». Afirmam que se propagou da Andaluzia para Portugal (Madeira) e daqui para as Canárias e a América.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Tacha de cobre*, *tacha do mel* e *tina do mel*[252]. **Canárias** – *Tacho*[253]. **Brasil** – *Tacho, tacho de cobre, tacha da boca*, *tacho do ponto*, *tacho de melado*, *fornalha*, *forno (de melado)* e *apurador*[254]. **Venezuela e Colômbia** –

[248] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[249] CORBELLA, 2019, «Construyendo la memoria: el origen madeirense […]».
[250] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[251] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[252] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[253] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[254] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Tacho denomina o evaporador a vácuo, no qual se realiza a cristalização do açúcar, na atual produção açucareira industrializada[255].
Nota: Bluteau (1712-1721) documenta várias denominações das tachas nos engenhos do Brasil, assim como a palavra *garapa*. Morais Silva (1789 e 1813) não documenta a aceção açucareira da palavra *tacha*. Esta, enquanto terminologia açucareira, passou da Madeira para as Canárias, ou seja, do português para o espanhol. No Brasil, Lambach[256] define *tacho de fermentação* como caixa de fermentação do caldo para fazer aguardente ou cachaça. Ver **CALDEIRA**, **ENGENHO** e **TACHEIRO**.

TACHEIRO – Trabalhador responsável pela cozedura do mel de cana.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: No Houaiss (2005), termo do Nordeste do Brasil, «nos engenhos de cana-de-açúcar, auxiliar do mestre-de-açúcar encarregado das tachas. Aquele que produz e/ou conserta tachas, tachos. De *tacho* + *-eiro*».
Doc. Lexicográfica Espanhola: De acordo com Corrales e Corbella[257], *tachero* provém do português *tacheiro*, denominando o trabalhador que separa o mel do açúcar na casa de purgar e é responsável por voltar a cozer o mel não cristalizado, na elaboração do açúcar, obtendo o remel. Informam que, na América, o termo encontra-se sobretudo no Caribe, existindo na Costa Rica, Cuba, México e República Dominicana.
Doc. Oral Contemporânea: Madeira – *Homem do mel*, *cozedor do mel* e *trabalhador do mel*[258]. **Canárias** – *Tachera*[259]. **Brasil** – *Mestre do cozimento* e *caldeireiro*[260].
Nota: Em Nunes[261], não ocorre o termo *tachero*, na atual produção açucareira industrializada da Venezuela e da Colômbia. Ver **TACHA** e **ENGENHO**.

TAREFA – Medida de capacidade usada no transporte da cana-de açúcar.
Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) averba *tarefa* informando que «nos Engenhos de açucar, he o espaço de terra em que cabe toda a cana, que num dia natural póde ser moída». Em Morais Silva (1789), *tarefa* é a «porção de trabalho, e obra que se deve acabar dentro de certo tempo. Nos engenhos de assucar, he a porção de cana que se moe em hum dia». Morais Silva (1813) acrescenta:

[255] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[256] LAMBACH, 2002, *Vocabulário da Cachaça* […], p. 149.
[257] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[258] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[259] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[260] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[261] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

«na Bahia chamão uma *taréfa de canna* a planta, que ocupa terra de trinta brassas em quadro, e são de ordinario cinco carros de semente plantados à enxada, ou seis de arado, tem *tantas tarefas de regos* (planta nóva) ou de sócas, são 900 braças de superfície, cujas cannas um engenho d'agua bom móedor moe em 24 horas». No Houaiss (2005), com a datação de 1619, qualquer trabalho. Em 1624, «quantidade de trabalho realizado ou a realizar dentro de um prazo determinado». Em 1696, no Nordeste do Brasil, «nos engenhos de açúcar, porção de cana que se mói num dia de trabalho». No *DLP*-ACL, é um termo do «Brasil – medida agrária equivalente a 4.356 metros quadrados, na Baía, 3.052 em Alagoas e Sergipe e 3.630 no Ceará, constituída normalmente por terras de cultivo de cana-de-açúcar à tarefa». No *Priberam*, é a «Porção de trabalho que se deve acabar num determinado prazo. Brasil – medida agrária», enquanto no *Infopédia* é apenas o «Trabalho que se deve fazer num determinado tempo».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[262], *tarea* é adaptação do português, enquanto medida de capacidade utilizada no transporte de cana-de-açúcar. Pertence à terminologia açucareira transplantada das Canárias para a América, sendo a quantidade de cana para moer, entre seis a oito caldeiras de sumo da cana para cozedura. Informam que o termo existe, com significados relacionados, em Costa Rica, Cuba, México, Paraguai, República Dominicana e Venezuela.

Nota: No Houaiss (2005), é um regionalismo do Nordeste do Brasil. Nunes[263] encontrou o termo em 1514, na Madeira. Também Corbella[264] o regista nas Canárias, o que prova não ser um brasileirismo. Nunes[265] não regista o termo na documentação oral contemporânea. Ver **CANA-DE-AÇÚCAR** e **ENGENHO**.

TEMPLA – Grau de consistência adequado que se dá no processo de fabrico do açúcar e do mel de cana.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Morais Silva (1813) regista *temple* com a aceção de «tempero, moderação».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[266], *templa* é a porção ou carga de garapa de uma cozedura ou meladura, que se evapora num tacho, para o fabrico de mel ou cristalização do açúcar. Referem que o termo e a aceção mantêm-se em Cuba, Honduras e Porto Rico. Indicam que, no processo de fabrico do açúcar,

[262] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[263] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[264] CORBELLA, 2019, «Construyendo la memoria: el origen madeirense […]».
[265] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[266] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.

este substantivo corresponde ao verbo *templar*. Os autores informam ainda que o vocábulo era considerado de Cuba, mas o *DRAE* de 1984 incluiu a sua localização geográfica das Canárias, localizando-o na América, em Cuba e no Porto Rico.

Doc. Oral Contemporânea: Canárias – Na ilha de La Palma, *templa de azúcar* e *templa de la miel*[267].

Nota: Nunes[268] não regista o termo na documentação oral contemporânea da Madeira, do Brasil e da Venezuela e Colômbia. Deste modo, a ilha de La Palma, nas Canárias, revela-se mais conservadora. Ver **TEMPERAR**.

TEMPERAR (O AÇÚCAR) – elaborar o açúcar com a consistência necessária à sua boa cristalização.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: *Temperar*, no Houaiss (2005), data do século XIII, sendo definido como «tornar mais brando ou fraco; […] misturar de forma equilibrada; […] submeter a tratamento com fogo ou calor, para reforçar a sua resistência. *Tempera* séc. XIV».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Segundo Corrales e Corbella[269], *templar* provém do português *temperar*, com o significado de elaborar o açúcar com as diferentes consistências necessárias para a sua boa cristalização, tendo o mesmo significado em Porto Rico e Venezuela. É um termo do léxico açucareiro que passou da Madeira para as Canárias e foi levado para a América.

Doc. Oral Contemporânea: Canárias – Na ilha de La Palma, *templar la miel* é dar-lhe a consistência necessária[270].

Nota: Nunes[271] não regista o termo na documentação oral contemporânea. Nunes[272] regista a forma *templar* nas Canárias. O mestre do açúcar era o responsável por temperar os açúcares. Ver **TEMPLA**.

TRAPICHE – moinho ou engenho de esmagar a cana-de-açúcar.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: Bluteau (1712-1721) averba *trapiche* com a aceção de «engenhos de açucar no Brasil, he a casa em que se recolhem as caixas de açucar, & he almazém de outros tratos». Acrescenta que

[267] NUNES, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira […]» e NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[268] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[269] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[270] NUNES, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira […]».
[271] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[272] NUNES, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico […]».

> «Trapiche he palavra Castelhana, & (segundo Cobarruvias no seu Thesouro) he o Engenho de Açucar […] he hua especie de moinho, que consta de hua mò, ou pedra redonda, de cinco até seis pés de diametro, cavada circularmente, & furada no meyo, como o eyxo de hua roda horizontal, em que dà a agoa com força, & faz andar à roda a dita, chamada por isso, volteadora, & serve de pizar a pedra metallica, que se tira da mina».

Em Morais Silva (1789 e 1813), *trapiche* é a «casa de guardar generos de embarque, com aparelho para carregar, e descarregalos dos navios». No Houaiss (2005), com a datação de 1583, é o «armazém onde são guardadas mercadorias destinadas à importação ou à exportação; armazém-geral», enquanto no Nordeste do Brasil é o nome de um «pequeno engenho de açúcar movido por bois (do esp. *trapiche* 1535, moinho de azeite, engenho de açúcar, alteração moçárabe do lat. *trapetus*, "moinho de azeitona", de origem gr. talvez de **trapetron* "moinho", derivado de *trapéo* "pisar a uva", f. hist. 1634 *trepiche*)». No *Priberam*, é um termo do Brasil e da Madeira, «pequeno engenho de cana-de-açúcar. Armazém onde se guardam mercadorias para embarque junto ao cais». Por sua vez, no *Infopédia*, é um «Armazém junto do cais para guardar géneros de embarque; alfândega. Madeira, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, pequeno engenho de açúcar movido a tração animal ou a motor. Do Castelhano *trapiche* engenho de açúcar».

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[273], *trapiche* é o moinho movido por animais para moer a cana-de-açúcar. O mesmo na Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico e Venezuela, segundo informações de dicionários hispano-americanos.

Doc. Oral Contemporânea: Canárias – *Trapiche*[274], na ilha de La Palma. **Venezuela e Colômbia** – *Trapiche*[275].

Nota: Nunes[276] não regista o termo na documentação oral contemporânea da Madeira. Nunes[277], nas Canárias, na ilha de Grã-Canária, documenta o nome *fábrica* e, na ilha de La Palma, o termo mais antigo *trapiche*, apesar das inovações técnicas. Trata-se de uma palavra do léxico açucareiro da Madeira e das Canárias que se diferencia de *engenho* pela força motriz ser de animais e não a água. No Houaiss (2005), com a aceção de engenho de açúcar rudimentar é regionalismo do Nordeste brasileiro, onde se conservou o seu significado primitivo. Pois, no Brasil, com o grande desenvolvimento dos engenhos e a exportação do açúcar para a Europa, passou a

[273] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*.
[274] NUNES, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira […]» e NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[275] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[276] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[277] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

denominar o armazém de mercadorias junto do seu porto de embarque. Inicialmente, o *trapiche* era constituído por uma mó de pedra vertical movida a tração animal, sendo uma adaptação mediterrânea do moinho da azeitona. Apenas os dicionários *Priberam* e *Infopédia* registam a existência do termo como regionalismo madeirense, mas como "pequeno engenho de (cana-de-) açúcar (movido a tração animal ou a motor)". Porém, a palavra já não tem o significado indicado, uma vez que o referente deixou de existir na Madeira, fixando-se como topónimo e, depois, por metonímia, passou a designar a casa de saúde mental construída no sítio do Trapiche, freguesia de Santo António, no Funchal. Na Venezuela e na Colômbia, conservou-se o termo *trapiche* para denominar os engenhos de açúcar, mesmo já industrializados[278]. Ver **ENGENHO** e **TRAPICHEIRO**.

TRAPICHEIRO – dono do trapiche ou trabalhador responsável pela moenda da cana no trapiche.

Doc. Lexicográfica Portuguesa: No Houaiss (2005), com a datação de 1836, «que ou aquele que é proprietário ou administrador de trapiche; que ou aquele que trabalha num trapiche. De *trapiche* + *-eiro*». No *Priberam*, *trapicheiro* «Que ou aquele que tem ou administra *trapiches*» e, no *Infopédia*, «Que ou aquele que administra ou guarda um *trapiche*. De *trapiche* + *-eiro*», sem indicação geográfica.

Doc. Lexicográfica Espanhola: Em Corrales e Corbella[279], indica-se que o termo *trapichero* tem pouca tradição de uso nas Canárias. Quanto à documentação americana, informam que a Colômbia, Cuba, México e Porto Rico são os quatro países onde o vocábulo ocorre. Os autores referem que Santamaría, no *Diccionario de Mejicanismos*, define *trapichero* como aquele que «gusta de andar en trapiches, más comumente, quién tiene trapiche».

Doc. Oral Contemporânea: Canárias – *Trapichero*, na ilha de La Palma, denominando o dono ou senhor de um trapiche[280]. **Colômbia –** *Trapichero*[281].

Nota: No Brasil, hoje, *trapicheiro* é o trabalhador dos armazéns (*trapiches*), por exemplo de café. Nas entrevistas realizadas na Venezuela, centradas na produção industrializada, não foram registados os termos *trapiche* nem *trapichero*. Na Colômbia, a par dos termos *trapiche* e *trapiches de hierro*, foi registado o termo *trapichero* para denominar a pessoa que trabalha nos *trapiches*. Ver **TRAPICHE** e **ENGENHO**.

---

[278] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[279] CORRALES e CORBELLA, 2010, *Tesoro Léxico Canário-Americano*, p. 1022.
[280] NUNES, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira […]» e NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[281] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

Discussão dos Resultados

A estruturação das entradas lexicais do glossário, apresentando a documentação lexicográfica portuguesa e espanhola consultada, seguida da documentação oral contemporânea registada na ilha da Madeira[282] e nas Canárias, Brasil, Venezuela e Colômbia[283], permite-nos constatar a transmissão e a evolução da terminologia açucareira no tempo e no espaço.

Alguns termos transplantados da cultura açucareira madeirense para as Canárias e levados para a América sofreram adaptações fonéticas e gráficas à língua espanhola, por exemplo: *caldeira* > *caldera*, *temperar* > *templar*, *engenho de açúcar* > *ingenio de azúcar*, *canavieiro* > *cañavero*, *caldeireiro* (de *caldeira*) > *calderero* (encarregado da cozedura do sumo da cana nas caldeiras), *tacheiro* (de *tacha)* > *tachero* (responsável pela cozedura do mel nas tachas), *escumeiro* (de *escuma ou espuma*) > *escumero* ou *espumero* (encarregado de retirar as escumas e rescumas das caldeiras, durante a cozedura do sumo da cana). Outros termos não precisaram dessa adaptação como: *lealdador* (de *lealdar*, trabalhador que examinava a qualidade do açúcar nos engenhos), *purgador* (de *purgar*, encarregado de purgar o açúcar) e *refinador* (de *refinar*, responsável por refinar o açúcar). Estas eram profissões especializadas, tratando-se de terminologia técnica ou nomenclatura de especialidade usada na atividade açucareira.

Confirma-se a existência de muitos termos da antiga produção açucareira madeirense, já desaparecidos da Madeira, ainda conservados nas regiões açucareiras estudadas, enquanto património linguístico-cultural do Atlântico, irradiado a partir da ilha da Madeira, através dos madeirenses que participaram na transplantação da cultura açucareira para as Canárias e o Brasil. Pois, as primeiras atestações atlânticas do léxico encontram-se na documentação histórica da Madeira[284], como é o caso dos termos: *trapiche*, *engenho, açúcar de panela*, *rapadura*, etc. Atualmente, o termo *rapadura* é comum às Canárias, ao Brasil e à América espanhola, com a forma *raspadura*, denominando um produto açucareiro tradicional, à base de açúcar mascavado, com diferentes denominações nacionais. Por sua vez, o *açúcar mascavado*, com a variante *açúcar mascavo* no Brasil, apresenta grande variação sinonímica na respetiva documentação oral contemporânea. A grande variedade de sinónimos existentes nos

[282] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.
[283] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[284] NUNES, 2002, *O Açúcar de Cana na ilha da Madeira* […] e NUNES, 2003, *Palavras Doces*.

vários Estados do Brasil reflete a importância do produto e a grande riqueza da língua falada em relação à documentação escrita e averbada nos dicionários.

Para alargar o âmbito ibero-americano deste estudo, incluiu-se referências à produção açucareira atual industrializada da Venezuela e da Colômbia, utilizando os dados recolhidos nestes países para o Projeto de Investigação denominado *Terminologia Açucareira Ibero-Americana*, nomeadamente a «Terminología actual del azúcar de caña en el occidente de Venezuela», recolhida por Melva Márquez Rojas, e a «Terminología azucarera colombiana», recolhida por Carlos Arturo Montoya[285]. Na Venezuela e na Colômbia, os dados recolhidos referem-se ao fabrico industrial, enquanto no Brasil foram recolhidos os termos da produção açucareira tradicional ou artesanal[286]. Porém, observa-se que, na Venezuela e na Colômbia, a par de denominações mais inovadoras, conservam-se termos açucareiros antigos como *trapiche*. Quando comparados com a terminologia açucareira atual das Canárias, apresentam muitos termos semelhantes, nomeadamente: *azúcar morena*, *bagacera*, *bagacillo*, *bagazo*, *cachaza*, *caldera*, *caldo*, *caña de azúcar*, *guarapo*, *jugo*, *melaza*, *primera miel*, *soca*, *tacho* e *zafra*.

Salienta-se o carácter mais conservador da terminologia açucareira recolhida na ilha de La Palma, nas Canárias, e na Venezuela e Colômbia, nomeadamente *maestro de azúcar*, *melado*, *trapiche* e *trapichero*, nomes da antiga produção açucareira mantidos nesses territórios, apesar das inovações técnicas. Na Colômbia, ocorrem ainda uma série de outros termos antigos que se encontram na documentação histórica da Madeira. Os mais curiosos são os nomes de doces de origem árabe, designadamente *alfandoque* ("pasta cuajada hecha con la melaza y otros ingredientes") e *alfenique* ("pasta de azúcar cocida y estirada en barras muy delgadas y retrocidas"), termo que também foi conservado no Estado de Pernambuco, no Brasil, nomeadamente em Triunfo, com a forma *alfenim*, designando a massa de açúcar que é estirada até ficar mais clara do que a *rapadura*, sendo conhecida como *rapadura puxa* ou *puxa-puxa* noutros Estados brasileiros. Além disso, registaram-se termos como: *azúcar rosado*, como sinónimo de *azúcar moreno* (que primitivamente denominava um tipo de açúcar utilizado na farmacopeia árabe, feito com água de rosas), e *azúcar candi*, que conserva o seu significado primitivo, denominando o açúcar com grandes cristais. Na Venezuela, *papelón* é "panela de jugo de caña" e *pan de azúcar* é o "bloco de azúcar en forma de obus". Este termo ocorre num relato de memória na Colômbia, designando o açúcar depois de retirado das formas de barro cónicas. Quanto a

[285] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[286] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.

raspadura (de panela), corresponde à forma *rapadura* no Brasil, termo conservado também na ilha de La Palma, nas Canárias, com alteração semântica, hoje um doce típico feito de *gofio* (farinha de cereais torrados) com mel de cana.

A complexidade da terminologia açucareira madeirense, espalhada por diferentes territórios atlânticos, está bem presente em termos como *panela*, *rapadura* e *açúcar mascavado* ou *mascavo* no Brasil. Estes três vocábulos surgem na documentação histórica da Madeira (séculos XV e XVI) e ainda continuam a ser usados, sobretudo na América latina. Trata-se de denominações que se distinguem e ao mesmo tempo se confundem do ponto de vista conceptual, apresentando algumas diferenças quanto à forma dos produtos. Destacam-se *açúcar mascavo* e *rapadura* que, no Brasil, têm muitos sinónimos e especificações de diferentes tipos e/ou variedades, tal como acontece com o termo *panela* na América espanhola.

A comparação da terminologia açucareira da Madeira, do Brasil, das Canárias e da América Espanhola (Venezuela e Colômbia) mostra que esta constitui um impor-tante património histórico e linguístico que importa conhecer e salvaguardar. Confirma simultaneamente a unidade e a diversidade linguística e cultural dos territórios açucareiros de língua portuguesa e espanhola, sublinhando o importante papel da ilha da Madeira nas conexões interlinguísticas nos dois lados do Atlântico.

Considerações Finais

A terminologia da cultura açucareira histórica e atual constitui um *continuum* sociocultural e linguístico ibero-americano. Os fatores linguísticos, neste caso lexicais, e extralinguísticos, nomeadamente históricos e geográficos da atividade açucareira no Atlântico correspondem aos intercâmbios culturais que levaram à adoção e adaptação da sua terminologia ao Novo Mundo. Por isso, a Madeira, as Canárias, o Brasil e a América espanhola são lugares de interconexões linguísticas e culturais à volta da cana-de-açúcar. A partir da Madeira, as denominações técnicas foram transmitidas às Canárias e chegaram à América latina. Algumas, no seu percurso atlântico, sofreram um processo de adaptação gráfica e fonética à língua espanhola ou ganharam um novo significado ao longo do tempo.

O estudo do léxico do açúcar e do seu percurso histórico e geográfico confirma a importância das ilhas na construção do mundo Atlântico, sobretudo da Madeira na sua ligação às Canárias, a Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil. As migrações humanas promoveram a transmissão e a conservação das técnicas e dos termos da

antiga produção açucareira, sobretudo na ilha de La Palma (nas Canárias), no Nordeste do Brasil, na Venezuela e na Colômbia. Nestes territórios ainda se encontram palavras como *panela*, *rapadura* e *trapiche*. Porém, os dicionários portugueses e espanhóis, enquanto repositórios do património lexical da cultura açucareira, apresentam os termos açucareiros como ibero-americanos (hispano-americanos e brasileiros).

Quando foram feitos os primeiros dicionários da língua portuguesa, com o grande desenvolvimento da produção açucareira no Brasil, desconhecia-se a sua origem madeirense. Por isso, ainda hoje, os termos da cultura açucareira madeirense, que foram levados pelos madeirenses para o Brasil, são considerados brasileirismos. O *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1721) de Raphael Bluteau regista os termos do açúcar com a marcação geográfica do Brasil, usando as informações de Marcgrave, *Historia Naturalis Brasiliae* de 1648. Com base no *Vocabulario* de Bluteau, Morais Silva publica, em 1789, a primeira edição do *Diccionario da Lingua Portugueza* (com segunda edição em 1813). Estes representam o início da dicionarização das palavras da cultura açucareira, já como terminologia de uma atividade técnica especializada do Brasil, mas são *madeirensismos* disseminados nos dois lados do Atlântico.

O dicionário de Morais Silva ainda serve de referência para os atuais dicionários, publicados tanto no Brasil como em Portugal, como é o caso do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Este, como se pode observar no glossário que consta deste estudo, é o mais completo por integrar informação histórica com datação das primeiras atestações das palavras no Brasil e a sua etimologia. Contudo, não regista, como deveria, na sua edição de 2005, publicada em Portugal, termos da cultura açucareira com referência à Madeira, de onde foram levados para o Brasil e onde ainda hoje existe.

Pretendeu-se mostrar a importância dos dicionários como repositórios lexicográficos e terminológicos neste caso da cultura açucareira da Madeira, Canárias, Brasil e América espanhola na interconexão de línguas e culturas. Verificou-se que falta a atualização de muitas informações nos dicionários atuais da língua portuguesa, em relação aos termos da cultura açucareira da Madeira que são *madeirensismos* levados para vários territórios do Atlântico e ainda hoje são considerados brasileirismos. Como ainda existe produção açucareira na ilha da Madeira, nomeadamente de aguardente e de mel de cana, os vocábulos regionais *aguardente de cana*, *poncha* e *bolo de mel* deverão constar dos dicionários do português europeu.

A documentação oral contemporânea, recolhida na ilha da Madeira, nas Canárias, em vários Estados do Brasil, na Venezuela e na Colômbia, mostra a riqueza

da variação terminológica existente não só entre diferentes línguas e variedades linguísticas, mas também a variação social entre termos mais técnicos e termos mais populares que denominam conceitos similares, sobretudo no Brasil. Muitos destes não se encontram dicionarizados, tratando-se de variação sinonímica mas também de especificações de significado que a recolha oral, através do trabalho de campo, permite registar. Por isso, procurou-se averbar a grande diversidade de termos, com as respetivas especificações, como no caso das variedades da *rapadura* e do *açúcar mascavado* ou *mascavo* no Brasil, que os dicionários não contemplam.

Na América latina, a cultura açucareira teve grande desenvolvimento com novos termos açucareiros resultantes do encontro dos portugueses e espanhóis com os escravos africanos e os povos indígenas, como será o caso do termo *garapa* em português para denominar o sumo da cana, *guarapo* em espanhol. No caso da palavra *trapiche*, de origem mediterrânea, sofreu alteração de significado no Brasil, passando a denominar as instalações de um porto de embarque de mercadorias. Também na Madeira, com a evolução técnica dos engenhos movidos a água, o termo fixou-se como topónimo, ganhando novos significados a partir deste, como casa de saúde mental.

Trata-se de um repertório lexical comum a vários territórios, o que se deve a fatores sócio-históricos, linguísticos e culturais da expansão da atividade açucareira no atlântico. Esta questão é ainda mais atual com o retorno de luso-venezuelanos e a consequente receção de léxico espanhol da Venezuela na Madeira, por exemplo *trapiche* para *engenho* e *panela* para *açúcar mascavado*. No caso de *panela*, *rapadura* no Brasil, hoje encontra-se este produto importado da Venezuela a ser comercializado na Madeira, dado o seu consumo pelos venezuelanos residentes na ilha. São palavras de torna-viagem, uma vez que partiram da ilha da Madeira para as Canárias e destas para a América espanhola.

Concluindo, os termos estudados neste trabalho são apenas alguns da vasta nomenclatura açucareira no Atlântico. A recolha de documentação oral contemporânea sobre a cultura açucareira nos diferentes espaços geográficos revela a grande riqueza dos termos, com as respetivas variantes e sinónimos, nas diferentes regiões, Estados e países latino-americanos. Os dicionários da língua portuguesa e espanhola averbam algumas destas palavras, documentando a sua unidade e diversidade linguística e sociocultural a nível nacional. No entanto, não registam a grande diversidade de denominações em uso, a nível local e regional, o que, como mostra este trabalho, só é possível aferir *in loco*, através de trabalho de campo.

Verificou-se que a ilha de La Palma nas Canárias, o Nordeste brasileiro e a Venezuela e a Colômbia serão os territórios que mais conservam os termos da antiga documentação histórica da Madeira, como é o caso de *rapadura*, *alfenim*, *panela* e *trapiche*. No português europeu, continua a faltar a inclusão dos termos da cultura açucareira madeirense no *Dicionário da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa.

Referências

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, s.d., *Dicionário da Língua Portuguesa*, disponível em https://www.acad-ciencias.pt/dicionario-da-lingua-portuguesa/, consultado em 2024-04-15.

ÁLVAREZ, Rosario (coord.), s.d., *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Portugués*, Santiago de Compostela, Instituto da Lingua Galega, disponível em http://ilg.usc.es/Tesouro, consultado em 2024-04-15.

CORBELLA, Dolores, 2019, «Construyendo la memoria: el origen madeirense de la terminología azucarera atlântica», in *LaborHistórico*, n.º 5 (Especial, 2), jul-dez., Rio de Janeiro, pp. 37-57.

CORRALES, Cristóbal e CORBELLA, Dolores, 2001, *Diccionario Histórico del Español de Canarias* (*DHECan*), La Laguna, Instituto de Estúdios Canarios.

CORRALES, Cristóbal e CORBELLA, Dolores 2012, «La aportación del portugués a la formación de la terminología azucarera», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, n.º 58, pp. 705-754.

CORRALES, Cristóbal e CORBELLA, Dolores, 2012, «Terminología azucarera canaria en América: el inventario del ingenio de Hernando Gorjón», in CORBELLA, Dolores e VIÑA BRITO, Ana (eds.), *La Ruta Azucarera Atlántica: Historia y Documentación*, Funchal / La Laguna, Centro de Estudos de História do Atlântico / Universidad de La Laguna, pp. 80-100.

CORRALES, Cristóbal e CORBELLA, Dolores, 2014, «Voces azucareras en De Materia Medica Novae Hispaniae», in *FORTVNATAE*, n.º 25, pp. 73-98.

CORRALES, Cristóbal, CORBELLA, Dolores e VIÑA, Ana, 2014, *Léxico azucarero atlántico (siglos XVI-XVII)*, San Millán de la Cogolla, Cilengua (Instituto Historia de la Lengua).

GONÇALVES, Maria Filomena, 2002, «Vocabulario Portuguez & Latino de Rafael Bluteau: aspectos da estrutura e da definição lexicográfica», in *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, pp. 399-410.

GONÇALVES, Maria Filomena, 2006, «A marca lexicográfica "termo do Brasil" no *Vocabulario Portuguez e Latino* de D. Rafael Bluteau», in *Alfa*, n.º 50(2), pp. 205-228.

GONÇALVES, Maria Filomena, 2012, «La terminología azucarera en Brasil: el testimonio de los lexicógrafos Rafael Bluteau y António de Morais Silva», in CORBELLA, Dolores e VIÑA BRITO, Ana (eds.), *La Ruta Azucarera Atlántica: Historia y Documentación*, Funchal / La Laguna, Centro de Estudos de História do Atlântico / Universidad de La Laguna, pp. 101-132.

GONÇALVES, Maria Filomena, 2016, «A "terminologia açucareira" em dicionários brasileiros da língua portuguesa: o Vocabulario Brazileiro (1853) e o Diccionario de Vocabulos Brasileiros (1889)», in COLUCCIA, Rosario, BRINCAT, Joseph M. e MOHREN, Frankwalt (éd.), *Actes du XXVIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Nancy, ATILF, pp. 293-304.

HOUAISS, António, 2005, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 18 vols., Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal, Lisboa, Temas e Debates.

LAMBACH, Jane Bernadete, 2002, *Vocabulário da Cachaça: Resgate e Memória*, Dissertação de Mestrado em Letras, Londrina, Universidade Estadual de Londrina.

MALARET, Augusto, 1946, *Diccionario de Americanismos*, Buenos Aires, Emecé Editores.

MARCGRAVE, George, 1848 [1648], *Historia Natural do Brasil*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

MORAIS SILVA, António de, 1789, *Diccionario da Lingua Portugueza Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro*, 2 vols., Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

MORAIS SILVA, António de, 1813, *Diccionario da Lingua Portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado*, 2 tomos, Lisboa, Typographia Lacerdina.

NUNES, Naidea Nunes, 2001, «A Terminologia Histórica do Açúcar nas Ilhas Atlânticas: Madeira e Canárias (séculos XV e XVI)», in *Les Îles Atlantiques: realités et imaginaire*, Actes du Colloque organisé par l'equipe ERILAR, Rennes, Université Rennes 2, pp. 139-161.

NUNES, Naidea Nunes, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico. Terminologia e tecnologia históricas e atuais da cultuara açucareira*, Tese de Doutoramento em Letras, Funchal, Universidade da Madeira.

NUNES, Naidea Nunes, 2003, *Palavras doces. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira do Mediterrâneo ao Atlântico*, Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico.

NUNES, Naidea Nunes, 2003, «O património linguístico-histórico-cultural do Engenho do Hinton», in *Património Cultural da Região Autónoma da Madeira. Livro Branco*, Gaula, ARCHAIS, pp. 95-102.

NUNES, Naidea, 2006, «A terminologia ibero-americana do açúcar de cana: diálogo de línguas e culturas», in CABRÉ, M. Teresa, ESTOPÀ, Rosa e TEBÉ, Carlos (ed.), *La Terminología en el Siglo XXI: Contribución a la Cultura de la Paz, la Diversidad y la Sostenibilidad. Actas del IX Simpósio Iberoamericano de Terminología*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, pp. 235-244.

NUNES, Naidea Nunes, 2006, «*Madeirensismos* na terminologia açucareira actual das Canárias», in *Estúdios Portugueses*. *Revista de Filologia Portuguesa*, n.º 6, pp. 45-56.

NUNES, Naidea Nunes, 2007, «Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (do século XV à actualidade)», in MURAKAWA, Clotilde Almeida Azevedo e GONÇALVES, Maria Filomena (org.), *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*, São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, pp. 189-233.

NUNES, Naidea Nunes, 2010, *Outras palavras doces. Glossário comparativo da actual terminologia açucareira no Atlântico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

NUNES, Naidea Nunes, 2011, «A Terminologia Açucareira Actual no Atlântico (Madeira, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil)», in REBELO, Helena (coord.), *Lusofonia Tempo de Reciprocidades*, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, pp. 139-161.

NUNES, Naidea Nunes, 2012, «A Contribuição da Linguística para o Estudo da Rota e da Terminologia Açucareiras: do Mediterrâneo ao Atlântico», in CORBELLA, Dolores e VIÑA BRITO, Ana (eds.), *La Ruta Azucarera Atlántica: Historia y Documentación*, Funchal / La Laguna, Centro de Estudos de História do Atlântico / Universidad de La Laguna, pp. 214-258.

NUNES, Naidea Nunes, 2018, «O léxico da cultura açucareira na construção do mundo atlântico: Madeira, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Brasil, Venezuela e Colômbia», in *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n.º 29, jan./jun., pp. 124-149.

PÉREZ VIDAL, José, 1973, *La Cultura de la Caña de Azúcar en el Levante Español*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Instituto Miguel de Cervantes / Departamento de Dialectologia y Tradiciones Populares.

PÉREZ VIDAL, José, 1983, «La rapadura», in *El Museo Canario*, XLIII, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 55-68.

PÉREZ VIDAL, José, 1991, *Los portugueses en Canarias. Portuguesismos*, Gran Canaria, Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria.

PORTO EDITORA, s.d., *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* [em linha], disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa, consultado em 2024-04-18.

PRIBERAM, s.d., *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], disponível em https://dicionario.priberam.org, consultado em 2024-04-15.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2001, *Diccionario de la Lengua Española*, Madrid, Espasa-Calpe.

SANTAMARÍA, Francisco J., 1942, *Diccionario General de Americanismos*, México, Editorial Pedro Robredo.

VASCONCELOS, Otília Idalina Maia de, 1981, *O léxico da cana-de-açúcar: um estudo comparativo de duas comunidades açucareiras*, Dissertação de Mestrado em Letras, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VERDELHO, Telmo, 1998, «Terminologias na língua portuguesa», in CABRÈ, M. Teresa (ed.), *La Història dels llenguatges iberoromànics d'especialitat (segles XVII-XIX)*, Barcelona, Ed. Antártida, pp. 89-131.

VERDELHO, Telmo, 2003, «O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna», in *História da Língua e História da Gramática – Actas do Encontro*, Braga, Universidade do Minho / ILCH, pp. 473-490.

VERDELHO, Telmo, 2007, «Dicionários portugueses: Breve história», in VERDELHO, Telmo e SILVESTRE, João Paulo (orgs.), *Dicionarística Portuguesa, Inventariação e Estudo do Património Lexicográfico*, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 11-60.

VIÑA, Ana, CORRALES, Cristóbal e CORBELLA, Dolores, 2014, *Islas y voces del azúcar, I (Tenerife, La Gomera y La Palma)*, San Cristóbal de La Laguna / Las Palmas de Gran Canaria, Gobierno de Canarias, Archivos Históricos Provinciales de Santa Cruz de Tenerife y de Las Palmas de Gran Canaria.

VIÑA BRITO, Ana, 2008, «Azúcares, mieles y remieles», in *Azúcar. Los ingenios en la colonización canaria (1487-1525)*, Tenerife, Cabildo Insular de Tenerife, pp. 113-131.

VIÑA BRITO, Ana e CORBELLA, Dolores, 2022, «De Europa a América: la cultura y la lengua de la caña dulce (siglo XVI)», in *Vegueta*, vol. 22, n.º 2, pp. 499-518.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 197-239
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Antroponímia de Nubentes a partir dos Registos Paroquiais de Casamentos da Ilha da Madeira: Paróquias de Santa Cruz, Caniço, Sé e Ribeira Brava (Séculos XVI a XX)

Anthroponymy of Marriers from the Parish Marriage Records of Madeira Island: Parishes of Santa Cruz, Caniço, Sé, and Ribeira Brava (16th to 20th Centuries)

Carolina Chaves[1]

Resumo

O presente artigo reproduz, no essencial, parte do projeto de investigação desenvolvido no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV), da atual Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro (DRABL), no âmbito do Estágio de Mestrado em Linguística: Sociedades e Culturas, cujo relatório foi apresentado e defendido na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, a 19 de janeiro de 2024, e obteve a classificação final de 19 valores. Partiu-se de um quadro teórico e metodológico no âmbito da Lexicologia, onde se enquadra a Onomástica, uma vez que a entidade de acolhimento do estágio (na pessoa de Filipe dos Santos, supervisor), assim como a Universidade da Madeira (na pessoa de Naidea Nunes Nunes, orientadora), estavam interessadas na análise e descrição de dados dos registos paroquiais de casamentos, começando pelos de Santa Cruz, tendo estes registos sido previamente inventariados, compilados e indexados pelo Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), com atualização e normalização da escrita para efeitos de pesquisa *online*. A metodologia utilizada foi o estudo de nomes masculinos e femininos por

[1] Mestre em Linguística: Sociedades e Culturas pela Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira e licenciada em Línguas e Relações Empresariais (2021) pela mesma universidade. Durante o mestrado, efetuou um estágio curricular no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, onde desenvolveu um projeto de investigação sobre a antroponímia de nubentes presente nos registos paroquiais de casamentos de quatro paróquias da Ilha da Madeira. Ainda nesse estágio, assim como nos ao abrigo dos *Programa Estágios de Verão* e *Programa Ingress@*, desenvolveu tarefas de tradução para a mesma entidade. Endereço eletrónico: carolinabrchaves@hotmail.com.

séculos, observando a evolução de nomes individuais, assim como a composição dos nomes de famílias. A disponibilidade de dados de outras paróquias – entre elas, Caniço, Sé e Ribeira Brava, que, juntamente com Santa Cruz, partilham a circunstância de apresentarem registos de casamentos recuados, desde 1539 – permitiu também a elaboração de uma comparação entre espaços, com discussão de semelhanças e diferenças.

Palavras-chave: Lexicologia e Onomástica; Antroponímia; Registos Paroquiais de Casamentos; Ilha da Madeira; Séculos XVI a XX.

Abstract

This paper essentially reproduces part of the research project within the scope of the master's degree in Linguistics: Societies and Cultures, which was developed at the Centre for Atlantic History Studies – Alberto Vieira (CEHA-AV), of the current Regional Department for Archives, Libraries and Books (DRABL), and whose report was presented and defended on the Faculty of Arts and Humanities of the University of Madeira on 19th January 2024 (final grade 19 out of 20). As a starting point, a theoretical and methodological framework was followed within the scope of Lexicology, where Onomastics, as both the host entity (in the person of Filipe dos Santos, traineeship supervisor) and the University of Madeira (in the person of Naidea Nunes Nunes, scientific supervisor) were interested in the analysis and description of data from the parish marriage records (starting with those of Santa Cruz) previously inventoried, compiled and indexed by the Madeira Archives and Library (ABM), and which had benefited from a spelling update and standardisation for online research purposes. The methodology used was the study of masculine and feminine names by centuries, observing their evolution as individual names as well as the composition of family names. The availability of data from other parishes (including Caniço, Sé, and Ribeira Brava, which, along with Santa Cruz, share the circumstance of possessing marriage records going back to 1539) also made it possible to draw up a comparison between different spaces, discussing similarities and differences.

Keywords: Lexicology and Onomastics; Anthroponymy; Parish Marriage Records; Madeira Island; 16th to 20th Centuries.

Introdução

O presente artigo reproduz, no essencial, parte do projeto de investigação desenvolvido no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV), da atual Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro (DRABL), no âmbito do Estágio de Mestrado em Linguística: Sociedades e Culturas,

cujo relatório[2] foi apresentado e defendido na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, a 19 de janeiro de 2024, e obteve a classificação final de 19 valores.

No âmbito da Lexicologia, onde se enquadra a Onomástica, ou seja, o estudo dos nomes próprios, será efetuado o estudo de dados compulsados a partir dos registos de casamentos das paróquias de Santa Cruz, Caniço, Sé e Ribeira Brava, na ilha da Madeira, tendo estes registos sido previamente inventariados, compilados e indexados pelo Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), com atualização e normalização da escrita para efeitos de pesquisa *online*. Este trabalho insere-se, assim, no âmbito da descrição e análise de materiais da área da Antroponímia, abordada nos conteúdos programáticos da unidade curricular Variação Geográfica e Sociocultural do Léxico Português, do referido mestrado.

O estudo tem como principal objetivo analisar os antropónimos históricos da população do Arquipélago da Madeira, olhando para os nomes masculinos, femininos e de famílias atestados nos registos paroquiais de casamentos desde o século XVI até o início do XX. Desta forma, os objetivos específicos desta atividade de investigação são: contextualizar e delimitar o estudo dos dados documentais provenientes dos registos paroquiais de casamentos; estudar os nomes masculinos e femininos por séculos, observando a sua evolução, nomeadamente o surgimento de novos nomes e o desuso de nomes mais antigos; comparar dados por séculos, dentro de e entre paróquias, analisando possíveis semelhanças e diferenças; conhecer os nomes de famílias predominantes por paróquias e por séculos, observando possíveis alterações dentro da Madeira; propor uma terminologia adequada à denominação dos diferentes elementos linguísticos que compõem a cadeia antroponímica; discutir, se possível, a convergência e/ou divergência dos resultados obtidos com outros estudos existentes.

Deste modo, e procurando direcionar o tema de acordo com os objetivos traçados, este estudo envereda por uma exploração exaustiva e sistemática da Antroponímia presente nos registos paroquiais de casamentos na Madeira, entre os séculos XVI e início do XX, sendo também abordado o campo da Antroponomástica, que servirá de enquadramento teórico para a análise que se segue, nomeadamente, o estudo dos padrões e tendências antroponímicas presentes nas pessoas que se

[2] CHAVES, 2024, *Anthroponymy of marriers from parishes of Madeira (16th to 20th century), Portuguese to English translation of four photographic catalogues on the history of clothing in the island, support to the organization of a scientific meeting, linguistic revision and editing of DRABM's scientific journal AHM, Nova Série*, Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade da Madeira.

casaram na Madeira (nas quatro freguesias referenciadas), entre os séculos XVI e início do XX. Finalmente, o artigo conclui com um resumo dos resultados, discutindo o seu significado no contexto mais alargado dos estudos antroponomásticos, e sugerindo potenciais caminhos para uma investigação futura. Ao estruturar este contributo desta forma, espera-se lançar luz sobre os meandros das práticas de nomeação pessoal e a sua evolução histórica neste contexto geográfico e temporal único, e que este estudo contribua com conhecimentos valiosos para os domínios da Antroponomástica, da Linguística Histórica e dos Estudos Culturais.

Segundo Norberta Amorim[3], apesar de tendencialmente se referirem apenas os registos de batizados, casamentos e óbitos concebidos pelos párocos (e outros sacerdotes) em livros próprios, após a realização das cerimónias religiosas associadas aos atos em causa, a verdade é que são também *registos paroquiais* «os róis de confessados, os livros de disposições testamentárias, de capelas e sepulturas, de alfaias religiosas, além dos livros de usos e costumes, listas de confirmados e outros». Os dados nominais disponibilizados pelo ABM a partir dos assentos paroquiais de batismos, de óbitos e de casamentos têm grande interesse histórico, social e cultural – como comprova Nuno Daupiás d'Alcochete[4], ao escrever que «[os pormenores incluídos nestes assentos] nos retratam a vida de uma paróquia e nos fornecem elementos demográficos, sociais e, por vezes, económicos», assim como «permite[m]-nos compreender a estrutura das sociedades que passaram» –, mas também linguístico, pois a Antroponímia, ou estudo dos nomes das pessoas, faz parte da área científica da Linguística.

Neste caso específico, trata-se da análise dos nomes completos masculinos e femininos presentes nos registos de casamentos das paróquias de Santa Cruz, Ribeira Brava, Sé e Caniço, na Ilha da Madeira, desde o seu início em 1539 até ao seu fim em 1911, na sequência da Implantação da I República Portuguesa em outubro do ano anterior. Mais concretamente, os registos paroquiais de casamentos de Santa Cruz e da Ribeira Brava terminam a 31 de março de 1911, enquanto os da Sé e os do Caniço terminam a 1911 e a 1910, respetivamente, nem o mês nem o dia sendo especificados. Aproveite-se, no entanto, para transmitir que, segundo Fátima Barros e Regina Nóbrega[5], na linha, décadas antes, de Nuno Daupiás d'Alcochete[6], «os livros

[3] AMORIM, 2001, «Registos Paroquiais», p. 99.
[4] ALCOCHETE, s.d., «Registo Paroquial», p. 260.
[5] BARROS e NÓBREGA, 2004, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 15 – *Índices dos Registos de Casamentos dos Concelhos Rurais (1894-1911)*, p. 11.
[6] ALCOCHETE, s.d., «Registo Paroquial», p. 259.

do registo paroquial foram encerrados a 1 de abril de 1911, dia da entrada em vigor da lei de 18 de fevereiro do mesmo ano», que instituiu o registo civil obrigatório e «veio retirar aos assentos paroquiais lavrados a partir daquela data os efeitos civis que até ali tinham tido».

Os livros que contêm os registos de casamentos da paróquia de Santa Cruz podem ser consultados através da hiperligação https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=23974 e são os seguintes:

- Lv.º 833 (Lv.º 1, Misto, fls. 2-25) – 13.04.1539 a 20.10.1551;
- Lv.º 834 A (Lv.º 2, Misto, fls. 4-25) – 14.04.1597 a 09.10.1606;
- Lv.º 835 (Lv.º 3, Misto, fls. 1-100) – 21.01.1607 a 15.01.1646;
- Lv.º 836 (Lv.º 4, Misto, fls. 1-60) – 16.04.1646 a 09.08.1665;
- Lv.º 856 (Lv.º 5) – 24.08.1665 a [...]. [11]. ou [12].1696;
- Lv.º 857 (Lv.º 6) – 16.10.1702 a 21.11.1724;
- Lv.º 858 (Lv.º 7) – 04.08.1726 a 18.09.1741;
- Lv.º 859 (Lv.º 9) – 12.01.1772 a 28.08.1799;
- Lv.º 860 (Lv.º 10) – 04.11.1799 a 29.09.1813;
- Lv.º 861 (Lv.º 12) – 23.06.1845 a 06.02.1860;
- Lv.º 2520 a 2553 – 1860 a 1893[7];
- Lv.º 8972 A a 8988 A – 1894 a 1910[8].

A hiperligação que conduz aos livros que contêm os registos de casamentos da paróquia do Caniço é https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=5969, sendo esses enumerados de seguida:

- Lv.º 915 (Lv.º 1 ou Livro Velho, fls. 1-60) – 26.01.1539 a 20.06.1575;
- Lv.º 915 A (Lv.º 2, fls. 1-124) – 04.11.1573 a 14.09.1648;
- Lv.º 902 (Lv.º 3, Misto, fls. 221 e seg.) – 09.11.1648 a 04.08.1687;
- Lv.º 916 (Lv.º 4) – 24.08.1687 a 11.08.1734;
- Lv.º 917 (Lv.º 5) – 28.10.1734 a 30.01.1805;
- Lv.º 918 (Lv.º 6) – 25.02.1805 a 12.12.1835;
- Lv.º 1216 (Lv.º 7) – 18.01.1836 a 16.02.1860;
- Lv.º 2313 a 2349 – 1860 a 1893[9];

[7] BARROS e NÓBREGA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 2 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Santa Cruz (1539-1893)*, p. 209.

[8] BARROS e NÓBREGA, 2004, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 15 – *Índices dos Registos de Casamentos dos Concelhos Rurais (1894-1911)*, p. 659.

[9] BARROS e NÓBREGA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 2 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Santa Cruz (1539-1893)*, p. 51.

- Lv.º 8864 A a 8880 A – 1894 a 1910;
- APEF, Lv.º 269 – 1911[10].

Os livros que contêm os registos de casamentos da paróquia da Sé são os seguintes (sendo possível ser consultados através da hiperligação https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=410):

- Lv.º 46 (Lv.º 1) – 05.01.1539 a 23.06.1550;
- Lv.º 47 (Lv.º 2) – 12.07.1550 a 02.02.1555;
- Lv.º 48 (Lv.º 3) – 03.02.1555 a 14.04.1559;
- Lv.º 49 (Lv.º 4) – 22.04.1559 a 06.05.1565;
- Lv.º 50 (Lv.º 5) – 07.05.1565 a 15.07.1571;
- Lv.º 51 (Lv.º 6) – 15.07.1571 a 24.04.1584;
- Lv.º 52 (Lv.º 7) – 14.05.1584 a 06.02.1601;
- Lv.º 53 (Lv.º 8) – 11.02.1601 a 10.08.1614;
- Lv.º 54 (Lv.º 9) – 04.09.1614 a 14.03.1673;
- Lv.º 55 (Lv.º 10) – 25.01.1673 a 28.12.1698;
- Lv.º 56 (Lv.º 11) – 18.01.1699 a 29.10.1732;
- Lv.º 57 (Lv.º 12) – 01.11.1732 a 30.12.1748 (contém registos anteriores a 1732, mas lançados a partir desta data);
- Lv.º 58 (Lv.º 13) – 07.01.1749 a 20.12.1757 (contém registos anteriores a 1749, mas lançados a partir desta data);
- Lv.º 59 (Lv.º 14) – 07.01.1758 a 18.07.1764;
- Lv.º 60 (Lv.º 15) – 05.08.1764 a 22.10.1773;
- Lv.º 61 (Lv.º 16) – 03.11.1773 a 04.05.1791;
- Lv.º 62 (Lv.º 17) – 11.05.1791 a 05.11.1807;
- Lv.º 63 (Lv.º 18) – 15.11.1807 a 02.10.1822 (contém dois registos anteriores a 1807 lançados em 1810);
- Lv.º 64 (Lv.º 19) – 19.10.1822 a 07.07.1838 (contém um registo de 1796 lançado em 1836);
- Lv.º 65 (Lv.º 20) – 20.07.1838 a 24.11.1852 (contém um registo de 1835 lançado em 1841);
- Lv.º 1260 (Lv.º 21) – 27.11.1852 a 26.11.1859;
- Lv.º 1296 a 1329 – 1860 a 1893;
- Lv.º 6434 A a 6451 A – 1894 a 1911;
- Ribeira Brava – Lv.º 389 (Lv.º 1) – 12.01.1539 a 07.02.1623;

[10] BARROS e NÓBREGA, 2004, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 15 – *Índices dos Registos de Casamentos dos Concelhos Rurais (1894-1911)*, p. 617.

- Lv.º 390 (Lv.º 2) – 25.07.1623 a 05.02.1698;
- Lv.º 391 (Lv.º 3) – 06.02.1698 a 20.09.1733;
- Lv.º 392 (Lv.º 4) – 09.10.1733 a 30.08.1767;
- Lv.º 393 (Lv.º 5) – 31.08.1767 a 02.02.1799;
- Lv.º 394 (Lv.º 6) – 10.04.1799 a 18.01.1829;
- Lv.º 395 (Lv.º 7) – 28.01.1829 a 28.04.1842;
- Lv.º 3642 a 3675 – 1860 a 1893[11].

Os livros que contêm os registos de casamentos da paróquia da Ribeira Brava podem ser acedidos pela hiperligação https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=3394 e são os seguintes:

- Lv.º 389 (Lv.º 1) – 12.01.1539 a 07.02.1623;
- Lv.º 390 (Lv.º 2) – 25.07.1623 a 05.02.1698;
- Lv.º 391 (Lv.º 3) – 06.02.1698 a 20.09.1733;
- Lv.º 392 (Lv.º 4) – 09.10.1733 a 30.08.1767;
- Lv.º 393 (Lv.º 5) – 31.08.1767 a 02.02.1799;
- Lv.º 394 (Lv.º 6) – 10.04.1799 a 18.01.1829;
- Lv.º 395 (Lv.º 7) – 28.01.1829 a 28.04.1842;
- Lv.º 3642 a 3675 – 1860 a 1893[12];
- Lv.º 7136 A a 7152 A – 1894 a 1910[13].

Os dados, o seu estudo e a sua relevância tornam-se ainda mais significativos por os nomes de homens e de mulheres surgirem aos pares, por casamento, ao longo dos séculos.

Enquadramento Teórico e Conceptual

A Antroponomástica, ramo da Onomástica que estuda a Antroponímia, apresenta grande diversidade terminológica, não existindo, segundo Naidea Nunes e Dieter Kremer[14], «uma terminologia universal para designar as diferentes unidades antroponímicas que formam a cadeia onomástica completa». No entanto,

[11] MELO, BARROS e NÓBREGA, 2002, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 9 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho do Funchal Freguesia da Sé (1539-1911)*, pp. 13-14.

[12] BARROS e NÓBREGA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 5 – *Índices dos Registos de Casamentos da Ribeira Brava (1539-1893)*, p. 83.

[13] BARROS e NÓBREGA, 2004, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 15 – *Índices dos Registos de Casamentos dos Concelhos Rurais (1894-1911)*, p. 105.

[14] NUNES e KREMER, 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)*, p. 4.

em Portugal, a obra *Antroponimia Portuguesa* (1928) de Leite de Vasconcelos é vista como sendo de referência neste ramo, tendo a terminologia aí consagrada sido seguida em estudos posteriores, como no de Joseph-Maria Piel[15], no de José Pedro Machado[16], entre outros, e adotada ainda no presente artigo.

Leite de Vasconcelos[17] emprega os termos:

– *Prenome* ou *primeiro nome* para designar os títulos honoríficos ou eclesiásticos que antecedem o nome próprio;

– *Nome próprio* para designar o nome individual de batismo;

– *Sobrenome* para designar as unidades antroponímicas que seguem imediatamente o nome próprio (podendo ser um patronímico, um nome próprio ou um nome religioso);

– *Apelido* para designar o nome de família, unidade antroponímica que segue o sobrenome e que, segundo o autor, correspondia, inicialmente, a formas patronímicas, a alcunhas e a nomes geográficos.

Segundo Iria Gonçalves[18], os antropónimos medievais eram constituídos, fundamentalmente, por um nome próprio que se podia ou não unir a um sobrenome, o qual era maioritariamente formado por um patronímico, um indicativo de proveniência ou uma alcunha que podiam, eventualmente, tornar-se nomes de família. A mesma autora refere ainda que, com o passar do tempo, a prática de um nome completo ter apenas dois elementos (excluindo os títulos honoríficos ou eclesiásticos) se tornou insuficiente para uma correta identificação, pois havia muitos casos de homonímia.

Daí que, no presente estudo e a título de exemplo, os nomes completos do século XVI (a partir de 1539), com exceção dos da paróquia da Sé, podem ser considerados como os mais simples: a cadeia antroponímica dos nomes masculinos e femininos nas paróquias de Santa Cruz, Caniço e Ribeira Brava neste século é constituída, pela maior parte, apenas por um nome próprio e por um apelido. Adicionalmente, e ainda segundo a documentação relativa ao século XVI, por um lado – e com exceção de um caso feminino na Ribeira Brava (*Velha*) –, a atribuição de alcunha é um fenómeno exclusivamente masculino; por outro lado, só as mulheres tinham um prenome, que era o título honorífico *Dona* (D.).

[15] PIEL, 1989, *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*.
[16] MACHADO, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*.
[17] VASCONCELOS, 1928, *Antroponimia Portuguesa*.
[18] GONÇALVES, 1971, «Amostra de antroponímia alentejana do século XV», pp. 173-212.

Metodologia de Recolha

Como afirma Robert Rowland[19], os dados recolhidos em registos paroquiais, neste caso, registos de casamentos, constituem um importante *corpus* de estudo linguístico no que concerne à Antroponímia, por reunir nomes masculinos e femininos datados e localizados. Nesta situação em específico, confirma-se que estamos, efetivamente, perante um *corpus* histórico de registos paroquiais de casamentos na Madeira que comporta grande interesse linguístico e sociocultural a nível local e regional, interesse esse que transpõe as fronteiras insulares e se torna também nacional e mesmo internacional, na qualidade de património onomástico partilhado.

A informação a analisar, proveniente dos registos paroquiais de casamentos, foi previamente compilada por Fátima Barros (leitura paleográfica e revisão dos números 1, 2, 5 e 15 da Série Índices dos Registos Paroquiais do boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, e leitura paleográfica dos anos 1860-1911, conferência e revisão do número 9 da mesma Série), Regina Nóbrega (composição) e Luís de Sousa Melo (leitura paleográfica dos anos 1539-1859 do número 9 da Série); os antropónimos recolhidos foram atualizados e normalizados para efeitos de pesquisa *online* em *Arquivo Regional da Madeira – Registos de Casamentos* (https://abm.madeira.gov.pt/pesquisa/casamento).

Como se pode constatar nas Notas Técnicas dos livros de Fátima Barros e Regina Nóbrega[20] e de Luís de Sousa Melo em conjunto com as autoras referidas anteriormente[21], o método de trabalho utilizado pela equipa de profissionais arquivistas no levantamento dos antropónimos presentes nos registos paroquiais de casamentos foi: em primeiro lugar, uma leitura dos registos e composição simultânea em base de dados *Microsoft Access*, seguida de uma segunda leitura dos registos e primeira revisão diretamente na base de dados; posteriormente, a relação dos campos paróquia/ano/n.º de livro foi conferida diretamente na base de dados e os livros duplicados das freguesias rurais (1860 a 1893) foram visualizados, a fim de se registar a existência de notas à margem do livro, designadamente averbamentos:

---

[19] *istórico da Madeira (séculos XV e XVI)*.
ROWLAND, 2008, «Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação», pp. 17-43.

[20] BARROS e NÓBREGA 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 1 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Machico (1577-1893)*, p. 13.

[21] MELO, BARROS e NÓBREGA, 2002, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 9 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho do Funchal Freguesia da Sé (1539-1911)*, p. 11.

por fim, as notas referentes a cada livro, as quais antecedem os índices, foram compostas e revistas, assim como os índices e gralhas na base de dados foram corrigidos.

Apesar de existir disparidade numérica entre séculos no que toca à informação antroponímica – tendo o século XIX o maior número de registos e o século XVI (a partir de 1539) o menor –, o confronto dos nomes individuais e dos nomes de famílias atribuídos ao longo do tempo da História da Madeira e da História da Língua Portuguesa permitirá observar a evolução do património antroponímico local, nomeadamente, os novos nomes que vão surgindo ao longo dos séculos e os que caem em desuso, no caso dos nomes individuais, e os que vão aparecendo e desaparecendo, em relação aos nomes de família.

Para auxiliar a realização da análise da informação compulsada a partir dos assentos de casamentos, foi utilizada a aplicação informática *Microsoft Excel*. Após a criação de um ficheiro para cada paróquia, procedeu-se à distribuição dos registos paroquiais de casamentos presentes na base de dados original, *Arquivo Regional da Madeira – Registos de Casamentos* (https://abm.madeira.gov.pt/pesquisa/casamento), usando uma folha para cada século, e, dentro de uma mesma folha, uma tabela para cada um dos sexos masculino e feminino, sendo efetuada a separação por colunas de cada constituinte do nome completo, isto é, uma coluna para o prenome, outra para o nome próprio, uma outra para o sobrenome, uma quarta para o apelido e, por último, uma para a alcunha. Por conseguinte, e no mesmo documento, recorreu-se à função de *Inserir* → *Tabela Dinâmica* em folhas separadas, uma vez mais, por séculos, de modo a poder visualizar a frequência e a hierarquia dos nomes individuais e de famílias sem ser preciso introduzir as respetivas funções manualmente.

Antroponímia de Nubentes da Madeira (do Século XVI ao Início do XX)

Esta secção mostra a sistematização, por séculos – mais precisamente do século XVI (a partir do ano 1539) ao início do século XX (até 1910-1911) –, dos nomes que surgem nos registos de casamentos das paróquias de Santa Cruz, Caniço, Sé e Ribeira Brava, sendo que, relativamente a cada paróquia, são referidos os nomes próprios masculinos mais frequentes em cada século, seguidos dos femininos

e dos sobrenomes e apelidos. Por fim, dos nomes religiosos[22], será fornecida uma contagem de ocorrências.

Ainda no plano metodológico, deve ser referido que as listas de nomes analisados foram obtidas a partir de *Arquivo Regional da Madeira – Registos de Casamentos* (https://abm.madeira.gov.pt/pesquisa/casamento) ao escolher a paróquia desejada na caixa de seleção intitulada *Local* e ordenando os resultados obtidos por ordem crescente de data. Posteriormente, foram esclarecidas dúvidas relativas a indivíduos específicos através de *Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira – Pesquisa Avançada* (https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/search) e/ou consultando os livros de onde provém a base de dados.

Relativamente aos registos de casamentos da paróquia de Santa Cruz, arriscar-se-á afirmar que poderão ter sido conservados em comparativamente melhor estado, uma vez que nenhum dos 8876 nomes próprios e nenhum dos 10 480 sobrenomes e apelidos registados estava ilegível, isto é, nenhum dos nomes exibia, na base de dados, a sinalética «[…]», que, segundo a Nota Técnica de Fátima Barros e Regina Nóbrega[23], significava que a «leitura [foi] prejudicada por o papel se apresentar roto, manchado ou as letras apagadas». No entanto, dois nomes completos e um apelido pertencentes a três mulheres do século XVII desta mesma paróquia foram colocados entre parênteses retos e, ainda de acordo com a referida Nota Técnica[24], «leitura deduzida» – pelo que estes nomes foram contabilizados seguindo essa mesma leitura.

No que toca aos registos de casamentos da paróquia do Caniço, 12 dos 7402 nomes próprios (seis masculinos e seis femininos) e 12 dos 8620 sobrenomes e apelidos registados (cinco pertencentes a homens e sete a mulheres) estão ilegíveis ou parcialmente ilegíveis, uma vez que contêm um «[…]» na sua representação

[22] Os nomes religiosos são nomes que têm uma forte associação com figuras religiosas, santos ou personagens bíblicas. Mais especificamente, segundo CHAVES, 1956, «Influências religiosas na formação da Antroponímia e da Toponímia em Portugal», p. 183, estes podem ser divididos em «Nomes de ordem teológica […]; Nomes de natureza bíblica (*Antigo Testamento*) […]; Nomes evangélicos (*Novo Testamento*) e cristológicos […]; [além de] Nomes da primitiva Igreja […] [e] Nomes hagiográficos». Para verificar tal conexão nos nomes estudados, foram consultados: SILVA, 2012, *Os nossos santos e beatos: e outros, que Portugal adotou*; A Santa Sé, s.d., *Papi*; Atlas Digital da América Lusa, s.d., *Martiriológio Lusitano*; *Behind the Name: The Etymology and History of First Names*, s.d.; Catholic Online, s.d., *Popular Saints*; e Difusora Bíblica, s.d., *Bíblia Sagrada*.

[23] BARROS e NÓBREGA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 1 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Machico (1577-1893)*, p. 13.

[24] BARROS e NÓBREGA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 1 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Machico (1577-1893)*, p. 13.

na base de dados. Apenas um nome próprio feminino no século XVII (*Ana*) se encontrava entre parênteses retos.

Nos registos de casamentos da paróquia da Sé, 136 dos 26 546 nomes próprios (136 femininos) e 134 (pertencentes a mulheres) dos 34 860 sobrenomes e apelidos registados estão representados com «[…]» na base de dados, significando que estão ilegíveis, embora 36 desses nomes próprios e 34 desses sobrenomes e apelidos possuam uma leitura deduzida, isto é, encontram-se entre parênteses retos. A somar a esses, oito nomes próprios (dois masculinos e seis femininos), 25 apelidos (14 masculinos e 11 femininos) e a informação de que dois homens e uma mulher eram escravos foram inferidos aquando da leitura por parte dos profissionais arquivistas. Particularmente, estes factos influenciam, pela negativa, os dados nominais femininos referentes à paróquia da Sé: só no século XVII, registaram-se 100 casos de ilegibilidade em 2766 nomes próprios femininos nesta paróquia, o que corresponde a 3,6%.

Finalmente, quanto aos registos de casamentos da paróquia da Ribeira Brava, dois dos 9636 nomes próprios (um masculino e um feminino) e seis dos 11 873 sobrenomes e apelidos (dois pertencentes a homens e quatro a mulheres) registados encontram-se presentes, na base de dados, com «[…]». Para estes registos, não foram apresentadas leituras conjeturais pelos profissionais arquivistas.

É de salientar que a paróquia da Sé teve cinco registos de casamentos comprovadamente duplicados, assinalados pela equipa de arquivistas, aquando da inserção na base de dados *online*. A paróquia do Caniço teve um registo de casamentos duplicado, por parte do pároco, devido à necessidade de retificar o primeiro registo efetuado, por este se encontrar junto dos registos de batismos, em vez de junto dos registos de casamentos – o que não é de estranhar, uma vez que o livro em questão, 915 A, vai de finais do século XVI a meados do século XVII, mais concretamente, de 4 de novembro de 1573 a 14 de setembro de 1648; com efeito, como bem comenta Nuno Daupiás d'Alcochete[25]: «[e]ntre 1550 e 1650, este registo [paroquial] incipiente, rudimentar em virtude das disposições das primeiras constituições dos bispados, apresenta-se sob uma forma muito elementar. Os livros, mistos nesta primeira fase, têm um aspeto pouco uniforme, diremos mesmo de uma irregularidade desconcertante». Os duplicados foram, deste modo, excluídos da análise.

[25] ALCOCHETE, s.d., «Registo Paroquial», p. 260.

Adicionalmente, todos os nomes foram atualizados de acordo com a última reforma ortográfica da língua portuguesa europeia, como consta nas Notas Técnicas dos livros de Fátima Barros e Regina Nóbrega[26]. Vertemos aqui alguns exemplos de nomes próprios: *Pelonia/Pelónia/Apelonia = Apolónia*; *Iphygenia = Efigénia*; *Anrrique = Henrique*; *e nomes de famílias como Betancor = Bettencourt*; *Corrêa = Correia*; *Doromundo = Drumond* – e assim por diante. Adicionalmente, para uma maior facilidade na pesquisa, foi utilizado o género masculino nos apelidos de mulheres, na paróquia da Sé[27], que se encontravam registados na sua forma feminina (como era uso difundido, principalmente nos séculos XVI e XVII); por exemplo, *Pinta = Pinto*; *Ribeira = Ribeiro*; *Neta = Neto*. Também os nomes *Anrulho*, *Brísida*, *Filiginio*, *Gracia*, *Victor*, *Victória*, *Victorino*, *Victoriano* e *Victorina* foram fixados como *Arrulho*, *Brízida*, *Filigénio*, *Grácia*, *Vítor*, *Vitória*, *Vitorino*, *Vitoriano* e *Vitorina*. No que diz respeito aos sobrenomes e apelidos originariamente de outras línguas que não o português, como *Brad Bury*, *Eybright*, *Maguier*, entre outros, optou-se por manter a grafia usada pelos arquivistas especialistas.

Ao longo da realização deste estudo antroponímico, similarmente foram efetuadas algumas escolhas quanto à destrinça e formação dos nomes completos de homens e mulheres. Por exemplo, nomes próprios como *Luzia* e *Lúcia*, apesar de serem variantes do mesmo nome, foram contabilizados separadamente, enquanto *Simão* e *Simeão* foram analisados em conjunto. Isso deveu-se a tanto *Luzia* como *Lúcia* se encontrarem registados um considerável número de vezes, a ponto de serem considerados nomes próprios por si só, enquanto *Simão* havia em quantidade muito mais elevada que *Simeão*. Outro exemplo são os apelidos *Ciebar* e *Ciebra*, que foram contados como *Siebra*.

Uma outra situação que ocorreu: por vezes, os nomes das mulheres não foram mencionados nos registos de casamentos das paróquias da Sé e da Ribeira Brava, constando na base de dados com a anotação «Não refere»; houve duas situações na paróquia da Sé em que o nome do pai ou o nome do senhor da escravizada foi indicado no seu lugar, o que não ajuda à análise.

De seguida, apresentam-se os nomes próprios masculinos e femininos, e ainda os sobrenomes e apelidos com maior incidência em cada século, organiza-

[26] BARROS e NÓBREGA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 2 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Santa Cruz (1539-1893)*, pp. 53 e 211; BARROS e NÓBREGA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 5 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho da Ribeira Brava (1539-1893)*, p. 85.

[27] MELO, BARROS e NÓBREGA, 2002, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 9 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho do Funchal Freguesia da Sé (1539-1911)*, p. 10.

dos por paróquia, bem como a contagem dos nomes religiosos na secção seguinte. Esta sistematização permitirá, no futuro, comparar estes dados com os de outras paróquias.

Paróquia de Santa Cruz

Tabela 1: Os dez nomes próprios masculinos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia de Santa Cruz, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Manuel	7	183	291	512	123	1116
António	28	122	179	376	66	771
João	22	94	75	308	93	592
José	–	6	90	287	59	442
Francisco	18	71	75	113	22	299
Domingos	1	38	46	50	6	141
Pedro	10	30	24	33	4	101
Sebastião	7	21	16	4	–	48
Joaquim	–	–	3	39	4	46
Simão/Simeão	2	24	15	2	–	43

Com base nos dados da tabela, apesar de ser apenas o sexto nome próprio masculino mais popular, juntamente com *Sebastião*, no século XVI (desde 1539), *Manuel* é o mais referido nos registos de casamentos do século XVII ao início do século XX (até 31 de março de 1911), sendo mais frequente no século XVIII, com 291 ocorrências do total de 985 (29,5%), e no século XX, ao constar 123 vezes entre 447 (27,5%). De um modo geral, *Manuel* regista 1116 evidências em 4438 (25,1%) nomes próprios masculinos, nos cinco séculos, nesta paróquia.

No século XVI, o nome próprio masculino mais frequente é *António*, com 28 ocorrências de 161 (17,4%), mas é no século XIX que é mais prevalecente, ao possuir 376 evidências do total de 2004 (18,8%), seguido de perto pelo século XVIII, onde sucede 179 vezes em 985 (18,2%). No seu conjunto, *António* tem 771 registos em 4438 (17,4%).

Com popularidade variável, *João* e *Francisco* estão consistentemente entre os cinco nomes próprios masculinos mais comuns ao longo dos séculos: por um lado, *João* regista mais ocorrências nos séculos XIX e início do XX – 308 em 2004 (15,4%) e 93 do total de 447 (20,8%), respetivamente – enquanto *Francisco*, por outro lado, é mais popular no século XVI ao constar 18 vezes no conjunto de 161 (11,2%) e apresenta, no século XVII, 71 evidências do total de 841 (8,4%). De maneira geral,

João aparece 592 vezes e *Francisco* 299, ambos num conjunto de 4438 (13,3% e 6,7%, respetivamente).

Apesar de ausente ou pouco presente – com meras seis ocorrências do total de 841 (0,7%) – nos dois primeiros séculos do estudo, *José* rapidamente ganhou popularidade no século XVIII, alcançando a terceira posição na escala de uso nesse século ao aparecer 90 vezes em 985 (9,1%), tendo a sua relevância se mantido nos séculos XIX e início do XX ao registar 287 ocorrências no conjunto de 2004 (14,3%) e 59 em 447 (13,2%), respetivamente. No total, o nome próprio masculino *José* foi registado 442 vezes em 4438 (10,0%).

No cômputo global, *Domingos*, *Pedro*, *Sebastião*, *Joaquim* e *Simão/Simeão* não foram escolhas prediletas, acumulando 141 (3,2%), 101 (2,3%), 48 (1,1%), 46 e 43 (ambos 1,0%) ocorrências entre 4438, respetivamente; porém contribuem para a riqueza antroponímica da paróquia no tocante à variedade.

Tabela 2: Os dez nomes próprios femininos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia de Santa Cruz, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Maria	32	297	370	807	193	1699
Antónia	3	30	111	174	10	328
Isabel	16	128	55	12	7	218
Joana	7	9	47	136	18	217
Ana	3	40	64	71	4	182
Rosa	–	–	6	143	30	179
Catarina	23	92	32	8	1	156
Joaquina	–	–	–	97	16	113
Domingas	1	17	48	18	2	86
Francisca	7	20	28	25	5	85

Observando os dados relativos aos nomes próprios femininos, torna-se evidente que *Maria* não só aparece consistentemente como o mais escolhido desde o século XVI (desde 1539) até o início do século XX (31 de março de 1911), como a sua popularidade também aumenta de forma constante ao longo do mesmo período. No século XVI, *Maria* soma 32 ocorrências num total de 161 (19,9%). No século XVII, já havia sido registado 297 vezes em 841 (35,3%), continuando a dominar no século XVIII ao surgir em 370 registos num conjunto de 985 (37,6%). No entanto, foi no século XIX que o nome próprio feminino *Maria* verificou um aumento substancial de uso ao constar 807 vezes num conjunto de 2004 (40,3%), o que solidificou a sua posição como o nome mais prevalecente, ao longo dos cinco séculos, nesta paróquia, tendo-se a tendência mantido no início do século XX, ao ter

193 referências em 447 (43,2%). No total, *Maria* detém 1699 evidências entre 4438 (38,3%).

Apesar de estar somente entre os nove primeiros nomes próprios femininos no século XVI, ao constar em 3 registos entre 161 (1,9%), *Antónia* aumentou gradualmente de popularidade, em especial no século XVIII, ao ascender para 111 ocorrências num conjunto de 985 (11,3%), continuando a ser um nome próprio comum no século XIX, com 174 registos num total de 2004 (8,7%), porém diminuindo a sua popularidade no início do século XX, ao aparecer apenas 10 vezes num universo de 447 (2,2%). No cômputo geral, *Antónia* foi um nome registado 328 vezes em 4438 (7,4%).

Resumidamente, a partir da análise dos dados da tabela, é possível observar-se como a escolha dos nomes pode variar significativamente ao longo dos séculos. *Antónia*, embora não estivesse entre os principais nomes próprios femininos no século XVI, foi ganhando maior aceitação, atingindo um pico no século XVIII, antes de diminuir no início do século XX; *Isabel* desfrutou de uma popularidade precoce, nomeadamente nos séculos XVI e XVII (9,9% e 15,2%, respetivamente), mas registou um declínio depois disso; *Joana* mostrou uma presença relativamente consistente ao longo do tempo, apenas com um declínio pronunciado no século XVII; Tanto *Ana* como *Domingas* registaram um aumento de uso durante o século XVII, atingindo o seu pico no século XVIII antes de diminuir em períodos posteriores; Ambos os nomes próprios femininos *Rosa* e *Joaquina* estiveram ausentes ou praticamente ausentes do século XVI até o século XVIII, tendo uma ascendência de notar no século XIX e início do século XX; *Catarina* e *Francisca* seguiram trajetórias divergentes: enquanto *Catarina* foi proeminente nos séculos XVI e XVII, mas foi-se desvanecendo gradualmente nos séculos seguintes, *Francisca* foi oscilando em termos de aceitação.

Tabela 3: Sobrenomes e apelidos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia de Santa Cruz, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Século XVI			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Gonçalves	37 3 como sobrenome 34 como apelido	Fernandes	30
Dias	12 2 como sobrenome 10 como apelido	Gonçalves	16
Fernandes	12		
Pires	12		

Álvares	11	Álvares	14
		Rodrigues	14
Anes/Eanes	8	Dias	10 1 como sobrenome 9 como apelido
Afonso	6	Luís	6
Martins	6		
Rodrigues	6 1 como sobrenome 5 como apelido		
Século XVII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Fernandes	89 9 como sobrenome 80 como apelido	Fernandes	77 5 como sobrenome 72 como apelido
Vieira	77	de Freitas	46
Rodrigues	75 30 como sobrenome 45 como apelido	Vieira	44 4 como sobrenome 40 como apelido
Gonçalves	53 13 como sobrenome 40 como apelido	Rodrigues	38 5 como sobrenome 33 como apelido
de Freitas	40	Gonçalves	35
		Teixeira	35
Século XVIII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Vieira	138 28 como sobrenome 110 como apelido	(d)e Freitas	242 12 como sobrenome 230 como apelido
de Freitas	113 14 como sobrenome 99 como apelido	de Gouveia	114 8 como sobrenome 98 como apelido
Rodrigues	86 17 como sobrenome 69 como apelido	de Mendonça	50 5 como sobrenome 45 como apelido
Fernandes	67 14 como sobrenome 53 como apelido	Maria	48 26 como sobrenome 22 como apelido
(de) Gouveia	66 9 como sobrenome 57 como apelido	Jerónima	42 4 como sobrenome 38 como apelido
(de) Sousa	66 18 como sobrenome 48 como apelido		

Século XIX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Vieira	262 81 como sobrenome 181 como apelido	de Freitas	376 5 como sobrenome 371 como apelido
(d)e Freitas	253 29 como sobrenome 224 como apelido	de Gouveia	216 1 como sobrenome 215 como apelido
Rodrigues	150 14 como sobrenome 136 como apelido	de Jesus	180 14 como sobrenome 166 como apelido
Fernandes	135 32 como sobrenome 103 como apelido	Rosa	134 16 como sobrenome 118 como apelido
de Gouveia	128 4 como sobrenome 124 como apelido	Maria	84 12 como sobrenome 72 como apelido
Início do Século XX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
(d)e Freitas	69	(d)e Freitas	62 1 como sobrenome 61 como apelido
Vieira	43 22 como sobrenome 21 como apelido	(de) Jesus	53 9 como sobrenome 44 como apelido
Alves	42 4 como sobrenome 38 como apelido	(de) Gouveia	49 2 como sobrenome 47 como apelido
Rodrigues	40 15 como sobrenome 25 como apelido	de Sousa	24 6 como sobrenome 18 como apelido
Fernandes	33 11 como sobrenome 22 como apelido	Nunes	23 1 como sobrenome 22 como apelido

Nos séculos XVI e XVII, os sobrenomes e apelidos com mais uso são antigos patronímicos que tinham por base o nome próprio do pai e aos quais se acrescentava o sufixo -ez (por exemplo, *Fernando* > *Fernandez*, *Álvaro* > *Álvarez*, etc.), sendo o sufixo escrito com -s atualmente. Os patronímicos eram também formados pela simples adição do nome próprio do pai ao nome próprio do filho. Assim, por exemplo, *João Afonso* era filho de *Afonso*, o que explica a ocorrência de nomes próprios como sobrenomes e apelidos ainda hoje. A esses juntaram-se, em maior quantidade a partir do século XVIII, os nomes geográficos (de micro

e macro topónimos, indicando a origem ou a propriedade de terra – como *de Freitas*, *Teixeira*, *de Gouveia*), os nomes estrangeiros (informando sobre possíveis nacionalidades, como a italiana, a francesa, a britânica e a irlandesa, para citar algumas) e as alcunhas (com motivações sociais diversas).

Paróquia do Caniço

Tabela 4: Os dez nomes próprios masculinos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia do Caniço, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1910)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Manuel	15	125	295	366	81	882
António	15	55	173	301	31	575
José	1	5	103	327	73	509
João	20	28	87	198	72	405
Francisco	19	55	63	148	23	308
Domingos	7	16	26	28	2	79
Pedro	9	28	29	7	4	77
Joaquim	–	–	–	33	9	42
Simão/Simeão	5	7	20	9	1	37
Miguel	3	4	13	11	5	36

Com base nos dados referentes à paróquia do Caniço, *Manuel* surge como o favorito, mostrando uma presença consistente desde o século XVII até ao início do século XX (até 1910). Embora inicialmente tenha tido uma assinalável comparência no século XVI (desde 1539), com 15 ocorrências em 217 (6,9%), a sua verdadeira proeminência é observada no século XVIII, onde se torna o nome mais prevalecente com 295 referências num total de 1013 (29,1%). Esta popularidade continua no século XIX, onde *Manuel* mantém uma presença considerável ao contar com 366 evidências num universo de 1661 (22,0%) e, no início do século XX, 81 escolhas em 350 (23,1%). No total, *Manuel* acumula 882 existências num total de 3701 (23,8%), solidificando o seu apelo duradouro ao longo dos cinco séculos.

António também exibe uma aceitação sustentada, particularmente nos séculos XVIII e XIX: começa por ser referido 15 vezes em 217 registos (6,9%, assim como Manuel), no século XVI, e mantém uma presença constante com 173 registos em 1013 (17,1%), no século XVIII, e 301 referências entre 1661 (18,1%), no século XIX. Embora a adesão ao nome diminua no início do século XX, ao demonstrar 31 ocorrências em 350 (8,9%), *António* ainda consegue juntar 575 menções num total de 3701 (15,5%), o que indica uma importância perdurável.

Principiando com uma única ocorrência do universo de 217 (0,5%) no século XVI, *José* aumenta gradualmente para 103 evidências em 1013 (10,2%) no século XVIII, e depois para 327 em 1661 (19,7%) no século XIX. A tendência mantém-se no início do século XX, ao constar 73 vezes no total de 350 (20,9%). No seu conjunto, *José* acumula 509 registos em 3701 (13,8%).

Resumidamente, *João* e *Francisco* seguiram trajetórias distintas: enquanto *João* foi escolhido menos vezes no século XVII (28 vezes num conjunto de 460, isto é, 6,1%) comparativamente ao século XVI (20 vezes num universo de 217, isto é, 9,2%), para posteriormente subir gradualmente até atingir o seu apogeu, em termos de aceitação, no início do século XX (72 ocorrências entre 350 registos, isto é, 20,6%), a presença do nome próprio *Francisco* oscilou ao longo dos cinco séculos. Globalmente, *João* congrega 405 existências e *Francisco* 308 inscrições, ambos num total de 3701 (10,9% e 8,3%, respetivamente), o que poderá dizer-se que indica um nível de popularidade estável, porém não avassalador.

No cômputo global e à semelhança dos dados referentes à paróquia de Santa Cruz, os nomes próprios masculinos *Domingos*, *Pedro*, *Joaquim* e *Simão/Simeão*, assim como *Miguel*, não foram escolhas com aceitação acentuada, acumulando 79, 77 (ambos 2,1%), 42 (1,1%), 37 e 36 (ambos 1,0%) ocorrências entre 3701, respetivamente; porém contribuem para a riqueza antroponímica da paróquia do Caniço no tocante à variedade. O que é, no entanto, digno de nota é o facto do nome *Joaquim* ter atingido esse nível de aceitação estando ausente dos registos de casamentos do século XVI ao século XVIII, nesta paróquia.

Tabela 5: Os dez nomes próprios femininos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia do Caniço, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1910)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Maria	50	190	337	611	142	1330
Antónia	7	18	121	150	13	309
Ana	15	40	59	25	1	140
Francisca	10	19	43	61	2	135
Isabel	19	43	56	9	2	129
Joana	3	9	56	45	8	121
Ludovina	–	–	–	62	24	86
Quitéria	–	–	61	24	1	86
Rosa	–	–	8	54	12	74
Júlia	–	–	–	59	14	73
Catarina	19	28	22	1	–	70

Sem surpresa, considerando os dados anteriores atinentes à paróquia de Santa Cruz, o nome próprio feminino *Maria* demonstra uma notável consistência de popularidade ao longo dos séculos. Com 50 ocorrências num total de 217 (23,0%) no século XVI, é o nome mais frequente, sendo que esta tendência prossegue no século XVII, onde a sua proeminência na escolha do nome se torna ainda mais acentuada ao constar 190 vezes entre 460 (41,3%). Tal popularidade mantém-se no século XVIII, onde continua a ser o principal nome próprio ao registar 337 menções de 1013 (33,3%), e até mesmo no século XIX; apesar da evolução nas preferências de nomeação neste último século, *Maria* mantém uma forte comparência com 611 ocorrências num total de 1661 (36,8%). Por fim, regista uma ligeira subida no início do século XX, com 142 evidências em 350 (40,6%). De uma maneira global, *Maria* acumula 1330 ocorrências num universo de 3701 (35,9%), realçando a sua voga ao longo dos cinco séculos.

Inicialmente seguindo um padrão consistente de presença, *Antónia* começa por deter de sete referências num conjunto de 217 registos (3,2%), no século XVI, e 18 entre 460 (3,9%), no século XVII. Posteriormente, verifica-se um aumento na escolha para 121 evidências num total de 1013 (11,9%), no século XVIII. Esta popularidade diminui ligeiramente no século XIX, para 150 ocorrências de 1661 (9,0%), diminuindo ainda mais no início do século XX, para 13 em 350 (3,7%). No total, *Antónia* reúne 309 registos num conjunto de 3701 (8,3%).

Resumidamente, *Ana*, *Francisca*, *Isabel* e *Joana* seguem tendências variáveis e, num universo de 3701, reúnem 140, 135, 129 e 121 evidências – o que equivale a 3,8%, 3,6%, 3,5% e 3,3%, respetivamente. Os nomes próprios femininos que mais se ausentaram dos registos, nesta paróquia, foram *Ludovina* e *Júlia* – ambos tendo zero evidências nos três primeiros séculos em estudo –, seguidos de *Quitéria* e *Rosa* (com zero ocorrências nos séculos XVI e XVII) e, por fim, de *Catarina*, que não é referida apenas no início do século XX).

Tabela 6: Sobrenomes e apelidos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia do Caniço, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1910)

Século XVI			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Gonçalves	39 3 como sobrenome 36 como apelido	Gonçalves	41 1 como sobrenome 40 como apelido
Fernandes	26 3 como sobrenome 23 como apelido	Fernandes	14

Pires	19 1 como sobrenome 18 como apelido	Martins	13 2 como sobrenome 11 como apelido
Martins	13 2 como sobrenome 11 como apelido	Lopes	11
Rodrigues	13 1 como sobrenome 12 como apelido	Rodrigues	11
Dias	12 2 como sobrenome 10 como apelido	Luís	10
Século XVII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
de Freitas	40 3 como sobrenome 37 como apelido	de Freitas	42
Fernandes	37 7 como sobrenome 30 como apelido	de Nóbrega	36 1 como sobrenome 35 como apelido
Gonçalves	37 4 como sobrenome 33 como apelido		
de Cairos	26 4 como sobrenome 22 como apelido	Fernandes	25 2 como sobrenome 23 como apelido
Rodrigues	24 8 como sobrenome 16 como apelido	Gomes	19 2 como sobrenome 17 como apelido
		de Sá	19
de Nóbrega	23 1 como sobrenome 22 como apelido	Gonçalves	18
		de Sousa	18 3 como sobrenome 15 como apelido
Século XVIII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
de Nóbrega	139 14 como sobrenome 125 como apelido	(d)e Nóbrega	254 15 como sobrenome 239 como apelido
de/e Freitas	92 13 como sobrenome 79 como apelido	(d)e Sá	116 6 como sobrenome 110 como apelido
Ferreira	56 9 como sobrenome 47 como apelido	(de/e) Freitas	93 9 como sobrenome 84 como apelido

Fernandes	55 9 como sobrenome 46 como apelido	de Jesus	105 6 como sobrenome 99 como apelido
(de) Cairos	47 15 como sobrenome 32 como apelido	(de/e) Sousa	42 8 como sobrenome 34 como apelido
Século XIX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
(de) Nóbrega	314 110 como sobrenome 204 como apelido	de Jesus	1135 26 como sobrenome 1109 como apelido
de/e Freitas	113 27 como sobrenome 86 como apelido	Rosa	116 59 como sobrenome 57 como apelido
Rodrigues	104 28 como sobrenome 76 como apelido	(d)e Nóbrega	78 10 como sobrenome 68 como apelido
(de) Quintal	87 9 como sobrenome 78 como apelido	da Encarnação	67
de Caires	85 29 como sobrenome 56 como apelido	de Sá	54
Início do Século XX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
(de) Nóbrega	76 35 como sobrenome 41 como apelido	de Jesus	153 33 como sobrenome 120 como apelido
(d)e Freitas	30 10 como sobrenome 20 como apelido	(d)e Nóbrega	37 4 como sobrenome 33 como apelido
(de) Quintal	22 7 como sobrenome 15 como apelido	(de) Caires	16 2 como sobrenome 14 como apelido
(de) Sousa	20 5 como sobrenome 15 como apelido	de Quintal	13
Correia	18 5 como sobrenome 13 como apelido	(d)e Freitas	12

No século XVI, os sobrenomes e apelidos com mais uso são, à semelhança dos dados relativos aos registos de casamentos da paróquia de Santa Cruz, antigos patronímicos, por exemplo, *Gonçalves*, *Fernandes*, entre outros. A diferença é que,

já no século XVII, nomes geográficos como *de Freitas* começaram a se sobressair em relação àqueles e, consequentemente, no início do século XX, o topo é constituído, pela sua maioria, por nomes geográficos.

Paróquia da Sé

Tabela 7: Os dez nomes próprios masculinos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia da Sé, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Manuel	224	556	758	585	117	2240
António	321	344	724	445	67	1901
João	339	252	365	525	74	1555
Francisco	289	228	297	285	48	1147
José	1	36	375	392	68	872
Pedro	269	167	121	35	4	596
Domingos	110	155	84	36	3	388
Luís	42	37	41	78	9	207
Gonçalo	142	54	10	–	–	206
Gaspar	106	64	21	1	–	192

O vencedor, digamos, do título de nome próprio masculino preferido é *Manuel*, que mantém uma presença consistente ao longo dos cinco séculos. No século XVI (desde 1539), tem 224 ocorrências num total de 2983 (7,5%). No entanto, é no século XVII que *Manuel* ganha força significativa, ao alcançar 556 referências em 2766 registos (20,1%). Esta popularidade mantém-se no século XVIII, atingindo 758 evidências num conjunto de 3702 (20,5%). Embora se verifique um declínio no século XIX, para 585 ocorrências em 3292 (17,8%), *Manuel* continua a ser uma escolha generalizada, mantendo o seu apelo mesmo no início do século XX (até 1911), com 117 menções num total de 529 (22,1%). No cômputo geral, *Manuel* surge 2240 vezes num universo total de 13 273, o que corresponde a 16,9%.

António, outro nome significativo, demonstra uma presença consistente, sobretudo nos séculos XVII e XVIII. No século XVI, surge 321 vezes em 2983 (10,8%), mantendo-se esta popularidade no século XVII, com 344 ocorrências num conjunto de 2766 (12,4%). O século XVIII vê um ligeiro aumento para 724 registos em 3703 (19,6%). Nos séculos XIX e início do XX, embora se verifique um declínio, o nome próprio mantém-se popular, uma vez que conta com 445 ocorrências num total de 3292 (13,5%) no século XIX, e 67 entre 529 (12,6%), no início do século XX. No total, *António* acumula 1901 evidências, contribuindo para 14,3% de 13 273.

João mantém uma popularidade notavelmente consistente ao longo dos séculos: principiando por constar em 339 registos num universo de 2983 (11,4%), no século XVI, prossegue com 252 entre 2766 (9,1%), no século XVII. O século XVIII assiste a um padrão semelhante, apresentando 365 evidências em 3702 (9,9%) e, no século XIX, regista-se um novo aumento para 525 ocorrências num total de 3292 (15,9%), seguido de uma ligeira descida para 74 em 529 (14,0%), no início do século XX. Integralmente, *João* pressupõe 1555 registos, constituindo 11,7% do total de 13 273.

Um exemplo de flutuação em popularidade ao longo dos séculos é *Francisco*. No século XVI, aparece 289 vezes num conjunto de 2983 (9,7%), depois 228 entre 2766 (8,2%), no século XVII. No século XVIII, consta em 297 registos de um universo de 3702 (8,0%). O século XIX assinala um ligeiro ressurgimento, com 285 ocorrências em 3292 (8,7%), continuando no início do século XX, com 48 num total de 529 (9,1%). No seu conjunto, *Francisco* contribui com 8,6%, que são 1147 ocorrências, para um total de 13 273.

Os nomes próprios *José* e *Pedro* tiveram tendências opostas: enquanto *José* foi escolhido cada vez mais com o decorrer dos séculos, *Pedro* começou por ter uma aceitação considerável no século XVI, apenas para esta ir diminuindo nos séculos posteriores.

Globalmente, *Domingos*, *Luís*, *Gonçalo* e *Gaspar* foram escolhas menos usuais, juntando 388 (2,9%), 207, 206 (ambos 1,6%) e 192 (1,4%) referências entre 13 273 registos, respetivamente; porém constituem contributos pertinentes para uma maior riqueza antroponímica da paróquia da Sé no tocante à variedade.

Tabela 8: Os dez nomes próprios femininos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia da Sé, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Maria	675	988	913	1066	209	3851
Ana	161	165	380	156	11	873
Isabel	348	245	179	66	11	849
Antónia	103	118	414	150	15	800
Catarina	330	160	73	17	–	580
Francisca	119	91	220	111	12	553
Joana	94	72	169	59	3	397
Beatriz	173	69	7	4	3	256
Josefa	–	9	141	42	–	192
Luzia	30	60	67	25	4	186

Ao longo dos cinco séculos, *Maria* surge como uma escolha notavelmente consistente, com presença significativa em cada período. Começando, desde logo, por ser um nome proeminente no século XVI (desde 1539), com 675 ocorrências num universo de 2938 (22,6%), a sua popularidade mantendo-se substancial nos séculos seguintes e atingindo um pico notável no século XVII, ao ser referido 988 vezes em 2766 (35,7%). Não obstante, o apelo duradouro do nome próprio feminino *Maria* é evidente, pois segue mantendo uma frequência notável no século XIX e princípio do XX (até 1911), com 1066 ocorrências num total de 3292 (32,4%) e 209 entre 529 (39,4%), respetivamente. Globalmente, *Maria* é um dos nomes mais consistentes e preferidos ao longo dos séculos, reunindo 3851 evidências em 13 273 (29,0%).

Embora exibindo uma presença comparativamente constante, tanto *Ana* como *Antónia* registam uma subida gradual de popularidade, seguida de um declínio também gradual: começaram por ser nomes moderadamente escolhidos no século XVI, ao constar 161 e 103 vezes em 2983 (5,4% e 3,5%, respetivamente), o seu pico aparentando ter sido no século XVIII, com 380 e 414 ocorrências num conjunto de 3702 (10,3% e 11,2%, respetivamente); a partir daí, a sua incidência foi diminuindo, atingindo o seu ponto mais baixo no início do século XX, com 11 e 15 menções em 529 (2,1% e 2,8%, respetivamente). De uma maneira geral, o nome próprio feminino *Ana* demonstra estar registado 873 vezes em 13 273 (6,6%), o que marca uma grande diferença para o nome próprio Maria, enquanto *Antónia* reúne 800 ocorrências em 13 273 (6,0%).

Isabel, tal como *Ana* e *Antónia*, é marcado por um declínio de escolha, desta vez ao longo dos cinco séculos. Apesar de desfrutar de uma atenção significativa no século XVI, com 348 ocorrências num total de 2983 (11,7%), a sua presença diminui gradualmente, sobretudo no século XIX e início do XX, para 66 evidências num conjunto de 3292 (2,0%) e 11 num universo de 529 (2,1%, o mesmo que *Ana*), respetivamente. No âmbito global, *Isabel* totaliza 849 registos em 13 273 (6,4%).

Nem *Catarina* nem *Josefa* apresentam ocorrências no início do século XX, *Josefa* também não aparecendo em nenhum registo no século XVI. Adicionalmente, *Catarina* apresenta uma trajetória, a nível de aceitação, semelhante à de *Beatriz*: é no século XVI onde se verifica o maior número de escolhas destes nomes (11,1% para *Catarina* e 5,8% para *Beatriz*) e, com o decorrer dos séculos, este vai diminuindo até a presença ser reduzida (0,6%, no caso de *Beatriz*) ou nula (no caso de *Catarina*, como referido anteriormente). Ainda assim, *Catarina* é, no cômputo geral, o quinto nome próprio feminino mais adotado nos registos de casamentos na paróquia da Sé, com 580 menções num universo de 13 273 (4,4%).

No século XVI, *Francisca* e *Joana* reúnem 119 e 94 ocorrências, respetivamente, num conjunto de 2983 (o que equivale a 4,0% e 3,2%), contudo, foi no século XVIII que estes nomes foram mais revelantes, ao serem referidos 220 e 169 vezes num universo de 3702 (5,9% e 4,6%, respetivamente). No conjunto, *Francisca* e *Joana* foram registados 553 e 397 vezes entre 13 273 (4,2% e 3,0%, respetivamente).

Globalmente, *Luzia* sofreu oscilações em termos de aceitação ao longo dos cinco séculos abrangidos. Ainda assim, nunca esteve ausente dos registos e é alvo de um total de 186 menções num conjunto de 13 273 (1,4%).

Tabela 9: Sobrenomes e apelidos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia da Sé, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Século XVI			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Gonçalves	544 24 como sobrenome 520 como apelido	Gonçalves	438
Fernandes	387 9 como sobrenome 378 como apelido	Fernandes	427 4 como sobrenome 423 como apelido
Rodrigues	181 19 como sobrenome 162 como apelido	Rodrigues	218 2 como sobrenome 216 como apelido
Afonso	135 2 como sobrenome 133 como apelido	Dias	139 4 como sobrenome 135 como apelido
Peres/Pires	135 2 como sobrenome 133 como apelido		
Dias	122 5 como sobrenome 117 como apelido	Lopes	106 1 como sobrenome 105 como apelido
Século XVII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Fernandes	285 36 como sobrenome 249 como apelido	Gonçalves	178 5 como sobrenome 173 como apelido
Gonçalves	227 30 como sobrenome 197 como apelido	Rodrigues	176 10 como sobrenome 166 como apelido
Rodrigues	224 39 como sobrenome 185 como apelido	Fernandes	172 5 como sobrenome 167 como apelido

(de) Ferreira	110 18 como sobrenome 92 como apelido	da Silva	115 11 como sobrenome 104 como apelido
Gomes	96 24 como sobrenome 72 como apelido	Ferreira	107 2 como sobrenome 105 como apelido
Século XVIII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
(da/e) Silva	273 29 como sobrenome 244 como apelido	Maria	845 436 como sobrenome 409 como apelido
Rodrigues	235 102 como sobrenome 133 como apelido	(da) Rosa	387 77 como sobrenome 310 como apelido
Gomes	223 79 como sobrenome 144 como apelido	de Jesus	242 11 como sobrenome 231 como apelido
Fernandes	203 61 como sobrenome 142 como apelido	(da/e) Silva	163 12 como sobrenome 151 como apelido
(de/e) Freitas	196 34 como sobrenome 162 como apelido	Joaquina	140 66 como sobrenome 74 como apelido
Século XIX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
(da/e) Silva	225 31 como sobrenome 194 como apelido	de Jesus	547 63 como sobrenome 484 como apelido
Rodrigues	206 72 como sobrenome 134 como apelido	(da) Rosa	347 108 como sobrenome 239 como apelido
Gomes	193 78 como sobrenome 115 como apelido	Augusta	244 198 como sobrenome 46 como apelido
(d)e Freitas	182 35 como sobrenome 147 como apelido	Joaquina	191 56 como sobrenome 135 como apelido
José	177 174 como sobrenome 3 como apelido	Maria	174 91 como sobrenome 83 como apelido
Início do Século XX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
da/e Silva	43 5 como sobrenome 38 como apelido	de Jesus	128 32 como sobrenome 96 como apelido

de Freitas	36 9 como sobrenome 27 como apelido	Augusta	38 33 como sobrenome 5 como apelido
(y) Rodrigues	36 20 como sobrenome 16 como apelido		
de Sousa	29 1 como sobrenome 28 como apelido	da Silva	30 3 como sobrenome 27 como apelido
Gomes	28 18 como sobrenome 10 como apelido	da Conceição	29 16 como sobrenome 13 como apelido
Gonçalves	26 14 como sobrenome 12 como apelido	Rosa	24 17 como sobrenome 7 como apelido
		(de/e) Sousa	24 3 como sobrenome 21 como apelido

Novamente, à semelhança das paróquias anteriores, os sobrenomes e apelidos com maior presença nos séculos XVI e XVII são os antigos patronímicos *Gonçalves*, *Fernandes*, etc. Contudo, e em semelhança com o que se pode verificar nos registos de casamentos da paróquia do Caniço, no século XVII, nomes geográficos como *da Silva* já se fazem notar no topo, embora, no início do século XX, na paróquia da Sé, antropónimos antigos patronímicos ainda apresentem várias referências.

Paróquia da Ribeira Brava

Tabela 10: Os dez nomes próprios masculinos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia da Ribeira Brava, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Manuel	27	177	346	519	128	1197
João	27	63	122	387	86	685
António	23	81	169	276	46	572
José	–	6	132	346	79	563
Francisco	22	60	140	157	37	416
Bento	8	30	26	71	9	144
Domingos	10	63	49	13	1	136
Pedro	28	47	27	13	–	115
Sebastião	15	11	13	7	–	46
Joaquim	–	–	7	24	8	39

Com base nos dados nominais, embora fosse inicialmente o segundo principal nome próprio masculino no século XVI (desde 1539), *Manuel* surge como o favorito do século XVII ao início do século XX (relembre-se, até 31 de março de 1911). Nomeadamente, torna-se mais prevalecente no século XVIII, ao ser referido 346 vezes num universo de 1207 (28,7%). Esta proeminência continua no século XIX, quando *Manuel* mantém uma presença substancial, com 519 evidências num total de 2166 (24,0%). No início do século XX, *Manuel* continua a ser um nome próprio relativamente popular, pois apresenta 128 manifestações num conjunto de 435 (29,4%), solidificando a sua atração duradoura. No cômputo geral, *Manuel* acumula 1197 ocorrências em 4818 (24,8%).

É intrigante observar como *João* foi consistentemente popular ao longo dos séculos: começando com 27 referências num universo de 284 (9,5%) e 63 entre 725 (8,7%) nos séculos XVI e XVII, respetivamente, seguem-se 122 ocorrências em 1207 (10,1%), no século XVIII. *João* atingiu o seu pico de popularidade no século XIX e início do XX, com 387 evidências num total de 2166 (17,9%) e 86 em 435 (19,8%), respetivamente. Na totalidade, *João* possui 685 ocorrências em 4818 (14,2%).

De igual modo às restantes paróquias, o nome *António* continua a ser uma escolha prevalecente nos nomes próprios masculinos da Ribeira Brava, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, ao apresentar uma popularidade sustentada, de 572 registos em 4818 (11,9% de todos os nomes próprios masculinos nesta paróquia), ainda que com um padrão decrescente no início do século XX.

Após estar ausente dos registos do século XVI, o nome próprio *José* regista um aumento acentuado de proeminência a partir do século XVIII que, posteriormente, se torna mais gradual; no século XVIII, denota 132 ocorrências num total de 1207 (10,9%), seguidas de 346 num conjunto de 2166 (16,0%) no século XIX e 79 num universo de 435 (18,2%) no início do século XX. Esta tendência evidencia a evolução das preferências de nomes próprios ao longo do tempo, como se verifica nas restantes paróquias. Globalmente, *José* tem 557 ocorrências em 4818 (11,7%).

Francisco é um dos cinco nomes próprios masculinos proeminentes no século XVI, com 22 referências entre 284 (7,7%), porém a sua abrangência é maior no século XVIII, com 140 ocorrências em 1207 (11,6%). Em todo o período estudado, *Francisco* aparece 416 vezes, contribuindo para 8,6% de um conjunto de 4818.

No cômputo global, *Bento*, *Domingos*, *Pedro*, *Sebastião* e *Joaquim*, ao acumularem 144 (3,0%), 136 (2,8%), 115 (2,4%) 46 (1,0%) e 39 (0,8%) ocorrências entre 4818, respetivamente, demonstram que não tiveram muita adesão, todavia ajudam para que a variedade antroponímica da paróquia seja maior, logo, também mais rica. Adicionalmente, é digno de nota como *Pedro* e *Sebastião* não foram referenciados

nenhuma vez nos registos dos casamentos do início do século XX e *Joaquim* nos dos séculos XVI e XVII.

Tabela 11: Os dez nomes próprios femininos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia da Ribeira Brava, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Século					Total de ocorrências
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Maria	58	270	407	829	190	1754
Ana	19	58	150	176	7	410
Antónia	9	9	132	130	17	297
Francisca	15	13	78	100	13	219
Isabel	44	87	53	24	4	212
Luísa	–	3	5	134	44	186
Joana	5	9	27	51	5	97
Catarina	20	44	23	7	–	94
Rosa	–	–	22	57	8	87
Josefa	–	–	61	15	–	76

Com base nos dados da tabela, o nome próprio *Maria* mantém consistentemente o seu estatuto de nome próprio feminino mais popular ao longo dos cinco séculos, com forte presença em cada período. Inaugura-se com 58 ocorrências num total de 285 (20,4%), no século XVI (desde 1539), e cresce continuamente até alcançar 270 em 725 (37,2%), no século XVII. Apesar de diminuir ligeiramente a sua popularidade no século XVIII, ao ser registado 407 vezes entre 1207 (33,7%), *Maria* recupera, por assim dizer, nos séculos seguintes, sendo mencionado em 829 ocasiões num universo de 2166 (38,3%), no século XIX, e em 190 num conjunto de 435 (43,7%), no início do século XX (até 1911). No total, *Maria* acumula 1754 ocorrências entre 4818 (36,4%). Esta popularidade sustentada ao longo dos séculos demonstra o apelo duradouro do nome e a persistência da devoção mariana no contexto madeirense.

O nome *Ana* também apresenta uma popularidade considerável, situando-se entre os cinco nomes próprios femininos mais comuns ao longo dos cinco séculos (exceto no início do século XX, onde ocupa o nono lugar). No século XVI, alcança 19 ocorrências em 285 (6,7%); mantém a sua presença no século XVII, com 58 num total de 725 (8,0%) e atinge o seu auge no século XVIII, ao ser referenciado 150 vezes em 1207 registos (12,4%). Então, começa a perder presença nos séculos seguintes, ao constar em 176 dos registos de casamentos num conjunto de 2166 (8,1%), no século XIX, e em sete do total de 435 registos (1,6%), no início do século XX. Globalmente, *Ana* apresenta 410 referências num total de 4818 (8,5%).

Antónia, não tão prevalecente como *Maria* ou *Ana*, mostra assim um padrão de aderência ao longo dos cinco séculos. Principiando com nove ocorrências num universo de 285 (3,2%) no século XVI, sofre um decréscimo no século XVII para nove entre 725 (1,2%). Seguidamente, aumenta para 132 num cômputo de 1207 (10,9%), no século XVIII, e mantém-se relativamente estável nos séculos XIX e início do XX, com 130 ocorrências num total de 2166 (6,0%) e 17 num de 435 (3,9%), respetivamente. Globalmente, *Antónia* representa 6,2% de 4818, o que equivale a 297 referências.

Resumidamente, a partir da análise dos dados da tabela, é possível reparar como a escolha dos nomes pode mudar significativamente com o decorrer dos séculos. Dos nomes próprios femininos apresentados, *Josefa* foi o que mais se ausentou dos registos, nesta paróquia – tendo zero evidências nos séculos XVI, XVII e início do XX –, seguido de *Rosa* (com zero ocorrências nos séculos XVI e XVII) e de *Luísa* e *Catarina* (século XVI e século XX sem referências deles, respetivamente). *Isabel* e *Catarina* apresentam trajetórias, a nível de aceitação, semelhantes: são nos séculos XVI e XVII onde se verificam os maiores números de escolhas destes nomes (15,4% e 12,0% para *Isabel* e 7,0% e 6,1% para *Catarina*, respetivamente) e, com o decorrer dos séculos, este vai diminuindo até a presença ser reduzida (0,9%, no caso de *Isabel*) ou nula (no caso de *Catarina*, como referido anteriormente). *Francisca* e *Joana* vão oscilando em termos de aceitação ao longo dos cinco séculos, culminando em 219 e 97 num conjunto de 4818, o que equivale a 4,5% e 2,0%, respetivamente.

Tabela 12: Sobrenomes e apelidos mais referidos nos registos de casamentos da paróquia da Ribeira Brava, por século (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Século XVI			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Gonçalves	60 6 como sobrenome 54 como apelido	Gonçalves	50
Fernandes	52 3 como sobrenome 49 como apelido	Fernandes	41 1 como sobrenome 40 como apelido
Afonso	15 1 como sobrenome 14 como apelido	Rodrigues	20 1 como sobrenome 19 como apelido
Pires	14	Martins	19
Rodrigues	13 1 como sobrenome 12 como apelido	Ferreira	15

Século XVII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
Fernandes	152 38 como sobrenome 114 como apelido	de Abreu	140 13 como sobrenome 127 como apelido
de Abreu	81 15 como sobrenome 66 como apelido	Fernandes	69
Gonçalves	74 11 como sobrenome 63 como apelido	Gonçalves	50 3 como sobrenome 47 como apelido
Rodrigues	69 10 como sobrenome 59 como apelido	Rodrigues	44
Gomes	44 19 como sobrenome 25 como apelido	Martins	34 4 como sobrenome 30 como apelido
Século XVIII			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
(de) Abreu	325 63 como sobrenome 262 como apelido	Maria	388 149 como sobrenome 239 como apelido
da/e Silva	104 9 como sobrenome 95 como apelido	(da) Rosa	131 34 como sobrenome 97 como apelido
Rodrigues	101 31 como sobrenome 70 como apelido	de Abreu	130 15 como sobrenome 115 como apelido
José	64 47 como sobrenome 17 como apelido	de Jesus	96 4 como sobrenome 92 como apelido
de Sousa	55 3 como sobrenome 52 como apelido	da Corte	46 2 como sobrenome 44 como apelido
Século XIX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
(de) Abreu	388 107 como sobrenome 281 como apelido	de Jesus	932 32 como sobrenome 900 como apelido
José	140 99 como sobrenome 41 como apelido	Maria	433 103 como sobrenome 330 como apelido

Rodrigues	136 63 como sobrenome 73 como apelido	(da) Rosa	218 60 como sobrenome 158 como apelido
Pestana	126 28 como sobrenome 98 como apelido	da Conceição	163
(de) Faria	118 5 como sobrenome 113 como apelido	Augusta	94 58 como sobrenome 36 como apelido
Início do Século XX			
Homens	**Total de ocorrências**	**Mulheres**	**Total de ocorrências**
de Abreu	77 37 como sobrenome 40 como apelido	de Jesus	242 11 como sobrenome 231 como apelido
de Faria	38 5 como sobrenome 33 como apelido	da Conceição	65 11 como sobrenome 54 como apelido
da Silva	29 12 como sobrenome 17 como apelido	Augusta	35 21 como sobrenome 14 como apelido
António	26 24 como sobrenome 2 como apelido	da Encarnação	16
		(de) Macedo	16
(d)e Andrade	25 2 como sobrenome 23 como apelido	(d)e Sousa	9 1 como sobrenome 8 como apelido
Fernandes	25 2 como sobrenome 23 como apelido		

Sem surpresa, tendo em conta os dados analisados nas quatro paróquias anteriores, os sobrenomes e apelidos com maior presença, no século XVI, são os antigos patronímicos *Gonçalves*, *Fernandes*, etc.; no século XVII, nomes geográficos como *de Abreu* obtiveram posições de destaque que se mantiveram até o início do século XX, juntamente com *da Silva* e *(d)e Andrade*. Contudo, antigos patronímicos como *Fernandes* também preservaram a sua relevância.

Comparação entre Paróquias

Tabela 13: Total dos nomes próprios referidos nos registos de casamentos das quatro paróquias estudadas, por século e por sexo (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

			Século					Total de ocorrências
			XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Paróquia	Santa Cruz	Homens	161	841	985	2004	447	4438
		Mulheres	161	841	985	2004	447	4438
	Caniço	Homens	217	460	1013	1661	350	3701
		Mulheres	217	460	1013	1661	350	3701
	Sé	Homens	2983	2766	3702	3292	530	13 273
		Mulheres	2983	2766	3702	3292	530	13 273
	Ribeira Brava	Homens	285	725	1207	2166	435	4818
		Mulheres	285	725	1207	2166	435	4818

Nos registos de casamentos, os nomes de homens e mulheres surgem aos pares, datados e localizados. Deste modo, para se poder efetuar uma análise, esses valores teriam de ser equivalentes, isto é, para cada registo de casamento corresponderiam o nome de um homem e o nome de uma mulher. O que acontece, e como já foi referido anteriormente, é que, em alguns casos, a leitura foi prejudicada por o papel se apresentar roto, manchado ou as letras apagadas, pelo que não é possível contabilizar como o nome que estaria, de facto, ali representado, mas apenas como um valor de referência.

Tabela 14: Comparação dos nomes próprios masculinos mais referidos nos registos de casamentos das quatro paróquias estudadas (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Paróquia				Total de ocorrências
	Santa Cruz	Caniço	Sé	Ribeira Brava	
Manuel	1116	882	2240	1197	5435
António	771	575	1901	572	3819
João	592	405	1555	685	3237
José	442	509	872	563	2386
Francisco	299	308	1147	416	2170
Pedro	101	77	596	115	889
Domingos	141	79	388	136	744
Luís	28	31	207	33	299
Sebastião	48	35	169	46	298
Joaquim	46	42	146	39	273
Gonçalo	33	18	206	16	273
Gaspar	24	17	192	36	269
Bento	3	2	54	144	203
Miguel	36	36	101	22	195
Simão/Simeão	43	37	97	5	182

De maneira geral, *Manuel* surge como o nome próprio masculino mais prevalecente em todas as paróquias estudadas, apresentando vantagem substancial em cada uma delas. Em Santa Cruz, aparece 1116 vezes, no Caniço 882, na Sé 2240 e na Ribeira Brava 1197. Isto eleva o total geral de *Manuel* para 5435 ocorrências.

António tem forte presença em todas as paróquias, estando sempre entre os três primeiros. Em Santa Cruz, é o segundo nome próprio mais frequente, com 771 ocorrências enquanto no Caniço aparece 575 vezes. A Sé regista a maior prevalência de *António*, com 1901 ocorrências, e a Ribeira Brava verifica 572. O resultado é um total de 3819 referências.

João também mantém uma presença notável, com frequências variáveis nas diferentes paróquias. É registado 592 vezes em Santa Cruz, 405 no Caniço, 1555 na Sé e 685 na Ribeira Brava. No total, *João* soma 3237 evidências.

José é outro nome próprio comum, com representação consistente em todas as paróquias. É registado 442 vezes em Santa Cruz, 509 vezes no Caniço, 872 vezes na Sé, e 563 vezes na Ribeira Brava, resultando num agregado de 2386 menções.

Francisco, embora menos frequente que os nomes próprios anteriormente referidos, continuou a ser muito empregado. Em Santa Cruz, aparece 299 vezes, no Caniço 308, na Sé 1147 e na Ribeira Brava 416, perfazendo um total de 2170 ocorrências.

Pedro, tal como *Francisco*, é um nome de uso recorrente. Registam-se 101 vezes em Santa Cruz, 77 no Caniço, 596 na Sé e 115 na Ribeira Brava, culminando num total de 889 ocorrências.

Domingos mantém-se presente em todas as paróquias, embora com frequências mais baixas. Encontra-se 141 vezes em Santa Cruz, 79 no Caniço, 388 na Sé e 136 na Ribeira Brava. No total, *Domingos* é referido 744 vezes.

Embora menos frequentes do que os nomes próprios anteriores, *Luís*, *Sebastião*, *Joaquim*, *Gonçalo*, *Gaspar*, *Bento*, *Miguel* e *Simão/Simeão* enriquecem ainda mais a diversidade antroponímica nas comunidades estudadas, durante os cinco séculos.

Tabela 15: Comparação dos nomes próprios femininos mais referidos nos registos de casamentos das quatro paróquias estudadas (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

Nome próprio	Paróquia				Total de ocorrências
	Santa Cruz	Caniço	Sé	Ribeira Brava	
Maria	1699	1330	3851	1754	8634
Antónia	328	309	800	297	1734
Ana	182	140	873	410	1605
Isabel	218	129	849	212	1408
Francisca	85	135	553	219	992
Catarina	156	70	580	94	900

Joana	217	121	397	97	832
Rosa	179	74	117	87	457
Luísa	19	45	168	186	418
Beatriz	68	30	256	48	402
Domingas	86	43	174	41	344
Josefa	40	26	192	76	334
Joaquina	113	49	108	38	308
Luzia	59	26	186	35	306
Quitéria	30	86	94	47	257
Ludovina	24	86	28	35	173
Júlia	8	73	73	10	164

Maria destaca-se como o nome próprio feminino dominante, com uma vantagem substancial em todas as paróquias: em Santa Cruz, aparece 1699 vezes, no Caniço 1330, na Sé 3851 e, na Ribeira Brava, 1754. Assim, o total geral de ocorrências de *Maria* é 8634. Esta firme popularidade ao longo dos séculos torna-o o nome próprio mais prevalecente e duradouro, mesmo entre os dois sexos. É também digno de nota o facto de que o padrão seguido pelo nome próprio feminino *Maria*, nos registos de casamento analisados, vai ao encontro do culto mariano que, segundo o estudo elaborado por Luísa Paolinelli e Aline Bazenga[28], se verifica em Portugal desde a introdução do nome em português e na literatura galego-portuguesa, no século XIII, e cujo atingiu o seu apogeu nos séculos XIX e XX. Para além disso, como refere Luís Chaves[29], «são as "Marias", que se contrapõem aos "Manuéis"».

Tal como a sua variante masculina, *Antónia* mantém uma forte presença em todas as paróquias, assegurando consistentemente um lugar entre os três nomes próprios femininos mais populares. Em Santa Cruz, é o segundo nome próprio mais frequente, com 328 ocorrências, enquanto o Caniço tem 309 ocorrências. Na Sé, o nome próprio *Antónia* possui 800 evidências e, na Ribeira Brava, aparece 297 vezes. O resultado é um total de 1734 ocorrências.

Ana também tem uma presença digna de nota, com frequências variáveis nas diferentes paróquias; é registado 182 vezes em Santa Cruz, 140 no Caniço, 873 na Sé, e 410 na Ribeira Brava. No total, *Ana* acumula 1605 ocorrências.

Isabel é outro nome próprio comum, com representação consistente em todas as paróquias; consta 218 vezes nos registos dos casamentos de Santa Cruz,

[28] PAOLINELLI e BAZENGA, 2010-09-07, *Usos de Maria em Portugal: práticas de nomeação e construção de identidade* [conferência].

[29] CHAVES, 1956, «Influências religiosas na formação da Antroponímia e da Toponímia em Portugal», p. 209.

129 nos do Caniço, 849 nos da Sé e 212 nos da Ribeira Brava, resultando num agregado de 1408 ocorrências.

Embora menos frequentes do que os nomes próprios anteriormente referidos, *Francisca*, *Catarina*, *Joana*, *Rosa*, *Luísa*, *Beatriz*, *Domingas*, *Josefa*, *Joaquina*, *Luzia*, *Quitéria*, *Ludovina* e *Júlia* são nomes que contribuem para uma maior riqueza quanto à variedade antroponímica das quatro paróquias durante os períodos estudados.

Tabela 16: Total dos nomes religiosos referidos nos registos de casamentos das quatro paróquias estudadas, por século e por sexo (do século XVI – 1539 – ao início do século XX – 1911)

			Século					Total de nomes religiosos por sexo
			XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	
Paróquia	Santa Cruz	Homens	35	65	66	111	49	326
		Mulheres	31	45	66	129	55	326
	Caniço	Homens	52	42	60	98	37	289
		Mulheres	33	37	56	111	55	292
	Sé	Homens	95	117	133	217	81	643
		Mulheres	79	82	124	210	91	586
	Ribeira Brava	Homens	44	52	58	134	35	323
		Mulheres	36	42	61	134	50	323
Total de nomes religiosos por século			405	482	624	1144	453	3108

Enquanto a paróquia de Santa Cruz e a paróquia da Ribeira Brava apresentam quantidades idênticas de nomes religiosos tanto para homens como para mulheres, a paróquia do Caniço demonstra uma maior aderência à antroponímia religiosa por parte das mulheres, ao mesmo tempo que a paróquia da Sé o faz por parte dos homens.

Considerações Finais

A investigação antroponímica beneficiou de uma abordagem orientada para o *corpus* documental devidamente enunciado anteriormente, permitindo uma interpretação objetiva dos dados. Tal abordagem correspondeu aos objetivos do estudo e favoreceu um olhar aprofundado sobre os nomes dos nubentes nas paróquias de Santa Cruz, Caniço, Sé e Ribeira Brava, permitindo uma melhor compreensão das práticas e tendências de nomeação na Ilha da Madeira do século XVI ao início do século XX.

Além disso, graças a ferramentas computacionais como o *Microsoft Excel*, foi possível filtrar todos os dados e extrair todas as partes relevantes dos *corpora*.

A terminologia antroponomástica de Leite de Vasconcelos[30] foi utilizada neste estudo para designar os diferentes elementos linguísticos que compõem a cadeia antroponímica.

Uma outra situação que ocorreu é que, por vezes, os nomes das mulheres nem sequer foram mencionados nos registos de casamentos das paróquias da Sé e da Ribeira Brava, constando na base de dados como «Não refere», e havendo duas evidências na Sé em que o nome do pai ou o nome do senhor da escravizada foi indicado no seu lugar, o que não ajuda à análise.

É de salientar que os sobrenomes e os apelidos podem ter várias origens e interpretações, e que a análise efetuada se baseia nos dados fornecidos. Alguns dos sobrenomes e apelidos podem possivelmente ter várias origens ou etimologias pouco claras. Para uma análise mais exaustiva, seria necessário um contexto histórico-linguístico adicional.

Por diversas vezes, surgiram casos de homonímia. Uma forma de se obter uma identificação mais precisa desses indivíduos para sanar eventuais dúvidas seria uma averiguação de mais informações contextuais.

Segundo Naidea Nunes[31], de acordo com a legislação atual, «ainda hoje não é obrigatório que, na composição do nome de um indivíduo registado em Portugal, sejam atribuídos os últimos apelidos do nome da mãe e do pai como nomes de família, havendo liberdade nessa escolha», pelo que não é de estranhar a variedade de antroponímia que se pôde e poderá encontrar-se.

Ao longo dos séculos, foi possível seguir o rasto dos nomes próprios masculinos e femininos predominantes nas paróquias. Da mesma forma, os sobrenomes e apelidos locais também foram possíveis de ser rastreados. Foi efetuada uma análise comparativa dos nomes próprios masculinos e femininos mais frequentes nas paróquias, o que permitiu observar possíveis mudanças ao longo do tempo na Madeira. No entanto, a replicação deste processo para os sobrenomes e apelidos, repita-se, revelou-se inviável devido a limitações de tempo. No futuro, seria relevante comparar os resultados obtidos com registos matrimoniais de um número ainda maior de paróquias do Arquipélago da Madeira para obter uma perspetiva mais completa da realidade histórica antroponímica madeirense. Seria também interessante comparar estes dados antroponímicos com os recolhidos

[30] VASCONCELOS, 1928, *Antroponimia Portuguesa*.

[31] NUNES, 2019, «A Emigração de Água de Pena e a sua Antroponímia nos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal de 1955 a 1970», pp. 263-289.

e analisados por Naidea Nunes e Dieter Kremer[32] para os séculos XV e XVI, relativos ao início do povoamento da ilha. Assim, a comparação da informação apurada por estes autores com os dados do presente estudo permitiria compreender a evolução dos nomes próprios de homens e mulheres, bem como dos sobrenomes e apelidos já conhecidos e de novos documentados nos diferentes séculos, assim como potenciaria uma discussão envolvendo a convergência e/ou divergência dos resultados obtidos com outros estudos existentes – que era um dos objetivos traçados para este trabalho e que não foi possível alcançar devido à grande quantidade de dados disponíveis. Outros estudos que também poderiam servir para uma boa comparação são os de Naidea Nunes[33], José Teixeira[34] e Alberto Vieira[35], só para citar alguns.

Bibliografia

ALCOCHETE, Nuno Daupiás d', s.d., «Registo Paroquial», in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 258-260.

AMORIM, Norberta, 2001, «Registos Paroquiais», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 99-101, disponível em http://hdl.handle.net/10400.14/13493.

BARROS, Fátima (leitura paleográfica e revisão) e NÓBREGA, Regina (composição), 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 1 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Machico (1577 – 1893)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

BARROS, Fátima (leitura paleográfica e revisão) e NÓBREGA, Regina (composição), 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 2 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Santa Cruz (1539 – 1893)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

[32] NUNES e KREMER, 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)*.

[33] NUNES, 2019, «A Emigração de Água de Pena e a sua Antroponímia nos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal de 1955 a 1970», pp. 263-289.

[34] TEIXEIRA, 2007, «Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal», pp. 207-239.

[35] VIEIRA, 1999, «Os italianos na Madeira: séculos XV-XVI», pp. 11-28.

BARROS, Fátima (leitura paleográfica e revisão) e NÓBREGA, Regina (composição), 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 5 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho da Ribeira Brava (1539 – 1893)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

BARROS, Fátima (leitura paleográfica e revisão) e NÓBREGA, Regina (composição), 2004, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 15 – *Índices dos Registos de Casamentos dos Concelhos Rurais (1894 – 1911)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

CHAVES, Carolina Beatriz Rodrigues, 2024, *Anthroponymy of marriers from parishes of Madeira (16th to 20th century), Portuguese to English translation of four photographic catalogues on the history of clothing in the island, support to the organization of a scientific meeting, linguistic revision and editing of DRABM's scientific journal AHM, Nova Série*, Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade da Madeira, disponível em http://hdl.handle.net/10400.13/5595.

CHAVES, Luís, 1956, «Influências religiosas na formação da Antroponímia e da Toponímia em Portugal», in *O Arqueólogo Português*, 2.ª Série, n.º 3, pp. 177-209, disponível em https://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=12071.

GONÇALVES, Iria, 1971, «Amostra de antroponímia alentejana do século XV», in *Do Tempo e da História*, 4, pp. 173-212, disponível em http://hdl.handle.net/10451/38131.

MACHADO, José Pedro, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Livros Horizonte/Confluência.

MELO, Luís de Sousa (leitura paleográfica dos anos 1539 – 1859), BARROS, Fátima (leitura paleográfica dos anos 1860 – 1911, conferência e revisão) e NÓBREGA, Regina (composição), 2002, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 9 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho do Funchal Freguesia da Sé (1539 – 1911)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

NUNES, Naidea Nunes e KREMER, Dieter, 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)*, Coleção Patronymica Romanica, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, disponível em http://hdl.handle.net/10400.13/1937.

NUNES, Naidea Nunes, 2019, «A Emigração de Água de Pena e a sua Antroponímia nos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal de 1955 a 1970», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 263-289, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/issue/view/1.

PAOLINELLI, Luísa e BAZENGA, Aline, 2010-09-07, *Usos de Maria em Portugal: práticas de nomeação e construção de identidade* [conferência]. CILFR 2010, Valência, Espanha, disponível em http://tinyurl.com/32e8hfjn.

PIEL, Joseph-Maria, 1989, *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

ROWLAND, Robert, 2008, «Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação», in *Etnográfica*, n.º 12/1, pp. 17-43.

SILVA, Alberto Júlio, 2012, *Os nossos santos e beatos: e outros, que Portugal adotou*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

TEIXEIRA, José, 2007, «Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal», in *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, n.º 21.1, pp. 207-239, disponível em https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/index.

VASCONCELOS, José Leite de, 1928, *Antroponimia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite de, 1931, *Opusculos*, vol. 3, Coimbra, Imprensa da Universidade.

VIEIRA, Alberto, 1999, «Os italianos na Madeira: séculos XV-XVI», in *Arquipélago--História*, 2.ª Série, III, pp. 11-28, disponível em http://tinyurl.com/tu3nzavy.

VILLALVA, Alina, MARQUILHAS, Rita, CORREIA, Clara Nunes e ALBINO Cristina, 2002, *Dicionário Etimológico dos Nomes de Ocupação em Português*, disponível em http://tinyurl.com/2f32wmkx.

Webgrafia

A Santa Sé, s.d., *Papi*, disponível em https://www.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father.html.

Arquivo Regional da Madeira – Registos de Casamentos, s.d., disponível em https://abm.madeira.gov.pt/pesquisa/casamento/.

Atlas Digital da América Lusa, s.d., *Martiriológio Lusitano*, disponível em http://lhs.unb.br/atlas/Categoria:Martiriol%C3%B3gio_Lusitano.

Behind the Name: The Etymology and History of First Names, s.d., disponível em https://www.behindthename.com/.

Bíblia Sagrada, s.d., Difusora Bíblica, disponível em http://www.paroquias.org/biblia/.

Catholic Online, s.d., *Popular Saints*, disponível em https://www.catholic.org/saints/popular.php.

Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira – Pesquisa Avançada, s.d., disponível em https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/search.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp 241-272
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

As Freiras do Convento de Santa Clara do Funchal: Ofícios e *Cursus Honorum* (1733-1752)

The Nuns at the Convent of Saint Claire in Funchal: Occupations and *Cursus Honorum* (1733-1752)

Mariana Gomes Pacheco[1]

Resumo

Os estudos sobre conventos femininos centram-se em grande parte na sua norma, desvios à regra e sustento económico, condicionados que estão pelas fontes usualmente preservadas: regulamentos, tombos e livros de contabilidade e visitas de fiscalização. O Convento de Santa Clara do Funchal foi mandado edificar em meados do século XV, por João Gonçalves da Câmara, tendo por intuito o recolhimento de raparigas nobres da Ilha, entre as quais as suas próprias filhas, sob a Regra Urbanista de Santa Clara. Num meio religioso de perpétua clausura, as clarissas funchalenses constituíram uma comunidade exclusiva, praticamente autónoma e contando com uma população conventual que ultrapassava regularmente as cem religiosas professas, na primeira metade do século XVIII. A existência de uma tamanha comunidade, em oposição a uma pequena panóplia de ofícios estabelecidos, levou-nos a questionar a possibilidade de reconstituir o *cursus honorum* das religiosas que desempenharam os cargos considerados mais dignificantes. Assim, propomo-nos reconstituir e compreender o funcionamento das relações de poder e da distribuição das honrarias no convento funchalense, analisando, para esse efeito: 1) um translado de 1781 das Constituições Gerais para as religiosas da zona franciscana cismontana (1676); 2) o único livro preservado da Confraria de Escravas de Nossa Senhora do Monte (1750/1751), onde constam os nomes das religiosas, educandas e serventes do convento; 3) as atas de eleições dos ofícios do convento de

[1] Licenciada em História com Menor em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, atualmente frequenta o Mestrado em História Moderna na mesma instituição. Principais áreas de interesse: História das Mulheres, História Local, História da Proteção Social, Quotidianos Rurais e Urbanos e História Religiosa. Endereço eletrónico: marianapacheco02@hotmail.com.

1733-1752, com o nome das religiosas eleitas e o número das professas que trienalmente votavam para a eleição da abadessa; 4) e os autos de perguntas às noviças para os anos entre 1726 e 1752.

Palavras-chave: Convento; Clarissas; Ofícios; Funchal; Século XVIII.

Abstract

Studies on female convents are mainly focused on its norms, deviations from the rule, and economic support, conditioned as they are by the usually preserved sources: regulations, records and accounting books and inspection visits. The Convent of Saint Clare, located in Funchal, was built in the mid-15th century, under the request of João Gonçalves da Câmara, whose purpose was to gather under the enclosure of the Saint Clare's Urbanistic Rule, the noble ladies of the Island, including his own daughters. In a religious environment of perpetual enclosure, the nuns constituted an exclusive community, practically autonomous, that regularly was composed by at least one hundred professed nuns, in the first half of the 18th century. The existence of a large conventual community, opposed by the small panoply of occupations in the convent, made us question the possibility of a *cursus honorum* (or honorary career) amongst the nuns, and the consequent existence of more dignified occupations. Likewise, we plan to reconstitute and perceive the power relations and honorific path that the nuns had gone through, analysing, for that purpose, 1) a 1781 copy of the general constitutions for the religious women of the Franciscan Cismontane zone (1676); 2) the only preserved book from the Confraria de Escravas de Nossa Senhora do Monte (1750-1751), from which we will collect the names of the nuns, pupils and servants of the Convent; 3) the election books of the Convent for the years between 1733 and 1752, from where we will take the occupations of the convent, as well as the names of the nuns elected for them and the number of the professed nuns who voted triennially on the election of the abbess; 4) and the questions record book of the pupils, for the years between 1726 and 1752.

Keywords: Convent; Clarisses; Occupations; Funchal; 18th Century.

Introdução

A tradição historiográfica para o estudo das ordens religiosas, mais precisamente das ordens religiosas femininas, tem impulsionado o desenvolvimento de diversas teses que exploram maioritariamente as vertentes económica e artística do seu objeto de estudo, privilegiando os registos de dotes, os livros de receitas e despesas e o património. Geralmente, desvalorizam-se as dinâmicas sociais internas que são essenciais para o entendimento da administração e das relações interpessoais.

Na Madeira, verifica-se carência de estudos de História Social e das Mulheres, continuando-se a deixar o sexo feminino à margem da memória. Os desenvolvimentos da historiografia regional, no âmbito da Época Moderna, têm visado, geralmente,

questões político-administrativas, económicas e religiosas, que procuram esclarecer os panoramas da ocupação territorial do arquipélago, através de uma visão positivista que, apesar de também necessária, parece hoje insuficiente e redutora. O rico espólio documental produzido no meio insular não tem sido aproveitado devidamente, como se verifica através do caso do Convento de Santa Clara do Funchal. Apesar de a instituição em questão ter sido uma relevante instância de poder económico e social, albergando as descendentes femininas da elite madeirense, percebe-se que o primeiro convento feminino da Madeira foi alvo de diminuta atenção historiográfica[2]. Neste caso, propomo-nos uma pioneira tentativa de compreensão da relação entre ofícios, *cursus honorum* e dinâmicas de poder internas, nesta comunidade.

Desse modo, reconhecendo os conhecimentos adquiridos pelas pesquisas até agora desenvolvidas, tanto no âmbito da História da Madeira, como no âmbito da História Religiosa, aliar-nos-emos à História das Mulheres, pela ótica da micro-história, com o intuito de estudar as dinâmicas sociais dentro desta comunidade. Visamos, através do cruzamento de dados e informações, conhecer as relações de poder no meio conventual, ou mais concretamente, verificar a existência de um *cursus honorum* de religiosas, traçando individualmente os percursos das religiosas professas, e reconhecendo a existência de padrões comportamentais e ocupação de cargos conventuais mais ou menos dignificantes, técnicos ou honoríficos.

Utilizaremos documentos que potenciam um estudo mais intensivo do Convento de Santa Clara do Funchal, nomeadamente: as Constituições Gerais da família Cismontana de 1676[3]; as Atas de Eleições para os anos compreendidos entre 1733 e 1752[4]; os Autos de Perguntas às Noviças para os anos compreendidos entre 1726 e 1752[5]; e o livro onde se registaram os nomes das mulheres que se inscreveram

---

2 Veja-se, acerca do Convento de Santa Clara do Funchal, a obra de João José Abreu de Sousa, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, publicada em 1991, e a obra de Otília Rodrigues Fontoura, denominada *As Clarissas na Madeira – Uma presença de 500 anos*, publicada em 2000. Ambas partilhavam o propósito de escrever a História do Convento, de forma descritiva. No entanto, carecem de uma visão analítica dos dados e das fontes e focam-se essencialmente na componente económica. Mais recentemente, o Convento de Santa Clara do Funchal foi objeto de estudo em trabalhos académicos, como o relatório de mestrado de Luís Moreira Veiga, com o título *O Mosteiro de Santa Clara do Funchal – Formação, evolução e atualidade*, que trata do edifício em termos patrimoniais, e a dissertação de mestrado de Virgínia Glória Abreu do Nascimento, com o título *O Mosteiro de Santa Clara entre e além muros – A musealização de um monumento em funcionamento*, que analisa o património arquitetónico do objeto de estudo.

3 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17.

4 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27.

5 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, livs. 28 e 36.

na Confraria das Escravas de Nossa Senhora do Monte em 1750/51[6], bem como outros documentos pontuais. Através da análise documental, iremos conciliar as atas de eleições, de modo a compreender que ofícios foram levados a eleição, quais foram as religiosas para tal eleitas e por que cargos passaram. Para além disso, tentaremos quantificar a população do convento à data dos registos de entradas na Confraria das Escravas de Nossa Senhora do Monte. Por fim, através dos autos de perguntas às noviças, tentaremos detetar algum desvio às constituições no que toca ao acesso aos ofícios.

O nosso artigo está estruturado com três capítulos. O primeiro capítulo elaborará uma contextualização histórica, expondo a ocasião em que foi solicitada a criação de um convento de clarissas no Funchal. No segundo capítulo, em que se inclui um subcapítulo, desenvolveremos as competências profissionais dos diversos cargos oficiosos propostos na Constituição Geral da Família Cismontana, realizando, previamente, uma breve contextualização e explicação dos motivos para a sua criação. Num terceiro capítulo, lidaremos com as informações fornecidas pelas atas de eleições, no que toca a ofícios e população conventual, fornecendo exemplos de percursos de mulheres que exerceram cargos de eleição no Convento; e, com as informações de documentação paralela, como autos de perguntas às noviças, tentaremos reconstruir um esboço das relações sociais entre as enclausuradas. Por fim apresentaremos as nossas conclusões finais.

Capítulo 1 – A Ordem de Santa Clara no Funchal

A decisão de exploração da Ilha da Madeira, através da criação de um regime de capitanias e de medidas que tornavam o povoamento atrativo, ditaram uma necessidade de se dotar o local de instituições essenciais para uma comunidade de Antigo Regime, entre elas, um convento feminino para confinamento e proteção de mulheres de determinados estratos sociais elevados.

Terá cabido a João Gonçalves da Câmara, segundo capitão do donatário da Ilha da Madeira, e sua mulher, Maria de Noronha, a iniciativa da fundação de um convento feminino na Ilha da Madeira, já que a escassez de homens jovens com um estatuto social digno e em condições de contrair matrimónio era um entrave no processo de decisão do futuro das filhas do casal e de outras descendentes femininas da nobreza

[6] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 29.

da Ilha[7]. Nesse sentido, e com a autorização de D. Manuel, duque de Beja e senhor da Madeira, um apelo foi feito ao Papa para que se erguesse no meio insular português o primeiro convento feminino[8].

A autorização papal para a construção do Convento chegou na bula *Eximiae devotionis affectus*, de 4 de maio de 1476, emitida por Sisto IV, que inclusive concedia o direito de padroado ao casal e seus descendentes. A autorização por parte do duque D. Manuel para a fundação do convento com base na igreja de Santa Maria de Cima, onde a família Câmara estabelecera o seu panteão, foi recebida em 1488. Todavia, a edificação propriamente dita iniciou-se apenas em 1491, sendo concluída em 1497, dois anos depois da bula *Ex injunto nobis*, emitida pelo Papa Alexandre VI, que concedeu a licença definitiva para a criação do convento no Funchal e que determinava, entre outros aspetos, que as mulheres que lá professassem deveriam viver em perpétua clausura e regular observância, sob a Regra de Urbano IV, devendo obediência ao guardião do Convento de São Francisco do Funchal[9].

Efetivamente, as pretensões para a criação de um convento no Funchal foram correspondidas, dado que os dotes de admissão conventual permaneceram elevados durante toda a sua existência, limitando as possibilidades de ingresso e mantendo a exclusividade associada a um estatuto social privilegiado[10]. As vantagens económicas das clarissas funchalenses provieram também dos condicionantes jurídico-religiosos que as regulamentavam, como o facto do Convento ter adotado a Regra de Urbano IV, que lhes possibilitava receber, possuir e deter em comum rendas e possessões, e o crescimento financeiro ter sido possibilitado e protegido pela Coroa portuguesa e a autoridade pontifícia, permitindo-lhes adquirir bens imóveis e obter isenções e privilégios[11].

Assim, o Convento de Santa Clara arrecadava fundos provenientes de dotes e da posse de uma vasta panóplia de propriedades, engenhos, moinhos, serragens de água e graneis, distribuídos por todas as zonas da Ilha[12]. A exploração das suas propriedades, efetuada através de contratos com foreiros, colonos e arrendatários, que realizavam os pagamentos dos juros em géneros e/ou em dinheiro, permitiu

---

7 FONTOURA, 2000, *As Clarissas na Madeira – Uma presença de 500 anos*, p. 55.

8 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 309.

9 Para mais informações acerca da fundação do Convento de Santa Clara, consultar FONTOURA, 2000, *As Clarissas na Madeira – Uma presença de 500 anos*.

10 SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 17.

11 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 18, fl. 3.

12 Um livro de registos de propriedades do Convento, datado de meados do século XVIII até ao século XIX, lista, por exemplo, fazendas, vinhas e terras no Funchal, na Ribeira Brava e em Câmara de Lobos (ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 25).

que a instituição se tornasse um relevante agente económico local[13]. Esta realidade reflete-se nos livros de receitas e despesas do Convento, como sucede no registo de 1740, em que se refere «o que emportarao os foros e juros que se pagão a estta comunidade»[14], e se indexa o pagamento de juros de propriedades na Ribeira Brava, nos Canhas, na Ponta do Sol, em Câmara de Lobos, no Caniço e na Calheta, entre outros, para o mês de janeiro[15].

No que toca ao valor dos dotes, através do registo de receitas e despesas de 1740 e das constituições que regiam o convento, podemos confirmar o seu elevado valor, bem como o das propinas[16]. O pagamento do dote, segundo Maria Marta Lobo de Araújo, «assegurava uma vida consagrada à religião, transformando-se numa fonte de rendimento e simultaneamente de sustento para o mosteiro»[17], e podia «ser constituído apenas por dinheiro ou integrar dinheiro e outros bens […] ou ser pago em propriedades ou foros»[18]. Esta transferência de património, que se destinava aos custos necessários para a vida das religiosas e das restantes pessoas que lá habitavam, segundo os dados levantados por João José Abreu de Sousa, deverão ter aumentado conforme patente datada do Funchal[19], passando de 200$000 réis para 600$000 réis, em 1703. Em 1728, a carta de petição apresentada por parte da noviça Maria do Monte, onde solicitou que pudesse professar prematuramente, indica que o seu dote de admissão foi de 800$000 réis[20]. Já em janeiro de 1740, registou-se o «meio dote entregue na profissão da M. Clara Maria do Sacramento», e de outras noviças, no valor de 400$000 réis, o que se traduz no pagamento de dotes no valor de 800$000 réis. A elevada quantia que se entregava com o dote deverá ser tomada como indicativo do elevado número de pessoas enclausuradas e como tentativa de manutenção de um modelo de vida exuberante dentro da clausura[21].

No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, a população conventual era também ela elevada. Os estudos de João José Abreu de Sousa demonstram que, durante este período, «a expansão demográfica e a expansão

13 SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 21.
14 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 41, fl. 1v.º.
15 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 41, fls. 3 e 3v.º.
16 No caso do valor das propinas, os estudos de João José Abreu de Sousa apontam para que, em meados do século XVII, as educandas pagassem 25$000 réis anuais (SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 46).
17 ARAÚJO, 2005, «Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja», p. 115.
18 ARAÚJO, 2005, «Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja», p. 115.
19 SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 49.
20 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, maço 11, n.º 7, fls. não numerados.
21 SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 43.

económica ligada ao incremento da exportação do vinho»[22] potenciou um aumento demográfico, que se refletiu no aumento da população conventual. A esta informação, acrescenta-se ainda o testamento de D. Branca de Atouguia, datado de 1615, e trabalhado por João José Abreu de Sousa, que revela a existência de escravos do sexo masculino e feminino[23]. D. Branca de Atouguia deixa expresso nas suas últimas vontades que «duas escravas pequenas moças hûa que chamão elena outra antonia as quaes deixo a saber a elena a minha filha dona bernardina e antonia a minha filha dona antonia que se sirvão delas no dito mosteiro»[24]. Através da análise dos desejos da testamentária, verificamos o recurso ao trabalho de serventes do sexo masculinos e a posse de serviçais particulares[25]. Consequentemente, o número de habitantes no espaço aumentava. Os serventes, que constituem uma força laboral, são também um encargo no que toca à satisfação das suas necessidades básicas.

Para a definição da população conventual, Henrique Henriques de Noronha indica que, em 1722, o número de religiosas chegou a atingir a casa dos 170[26], sem se contabilizar as habitantes extraordinárias, entre as quais as donatas[27], as serventes e as noviças. Já António Cordeiro, no século XVIII, afirmou que, no Funchal, havia «hum Convento de Freiras de Santa Clara, Franciscanas, de grandes rendas, e maiores virtudes, e de sessenta Freiras de véo preto»[28]. Sessenta religiosas era, inicialmente, o número máximo para a população conventual, todavia, os dados recolhidos por João José Abreu de Sousa apontam que uma visitação ocorrida em 1720, fez aumentar o *numerus clausus* para 100, sem incluir os membros da comunidade que não professavam[29].

---

[22] SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 49.

[23] SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, pp. 43-44.

[24] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, maço 11, n.º 42 (transcrito em SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, pp. 129-134).

[25] A presença de escravos em conventos e mosteiros aumentou exponencialmente, no período moderno. Serviam as instituições e religiosas particulares, fazendo parte do quotidiano enclausurado (CONDE, 2016, «O quotidiano na clausura feminina eborense e a presença de população escrava […]»).

[26] NORONHA, 1996 [1722], *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, p. 264.

[27] As constituições definem as "donatas" como mulheres que se recolhiam nos conventos, mas que, sem pagar dote, custeavam a sua estadia, professavam e vestiam um hábito branco, diferente do das religiosas professas. Nas eleições, não tinham voz ativa nos ofícios maiores, ou seja, não podiam votar. Podiam exercer, caso fosse necessário, ofícios menores. Cabia-lhes executar os ofícios humildes da casa. Assemelham-se aos "donatos" que estavam «ao serviço de um convento, sem vínculo jurídico ou canónico, recebia[m] vestiaria, hábitos, sapatos, alimentação e as propinas como os clérigos […] estavam reservadas as tarefas auxiliares da comunidade» (LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I […]», p. 223).

[28] CORDEIRO, 1866, *História Insulana* […], vol. III, p. 107.

[29] SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 49.

Para o século XVIII, conhecemos ainda o registo do livro da Confraria de Escravas de Nossa Senhora do Monte, criado na sequência do terramoto de 1748[30], por petição da abadessa regente, a Madre Francisca dos Querubins. O livro era dedicado exclusivamente ao Convento de Santa Clara do Funchal, já que «as religiosas, educandas, famulas e comensaes do mesmo Mosteiro […] desejavao fervorosamente ser admitidas na Confraternidade da Glorissima Virgem Maria Nossa Senhora do Monte»[31]. O livro em questão possui o nome das mulheres que se propuseram à inscrição na irmandade, bem como a esmola que estas deveriam conceder à confraria no final da Quaresma de cada ano e, ainda, quantias monetárias extraordinárias que pudessem querer ofertar.

Os registos de entradas na confraria datam de entre 11 de maio de 1750 e 11 de janeiro de 1751, havendo, porém, depois desta data, entradas incompletas. Devido a essa lacuna, podemos concluir que, no ano de 1750, unicamente ingressaram na confraria mulheres nos meses de maio e dezembro. Já no ano de 1751, apenas existem registos do mês de janeiro, ocorridos mais concretamente nos dias 3, 4 e 11. No total, contabilizamos o nome de 165 mulheres, maioritariamente envergando o título de soror, que as distinguia enquanto religiosas[32].

Sublinhando o nível de vida possibilitado pela exploração de diversas propriedades, pelo elevado dote, pela propina anual, pelo extraordinário número de professas e pela existência de criadagem que servia as religiosas, é necessário compreender as Constituições da Família Cismontana, de 1676, e os pressupostos da vida em clausura que estava estabelecida nas mesmas.

[30] O terramoto ocorreu no dia 31 de março de 1748, tendo uma intensidade entre os 6,2 e os 6,95 na escala de *Richter*. No dia seguinte, a população madeirense terá se reunido para realizar atos religiosos, na tentativa de aliviar as suas preocupações com a alma. Durante este período destacou-se a ação do bispo do Funchal, Frei João do Nascimento, que assistiu espiritualmente à população e assumiu, por quatro anos, o cargo de governador e capitão-geral da Madeira, na ausência de Francisco de Mendonça Gorjão, que havia se deslocado para o Brasil. O bispo terá apelado ao culto da padroeira da Ilha, Nossa Senhora do Monte. Nesse sentido, terá sido criada na Igreja de Nossa Senhora do Monte a Confraria de Escravos e Escravos de Nossa Senhora do Monte, extensível a demais igrejas, paróquias e conventos da região (Para mais informações acerca do terramoto consultar SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 373-374; para informações complementares acerca de Frei João do Nascimento consultar COSTA, s.d., «João do Nascimento ou João da Natividade»).

[31] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 13.

[32] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. não numerados.

Capítulo 2 – A Constituição da Família Cismontana (1676) e os Ofícios Religiosos

A Igreja Católica, durante o Antigo Regime, e particularmente após o Concílio de Trento, utilizou diversos mecanismos com o intuito de controlar a religiosidade na Europa. Para o efeito, utilizando os decretos tridentinos, reforçou-se a obrigatoriedade do cumprimento dos «votos monásticos de castidade, obediência e pobreza (por esta ordem decrescente de relevo), e insistindo na clausura perpétua das religiosas»[33], em conventos femininos. Nesse sentido, as visitas de fiscalização realizadas por superiores de abadias masculinas, ou por autoridades diocesanas, representava uma tentativa de controlo dos comportamentos femininos. Porém, não era apenas através da autoridade masculina direta que se controlava a disciplina dos conventos femininos.

A Ordem dos Frades Menores[34], na qual se insere a Ordem de Santa Clara, evoluiu através de divergências, reformas e cisões, fruto das várias denúncias de desvio à norma, provenientes das visitas canónicas. A degeneração da austeridade e conventualidade desencadeou, a partir do final do século XIV, uma reforma da observância, que se traduziria na criação de dois ramos autónomos na Ordem dos Frades Menores: a Família Cismontana e a Família Ultramontana. Por conseguinte, passaram a utilizar-se estatutos provinciais franciscanos, elaborados em capítulos provinciais, que se apresentavam como «adaptações dos estatutos gerais da ordem, inspirados na Regra, às circunstâncias práticas de cada província»[35].

No entanto, uma Constituição da Família Cismontana foi elaborada num Capítulo Geral, celebrado em Roma, a 11 de junho de 1676[36], com o intuito de compilar num único texto aquilo que celebrava a Primeira Regra de Santa Clara, o Testamento de Santa Clara, o privilégio de pobreza dado pelo Papa Inocêncio IV, a Regra de Urbano IV, a Terceira Regra, as Constituições Gerais e das Descalças.

Já no final do século XVII, após um alegado pedido das madres abadessas de diversos conventos e mosteiros, que denunciavam a «desculpa o costume antigo, e falta de estatutos, defensando com o seu grande e notório zelo desterrar abusos,

[33] CONDE, 2015, «O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento», p. 122.

[34] Os membros da Ordem dos Frades Menores também podem ser denominados "Franciscanos".

[35] CABRAL, 2016, *O funcionamento das visitas canónicas e o desvio à norma no quotidiano franciscano (Portugal, 1725-1831)*, p. 33.

[36] As Constituições Gerais foram elaboradas em 1639, mas em 1676 foram traduzidas do castelhano para português. Tendo em consideração o ano de tradução e o facto de se acrescentarem novas ordenações elaboradas em Capítulos Gerais seguintes, consideramos mais correto utilizar a data de 1676 para nos referirmos à Constituição Geral.

prover remédio conveniente para que as religiosas, assim súbditas, como preladas, vivão e se governem com aquela perfeição, que pede seu estado»[37], o ministro geral de São Francisco mandou traduzir e imprimir diversas cópias das Constituições da Família Cismontana. As impressões terão sido distribuídas pelos conventos de clarissas do Reino, como estipulado por Frei Manuel de Santiago, examinador das Ordens Militares e ministro provincial.

No que toca à sua composição, as Constituições da Família Cismontana estavam divididas em 15 capítulos e diversos parágrafos, que abordavam os diversos níveis da vida conventual, como a receção das noviças, a oração, o silêncio, a comunhão, a vida comum, os ofícios e os castigos, entre outros. As constituições deveriam ser conservadas no meio conventual e lidas à comunidade três vezes ao ano, de modo a corrigir as transgressões às normas.

No Convento de Santa Clara do Funchal, este documento encontra-se como translado, elaborado em 1781, por ordem da abadessa à época, Ana Quitéria de São João[38].

2.1 – Os Ofícios Conventuais: Teoria e Prática

As constituições descrevem, como já se disse, a maioria das componentes essenciais para o quotidiano conventual. Definem os ofícios, o que se deverá tomar por hábito, o que se deve vestir, de que maneira se deve conservar o silêncio, quais deverão ser os períodos dedicados ao silêncio e à oração e estabelecem os castigos a aplicar no caso de desvios. Desse modo, enquanto ofícios eletivos previstos nas constituições, lista-se: abadessa, vigária do mosteiro, discretas, porteiras, rodeiras, escutas, mestra das noviças, vigária do coro, sacristã, enfermeiras, provisora, roupeira, refeitoreira e depositária.

O ofício de abadessa aparece na constituição com maiores responsabilidades que as restantes religiosas, visto que deveria ser, se quisermos, a intendente da vida conventual[39]. Todas as religiosas tinham a obrigação de obedecer-lhe, como sua prelada, e respeitá-la enquanto "mãe", dando-lhe ainda a autorização para vigiar, penitenciar, emendar e castigar aquelas que não guardassem a sua profissão. A religiosa eleita para o cargo deveria ter mais de oito anos de profissão, o que lhe permitia, para além de vigiar os costumes e os restantes ofícios, realizar a adminis-

[37] *Constituiçoens geraes pera todas as freiras, e religiosas sogeitas à obediencia* […], 1681, s.p.

[38] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. não numerado.

[39] O abadessado é desenvolvido ao longo das constituições, sendo-lhe dado um grande destaque ao longo do texto (ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17).

tração do convento, assistir à profissão das noviças, fechar os locutórios e grades durante o tempo de oração, carregar as chaves da roda, controlar as festas do convento[40] e, ainda, receber o dinheiro do convento.

Nas previsões de desvios e castigos, a grande maioria das advertências tinham como destinatária a abadessa, pelo facto de ser ela a responsável pela manutenção e contenção de ações, comportamentos e atitudes das restantes religiosas, mas também por ser ela a administrar o convento. Nesse sentido, caso, por exemplo, se recebesse alguma noviça sem dote, ou houvesse algum descuido no uso do hábito ou no silêncio, a abadessa deveria ser admoestada e castigada. A maioria dos castigos atribuídos à abadessa baseavam-se na privação do seu ofício, por um, dois, quatro ou seis meses, ou até perpetuamente. Esta pena aplicar-se-ia regularmente às outras religiosas que não cumpriam com o seu ofício devidamente[41].

No tocante às eleições, apenas se estabelece que a abadessa tem de merecer metade dos votos da comunidade, num ato secreto, realizado trienalmente, e exclusivo para religiosas votantes com mais de seis anos de profissão. O livro onde se registaram as atas de eleições demonstra que, no Convento de Santa Clara do Funchal, alguns dos costumes estabelecidos pelas constituições não se cumpriam. Entre 1733 e 1752, registaram-se seis eleições para abadessa, respetivamente nos anos de 1733, 1736, 1740, 1743, 1747 e 1750, e, como se observa, a temporalidade registada entre os anos de 1736 e 1740 e de 1743 e 1747 era superior aos três anos determinados. A razão para esta mudança é-nos desconhecida, mas assumimos que deverá advir de uma conveniência, ou seja, poderá ser uma adaptação necessária ao funcionamento da comunidade. Não obstante, importa registar que, durante o período em análise, foram eleitas para abadessa: Guiomar de Jesus Cristo (1733)[42], Antónia do Nascimento (1736)[43], Coleta Rosa de Santo Agostinho (1740)[44], Antónia Luísa da Esperança (1743)[45], Constança das Chagas (1747)[46] e Francisca dos Querubins (1750)[47].

---

[40] Evitando que se gaste demasiada cera, por exemplo, ou que se cantem vilancicos e romances (ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 17).

[41] Os delitos e castigos são mencionados no decorrer das Constituições Gerais (ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17).

[42] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 1.

[43] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 3.

[44] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 7.

[45] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 11.

[46] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 15.

[47] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 19.

No que toca às votações, observamos que, nos anos de 1740, 1747 e 1750, a corrida para o abadessado foi particularmente renhida, considerando que, nos restantes anos, nenhuma outra religiosa arrecadou um número significativo de votos. No caso de 1740, a abadessa vencedora adquiriu o voto de 57 de 112 religiosas, contabilizando-se 113 votos, contando com o voto do padre provincial. Seis dos votos das 55 religiosas que não votaram na abadessa eleita, Coleta Rosa de Santo Agostinho, votaram em Francisca dos Querubins; 17 votaram em Constança das Chagas e 20 votaram em Valentina do Céu. Em 1747, 18 das 47 religiosas que não votaram na abadessa eleita, votaram em Francisca dos Querubins, que viria a ser abadessa no triénio seguinte. O caso da eleição de 1750 é peculiar, já que 54 das 56 religiosas que não elegeram Francisca dos Querubins para o abadessado, votaram em Vicência da Glória.

A primeira observação que podemos retirar dos dados adquiridos é que, durante as eleições, diversas vezes foram a votos algumas das religiosas que foram, ou seriam posteriormente, abadessas. O exemplo mais evidente desta observação é o de Constança das Chagas, abadessa para o triénio de 1747, que acumulou votos em 1733, 1736 e 1743.

De seguida, percecionando a distribuição dos votos para o abadessado, verificamos que a comunidade não estava em total consonância. João José Abreu de Sousa, a este dado, aponta que, «no interior dos conventos existiam grupos organizados em tendências e raramente as candidatas ao cargo de abadessa […] recebiam unanimidade absoluta»[48], e acrescenta que, entre os séculos XVIII e XIX, as atas de eleições revelam que, em 32 eleições, apenas oito religiosas foram reeleitas para o abadessado, o que revela o grande rotativismo do ofício[49]. A conflitualidade gerada pela eleição ao abadessado é expectável, de acordo com os estudos de Antónia Fialho Conde e Margarida Sá Lalanda, que relatam a existência de divisões e rivalidades no seio de comunidades religiosas, seja em «bandos» ou em «partidos»[50] antagónicos, movimentados por solidariedades familiares[51].

As afinidades familiares formavam uma componente essencial às dinâmicas quotidianas no Convento de Santa Clara, complexificando as dinâmicas sociais no

[48] SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 49.
[49] SOUSA, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, p. 49.
[50] CONDE e LALANDA, 2020, «Regras e (des)governanças no mundo claustral feminino», pp. 183-185.
[51] CONDE e LALANDA, 2020, «Regras e (des)governanças no mundo claustral feminino», pp. 183-185.

meio enclausurado. Os autos de perguntas às noviças, do período de seis anos anterior a 1733, data de início da nossa análise, até 1752, contabilizam 94 entradas[52]. Durante este período, notamos uma forte presença de noviças descendentes das camadas sociais mais elevadas da Ilha, ostentando nomes como Câmara, Leme, Vasconcelos, Atouguia, Bettencourt, Ornelas, Meneses, Sauvayre, Castelo Branco e Henriques; o que era esperado, considerando que, segundo José Pedro Paiva, «entre a nobreza havia grande tendência para colocar sobretudo as filhas segundas em conventos»[53] e até várias filhas em simultâneo, criando-se «verdadeiras oligarquias no interior de certos institutos, que inclusivamente se podia repercutir nas escolhas para abadessa»[54].

Curiosamente, entre os autos de perguntas às noviças encontramos também uma noviça com «pays incognitos»[55], Francisca das Chagas. Professa em 1749[56], pouco podemos avançar acerca desta religiosa, visto que não lhe foi atribuído nenhum ofício durante o período de estudo e não foi registada no livro da Confraria de Escravas de Nossa Senhora do Monte, o que poderá significar que faleceu, saiu ou foi expulsa do convento.

Das 94 noviças registadas, assinalamos a entrada de grupos de irmãs, que normalmente professavam na mesma altura, como é o exemplo de Catarina Sebastiana de S. Jacinto e Paula Luísa de Santa Teresa, irmãs que entraram em dezembro de 1732[57]. Posteriormente, às duas irmãs juntou-se uma terceira, Joana de Jesus Maria, em 1733[58]. O registo indica que o pai das religiosas já havia falecido, pelo que colocar as filhas no Convento poderá ter sido um ato de conservação do estatuto familiar, ou das virtudes das jovens, que eram órfãs de pai, e por isso, expostas aos perigos do mundo e à "tentação do pecado", ou, ainda, uma solução para as dificuldades de encontrar casamento para as mesmas. Num convento, as filhas de famílias de altos estratos sociais ficariam protegidas social e religiosamente, e livravam os pais de mais responsabilidades[59].

---

[52] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, livs. 28 e 36.
[53] PAIVA, 2000, «Os mentores», p. 206.
[54] PAIVA, 2000, «Os mentores», p. 206.
[55] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 28, fl. 13v.
[56] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 28, fl. 13v.
[57] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 36, fls. não numerados.
[58] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 36, fls. não numerados.
[59] ARAÚJO, 2012, «De noviças a freiras: as religiosas do convento de Vale de Pereiras (1730-1830)», pp. 186-187.

No total, das noviças registadas entre 1726 e 1752, pelo menos 36 faziam parte de grupos de irmãs, número que se traduz em cerca de 15 progenitores que ingressaram mais de uma filha no Convento de Santa Clara[60].

Os trabalhos de Maria Marta Lobo de Araújo confirmam que era comum encerrar irmãs no meio conventual e acrescentam que, dentro da clausura, eram também regulares as tentativas de manutenção de redes de parentesco, para se fortalecer o poder dentro das instituições[61]. Assim, apesar de as religiosas estarem separadas do mundo secular por altos muros, «alguns traços da sua vida mundana, que as faziam recordar a sua ascendência familiar»[62], como a utilização do termo «dona»[63] e o usufruto do trabalho de servas, continuavam a constituir elementos da sua vida. Para o Convento de Santa Clara do Funchal, os estudos de Antónia Fialho Conde e de Margarida Sá Lalanda revelam que surgiram, neste âmbito, denúncias e trocas de correspondências entre: a Sagrada Congregação de Bispos e Regulares e o núncio apostólico em Lisboa; entre a Câmara do Funchal e o monarca; e entre o bispo e o governador do Arquipélago[64]. Nelson Veríssimo assinalou que, tendo em conta que o «convento administrava vastas propriedades, cobrava muitos foros e executava dívidas»[65] e era o local onde vivia as «filhas, irmãs ou parentes»[66] dos homens de governança, interessava proteger o seu património, «estender os laços de influência e conservar as hierarquias sociais»[67]. Deste modo, através de subornos e relações de parentalidade próximas com os homens da governança concelhia, no século XVII, o Convento de Santa Clara configurou a sua influência e rede de interesses.

As questões de ascendência familiar, de laços de parentesco, de manutenção de comportamentos laicos e o usufruto do trabalho servil que potenciavam, como se confirma pelas eleições para o abadessado do Convento de Santa Clara do Funchal, os mencionados bandos e fações atuavam em batalhas de controlo do poder. O abadessado era uma peça fundamental nesta dinâmica faccionária por ser, como já mencionamos, o ofício mais honroso da comunidade, acarretando a responsabilidade de controlar, ditar, castigar e administrar toda a comunidade. Por esta razão, as constituições impedem que, caso a religiosa eleita para abadessa tivesse uma irmã,

60 ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, livs. 28 e 36.
61 ARAÚJO, 2005, «Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja», p. 117.
62 ARAÚJO, 2005, «Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja», p. 117.
63 ARAÚJO, 2005, «Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja», p. 117.
64 CONDE e LALANDA, 2020, «Regras e (des)governanças no mundo claustral feminino», pp. 183-185.
65 VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, p. 381.
66 VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, p. 381.
67 VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, p. 381.

durante o abadessado essa irmã estaria impedida de ser vigária, discreta, escrivã, porteira, rodeira e celeireira[68].

Após o abadessado, as constituições descrevem as competências da vigária do mosteiro e das discretas. No caso da primeira, à semelhança da abadessa, a vigária do mosteiro (ou convento) deveria ser obedecida por todas as religiosas. O seu ofício compreendia o zelo pelo silêncio e pela oração, bem como a limpeza do espaço conventual, sendo a mulher escolhida para este ofício uma das mais zelosas e diligentes, grave e de competente idade, ou seja, de idade avançada. Já as discretas eram aquelas que já tinham sido abadessas, a vigária do convento e quatro outras religiosas eleitas que, segundo as constituições, deveriam ser das mais virtuosas e prudentes. Não tendo um número definitivo, o grupo das discretas exercia a função de validar e aconselhar a abadessa, sobretudo nos assuntos que influenciavam a vida comum[69].

É possível compreender que, apesar de a abadessa se apresentar como símbolo máximo da hierarquia do convento, as discretas influenciavam o funcionamento conventual. Nesse sentido, o cargo de discreta poderá ser entendido como honorífico[70], pela sua descrição, influência e posição de destaque. Ao contrário da vigária do mosteiro, que efetivamente exercia um ofício laboral, composto por tarefas, podemos classificar a denominação de discreta como um título atribuído com critérios de honra e, como tal, nas atas de eleições era acumulável com outros ofícios. Em 1736 e em 1747, por exemplo, Micaela dos Anjos foi simultaneamente eleita para ofícios distintos e para discreta, nomeadamente saleireira[71], em 1736, e escuta das grades, em 1747.

Às discretas perpétuas[72] e à abadessa, as constituições também concediam a função de, durante o ato eleitoral, eleger as restantes oficiais. Ou seja, deveriam constituir a sua «tábua»[73], onde apresentavam os nomes das religiosas eleitas para os ofícios ao padre provincial, que a poderia confirmar ou recusar. Na sua escolha

---

[68] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 60.

[69] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 61.

[70] Distinguimos os ofícios como laborais e honoríficos, a partir da sua função no meio conventual. São considerados ofícios honoríficos aqueles que conferem um estatuto elevado e, ainda, um poder de coerção. Em contrapartida, os ofícios considerados laborais são aqueles cuja eleição confere à religiosa uma tarefa, diária ou semanal. Um ofício pode assumir ambas qualidades, ainda que com graus distintos.

[71] O termo "saleireira" corresponde ao ofício de celeireiro, ou seja, à «guarda ou administrador[a] de celeiro» (*Grande Dicionário da Língua Portuguesa* […], 1945, vol. II, p. 1075). A partir daqui utilizaremos o termo "celeireira".

[72] Enquanto discretas perpétuas entendem-se as antigas abadessas.

[73] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 60.

deveriam, segundo as constituições, absterem-se de nomear irmãs de sangue. Os dados das atas de eleições e dos autos de perguntas às noviças não nos permitem confirmar a execução do estabelecido, durante o período considerado. Porém, realçamos a preocupação com o impedimento da dominação de fações familiares nos meios conventuais.

No que diz respeito à vigária do convento, conforme a sua descrição constitucional, podemos afirmar que, apesar de ser considerado um ofício laborioso, é também ele envolto de honra. A disposição indicada nas constituições para a hora da refeição assinala os lugares destinados em torno da mesa: primeiro sentava-se a abadessa, seguida da vigária do mosteiro, das discretas e daquelas que haviam tomado o abadessado anteriormente. Depois, sentavam-se as religiosas que foram abadessas noutras casas conventuais, seguidas das demais religiosas do convento, de acordo com a antiguidade do hábito, ou seja, consoante os anos de profissão, num sentido descendente[74]. Para além do momento de refeição destacamos o facto de, nos registos de atos oficiais, como é o caso dos registos de escrituras e de contratos de arrendamento, para além da abadessa, se colocarem enquanto testemunhas a vigária da casa, a escrivã, as mestres da ordem[75] e as discretas. A título de exemplo, em 1728, no registo do dote de D. Felicia Rosa, refere-se que, quando se realizou o contrato, se encontravam «na grade da Igreja da parte de dentro a muito Reverendíssima Madre Abadessa D. Roza Maria do Céo, e a Reverendíssima Madre Vigária da Caza D. Angela da Gloria e a Reverendíssima Madre Senhora digo Madre Escriváa D. Joanna Thereza da Gloria e mais madres da ordem e descretas ileitas»[76]. No mesmo ano, na escritura de arrendamento a Domingos Mendes, de umas terras «simiadissas sitas na achada do frutado na freguizia de S. Vicente»[77], refere-se que, durante o ato contratual, se encontravam a «Reverenda Madre Abbadessa a Senhora Roza Maria do Céo e a Reverenda Vigária a senhora D. Angela da Gloria e a Reverenda Madre Escriváa a Madre Dona Joanna Thereza da Gloria e as mais madres descretas da ordem ileitas»[78].

Sobre a escrivã, as constituições não especificam a sua funcionalidade, apenas referem que as eleições deveriam ser trienais. Nesse aspeto, o convento não parece ter

[74] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 29.
[75] No caso das mestres da Ordem, pelo facto de este título ser tomado por religiosas que anteriormente foram abadessas, assumimos que seja um título meramente honorífico, não sendo previsto nas constituições.
[76] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 1, fl. 11v.
[77] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 1, fl. 13v.
[78] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 1, fl. 13.

respeitado os preceitos, já que as atas registaram a eleição de escrivãs em 1733, 1736, 1740, 1743, 1747 e 1750; bem como a eleição de adjuntas da escrivã, em 1733 e 1736. Como é sabido, um escrivão era um «official de justiça que escreve os autos perante algum magistrado, ou tribunal»[79], pelo que a escrivã aparece como testemunha e como pessoa que realiza os apontamentos.

Depois das discretas, as constituições tornam para a preocupação com a manutenção da clausura, formulando as competências das porteiras, rodeiras e escutas da roda e das grades. Nesse sentido, as porteiras estavam encarregadas de desempenhar uma função essencial o isolamento: controlar as portas do edifício, não permitindo entradas e saída não autorizadas. O objetivo seria preservar as virtudes das mulheres enclausuradas, portanto, caso surgisse necessidade de auxílio externo, cabia-lhes o acompanhamento dos indivíduos ao interior, impedindo que estes se mantivessem dentro do edifício durante mais tempo do que o necessário[80].

Colaborando com a porteira-mor e porteira-segunda, a porteira da campainha deveria assinalar a entrada de estranhos no convento, através do toque de uma campainha, permitindo que as restantes religiosas se retirassem e lançassem «os vêos sobre os rostos e não os levantarão em presença dos forasteiros»[81], para não serem vistas.

Já às rodeiras era atribuído o papel de vigilância e cuidado da roda, ou seja, do local onde se conseguia comunicar com o exterior, através de um mecanismo, sem altura e largura suficiente para que alguém consiga entrar ou sair[82]. O seu ofício, para além de compreender o controlo do acesso à roda, entendia receber e dar todos os recados necessários, notificando a abadessa em primeira instância. Às rodeiras competia também guardar o silêncio na sala da roda e encerrar o espaço, nas horas devidas[83].

Às escutas, tanto da roda como das grades, cabia a função de assistir, «em distancia […] o que se fala por manso que seja»[84]. Esta função, segundo as constituições, era entregue também à vigária do mosteiro e a quatro discretas nomeadas[85]; no entanto, no Convento de Santa Clara do Funchal, raramente se verificou o cumprimento da regra. No caso, apenas em quatro ocasiões é que se verificou

[79] *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau* […], 1789, vol. I, p. 536.
[80] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 47.
[81] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 62.
[82] FERNANDES, 1992, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, p. 147.
[83] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 63.
[84] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 65.
[85] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fl. 65.

a nomeação para discreta e porteira-mor, ou escuta das grades, em simultâneo. As atas de eleição também revelaram que era comum a rotatividade entre o ofício de escuta da roda e de escuta das grades, somando-se 11 percursos em que as religiosas ora foram escutas da roda, ora foram escutas das grades.

Colocando em perspetiva as religiosas que assumiram, durante o período de análise, pelo menos quatro ofícios, percebe-se que, na grande maioria, os ofícios para que eram normalmente eleitas eram, ou escutas das grades, ou escutas da roda, porteiras e rodeiras; ou então enfermeiras, assistentes da enfermeira e assistentes do médico. Ou seja, o ato eleitoral acabava por ter em maior consideração o desempenho em ofícios anteriores, e não aquilo que estava determinado pelas constituições, que indicavam que as escutas deveriam ser a vigária do convento e quatro discretas nomeadas. Exemplo desta tendência é Francisca do Nascimento que, em 1733 e 1738, foi escuta das grades e, em 1736, foi escuta da roda. Também Catarina dos Anjos é reflexo deste fenómeno, já que, em 1733 e 1737, foi assistente do médico; em 1740, foi rodeira-mor, e em 1747, assumiu-se escuta da roda. Os registos testemunham uma baixa rotatividade entre os ofícios a que as religiosas eram eleitas. No entanto, numa ótica geral, levando em conta o relativamente elevado número de religiosas citadas nas atas de eleições, percebemos que a rotatividade era considerável: isto é, pelos cargos passaram, durante o período de análise, numerosas religiosas.

Considerando agora o ofício de mestra das noviças[86], as constituições ressalvam que este deveria ser entregue a uma religiosa que fosse capaz de ficar responsável pelas noviças e pela sua formação espiritual. As suas funções passariam também pela repreensão ou castigo das noviças, após receber no oratório as culpas das mesmas, e ainda pelo acompanhamento das recém-professas nos dois anos seguintes. Parece-nos que o acompanhamento das recém-professas não foi, porém, devidamente executado, visto que este cargo foi levado a eleição quase anualmente, e foram eleitas religiosas distintas, regularmente. As eleições demonstram casos como o de Catarina de Santa Clara que, em 1733 e 1736, foi duplamente nomeada mestra das noviças; o de Isabel da Coroa que, nomeada em 1737, não se percebe se em 1738 continuou a exercer funções, visto que o cargo não foi registado nas atas de eleições; ou até mesmo o caso de Ângela da Glória, que foi nomeada para o ofício em 1740 e, no ano seguinte, foi substituída por outra religiosa. As nomeações para mestra das noviças eram, portanto, inconstantes, podendo as religiosas exercer o ofício por anos consecutivos, ou ser substituídas após um ano na função.

[86] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. 67 e 68.

Relativamente às noviças, sabemos que estas só podiam professar a partir dos 16 anos, pagando uma propina anual durante o período anterior ao noviciado para sustentar a sua sobrevivência. O seu hábito, naturalmente, diferenciava-as das religiosas professas e o seu quotidiano também não coincidia com o comum. É de sublinhar que nenhuma noviça podia ser recebida sem que antes se fizesse a escritura de dote e que as restantes religiosas aceitassem a candidata. No que toca ao acesso a ofícios, a noviça só poderia ser eleita dois anos após a profissão, exatamente depois do período em que ficava sob vigilância da mestra das noviças[87].

No Convento de Santa Clara do Funchal, analisando os autos de perguntas às noviças, verificamos que poderão ter ocorrido alguns desvios às constituições, durante os atos eleitorais[88]. Ana Joaquina da Conceição, por exemplo, eleita porteira da campainha, em 1741[89], aparece nos autos de perguntas às noviças numa inscrição de 1742[90]. Antónia Fialho Conde e Margarida Lalanda relatam, no caso açoriano, alguns desrespeitos às normas, por parte das autoridades religiosas e pelas próprias freiras e noviças[91].

Rematando a análise dos ofícios previstos nas constituições, resta-nos mencionar: a sacristã, que possuía as chaves da grade do coro durante o dia e dava os recados ao sacristão[92]; a enfermeira, que deveria cuidar das enfermas «com cuidado e caridade»[93]; a vigária do coro, que zelava pelo ofício divino e passaria as lições de Calendas e Hebdomadária[94]; e a provisora, que deveria cuidar das religiosas, adquirindo o necessário para o seu sustento e garantindo o conserto daquilo que se deteriorava[95].

Por fim, nas atas de eleições do Convento de Santa Clara do Funchal, listam-se também, esporadicamente, os ofícios de azeiteira[96], adjunta de escrivã, forneira,

[87] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. 1 a 7v.
[88] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, livs. 28 e 36.
[89] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 9.
[90] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 28, fl. 1v.
[91] Para mais informações, consultar CONDE e LALANDA, 2020, «Regras e (des)governanças no mundo claustral feminino».
[92] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. 69 e 70.
[93] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. 70 a 72.
[94] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. 68 e 69.
[95] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. 72 e 73.
[96] Para a definição de "azeiteira", apenas dispomos da definição de azeiteiro – «o que faz azeite» (*Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau* […], 1789, vol. I, p. 154) –, ou seja, deveria ser uma religiosa encarregada do abastecimento de azeite.

celeireira[97], regente, administradora do "cerrado"[98], mestra das confissões, madre da ordem, assistente do médico, cerqueira[99], adjunta da enfermeira e adjunta da madre da ordem. As religiosas eleitas para adjuntas e assistentes deveriam exercer, naturalmente, um auxílio às oficiais em questão, ou ao médico. Já relativamente à azeiteira, forneira e celeireira, presume-se que estas superentendiam o abastecimento do convento em matérias de azeite, sal e cereais, bem como o uso dos fornos. As constituições, relativamente a estes tipos de ofícios, estipulam apenas que, no caso do celeiro, as abadessas, a vigária da casa e a discreta mais antiga deviam possuir as únicas três chaves de acesso ao espaço; estas oficiais «assistiráõ, quando ouver de entrar o trigo, ou a cevada, escrevendo em hum livro, que há de haver para isso, que recebem, & de quem o recebem, & que rendeiros o pagarão»[100]. Nesse sentido, a celeireira deverá aliviar algumas das responsabilidades da abadessa, da vigária e da discreta. Sinteticamente se depreende que estes ofícios, por não estarem previstos nas constituições, correspondem a necessidades temporais, inserindo-se não numa ótica de honra, mas numa ótica técnico-laboral.

Analisando as atas eleitorais[101], e apenas considerando os cargos distintos, ou seja, excetuando as ajudantes e assistentes, percebe-se que, durante o período de análise, os ofícios extra-constitucionais foram efetivamente necessários. A ata correspondente ao ano de 1733 revela a eleição de uma administradora do cerrado, uma celeireira, uma forneira, e uma azeiteira, o que leva a crer que estes ofícios eram relevantes para o bom funcionamento da vida conventual. Esta situação voltou a repetir-se três anos depois, em 1736, quando foram nomeadas religiosas para a execução dos ofícios de celeireira, forneira e azeiteira. Nas eleições de 1740, porém, não se colocaram à disposição os cargos de celeireira, forneira e azeiteira, sendo que, de 29 religiosas a desempenhar ofícios em 1733, passamos a observar apenas 24. A disparidade entre estes números poderá significar que, entre 1740 e 1743, as mesmas religiosas assumiram os ofícios para que foram eleitas, ou cessaram as suas funções, devido à prescindibilidade das mesmas. Verificamos, neste caso, a funcionalidade

[97] O mesmo que saleireira, ou seja, «guarda ou administrador[a] de celeiro» (*Grande Dicionário da Língua Portuguesa* […], 1945, vol. II, p. 1075).

[98] Cerrado é um «lugar cerrado d'arvoredo, coberto, opaco» (*Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau* […], 1789, vol. I, p. 257), um «lugar agricultado, arborizado» (*Grande Dicionário da Língua Portuguesa* […], 1945, vol. II, p. 1108), que pode conter «plantas aromáticas, flores, hortaliças» (*Grande Dicionário da Língua Portuguesa* […], 1945, vol. II, p. 1108). A administradora do cerrado deveria supervisionar a dita área de arvoredo ou agricultada.

[99] Supervisora que «cuida da cerca do convento» (*Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau* […], 1789, vol. I, p. 256).

[100] *Constituiçoens geraes pera todas as freiras, e religiosas sogeitas à obediencia* […], 1681, p. 82.

[101] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27.

e necessidade pontual dos ofícios extra-constitucionais. Nas eleições de 1743, os cargos de celeireira, azeiteira e forneira reaparecem nas atas, juntamente com o ofício de cerqueira. Destes ofícios, só o de azeiteira retorna às atas de eleições, em 1744. No ano seguinte, porém, para além de se registar uma azeiteira, encontramos também uma forneira e, ainda, uma cerqueira. Já em 1747, os ofícios de celeireira, cerqueira, azeiteira e forneira tornam a ser registados. Nas eleições de inícios da década de 1750, os ofícios extra-constitucionais não foram contabilizados.

No que concerne à questão da hierarquia de ofícios, há que atender forçosamente aos seguintes fatores: a organização das constituições, a realização de atos legais e a consideração da diferença entre títulos honrosos e cargos técnico-laborais. Assim sendo, estabelece-se uma hierarquia no seio da comunidade conventual, caracterizada por uma abadessa no topo, assumindo a posição de "mãe", fiscalizadora e administradora. Através de uma ótica maternalista, esta religiosa eleita deve ser respeitada, severa e, por isso, obedecida, devendo trabalhar em prol do convento e das restantes religiosas. Nos atos oficiais, bem como na ordem de inscrição na Confraria de Escravas de Nossa Senhora do Monte, a abadessa era sempre a primeira a ser registada. Segundo as constituições, seria auxiliada pelas discretas e vigária do mosteiro, sendo estas as oficiais com maior relevância na administração quotidiana conventual, a seguir ao abadessado.

De forma a esclarecer a posição das discretas e da vigária do instituto, há que considerar a definição de discretas, a diferença entre discretas perpétuas e discretas eleitas para um período considerado, bem como o método de eleição da vigária. O grupo das discretas, constituído pelas religiosas eleitas e por aquelas que haviam exercido o abadessado, deveria orientar as abadessas. A particularidade do grupo das discretas perpétuas assenta no facto de que estas auxiliavam a abadessa a escolher as restantes discretas e os restantes ofícios. Por se conferir uma funcionalidade pontual, percebe-se que o título de discreta era de honra, sobretudo quando se nota a ostentação do mesmo perpetuamente. No caso da vigária, por se definirem as suas funções diárias, classificamos o ofício dualmente, enquanto honroso e técnico-laboral.

Através da ordem de inscrições na Confraria de Escravas de Nossa Senhora do Monte, percebe-se que, depois da abadessa, Francisca dos Querubins, se inscreveu a vigária da Casa, Joana Teresa da Glória, seguida das madres da Ordem, as antigas abadessas, ou seja, as discretas perpétuas[102]. Para além da ordem de registo, a maioria das restantes religiosas comprometeu-se a entregar 50 réis de esmola anual e 50 réis

[102] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 29, fl. 1.

de entrada, enquanto a abadessa e a vigária da casa inscreveram-se entregando 100 réis e comprometendo-se a doar 100 réis anuais à confraria[103], confirmando a sua posição de destaque na composição do rol de inscritas.

Constatamos que, na hierarquia conventual relativa à honra, abaixo da abadessa se encontravam as discretas perpétuas, seguidas da vigária do convento e das discretas eleitas. A ordem por nós apresentada baseia-se no poder que as discretas perpétuas poderiam exercer sobre os atos eleitorais, pelo que, no quotidiano, estimamos que a vigária do convento se coloque diretamente abaixo da abadessa. Este patamar hierárquico acaba por ser transversal a outros conventos de clarissas portugueses, como acontece no Convento de Santa Clara do Porto, onde a lista de eleições respeita a ordem inicial de ofícios: abadessa, vigária do mosteiro, escrivã e discretas[104].

Ulteriormente, o ofício de mestra das noviças poderá ser considerado como um dos ofícios mais honrosos, já que a sua função seria baseada na instrução e inspeção das noviças e candidatas a professas na Regra. Esta observação é fundamentada pelo capítulo IV das constituições, que trata da vida comum, em que se menciona que, «faltando a abbadessa, & vigaira ás cómunidades, presidirá [ao refeitório] a Mestra das Noviças, & em falta destas, a vigiara do coro, ou quem a abadessa assinalar»[105]. Seguindo esta lógica, abaixo da mestra das noviças, na hierarquia de ofícios de honras, colocar-se-ia a vigária do coro, por ser esta uma das religiosas que poderiam comandar a ordem no refeitório, na falta das oficiais acima assinaladas. Abaixo da mestra das noviças e da vigária do coro, listaríamos os restantes títulos de acordo com a ordem estabelecida pelas constituições. Deste modo, assinalam-se as porteiras, as rodeiras, as escutas, a sacristã, as enfermeiras, a provisora, a roupeira, a refeitoreira, a depositária e, apesar de não se esclarecer a sua função, a escrivã. Na prática, estes últimos ofícios listados provavelmente encontram-se no mesmo patamar na questão de honra, visto que, no meio conventual, assegurar um ofício significaria coordenar, ou controlar, uma parte da comunidade, o que se traduz numa noção de hierarquia. Contudo, só podemos considerar honra maior quando o título pode ser colocado acima dos restantes em questões legais e oficiais, como é o caso do testemunho de atos legais e a organização da mesa durante a refeição; e quando os cargos estão oficializados nas constituições.

Em suma, enquanto cargos honoríficos destacamos o abadessado, o grupo das discretas, a vigária do mosteiro e, num patamar menos elevado, a mestra das noviças

[103] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 29, fl. 1.
[104] FERNANDES, 1992, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, p. 205.
[105] *Constituiçoens geraes pera todas as freiras, e religiosas sogeitas à obediencia* […], 1681, p. 31.

e a vigária do coro. No que toca, por assim dizer, a ofícios laborais, destacamos, novamente, o abadessado, a vigária do mosteiro, a escrivã, a mestra das noviças, a vigária do coro, as porteiras, as rodeiras, as escutas, a sacristã, a enfermeira, a provisora e as restantes oficiais previstas nas constituições, mas que, durante o período de estudo, não foram registadas nas atas de eleições. Por fim, de menor importância, estão os ofícios que não estavam previstos nas constituições, mas que surgem nas atas enquanto respostas a necessidades, e que referimos anteriormente.

Capítulo 3 – Os Percursos de Ofícios e as Eleições

Nos registos dos atos eleitorais do Convento de Santa Clara do Funchal verifica-se que, anualmente, elegiam-se as religiosas para os seguintes cargos: porteiras (mor e secundária), porteira da campainha, rodeiras (mor e secundária), escuta da roda, escuta das grades, assistente do médico, vigária do coro, mestra das noviças, mestra das confissões, sacristã e enfermeiras (mor e secundária). Nos anos em que não se realizavam eleições para o abadessado, normalmente elegiam-se 18 a 19 religiosas para ocupar os demais ofícios do convento, podendo atingir-se números superiores, como ocorreu no ano de 1745, quando se elegeram 23 religiosas. Na totalidade, entre 1733 e 1752, a comunidade do Convento de Santa Clara registou 161 ofícios distintos e 360 oficiais nas suas atas de eleições, estando neste total incluídas as abadessas eleitas, sendo que, durante o período de estudo, as eleições para abadessa realizaram-se nos anos de 1733[106], 1736[107], 1740[108], 1743[109], 1747[110] e 1750[111].

A população conventual também é refletida nas atas de eleição dos triénios do abadessado, já que, segundo a regra, nestas eleições, como dissemos, poderiam votar as religiosas com mais de seis anos de profissão. Desta forma, em 1733, estão registados os votos de 126 religiosas; em 1736, são 122 religiosas eleitoras; em 1740, votaram 112 religiosas; em 1743, contabilizaram-se 108 votos de religiosas; em 1747, as religiosas votantes foram 110; e, em 1750, apesar de não se discriminar o número de religiosas, sabemos que 113 pessoas, a contar com o padre provincial, votaram, por isso, assumimos que, à data, viviam no convento pelo menos 112 religiosas.

[106] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 1.
[107] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 3.
[108] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 7.
[109] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 11.
[110] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 15.
[111] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 27, fl. 19.

Não sabemos, porém, se, por meio de alguma advertência, alguma religiosa estava impedida de votar em algum destes anos. Nos registos de entradas da confraria, como já mencionamos, entre 1750 e 1751, inscreveram-se 165 mulheres envergando o título de soror. A documentação não nos permite apurar se as 165 mulheres eram, de facto, religiosas, ou se também se incluíram novatas, donatas, leigas e servas. Ao compararmos os nomes registados na confraria com as atas de eleições, percebemos que das 165 mulheres lá ingressas, 91 constam nas atas de eleições e, portanto, são certamente religiosas, ainda que, à data, 23 delas fossem noviças[112]. Assim sendo, há a possibilidade de as restantes 31 mulheres ingressas na confraria serem religiosas que não ocuparam nenhum ofício no período de estudo, ou donatas e servas. Podemos apenas presumir que, durante o período de sensivelmente um ano, habitaram entre os muros da clausura 165 pessoas do sexo feminino, mais 53 do que o número de votos para o ano de 1750.

De modo a verificar a existência de um *cursus honorum* entre a comunidade, analisámos os percursos das abadessas do período de estudo, de modo a compreender se há uma tendência de ofícios "linear" (no sentido de ascendente) que defina a chegada ao abadessado. Assim sendo, passaremos a focar-nos nos percursos de Guiomar de Jesus Cristo (1733), Antónia do Nascimento (1736), Coleta Rosa de Santo Agostinho (1740), Antónia Luísa da Esperança (1743), Constança das Chagas (1747) e Francisca dos Querubins (1750). Realçamos, entre as abadessas, dois casos particulares: o de Antónia do Nascimento, que se tornou abadessa em 1736 e no ano posterior não assumiu nenhum outro ofício; e o de Francisca dos Querubins, que apresenta o maior percurso registado no período de estudo, passando por 10 ofícios.

No que toca à flutuação dos ofícios de Francisca, e tomando as considerações retiradas das Constituições Gerais, podemos aferir que o seu percurso dentro do período de estudo iniciou-se com uma das funções mais honrosas do convento, o ofício de discreta. Posteriormente, em 1736, foi eleita administradora do cerrado, ou seja, de uma, ou várias, propriedades fechadas pertencentes ao convento. Entre 1740 e as eleições de 1744, Francisca ocupou ininterruptamente o ofício de mestre das confissões, onde mais uma vez se forma uma nébula em termos de informação, já que as fontes não nos esclarecem devidamente. Ainda assim, a associação da confissão a um ofício conventual, sendo a confissão basilar na religião

[112] O que significa que, das 47 noviças registadas nos autos de perguntas às noviças, entre 175, 24 não foram eleitas para nenhum ofício durante o período de estudo. Tendo em conta que as Constituições impossibilitavam as noviças de serem eleitas para ofícios, este elevado número de noviças eleitas para exercer cargos conventuais poderá constituir um desvio às Constituições, ou casos de mulheres homónimas.

católica, demonstra que estamos perante um ofício honroso. Posteriormente, assume função de manutenção de clausura, através do cargo de escuta das grades, em 1744, e de porteira-mor, em 1745. Já em 1748, após dois anos sem assumir nenhum ofício, Francisca é nomeada assistente do médico, ao que parece uma quebra no seu percurso ascendente de ofícios, já que é um cargo não previsto nas constituições. Ainda assim, e culminando o seu *cursus honorum*, foi eleita abadessa do Convento, ou seja, ascendeu ao cargo mais relevante do convento.

Das abadessas, excetuando Francisca dos Querubins, apenas Antónia Luísa da Esperança e Constança das Chagas apresentaram um percurso de ofícios ascendente durante o período considerado, passando, respetivamente, por quatro e três ofícios, além do abadessado. Curiosamente, Antónia Luísa da Esperança assumiu também o papel de administradora do cerrado, em 1733, tal como Francisca o fez, em 1736. Já Constança das Chagas apresenta um *cursus honorum* constante, sendo sempre eleita para cargos de alta patente hierárquica, nomeadamente discreta em 1733 e 1740 e abadessa em 1747.

Por não ser possível apurar um ponto comum entre as cinco abadessas do período, não podemos afirmar que há, efetivamente, um *cursus honorum* para alcançar o ofício de abadessa. A diversidade de cargos leva a que, por outro lado, também outras religiosas se destacam nas atas de eleições, sendo reeleitas diversas vezes para ofícios no interior do Convento.

De um universo de 140 religiosas eleitas, entre 1733 e 1752, 53 foram eleitas apenas uma vez para ocupar um ofício e 87 foram reeleitas, pelo menos uma vez. Assim sendo, das 87 religiosas reeleitas, 33 foram reeleitas uma vez, 23 foram reeleitas duas vezes, 15 foram reeleitas três vezes e 16 foram reeleitas quatro vezes ou mais. Considerando que nos anos de abadessado se indicam os números de religiosas votantes, e que as atas de eleições nos indicam o número de ofícios de eleição, bem como os nomes das religiosas eleitas, conseguimos compreender que a grande maioria das professas alcançou ofícios eletivos dentro do convento. Porém, indubitavelmente um considerável número de religiosas não chegou a ser nomeada para nenhum ofício; reflexo dessa situação é, precisamente, o elevado número de reeleições, comparado ao baixo número de eleições únicas.

Entre as religiosas reeleitas, destacamos os percursos de Petronilha do Socorro, Clara Cecília de São José, Antónia Josefa de Santo Agostinho, Catarina Sebastiana de São Jacinto e Micaela dos Anjos, pelo facto de mostrarem um percurso composto por oito ofícios, durante o arco temporal de estudo.

Focando-nos no percurso de Petronilha do Socorro, observamos a sua passagem por assistente do médico em 1733, adjunta da escrivã e discreta em 1736, escuta

das grades em 1747, rodeira-mor em 1748, mestra da ordem em 1750 e mestra das noviças em 1751 e 1752. Posto isto, podemos entender que, apesar de não ter sido nomeada abadessa durante o período de análise, Petronilha ocupou uma posição de destaque no convento, sendo nomeada para discreta, para mestra da Ordem e para ofícios de vigia da clausura e da Regra.

Já Clara Cecília de São José foi enfermeira em 1733 e escrivã em 1736. Posteriormente, em 1740, foi eleita porteira-segunda, cargo que exerceu apenas durante apenas um ano. Só em 1744 é que Clara Cecília foi novamente eleita, novamente para enfermeira. No ano seguinte, foi escuta da roda e, em 1748, foi nomeada enfermeira-segunda. Em 1750 foi nomeada para escuta das grades e, no ano seguinte, para porteira-mor. O percurso é irregular, sendo definido por funções de cuidado de enfermas, de escrita e de manutenção de clausura. Tendo em conta que assumiu diversas vezes cargos relacionados com a enfermaria, presume-se que Clara Cecília era uma religiosa caracterizada pela sua caridade, já que os preceitos definidos pelas constituições assim o ditavam[113].

O caso de Antónia Josefa de Santo Agostinho é, porventura, o mais peculiar, visto que, tendo professado em 1726, exerceu oito ofícios durante o período de análise. Em 1733, sete anos após a sua profissão, foi eleita azeiteira. Ente 1740 e 1742, assumiu função de vigária do coro, passando, em 1742, a porteira-segunda. No ano seguinte, foi eleita rodeira-mor. Entre 1743 e 1750 não assumiu nenhuma responsabilidade eletiva, no entanto, nas eleições realizadas entre 1750 e 1752, assumiu novamente o cargo de vigária do coro. Antónia assumiu um percurso ascendente a nível de responsabilidade sobre a comunidade, apesar de, entre 1743 e 1750, não ter sido eleita para qualquer ofício.

Catarina Sebastiana de São Jacinto, rodeira em 1736, foi eleita em 1741 para enfermeira-mor, em 1743 para escuta da roda, em 1744 para azeiteira e, nos anos de 1747, 1748 e 1749, para mestre das confissões. No nosso período de análise, o seu percurso termina em 1751, quando foi eleita escuta da roda. À semelhança de Clara Cecília de São José, o percurso de Catarina Sebastiana foi irregular, passando por ofícios diferentes, como o cuidado de enfermas e azeiteira. Não obstante, Catarina Sebastiana, ao longo de três anos, assumiu sempre o ofício de mestre das confissões. O ofício em questão não estava previsto nas constituições, no entanto, devido a estar relacionado com o ato da confissão, assumimos que fosse confiado a religiosas devotas, respeitáveis e, sobretudo, confiáveis.

[113] ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 17, fls. 70-72.

Por fim, Micaela dos Anjos, assumiu, em 1736, dois ofícios: o de celeireira e de discreta. Realiza-se a associação entre o cargo de supervisão do abastecimento de cereais ao convento, e o cargo de discreta, que, teoricamente, era apenas atribuído a religiosas de confiança e a antigas abadessas. Tendo em conta que Micaela dos Anjos, em 1733, não foi eleita discreta, nem foi abadessa, foi discreta por nomeação, em 1736, por ser considerada um membro prudente e essencial da comunidade, assunção que pode ser confirmada pelo facto de, em 1747, a mesma religiosa ter assumido o ofício de escuta das grades e, novamente, de discreta. Para além de discreta, escuta das grades e celeireira, Micaela dos Anjos foi vigária da casa, em 1740, mestra das noviças, em 1744, mestra da ordem, em 1745, e novamente escuta das grades, em 1749. O percurso e as responsabilidades inerentes transparecem a confiança depositada em Micaela e, consequentemente, a importância que esta religiosa tinha dentro da comunidade.

O caso de Micaela dos Anjos não é único, nem particularmente curioso. Constança das Chagas, por exemplo, foi discreta em 1733 e em 1740, e em 1747 foi abadessa. Constança das Chagas não foi novamente eleita para nenhum ofício e, estando nós condicionados pelo período de análise, limitamo-nos a constatar que, para além de discreta e abadessa, entre 1733 e 1752, a religiosa foi discreta por duas vezes e abadessa uma vez, ou seja, nela foram depositados os ofícios de maior relevância por três vezes.

Conclusões Finais

Após umas breves considerações sobre a importância do convento na comunidade envolvente, bem como das condições sociais e económicas, tanto das noviças, quanto da instituição em si, é possível fazer um levantamento sobre a distribuição dos ofícios internos pelas religiosas.

O Convento de Santa Clara do Funchal, enquanto local de reclusão das descendentes do sexo feminino das famílias dos estratos sociais mais altos na Madeira, concentrava nos seus cofres elevados recursos económicos, provenientes dos dispendiosos dotes de entrada e dos arrendamentos de propriedades. De facto, com os autos de perguntas às noviças e a perceção do valor do dote verificamos que as mulheres que constituíam a comunidade descendiam dos altos estratos da população madeirense. Ainda que o objetivo dos dotes e dos fundos provenientes das propriedades fosse, segundo a Regra, a sobrevivência das religiosas, acabava por permitir a manutenção do um estilo de vida nobre/abastado na comunidade.

No tocante às atas de eleição, verificamos alguns desvios ao definido pelas constituições. Em primeiro lugar, as eleições, que deveriam ser realizadas de três em três anos, eram realizadas com uma periodicidade irregular. Por exemplo, depois de 1736, as eleições deveriam ter sido realizadas em 1739, algo que não se verificou. Na verdade, para além de se realizarem eleições em 1737 e 1738, as eleições para o abadessado foram realizadas apenas em 1740. Estes desvios à regra devem ser compreendidos enquanto adaptações, provenientes de necessidades ou impossibilidades. Depois, verificamos o caso de, pelo menos, uma noviça eleita para um ofício, sem passar o período de dois anos na condição de inelegível.

Relativamente ao *cursus honorum*, apesar de não podermos afirmar a existência de um percurso pré-estabelecido, ou de um padrão linear (no sentido de ascendente) percorrido pelas religiosas até à eleição do abadessado, é-nos possível confirmar a rotatividade das eleições. Temos de ressalvar que, no Convento de Santa Clara do Funchal, o número de ofícios eletivos era superior ao estabelecido, o que se traduz numa maior possibilidade de eleição entre as religiosas. A partir desta perspetiva, observamos, por um lado, uma baixa rotatividade entre os cargos eletivos, visto que, de 360 cargos eleitos, apenas 53 religiosas não foram reeleitas pelo menos uma vez e, em contrapartida, 87 religiosas foram reeleitas. Ou seja, de 360 cargos, 302 corresponderam a eleições e reeleições das mesmas religiosas. A este valor acrescenta-se ainda a maioria das reeleições que ocorreu apenas uma vez, ou seja, 33 religiosas ocuparam dois ofícios durante o período de análise.

Elaborando na questão dos ofícios, no que concerne à sua significância, teremos de considerar os seguintes fatores: o facto de serem considerados e enumerados nas Constituições Gerais; a sua funcionalidade e âmbito; a sua importância a nível conventual na contenção de práticas e no cumprimento da Regra; a sua especificidade no convento em estudo; e, ainda, o seu lugar no percurso até o cume, corporizado no ofício de abadessa. Por conseguinte, e concluindo, deduzimos que os ofícios e cargos mais dignificantes seriam, por ordem decrescente, os de abadessa, discreta, vigária do convento, escrivã e mestra das noviças, seguidas de porteira-mor, porteira da campainha, rodeira-mor, escutas da roda e das grades, vigária do coro, enfermeira, provisora e sacristã. Por fim, os ofícios de azeiteira, forneira e cerqueira parecem constituir provavelmente os ofícios menos honrosos, ainda que, obviamente, e por serem de carácter eletivo – e material –, confiram um estatuto de poder.

Conclui-se, através da compreensão dos ofícios e das dinâmicas sociais e administrativas internas do Convento de Santa Clara do Funchal, que, apesar de não se conseguir estabelecer propriamente um *cursus honorum* entre as abadessas, existia uma baixa rotatividade entre os ofícios eletivos e uma hierarquia estabelecida

entre as religiosas, consequência – muito provavelmente – da permanência de práticas dos meios sociais de onde as religiosas provinham, e que acabava por se refletir nas atas de eleições e no funcionamento da comunidade. Apesar de as fontes não nos permitirem apurar, com certeza, de que maneira é que a hierarquia dominava e influenciava a comunidade, podemos deduzir as suas estruturas através da ordem de inscrição na confraria de escravas de Nossa Senhora do Monte, ou pelos atos eleitorais. O exercício de poder e influência nas dinâmicas de poder dos meios enclausurados era também possibilitado pelas relações de fraternidade transpostas do mundo exterior, pela manutenção de costumes de tratamentos laicos e pela posse de servas, que realizavam os trabalhos manuais dentro do convento.

Apesar da inacessibilidade a livros de capítulos, e a outros meios de registos de infrações no meio conventual, percebe-se que a quebra dos preceitos dos estatutos seria frequente. Através da renúncia da pobreza que, segundo a Regra de Santa Clara, deveria ser zelada, e dos estatutos sociais laicos que, teoricamente, deveriam ser negados, a primeira comunidade de clarissas funchalenses foi um palco onde jogos de poder e quebras de normas tiveram lugar, durante os séculos XVII e XVIII.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento de Santa Clara do Funchal: livs. 1, 17, 18, 25, 27, 28, 29, 36 e 41; maço 11, n.os 7 e 42.

Impressas

Constituiçoens geraes pera todas as freiras, e religiosas sogeitas à obediencia da Ordem de N. P. S. Francisco, nesta Familia Cismontana: de novo recopiladas das antigas: e acrescentadas com acordo, consentimento, & approvação do Capitulo Geral, celebrado em Roma a 11. de Junho de 1639: em que presidio o Eminentissimo Senhor Cardeal Francisco Barberino, Protector da Ordem: & foy eleito em Ministro Geral o N. Reverendissimo P. Fr. Joaõ Merinero: traduzidas de castelhano em portuguez pera melhor intelligencia, & uso das Religiosas: poem-se ao principio a Primeira, & a Segunda Regra de Santa Clara; com a das Religiosas Terceiras de Penitencia; pera cada huma nos seus Conventos poderem ler a sua Regra nos dias costumados […], 1681, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade.

CORDEIRO, P.e António, 1866, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental composta pelo* […] *da Companhia de Jesus Insulano tambem da Ilha Terceira, e em idade de 76 annos. Para confirmação dos bons costumes, assim moraes, como sobrenaturais, dos nobres antepassados insulanos, nos presentes e futuros descendentes seus, e só para a salvação de suas almas, e maior gloria de Deos*, vol. III, Lisboa, Typographia do Panorama.

Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro, 1789, 2 vols., Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 10.ª Edição revista, corrigida muito aumentada e actualizada segundo as regras do acordo ortográfico luso-brasileiro de 10 de agosto de 1945 por Augusto Moreno Cardoso Júnio e José Pedro Machaco, 1945, vol. II, Editorial Confluência.

NORONHA, Henrique Henriques, 1996 [1722], *Memorias seculares e eclesiásticas para a composição da historia da diocese do funchal na ilha da madeira,* Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico - Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, 2012, «De noviças a freiras: as religiosas do convento franciscano de Vale de Pereiras (1730-1830)», in ROSAL, Manuel Peláez del (ed.), *Actas III Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica*, vol. II, Cidade Rodrigo, Asociación Hispánica de Estúdios Franciscanos, pp. 183-191.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, 2005, «Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja», in *Noroeste Revista de História*, vol. 1, pp. 113-136.

BELLINI, Lígia e MORENO, L. Pacheco, 2009, «Experiências e ideais da vida religiosa em mosteiros portugueses clarianos, nos séculos XVII e XVIII», in *Revista de História*, n.º 160, pp. 147-167.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond, 2010, «Vaidades nos conventos femininos ou das dificuldades em deixar a vida mundana (séculos XVII-XVIII)», in *Revista de História da Sociedade e da Cultur*a, vol. 10, tomo 1, pp. 305-322.

CABRAL, Beatriz Rodrigues, 2016, *O funcionamento das visitas canónicas e o desvio à norma no quotidiano franciscano (Portugal, 1725-1831)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, 2021, *Mulheres enclausuradas*, Alfragide, Casa das Letras.

CARITA, Rui, 1996, *História da Madeira. O século XVIII: arquitectura de poderes*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego.

CONDE, Antónia Fialho e LALANDA, Margarida Sá Nogueira, 2017, «A ação disciplinadora de Trento no quotidiano monástico feminino do Mosteiro de S. Bento de Cástris», in FONTES, João Luís, ANDRADE, Maria Filomena e MARQUES, Tiago Pires (coords.), *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, pp. 121-138.

CONDE, Antónia Fialho e LALANDA, Margarida Sá Nogueira, 2020, «Regras e (des) governanças no mundo claustral feminino», in ALBERTO, Edite Martins e LALANDA, Margarida Sá Nogueira (coords.), *Ilhas do Mar Oceano: formas de governança em espaços de fronteira*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 157-210.

CONDE, Antónia Fialho, 2015, «O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento», in BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e HERNÁNDEZ, Margarita Torremocha (coords.), *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 235-257.

CONDE, Antónia Fialho, 2016, «O quotidiano na clausura feminina eborense e a presença de população escrava: a fronteira entre o servir das portas adentro e das portas afora no período moderno», in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, pp. 35-53.

COSTA, Bruno Abreu, s.d., «João do Nascimento ou João da Natividade», *ReligionAJE – Religião, Administração e Justiça Eclesiástica no Império Português (1514-1750),* disponível em https://www.uc.pt/fluc/religionAJE/instrumentos_trabalho/docs/Funchal_17_Joao_do_Nascimento.pdf, consultado a 05-05-2023.

FARIA, Francisco Leite de, 1994, *Santa Clara e as Clarissas em Portugal: VIII centenário do nascimento de Santa Clara*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos, 1992, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.

FONTOURA, Otília Rodrigues, 2000, *As Clarissas na Madeira – Uma presença de 500 anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

GOMES, Eduarda Maria de Sousa, 1995, *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua história*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

LADEIRA, Paulo, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I – Administração e Aspetos Religiosos», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 187-314.

MARQUES, João Francisco, 1993, «O monacato feminino em Portugal no séculos XVI e XVII. Estratégia da nobreza e das ordens religiosas», in *I Congresso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y América 1492-199*2, tomo II, Leon, Secretariado de Publicaciones de Universidad de Leon, pp. 639-652.

NASCIMENTO, Virgínia Glória Abreu do, 2014, *O Mosteiro de Santa Clara do Funchal entre e além muros – A musealização de um monumento em funcionamento*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia apresentado à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

OLIVAL, Fernanda, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2003, «Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)», in *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 165, pp. 1213-1239.

PAIVA, José Pedro, 2000, «Os mentores», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portuga*l, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, Círculo de Leitores.

SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, *As regras da regra de Santa Clara. Códice do século XVI*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, P.e Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, vols. I e III, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

SOUSA, João José Abreu de, 1991, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração.

VERGA, Luís Moreira, 2015, *O Mosteiro de Santa Clara do Funchal – formação, evolução e atualidade*, Funchal, Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão Cultural apresentado à Universidade da Madeira.

VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Secretaria Regional do Turismo e da Cultura – Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 273-287
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

As Representações dos Negociantes (Nacionais e Estrangeiros) dos Vinhos da Madeira ao Governador: O Problema da Falsificação dos Vinhos na Segunda Metade do Século XVIII

The Representations of (National and Foreign) Madeira Wine Dealers to the Governor: The Problem of Wine Counterfeiting in the Second Half of the 18th Century

Liliana Correia[1]

Resumo

Em 1768, o governador João António de Sá Pereira constata a dificuldade em encontrar vinhos da Madeira puros e anuncia medidas para minimizar esta realidade. Cerca de duas décadas depois, a falsificação do referido vinho atinge proporções preocupantes. A partir de 1787, sucessivas representações dos negociantes, nacionais e estrangeiros,

[1] Professora de Inglês/Alemão no Ensino Básico (3.º Ciclo) e Secundário, no Funchal, ilha da Madeira. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante Inglês/Alemão, pela Universidade da Madeira (UMa), concluiu o curso de mestrado em Cultura e Literatura Anglo-americanas na referida universidade, onde defendeu o dissertação intitulada *A Família Blandy no século XIX: Economia e Cultura*, sob orientação de João Adriano Ribeiro, em janeiro de 2006. No ano letivo de 2021-2022, esteve requisitada no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, onde apresentou a comunicação «A Família Blandy na Madeira: Investimentos e Estratégias Empresariais no Século XIX (Uma Visão Panorâmica)», no *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, em novembro de 2021, que posteriormente deu origem ao artigo com o mesmo título, publicado na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, em 2022. Foi responsável pela versão em inglês do livro *Ilustres Visitantes na Madeira – 1951 a 1991*. É autora do artigo «Coisas do Mar em *As Ilhas Desertas* e *Ilha da Madeira – roteiro histórico-marítimo*, de João Adriano Ribeiro», na revista *Islenha,* n.º 71, julho-dezembro de 2022. Foi a autora principal do catálogo *Quintas (da segunda metade do século XIX até 1960)*, também com edição em língua inglesa, n.º 14 da coleção "Madeira – Memórias Fotográficas". Em novembro de 2023, apresentou a comunicação «As Representações dos negociantes (nacionais e estrangeiros) dos vinhos da Madeira ao Governador: o problema da falsificação dos vinhos na segunda metade do século XVIII», no *Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)*, que deu origem ao presente artigo. Presentemente, leciona inglês na Escola Secundária Francisco Franco. Endereço eletrónico: gomeslmc@esffranco.edu.pt.

denunciam a prática de alguns comerciantes do norte da ilha de misturar o sumo da cereja preta com os vinhos, de forma a melhorar a sua qualidade e cor. Perante esta situação, o governador D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho toma uma série de medidas, das quais se destacam o extermínio das cerejeiras pretas e a regulamentação do cultivo da vinha e das vindimas. Até ao final do século, os seus sucessores vão proibir a entrada e saída de vinhos na ilha da Madeira provenientes dos Açores e das Canárias, os quais eram posteriormente vendidos como vinho da Madeira.

Palavras-chave: Vinho da Madeira; Falsificação; Ilha da Madeira; Canárias; Açores.

Abstract

In 1768, Governor João António de Sá Pereira noted the difficulty in finding pure Madeira wines and announced measures to minimise this situation. About two decades later, the counterfeiting of this wine reached worrying proportions. From 1787 onwards, successive representations from national and foreign merchants denounced the practice of some merchants in the north of the island of mixing black cherry juice with wines to improve their quality and colour. Faced with this situation, Governor Diogo Pereira Forjaz Coutinho took a series of measures, including exterminating the black cherry trees and regulating the cultivation of vines and grape harvests. By the end of the century, his successors had banned the entry and exit of wines from the Azores and the Canary Islands to Madeira, which were then sold as Madeira wine.

Keywords: Madeira Wine; Wine Fraud; Madeira Island; Canary Islands; The Azores.

No âmbito do nosso estudo sobre a presença da comunidade britânica na ilha da Madeira, o qual teve início em 2006, com o nosso mestrado sobre os investimentos e estratégias empresariais da família Blandy na ilha da Madeira durante o século XIX, procurámos perceber como é que os comerciantes estrangeiros se relacionavam com os nacionais, especialmente no que concerne à produção e comércio de vinho da Madeira na segunda metade do século XVIII e que dinâmica existia entre os comerciantes de vinhos da Madeira e os sucessivos governadores. Foi precisamente neste período que estes comerciantes reportaram aos governadores as infrações cometidas na produção do vinho da Madeira, comprometendo a sua qualidade e prestígio nos mercados internacionais. A sua falsificação resultou da enorme procura que se fez sentir, ao longo do século em estudo, pelo vinho produzido na ilha da Madeira. Perante a falta de quantidade suficiente de vinhos para exportação, assistiu-se à baldeação dos vinhos produzidos no norte da ilha, considerados de qualidade inferior, com os do sul e dos vinhos das meias terras acima, também considerados de qualidade inferior, com os das meias terras abaixo (por "meias terras abaixo" entenda-se localidades à beira-mar, por oposição àquelas que ficavam

situadas a cotas superiores, "meias terras acima"). O produto final era comercializado ao preço do vinho de qualidade superior.

A nossa pesquisa assentou na documentação referenciada no Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Conselho Ultramarino, série Madeira, caixas 1 a 7, números 35 a 1260, que correspondem ao período de 1739 a 1803. Focámo-nos nos documentos que se referem, de alguma forma, à comunidade britânica, representações aos governadores por parte dos negociantes de vinho, estrangeiros e nacionais, e nas medidas tomadas por aqueles para impedir as contínuas tentativas de falsificação do vinho.

Ao nos questionarmos sobre a relação entre a comunidade britânica e os governadores da ilha da Madeira no período em estudo, ficámos com a ideia de que esta seria amigável visto que, a 31 de janeiro de 1754, o «Cônsul de Sua Majestade Britânica e […] Homens de Negócios da mesma Nação e da Feitoria desta praça do Funchal» atestavam os bons serviços prestados pelo governador, conde de São Miguel[2], durante os 39 meses em que desempenhou funções: «no decurso de todo este tempo, temos experimentado em sua Excelência tanto amparo no Negócio que não pode ser maior o bem que experimentámos»[3]. Pode ler-se ainda que «o temos como nosso protetor e defensor»[4].

No final desse mesmo ano, o então nomeado governador Manuel de Saldanha de Albuquerque escrevia a Sebastião José de Carvalho e Melo dando notícias da ilha da Madeira e lamentando-se sobre o facto de ser «esta terra mais cara que Londres, fazendo-a os Ingleses assim sem nenhum remédio, pois não comercializa nestes portos outra nenhuma nação e se algum dos nossos portugueses quer fazer negócio, tratam eles de ver o como podem arruinar, para que todos tenham medo»[5]. Fazia ainda referência aos seis mil cruzados concedidos pelos britânicos ao governador anterior, «resultante de uma convenção com os mesmos ingleses»[6]. No mês seguinte, num relatório sobre o estado em que encontrara a ilha da Madeira, o referido governador voltava a fazer uma alusão à «Nação Inglesa, que aqui faz o seu comércio, introduz os géneros de que se sustenta o resto do ano todo este povo, concorre mais para a sua ruína, pois se não contentam com ganho moderado,

---

[2] Arquivo Histórico Ultramarino (de ora em diante AHU), Conselho Ultramarino (a partir de agora CU), Madeira, n.º 35. A grafia das citações documentais foi atualizada, exceto as maiúsculas e minúsculas.

[3] AHU, CU, Madeira, caixa 1, n.º 35.

[4] AHU, CU, Madeira, caixa 1, n.º 35.

[5] AHU, CU, Madeira, caixa 1, n.º 46.

[6] AHU, CU, Madeira, caixa 1, n.º 46.

não vendendo coisa alguma, sem que tirem interesse de 70 por cento»[7]. A permanência deste mesmo governador na ilha da Madeira foi breve, pois, passado pouco menos de três anos, a 13 de fevereiro de 1757, tomou posse como governador o bispo do Funchal, D. Gaspar. A 27 de maio de 1759, foi a vez do governador José Correia de Sá assumir a função de governador das ilhas da Madeira e Porto Santo. Seguiu-se José António de Sá Pereira, no ano de 1768.

A 30 de abril do ano em que toma posse, o governador Sá Pereira escreveu uma carta particular ao seu tio, o conde de Oeiras (depois marquês de Pombal), na qual pedia conselho sobre se deveria ou não aceitar o donativo de 600 mil réis que era tradicionalmente oferecido aos governadores, no dia de Reis, pela nação inglesa e explicava a origem deste costume:

> «a Nação (inglesa) querendo obsequiar os Governadores para os ter sempre propícios a fim de melhor continuar nos grandes interesses que tira desta ilha e vendo que as suas embarcações nada pagavam para o Governo, impôs, com permissão de sua Corte, um tributo aos capitães dos seus navios da quantia de 240 réis por cada pipa de vinho ou aguardente, de 300 por cada caixa de açúcar, de 150 por cada arroba de casquinha e de 200 por cada saco de urzela, que se exporte daqui nas suas embarcações, a que ficaram chamando – direito da Nação – cujos são pagos pelos carregadores, sejam portugueses, ingleses ou de qualquer outra nação, para arrecadação do qual nomeiam todos os anos um tesoureiro e escrivão, o que faz uma grande soma, dela se valem para todas as despesas que o comum da Nação aqui faz entre as quais esta»[8].

Para além deste dilema, o governador João António de Sá Pereira teve de enfrentar um problema sério que ameaçava destruir a principal fonte de riqueza da ilha: a falsificação dos vinhos. Num ofício de 1 de fevereiro de 1768, endereçado ao conde de Oeiras[9], o governador dava conta da dificuldade de encontrar vinhos da Madeira puros e fazia referência ao edital com as medidas por si tomadas para evitar a falsificação dos vinhos, edital que se encontrava anexado ao ofício[10]:

> «O primeiro passo que tenho dado é o que consta do Edital junto, para acautelar o iminente perigo que ameaça a perder-se a reputação dos vinhos desta Ilha, em que consiste toda a sua riqueza, pela falsificação que lhe fazem com outros inferiores, para puderem estes comissários fazer o seu negócio mais vantajoso com total prejuízo deste género»[11].

[7] AHU, CU, Madeira, caixa 1, n.º 48.
[8] AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 318.
[9] AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 289.
[10] AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 290.
[11] AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 289.

De acordo com o referido ofício, a dificuldade em encontrar vinho puro verificava-se até mesmo com os negociantes britânicos. O governador reportava ao conde de Oeiras a informação que obteve de Martinho de Melo e Castro, que lhe havia escrito de Londres, «pedindo-me lhe mandasse 4 pipas de vinho puro desta Ilha, para uns cavalheiros Ingleses, dizendo-me, lhes era impossível havê-lo puro, ainda por via dos mesmos Negociantes daquela Nação»[12].

No referido edital, o governador mencionava a postura camarária de 9 de janeiro de 1739[13], pela qual se proibia a entrada dos vinhos do norte nas partes do sul da ilha da Madeira, «por serem aqueles de muita inferior qualidade e com eles prevaricam e corrompem os vinhos da parte do sul, os quais pela sua pureza e generoso vigor são os próprios para embarques das Nações Estrangeiras, que frequentemente vêm a este porto transportá-lo para as suas Américas, e mais partes»[14].

Anexado ao ofício, encontrámos uma representação dos homens de negócios da praça do Funchal, dirigida ao Senado, datada de 23 de dezembro de 1724[15]. Estes negociantes reclamavam, já então, por medidas de proteção contra a falsificação dos vinhos.

Na tentativa de impedir que a situação se prolongasse, o governador, por sua vez, mandou publicar um bando[16], onde constavam as medidas por si tomadas[17]. No entanto, este bando não foi publicado de imediato, como referia o governador Sá Pereira, num ofício escrito cerca de um mês depois, a 11 de março de 1768: «Não tendo mandado publicar o bando sobre os vinhos, por esperar aprovação de V. Ex.ª, porém, como a necessidade insta, por se virem transportando indistintamente os de toda a ilha, me resolvo em pôr em execução o dito Bando»[18]. Como afirmava o próprio governador, durante o tempo em que aguardou aprovação do bando, refletiu um pouco mais sobre o mesmo e procedeu a algumas alterações[19].

---

12 AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 289.
13 AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.os 289 e 291.
14 AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 290.
15 AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 292.
16 Bandos eram ordens, decretos ou editais emitidos pelos governadores, vice-reis ou pelas câmaras, e serviam para transmitir normas, regras, proibições ou anúncios importantes à população. Esses documentos, embora registados por escrito, eram especialmente conhecidos por serem lidos em voz alta em lugares públicos.
17 AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 290.
18 AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 310.
19 AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 311.

Entre as medidas publicadas, constava a proibição da introdução na cidade e nos seus subúrbios, até maio de cada ano, de vinhos provenientes do Porto da Cruz, Faial, Arco de São Jorge, Seixal, Porto Moniz, São Vicente, Ponta Delgada, Santana, São Jorge, Machico, Ponta do Pargo e Serra de Água.

Proibiu ainda que os vinhos oriundos de Câmara de Lobos, Canhas, Calheta, Arco da Calheta e Fajã da Ovelha, da costa sul, portanto, fossem baldeados com outros vinhos de outras zonas do sul, já que os primeiros eram considerados de qualidade inferior, equiparados aos vinhos do norte. A mesma lei foi aplicada aos vinhos da Ponta do Pargo e Serra de Água, no sul da ilha.

Em suma, os lavradores foram proibidos de lotear ou misturar o vinho inferior com o vinho subido e o de embarque, devendo, por isso, incubar os vinhos em cascos separados, tendo em conta as três qualidades de vinho atrás referidas.

Em contrapartida, os vinhos de qualidade inferior poderiam ser vendidos nas tabernas das vilas e freguesias do norte e transportados de umas para as outras, apenas para esse fim, devidamente acompanhados de guias. Também poderiam ser vendidos nas tabernas da cidade do Funchal, procedendo-se da forma atrás descrita.

Outra medida que constava do bando referia-se à proibição dos comerciantes em embarcar quaisquer pipas de vinho sem que a sua qualidade tivesse sido examinada pelos provadores. O selador, por sua vez, tinha a função de marcar «com ferros para isso destinados e com Marca distinta as pipas que os Provadores lhes qualifiquem, observando nestas marcas a distinção das três qualidades de vinhos que desta Ilha se extraem para embarque»[20].

Era permitido, contudo, exportar para o Brasil em qualquer época do ano qualquer tipo de vinho, desde que transportados em navios portugueses. Da mesma forma, aos comerciantes nacionais e estrangeiros era permitido embarcar os «referidos vinhos inferiores, os que lhe forem necessários para a tripulação dos Navios, ou seja, de Guerra ou Mercantes»[21]. Essas pipas seriam marcadas com fogo, o que significava que aquele era «vinho para uso da Marinhagem, e não do Comércio ou Mercantil»[22].

A falsificação de vinhos da Madeira continuava a acontecer durante a década de 80 do século XVIII, como concluímos da leitura do ofício de 27 de maio de 1788[23],

[20] AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 290.
[21] AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 310.
[22] AHU, CU, Madeira, caixa 2, n.º 310.
[23] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 822.

no qual o governador Diogo Pereira Forjaz Coutinho dava conhecimento a Martinho Melo e Castro das medidas que tomara para impedir que essa fraude continuasse. Começava por recordar que a 16 de agosto de 1786 mandara publicar um bando[24]. Das medidas que constavam do mesmo, salientava-se a obrigação de qualquer lavrador, colono ou proprietário realizar todos os trabalhos das fazendas que tivesse a seu cargo para cultivar, não podendo descuidar-se nas diversas tarefas (cava, poda, vindima, enxertia), arriscando-se a cumprir um castigo de prisão. A tarefa de fiscalizar o cumprimento destas obrigações caberia aos Inspetores Menores, que deveriam reportar quaisquer desobediências aos inspetores gerais da Agricultura. Quanto às vindimas, o seu início seria determinado exclusivamente pelos proprietários das fazendas, os quais deveriam redigir uma licença para o efeito. Os lavradores estavam ainda obrigados a proceder à separação das uvas de acordo com a sua qualidade.

O governador Forjaz Coutinho demonstrou estar ao corrente do tipo de fraudes que se cometiam, descrevendo exatamente as movimentações de vinhos que ocorriam na ilha:

> «[p]or quanto me consta que os vinhos produzidos em quintais desta cidade, vilas e lugares, se costumam clandestinamente introduzir nos campos circunvizinhos, ou para os misturarem com os vinhos deles, ou para que os compradores os persuadam que são ali produzidos e por tais os paguem; que semelhantemente, e para o mesmo doloso fim se introduzem vinhos da Costa Norte em algumas freguesias da do Sul. E que com o mesmo intento muitas pessoas compram vinhos em mosto nos altos das freguesias de toda a costa do Sul e os trazem e vêm fazer cozer para as freguesias mais perto do Mar, a fim de os lotarem com os vinhos dos melhores portos ou de os inculcarem por vinhos produzidos neles»[25].

Especificava, ainda, que os habitantes de São Martinho compravam vinhos aos das freguesias de Santo António e São Roque; os de Câmara de Lobos, aos do Estreito de Câmara de Lobos e Garachico; os do Campanário e Ribeira Brava, aos da Serra de Água; os da Ribeira Brava, aos da Tabua e Ponta do Sol; os da Ponta do Sol e Madalena do Mar, aos dos Canhas, «tudo com o fim sinistro de enganar os compradores, vendendo-lhes vinhos adulterados, inferior como se fosse puro e de bons portos»[26].

Na sequência da situação acima exposta, o governador determinou também que o vinho que não fosse exportado, não poderia ser loteado ou misturado, quer em mosto, quer depois de cozido. Os vinhos do norte não poderiam ser loteados

[24] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 823.
[25] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 823.
[26] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 823.

com os do sul, nem os vinhos de umas com os das outras freguesias, nem os de bons portos com os de inferior qualidade. Para além disso, era proibida a introdução, nos portos da costa sul, de vinhos da costa norte antes do mês de maio, vinho esse que estava destinado aos trabalhadores das fazendas e ao consumo nas tabernas. Por fim, determinava que não poderiam ser levados vinhos em mosto, da cidade ou de outras vilas para outras zonas da ilha. Só o poderiam fazer a partir de maio, com o vinho cozido[27].

O referido bando tinha a pretensão de regular as vindimas e impedir a adulteração dos vinhos que estavam a denegrir a sua reputação. Mas, «e porque não obstante aquelas providências se falsificam vinhos por outro modo que eu então ignorava, em agosto de 1787, me requereram tanto a Feitoria Inglesa, como os Negociantes Portugueses desta praça, o que consta da cópia n. 2»[28].

Ora, os negociantes dos vinhos da Madeira, quer portugueses, quer aqueles da feitoria inglesa, através de uma representação[29] apresentada ao governador Forjaz Coutinho, manifestaram-se contra a fraude cometida por alguns comerciantes do norte da ilha, que adicionavam o suco das cerejas pretas ao vinho, e pediam providências para pôr fim àquela situação.

A 27 de Fevereiro de 1788, foi mandado publicar um edital[30] pelo referido governador, ordenando que:

> «todos os lavradores e senhorios de terras desta Ilha […] cortem e façam cortar todas as cerejeiras pretas que cada um tiver, para que nunca mais apareça nesta Ilha um semelhante fruto […] com pena de seis mil réis […]. E para que os lavradores que atualmente as tiverem não sintam o detrimento de totalmente perderem estas árvores, poderão os que quiserem enxertar nos troncos das que cortarem outra espécie de cerejas, por ser agora o tempo próprio para semelhantes enxertias: E os que não quiserem enxertar, serão obrigados a arrancar pelas raízes as cerejeiras pretas que tiverem»[31].

Alegando o prejuízo que teria, António Correa Vasquez de Araújo Neto requereu ao governador outra providência que não a de cortar as cerejeiras[32]. Seguiram-se Manuel Acciaioli e seu irmão, o cónego Pedro Nicolau Acciaioli, que pediam a suspensão do referido edital[33] num requerimento de março de 1788.

[27] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 823.
[28] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 822.
[29] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 824.
[30] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 825.
[31] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 825.
[32] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 826.
[33] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 826.

Ambos os despachos, indeferindo os requerimentos dos proprietários atrás referidos, pedindo a suspensão do Edital de 27 de fevereiro de 1788, eram no sentido de observar as determinações do governador, «especialmente quando elas se dirigirem para utilidade pública»[34]. Seguiram-se vários incidentes entre o governador Forjaz Coutinho e o cónego Pedro Acciaioli, acompanhados de perto pelo bispo do Funchal, a quem o governador escrevia frequentemente, com um objetivo: «a conservação da união e boa harmonia que desejo perpetuada entre o sacerdócio e o Império»[35]. Denotava-se ainda a constante preocupação do governador com a opinião pública sobre este acontecimento, a quem devia uma «cabal satisfação»[36].

A 26 de abril de 1788, o governador determinou o regresso do cónego Acciaioli à Ribeira Brava no termo de 24 horas, de onde não deveria sair até segunda ordem[37]. A partir da leitura de uma carta do governador endereçada ao bispo do Funchal e redigida 3 dias depois, ficámos a saber o motivo: o governador D. Diogo Coutinho fora alvo de insultos por parte do cónego Acciaioli, o qual havia apresentado queixa dos seus colonos, por terem cortado as cerejeiras pretas que tinham no distrito da Ribeira Brava[38]. No entanto, o cónego não obedeceu à ordem dada pelo governador, alegando não poder ausentar-se da cidade por ser comissário da Bula[39].

A 29 de abril, o bispo do Funchal admitiu que talvez «esta desobediência proceda mais de um erro de entendimento do que de vontade»[40] e até fez uma sugestão: prender o cónego «[n]a prisão na torre da Sé pelo tempo que a Vossa Excelência mesmo parecer conveniente digne-se V. Ex.ª de mo fazer saber ou acuda esta noite ou pela manhã, para eu passar logo as ordens necessárias»[41].

Numa carta redigida a 30 de abril, o governador sugeriu que se esperasse mais um dia; no caso de o cónego não se retirar até ao fim do dia seguinte, haveria razões para «o mandar para a dita torre, privando-o de toda a comunicação que não seja de um doméstico que o sirva, o Médico e Confessor, sendo precisos, até que ele se resolva a querer ir para onde lhe destinei»[42].

---

[34] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 826.
[35] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 828.
[36] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 828.
[37] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 827.
[38] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 828.
[39] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 829.
[40] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 830.
[41] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 830.
[42] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 831.

A 2 de maio, o bispo do Funchal dava conta ao governador que o cónego Acciaioli «que tendo já tudo pronto para a sua partida, fora repentinamente atacado com tal excesso das suas costumadas moléstias que lhe parece morrerá no extermínio»[43]. Acrescentava que o seu Escrivão da Comarca iria proceder à prisão do cónego Pedro Nicolau «se a enfermidade permitir esta mudança sem perigo de vida, e se V. Ex.ª não julgar conveniente, espera-lhe por equidades alguma melhoria»[44].

Em resposta a esta nova informação, o governador temia as «péssimas consequências que se hão de seguir se este delito / que cada vez se vai agravando mais, à medida que ganha tempo este Réu para aparentemente ir protestando a sua bem manifesta rebeldia / não for punido competentemente»[45]. Considerava ainda «suspeitoso o acometimento de moléstia», mas que não o mandasse prender o bispo; pedia, pois, que aguardasse até ao dia seguinte, na esperança de que o cónego fosse para a Ribeira Brava, como fora determinado.

Ainda nesse mesmo dia, 3 de maio, o bispo do Funchal confidenciava ao governador que «[n]ão é só a autoridade de V. Ex.ª que está desatendida pelo modo de proceder do cónego Pedro Nicolau, mas também a minha, pois que lhe tenho feito saber muitas vezes que deve obedecer à ordem de V. Ex.ª»[46] e que faria ao dito cónego uma última advertência ainda naquele dia ou no dia seguinte.

Dias depois, o cónego endereçou um novo requerimento ao governador, afirmando que tinha obedecido à ordem que recebera para sair da cidade e ir para a Ribeira Brava. No entanto, o seu estado de saúde piorara e de forma a «se poder tratar e ser assistido de seu médico e acudir pela conservação da vida»[47], necessitava de regressar à sua residência no Funchal. O governador acedeu ao seu pedido, «debaixo da condição de que se conserve na mesma casa e se abstenha de receber nela visitas algumas que não sejam de seus irmãos e sobrinhos, Médico e Confessor sendo precisos, tudo até segunda ordem»[48].

Cerca de um mês depois, o governador Forjaz Coutinho dava conhecimento a Martinho de Melo e Castro do falecimento do cónego Acciaioli que ocorrera a um de junho, através de um ofício, ao qual se encontram anexados quatro atestados médicos. Referia o governador que:

---

[43] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 832.
[44] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 832.
[45] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 833.
[46] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 834.
[47] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 835.
[48] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 836.

> «[E] por que desta casualidade quer de astuciosa malícia dos seus parentes e parciais tirar assunto para fazerem crer que o extermínio lhe ocasionou a morte; e poderá ser que por este ou por semelhante modo pretendam caluniar-me na presença de S. Majestade ou de Vossa Excelência mesmo; tomei o expediente de por 3.ª pessoa fazer pedir aos quatro médicos que lhe foram assistentes / e são todos os que presentemente há nesta Ilha / as atenções juradas que em pública forma agora remeto a V. Ex.ª para assim me acautelar contra a maliciosa indústria destes orgulhosos Insulanos que costumam fazer causa comum para se revoltarem contra quem os pretende conter nas suas desordens»[49].

Na década de 90 do século XVIII, surgiu uma nova fraude no que concerne à produção de vinhos da Madeira. Em 1791, Charles Murray havia dirigido uma representação[50] a Luís Pinto de Sousa Coutinho, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, onde se manifestava contra o facto de alguns comerciantes exportarem para Tenerife os vinhos da Madeira, onde procediam ao loteamento destes vinhos com os daquela ilha, que eram mais baratos e de qualidade inferior, para depois serem comercializados como vinho da ilha da Madeira nas Índias Orientais e, principalmente, no Reino de Bengala. Tal situação causou a diminuição da sua exportação e defraudou a sua reputação de vinho de boa qualidade. Este cidadão britânico culpabilizava os negociantes e habitantes da ilha de Tenerife, os quais mandavam

> «fabricar pipas do mesmo tamanho, e exatamente da mesma figura que as que se fabricam na Ilha da Madeira, e diferentes das que geralmente se fabricam em Tenerife, e para melhor encobrir o engano, têm chegado alguns negociantes na mesma Ilha ao escandaloso e vergonhoso procedimento de mandarem pôr nas pipas de vinho, que eles embarcam as marcas de fogo de que usam várias das principais Casas de Negócio da Ilha da Madeira, para distinguirem os vinhos, que de suas Casas se embarcam, e de passar conhecimentos e faturas falsas, como se fossem carregados efetivamente tais vinhos nas Ilhas da Madeira»[51].

Para solucionar este problema, Charles Murray defendia que os navios portugueses destinados aos portos da Ásia não carregassem vinhos senão do Reino e Domínios de Portugal, nem levassem outros vinhos com os da Madeira. Acrescentava ainda:

> «e para maior segurança pode se ordenar aos Oficiais da Alfândega da Ilha da Madeira que remetam aos Cônsules de Portugal nos portos da Ásia para onde se destinarem os Navios, que aportarem na dita Ilha para carregarem vinhos (que geralmente se destinam para Calcutá), um manifesto declarando o número de pipas que se carregaram

[49] AHU, CU, Madeira, caixa 5, n.º 837.
[50] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1253.
[51] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1253.

> a bordo de cada um desses Navios; ordenando ao mesmo tempo a ordenar os Cônsules que examinem, e averiguem se vem maior número de pipas que o expressado no dito manifesto, para em tal caso informarem os ditos Cônsules à Repartição a que tocar nesta Corte para que sejam castigados os transgressores das Ordens Reais […] e não havendo maior número de pipas, que passem ordenar os Cônsules uma certidão disso mesmo ao Capitão do Navio, a qual será obrigado a entregar aqui, quando entregar os outros documentos públicos da sua negociação»[52].

Em anexo a esta representação, Charles Murray enviou uma lista[53] com alguns dos navios que, entre 1784 e 1787, tinham transportado vinhos da Madeira para o porto de Tenerife, onde eram loteados com os produzidos nessa ilha e exportados para a Ásia, como se de vinhos da Madeira se tratassem. Identificou os navios *Duque de Bragança*, cujo capitão era Francisco Tomás da Costa, no ano de 1786 ou 1787; *Invencível*, do capitão Joaquim G., nos mesmos anos; *Santíssimo Sacramento, N.ª Sr.ª do Pilar*, no ano de 1784 ou 1785; *Cara Assada* e *Trindade*.

As tentativas de impedir a falsificação de vinhos da Madeira sucediam-se, como é o exemplo da representação do Senado do Funchal e dos homens bons da Casa dos Vinte e Quatro que, em 23 de maio de 1801, protestavam contra a pretensão de Domingos de Oliveira Júnior, um comerciante de vinhos «com três casas de Negócio, a primeira na Ilha da Madeira, a segunda na Ilha do Faial e a terceira em Londres»[54], que requerera a importação livre de vinhos dos Açores. De acordo com os suplicantes,

> «se aqueles vinhos dos Açores se admitirem, seguramente perderão a estima e créditos os desta Ilha, pois que a mente do pretendente Oliveira é, por certo, mesmo no porto ou fora dele, misturar aqueles com estes vinhos e fazê-los passar por vinhos da Madeira, com o que estes se descreditarão, perdendo o seu grande preço»[55].

A 27 de maio de 1801, através de uma nova representação de Charles Murray[56], cônsul da Inglaterra na Madeira, os negociantes nacionais e estrangeiros suplicaram ao governador José Manuel da Câmara que «não permita a Domingos de Oliveira Júnior a cavilosa pretensão de importar nos Portos da sobredita ilha por Franquia, os vinhos do Faial, ou de outro qualquer país, que se possam equivocar com o Vinho da Madeira; pois que com esta introdução é infalível ao prejuízo e ruína total dos Suplicantes e do Comércio deste género em geral»[57]. Acrescentava ainda o cônsul

[52] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1253.
[53] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1254.
[54] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1255.
[55] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1203.
[56] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1204.
[57] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1204.

que Domingos Oliveira Júnior não tinha outro objetivo senão o de «falsificar, por este meio, os vinhos da ilha da Madeira, ou misturando-os com os das outras ilhas, ou fazendo persuadir aos consumidores principalmente da Índia, que os que ele houver de exportar são próprios deste país»[58]. O referido cônsul fez referência aos governadores João António de Sá Pereira, João Gonçalves da Câmara e D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho que não autorizaram «esta dolosa introdução com o especioso título de franquia ou baldeação»[59]. Pediram ao governador José Manuel da Câmara que determinasse a proibição do «embarque de Vinhos da Madeira em Navios que levarem Vinho dos Açores, das Canárias ou de outro qualquer país, que se possam confundir com os da Madeira»[60].

Ainda em 1801, numa outra representação de Charles Murray conjuntamente com os comerciantes nacionais e estrangeiros da ilha da Madeira, reafirmava-se a ideia de que alguns comerciantes «exportavam vinhos da Ilha do Faial para a dita Ilha da Madeira, com tenção de os reexportar, e fazer passar e vender nos Portos de seu consumo por vinhos da referida Ilha da Madeira»[61]. Referiam-se a Domingos de Oliveira Júnior que havia requerido a descarga no porto do Funchal, livre de direitos, de 80 pipas de vinho proveniente do Faial, transportado a bordo do navio *Bom Nome,* do capitão Simão José Raposo[62]. Opôs-se a este pedido o Senado, que emitiu o seguinte parecer: «Notifiquem-se com as penas de perdimento dos vinhos que suceda desembarcar-se em contravenção com as mais posturas»[63].

O decreto de 22 de dezembro de 1800 pretendia pôr fim a esse abuso, o qual exigia o seguinte: «todas as vasilhas que saírem e se exportarem das Ilhas, e muito principalmente da Madeira, e Faial, sejam marcadas com uma marca particular de cada Ilha que lhe sirva de distintivo»[64]. Dizia o cônsul que, infelizmente, a medida não se revelara eficaz, já que se tornou «um meio proporcionado para se radicarem as fraudes, e fazê-las aparentemente legais»[65]. Assim, «sendo a marca da vasilha o distintivo da qualidade do vinho, não podem os compradores reclamar o contrato da compra e venda quando forem iludidos e enganados»[66]. Outro problema identifi-

[58] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1204.
[59] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1204.
[60] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1204.
[61] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1251.
[62] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1255.
[63] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1260.
[64] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1251.
[65] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1251.
[66] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1251.

cado pelo cônsul inglês referia-se à possibilidade de falsificar as marcas nas pipas: «há o manifesto que os transgressores não só podem falsificar as marcas que sem dúvida serão postas com ferro quente pois em toda a parte onde há Ferreiros e ferro, é fácil fazê-las; ou mesmo a bordo dos Navios se pode facilmente tirar uma marca e pôr outra»[67]. Para além disso, a ausência de fiscalização, ou a corrupção dos responsáveis pela mesma, e ainda a facilidade em obter vasilhas nos países importadores dos vinhos da Madeira contribuíam para agudizar a fraude.

Outra questão colocada pelos negociantes de vinhos da ilha referia-se à falsificação de pipas e vasilhas que acontecia em Tenerife e questionavam-se sobre «como se poderá impedir em um País Estrangeiro o uso das marcas, se os Transgressores ou os seus Comissários os quiserem praticar?»[68]. Perante este cenário, os suplicantes pediam para que ficasse sem efeito o referido decreto e sugeriam que o vinho do Faial tivesse uma marca distinta.

Acedendo ao pedido dos comerciantes de vinhos, foi publicado um alvará[69] a revogar o decreto sobre a marcação das pipas e vasilhas utilizadas na exportação dos vinhos da Madeira. Para além disso, proibiram-se as franquias e baldeação de vinhos estrangeiros na referida ilha da Madeira.

Ainda a questão da utilização das estufas de vinhos não será um problema menor do que a falsificação destes e colocará, ao longo do século XIX, novos desafios não só aos comerciantes de vinhos, que estavam divididos em relação aos benefícios da sua utilização, como também aos governadores que se sucederam.

Em virtude de tudo o que foi atrás mencionado, podemos afirmar que os negociantes britânicos e nacionais estavam unidos na luta contra a falsificação dos vinhos da Madeira que persistiu na segunda metade do século XVIII, fazendo-se ouvir e obrigando os diversos governadores a tomar medidas que, muitas vezes, eram recomendações feitas pelos próprios negociantes.

Recorrendo às representações, muitas vezes encabeçadas pelo cônsul britânico, os negociantes nacionais e estrangeiros da praça da Madeira fizeram chegar, com frequência, relatos das fraudes que estavam a ser cometidas na produção dos vinhos da Madeira, cuja reputação estava a ser destruída nos mercados internacionais. A mistura de vinhos provenientes de diversas áreas da ilha da Madeira, assim como a mistura de vinhos da Madeira com os de Canárias ou dos Açores, foram sendo sucessivamente denunciadas aos governadores, forçando-os

[67] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1251.
[68] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1251.
[69] AHU, CU, Madeira, caixa 7, n.º 1222.

a legislar no sentido de impedir a ruína total do comércio dos vinhos da Madeira, que constituíam o derradeiro sustento da economia regional.

A continuidade dos vinhos da Madeira, a sua qualidade distinta e a sua reputação estiveram claramente em risco ao longo da segunda metade do século XVIII. Acreditamos que foi graças ao esforço conjunto dos comerciantes, quer fossem estrangeiros ou portugueses, combinado com a rápida intervenção dos governadores e duma política protecionista, que se permitiu a sua sobrevivência e prosperidade.

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Madeira, caixas 1 a 7, números 35 a 1260.

Bibliografia Consultada

PESTANA, Lúcia Milagres de Sá Pestana, 2020, *A Cultura da Cereja no Jardim da Serra: Valorização de um Património Cultural e Linguístico*, Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais apresentada à Universidade da Madeira.

SOUSA, João José Abreu de, 1989, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

VIEIRA, Alberto, 1990, *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, Ponta Delgada, Eurosigno Publicações Lda.

VIEIRA, Alberto, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira, Séculos XV a XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, Alberto, 1993, *História do Vinho da Madeira*. *Documentos e textos*, edição, Coleção "Documentos", n.º 2, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 289-348
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Os Testamentos das Mulheres da Freguesia de Câmara de Lobos, da Ilha da Madeira, nos finais de Setecentos: Contributo para uma História Socioeconómica Local

The Wills of the Women of the Parish of Câmara de Lobos, Madeira Island, in the Late 18th Century: A Contribution to a Local Socioeconomic History

Ana Madalena Trigo de Sousa[1]

Resumo

O presente estudo tem por objeto analisar a prática testamentária feminina na freguesia de Câmara de Lobos, da Ilha da Madeira, durante a segunda metade do século XVIII. Os seus objetivos convergem para a resposta a um conjunto de questões, a saber: quem foram as mulheres testadoras e como se caracterizavam socialmente; quais as razões que as levaram a fazer testamento; quais os cuidados que revelaram nas suas disposições fúnebres e espirituais; qual foi a forma de repartição das suas heranças e legados.

Este estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, é feito o enquadramento legislativo do testamento no Antigo Regime, observando-se a estrutura deste documento e as formalidades inerentes à prática testamentária. A segunda parte comporta uma breve descrição da freguesia de Câmara de Lobos nos seus aspetos demográficos, geográficos e socioeconómicos. Na terceira, e última parte, dar-se-á resposta às questões formuladas. Com uma subdivisão em quatro pontos, traremos à colação as mulheres

[1] Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Licenciada em História (1992) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa Séculos XV-XVIII (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Em 2004 obteve aprovação, por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos publicados no âmbito da história política e institucional do arquipélago da Madeira nas épocas moderna e contemporânea. Para mais informação: https://orcid.org/0000-0001-6992-914X. Contacto: madalena.sousa@madeira.gov.pt.

testadoras e as suas derradeiras vontades que, felizmente, ficaram inscritas numa valiosa fonte documental do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Palavras-chave: Testamentos; Câmara de Lobos; Mulheres Testadoras; Século XVIII.

Abstract

This study's purpose is to analyse female testamentary practices in the parish of Câmara de Lobos, Madeira Island, during the second half of the 18th century. Its objectives converge towards answering several questions, namely: who were the women testators and how were they socially characterised; which reasons led them to make a will; how did they take care of their funeral and spiritual dispositions; how did they share their inheritances and legacies.

This study is divided into three parts. In the first one, the *Ancien Régime* will's legislative framework is presented, observing this document's structure and the formalities which were inherent to testamentary practice. The second part includes a brief description of the parish of Câmara de Lobos covering its demographic, geographical and socio--economic aspects. The third, and final part, addresses the questions posed. Divided into four sections, we will observe the women testators and their final wishes, which, fortunately, have been preserved in a valuable documentary source in the Madeira Archives and Library.

Keywords: Wills; Câmara de Lobos; Women Testators; 18th Century.

Introdução

Em 26 de abril de 1768, o corregedor Francisco Moreira de Matos iniciava a correição ao município do Funchal, cujos capítulos seriam vertidos a escrito, dois meses mais tarde, numa sentença repartida em 56 provimentos. Focando a atenção no provimento 49.º, vemos que o então corregedor, uma vez informado «do grande descuido e prejudicial omissão no cumprimento das últimas vontades dos testadores de que resulta[va] um considerável prejuízo às almas»[2], proveu, com a finalidade de corrigir esta situação, nestes termos:

> «Ordenou que todo o testamento que se houver de abrir por morte do testador se apresente às justiças ordinárias e que estas nos seus respetivos distritos os abram mandando fazer um termo de abertura pelo seu escrivão, e depois se apresente ao pároco para este saber as disposições pias e executá-las, e fique logo obrigado o testamenteiro a apresentar o testamento ao escrivão da câmara […] para o lançar em um livro de registo que para isso terá destinado e rubricado por ele, desembargador corregedor, bem entendido que no dito livro se devem registar todos os testamentos

[2] Arquivo e Biblioteca da Madeira, em diante ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correições, Livro 168, fl. 16. As citações documentais no decurso deste texto têm a ortografia atualizada.

> cuja conta pertença ao Juízo Secular ou Eclesiástico por ser este direito Real […] e só as certidões que se tirarem do dito livro poderão ter fé em Juízo, e findo o livro se guardará no Arquivo da Câmara»[3].

Previamente a esta correição feita ao município funchalense, o corregedor Francisco Moreira de Matos expressara, num ofício dirigido à Corte em fevereiro desse mesmo ano, os problemas que se vivenciavam no âmbito do Juízo dos Resíduos e Capelas onde o registo dos testamentos não estaria a ser corretamente efetuado num tombo próprio e que os «oito volumosos livros», resultado da iniciativa reformista do desembargador António de Melo, em 1590, estavam todos lacerados e dispersos pelas mãos de particulares, em vez de estarem guardados num cartório próprio[4].

Esta iniciativa do corregedor não foi, de modo algum, inconsequente. Logo no dia 30 de abril de 1768, poucos dias depois da correição ao município do Funchal, Francisco Moreira de Matos abria e rubricava aquele que seria o primeiro de uma série de livros de registo de testamentos que, felizmente, chegaram até aos dias de hoje. Com efeito, estamos a falar de um total de 35 volumes que contêm o registo dos testamentos efetuados na Ilha da Madeira, desde 1768 até ao ano de 1836, havendo alguns testamentos que remontam à década de 1750[5]. Deduzimos que os testamentos da Ilha do Porto Santo também teriam sido mandados registar em livro próprio. No entanto, o facto de ter sido alvo de escassas visitas de um corregedor, entre 1768 e o final do Antigo Regime, acrescido de não ter sido alvo de visita por Francisco Moreira de Matos, por motivos que desconhecemos[6], resultou na ausência de registos de testamentos para esta fase, tendo-se iniciado apenas a partir de 1824[7].

O assentamento dos testamentos efetuados na Ilha da Madeira que, além do próprio testamento, incluem sempre as respetivas aprovação e abertura, abrangem toda a ilha, ou seja, os seis concelhos então existentes: Funchal, Ponta do Sol, Calheta, Santa Cruz, Machico e São Vicente. Em relação à segunda metade de Setecentos, o número de volumes fica circunscrito a 11 espécies documentais.

---

3 ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correições, Livro 168, fls. 16-16v.º.

4 Arquivo Histórico Ultramarino, Madeira e Porto Santo, Documentos Catalogados, Caixa 2, Documento 302: Ofício do corregedor Francisco Moreira de Matos de 26 de fevereiro de 1768.

5 Veja-se ABM, Câmara Municipal do Funchal, Inventário e Instrumentos Descritivos, n.º 16, disponível em https://abm.madeira.gov.pt/idd/IDD16.pdf.

6 SOUSA, 2006, «Os provimentos dos corregedores nos municípios da Madeira e Porto Santo: 1768 a 1833», p. 148, Quadro 2.

7 Veja-se ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Inventário e Instrumentos Descritivos, n.º 13, disponível em https://abm.madeira.gov.pt/idd/IDD13_13A.pdf.

Os restantes 24 reportam-se ao período que vai do início do século XIX até ao ano de 1836, altura em que, por via das reformas do Liberalismo, esta responsabilidade transitou para as recém-criadas administrações de concelho.

O quadro I estabelece as características principais dos tomos do século XVIII. A sua numeração é a das cotas do Arquivo e Biblioteca da Madeira estabelecidas para o fundo documental da Câmara Municipal do Funchal e do qual estes livros fazem parte.

Quadro I: Os Livros de Registo de Testamentos da Ilha da Madeira (de 1768 até Final do Século XVIII)

N.º do Livro	Data da abertura	N.º de testamentos registados
1251	30-04-1768, pelo corregedor Francisco Morreira de Matos	112
1252	01-01-1769, pelo corregedor Francisco Moreira de Matos	145
1253	15-09-1772, pelo corregedor Francisco Moreira de Matos	141
1254	01-04-1772, pelo corregedor Francisco Moreira de Matos	149
1255	10-08-1775, pelo corregedor Francisco Moreira de Matos	105
1256	20-06-1776, pelo corregedor Francisco Moreira de Matos	102
1257	?-?-1779, pelo juiz de fora Francisco Álvares de Andrade	85
1258	26-10-1783, pelo juiz de fora Bernardo Oliveira Perdigão	76
1259	11-12-1787, pelo vereador do Funchal Francisco Correia Bettencourt	93
1260	28-11-1791, pelo vereador do Funchal Pedro Júlio da Câmara Leme	149
1261	01-01-1790, por Henrique Esmeraldo do Carvalhal	55
Total		**1212**

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livros 1251 até 1261.

A informação deste quadro mostra um número elevadíssimo de testamentos feitos na Ilha da Madeira e que foram sendo registados, em livro próprio, no decurso da segunda metade do século XVIII. Trata-se de uma fonte que permite um levantamento geográfico dos testadores, uma vez que o local da feitura deste documento bem como o da sua aprovação, surgem perfeitamente identificados.

Do total de 1212 testamentos assentados, verifica-se que o número de testamentos de residentes do concelho o Funchal ascende a 809. Seguem-se, por ordem decrescente, a Calheta com 149 testadores, São Vicente com 143; Ponta do Sol com 44; Machico e Santa Cruz com 35 e 32 testadores, respetivamente.

A predominância do concelho do Funchal é, por demais, evidente. Era o único município com estatuto de cidade e com um número de habitantes que rondaria, em finais do século, os 35 mil[8]. Este concelho era constituído por freguesias urbanas e por freguesias do termo, ou seja, localizadas nos seus arredores e que, nesta altura, iam, em direção a oeste, até à Ribeira Brava e, em direção a leste, até ao Caniço. O maior número de registos de testamentos ocorreu nas freguesias urbanas, com um total de 519. Em relação às freguesias do termo, a distribuição geográfica de testadores era, por ordem decrescente: Câmara de Lobos com 87 registos de testamentos; Ribeira Brava com 58; Campanário com 46; Estreito de Câmara de Lobos com 45; Tabua com 25; Caniço com 23 e, por último, a Serra de Água, onde ficaram registados apenas seis testamentos.

Em 2022, elaborei um estudo sobre a administração das capelas da família Carvalhal Esmeraldo, entre 1796 e 1878, o que me permitiu trabalhar com processos de autos de contas de capelas, em que os testamentos eram um elemento primordial, numa abordagem circunscrita a um núcleo familiar de instituidores de vínculos[9]. No entanto, apercebendo-me da riqueza informativa dos testamentos e, ao mesmo tempo, da existência destes livros de registo dos mesmos, achei pertinente procurar uma abordagem diferente. A perspetiva a adotar já não seria um núcleo documental centrado numa família, mas sim um conjunto de testamentos oriundos de uma determinada localização geográfica, cuja análise, formal e de conteúdo, permitiria trabalhar um conjunto informativo dotado de diversos elementos de índole social e económica relativos à população de um determinado povoado ou freguesia[10]. Ora, na impossibilidade de abordar todos os testamentos do concelho do Funchal, impõe-se uma escolha e, simultaneamente, a sua justificação.

Com o intuito de examinar uma realidade fora da cidade do Funchal, entendi focar a atenção na freguesia de Câmara de Lobos pois é aquela, do conjunto das

---

[8] Veja-se Arquivo Histórico Ultramarino, Madeira e Porto Santo, Documentos Catalogados, Caixa 6, Documento 994, Mapa Geral da População das Ilhas da Madeira e Porto Santo em 1797.

[9] Veja-se SOUSA, 2023, «A administração das capelas da família Carvalhal Esmeraldo entre 1796 e 1878: um contributo para o estudo da instituição vincular da Ilha da Madeira na sua etapa final», pp. 369-467.

[10] Veja-se os estudos de ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830*; MATOS, 2004, «As solidariedades da morte numa freguesia rural da Ilha do Pico em finais de Seiscentos», pp. 73-84; SILVA, 2014, «O uso dos testamentos como fontes de produção do conhecimento histórico», pp. 1-10; RAMOS, 2015, «Os homens e a morte na freguesia de Santo André de Canidelo (1801-1834)», pp. 222-282; MATOS, 2020, *Aliviar a Consciência e Cuidar da Alma. Testamentos da Ilha de São Jorge (1518-1656)*.

freguesias do termo, que apresenta um maior volume de registos de testamentos, em concreto, 87. Mas este estudo pretende enveredar por um caminho mais específico com o pressuposto de que seria muito pertinente seguir os vestígios da presença feminina, porque o testamento é uma das pouquíssimas fontes onde se encontra, com evidência, a presença das mulheres. Esta questão foi, em 1993, colocada por Maria Clara Pereira da Costa, a propósito do seu levantamento de testemunhos históricos sobre o papel das mulheres na sociedade madeirense dos séculos XV-XVI, onde desenvolve a ideia de que «o silêncio que paira na documentação que possuímos para os séculos XV e XVI quanto ao papel da mulher»[11], é atenuado nesta fonte. Com efeito, e na perspetiva da autora, os testamentos constituem um acervo a partir do qual, inserindo os testemunhos, isoladamente pouco explicativos, numa fórmula de avaliação de dados, se poderá reunir um conjunto informativo cujo tratamento pode permitir a formulação de algumas conclusões[12]. Por conseguinte, e com esta ideia em mente, percebi, feito o levantamento geográfico, que do total dos 87 testamentos registados, com origem na freguesia de Câmara de Lobos, 49 (mais de metade) são de mulheres que, sozinhas ou em comum com o seu marido ou irmãos, quiseram verter a escrito as suas últimas vontades. Esta opção por uma abordagem de género atende às considerações de Irene Vaquinhas que expõe os temas e desafios relativos à história das mulheres e do género em Portugal, chamando a atenção para a importância de se dar visibilidade às mulheres e questionando o seu lugar ao longo do processo histórico[13]. Conforme a autora, a história das mulheres em Portugal tem focado a sua análise, sobretudo, nas formas de intervenção das mulheres no espaço público, sendo as questões das mulheres na vida privada menos estudadas[14].

A minha justificação para esta escolha de percorrer o rasto deixado pelas testadoras da freguesia de Câmara de Lobos radica em três pontos principais: o primeiro reside, precisamente, na inexistência de estudos centrados nos testamentos da Madeira e explorando o seu potencial informativo; em segundo lugar,

[11] COSTA, 1993, «Testemunhos históricos acerca do papel de algumas mulheres no contexto social madeirense – séculos XV e XVI», p. 293.

[12] COSTA, 1993, «Testemunhos históricos acerca do papel de algumas mulheres no contexto social madeirense – séculos XV e XVI», p.v295.

[13] VAQUINHAS, 2019, «História das mulheres e do género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais», pp. 37-55.

[14] VAQUINHAS, 2019, «História das mulheres e do género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais», pp. 48-49.

porque a riqueza da fonte permite elaborar um quadro analítico dotado de várias componentes destacando-se, pela sua singularidade, a perceção da mulher na vida privada e familiar; finalmente, num terceiro e último ponto, porque entendo que os elementos recolhidos são suscetíveis, no seu conjunto, de potenciar um quadro, ainda que muito incompleto, da vivência sócioeconómica de uma pequena localidade, contribuindo para um maior conhecimento da história local, valorizando património documental arquivístico.

Assim, o presente estudo tem por objeto analisar a prática testamentária feminina na freguesia de Câmara de Lobos, durante a segunda metade do século XVIII. Relativamente aos objetivos, estes têm por finalidade dar resposta a quatro questões, a saber:

Quem foram as mulheres testadoras de Câmara de Lobos e como se caracterizavam socialmente?

Quais as razões que as levaram a fazer testamento?

Quais os cuidados que revelaram nas suas disposições fúnebres e espirituais?

Qual foi a forma de repartição das suas heranças e dos seus legados, e porquê?

Reunidos os testamentos das mulheres da freguesia de Câmara de Lobos num total de 49 espécies documentais, sendo o mais antigo de 1756 e o mais recente de 1797, procedeu-se a uma análise interna qualitativa com a elaboração de uma grelha analítica a partir do variado conteúdo informativo de cada testamento. Tal metodologia teve por finalidade apurar as semelhanças e as diferenças, em termos sociais e económico-patrimoniais, entre as 49 mulheres testadoras e, desta forma, reunir e trazer a discussão um conjunto de dados que permitam responder às questões elencadas.

O corpus documental consultado divide-se em dois grupos principais: de um lado, os testamentos, cujos livros de registo, descritos no quadro I, se encontram depositados no Arquivo e Biblioteca da Madeira; do outro, a legislação relativa à prática testamentária, fundamental para se perceber a forma como esta se processava. Também do Arquivo e Biblioteca da Madeira, a consulta dos provimentos do corregedor Francisco Moreira de Matos foi fundamental para se estabelecer as condições de produção dos mencionados livros de registo de testamentos. A leitura de alguma documentação de outros arquivos, nomeadamente do Arquivo Nacional Torre do Tombo, sobre a fundação da igreja de São Sebastião de Câmara de Lobos, e do Arquivo Histórico Ultramarino, relativa aos dados populacionais da Madeira, nos finais do século XVIII, permitiu-nos completar o levantamento documental.

Este estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, é feito o enquadramento legislativo do testamento no Antigo Regime, observando-se a estrutura deste documento e as formalidades inerentes à prática testamentária. A segunda parte comporta uma breve descrição da freguesia de Câmara de Lobos nos seus aspetos demográficos, geográficos e socioeconómicos. Na terceira e última parte dar-se-á resposta às questões formuladas nesta introdução. Com uma subdivisão em quatro pontos, traremos à colação as mulheres testadoras e as suas derradeiras vontades que, felizmente, ficaram inscritas nesta valiosa fonte documental do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

1. Os Testamentos: Enquadramento Legislativo, Estrutura e Formalidades

A prática testamentária encontrava-se devidamente regulada nas Ordenações do Reino. Estas proclamavam que os indivíduos dotados de discernimento e sendo maiores de 14 anos, no caso dos homens, e maiores de 12 anos, no caso das mulheres, podiam fazer testamento, independentemente de terem alguma enfermidade, com exceção das doenças do foro mental que inibiam qualquer pessoa desta prática[15]. Todavia, estava prescrito que não poderiam fazer testamento, ainda que maiores de idade e em seu perfeito juízo, os filhos-famílias que, segundo o legislador, eram aqueles que estavam sob o poder de seus pais; de igual modo, o impedimento era extensível aos hereges; aos escravos; aos religiosos professos; aos perdulários; aos surdos-mudos de nascença e, por último, àqueles que estivessem condenados à morte por sentença judicial[16].

Formalmente, a lei régia estabelecia a existência de três tipos de testamentos: o aberto ou feito por «público tabelião», o cerrado e o nuncupativo. O testamento aberto era lavrado por um tabelião público no respetivo livro de notas, à semelhança de qualquer outra escritura, e assinado pelo testador, ou por outrem de sua confiança, e pelas testemunhas presentes que, juntamente com o tabelião redator, seriam em número de seis[17]. Tal como o seu nome indica, o testamento cerrado era aquele que, depois de escrito e assinado pelo próprio testador ou por

[15] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXXI, § inicial.
[16] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXXI, §1.º até §6.º.
[17] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXX, § inicial.

alguém confiável, ficava em sigilo. Sendo formalmente aprovado pelo tabelião na presença de testemunhas que ignoravam o seu conteúdo, era convenientemente cosido e lacrado, ficando na posse do testador[18]. A particularidade do testamento nuncupativo era a sua feitura, de viva-voz e na presença de seis testemunhas, no momento em que um testador estivesse à beira da morte. Caso recuperasse a sua saúde, o testamento ditado ficava nulo e sem nenhum efeito[19]. Apesar de não estar estipulado nas Ordenações, dever-se-á mencionar, ainda, o testamento de mão-comum, redigido da mesma forma que a verificada nas tipologias acima descritas, e que foi, ao longo do tempo, «muito utilizado e sancionado pela praxe»[20].

Em situações em que o testador, decorrido algum tempo após a elaboração do testamento, sentisse a necessidade de estabelecer novas disposições ou de revogar alguma das anteriores, a lei previa a faculdade de se fazer um codicilo ou «disposição de última vontade […] ou cédula que quer dizer pequeno testamento» e que, à semelhança dos próprios testamentos, podia ser feito em público tabelião ou em sigilo[21]. Um codicilo tinha de ser, obrigatoriamente, assinado pelo testador ou por pessoa de sua inteira confiança.

Não obstante as suas diferentes tipologias, todos os testamentos, incluindo os codicilos, estavam sujeitos às formalidades da aprovação, depois de feito o testamento, e da abertura, após o falecimento do testador. Era imprescindível garantir que a prática testamentária, atendendo à sensibilidade e importância do seu conteúdo, decorresse com lisura e boa-fé. Por conseguinte, o legislador determinou que o testamento aberto ou feito por «público tabelião», depois de assinado pelo testador ou por alguém da sua confiança, ficasse registado em presença de seis testemunhas, todas do sexo masculino e maiores de 14 anos, incluindo o tabelião que, responsável pela redação daquele documento, também contava como tal. No fim, tinha de ser devidamente assinado por todos os presentes. Só desta forma um testamento aberto podia ser considerado «firme e valioso»[22]. A aprovação de um testamento fechado, ou sigiloso, exigia um procedimento um pouco mais detalhado: depois de assinado pelo testador, ou por pessoa escolhida para o efeito,

[18] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXX, §1.º.
[19] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXX, §4.º.
[20] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 77.
[21] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXXVI, § inicial, §1.º.
[22] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXX, § inicial.

o testamento era entregue ao tabelião que, verificando a integridade das suas folhas, o cosia e lacrava. O processo decorria perante seis testemunhas, homens maiores de 14 anos de idade, incluindo o tabelião que tinha, ainda, de perguntar ao testador se aquele escrito era o seu testamento «bom, firme e valioso». Sendo afirmativa a resposta, o tabelião fazia o instrumento de aprovação onde ficava exarado que aquele testamento lhe fora devidamente entregue pela mão do próprio testador, com declaração de ser «seu, bom e firme». O instrumento de aprovação seria assinado pelo testador, ou por pessoa por ele escolhida, e pelas seis testemunhas, incluindo o tabelião. Qualquer notário que não observasse este procedimento, na íntegra, seria destituído do seu ofício[23]. A aprovação dos testamentos nuncupativos e dos codicilos, abertos ou cerrados, tinha a particularidade de poder contar com a presença de testemunhas do sexo feminino, desde que tivessem idade superior a 14 anos. No caso do testamento nuncupativo a razão era por se tratar de um documento feito *in extremis*. Logo, interessava reunir, de imediato, as seis testemunhas que estivessem disponíveis, independentemente de serem homens ou mulheres[24]. Os codicilos, porque realizados numa fase mais avançada, de idade ou de doença física do testador, precisavam de arranjar, com alguma celeridade, as testemunhas para a respetiva aprovação. Assim, bastava reunir quatro pessoas, homens ou mulheres, desde que maiores de 14 anos, para, juntamente com o tabelião, perfazerem as cinco testemunhas, determinadas pelo legislador, que assinariam aquele ato[25].

A abertura de um testamento ou de um codicilo ocorria após o falecimento do testador. Sendo um documento sigiloso era descerrado, somente, pelo pároco da freguesia de residência do outorgante. Aqueles que tivessem sido feitos em pública forma ficavam sujeitos a ser abertos, judicialmente, em presença do juiz ordinário do lugar ou vila. O nuncupativo requeria, obrigatoriamente, sentença cível de redução para ter o seu conteúdo validado[26].

A organização interna do testamento teria atingido, segundo Margarida Durães, a sua máxima complexidade no século XVIII[27]. Igualmente digno de nota, é o facto de haver, ao nível do seu conteúdo, uma «construção comum»[28] independentemente do tipo de testamento ou codicilo. Recuperando as afirmações de Ana

[23] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXX, §1.º.
[24] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXX, §4.º.
[25] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXXVI, §1.º.
[26] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 76.
[27] DURÃES, 2005, «Os testamentos e a história da família», p. 3.
[28] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 81.

Cristina Araújo, de Margarida Durães e de Artur Teodoro de Matos, de que a ordem expositiva dos testamentos seguia uma fórmula praticamente idêntica, importa verificar os seus principais pontos no quadro II.

Quadro II: Estrutura do Testamento no Século XVIII

Fase do testamento	Conteúdo
1. Saudação	Sinal da cruz e invocação religiosa dos dogmas da Igreja Católica Identificação muito sumária do testador
2. Preâmbulo religioso	Artigo de fé: encomendação, rogativas Informação sobre o estado de saúde, com ressalva de estar o testador em seu perfeito juízo e discernimento Reflexão sobre a vida e a morte Motivo do testamento
3. Disposições espirituais	Indicação do amortalhamento e do local de sepultura Escolha do acompanhamento religioso Determinações sobre o cortejo fúnebre Indicação sobre os ofícios a realizar no dia do enterro e nos dias subsequentes Determinação dos legados pios
4. Disposições materiais ou herança	Declaração dos bens e de dívidas a resolver Enumeração dos herdeiros Declaração da forma de partilha dos bens Disposição da terça dos bens Nomeação do testamenteiro
5. Encerramento	Indicação das testemunhas Indicação do escrivão Lugar e data em que o testamento foi redigido

Fonte: Elaboração própria a partir de ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], pp. 81-83; DURÃES, 2005, «Os testamentos e a história da família», pp. 3-4; MATOS, 2020, *Aliviar a Consciência e Cuidar da Alma* […], pp. 13-23.

Excluindo a parte dedicada à repartição da herança material, todo o testamento encontra-se pleno de expressões que remetem para a crença no Catolicismo e para a necessidade de o testador salvar a sua alma. Daí, o testamento como o momento pleno para o descargo da consciência do sujeito que, por via de uma reiterada asserção dos dogmas da fé, pretendia alcançar a salvação eterna. O conteúdo das três fases assinaladas no quadro – saudação, preâmbulo religioso e disposições espirituais, com exclusão da parte relativa a encargos pios, – manter-se-ia constante no decurso da Época Moderna. Seria o período do consulado do Marquês de Pombal a ditar uma alteração profunda no âmbito da capacidade de o testador dispor da

sua herança. Referimo-nos a dois importantes aspetos que se entrecruzam, muito concretamente, as alterações na forma de instituição de legados pios e na forma de repartição da herança material. O propósito do legislador pombalino era, a este respeito, perfeitamente claro: impor um direito sucessório assente nas prerrogativas dos familiares forçosos do testador e pôr fim às das instituições religiosas e caritativas que eram, até então, as grandes beneficiadas de boa parte das heranças, por via da instituição de legados pios[29].

A questão dos legados pios era particularmente delicada. Destinados a prover a salvação da alma do testador, eram, por norma, provenientes da terça parte dos seus bens. Esta forma de disposição da terça significava a liberdade do testador que podia, assim, prejudicar os seus legítimos herdeiros, pois era comum canalizar-se um considerável volume de dinheiro e bens para fins piedosos. Ora, segundo o legislador pombalino, era necessário tomar providências face a esta «liberdade ilimitada de testar», providências essas que se traduziram na promulgação de um corpo de leis[30]. Ao coartar, seriamente, a liberdade do testador na forma como este destinava a terça parte dos seus bens, os diplomas de Pombal conseguiram proteger os direitos dos herdeiros forçosos, ascendentes ou descendentes, obrigando o testador a atender, primordialmente, ao núcleo familiar. Em suma, o ato de testar já não seria, em exclusivo, reservado às preocupações de índole religiosa, mas sim de assunção do direito da família. A ordem de prioridades do testamento ficava, doravante, invertida, mercê destas leis promotoras de uma secularização da prática testamentária[31].

2. A Freguesia de Câmara de Lobos em Setecentos: Uma Descrição Sumária

A freguesia de Câmara de Lobos, com uma área de cerca de oito km^2, encontra-se a cinco quilómetros do Funchal, em direção a oeste, junto à costa meridional da Ilha da Madeira. Terá sido erigida algures entre 1460 e 1500, desconhecendo-se a data exata da sua constituição[32]. O seu orago era São Sebastião e sob a sua égide fundara-se uma igreja que, em 1487, já surgia designada na documentação por

[29] ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* […], pp. 23-24.

[30] Esse corpo legislativo e suas principais linhas orientadoras, encontra-se levantado em ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], pp. 274-277. A autora disserta sobre as leis de 17 de agosto de 1761; 4 de fevereiro de 1765; 25 de junho de 1766; 9 de setembro de 1769; e sobre os alvarás de 20 de agosto de 1774 e de 31 de janeiro de 1775.

[31] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], pp. 276-277.

[32] COSTA, 2014, «A rede paroquial madeirense (séculos XV-XVI)», p. 22.

«igreja de São Sebastião»[33]. Data de 1512, segundo Bruno Abreu Costa, a primeira referência documental relativa à colegiada de São Sebastião[34]. Na qualidade de igreja paroquial iria assumir um papel central na vida espiritual dos habitantes de Câmara de Lobos.

Em 1722, o cronista Henrique Henriques de Noronha descreve este povoado, com as seguintes palavras:

> «No seu porto faz este lugar uma baía, acompanhada por uma e outra parte da rocha, com cento e setenta passos de largo, a tiro de mosquete pelo mar dentro. Compõe-se de uma só, mas grande rua, que principia no desembarcadouro, onde está uma boa igreja de Nossa Senhora da Conceição, e se termina na da paróquia da invocação de S. Sebastião, igreja colegiada […] tem vigário, cura, quatro beneficiados, tesoureiro e organista […]. No termo desta paróquia está o convento de São Bernardino, da observância de São Francisco […]. As mais igrejas são a do Espírito Santo […] as ermidas de Nossa Senhora de Belém, a das Pretas, a de Jesus, Maria José, a da Nazaré […] a ermida de Nossa Senhora da Boa Hora»[35].

A sua população vivia dispersa pelos principais sítios da freguesia que eram, segundo mapeamento feito por Ana Cristina Trindade a partir da Devassa de 1791, o Bairro da Encarnação, Aldeia, Encruzilhadas, Quinta do Leme, Preces, Serrado do Galego, Ribeiro de Alforra, Fajã, Pedregal, Eiras, Bairro de Jesus Maria José, Nogueira, Garachico, Pedra Mole, Água de Alto, Torrinha, e Fonte da Rocha[36]. De acordo com o cronista Henrique Henriques de Noronha, a freguesia de Câmara de Lobos compreendia, no início do século XVIII, 390 fogos com 1820 almas de confissão[37]. Os levantamentos populacionais promovidos pelos governadores e capitães-generais da Madeira, em 1781 e em 1797, permitem perceber a evolução demográfica da freguesia. Para o ano de 1781, e segundo os dados do *Mapa da População da Ilha da Madeira extraído das Relações que apresentaram os párocos das respetivas freguesias*, temos um total de 2377 indivíduos[38]. Em 1797, os dados demográficos do *Mapa Geral da População das Ilhas da Madeira e Porto Santo* apontavam para um total de 2643 habitantes em Câmara de Lobos[39]. Contudo,

---

[33] Arquivo Nacional Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Capelas da Coroa, Livro 1, fls. 28v.º-29.

[34] COSTA, 2022, «A colegiada de São Sebastião de Câmara de Lobos», p. 15.

[35] NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* […], pp. 223-224.

[36] TRINDADE, 2022, «As paróquias de Câmara de Lobos e do Estreito de Câmara de Lobos na Devassa de 1791», pp. 33-34.

[37] NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* […], p. 223.

[38] Arquivo Histórico Ultramarino, Madeira e Porto Santo, Documentos Catalogados, Caixa 4, Documento 678, Mapa da População da Ilha da Madeira extraído das Relações que apresentaram os Párocos das respetivas freguesias pertencente ao ano de 1781.

[39] Arquivo Histórico Ultramarino, Madeira e Porto Santo, Documentos Catalogados, Caixa 6, Documento 994, Mapa Geral da População das Ilhas da Madeira e Porto Santo em 1797.

desconhece-se, num e noutro mapa, qual seria a distribuição percentual destes totais populacionais pelos vários sítios e lugares que compunham a freguesia de Câmara de Lobos.

A atividade económica desta população desdobrou-se entre o cultivo da terra e a exploração dos recursos piscícolas. Sobre esta última, diz-nos Henrique Henriques de Noronha que Câmara de Lobos tinha a sua confraria de S. Pedro Gonçalves que congregava os «homens do Mar, que neste lugar são muitos, por se darem à pesca os mais moradores dele»[40]. Relativamente à lavoura, destacava-se a viticultura[41], mas nunca descurando a presença dos cereais, dos fruto-hortícolas e da criação de gado, fundamentais para a subsistência das populações[42].

A organização social deste povoado foi o reflexo desta atividade económica e, simultaneamente, foi reforçando-a ao longo do tempo. Basicamente, assentava no relacionamento entre aqueles que detinham a terra arável e aqueles que, não a detendo, nela trabalhavam. Refira-se que a comunidade piscatória estava ausente desta relação, constituindo uma componente social à parte. Dizemo-lo com base nas afirmações do cronista Henrique Henriques de Noronha, acrescidas de outras que, proferidas em meados do século XIX, importa atender. De facto, na década de 60 desse século, o então governador civil do distrito, Jacinto António Perdigão, notificava que os pescadores de Câmara de Lobos viviam, única e exclusivamente, da pesca, não se dedicando a mais nenhuma atividade. Ora, quando a safra era abundante, dela retiravam proventos. Caso contrário, passavam sérias dificuldades e viam-se obrigados a recorrer à assistência da confraria de São Frei Pedro Gonçalves[43].

O universo da lavoura estava dividido entre senhorios e camponeses ou colonos, conforme expressão usada na época. Tinha como alicerce o contrato de colonia. Celebrado entre as duas partes envolvidas, ditava que o colono, a quem competia lavrar as parcelas de terra, tinha a responsabilidade de entregar ao senhorio metade da colheita realizada. O colono, habitando na terra do dito

[40] NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* […], p. 223. O nome completo desta instituição era Confraria do Corpo Santo São Frei Pedro Gonçalves Telmo, com altar na já mencionada capela de Nossa Senhora da Conceição localizada junto à baía do povoado onde os barcos de pesca aportavam. Veja-se JARDIM, 1999, «Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira – catálogo documental», p. 47.

[41] Veja-se VIEIRA, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira* […].

[42] SOUSA, 2021, «O relatório da visita do governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867)», p. 313.

[43] SOUSA, 2021, «O relatório da visita do governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867)», p. 330.

senhorio, podia realizar as benfeitorias que entendesse[44], sendo que estas passavam a ser propriedade do mesmo colono. Dando-se a circunstância de o senhorio querer mandar embora um determinado colono, era obrigado a pagar-lhe o valor monetário dessas benfeitorias[45]. Quanto ao colono, este podia transacionar, livremente, as suas benfeitorias, sem dar qualquer participação ao senhorio. Tal como a propriedade da terra, transmitida de geração em geração, as benfeitorias, mesmo levantadas na propriedade do senhorio, passavam de pais para filhos, podendo ser alvo de partilhas entre vários herdeiros.

Recorrendo, uma vez mais, às informações detalhadas e elaboradas já nos anos 40 do século XIX, com o fundamento de que não teria havido uma alteração profunda face à realidade de umas décadas atrás, verifica-se que Câmara de Lobos, já com o estatuto de concelho, teria um total de 84 proprietários e um total de 1346 lavradores. Os pescadores somavam 294, constituindo a maior comunidade piscatória do arquipélago[46].

3. Os Testamentos das Mulheres da Freguesia de Câmara de Lobos

3.1. Caracterização Social das Testadoras

Caracterizar socialmente as testadoras afigura-se algo difícil, dada a circunstância de se estar perante uma fonte documental em que a identificação de quem testa é, nas palavras de Ana Cristina Araújo, «deliberadamente vaga e pobre porque fixada pelo próprio [testador] num momento de abandono» e de temor face à morte que se aproxima[47]. Em relação à presença feminina nos testamentos, a mesma autora reforça o problema da ausência de elementos passíveis de uma classificação do ponto de vista sociológico. Ao contrário do homem, a mulher é uma figura indistinta ao longo desta etapa histórica e com o seu labor dissimulado na atividade económica de uma comunidade; no entanto, muitas, inseridas na família

[44] Segundo Jorge Freitas Branco, as benfeitorias eram «um certo número de bens e melhoramentos» que resultavam da atividade do colono, nomeadamente, «a construção dos muros e dos poios, dos currais ou estábulos, assim como de diversos acessórios inerentes ao trabalho agrícola». BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira* […], pp. 154-155.

[45] SOUSA, 2019, «O Registo Vincular do distrito administrativo do Funchal (1862-1863): uma análise da instituição vincular na sua fase derradeira», pp. 160-161.

[46] Veja-se a «Classificação da população por géneros de indústria, profissões, misteres, etc.» apresentada num mapa inserido na obra *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], 1850, Volume 2, entre as pp. 66 e 67.

[47] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 81.

ou mesmo sozinhas, viviam do seu trabalho e granjeavam rendimentos que surgem, posteriormente, a ser repartidos e destinados em testamento. O mesmo acontecia com aquelas que herdavam património dos seus pais, ou dos seus maridos, e o administravam sozinhas[48].

Contudo, e apesar desta dificuldade de não se verificar na fonte a existência de uma categorização socioprofissional das testadoras, entendemos que a análise do conteúdo dos testamentos das mulheres de Câmara de Lobos permite reunir alguns elementos num exercício historiográfico suscetível de responder a esta questão. Assim, para uma caracterização social das testadoras, elaborámos, a partir das fontes especificadas no Anexo I deste estudo – As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797) –, três tabelas distintas que integram um conjunto de dados que resultam do levantamento de informação: sobre o estado civil das testadoras; sobre o seu nível de literacia; e, por fim, os indicadores de riqueza, visíveis na parte relativa à herança material.

Importa, em primeiro lugar, atender ao estado civil das testadoras pois é algo que vemos, imediatamente, associado ao nome da mulher que vai testar.

O quadro III apresenta as situações apuradas e a sua quantificação.

Quadro III: Estado Civil das Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

Estado civil	**N.º de ocorrências**
Casada	22
Viúva	17
Solteira	8
Divorciada	1
Não especificado	1
Total	**49**

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes especificadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

Predominam as testadoras casadas e viúvas, perfazendo a quase totalidade dos casos em apreço. A prática testamentária identificava, sempre, estas mulheres ao nome dos seus maridos, fossem estes vivos ou já falecidos, associando, quase de forma obrigatória, a existência da mulher à do marido. Vejamos com exemplos das

[48] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 99.

testadoras de Câmara de Lobos. Maria do Espírito Santo Mendonça, que testou em 9 de agosto de 1768 e tendo falecido uns dias depois, surge identificada como «mulher de João de Faria»[49]; o mesmo acontecendo com Antónia da Rosa, que testou em 3 de maio de 1768 e faleceu no início de março do ano seguinte, nomeada como «viúva de Mateus Ferreira»[50]. Esta é a fórmula que encontramos em todos os testamentos de mulheres casadas e de mulheres viúvas que foram alvo da nossa análise. Apenas oito mulheres testaram no estado de solteiras. A forma como ficaram registadas era o reflexo da perceção que a comunidade teria delas. Se uma mulher casada ou viúva era socialmente reconhecida, somente, em ligação ao marido, a mulher solteira era-o em ligação aos seus progenitores e, acrescente-se, à sua maioria de idade e ao seu comportamento moral. As irmãs Petronila de São Pedro da Costa Leal e Rosa Maria da Costa Faria Leal são identificadas no testamento como sendo «ambas solteiras», sem haver a associação ao nome de seus pais[51]. No instrumento de aprovação do seu testamento de mão comum, o tabelião do judicial e notas de Câmara de Lobos afirmou serem «ambas de maior idade e mulheres honestas»[52]. Nos casos de Luzia Cordeira e de Maria Madalena Ferreira, além do estatuto de solteira, ficou assente, na sua identificação, quem eram os seus pais: «Luzia Cordeia, filha de Manuel Correia e de Maria Luís»[53] e «Maria Madalena Ferreira», filha de Manuel de Sousa e de Simoa Ferreira»[54]. Novamente, nos respetivos instrumentos de aprovação do testamento, a designação «mulher honesta e de maior idade»[55]. Todavia, houve testadoras em que se registou, simplesmente, o seu estado civil e a sua maioria de idade, mas apenas no instrumento de aprovação, não se verificando essa informação na identificação inicial das testadoras, usualmente feita no título do testamento. Na aprovação do testamento de Bernarda Francisca da Costa Faria, administradora do vínculo de Nossa Senhora da Nazaré, com capela no sítio do Serrado do Galego, ficou mencionado ser a testadora «mulher solteira e de maior idade»[56]; observando-

[49] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 303.
[50] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 251.
[51] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 142.
[52] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 149.
[53] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 298v.º.
[54] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 1.
[55] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 299v.º; Livro 1254, fl. 2v.º.
[56] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 228.

-se idêntica situação na aprovação do testamento de Rosa Quitéria[57]. Mencionemos a testadora Benedita dos Santos que aparece, no título do testamento, como «mulher que foi de Tomé de Ornelas, falecido, e de seu segundo marido Inácio de Abreu»[58]. Ora, o instrumento de aprovação é um pouco mais claro, quanto a esta forma de identificação da mulher testadora, dizendo-nos que Benedita dos Santos era «viúva de Tomé de Ornelas e segunda vez casada com Inácio de Abreu de que[m] se acha[va] divorciada por sentença»[59]. Por ser tão peculiar esta situação, transcrevemos as palavras da testadora que deixou, registado em seu testamento, aquilo que entendeu por bem:

> «Declaro que fui primeiramente casada com o meu querido marido Tomé de Ornelas de cujo matrimónio não houve filhos e se fez inventário e partilha de bens com os seus herdeiros de que foi escrivão Pedro José de Olival cujos herdeiros estão pagos e inteiramente satisfeitos sem que ao presente lhe sejam obrigados os meus bens por coisa alguma. Declaro mais que casei segunda vez com Inácio de Abreu, por desgraça minha, de cujo casal me divorciei por sentença do Muito Reverendo Senhor Doutor Vigário-Geral, de que foi escrivão João José do Sacramento e Silva, e se fez total separação dos bens que injustamente lhe poderiam pertencer a ele ou a seus herdeiros a quem nada devo presentemente»[60].

Não obstante a discrição manifestada pela testadora, este relato permite apreender a vivência de uma mulher que fora, em primeiras núpcias, felizmente casada e, depois de enviuvar, desposara um homem que lhe teria desgraçado a vida. De tal forma que houve um divórcio que, por ser sancionado pela autoridade religiosa, traduziria uma realidade matrimonial onde poderia ter estado em risco a própria integridade física da mulher. Pois, tenhamos em consideração que a separação dos cônjuges era algo, por princípio, inaceitável para a Igreja Católica que preconizava a indissolubilidade do matrimónio.

O nível de literacia das testadoras é a segunda componente deste exercício de caracterização social destas mulheres.

Com base na informação deixada pelas testadoras, foi elaborado o quadro IV com cinco categorizações relativas ao seu nível de literacia.

[57] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fl. 88v.º.
[58] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 284v.º.
[59] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 286.
[60] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fls. 285-285v.º.

Quadro IV: Nível de Literacia das Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

Nível de literacia	**N.º de ocorrências**
Não sabe ler nem escrever	41
Sabe ler e escrever: assina o testamento	4
Sabe ler e escrever: não consegue assinar o testamento	1
Não especifica: assina o testamento	1
Não especifica: não assina o testamento	2
Total	**49**

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes especificadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

Nenhuma das testadoras em apreço redigiu o seu próprio testamento[61]. A quase maioria dos casos é reveladora de testadoras que assumem, inequivocamente, não saber ler nem escrever, daí pedirem a outrem para redigir o testamento e para o assinarem em seu nome. A título de exemplo, citemos a testadora Maria das Neves, viúva de José de Aguiar, que nos diz «por não saber ler nem escrever roguei ao tabelião do lugar de Câmara de Lobos José Ferreira dos Passos este [testamento] a meu rogo fizesse e por mim assinasse»[62]. Houve duas testadoras que, não afirmando a sua ignorância em ler e escrever, também não assinaram os respetivos documentos: quer Rita dos Santos e Brito, quer Antónia Francisca, limitaram-se a afirmar que o testamento tinha, a seu rogo, sido feito e assinado por outrem[63].

Foram quatro as testadoras que declararam saber ler e escrever, tendo assinado os seus respetivos testamentos. As irmãs Petronila de São Pedro e Rosa Maria, não tendo redigido o seu testamento, feito de mão comum, elucidam-nos sobre o seu nível de literacia: «sem embargo de sabermos ler e escrever rogamos ao tabelião de Câmara de Lobos que nos escrevesse este nosso testamento, que ambas nós assinamos por saber escrever»[64]. Antónia do Nascimento testou, de igual modo, de mão comum, mas com o seu marido Domingos Gonçalves. Este declarou a sua iliteracia, em contrapartida, a sua mulher Antónia declarou «saber ler e escrever» tendo assinado o seu nome, ao lado da cruz colocada pelo marido, no testamento redigido, a rogo do casal testador, pelo seu filho o padre António João de São Joaquim[65]. O último caso desta categoria pertence a Inácia Caetana de Faria, viúva

[61] Veja-se o Anexo II: Os Redatores dos Testamentos das Mulheres de Câmara de Lobos (1750-1797).
[62] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 61.
[63] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 63; fl. 247.
[64] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 148v.º.
[65] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 307v.º.

do capitão Roque Alves da Costa Barreto, que teve o seu testamento escrito pelo cónego João Manuel de Couto Andrade porque assim lho solicitara, mas afirmando «saber ler e escrever». No final, a testadora assinou o seu nome[66]. A saúde debilitada de Domingas do Sacramento fora o motivo pelo qual pediu ao tabelião José Ferreira dos Passos que, além de lhe escrever o testamento, por ela o assinasse, pois «por causa de [sua] queixa o não podia fazer nem assinar»[67]. Bernarda Francisca da Costa Faria requereu ao padre João António de Abreu Almeida a redação de seu testamento. Nada nos diz sobre a sua literacia ou iliteracia. Não obstante este vazio informativo, assinou o seu nome no final do testamento[68].

O nível de literacia das testadoras revela, portanto, um cenário em que 41 mulheres, do total de 49, afirmavam, de forma inequívoca, não saber ler nem escrever. Algo que não surpreende uma vez que, à época, o cuidado relativo à instrução feminina era quase nulo. Sobre esta questão, a explicação de Martine Sonnet é elucidativa, dizendo-nos:

> «Se a alfabetização das mulheres continua sempre a reboque da dos homens, é porque a sua instrução continua a ser para a sociedade uma preocupação secundária. O destino feminino sujeito a uma função reprodutora vital para uma população que não domina a sobrevivência dos seus filhos, condiciona o empenhamento na educação das raparigas. Elas têm de ser mães, custe o que custar, e uma vez que serão mães há que inculcar-lhes, para que os transmitam, os valores religiosos e morais em que assenta o corpo social. As raparigas aprendem finalmente a ler porque a leitura fixa os ensinamentos da religião, mas a sociedade não tem realmente necessidade de que elas saibam mais»[69].

A mesma autora fala que uma educação mais avançada se demonstrou, unica-mente, em «algumas consciências clarividentes»[70] . Teriam «consciências clarividentes» os familiares das testadoras com níveis de literacia que aqui observámos, tendo permitido uma instrução capaz de lhes dar capacidade de exercer funções de escrita e de leitura? Qual teria sido o contexto familiar das irmãs Petronila de São Pedro e Rosa Maria, de Antónia do Nascimento, de Domingas do Sacramento, ou de Inácia Caetana de Faria? Relativamente às testadoras Antónia do Nascimento e Domingas do Sacramento, não possuímos informação que nos revele, nem um pouco, a sua contextualização social e o porquê de terem aprendido a ler e a escrever. Contudo, as irmãs Petronila e Rosa Costa Leal, e Inácia Caetana de

[66] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 43.
[67] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 312v.º.
[68] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 227v.º.
[69] SONNET, 1994, «Uma filha para educar», p. 178.
[70] SONNET, 1994, «Uma filha para educar», p. 178.

Faria têm em comum serem administradoras vinculares: as primeiras, da Capela de Santa Quitéria, no sítio do Pinheiro[71], e a segunda, de «vários vínculos de morgado os quais em mim por benefício da Lei Novíssima de 3 de agosto de 1770 ficaram regulares»[72]. Ou seja, assume-se, nesta análise, uma associação entre instrução e estatuto socioeconómico privilegiado, algo que, na parte relativa à herança material, será perfeitamente visível nos casos das testadoras mencionadas. Acrescentemos o caso da testadora Bernarda Francisca da Costa Faria, também administradora vincular, e que, sem ter aludido à sua capacidade de leitura e escrita, assinou o seu testamento. Seria esta faculdade de assinar, por parte desta testadora, demonstrati va do conhecimento de ler e escrever? Não o sabemos[73]. Aquilo que podemos asseverar é que a literacia se encontra nas mulheres mais favorecidas socioeconomicamente e que, na prática testamentária desta freguesia, foram uma minoria. As restantes mulheres assumiram, claramente, a sua condição de não saber ler nem escrever.

O terceiro e último item para uma caracterização social das testadoras é constituído pela análise dos indicadores de riqueza, a partir da herança material deixada nos testamentos.

Quadro V: Indicadores de Riqueza das Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

Indicadores de riqueza	**N.º de testamentos que registam a sua presença**
Bens de raiz	15
Bens móveis (dinheiro, joias, roupas, artefactos)	42
Benfeitorias	12
Presença de criados e escravos	7

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes especificadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

[71] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 145v.º.

[72] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 42v.º. A regularização, que a testadora Inácia Caetana de Faria quis deixar expressa, denota que seriam vínculos de rendimento mais elevado, pois só esses foram considerados válidos segundo o articulado da Lei de 3 de agosto de 1770.

[73] Sobre a questão de se associar a capacidade de uma pessoa assinar o seu nome com o exercício de funções de leitura e de escrita, veja-se Martine Sonnet e Ana Cristina Araújo. A primeira admite «que a assinatura testemunha um mínimo de capacidade para a leitura», SONNET, 1994, «Uma filha para educar», p. 176; a segunda alega que «a capacidade de assinar não revela de modo insofismável, a existência de uma competência cultural específica, saber ler e escrever», ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 101.

O levantamento dos indicadores de riqueza material resultou num conjunto de dados passível de ser dividido em quatro categorias, constantes no quadro acima. O maior número de ocorrências revela-se nos legados expressos em riqueza móvel, a saber: dinheiro, joias, roupas e artefactos, nomeadamente, vestuário, roupa doméstica e mobílias. Vejamos alguns testamentos, e a forma como estes indicadores se enunciam, para melhor se perceber a sua especificidade. Encontramos particularmente favorecidos, com este tipo de legados, os familiares mais próximos das testadoras, em parentesco e em afetos. Com efeito, teria sido esse o entendimento da testadora Maria Correia em relação à sua neta Isabel Maria que desde criança vivia em companhia de seus avós, e que seria contemplada com um legado de «50 mil réis e uma cama de roupa, a saber, colchão, dois lençóis e cobertor e travesseiro e almofada, uma caixa de estanho sem fechadura»[74]. O mesmo entendimento é vivível no testamento de Joana da Rosa em que os netos são designados para receber um legado de 12 mil réis e sendo a neta recompensada, pelo bom serviço e companhia que fizera a seus avós, com outros dez mil réis «mais o fato de sua avó: uma saia de calamaço de matizes e uma saia de baeta preta e uma capa»[75]. Os legados em joias têm a peculiaridade de surgir em testamentos de mulheres que seriam mais abonadas e de outras que seriam, porventura, menos abonadas. Maria da Rosa, mãe de três filhos e de uma filha, deixou a esta última «uma cruz de ouro», uma peça que se afigura única[76]. Com a ajuda do cónego Manuel Simão de Gouveia, a testadora Antónia Maria conseguira recuperar «uns brincos de ouro e um Cristo e uma linha de contas de ouro» que fora obrigada a penhorar, junto da Misericórdia do Funchal, pela quantia de 20 mil réis, e podendo, assim, deixá-los à sua filha Maria da Graça[77]. As irmãs Petronila e Rosa da Costa Leal revelam uma generosidade com a sobrinha Francisca que seria contemplada com joias, «um par de botões e um cordão de ouro, uma cruz de ouro com uma volta de cordão» e com um enxoval de roupas e móveis composto de:

> «uma cama de roupa e quatro lençóis, dois travesseiros, duas almofadas e uma colcha, e quatro de prego e uma toalha de mesa com renda à volta de pano fino, e outra toalha de mesa sem renda de bretanha, e uma camisa de holanda, uma camisa de esguião,

[74] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 4.
[75] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 222v.º.
[76] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 120v.º.
[77] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1258, fl. 142v.º.

> uma saia de seda encarnada e outra saia de gorgorão preto, um manto de seda novo, um capotão, uma capa de cetim, um avental de casa, uma mesa de gavetas, uma caixa de estanho, uma bengala com castão de prata»[78].

Esta generosidade das irmãs testadoras para com a sobrinha Francisca afigura-se, contudo, muito condicionada, pois Francisca só poderia receber estes artigos se casasse com «pessoa de sua qualidade»[79]. A preferência que a testadora Inácia Caetana de Faria tinha pelo seu afilhado Francisco Pedro, traduziu-se em deixar-lhe a «salva de prata grande pois só [tinha] duas, uma maior e outra mais pequena, e a que lhe [deixou] é a maior», apesar das «intrigas» feitas pelo pai de Francisco, Pedro José de Olival, e das quais o dito afilhado não tinha culpa nenhuma[80]. Relativamente à testadora Benedita dos Santos, o seu testamento denota que fora ela quem comprara a joia que legou à sua sobrinha Maria, «um laço de diamantes e cadeados, tudo de ouro e diamantes», pela quantia de 45 mil réis[81]. Benedita dos Santos não se esqueceu das suas irmãs, Mariana e Maria, e do seu irmão, António, contemplando-os com dez mil réis cada, atendendo à pobreza em que viviam[82].

Os indicadores relativos a bens de raiz e a benfeitorias divulgam 15 e 12 ocorrências, respetivamente. Os bens de raiz estão presentes e descritos, de forma notória, nos testamentos das administradoras vinculares com terra e ermida, com exceção de Inácia Caetana de Faria que apenas menciona o facto de ser administradora de «vários vínculos de morgado»[83]. Bernarda Francisca Henriques da Costa era a administradora da capela de Nossa Senhora da Nazaré, sita no Serrado do Galego, e que tinha adstritos os seguintes bens de raiz: as fazendas do Serrado do Galego; uma courela, por cima de Câmara de Lobos; a fazenda dos Barreiros, terra de vinhas e árvores de fruto; parte da casa contígua à dita capela de Nossa Senhora da Nazaré; dois bocadinhos de fazenda no sítio do Covão, Estreito de Câmara de Lobos[84]. Por sua vez, as irmãs Petronila e Rosa, administradoras da capela de Santa Quitéria, instituem vínculo na fazenda do Aposento, onde residem, com as águas que lhe pertencerem; numa propriedade sita na freguesia de Nossa Senhora da Graça ficando incorporado, nesse vínculo, metade de um pomar de castanheiros; e, por último, instituem vínculo na fazenda com casas no sítio do Pinheiro com a

[78] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 148.
[79] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 148.
[80] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 43.
[81] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 285v.º.
[82] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 285v.º.
[83] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 42v.º.
[84] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fls. 226-227.

capela de invocação de Santa Quitéria[85]. A par destes bens de raiz, encontramos a presença de benfeitorias, em ambos os testamentos, uma vez que faziam parte dessas propriedades e representariam diversas construções agrícolas feitas em cima desses solos[86]. A coexistência de fazenda de raiz e benfeitorias encontra-se, também, em testamentos de mulheres que instituem vínculos de dimensão modesta e com fins exclusivamente piedosos. Eram os casos de Antónia do Nascimento, com vínculo instituído na fazenda da Areia, mas que legou a um dos filhos 200 mil réis em benfeitorias[87]; ou de Domingas do Sacramento cuja terça seria dotada de fazenda de raiz e benfeitorias[88].

Houve testamentos em que as mulheres assumiram a sua condição de trabalhadoras, sozinhas ou em conjunto com os seus maridos, das terras de outrem. Maria da Rosa declarava que ela e o seu marido cultivavam uma terra onde pertencia, ao senhorio, o lagar e 14 mil réis do valor da casa de morada do casal; em relação às benfeitorias, eram do senhorio 112 mil réis e o restante era pertença do casal, estando livre e desembargado[89]. A testadora Maria Pinta afirmou que ela e o seu marido tinham herdado, dos respetivos pais, as benfeitorias da fazenda do Caminho do Meio, cuja terra era por eles cultivada. Por descargo de consciência, ficou declarado, no testamento, a necessidade de os herdeiros entregarem ao senhorio, e dono da dita fazenda, a quantia de 2000 réis em virtude de ter ficado em falta a entrega de «algumas verduras da fazenda»[90]. O mesmo cuidado se encontra no testamento de Josefa da Rosa que recomendou aos seus filhos que pagassem 2000 réis, ao senhorio da fazenda que ela cultivava, «em satisfação de alguma coisa que tivesse ficado por partir»[91].

Nestes espaços agrícolas de produção familiar, em benefício próprio ou de um senhorio, as mulheres, em conjunto com os seus maridos ou sozinhas, podiam contar com a presença de filhos solteiros que aí permaneciam, ajudando na lavoura. Assim aconteceu com Antónia da Rosa que tinha três filhos solteiros a viver com ela, ajudando-a no trabalho da sua fazenda, e a quem ela, testadora, dera licença para «poderem adquirir e granjear algumas coisas de suas costuras e rezes que criam»[92].

[85] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fls. 143v.º-145v.º.
[86] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 144; Livro 1259, fl. 226.
[87] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 307.
[88] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 312.
[89] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 38v.º-39.
[90] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 346.
[91] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fls. 244v.º-245.
[92] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 252v.º

Idêntica situação era a da testadora Joana da Rosa que tinha em casa, «assistindo» com ela e seu marido, quatro filhos que «serviam» com o seu trabalho, sendo que, alguns deles, «com alguma argência[*sic*] se vestem às suas custas»[93]. As testadoras mais abastadas tinham algum criado ou criada, em suas casas, e que lhes prestariam todo o tipo de serviço, agrícola ou doméstico. O conteúdo testamentário é, a este respeito, elucidador de distintas realidades socioeconómicas. Maria Correia tinha o «moço do casal, de nome Manuel Fernandes, contemplado com três mil réis, fora da sua soldada, pelo bom serviço que prestara[94]. O mesmo se verificava com Quitéria Maria que deixou ao «moço Venâncio» dois mil réis fora da sua soldada, mas com a condição de ficar «assistindo» com ela até ao seu falecimento[95]. Isabel Maria de Brito revelou-se mais generosa nos legados à sua «moça de casa» Ana Maria, deixando-lhe 25 mil réis «com todo o ouro, fato e roupa que ela disser lhe pertencerem, além da sua soldada […] e lhe deixa mais a cama onde ela dorme e a sua caixa»[96]. As irmãs Petronila e Rosa contavam com a presença de duas «moças de casa», a quem há «tantos [anos]» não pagavam a soldada: Francisca, à qual deixaram dez mil réis e o fato que «ela chamar seu»; e Ana, criada com as amas testadoras desde pequena, e que iria receber a mesma quantia, o seu fato e uma cama de roupas[97]. A presença de escravos foi detetada em três testamentos. No de Maria Pinta, viúva do alferes Estevão Drummond, encontra-se, além de uma moça de casa, cujo nome não foi registado, a escrava Antónia Jacinta que ficou, por esta disposição testamentária, «forra e liberta de hoje para sempre». A viúva Maria Pinta já tinha dado a Antónia Jacinta a quantia de 30 mil réis para pagamento de umas benfeitorias «por ela ter casado com um homem branco»[98]. No testamento de Bernarda Francisca Henriques da Costa, constata-se, de igual modo, um legado de benfeitorias ao «moço Teodoro», legado que não seria menosprezável dado o pedido que a testadora expressou aos seus herdeiros em não contender com o dito Teodoro, deixando-o «viver e lucrar como suas as ditas benfeitorias». Em contrapartida, «à preta Maria» foram deixados apenas 20 mil réis, e só depois de pagos os legados da testadora[99]. A morgada Inácia Caetana de Faria, viúva do capitão Roque Alves da Costa Barreto, declarou nunca ter pagado soldada aos seus moços Josefa Maria, que a servia há 30 anos, e Manuel de

[93] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 222.
[94] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 5.
[95] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fls. 171-171v.º.
[96] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 210v.º.
[97] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 146v.º.
[98] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 286v.º-287.
[99] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 227v.º.

Abreu. Manifestando vontade de os compensar, deixou a Josefa Maria 40 mil réis, em dinheiro, e a Manuel de Abreu, 30 mil réis. É mencionado o escravo Francisco António que «tocou à sorte da terça» do falecido marido da testadora e que, não conformado com a sua situação, estava a litigar para obter a liberdade. Perante esta situação, Inácia Caetana de Faria deixou expresso que, caso Francisco António ficasse livre, ser-lhe-ia dado 20 mil réis, mas, se não conseguisse a alforria, não lhe deixava coisa alguma[100].

3.2. Razões para Testar

Numa época em que o Catolicismo regia a vida das pessoas, o ato de testar tornava-se um dever do sujeito-crente de se preparar para o final da sua vida. Logo, era imprescindível pôr em ordem os assuntos temporais, a herança e a forma da sua distribuição, e os assuntos espirituais, estes últimos para descargo da consciência do sujeito testador e poder, dessa forma, salvar a sua alma. Com esta perspetiva, diz-nos François Lebrun que o testamento transmitia o pensamento cristão da «boa morte» sendo a sua redação «considerada como uma verdadeira prática de devoção»[101].

As razões das mulheres testadoras de Câmara de Lobos surgem nomeadas e quantificadas no quadro VI.

Quadro VI: Razões para Testar das Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

Razão alegada	N.º de ocorrências
Doença	18
Idade avançada	17
Temor da morte	13
Não consta	1
Total de testamentos	**49**

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes especificadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

Os principais fatores que levaram estas mulheres a testar foram a doença, a idade avançada e, a ambas associada, a iminência da morte. Em 13 situações, as testadoras não revelaram qualquer problema de saúde, nem se consegue perceber a presença de uma idade avançada; no entanto, essas mulheres sentiram

[100] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fls. 42v.º-43.
[101] LEBRUN, 1990, «As reformas: devoções comunitárias e piedade individual», p. 97.

a necessidade de testar porque, assumindo a inevitabilidade da morte e o consequente Juízo Final, quereriam estar devidamente preparadas.

As testadoras que estavam doentes tiveram o cuidado de, constantemente, esclarecer que a doença de que padeciam não era considerada pela lei régia como «proibida», isto é, do foro mental. Com efeito, alegavam que estavam doentes, mas munidas do seu juízo e discernimento. Na altura da aprovação do testamento, essa condição das testadoras era declarada pela autoridade notarial em presença das testemunhas chamadas para o efeito. A gravidade do estado de saúde das testadoras Maria Ferreira, Maria da Rosa ou Maria Pinta evidenciou-se pelo intervalo verificado entre as datas de redação dos respetivos testamentos e as datas de abertura dos mesmos, intervalo esse que não excedeu os cinco meses[102]. Por exemplo, Maria Pinta disse estar «deitada em uma cama doente da doença que o Senhor Deus foi servido de lhe dar sem ser das proibidas pelas leis régias»[103]. Ou Maria da Rosa que, não obstante a gravidade da sua doença, declarou estar «em seu juízo e entendimento perfeito»[104]. Quanto à testadora Maria Ferreira, também doente de cama, ditou fazer o seu testamento para o bem de sua alma e descargo da sua consciência[105].

Uma idade avançada, mas sem problemas de saúde graves, era um outro motivo para fazer testamento, pois a morte afigurava-se cada vez mais próxima. Vejamos alguns exemplos relativos à velhice. Antónia da Rosa dizia ser uma «velha carregada de anos sem saber o dia nem a hora em que o Senhor Deus será servido de [a] chamar a Juízo»[106]. Idêntica fundamentação encontramos na testadora Maria Madalena Ferreira que por se «achar já com os [seus] anos e achaques sem saber o dia nem a hora em que o Senhor Deus será servido de [a] chamar a Juízo» decidira fazer testamento para o bem de sua alma e descargo da sua consciência[107]. Referenciada, no respetivo instrumento de aprovação, como uma mulher com mais de 80 anos, Maria das Neves afirmou ter decidido fazer testamento por «ser certa a morte e incerta quando»[108].

[102] Veja-se Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).
[103] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 286v.º.
[104] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 207v.º.
[105] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 24.
[106] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 251.
[107] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 1.
[108] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 181v.º.

Houve circunstâncias em que, mesmo sem a presença de doença ou de uma idade avançada, as mulheres faziam testamento. Ao analisar estes casos, apercebemo-nos de duas realidades distintas: por um lado, a das mulheres que testavam sozinhas; por outro, a daquelas que testavam de mão comum, com os seus maridos ou com um irmão. Maria do Nascimento testou de mão comum com seu irmão. Da parte da testadora limitou-se a ficar registado que ela considerava «ser certa a morte e incerta quando»[109]. Contudo, deduzimos que o seu irmão estaria muito doente, uma vez que o testamento foi aberto, por sua morte, dez dias depois de ter sido feito[110]. Quer Maria da Conceição, quer Josefa da Encarnação testaram, de mão comum, com os seus respetivos maridos. Maria da Conceição alegou estar «de pé em boa saúde com perfeito juízo», mas com a noção de que haveria de morrer um dia; em contrapartida, o seu marido estava doente e acamado[111]. Este viria a falecer poucos dias depois[112]. Josefa da Encarnação, «de pé com saúde e em perfeito juízo e completo discernimento», pretendeu fazer testamento para o bem de sua alma e descargo da sua consciência. O seu marido também revelou estar de boa saúde, por ocasião do ato de testar, e com os mesmos motivos que a sua mulher[113]. À semelhança do anterior casal, seria o marido a falecer primeiro, mas, neste caso, tal ocorreria uns anos mais tarde[114]. Nas mulheres que testavam sozinhas podia verificar-se a declaração de um bom estado de saúde; porém, estaria presente a angustiante incerteza face ao dia e à hora em que Deus seria servido de as chamar a Juízo[115]. Vemos, nestas mulheres, a plena noção do testamento como veículo de expressão de uma vontade própria, a sua última, e destituída de qualquer constrangimento[116]. A testadora Ana Maria de Freitas, sem fazer qualquer referência a uma idade avançada ou a uma doença física, revelou o temor da morte, e numa linguagem plasmada pela convenção religiosa do seu escriba, o padre João António de Abreu Almeida e que, atendendo ao seu articulado, aqui transcrevemos:

[109] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamento, Livro 1258, fl. 280.
[110] Veja-se Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).
[111] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamento, Livro 1255, fl. 248.
[112] Veja-se Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).
[113] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamento, Livro 1260, fl. 20v.º.
[114] Veja-se Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).
[115] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1255, fl. 130; Livro 1261, fl. 170.
[116] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 209v.º.

> «Sendo infinitos os perigos a que está sujeita a humana vida e crendo me pobre e miserável pecadora que sou mortal e nascida neste mundo para morrer e que nem sei o quando nem a hora em que hei de pagar este tributo da humana natureza desejando muito neste tempo que me resta de vida dispor me para aquele preciso transe da morte, portanto com o favor de Deus e de Maria Santíssima sua Mãe e Senhora minha e do Anjo da minha guarda prostrada aos sagrados Pés de Jesus Cristo meu redentor faço esta última disposição»[117].

Em qualquer destes testamentos, o artigo de fé encontra-se obrigatoriamente presente, podendo ser expresso de uma forma intensa ou mais singela. Voltando ao testamento de Ana Maria de Freitas, citado a título de exemplo, constata-se que a testadora exprimia a sua fé em termos convencionados pelo seu redator, o já mencionado padre João António de Abreu Almeida. Invocada a Santíssima Trindade, ficou declarada a crença absoluta, desta mulher, na Igreja Romana:

> «na mesma forma que os sagrados apóstolos o ensinaram e com as interpretações que os Santos Padres e sagrados concílios, aprovados pela mesma Igreja, lhes deram, na qual fé vivo e quero morrer e se em alguma hora por tentação do demónio / o que Deus não permita/ disser ou cuidar ou obrar alguma coisa contra o que a Santa Madre Igreja tem e ensina, daqui para sempre e desde logo o dou por nulo porque na fé da mesma Santa Igreja Romana vivo e nela quero morrer, e detestando logo e para sempre tudo o que ela tem detestado e condenado»[118].

Esta fase inicial do testamento, onde as testadoras exprimem a razão da sua iniciativa, afigura-se aquilo que Ana Cristina Araújo designa por «cláusula justificativa», ou seja, o momento em que a fragilidade, física e emocional, do sujeito testador o levavam à invocação e ao rogo, pois haveria pecados a remir e a vontade de atingir a salvação da alma[119].

A especificidade do articulado desta fase inicial do testamento resultava, por um lado, da inequívoca fé das testadoras, mas, por outro, resultava do modo como era convencionado pelo seu escriba. Se com o padre João António de Abreu Almeida, redator de 11 dos 49 testamentos em apreço, conforme consta no Anexo II – Os Redatores dos Testamentos das Mulheres de Câmara de Lobos (1750-1797) –, encontramos esta linguagem plena de intensidade religiosa; com o tabelião José Ferreira dos Passos, redator de um total de 25, afigura-se uma articulação muito mais despojada. Por exemplo, no testamento de Luzia Cordeira, redigido por este tabelião, constata-se a forma breve como deixou assente a cláusula justificativa:

---

[117] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fls. 132v.º-133.
[118] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fl. 133.
[119] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 82.

> «Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro em quem eu Luzia Cordeia bem e verdadeiramente protesto de viver e morrer e salvar a minha alma, e por me achar já com os meus anos, e não saber o dia nem a hora em que o Senhor Deus será servido de me chamar a Juízo, determinei de fazer este meu testamento»[120].

As justificações para ditar um testamento, fossem elas a doença ou a velhice, traziam associadas a iminência da morte. Esse momento de profunda fragilidade exigia a expressão da fé das testadoras; porém, não nos podemos esquecer que a forma e o conteúdo de tais expressões resultaram, sobretudo, do entendimento daquele que foi responsável pela escrita desses testamentos[121]. Neste âmbito, as diferenças entre um redator leigo e um redator eclesiástico denunciam interessantes matizes.

3.3. Sepultar o Corpo e Salvar a Alma

A prática testamentária era reveladora do dever cristão de, no fim da sua vida terrena, organizar os assuntos temporais e espirituais. Nestes últimos, destacava-se o desejo de salvar a alma. Tal finalidade só era possível de alcançar mediante um conjunto de disposições que iam desde o amortalhamento e sepultura do corpo, até à deliberação do número de ofícios religiosos e estabelecimento de instituições pias. Estas últimas vontades estavam em perfeita sintonia com a religiosidade que revestia o ato de testar e que enfatizava a salvação individual como um desígnio do crente em comunhão com a Igreja[122]. A precedência dada ao sentimento cristão era absolutamente notória: primeiro, encomendava-se a alma a Deus e só depois se «prevenia a sorte do corpo»[123].

As testadoras analisadas deixaram expresso, com maior ou menor detalhe, os cuidados a ter com o seu corpo, determinando o amortalhamento e o local de sepultura, e os cuidados com a sua alma, designando as missas a celebrar na sequência do funeral e, ainda, vinculando bens para fins piedosos.

A devoção destas mulheres ficou patente na escolha do hábito de São Francisco, ora de saial ora de burel, para amortalhamento de seus corpos falecidos[124].

---

[120] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 298v.º.

[121] MATOS, 2020, *Aliviar a Consciência e Cuidar da Alma* […], p. 15. Segundo o autor, o testamento pode revelar os anseios de quem o ditava, mas a sua perceção terá de considerar as limitações inerentes ao facto de serem escritos por outrem, fosse um sacerdote, um tabelião ou um escrivão.

[122] LEBRUN, 1990, «As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual», p. 83.

[123] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 83.

[124] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 3v.º. A título de exemplo.

Algumas delas especificaram que esse hábito era proveniente do convento de São Bernardino[125], denotando-se a influência daquela comunidade, cujos frades prestavam assistência espiritual junto das populações[126]. Manifestou-se, nestas mulheres, a ideia de que os seus corpos, revestidos da virtude da simplicidade cristã apregoada pela Ordem de São Francisco, poderiam descansar serenamente[127].

Em consonância com a prática dos enterramentos da época, efetuados em solo sagrado para se usufruir da proteção divina, as testadoras determinaram o seu eterno descanso na igreja matriz de São Sebastião ou no convento de São Bernardino, os dois principais espaços religiosos da freguesia. No entanto, houve duas testadoras, Maria Madalena Ferreira e Josefa da Rosa, que mostraram vontade de ser sepultadas na igreja de Nossa Senhora da Graça, na contígua paróquia do Estreito de Câmara de Lobos[128].

A igreja de São Sebastião foi o local de inumação eleito pelas testadoras. Para além desta evidência, podemos apreender uma diferenciação social e económica entre estas mulheres, consoante o espaço definido, no interior da igreja, para o seu enterramento. Com efeito, este podia ocorrer em sepultura e capela próprias ou numa cova indiferenciada e aberta para o efeito, mediante o pagamento de uma esmola. Vejamos alguns casos. Eram várias as testadoras que detinham locais de sepultura nessa igreja, onde desejavam ser enterradas junto com os seus familiares falecidos. Maria Correia deixou expresso o desejo de ser colocada na sepultura do seu pai, João Rodrigues Henriques, e que fora, de igual modo, lugar de inumação do seu bisavô e quinto avô[129]. Luzia Cordeira explicitou que a sepultura designada, no seu testamento, era aquela em que seu pai descansava, e que pertencia aos Chaves, sendo a família de Luzia a herdeira daquele espaço sagrado[130]. No testamento de Benedita dos Santos, encontra-se a expressão «cova», mas que, no entanto, seria reveladora das mesmas circunstâncias das anteriores testadoras. Diz-nos, Benedita dos Santos, que tinha uma cova na igreja de São Sebastião, cova essa que herdara de sua mãe. Era aí que sua mãe estava sepultada, bem como outros parentes, e, atendendo a esse motivo, era o local de enterramento determinado por

[125] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 24. A título de exemplo.
[126] LADEIRA, 2023, «O quotidiano da comunidade franciscana masculina na Madeira, nos séculos XVIII-XIX: parte I – administração e aspetos religiosos», pp. 272 e seguintes.
[127] MATOS, 2020, *Aliviar a Consciência e Cuidar da Alma* […], p. 17.
[128] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 1v.º; fl. 141v.º.
[129] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 3v.º.
[130] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 299.

esta testadora[131]. Podia dar-se a circunstância de a sepultura familiar estar lotada. Precavendo essa situação, Maria do Espírito Santo e Mendonça, também «herdeira em sepulturas», determinava, então, ser enterrada em «cova da fábrica dando-se-lhe a esmola costumada por uma vez»[132]. A disposição de Ana de Sousa é, igualmente, digna de nota, pois pediu para o seu corpo ser posto «em sepultura dos homens do mar»[133], denotando uma relação familiar a um homem, não sabemos se o pai ou o marido, ligado à faina marítima[134].

Deduzimos que as testadoras que declararam o seu enterro «em cova da fábrica da igreja» não seriam herdeiras de sepulturas onde pudessem descansar, eternamente, junto aos seus entes queridos. Consequentemente, e mediante o pagamento de uma esmola, eram aí enterradas. Encontramos esta expressão no testamento de Isabel Gonçalves[135] e no de Inácia Rodrigues de França[136].

Em contrapartida, as derradeiras vontades das irmãs Petronila de São Pedro e Rosa Maria, e de Inácia Caetana de Faria, revelaram escolhas muito precisas dos locais de inumação, no interior da igreja de São Sebastião, diferenciando-se das restantes testadoras. Petronila, invocando o seu estatuto de irmã da confraria de São Pedro daquela igreja, pediu para ser enterrada na capela de São Pedro. Como não era detentora de nenhuma sepultura no interior da dita capela, contava obter licença para ser aí sepultada e, para o efeito, deixava a quantia de seis mil réis àquela confraria[137]. A sua irmã Rosa Maria afirmava ser herdeira de uma sepultura que ficava «defronte da Senhora Santa Ana», e de outras, mas sem especificar a sua localização no interior da igreja. Ciente de que todas essas sepulturas poderiam estar lotadas, concedia ser enterrada em cova da fábrica da igreja[138]. A capela de Santo António foi o local de inumação determinado por Inácia Caetana de Faria para ficar junto da sepultura do seu falecido marido[139].

A Capela da Ordem Terceira do convento de São Bernardino foi o outro espaço sagrado escolhido por algumas testadoras, ora por aí possuir uma sepultura dos seus antepassados[140], ora por invocar o estatuto de irmã professa daquela

[131] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 285.
[132] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 303v.º.
[133] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 242.
[134] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 242v.º.
[135] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 79.
[136] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 309v.º.
[137] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fls. 142v.º-143.
[138] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 143.
[139] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 42.
[140] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1255, fl. 248v.º.

ordem[141]. Para tal, era-lhes exigido o pagamento de uma esmola de 2000 réis para o enterramento naquela capela[142]. Houve uma testadora, Isabel Maria de Brito, que pediu para ser sepultada numa cova da capela das Almas daquele convento, «sem embargo de ser herdeira de várias sepulturas» em São Sebastião, e pagando a esmola usual[143]. Deduzimos que seria irmã da confraria das Almas do convento de São Bernardino[144], e que, por essa razão, desejava lá ficar, prescindindo de uma sepultura própria na igreja matriz.

Houve uma única testadora que determinou o seu enterramento em ermida familiar. Referimo-nos a Bernarda Francisca da Costa Faria que pediu que o seu corpo fosse sepultado na sua capela de Nossa Senhora da Nazaré, sita no Serrado do Galego, e da qual era administradora[145].

Uma vez determinados os aspetos relativos ao corpo falecido, amortalhamento e local de sepultura, era fundamental ordenar os assuntos da alma porque «se a morte apenas significava o termo da vida do ser humano, jamais representava o fim do seu ser. Este terá vida eterna […] e havia que aliviar a consciência e garantir a salvação da alma, pedindo missas»[146].

Encontramos a presença desses legados em dois momentos distintos do testamento e com uma índole diferenciada. Assim, as testadoras ordenavam a celebração de um conjunto de missas, a ser rezadas uma única vez, umas na sequência do enterro e outras durante o período de um ou dois anos após a sua morte. Já num outro momento da sua disposição testamentária, determinavam a vinculação de alguns dos seus bens, para garantir o pagamento de missas a celebrar de forma continuada ou por uma só vez.

As missas do dia do funeral, bem como as outras a realizar até um determinado tempo depois dessa data, eram reveladoras, em simultâneo, da prática devocional e da capacidade financeira das testadoras. Foi comum, em vários testamentos, uma afirmação dos legados de missas fúnebres, e daqueles a realizar subsequentemente, feita nos seguintes termos: a testadora pedia, no dia do seu enterro, a celebração de um ofício de nove lições e, oito dias mais tarde, a celebração de um ofício de freguês, também de nove lições. Durante um a dois anos, após a sua morte, ordenava trintários de missas (podendo ir de dois até seis) a ser celebrados, ora no

[141] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 360v.º.
[142] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fl. 2v.º.
[143] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 209v.º.
[144] VERÍSSIMO, 2002, *O Convento de São Bernardino em Câmara de Lobos* […], p. 47.
[145] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 225.
[146] MATOS, 2020, *Aliviar a Consciência e Cuidar da Alma* […], p. 12.

altar de Jesus da Sé do Funchal, ora na igreja de São Sebastião de Câmara de Lobos, pela alma da testadora, de seus pai e mãe, pelas almas do Purgatório e pelos irmãos defuntos da Ordem de São Francisco[147]. É quase um padrão que se vai repetindo nos testamentos, havendo algumas variações relativamente ao local dos sufrágios, surgindo o convento de São Bernardino[148]; ou relativamente aos falecidos a ser lembrados nesses ofícios religiosos, onde podiam ser incluídos os moços de serviços e os escravos[149], ou o senhorio das terras onde residia a testadora[150]. Revelou-se algo curiosa a disposição de Catarina de Santiago pois, além das missas por sua alma e de seus defuntos, deixou missas pela alma dos seus amos e do seu dizimeiro, mas com uma importante ressalva: estas últimas só ocorreriam se Catarina de Santiago lhes fosse devedora de alguma quantia, caso contrário, essas missas seriam celebradas, somente, pela alma dela, testadora[151]. Igualmente digno de menção é o testamento de Inácia Caetana de Faria por, além dos usuais legados de missas, ter deixado a quantia de três mil réis, junto do reverendo vigário de Câmara de Lobos, a repartir em esmolas a distribuir pelos pobres da freguesia[152]. Houve um testamento que sobressaiu pela expressividade das suas disposições de alma. Referimo-nos ao das irmãs Petronila de São Pedro e Rosa Faria da Costa Leal, revelador desta forma de manifestar devoção e, sobretudo, da capacidade de a concretizar. Para além dos costumados ofícios de nove lições, fúnebre e de freguês, este último a realizar oito dias após o falecimento das testadoras[153], os seus legados de missas eram deveras numerosos. Com efeito, essas missas, a ser celebradas por uma só vez, seriam asseguradas com todo o dinheiro proveniente dos bens que lhes pertenciam, das legítimas dos seus pais e do seu irmão, o padre Manuel Ferreira. Esses legados compreendiam uma disposição a favor das suas almas e dos seus familiares falecidos, assim registada:

> «Queremos se digam pela alma de nosso irmão, o padre Manuel Ferreira, cinquenta missas, e assim mais cem missas rezadas pelas almas de nossos pais, por uma vez, pela esmola costumada em qualquer altar. Item, se dirão mais cinquenta missas pelas almas do Purgatório. Item, se dirão mais cinquenta missas, trinta pelos nossos irmãos defuntos e vinte por algum encargo nosso que aplicarmos. Mais se dirão duzentas missas, por nossas almas, cem no altar de Jesus da Sé e outras cem se dirão: trinta no altar de

[147] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 4. A título de exemplo.
[148] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 312. A título de exemplo.
[149] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 226.
[150] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 246v.º.
[151] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 316v.º.
[152] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 42v.º.
[153] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 142v.º.

> São Sebastião de Câmara de Lobos, e trinta no altar de São Pedro, e as quarenta no altar de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora do Carmo. Mais se dirão cem missas que se repartirão na capela do Servo de Deus e no altar de São Francisco e no altar do Senhor Jesus de São Bernardino. Mais se dirão cinquenta missas pelas almas de nossos irmãos Pedro e Francisco e mais vinte pelas almas de nossos avós, e assim mais trinta missas por uma particular intenção»[154].

A vinculação de bens para fins piedosos foi a outra componente dos cuidados de alma demonstrados pelas testadoras de Câmara de Lobos. Atendendo à cronologia deste estudo, importa averiguar a consequência da legislação pombalina, visando uma restrição da prática testamentária ao nível dos legados pios, nas disposições destas mulheres.

Conforme descrito por Ana Cristina Araújo, no âmbito específico desta legislação emanada por Pombal, sobressaíram «os diplomas de 25 de junho de 1766, 4 de junho de 1768, 9 de setembro de 1769 e 3 de agosto de 1770 que, entre outros aspetos, reduzem e impõem a desvinculação dos bens onerados com encargos pios, limitam e impedem a criação de novas capelas»[155]. De facto, ao analisarmos a parte dos testamentos das mulheres de Câmara de Lobos reservada aos cuidados com a alma, é percetível uma cronologia que se divide em duas fases: uma primeira fase que decorre até ao final de 1769; e uma segunda etapa com início a partir da década seguinte.

Nos testamentos realizados entre 1750 e 1769 encontram-se disposições de vinculação de bens para fins caritativos. No entanto, há uma distinção que importa ressalvar, uma vez que houve testadoras que instituíram vínculos de natureza perpétua e outras, representando a maior parte dos casos, que instituíram vínculos com uma delimitação temporal. Vejamos os dados em consideração.

A instituição de vínculos perpétuos manifestou-se em dois testamentos, de forma inequívoca. Na disposição de Antónia do Nascimento, com data de 1767, consta que esta testadora vinculou uma propriedade, a fazenda da Areia, com pensão de três missas, pelas almas do Purgatório, «até ao fim do mundo»[156]. Em relação ao testamento das irmãs Petronila e Rosa da Costa Leal, com data de 1768, vemos que, na sua condição de administradoras da capela de Santa Quitéria, quiseram transmitir ao sucessor as suas vontades. Assim, os vínculos que tinham herdado do seu pai, Tomé Gomes da Costa Leal, um sito numa propriedade em Nossa Senhora da

[154] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 146.
[155] ARAÚJO, 1999, «Vínculos de eterna memória: esgotamento e quebra de fundações perpétuas na cidade de Lisboa», p. 442.
[156] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 307.

Graça onde chamavam a Marinheira e Fontes, e o outro na fazenda do Aposento, do caminho para baixo, seriam deixados com as pensões que constavam das respetivas instituições[157]. A fazenda, onde estava a capela de Santa Quitéria, ficaria, por esta disposição testamentária, onerada em dez mil réis, por ano, «para ajuda do ornato e conservação da dita capela», e com obrigação de o futuro administrador mandar dizer a primeira missa pela alma das duas irmãs testadoras, e a segunda pela alma do irmão delas, o reverendo padre Manuel Ferreira, «sempre até ao fim do mundo»[158]. Ficou igualmente sujeita a vinculação perpétua, uma propriedade em Nossa Senhora da Graça, no local chamado o Sesteiro, com encargo de dez missas «cada folgo», à qual se acrescentou metade de um pomar de castanheiros. Estes bens nunca poderiam ser vendidos ou alineados[159].

Porém, os testamentos dotados de vínculos delimitados temporalmente foram mais numerosos, manifestando-se, entre as testadoras, uma tendência para esta escolha, por motivos que desconhecemos. A forma desta disposição afigura-se constante: a testadora vinculava a terça parte dos seus bens para pagamento de uma a três missas por sua alma, rezadas uma única vez. A título de exemplo, veja-se a vontade de Domingas do Sacramento que vinculou a terça parte dos seus bens com obrigação de uma única missa, rezada por sua alma, ficando a dita terça, daí em diante, livre e sem mais pensão alguma[160]. Um outro exemplo: Maria Correia, que também vinculara a terça parte dos seus bens para remuneração de duas missas por sua alma, rezadas por uma só vez, referia que, uma vez satisfeito aquele encargo caritativo, a terça ficaria desonerada para ser repartida pelos seus herdeiros[161]. Houve algumas exceções, em que as testadoras foram mais específicas relativamente ao que deixavam vinculado para fins piedosos. Maria Madalena Ferreira vinculou um bocado de fazenda e a quantia de 100 mil réis para suportar o encargo de um trintário de missas por sua alma, das suas irmãs e dos seus pais, sem mais pensão alguma[162]. Josefa da Rosa deixou vinculado um «bocadinho de fazenda» para três missas por sua alma, rezadas uma só vez, ficando livre e sem mais pensão alguma, depois de cumprido aquele encargo[163]. A disposição vincular de Maria de Freitas

[157] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fls. 143-143v.º.
[158] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 145v.º.
[159] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fls. 144-144v.º.
[160] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 312-312v.º.
[161] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fls. 4v.º-5.
[162] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 2.
[163] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fl. 245v.º.

revestiu-se de singularidade, no conjunto destas testadoras, pois vinculou a sua morada de casas para assegurar o sustento de uma filha freira, enquanto esta fosse viva[164].

A promulgação da carta de lei de 9 de setembro de 1769, ampliando a lei de 25 de junho de 1766, deu-se com a finalidade de limitar a liberdade de testar, vigente até então, uma vez que, entendia o legislador, tal liberdade fora «mal-entendida». Na sua perspetiva, os herdeiros legítimos estavam a ser prejudicados pelos testadores, pois estes escolhiam canalizar uma parte substancial dos seus bens em favor das instituições pias[165]. Com o pressuposto de que o volume excessivo destas fundações pias eram uma consequência direta da liberdade de testar, o legislador concentrou a sua ação reformista na parte relativa às disposições feitas no âmbito da terça[166]. Doravante, só uma terça parte dos bens da terça, independentemente de terem sido herdados ou adquiridos, é que poderia ser usada pelo testador para o bem da sua alma[167]. Esta relevante medida legislativa teve repercussão junto das testadoras de Câmara de Lobos, pois a partir de 1770 não se encontra, na maioria dos testamentos analisados, quaisquer disposições de vinculação para fins piedosos. Contudo, registaram-se algumas situações de exceção, nomeadamente, as verificadas nos testamentos de Domingas Batista que, em 1771, teve como disposição pia as «sobras da terça da terça» para missas por sua alma[168]; ou de Isabel Maria de Brito que, em 1777 e «regulando-se pelas leis novíssimas», mandava utilizar as «sobras que houve[sse] da terça parte da sua terça» para missas pela sua alma e dos seus familiares, celebradas uma única vez[169]. Se estas duas testadoras se revelaram cumpridoras das leis novíssimas, o mesmo não sucedeu com Josefa da Rosa que, em 1773, vinculou toda a terça parte dos seus bens para uma única missa[170]. No entanto, a partir da década de 1770, e até ao final da cronologia deste estudo, prevaleceu a ausência de instituições de capelas de missas, na prática testamentária destas mulheres.

---

[164] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fl. 3v.º.

[165] Carta de lei de 9 de setembro de 1769 in Coleção de Legislação 1769-1783. Exemplar sem informação sobre edição e sem numeração de páginas.

[166] ARAÚJO, 1997, *A Morte em Lisboa* […], p. 276.

[167] Carta de lei de 9 de setembro de 1769, § 6.º, in Coleção de Legislação 1769-1783. Exemplar sem informação sobre edição e sem numeração de páginas.

[168] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 316.

[169] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 210, fls. 210v.º-211.

[170] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 141v.º.

3.4. Repartir a Herança Material e Cuidar da Família

A repartição da herança material, por parte das testadoras, é um momento que revela duas importantes realidades: por um lado, as relações familiares e afetivas destas mulheres; por outro, a forma de transmissão de bens (de raiz, dinheiro e objetos). A sua análise permite levantar um conjunto de dados suscetível de, nas palavras de Luciana da Silva, «aceder a representações e sensibilidades ligadas à família e à materialidade do património, bem como práticas e padrões nas escolhas relacionadas ao ato de testar»[171]. Pela distribuição de bens podemos apreender a capacidade financeira destes agregados domésticos bem como o tipo de património móvel que dispunham. Ao transmitir o funcionamento desta economia familiar à próxima geração, as testadoras pretendiam assegurar os meios necessários à sobrevivência dos seus filhos e netos. Em simultâneo, as escolhas sobre o modo de fazer essa distribuição de recursos remetem para as vivências afetivas destas mulheres, reveladoras de preocupações muito concretas com os seus entes queridos.

O primeiro elemento a considerar é a escolha do testamenteiro. Tal não poderia ser feito ao acaso, uma vez que o testamenteiro era a pessoa que ficaria responsável, perante a autoridade civil ou eclesiástica, pelo correto cumprimento da disposição testamentária. Dispondo do prazo de um a dois anos, o testamenteiro tinha de dar conta do destino e rendimento dos bens de raiz e móvel[172].

A designação do testamenteiro, atendendo à delicadeza das suas responsabilidades, era feita em pessoa da confiança das testadoras, alguém do seu círculo familiar mais próximo, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Quadro VII: O Testamenteiro das Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

Parentesco com a testadora	N.º de ocorrências
Filho/a	17
Marido	11
Sobrinho	9
Genro	4
Sem ligação de parentesco	3
Irmã	2
Não consta	3
Total de testamentos	**49**

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes especificadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

[171] SILVA, 2012, «Declarando vontades e sanando preocupações», p. 1.
[172] *Ordenações Manuelinas*, 1984, Livro II, Título XXXV.

A preferência pelos filhos foi manifesta. Em princípio, uma mãe confiaria sempre nos seus filhos ou, pelo menos, em algum deles; sendo esta relação aquela que melhor expressa os afetos sentidos no interior da vivência familiar. Saliente-se que a escolha destas testadoras nos filhos do sexo masculino foi preponderante, havendo apenas uma testadora, Antónia da Rosa, que elegeu, comos seus testamenteiros, o filho Filipe João e a filha Mariana, ficando ambos responsáveis pela tarefa[173]. Seria a falta de confiança na capacidade das filhas que levou algumas destas testadoras a preferir o genro como testamenteiro? Não o sabemos, mas em quatro ocorrências figura o genro. Neste ponto, interessa explicitar que as testadoras Antónia Maria e Quitéria Maria da Silva só tinham à data, cada uma, uma filha que estava casada[174]. Em contrapartida, as testadoras Ana de Sousa e Lourença Pinta tinham filhas e filhos; porém, optaram por confiar num genro[175]. Depois dos filhos, as testadoras revelaram a sua confiança nos maridos. Tal preferência foi visível em testamentos feitos de mão comum em que se encarregava, desta missão, o cônjuge sobrevivente[176]; e, de igual modo, naqueles em que a testadora afirmava que ela e o marido não tinham tido filhos[177]. A presença de sobrinhos, como testamenteiros, verificou-se, predominantemente, nas testadoras solteiras[178]. Contudo, Maria do Rosário era viúva e tinha filhos, mas preferiu o sobrinho João Rodrigues[179]. Uma escolha idêntica verificou-se em Inácia de Aguiar Henriques, mulher casada e sem filhos. Diz-nos esta testadora que era, à data, casada com Diogo Filipe e que não tinham tido filhos, «principalmente ela que os não teve»; e que, vivendo em casa do seu sobrinho, João da Costa, encontrara nele o filho que nunca teve, pois tanto João como a sua mulher a tratavam, a ela testadora, com «muito cuidado e zelo» e a sustentavam[180]. A eleição de uma irmã para ser testamenteira contatou-se em duas únicas situações: a do testamento feito de mão comum entre as irmãs solteiras

[173] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 251-251v.º.
[174] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1258, fl. 142v.º. Livro 1261, fl. 171v.º.
[175] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 243. Livro 1260, fl. 361.
[176] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 78v.º. Livro 1253, fl. 311v.º. Livro 1260, fl. 242.
[177] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 138v.º. A título de exemplo.
[178] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 298v.º. A título de exemplo.
[179] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1258, fl. 213.
[180] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fls. 131v.º-132.

Petronila e Rosa da Costa Leal que se designaram, mutuamente, testamenteira daquela que primeiro falecesse, com obrigação de dar «vigor a metade de tudo o que se acha declarado»[181]; e no testamento de Rosa Quitéria, igualmente celibatária, que nomeou testamenteira a sua irmã Margarida, pela boa relação fraternal[182].

Apesar de ser escolhido dentro do grupo dos familiares mais próximos, era prática o testamenteiro receber, das testadoras, uma determinada quantia monetária em sinal de gratificação pelo trabalho que iria desempenhar[183].

Só em três testadoras se notou a escolha de um testamenteiro fora do núcleo familiar. Nessas ocasiões, as testadoras recorreram a um clérigo, certamente pela confiança que este lhes suscitaria[184]; havendo o caso de Domingas Batista, viúva e sem filhos, que nomeou dois indivíduos, Manuel Rodrigues da Silva e José Rodrigues Dinis, que, na qualidade de testamenteiros receberiam, cada um, a quantia de 25 mil réis em «gratificação do muito com que [a] têm ajudado a passar a vida»[185].

A repartição da herança material obedecia a uma fórmula que encontrámos reiteradas vezes, nos testamentos em análise. Com efeito, primeiro retirava-se a verba para pagamento do funeral das testadoras; de seguida pagava-se as dívidas que constassem das respetivas escrituras comprovativas; só depois de retirada a terça parte da herança que ficava vinculada, ou consignada, é que se procedia à repartição dos outros dois terços pelos membros da família, dando-se a cada herdeiro a quota-parte que lhe cabia da sua legítima[186].

A terça parte da herança representava «o espaço da vontade do testador», sendo canalizada para prover o bem da alma e, por vezes, para beneficiar e/ou amparar, um ou vários herdeiros, em sinal de gratidão por um comportamento afetivo e/ou de auxílio que esses herdeiros teriam tido em relação ao testador[187].

[181] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fls. 142-142v.º; fl. 147v.º.
[182] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fl. 88.
[183] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 5. A título de exemplo.
[184] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 309v.º-310. Livro 1260, fl. 21v.º.
[185] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 314v.º, 315v.º.
[186] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fls. 4-5. A título de
[187] SILVA, 2012, «Declarando vontades e sanando preocupações», p. 8. Veja-se *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título LXXXII, onde o legislador determina a liberdade de o testador ou testadora, pai ou mãe, tomar a terça dos seus bens e deixar a quem lhes aprouver, com menção de as restantes duas partes ficarem para os filhos

Os outros dois terços eram, conforme já afirmado, repartidos entre os herdeiros legítimos[188]. Desta forma, ficaria provida a vida familiar da próxima geração.

Por norma, todos os filhos e filhas legítimos, eram instituídos herdeiros universais e nessa condição tinham direito à parte que lhes tocasse da sua legítima[189]. No entanto, houve situações em que um filho, ou mais, ficou beneficiado em relação aos demais irmãos. Tal acontecia por ter esse filho ajudado, durante toda a sua vida, os trabalhos da lavoura nas terras cultivadas por seus pais, próprias ou arrendadas. Exemplifiquemos com o testamento de Maria das Neves, viúva e mãe de oito filhos dos quais estavam vivos, à data, cinco deles: António, Maria, Pedro João, Quitéria e Matias. Este último estava «embarcado», isto é, tinha emigrado e não sabendo, a sua mãe, «ao certo se era morto ou vivo»[190]. Ora, Maria das Neves, ao enviuvar, dera inventário dos bens do casal, uma vez que, e nos termos da lei: «morto o marido, a mulher fica em posse e cabeça de casal, se com ele ao tempo de sua morte vivia em casa teúda e manteúda, como marido e mulher, e de sua mão receberão os herdeiros do marido partilha de todos os bens que por morte do marido ficarem, e os legatários os legados»[191]. Mas, Maria das Neves declarava que só os filhos António e Maria tinham recebido a legítima de seu pai. Tal acontecera porque teriam casado e saído da casa paterna, pois a testadora afirmava que os outros filhos, Pedro João e Quitéria, tinham continuado a viver com a sua mãe e nada receberam da legítima do seu falecido pai. Nessa circunstância, a testadora autorizou-os a «granjear e criar umas reses e serem senhores de seus lucros», porque nunca tinham recebido soldada pelo trabalho de lavoura nas terras dos seus pais, nem esses filhos tinham retirado do casal «coisa alguma»[192]. Consequentemente, vemos que esta testadora, e mãe, quis deixar a vida familiar devidamente equilibrada: todos os filhos foram instituídos universais herdeiros da quota-parte que lhes tocaria da legítima materna; porém, Pedro e Quitéria foram beneficiados com a terça parte dos bens de Maria das Neves, ficando só com a obrigação de mandar rezar uma missa por alma da sua mãe.

---

[188] Veja-se *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título XCVI, onde o legislador determina que se devem partir os bens, assim móveis como raiz, entre os herdeiros, se forem legítimos, descendentes (filhos) ou ascendentes (pai ou mãe do testador), caso não haja filhos.

[189] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 304-304v.º. A título de exemplo.

[190] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 60.

[191] *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título XCV, Introdução.

[192] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 60.

Cumprido este único encargo, Pedro e Quitéria repartiriam a terça entre si, e «cada um fará com a sua metade da terça aquilo que bem quiser porque fica livre e sem mais pensão alguma»[193].

A mesma finalidade de prover o equilíbrio familiar é encontrada no testamento de Josefa da Rosa, também viúva. O caso afigura-se um pouco distinto, pois não tinham sido feitas partilhas na sequência da morte do marido. À semelhança de Maria das Neves, também Josefa da Rosa tinha um filho solteiro, de nome Manuel, a viver e a trabalhar a terra com ela, e sentiu a necessidade de garantir a harmonia entre os herdeiros. Com efeito, deixou ao filho António, para além dos oito mil réis do juro da sua legítima paterna, mais quatro mil réis para que não houvesse contenda devido à ausência de carta de partilhas. A filha Teodora já recebera da sua mãe um dote de 40 mil réis. Assim, entendeu a testadora que o filho Manuel, que vivia e trabalhava com ela, teria direito a 120 mil réis em benfeitorias da fazenda da Caldeira. Esta proteção foi também estendida ao filho José que, sem menção de estar a viver e a trabalhar com a testadora, tivera a devida licença de sua mãe para granjear e adquirir bens. Nestas circunstâncias, caso António e Teodora exigissem que os dois irmãos, Manuel e José, entrassem à colação com algum montante que tivessem granjeado ou adquirido, então seriam obrigados a pagar-lhes as respetivas soldadas, desde a data da morte do seu pai até ao dia em que lhes fosse feito o pagamento[194].

Podia dar-se o caso de terem os pais emprestado dinheiro aos filhos. Essa realidade é manifestada no testamento de Maria da Rosa, casada com Manuel Martins, e mãe de quatro filhos já casados. Todos tinham sido beneficiados com empréstimos a dinheiro, concedidos pelos seus pais, conforme constava das escrituras por todos assinadas. Ficou determinado que essas verbas, depois do falecimento dos pais, deveriam entrar à colação para se fazer as respetivas partilhas, em porções iguais, entre os filhos herdeiros[195].

Não havendo filhos, verifica-se uma outra forma de disposição da herança em que se beneficiava, em primeiro lugar, o cônjuge, e depois os irmãos e/ou sobrinhos

[193] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 60v.º.

[194] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fls. 245-246. Sobre as colações veja-se *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título XCVII, sobre as colações.

[195] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 38v.º-39.

da testadora. Consideremos alguns exemplos. A testadora Mariana Quitéria, casada com António de Ornelas, designou o seu marido como herdeiro de metade dos seus bens. Esses bens representavam as legítimas que a testadora tinha herdado dos seus pais. A outra metade repartir-se-ia em três partes iguais: uma seria para o marido, como recompensa pelo bom trato que dispensara durante a doença da testadora e pelos gastos que ele despendera para a atenuar; as outras duas terças partes seriam para dividir entre os irmãos de Mariana Quitéria. Em cumprimento da lei testamentária de 9 de setembro de 1769, a testadora onerou a terça do seu marido com uma única missa rezada por sua alma, ficando livre e desonerada, uma vez cumprido este encargo[196].

Relativamente a Inácia Maria, casada com José de Freitas, constatamos que esta deixou ao marido a terça parte dos seus bens, ficando os restantes dois terços para repartir entre os seus irmãos[197]. Ana Maria de Freitas, casada com Manuel Gonçalves de Faria, declarava não haver filhos do seu matrimónio. Ao marido deixou metade dos seus bens, ficando a outra metade para uma sobrinha sua. Todavia, esses bens seriam pouco abundantes, pois Ana Maria de Freitas deixou pedido a sua sobrinha que lhe perdoasse o pouco que lhe deixava em testamento[198].

Para além da legítima parte da herança que tinha, necessariamente, de ser deixada aos filhos ou, na ausência destes, ao cônjuge e outros parentes diretos, e da qual se extraía a terça parte para os encargos pios; existia um conjunto de deixas representadas por bens de raiz, dinheiros ou artefactos. Ao contrário da legítima, cujo conteúdo não surge especificado, estas deixas revelam-se bem discriminadas e destinavam-se a certos membros da família, numa demonstração de afeto por parte das testadoras. Por conseguinte, é possível aferir indicadores de riqueza das testadoras, bem como a forma escolhida para a sua distribuição.

Os quadros VIII, relativo aos legados em raiz, benfeitorias e em dinheiro, e IX, relativo aos legados em artefactos, sintetizam esta informação dos testamentos e trazem alguns elementos para discussão.

[196] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 139-139v.º.
[197] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1255, fls. 131-131v.º.
[198] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fls. 134-134v.º.

Quadro VIII: Legados em Raiz, Benfeitorias e Dinheiro das Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

Tipo de legado	Descrição e totais apurados	Beneficiados
Raiz	Casa sobradada com seu quintal	Primo
	Fazenda de vinhas	Primo
	Aposento com movéis portas adentro	Sobrinho
	Pedaços de terra	Sobrinho
	Casa com seus alugueres	Sobrinho
	Bocadinhos de fazenda	Moços da casa
Benfeitorias	450 mil réis	Filhos
Dinheiro	820 mil réis	Filhos
	123 mil réis	Netos
	140 mil réis	Sobrinhos/Irmãos
	180 mil réis	Moços de casa
	70 mil réis	Escravos
	23 mil réis	Confrarias
	16 mil réis	Pessoas sem ligação familiar
	4 mil réis	Senhorios
Dívidas: Deve	**Totais apurados**	**Entidades/Pessoas**
	158 mil réis	Pessoas não categorizadas
	155 mil réis	Familiares
	150 mil réis	Convento de Santa Clara
	430 mil réis	Misericórdia do Funchal
	25 mil réis	Síndico do convento de S. Bernardino
	50 mil réis	Sacristia de N.ª Sr.ª das Mercês
	1000 réis	Dizimeiro das lãs e linhas
	2000 réis	Senhorio
Dívidas: Haver	227 mil réis 52 mil réis em benfeitorias	Pessoas não categorizadas
	81 mil réis 24 mil réis em benfeitorias	Familiares

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes especificadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

A forma de distribuição dos legados em bens de raiz, benfeitorias e dinheiro é reveladora de como se movimentava a riqueza no interior da família e, de igual modo, na comunidade. Importa, pois, verificar o que as testadoras deixavam, a quem e porquê. Incluímos as dívidas, o deve e o haver, porque a sua discriminação, nos testamentos, aponta para a inserção destas mulheres numa rede financeira local.

Ao contrário da partilha das legítimas, feita entre os filhos, estes legados, ou deixas, em raiz, benfeitorias e dinheiro transmitem, sobretudo, o universo afetivo destas mulheres assente na família, mas também em pessoas fora dela. Os legados em bens de raiz beneficiaram familiares diretos das testadoras, e, de igual modo, alguns criados das suas casas. Maria do Nascimento deixou ao seu querido primo, numa doação feita por escritura pública, uma casa sobradada com seu quintal, na rua da Ponte Nova, e uma fazenda com terras de vinhas e árvores de fruto no sítio do Salão, bens localizados no Funchal, e sem ónus algum. Era a última vontade de Maria do Nascimento que esta doação se cumprisse, no seu testamento, pois declarava querer muito beneficiar o dito primo que sempre a tratara, a ela e ao seu irmão José, com todo o amor[199]. Se este legado de Maria do Nascimento foi ditado por razões manifestamente afetivas, outros casos surgem despojados desta sentimentalidade. Os sobrinhos com uma ligação mais próxima às testadoras podiam ser beneficiados. Assim acontecera com o sobrinho de Rita dos Santos e Brito, de nome Sebastião, que ficara com o aposento da sua tia testadora e respetivo recheio[200]; ou com os sobrinhos de Bernarda Francisca da Costa Faria, João António, Ângela e Lúcio, que receberam uma casa em Câmara de Lobos, o produto das suas rendas, e bocados de terra junto à ribeira do Vigário, no Serradinho e na fonte da Pedra[201]. Josefa da Encarnação quis retribuir os bons serviços prestados pelos moços da sua casa: Ana que, além do serviço prestado, fazia companhia à testadora, João e António, também vivendo no mesmo espaço, e que trabalhavam para Josefa da Encarnação e seu marido. Consequentemente, metade de um bocadinho de fazenda seria atribuída a Ana e a outra metade a João; relativamente a António, vemos que este teria direito a um bocadinho de fazenda de castanheiros[202]. Porém, estes legados foram estipulados com uma «clausula de condição» assente na exigência de Ana, João e António, ficarem a viver em companhia da testadora e seu marido, até ao falecimento do cônjuge sobrevivente. Contudo, pelo codicilo feito dois anos mais tarde, estas específicas deixas foram pura e simplesmente revogadas, não sendo apontado o motivo[203].

Os legados em benfeitorias eram uma forma de beneficiar alguns filhos pelo seu comportamento, entenda-se, por terem ficado a fazer companhia aos pais e a

[199] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1258, fls. 280-281.
[200] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fls. 62v.º-63.
[201] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fls. 226-227v.º.
[202] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fls. 21-21v.º.
[203] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 22v.º.

prestar-lhes auxílio nos trabalhos da lavoura. Assim aconteceu com Antónia do Nascimento que beneficiou o seu filho Matias, com 200 mil réis em benfeitorias, precisamente pelo motivo apontado[204]; e, de igual modo, com Josefa da Rosa que favoreceu o filho Manuel com 120 mil réis em benfeitorias[205].

Os legados em dinheiro, pagos por uma só vez, foram os que se revelaram mais frequentes, principalmente aqueles que beneficiaram os filhos e os netos das testadoras. As dádivas aos netos e, sobretudo, às netas que viviam, desde pequenas, em companhia das suas avós e avôs, foram a expressão maior dos afetos destas testadoras. Maria Correia quis deixar 60 mil réis à neta Isabel Maria que, vivendo em sua companhia desde a infância, servira «muito a gosto» os seus avós[206]. O mesmo comportamento, face às netas, encontra-se com as testadoras Isabel Gonçalves e Joana da Rosa. Os legados em dinheiro foram, claramente, uma forma de expressar amor e agradecimento pela companhia e auxílio prestado pelas suas netas[207]. Estas manifestações de afeto surgem direcionadas, especialmente, para as netas. Porque, em relação aos filhos e filhas, solteiros, que ficavam na casa paterna contribuindo para assegurar a economia doméstica, vemos, com mais evidência, uma forma de recompensa pelos trabalhos executados, ou de assegurar os meios de sobrevivência a algum filho mais debilitado. A título de exemplo, veja-se o testamento de Maria Ferreira que quis gratificar o filho Luís que, quando sua mãe enviuvara, deixou o seu ofício e regressara à casa paterna para ajudar. Diz-nos Maria Ferreira que o filho Luís fizera muitas benfeitorias na sua fazenda sendo justo, por essa razão, ser recompensado com a quantia de 100 mil réis. Ainda deixou pedido, ao filho, que lhe perdoasse «toda a falta» que sua mãe lhe ficava devendo. Quis, a testadora, salvaguardar este legado ao filho Luís, asseverando, aos restantes filhos, que a quantia fora entregue mediante escritura pública e, assim, a não deveriam pôr em causa[208]. O cuidado com a sobrevivência de um filho doente, levou a testadora Maria da Rosa a deixar dez mil réis ao filho António, distinguindo-o, com este legado, dos restantes filhos que herdariam, juntamente com este irmão, a sua quota-parte da legítima a que tinham direito[209]. A circulação de dinheiro também passava pelos moços e escravos, cujos legados deixados pelas testadoras tinham por fundamento a recompensa

[204] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 307-307v.º.
[205] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fl. 245.
[206] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fls. 4-5.
[207] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fls. 79-79v.º. Livro 1256, fls. 222-222v.º.
[208] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 24v.º-25.
[209] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 120v.º.

pelo serviço prestado e acompanhamento. Se as transmissões em dinheiro eram frequentes em casas onde havia «moços e moças» de serviço[210], nos escravos aparecem com pouquíssima frequência. Com efeito, a presença de um único escravo ou escrava, como legatário de uma pequena quantia monetária, só se verificou em três testamentos já citados: de Maria Pinta que deixou à escrava Antónia Jacinta, que ficava «forra e liberta de hoje para sempre», 30 mil réis destinados a pagar umas benfeitorias por «ela ter casado com um homem branco»[211]; de Bernarda Francisca da Costa Faria que deixou à «preta Maria» 20 mil réis[212]; e de Inácia Caetana de Faria, cujo escravo Francisco António, em litígio pela sua liberdade, só receberia 20 mil réis se ficasse forro[213]. As confrarias de São Sebastião, de Câmara de Lobos, e a de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Funchal, surgem como destinatárias de algumas somas de dinheiro. Semelhantes legados teriam fins piedosos, como se verifica nas irmãs Petronila e Rosa Costa Leal que, em pagamento de uma promessa, deixaram uma esmola de 20 mil réis ao mártir São Sebastião[214]; e em Maria Pinta, como irmã de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que deixou 3000 réis a essa instituição para se custear os sufrágios por sua alma[215].

Os senhorios das fazendas que as testadoras trabalhavam também podiam ser legatários de somas em dinheiro, algo que só acontecia por descargo das suas consciências, não fosse haver algum pagamento em falta[216].

As dívidas representam o último item em que se constata movimentação de dinheiro, discriminada nos testamentos. Houve casos em que as testadoras, efetivamente, elencavam várias pessoas, a quem deviam dinheiro ou que lhes eram devedoras, mas não conseguimos perceber, de todo, qual a ligação que existia e o porquê desses empréstimos[217]. Por exemplo, a testadora Ana de Sousa apresentou uma lista de pessoas que lhe deviam dinheiro onde só identificamos o seu genro, António Francisco, que lhe devia 60 «e tantos réis»[218]. Havia, nesta freguesia, uma rede de empréstimos a juro? Qual o papel destas testadoras? Não o sabemos. Em contrapartida, percebe-se os casos em que as testadoras recorriam às instituições

[210] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 315v.º-316. A título de exemplo.
[211] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 286v.º-287.
[212] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 227v.º.
[213] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 43.
[214] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1252, fl. 147v.º.
[215] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 287.
[216] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fls. 171-171v.º.
[217] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fls. 79-79v.º.
[218] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fls. 242v.º-243.

caritativas que, com efeito, concediam empréstimos: Antónia da Rosa pedira 50 mil réis ao convento de Santa Clara, do Funchal, mediante uma escritura[219]; Maria da Conceição recorrera à Misericórdia do Funchal que lhe concedeu um empréstimo no valor de 120 mil réis, assim como aos serviços do síndico do convento de São Bernardino, pois devia-lhe a quantia de 25 mil réis[220]; Maria de Freitas deixou expresso que devia 310 mil réis à Misericórdia do Funchal e 50 mil réis ao convento de Nossa Senhora das Mercês[221]. Ainda a mesma Maria da Conceição tinha no seu rol um pagamento em falta ao dizimeiro das lãs e das linhas, no valor de 1000 réis, bem como a familiares suas, declarando dever 14 500 réis à sobrinha Francisca e dez mil réis à cunhada Maria dos Santos[222]. As dívidas a familiares eram algo frequentes. Por exemplo, Antónia da Rosa dizia ter algumas dívidas «pequenas» aos seus filhos[223], observando-se uma situação em sentido inverso, ou seja, filhos que eram devedores a sua mãe como aconteceu com Guiomar Henriques, cujos filhos e genro lhe deviam várias somas de dinheiro[224].

Os legados em artefactos são a outra componente desta forma de doar, ditada pelas preferências afetivas das testadoras. Conforme se pode observar no quadro abaixo apresentado, estes legados apresentam-se com várias tipologias: os artigos de uso quotidiano, designadamente, as «camas de roupas», o vestuário e os têxteis, as peças de mobiliário e objetos utilitários; e os artigos de valor, incluindo as joias.

Quadro IX: Legados em Artefactos das Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

Tipo de artefacto	Descrição	Beneficiados
Cama e roupa respetiva	Cama, colchão, lençóis, cobertor, travesseiro e almofada	Filhas, netas, moças e moço de casa
Vestuário e têxteis	Vestidos, saias, camisas, capas, mantos Panos, lãs, rendas	Filhas, filho, netas, moças de casa, escrava
Objetos de uso comum	Caixa de estanho sem fechadura, caixa grande, tear	Filhas, netas, moças de casa
Mobiliário	Tamboretes, mesa	Filha

[219] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 252-253
[220] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1255, fls. 249-250.
[221] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fls. 3-4v.º.
[222] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1255, fls. 249-250.
[223] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 252-253.
[224] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fls. 26v.º-27.

Artigos de valor	Espadim de prata, loiças de estanho e prata, salva de prata grande	Filho, sobrinho, afilhado
Joias	Cruz de ouro, brincos, anéis, botões de ouro, Cristo e linha de contas de ouro, cordão de ouro, laço de diamantes e cadeados de ouro	Filhas, sobrinha, moça de casa

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes especificadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

Destaca-se, da informação sintetizada neste quadro, a presença maioritária de legatárias face aos legatários. Estes só foram beneficiados, exclusivamente, nos artigos de valor: um espadim de prata, um conjunto de estanho e prata e uma salva de prata grande[225]; sendo, ainda, de mencionar o moço de casa, de nome Manuel, beneficiado por Maria Pinta com a sua cama e respetivas roupas, pois vivia em companhia desta testadora havia muitos anos[226]. A «cama de roupa», pela sua extrema utilidade, seria considerada, uma boa forma de recompensar o carinho e a dedicação de filhas, netas e moças de casa, às suas mães, avós e amas testadoras. Veja-se o já citado testamento de Maria Correia que recompensou a neta Isabel Maria, que com ela vivia desde criança, com «uma cama de roupa, a saber: colchão, dois lençóis e cobertor e travesseiro e almofada»[227]. Ou ainda o testamento de Maria da Conceição que deixou à filha Quitéria «uma cama com o seu necessário e mais três lençóis»[228]; e o de Isabel Maria de Brito que deixou para a sua moça de casa, Ana Maria que a tinha servido «com muito zelo e amor», «a sua cama com seu leito onde ela dorme e a sua caixa que é muito sua»[229]. Além da cama de roupa, havia outros artigos domésticos com suficiente valor utilitário que as testadoras deixavam às suas preferidas. Com efeito, Maria Ferreira declarou ficar para a sua filha Antónia, além de uma cama de roupa, uma caixa grande, dois tamboretes e uma mesa[230]. Domingas Batista salientou que deixava, à sua moça Maria, dois tamboretes, um tear, uma mesa e uma caixa grande, além de uma cama «com todo o seu

[225] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 307-307v.º. Livro 1259, fls. 226-227v.º. Livro 1260, fls. 42v.º-43.
[226] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 286v.º-287.
[227] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1251, fl. 4.
[228] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1255, fl. 249v.º.
[229] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 210v.º.
[230] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 24v.º-25.

necessário», porque Maria a tinha servido «muito a seu gosto e sofrendo com muita paciência»[231]. Os artigos de vestuário e têxteis foram legados a filhas, a netas, moças e a uma escrava. O testamento de Ana de Sousa é o único em que vemos um filho a receber um legado desta índole. De facto, esta testadora fez uma distribuição da seguinte forma: a filha Faustina receberia uma saia branca, uma saia azul, uma capa preta e uma saia de camelão; a filha Lourença, um catre e um colchão com o seu preparo; e o filho Manuel cinco varas de pano branco fino[232]. Relativamente a Maria da Rosa, vemos que a sua neta Maria seria contemplada com a saia e o manto novo da sua avó, porque sempre a acompanhou e serviu com muito amor[233]. A diferença que existia nos legados, de artigos desta natureza, feitos a uma moça de casa e a uma escrava é visível no testamento de Maria Pinta que deixou à sua moça «o colchão em que ela dorme e uma saia nova azul e uma capa também azul nova em gratificação do bom trabalho que lhe tem feito», e à sua escrava apenas umas varas de pano[234]. Por último, as joias, escassamente referidas e destinadas à parentela do sexo feminino ou, num caso único, a uma moça de casa, numa expressão reveladora do afeto destas testadoras pelas suas filhas, sobrinha, e da recompensa e/ou acerto de contas de uma ama para com a sua criada. Antónia Maria deixou à sua filha Maria da Graça um Cristo e uma linha de contas de ouro, à data penhorados, mas prestes a ser recuperados, pois Maria da Graça «bem o merece por sempre assistir na minha companhia […] pois é muito seu que o ganhou com as suas mãos»[235]. Outras dádivas de joias: a de Antónia do Nascimento que deixou uma cruz de ouro à filha Maria; a de Maria da Conceição com uns brincos, três anéis e cinco pares de botões de ouro para a filha Quitéria; e, destacando-se pelo valor, o laço de diamantes e cadeados de ouro que Benedita dos Santos deixou à sobrinha Maria[236]. Inácia Caetana de Faria declarou ter oferecido um cordão de ouro à sua criada Josefa Maria que a servia há 30 anos e a quem nunca pagara soldada. O testamento era o momento oportuno para aliviar a sua consciência e deixar expresso que, sobre esta dádiva a Josefa Maria, ninguém deveria comentar nem mostrar discordância[237].

[231] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 315v.º.
[232] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fls. 242v.º-243.
[233] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fls. 207v.º-208.
[234] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 287.
[235] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1258, fls. 142v.º-143.
[236] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fls. 307-307v.º. Livro 1255, fl. 249v.º. Livro 1260, fl. 285v.º.
[237] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fl. 42v.º.

Para que a disposição testamentária destas mulheres fosse cumprida na íntegra, era fundamental a anuência dos herdeiros. Não obstante o discurso configurado e quase repetitivo dos testamentos, fica patente a preocupação das testadoras, sobretudo daquelas que deixavam filhos, para que fosse respeitada a sua vontade. O testamento representava uma transmissão, para a geração seguinte, de uma organização económica familiar, cuja manutenção dependia, por um lado, da justa partilha das legítimas, e, do outro, da aceitação da forma de repartição dos legados por parte dos beneficiados e, especialmente, dos não-beneficiados. Porque, neste âmbito específico, as testadoras queriam recompensar aqueles e aquelas que mais próximo estiveram da sua vivência familiar e afetiva; pois, se filhos ou filhas cedo abandonavam a casa paterna, havia os seus irmãos e irmãs que ficavam, junto das suas mães, ajudando-as quotidianamente. Não menos importante teria sido a presença de netas que de pequenas foram viver com as suas avós, cuja companhia e serviço eram, generosamente, compensados no momento de repartir os legados.

Para melhor perceber esta preocupação com os herdeiros e legatários, vale a pena olhar para algumas das frases que terão sido proferidas por estas mulheres e que, registadas pelos seus escribas, denotaram esta preocupação com a vida familiar depois do seu falecimento. Há dois tipos de afirmações que se destacaram: por um lado, aquelas que exprimem um conselho apaziguador de mães para com os seus filhos; por outro, expressões que, prevendo o conflito, deixavam vincada a sua solução. Antónia do Nascimento disse confiar que os seus filhos não iriam duvidar das palavras da sua mãe, e pediu-lhes que não entendessem uns com os outros «em coisas limitadas»[238]. Mais assertivas foram as palavras de Maria da Rosa que pediu a todos os filhos e genros que «não queimassem o sangue uns com os outros» e que repartissem, com a bênção da sua mãe, os bens deixados e legados, «amigavelmente e em paz, como Deus quer», e nunca tendo de recorrer à justiça[239]. Josefa Maria rogou aos filhos «pelo amor de Deus e porque lhes pede sua mãe» que dessem cumprimento à sua vontade, e não entrassem em contenda com a sua irmã casada, porque o que esta filha recebera foi por «descargo de consciência» da sua mãe que entendera ser essa filha merecedora[240]. Esta mesma ideia de união entre os herdeiros, encontra-se na testadora Maria Pinta e no pedido que deixou, a todos eles, no sentido de «dar todo por bem feito amigavelmente entre todos»[241]. Ou ainda

[238] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1253, fl. 307v.º.
[239] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1254, fl. 208.
[240] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fls. 341v.º-342.
[241] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1260, fls. 346-346v.º.

na testadora Francisca Figueira que, para além de pedir aos filhos uma partilha dos bens «com muita paz, quietação e sem dar que falar ao mundo», exprimiu uma preocupação especial com os seus filhos menores, tendo deixado requerido às justiças que aceitassem como tutor e curador o filho mais velho de Francisca e irmão daqueles jovens[242].

Contudo, houve outros casos em que as palavras deixadas pelas mães testadoras permitem perceber uma situação familiar onde os conflitos se potenciavam. Logo, era fundamental determinar qual a solução a adotar. Joana da Rosa, certamente por intuir que os filhos não iriam aceitar os termos declarados no testamento e que estariam dispostos a «arguir alguns pleitos», entendeu por bem propor que, nessa circunstância, todos os filhos entrassem à colação com tudo o que tivessem adquirido e, também, com tudo o que já tivessem levado da casa paterna[243]. Um outro tipo de solução foi previsto por Josefa da Rosa, caso algum dos seus filhos pusesse «em dúvida» o dote de 40 mil réis que a testadora dera à sua filha para se casar. Se tal ocorresse, deixava estipulado que se fosse buscar essa verba às sobras da terça da testadora para, assim, se satisfazer os irmãos contestatários[244]. As mães testadoras também manifestaram cuidados nas suas disposições, perante situações em que os filhos podiam ter ressentimentos perante um outro irmão, ou irmã, que tivesse sido bem-sucedido. Por exemplo, Maria do Rosário quis que os seus filhos, «pelo amor de Deus», não «entendessem» com a filha Luísa «no que respeita ao ouro que tem, pois o ganhou com muito custo». A testadora exprimiu, igualmente, uma preocupação com as duas filhas, Luísa e sua outra irmã não nomeada, sublinhando ser sua vontade que ficassem com o ouro «que cada uma chama seu» sem haver tornas entre as duas[245]. As benfeitorias eram um outro assunto potencialmente sensível entre os filhos herdeiros. Assim o entendeu Sebastiana de Andrade que declarou ter o seu filho Manuel construído, por sua iniciativa e com a licença do senhorio, uma casa no terreno que habitavam. Uma vez que a testadora não tinha contribuído para a construção dessa casa, os outros herdeiros não teriam nada que «entender com ele»[246].

Testadoras e mães que revelavam preocupações, muito concretas, com o futuro das suas famílias. Teriam sido as suas advertências acatadas? Teria prevalecido

[242] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1259, fl. 172v.º.
[243] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1256, fl. 222v.º.
[244] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1257, fl. 246.
[245] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1258, fl. 212v.º.
[246] ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livro 1261, fl. 142.

a harmonia entre herdeiros? Não o sabemos. Mas os testamentos destas mulheres foram, sem dúvida, o meio de acautelar, materialmente, a geração seguinte e, ao mesmo tempo, a expressão de uma vontade de manutenção de uma economia doméstica que era essencial à sobrevivência dos agregados menos abonados e à conservação do estatuto dos, económica e socialmente, mais favorecidos.

Considerações Finais

O testamento é uma das raras fontes históricas onde a presença das mulheres se evidencia. Com este pressuposto, foi feito o levantamento dos testamentos registados na freguesia de Câmara de Lobos, no decurso da segunda metade do século XVIII, sendo que, do total apurado, mais de metade pertenciam a mulheres. Percorreu-se o rasto dessas 49 testadoras, numa investigação que pretendeu explorar o potencial informativo desta fonte e elaborar um quadro analítico que percecionasse a sua vivência familiar. No seu conjunto, os elementos levantados permitiram potenciar um quadro, ainda que incompleto, da vivência socioeconómica de uma pequena localidade, valorizando-se, com esta investigação, património documental arquivístico.

A análise da prática testamentária feminina na freguesia de Câmara de Lobos, de 1750 até 1797, permitiu uma caracterização social, ainda que ténue, destas mulheres, na sua maioria casadas ou viúvas, iletradas, e com uma vida económica assente na lavoura. As exceções encontradas apontam para a presença de mulheres que administravam vínculos, detentoras de alguma literacia, e com uma maior capacidade económica, visível, sobretudo, através da presença de indicadores de riqueza como os bens de raiz, benfeitorias e a riqueza móvel. Os fundamentos desta prática testamentária foram manifestos: a idade avançada, o estado de saúde muito debilitado e o medo da morte justificaram, plenamente, a feitura do testamento, onde a componente religiosa, expressão de uma prática devocional, era, também, o meio necessário para ultrapassar a inevitabilidade que era o fim da vida terrena.

A igreja de São Sebastião e o convento de São Bernardino foram os locais de inumação designados pelas testadoras, num processo revelador de diferenciação social, pois os enterros verificaram-se em covas da fábrica da igreja, ou em sepulturas familiares próprias, ou, ainda, numa ermida particular, sendo este um caso único. As disposições relacionadas com os cuidados da alma, parte fundamental da testamentária do Antigo Regime, estiveram em consonância com a evolução

legislativa da segunda metade de Setecentos, pois observou-se a restrição nas instituições pias a partir de 1769.

A transmissão das heranças destas mulheres foi o momento em que se evidenciou o cuidado com as suas famílias. No processo de partilha das legítimas e de distribuição dos legados, de vária ordem, verificou-se a vontade de assegurar a manutenção da economia doméstica e da harmonia familiar, com a noção de que as derradeiras vontades destas mulheres, por vezes beneficiando uns em detrimento de outros, foram uma manifestação, plena e consciente, destinada a garantir a sobrevivência e a manutenção do estatuto socioeconómico dos seus diretos descendentes.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira
Câmara Municipal do Funchal, Correições, Livro 168.
Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livros 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261.

Arquivo Histórico Ultramarino
Madeira e Porto Santo, Documentos Catalogados, Caixa 2, Documento 302. Caixa 4, Documento 678. Caixa 6, Documento 994.

Arquivo Nacional Torre do Tombo
Feitos da Coroa, Capelas da Coroa, Livro 1.

Fontes Impressas

Coleção de Legislação 1769-1783.
NORONHA, 1996, Henrique Henriques, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal da Ilha da Madeira*, Transcrição e Notas de Alberto Vieira, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
Ordenações Filipinas, 1985, Livro IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
Ordenações Manuelinas, 1984, Livro II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846 publicada por Sérvulo Drummond de Meneses, 1850, Volume 2, Funchal, Tipografia Nacional.

Bibliografia Citada

ARAÚJO, Ana Cristina, 1997, *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias.

ARAÚJO, Ana Cristina, 1999, «Vínculos de eterna memória: esgotamento e quebra de fundações perpétuas na cidade de Lisboa», in *Atas do Colóquio Internacional Piedade Popular: Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*, Lisboa, Terra Mar, pp. 433-442.

ARQUIVO E BIBLIOTECA DA MADEIRA, Câmara Municipal do Porto Santo, Inventário e Instrumentos Descritivos, n.º 13, disponível em https://abm.madeira.gov.pt/idd/IDD13_13A.pdf.

ARQUIVO E BIBLIOTECA DA MADEIRA, Câmara Municipal do Funchal, Inventário e Instrumentos Descritivos, n.º 16, disponível em https://abm.madeira.gov.pt/idd/IDD16.pdf.

BRANCO, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

COSTA, Bruno Abreu, 2014, «A rede paroquial madeirense (séculos XV a XVI)», in *Islenha*, n.º 54, pp. 5-24.

COSTA, Bruno Abreu, 2022, «A colegiada de São Sebastião de Câmara de Lobos», in *Revista Girão*, Volume III, n.º 1, pp. 7-36.

COSTA, Maria Clara Pereira da, 1993, «Testemunhos históricos acerca de algumas mulheres no contexto social madeirense – séculos XV e XVI», in *Atas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 291-324.

DURÃES, Margarida, 2005, *Os Testamentos e a História da Família*, disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf.

JARDIM, Gastão, 1999, «Confrarias e irmandades no Arquivo Regional da Madeira – catálogo documental», in *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, n.º XXII, pp. 11-183.

LADEIRA, Paulo, 2023, «O quotidiano da comunidade franciscana masculina na Madeira, nos séculos XVIII-XIX: parte I – administração e aspetos religiosos», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 187-314.

LEBRUN, François, 1990, «As reformas: devoções comunitárias e piedade individual», in ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada*, Volume III, CHARTIER, Roger (dir.), *Do Renascimento ao Século das Luzes*, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 71-102.

MATOS, Artur Teodoro de, 2004, «As solidariedades da morte numa freguesia rural da Ilha do Pico em finais de Seiscentos», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Separata nos 550 Anos do Descobrimento das Flores e do Corvo*, Núcleo Cultural da Horta, pp. 73-84.

MATOS, Artur Teodoro de, 2020, *Aliviar a Consciência e Cuidar da Alma. Testamentos da Ilha de São Jorge (1518-1656)*, Lisboa, Universidade Católica.

RAMOS, Pedro, 2015, «Os homens e a morte na freguesia de Santo André de Canidelo (1801-1834): aspetos mentais», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 222-282.

ROSA, Maria de Lurdes, 2012, *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SILVA, Aryanne Faustina da, 2014, «O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico», in *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH – Rio: Saberes e Práticas Científicas*, pp. 1-10.

SILVA, Luciana da, 2012, «Declarando vontades e sanando preocupações: a terça nos testamentos Paulistas (1590-1640)», in *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio,* pp. 1-9.

SONNET, Martine, 1994, «Uma filha para educar», in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, Volume III, DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette (dir.), *Do Renascimento à Idade Moderna*, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 141-179.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2006, «Os provimentos dos corregedores nos municípios da Madeira e Porto Santo: 1768 a 1833», in *História do Municipalismo: Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 137-170.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «O Registo Vincular do distrito administrativo do Funchal (1862-1863): uma análise da instituição vincular na sua fase derradeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 151-211.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2021, «O relatório da visita do governador Jacinto António Perdigão ao distrito administrativo do Funchal (1866-1867): leitura crítica de uma fonte histórica singular», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 291-348.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2023, «A administração das capelas da família Carvalhal Esmeraldo entre 1796 e 1878: um contributo para o estudo da instituição vincular da Ilha da Madeira na sua etapa final», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 369-467.

TRINDADE, Ana Cristina, 2022, «As paróquias de Câmara de Lobos e do Estreito de Câmara de Lobos na devassa de 1791», in *Revista Girão*, Volume III, n.º 1, pp. 24-47.

VAQUINHAS, Irene, 2019, «História das mulheres e do género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais», in *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher: Género na Arte. Corpo, Sexualidade, Identidade e Resistência*, n.º extra, pp. 37-55.

VERÍSSIMO, Nelson, 2002, *O Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos. Elementos para a sua História*, Câmara de Lobos, Centro Social e Paroquial de Santa Cecília.

VIEIRA, Alberto, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797)

N.º de série	Cota: N.º do Livro e folhas	Nome	Estado civil	Testamento	Aprovação	Abertura
	1251: 3-6	Maria Correia	Casada	1766-01-08	1766-01-08	?-01-29
	1251: 78v.º-80v.º	Isabel Gonçalves	Casada	1759-07-19	1759-07-19	1766-03-07
	1252: 142-150v.º	Petronila da Costa Leal e irmã Rosa da Costa Leal	Solteiras	1768-07-02	1768-07-02	1768-07-22
	1253: 251-254v.º	Antónia da Rosa	Viúva	1768-05-23	1768-05-23	1769-03-09
	1253: 298v.º-301	Luzia Cordeira	Solteira	1766-03-25	1766-03-25	1769-12-12
	1253: 303-306	Maria do Espírito Santo e Mendonça	Casada	1768-08-09	1768-08-09	1768-08-21
	1253: 306-309	Antónia do Nascimento	Casada	1767-05-15	1767-05-15	1767-06-05
	1253: 309-311	Inácia Rodrigues de França	Viúva	1768-12-14	1768-12-14	1768-12-31
	1253: 311v.º-313v.º	Domingas do Sacramento	Casada	1770-04-06	1770-04-06	1770-04-09
	1253: 316-316v.º	Catarina de Santiago	Viúva	1770-04-06	Não consta	Não consta
	1254: 1-3v.º	Maria Madalena Ferreira	Solteira	1768-10-31	1768-10-31	1768-12-02
	1254: 24-26v.º	Maria Ferreira	Viúva	1770-08-15	1770-08-15	1771-01-11

	1254: 37-40	Maria da Rosa	Casada	1768-08-24	1768-08-24	1771-08-25
	1254: 119v.º-122	Maria da Rosa	Casada	1773-02-05	1773-02-05	1773-02-07
	1254: 138v.º-141	Mariana Quitéria	Casada	1773-03-07	1773-03-07	1773-03-18
	1254: 141-143v.º	Josefa da Rosa	Casada	1773-01-14	1773-01-15	1773-01-19
	1254: 207v.º-209	Maria da Rosa	Viúva	1772-11-26	1772-11-26	1772-12-25
	1254: 286-288v.º	Maria Pinta	Viúva	1771-11-27	1771-11-27	1771-12-13
	1254: 314-317v.º	Domingas Batista	Viúva	1771-03-25	1771-03-25	1772-06-29
	1255: 130-132	Inácia Maria	Casada	1774-05-06	1774-05-06	1774-08-05
	1255: 248-252	Maria da Conceição	Casada	1756-07-08	1756-07-09	1756-07-14
	1255: 258v.º-261v.º	Rosa Quitéria dos Santos	Casada	1775-11-10	1775-11-10	1776-01-02
	1256: 58v.º-62v.º	Maria das Neves	Viúva	1765-02-19	1765-02-19	1775-07-03
	1256: 209-213	Isabel Maria de Brito	Casada	1777-07-24	1777-07-24	1778-01-05
	1256: 221-224	Joana da Rosa	Casada	1777-09-20	1777-09-20	1777-11-21
	1257: 2-6	Maria de Freitas	Casada	1750-04-29	1750-04-29	1756-12-29
	1257: 243v.º-248	Josefa da Rosa	Viúva	1769-03-29	1769-03-29	1782-11-05
	1258: 141v.º-144	Antónia Maria	Viúva	1783-04-08	1783-04-10	1784-03-28
	1258: 212-214	Maria do Rosário	Viúva	1785-10-17	1785-10-17	1786-01-06
	1258: 279v.º-282	Maria do Nascimento	Não especificado	1786-05-17	1786-05-17	1786-05-28
	1259: 62-64	Rita dos Santos e Brito	Solteira	1787-05-08	1787-05-08	1788-03-19
	1259: 170v.º-176	Francisca Figueira	Casada	1771-06-19	1771-06-19	1779-04-20
	1259: 225-228v.º	Bernarda Francisca da Costa Faria	Solteira	1790-04-25	1790-04-27	1790-07-01
	1259: 242-244	Ana de Sousa	Viúva	1790-11-09	1790-11-10	1790-12-03
	1259: 246v.º-247v.º	Antónia Francisca	Casada	1790-01-03	1790-01-03	1790-01-04
	1260: 20v.º-22v.º	Josefa da Encarnação	Casada	1779-07-06	1779-07-06	1783-06-18
	1260: 26-28	Guiomar Gonçalves Henriques	Viúva	1780-06-05	1780-06-05	1782-08-15

	1260: 42-44	Inácia Caetana de Faria	Viúva	1789-06-04	1789-06-06	1792-04-03
	1260: 131-132v.º	Inácia de Aguiar Henriques	Casada	1792-05-31	1792-05-31	1792-06-11
	1260: 181-182v.º	Maria das Neves	Solteira	1793-01-17	1793-01-19	1793-01-20
	1260: 241v.º-243	Júlia de Araújo	Casada	1794-01-04	1794-01-04	1794-07-17
	1260: 284v.º-286v.º	Benedita dos Santos	Divorciada	1791-10-19	1791-10-20	1794-07-05
	1260: 341-343	Josefa Maria	Viúva	1796-02-03	1796-02-04	1796-02-07
	1260: 345-347v.º	Maria Pinta	Casada	1794-07-09	1794-07-09	1794-08-23
	1260: 360-363v.º	Lourença Pinta	Viúva	1791-10-13	1791-10-13	1796-07-31
	1261: 87-89v.º	Rosa Quitéria	Solteira	1797-05-09	1797-05-11	1797-07-25
	1261: 132v.º-136v.º	Ana Maria de Freitas	Casada	1794-01-29	1794-01-29	1797-12-20
	1261: 140v.º-144v.º	Sebastiana de Andrade	Viúva	1797-08-27	1797-08-28	1797-09-20
	1261: 170-173	Quitéria Maria da Silva	Viúva	1787-11-01	1787-11-01	1797-08-16

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo de Testamentos, Livros 1251 até 1261.

Observações:

O número de série é da nossa responsabilidade e reporta-se à ordem do levantamento documental, desde o livro 1251 até ao 1261.

O n.º 3 integra duas testadoras, as irmãs Petronila e Rosa que, sendo ambas solteiras, fizeram testamento de mão comum. A data de abertura corresponde ao falecimento de Rosa.

O n.º 7 representa um testamento feito de mão comum. A data de abertura corresponde ao falecimento do marido da testadora.

A testadora n.º 13 é a mesma do n.º 17: trata-se de Maria da Rosa que testou, em primeiro lugar, com o seu marido; e, depois, voltou a testar no estado de viúva. A data de abertura, no n.º 13, corresponde ao falecimento do marido da testadora.

O n.º 21 representa um testamento feito de mão comum. A data de abertura corresponde ao falecimento do marido da testadora.

A testadora n.º 30, Maria do Nascimento surge, no estado civil, como não especificado. Com efeito, ela fez um testamento de mão comum com o seu irmão,

mas em nenhuma parte do documento se afirma o seu estado civil. A data de abertura corresponde ao falecimento do dito irmão.

O n.º 32 representa um testamento feito de mão comum. A data de abertura corresponde ao falecimento do marido da testadora.

O n.º 36 representa um testamento feito de mão comum. A data de abertura corresponde ao falecimento do marido da testadora.

A testadora n.º 42, Benedita dos Santos, teve o registo do seu testamento feito com o livro voltado ao contrário, pelo que a numeração das folhas que aqui consta, e que corresponde ao documento, não está sequencial face ao restante conteúdo deste livro.

O n.º 44 representa um testamento feito de mão comum. A data de abertura corresponde ao falecimento do marido da testadora.

Anexo II: Os Redatores dos Testamentos das Mulheres de Câmara de Lobos (1750-1797)

Nome do redator	**Identificação socioprofissional**	**Número de testamentos redigidos**
José Ferreira dos Passos	Tabelião do judicial e notas do lugar de Câmara de Lobos	25
João António de Abreu Almeida	Padre	11
Silvestre Gomes da Silva	Não consta	2
António de São Joaquim	Padre	1
Bento de Aguiar	Não consta	1
Manuel Simão de Gouveia	Cónego	1
João José de Sousa Jardim	Não consta	1
António José Caldeira	Não consta	1
João Manuel de Couto e Andrade	Cónego	1
António José de Gouveia	Tabelião do judicial e notas do lugar de Câmara de Lobos	1
Francisco Torres	Não consta	1
António Gomes Romão	Não consta	1
Bernardo Silva Branco	Bacharel	1
Domingos Ferreira	Não consta	1
Total	**14**	**49**

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes mencionadas no Anexo I: As Mulheres Testadoras de Câmara de Lobos (1750-1797).

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 349-462
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)

Primary Education in the Municipality of Calheta (1772-1930)

Paulo Ladeira[1]

Resumo[2]

Um decreto de 1772 criou, na Madeira, seis escolas régias de "Ler, Escrever, e Contar", incluindo uma na vila da Calheta, que teve António Correia de Sousa como primeiro professor a exercer, nomeado em 1790.

Inicialmente, a administração da Instrução Primária estava centralizada na Fazenda Real, mas em 1799 a responsabilidade da inspeção passou para o governador da Madeira. Em 1835, as câmaras municipais passaram a ter responsabilidades no estabelecimento, manutenção e conservação das escolas.

Gradualmente, as escolas masculinas implementaram-se nas restantes freguesias, sendo estabelecidas, na prática, na Fajã da Ovelha e no Arco da Calheta, em 1841; na Ponta do Pargo, em 1844; no Estreito da Calheta em 1849; nos Prazeres e Paul do Mar, em 1878;

[1] Mestre em História e Cultura das Regiões, pela Universidade da Madeira (2005); licenciado em Artes Plásticas / Pintura, pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998), com distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou livros, artigos, roteiros e guias de património. Desde 1995, como artista plástico, realizou *workshops*, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área da pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do Ensino Básico. Entre os anos letivos de 2019 e 2024 esteve em mobilidade (requisição) na Direção Regional da Cultura – Direção de Serviços de Património Cultural e Divisão de Estudos do Património. No presente ano letivo (2024-2025) encontra-se em mobilidade (requisição) na Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro – Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira. Contacto: pauloladeira@gmail.com.

[2] Siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; CMC – Câmara Municipal da Calheta; CMPM – Câmara Municipal do Porto Moniz; CRCF – Conservatória do Registo Civil do Funchal; CRCC – Conservatória do Registo Civil da Calheta; DEC – Delegação Escolar da Calheta; *DG – Diário do Governo*; *DN – Diário de Notícias*, da Madeira (periódico); *DM – Diário da Madeira* (periódico); GC – Governo Civil; ICEFUN – Inspeção do Círculo Escolar do Funchal; JEC – Junta Escolar da Calheta; MFM-AV – Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's; PJRFF – Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal; RP – Registos Paroquiais; RSL – Repartição do Subsídio Literário. Abreviaturas: art.º(s) – artigo(s); (c.) – cerca de; cad.º – caderno; cap. – capítulo; cx. – caixa; doc. – documento; fl(s). – fólio(s); L.º(s) – Livro(s); mç.º – maço; of(s). – ofício(s); p. – página; pt. – pasta; v.º – verso.

no Jardim do Mar, em 1916. A primeira escola oficial para meninas abriu na vila da Calheta, em 1858, seguida pela do Arco da Calheta, em 1896, e as demais freguesias apenas na década de 1910.
Devido a dificuldades financeiras dos municípios, muitas das escolas foram encerradas, em 1854, sendo reativadas gradualmente nos anos seguintes.
Até à década de 1870, a maioria dos professores eram padres ou personagens que exerciam cargos locais, selecionados entre os poucos que sabiam ler e escrever. Uma lei de 1878 introduziu concursos para a seleção de professores habilitados.
Embora a legislação previsse a Instrução Primária para todas as crianças, na prática era limitada. Em inícios do século XX, as salas de aula eram escassas, geralmente existia uma masculina e uma feminina por freguesia, claramente insuficientes para atender todas as crianças. As aulas decorriam em casas arrendadas pelas câmaras municipais, o que, juntamente com a troca frequente de local e a rotatividade de professores, prejudicava o bom funcionamento das escolas.
O Arco da Calheta foi a primeira freguesia do concelho da Calheta a contar com três escolas oficiais, quando, em 1912, foi aberta a escola mista do Loreto. Em 1867, foram criadas escolas noturnas, as quais foram extintas e reativadas ao longo do século XX, com o objetivo de ensinar os jovens maiores de 14 anos, trabalhadores e potenciais emigrantes. Na década de 1910, foram criadas escolas móveis para ampliar a rede escolar e combater o analfabetismo. Além do ensino oficial, alguns professores mantinham escolas particulares.
Este artigo aborda a Instrução Primária no concelho da Calheta, desde a criação da primeira escola régia até ao início da década de 1930, quando as diretrizes do Governo da Ditadura Militar e do Estado Novo proporcionaram mudanças.

Palavras-chave: Alunos; Concelho da Calheta; Educação; Ensino Primário; Escola; Concelho do Porto Moniz; Professor.

Abstract
A Decree from 1772 established six royal schools in Madeira for "Reading, Writing, and Counting", including one in the village of Calheta, where António Correia de Sousa became the first teacher, appointed in 1790.
Initially, the administration of Primary Education was centralised under the Royal Treasury, but in 1799, the responsibility for supervision was transferred to the governor of Madeira. In 1835, municipal councils assumed responsibilities for the establishment, maintenance and preservation of schools.
Gradually, boys' schools were implemented in the remaining parishes, with schools being established in Fajã da Ovelha and Arco da Calheta in 1841; Ponta do Pargo in 1844; Estreito da Calheta in 1849; Prazeres and Paul do Mar in 1878; Jardim do Mar in 1916. The first official school for girls opened in the village of Calheta in 1858, followed by Arco da Calheta in 1896, and then in other parishes during the 1910s.

Due to financial difficulties faced by the municipalities, most schools were closed in 1854, but were gradually reactivated over the following years.
Until the 1870s, most teachers were priests or local officials selected from the few who could read and write. A law from 1878 introduced examinations for the selection of qualified teachers.
Although legislation provided for Primary Education for all children, in practice, it was limited. At the beginning of the 20th century, classrooms were scarce, usually consisting of one for boys and one for girls in each parish, which was clearly insufficient to accommodate all children. Classes were held in rented houses provided by municipal councils, which, together with the frequent relocation of schools and the high turnover of teachers, hindered the proper functioning of the schools.
Arco da Calheta was the first parish in the municipality of Calheta to have three official schools when the mixed school of Loreto was opened in 1912. In 1867, evening schools were established, later discontinued and reactivated throughout the 20th century, aimed at educating young people over 14 years old, workers, and potential emigrants. In the 1910s, mobile schools were created to expand the school network and combat illiteracy. In addition to official schooling, some teachers also ran private schools.
This article addresses Primary Education in the municipality of Calheta, from the establishment of the first royal school to the early 1930s, when the directives of the Military Dictatorship Government and the "Estado Novo" brought about significant changes.

Keywords: Students; Municipality of Calheta; Education; Primary Education; School; Municipality of Porto Moniz; Teacher.

Nota Introdutória

O presente artigo visa aprofundar o conhecimento sobre a instrução primária, no concelho da Calheta, desde o final do século XVIII até ao início da década de 1930, período marcado pela implantação da Ditadura Militar e do Estado Novo, que proporcionaram uma mudança política, refletida no sistema educativo.

O concelho da Calheta, situado no extremo sudoeste da Madeira, é o mais extenso deste arquipélago e é composto por oito freguesias: Ponta do Pargo, Fajã da Ovelha, Prazeres, Paul do Mar, Jardim do Mar, Estreito da Calheta, Calheta e Arco da Calheta. Nessas freguesias, a instrução primária foi gradualmente implementada, do centro para as periferias, inicialmente para as crianças do sexo masculino e posteriormente para as do sexo feminino.

No período em estudo, a população do concelho da Calheta aumentou, atingindo o expoente de 24 078 habitantes em 1950, o que foi acompanhado pelo aumento do número de escolas. As dificuldades financeiras enfrentadas pelas instituições (Estado, Governo Civil da Madeira e Câmaras Municipais) dificultaram a criação e manutenção de escolas. Neste concelho, como acontecia por toda a Madeira rural, predominavam as atividades agrícolas, pecuárias e piscatórias, sendo poucas as crianças que frequentavam as escolas, apesar de ser obrigatório.

Este artigo tem como principais propósitos identificar as escolas que estiveram em funcionamento, catalogar os professores em atividade, examinar as dinâmicas de criação e manutenção da instrução primária, abordar o mobiliário, os materiais didáticos e a estatística da comunidade educativa. Além dos aspetos gerais, serão explanadas algumas ocorrências singulares que marcaram os espaços e a comunidade educativa.

Para uma melhor compreensão do tema, a análise divide-se em dois grandes períodos e por freguesia individualmente. O primeiro período vai desde a implementação da primeira escola régia no concelho até ao final da década de 1860, quando a maioria das escolas em funcionamento foi extinta. O segundo período compreende as escolas instaladas a partir da década de 1870 até ao início da década de 1930.

As fontes principais utilizadas foram os fundos documentais da Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal, arquivados no Arquivo Nacional Torre do Tombo; das câmaras municipais da Calheta e do Porto Moniz (escrituras e atas de sessões de vereação); da Inspeção do Círculo Escolar do Funchal e da Delegação Escolar da Calheta, preservados no Arquivo e Biblioteca da Madeira; legislação pertinente e, pontualmente, os periódicos regionais.

Futuramente abordaremos o ensino primário no concelho da Calheta desde o início da década de 1930 até 1974.

1772-1868 – Da Introdução de Escolas de "Ler, Escrever e Contar", de "Primeiras Letras" e de "Ensino Primário" até ao seu Encerramento

Aprender e saber "ler, escrever e contar", até finais do século XIX, era acessível a uma pequena minoria das elites, especialmente do clero, que recebia instrução religiosa em seminários (Seminário Diocesano do Funchal, instituído em 1566) e colégios (Colégio de São João Evangelista, da Companhia de Jesus, fundado em 1569). Estes centros de ensino, localizados no Funchal, principal centro urbano

do arquipélago da Madeira, eram vocacionados para os que pretendiam exercer funções eclesiásticas[3].

A presença de mestres-escolas, como os da Sé do Funchal, documentados pelo menos desde 1517[4], e noutras localidades, como a Ribeira Brava, e de mestres--de-doutrina em Machico e Santa Cruz (1680)[5], atesta a existência de aulas paroquiais relacionadas com a área religiosa. As Constituições do Bispado do Funchal, da segunda metade do século XVI, elucidam que na Madeira já se ensinava a ler e a escrever, sendo que estas constituições ordenavam que

> «em cada hũa das igrejas parrochiaes desta cidade, & asi das igrejas das villas & lugares, onde há beneficiados se ensine a doutrina Christaã, que se conthem na Cartilha nouamente impressa [, reformulada na sequência do Concílio de Trento], todos os dias, asi da somana, como domingos & festas, antes da vespora. E nos outros lugares se ensinará aos domingos & dias santos de guarda á hora que parecer, dentro das igrejas. E os vigairos & curas serão muy diligentes em compeller a seus fregueses que aprendam a dita doutrina não a sabendo, & mandem a ella seus filhos, & familiares, escrauos, e escrauas, que a não souberem. E mandamos aos mestres que ensinam moços a ler & escreuer neste nosso bispado, que lhes ensinem a doutrina Christaã que se conthé na dita cartilha, & lhes encomendamos muito que não ensinem aos ditos moços por liuros deshonestos, senão por papeis & liuros de boa doutrina de que se possam aproueitar pera seus bõs custumes»[6].

Além do ensino proporcionado pelo clero, as classes abastadas tinham acesso aos ensinamentos da leitura e da escrita, em lições particulares, o que lhes permitia aceder a cargos na governança, na administração local, na justiça, no exército e no comércio. A presença de poetas e trovadores, como João Gomes (falecido em 1495), Tristão Teixeira (falecido em 1506), Duarte Pestana de Brito (falecido em 1514), Manuel Tomás (1585-1665), etc.[7], atesta o conhecimento aprofundado da língua portuguesa por parte de algumas personalidades, em diversas partes da Madeira, desde épocas remotas.

Na sequência da reforma pombalina, iniciada com o alvará de 28 de junho de 1759 que extingiu as escolas reguladas pelos métodos jesuítas, o decreto de 6 de

---

3 FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra* […], anotações de AZEVEDO [1873], pp. 777-778.

4 COSTA, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira* […], p. 54.

5 COSTA, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira* […], p. 58.

6 *Constituições Synodais do Bispado do Funchal* […], 1585, «Título 12. Dos Vigairos, Curas, & Beneficiados; Constitviçam Sexta VI: Do ensino da doutrina Christaã, e o que os Mestres de ler a ensinem tambem», pp. 76, 77.

7 ALVES, 2018, «Poetas».

novembro de 1772, assinado pelo rei D. José, tinha como objetivo criar uma rede de escolas em Portugal, incluindo seis escolas na ilha da Madeira, com «Mestres de Ler, Escrever, e Contar», sendo contempladas as vilas da Calheta, Ponta do Sol, Santa Cruz e Machico e a cidade do Funchal com duas escolas. O decreto também permitia a criação, na ilha da Madeira, de três aulas de Gramática Latina, uma de Língua Grega, uma de Retórica e uma de Filosofia[8]. Era pretendida a criação de escolas nos centros urbanos e rurais, em cidades e vilas, para que «os Meninos, e Estudantes das Povoações circunvizinhas possão ir com facilidade instruir-se» pelos «novos métodos»[9] que se opunham aos dos Jesuítas. O ensino passava a ser regulado pela Mesa Censória e não pela Igreja, embora o clero continuasse a ter um papel importante nas décadas seguintes, não na regulação, mas na ação direta com os alunos, e com os curas e vigários, assumindo funções de professores até ao início do século XX.

Para a sustentação destas escolas, no reinado de D. José foi criado o imposto do Subsídio Literário, pelo alvará de 10 de novembro de 1772[10], sendo formalizada a sua aplicação por meio das instruções de 4 de setembro de 1773[11]. Esse imposto consistia no pagamento de um valor, pelos lavradores e senhorios, sobre o vinho, aguardente e vinagre. Os valores eram: $315 réis por cada pipa de vinho; $012 réis por almude de vinho; 1$248 réis por pipa de aguardente; $048 réis por almude de aguardente; $160 réis por pipa de vinagre; $006 réis por almude de vinagre. A arrecadação estava, inicialmente, a cargo dos corregedores[12] e, após a criação da Junta da Real Fazenda, em 1775, passou para a alçada desta instituição, em 7 de junho de 1776, com a cobrança feita por juízes de fora, juízes ordinários e recebedores[13]. Nas comarcas do Reino estavam os «Juizes de Vara branca, nas em que os houver, e nas outras aos Juizes ordinarios, a deligencia de tomarem aos Lavradores, e mais pessoas dellas debaixo do juramento dos Santos Evangelhos os manifestos dos

8 SILVA, 1829, *Collecção* […], Lei de 1772.11.06, pp. 612-616.

9 SILVA, 1829, *Collecção* […], Lei de 1772.11.06, pp. 613.

10 SILVA, 1829, *Collecção* […], Alvará de 1772.11.10, pp. 622-625.

11 SILVA, 1829, *Collecção* […], Instruções de 1773.09.04, pp. 705-709.

12 SILVA, 1829, *Collecção* […], Instruções de 1773.09.04, pp. 707-709. Num edital dirigido aos habitantes da ilha da Madeira, D. José adapta as medidas, referindo o imposto de: «hum real por canada de vinho, de quatro reis por canada de agoardente e de cento e sessenta reis por cada pipa de vinagre» (ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 9).

13 ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 16; L.º 994, fl. 62.

Vinhos, que cada hum tiver recolhido nas Adegas, e Casas de sua morada»[14]. O valor arrecadado com este imposto era utilizado para pagar, em quartéis adiantados, os ordenados dos mestres e professores régios, sendo descontada uma décima do ordenado, em imposto para os cofres régios, depois abolida por uma provisão de 22 de agosto de 1782[15].

A arrecadação deste imposto, como descrito nestes dois regulamentos, enfrentava grandes dificuldades de implementação na totalidade da ilha da Madeira, por diversos motivos. A sua cobrança, nesta ilha, era «em tudo […] diferente, e mais penoza que em outra qualquer parte, e quase impraticável»[16]. Não havia «nos campos, e villas quem saiba ler, e escrever para servirem de officiaes, he necessário obrigar a algum, que por não servir sem estipendio pelos grandes gastos que fazem vagando nos campos, até dezertão, e fogem»[17]; «não há juízes, e menos officiaes que girem, são tantas as ocultaçoens de manifestos, os subterfúgios fraudulentos, que fazem débil tão boa e solida cobrança»[18]; «A natureza e formalidade com q[ue] os vinhos são tratados, e transportados nesta Ilha fazem absolutamente impraticável a execução dos varejos e guias para acompanhar os vinhos de huns para outros destrictos, porque produzindo anualmente esta Ilha de 14 a 20 mil pipas de vinho», ora transportados em uvas, mosto, ora por mar ou por terra[19]. Já no início do século XIX, a Junta da Real Fazenda do Funchal continuava a achar que era impossível «os varejos nas adegas pela grande multiplicidade dellas, e serem situadas pela maior parte em lugares inacessíveis a outras pessoas que não sejam os próprios lavradores, que por serem nelles nascidos e creados temerariamente afrontão os perigos dos seus caminhos; nem os Ministros nem os Escrivães podem animar-se a correr riscos semelhantes»[20]. Por outro lado, como descrito em 1779, os «moradores são avulsos por não aver na Ilha povoações, ou lugares, nem os colonos encubão os v[inho]s em suas adegas, porque não as tem, e cada hum em sua caza em lagariças de pao faz o v[inh]o que dahy se transporta por Homens rústicos muitas legoas para as dos

[14] SILVA, 1829, *Collecção* […], Instruções de 1773.09.04, p. 706.
[15] ANTT, *PJRFF*, L.º 996, fl. 12.
[16] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 36.
[17] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 47.
[18] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 48.
[19] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 54.
[20] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 74.

senhorios pela excabrozidade dos caminhos tais que nem cavalgaduras o podem transportar q[uan]to mais vasos ó[u] pipas»[21].

Em 1779, a Junta da Real Fazenda do Funchal propunha que a cobrança do Subsídio Literário fosse arrematada, anual ou por seções, por freguesias, como era praticado com os dízimos, as redizimas, as miunças e as rendas da Coroa[22], o que veio a ser praticado em algumas freguesias, a partir de inícios do século XIX. No início do século XIX, perante o aumento do número de escolas, a Junta propôs um aumento do imposto para não «se extinguirem algumas Cadeiras das actualmente creadas, e que são muito precisas a proveito da Mocidade, ou dada a sua conservação completarem-se os respectivos pagamentos pelos Reaes Cofres das outras repartições o que á Junta não parece bem»[23].

As intenções da cobrança deste imposto não se reflectiam na criação de escolas. A população e as câmaras municipais solicitavam à Junta da Provedoria da Real Fazenda a nomeação de professores para as suas localidades[24]. O que mais incomodava os habitantes da Madeira era o facto do rendimento deste imposto ser, inicialmente, quase o dobro[25] do que era gasto nas despesas das escolas sem que houvesse uma implementação de novas escolas nas suas freguesias. Muitos achavam que o Subsídio Literário só era profícuo «a outras terras, em que se achão com Mestres competentes, passando mais a de não quererem pagar a Collecta, e os que o fazem sempre ajuntão ao morozo pagamento estas reflexoens»[26]. Segundo o Governador e Capitão General da Madeira, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, as localidades sem escola «olhão com disgosto e aflição p[ar]a os seus filhos adultos entrados nas idades» ficarem sem escola «apezar do dezejo de saberem»[27].

Quanto ao valor pago em ordenados dos professores, teve um gradual aumento de 297$000 réis, em 1776, até 6 883$911 réis, em 1803, a título de exemplo,

[21] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 37.
[22] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 37.
[23] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 74.
[24] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 46.
[25] Por exemplo, este imposto teve, em 1777, a receita de 2 823$345 réis e a despesa de 816$399 réis; em 1781, a receita de 2 920$926 réis e a despesa de 1 245$000 réis; em 1789, a receita de 4 158$075 réis e a despesa de 2 202$900 réis, ficando o balanço de 1 956$175 réis; em 1797, a receita de 3 980$937 réis e a despesa de 3.602$120 réis, ficando em caixa 378$817 réis; em 1801, a receita de 6 706$624 réis e a despesa de 6 375$150 réis, ficando em caixa 331$474 réis (ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fls. 58, 73, 81).
[26] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 46.
[27] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 46.

refletindo o aumento dos vencimentos, o ligeiro alargamento do número de escolas na Madeira, em inícios do século XIX, e consequente aumento de professores régios[28].

A implementação da rede escolar, planificada no decreto de 1772, iniciou-se dois anos mais tarde, no Funchal, não com as aulas de «Primeiras Letras», mas com a criação de aulas de Filosofia Racional (carta régia de 1774), Gramática Latina (provisão de 1776) e Retórica (provisão de 1776). Quanto à cadeira de «Ler, Escrever e Contar», iniciou-se na vila de São Vicente, em dezembro de 1779, com a provisão do professor substituto Francisco Xavier Cabral de Carvalho[29], que acabou por ficar vaga, em 1781, por se ter ausentado sem licença[30].

O governador da Madeira, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, a 22 de abril de 1782, informou a Coroa sobre a necessidade de criação de novas escolas no arquipélago, pois até à data apenas «se achão somente providos, e exercendo na cidade três mestres únicos de Philosofia, Rethorica e Latinidade» e todas as seis vilas (Calheta, Ponta do Sol, São Vicente, Santa Cruz, Machico e Porto Santo) e as 44 freguesias não se encontravam contempladas com escolas[31]. A cadeira de «Ler, Escrever, Contar e Catecismo» foi reposta em São Vicente pela provisão do professor substituto José Joaquim das Mercês, de 29 de janeiro de 1783, através da Mesa Censória[32]. Nomeados por esta Mesa, seguiram-se a cidade do Funchal que recebeu dois professores substitutos de «Ler, Escrever e Contar», por provisões de 16 de junho de 1786 e de 17 de outubro de 1786[33]; a vila de Machico, com a nomeação de um professor substituto da «Escola de Ler, Escrever e Contar e do Catecismo»,

[28] Vejam-se os valores totais pagos em ordenados aos professores entre 1776 e 1803: 1776 – 297$000 réis (1776) mais 96$399 réis (1777); 1777 – 720$000 réis; 1778 – 720$000 réis, sendo 288$000 réis ao professor de Filosofia, 216$000 réis ao professor de Retórica, 216$000 réis ao professor de Gramática; 1779 – 825$553 réis, sendo 288$000 réis ao professor de Filosofia, 216$000 réis ao professor de Retórica, 262$800 réis ao professor de Gramática Latina e 58$753 réis ao professor da vila de Santa Cruz; 1780 – 926$050 réis; 1781 – 845$000 réis; 1782 – 800$000 réis; 1783 – 930$654 réis; 1784 – 990$000 réis; 1785 – 1 094$657 réis; 1786 – 1 348$190 réis; 1787 – 1 938$503 réis; 1788 – 1 952$140 réis; 1789 – 2 201$900 réis; 1790 – 2 220$000 réis; 1791 – 2 197$129 réis; 1792 – 2 597$538 réis; 1793 – 2 900$000 réis; 1794 – 3 378$915 réis; 1795 – 3 443$334 réis; 1796 – 3 421$626 réis; 1797 – 3 572$120 réis; 1798 – 3 470$000 réis; 1799 – 4 625$098 réis; 1800 – 6 981$000 réis; 1803 – 6 883$911 réis (ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fls. 14, 32, 33, 42, 43, 46, 47, 55, 65, 85, 113, 139, 151, 171, 179, 197, 203, 209, 215, 219, 223, 229, 233, 241, 245, 253, 263, 267, 273).

[29] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fls. 9, 19; L.º 962, fls. 13-14.

[30] ANTT, *PJRFF*, L.º 997, fl. 3.

[31] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 46.

[32] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 14-15; L.º 1000, fl. 6.

[33] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 20-21, 23-24; L.º 1002, fl. 4; L.º 1003, fls. 4-4v.º.

por provisão de 6 de junho de 1788[34]; a vila de Santa Cruz, em 5 de setembro de 1788[35]; e a vila do Porto Santo, com a nomeação de um professor substituto da «Escola de Ler, Escrever e Contar e do Catecismo», por provisão de 5 de novembro de 1788[36]. Por fim, a vila da Calheta foi contemplada com um professor substituto, por provisão de 4 de abril de 1789[37], e a da Ponta do Sol com a nomeação de um professor substituto da «Escola de Ler, Escrever e Contar e do Catecismo», por provisão de 12 de agosto de 1793[38]. Neste ano também foi provido um professor desta cadeira na freguesia do Campanário, por provisão de 23 de fevereiro[39].

Os professores de «Primeiras Letras» auferiam um vencimento anual de 150$000 réis na cidade do Funchal e de 80$000 nas vilas, exceto em São Vicente, onde recebiam 60$000 réis[40]. Os professores de Gramática recebiam 160$000 réis nas vilas, enquanto no Funchal os vencimentos eram mais elevados, com os seguintes valores: Filosofia (460$000 réis); Retórica (440$000 réis); dois de Gramática (400$000 réis) e um substituto de Gramática (200$000 réis)[41].

Além das aulas de «Ler, Escrever, Contar, e Catecismo», as aulas de «Gramática Latina» expandiram-se neste período fora da cidade do Funchal. A primeira vila a receber um professor substituto desta cadeira foi a de Santa Cruz, por provisão de 27 de março de 1779[42]. Seguiram-se as vilas de Machico (12 de dezembro de 1784)[43], Calheta (24 de novembro de 1790)[44] e São Vicente (26 de julho de 1792)[45].

De acordo com a lei de 6 de novembro de 1772, para o provimento de um mestre/professor era necessária a afixação de editais, permitindo que os candidatos se apresentassem aos concursos e fossem admitidos após a realização de exames. Não era permitido dar lições em casas particulares sem que os proponentes estivessem habilitados para o Magistério por meio de exame e aprovação da Mesa do

[34] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 26-27.
[35] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 30-31.
[36] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 31-32.
[37] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 33-34.
[38] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 49-50.
[39] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 46-47.
[40] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 78.
[41] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 78.
[42] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 12.
[43] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 10; L.º 1001A, fl. 5.
[44] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 29; L.º 962, fl. 38; L.º 1007, fl. 13.
[45] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 33; L.º 962, fls. 44-45.

Desembargo do Paço[46]. No final de cada ano letivo, os professores eram obrigados a enviar uma relação dos alunos «dando conta dos progressos» obtidos[47]. Os «Mestres de lêr, escrever, e contar» tinham a obrigação de ensinar «a boa forma dos caracteres, mas tambem as Regras geraes da Orthografia Portugueza: e o que necessário for da Syntaxe della; para que os seus respectivos Discipulos possão escrever correcta, e ordenamente: Ensinando-lhes pelo menos as quatro espécies de Arithmetica simples; o Catecismo, e Regras da Civilidade em hum «breve Compendio»»[48].

Leão Pedro Pestana foi o primeiro professor substituto nomeado para a cadeira de «Ler, Escrever, e Contar, e Catecismo» na vila da Calheta, conforme a provisão da Real Mesa Censória, de 4 de abril de 1789, auferindo 80$000 réis anuais, pagos em quartéis, sem desconto da décima, pelo cofre do rendimento do Subsídio Literário[49]. Contudo, Leão Pedro Pestana faleceu no Funchal, a 18 ou 19 de agosto deste ano[50], não chegando a exercer as funções. Nas folhas de pagamentos aos professores não consta qualquer verba monetária que lhe tenha sido atribuída.

António Correia de Sousa, que estava a exercer a mesma cadeira na ilha do Porto Santo, por provisão de 5 de novembro de 1788[51], solicitou à Real Mesa Censória a transferência para a vila da Calheta, por encontrar-se vaga e residir na ilha da Madeira. Foi nomeado por provisões de 14 de maio de 1790 e de 12 de fevereiro de 1791, recebendo o mesmo ordenado que o antecessor, pagos em quartéis adiantados[52] até 1799[53]. Por provisões de 16 de janeiro de 1800[54] e de 7 de fevereiro de 1801 passou a exercer o cargo de «Guarda das Aulas», na Madeira, com um ordenado anual de 112$000 réis[55].

---

[46] SILVA, 1829, *Collecção* […], Lei de 1772.11.06, pp. 614-615.

[47] SILVA, 1829, *Collecção* […], Lei de 1772.11.06, p. 614.

[48] SILVA, 1829, *Collecção* […], Lei de 1772.11.06, p. 614.

[49] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 33-34; L.º 961, fl. 25.

[50] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 25; L.º 962, fl. 34. Leão Pedro Pestana era filho de António Pestana Garcês e de Mariana dos Santos Silva, tendo sido sepultado em cova da fábrica da Sé do Funchal, onde era freguês. Segundo o registo de óbito, faleceu no dia 19 de agosto, «completamente sacramentado» (ABM, *RP*, Sé do Funchal, Óbitos, L.º 17 (1781-1791), fl. 176v.º.

[51] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 31-32.

[52] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fls. 25-26; L.º 962, fls. 33-35; L.º 1006, fl. 12; L.º 1007, fl. 12; L.º 1008, fl. 12; L.º 1009, fl. 12; L.º 1010, fl. 12; L.º 1011, fl. 12; L.º 1012, fl. 12; L.º 1013, fl. 12; L.º 1014, fl. 13. Em 1791, os três primeiros quartéis foram recebidos pelo procurador João Pedro de Andrade e o quarto quartel pelo procurador Caetano Marques de Macedo (ANTT, *PJRFF*, L.º 1007, fl. 12).

[53] ANTT, *PJRFF*, L.º 1014, fl. 16.

[54] ANTT, *PJRFF*, L.º 994, fl. 256.

[55] ANTT, *PJRFF*, L.º 1015, fl. 17; L.º 1016, fl. 18. Em 1804, Francisco Xavier ocupava o cargo de «Guarda das Aulas» (ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 84).

Figura 1 – Vista sul/norte da vila da Calheta (entre 1901 e 1905)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, JAS/802.

Para a cadeira de «Gramática Latina», da vila da Calheta, foi nomeado o professor subsituto Manuel Vara, por provisão da Real Mesa da Comissão Geral, de 24 de novembro de 1790, pelo período de seis anos, recebendo o ordenado anual de 160$000 réis, pago em quartéis adiantados[56]. Por falecimento de Manuel da Vara foi nomeado, em seu lugar, João da Mata Moniz de Meneses, por provisão da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, de 16 de maio de 1793, por um período de três anos e recebendo o mesmo ordenado anual, pago em quartéis adiantados sem o desconto da décima, pelo cofre do Subsídio Literário[57]. Foi reconduzido no cargo em 27 de abril de 1796, auferindo o seu ordenado até 1799[58].

[56] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 29; L.º 962, fl. 38; L.º 1007, fl. 13.

[57] ANTT, *PJRFF*, L.º 961, fl. 29; L.º 962, fls. 47-49; L.º 1009, fl. 15.

[58] ANTT, *PJRFF*, L.º 994, fl. 256. Em 1794 e 1795 recebeu o vencimento através do procurador Jorge Rodrigues de Abreu (ANTT, *PJRFF*, L.º 1009, fl. 15; L.º 1010, fl. 15); em 1796, pelo procurador Venâncio António de Sousa (ANTT, *PJRFF*, L.º 1012, fl. 15) e, em 1799, através do procurador, o capitão Paulo Joaquim (ANTT, *PJRFF*, L.º 1014, fl. 16).

Em 17 de dezembro de 1794, no reinado de D. Maria I, foi extinta a Real Mesa Censória e substituída pela Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, sob a presidência do reitor da Universidade de Coimbra, que reformou o ensino[59]. Ao Governador e Capitão General da Madeira foi confiada a «suprema Inspecção dos Estudos Publicos nesta Colonia», por cartas régias de 19 de agosto de 1799 e de 17 de julho de 1800[60]. A maioria dos professores manteve-se nas suas funções, com salários mais elevados. Os professores de Primeiras Letras passaram a auferir um ordenado de 130$000 réis, exceto o do Porto Santo com 100$000 réis. No Funchal, mantiveram-se as três aulas de Primeiras Letras (cada uma com um ordenado de 300$000 réis anuais) e foram criadas mais uma aula de Gramática (ordenados de 400$000 e 300$000 réis), Retórica, Filosofia (ambas com ordenados de 460$000 réis) e de Geometria (ordenado de 500$000 réis). Passaram a existir o, já mencionado, cargo de «Guarda das Aulas» (ordenado anual de 112$000 réis) e o de «Inspetor dos Estudos» (ordenado de 600$000 réis)[61]. Mantiveram-se as aulas de Primeiras Letras nas seis vilas da Madeira, sendo extinta a da freguesia do Campanário. Quanto às aulas de Gramática, nas localidades rurais, apenas permaneceram em Machico e Santa Cruz, respetivamente, com ordenados de 80$000 e 75$000 réis[62].

Por carta do Governo, de 30 de dezembro de 1799, foi provido o padre João Manuel de Freitas para professor de «Primeiras Letras», na vila da Calheta, com o ordenado de 130$000 réis anuais[63], função que provavelmente exerceu, o mais tardar, até 1802[64].

Em 1802, o «reverendo Padre Mestre Fr. Pedro de Santa Teresa»[65], muito provavelmente um frade do convento franciscano de São Sebastião da Calheta, assumiu o lugar de «professor de Primeiras Letras» na «Cadeira de Primeiras Letras e Gramática Latina», nesta vila. Auferia o mesmo vencimento anual, pago adiantadamente. Nesse ano, recebeu 42$472 réis em 6 de abril, e 32$500 réis do quartel pago no mês de julho[66]. Frei Pedro de Santa Teresa demitiu-se da função[67] e foi substituído pelo reverendo Frei Filipe Benicio de São José[68], provavelmente

[59] ADÃO, 1995, *Estado Absoluto e Ensino* […], pp. 91, 135-136.
[60] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 63.
[61] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 79.
[62] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 79.
[63] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 79; L.º 994, fl. 256.
[64] ANTT, *PJRFF*, L.º 1016, fl. 25; L.º 994, fl. 256.
[65] ANTT, *PJRFF*, L.º 1048, fls. 2-3; L.º 962, fls. 63-64.
[66] ANTT, *PJRFF*, L.º 1048, fls. 2-3.
[67] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 64.
[68] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 63-64; L.º 1016, fl. 64.

também um frade franciscano do mencionado convento, através de carta passada pela Secretaria do Governo, no Funchal, a 17 de agosto de 1803[69]. Frei Filipe foi nomeado pelo período de três anos, recebendo o mesmo vencimento anual, pago em quartéis adiantados, com a condição de que: «nos dias e hóras que se achão destinados, ensinará aos seus ouvintes o que a este respeito está estabelecido»[70]. Em dezembro de 1803 recebeu o vencimento de 48$527 réis e na folha de pagamentos aos professores régios de 1804 não consta qualquer valor pago, pelo que deixou de exercer estas funções nesse ano[71]. Numa relação dos professores da Madeira, datada de 7 de maio de 1804, é registado no concelho da Calheta «Frei Filippe professor substituto de Primeiras Letras na Calheta João Nunes / – 130$000 [réis]»[72]. É de salientar que na listagem dos professores das restantes escolas da Madeira não consta qualquer nome adiante da denominação da localidade. João Nunes tratar-se-ia de um professor, entretanto, nomeado para a vila da Calheta?

Os primeiros anos do século XIX revelaram-se muito instáveis na colocação de um professor de Primeiras Letras e de Gramática na Calheta, bem como nas restantes vilas da Madeira.

O pagamento seguinte a um professor de «Primeiras Letras e de Gramática Latina», na Calheta, foi efetuado ao padre Gregório Taumaturgo da Silva, em 19 de julho de 1804, no valor de 43$333 réis, e a 4 de outubro desse ano, com 32$500 réis[73]. O padre Gregório Taumaturgo da Silva foi nomeado por cartas renováveis a cada três anos[74], «ensinando seos Discipulos nos dias, e horas, q[ue] se achão estabelecidas», recebendo os seus pagamentos anuais de 130$000 réis, em quartéis adiantados, pelo procurador, o capitão Paulo Joaquim Figueira[75].

---

[69] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 63-64.

[70] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 64.

[71] ANTT, *PJRFF*, L.º 1017, fl. 24.

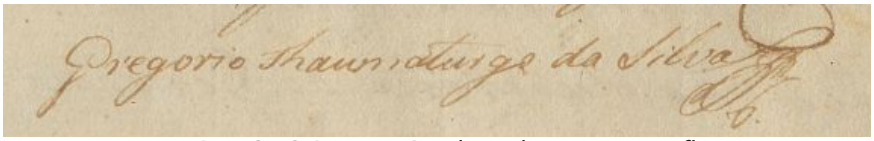
[72] ANTT, *PJRFF*, L.º 995, fl. 84.

[73] ANTT, *PJRFF*, L.º 1048, fl. 10.

[74] Por exemplo, por cartas do Governo de 21 de outubro de 1801, 22 de abril de 1807, 12 de janeiro de 1810, 13 de janeiro de 1813, 2 de março de 1816 e 8 de junho de 1820 (finda a 29 de fevereiro de 1822) (ANTT, *PJRFF*, L.º 1019, fl. 27; L.º 1038, fl. 11v.º; ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1806-1810, fls. 10-10v.º; ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1806-1810, fls. 68v.º-69; L.º de 1812-1820, fls. 25-26, 88v.º-89v.º, 128v.º-130).

[75] ANTT, *PJRFF*, L.º 1018, fl. 24; L.º 1019, fl. 27; L.º 1020, fl. 25; L.º 1021, fl. 27; L.º 1022, fl. 25; L.º 1023, fl. 26; L.º 1024, fl. 27; L.º 1025, fl. 27; L.º 1026, fl. 28; L.º 1027, fl. 26; L.º 1028, fl. 24; L.º 1029, fl. 24; L.º 1030, fl. 24; L.º 1033, fl. 22; L.º 1034, fl. 27; L.º 1035, fl. 22; L.º 1036, fl. 21; L.º 1037, fl. 12; L.º 1038, fl. 11v.º; L.º 1039, fl. 10; L.º 1040, fl. 10v.º.

Figura 2 – Assinatura do professor Gregório Taumaturgo da Silva (1816.13.09)



Fonte: ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1812-1820, fl. 89v.º.

O padre Gregório Taumaturgo da Silva, beneficiado na colegiada da vila da Calheta, foi professor nesta vila até ao final de 1826[76], excetuando entre abril de 1817 e agosto de 1820. Durante esse intervalo, foi referido como professor de «Primeiras Letras e de Gramática Latina» até 1813 e, a partir desta data, apenas como professor de «Primeiras Letras».

Em 1817, o padre Taumaturgo da Silva pediu a demissão da função de professor[77]. Para a vaga concorreu o padre Dionísio Bettencourt da Silva Pimenta, obtendo carta de «Professor das Primeiras Letras e Gramatica Latina na Villa da Calheta», passada pelo governador da Madeira, a 22 de abril desse ano e pelo período de três anos, com o ordenado idêntico ao seu antecessor. Estes ordenados eram recebidos, até ao segundo quartel de maio de 1820, pelos seus procuradores Paulo Joaquim Figueira e Roque Júlio de Nóbrega[78]. A existência desses procuradores deve-se às dificuldades na mobilidade entre a Calheta e o Funchal, cidade onde os ordenados régios eram pagos. A 1 de setembro de 1820, o padre Taumaturgo da Silva reassumiu a função de professor e voltou a receber o vencimento desta cadeira, referente ao terceiro quartel[79].

Por carta do Governo, de 3 de fevereiro de 1827, e com renovações subsequentes a 9 de fevereiro de 1830 e a 9 de fevereiro de 1833, ou seja, por períodos de três anos, sucedeu o padre António Francisco de Ornelas na aula de «Primeiras Letras»[80], recebendo os seus ordenados de 130$000 réis anuais, pagos em quartéis adiantados, através dos procuradores José Joaquim de Freitas e Abreu (1827-1828), João Francisco de Sá Jardim (1829-1830) e Faustino António de Ornelas (1831-1834)[81].

[76] ANTT, *PJRFF*, L.º 1039, fl. 10.

[77] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fl. 75; ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1812-1820, fl. 76.

[78] ANTT, *PJRFF*, L.º 962, fls. 74-76; L.º 1031, fl. 25; L.º 1033, fl. 22. ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1812-1820, fls. 90v.º-92.

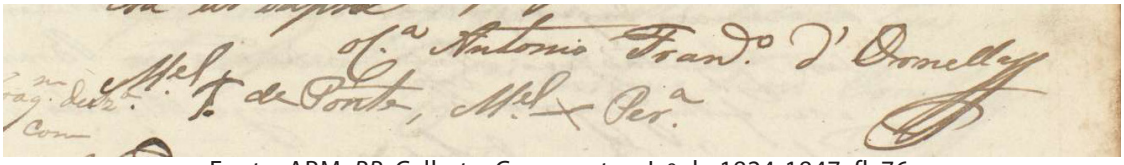
[79] ANTT, *PJRFF*, L.º 1033, fl. 22.

[80] ANTT, *PJRFF*, L.º 1040, fl. 10v.º.

[81] ANTT, *PJRFF*, L.º 1040, fls. 10v.º, 13; L.º 1041, fl. 10v.º; L.º 1042, fl. 10v.º; L.º 1043, fl. 10; L.º 1044, fls. 10, 14; L.º 1045, fls. 8v.º, 10v.º; L.º 1046, fls. 8v.º, 11; L.º 1047, fls. 7, 9.

O Padre António Francisco de Ornelas desempenhou funções na igreja colegiada da Calheta, como reverendo ecónomo, a partir de 1827, e como cura entre 1829 e 1849[82].

Figura 3 – Assinatura do professor António Francisco de Ornelas (1834.07.14)



Fonte: ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1824-1847, fl. 76.

Com a implementação do Liberalismo em Portugal, Luís Mouzinho de Albuquerque assumiu a governança da Madeira, em 30 de junho de 1834, como prefeito da recém-criada Prefeitura do Funchal. Na sequência das condições políticas vários empregados públicos, incluindo professores, foram suspensos por terem alguma ligação aos absolutistas ou por não serem da confiança do novo regime liberalista. Assim, a 10 de outubro de 1834, o governador da Madeira, «em virtude dos poderosos motivos», em que não convinham que «continuem a exercer as funções de professores, de que se achão incumbidos», suspendeu as funções e vencimentos de oito professores e mestres, «Empregados no Ensino Publico»[83], incluindo o padre António Francisco de Ornelas, «M[estr]e de Escola de Primeiras Letras e Gramática Latina» na Calheta[84].

O novo regime organizou diversos serviços, incluindo a escolaridade básica, até então denominada oficialmente de «Primeiras Letras», mas que passou a ser referida por «Instrução Pública». Após um relatório apresentado pelo Conselho de Ministros foi publicado um decreto, em 7 de setembro de 1835, para regulamentar a Instrução Primária. Entre as principais mudanças, destacou-se a municipalização do ensino, pois este decreto ordenava que a instrução era gratuita nas escolas públicas estabelecidas pelo Governo, Câmaras Municipais ou Juntas de Paróquia e o «estabelecimento, manutenção, e conservação de todas as mais Escólas do

[82] ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º 10 (1824-1847), fls. 24v.º, 43; L.º 11 (1847-1859), fl. 12.

[83] ANTT, *PJRFF*, L.º 996, fls. 33-34.

[84] ANTT, *PJRFF*, L.º 996, fl. 34. Os restantes professores e mestres suspensos foram: António Caetano Fernandes, bacharel em leis e professor substituto da Cadeira de Filosofia racional e moral; o padre Manuel da Paixão e Silva, professor da Cadeira de Gramática Latina; o padre José Francisco de Sequeira, professor substituto da Cadeira de Gramática Latina; José Camillo Dellanove, mestre de Escola de Francês e Inglês; Eustáquio Joaquim da Silveira, mestre de escola de Primeiras Letras no Funchal; João Balbino Gomes, mestre de Escola de Primeiras Letras em Machico; António Ferreira de França e Andrade, mestre de Escola de Primeiras Letras em São Vicente.

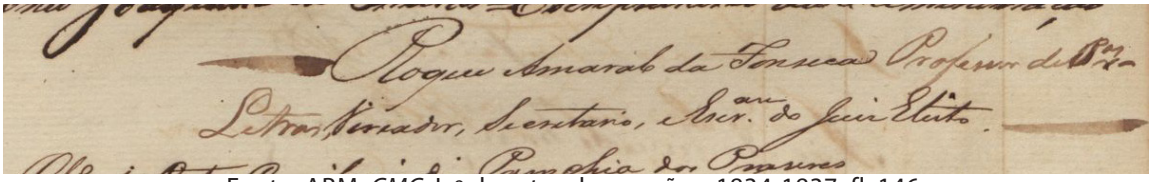
Reino fica desde já a cargo das respectivas Municipalidades, ou Juntas de Parochia a que pertencerem, que poderão conservar, ou despedir os actuaes Professores, e nomear outros de novo, segundo as provas que tiverem de sua idoneidade»[85]. Além das escolas públicas, qualquer cidadão podia abrir «Aulas publicas, ou ensinar particularmente», após participação às autoridades. Entre vários aspetos, este decreto definia as linhas gerais da Instrução Primária que compreendia «a leitura, a escriptura, e os elementos da Grammatica Portugueza, Arithmetica, Desenho Linear, Civilidade, Moral, Religião, Direito político, e algumas noções de História, e Geografia». Os professores eram admitidos por concurso[86], recebendo um ordenado de 200$000 réis, nas escolas de «terras da Provincia», ou seja, nas vilas e freguesias rurais, tendo direito a casas para habitação, podendo ser no edifício da escola ou contíguas a esta. A Carta Constitucional obrigava o Governo a proporcionar a instrução primária a todos os cidadãos a partir dos 7 anos de idade, de modo gratuito, e a obrigatoriedade dos pais enviarem os filhos às escolas públicas, ficando incumbidas as câmaras municipais e os párocos de empregar todos os meios prudentes de modo a cumprir esta obrigação junto dos pais[87].

A 17 de dezembro de 1834, ainda antes da publicação deste decreto, o Secretário Geral da Prefeitura remetia à Câmara Municipal da Calheta um requerimento de Leandro Sabino de Meneses, solicitando a regência da «Aula de primeiras letras desta villa», por encontrar-se vaga[88]. O Secretário Geral da Prefeitura ordenou à Câmara Municipal que propusesse um substituto para reger a aula «athe a reformação dos Estudos»[89], ou seja, até à regulamentação da Instrução, como, por exemplo, através do mencionado decreto de 7 de setembro de 1835. Entretanto, Roque Amaral da Fonseca também apresentou um requerimento, afirmando que já havia requerido o mesmo emprego, tendo obtido a resposta «Espere pelas medidas Geraes»[90]. A Câmara, em sessão de vereação de 22 de dezembro de 1834, teve em consideração que «aquelle Menezes vive auzente deste Termo [da Calheta] a muitos anos», tendo «este Amaral residente nesta villa visto já ter requerido e comcorerem todos os requisitos neseçarios nomiarão para a dicta regência primeiro a este»[91]. Roque Amaral da Fonseca foi nomeado «Professor de Primeiras Letras», por alvará

[85] Decreto de 1835.09.07 (Regulamento Geral da Instrução Primária).
[86] Portaria de 1835.02.26.
[87] Decreto de 1835.09.07 (Regulamento Geral da Instrução Primária).
[88] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52.
[89] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52.
[90] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52v.º.
[91] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 52v.º.

de 24 de dezembro, da Secretaria Geral da Prefeitura da Madeira[92], exercendo estas funções até ao final de janeiro de 1838[93]. Além do ordenado pago pela tesouraria régia, este professor foi contemplado, como os restantes professores do «Encino Primário», com a gratificação de 20$000 réis paga pela Câmara Municipal, conforme o decreto de 15 de novembro de 1836 e a portaria de 6 de dezembro de 1837[94].

Figura 4 – Assinatura do professor Roque Amaral da Fonseca (1836.10.03)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 146.

Este decreto de 1836 definia que a Instrução Primária compreendia «As Artes de lêr, de escrever, e de contar. A Civilidade, a Moral, e a Doutrina Christã. Principios de Grammatica Portuguesa. Breves noções de História, de Geografia, e da Constituição. O Desenho Linear. Exercicios Gymnasticos acomodados á idade». Qualquer indivíduo ou corporação poderia estabelecer uma escola, devendo participar o local da mesma ao administrador do concelho. Além das escolas estabelecidas, previam a criação de novas onde pudessem matricular-se cerca de 60 meninos. No que diz respeito ao provimento dos professores, era exigido que tivessem pelo menos 21 anos de idade, «Bom comportamento moral, politico, e religioso», não padecer de doença contagiosa, sendo providos por dois anos, ou de modo definitivo, conforme as capacidades dos candidatos apresentadas nos exames orais e por escrito. As aulas deveriam decorrer em casas públicas e nenhum professor podia dar aulas na «Casa que habitar com sua família, senão em quanto se lhe não poder apromptar um conveniente local publico», sendo a segunda alternativa a que dominou por exclusivo até à década de 1930, no concelho da Calheta. O ano letivo iniciava-se a 1 de outubro e terminava a 1 de agosto. Findado o ano letivo, os alunos eram examinados. A direção do Ensino Primário cabia, na Madeira, a um Conselho, denominado de Conselho Provincial de Instrução Pública. Ao nível municipal existia uma Comissão Inspetora da Instrução Primária composta pelo administrador do

[92] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 53v.º (1835.01.02); ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fls. 34v.º (1838.01.27), 37 (1838.01.31); ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 122.

[93] ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 55.

[94] ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 122; Decreto de 1836.11.15, art.º 15; *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de setembro* […], 1837, p. 133.

concelho, um vogal da Câmara e um professor, que tinha a incumbência de visitar as escolas e examinar o cumprimento das leis[95].

Roque Amaral da Fonseca desempenhava vários cargos na Calheta como o de escrivão do judicial (1834, 1835)[96], vereador (eleito em outubro de 1835)[97]; secretário da Câmara (1836)[98] e escrivão do juiz eleito[99]. Num termo de juramento à «Constituição Política da Monarchia», datado de 3 de outubro de 1836, nos paços do concelho da vila da Calheta, assinou registando os cargos de «Professor de Pr[imeir] as Letras, vereador, secretário e escrivão do juiz eleito»[100].

Encontrando-se o lugar de professor de Ensino Primário da vila da Calheta vago, concorreu Miguel Luís Valério, sendo nomeado, por dois anos, a 30 de janeiro de 1838[101]. Em maio desse ano recebeu uma gratificação de 5$000 réis, por parte da Câmara Municipal[102], e em julho solicitou o pagamento adiantado dos restantes 15$000 réis que haviam de ser pagos até ao final do ano, tendo-os pago a Câmara, embora não fosse já obrigada a fazê-lo, em virtude de ser «muito preciso comprar vários tercillos para a mesma Escolla accordarão que atendendo ao quanto elle Profeçor se interessa pela Educação da Mocidade, e os grandes Progreços que tem avido em tám pouco tempo», sendo ainda expedidos 3$000 réis para papel para a escola[103]. Em virtude do «grande Numero de rapazes» que frequentavam as aulas, existindo alguns que os «pais não lhe podem dár penas, lapes, papel [e] tinta», o professor solicitou uma gratificação extraodinária de 20$000 réis, para cobrir as despesas feitas a seu custo, o que foi aprovado pela Câmara a 6 de fevereiro de 1839, após autorização do Conselho de Distrito[104]. No ano seguinte, além dos 20$000 réis a que era obrigada a Câmara a pagar de gratificação ordinária[105], foi novamente

[95] *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de setembro* […], 1837, pp. 131-136, Decreto de 1836.11.15. Em maio de 1851, a responsabilidade de visitar as escolas municipais da Calheta ficou incumbida ao escrivão da Câmara, Maurício Eduardo Cabral (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 126v.º (1851.05.27).

[96] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 53v.º.

[97] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 104 (1835.10.25).

[98] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 127.

[99] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 146.

[100] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1834-1837, fl. 146.

[101] ABM, *CMC*, L.º 115, fls. 7-7v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 12v.º (1839.12.30).

[102] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fls. 58v.º (1838.01.27).

[103] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 77v.º.

[104] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fls. 103v.º, 127v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fls. 4v.º (1839.11.20), 12v.º (1839.12.30).

[105] Foram pagos 10$000 réis, em outubro de 1840 (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 51v.º (1840.10.24)) e 10$000 réis, em fevereiro de 1841, «cuja quantia he o restante» para este professor (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 66 (1841.02.10)).

paga esta gratificação extraordinária, após aprovação do Conselho de Distrito, sendo anotado nos materiais que também se destinavam para «pedras» de escrever, ou seja, para «papel, tinta, lápis, pedras, para todo e qualquer alunos que pobres seijão»[106].

Com a abertura de concurso para a cadeira de «Ensino Primário da Villa da Calheta», Salustiano Xavier Drumond Barros do Rego e Vasconcelos requereu a admissão e foi provido nas funções pelo tempo de um ano, por provisão de 17 de janeiro de 1840, do Conselho Provincial de Instrução Pública da Província da Madeira e Porto Santo[107]. À semelhança do seu antecessor, além da gratificação obrigatória de 20$000 réis, estabelecida por decreto de 15 de novembro de 1836, que a Câmara pagava para «papel, tinta, penas e tudo o mais que caresse os alunos pobres», solicitou outros 20$000 réis por ter alguns alunos pobres que «não levam penas, papel e tinta»[108]. A Câmara Municipal destacou o bom desempenho deste professor ao Governo Civil do Funchal, mencionando que «tem cumprido com os seus deveres athe mesmo dando Ferias, se pronficoa a incinar os alunos, que quizeraó continuar e que asim sempre diariamente o tem feito como a todos he notório bem como a esta Municipalidade»[109].

No ano seguinte, em 1841, a escola esteve a concurso, tendo José Joaquim Alves de Freitas, geralmente designado por José Joaquim de Freitas, submetido a candidatura. No «exame deu a aptidão e boas partes que nella concorrem para desempenho de as funções do Ensino publico», sendo provido por dois anos, por carta de 20 de janeiro de 1841[110], e outra por igual período, de 31 de janeiro de 1843[111]. Foi nomeado professor vitalício desta escola, por carta de 6 de maio de 1843[112]. Nos anos seguintes, recebia o ordenado, segundo o decreto de 20 de

[106] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 38 (1840.06.06). Este professor recebeu um livro para os assentos das determinações das reuniões da Comissão Inspetora das Escolas, tendo a Câmara Municipal solicitado que o entregasse, visto ter-se deslocado para o concelho da Ponta do Sol (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 92 (1841.05.10); ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 26 (1841.10.23)).

[107] ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fls. 225-226; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 18v.º.

[108] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fls. 9v.º (1839.12.11), 28 (1840.03.28).

[109] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 49v.º (1840.09.26).

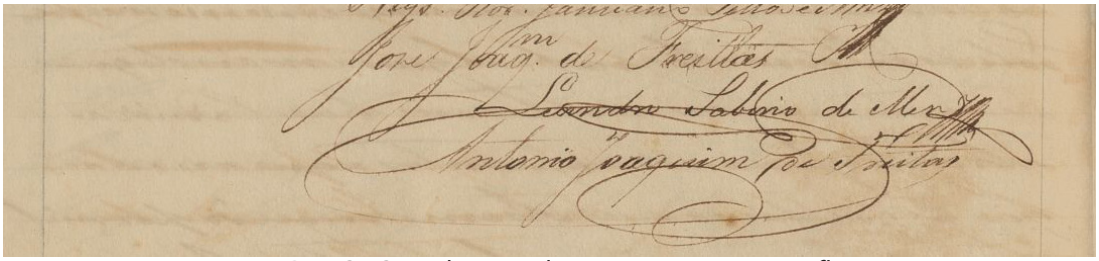
[110] ABM, *CMC*, L.º 115, fls. 14-14v.º; ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fls. 228-228v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 64v.º (1841.02.10).

[111] ABM, *CMC*, L.º 115, fls. 20v.º-21.

[112] ABM, *CMC*, L.º 115, fls. 21v.º-22.

setembro de 1844, no valor de 150$000 réis anuais[113], e a gratificação anual de 20$000 réis, por parte da Câmara, paga em prestações trimestrais[114].

Figura 5 – Assinaturas dos professores José Joaquim de Freitas, Leandro Sabino de Meneses e António Joaquim de Freitas (1841.05.29)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 98v.º.

O art.º 9.º do decreto-lei de 20 de setembro de 1844 permitia às câmaras municipais, na inexistência de professor público de ensino primário numa freguesia, atribuirem gratificações ou ordenados aos párocos ou a outros indivíduos que possuíssem a «suficiente habilitação moral e literaria» para se encarregarem do ensino primário nessas localidades[115]. Em consonância com estas disposições, José Silvestre Ribeiro, governador da Madeira (1846-1852), observava que os párocos podiam desempenhar um papel relevante na instrução primária, pública, ajudando a «vencer a repugnância que muitos dos habitantes dos campos sentem ainda em mandar seus filhos ou subordinados ás escholas»[116] e a «prestar grandes serviços á sociedade, encarregando-se do ensino primario n'aquelles pontos aonde ainda não chegou o beneficio da instrução». Os párocos, possuindo já «uma Congrua, leva--os a sua dedicação generosa a se contentarem com uma gratificação modesta»[117]. José Silvestre Ribeiro encorajava as famílias a enviarem as crianças à escola: «A todos os Paes de Familia, Tutores, e superiores rogo encarecidamente, que não se esqueção de mandar ás Escholas seus filhos, pupilos, ou subordinados. Não grangeiem para os dias da velhice o remorso de haverem faltado com o alimento intelectual e moral ás creaturas a quem o devião!»[118]. Aos administradores dos concelhos, solicitava o

[113] SILVA, 1845, *Collecção Official* […], Decreto de 1844.09.28, art.º 23.

[114] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 92; L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 28, 59v.º, 96, 112v.º; L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 7, 37v.º, 98, 114, 119; L.º das atas das sessões, 1844-1846, fls. 17v.º, 35, 105v.º, 142; L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 12, 32, 57, 127, 134; L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 133.

[115] Decreto de 1844.09.20.

[116] FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], p. 204.

[117] FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], p. 196.

[118] FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], p. 103.

empenho dos vários agentes (câmaras municipais, párocos, professores, famílias) «para que as novas gerações saibam, em todas as classes e condições da sociedade, ler, escrever e contar, e se habilitem os filhos e netos dos que hoje figuram no teatro da vida a representar um papel brilhante, por efeito da cultura do espirito e do coração»[119]. Em 1847, este governador civil elaborou um regulamento para «servir de regulamento aos Profeçores do insino Primario deste Concelho, a cargo desta Municipalidade» da Calheta[120].

O professor José Joaquim, ocasionalmente, recebia verbas para a aquisição de materiais de uso diário com os alunos, como penas, tinta e papel (1$500 réis em outubro de 1845)[121]. Em fevereiro de 1847, solicitou um pagamento de 30$000 réis para «acudir e socorrer aos educandos»[122] e uma gratificação «pela razão de não compençar o seu trabalho o vencimento, que a Lei lhe estabelece-se», sendo acedido o pagamento de uma gratificação, paga uma só vez, no valor de 20$000 réis, tendo em consideração «o Bom desempenho que tem prestado a obrigaçons do Seo Magistério sujeitando-se ao encino de matérias que não sám do incino Primario taes como os de rodimentos da língua latina»[123]. As aulas decorriam na habitação do professor, pois a vereação camarária, na sessão de discussão e aprovação do orçamento do ano económico de 1857-1858, decorrida a 19 de dezembro de 1857, refere que da Escola Nacional, o «seu professor não exige aluguer da caza em que está estabelecida»[124].

Em 1860, José Joaquim de Freitas foi convidado pela Câmara Municipal para exercer vários cargos. Em março, foi proposto para o cargo de substituto de juiz ordinário, mas declinou a oferta, considerando «se tornar incompatível» com as funções de professor, o que foi aceite pela edilidade[125]. Em maio desse ano, foi convidado para o cargo de depositário da Caixa dos Órfãos, que igualmente recusou, pois não poderia acumular essa função com as de professor e tesoureiro da Misericórdia da vila da Calheta, cargos que «lhe tirão todo o tempo»[126]. Em maio de 1855, foi presente ao comissário dos estudos, um orçamento para mobiliário e utensílios para a escola, orçamentados pelo carpinteiro António Mendes, no valor

[119] FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], p. 188.
[120] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 76, citando of. do Governador Civil, 4.ª repartição, L.º 2, of. 36 (1847.09.21).
[121] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 127.
[122] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 57.
[123] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 66v.º.
[124] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 13v.º.
[125] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 137v.º.
[126] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 169.

de 29$900 réis. A Câmara decidiu aguardar, justificando a decisão pelo «estado de finanças» e pela necessidade de incluir essa despesa no orçamento[127]. Em novembro de 1857, o mesmo professor voltou a insistir nesse apoio da Câmara Municipal, que então decidiu dar seguimento ao mesmo e restabelecer a gratificação de 20$000 réis, considerando o número de alunos que frequentavam a escola e a pobreza de muitos deles[128].

Na parte final deste século, em 1867, a escola da Calheta foi mencionada num relatório do Governador Civil, Jacinto Perdigão, no qual destacou o facto de ser destinada ao ensino de alunos do sexo masculino, com a frequência de 30 alunos, e ser considerada de «*bem situada e com ótimo professor*»[129].

Em agosto de 1872, José Joaquim de Freitas solicitou à Câmara Municipal «uma gratificação pelo seu grande trabalho no desempenho de seu magistério pelo número acrescido de alunos que tem atualmente», pedido que foi atendido, tendo-lhe o município atribuído uma gratificação anual de 20$000 réis, porque «a escola que rege o dito professor é a única que nas três freguesias da Calheta, Arco e Estreito que recebe alunos das mesmas freguesias, e que o ordenado é sobrio que tem não renumera os trabalhos os quais desempenha sem interrupção e com aproveitamento conhecido»[130]. José Joaquim de Freitas era geralmente designado de professor régio ou professor de Ensino Primário. Excecionalmente, em agosto de 1841, foi designado de «Professor do incino misto»[131] e, a partir de outubro de 1846, por vezes, de «Profeçor da Escolla Nacional»[132], indicando que se tratava de uma escola mantida pelo Estado.

José Joaquim de Freitas desempenhou as funções de professor na escola masculina da Calheta durante quase quatro décadas, até 1879-1880(?)[133], sendo assim o professor que mais tempo esteve no ativo neste concelho no século XIX. Este professor deve corresponder ao professor aposentado referido na vereação

[127] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 87; L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 7.

[128] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fls. 7, 13v.º-14 (1857.11.06, 1857.12.19).

[129] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 20. Sobre a análise deste relatório ver SOUSA, 2021, «O Relatório da Visita do Governador […]», pp. 291-348.

[130] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 90.

[131] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 16v.º.

[132] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 32, 57, 98, 122v.º; L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 133; L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 45; L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 7.

[133] Na sessão de reunião da Câmara Municipal da Calheta, de 15 de março de 1879, Diogo César de Freitas, morador na Calheta, apresentou um conjunto de documentos, a fim de ser provido no cargo de apontador geral das obras de viação, entre os quais um «atestado do professor de ensino primário desta freguesia da Calheta, José Joaquim de Freitas, datado de 16 de abril de 1875 em que mostra o requerente saber ler, escrever e contar» (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 144).

da Câmara Municipal, de 17 de setembro de 1881, em que a edilidade revelava as dificuldades financeiras para sustentar as escolas «a cargo da camara com o pagamento de oito professores um do sexo feminino e 7 do masculino das 8 escolas creadas neste concelho, com mais o pagamento d'ordenado a um professor aposentado, casas para os professores, e casas para Escholas, é tão crescida a verba de despesa que os 15% que a lei authoriza sobre as contribuições geraes do estado não é suficiente»[134]. Faleceu no dia 2 de setembro de 1886, com 67 anos, num quarto particular do hospital da Misericórdia do Funchal[135]. Foi sepultado no cemitério das Angústias, no Funchal, e reconhecido pela imprensa regional como «um dos professores mais hábeis das freguesias ruraes»[136].

José Joaquim de Freitas, nascido a 19 de junho de 1819, na freguesia da Calheta, morador no Lombo da Estrela, «proprietário, professor de Instrução Primária», casou no Arco da Calheta, a 17 de fevereiro de 1868, aos 49 anos de idade, com Sofia Amélia de França, de 21 anos, natural da freguesia do Estreito da Calheta[137]. Foram pais de oito filhos: José (1869.01.22); Jorge (1870.04.23); Manuel (1872.03.03); Francisco (1874.02.24); João (1877.05.16); José (1879.07.02); Júlio (1881.05.29); Maria (1885.06.23). Os filhos foram batizados na paróquia da Calheta e a filha, Maria, foi batizada, a 29 de abril de 1886, na paróquia de Santa Luzia, sendo nesta época residentes no Caminho da Torrinha, na freguesia de Santa Luzia[138].

Alguns dos filhos de José Joaquim de Freitas desempenharam papéis de relevo no país. Por exemplo, o filho mais velho, José Vicente de Freitas, foi professor, general, governador civil do Funchal (1915), ministro do Interior (agosto de 1927 a abril de 1928), presidente do Ministério de Portugal (18 de abril de 1928 a 8 de julho de 1929), presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1929 a 1935); Manuel dos Passos de Freitas foi advogado e músico fundador de uma tuna de bandolins (ativa entre 1906 e 1960) e do Orfeão Madeirense (apresentado em 1921 e em atividade na

[134] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 69v.º (1881.09.17).

[135] «Fallecimento», 1886.09.03, in *DN*, p. 2; ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1887, fls. 12-12v.º.

[136] «Fallecimento», 1886.09.03, in *DN*, p. 2.

[137] José Joaquim de Freitas e Sofia Amélia eram parentes em 3.º e 4.º grau de consanguinidade. José Joaquim era filho do capitão-mor João José Alvares de Freitas, natural da freguesia da Calheta, e de D. Gerarda Angélica de Freitas, natural da freguesia do Porto Moniz, casados na Calheta a 23 de julho de 1815. Sofia Amélia era filha de Francisco Ladislau de França, natural da freguesia do Estreito da Calheta, e de D. Helena Margarida de França, natural da freguesia do Arco da Calheta (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º do ano de 1868, fls. 2v.º-3).

[138] ABM, *RP*, Calheta, Batismos, L.^{os} de 1869, fls. 16-16v.º; 1870, fls. 29-19v.º; 1872, fls. 16-16v.º; 1874, fls. 21v.º-22; 1879, fls. 40-40v.º; 1881, fl. 33; 1877, fl. 32v.º; ABM, *RP*, Santa Luzia, Batismos, L.º de 1886, fl. 18.

atualidade); João Nepomuceno de Freitas foi médico e coronel; José Maria de Freitas foi coronel e governador civil e militar da Madeira (1928-1931)[139].

A viúva de José Joaquim de Freitas, Sofia Amélia de França, voltou a casar, a 27 de outubro de 1887, aos 41 anos, na paróquia da Calheta, com o então professor da escola masculina da Calheta, José de Ornelas Linhares de Sousa, de 25 anos, natural da Ponta do Pargo, filho de Eduardo Joaquim de Sousa Pestana, que também desempenhou as funções de professor, e de D. Gualdina de Ornelas Linhares de Sousa[140].

As restantes freguesias do concelho da Calheta ansiavam pela instalação de uma escola. A Junta de Paróquia da freguesia da Fajã da Ovelha, em fevereiro de 1838, solicitou à Câmara Municipal da Calheta que iniciasse deligências para a criação de uma escola «das Primeiras Letras» na freguesia, considerando a «grande falta de Iducação e em Breves dias não avera quem serva os Cargos Publicos, pela falta de pessoas que saibão lér e escrever»[141]. A Câmara Municipal entendeu solicitar um voto consultivo ao administrador do concelho, Manuel Justino Passalaqua, concluindo, porém, que devido às limitações financeiras da Câmara, a Junta seria oportunamente atendida[142]. No ano seguinte, a Junta de Paróquia voltava a insistir na instalação da escola, a ser paga pelas rendas da Câmara[143]. Apesar de reconhecer a justiça da medida, a Câmara alegou não ter rendas suficientes para cobrir os custos da escola, atribuindo a responsabilidade da sua criação ao Estado: «e que quando tenha lugar devera sér paga por o Estado, por quanto athe mesmo há um anno, que não tem vindo os Ceriaes, e pelo subsidio Letrario he que se devem proteger as primeiras letras»[144]. A população pagava um imposto para este fim, mas as escolas continuavam a não ser implementadas nas suas freguesias.

Em março de 1838, era a vez da Junta de Paróquia do Arco da Calheta fazer pedido semelhante, acompanhado por uma representação de Leandro Sabino Telo de Meneses sobre a possibilidade da criação de uma aula de «incino Primario» nesta

[139] CLODE, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses sécs. XIX e XX*, pp. 206, 209, 210; FERNANDES, 2010, *General José Vicente de Freitas* […], pp. 47-100.

[140] ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1887, fls. 12-12v.º. José de Ornelas Linhares nasceu a 24 de setembro de 1862 (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1887, fls. 12-12v.º).

[141] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 40v.º (1838.02.07).

[142] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 43v.º (1838.02.12).

[143] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 153v.º (1839.06.06).

[144] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 153v.º (1839.06.06).

freguesia[145]. Após consulta ao administrador do concelho[146], também este pedido foi recusado à data.

A 20 de abril de 1839, o município da Calheta informava o governador civil da Madeira, José da Fonseca e Gouveia, que

> «esta Municipalidade não tem lançado fintos, derramas, ou contribuições alguas sobre os habitantes de seu Concelho atendendo as circunstancias de pobreza em que se achão. Igualmente que esta Municipalidade não mandou fazer obras alguas Publicas, ou particulares em pontão, pontes, calssadas, nem criou Escollas, e menos estabelecimentos de Benificencia; e muito menos melhorou couza algua no Concelho desde a Restauração do Throno de Sua Magestade, ate trinta e hum de Dezembro ultimo, não por que se não tenha carecido de alguns concertos, bem como de se criar alguas Escollas, porem a falta de meios […]»[147]

não o permitiram.

A 18 de junho de 1839, através de um ofício do governador civil, José da Fonseca e Gouveia, 1.º Barão de Lordelo, foi autorizada a Câmara Municipal da Calheta a estabelecer uma escola de ensino primário na Fajã da Ovelha, «visto esta Camara querer»[148]. Passados dois anos, «vários habitantes» da freguesia do Arco da Calheta reiteraram à Câmara Municipal o pedido de criação de uma «Escolla de primeiras letras» nesta freguesia, paga pelas rendas da Câmara[149]. Em resposta, a edilidade submeteu o pedido ao Conselho de Distrito e, na sessão camarária de 17 de abril de 1841, juntamente com uma consulta ao Conselho do Município, deliberou o estabelecimento das escolas na Fajã da Ovelha e no Arco da Calheta, com a gratificação anual de 60$000 réis para cada escola, paga trimestralmente[150]. Foram lançados editais para que os proponentes se apresentassem na sessão de Câmara do dia 29 de maio[151]. Apresentou-se um opositor para cada uma: António Joaquim de Freitas, da Fajã da Ovelha, e Leandro Sabino de Meneses, do Arco da Calheta, com o intuito de lecionarem nas suas freguesias. Nesta sessão foram examinados pela comissão inspetora do ensino primário do município da Calheta, composta pelo vigário Florêncio Januário Telo de Menezes, o professor régio de Ensino Primário na vila da Calheta, José Joaquim de Freitas, e o vereador Francisco Ladislau de França.

[145] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 49v.º (1838.03.10).
[146] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1837-1839, fl. 49v.º (1838.03.10).
[147] ABM, *CMC*, Registo Geral, L.º de 1830-1845, fl. 216v.º.
[148] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 82v.º (1841.04.17).
[149] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 79v.º (1841.04.03).
[150] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 85 (1841.04.28).
[151] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 98 (1841.05.29).

No exame, «em tudo responderão com acerto»[152], sendo-lhes emitidas cartas de Mestre/Professor de Ensino Primário.

Leandro Sabino Telo de Meneses, então secretário da Junta de Paróquia do Arco (1841)[153], recebia já ordenado da Câmara, por assento no Conselho Municipal. Com a sua nomeação, entrou em vacatura neste Conselho, sendo substituído pelo morgado António Bettencourt Perestrelo[154]. Sendo parente do vigário Florêncio Januario Telo de Menezes, da comissão inspetora do ensino primário, este foi substituído pelo Vigário do Estreito da Calheta, Francisco de Sequeira[155].

Para incentivar a afluência escolar, a Câmara Municipal oficiou ao vigário da Fajã da Ovelha para que este «fassa ver aos seos parochianos, que o aprendere da primeiras letras na Aula que a camara ali tem criado, nada pagão nem seos pais por tal ensino»[156].

Em fevereiro de 1843, os lugares de professores destas duas escolas financiadas pela Câmara encontravam-se a concurso[157]. No entanto, em maio desse ano foram encerradas porque «desde o dia vinte e nove do corrente não pode esta camara continuar a pagar lhes visto o seo estado de finanças mas quando de futuro possa tornara a estabelecer taes escolas, o que agora de forma algua hade ser»[158]. É de salientar que a aluvião que assolou a Madeira, a 23 de outubro de 1842, fez avultados estragos na vila da Calheta, destruindo, por exemplo, três casas e entulhando a ribeira[159]. A situação obrigou à mudança do cartório da Câmara para a freguesia do Arco[160], pelo que nos meses seguintes a prioridade da Câmara não foi a Instrução Pública.

Apesar destas escolas se encontrarem oficialmente encerradas, o professor da escola do Arco da Calheta continuou no exercício das suas funções, «sujeitando-se», posteriomente a um vencimento de 50$000 réis anuais[161]. Recebeu, por exemplo, 29$430 réis em janeiro de 1844, relativos ao período de 30 de maio a 30 de dezembro de 1843, e em virtude de ter «comprido com seus deveres no adiantamento dos seus

---

[152] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 98 (1841.05.29).
[153] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 64v.º (1841.02.10).
[154] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 4 (1841.06.19), 10v.º (1841.07.17).
[155] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 74 (1842.03.30).
[156] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 16v.º (1841.08.14).
[157] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 7 (1843.02.08).
[158] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 36 (1843.05.22).
[159] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 110-110v.º (1842.10.24).
[160] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 59v.º (1843.09.16).
[161] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 20, 96, 103v.º; L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 4, 7, 13-13v.º.

alunos», continuou no desempenho de seu emprego[162]. Este professor continuou a receber este ordenado regularmente até 1853[163]. Em novembro de 1846, o professor requereu um aumento de ordenado e, em agosto de 1853, queixou-se do atraso do pagamento e do «estado de mizeria a que se acha reduzido», ressalvando a Câmara tratar-se da «falta de dinheiro que ha no cofre municipal»[164]. Em agosto de 1851, este professor queixou-se «que um António João Fernandes da mesma freguesia home[m] que pouco sabe lhe tem usurpado seos alunos insinando lhes contra o direito estabelecidos nas escolas», solicitando que a Câmara Municipal tomasse as medidas necessárias para «que os mesmos alunos tornar-se para sua escola»[165].

De forma similar, o professor da Fajã da Ovelha, em março de 1844, recebeu 20$330 réis, pelo seu trabalho de cinco meses, à base de 50$000 réis anuais[166], tendo no mês seguinte assumido as funções de zelador da Câmara Municipal[167].

A «Escolla das primeiras letras da Fajã da Ovelha» voltou a abrir através da Câmara Municipal, que anunciou aos interessados para estarem presentes na sessão camarária de 4 de março de 1844, a fim de serem examinados pelo professor régio da Calheta, José Joaquim de Freitas[168]. Marcou presença António Manuel da Silva, morador na freguesia da Fajã da Ovelha, sendo aprovado, por ser «muito capaz já por que em seos estudos são suficientes não só para ensinar as primeiras letras como latim, e Frances»[169]. Recebeu carta de professor desta escola, pelo tempo de dois anos, auferindo um ordenado anual de 50$000 réis[170], mas renunciou às funções em finais de outubro de 1844[171].

---

[162] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 90 (1844.01.18).

[163] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 74.vº, 76v.º, 104v.º-105, 114, 129; L.º das atas das sessões, 1844-1846, fls. 35, 41v.º, 66, 75v.º, 84v.º, 105v.º, 130v.º; L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 22, 26, 33v.º, 62v.º, 95, 117, 131v.º, 141v.º; L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 5v.º. Em agosto de 1846 foi-lhe pago 4$000 réis para «papel tinta pena, papelão e dois cadernos» (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 26).

[164] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 41 (1846.11.09); L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 1 (1853.08.13).

[165] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 140 (1851.08.06).

[166] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fls. 73v.º, 76v.º, 92, 102. Este professor recebeu o ordenado anual de 60$000 réis até janeiro de 1843 (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fls. 4, 31v.º, 123; L.º 1843-1844, fl. 5v.º.

[167] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 114. António Joaquim de Freitas, em 1842, pelo menos, desempenhava o cargo de escrivão do juiz do judicial na freguesia da Fajã da Ovelha (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1841-1843, fl. 122v.º).

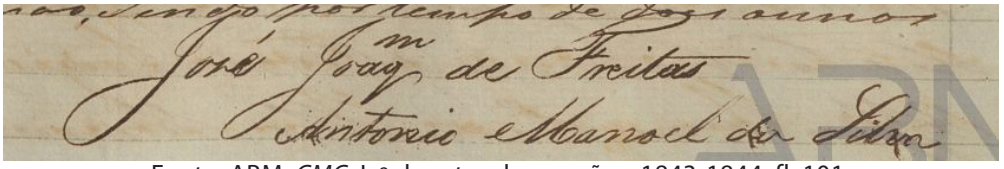
[168] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 99v.º (1844.02.26).

[169] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 101 (1844.03.04).

[170] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 101 (1844.03.04); L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 35 (1844.12.04).

[171] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 17.

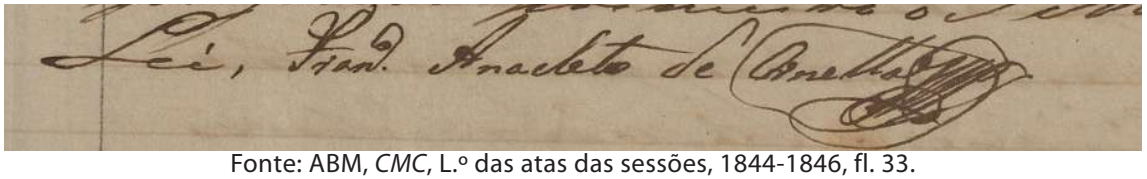
Figura 6 – Assinaturas dos professores José Joaquim de Freitas e António Manuel da Silva (1844.03.04)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1843-1844, fl. 101.

A 14 de novembro de 1844, Francisco Anacleto de Ornelas foi provido professor interino após ser admitido em exame, no qual lhe fizeram «varias preguntas tanto em escrever como nas contas e lér a tudo respondeo com acerto». Recebeu carta de professor pelo tempo de dois anos, com o ordenado anual de 50$000 réis, pago em mensalidades de 4$156 réis[172] até setembro de 1846[173]. Francisco Anacleto de Ornelas havia exercido cargos locais como o de escrivão do juiz pedâneo da freguesia da Fajã da Ovelha (1833)[174] e integrou o Conselho do Município (1841)[175]. Passou a exercer na escola, interinamente, Domingos João dos Santos, que servia na freguesia as funções de apontador dos Caminhos Vicinais[176].

Figura 7 – Assinatura do professor Francisco Anacleto de Ornelas (1844.12.02)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 33.

A Câmara Municipal colocou a concurso o lugar de professor da escola da Fajã da Ovelha, em fevereiro de 1847, pelo período de 60 dias[177], voltando a ser exercido por António Manuel da Silva que também desempenhava as funções de «Cirurgião do Partido», ou seja, funções médicas. Por este motivo alegava que não podia exercer a função de professor, tendo encarregado o cura da freguesia, Manuel Joaquim de Gouveia, para o substituir a partir de 1 de maio de 1847, o que foi aprovado pela

[172] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fl. 33 (1844.12.02).
[173] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1844-1846, fls. 42, 46, 65, 84v.º-85, 105v.º, 141v.º; L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 12, 26v.º, 33v.º, 35v.º.
[174] ABM, *CMC*, L.º de vereações, 1831-1834, fl. 110.
[175] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1839-1841, fl. 85.
[176] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 120v.º-121 (1851.05.03).
[177] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 54 (1847.02.17).

Câmara Municipal[178]. A Câmara Municipal passou-lhe carta de professor desta escola[179], recebendo o mesmo ordenado que os anteriores[180] até 25 de setembro de 1848, data em que participou à Câmara Municipal que não podia continuar no mesmo emprego[181]. A Câmara abriu concurso para a mesma escola, pelo prazo de um mês, sendo condições para os candidatos os conhecimentos em «1.º Sabendo lér escrever e contar Segundo arthemetica e Thografia 3.º Gramatica Portugueza ou Latina»[182]. Como se constata, os professores eram selecionados por entre os poucos residentes na freguesia que tinham alguma formação ou sabiam ler e escrever.

Encontrando-se vaga a escola da Fajã da Ovelha, um grupo de moradores da freguesia do Estreito da Calheta[183], em março de 1849, requereu à Câmara Municipal a transferência desta escola para a freguesia do Estreito, a fim de «ali serem educadas as crianças que se achão já capazes de serem educadas pela dificuldade que há no tempo dos invernos, e muito chuvosos virem [à escola d]a Calheta»[184]. O grupo propunha o seminarista Manuel Joaquim de Faria para professor interino, por considerar que possuía «instrução suficiente» para exercer a função. A edilidade aprovou a transferência, com a ressalva de restabelecê-la na Fajã da Ovelha assim que fosse possível encontrar alguém «com as qualidades que a Lei exhige»[185]. No arrendamento da casa para servir de escola foram aplicados 16$000 réis e para ajuda do custeamento da mesma foi diminuido o ordenado do Cirurgião do Partido em 20$000 réis, passando a receber 60$000 réis[186]. A «Escolla Municipal do Estreito» foi ministrada por Manuel Joaquim de Faria, até setembro de 1851. Neste mês, ausentou-se para o Funchal, pedindo a sua substituição, «até regressar», pelo cura da freguesia, Manuel Joaquim de Sousa Serrão Farinha, «por ser muito capaz», pedido aprovado pela Câmara Municipal, sendo o lugar de professor desta escola colocado

[178] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fls. 68v.º, 75.
[179] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 75.
[180] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 75v.º (1847.09.06).
[181] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 119 (1848.11.15).
[182] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 119 (1848.11.15).
[183] O grupo de moradores era composto por: vigário José Francisco de Sequeira, cura Manoel Rodrigues Correia, António João de França Andrade, Francisco Ladislau de França, António João de França Andrade Júnior, António Manoel da Silva, Francisco Carvalhal de França, Luís de Ornelas e António Afonso (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 131 (1849.03.02)).
[184] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 131 (1849.03.02).
[185] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1846-1849, fl. 131 (1849.03.02).
[186] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 1, 16v.º (1849.08.27, 1849.12.17).

a concurso[187]. Em maio de 1851, Manuel Joaquim de Faria reclamou da diminuição do ordenado e em junho, João Henriques Nunes assumiu a escola por um mês, com um ordenado de 3$333 réis[188].

Na área do atual concelho da Calheta, na década de 1840, foi implementada a quarta escola oficial de instrução primária, na freguesia da Ponta do Pargo, à data pertencente ao município do Porto Moniz. Com a instalação do município do Porto Moniz, a 31 de outubro de 1835, a freguesia da Ponta do Pargo passou a estar sob a sua jurisdição, onde permaneceu até 26 de junho de 1871, data em que foi reincorporada no município da Calheta, mantendo-se assim até à atualidade. Nos períodos em que o município do Porto Moniz foi extinto, entre 27 de novembro de 1849 e 24 de novembro de 1855 e entre 26 de junho de 1867 e 10 de janeiro de 1868, a Ponta do Pargo voltou a pertencer ao concelho da Calheta[189]. Nesse período, de 1835 a 1871, a Ponta do Pargo era a freguesia mais populosa e rica do concelho do Porto Moniz, e a sua distância do centro da vila levou à manutenção de uma escola local. A dificuldade na mobilidade, tanto por mar como por terra, para chegar ao centro da vila do Porto Moniz, intensificou a reivindicação dos habitantes da Ponta do Pargo para a integração no concelho da Calheta, em 1871.

Os elementos da vereação da Câmara Municipal do Porto Moniz, a 31 de janeiro de 1844, solicitaram ao governador civil da Madeira o estabelecimento de uma «Escolla de Primeiras letras» na Ponta do Pargo, com a gratificação ao professor de 72$000 réis anuais. A solicitação foi aprovada e Manuel Joaquim de Sousa Rodrigues foi nomeado por ofício de 21 de março[190], iniciando funções a 15 de abril[191]. O professor recebeu os ordenados em prestações, que variavam entre 1, 2, 3, 4, 5, 6 ou 11 meses[192]. Em novembro de 1848, solicitou à Câmara autorização para se ausentar para o Funchal, pedido que lhe foi concedido, ficando a escola «encarregada a pessoa de sua confiança»[193]. O professor, aquando da solicitação

[187] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 150v.º (1851.09.27).

[188] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fls. 119v.º, 129, 177v.º (1851.05.03, 1851.05.27, 1852.06.15).

[189] RIBEIRO, 1996, *Porto do Moniz – subsídios* […], p. 67; VIEIRA, 2018, «Porto Moniz»; *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1871*, 1872, *DG* de 1871.07.06, n.º 184.

[190] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fls. 59 (1844.01.31), 64 (1844.03.30; of. do GC de 1844.03.21).

[191] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fl. 66v.º (1844.05.11); L.º de vereações de 1856-1860, fl. 188 (1859.09.15).

[192] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fls. 67v.º (1844.05.25), 73v.º (1844.08.20), 105 (1845.06.07), 107 (1845.06.21), 110 (1844.07.12), 125 (1846.02.28), 129 (1846.05.02), 138 (1846.11.07), 145 (1847.03.13), 153 (1848.02.09).

[193] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fl. 161 (1848.11.14).

do pagamento de uma dívida sobre o exercício de funções nesta escola, refere que exerceu nesta escola «sem interrupção», de 15 de abril de 1844 até 1849, «quando o concelho foi extincto»[194], ou seja, até novembro de 1849.

Perante as dificuldades financeiras enfrentadas pelo município do Porto Moniz no final da década de 1840, e com o objetivo de restaurar o seu equilíbrio financeiro, o administrador do concelho, Luís José Vicente Teixeira, propôs, em fevereiro de 1849, o corte de despesas e a diminuição dos ordenados dos empregados municipais. Propôs para esta escola, a única municipal do concelho, o vencimento anual de 57$600 réis para o professor candidato, «havendo pessoa que devidamente habilitada pelo Conselho de Lyceu, […] mostrando que possa reunir de quinze a vinte alunos pelo menos»[195]. Refira-se que neste concelho, além desta escola da Ponta do Pargo, encontrava-se aberta a escola régia na vila, de ensino primário, para crianças do sexo masculino, ministrada pelo professor régio José Bernardino de Brito, que recebia a gratificação anual de 20$000 réis[196].

No período em que o município do Porto Moniz foi extinto, entre 1849 e 1855, a Câmara Municipal da Calheta teve a seu cargo o pagamento dos professores desse município, como ocorreu, em agosto de 1853, com o pagamento de uma dívida, de 18$498 réis, ao professor José Bernardino de Brito e,[197] de 6$000 réis, a Manuel Joaquim de Sousa Rodrigues, da mesma escola[198]. Manuel Joaquim Rodrigues, em agosto de 1858 e setembro de 1859, reclamava, ainda, ao Conselho de Distrito e à Câmara Municipal do Porto Moniz mais de 30$000 réis do vencimento que lhe era devido do tempo como professor desta escola[199]. A Câmara Municipal do Porto Moniz remeteu esta dívida para a Câmara Municipal de São Vicente que, ao assumir a gestão do território do Porto Moniz após a supressão da primeira, havia ficado com alguns materiais, os quais foram vendidos em hasta pública. Propôs, assim, que o lucro obtido com a venda fosse utilizado para saldar a dívida agora solicitada, acrescentando uma observação pouco abonatória à atuação deste professor: «mal empregado foi o dinheiro que a camara extincta lhe pagou, pois que de tal dinheiro

[194] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 187v.º (1859.09.15).
[195] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fl. 165v.º (1849.02.03).
[196] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1842-1849, fls. 8-8v.º.
[197] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fls. 1-1v.º (1853.08.13).
[198] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 12v.º (1853.11.23).
[199] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fls. 136v.º (1858.08.12), 187v.º-188 (1859.09.15). O professor Manuel Joaquim Rodrigues, em novembro de 1857, solicitou à Câmara da Calheta uma certidão em que constasse o valor em dívida por parte da extinta Câmara do Porto Moniz (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 7 (1857.11.06)).

nenhum resultado profícuo perveio á sociedade, visto que do ensino daquele Professor não aprovou hum só aluno que saiba ler hûa carta, nem assignar seu nome»[200].

O governador do distrito do Funchal, José Silvestre Ribeiro (1846-1852), solicitou às câmaras municipais, administradores de concelho, juntas e regedores de paróquia e à população a coadjuvação no levantamento das necessidades mais urgentes do Distrito do Funchal[201]. O governador propunha que «Em todas as Freguesias do Districto deve haver uma Eschola d'Ensino Primario»[202] e, a 14 de junho de 1850, alertava a Câmara Municipal da Calheta para «o quanto é percizo avér» uma escola de primeiras letras na Ponta do Pargo. O cura desta freguesia, Agostinho António Nunes Jardim, ofereceu-se para ensinar na mesma, por 30$000 réis anuais[203], no que a Câmara concordou «emediatamente» oficiando o cura «sem demora»[204], face ao valor da proposta. Como o cura não possuía casa na Ponta do Pargo, propôs que a escola municipal funcionasse no espaço por cima da sacristia da igreja paroquial de São Pedro, pertencente à confraria do Santíssimo Sacramento, sendo pedida autorização ao vigário da igreja, Manuel Alberto Mendes, para o seu empréstimo, juntamente com alguns bancos, nos dias que não fossem necessários para o serviço da igreja[205]. Não foi possível a dispensa do espaço, por parte do vigário[206], sendo aberta a escola noutro espaço, pelo menos, a partir de finais de 1850. O governador civil da Madeira, em dezembro de 1850, orgulhava-se de que «aproveitando a generosa dedicação das Camaras e Parochos respectivos» já havia estabelecido nove escolas de ensino primário na Madeira, em zonas distanciadas do Funchal e das principais vilas sendo uma delas a da Ponta do Pargo. As outras foram nas freguesias do Curral das Freiras, Santo António da Serra, Gaula, Camacha, Seixal, Serra de Água, Quinta Grande e Boaventura[207].

Após a saída de Agostinho António Nunes, a escola da Ponta do Pargo ficou sem professor até janeiro de 1851, quando Gerardo António de França Bettencourt

---

[200] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 163 (1859.03.17).
[201] FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], p. 98.
[202] FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], p. 102.
[203] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 56v.º (1850.06.17); ABM, *GC*, L.º 136, fls. 130-130v.º (1850.06.20).
[204] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 56v.º (1850.06.17).
[205] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 58 (1850.06.28).
[206] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 66 (1850.07.31).
[207] BLANC *et al.*, 1851, *Brevissima resenha de alguns dos serviços* […], p. 11. FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], p. 102.

foi convidado a lecionar interinamente[208]. Exerceu funções até setembro-outubro de 1852, quando a Câmara colocou esta escola a concurso, após solicitação de Eduardo Joaquim de Sousa Pestana, natural desta freguesia, que mostrou interesse em concorrer[209]. Eduardo Pestana foi admitido ao lugar, reclamando da decisão o anterior professor, visto ter sido preterido e o novo nomeado não ter satisfeito as condições estipuladas na lei de 20 de setembro de 1844. A Câmara resolveu dar um prazo de 30 dias para o novo professor satisfazer o pedido ou, em caso contrário, seria excluído[210].

A escola da Ponta do Pargo foi extinta, tal como as restantes escolas municipais do concelho da Calheta, como referido em novembro de 1855[211].

Na continuidade da intenção de expandir a rede escolar, o governador civil da Madeira, a 14 de fevereiro de 1851, oficiou a Câmara Municipal da Calheta sobre a necessidade de estabelecer uma Escola de Primeiras Letras no Paul do Mar, para o ensino das crianças desta freguesia e da freguesia do Jardim do Mar[212]. A Câmara, por sua vez, oficiou ao vigário do Paul do Mar, Francisco Plácido da Silva, a fim de averiguar se este se sujeitava ao ensino primário para as crianças das duas freguesias «por uma gratificação modica conforme as circunstancias actuaes desta Camara»[213]. A ausência de menções posteriores a esta escola, na documentação camarária, sugere que o vigário não aceitou a proposta e, somente em 1863 a necessidade de instalar a escola foi retomada[214].

Um decreto de 20 de dezembro de 1850 regulamentou que as aulas de instrução primária deveriam ser realizadas em edifícios públicos ou, na falta destes, nas habitações dos professores ou outras casas particulares. Os espaços destinados ao ensino deveriam ser centrais, adequados para o número de alunos, com separação para ambos os sexos, e que estivessem em condições decentes e

[208] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 105 (1851.01.13). Gerardo António de França desempenhava o cargo de juiz eleito da Ponta do Pargo (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 166v.º (1852.02.12)).

[209] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 196 (1852.09.16). Eduardo Joaquim de Sousa Pestana solicitou o lugar da escola da Ponta do Pargo ao governador civil (of. datado de 1852.08.24, registado no L.º 2, of. 339, citado em ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 193v.º (1852.09.09).

[210] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 213 (1852.11.20).

[211] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 108v.º (ata de discussão do orçamento, 1855.11.14).

[212] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 107 (1851.02.20) referindo o of. 234, do L.º 2 do Governo Civil do Funchal.

[213] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 107 (1851.02.20).

[214] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 9v.º (1863.10.03).

providos da mobília indispensável[215]. O art.º 2 deste decreto regulamentava que os reparos na «casa pública da Escóla», as despesas com a mobília e o custeamento indispensável para o exercício escolar ficavam a cargo das câmaras, sendo pagas pelos rendimentos municipais ou das juntas de paróquia, sendo abonadas pelo Conselho de Distrito[216]. Este decreto também regulamentava os horários das aulas, faltas dos professores, a disciplina dos alunos, a educação moral e religiosa, os conteúdos a lecionar, prémios e castigos. Em outubro de 1852, o professor da escola do Estreito da Calheta solicitiva à Câmara a casa e mobília «para acomodação dos alunos», em virtude deste decreto[217].

A primeira solicitação para implementar uma escola oficial para as crianças do sexo feminino, no concelho da Calheta, foi presente à Câmara Municipal por Maria Isabel Moniz de Meneses, pretendendo instalá-la na freguesia do Paul do Mar, em 1852. A Câmara considerava útil a «educação da mocid[ad]e», no entanto, não era deferível, por ora, tal implementação, por falta de meios financeiros[218].

Em agosto de 1854, durante a discussão e aprovação do orçamento municipal da Calheta, esta edilidade destinou 30$000 réis a cada um dos três professores municipais (Arco da Calheta, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo), sem dotar verbas para a escola do Estreito da Calheta, nem qualquer gratificação para custeio da escola nacional[219].

O Governo Central, em setembro de 1854, autorizou a abertura de créditos suplementares «a favor da Instrução Primária» para a criação de escolas nas freguesias onde eram mais carecidas. A Câmara Municipal da Calheta, tendo estabelecidas as escolas municipais nas freguesias do Arco, Estreito e Ponta do Pargo, havia suprimido a da Fajã da Ovelha pelo «estado de finanças» da municipalidade. Porém agora, «ancioza pela instrução pública», e com a possibilidade de se abrirem mais escolas, a Câmara solicitou a abertura da escola da Fajã da Ovelha e alertou para a necessidade da abertura de uma escola para meninas na «cabeça do Concelho», a freguesia da Calheta[220]. Por outro lado, também solicitou um aumento na gratificação aos professores, pois à data a Câmara, devido às suas condições financeiras, derivadas da diminuição das receitas provenientes das rendas, havia

[215] VASCONCELOS, 1851, *Collecção oficial da Legislação Portugueza – 1850*, pp. 897-903, Decreto de 1850.12.20.
[216] VASCONCELOS, 1851, *Collecção oficial da Legislação Portugueza – 1850*, p. 897, Decreto de 1850.12.20.
[217] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 199v.º (1852.10.07).
[218] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1849-1853, fl. 206 (1852.10.23).
[219] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 60v.º (1854.08.09).
[220] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 65v.º (1854.09.18).

optado por reduzir as gratificações dos três professores municipais para 30$000 réis. A Câmara temia que, com esse valor, não surgissem interessados em assumir funções nas escolas[221]. A falta de receitas do município para custear as despesas fez com que os professores abandonassem as escolas municipais da Calheta e «que não tinha até ao presente concorrido pretendentes», como referido, em novembro de 1855, aquando da discussão do orçamento municipal para o ano de 1856[222]. Do ensino oficial ficara, apenas, aberta a Escola Régia da vila da Calheta.

No sentido da reabertura das escolas, a Junta Geral do Funchal e o comissário dos estudos deste distrito solicitaram ao Ministério dos Negócios do Reino a criação de diversas escolas, incluindo uma para as crianças do sexo masculino na freguesia da Ponta do Pargo, autorizada por decreto de 7 de maio de 1856[223]. Esta escola, como as restantes, foi «imediatamente» posta a concurso, conforme as determinações legais. Segundo o comissário dos estudos da Madeira, Marceliano Ribeiro de Mendonça, em ofício de 18 de setembro, não tendo aparecido candidato à mesma, D. Maria Amélia, desta freguesia, através de requerimento assinado pelos párocos e alguns proprietários da freguesia, solicitou que lhe fosse deferido este lugar, visto já ter uma escola particular nesta freguesia, para o ensino de meninas, comprometendo-se a ensinar os meninos de manhã e as meninas à tarde[224]. O comissário de estudos solicitou a opinião e aprovação da Câmara Municipal do Porto Moniz, das condições apresentadas por D. Maria Amélia, informando a edilidade que na sessão de vereação, de 3 de outubro de 1856, Eduardo Joaquim de Sousa Pestana apresentou um requerimento em que pretendia o lugar da escola, que havia de ser enviado ao comissário dos estudos, juntamente com o atestado de conduta, levando a Câmara a considerar «ser desnecessária a sua opinião» sobre a pretensão de D. Maria Amélia[225]. A escola não foi de imediato implementada e, em outubro de 1857, a Câmara Municipal do Porto Moniz indicava que no concelho existia unicamente uma escola de ensino primário, a escola régia na vila[226].

---

[221] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 65v.º (1854.09.18).

[222] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1853-1857, fl. 108v.º (ata de discussão do orçamento, de 1855.11.14).

[223] Decreto de 1856.05.07, do Ministério dos Negócios do Reino, 1.ª Direção, 1.ª Repartição. Este decreto implementou escolas masculinas nas freguesias de: Gaula, Caniço, Camacha, Porto da Cruz, S. Jorge, Boaventura, Fajã da Ovelha, Ribeira Brava, Serra de Água, Tabua e Canhas.

[224] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fls. 31-31v.º (1856.10.03).

[225] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 31v.º (1856.10.03). Eduardo Joaquim Pestana desempenhava cargos do poder local como, em 1859, o de juiz eleito desta freguesia; em 1861, de guarda do cemitério e de escrivão do juiz eleito (ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 163 (1859.03.17); L.º de vereações de 1860-1871, fls. 41, 58v.º (1861.04.12 e 1861.11.20)).

[226] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 92v.º (1857.10.07).

A 11 de maio de 1858, a escola de ensino primário da Ponta do Pargo reabriu, sob a orientação do professor interino Alípio Augusto Ferreira, nomeado pelo comissário dos estudos do distrito do Funchal[227]. Para o funcionamento da escola, a Câmara Municipal arbitrou 5$000 réis para a aquisição de um mesão e bancos[228]. Neste mês entrava em funcionamento a escola para meninas na vila do Porto Moniz, tendo como responsável a professora D. Henriqueta Espinosa Viana[229]. O professor Alípio recebia o pagamento trimestral de 5$000 réis[230], ou seja, uma gratificação anual de 20$000 réis, como os restantes professores régios, já que esta escola da Ponta do Pargo era uma Escola Régia. Este professor recebeu o seu vencimento até 10 de julho de 1859[231].

A 11 de julho desse ano, Filipe Rodrigues Jardim assumiu as funções de professor régio na escola[232], usufruindo a mesma remuneração que o anterior[233]. Filipe Jardim acumulou, pelo menos em 1860-1861, o cargo de regedor nesta freguesia[234], tendo sido também nomeado juiz de paz efetivo e 1.º substituto do juiz eleito. Porém, não pôde aceitar estas funções por desempenhar o cargo régio de professor[235]. Esteve em exercício nesta escola até, pelo menos, finais de novembro de 1862[236]. A 13 de julho de 1865, tomou posse como professor municipal na abertura da nova escola de ensino primário da freguesia do Seixal[237], cargo pelo qual já havia mostrado interesse desde outubro de 1858, quando solicitou informações à Câmara Municipal do Porto Moniz sobre as «matérias que se devem ensinar na Eschola que a camara pertende estabelecer na dita freguesia» do Seixal[238].

É de salientar que, na sessão da Junta Geral de 12 de junho de 1862, os procuradores da Junta Geral do Distrito do Funchal propuseram a criação de várias escolas. O procurador Dr. João Barbosa de Matos e Câmara, proprietário no Porto Moniz e Arco da Calheta, sugeriu a criação de três escolas nos concelhos do Porto Moniz, S. Vicente e na Calheta (freguesia do Arco da Calheta). O procurador Manuel Joaquim

[227] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 125 (1858.05.20).
[228] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 137v.º (1858.09.02).
[229] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 124v.º (1858.05.20).
[230] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fls. 148v.º (1858.11.26), 160v.º (1859.01.17).
[231] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 182v.º (1859.07.25).
[232] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 182v.º (1859.07.25).
[233] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 202 (1859.12.27).
[234] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fls. 7 (1860.07.27), 26 (1861.01.19), 38v.º (1861.04.12).
[235] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 74 (1862.02.08).
[236] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 101 (1862.11.29).
[237] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 158 (1865.07.20).
[238] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1856-1860, fl. 143 (1858.10.17).

de Gouveia propôs a criação de uma escola na Ponta do Pargo «por ser uma freguesia muito extensa»[239], o que demonstra que esta escola voltou a ficar inativa. A escola da Ponta do Pargo seria reaberta e, em setembro de 1866, juntamente com as outras escolas do concelho do Porto Moniz, receberam 150 exemplares de uma cartilha sobre a redução do sistema de pesos e medidas do «antigo para o moderno»[240].

Segundo o relatório do governador civil da Madeira, de 1867, a escola régia da Ponta do Pargo estava em «condições regulares» e era frequentada por 37 crianças do sexo masculino, tendo à data, a freguesia, uma população de 2006 almas[241], ou seja, maiores de 7 anos. Já na visita à escola, por parte do inspetor das escolas do 3.º círculo, do Funchal, em outubro de 1867, este apontou que aquela escola era «insuficiente para a população educanda que deve concorrer a ella; que esta mesma eschola não tem mobília própria», tendo-se comprometido a Câmara do Porto Moniz a fornecer o mobiliário[242].

Na sessão de vereação da Câmara Municipal do Porto Moniz, realizada na presença dos professores José Bernardino de Brito, Filipe Rodrigues Jardim e Felisberto Augusto de Gouveia, foi lido um ofício do governador civil, datado de 8 de novembro de 1866, propondo a criação de escolas noturnas[243]. Tendo em conta que o primeiro professor estava em exercício na escola régia, do sexo masculino, da vila; o segundo na escola do Seixal; estava em atividade na escola da Ponta do Pargo o professor Felisberto Augusto de Gouveia, que anteriormente, em 1862, foi professor na escola da Fajã da Ovelha.

O decreto de 7 de maio de 1856 também criou uma escola para as crianças do sexo masculino na freguesia da Fajã da Ovelha[244], tendo sido instalada nos anos seguintes. Em agosto de 1860, o professor desta escola, Bento João Perestrelo de França, solicitou 18$000 réis para pagamento da renda da casa e dos móveis da escola. A Câmara Municipal da Calheta deliberou colocar o valor em orçamento suplementar[245]. Em outubro e dezembro desse ano e em janeiro de 1861 o mesmo professor solicitou à Câmara o pagamento das gratificações para custeamento da

[239] ABM, *GC*, L.º 571, fls. 214v.º-215v.º.
[240] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 174v.º (1866.09.10).
[241] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 25.
[242] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fls. 192-192v.º (1867.10.07).
[243] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 179 (1867.01.19).
[244] Decreto de 1856.05.07, do Ministério dos Negócios do Reino, 1.ª Direcção, 1.ª Repartição.
[245] ABM, *CMC*, L.º de vereações de 1857-1860, fl. 188v.º (1860.08.04); ABM, *CMC*, L.º de vereações de 1860-1867, fl. 15 (1860.10.20).

escola, respetivamente, nos valores de 5$000 e 15$000 réis, sendo deliberado que estes valores só seriam pagos depois de incluídos em orçamento municipal e, em setembro, respondeu a Câmara que «logo seja possível será entregue as ditas verbas [arrendamento da casa]; bem como da sua gratificação»[246]. Tal situação levou o professor a pedir a demissão ao comissário dos estudos da Madeira, em fevereiro de 1862, informando à Câmara que a mobília (uma mesa e um banco[247]) permanecia na casa que servia de escola, sob a guarda do cónego António Homem de Gouveia[248]. A Câmara comprometeu-se a enviar os valores devidos[249].

Sucedeu o professor Felisberto Augusto de Gouveia que apresentou a sua carta, passada pelo comissário dos estudos, ao administrador do concelho, a 13 de março de 1862, para exercer nesta escola da Fajã da Ovelha, exigindo que a Câmara lhe fornecesse a casa para a escola[250], orçamentada em 12$000 réis, sendo encarregado pela Câmara de encontrar uma habitação com as condições necessárias[251]. Em junho de 1862, a escola contava com a frequência de 35 alunos, solicitando mobília para acomodá-los e a gratificação de 10$000 réis por ter mais de 30 alunos[252], ao abrigo do art.º 26 do decreto de 20 de setembro de 1844. A Câmara decidiu solicitar informações a este respeito ao administrador do concelho, visto ter as escolas a seu cargo[253].

A 17 de julho de 1865, tomou posse o professor interino Manuel de Ponte de Gouveia Júnior, residente na Lombadinha, Ponta do Pargo, que lecionou nesta escola até 1877[254]. Através do relatório do Governo Civil do Funchal, de 1867, sabe-se que a escola tinha a frequência de 26 alunos e que se encontrava em «*sofríveis condições*»[255]. No início da década de 1870 a escola funcionava num quarto anexo à igreja paroquial[256].

---

[246] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 18v.º, 21 (1860.10.17, 1860.12.03), 46v.º (1861.02.09), 75v.º (1861.09.14).

[247] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 124v.º-125 (1862.05.07).

[248] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 114-114v.º (1862.03.08).

[249] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 114-114v.º (1862.03.08).

[250] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fls. 116v.º-117 (1862.03.24).

[251] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fl. 117 (1862.03.24).

[252] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fl. 130v.º (1862.06.04).

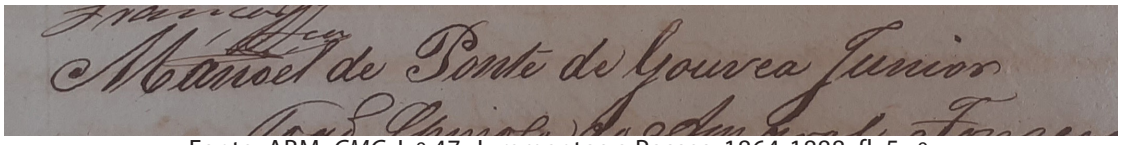
[253] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1860-1863, fl. 130v.º (1862.06.04).

[254] O Ministério do Reino, através da Direção Geral de Instrução Pública, renovou as nomeações deste professor a 1 de março de 1867 (tomou posse a 8 de fevereiro de 1868, pelo período de três anos), a 7 de novembro de 1870 (tomou posse a 10 de dezembro deste ano, pelo período de três anos) e a 6 de abril de 1874 (tomou posse a 21 de maio de 1874) (ABM, *CMC*, L.º 47, fls. 5, 14v.º-15, 16v.º-17).

[255] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 20.

[256] ABM, *CMC*, L.º 47, fl. 5.

Figura 8 – Assinatura do professor Manuel de Ponte de Gouveia Júnior (1865.07.17)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888, fl. 5v.º.

Ao inspetor geral das escolas do distrito do Funchal, Marceliano Abreu de Mendonça, tinha-lhe sido confiada a missão da criação de escolas. Presente na reunião camarária da Calheta, de 31 de agosto de 1863, propunha a criação de quatro escolas no concelho, nomeadamente das escolas masculinas e femininas nas freguesias do Arco e Estreito da Calheta. O presidente da Câmara comprometeu-se a incluir verba em orçamento suplementar, conforme «permiter o estado de suas finanças», para o arrendamento dos espaços e da mobília, no entanto, o administrador do concelho, «animado dos patrióticos sentimentos» da Câmara, chamava a si a responsabilidade do pagamento das prestações das casas para servirem de escolas, pelo prazo de cinco anos[257]. O inspetor, por esquecimento na anterior reunião, alertava a Câmara, em inícios de outubro, sobre a conveniência da criação de uma escola no Paul do Mar, «cuja povoação tem, como outro igual direito aos benefícios da Instrução elementar», comprometendo-se a Câmara a financiar a mobília e o arrendamento da casa[258].

Após a chamada de atenção do governador civil da Madeira, António Jacinto Perdigão, em fevereiro de 1867, para a necessidade urgente do «derramamento da instrução primária» e das «vantagens que della hão de colher os povos» solicitava à Câmara o auxílio neste empenho, propondo a criação de uma escola noturna na freguesia central, a da Calheta, e de escolas diurnas nas freguesias onde não existissem[259]. A Câmara acordou na criação dessa escola noturna e de duas escolas diurnas, masculinas, nas freguesias do Arco e do Estreito da Calheta, cada uma com a gratificação anual de 50$000 réis[260].

O professor da escola da freguesia da Calheta, José Joaquim de Freitas, prontificou-se a lecionar no ensino noturno, mediante a gratificação de 6$000 réis

[257] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fls. 6v.º-7 (1863.08.31).

[258] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 9v.º (1863.10.03); «Instrucção publica», 1907.03.17, in *DN*, p. 2.

[259] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 174v.º (1867.02.15).

[260] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 174v.º (1867.02.15); «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 20.

mensais e o pagamento da «despeza de luz»[261]. A Câmara Municipal convidou Bento João Perestrelo de França, por ofício de 18 de fevereiro de 1867, para o magistério na escola do Estreito da Calheta, pela gratificação estipulada de 50$000 réis, o qual aceitou e agradeceu a «nomeação e confiança»[262]. Para a escola masculina do Arco da Calheta, foi nomeado o vigário da paróquia local, António de Abreu Macedo exercendo até junho de 1867[263], quando teve de ausentar-se da freguesia, após deixar de exercer o cargo de vigário. A Câmara Municipal nomeou Roque Spínola Amaral para substituí-lo[264].

Face às dificuldades financeiras da Câmara Municipal da Calheta, e atendendo à impossibilidade de lançar mais impostos diretos e indiretos sobre os moradores do concelho, foram diminuídos os ordenados dos empregados municipais. Como a quantia de 50$000 réis já era diminuta «para a justa remoneração d'um professor», a opção recaiu na extinção, a 1 de julho de 1868, das três escolas recém-criadas em fevereiro de 1867, a noturna da Calheta e as duas diurnas, masculinas, das freguesias do Arco e Estreito da Calheta. Permaneceram abertas duas escolas no concelho: a régia, na freguesia da Calheta, a cargo do professor José Joaquim de Freitas, e a municipal, na Fajã da Ovelha, a funcionar em casa de António Gonçalves de Gouveia e dirigida pelo professor Manuel de Ponte de Gouveia Júnior[265]. A Câmara acrecentava à justificação do fecho das três escolas, a «pouca frequência das ditas escholas»[266] e «consta que alguns alunos tem sahido da freguesia do Estreito, para frequentar a da freguesia da Calheta»[267].

O professor da escola da Fajã da Ovelha prontificava-se a abrir um curso noturno na sua escola, lecionando gratuitamente até o final do ano letivo, no mês de

[261] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 167 (1866.12.27). A despesa de luz nesta escola noturna da Calheta era de 1$200 réis mensais (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 177v.º (1867.02.28)).

[262] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 176v.º (1867.02.28).

[263] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 194 (1867.06.14).

[264] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 194 (1867.06.14). A 26 de outubro de 1862 casou, no Arco da Calheta, um indivíduo com este nome, Roque Spínola Amaral, com a profissão de «Escrivão de Juiz de Direito», de 23 anos de idade, com Amélia Augusta de Freitas (ABM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1862, fls. 13-14). Ficou viúvo e casou aos 32 anos, com a profissão de «proprietário, Escrivão do Juiz de Paz da freguesia da Calheta», com Claudina Amélia de Gouveia (ABM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1871, fls. 17-17v.º). Ficou viúvo novamente, casando, terceira vez, aos 45 anos, com Eugénia Cândida da Silva. Desta vez apresentou a profissão de «proprietário» (ABM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1884, fls. 9v.º-10).

[265] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 57 (1868.07.08).

[266] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 61v.º (ata de discussão e aprovação do orçamento, de 1868.07.08).

[267] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1867-1870, fl. 51 (1868.07.01).

junho, se a Câmara fornecesse luz e utensílios escolares e no ano seguinte pagasse 6$000 réis mensais. Este professor aproveitava a ocasião para solicitar à Câmara uma gratificação suplementar, visto ter mais de 30 alunos, ao abrigo do art.º 20.º do decreto de 20 de setembro de 1844[268].

Os primeiros dados estatísticos que conhecemos da população escolar do concelho da Calheta constam de um relatório de 1867[269]. Neste relatório, a freguesia da Calheta, com 2725 almas, tinha uma escola para as crianças do sexo masculino, frequentada por 30 alunos, e outra para as crianças do sexo feminino, frequentada por 42 alunas. Nesta data, a outra escola existente, a masculina da freguesia da Fajã da Ovelha, que contava com 2298 almas, era frequentada por 26 alunos. A freguesia da Ponta do Pargo, à data pertencente ao concelho do Porto Moniz, tinha 2006 almas e uma escola régia para as crianças do sexo masculino, frequentada por 37 alunos[270]. Segundo o mesmo relatório a frequência média da população em idade escolar, era de apenas 5,6% para todo o concelho e de 14% para as freguesias onde existiam escolas[271].

O governador civil da Madeira, Jacinto António Perdigão (1863-1868), elucidava, também, a Câmara Municipal do Porto Moniz, em novembro de 1866, sobre as vantagens do estabelecimento de escolas noturnas nos espaços onde funcionavam as diurnas, propondo que os professores ensinassem gratuitamente até junho desse ano e que a partir de 4 de janeiro do ano seguinte forneceria luz e alguns utensílios escolares[272]. Para a freguesia da Ponta do Pargo era proposta uma outra casa em local diferente da escola diurna, pois esta era muito distante da casa do professor, ficando o administrador do concelho incumbido de procurar uma «casa própria para aquelle mestre»[273]. O governador civil da Madeira, em visita ao Porto Moniz, em sessão de vereação da Câmara, salientava a realidade da abertura destas três escolas noturnas[274] e o relatório do governador civil, de 1867, corroborava o funcionamento da escola noturna, na Ponta do Pargo, em 1867, sem que o professor auferisse qualquer ordenado[275], o que não significava a melhor opção para o governador porque «este beneficio publico […] não tinha assim

[268] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1863-1867, fl. 177v.º (1867.02.28).
[269] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, pp. 19, 20.
[270] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 25.
[271] Nesta estatística não está incluída a freguesia da Ponta do Pargo, que à data pertencia ao concelho do Porto Moniz.
[272] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 179v.º (1867.01.19).
[273] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 179v.º (1867.01.19).
[274] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fls. 187-187v.º (1867.06.11).
[275] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 25.

garantias de permanencia, e eu procurei por isso empenhar a camara no sentido de gratificar áquelles professores o encargo a que elles voluntariamente se haviam prestado, interessando-os por esse modo em continuar a desempenha-lo»[276].

Quanto ao ensino para as crianças do sexo feminino, a Câmara Municipal do Porto Moniz, «impelida pelos muitos desejos que tem de obter o progresso da instrução entre os povos do seu concelho»[277], prontificou-se, em outubro de 1863, sem aumentar a despesa corrente, a financiar a mobília e os utensílios para o funcionamento de três escolas situadas na Ponta do Pargo , no sítio da Terra Chã (freguesia do Porto Moniz) e no Seixal e, ainda, duas escolas para o sexo masculino, também na Terra Chã e no Seixal, acrescentando a necessidade da criação de outra na Ribeira da Janela. O inspetor geral das escolas do distrito do Funchal, Marceliano Ribeiro de Mendonça, mostrou-se favorável à pretensão[278], mas a implementação da escola na freguesia da Ponta do Pargo não avançou de imediato, sendo a escola oficial para as meninas implementada apenas em 1912[279].

1870-1930 – Da Criação de Escolas do Ensino Elementar ao Regime da Ditadura Militar e Estado Novo

A 16 de agosto de 1870, foi publicado um decreto que reformava a Instrução Primária, dividindo-a em dois graus: o elementar e o complementar. De modo geral, pretendia-se aumentar a regularidade da frequência dos alunos e o número de escolas, capacitar o professorado para o exercício do magistério primário, estimulando-o com melhores remunerações, e melhorar os métodos de ensino. A instrução era descentralizada, passando das «mãos do estado […] para a localidade». O ensino feminino deveria ser ampliado, sem agravamento do orçamento estatal, sendo aplicado, para tal, o subsídio das escolas de latim que eram extintas. Promoviam-se cursos noturnos, de aperfeiçoamento e dominicais.

Os encargos da instrução primária do grau elementar, como o ordenado dos professores, biblioteca, mobília, e utensílios, passaram para a alçada das câmaras municipais, embora estas já contribuíssem anteriormente. A frequência

[276] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 25.
[277] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 158 (1863.10.14).
[278] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 122v.º (1863.10.14).
[279] Em 1867, o inspetor das escolas, do 3.º círculo, do Funchal, voltava a referir que a freguesia da Ponta do Pargo carecia «urgentemente» de uma escola para as meninas (ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 192 (1867.10.07)).

obrigatória no ensino elementar passou a abranger crianças entre os 7 e os 15 anos. Os professores eram nomeados pela Câmara Municipal por dois anos, através de concurso documental, para os candidatos legalmente habilitados com o curso das escolas normais e, na ausência destes, eram nomeados outros pretendentes por meio de concurso. Nas escolas rurais, como as da Calheta, o vencimento de um professor estava estipulado em 120$000 réis anuais, continuando a gratificação suplementar de 10$000 réis para os que tivessem mais de 30 alunos.

Com o intuito de aperfeiçoar os métodos de ensino instituíram-se as «conferências entre os professores». O cargo de comissário de estudos foi extinto, sendo substituído por um inspetor de circunscrição escolar de distrito. Em cada concelho passou a existir uma comissão escolar composta pelo administrador do concelho, o presidente da Câmara Municipal e um cidadão nomeado pelo inspetor distrital a cada três anos[280].

A lei de 2 de maio de 1878 ordenava que em cada paróquia «haverá em regra, uma escola primaria com ensino elementar para cada sexo», tornando obrigatória a frequência para crianças entre os 6 e os 12 anos. Eram dispensadas as crianças que frequentassem o ensino particular ou residissem a mais de 2 km da escola pública ou particular. Com o decreto 6137, de 29 de setembro de 1919, a distância foi ampliada para os 3 km. O decreto 9223, de 6 de novembro de 1923, estipulava multas aos pais ou tutores que não matriculassem os filhos na escola (entre 5$00 e 50$00 escudos) ou cujas crianças faltassem sem justificação. Repetidas as faltas até 10, os encarregados de educação dos alunos deveriam contribuir com valores entre 1$00 e 10$00 escudos, consoante o número de faltas, revertendo o valor das multas para a caixa escolar.

A caixa escolar, existente em cada escola, era administrada pelo diretor da escola ou pelo professor e três alunos eleitos pelos restantes alunos entre os doze melhores da escola. A receita destinava-se a pagar pequenos reparos, compra de materiais escolares, custeio de passeios escolares e aquisição de livros e materiais para os alunos pobres.

A lei de 2 de maio de 1878 criou uma Junta Escolar em cada sede de concelho, com mandato bienal, composta por três vogais, escolhidos entre os vereadores municipais ou outros cidadãos. Esta auxiliava as câmaras municipais e os inspetores

[280] Decreto de 1870.08.16 (Reforma da instrução pública – Ministério dos Negócios da Instrução Publica). É descrita a presença de professores da Calheta nas conferências pedagógicas, desenvolvidas no Funchal, a partir de 1882 e 1883 (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 125, 157 (1882.10.21, 1883.11.03).

nas suas funções. No final desta década, a Câmara Municipal encarregava o pelouro das escolas a um vereador, por exemplo, em janeiro de 1878, foi nomeado o vereador Pedro Jorge Freire de França, e em outubro, o vereador Rufino Joaquim de Coito[281].

Para efeitos de inspeção escolar, foram criadas doze circunscrições em Portugal, correspondendo uma à Madeira. Cada uma delas contava com um inspetor nomeado e retribuído pelo Governo[282].

Na lei de 2 de maio de 1878, a nomeação de um professor continuava a ser proferida pela Câmara Municipal, através de concurso, após proposta graduada da Junta Escolar, de entre os indivíduos habilitados para o exercício do magistério primário. O vencimento mínimo de um professor de uma escola rural estava fixado nos 100$000 réis. Quando não existissem candidatos, a Câmara Municipal nomeava temporariamente um professor, mediante uma gratificação estipulada. Em conformidade com esta lei de 1878, depois de auscultada a Junta Escolar, a Câmara Municipal estabeleceu o horário das escolas, sendo abertas de manhã às 9 horas, entre abril e setembro, e às 9:30 horas, entre outubro e março[283]. Esta lei determinava que as escolas primárias elementares para o sexo masculino eram regidas por professores ou professoras, e as mistas e para o sexo feminino por professoras. No caso de não existir professora, a escola mista era dirigida por «professor casado, ou que tenha na sua família alguma senhora a quem se entregue a educação das meninas e o ensino dos trabalhos de agulha, sendo considerada para todos os efeitos como ajudante da escola»[284].

A lei de 11 de junho de 1880 estipulou um aumento de 25% no ordenado dos professores que perfizessem seis anos de serviço «bom e effectivo, prestado na mesma parochia e no mesmo grau de ensino», estimulando assim a fixação de professores.

Nos termos dos decretos de 6 de maio de 1892 e de 22 de dezembro de 1894 (art.os 56 e 57), os municípios contribuíam anualmente para o Fundo de Instrução Primária, enquanto o Estado, através da Direção Geral da Instrução Pública, assumia as despesas da instrução primária, como o pagamento dos vencimentos dos professores. Este decreto de 1892 visava ampliar a rede escolar e garantir o pagamento pontual e equitativo dos professores em todo o país. A Câmara Municipal da Calheta contribuía para este fundo, depositando na Caixa Geral de Depósitos,

[281] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 55v.º, 111 (1878.01.02, 1878.10.19).
[282] Carta de Lei de 1878.05.02, da Direção Geral de Instrução Pública, capítulo VIII.
[283] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 170v.º (1892.02.25).
[284] Carta de Lei de 1878.05.02, da Direção Geral de Instrução Pública, capítulo III, art.º 21.

por exemplo, 4 481$000 réis em 1912[285]. Posteriormente, o decreto 6137, de 29 de setembro de 1919, estabeleceu que as despesas com os serviços da instrução primária passariam a ser pagas pelo Fundo Geral da Instrução Primária, administrado pela Junta Escolar, presidida pelo vereador responsável pelo pelouro da instrução. O decreto de dezembro de 1894 obrigava as câmaras municipais a constituírem um pelouro da instrução pública, cabendo a um vereador, ou delegado, a supervisão e inspecção do material escolar. No caso do Distrito do Funchal, a inspeção do ensino ficava sob a responsabilidade do comissário de instrução primária[286].

De acordo com as disposições desta última reforma administrativa, a Comissão Distrital do Funchal informava a Câmara Municipal da Calheta, em dezembro de 1893, da obrigatoriedade da fixação de um subsídio para as casas da residência dos professores[287]. Posteriormente, o decreto de 22 de dezembro de 1894 estipulou que os «edifícios escolares, a mobília e os utensílios e mais fornecimentos escolares, e bem assim as casas para habitação dos professores constituem encargo obrigatório das camaras municipaes». Nas escolas com mais de 60 alunos era colocado um professor ajudante, caso o número excedente fosse superior a 20.

A lei de 5 de novembro de 1896 estabelecia que os contratos de arrendamento dos edifícios escolares eram efetuados pelas câmaras municipais. A aquisição de mobília e material de ensino era feita mediante solicitação dos professores, por meio de ofício dirigido ao administrador do concelho que, por sua vez, enviava a requisição à Câmara Municipal, para ser atendido o pedido[288]. No final do século XIX até ao início do século XX, a gestão da instrução primária, por parte da Câmara Municipal, enfrentava novos desafios, como a escassez de imóveis disponíveis para arrendamento e o aumento dos valores de arrendamento[289].

---

[285] Vejamos outros valores pagos: 313$080 réis, em dezembro de 1895; 130$045, em setembro, outubro, novembro de 1896; 312$237 réis, em setembro de 1897; 410$490 réis mensais, entre janeiro e junho de 1898; 392$290 réis em março de 1899; 765$532, em novembro de 1899; 215$193 réis em dezembro de 1899; 316$542, em março de 1900; 119$636 réis mensais em 1910; 239$272 réis mensais, em 1911; 4 481$000 réis em 1912, 284$800 réis mensais, em 1913 (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 25, 38v.º, 39, 40v.º, 53v.º, 63v.º, 64, 66v.º, 79, 85, 86v.º, 96; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 31v.º, 34, 45, 63). A 13 de fevereiro de 1897, após uma solicitação do administrador do concelho para a Câmara fornecer material para a escola feminina do Arco da Calheta, a edilidade referia que «não tem a pagar estes materiais por isso que entra mensalmente com uma quota para a Instrução mediante folha processada na administração do Concelho» (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 44 (1887.02.13).

[286] Decreto de 1894.12.22.

[287] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 191v.º (1893.12.16).

[288] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 50 (1897.06.19).

[289] Em 1915, a Câmara Municipal no arrendamento das 15 casas que serviam de escolas gastava 1 188$00 escudos, acrescentando a despesa de 6 192$22 escudos em despesas com a Instrução Primária (ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 1v.º).

No início da década de 1910, os problemas físicos das escolas tornaram-se mais evidentes, com a falta de casas adequadas para servirem de escolas, as dimensões reduzidas das salas de aula, a precariedade das condições higiénicas e a escassez de utensílios[290], que contribuíam negativamente para uma baixa frequência escolar. Um artigo publicado no *Diário de Notícias*, de 1911, referia que

> «As nossas escolas estão muito longe de satisfazerem, pelo seu numero, os desideratos d'uma nação que, em principio, decretou o ensino obrigatorio.
> E onde seria mais facil obter-se um resultado que correspondesse á extinção do analphabetismo, como é esta cidade, nem mesmo a frequencia escolar é própria para esse fim.
> E as causas principaes d'esta insufficienciaa de frequencia podem, talvez resumir-se em duas unicas: falta de aulas e pouco ou nenhum desejo de que as matriculas se effectuem nas escolas que se acham a funccionar, nas condições de obrigarem a uma certa assistencia de alumnos […].
> Não há meio de sahir do seguinte dilema: fechar a escola ou installar o seu funcionamento num predio, cuja construção, orientação, natureza do solo sobre que assenta, a cubagem, a ventilação, a luz, e outras circumstancias que devem ter peso na sua acquisição, deixam muitissimo a desejar sob os pontos de vista hygienico, e relativamente a mobiliario, não é só a hygiene que soffre ultrages, é tambem a pedagogia, pela falta de material necessario a um ensino proficuo, a uma instrucção que fique, numa permanencia duradoura»[291].

O decreto de 29 de março de 1911, atribuiu ao Estado a responsabilidade das despesas relacionadas com a direção e fiscalização do ensino primário, enquanto as câmaras municipais assumiam as despesas de implementação do ensino primário, incluindo as rendas das casas que serviam de escolas e de habitação dos professores; a aquisição de materiais e mobiliário; a reparação e conservação dos edifícios escolares; os serviços de expediente e limpeza; as despesas relacionadas com os exames; e os ordenados dos professores[292].

Os decretos 2947, de 20 de janeiro de 1917, e 6137, de 29 de setembro de 1919, introduziram novas exigências aos espaços escolares. Este último decreto especificava que as casas arrendadas para uso como escolas, entre outros aspetos, deveriam atender a diversos critérios, como: a localização central, disponibilidade de retretes, salas de aula com uma superfície mínima de 1m^2 por aluno, boa iluminação natural, pavimento soalhado e tetos de madeira ou estucados de branco. A mobília incluía carteiras individuais ou de dois lugares, com o tampo inclinado a 1/6 da

[290] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 1-9.
[291] «As nossas escolas», 1911.02.01, in *DN*, p. 1.
[292] Decreto de 1911.03.29, Parte II, Capítulo I, art.º 52.

sua largura, uma mesa e uma cadeira para o professor, e armários para armazenar cadernos e material escolar dos alunos. O material didático mínimo exigido incluía: «um ou mais quadros negros, uma colecção de pesos e medidas, uma balança Roberval, uma balança decimal, uma craveira, uma colecção de sólidos geométricos, cartas corográficas do continente e ilhas adjacentes e possessões ultramarinas, mapas geográficos, tripé com estante para os cartões com alfabetos e silabários, além de várias colecções de caracteres móveis»[293].

Em 1915, a inspeção das escolas de ensino elementar e complementar do concelho da Calheta passou para o Círculo Escolar da Ribeira Brava[294]. As leis sobre as nomeações e competências da Junta Escolar foram alteradas ao longo do século XX. O decreto 5787-B, de 10 de maio de 1919, reorganizou o Ensino Primário, sendo elogiado em reunião da instalação da Junta Escolar da Calheta, de 1 de julho de 1919, pelo professor José Evangelista Ferro Júnior, que destacou o Ministro da Instrução, Domingos Leite Pereira, pela maneira acertada como «encarou e resolveu o problema da Instrução Primário»[295]. A Junta Escolar existiu com esta denominação até à implementação do decreto 22 369, de 30 de março de 1933, que ordenou que em «cada um dos concelhos que não são sedes de distrito terão os inspectores dos distritos escolares o respectivo delegado, que os coadjuvará no desempenho dos serviços respeitantes ao concelho», ou seja, a Junta Escolar era substituída por uma Delegação Escolar[296]. O Dr. Alfredo Rocha de Gouveia, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Calheta e encarregado do pelouro da Instrução desempenhou o cargo de presidente da Junta Escolar da Calheta entre julho de 1919 [297] e 1934[298], ano em que foi implementado o cargo de delegado do inspetor do distrito escolar do Funchal, no concelho da Calheta, sendo nomeado José Rocha de Gouveia Júnior[299], desempenhando-o até agosto de 1943[300].

A 31 de julho de 1928, com o decreto 15 805, o Estado transferiu para a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal algumas competências na área da

[293] Decreto de 1919.09.29, n.º 6137, Capítulo I, art.os 27 a 31.
[294] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 122v.º, 127v.º (1917.03.31, 1917.06.23).
[295] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 1.
[296] Decreto de 1933.03.30, n.º 22 369, art.º 15, Diário da República, I Série, (Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário).
[297] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 1.
[298] Alfredo Rocha de Gouveia é referido neste cargo, pelo menos até junho de 1925 (ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 166).
[299] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 1 (1934.01.28).
[300] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 399 (1943.08.27).

Instrução Primária. A orientação pedagógica e a inspeção permaneceram sob a responsabilidade da Direção Geral do Ensino, enquanto as câmaras assumiram «as despesas que pela legislação em vigor lhes competem relativamente á instrução primária, podendo as mesmas estabelecer acordos com as juntas gerais sobre a forma de as satisfazerem, em ordem à melhor efectivação daqueles serviços»[301].

Quanto à carreira dos professores, o decreto de 22 de dezembro de 1894 determinava que a nomeação inicial era temporária, por três anos, passando a definitiva após esse período. A carreira estava estipulada em três classes, a 3.ª com oito anos de serviço, a 2.ª com mais sete anos e a 1.ª após completar as duas etapas anteriores com serviço bom e efetivo, ganhando em cada uma das três classes, respetivamente, 150$000, 180$000 e 220$000 réis. No concelho da Calheta, em 1896, existiam um professor de 1.ª classe (Manuel Rocha de Gouveia) e quatro de 3.ª classe (Guilhermina de Jesus Camacho, Júlio César de Faria, Manuel João Correia Júnior e Maria Henriqueta Franco)[302].

O decreto 5322, de 27 de março de 1919, estabeleceu para os professores de ensino primário o limite de idade de 65 anos para o exercício da profissão e a diuturnidade ao fim de seis anos de serviço bom e efetivo em cada uma das cinco classes da carreira. Este decreto fixou o ordenado anual em 420$00 para a 5.ª classe, 500$00 para a 4.ª classe (1.ª diuturnidade), 580$00 para a 3.ª classe (2.ª diuturnidade), 660$00 para a 2.ª classe (3.ª diuturnidade) e 740$00 para a 1.ª classe (4.ª diuturnidade). Este decreto fixava o subsídio para a renda de casa em 40$00 aos professores residentes nas sedes de concelhos mais afastadas dos centros e 25$00 aos professores residentes em outras localidades mais remotas.

Os professores recebiam um salário baixo para a quantidade de trabalho desenvolvido. Em julho de 1920, o periódico *Comércio da Madeira* referia que o «professorado primário está desertando das escolas e procurando na actividade comercial uma mais segura garantia para a sua vida económica, com menos responsabilidades, e sacrifícios»[303].

Um artigo de *O Século*, de 1920, alertava para a necessidade de ser dada maior atenção ao Ensino Primário em Portugal, que estava num

[301] Decreto de 1928.07.31, n.º15 805, do Ministério das Finanças; Decreto de 1933.03.30, n.º 22 369, do Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário.
[302] «Classificação de professores», 1896.07.12, in *DN*, p. 3.
[303] «Instrução primaria – As nossas escolas oficiais», 1920.07.21, in *Comércio da Madeira*, p. 1.

> «pavoroso estendal de miséria que são as instalações das escolas primárias, salvo raríssimas excepções. Casas improprias, mal adaptadas, sem ar, sem luz, sem higiene, sem mobiliário, eis o que com a maior frequencia se nos depara em Lisboa e na provincia. Os edificios que satisfazem as exigencias do ensino, ou se aproximam dos fins que se destinam, devemo-los quasi todos á benemerita iniciativa particular e constituem ofertas feitas ao Estado, que tem sido padastro para a escola primaria. / A percentagem dos anafalbetos só muito lentamente diminue e envergonha-nos ainda aos olhos do mundo culto, emparceirando-nos com países de rudimentar civilisação. […] / […] precisamos de gente que saiba ler, escrever e contar e que adquira na escola primaria não os conhecimentos profundos e transcendentais que menciona um famosissimo programa publicado no «Diario do Governo»»[304].

O problema continuou ao longo da década de 1930. *O Jornal*, no início do ano letivo de 1929-1930, referia que o ensino em nada havia melhorado, «nem nos seus processos nem na sua organização». «Havia falta de escolas e falta de tudo»; «falta tudo, desde o tecto ao professor». «Não há edifícios para receber dez por cento da população escolar». «O recenceamento escolar atual dá uma população de cerca de 800». «Cerca de metade das escolas que funcionam, só têm professores interinos, professores que todos os anos são mudados de Seca para Meca com grave prejuizo do ensino». Por vezes a permanência de professores numa escola variava entre dias a um ano, «se algumas vezes dá tempo de conhecerem os alunos e de lhes marcar lição, outras não dá para os fazer passar de classe ou preparar para exame. E tudo isto porquê? Além de outras razões, porque se prefere pagar a professores velhos e doentes que os reformar»[305].

A 27 de abril de 1929, o decreto 16 782, proibia a emigração de indivíduos entre os 14 e os 45 anos que não tivessem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe, na tentativa de reduzir o analfabetismo dos emigrantes que geralmente exerciam no estrangeiro «as profissões mais humildes».

Com a implantação da República, questões ideológicas foram incutidas por alguns professores aos alunos, sobretudo nas cidades. O *Correio da Madeira*, transcrevendo um artigo d'*A Epoca*, elucidava que era necessário afastar a política das escolas primárias, impondo-se a neutralidade. Referia ainda que «dos 6 aos 12 anos é demasiado cedo para se ensinarem os direitos e deveres do cidadão livre como é constituído e como funciona o parlamento, e quais as garantias individuais»[306].

---

[304] «Escolas», 1920.07.07, in *Comércio da Madeira*, p. 1, citando o periódico *O Século*.
[305] «O Ensino Público na Madeira – a sua lastimável carencia», 1929.10.20, in *O Jornal*, pp. 1, 5.
[306] «A nova reforma do ensino […]», 1923.06.27, in *Correio da Madeira*, p. 1.

Nos finais da década de 20, as novas leis visavam «contribuir, por meio de programas simplificados, para a grande tarefa da extinção do analfabestismo nacional» e a doutrinação em «Disciplinar consciências, formando o carácter», promovendo valores cívicos e patrióticos. O ensino da Moral e da Educação Cívica eram os factores basilares «para a obra da educação». Em 1928 e 1929, as leis, relacionadas com o Ensino, reforçavam a necessidade da evocação dos feitos históricos portugueses, do «rico domínio colonial»[307], conteúdos que se expandiram nas décadas seguintes.

1870-1930 – Escolas e Professores das Escolas Masculinas

Na escola masculina da freguesia da Calheta, o professor José Joaquim de Freitas foi sucedido por Manuel João Correia Júnior[308], nomeado professor interino a 26 de abril de 1880. Posteriormente, Luís José de França Júnior assumiu as funções, estando já a exercer em dezembro de 1851. A 25 de janeiro de 1882, comunicou o término de ensinar nesta escola, tendo a Câmara proposto a sua continuidade até que fosse encontrado um substituto[309].

Após requerimento à Câmara Municipal[310], a 27 de março de 1882, foi nomeado, temporariamente para o cargo, com ordenado anual de 120$000 réis, João Joaquim Gerardo Gonçalves, desempenhando a função até ao início do segundo quartel de 1885[311]. No seu desempenho foi classificado como cumpridor dos «regulamentos e é de bom comportamento»[312]. O seu sucessor, o professor João de Freitas Brasão pediu a demissão, a 6 de fevereiro de 1886, devido à necessidade de se ausentar para o Funchal[313].

---

[307] Decreto de 1929.04.13, n.º 16 730.

[308] ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 1v.º-2; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 34 (1880.11.06). Manuel João Correia nasceu a 25 de abril de 1851 (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 7).

[309] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 94v.º (1882.01.28). Luís José de França Júnior casou, a 15 de julho de 1867, com D. Gerarda Bettencourt Pimenta, na paróquia da Calheta (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1867, fls. 7-7v.º).

[310] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 95 (1882.01.28).

[311] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 27 (1885.03.07); ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 53v.º.

[312] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fl. 1; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 101 (1882.03.22). Este professor, natural dos Canhas, nasceu a 5 de dezembro de 1859 e casou em 1883, na paróquia da Calheta com Maria Júlia Barbeito, indicando a profissão de «empregado público» (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1883, fl. 3).

[313] ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 36v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 53v.º (1886.02.06).

A 10 de abril de 1886, José de Ornelas Linhares de Sousa foi provido interinamente, após parecer favorável da Junta Escolar da Calheta e da Câmara Municipal, recebendo o ordenado anual de 96$000 réis, excecionalmente elevado para um interino, por a escola estar localizada na «cabeça do concelho»[314]. José Linhares desempenhou estas funções até outubro de 1888, sendo considerado pelo inspetor escolar do distrito, como um professor «pouco afeto e desempenha com pouca regularidade o serviço»[315].

A escola masculina da Calheta, durante o período em que foi professor José Joaquim de Freitas, funcionou na sua habitação, na casa do Vale da Bica. Depois de deixar de lecionar continuou a funcionar nesta casa. Em 1881, António Joaquim de Freitas[316], irmão do professor José Joaquim, recebeu a renda de 12$000 réis. Entre 1882 e 1885 foi paga ao professor José Joaquim de Freitas[317], que também recebeu o valor da renda da escola feminina desta freguesia, entre 1884 e 1885[318]. Em 1886, na escola estava o mobiliário de: «sete carteiras com bancos ligados estrado banco e três bancos, quadro preto quadrado na parede»[319]. Em janeiro de 1886, a escola foi elevada à categoria de escola elementar e complementar[320], permitindo o ensino elementar, da 1.ª à 4.ª classe, e o ensino complementar, do 5.º ao 6.º ano. Pouco tempo depois, por volta de 1896, a escola foi convertida em escola elementar[321].

Em 30 de junho de 1888, João Maria Henriques[322] foi nomeado professor interino da escola masculina da Calheta, pedindo a demissão a 22 de outubro, após ser designado para a escola de São Roque, no Funchal[323]. O seu sucessor foi João Carlos Dantas de Almeida, natural de São Martinho, Funchal, que iniciou funções

[314] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 60-60v.º (1886.04.03, 1886.04.16); ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fl. 1. A Câmara deliberou, em sessão de 10 de março de 1886, que a partir de 1 de abril os professores interinos seriam pagos a 10$000 réis mensais (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 57 (1886.03.10).

[315] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fl. 1.

[316] ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 8.

[317] ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 15, 23v.º, 29, 32v.º, 35v.º, 38.

[318] ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 29, 32v.º, 36, 38.

[319] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fl. 1.

[320] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 57v.º (1886.03.10); ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fl. 1; ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fl. 1.

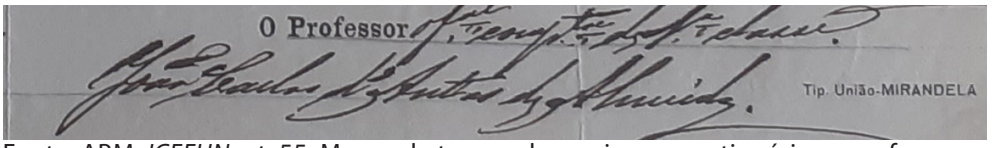
[321] ABM, *ICEFUN*, L.º 50.

[322] Nasceu em 1866.03.20, na freguesia de Santo António, Funchal. Tinha diploma de ensino complementar (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

[323] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 109, 115v.º (1888.06.30, 1888.10.27); ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

interinas a 1 de novembro de 1888[324], com o ordenado anual de 180$000 réis, correspondente ao de um professor de escola complementar[325].

Figura 9 – Assinatura do professor João Carlos Dantas de Almeida (1916.03.13)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

O proprietário da casa que servia de escola e residência do professor, no sítio da Estrela, Francisco Bettencourt Pimenta, em dezembro de 1899, reclamou «dos maus tratos dados pelo mesmo professor ao prédio», não pretendendo a renovação do arrendamento, e propondo à Câmara Municipal a permuta da escola feminina para este prédio, pois a professora, «sendo seria e honesta não procederá do mesmo modo». A Câmara e o inspetor escolar do distrito concordaram, no entanto o professor, orientado por «pessoas mais autorizadas o aconselharam a que não obedecesse», tendo «respondido pouco decentemente»[326]. O proprietário participou, em setembro de 1890, à Câmara Municipal, acerca do continuado «mau procedimento do professor», ameaçando que se assim continuasse não iria prorrogar o arrendamento das salas que serviam de escola[327]. O «comportamento pouco regular» do professor continuou e passados dois meses o senhorio decidiu não prorrogar o contrato, procurando a Câmara outro espaço[328]. Em causa estava o «methodo d'ensino» do professor que incomodava os outros inquilinos da casa e a vizinhança[329]. De acordo com o administrador do concelho, o professor «não mantem a ordem necessária na escola, deixando os alunos fazerem barulhos e gritarias e ensinando aos mesmos exercícios militares, e fazendo juncto com elles vosearias,

[324] ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

[325] João Carlos Dantas de Almeida obteve o diploma do Liceu do Funchal, em 1887 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Foi nomeado para esta escola, como professor interino, por despacho de sessão camarária de 1888.10.27; professor temporário por despacho de 1893.04.27 (*DG* de 1893.04.29, n.º 96; ABM, *CMC*, L.º 116, fls. 9-9v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 115v.º (1888.10.27)) e definitivo por despacho de 1899.08.31 (*DG* de 1899.09.01; *DG* de 1899.11.22, n.º 265) (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Nasceu a 21 de outubro de 1865 e casou na paróquia do Paul do Mar, a 28 de novembro de 1891, com Amélia Gomes de Santana, referindo a profissão de «professor do ensino primário» (ABM, *RP*, Paul do Mar, Casamentos, L.º de 1891, fls. 5-5v.º).

[326] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 86 (1899.12.07).

[327] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 147 (1890.09.13).

[328] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 150v.º (1890.11.29).

[329] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 150v.º (1890.11.29).

dando em resultado o terem sahido já alguns alunos»[330]. O professor foi castigado com uma repreensão na sessão camarária imediata a estes factos. Este professor não voltou a ser admoestado, sendo considerado pelo inspetor escolar do distrito, em 1899, um professor «bastante dedicado, dispõe porém de pouca competência e educação pedagógicas. É de bom procedimento moral»[331].

A escola passou a funcionar no sítio das Laranjeiras[332], um pouco distante do centro da freguesia. Em junho de 1894, a Câmara pretendia transferir a escola para uma casa «mais central e mais comoda aos povos desta freguesia», novamente no Lombo da Estrela[333]. Na pretensão pesava o estado em que se encontrava a casa do Lombo das Laranjeiras, tendo o professor solicitado à Câmara, em setembro desse ano, a tomada de providências porque a casa que servia de escola estava a desabar, «correndo perigo não só este professor como os alunos»[334].

Em janeiro de 1898, o proprietário da casa, onde funcionava a escola e residia o professor, solicitou a sua devolução, por necessitar da mesma. Predispuseram-se os herdeiros de Cláudio Bettencourt Pimenta a arrendar uma habitação situada no Lombo do Salão, e Francisco Bettencourt Pimenta a arrendar uma das duas casas que possuía no Lombo da Estrela, ficando a Câmara responsável pela seleção da que estivesse em melhores condições[335]. A Câmara optou por uma casa deste último proprietário, que em 1890 não alinhou com a conduta do professor. A situação voltou a repetir-se em setembro de 1899, decidindo o proprietário não prorrogar o contrato, em virtude do «modo pouco decente e cuidadoso porque o sr. Professor [João Carlos de Almeida] trata não só o prédio como as culturas contíguas ao mesmo que são constantemente danificadas»[336]. Este professor foi nomeado para a escola das Quebradas, em São Martinho, no Funchal, de onde era natural, iniciando funções a 14 de novembro de 1904[337].

---

330 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 150v.º-151, 152v.º-153 (1890.11.29, 1890.12.06).

331 ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fl. 1.

332 ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fl. 1.

333 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 3v.º. A 8 de junho de 1894 o professor João Carlos Dantas de Almeida pedia à Câmara Municipal um subsídio de 30$000 réis para o pagamento dos custos de arrendamento da casa de sua residência, sendo indeferido, pois, a Câmara justificava que já pagava 12$000 réis para esse fim e 24$000 réis de renda pela casa que servia de escola, o que eram suficientes nesta localidade (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 3).

334 ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 6v.º (1894.09.29).

335 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 60 (1898.01.22).

336 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 84v.º (1899.09.05).

337 ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 31v.º-32. Este professor exerceu na escola dos Paços do Concelho, em Câmara de Lobos, entre janeiro de 1907 e agosto de 1913, e depois na escola masculina da rua do Dr. Vieira, no Funchal (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

A 9 de outubro de 1905, Isabel Senhorinha Rocha de Freitas foi nomeada professora temporária, função que exerceu até 15 de maio de 1939[338]. No período inicial de atividade desta professora, nos anos escolares de 1905-1906, 1906-1907 e 1907-1908 nesta freguesia estavam recenseados, respetivamente em cada ano, 385, 389 e 359 alunos, mas apenas estavam matriculados, respetivamente 25, 27 e 26 alunos, o que demonstra a falta de escolas e professores para proporcionar a instrução primária a todos os alunos. Dos alunos matriculados, em 1905-1906, foram dois a exame de 2.º grau, ambos aprovados; em 1906-1907, foram a exame de 1.º grau e aprovados cinco com ótimo e dois com bom, e três foram a exame de 2.º grau, tendo sido todos aprovados; e em 1907-1908, foram a exame de 1.º grau e aprovados dois com bom e um com suficiente, e três foram a exame de 2.º grau, todos aprovados[339].

A escola masculina da freguesia da Calheta, em 1911-1912 continuou a funcionar na casa de Francisco Bettencourt Pimenta, no Lombo da Estrela, tendo-se procedido a obras de ampliação da sala de aula. O proprietário passou a receber 84$000 réis anuais pelo arrendamento, que incluía «um pequeno pedaço de terra no lado leste da referida casa, que servirá para serem cultivadas algumas plantas que servem para exemplos de botânica aos alunos»[340]. Em dezembro desse ano, Francisco Bettencourt Pimenta reclamava um aumento da renda para 120$000 réis anuais, tendo a Câmara Municipal procurado outra casa por achar o valor excessivo[341]. No entanto, em outubro de 1916, a escola funcionava numa casa deste proprietário que afirmava à Câmara que não podia prorrogar o contrato de arrendamento, uma vez que a professora «lhe tem arruinado o prédio»[342]. Em dezembro de 1916, a escola passou para uma casa no Lombo das Laranjeiras, pertencente a Florêncio Gomes Pereira, continuando neste espaço até, pelo menos, dezembro de 1924[343].

---

[338] Isabel Senhorinha Rocha de Freitas tomou posse desta escola a 16 de setembro de 1905. Nasceu a 22 de abril de 1878, e faleceu, solteira, a 15 de maio de 1939. Era habilitada pela Escola Normal do Funchal, tendo obtido o diploma de nomeação a 14 de janeiro de 1905. Categorias profissionais da professora: temporária a 9 de outubro de 1905; 3.ª classe em 1919 e recebia um vencimento de 48$33 escudos; 3.ª diuturnidade em junho de 1920 e 4.ª diuturnidade em novembro de 1927. Na inspecção realizada em 1907 foi considerada uma professora zelosa, assídua, comportamento ótimo e com aptidão (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 56).

[339] ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 56.

[340] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 46v.º (1912.02.24).

[341] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 56 (1912.12.14).

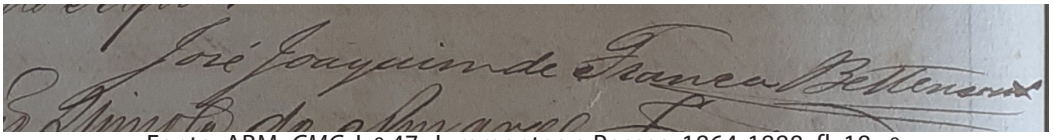
[342] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 115v.º (1916.10.07).

[343] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 160 A; ABM, *CMC*, L.º 163, fls. 22, 23v.º, 27; ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fl. 37v.º.

A permanência da escola nesta casa não esteve isenta de conflitos. Em 1920, o proprietário cortou as flores que ornamentavam o quintal e destruiu o galinheiro e a coelheira, o que gerou algumas discórdias com a professora e a Junta Escolar[344]. Em outubro de 1923, Vicente Júlio Gomes, residente no Lombo da Estrela, solicitou autorização para a construção de uma casa para servir de escola e doá-la ao Estado[345], pedido que não avançou.

Para a escola masculina da freguesia da Ponta do Pargo, a 17 de abril de 1872, foi nomeado, pela Comissão de Estudo do Distrito do Funchal, José Joaquim de França Bettencourt para o exercício das funções de professor [346], no qual permaneceu até meados de 1880, no final do ano letivo[347]. Neste período a escola funcionava num quarto contíguo à igreja, cedido pelo vigário Manuel Joaquim de Freitas. Devido à impossibilidade do vigário continuar a ceder o espaço, solicitou à Câmara Municipal que o professor providenciasse o arrendamento de uma casa com as condições exigidas na lei, até ao limite de 12$000 réis anuais, conforme aprovado no orçamento[348]. Durante o período de atividade deste professor a escola foi equipada com mobília no valor de 20$000 réis[349]. Em 1879, a escola foi transferida para uma casa de Felisberto Augusto Rodrigues, localizada no sítio do Salão, arrendada por 18$000 réis anuais[350], tendo continuado nesta casa, pelo menos até 1886[351].

Figura 10 – Assinatura do professor José Joaquim de França Bettencourt (1874.06.10)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888, fl. 18v.º.

A 2 de agosto de 1880, o «mestre de eschola» Manuel de Ponte de Gouveia[352] assumiu a direção da escola, por nomeação do comissário dos estudos do distrito

344 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 28-28v.º.

345 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 35.

346 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1870-1874, fl. 71v.º. Obteve renovação da nomeação a 13 de abril de 1874, com a duração de três anos (tomou posse a 10 de junho de 1874) (ABM, *CMC*, L.º 47, fl. 5).

347 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 3 (1880.04.10).

348 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 85 (1878.06.12).

349 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1870-1874, fl. 196v.º (1874.08.19).

350 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 132, 140 (1879.01.25, 1879.02.22). Em 1881 a escola encontrava-se nesta casa (ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 7v.º).

351 ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 25v.º, 30, 40.

352 Manuel de Ponte de Gouveia, morador na Ponta do Pargo, casou com 24 anos, a 17 de setembro de 1868, na igreja da vila da Calheta, com Maria Jesuína, indicando a profissão de «Mestre de eschola» (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1868, fls. 8v.º-9).

do Funchal[353]. Foi novamente nomeado pela Câmara Municipal da Calheta, passados dois anos, a 22 de março de 1882, após requerimento do professor e auscultação da Junta Escolar da Calheta, recebendo o ordenado anual de 100$000 réis[354]. A qualidade da escola da Ponta do Pargo, sob a direção de Manuel de Ponte de Gouveia foi destacada por Ellen M. Taylor no registo de viagem à Madeira, publicado em 1882: «An excellent boys' school attracted our attention from the hum of voices. The well-clad boys, a room hung with large maps, well filled with desks, forms, and an intelligent-looking schoolmaster [Manuel de Ponte de Gouveia] hard at work, was a sight we were not prepared to see in the wilds of Madeira»[355], ou seja, afirmava que «Uma excelente escola para meninos atraiu nossa atenção pelo zumbido das vozes. Os rapazes bem vestidos, uma sala decorada com grandes mapas, repleta de carteiras, formulários e um professor de aparência inteligente trabalhando arduamente, era uma visão que não estávamos preparados para ver nos confins da Madeira».

Encontrando-se vago o lugar de professor na escola, Júlio César de Faria, natural do Estreito da Calheta, foi colocado, interinamente, a 18 de novembro de 1882[356]. Em novembro de 1883, deixou o lugar para concluir os estudos no Funchal[357], sendo substituído por João da Silva Relva, solteiro, natural da freguesia da Ponta do Sol[358]. João Relva deixou esta escola, sendo nomeado interinamente, a 5 de março de 1884, Felisberto Augusto Rodrigues, natural e residente nesta freguesia, com o ordenado anual de 60$000 réis[359]. Felisberto Augusto Rodrigues, da Ponta do Pargo, desempenhou vários cargos nesta freguesia. Em 1861, solicitou um requerimento em que se achava apto para a medição de terras pelo novo sistema[360] e, em 1870, era responsável pela cobrança das rendas do município[361].

---

[353] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 23v.º-24 (1880.08.21).

[354] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 95, 101 (1882.01.28, 1882.03.22).

[355] TAYLOR, 1882, *Madeira: Its scenery, and how to see it,* p. 225. No ano seguinte, esta escola foi referida na «Excursão» realizada pelo padre Pontes (PONTES, 1891, *Excursões na Madeira*, p. 17).

[356] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 127v.º (1882.11.18).

[357] Júlio César de Faria fez exame, no Funchal, em abril de 1884, obtendo a classificação de suficiente (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 3v.º-4).

[358] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 158 (1883.11.03).

[359] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 176v.º (1884.04.12). Felisberto Rodrigues nasceu em 1840, não tinha habilitações para o exercício do magistério primário, sendo considerado pelo inspetor escolar como um professor com «pouca aptidão» (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6). Casou com Firmina Olímpia dos Santos (nascida em 1856), em Câmara de Lobos, a 23 de novembro de 1871, indicando a profissão de «professor de instrução primária» e morador no sítio da Lombada Velha, da Ponta do Pargo (ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, L.º de 1871, fls. 22-22v.º).

[360] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 44v.º (1866.09.10).

[361] ABM, *CMPM*, L.º das atas das sessões, 1860-1871, fl. 240.

A Câmara Municipal da Calheta nomeou, a 10 de março de 1886, D. Maria Amélia de Sousa, residente nesta freguesia, para lecionar na escola masculina, com um ordenado mensal de 6$000 réis[362]. A professora aceitou e tomou posse no dia 15 desse mês[363], desempenhando as funções até junho de 1893[364]. Era considerada, pelo inspetor escolar do Funchal, como «apta e de capacidade. Tem bom comportamento e cumpre os seus deveres»[365]. No ano da sua entrada ao serviço, no sítio do Salão, na casa arrendada pela Câmara por 12$000 réis, a escola dispunha de «quatro bancas com bancos ligados para seis alunos cada uma, quadro preto. A mestra tem na escola uma banca e uma cadeira e a igreja um estrado»[366]. Desde a década de 1850, D. Maria Amélia de Sousa mantinha uma escola particular, para o ensino de meninas nesta freguesia. A professora pretendia lecionar aos meninos e meninas da freguesia de modo conjunto, no entanto o inspetor da circunscrição do Funchal ordenou a «despedir as alunnas da escola e que somente lecione os alunos». A Câmara decidiu que a professora continuasse a ensinar as crianças de ambos os sexos, em dias alternados, em harmonia com o art.º 19 da lei de 2 de maio de 1878[367].

D. Maria Amélia de Sousa, ao deixar de exercer na escola masculina, continuou a ensinar as meninas na sua escola particular. Atendendendo às «precárias circunstancias dos povos d'aquella localidade pouco podem remuneral-a», solicitou à Câmara Municipal um subsídio para poder manter esta escola aberta «que tanto necessita aquella freguesia»[368]. A Câmara, atendendo a estes motivos e à sua competência «como tem mostrado pelos serviços prestados desde há muitos anos como professora» e por só existir à data uma escola do sexo feminino no concelho, na freguesia da Calheta, concedeu-lhe um subsídio anual de 90$000 réis[369], pagos em prestações trimestrais ou semestrais, até dezembro de 1912[370], quando foi

[362] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 57 (1886.03.10). Maria Amélia de Sousa nasceu a 8 de março de 1830. Era solteira e fez o exame para o Ensino primário «particularmente» (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6).

[363] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 58v.º (1886.03.13); ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6.

[364] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6.

[365] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6.

[366] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 5v.º-6.

[367] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 100 (1888.12.20).

[368] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 190-190v.º (1893.10.28).

[369] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 190v.º (1893.10.28).

[370] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 23v.º, 33, 36v.º, 39, 42v.º, 46v.º, 55, 58v.º, 64, 68v.º, 73v.º, 83, 99, 105, 109v.º, 116, 119, 124v.º, 130, 132, 139v.º, 142, 152, 155, 171, 178v.º, 182, 187v.º, 195v.º; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 4v.º, 6v.º, 8v.º, 11v.º, 16v.º, 21, 27v.º, 43v.º, 49, 55.

implementada uma escola oficial para as meninas nesta freguesia e designada uma professora oficial.

Na lecionação da escola masculina da Ponta do Pargo sucedeu Manuel Higino Fernandes, por despacho de 28 de junho de 1893, sendo transferido para a escola do Caniço, no sítio da Vargem/Igreja, a 4 de dezembro desse ano[371].

Figura 11 – Vista oeste/este do sítio do Salão, freguesia da Ponta do Pargo, Calheta (anterior a 1895).



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Aloísio César de Bettencourt, ACB/105.

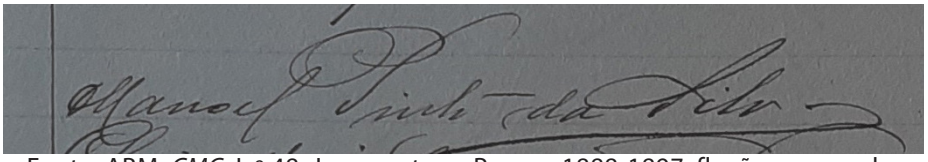
Manuel Pinto da Silva foi colocado na escola da Ponta do Pargo, como professor interino, por alvará de 5 de março de 1895[372], e professor temporário

[371] ABM, *CMC*, L.º 116, fls. 8-8v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6, 82v.º-83; ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 82v.º-83. Manuel Higino Fernandes era casado e possuía o exame para o exercício do magistério primário (1892) e os 1.º e 2.º anos preparatórios no Seminário do Funchal (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6). Antes da ida para a Ponta do Pargo, exerceu no Caniço, por nomeação de 4 de janeiro de 1891 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

[372] ABM, *CMC*, L.º 116, fl. 16; ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 5v.º-6; ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fl. 1. Manuel Pinto da Silva passou à categoria de professor definitivo em 1900.04.11 (ABM, *CMC*, L.º 48, fls. 19-19v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fl. 1). Manuel Pinto da Silva nasceu a 26 de dezembro de 1867 na freguesia do Campanário. Casou, a 9 de novembro de 1892, com Virgínia Teodolinda de Ornelas, indicando ser segundo sargento da Companhia do Batalhão do Regimento de Caçadores número doze (ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Casamentos, L.º do ano de 1892, fls. 48-48v.º). A 15 de julho de 1895 batizou a filha Isaura, mencionando a profissão de «professor d'ensino primário da freguesia da Ponta do Pargo» (ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Batismos, L.º do ano de 1895, fl. 60v.º).

por alvará de 15 de fevereiro de 1896[373], lugar que ocupou até 8 de novembro de 1906. Neste intervalo de tempo, a 23 de setembro de 1904 foi nomeado para a escola de São Martinho, nas Quebradas – Funchal, onde lecionou de 4 de outubro a 14 de novembro desse ano, quando retornou à escola da Ponta do Pargo[374], aí permanecendo até à sua colocação na escola de São Roque, na Achada (Funchal), em novembro de 1906, por permuta com o professor João Maria Henriques[375]. No curto período de 1904, no impedimento de Manuel Pinto da Silva, foi colocado na escola da Ponta do Pargo o professor interino António Gonçalves Santana, por despacho de 3 de junho de 1904 e após a saída do anterior, por despacho de 10 de novembro de 1906[376].

Figura 12 – Assinatura do professor Manuel Pinto da Silva (1896.02.22)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. não numerado.

Quadro I – Alunos da Escola Masculina da Ponta do Pargo (1895-1906)

Anos letivos	**1895-1896**	**1896-1897**	**1897-1898**	**1898-1899**	**1899-1900**	**1900-1901**	**1901-1902**	**1902-1903**	**1903-1904**	**1904-1905**	**1905-1906**
Média geral de frequência	30	31	50	48	40	37	39	37	52	43	50
Transições da 1.ª para a 2.ª classe	6	7	8	6	5	4	6	6	8	9	4
Transições da 2.ª para a 3.ª classe	5	7	7	6	5	5	6	5	7	8	5

Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

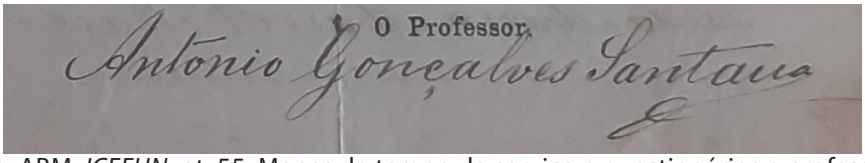
Em março de 1898, o proprietário da casa que servia de residência do professor da escola masculina da Ponta do Pargo informou a Câmara Municipal que este havia mudado de casa. Em resposta, a Câmara notificou o professor, afirmando que este não tinha competência para tal mudança e que só pagaria a casa arrendada no contrato vigente[377]. A 28 de maio de 1898, António Homem de Gouveia, casado

[373] ABM, *CMC*, L.º 116, fl. 18v.º; ABM, *ICEFUN*, pt. 55; *DG* de 1896.02.17, n.º 38.
[374] ABM, *ICEFUN*, pt. 55.
[375] ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fl. 1; ABM, *ICEFUN*, pt. 55.
[376] ABM, *ICEFUN*, pt. 55.
[377] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 63 (1898.03.14).

e residente no sítio do Salão, arrendou à Câmara, por 12$000 réis anuais, o andar superior de uma casa, coberta de telha, destinada ao funcionamento da escola[378]. Para o mesmo fim de «residir o professor ou funcionar a escola», a 29 de dezembro desse ano, o proprietário Manuel Mendes de Gouveia realizou um contrato de arrendamento do andar superior de uma habitação que possuía, e confrontante a norte e oeste com o adro da igreja paroquial, por 26$000 réis anuais, principiado em agosto desse ano[379].

João Maria Henriques está identificado como professor na escola masculina da Ponta do Pargo, pelo menos, até 1908[380]. A 5 de março de 1910[381], tomou posse, nesta escola, António Gonçalves Santana, na qualidade de professor interino, sendo transferido a 21 maio de 1912 para a escola do sexo masculino da freguesia de Santa Maria Maior, no Funchal[382].

Figura 13 – Assinatura do professor António Gonçalves Santana (1916.03.17)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

Em agosto de 1915, António Gonçalves Camacho, proprietário da casa da residência do professor da escola masculina da Ponta do Pargo, comunicou que precisava da casa[383], mas deve ter continuado a arrendá-la até julho de 1917, quando reafirmou a sua intenção de não renovar o arrendamento[384]. No mesmo

[378] ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 1-2v.º.

[379] ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 9v.º-11.

[380] ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fl. 1; L.º 56, inscrição n.º 19. Possuía habilitação legal para o magistério primário e exercia a atividade de professor desde 25 de outubro de 1888.

[381] Nomeado temporário por despacho de 1910.02.26, publicado no *DG* de 1910.03.01, n.º 46, (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

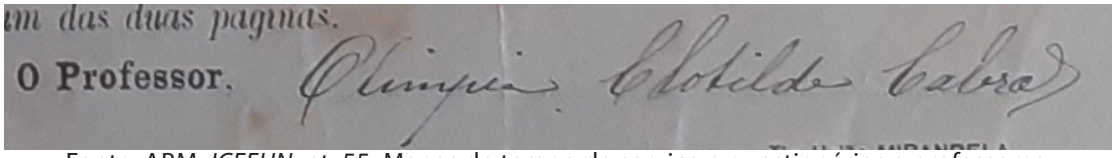
[382] ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 79. Nasceu em 1875.08.20, no Paul do Mar. Era casado e diplomado pela escola de Ensino Normal do Funchal (1903.07.12) e tinha o 3.º ano do Seminário Diocesano do Funchal (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Em 1911, foi nomeado ajudante de oficial do Registo Civil no Posto da Freguesia do Paul do Mar (ABM, *CMC*, L.º 50, fl. 22v.º). Domiciliado na Ponta do Pargo, casou no Funchal, a 29 de junho de 1911, com Maria Fausta Maciel, da freguesia da Calheta, indicando a profissão de «professor official» (ABM, *CRCF*, Casamentos, L.º de 1911, fls. 166v.º-167). Foi nomeado professor definitivo por despacho de 1911.06.02, publicado no *DG* de 1911.06.03, n.º 129, (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

[383] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 98v.º.

[384] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922,

mês de agosto de 1915, o lugar de professor estava a concurso, tendo concorrido unicamente João Figueira da Silva[385], exercendo funções até junho de 1921, quando foi colocado na escola das Quebradas, em São Martinho, no Funchal. Foi substituído, a 13 de outubro, pela professora efetiva Olímpia Clotilde Cabral[386] que, depois de entrar em exercício, se ausentou com atestado médico, sendo diagnosticada com tuberculose e considerada «incapaz de exercer o magistério» pela Junta de Sanidade Escolar, desde dezembro de 1921[387], recebendo o vencimento [ou pensão?] até depois de junho de 1933[388].

Figura 14 – Assinatura da professora Olímpia Clotilde Cabral (1916.03.09)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

Entre julho de 1917 e 1924, a escola, agora denominada de «Escola antiga masculina»[389], e a residência do professor estavam sediadas numa habitação, propriedade de Inocêncio Gonçalves de Sousa, no sítio do Salão[390], arrendada por 80$00 escudos, continuando neste sítio até finais desta década[391]. Segundo depoimentos de alunos que frequentaram a escola masculina, em 1952 e nalguns anos/décadas anteriores, a escola funcionou numa casa situada no Salão de Baixo.

fl. 121v.º.

385 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 101v.º (1915.08.28), citando o *DG* de 1915.08.04, 3.ª série, n.º 178. No concurso de 1917, foi novamente colocado nesta escola (ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fls. 4v.º-5).

386 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 23v.º; L.º 63, of. 2; L.º 64, fls. 2-2v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1921.10. Faleceu em 1929.11.11 (ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1929.12).

387 ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1923.03; ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 117.

388 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1933.06. Olímpia Clotilde nasceu em 1862.06.16, na freguesia de Santa Maria Maior (Funchal) e era casada. Lecionou, anteriormente, na escola feminina do Pelourinho, na freguesia da Sé do Funchal, entre 1883 e 1887; na escola feminina do Seixal, entre maio de 1896 e julho de 1914; e depois na escola masculina das Quebradas, em São Martinho (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

389 ABM, ICEFUN, L.º 57, fls. 36v.º, 48v.º.

390 ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 32; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 122v.º (1917.03.31); ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 160 A. Foi arrendada por 80$000 réis, em 1917.

391 ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 48v.º

Seguiu-se o professor Manuel Mendes de Gouveia que exerceu funções interinas em dois períodos distintos: de 20 de outubro de 1921[392] a outubro de 1922 e de 27 de outubro de 1924[393] a agosto de 1925. Neste período intercalaram dois professores. A professora Maria José, professora da escola do Jardim do Mar, entrou em comissão de serviço na escola da Ponta do Pargo a 10 de outubro de 1922[394]. Ao chegar, a professora reclamou que o teto da sala da escola ameaçava ruína, «correndo por isso perigo a sua saúde e a das respectivas alunas». O proprietário realizou as obras necessárias[395], permitindo a reabertura a 16 de março de 1923, no entanto, a professora solicitou uma vistoria à sala da escola, visto estar em «péssimo estado de conservação»[396]. O professor José Basílio de Freitas de Andrade exerceu entre 30 de novembro de 1923 e janeiro de 1924[397].

Sucedeu Maria Isabel Gonçalves que lecionou em 1926, entre 16 de março e agosto[398]. Luís Eduardo de Castro Júnior foi professor entre 13 de novembro de 1926 e setembro de 1927[399] e Manuel Silvério Gonçalves tomou posse a 15 de outubro de 1927, tendo lecionado até dezembro desse ano[400]. O professor Manuel Mendes de Gouveia foi nomeado no ano seguinte, a 16 de janeiro[401], lecionando até julho[402] e depois por um largo período, entre 20 de novembro de 1936 e 26 de março de

[392] ABM, *ICEFUN*, L.º 64, fls. 2v.º-3; ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 20v.º, 21v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 67. Casou com Maria Isaura Vasconcelos de Gouveia em 1926.01.05 (ABM, *CRCC*, Casamentos, L.º do ano de 1926, fls. 190-190v.º). Residia no sítio da Lombadinha, Ponta do Pargo. Faleceu a 18.03.1970.

[393] ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 6; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 30-30v.º). Nomeado por *DG* de 1924.10.27, n.º 252, 2.ª série.

[394] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 28v.º, 29v.º.

[395] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 30. Esta professora fez serviço como interina na escola de Pomares, concelho de Pinhel, desde 1917.02.23 até 1917.07.31; na escola de Pedroso, concelho de Macedo de Cavaleiros de 1917.10.06 a 1918.04.11.04 e na escola do Pó deste concelho, pretendendo regressar, a fim de tomar posse na colocação que obteve nesse concelho (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 30).

[396] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 32v.º.

[397] Professor interino da «escola antiga masculina» da Ponta do Pargo. Nomeado por *DG* de 1923.11.04, 2.ª série (ABM, *DEC*, L.º 64, fl. 5v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1924.01; ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 131).

[398] Foi nomeada em 1926.03.01 e tomou posse em 1926.03.16 (*DG* n.º 49, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 30-30v.º).

[399] Foi nomeado em 1926.11.06 e tomou posse em 1926.11.13 (*DG* n.º 262, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 36v.º). Em 1926.11.11 tinha quatro meses e 16 dias de serviço (ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1927.04).

[400] Nomeado em 1927.10.08 (*DG* n.º 227, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 48v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.07).

[401] *DG* de 1928.01.16, n.º 12; ABM, *DEC*, L.º 64, fl. 6.

[402] ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.07.

1960[403]. Em 1934, entre 31 de março e 29 de julho, ensinou nesta escola a professora Matilde Dolores da Encarnação [404].

Na freguesia do Arco da Calheta, a escola oficial de ensino primário masculino foi reimplementada a 8 de março de 1878[405]. Em junho de 1877, a Câmara Municipal tratava do arrendamento de um espaço adequado, fixado em 12$000 réis, conforme determinado para o arrendamento de espaços para servirem de escolas. Inicialmente, estava previsto utilizar uma habitação administrada por Vicente de Freitas da Silva, no sítio da Corujeira. Contudo, apesar do compromisso de realizar obras no telhado e na porta, as obras nunca foram concretizadas. Assim, próximo a esta casa, Vitorina Júlia Esmeraldo, viúva de António da Silva Rocio, ofereceu-se para arrendar uma sala ampla, ao retirar o tabique de uma divisão, e a cozinha, pelo mesmo valor, sendo esta a eleita para escola[406], onde funcionou, pelo menos, até 1886[407].

Na sessão camarária de 9 de julho de 1877, Manuel da Rocha Gouveia, habilitado para exercer o ensino primário, através do exame de português, francês, desenho e aritmética do 1.º ano dos Liceus[408], propôs-se a ensinar na escola. A Câmara incumbiu-o de tratar, com a dona da casa, da conclusão das obras, instalar a mobília «que já se acha feita» e «mandar fazer mais alguma couza que seja preciso»[409]. Após a conclusão das obras e instalação do mobiliário, a escola foi examinada pelo administrador do concelho, e o auto seguiu para aprovação do Governo Civil[410].

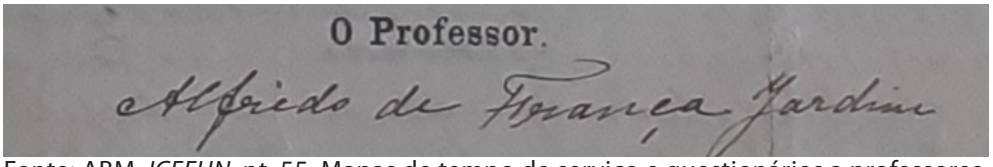
O comissário dos estudos do distrito do Funchal, Francisco de Andrade, concedeu a Manuel Rocha de Gouveia autorização para ensinar a partir de 8 de março de 1878. Entrou em funções no dia 18 desse mês, com a matrícula de 50 alunos. O número de bancos era insuficiente para acomodar todos, o que levou a Câmara a providenciar mais unidades[411]. Em outubro de 1878, o número de alunos a frequentar a escola ascendia a 60[412]. É de referir que havia passado uma década sem que esta freguesia tivesse uma escola de ensino oficial em funcionamento, o que

[403] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 96. Em 1944.09.11 foi nomeado Delegado Escolar da Calheta e transferiu o arquivo da Delegação Escolar para a Ponta do Pargo (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 439).
[404] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 6, 19, 22).
[405] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 68 (1878.04.03).
[406] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 28v.º (1877.06…).
[407] ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 8v.º, 16v.º, 25v.º, 39v.º.
[408] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 2v.º-3. Manuel Rocha de Gouveia faleceu em agosto de 1968.
[409] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 29v.º (1877.07.09).
[410] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 35 (1877.08.09).
[411] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 68v.º (1878.04.03); «Pela Direcção geral da instrucção publica […]», 1878.05.10, in *DN*, p. 1.
[412] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 110v.º (1878.10.19).

deve ter contribuído para a alta adesão dos alunos, superando as expetativas das autoridades. A sala da escola, com uma área de 50m^2, continha, em 1886: «7 bancas com bancos unidos para 8 alunos cada banca, quadro preto, uma banca e 2 cadeiras e estrado para a professora, uma pequena mesa, 5 cabides, 2 pequenos mapas sendo de Portugal e outro da Madeira»[413].

O professor desta escola usufruía de um ordenado anual de 100$000 réis. A 30 de abril de 1881, foi promovido à categoria de professor vitalício. Após completar seis anos de serviço efetivo, sem penas disciplinares, teve um aumento de 25% no ordenado, benefício que foi concretizado apenas em janeiro de 1887[414]. O inspetor escolar do distrito considerava este professor, como «afeto e habilitado. Cumpre bem e é de bom comportamento. É cumpridor, bem procedido e possui razoável competência pedagógica»[415]. Manuel Rocha de Gouveia ensinou nesta escola até abril de 1910, quando permutou[416] com Alfredo de França Jardim, «professor de ensino oficial da freguesia e concelho de S. Vicente»[417], da escola masculina, no lugar das Feiteiras. Alfredo Jardim exerceu na escola do Arco da Calheta até 3 de junho de 1915, quando se mudou para a escola masculina da Conceição, no Monte (Funchal)[418]. Por grassar uma epidemia de cólera, a escola do Arco da Calheta esteve encerrada entre dezembro de 1910 e fevereiro de 1911[419].

Figura 15 – Assinatura do professor Alfredo de França Jardim (1916.03.11)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

413 ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 2v.º-3.

414 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 71v.º, 76v.º (1886.12.11, 1887.03.19); ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 2v.º-3. A 1 de julho de 1895 pertencia à 1.ª classe da carreira de professor (*DG* de 1896.05.28, n.º 119).

415 ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 2v.º-3.

416 ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 5 citando *DG* de 1910.04.22, n.º 87.

417 ABM, *RP*, Sé do Funchal, Casamentos, L.º de 1910, fls. 1-1v.º. Designou esta profissão no seu casamento na Sé do Funchal, a 10 de janeiro de 1910, com D. Beatriz Gomes Faria. Alfredo Jardim nasceu na freguesia de Santa Maria Maior a 16 de novembro de 1883 e concluiu o diploma na escola de Ensino Normal do Funchal a 15 de julho de 1907 (ABM, *ICEFUN*, L.º 55).

418 ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 75 (1914.03.28), 93 (1915.05.29), 95 (1915.08.07). A escola do Arco da Calheta teve uma média de frequência de 43 alunos em 1910-1911, 36 alunos em 1911-1912, e 37 alunos em 1912-1913 e 1913-1914 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

419 ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

Pelo menos a partir de 1905 a escola funcionava no sítio do Ledo e Vinhático, numa casa de D. Juliana de França Lopes Jardim, que casou, em 1901, com o professor Manuel Rocha de Gouveia[420]. A escola esteve sediada nesta casa até meados do século XX, onde, por exemplo em 1954, funcionava o 1.º lugar da escola masculina desta freguesia, sendo o edifício nesta data pertencente aos herdeiros de José Rocha de Gouveia[421].

A 28 agosto de 1915, foi nomeado professor da escola masculina José Rocha de Gouveia Júnior[422], habilitado pela Escola Distrital do Funchal, natural do Arco da Calheta, sobrinho do professor Manuel Rocha de Gouveia e filho do presidente da Câmara Municipal da Calheta (triénio de 1914-1916)[423], José Rocha de Gouveia. Durante a sessão de nomeação, o presidente da Câmara ausentou-se deliberadamente, dado que seu filho era um dos concorrentes ao lugar de professor. José Rocha de Gouveia foi selecionado em detrimento da professora Maria Amália Veiga Pestana[424], tendo exercido nesta escola até, pelo menos, 1943[425].

Na freguesia do Arco da Calheta, na Lombada do Loreto, o elevado número de crianças residentes, tanto neste sítio como na restante freguesia, justificava a abertura de uma escola. Atendendo a esta necessidade, a Câmara Municipal solicitou ao inspetor escolar do distrito do Funchal a criação de uma escola mista. Em resposta, a 12 de fevereiro de 1911, foi aprovada a criação de uma escola mista no Loreto[426]. Posteriormente, em 20 de abril de 1912, o inspetor escolar solicitou,

[420] ARM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1901, fls. 16v.º-17. D. Juliana era viúva de Clemente Rodrigues Jardim e filha de António Lopes, da Ponta do Pargo, e de D. Juliana de França, da Calheta. Manuel Rocha de Gouveia nasceu a 12 de setembro de 1855. Casou pela primeira vez com D. Maria Augusta Soares, em 1879, em Santa Luzia (Funchal) (ARM, *RP*, Santa Luzia, Casamentos, L.º de 1879, fl. 18). Deste casamento nasceu o alferes miliciano de infantaria Gabriel Rocha de Gouveia (1887-1917.10.12) que faleceu em combate nas trincheiras, em França, durante a I Guerra Mundial. Este foi homenageado em 2016.02.24 com o seu nome atribuído na toponímia de uma praça situada à frente da igreja de São Brás, no Arco da Calheta.

[421] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 160 A. Esta propriedade, que servia de escola, serve atualmente de armazém e situa-se no lado oposto do caminho, em frente à propriedade denominada de «Quinta Vinhático».

[422] ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 95. Categorias como professor: 1919.02.15 – provido à 2.ª classe (*DG* de 1919.02.15, n.º 36) recebendo de ordenado 45$00 escudos; em junho de 1920 estava na 4.ª diuturnidade. José Rocha de Gouveia Júnior foi nomeado professor por diploma de 1911.08.06.

[423] José Rocha de Gouveia (pai) levantou no sítio do Ledo um outro engenho, do qual ainda subsiste a chaminé enquadrada num empreendimento turístico.

[424] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 97 (1915.08.28).

[425] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 405 (1943.10.18).

[426] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 45 (1912.02.12).

à Câmara Municipal, o fornecimento de mobília para equipar a escola[427]. A mobília foi fornecida por Luís Maria Crawford, no valor de 99$700 réis[428]. Em 1924, a escola estava instalada numa habitação pertencente a Manuel Viveiros da Silva[429], atualmente demolida, sendo localizada no espaço que hoje corresponde à praça central da Lombada do Loreto, com estacionamento na parte inferior.

A 24 de julho de 1912, a professora Eva Cristina Borges Correia, natural do Lombo dos Aguiares – Funchal, iniciou funções nesta escola[430] e terminou a 13 de setembro de 1916, quando mudou para a escola mista do lugar de onde era natural[431]. A 17 de julho de 1917[432], Isidora Alice de Sousa Alves foi colocada nesta escola, exercendo até agosto de 1928.

Nos anos seguintes, a escola contou com o contributo de diferentes professoras. Ema Bela Martins da Silva foi nomeada a 19 de janeiro de 1922 e exerceu até março do mesmo ano[433]. Guilhermina Vasconcelos Silva[434] ensinou de outubro de 1928 a março de 1932. Laurinda de Freitas Albuquerque entrou de serviço antes de 2 de maio de 1934[435].

---

[427] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 48 (1912.04.20).

[428] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 54 (1912.09.14).

[429] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 160 A.

[430] ABM, *ICEFUN*, pt. 55; despacho do *DG* de 1912.07.10, n.º 160. Eva Correia nasceu em 1880.11.26. Foi professora na escola feminina de Santa Cruz, desde março de 1905, e ajudante da escola masculina de S. Vicente desde janeiro de 1909 (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 86; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 5v.º-6). Era diplomada pela Escola Normal do Funchal (1902.07.14). Anteriormente, lecionou na escola feminina da vila de Santa Cruz, como interina, entre março de 1905 e outubro de 1906; na escola masculina das Feiteiras, em S. Vicente, como professora ajudante, entre fevereiro de 1909 e julho de 1912 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

[431] ABM, *ICEFUN*, pt. 55; *DG* de 1912.07.10, n.º 160. Em março de 1914, foi impossibilitada de exercer, por motivos de saúde (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 75v.º (1914.03.28)). Interrompeu o serviço, ainda, de 1 a 15 de novembro de 1915 e de 2 de dezembro deste ano a 15 de fevereiro de 1916 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

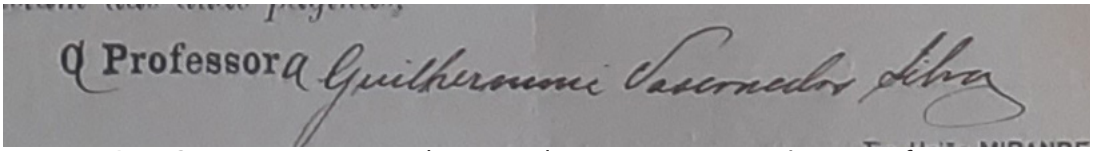
[432] ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 37v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fls. 4v.º-5; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 127v.º (1917.07.18). Categorias na carreira docente: em 1919 estava na 5.ª classe e recebia um ordenado mensal de 35$00; em 1920.06 estava na 5.ª diuturnidade e em 1927.07.08 08 passou à 2.ª diuturnidade.

[433] Tomou posse em 1922.01.20 (ABM, *DEC*, L.º 64, fls. 4-4v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 24. Nomeada interina pela Junta Escolar da Calheta em 1921.01.19.

[434] Nasceu em 1968.05.15. O despacho de nomeação para professora temporária foi dado em 1891.06.12 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Lecionou entre 1891 e 1899 na escola masculina da Tabua, entre 1899 e 1915 na escola masculina de S. Gonçalo (Funchal) e a partir de 1915 na escola feminina de Santa Luzia, no lugar da Consolação (ABM, *ICEFUN*, pt. 55). Passou à 4.ª diuturnidade em 1928. Foi-lhe passada carta para a aposentação aos 36 anos de serviço (1929.06.01).

[435] Deixou de exercer por motivos de gravidez (ABM, *DEC*, L.º7, of. 11)

Figura 16 – Assinatura da professora Guilhermina Vasconcelos Silva (1916.03.01)



Fonte: ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.

A escola masculina da freguesia do Estreito da Calheta foi reaberta em 3 de setembro de 1877, contando inicialmente com 50 alunos matriculados, um número «superior ao calculo que se tinha feito», pois a Câmara Municipal previa apenas 40 inscrições. Posteriormente, para acomodar os 73 alunos inscritos[436] e considerando a possibilidade de novas matrículas, a edilidade deliberou pela construção de mais seis bancos[437]. À data, e pelo menos até 1885, a escola funcionava na casa do padre João António Marcial, situada no sítio dos Serrões, pela qual a Câmara pagava a renda anual de 12$000 réis[438].

Luís José de França Júnior foi provido professor interino desta escola por alvará do comissário dos estudos do distrito, de 24 de agosto desse ano[439], auferindo o vencimento anual de 78$000 réis, pagos pelo Estado, e 33$000 réis, pagos pela Câmara Municipal[440].

Em janeiro de 1882, o lugar de professor foi requerido por Francisco Soares de Mendonça, natural de Santo Estêvão, comarca de Tavira, habilitado para lecionar na instrução primária[441], sendo provido, em março desse ano, com o vencimento anual de 100$000 réis[442]. Devido ao agravamento de uma «moléstia de que padecia», solicitou uma licença de 90 dias, a 5 de outubro desse ano, para se deslocar à sua terra natal. A Câmara Municipal concedeu 30 dias, estipulando que, caso ele não retornasse no prazo, a vaga seria colocada a concurso[443]. Posteriormente, o prazo foi prorrogado por mais 60 dias, considerando «a justa petição e ao bom desempenho» do professor[444]. Não regressou às suas funções.

[436] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 46 (1877.10.17).
[437] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 37v.º, 46 (1877.09.13, 1877.10.17).
[438] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 37v.º-38 (1877.09.13); L.º 210, fls. 13, 33, 35.
[439] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 37v.º (1877.09.13).
[440] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 46 (1877.10.17).
[441] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 95 (1882.01.28).
[442] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 101 (1882.03.22).
[443] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 122v.º (1882.10.05).
[444] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 127 (1882.11.18).

Na sessão camarária de 5 de outubro de 1882, João Joaquim Caires Pinto e Júlio César de Faria concorreram à vaga de professor interino desta escola. João Caires Pinto foi o selecionado[445] e desempenhou o cargo até 6 de outubro de 1883, dia em que foi despedido por comportamento moral e civil irregular. Era acusado de «actos menos dignos ao magistério que lhe foi confiado, e com escandalo publico naquela freguesia, motivo por que tem dado logar a diferentes queixas», tendo sido admoestado pela Câmara Municipal pelos seus procedimentos, «como o ter abandonado a mesma eschola, sahindo fora da freguesia sem a devida autorização»[446]. As suas saídas estariam provavelmente relacionadas com o seu casamento com D. Elisa Adelaide de Ornelas, ocorrido a 20 de agosto de 1883 na Sé do Funchal[447].

Após a demissão de João Caires Pinto, este foi substituido por Diogo Perestrelo da Câmara Júnior, recebendo 50$000 réis anuais como o anterior professor[448], metade do valor do ordenado de um professor habilitado. Diogo Perestrelo também se ausentou para o Funchal. Encontrando-se a escola fechada, a Câmara nomeou a 12 de abril, de forma interina, António Eduardo Pestana de Barros Júnior[449].

Júlio César de Faria foi nomeado para exercer nesta escola no início do ano letivo de 1884 (setembro)[450], sendo promovido à categoria de professor temporário em 25 de abril de 1885[451]. A 2 de julho deste ano, casou nesta freguesia com D. Maria Amélia Perestrelo de França, identificando-se como o «actual professor da escola regia d'esta parochia»[452]. A 21 de junho de 1888, foi promovido à categoria de professor vitalício[453]. Sobre o seu desempenho, entre 1888-1890, o inspetor

[445] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 122v.º (1882.10.05).

[446] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 150, 151, 155 (1883.07.28, 1883.08.25, 1883.10.06).

[447] João Pinto era natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Indicou no casamento a profissão de «professor interino d'instrucção primária» (ABM, *RP*, Sé do Funchal, Casamentos, L.º de 1883, fls. 13v.º-14).

[448] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 155 (1883.10.06).

[449] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 175v.º-176 (1884.02.23, 1884.04.12). Entretanto, António Joaquim de Freitas, natural da freguesia de Santo António (Funchal), havia requerido o lugar de professor desta escola, a 11 de outubro de 1883, sendo-lhe indeferido pela Câmara Municipal, visto «não ter lugar» (ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 159v.º, 175 (1883.11.18, 1884.02.23).

[450] ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 31.

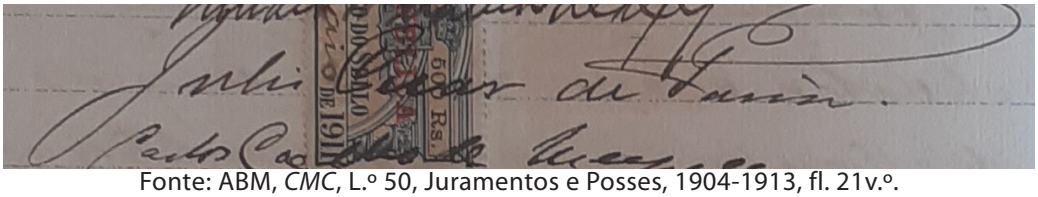
[451] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 3v.º-4.

[452] ABM, *RP*, Estreito da Calheta, Casamentos, L.º de 1885, fls. 4-4v.º. D. Maria Amélia era filha de Bento João Perestrelo de França que, na década de 1860, foi professor nesta freguesia. Júlio César de Faria nasceu a 29 de abril de 1865 (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 15).

[453] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 105 (1888.04.14); ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 3v.º-4.

descreveu-o como um professor que «tem capacidade. Cumpre razoavelmente mas […] pouco apto. É cumpridor e [tem] bom proceder. Cumpre com os seus deveres – o estado de adiantamento dos alunos, que frequentam a escola é razoável. É bom o procedimento do professor»[454]. Júlio César de Faria foi nomeado, em 24 de maio de 1911, ajudante de oficial do Registo Civil no Posto do Estreito da Calheta[455], seguindo a prática comum, em que os professores das freguesias do concelho assumiam esse cargo.

Figura 17 – Assinatura do professor Júlio César de Faria (1911.05.24)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 50, Juramentos e Posses, 1904-1913, fl. 21v.º.

Em setembro de 1889, a escola do Estreito foi transferida para a «Quinta dos Reis», no sítio do Lombo dos Reis[456], junto à capela dos Reis Magos, residência de Júlio César de Faria, mantendo-se nesse local até à década de 1920[457]. Em meados da década de 1880, o mobiliário desta escola era composto por: «10 bancas com bancos ligados, uma pequena estante, estrado banca e cadeiras para o professor, quadro preto e 5 cabides»[458].

Júlio César de Faria, em março de 1917, apresentou um atestado médico que o declarava impossibilitado de exercer as funções de professor. Foi temporariamente substituído por Alice do Carmo Gonçalves de Azevedo, diplomada pela Escola Normal do Funchal, que exerceu até 19 de janeiro de 1920[459]. O atestado de Júlio

[454] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 3v.º-4.

[455] ABM, *CMC*, L.º 50, fls. 21-21v.º.

[456] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 128v.º (1889.09.12).

[457] ABM, *ICEFUN*, cad.º 45, fl. não numerado; ABM, *DEC*, L.º 63, of. 160A.

[458] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 3v.º-4.

[459] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 123 (1917.03.31); ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 33. Alice do Carmo nasceu em 1893.07.01, em Luanda. Anteriormente, desde novembro de 1916, era professora no 2.º lugar da escola masculina da freguesia da Sé do Funchal (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

César de Faria foi prorrogado[460], voltando às funções de professor em outubro de 1920[461]. Antes do seu retorno, Manuel Mendes de Gouveia foi nomeado, a 19 de janeiro de 1920, professor interino em substituição da professora Alice do Carmo, que havia solicitado 60 dias de licença, por ter entrado no 9.º mês de gravidez[462]. Manuel Mendes de Gouveia lecionou até setembro de 1920. Na sessão de 21 de outubro de 1920, da Junta Escolar da Calheta, foi nomeada a professora Alda da Graça Nascimento para esta escola, mas, com o retorno de Júlio César de Faria, a sua nomeação foi anulada, e a professora Alda assumiu interinamente a regência da escola do Jardim do Mar[463].

Júlio César de Faria exerceu o cargo de administrador do concelho da Calheta, em regime de comissão, entre junho e outubro de 1921[464], tendo sido nomeado para a escola do Estreito, interinamente, em outubro, o professor José Basílio de Freitas, mas não chegou a tomar posse por já estar a exercer na escola do Porto da Cruz[465]. Júlio César regressou ao serviço escolar a 1 de novembro[466], exercendo até 2 de dezembro de 1927, data em que se aposentou com 39 anos de serviço[467].

Entre 29 de julho de 1934 e 27 de dezembro de 1941, Laura Vieira Marques foi a professora responsável por esta escola[468].

Aquando da reabertura das diversas escolas no concelho da Calheta, em 1877, Manuel Gomes de Santana, encarregado dos herdeiros de António de Sousa Cunha, argumentou à Câmara Municipal que não podia arrendar a casa para servir de escola de ensino primário, masculino, na freguesia do Paul do Mar, por menos de 18$000 réis, por necessitar de «grande conserto» e por haver «falta de cazas de habitação» na freguesia[469]. Na década seguinte, entre 1881 e 1886, a casa que servia de escola

[460] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 126, 139v.º, 141v.º (1917.06.23, 1918.01.02, 1918.01.25).
[461] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 14v.º-15; «Junta Escolar do Concelho da Calheta – Nota oficiosa», 1920.10.31, in *DM*, p. 1.
[462] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 3v.º-4, 4v.º-5, 8; L.º 64, fl. 1; L.º 63, of. 12.
[463] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 14v.º-15.
[464] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 18v.º.
[465] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 20v.º, 23.
[466] ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1921.12.
[467] ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folhas de vencimentos de 1927.12, 1929.12.
[468] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 22, 192, 298, 311).
[469] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 31v.º, 74 (1877.07.30, 1878.05.22).

pertencia a Manuel Lourenço Jardim[470]. Em 1886, a mobília da escola incluía: «11 carteiras tendo 10 os bancos ligados, banca e estrado para o professor, quadro preto e cabides nas paredes. Há uma cadeira que é da professor»[471]. Nos anos posteriores, a escola mudou de localização: em 1898 funcionava em casa de D. Henriqueta Amália de Almeida e Abreu; em 1905 funcionava no sítio do Porto[472]; em 1912 funcionava no sítio da Ribeira das Galinhas[473]; e, entre 1920 e 1924, no sítio da Quebrada, em casa de Manuel Rodrigues[474].

À semelhança das outras freguesias, a abertura da escola do Paul do Mar atraiu um grande número de alunos, totalizando 67. Perante este número, o professor Álvaro de Ornelas Linhares de Sousa solicitou, em outubro de 1878, uma gratificação suplementar, similar à concedida ao professor da escola do Arco da Calheta[475].

A 22 de outubro de 1885, Eduardo Joaquim de Sousa Pestana sucedeu o professor anterior, sendo nomeado professor interino da escola com o vencimento anual de 72$000 réis[476]. Este professor foi sucedido por Maria Clara Pereira de Nóbrega, nomeada professora temporária a 29 de outubro de 1888, com o vencimento anual de 100$000 réis[477]. Em 1890, a professora solicitou à Câmara Municipal a alteração do período das «férias grandes do mês de setembro» para o mês de junho, por ser aquele mês o de maior trabalho na freguesia. A edilidade delegou a competência desta medida para o inspetor do círculo escolar do Funchal[478]. Anteriormente, em finais de agosto de 1883, o professor da escola, Álvaro

[470] ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 8v.º, 16, 25v.º, 33, 39v.º.

[471] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 7v.º-8.

[472] ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fl. 3; ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 3v.º-4.

[473] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 7v.º-8.

[474] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, ofs. 39 (1920.11.15), 160 A.

[475] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 110v.º (1878.10.19).

[476] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 7v.º-8.

[477] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 7v.º-8; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 115v.º (1888.10.27). Tinha o diploma para o Magistério do 1.º grau. Nasceu a 22 de julho de 1854. Casou a 22 de julho de 1879, na paróquia de Santana, com Jorge Luís de Nóbrega, professor de instrução primária (ABM, *RP*, Santana, Casamentos, L.º de 1879, fls. 9-9v.º).

Categorias: 1888.10.29, temporária; 1892.01.14, definitiva; em 1902 pertencia à 1.ª classe. 1895.07.27 foi trabalhar para Câmara de Lobos, tendo anteriormente trabalhado nos Canhas. Em finais do século XIX recebia 100$000 réis de ordenado e as gratificações legais (ABM, *ICEFUN*, L.º 50; L.º 47, fls. 16v.º-17).

[478] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 138 (1890.05.17).

Linhares, justificou as altas taxas de absentismo dos alunos, explicando que «na presente epocha é natural, em consequência de se empregarem na cultura»[479].

Figura 18 – Vista oeste/este da freguesia do Paul do Mar, Calheta (anterior a 1905)

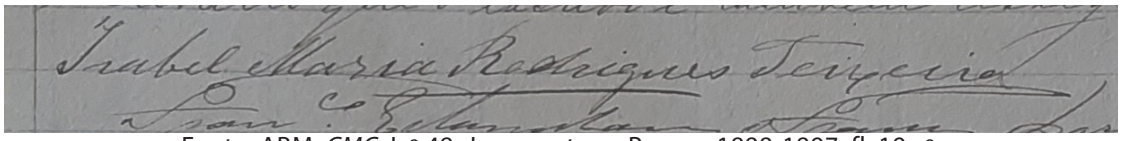


Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, JAS/804.

Por algum tempo, o professor Francisco Gomes de Santana[480] exerceu nesta escola até à entrada da professora Isabel Maria Rodrigues Teixeira, transferida de uma escola do concelho de Mirandela. Isabel Teixeira tomou posse no Paul do Mar a 12 de janeiro de 1897[481], permanecendo até os primeiros meses de 1900, quando foi colocada na escola do Monte, no Funchal.

[479] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 151v.º (1883.08.25).
[480] Nasceu cerca de 1855. Tinha exame de admissão ao Liceu (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 7v.º-8).
[481] ABM, *CMC*, L.º 48, fl. 19v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 7v.º-8. Foi nomeada por despacho de 1895.11.28.

Figura 19 – Assinatura da professora Isabel Maria Rodrigues Teixeira (1897.01.12)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. 19v.º.

Isabel Teixeira, em março de 1897, solicitou à Câmara Municipal a mudança da escola para uma casa no sítio do Porto, alegando que a casa onde estava instalada era «imprópria para os exercícios escolares». O município autorizou a mudança, desde que ocorresse no final do ano, findo o arrendamento da atual, e que a nova casa estivesse em boas condições e custasse até 25$000 réis anuais[482]. Provavelmente, na sequência deste pedido, a 28 de maio de 1898, D. Henriqueta Amália de Almeida e Abreu arrendou à Câmara Municipal, por 36$000 réis anuais, o andar superior da casa sobradada coberta de telha, com quintal, situada no sítio do Porto, confrontando a oeste com a estrada, para «servir de escola pública e residência do respetivo professor»[483].

A 25 de janeiro de 1900, António Gonçalves Santana foi nomeado professor interino da escola do Paul do Mar[484]. A 18 de maio do mesmo ano, foi colocada a professora Maria Georgina Gomes, que, entretanto, optou por lecionar na escola da vila do Porto Moniz[485]. A 8 de junho desse ano, Ana Isabel Lopes tomou posse do lugar de professora na categoria de temporária[486], mas ao ser transferida para a escola da Tabua proporcionou a nomeação de João Evangelista Ferro Júnior, natural de Faro (Algarve), por despacho de 20 de junho de 1900 e empossado a 24 de julho[487].

Figura 20 – Assinatura do professor João Evangelista Ferro Júnior (1911.05.24)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 50, Juramentos e Posses, 1904-1913, fl. 22.

[482] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 45v.º (1897.03.13).
[483] ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fl. 3.
[484] ABM, *CMC*, L.º 49, fls. 9v.º-10. Tomou posse em 1900.01.26.
[485] ABM, *ICEFUN*, pt. 55.
[486] ABM, *CMC*, L.º 49, fl 10v.º. ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 7v.º-8. Foi nomeada por despacho de 1900.05.30.
[487] ABM, *CMC*, L.º 49, fls. 14-14v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 7v.º-8; L.º 47, fls. 3v.º-4. Em 24 de maio de 1911, foi nomeado ajudante official de Registo Civil das freguesias do Paul do Mar e do Jardim do Mar (ABM, *CMC*, L.º 50, fls. 21v.º-22).

Entre 1903 e 1911, na freguesia do Paul do Mar, das 165 crianças recenseadas anualmente, apenas 62, em média, frequentavam a escola.

Quadro II – Alunos da Escola Masculina do Paul do Mar (1903-1911)

Anos	Alunos matriculados	Alunos que abandonaram	Alunos a exame de 1.º grau	Alunos a exame de 2.º grau	Crianças Recenseadas
1903	91	13	13	1	–
1904	89	18	6	0	150
1905	51	_	5	0	165
1906	51	0	0	0	167
1907	57	0	0	0	169
1908	67	8	3	0	167
1909	42	3	5	0	167
1911	51	_	4	2	_

Fonte: ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 46.

João Evangelista Ferro Júnior, viúvo desde novembro de 1919[488], casou no Paul do Mar, aos 45 anos, no dia 21 de janeiro de 1921, com a professora Maria Amália da Veiga Pestana, de 28 anos, divorciada de Eduardo Dário da Costa Cabral[489]. Maria Amália lecionava na escola feminina no Paul do Mar desde julho de 1917[490]. A 22 de outubro de 1921[491] suspendeu as aulas, em conformidade com o decreto 7704, de 7 de setembro de 1921, que concedia a dispensa de dois meses do serviço, durante o último período de gravidez.

Em abril de 1924, os professores das escolas masculina e feminina do Paul do Mar, o casal Ferro: João Evangelista e Maria Amália, apresentaram atestados médicos de 30 e 60 dias, respetivamente, e retiraram-se para o Funchal[492]. Em maio do mesmo ano, o professor propunha-se comparecer à Junta de Sanidade Escolar para renovar o atestado, pois ainda não estava em condições de trabalhar, enquanto a esposa retornava ao trabalho[493]. No final de junho, a professora informou que encerrou a

[488] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 2v.º; L.º 63, of. 5.

[489] (ABM, *CRCF*, Casamentos, L.º de 1921.01.17-1921.12.04, fls. 3-3v.º. O professor Ferro nasceu em 1858.03.18.

[490] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 127v.º (1917.07.18); L.º 163, fl. 37v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fls. 4v.º-5.

[491] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 21v.º, 23.

[492] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 39v.º-40; «Instrução Primária», 1924.04.05, in *DN*, p. 1; «Junta Escolar da Calheta», 1924.04.05, in *DM*, p. 1.

[493] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 40; ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 151.

escola temporariamente para se ausentar para o Funchal e procurar «um especialista em doenças oftalmológicas», por não existir no Paul do Mar, tendo regressado ainda neste mês[494]. Saliente-se que nesta época grassava no Paul do Mar uma «doença contagiosa de olhos»[495].

O professor Ferro encontrava-se de relações cortadas com o pároco do Paul do Mar, Carlos Frederico Martins, tendo apresentado queixa formal por insultos[496]. A desavença entre ambos era descrita como «uma questão antiga»[497]. Segundo um periódico regional, o padre em virtude desses conflitos seria colocado na paróquia de Machico, como cura[498]. A controvérsia estaria, possivelmente, relacionada com o facto do professor não professar a religião católica. Um grupo de mulheres, liderado por José Ferreira, de alcunha *o Palhaça*, no dia 20 de julho de 1924, domingo, dirigiu-se à casa do professor exigindo que lhe abrissem a porta. Após a insistência, Maria Amália dirigiu-se à janela, declarando *o Palhaça* que o que «queriam naquela freguesia era professor que fosse católico, apostolico, romano»[499]. O grupo prometeu regressar no domingo seguinte, dia 27, para ajustar contas, «caso se realizasse a transferência do respectivo paroco»[500], o que parece ter ocorrido, já que, em junho de 1925, o pároco foi referido como «ex-vigário» do Paul do Mar.

No dia 22 de julho de 1924, terça-feira, o professor deslocou-se ao Funchal, por motivo de doença. No dia seguinte, 23 de julho, pelas 22 horas, uma bomba foi lançada contra a sua residência, proveniente de uma casa vizinha onde residia um indivíduo que estava de relações cortadas com o professor. O grande estrondo colocou «em sobressalto toda a freguesia»[501].

O professor Ferro participou ao governador civil e à Junta Escolar da Calheta sobre os «insultos recebidos do povo da freguesia», na noite de 23 de julho de 1924[502]. A esposa e filha retiraram-se para o Funchal até que o governador civil procedesse ao inquérito sobre a queixa apresentada[503]. Uma força policial foi enviada ao Paul do Mar para investigar as responsabilidades pelo lançamento da

494 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 42.
495 ABM, *GC*, L.º 635, fls. 138v.º, 139.
496 «No Paul do Mar […]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.
497 «Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, p. 1.
498 «No Paul do Mar […]», 1924.07.25, in *DM*, p. 1.
499 «No Paul do Mar […]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.
500 «No Paul do Mar […]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.
501 «No Paul do Mar […]», 1924.07.25, in *DN*, p. 1.
502 ABM, *GC*, L.º 635, fl. 154v.º (of. do governador civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).
503 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 42v.º.

bomba[504]. O Governo Civil e o inspetor escolar procederam a averiguações[505]. Alguns dos agressores foram posteriormente condenados pelos tribunais parecendo «que as coisas entrariam na normalidade»[506], o que não aconteceu.

Os dois professores continuaram no Funchal, com atestados médicos. Pretendiam regressar ao Paul do Mar em outubro, para o início do ano letivo, mas a população, ao saber da intenção, exaltou-se ainda mais. O Delegado do Governo, por recear uma alteração da ordem na freguesia, informou o governador civil, José Varela, que, por sua vez, expôs a situação ao Ministro da Instrução Pública e ao Ministro do Interior e Presidente do Ministério, em Lisboa, para decidir o que fazer nesta situação[507]. O governador avaliou que a presença de forças militares no Paul do Mar não era viável, dada a grande distância em relação ao Funchal e o número reduzido de soldados disponíveis, além de grassar nesta freguesia uma «doença contagiosa dos olhos». Também achou ser inexequível manter militarmente o professor na freguesia «onde não concorreria um só aluno» à escola, daí ter decidido, em conjunto com o inspetor escolar, que o professor não retornaria ao Paul do Mar até ordem superior do Ministro da Instrução[508].

A professora Amália continuou afastada da escola, apresentando atestados médicos entre dezembro de 1924 e fevereiro de 1925, a fim «de completar o seu tratamento»[509]. Voltou à escola, no dia 2 de março de 1925, visto «estar completamente restabelecida»[510].

No entanto, a situação continuou tensa. Segundo a professora Maria Amália, no dia 17 de junho de 1925, um «grande número de pessoas foram á casa, da escola e na ocasião em que ministrava a instrução, intima-la com atitudes ameaçadoras a abandonar aquela freguesia»[511]. Segundo o *Diário de Notícias*, por volta do meio dia desse dia, «um numeroso grupo se juntára á porta da escola, ameaçando de morte a professora […] intimando-a a sair do Paul até ao dia seguinte ao meio dia, pois de contrario a matariam»[512]. O Governador Civil da Madeira, João Guilherme de Meneses Ferreira, relatou que foi «atacada e invadida a residencia do casal,

[504] «No Paul do Mar […]», 1924.07.27, in *DN*, p. 1.
[505] ABM, *GC*, L.º 635, fls. 138v.º-139.
[506] ABM, *GC*, L.º 635, fl. 154v.º (of. do governador civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).
[507] ABM, *GC*, L.º 635, fls. 138v.º-139v.º.
[508] ABM, *GC*, L.º 635, fl. 138v.º; ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 44v.º.
[509] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 45-45v.º.
[510] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 46v.º.
[511] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 47.
[512] «Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, p. 1.

o professor agredido, espancado, e lançado ao mar, donde a custo foi salvo, e a professora terrivelmente vexada e ofendida!»[513].

Para garantir a ordem, proceder a investigações e capturar os causadores dos tumultos, no dia seguinte, por requisição do Governador Civil, seguiu para o Paul do Mar a força de infantaria n.º 27, sob o comando de um sargento, e o chefe de polícia, Macedo Faria, acompanhado do amanuense do comissariado, João Filipe Fernandes, e de dois guardas[514]. Segundo o Governador Civil, foram «entregues á justiça umas dezenas dos assaltantes; os professores, porém, tiveram de sahir outra vez da freguesia, onde as suas vidas corriam grave perigo, e correrão se elles para lá voltarem»[515].

Perante a gravidade da situação, o governador, em novembro de 1925, concluiu que «não é possível, nem conveniente, prolongar, porquanto não é viável a permanência de força militar a áquella pequena e desviada povoação, nem será proveitosa para a instrução a conservação d'aquelles professores n'uma freguesia, onde a sua presença só servirá para exacerbar cada vez mais a exaltação dos animos, e originar talvez acontecimentos funestos». Propôs a colocação dos professores noutras escolas, sem prejuízo para as suas carreiras, sugerindo que a professora Amália podia ser transferida para a escola de Santa Luzia, no Funchal, por motivos de falecimento da professora Maria Matilde de Nóbrega de Castro. A professora Maria Amália foi transferida, a 21 de junho de 1927, para a escola do Lombo dos Aguiares, no Funchal[516]. O professor Ferro, por opção própria, concorreu para a escola das Encruzilhadas, na freguesia de Santo António, no Funchal[517].

Na escola masculina do Paul do Mar sucedeu o professor Manuel Mendes de Gouveia, nomeado a 12 de dezembro de 1929, onde permaneceu até novembro de 1936[518]. Neste mês passou a exercer na escola masculina da Ponta do Pargo, em serviço de comissão, por deliberação da Junta Geral do Funchal, de 17 desse mês[519].

---

513 ABM, *GC*, L.º 635, fl. 154v.º (of. do Governador Civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

514 «Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, p. 1.

515 ABM, *GC*, L.º 635, fl. 154v.º (of. do Governador Civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

516 ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 45v.º; *DG* de 1927.06.28, n.º 139.

517 ABM, *GC*, L.º 635, fls. 154v.º-155 (of. do Governador Civil do Funchal ao Ministro da Instrução Pública, 1925.11.04).

518 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1929.12; ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 78, 96.

519 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 96.

Em novembro de 1878, o Governo Civil propunha à Câmara Municipal que, enquanto não fosse aberto concurso para a nomeação de um professor para a escola de ensino primário da freguesia dos Prazeres, fosse designado um professor interino. Assim, a 1 de fevereiro de 1879, Francisco Manuel de Sousa, residente no Estreito da Calheta, foi nomeado para o cargo da escola dos Prazeres[520]. Em 1881, Manuel João Correia Júnior ocupava o lugar, mas solicitou a sua exoneração em outubro desse ano[521]. Com a vaga aberta, José Calisto Nunes, natural do Funchal, requereu o posto e foi nomeado pela Câmara, em 28 de janeiro de 1882, para exercer «o magistério d'um e de outro sexo»[522], ou seja, uma escola mista, pela gratificação anual de 60$000 réis[523]. Após ser admoestado pela Câmara Municipal, por factos «que lhe são arguidos», pediu licença de quatro dias para ir ao Funchal[524] e, a 2 de julho desse ano, renunciou às funções[525]. Francisco Manuel de Sousa voltou a assumir interinamente, «para que não seja abandonada a escola»[526].

A lei de 2 de maio de 1878 determinava que cada paróquia devia ter «em regra, uma escola primaria com ensino elementar para cada sexo», que «poderá servir para duas ou mais parochias, quando os alunos das parochias reunidas não exceda, de sessenta»[527]. Em cumprimento desta lei, a Câmara Municipal da Calheta, em abril de 1882, determinou que as crianças da freguesia do Jardim do Mar frequentariam a escola dos Prazeres[528], então renomeada de «escola dos Prazeres e Jardim do Mar»[529]. Apenas em 1908, após reclamações dos habitantes do Jardim do Mar, a Câmara solicitou ao Governo a criação de uma escola mista no Jardim do Mar[530], o que foi efetivado apenas na década seguinte.

---

[520] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fls. 133, 138 (1879.02.01, 1879.02.22).

[521] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 74v.º (1881.10.15).

[522] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 85 (1878.06.12).

[523] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 94v.º-95 (1882.01.28); «Por despacho de 28 de janeiro […]», 1882.02.02, in *DN*, p. 1; «Por despacho de 3 do corrente […]», 1882.03.05, in *DN*, p. 1.

[524] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 109-109v.º (1882.05.06).

[525] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 119 (1882.08.03). Por despacho de 1882.03.03 foi nomeado solicitador da freguesia da Fajã da Ovelha («Por despacho de 3 do corrente […]», 1882.03.05, in *DN*, p. 1).

[526] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 119 (1882.08.03).

[527] Decreto de 1878.05.02, art.º 19.

[528] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fls. 93v.º-94, 106 (1882.01.18, 1882.04.22).

[529] «Por despacho de 3 do corrente […]», 1882.03.05, in *DN*, p. 1.

[530] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 7v.º (1908.11.30).

É desconhecido o professor que esteve em atividade nos Prazeres entre julho de 1882 e fevereiro de 1885. Continuaria Francisco Manuel de Sousa?

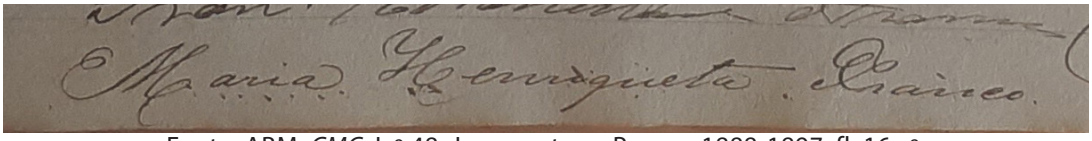
Face às «queixas dos pais dos alunos» das escolas dos Prazeres e do Paul do Mar, sobre as faltas dos professores, a Câmara Municipal despediu-os, em fevereiro de 1885[531], sendo o lugar de professor da escola dos Prazeres, a partir de então, denominada de escola masculina, requerido por Álvaro de Ornelas Linhares, em agosto desse ano[532]. No entanto, no dia 3 de agosto foi nomeado, interinamente, o padre João António Marcial[533], de 39 anos de idade, possuidor do curso do Seminário, com o ordenado inicial de 72$000 réis e depois de 96$000 réis. Em relação às aulas deste padre, o inspetor refere que cumpria as suas atividades «muito irregularmente. É pouco assíduo. Os resultados da escola são quase nulos»[534]. Em 1883, a Câmara pagava a renda da casa que serve de escola ao padre João António Marcial[535]. Por esta altura, entre 1881 e 1886, a escola funcionava no sítio da Igreja, a 50 metros da residência paroquial, numa sala com 35 m^2, arrendada a Augusto Joaquim de Andrade por 12$000 réis anuais[536]. As condições higiénicas da escola eram «más» e o mobiliário incluía: «4 bancas com bancos ligados para 6 alunos cada uma, um pequeno quadro preto, banca para o professor sobre um estrado, 4 cabides, uma pequena estante»[537].

Sucedeu a professora temporária Maria Henriqueta Franco[538] que iniciou funções a 15 de outubro de 1894[539], com o ordenado anual de 100$000 réis. Lecionou até 14 de agosto de 1902, quando foi colocada na escola do Arco de São Jorge, onde iniciou funções a 5 de outubro de 1902[540], por permuta com o professor

[531] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 25v.º (1882.08.03).
[532] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 35 (1885.08.01).
[533] Foi vigário na paróquia dos Prazeres desde inícios de 1882 até depois de 1911 (ABM, *RP*, Prazeres, Casamentos, L.^{os} de 1882 e 1911).
[534] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 4v.º-5.
[535] ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 24.
[536] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 3v.º-4; ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 8v.º, 16v.º, 21, 27, 30v.º, 34, 37, 39v.º.
[537] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 4v.º-5.
[538] Henriqueta Franco nasceu na freguesia de Machico, em 1874.01.25; era habilitada para o magistério primário (exame em 1892.12.07) (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).
[539] ABM, *CMC*, L.º 116, fl. 12; ABM, *ICEFUN*, pt. 55. Foi nomeada, temporária, por despacho de 1894.05.05 e tomou posse em 1894.06.22 (ABM, *CMC*, L.º 48, fl. 16v.º). Na escola dos Prazeres teve o castigo de suspensão por um mês em 1901.
[540] Exerceu no Arco de S. Jorge até 5 de dezembro de 1909, tendo passado neste mês para a escola da freguesia de Boaventura (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

António Pinto, habilitado para o magistério elementar. António Pinto exerceu nos Prazeres de 1 de setembro de 1902 (data da posse)[541] até, pelo menos, ao verão de 1911, momento em que acumulava nesta freguesia o cargo de ajudante de oficial de registo civil[542]. Possivelmente, continuou a lecionar nos Prazeres até abril de 1914, quando o lugar de professor se encontrava vago[543]. No exercício das funções foi considerado um professor zeloso, assíduo e de bom comportamento[544].

Figura 21 – Assinatura da professora Maria Henriqueta Franco (1894.06.22)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. 16v.º.

Este professor entre os anos escolares de 1902-1903 e 1908-1909 teve 589 alunos recusados à matricula, devido à falta de espaço, 418 alunos matriculados, tendo 71 abandonado a escola. Dos matriculados, 39 transitaram da 1.ª para a 2.ª classe e 33 da 2.ª para a 3.ª classe[545].

Quadro III – Alunos da Escola dos Prazeres (1902-1909)

Anos	**1902-1903**	**1903-1904**	**1904-1905**	**1905-1906**	**1906-1907**	**1907-1908**	**1908-1909**
Alunos recusados à matrícula	75	72	82	92	89	85	94
Alunos matriculados	86	77	74	56	44	30	51
Alunos que abandonaram	12	24	15	10	8	2	
Transitaram da 1.ª para a 2.ª classe	6	5	7	8	4	3	6
Transitaram da 2.ª para a 3.ª classe	3	4	7	6	7	4	2

Fonte: ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 42.

[541] ABM, *CMC*, L.º 48, fl. 16v.º; L.º 49, fls. 49-49v.º. ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 74v.º-75; L.º 50, fls. 4v.º-5; L.º 56, inscrição n.º 42; L.º 57, fls. 2v.º-3. António Pinto nasceu a 10 de maio de 1874. Foi nomeado para a Escola dos Prazeres por despacho de 1902.08.12.

[542] ABM, *CMC*, L.º 50, fl. 23; «Instrução Pública», 1911.01.13, in *DN*, p. 2.

[543] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 76v.º (1914.04.25).

[544] ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 42.

[545] ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 42.

A escola foi transferida do centro da freguesia, do sítio da Igreja, para o extremo sul, no sítio do Jardim Pelado[546], para uma habitação de Manuel Francisco Farinha que, a 3 de janeiro de 1905, arrendou uma casa sobradada e coberta de telha, exceto uma loja que servia de lagar, para «funcionar a escola e residir o respectivo professor», pela renda anual de 42$000 réis. O prédio confrontava a norte com a vereda e a sul com o caminho do carro[547]. Entre 1912 e 1915, a escola já estava novamente no sítio da Igreja / da Estacada[548]. Entre 1920 e 1924 funcionava no sítio da Estacada, numa casa térrea pertencente a Rufino Gonçalves dos Reis, e incluía a residência do professor[549].

Por se encontrar vago o lugar de professor desta escola, em abril de 1914 foi nomeada a professora interina Leonor Neves Farinha, habilitada pela Escola Normal do Funchal[550]. Dos concursos abertos em janeiro e em agosto de 1915 não surgiram pretendentes[551]. Entretanto, em maio, a professora Leonor pediu a exoneração e José Fortunato Rodrigues Mendes, natural do Arco da Calheta, solicitou a nomeação como professor interino a 7 de agosto. A Câmara Municipal aprovou o pedido, assumindo funções no início de outubro[552].

Segundo o periódico *Diário da Madeira*, Manuel de Sousa Jardim, natural dos Prazeres, foi o primeiro rapaz desta freguesia que se apresentou a exame de 1.º grau, obtendo a classificação de bom, facto ocorrido a 21 de julho de 1916[553]. Nesse mês

[546] ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 2v.º-3.

[547] ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 17-18.

[548] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 4v.º-5; ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

[549] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 39; ABM, *DEC*, L.º 12, of. 160A. Esta casa foi demolida e situava-se onde está implantado atualmente o restaurante «O Parque», junto à atual Estrada Regional 222, do lado oposto do «Largo professor doutor Carlos Alberto da Mota Pinto».

[550] ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 76v.º (1914.04.25). Leonor Farinha, filha de João de Agrela Farinha e de Isabel Rodrigues da Purificação, moradores nos Prazeres, casou com 28 anos, na Calheta, a 24 de abril de 1915, com António Rodrigues Brás Júnior, filho de António Rodrigues Brás e Henriqueta Augusta Rodrigues, moradores na vila da Calheta. Leonor Farinha apresentou-se com a profissão de professora oficial (ABM, *CRCC*, Casamentos, L.º do ano de 1915, fls. 10-10v.º).

[551] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 88v.º, 92v.º, 95, 97 (1915.01.30, 1915.05.29, 1915.08.07, 1915.08.28).

[552] ABM, *ICEFUN*, pt. 55; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 96, 100v.º (1915.08.07, 1915.10.30). Fortunato Mendes nasceu em 1891.12.03 e casou em 1916 com Maria da Piedade Fernandes.

[553] «Escola official dos Prazeres», 1916.07.22, in *DM*, p. 1.

de julho, concorreram os professores José Fortunato e José Nicolau de Freitas, ambos diplomados pela Escola Normal do Funchal, mas desistiram, tendo o primeiro optado pela colocação na escola do Caniço, no sítio da Vargem. Com as desistências, o lugar foi requerido pela professora Maria do Céu Gonçalves dos Santos, também formada pela Escola Normal do Funchal, que foi nomeada professora interina a 1 de julho de 1916[554].

A 30 de dezembro de 1916, Maria Eduarda de Abreu foi colocada interinamente nesta escola, mas renunciou a 3 de fevereiro de 1917, sendo substituída a 14 desse mês pela professora Felicidade Augusta de Andrade Serrão, que desejava ser colocada em qualquer escola do concelho da Calheta. Ambas eram diplomadas pela Escola Normal do Funchal[555]. No concurso de 17 de julho de 1917, entre seis candidatos, a professora Felicidade Serrão ficou em 6.º lugar, mas foi a nomeada porque os demais concorrentes optaram por outras escolas onde ficaram colocados[556]. Felicidade Serrão lecionou nesta escola até cerca de 1955[557].

Nesta freguesia, uma escola particular, regida por Manuel do Rosário de Gouveia, foi mandada encerrar, em novembro de 1921, por se encontrar a funcionar ilegalmente[558].

Na freguesia da Fajã da Ovelha, a escola permaneceu em funcionamento na maioria ou na totalidade dos anos da década de 1870, pois Manuel de Ponte de Gouveia obteve várias nomeações ao longo desse período, como já referimos.

---

[554] ABM, *ICEFUN*, pt. 55. ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 13; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 112 (1916.07.01). «Instrução Pública – Escola dos Prazeres», 1916.07.11, in *DM*, Funchal, p. 1.

[555] ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 29v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 117v.º, 121v.º (1916.12.30, 1916.02.03); «Escola dos Prazeres», 1917.02.13, in *DN*, p. 1. Maria Eduarda nasceu na freguesia da Sé do Funchal, em 1896.10.15, era diplomada pela Escola Normal do Funchal (1916) e exerceu por um curto período de tempo, em janeiro de 1917 na escola feminina do Porto da Cruz, no sítio das Casas Próximas (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

[556] ABM, *CMC*, L.º 163, fls. 37v.º-38; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 128 (1917.07.18); ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1919.10, 1926.01. A professora Felicidade Serrão passou à 2.ª diuturnidade em 1928.02.17.

[557] Antero Nicolau Caires, nascido a 8 de dezembro de 1945, natural e residente nos Prazeres, refere que Felicidade Serrão foi sua professora da 1.ª à 3.ª classe. Depois de concluir a 3.ª classe a professora reformou-se. Já a 4.ª classe foi realizada na escola S. Francisco de Sales e teve como professora Maria da Graça. A professora Felicidade era casada com Batista Serrão (depoimento de Antero Caires, 2019.03.21). A professora Felicidade tinha uma filha chamada Teresinha (depoimento de Maria Odília Barradas, nascida em 1946.07.13).

[558] ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fl. 44.

A 20 de abril de 1878, o professor da escola de ensino primário, masculino, desta freguesia, Augusto Correia de Gouveia, enquanto professor privisório, que já contava com 88 alunos matriculados, solicitou à Câmara Municipal uma gratificação similar à concedida ao professor do Estreito da Calheta, enquanto aguardava a efetivação do lugar[559], que ocorreu em novembro ou dezembro desse ano[560]. A 30 de junho de 1885, o professor, agora denominado de Augusto César de Gouveia, pediu a exoneração do emprego desta escola tendo sido aceite pela Câmara Municipal[561].

Em maio de 1878, Luís Marcial Sénior foi convidado a arrendar a sala da sua casa para servir de escola, visto que a casa em serviço não podia albergar a quantidade de alunos matriculados e não tinha as comodidades recomendadas por lei. O proprietário propôs a renda anual de 18$000 réis, sendo aceite pela edilidade que se comprometeu a fazer «a primeira mobília para a Eschola»[562]. A escola, entre 1881 e 1886, funcionava em casa alugada por este proprietário[563] no sítio do Massapez e estava equipada com: «um meio banco e estrado para o professor, 10 bancas com 10 bancos ligados para 4 alunos cada uma»[564]. No ano seguinte, em janeiro, Luís Marcial solicitou a transferência para outra casa, de que era proprietário, situada no sítio do Jogo da Bola, o que foi diferido[565]. Em 1920, a escola situava-se no Lombo de São João, constando a 29 de abril de 1922 que não estava a funcionar por ter sido «dada incapaz a respectiva casa onde se encontrava instalada»[566]. Em dezembro de 1924, a escola funcionava no sítio da Fajã da Ovelha, numa casa pertencente a Manuel João Correia Júnior, ex-professor da mesma escola[567].

[559] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 70 (1878.04.24).
[560] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 126v.º (1878.12.21).
[561] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 33v.º (1885.07.25).
[562] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1877-1880, fl. 74 (1878.05.22).
[563] ABM, *CMC*, L.º 210, fl. 13, 24, 29v.º, 35.
[564] ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 6v.º-7.
[565] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 74v.º (1887.02.12).
[566] «Instrução Pública», 1922.04.29, in *DM*, p. 1.
[567] ABM, *DEC*, L.º 12, of. 160A.

Figura 22 – Vista da freguesia da Fajã da Ovelha, Calheta (anterior a 1934)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Francisco João Barreto, FJB/1.

Com a vacância do lugar da escola, concorreu Manuel João Correia Júnior, sendo colocado interinamente, a 1 de agosto de 1885, com o ordenado mensal de 8$000 réis[568]. Exerceu nesta escola até abril de 1923[569], quando, devido a problemas de saúde, solicitou 30 dias de licença, renovados nos meses subsequentes[570]. Este professor recebia o ordenado mensal de 61$66 escudos, correspondente ao da categoria da 4.ª diuturnidade, até janeiro de 1924, quando passou à «situação de doente»[571]. Paralelamente, desempenhou o cargo de ajudante de oficial do Registo Civil no Posto da Fajã da Ovelha, para o qual foi nomeado em maio de 1911[572].

[568] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 34v.º-35 (1885.08.01). Este professor foi nomeado para esta escola por despacho de 20 de março de 1895 e tomou posse a 4 de abril desse ano (ABM, *CMC*, L.º 48, fl. 19). Passou à categoria de temporário em 1895.03.30 e de definitivo em 1901.09.09 (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 6v.º-7).

[569] Obteve alvará para professor temporário, nesta escola, a 2 de março de 1895 (ABM, *CMC*, L.º 116, fl. 17v.º).

[570] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 35.

[571] ABM, *ICEFUN*, mç.º 29 fls. 6v.º-7.

[572] ABM, *CMC*, L.º 50, L.º 5.º de Juramento e Posses, 1904-1913, fls. 22-22v.º.

O inspetor escolar do distrito, em 1886, considerou este professor como «pouco assíduo. Tem pouca competência e não procura supri-la pela sua actividade e esforço»[573]. Este professor, entre 1895 e 1907, apresentou alguns alunos a exame, sendo uma minoria em relação aos alunos matriculados, como era comum às outras escolas da época. O professor obteve: em 1895, três alunos aprovados no exame elementar; em 1896, dois alunos aprovados no exame elementar; em 1899, dois alunos, um com a avaliação de distinto e outro foi aprovado no 2.º grau; em 1902, dois alunos, um com a avaliação de ótimo e outro bom no 1.º grau; em 1907, seis alunos, sendo avaliados um com ótimo, três com bom e dois com suficiente[574].

Encontrando-se a escola do Jardim do Mar sem casa onde pudesse ser instalada, a professora desta escola, Maria José, entrou em funções, a 23 de novembro de 1923, em comissão de serviço na escola masculina da Fajã da Ovelha, enquanto durasse o impedimento do professor Manuel João Correia[575]. A Junta Escolar da Calheta chegou a propor que a professora Maria José passasse para a escola feminina da Fajã da Ovelha, uma vez que a professora desta escola, Maria Hipólito, se encontrava doente, e que o professor Manuel Mendes de Gouveia lecionasse na escola masculina da Fajã da Ovelha[576]. Em janeiro de 1924, enquanto ainda lecionava na escola masculina da Fajã da Ovelha[577], a professora Maria José foi mandada para outra comissão de serviço, desta vez na escola das Achadas da Cruz, no concelho do Porto Moniz, decisão contra a qual protestou[578].

Na escola masculina da Fajã da Ovelha, seguiram-se os professores: José Basílio de Freitas Andrade, nomeado interino a 24 de outubro de 1925 e que exerceu até janeiro de 1926[579]; Manuel Mendes de Gouveia, que tomou posse, como professor interino, a 12 de janeiro de 1926[580], lecionando até ao mês de agosto; a professora Maria José[581], que voltou a exercer nesta escola, entre setembro de 1926 e julho

[573] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 6v.º-7.
[574] ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 7.
[575] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 36v.º, 39; L.º 64, fl. 6v.º; mç.º 29, folhas de vencimentos de 1925.02, 1925.08. Nomeada em 1924.10.27 (*DG* n.º 252, 2.ª série).
[576] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 137.
[577] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 38.
[578] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 38v.º-39.
[579] Data do diploma de nomeação. Tomou posse, em 1925.11.07, na escola da Fajã da Ovelha e, em 1926.01.08, foi nomeado para a escola masculina do Porto da Cruz (*DG* n.º 257; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 23, 26v.º).
[580] Nomeado em 1925.12.17 (*DG* n.º 296, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 27-27v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1925.09).
[581] Passou à 1.ª diuturnidade por portaria de 1926.05.01 (*DG* de 1926.06.11, n.º 13).

do ano seguinte[582]; Manuel Silvério Gonçalves, professor entre 26 de novembro de 1926[583] e setembro de 1927 e entre julho de 1928 e outubro de 1932[584].

Para dar seguimento à criação de uma escola mista no Jardim do Mar, a Câmara Municipal responsabilizou-se por providenciar uma casa, mobília e materiais escolares, em 19 outubro de 1912[585]. A criação da escola foi confirmada pela Comissão Distrital, em sessão de 12 de setembro de 1913[586].

Francisco João de Vasconcelos, abastado proprietário no Jardim do Mar, em 1913, levantou uma casa com rés-do-chão e 1.º andar, contígua à capela de N.ª Sr.ª da Piedade, no lado oeste, para servir de escola mista e residência do professor. Segundo o periódico *Trabalho e União*, Francisco de Vasconcelos lidava «há muito tempo e com muito empenho, no intuito de ver a sua freguesia, dotada com uma escola mista, onde a população infantil fosse beber os conhecimentos de que toda a gente necessita»[587]. Esta casa foi a selecionada para servir de escola, por ser central na freguesia[588], sendo arrendada, em 1916, por 120$00 escudos anuais[589]. Contudo, a abertura da escola enfrentou atrasos devido a conflitos burocráticos. Segundo uma observação política do periódico *Trabalho e União*, a Câmara Municipal da Calheta apenas enviou uma cópia da sessão camarária referente à criação da escola para a Junta Geral e não ao inspetor escolar por uma «birra» e assim «com uma injustificável teimosia, vai adiando a abertura da escola do Jardim do Mar». Este periódico referia ainda que «o Jardim do Mar é uma freguesia pequena; grande numero dos homens válidos emigraram, e, dos que ali há, não podem apurar-se senão uns 4 eleitores!... Houvesse lá 400, e o sr. Vasconcelos veria como tinha há muito a escola a funcionar» [590]. A mobília para a escola foi

[582] ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1926.09, 1927.08.

[583] Data da tomada de posse: 1926.11.26. Nomeado por despacho de 1926.11.06 (*DG* n.º 262; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 37v.º). Em 1926.11.11 tinha quatro meses e quatro dias de serviço prestado (ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.04).

[584] Nomeado em 1928.01.17; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1928.07.

[585] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 53v.º (1912.10.19).

[586] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 66 (1913.10.04).

[587] «No Jardim do Mar – uma escola que se não abre […]», 1913.08.09, in *Trabalho e União*, p. 1.

[588] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 91 (1915.04.24).

[589] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 116 (1916.10.07).

[590] «No Jardim do Mar – uma escola que se não abre […]», 1913.08.09, in *Trabalho e União*, p. 1.

comprada, em outubro de 1915, a Francisco Gomes de Gouveia Júnior, pelo valor de 140$00 escudos[591].

O concurso para provimento de uma professora avançou em 1916, sendo colocada em primeiro lugar Graciela Olga de Meneses, em agosto desse ano, tendo entrado ao serviço a 1 de setembro[592] e exercido até setembro de 1920[593]. Entre julho de 1917 e julho de 1918 não exerceu por se encontrar afastada por atestado médico[594].

Em maio de 1918, Nicolau Francisco Gomes, proprietário da casa onde funcionava a escola, situada no sítio da Piedade, anunciou que não podia continuar a arrendar a casa, recusando-se a entregar as chaves[595], o que resultou no encerramento da escola durante a década de 1920[596], por diversos motivos. A 29 de abril de 1922, a escola estava inativa e a casa considerada «incapaz»[597]. O mobiliário armazenado e deteriorando-se numa loja «bastante húmida e fria», em junho de 1925, foi transferido para uma «loja digna e capaz» a mando do presidente da Junta Escolar da Calheta[598].

Após Graciela de Meneses, seguiram-se várias tentativas frustadas de nomeações de professoras. Leonor Aurora de Freitas Albuquerque, nomeada a 21 de outubro de 1920, recusou o cargo[599]. Alda da Graça do Nascimento, nomeada em seguida, a 28 de outubro, não se apresentou ao serviço[600]. Isabel Gonçalves, nomeada a 4 de dezembro desse ano, não tomou posse do lugar[601].

Em janeiro de 1921 foi aberto concurso para esta escola apresentando-se nove candidatos[602]. Feita a ordenação dos pretendentes, alguns foram excluídos

---

591 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 100v.º, 111v.º (1915.10.30, 1916.07.01).

592 ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 17; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 114 (1916.08.26). Diplomada com 16 valores pela Escola Normal do Funchal, em 1912. Categorias da professora: em 1919 estava na 5.ª classe, recebendo o ordenado de 35$00 escudos. Em junho de 1920 estava na 5.ª diuturnidade. Faleceu em outubro de 1920 (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 14-14v.º).

593 Faceleu em outubro de 1920 (ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 14-14v.º).

594 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 126, 145, 147v.º, 149.

595 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 145 (1918.05.15).

596 ABM, *ICEFUN*, L.º 63, ofs. 118 (1923.07.31), 160 A (1924.12.12).

597 «Instrução Pública», 1922.04.29, in *DM*, p. 1.

598 ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 166.

599 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 14v.º, 15.

600 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 15, 16; «Junta Escolar do Concelho da Calheta […]», 1920.10.31, in *DM*, p. 1.

601 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 16.

602 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 16v.º-17.

por não cumprirem com os requisitos processuais, incluindo a professora Maria José por não terem chegado atempadamente, à Junta Escolar, os documentos do serviço prestado nas escolas de Caldas da Rainha. O processo do concurso foi devolvido, tendo a Direção Geral do Ensino Primário e Normal ordenado a inclusão da professora Maria José[603]. A 13 de outubro de 1921, foi colocada nesta escola a professora interina Maria Fausto Telo, tomando posse no dia 20 desse mês[604], mas logo a 10 de novembro apresentou atestado médico, não podendo exercer por algum tempo[605], depois confirmado com outro atestado, a 21 de março de 1922, declarando que lhe era impossível exercer as funções nesta escola, devido ao seu estado de saúde[606], sendo nomeada nesse dia a professora Júlia Graça de França[607], que não chegou a tomar posse do lugar.

A mencionada professora Maria José finalmente tomou posse nesta escola, a 16 de agosto de 1922, nomeada por despacho de 4 de novembro de 1921[608]. A professora, tendo chegado do Continente ao Jardim do Mar, não pôde entrar ao serviço porque o proprietário da casa que servia de escola se recusou a entregar a chave[609]. O inspetor escolar designou-a a «fazer serviço na escola da Ponta do Pargo», onde iniciou funções a 10 de outubro de 1922[610] e exerceu até novembro de 1923. Nesse mês passou para a escola masculina da Fajã da Ovelha, em comissão de serviço, até outubro de 1925, e voltaria a exercer nesta escola entre setembro de 1926 e julho de 1927[611], data em que foi transferida para a escola de Peloriga, no concelho de Pombal, estando em comissão de serviço em S. Mamede, Ventosa – Torres Vedras[612]. No intervalo entre outubro de 1925 e agosto de 1926[613], segundo as folhas de vencimentos dos professores, Maria José é referida como colocada na escola do Jardim do Mar, sendo desconhecido se efetivamente lecionou.

603 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 19-19v.º.
604 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 20v.º, 21v.º.
605 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 23
606 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 25.
607 Nomeada pela Junta Escolar da Calheta (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 25).
608 ABM, *ICEFUN*, L.º 64, fl. 5; ABM, *DEC*, L.º 64, fl. 5; Despacho de 1921.11.04, *DG* n.º 256, 2.ª série.
609 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 28v.º; «Uma escola fechada», 1922.09.21, in *DN*, p. 1.
610 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 28v.º, 29v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1922.12; *DG* de 1921.11.04, n.º 256, 2.ª série.
611 ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1926.09.
612 *DG* de 1927.05.30, n.º 115; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1927.04, 1927.08.
613 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1925.10, 1926.08.

A 31 de março de 1934, Maria Gertrudes Camacho foi mencionada como professora nesta escola mista[614], devendo ter inicado funções há pouco tempo, pois, em outubro deste ano, informou o delegado escolar da Calheta, José Rocha de Gouveia Júnior, que o mobiliário, atrás referido, «há tempos desaparecido da mesma [escola], foi levado para casa do sr. Nicolau Gomes»[615]. Maria Gertrudes Camacho está identificada como professora na escola do Jardim do Mar, até março de 1942[616], e na escola masculina do Loreto, na freguesia do Arco da Calheta, na década de 1960[617].

1870-1930 – Escolas e Professores das Escolas Femininas

No cumprimento da lei de 2 de maio de 1878, que determinava a existência de uma escola para crianças de cada sexo em cada paróquia ou, alternativamente, por meio de junção de paróquias, a Câmara Municipal da Calheta pretendia garantir a frequência escolar das meninas. Em abril de 1882, a Câmara declarou que as meninas das freguesias do Arco e Estreito da Calheta «se podem aproveitar» do ensino da escola feminina da Calheta, apesar de nessas duas freguesias existirem escolas particulares «onde se ensina [a] lêr escrever contar e costura»[618]; as meninas dos Prazeres e Jardim do Mar podiam frequentar a escola mista dos Prazeres; na Ponta do Pargo funcionavam «Escholas particulares que é sofecientes para aquelles que se queser aproveitar»; e nas freguesias da Fajã da Ovelha e Paul do Mar ficavam abertas, apenas, as escolas masculinas, em virtude das circunstâncias financeiras do município[619].

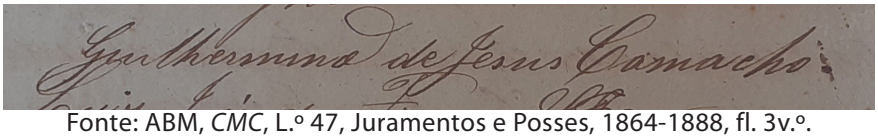
A primeira escola feminina da freguesia da Calheta foi criada por decreto de 7 de maio de 1856, atendendo às «Representações da Junta Geral e do Comissario dos Estudos do Districto do Funchal, ácerca da necessidade de se promoverem no mesmo Districto os meios de levar a instrucção elementar e a educação ás classes

[614] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 6, 208. Na sessão da Junta Geral do Funchal, de 17 de junho de 1935, foi nomeada definitivamente («Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, p. 4).
[615] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 34 (1934.10.23).
[616] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 326 (1942.03.18).
[617] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 239 (1964.02.03). Maria Gertrudes Camacho era professora regente, em 1929, na escola de ensino particular, fundada pela direção do Grupo «União 5 de Outubro de 1913», na freguesia de Santo António (Funchal), no sítio da Ribeirinha («Instrução Primaria», 1929.07.19, in *DN*, p. 2.) e em novembro de 1931 foi nomeada para a escola do Loreto, na qual lecionava professora Guilhermina Vasconcelos Silva («Instrução Publica», 1931.10.09, in *DM*, p. 3).
[618] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 106v.º (1882.04.22).
[619] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 106v.º (1882.04.22).

menos abastadas, que d'ellas necessitarem»[620]. Em 1850, o governador civil José Silvestre Ribeiro já havia destacado a necessidade do estabelecimento de escolas para meninas «em cada uma das povoações que são cabeças de Concelho: taes são as villas de Santa Cruz, Machico, Calheta, São Vicente, Camara de Lobos, Porto Santo, e a freguesia de Sant'Anna»[621]. A escola feminina da Calheta foi referida no relatório do Governo Civil, de 1868, com a frequência de 42 alunas e «está menos bem servida», comparativamente com a escola masculina da mesma freguesia[622].

Guilhermina de Jesus Camacho[623] foi encarregada da regência da «eschola de meninas» da vila da Calheta, com a abertura prevista para 7 de abril de 1858[624]. No entanto, devido à dificuldade em encontrar casa para a sua instalação[625], iniciou funções em 5 de julho de 1859[626], mantendo-se no cargo durante um largo período, até 1895[627]. Em 1886, o inspetor escolar do distrito avaliou-a como «cumpridora e diligente porém pouco habilitada. É ponctual no cumprimento dos seus deveres escolares, bem procedida, tem pouca competência»[628].

Figura 23 – Assinatura da professora Guilhermina de Jesus Camacho (1865.03.27)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888, fl. 3v.º.

Em 1865, a escola funcionava em casa de D. Gerarda Pimenta[629]. Entre 1882 e 1883, estava localizada em casa de Frederico Acácio da Costa Moniz, com uma renda anual de 12$000 réis[630]. Em 1883, o proprietário exigiu um aumento para 50$000

[620] Decreto de 1856.05.07, do Ministério dos Negócios do Reino, 1.ª Direcção, 1.ª Repartição.

[621] FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira* […], pp. 207-208. O Decreto de 1856.05.07 implementou escolas femininas nestas oito localidades do distrito do Funchal.

[622] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 20.

[623] Nasceu a 10 de fevereiro de 1837. Fez exame com a nota de «Bom» pelo programa de 1869, em agosto de 1876. Categorias na carreira docente: 1858.03.25, interina; pelo menos entre 1864.11.05 e 1872.04.05, temporária; 1876.10.14, vitalícia (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 1v.º-2).

[624] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 26v.º (1858.04.14). A professora Guilhermina tomou posse a 27 de março de 1865, pelo período de três anos (ABM, *CMC*, L.º 47, fl. 3) e a 8 de agosto de 1872, por outros três anos (ABM, *CMC*, L.º 47, fls. 15v.º-16).

[625] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 47 (1858.05.13).

[626] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1857-1860, fl. 79.

[627] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 13v.º (1895.03.16).

[628] ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 1v.º-2.

[629] ABM, *CMC*, L.º 47, fl. 3.

[630] ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 18v.º, 26. Frederico Moniz casou na paróquia da Calheta com Ana Leopoldina de França Bettencourt (ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.º de 1864, fl. 5).

réis anuais, valor que a Câmara não podia suportar, levando à rescisão do contrato. Como alternativa, a Câmara alugou, pelo mesmo valor de 12$000 réis, uma casa pertencente a José Joaquim de Freitas, o solar de São José, situado no sítio do Vale da Bica, no Lombo da Estrela[631], onde a escola permaneceu até 1886[632]. Em 1886, a professora Guilhermina, ao seu arbítrio e sem autorização, mudou a escola para uma casa na vila, nas proximidades do edifício da Misericórdia[633]. Era «uma sala muito mais pequena menos ventilada e fora do centro da população»[634]. A sala tinha 24m^2 e a mobília consistia em «quatro carteiras para seis crianças cada uma e quatro bancos»[635]. Perante esta ação da professora, os vereadores da Câmara Municipal, em sessão camarária de 23 de abril de 1887, na presença da professora, repreenderam-na, referindo que «se não era suspensa por algum tempo, era atendendo ao respeito que merece pelo seu sexo» e por declarar que queria que a Câmara não pagasse a renda da casa da vila enquanto não terminasse a obrigação da casa do Vale da Bica[636]. A situação agudizou-se quando a professora solicitou um aumento salarial de 25%, ao abrigo da lei de 11 de junho de 1880. A Câmara indeferiu o pedido por «não reconhecer o bom serviço da professora, por isso que nunca deu alunos a exame, e por ter ella sofrido uma das penas disciplina[re]s [a repreensão]»[637]. A Câmara, atendendo a que a professora falta «muitas vezes em dias uteis a sua escola, para vir ás sessões da camara com simples requerimentos de expediente que lhe dita o seu genio altivo e orgulhoso» e «atendendo às queixas de grande parte dos moradores desta freguesia impôs à referida professora a pena de repressão», em sessão de 10 de março de 1888, depois de auscultada e após o parecer favorável da Junta Escolar[638].

A Câmara Municipal, «atendendo à reclamação dos povos desta freguesia» e após consultar a Junta Escolar, o inspetor da circunscrição escolar e o delegado paroquial, transferiu a escola para o centro da população, para o sítio da Casa Nova, no Lombo do Salão, para uma casa arrendada, por deliberação de 16 de março de

631 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1880-1884, fl. 156 (1883.11.03).
632 ABM, *CMC*, L.º 210, fls. 15, 23v.º, 29, 32v.º, 35v.º, 38.
633 ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fl. 2.
634 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 16v.º-17 (1895.05.18).
635 ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fl. 2.
636 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 78 (1887.04.23).
637 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 90 (1887.09.03).
638 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fls. 102 103v.º (1888.02.25, 1888.03.10); L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 16v.º (1895.05.18).

1889[639]. A escola funcionou nesta casa até janeiro de 1893, quando a professora mudou novamente a escola para a vila da Calheta. A Câmara, em sessão de 7 de janeiro de 1893, voltou a reclamar ao comissário de instrução primária contra essa transferência, deixando de pagar a renda da casa até que a escola funcionasse em «casa devidamente inspecionada e alugada pela câmara no centro da população e não a um canto da freguesia onde apenas residem duas alunas»[640].

A Câmara Municipal estava pronta a pagar o arrendamento dos espaços para residência da professora e funcionamento da escola, à escolha da edilidade, pelos valores habituais, respetivamente, de 12$000 e 24$000 réis, apelando à Comissão de Instrução que não atendesse a uma petição da professora, a «qual já por motivos de disciplina e por incutir grosseiras superstições no espírito de suas alunas, com o fim de mandar a escola para esta vila» já tinha sido alvo, por unanimidade, pela Câmara, em sessão de 26 de julho de 1890, de uma pena de suspensão com perda de vencimento por trinta dias[641].

Em julho de 1889, o administrador do concelho relatou que, com base em diversas testemunhas, ficou provado que a professora «tem incutido medo ás creanças da dita escola, dizendo-lhes que o falecido dono da casa anda por alli a meter medo, e mesmo se veê pelo depoimento d'uma testemunha que numa falla da professora é quem custuma a meter medo dando pancadas na janella, dizendo que essas pancadas são dadas pelo falecido dono da casa»[642]. A Câmara Municipal reforçou que a professora, ao longo da sua larga carreira havia «mostrado sempre muita indisciplina, grande falta de educação e instrução de revolta», conforme podia ser verificado num processo do Tribunal Administrativo do Funchal[643]. Durante a suspensão de 30 dias aplicada à professora Guilhermina, a Câmara propôs a substituição interina por D. Joana Clementina Bettencourt, residente no Lombo do Salão[644].

Em resposta a um ofício da professora da escola, informando que o proprietário havia ordenado a sua saída da casa onde residia e onde funcionava a escola, a Câmara Municipal deliberou, em sessão de 14 de março de 1898, a mudança para

---

[639] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 121 (1889.03.16); L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 16v.º-17 (1895.05.18).

[640] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 179v.º (1893.01.07); L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 17 (1895.05.18).

[641] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 17 (1895.05.18).

[642] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 126v.º (1889.07.27).

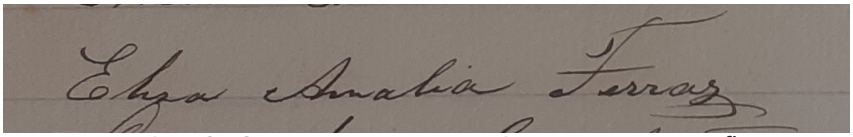
[643] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fls. 17-17v.º (1895.05.18); ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 1v.º-2.

[644] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1884-1894, fl. 144v.º (1890.07.26).

outro local. Foi selecionada uma casa no sítio do Salão, pertencente aos herdeiros de Cláudio Bettencourt Pimenta, «que já em 1889 foi inspecionada e dada como capaz para a escola»[645]. Trata-se da casa que foi arrendada, a 21 de julho de 1898, por D. Maria Carolina de Freitas Pimenta, moradora nas Achadas da Cruz, por 40$000 réis anuais, nomeadamente a parte superior de uma casa sobradada coberta de telha, que possuía no sítio denominado de «casa nova do lombo do Salão», confrontando a norte com a levada e a leste com a estrada municipal[646]. Entre 1905 e 1919, a escola funcionou no Lombo do Salão, em casa arrendada a Francisco Rodrigues Jardim, pelo valor de 60$000 réis anuais[647]. Em 1918, esta casa é mencionada como pertencente a Ilário da Câmara, que solicitou o despejo da escola por precisar do imóvel. A escola foi transferida para uma casa de Francisco Bettencourt Pimenta, localizada no Lombo da Estrela[648].

No ensino da escola, seguiu-se a professora interina Helena Pimenta de França[649], que tomou posse a 29 de dezembro de 1898[650] e exerceu por um breve período. Sucedeu a professora Elisa Amália Ferraz[651], que tomou posse a 24 de julho de 1899[652] e exerceu até outubro de 1914, quando foi nomeada para a escola do sexo masculino da Ponta do Sol[653].

Figura 24 – Assinatura da professora Elisa Amália Ferraz (1897.07.24)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 49, Juramentos e Posses, 1897-1904, fl. 6v.º.

645 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 63 (1898.03.14).

646 ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950, fls. 7v.º-9.

647 ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fl. 2; ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 3v.º-4v.º; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 68v.º (1905.07.08).

648 ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 59v.º-60; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 148v.º (1918.06.26); ABM, ICEFUN, L.º 63, of. 69.

649 ABM, *CMC*, L.º 49, fls. 5v.º-6.

650 ABM, *CMC*, L.º 49, fls. 5v.º-6. Nomeada por despacho de 20 de dezembro de 1898.

651 Nasceu a 6 de abril de 1864, solteira (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 49; L.º 47, fls. 6v.º-7). Possuia o diploma de exame para o magistério primário elementar com «Bom – 8 valores». Categorias na carreira docente: 1899.06.28 (*DG* n.º 142), temporária; 1905.08.30 (*DG* n.º 194), definitiva e em 1905 pertencia à 3.ª classe da carreira (ABM, *ICEFUN*, L.º 50, fls. 1v.º-2).

652 ABM, *CMC*, L.º 49, fls. 6-6v.º. ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 6v.º-7; L.º 56, inscrição n.º 49.

653 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 83 (1914.10.24).

Em maio de 1915 foi nomeada e iniciou funções a professora Maria da Conceição Duarte[654]. A 23 de junho de 1921 ausentou-se da escola sem autorização, tendo o senhorio ali instalado uma mercearia e uma taberna[655]. Em outubro do mesmo ano, a professora obteve autorização de mais 30 dias de licença e no mês seguinte solicitou outros 60 dias, que foram recusados. Em consequência ficou com faltas injustificadas, sujeita a um processo disciplinar, sem receber o ordenado[656]. Regressou ao serviço em abril de 1923, após cumprir o tempo de suspensão[657], encontrando a casa que servia de escola ocupada pelo proprietário.

Em outubro de 1923, Francisco Bettencourt Pimenta ofereceu-se para arrendar uma casa para servir de escola e residência da professora[658], vindo a celebrar, a 16 de novembro, o contrato de arrendamento de uma casa no Lombo da Estrela, «com um pequeno pedaço de terra contíguo ao terreiro da mesma casa e que fica a leste e até o poço de incubar água, no sítio da Vargem do Lombo da Estrela, freguesia da Calheta, casa conhecida por casa de "escola", e que se destina à escola de ensino primário e residência do respectivo professor, pelo prazo de um ano», por 120$00 escudos mensais[659].

A professora Maria da Conceição Duarte retornou à escola, em dezembro de 1923, solicitando a instalação do mobiliário para poder iniciar funções[660]. Em janeiro de 1924, suspendeu os trabalhos escolares, retomando-os em abril. Após constatar que a casa da escola «oferece perigo», a Junta Escolar e o subdelegado de saúde decidiram encerrá-la e notificar o proprietário a proceder aos reparos necessários[661]. Após outra interrupção, a professora voltou às funções, em dezembro de 1924, depois de reparada a casa[662]. Maria da Conceição Duarte exerceu, nesta escola,

---

654 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 92v.º (1915.05.29). Nasceu em 1892.02.19. Diplomada pela Escola Normal do Funchal, com 14 valores. Esta professora foi a segunda classificada no concurso para esta escola, no entanto foi a selecionada, em virtude da desistência da professora Maria Isabel da Costa Dias, primeira classificada. Maria Isabel da Costa Dias era natural da Ponta do Pargo e encontrava-se a exercer, em 1914, em escolas do Funchal (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

655 ABM, *ICEFUN*, L.º 140, fls. 36, 37.

656 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 28v.º; L.º 63, ofs. 80, 86, 87, 93.

657 (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 32v.º) e em dezembro de 1923 já se encontrava a residir na casa destinada a residência e a escola (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 38).

658 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 36.

659 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 38; of. 160A (1924.12.12) e fl. solto (contrato de arrendamento).

660 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 38.

661 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 40.

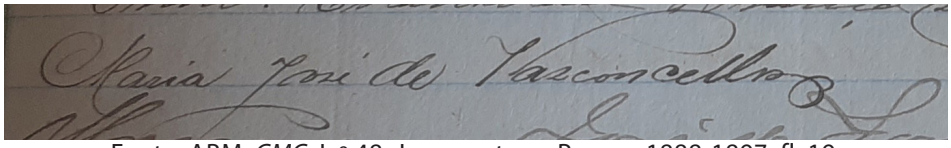
662 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 44v.º.

até passar à inatividade, a 15 de maio de 1929, com 12 anos de serviço, na categoria da 1.ª diuturnidade[663].

A 17 de setembro de 1931, foi nomeada a professora Clarisse Martins da Silva, que lecionou até novembro de 1932[664]. Sucedeu Basilissa Ressureição de Freitas, professora entre 9 de março de 1933 e até cerca de 1935[665].

A escola feminina do Arco da Calheta abriu a 7 de maio de 1896, com a tomada de posse da professora Maria José de Vasconcelos[666], que a dirigiu até setembro de 1939, quando passou à inatividade[667]. Entre 1900 e 1907, esta professora teve 479 alunas matriculadas, sendo 62 em 1899-1900, 64 em 1901, 54 em 1902, 58 em 1903, 62 em 1904, 60 em 1905, 65 em 1906 e 54 em 1907[668].

Figura 25 – Assinatura da professora Maria José de Vasconcelos (1896.05.07)



Fonte: ABM, *CMC*, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897, fl. 19.

Inicialmente, a escola funcionou em casa pertencente a D. Juliana de França Lopes Jardim. A 15 de fevereiro de 1900, D. Juliana solicitou a desocupação do imóvel, alegando necessidade urgente do espaço[669]. Esta urgência deve estar relacionada com as pretensões em levantar um engenho de fabrico de aguardente neste sítio, uma vez que, nesse ano, adquiriu no sítio do Ledo um engenho de

663 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1929.06.

664 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folhas de vencimento de 1932.02, 1932.10, 1932.11.

Basilissa Ressurreição de Freitas casou a 29 de dezembro de 1934 com Luciano Victor Costa (ABM, *CRCFUN*, L.º de 1937.12.05-1937.12.27), fls. 586-586v.º). Foi nomeada definitivamente na sessão da Junta Geral do Funchal, em 1935.06.17 («Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, p. 4).

665 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folhas de vencimento de 1933.04, 1933.05, 1933.06.

666 ABM, *CMC*, L.º 48, fl. 18v.º; L.º 116, fl. 19; L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 40v.º (1896.11.19). ABM, *ICEFUN*, L.º 47, fls. 8v.º-9; L.º 56, inscrição n.º 41; ABM, *CMC*, Nasceu em 1874.07.08, solteira, habilitada para o Magistério Primário com a classificação de Bom – 7 valores. Tinha exame de francês no Liceu com distinção. Esta professora foi nomeada, temporária, para a escola do Arco, por despacho de 8 de abril de 1896. Categorias na carreira docente: temporária em 1896.04.08; definitiva em 1893.10.26 (*DG* n.º 249; em 1905.05.05 pertencia à 2.ª classe; em 1920.06 à 3.ª diuturnidade; em 1941.08.30 estava em situação de inatividade (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 290). Considerada uma professora zelosa e assídua, em 1911 (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 41).

667 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 192.

668 ABM, ICEFUN, L.º 56, inscrição n.º 41.

669 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 92 (1900.02.15).

moagem de cana sacarina, movido a bois[670] e aí erigiu um novo engenho movido a água[671].

A partrir de 1900, a escola passou a funcionar no sítio da Ladeira e Lamaceiros, sendo entre 1919 e 1924 numa casa pertencente ao Dr. Júlio Paulo de Freitas, residente no Funchal, conhecida como a «Casa Velha»[672]. A casa situava-se ao lado da igreja paroquial, a oeste, do lado oposto do caminho. Em novembro de 1919, o Dr. Júlio Paulo de Freitas foi notificado para reparar a casa, que também servia de residência da professora[673]. Após os «últimos temporais», de abril de 1920, o «péssimo estado» do imóvel acentuou-se, sendo «impossível [a professora] residir sem perigo para a sua saúde e também das creanças que frequentam a sua escola, porquanto já caíram em vários lugares da mesma casa pedaços de teto, vendo-se por isso obrigada por zelo dar escola ao ar livre». O presidente da Junta Escolar da Calheta, após visitar o espaço, corroborou a informação, constatando «soalhos rôtos, têtos descobertos, estuques cahidos e outros tantos perigos para a saúde e até para a vida das creanças», deliberando procurar outro espaço[674]. No entanto, posteriormente, optaram por realizar obras na dita casa. O proprietário recusou-se a proceder às obras tendo o Estado, enquanto arrendatário, efetuado as mesmas, no valor de 97$50 escudos, e sendo este valor descontado no pagamento da renda. A professora regressou à escola neste prédio, em agosto de 1921[675]. Em fevereiro de 1925, foi intimada judicialmente a despejar esta casa[676], procurando outra em substituição.

Nos primeiros anos do século XX, em 1902, a Câmara Municipal da Calheta insistia, junto do governador civil, «novamente […] há muito pedido por esta camara»[677], sobre a criação de duas escolas do sexo feminino, uma na freguesia da Fajã da Ovelha e outra na do Estreito da Calheta[678]. Face às delongas, a Câmara Municipal propunha-se, em fevereiro de 1907, criar estas duas escolas e mais

---

[670] O engenho foi criado, em 1883, por Francisco Luís Pereira, morador no sítio do Ledo e Vinhático, e por João de Andrade, morador nos Canhas. Atualmente esta propriedade denomina-se de «Quinta Vinhático».

[671] ARM, *CMC*, L.º 117, L.º 4.º de Registo de Títulos, fl. 3v.º-4.

[672] ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 3; L.º 63, of. 160 A; ABM, *CMC*, L.º 163, fls. 81v.º-82.

[673] ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 3; L.º 63, ofs. 9, 31.

[674] ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 10v.º.

[675] ABM, ICEFUN, L.º 62, fls. 15, 18; L.º 63, of. 36.

[676] ABM, ICEFUN, L.º 62, fl. 45v.º; L.º 63, of. 162.

[677] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 181 (1906.06.23).

[678] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 124v.º (1902.03.22).

duas para o sexo feminino, nas freguesias da Ponta do Pargo e do Paul do Mar[679]. A situação continuou sem solução, e, em sessão de 22 de janeiro de 1910, o presidente da Câmara, José Rocha de Gouveia, voltava a insistir junto do governador civil para que intercedesse junto do Governo, a fim de viabilizar a criação destas quatro escolas femininas e de uma escola mista no sítio do Loreto para instrução do «grande numero de creanças que há» nesta freguesia do Arco da Calheta. A Câmara responsabilizava-se pelo fornecimento de casa, mobília e utensílios escolares necessários para esta última escola[680]. A implementação destas escolas avançou em março de 1911, com o subinspetor escolar do Funchal a pedir que a Câmara indicasse casas que pudessem servir de escolas femininas nas freguesias da Ponta do Pargo, Fajã da Ovelha, Paul do Mar e Estreito da Calheta e da mista do Jardim do Mar[681].

Adelaide Perestrelo de França Dória[682], residente na freguesia do Estreito da Calheta, filha do professor Júlio César de Faria e de D. Maria Amélia Perestrelo de França Faria, dirigiu durante muitos anos uma escola particular feminina na sua habitação, localizada junto à capela dos Reis Magos. Esta professora solicitou à Câmara Municipal da Calheta um subsídio para manter a escola particular, tendo-lhe a Câmara atribuído 60$000 réis anuais, a partir de janeiro de 1910, por ter «prestado bons serviços á instrução», por lutar com «dificuldades pecuniárias para a manutenção da referida escola» e por «não haver escola oficial do sexo feminino na referida freguesia»[683]. A professora recebeu o dito valor somente em dezembro de 1910 e de 1911[684] porque a escola oficial feminina, na freguesia do Estreito da Calheta, abriu a 1 de janeiro de 1912[685]. A escola oficial teve como primeira professora Isabel Gonçalves[686], que exerceu até 1 de junho de 1931, data em que

[679] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 189 (1907.02.09).

[680] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 17v.º-18 (1910.01.22).

[681] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 31v.º (1911.03.11).

[682] Nasceu e 1891.05.17 (ABM, *RP*, Estreito da Calheta, Batismos, L.º de 1891, fl. 16).

[683] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva (1908-1922), fl. 19 (1910.03.05).

[684] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva (1908-1922), fls. 27v.º (1910.12.17), 43v.º (1911.12.16).

[685] Transferida para esta escola por despacho, do *DG* de 1911.11.06, n.º 274 e tomou posse em 1911.11.05. Anteriomente, em 1910.12.09, tomou posse na escola de Santa Luzia, no Funchal (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 92).

[686] Natural de Santa Luzia, Funchal, nasceu a 28 de março de 1882, residente na Rua do Pina, Santa Luzia (ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 92).

passou à inatividade permanente, com 19 anos, oito meses e 29 dias de serviço[687], encontrando-se doente desde fevereiro desse ano[688]. Em novembro de 1931 foi nomeada, para esta escola, a professora Maria Nunes da Silva[689].

Na década de 1920, a escola funcionava no sítio dos Serrões. A 20 de fevereiro de 1923, Francisca de Jesus Vieira adquiriu a casa que servia de escola[690].

Nesta freguesia, em 1903, a professora Filomena Batista, natural do Funchal, também registou uma escola particular, situada na Ribeira Funda, na casa de sua residência, onde exercia desde 1900[691].

Para a escola feminina da Ponta do Pargo, a Câmara Municipal, em concordância com o inspetor escolar do Funchal, a 17 de junho de 1911, resolveu arrendar, por 80$000 réis anuais, uma casa no sítio do Salão, pertencente a António Homem de Gouveia, para instalação da escola e residência da professora[692]. A escola funcionou nesta habitação até à construção da nova escola pública, em maio de 1968. A 12 de fevereiro e 20 de abril de 1912 o inspetor escolar solicitou à Câmara Municipal o fornecimento de mobília para a escola da Ponta do Pargo[693].

Esta escola teve como primeira professora Maria Cristina Cunha, que tomou posse a 3 de dezembro de 1912[694] e exerceu até agosto de 1928[695]. Em outubro de 1921, a professora informava a Junta Escolar da Calheta que não podia abrir a escola[696] por ter sido operada, e em março de 1922 apresentou atestado médico por estar a realizar tratamentos em Coimbra[697], ausentando-se até o final de 1922 ou início de 1923.

Durante a sua ausência, a escola foi colmatada temporariamente pela professora Luísa Amália de Brito Figueiroa Lourenço, nomeada a 13 de outubro de 1921[698]. Luísa Amália foi nomeada, em novembro, interinamente, para a escola

687 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos 1931.11.
688 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1931.02.
689 «Instrução Publica», 1931.10.09, in *DM*, Funchal, p. 3.
690 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 31v.º; L.º 63, of. 160 A. A 3 de fevereiro de 1934 a escola encontrava-se encerrada (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 2).
691 ABM, *ICEFUN*, L.º 54, fl. 137.
692 ABM, *CMC*, L.º de atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 34v.º (1911.06.17).
693 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 45, 48 (1912.02.12, 1912.04.20).
694 Foi nomeada por *DG* de 1912.11.13, n.º 279; ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 7v.º-8).
695 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1928.08.
696 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 20v.º.
697 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fls. 27v.º, 28.
698 ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 20v.º, L.º 83, of. 67.

feminina do Paul do Mar, mas não tomou posse[699], devendo ter continuado por mais um tempo na escola da Ponta do Pargo. A 26 de abril de 1922, a Junta Escolar da Calheta deliberou que a professora Maria da Conceição Duarte fizesse serviço nesta escola, enquanto a professora Cristina não regressasse[700], a qual não aceitou por ser professora da escola da freguesia da Calheta. A 20 de dezembro de 1923, a professora Maria Cristina solicitou ausentar-se da escola da Ponta do Pargo, pelo que já estaria exercendo[701].

O proprietário da casa que servia de escola, António Homem de Gouveia, informou, em outubro de 1921, que necessitava do imóvel, propondo outro em substituição, mas a Junta Escolar e a Câmara Municipal indeferiram, visto que a nova casa proposta não reunia as condições higiénicas e pedagógicas exigidas por lei[702]. O proprietário, a 28 de outubro de 1921, procurou a professora [Luísa Amália?], intimando-a a não abrir mais a escola, porque o seu filho, o cónego Homem de Gouveia, precisava da mesma. O proprietário, no dia 31 deste mês, invadiu a casa da escola e «com modos colericos e agressivos tentou bater-lhe, fugindo as alunas aterrorizadas»[703]. O caso agravou-se com a professora a achar-se «exposta a vários perigos» quando o proprietário, em janeiro de 1922, arrancou «a porta da casa de sua residência, levando-a consigo»[704]. A Câmara interveio, ordenando a colocação da porta «o mais breve possível», advertindo que caso o não fizesse «a Junta [Escolar] está resolvida a mandar fazer o respectivo concerto descontando a respectiva importância na renda»[705]. A porta acabou por ser colocada pelo proprietário[706].

Sucederam, nesta escola, as professoras: Filomena Margarida de Oliveira, nomeada a 16 de agosto de 1928 e exercendo até dezembro de 1930, tendo passado para o concelho de S. Vicente[707]; Beatriz Ferreira Machado, nomeada a 17 de setembro de 1931 e exercendo até inícios de 1934 [708]; Cesarina Adriana Pereira nomeada em setembro-outubro de 1934[709]; Marieta dos Anjos Figueira, que esteve

[699] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, ofs. 70, 74 (1921.11.10, 1921.11.18).
[700] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 26v.º; L.º 63, of. 88 (1922.04.26); «Junta Escolar da Calheta», 1922.04.29, in *DM*, Funchal, p. 1.
[701] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 142.
[702] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 22; L.º 63, of. 77 (1921.11.24).
[703] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 22v.º.
[704] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 24.
[705] ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 81 (1922.01.24).
[706] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 25.
[707] ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folhas de vencimentos de 1928.11, 1930.12.
[708] ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folha de vencimentos de 1931.11; ABM, *DEC*, L.º 7, of. 11 (1934.04.30).
[709] ABM, *DEC*, L.º7, ofs. 32, 36. É desconhecido se exerceu nesta escola.

ao serviço entre agosto de 1936 e junho de 1938[710], e Luísa Amália de Brito Figueiroa, que voltou a exercer nesta escola, entre inícios de 1934 e maio de 1937[711].

Para a abertura das escolas femininas da Fajã da Ovelha e Paul do Mar, João Augusto Ribeiro, em novembro de 1911, forneceu a mobília no valor de 154$400 réis, pagos pela Câmara Municipal da Calheta[712]. Entre fevereiro e abril de 1915, a Câmara mandou confecionar 50 carteiras para equipar as escolas femininas e algumas masculinas, no valor de 265$00 escudos, nomeadamente: cinco para cada uma das escolas masculinas do Arco, Estreito, Fajã da Ovelha e Paul do Mar; cinco para cada uma das escolas do Paul do Mar, Estreito e Ponta do Pargo; oito para a escola feminina do Arco e sete para a escola masculina da Calheta[713]. No que toca a materiais, a professora da escola feminina da Calheta pediu para a sua escola «mapas das ilhas adjacentes, ditos das províncias ultramarinas»[714].

A primeira professora da escola feminina da Fajã da Ovelha foi Maria Mercês Lopes[715], que exerceu funções entre 6 de outubro de 1912 e 28 de agosto de 1914[716], quando passou a exercer na escola feminina da Camacha[717]. No ano letivo de 1913-1914, a escola da Fajã da Ovelha teve 70 alunas matriculadas, das quais 18 abandonaram ao longo do ano. Transitaram 14 alunas da 1.ª para a 2.ª classe e quatro da 2.ª para a 3.ª classe[718].

Na escola da Fajã da Ovelha sucederam Maria das Dores Rodrigues, que tomou posse em agosto de 1915 e exerceu até ao verão de 1917[719], e Augusta Gabriela

---

[710] ABM, *DEC*, L.º7, ofs. 78, 79, 113, 134

[711] ABM, *DEC*, L.º7, of. 113.

[712] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 40 (1911.11.11).

[713] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 90v.º (1915.04.24), 93 (1915.05.29).

[714] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 6 (1910.01.21).

[715] Nasceu a 22 de junho de 1899, na freguesia de S. Pedro, Funchal. Habilitada pela Escola Distrital do Funchal, com 13 valores. Casada com Jordão Faria («Para a Fajã da Ovelha», 1913.09.02, in *DN*, p. 1).

[716] ABM, *ICEFUN*, pt. 55. Foi nomeada para a escola da Fajã da Ovelha, por despacho de 1912.08.14 (*DG* de 1912.08.22, n.º 197; ABM, *ICEFUN*, L.º 56, inscrição n.º 99; L.º 57, fls. 6-6v.º). Foi provida a professora definitiva por despacho de 1917.12.05 (*DG* de 1917.12.18, n.º 295).

[717] Foi nomeada para a escola da Camacha, por despacho de 1914.08.12 (ABM, *ICEFUN*, pt. 55; *DG* n.º 187; ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 83 (1914.10.24)).

[718] ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

[719] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 96-97v.º, 101v.º, 130v.º (1915.08.07, 1915.08.28, 1915.10.30, 1917.10.27). Era professora diplomada pela Escola Normal do Funchal. No concurso para o lugar desta escola ficou em 2.º lugar, mas em virtude da 1.ª classificada, Celestina Borges Varela ter sido provida na escola dos Canhas, foi selecionada Maria das Dores.

Rodrigues, que foi colocada em outubro de 1917 e exerceu até maio de 1922[720]. Maria Hipólito Dias de Freitas foi colocada em maio de 1922, por permuta com a professora da escola da Ajuda, no Funchal[721]. Maria Hipólito exerceu até outubro de 1923, mês em que foi considerada, pela Junta de Sanidade Escolar, «incapaz permanente e definitivamente de exercer as funções» do magistério, após 27 anos de serviço[722], em março de 1924[723].

A 19 de novembro de 1924, tomou posse do lugar desta escola a professora interina Maria Isabel Gonçalves[724], e depois a 23 de dezembro de 1927[725], lecionando até julho de 1928[726]. A 12 de dezembro de 1924 a escola da Fajã da Ovelha funcionava no sítio da Fajã da Ovelha, em casa pertencente a João Correia de Gouveia[727].

Na escola feminina do Paul do Mar foi colocada a professora D. Isabel Teodorico dos Santos, tendo sido anulado o despacho de nomeação em meados de janeiro de 1912[728]. A professora Maria Henriqueta Franco tomou posse desta escola a 23 de março de 1912[729] e exerceu até agosto de 1916, data em que foi colocada na escola

---

[720] ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 19v.º; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 130v.º (1917.08.17). Era diplomada pela Escola Normal do Funchal. Foi colocada nesta escola, temporariamente, por despacho do *DG* de 1919.12.30, n.º 303 e tomou posse em 1920.02.28 (ABM, *ICEFUN*, L.º 64, fls. 1v.º-2). Maria Hipólito, anteriormente, lecionou na escola da vila do Porto Moniz (1886-1896), na freguesia da Serra de Água (1896-1899) e na freguesia do Seixal (desde 1899) (ABM, *ICEFUN*, pt. 55).

[721] Despacho de 1922.02.23, *DG* n.º 44, 2.ª série; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimento de 1922.11; ABM, *ICEFUN*, L.º 64, fl. 4v.º.

ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 36v.º.

[722] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 36v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1923.11 e 1924.03.

[723] Considerada «incapaz» permanentemente pela Junta de Sanidade Escolar. A professora tinha 27 anos de serviço, dez dos quais como interina (*DG* de 1920.04.20, n.º 91). Passou à inatividade em 1927.03.15, com a 4.ª diuturnidade. Nasceu em 1858.03.18.

[724] Nomeada por *DG* n.º 252, 2.ª série, de 1924.10.27; ABM, *DEC*, L.º 64, fl. 6v.º; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1925.02, 1925.08.

[725] Nomeada em 1927.12.09 (*DG* de 1927.12.14; ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimentos de 1928.07).

[726] ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folha de vencimento de 1928.07.

[727] ABM, *DEC*, L.º 12, of. 160A.

[728] «Instrucção publica», 1912.01.23, in *DM*, p. 1.

[729] ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fl. 2v.º. Nomeada por despacho de 27.02.1912 (*DG* de 1912.03.09, n.º 57). Esta professora, em 30 de setembro de 1913, requisitiva ao subinspetor do círculo escolar do Funchal, para esta escola nova, a seguinte mobília: «Uma secretaria, Uma cadeira p.[ar]a a professora, Um lavatório completo, toalhas de mãos – 3, 12 carteiras p.[ar]a 2 alunos cada uma, 1 escanador de suspensão, Um relógio de parede» e o seguinte material: «Papel para escrita, Dito para desenho, aparas, Canetas, Livros de leitura p[ar]a 3.ª e 4.ª classe. Quadros panctaes de Simão Lopes, giz, tinta, lápis de pau, pesos e balança, Um mapa de pesos e medidas, Um mapa mundi, Mata borrão» (ABM, *CMC*, L.º 178, docs. avulsos).

masculina do Caminho do Palheiro, em S. Gonçalo (Funchal). Foi substituída, no Paul do Mar, pela professora interina Isabel da Natividade Martins[730].

A 18 de julho de 1917, Maria Amália de Veiga Pestana, foi nomeada para a escola[731], onde exerceu até 21 de junho de 1927, sendo transferida para a escola do Lombo dos Aguiares, na freguesia de Santo António, no Funchal, na qual tomou posse a 7 de julho de 1927[732]. A professora Amália, juntamente com o seu marido, o professor João Evangelista Ferro, foi alvo de ameaças pela população do Paul do Mar, ausentando-se em diversos momentos para o Funchal, como já referimos. Nesses períodos de ausência, a escola foi temporariamente assumida por várias professoras, no final de 1921 e início de 1922, nomeadamente com a designação de: Isabel da Natividade Martins, a 20 de outubro de 1921[733]; Luísa de Brito Figueiroa Lourenço, a 10 de novembro de 1921[734]; e D. Maria Laura de Sousa Aguiar, a 19 de janeiro de 1922[735].

A professora Teresa Bela de Sá foi nomeada a 16 de agosto de 1928 e esteve afeta a esta escola até novembro de 1931, exercendo apenas até ao mês de janeiro, em virtude de estar doente[736]. Em outubro de 1932, foi nomeada para esta escola a professora Maria Afra da Conceição Soares Nunes, exercendo até ao verão de 1937, quando ficou colocada na escola de instrução primária na Ribeira Grande, nos Açores, partindo da Madeira a 8 de agosto, no vapor *Lima*, acompanhada do seu filho Emanuel[737].

A escola feminina do Paul do Mar, em 1912, iniciou em casa de João Pedro Santana, funcionando em casa deste proprietário, em 1924, no sítio da Ribeira das Galinhas[738]. Em 1920, a escola funcionava no sítio do Serrado da Cruz[739]. Parece ter funcionado durante estas duas décadas em casa de João Pedro Santana no sítio da Ribeira das Galinhas / Serrado da Cruz.

---

730 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 113v.º, 115v.º (1916.07.29, 1916.10.07); ABM, *ICEFUN*, pt. 55.

731 ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 127v.º (1917.07.18).

732 ABM, *ICEFUN*, L.º 57, fls. 37v.º, 45v.º; *DG* de 1927.06.28, n.º 139.

733 Data da nomeação pela Junta Escolar e tomada de posse (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 22; ABM, *ICEFUN*, L.º 64, fls. 3v.º-4).

734 Data da nomeção pela Junta Escolar da Calheta (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 23).

735 Data da nomeação pela Junta Escolar da Calheta (ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 24).

736 ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, folhas de vencimentos de 1928.08, 1930.01, 1931.03, 1931.11.

737 «Diário Elegante – Chegadas e Partidas», 1937.08.08, in *DM*, Funchal, p. 2. Na sessão da Junta Geral do Distrito do Funchal, de 17 de junho de 1935, foi nomeada definitivamente («Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, p. 4).

738 ABM, *ICEFUN*, L.º 46, fls. 10v.º-11; L.º 63, of. 160 A.

739 ABM, *ICEFUN*, L.º 63, of. 39 (1920.11.15).

Nesta freguesia existiu uma escola particular, na qual a professora Georgina Maria de França Bettencourt, natural e residente nesta freguesia, exerceu desde 30 de março de 1911, registando esta escola a 17 de junho de 1912[740].

1870-1930 – Cursos Noturnos e Escolas Móveis

A lei de 16 de agosto de 1870 permitia ao Governo promover «cursos noturnos, de aperfeiçoamento e dominicaes», disponibilizando uma verba aos municípios, paróquias, associações, professores ou quaisquer indivíduos que os fundassem[741]. Nos anos seguintes, a lei de 2 de maio de 1878[742] estabeleceu que as câmaras municipais deviam promover os «cursos nocturnos e dominicaes para adultos».

A 7 de outubro de 1905, a Câmara Municipal da Calheta, após solicitação de vários moradores da Fajã da Ovelha, solicitou ao Governo a criação de uma escola noturna nesta freguesia, a ser instalada junto à escola do ensino masculino. A proposta visava proporcionar «a instrução aqueles que pelos seus trabalhos de dia não podem comparecer á escola»[743], responsabilizando-se a Câmara, em fevereiro de 1907, pelas despesas do curso[744]. Em 1909 o curso noturno já estava em funcionamento, lecionado pelo professor Manuel João Correia Júnior, que acumulava as funções de professor na escola masculina desta freguesia. Este professor lecionou o curso noturno até novembro de 1923[745], recebendo 60$000 réis anuais, acrescidos de 12$000 réis para «luz e instalação do curso», e, a partir de 1913, passou a receber 60$00 escudos[746].

Perante a solicitação da população do Arco da Calheta, a Câmara Municipal deliberou criar um curso noturno nesta freguesia, em sessão de 25 de março de 1916[747], não tendo sido logo efetivado. Em janeiro de 1920, a Junta Escolar da Calheta voltou a solicitar a criação do mesmo curso noturno, juntamente com a proposta de criação de escolas noturnas para o ensino masculino e feminino, nas freguesias

[740] ABM, *ICEFUN*, L.º 54, fl. 137. É desconhecido o período de atividade desta escola.
[741] Decreto lei de 1870.08.16, art.º 15.º (Ministério dos Negócios da Instrução Pública).
[742] Lei de 1878.05.02 (Direção Geral de Instrução Pública).
[743] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 172v.º (1905.10.07).
[744] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões, 1894-1907, fl. 189 (1907.02.09).
[745] ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos 1919.10, 1923.11.
[746] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fls. 16v.º, 43v.º (1909.12.18, 1911.12.16), 67v.º (1913.10.04), 85v.º (1914.10.24).
[747] ABM, *CMC*, L.º 163, fl. 15v.º; L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 111 (1916.03.25).

da Ponta do Pargo, Prazeres, Calheta, Fajã da Ovelha e Paul do Mar, ao abrigo do Regulamento do Ensino Primário de 11 de dezembro de 1919[748]. A criação da escola de ensino noturno no Arco da Calheta avançou, sendo lecionada pelo professor da escola masculina, José Rocha de Gouveia, até maio de 1925[749].

Nesta época, os cursos noturnos, que se destinavam aos indivíduos com idade superior a 14 anos, eram regulamentados pelo decreto 6137, de 29 de setembro de 1919. Os professores desses cursos eram obrigados a lecionar dez tempos semanais, distribuídos por cindo dias da semana, recebendo 18$00 mensais.

Com o objetivo de baixar a taxa de analfabetismo, na I Republica, foram implementadas, por meio do decreto 187, de 25 de outubro de 1913, escolas móveis no país.

Por proposta do presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Calheta, Alfredo Rocha de Gouveia, a 15 de outubro de 1919, foi enviado um ofício ao inspetor das escolas móveis, do Ministério da Instrução, «acudindo» à proposta de criação de sete escolas móveis no concelho da Calheta: na Ribeira da Vaca e no Amparo, ambas na Ponta do Pargo; na Raposeira, na Fajã da Ovelha; no Lombo da Rocha, nos Prazeres; no Lombo dos Moinhos, no Estreito da Calheta; no Lombo do Atouguia e no Lombo do Doutor, na freguesia da Calheta. A Câmara Municipal responsabilizava-se pelo pagamento da renda das casas, do expediente e mobiliário[750].

Antes da solicitação deste ofício já se encontrava em funcionamento uma escola móvel no sítio da Raposeira, na freguesia da Fajã da Ovelha, sendo contratada, por ordem do Governo, a professora Isaura de Ornelas e Silva, em outubro de 1915[751], que solicitou, em 1920, uma casa para habitar[752].

Em outubro de 1920, tratava-se do contrato da professora Luísa Amália Brito Figueiroa para lecionar na «escola movel dos Moinhos, do concelho da Calheta», em princípio na freguesia do Estreito da Calheta[753].

---

[748] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, fl. 7.

[749] (ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, folhas de vencimentos de 1919.10, 1925.05.

[750] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 166 (1919.10.15); L.º 163, fls. 79v.º-80v.º.

[751] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 101 (1915.10.30). Isaura de Ornelas da Silva, nasceu a 28 de maio de 1895, era filha de Manuel Pinto da Silva, professor de ensino primário na Ponta do Pargo, e de Virgínia Teodolina Ornelas da Silva (ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Batismos, L.º do ano de 1895, fl. 60v.º).

[752] ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922, fl. 170v.º (1920.01.16).

[753] ABM, *GC*, L.º 635, fls. 27-27v.º (ofs. do Governador Civil ao Secretário Geral do Ministério da Instrução, 1920.10.28, 1920.11.06).

Na freguesia da Calheta, na década de 1920 é conhecida uma escola móvel em funcionamento. Em 1922, a «professora da Escola móvel do sítio do Convento, [pediu] um auxilio para a luz do curso nocturno da sua escola», ou seja, funcionava nas imediações do extinto convento de S. Sebastião. Em 1923, foi contratada uma professora para trabalhar na «escola móvel da Calheta»[754].

Conclusão

A Instrução Primária no concelho da Calheta reflete os desafios e avanços da educação, no país, entre o final do século XVIII e o início do século XX.

Desde a criação das primeiras escolas régias, em 1772, até ao início da década de 1930, existiu um esforço gradual, por parte do Estado, governador da Madeira, câmaras municipais, juntas de paróquia e particulares para expandir o acesso à educação, para meninos e meninas.

A descentralização da administração da Instrução Primária, principalmente em 1799 e 1835, da Fazenda Real para o Governador da Madeira e para as câmaras municipais, proporcionou o estabelecimento de novas escolas. No entanto, as restrições financeiras das câmaras, a falta de edifícios públicos, a dificuldade em arrendar imóveis para servirem de escolas, a grande rotatividade e a carência de professores qualificados levaram ao encerramento e reabertura de muitas escolas. A diminuta rede escolar permitia que apenas uma minoria das crianças tivesse acesso às aulas. A sociedade e as entidades procuraram alternativas para alargar a Instrução Primária e combater o analfabetismo, com a criação de escolas particulares, noturnas e móveis.

Em finais da década de 1920 e no início da década seguinte, novos decretos legislativos e a ampliação da rede escolar, com a implementação de escolas móveis com regentes escolares, prepararam o caminho para as transformações no campo da educação nas décadas seguintes, impulsionadas pelas políticas da Ditadura Militar e do Estado Novo. Por conseguinte, este é assunto para posteriores pesquisas.

[754] ABM, *ICEFUN*, L.º 62, of. 134 (1923.10.02).

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

ABM, *CMC*, L.º das atas das sessões da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, 1908-1922.

ABM, *CMC*, L.os das Atas das sessões da Câmara Municipal: 1834-1837; 1837-1839; 1839-1841; 1841-1843; 1843-1844; 1844-1846; 1846-1849; 1849-1853; 1853-1857; 1857-1860; 1860-1863; 1863-1867; 1867-1870; 1870-1874; 1877-1880; 1880-1884; 1884-1894; 1894-1907.

ABM, *CMC*, L.º 115, Registo de Títulos, 1836-1854.

ABM, *CMC*, L.º 116, Registo de Títulos, 1885-1900.

ABM, *CMC*, L.º 117, L.º 4.º de Registo de Títulos, 1901-1923.

ABM, *CMC*, L.º 163, Correspondência expedida, 1916-1933.

ABM, *CMC*, L.º 178, Instrução Primária – L.º da Conta corrente com a Caixa Geral de Depósitos, 1889-1913.

ABM, *CMC*, L.º 210, Receita e despesa, 1881-1886.

ABM, *CMC*, L.º 47, Juramentos e Posses, 1864-1888.

ABM, *CMC*, L.º 48, Juramentos e Posses, 1888-1897.

ABM, *CMC*, L.º 49, Juramentos e Posses, 1897-1904.

ABM, *CMC*, L.º 50, Juramentos e Posses, 1904-1913.

ABM, *CMC*, Notariado privativo, Contratos e escrituras, L.º 2, 1898-1950.

ABM, *CMC*, Registo Geral, L.os de 1806-1810, 1812-1820, 1830-1845.

ABM, *CMC*, L.º de Vereações, 1831-1834.

ABM, *CMPM*, L.os das atas das sessões da Câmara Municipal, 1842-1849, 1856-1860, 1860-1871.

ABM, *CRCC*, Casamentos, L.os de 1915 e 1926.

ABM, *CRCF*, Casamentos, L.º de 1911.

ABM, *CRCF*, Casamentos, L.º de 1921.01.17-1921.12.04

ABM, *CRCFUN*, L.º de 1937.12.05-1937.12.27.

ABM, *DEC*, L.º 7, Copiador de correspondência expedida, 1934-1944.

ABM, *GC*, L.º 136, Registo de Correspondência expedida a autoridades diversas, 1848-1850.

ABM, *GC*, L.º 571, L.º de atas da Junta Geral do Distrito do Funchal, 1857-1862.

ABM, *GC*, L.º 635, Correspondência com o Ministério do Interior e Instrução, 1919-1927.

ABM, *ICEFUN*, cad.º 45, Parque Escolar, Registo de escolas do ensino primário oficial e livre, posterior a 1882.
ABM, *ICEFUN*, L.º 46, Parque Escolar, Registo de escolas primárias oficiais e livres na 12.ª circunscrição escolar, 1886-1912.
ABM, *ICEFUN*, L.º 47, Parque Escolar, Registo de escolas e professores particulares, posterior a 1905.04.
ABM, *ICEFUN*, L.º 50, Professorado, Cadastro de professores do ensino oficial, 1885-1902.
ABM, *ICEFUN*, L.º 54 , Cadastro de professores do ensino particular, 1903-1913.
ABM, *ICEFUN*, L.º 56, Professorado, Cadastro de professores do ensino oficial e de escolas oficiais primárias, 1908-1912.
ABM, *ICEFUN*, L.º 57, Professorado, Registo de autos de posse de professores, 1912-1927.
ABM, *ICEFUN*, L.º 62, JEC, L.º de atas das sessões da Junta Escolar do Concelho da Calheta (L.º 1), 1919-1922.
ABM, *ICEFUN*, L.º 63, JEC, Copiador de correspondência expedida da Junta Escolar da Calheta (L.º 1), 1919-1925.
ABM, *ICEFUN*, L.º 64, JEC, Registo de autos de posse de professores (L.º 1), 1919-1924.
ABM, *ICEFUN*, L.º 140, Correspondência expedida para câmaras municipais, 1917-1923.
ABM, *ICEFUN*, mç.º 29, Recursos financeiros, Folhas de vencimentos do professorado primário oficial, 1919-1925.
ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, Recursos financeiros, Folhas de vencimentos do professorado primário oficial, 1926-1933.
ABM, *ICEFUN*, pt. 55, Mapas de tempo de serviço e questionários a professores, 1904-1917.
ABM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.os de 1862; 1868, 1871; 1884.
ABM, *RP*, Calheta, Batismos, L.os de 1869; 1870; 1872; 1874; 1879; 1881; 1877.
ABM, *RP*, Calheta, Casamentos, L.os de 1824-1847; 1867; 1868; 1883; 1887.
ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, L.º de 1871.
ABM, *RP*, Estreito da Calheta, Batismos, L.º de 1891.
ABM, *RP*, Estreito da Calheta, Casamentos, L.º de 1885.
ABM, *RP*, Paul do Mar, Casamentos, L.º de 1891.
ABM, *RP*, Prazeres, Casamentos, L.os de 1882 e 1911.
ABM, *RP*, Santa Luzia, Batismos, L.º de 1886.
ABM, *RP*, Santana, Casamentos, L.º de 1879.
ABM, *RP*, Sé do Funchal, Casamentos, L.os de 1883 e 1910.

ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Batismos, L.º de 1895.
ABM, *RP*, São Pedro, Funchal, Casamentos, L.º de 1892.
ABM, *RP*, Sé do Funchal, Óbitos, L.º 17 (1781-1791).
ARM, *RP*, Arco da Calheta, Casamentos, L.º de 1901.
ARM, *RP*, Santa Luzia, Casamentos, L.º de 1879.
ANTT, *PJRFF*, L.º 961, RSL, Livro 1.º do Assentamento dos professores das Aulas deste Estado da Ilha da Madeira e adjacentes, 1775?-1814?.
ANTT, *PJRFF*, L.º 962, RSL, Registo de cartas passadas pela Real Mesa Censória a professores e substitutos dos Estudos Menores do Funchal que passam pela Real Mesa Censória, 177?-1821?.
ANTT, *PJRFF*, L.º 994, RSL, Livro de registo de avisos expedidos pela Repartição do Subsídio Literário, 1776?-1789?.
ANTT, *PJRFF*, L.º 995, RSL, Livro de registo de consultas e ordens da Junta da Real Fazenda deste Estado pela Repartição do Subsídio Literário, 1775?-1809?.
ANTT, *PJRFF*, L.º 996, RSL, Livro de registo de ordens que se expedirem da Corte pela Repartição do Subsídio Literário, 1775?-1834?.
ANTT, *PJRFF*, Tesouraria das Folhas, Folhas de Pagamento, Folha dos ordenados dos professores régios, L.os: 997 (1781); 1000 (1784); 1001A (1786); 1002 (1787); 1003 (1787-1792); 1006 (1791); 1007 (1792); 1008 (1793); 1009 (1794); 1010 (1796); 1011 (1795); 1012 (1797); 1013 (1798); 1014 (1799); 1015 (1802); 1016 (1803); 1017 (1804); 1018 (1805); 1019 (1806); 1020 (1807); 1021 (1808); 1022 (1809); 1023 (1810); 1024 (1811); 1025 (1812); 1026 (1813); 1027 (1814); 1028 (1815); 1029 (1816); 1030 (1817); 1031 (1818); 1033 (1820); 1034 (1821); 1035 (1822); 1036 (1823); 1037 (1824); 1038 (1825); 1039 (1826); 1040 (1827); 1041 (1828); 1042 (1829); 1043 (1830); 1044 (1831); 1045 (1832); 1046 (1833); 1047 (1834).
ANTT, *PJRFF*, L.º 1048, Tesouraria das Folhas 1728-1835, Livro caixa do tesoureiro das folhas 1802-1834, Livro caixa do tesoureiro das folhas 1802-1805.

Fontes Impressas

«Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, in *Collecção dos Relatorios das Visitas Feitas aos Districtos pelos Respectivos Governadores Civis em Virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 1-42.
BLANC, Tibério Augusto; VEIGA, João Plácido da; PESTANA, Roberto Ferreira; TEIXEIRA, Vicente de Paula; e FREITAS, António Jacinto de, 1851, *Brevissima*

resenha de alguns dos serviços que ao districto do Funchal tem prestado o Conselheiro José Silvestre Ribeiro, Funchal, Typ. Nacional.

Colleção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835, 1837, Quarta Série, Lisboa, Imprensa Nacional.

Colleção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1856, 1857, Lisboa, Imprensa Nacional.

Colleção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1870, 1871, Lisboa, Imprensa Nacional.

Colleção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1894, 1895, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de setembro até 31 de Dezembro de 1836, 1837, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1871, *1872,* Lisboa, Imprensa Nacional.

Constituições Synodais do Bispado do Funchal. Feitas e Ordenadas por D. Jeronymo Barreto, bispo do dito bispado, 1585, Lisboa, por António Ribeiro.

FREITAS, António Jacinto de, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 3.º, Funchal, Tipografia Nacional.

SILVA, António Delgado (redação), 1829, *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações*, legislação de 1763 a 1774, Lisboa, Typografia Maigrense.

SILVA, António Delgado (redação), 1845, *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1844*, Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, 1851, *Collecção oficial da Legislação Portugueza – 1850*, Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, José Maximo de Castro Neto Leite (redação), 1856, *Collecção oficial da Legislação Portugueza – 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Periódicos

«A nova reforma do ensino – a escola primária e a política», 1923.06.27, in *Correio da Madeira*, Funchal, p. 1.

«As nossas escolas», 1911.02.01, in *DN*, Funchal, p. 1.

«Classificação de professores», 1896.07.12, in *DN*, Funchal, p. 3.

«Diário Elegante – Chegadas e Partidas», 1937.08.08, in *DM*, Funchal, p. 2.

«Direcção Geral da Instrução Primária», 1911.03.29, in *DG*, n.º 73.

«Escola dos Prazeres», 1917.02.13, in *DM*, Funchal, p. 1.

«Escola official dos Prazeres», 1916.07.22, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Escolas», 1920.07.07, in *Comércio da Madeira*, Funchal, p. 1.
«Fallecimento», 1886.09.03, in *DN*, Funchal, p. 2.
«Instrução primaria – As nossas escolas oficiais», 1920.07.21, in *Comércio da Madeira*, Funchal, p. 1.
«Instrução primária», 1917.05.11, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Instrução primária», 1917.06.07, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Instrução Primária», 1924.04.05, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Instrução Primaria», 1929.07.19, in *DN*, Funchal, p. 2.
«Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, Funchal, p. 4
«Instrução Pública – Escola dos Prazeres», 1916.07.11, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Instrução Pública», 1911.01.13, in *DN*, Funchal, p. 2.
«Instrução Pública», 1922.04.29, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Instrucção publica», 1907.03.17, in *DN*, Funchal, p. 2.
«Instrucção publica», 1912.01.23, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Junta Escolar da Calheta», 1922.04.29, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Junta Escolar da Calheta», 1924.04.05, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Junta Escolar do Concelho da Calheta – Nota oficiosa», 1920.10.31, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, Regulamento do Ensino Primário e Normal», 1919.09.29, decreto n.º 6137, in *DG*, n.º 198.
«Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário e Normal», 1921.09.07, decreto n.º 7704, in *DG*, n.º 183.
«Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, Repartição Pedagógica», 1929.04.27, decreto n.º 16 782, in *DG*, n.º 847.
«Ministério da Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário», 1933.03.30, decreto n.º 22 369, in *DG*, n.º 73.
«Ministério da Instrução Pública – Secretaria Geral», 1923.11.06, decreto n.º 9223, in *DG*, n.º 235.
«Ministério das Finanças, Gabinete do Ministro», 1928.07.31, decreto n.º 15 805, in *DG*, n.º 174.
«Ministério de Instrução Pública – Repartição da Instrução Primária e Normal» 1913.10.25, decreto n.º 187, in *DG*, n.º 250.
«Na Calheta – Ainda a inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.21, in *DM*, Funchal, p. 1.

«Na Calheta – Inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.20, in *DM*, Funchal, pp. 1, 3.
«Na Calheta – Uma festa das alunas da escola "Dr. Roberto Monteiro"», 1936.07.16, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Na Calheta», 1935.11.21, in *DN*, Funchal, p. 4.
«No Jardim do Mar – uma escola que se não abre por causa da teimosia de uma Camara!», 1913.08.09, in *Trabalho e União*, p. 1.
«No Paul do Mar – atentado contra a residência do professor oficial», 1924.07.25, in *DN*, Funchal, p.1.
«No Paul do Mar – O atentado contra a residência do professor», 1924.07.27, in *DN*, Funchal, p.1.
«No Paul do Mar – Tentativa de assalto e explosão de uma bomba», 1924.07.25, in *DM*, Funchal, p.1.
«Nos Prazeres – A inauguração da Escola Paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.19, in *DN*, Funchal, p. 3.
«Nos Prazeres – Inauguração da escola paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.16, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Notas mundanas – Para o campo», 1934.10.05, in *DN*, Funchal, p. 2.
«Noticias ruraes – Paul do Mar, 14 de novembro de 1905», 1905.11.21, in *DN*, Funchal, p. 3.
«O Ensino Público na Madeira – a sua lastimável carencia», 1929.10.20, in *O Jornal*, Funchal, pp. 1, 5.
«Para a Fajã da Ovelha», 1913.09.02, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Para o Paul do Mar – Força militar e policial», 1925.06.19, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Pela Direcção geral da instrucção publica […]», 1878.05.10, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Por despacho de 28 de janeiro […]», 1882.02.02, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Por despacho de 3 do corrente […]», 1882.03.05, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Uma escola fechada», 1922.09.21, in *DN*, Funchal, p. 1.

Bibliografia Consultada

AAVV, 1998, *O Ensino – Universidade da Madeira*, colecção "A Região Autónoma da Madeira na Expo'98 Monografias", n.º 15, Funchal, Edicarte.
ADÃO, Áurea do Carmo da, 1995, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*, Tese de Doutoramento em Educação (Secção História da Educação) apresentada à Universidade de Lisboa.

AMORIM, José Pedro; FELGUEIRAS, Margarida Louro, 2024, «Regentes escolares e alfabetização de crianças pobres em Portugal (1930-1976)», in *Acta Scientiarum Education*, Edição da Universidade Estadual de Maringá, vol. 46.

COSTA, Bruno Abreu da, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira: o provimento de benefícios (séculos XV-XVIII)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade de Coimbra, disponível em https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35996/1/O%20Estado%20Eclesiastico%20na%20Madeira.pdf, acedido a 2020.09.15.09.

CLODE, Luiz Peter, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.

FERNANDES, Francisco, 2010, *General José Vicente de Freitas – A Liberdade de Pensar*, Lisboa, Edições Colibri.

FERNANDES, Rogério, 1992, *Educação e Ensino Popular na Madeira (Séc. XVIII-1840)*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVII, Coimbra.

FRUTUOSO, Gaspar, 2007, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscrito do Século XVI [c. 1590], anotações de AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de [1873] e introdução de VIEIRA, Alberto, Fac-símile da edição de 1873, Funchal, CMF – Funchal 500 Anos.

LUME, Filomena Octávia Fernandes de Nóbrega, 2006, «O ensino primário na Madeira nos inícios do século XX – Práticas discursivas e quotidianos escolares», in *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, EDUFU, pp. 3319-3329.

MENDONÇA, Alice Maria Ferreira, 2006, *A problemática do insucesso escolar – A escolaridade obrigatória do arquipélago da Madeira em finais do século XX (1994-2000)*, Tese para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia da Educação apresentada à Universidade da Madeira.

MENESES, Carlos Azevedo de; SILVA, Fernando Augusto da, 1998, *Elucidário Madeirense. Fac-símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

PAREDES, Luciana; MAGALHÃES, Justino, 2023, «História do Ensino Primário na ilha da Madeira: Uma escolarização lenta e desigual», in *E-LETRAS COM VIDA*, n.º 10, pp. 160-174.

PEREIRA, Eduardo Nunes, 1989, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., 4.ª edição, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.

PONTES, Fernando Augusto de (padre), 1891, *Excursões na Madeira*, Funchal, Typographia da «Verdade».

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Porto do Moniz – subsídios para a história do concelho*, Porto Moniz, Câmara Municipal do Porto do Moniz.

SILVA, Ângelo Augusto da, 1947, *Como resolver na Madeira o problema do ensino primário?*, Relatório mandado editar pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Funchal, Tipografia Esperança.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de Sousa, 2021, «O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867): Leitura Crítica de uma Fonte Histórica Singular», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 291-348.

TAYLOR, Ellen M., 1882, *Madeira: Its scenery, and how to see it*, London, Edward Stanford, 55, Charing Cross, S.W.

Webgrafia

ALVES, Graça, 2018, «Poetas», in *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em https://aprenderamadeira.net/article/poetas, acedido a 2024.10.17.

VIEIRA, Alberto, 2018, «Porto Moniz», in *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em https://aprenderamadeira.net/article/porto-moniz: acedido a 2024.10.26.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 463-483
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Critical Acts of Commensality and Cultural Capital: How Madeira Wine Served Social Functions Among Anglophone Elites (1815 to 2000)[1]

Atos Críticos de Comensalidade e Capital Cultural: Como o Vinho da Madeira Cumpriu Funções Sociais entre as Elites Anglófonas (1815 a 2000)

James H. Tuten[2]

Abstract

Anglophone elites around the Atlantic World developed a deep appreciation for the fortified wines of Madeira. By the late eighteenth century, madeira wine constituted an important luxury good whose purchase signaled taste, refinement, esoteric knowledge, and affluence. In other words, collecting and consuming madeira wines functioned as cultural capital in Pierre Bourdieu's sense. A second concept from food history applies to social beverages like wine: commensality. Commensality may be defined as the act of

[1] Written version of the talk given at the International Conference *Modernity and Globalisation in the Atlantic World: Relationships, Dialogues and Exchanges (15th-20th Centuries)* (22-24 November 2023).

[2] Dr. Chuck R. and Shirley A. Knox Professor of History at Juniata College. Ph.D. in History, 2003, by Emory University, Atlanta, Georgia. Research interests include the United States South, the history of food, and cultural history. Publications: co-editor with Matthew Lockhart, *A History of Southern Hunting: Essays on South Carolina,* University of Georgia Press, forthcoming; 2025, *Lowcountry Time and Tide: The Collapse of The Rice Kingdom*, University of South Carolina Press; 2010, «Understanding Gains from On-Campus Cultural Events», in *Journal of Campus Activities Practice and Scholarship*, 2 (2), pp. 55-66; with Steve Knepper, 2017, «Easy Riders and Hard Roads in the Early Recorded Blues», in SLUETHAUG, Gordon (ed.), *Music and the American Road*, Bloomsbury; 2009, «'Don't Want to see no more… like that:' Climate Change as a Factor in the Collapse of Lowcountry Rice Culture, 1893-1920», in DUPIGNY-GIROUX, Lesley-Ann and MOCK, Cary J. (ed.), *Historical Climate Variability and Impacts in North America*, Springer; 2005, «Liquid Assets: Madeira Wine and Cultural Capital among the Lowcountry Planters, 1735-1900», in *American Nineteenth Century History*, 6 (2), pp. 173-188. Authored 20 book reviews for academic journals; authored 17 editorials that have appeared in newspapers and magazines including *Inside Higher Ed*, *Pittsburgh Post-Gazette*, *Center Daily Times*, *Forbes.com*, *Post and Courier, Atlanta Journal Constitution*, *Harrisburg Patriot News*, *Altoona Mirror*, *Providence Journal* (RI), *Christian Science Monitor*; authored 18 encyclopedia entries for a wide range of reference works. Email address: tutenj@juniata.edu.

people eating and drinking together. It captures the essential human bonds that people who drink or dine together frequently create. These bonds affect social connections as well as business ties. Some scholarship examines madeira as cultural capital and the scholarship on commensality pays attention to feasts. This paper will join these two lines of scholarship and focus on feasts, madeira parties, and the interaction between cultural capital and commensality when drinking madeira wine.

Keywords: Commensality; Cultural Capital; Madeira Wine.

Resumo

As elites anglófonas do mundo atlântico desenvolveram um profundo apreço pelos vinhos fortificados da Madeira. No final do século XVIII, o vinho da Madeira constituía um importante bem de luxo, cuja compra sinalizava gosto, requinte, conhecimento esotérico e riqueza. Por outras palavras, a coleção e o consumo de vinho da Madeira funcionavam como capital cultural no sentido de Pierre Bourdieu. Um segundo conceito da história da alimentação aplica-se a bebidas sociais como o vinho: a comensalidade. A comensalidade pode ser definida como o ato de as pessoas comerem e beberem juntas. Este conceito capta os laços humanos essenciais que as pessoas que bebem ou comem juntas frequentemente criam. Estes laços afetam as ligações sociais, bem como os laços comerciais. Alguns estudos examinam o vinho da Madeira como capital cultural e os estudos sobre comensalidade prestam atenção a banquetes. Este artigo juntará estas duas linhas de investigação e centrar-se-á nos banquetes, nas festas do Madeira e na interação entre capital cultural e comensalidade quando se bebe vinho da Madeira.

Palavras-chave: Comensalidade; Capital Cultural; Vinho da Madeira.

Silas Weir Mitchell wrote *A Madeira Party*, a short volume describing a dinner party that focused on madeira wines. The dinner took place in Philadelphia in the 1830s with four participants. Readers today—nearly 200 years after the carefully described events occurred—would likely find considerable fault with the preoccupations in the little book. Mitchell, an influential and widely published Philadelphia physician, displayed his elitism with conceited mention of luxury brands such as «the tall Wagstaffe clock in the corner», and other signifiers of good taste in the appurtenances of the room. The description of the African American servant in the Philadelphia mansion housing the small gathering makes readers today uncomfortable with its portrait of a diligent servant, though he was presumably a free person, basking in the *noblesse oblige* of his employer[3].

[3] MITCHELL, 1985, *A Madeira Party*, p. 5. Thomas Wagstaffe of London professed Quakerism and during the second half of the eighteenth century he rose to prominence in London as a clock maker. He developed a relationship with Quakers in Philadelphia where his clock works often were placed in cabinetry. A "tall Wagstaffe clock" is part of the collections at Winterthur Object: 1952.0246.

During the meal, the men present conversed and joked gently with one another. The self-satisfied banter, while an example of dialogue and thus appropriate to our theme, does not age as well as a good Sercial madeira. To take a single example, one member of the party tells the outsider in the group: «You may like to know […] that at this table Washington, Lafayette and Franklin have dined.» Another chimes in, «All Madeira men, I doubt not […] that accounts for a good deal.» At first glance this comment seems a throw-away line, but it bears greater scrutiny. If we read it seriously and literally—and there is no reason not to do so—this reflects smugness, certainly, but it reveals cultural capital at work, too. Like the clock and the wines of highest quality, these gentlemen of distinction understood both themselves and what they ate and drank to be part of a *continuum* that connected them to the Founders of the nation[4].

Madeira parties were epicurean events, often involving expensive turtle soup and a series of different madeira wines taking the starring role. While conversation varied across many topics, madeira wine itself and its qualities, histories, and mysteries constituted an important part of the agenda. For example, at Mitchell's party the diners discussed primary and secondary flavors in madeira. Finally, one of the *bon vivants*, invoking ineffable, class-bound refinement, opined, «The characterizing taste [of madeira] is too delicate for competent nomenclature. It is a thing transitory, evanescent, indefinable, like the quality of the best manners.»[5] He implied, therefore, that the taste for wine was as difficult to achieve as it was privileged.

Anglophone elites in the eighteenth century, not just in Philadelphia but also around the Atlantic World, developed a deep appreciation for the fortified wines of the Madeira Islands, the roots of which stretched back a century. In 1740, the British Navy expedition that eventually circumnavigated the globe under Lord Anson dropped anchor at Madeira. In Anson's words, by that year, «This island of Madera[*sic*] […] is famous through all our American settlements for its excellent wines.»[6] Anson's visit and comment help us date the growing reputation of madeira wine and demonstrate the vital role the islands played for the British maritime system. In the Age of Sail and imperialism, the routes from northern Europe to catch the Trade Winds to the Americas or for rounding the Cape of Good Hope into the Pacific took ships close to the Madeira Islands. Madeira represented one final chance to take on fresh water and the fruits and vegetables that helped prevent scurvy. Therefore, Madeira's economy

4 MITCHELL, 1985, *A Madeira Party*, p. 13.
5 MITCHELL, 1985, *A Madeira Party*, p. 38.
6 ANSON and MASEFIELD, 1911, *A Voyage Around the World*, p. 24.

relied on this trade, and its wine trade folded into it as ship captains included wine both as part of their ballast for sale in the future, and for their own use. A generation after Anson's visit, in Captain Cook's account of his around-the-world voyages, he too stopped off at Madeira and took on fresh water, food and wine. Around Christmas in 1774, during the second voyage, he noted the celebration included: «Roast and boiled geese, and goose-pie, […] and they had yet some Madeira wine left, which was the only article of provision that was mended by keeping; so that their friends in England did not, perhaps, celebrate Christmas more cheerfully than they did.»[7]

The special trade relations Britain had with Portugal, and Madeira in particular, played a large role in the developing taste for the island's wines in the Anglophone world. This proved especially true for the North American colonies that gained independence. Planters and merchants from Boston to Beaufort had a love for fortified wines. But merchants and planters in the British West Indies shared in that appreciation of madeira from Bridgetown to Kingston and beyond. The British Empire's ships, both those of the Royal Navy and those belonging to the vast merchant navy under the East India Company, frequented Madeira and took her wines around the globe.

Madeira wine therefore constituted an important luxury good, and its purchase signaled taste, refinement, esoteric knowledge, and affluence. The world-renowned London auction house, Christie's, offered «Fine old madeira» at their inaugural auction in 1766. They have continued to auction madeira wines among their collectable wine offerings down to the twenty-first century[8]. Its collection and consumption provide us with the material for historical cultural investigation. This essay uses the social scientist Pierre Bourdieu's concept of cultural capital, which can be defined as a person's class-bound knowledge, such as knowledge about selecting, handling and discussing a high-value wine like madeira. A second concept from food history applies to social beverages like wine: commensality. Commensality may be defined as the act of people eating and drinking together. It captures the essential human bonds that people who drink or dine together frequently create. These bonds affect social connections as well as business ties. Some scholarship examines madeira as cultural capital, while the scholarship on commensality pays attention to feasts. This paper joins these two lines of scholarship and focuses on feasts, madeira parties,

7 COOK, 1979, *Captain Cook's Voyages of Discovery*, p. 205.

8 CHRISTIE'S, s.d., «A Magnificent Collection of Finest and Rarest Madeira: From the Estate of Mills B. Lane, Jr., of Savannah.» Madeira Club Collection, Georgia Historical Society.

and the interaction between cultural capital and commensality when drinking madeira wine. A third concept of culture developed by the anthropologist Clifford Geertz incorporates "thick description", defined analyzing the actions and words of people interacting in a social context, such as at the madeira party.

Historiography

The essential scholarly source on madeira wine is now David Hancock's wide--ranging and benthic 2009 work *Oceans of Wine*. Hancock explains the rise of madeira wine, or the "Madeira wine system" as he convincingly labels it, as a product and later a luxury commodity for the Atlantic world, especially through an "interimperial market" that witnessed the madeira trade. *Oceans of Wine* shows the qualities of the markets as they grew, and how they at times worked together and extended their reach into the hinterlands of the Western Hemisphere[9].

As comprehensive as *Oceans of Wine* is as a work of scholarship, it concludes in 1815 to coincide with the close of the Napoleonic Wars. While this historical bookend makes sense within the context of that study, I am placing my emphasis on the period from the 1770s to 2000. This date range spans the terrible *Phylloxera* crisis of the 1860s, when the invasive vine louse from the Americas nearly destroyed the madeira wine industry. This crisis coincided with the disruptions brought about by the US Civil War, which also shaped demand in one of madeira's most popular markets. I hope to add something to the conversation by extending the time under study, while acknowledging my interests are a subset of Hancock's. The focus here is on consumption. I am offering an alternative framework by which to understand consumption and its growth in esoterism.

Prior to Hancock's work, few scholars in the United States paid madeira much attention, with the notable exception of Malcolm Bell, Jr., an expert on Georgia's lowcountry and its planter class. Bell himself fell under the spell of madeira wine, too, as two articles he wrote for the *Georgia Historical Quarterly* demonstrate. In «The Romantic Wines of Madeira» from 1954, he argued that the unusual character of the wines, combined with the source being a lovely Atlantic Island, led to romanticization of the wines themselves[10].

---

[9] HANCOCK, 2009, *Oceans of Wine* […], pp. xiv-xx.

[10] BELL, 1954, «The Romantic Wines of Madeira», pp. 322-336. BELL, 1992, «Ease and Elegance, Madeira and Murder: The Social Life of Savannah's City Hotel», pp. 551-576. BELL, 1987, *Major Butler's Legacy: Five Generations of a Slave Holding Family*.

In previous work, I used a series of case studies from the South Carolina planter elite to show how madeira served as cultural capital. During the height of their wealth—extracted through brutal use of enslaved people across generations—in the 1850s, rice planters such as Governor Robert F. W. Allston amassed large collections of madeira wine, simultaneously consuming it and sharing the consumption with friends and business associates. Allston's widow and daughter preserved his collection through the Civil War by burying the wine under the road leading to their house, because «Papa had once said it might prove the most salable thing we had after the war.»[11] In the heyday of the Allston family's wealth, madeira was a luxury and a sign of their refinement, but it was also convertible into economic capital when needed. My earlier scholarship on madeira demonstrated several things: the strong affinity that the rice planters of the lowcountry had for madeira wine and the way it functioned as cultural capital in their lives in the nineteenth century[12].

This essay focuses on Anglophone elites, which demands a definition and explanation. This essay draws most heavily on sources from madeira consumers in the United States in the nineteenth and twentieth centuries. While David Hancock has shown that women and merchants of modest means also consumed madeira, the high cost and the sources about madeira consumption (like sources on most things of the period) are tilted overwhelmingly toward wealthy white men. I have engaged with sources about madeira consumption in England and her colonies in the Atlantic World.

Cultural Capital

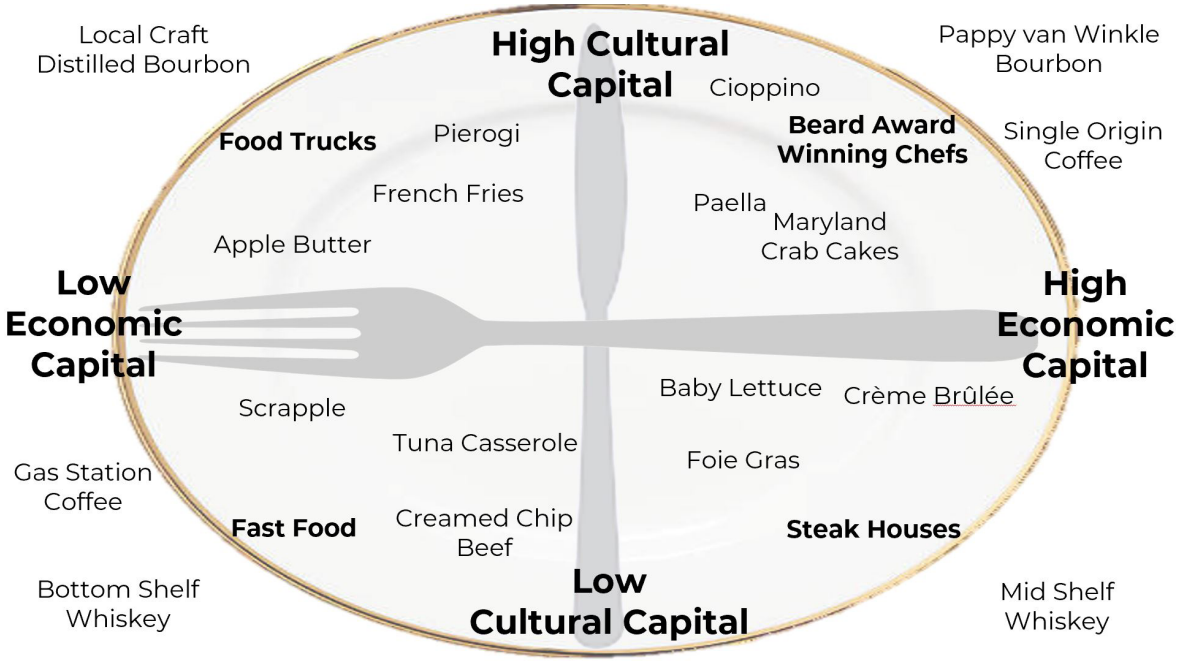
The way madeira works as cultural capital deserves a deeper explanation. Pierre Bourdieu stands among the most important intellectuals of the later twentieth century, a sociologist with a wide range of interests. Two decades after his death, his theoretical ideas are his most influential. He tried to «transcend the gap between the subjective and the objective dimensions of social life», in the words of leading social theorists[13]. Bourdieu interests those who are concerned with taste and the formation of taste, especially as it exists in conjunction with class. In his work from the 1970s, especially *Distinction*, he sought to lay out a conception of capital in multiple

[11] PRINGLE, 1922, *Chronicles of Chicora Wood*, pp. 221-222.
[12] TUTEN, 2005, «Liquid Assets: Madeira Wine and Cultural Capital among the Lowcountry Planters, 1735-1900», pp. 173-188.
[13] CALHOUN, LIPUMA and POSTONE (ed.), 1993, *Bourdieu: Critical Perspectives*, pp. 2, 4-5.

forms: economic capital (money), social capital (simplified here as relationships and knowledge of how to leverage them), and cultural capital (class-bound knowledge equivalent to taste). In Bourdieu's sociology, then, one can take economic capital and convert it into cultural capital (e.g., by purchasing a painting by a renowned artist). Symbolic capital can be understood in several ways; like cultural capital, it may be used to generate economic capital. For example, academic degrees and professional licenses are symbolic capital, and with a degree in medicine and the license to practice medicine one may make economic capital and signal to others cultural accomplishment[14].

Other scholars have turned instead to Thorstein Veblen's much older idea of conspicuous consumption, and there certainly is some overlap between that idea and Bourdieu's notion of cultural capital. Cultural capital as a concept, however, has advantages analytically and conceptually. It ties together a host of smaller elements such as knowledge (or connoisseurship) and skills including rhetoric, deportment, and a trained palate. The emphasis on forms of capital as transferable to other forms of capital, or one might say aspects of life, is an essential aspect of his theory[15].

Image 1 – Cultural Capital Visualized: United States (Pennsylvania), Present Time



Credits: James H. Tuten with Hunter Winters.

[14] CALHOUN, LIPUMA and POSTONE (ed.), 1993, *Bourdieu: Critical Perspectives*, pp. 4-5.
[15] VEBLEN, 1899, *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Development of Institutions*.

Commensality

If we only focus on madeira and its consumption as cultural capital, we risk isolating motivations and experiences in a way humans rarely live them. As Bourdieu says in *Distinction*, «A *bon vivant* is not just someone who enjoys eating and drinking; he is someone capable of entering into the generous and familiar—that is both simple and free—relationship that is, eating and drinking together, in a conviviality which sweeps away restraints and reticence.»[16] To understand what Bourdieu is describing there, let us turn to the concept of commensality to better understand it.

Commensality, translated as "together at the table", comes to us from Latin roots. The key to commensality is that social bonds form and a sense of togetherness builds over shared meals or over social beverages. A growing literature attests to commensality's role in private life, family life, religious groups, friend groups and professional attachment. Tea houses, coffee shops, pubs, saloons and taverns all foster commensality by providing spaces for speech and consumption[17]. Social beverages, shared in company and conversation, appear to create a sense of *bonhomie*, that is, friendliness, attachment, and closeness. Sociology, anthropology and archaeology employ this concept more than most other fields, including history. Many food historians, however, appreciate the concept's importance. Some scholars describe the process without using the term. Scholars have written about commensality for half a century, but the concept could benefit from even wider use[18].

"Sociability" is also a useful concept, and overlaps in meaning or replaces the concept of commensality. David Hancock leans on sociability as his preferred way of thinking about drinking in company. The distinction may at first appear to be a fine one, but the distinction matters. Sociability implies eating and or drinking, but it is a more casual concept. Central to the idea of commensality is that lasting bonds are formed through socializing over food or drink. The participants afterward are in a different relationship. Moreover, as noted by Mennell *et al.*, «Commensality is a perilous notion. If sharing food signifies an equivalence among insiders within

[16] BOURDIEU, 1984, *Distinction*, pp. 178-179.
[17] MENNELL, MURCOTT and OTTERLOO, 1992, «Conclusion: Commensality and Society», pp. 115-119.
[18] KERNER, CHOU and WARMIND (ed.), 2015, *Commensality: From Everyday Food to Feast*, pp. 1-2, 13, 28-29.

a group, it simultaneously defines insiders as socially different from outsiders and marks the boundary between them.»[19]

It is there where cultural capital and commensality interact with each other. When we connect the two, we see that "taste" in the form of cultural capital can be a mechanism to encourage association between people. It also serves to demarcate in--groups and out-groups, as we saw above in the example from the *Madeira Party*. We "see" that process by employing Geertz's analytical approach.

Clifford Geertz's concept of "thick description" took a cue from Max Weber, and became an essential method for understanding culture. Geertz wrote «that man is an animal suspended in webs of significance he himself has spun. I take culture to be those webs, and the analysis of it to be therefore not an experimental science in search of law but an interpretive one in search of meaning.»[20] Geertz went on to show these webs through case study ethnographies that analyzed closely revealed meaning, such as analysis of special rituals such as funerals or sporting events or more quotidian behaviors and interactions. *A Madeira Party* falls into the former category: such gatherings were occasional events, highly ritualized and special, whose characteristics bear careful analysis. Aside from cultural exploration, however, we also should consider the daily buying, handling, and consumption of madeira to gain that thick description of its role among Anglophone elites[21].

Collecting Madeira

We are returning to *antebellum* South Carolina rice planter Robert F. W. Allston. The maintenance of his collection of madeira held such a high priority for him that it featured in his business correspondence. He worked through his factors in Charleston, the firm of Lewis and Robertson, to perform a wide range of transactions. They sold his rice for him, served as an intermediary with his bank, paid his bills and taxes, and saw to the shipping of purchases to his estate. Lest we forget the system on which it all rested, they also aided him in buying and selling enslaved people. Folded in with these essential elements of the rice business are many transactions for wine. A single year's correspondence shows the process of giving, ordering and collecting wine.

[19] It's worth noting, that the demarcation of in- and out-groups is the double-edged sword of commensality. MENNELL, MURCOTT and OTTERLOO, 1992, «Conclusion: Commensality and Society», p. 117. HANCOCK, 2009, *Oceans of Wine* […], p. 390.

[20] GEERTZ, 1973, *The Interpretation of Cultures*, p. 5.

[21] GEERTZ, 1973, *The Interpretation of Cultures*, pp. 4-10.

We «received the 2 doz Sercial wine», they noted on 7 February 1837, apparently in a gift or a trade. In May, they informed Allston, «Your wine in conjunction with the Govr [*sic*] has been ordered.» On 20 June, after informing him of the details and context for the sale price of some of his rice, they wrote, «Your wine has arrived £120 pr pipe, or £60 a Half Pipe this must be something extra. We will send it up […] and Gover Butlers we will also send as you direct.» In the English system a pipe is 126 gallons, or 486 liters, of wine. To understand that as pours of madeira (usually smaller than the United States standard pour of five ounces or 120 mil in Europe), that is 3,225 glasses of madeira[22].

Where was all that wine going? Some of it, at least, Allston used as cultural capital with which to impress his guests and associates. As Bourdieu's framework illuminates, Allston used cultural capital and social capital interchangeably by giving wines as gifts, trading with fellow aficionados, and partnering with his elite peers. Thanks to an inventory of Allston's wine room at his plantation Chicora Wood, made sometime after 1856, we know he ordered that wine to be split with four other leading planter--politicians. First was Pierce M. Butler, a fellow planter, and banker who was in the first year of his term as Governor. Second was «Ward», one of Allston's neighbors, belonging to a family who owned multiple rice plantations in Georgetown County. The third partner in this «fine nutty Madeira», Wade Hampton II, was one of the wealthiest planters in the whole South, with thousands of acres of land in South Carolina, Mississippi, Louisiana, Texas, and North Carolina. He was also a recently elected member of the state senate. Allston served in the state senate in 1837, too, and would be elected governor in 1856. He still owned «11 dozen» [bottles?] of this particular wine at the time of his election and referred to it as the «Govr's wine.»[23] Dining with these men, and sharing special wine with them, cemented Allston's relationships with important men in his sphere.

Through Allston, the oenophile, the comingling of commensality and cultural capital are on display, especially through his membership in the Hot and Hot Fish Club. This club of self-styled "rice barons" all owned plantations and hundreds of

[22] EASTERBY, 2004, *The South Carolina Rice Plantation As Revealed In The Papers of Robert F. W. Allston*, pp. 384-411, 440-441. The pipe was long a standard measure of liquids, mainly wine, in Britain. A pipe is the equivalent of a butt. Madeira most often arrived on the West side of the Atlantic world in pipes. It is the same as two hogsheads. ZUPKO, 1985, *A Dictionary of Weights and Measures for the British Isles*, «Pipe», pp. 302-304.

[23] EASTERBY, 2004, *The South Carolina Rice Plantation As Revealed In The Papers of Robert F. W. Allston*, pp. 384-411. For brief biographies of three of the four shares owners see, from the *South Carolina Encyclopedia*: RICHARDS, 2016, «Butler, Pierce Mason». ANDREW, 2016, «Hampton, Wade II». PLAAG, 2016, «Allston, Robert Francis Withers».

enslaved people in a region of South Carolina known as the Waccamaw Neck. The Waccamaw Neck is a peninsula of land with the Waccamaw River on one side and the Atlantic Ocean on the other ending at Winyah Bay, where several other rivers join the Waccamaw. This was where the small port of Georgetown sat.

Part of the social scene of the Waccamaw Neck was The Hot and Hot Fish Club, a gathering of upper-class men. The Club existed from some time prior to 1812 and ended as a result of the Civil War in 1861. Across those fifty or more years, the club focused on several things: fishing as sport and recreation, epicurean pleasures, and commensality, which they enshrined in their rules as «the cultivation of friendly relations.» In 1860 Allston penned a short remembrance of the club, which initially met in a small shack on Drunken Jack Island near Murrell's Inlet. Storms and other vagaries caused the club to move into a number of clubhouses over the decades, ending with a much nicer structure in the 1850s near Pawley's Island[24]. This rural club for gentlemen reflected some of the styles of Anglophone elites, but with a local flavor. They had a billiards table much as one might find in a Gentlemen's club in London or New York. Members came together to hunt game, to fish in the local creeks in the inlet for the day, and then to dine and drink together. The club's unusual name—Hot and Hot—was a local vernacular, possibly even attributed to a single member or cook, as a way of describing the arrival of the fish courses from the kitchen heat.

Many of the club's rules involved required commensal celebration. For example, rule XIV required that if a member should be elected to statewide office, he «shall for each and every such compliment, furnish for the use of the club one box of champagne.» Allston had to do just that when he won the governorship in 1857. Most other moments of celebration, such as marriage or having a child, also required the fortunate member to supply champagne to the club, too. Aside from these sparkling celebrations, however, social beverages were never left to chance, as each member was required to bring at least one bottle of wine to each Friday gathering. With this club we have a highly masculine setting made up of wealthy holders of humans in bondage. Some of their bondsmen paddled their boats, cleaned the fish, and even cooked for them, but again, were all male. The markers of class and gender, then, were inescapable. Even as they gestured toward some equality among themselves with the club's rules, the members of the club they believed they sat far above much of South Carolina society[25].

[24] HARWELL, 1947, «The Hot and Hot Fish Club of All Saints Parish», pp. 40-47.
[25] HARWELL, 1947, «The Hot and Hot Fish Club of All Saints Parish», pp. 42-47.

Thinking Further about Cultural Capital

That cultural capital accrues through the ownership of wines that have substantial material cost to purchase is easily understood, but other aspects of owning and consuming madeira made it particularly appealing as cultural capital. Connoisseurship—the possession of expertise, rare skills or specialist knowledge in an area like the selection, handling and serving of wine—brings with it greater cultural capital. Collecting madeira took economic capital, but it also took effort in the sense of ordering the wine through dealers (often multifunction agents called factors in the South). It took an additional combination of money and knowledge to store the wines in the long term. It is important to understand that madeira drinkers often bought the wine in wooden stave barrels containing hundreds of gallons. This madeira was not always bottled; they poured wine directly into decanters to serve it. In other cases, having determined that the proper moment in a wine's development had arrived, they might bottle the entirety of a container. In still other cases, someone might take manipulation of wine even further, as best seen in the case of William Neyle Habersham.

Habersham, a life-long resident of Savannah, can be seen as the model nineteenth-century madeira connoisseur in the United States. Born in 1817, he finished his education at Harvard in 1836 and died in 1899. He managed the trading business his father started in 1744, Robert Habersham's Son & Co. The business traded rice from the low country of Georgia and South Carolina to Europe. On their return trips they «brought back Spanish and Madeira wines in ballast.»[26] Their business sold many of the wines, but first Robert, and then William also, became collectors. In fact, the word "collector" may not fully capture William's role and ultimate reputation. In this case, we know some of how and through whom Habersham's legendary notoriety spread. Ward Macallister, who had Savannah roots but spent his adult life in New York's wealthiest and most elevated social circles—dubbed «the four hundred» by McAllister himself—helped establish «the New York reputation of the Habersham collection.»[27] McAllister both wrote about and talked about Habersham, extending

[26] ARNOLD, 1900, «Catalogue of Madeiras and Sherries Belonging to the Estate of the Late William Neyle Habersham, ESQ.» Jones Family Collection, Georgia Historical Society.

[27] MCALLISTER, 1911, *Society as I Have Found It*, pp. 271-272. McAllister's fame has had a modest resurgence in recent years with the advent of the HBO television series, *The Gilded Age*, in which the noted actor Nathan Lane plays the historical Ward McAllister. See *The Gilded Age* at IMDB, available at https://www.imdb.com/title/tt4406178/.

his fame around madeira. The US Civil War effectively brought an end to the trading firm, and Habersham also lost both of his sons to battle wounds. During the last three decades of his life, he tended his collection of wines, making a living by selling them to madeira lovers up and down the eastern seaboard of the United States. When he died, the New York auction of his remaining collection totaled nearly 900 gallons of madeira (to say nothing of several hundred gallons of sherry)[28].

Collectors often had special facilities for storing their wines. In the attic of Habersham's house, he had a garret wine room. As madeira wines often profited from warm or even hot aging, madeira garrets suited the circumstances well. Additionally, low-lying, flooding-prone port cities such as Savannah, New Orleans and Charleston made cellars impractical. David Hancock points out that this method of storage is uniquely American. One may regard Habersham's garret as a place to preserve and gently age wine, but the skills he employed went beyond what is characterized as cellaring for most wines. That is, he did more than maintain his vintage madeiras: as a container got used up, the lees, the sediment-rich bottom of the barrel or bottle, were left. Habersham kept them and made his own blends. The estate auction labeled these as «Blend of Sundry Fine Madeiras», «Blend of Fine Old Madeiras» and «Lees of Fine Old Madeiras.» In making his own blends Habersham exercised his palate and his knowledge of blending and aging wine. In short, he put his cultural capital on display. One hint that the display proved effective is that a type of madeira, Rainwater Madeira, was at one time apocryphally credited to him as the inventor[29].

David Hancock observed other areas in which madeira connoisseurs demonstrated their taste. Cellaring was but one way, and there were even clearer methods, such as using custom labels. As Hancock put it, «the often-expensive labels became a field of competition.»[30] Silver makers and English China manufacturers such as Wedgewood sold ceramic generic labels but would customize them with the purchaser's name or monogram, too. The means of displaying cultural capital, then, extended from the wines to the appurtenances associated with drinking them, from bottles to decanters, from labels to glassware. Madeira wine offered these and other

[28] See also TUTEN, 2005, «Liquid Assets: Madeira Wine and Cultural Capital among the Lowcountry Planters, 1735-1900», pp. 173-188.

[29] ARNOLD, 1900, «Catalogue of Madeiras and Sherries Belonging to the Estate of the Late William Neyle Habersham, ESQ.» Jones Family Collection, Georgia Historical Society. Hancock shows that as early as the 1730s in one instance, and around the Anglophone West Indies and in Charleston by the middle of the eighteenth century, the wealthy began outfitting houses with wine garrets. HANCOCK, 2009, *Oceans of Wine* […], p. 359.

[30] HANCOCK, 2009, *Oceans of Wine* […], p. 362.

opportunities to show one's cultural capital, even as the drinkers enjoyed each other's company and the wine itself[31].

Madeira in the Twentieth Century

Twin attacks on the European wine industry affected madeira wine in the nineteenth century. The *oidium* fungus, called powdery mildew, arrived in Portugal in the 1840s followed by the vine louse, *phylloxera*, near the end of the century. Madeira's vineyards suffered extensively from these invasive species from the Americas. One consequence of these threats to the wine industry was a belief that the wines produced after oidium and phylloxera were inferior to those previously produced. English journalist, critic and epicurean George Saintsbury, in his celebrated 1920 work *Notes On A Cellar Book*, offered something of a eulogy for madeira wine. «It may seem irreverent to give so famous, and at its best so exquisite, a liquor as Madeira merely a postscript», Saintsbury wrote in his chapter on sherry, «which [madeira] had itself supplanted.» Acknowledging how sherry and madeira had swapped places of prestige as types of wine, he continued, «I know no wine of its class that can beat Madeira when at its best.» However, from the vantage point of the early twentieth century, he wrote, «I fear that the very best Madeira is, and always has been since the pre-oïdium wines were exhausted, mainly a memory.» Thoroughly displeased with the wines produced and aged in the late nineteenth century, Saintsbury uncharitably categorized them as «degenerate successors» of the wines that came before[32].

Saintsbury's views were shared by a number of connoisseurs in the twentieth century. It resulted in two divergent paths. Down one path, the most heavily trodden path, went most wine drinkers, who abandoned madeira in favor of other wines. The alternate path, a narrow route, attracted those who would not give up on madeira, and they focused on collecting the ever-rarer vintages from the pre-*phylloxera* period. The combined traumas to the islands' wine industry and the decline of planter elites in the US South did much to bring down the status of madeira wine. Prohibition in the United States from 1920 to 1933 relegated the wine to an afterthought for most drinkers. On the other hand, the rareness of pre-*phylloxera* vintages and the historical amnesia of many drinkers in the twentieth century also served to make knowledge of

[31] HANCOCK, 2009, *Oceans of Wine* […], pp. 362-384.
[32] SAINTSBURY, 2008, *Notes On A Cellar Book*, pp. 1-5, 59-60. On oidium and phylloxera, BÖHM, s.d., «The American Plagues».

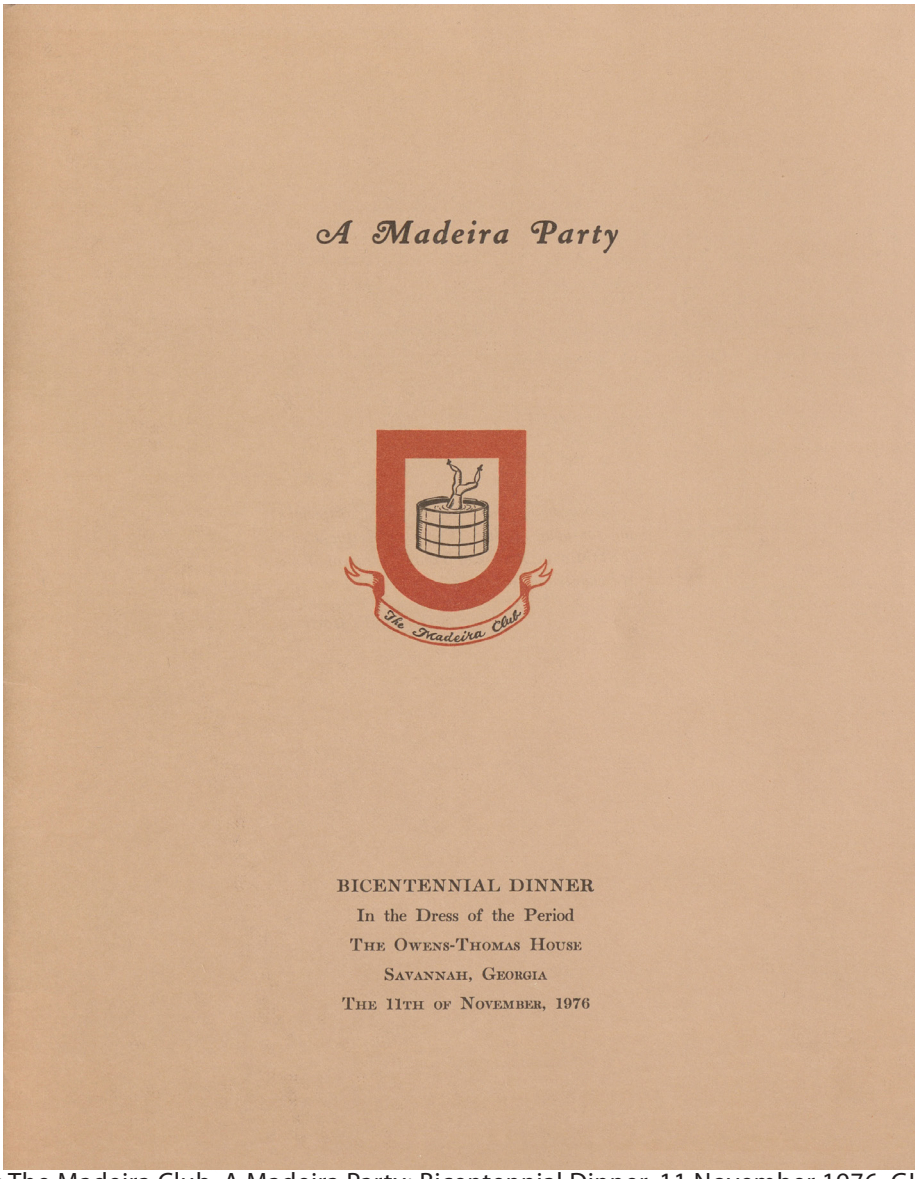
madeira alluringly esoteric to a small number of dedicated collectors. That exclusivity meant they could retain both some cultural and some economic capital. There are a number of sources of evidence for this, including successful high-end auctions for madeira wines in the late twentieth century and into the present century and the specific example of the Madeira Club of Savannah, Georgia.

The members of the Madeira Club of Savannah, founded in 1950, understood not only the cultural capital associated with knowledge and consumption of the wine, but with continuing a tradition in keeping with elite men of the past. In fact, the Savannah club men were well aware of their predecessors, much as we saw in the *Madeira Party* that took place a century earlier and more than 1100 kilometers to the north. S. Weir Mitchell's group, whom we met at the beginning of this essay, went by the name The Biological Club, and was also known as the Madeira and Terrapin Club. The Madeira Club of Savannah took pride in reviving the custom of dressing for dinner in tuxedos, because «formal dress would promote formal behavior.» The official history of the organization claims they chose the name first «because of Savannah's involvement in the early history of Madeira and Madeira having been a favorite» wine[33]. Secondly, they acknowledged William Neyle Habersham and the notoriety for Madeira connoisseurship he gained for the city of Savannah beyond the state of Georgia. As wealthy and privileged men, the members took turns presenting papers at each meeting and enjoying «Madeira wine […] with at least one course.» They even had a logo created that, drawing upon Shakespeare, «depicts the Duke of Clarence drowning in a butt of Madeira wine.» From the club's extensive records, which they began depositing at the Georgia Historical Society in the 1970s, they thought a good deal of themselves and the club. They also thought quite a lot of the rare and expensive wines they tasted. Those included a bottle rescued from a shipwreck where the Savannah River meets the sea. Another club party, written about by noted wine expert Michael Broadbent, featured a famous 1792 Solera from Blandy's. This example was only moved from cask into bottle in 1957. With that bottling Blandy's took part in the celebration of a royal arrival in Madeira by the English monarch, Queen Elizabeth II. Broadbent described the wine in detail concluding, «soft yet intense, beautifully balanced with excellent finish and—the hallmark of a great Madeira—an ethereally lingering after-taste.»[34]

[33] KELLY, 23 January 1991, «The First Forty Years of the Savannah Madeira Club, 1950-1990», unpublished manuscript. Madeira Club Collection, Georgia Historical Society, pp. 1-22.

[34] KELLY, 23 January 1991, «The First Forty Years of the Savannah Madeira Club, 1950-1990», unpublished manuscript. Madeira Club Collection, Georgia Historical Society, pp. 5-22.

Image 2 – Logo of the Savannah Madeira Club



Credits: The Madeira Club. A Madeira Party: Bicentennial Dinner. 11 November 1976. GHS 0983 Madeira Club Collection. GHS 0983-001-002-0001. Georgia Historical Society.

Like William Neyle Habersham, Mills B. Lane, Jr. was a native of Savannah, Georgia and born into a prominent business family. Lane, born in 1912, took his education at Yale and returned to Georgia to work in the C&S Bank, a rising enterprise founded by his father. Lane took helm of the company's Atlanta headquarters just after the Second World War. He grew the bank into «the largest bank in the South and the most

profitable among the 50 largest banks in the nation.»[35] Along the way, he played an instrumental role in the politics of Atlanta and helped broker desegregation both in that city and Savannah. Lane also enjoyed commensality and practiced cultural capital. Aware of the history of his native town and its ties to madeira wine, he began to collect bottles with other *bon vivants*, and joined the Savannah Madeira Club.

Lane joined the organization in 1974 and brought new energy to it; as the club history records, Lane «was a most enthusiastic member.» Lane, a true madeira connoisseur, went so far as to supply the club with wine until he died. Drawing upon his own financial success in banking and his passion for old madeira, Lane helped the club host tastings of vintage examples. In 1976, as part of honoring the national Bicentennial, the club's «affair was patterned after» Mitchell's *Madeira Party*, again making evident those self-conscious connections of cultural capital between elites across time and space. For example, as in Mitchell's book, only men attended the party. The event took place on Armistice Day, 11 November, with the members appearing in «Dress of the Period», meaning the era of the War for Independence, not Mitchell's time. The party took place at the Owens Thomas House, an 1819 mansion in the city that served as a house museum by the time of the Bicentennial. They served the «traditional meal of terrapin soup and Mallard duck» along with «five rare madeiras.» Thus, the club members paid homage to both the Declaration of Independence and Mitchell's book about madeira aficionados in the same event[36].

Mills Lane Jr. died in 1989. At a meeting of the club following Lane's death, his son «Mills IV presented each Club member with a gift of four bottles of old madeira wine from his father's stock.» The following year, in keeping with Lane's will, Christie's auctioned Lane's holdings, labeling the sale as «A Magnificent Collection of Finest and Rarest Madeira.» The auction took place at their London rooms in June 1990. At the time of his death, Lane's collection included bottles ranging in origin from 1792 to 1880 and ranging across the grape types from Bual and Malmsey to Sercial, Terrantez and Verdelho. That oldest bottle demonstrates the layers of history that weigh on madeira and how madeira wine can carry a nearly unique degree of cultural capital. The label noted «Blandy's Bual 1792 vintage bottled 1840. Property of Napoleon I and Mills B. Lane.» The Christie's catalogue tasting notes went far beyond flavors in this

[35] FOWLER, 10 May 1989, «Mills B. Lane Jr., Atlanta Banker, Is Dead at 77», Section D, p. 28 and HATFIELD, 2021, «Mills B. Lane Jr.».

[36] KELLY, 23 January 1991, «The First Forty Years of the Savannah Madeira Club, 1950-1990», unpublished manuscript. Madeira Club Collection, Georgia Historical Society, pp. 1-16. For more on the Richardson--Owens-Thomas House see the Telfair Museums authority which manages the property; available at https://www.telfair.org/visit/owens-thomas/.

case to provide the provenance for this «most famous madeira of all.» The story was full of drama. As the British Navy took Napoleon Bonaparte into exile on St. Helena Island in 1815, the ship *Northumberland*, in keeping with British maritime tradition, made a call on Funchal, Madeira. There, the British Consul-General «persuaded the deposed Emperor to take with him a pipe of 1792 madeira.» Napoleon never drank it, and the Blandy family regained possession of it following his death, when those responsible for disposing of Napoleon's possessions returned the wine to the island. In 1840, the Blandy establishment, now in the hands of new generation, bottled the pipe with the label that it had once been the property of Napoleon. In the late twentieth century, how could one signal deeper knowledge, more elevated taste and a greater ability to interact with history than to own a madeira once the property of the Emperor of France?[37]

Although old madeiras have become quite rare in the Anglophone world, the dispersal of Mills Lane's collection did not represent an end to the America interest in the wine. In 2015, during a major renovation of the historic home of Liberty Hall in Union County, New Jersey, carpenters reopened a closed-off cellar room and found a garret madeira space complete with madeira, along with bottles of gin and bourbon. Liberty Hall has long been a museum house now run by Kean University, but its owners and visitors included the likes of New Jersey's first elected executive, Alexander Hamilton, and other United States founding fathers. The museum conferred the collection of thirty-six bottles and four demijohns of wine to the auction house Christie's for sale. Wisely, the auctioneers had an expert taste some and offer his notes, as well as authenticating the quality of the wine. A demijohn of Sercial madeira from 1846 tasted of, «fudge, violets, straw, vanilla and vintage furniture wax», in the words of Christie's expert. That demijohn brought in $36,200 at the auction in December 2018. A quart bottle of madeira from circa 1796 brought in $15,925, too. That auction, almost in our own era, reminds us that the lure of madeira remains potent, even if only to a small if well-heeled group, and that we are more connected than we realize to the old Anglophone world of madeira appreciation[38].

[37] CHRISTIE'S, s.d., «A Magnificent Collection of Finest and Rarest Madeira: From the Estate of Mills B. Lane, Jr., of Savannah.» Madeira Club Collection, Georgia Historical Society. His son was the IV because his brother had named a son Mills B. Lane, III. See HATFIELD, 2021, «Mills B. Lane Jr.».

[38] KOSTREWA, 25 April 2019, «Tasting a Madeira that Stood the Test of Time». SHULTZ, 17 October 2018, «Christie's to Offer 200-Year-Old Madeira Wine». MERCER, Chris, 11 December 2018, «Historic Madeira Bottling Fetches Nearly $16,000 at Auction».

Conclusion

The connoisseurs, collectors, traders and handlers of madeira wine in the Anglophone world shared a common interest. Their motivations for focusing on madeira cannot be fully determined, but they appear to be multi-causal: they enjoyed the flavor; they basked in the reflected glow of the cultural capital knowledge of and possession of madeira afforded them; they drank in company and experienced commensality. For elites of the plantation economy, the cultural capital displayed through their collection and consumption of madeira wine, besides being pleasurable, also gave evidence of their elite status. The positive reinforcement of being madeira drinkers, then, appeared to reward them often and plentifully. After all, as Ward McAllister, that supercilious Gilded Age figure, opined, madeiras were «the poetry of wine.»[39]

Sources and Bibliography

ANDREW, Rod Jr., 2016, «Hampton, Wade II», in *South Carolina Encyclopedia*, available at https://www.scencyclopedia.org/sce/entries/hampton-wade-ii/.

ANSON, Baron George and MASEFIELD, John, 1911, *A Voyage Around the World*, London, Heron Books.

ARNOLD, C. H. & Co., 1900, «Catalogue of Madeiras and Sherries Belonging to the Estate of the Late William Neyle Habersham, ESQ.» Jones Family Collection, Georgia Historical Society.

BELL, Malcolm, Jr., 1954, «The Romantic Wines of Madeira», in *Georgia Historical Quarterly*, 38 (4), pp. 322-336.

BELL, Malcolm, Jr., 1987, *Major Butler's Legacy: Five Generations of a Slave Holding Family*, Athen, University of Georgia.

BELL, Malcolm, Jr., 1992, «Ease and Elegance, Madeira and Murder: The Social Life of Savannah's City Hotel», in *Georgia Historical Quarterly*, 76 (3), pp. 551-576.

BÖHM, Hans Jörg, s.d., «The American Plagues», in *Vine to Wine Circle*, available at https://www.vinetowinecircle.com/en/history/the-american-plagues/

BOURDIEU, Pierre, 1984, *Distinction*, Boston, Harvard University Press.

CALHOUN, Craig, LIPUMA, Edward and POSTONE, Moishe (ed.), 1993, *Bourdieu: Critical Perspectives*, Chicago, University of Chicago Press.

[39] MCALLISTER, 1911, *Society as I Have Found It*, p. 268.

CHRISTIE'S, s.d., «A Magnificent Collection of Finest and Rarest Madeira: From the Estate of Mills B. Lane, Jr., of Savannah.» Madeira Club Collection, Georgia Historical Society.

COOK, James, 1979, *Captain Cook's Voyages of Discovery*, London, Heron Books.

EASTERBY, J. H., 2004, *The South Carolina Rice Plantation As Revealed In The Papers of Robert F. W. Allston*, Chicago, University of Chicago Press.

FOWLER, Glenn, 10 May 1989, «Mills B. Lane Jr., Atlanta Banker, Is Dead at 77», in *New York Times,* Section D, p. 28.

GEERTZ, Clifford, 1973, *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books.

HANCOCK, David, 2009, *Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Trade and Taste*, New Haven, Yale University Press.

HARWELL, Richard B., 1947, «The Hot and Hot Fish Club of All Saints Parish», in *South Carolina Historical and Genealogical Magazine,* 48, pp. 40-47.

HATFIELD, Edward A., 2021, «Mills B. Lane Jr.», in *New Georgia Encyclopedia*, available at https://www.georgiaencyclopedia.org/articles/business-economy/mills-b-lane-jr-1912-1989/.

KELLY, Verner E., 23 January 1991, «The First Forty Years of the Savannah Madeira Club, 1950-1990», unpublished manuscript. Madeira Club Collection, Georgia Historical Society.

KERNER, Susanne, CHOU, Cynthia and WARMIND, Morten (ed.), 2015, *Commensality: From Everyday Food to Feast*, London, Bloomsbury.

KOSTREWA, Susan, 25 April 2019, «Tasting a Madeira that Stood the Test of Time», in *Wine Enthusiast*, available at https://www.winemag.com/2019/04/25/tasting-a-madeira-that-stood-the-test-of-time/.

MCALLISTER, Ward, 1911, *Society as I Have Found It*, New York, Cassell Publishing Company.

MENNELL, Stephen, MURCOTT, Anne and OTTERLOO, Anneke Van, 1992, «Conclusion: Commensality and Society», in *Current Sociology*, 2 (44), pp. 115-119.

MERCER, Chris, 11 December 2018, «Historic Madeira Bottling Fetches Nearly $16,000 at Auction», in *Decanter*, available at https://www.decanter.com/wine-news/madeira-auction-liberty-hall-christies-405755/.

MITCHELL, S. Weir, 1985, *A Madeira Party*, New York, The Century Company.

PLAAG, Eric W., 2016, «Allston, Robert Francis Withers», in *South Carolina Encyclopedia*, available at https://www.scencyclopedia.org/sce/entries/allston-robert-francis-withers/.

PRINGLE, Elizabeth W. Allston, 1922, *Chronicles of Chicora Wood*, New York, Charles Scribner's Sons.

RICHARDS, Miles S., 2016, «Butler, Pierce Mason», in *South Carolina Encyclopedia*, available at https://www.scencyclopedia.org/sce/entries/butler-pierce-mason/.

SAINTSBURY, George, 2008, *Notes On A Cellar Book*, Berkeley, University of California Press.

SHULTZ, Abby, 17 October 2018, «Christie's to Offer 200-Year-Old Madeira Wine», in *Barron's*, available at https://www.barrons.com/articles/christies-to-offer-200-year-old-madeira-wine-1539791196.

TUTEN, James H., 2005, «Liquid Assets: Madeira Wine and Cultural Capital among the Lowcountry Planters, 1735-1900», in *American Nineteenth Century History*, 6 (2), pp. 173-188.

VEBLEN, Thorstein, 1899, *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Development of Institutions*, New York, London, Macmillan.

ZUPKO, Ronald Edward, 1985, *A Dictionary of Weights and Measures for the British Isles*, Philadelphia, American Philosophical Society.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 485-541
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Mortalidade no Arquipélago da Madeira no Século XIX (1826-1875): Contributos e Pistas para o seu Conhecimento[1]

Mortality in the Madeira Archipelago in the 19th Century (1826-1875): Contributions and Insights for its Understanding

Nélio Pão[2]

Resumo

A mortalidade no século XIX foi fortemente influenciada por doenças, condições sanitárias precárias e crises alimentares. A cólera, a varíola e a escarlatina figuravam entre as principais causas de morte, atingindo sobretudo as populações mais vulneráveis.

As epidemias de cólera, que assolaram diversas regiões do mundo ao longo do século XIX, foram particularmente devastadoras, atingindo grandes centros urbanos e zonas rurais. Além disso, a fome e a desnutrição, resultantes de falhas nas colheitas e crises económicas, agravaram a mortalidade, enfraquecendo a resistência da população a doenças infeciosas.

O nosso estudo analisa a evolução da mortalidade em três freguesias do arquipélago da Madeira – Machico, Porto Santo e São Martinho – entre 1826 e 1875, com foco nas crises de mortalidade e no impacto da epidemia da cólera em 1856. A análise realizada revela diferenças significativas entre as freguesias analisada, refletindo distintos graus de

[1] Siglas e abreviaturas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; I.I. – Idade Indeterminada; JD – Jacques Dupâquier; LP – Lorenzo Del Panta; ML-B – Massimo Livi-Bacci; MTBM – Mediana da Taxa Bruta de Mortalidade; NH – Número de Habitantes; RP – Registos Paroquiais; TBM – Taxa Bruta de Mortalidade.

[2] Técnico Superior no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Licenciado em Biologia pela Universidade da Madeira. Entre 2018 e 2022, coordenou o projeto de tratamento arquivístico da Coleção do Bilhete-Postal Ilustrado (BPI), em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira; em sinergia com tal projeto, coordena, de colaboração com Filipe dos Santos, a coleção editorial "Madeira – Memórias Postais" | "Madeira – Postcard Memories", da qual resultou, até o presente, a publicação em 2021 do catálogo *Bilhetes-Postais Ilustrados do Editor Bazar do Povo (1883-1951)* | *Illustrated Postcards Published by Bazar do Povo (1883-1951)*, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Tem desenvolvido e publicado diversos trabalhos de investigação, com foco na História da Ciência do Arquipélago da Madeira e, mais recentemente, na primeira epidemia de cólera que assolou este espaço arquipelágico em 1856. Contacto eletrónico: nelio.pao@madeira.gov.pt.

vulnerabilidade a episódios adversos. A mortalidade na primeira infância mostrou-se particularmente elevada no Porto Santo ao longo de todo o período em estudo, em comparação com as restantes freguesias.
O ano de 1856 concentrou o maior número de óbitos, consequência da epidemia de cólera que assolou o arquipélago. As flutuações na mortalidade desse ano evidenciam padrões de suscetibilidade etária comuns às freguesias analisadas, bem como discrepâncias na evolução temporal do número de óbitos. Estes resultados sugerem a influência de fatores diferenciados, nomeadamente condições sanitárias e socioeconómicas específicas a cada freguesia.

Palavras-chave: Mortalidade; Século XIX; Crises Demográficas; Cólera; Primeira Infância; Arquipélago da Madeira; Freguesia de Machico; Freguesia do Porto Santo; Freguesia de São Martinho.

Abstract
Mortality in the 19th century was strongly influenced by disease, poor sanitation and food crises. Cholera, smallpox and scarlet fever were among the main causes of death, mainly affecting the most vulnerable populations.
Cholera epidemics, which ravaged several regions of the world throughout the 19th century, were particularly devastating, affecting large urban centers and rural areas. Furthermore, hunger and malnutrition, resulting from crop failures and economic crises, have increased mortality, weakening the population's resistance to infectious diseases.
Our study analyses the evolution of mortality in three parishes of the Madeira archipelago – Machico, Porto Santo and São Martinho – between 1826 and 1875, focusing on mortality crises and on the impact of the cholera epidemic in 1856. This analysis reveals significant differences between parishes, reflecting different degrees of vulnerability to adverse events. Infant mortality was particularly high in Porto Santo throughout the study period, compared to other parishes.
The year 1856 saw the highest number of deaths, a consequence of the cholera epidemic that ravaged the archipelago. Fluctuations in mortality that year show patterns of age susceptibility common to the parishes analysed, as well as discrepancies in the evolution over time of the number of deaths. These results suggest the influence of different factors, namely specific health and socioeconomic conditions of each parish.

Keywords: Mortality; 19th Century; Demographic Crises; Cholera; Early Childhood; Madeira Archipelago; Machico Parish; Porto Santo Parish; São Martinho Parish.

Introdução

O presente estudo insere-se na linha de investigação que estamos a desenvolver no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, alinhando-se nos esforços para aprofundar o conhecimento sobre a *História das Populações: Corpo, Saúde e Doença* no Arquipélago da Madeira. Este trabalho dá

continuidade ao nosso primeiro contributo sobre esta temática, que analisou a primeira epidemia de cólera na Madeira, com enfoque nos tratamentos aplicados e nas medidas públicas implementadas para mitigar os seus efeitos[3].

Além da História da Saúde e da Doença, que constitui o foco principal desta investigação, este estudo também marca a nossa primeira incursão no campo da Demografia Histórica, uma área que consideramos ainda pouco explorada no contexto geográfico das ilhas da Madeira e Porto Santo[4]. Esperamos que este trabalho contribua para ampliar e enriquecer o conhecimento sobre este espaço arquipelágico nessa área específica.

O período analisado, de 1826 a 1875 – correspondente ao segundo e terceiro quartéis do século XIX –, foi caracterizado por múltiplas crises de mortalidade, algumas de grande impacto, que afetaram diversas freguesias da Madeira. Entre outros eventos que resultaram em sobremortalidade, devido a enfermidades como a varíola ou a escarlatina, o mais significativo ocorreu em 1856, quando uma epidemia de cólera causou mais de sete mil mortes em todo o arquipélago[5].

Com base, sobretudo, nos registos de óbitos das freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, e recorrendo a diversas metodologias, este escrito procura identificar padrões normais de mortalidade, de forma a destacar anos de mortalidade excecional e, sempre que possível, associar esses anos a eventos específicos que possam ter contribuído para o aumento do número de óbitos. Paralelamente, procuramos caraterizar a intensidade das crises de mortalidade identificadas, conduzindo uma análise comparativa das incidências registadas em cada freguesia.

Pretende-se distinguir, ainda, a mortalidade na primeira infância da restante mortalidade, visando identificar diferenças de vulnerabilidade entre as faixas etárias e os fatores que possam ter contribuído para essas variações. Esta abordagem tem

---

[3] Referimo-nos ao artigo: PÃO, Nélio, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 na Madeira: Tratamentos, Medidas Preventivas, Preocupações Sanitárias e Cuidados com o Corpo», pp. 323-346.

[4] Ainda assim, destacamos alguns escritos que nos auxiliaram: FERRAZ, 1990, «A Cidade do Funchal na 2.ª Metade do Século XVIII – Freguesias Urbanas», pp. 265-284; PINTO, RODRIGUES, 1990, «A Madeira na Viragem do Século (1860-1930) – Características da Sua Evolução Demográfica», pp. 327-354; PINTO, RODRIGUES, 1993, «Aspectos do Povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI», pp. 403-471; SANTOS, 2006, «Os Homens e a Morte na Freguesia de Santa Cruz (1801-1810): Aspectos Demográficos», pp. 37-53; SANTOS, 2007, «Os Homens e a Morte no Antigo Regime e no Século XIX: Alguns Aspectos Demográficos», pp. 90-105; e SANTOS *et al.*, 2013, «Dinâmicas Demográficas e Crises de Mortalidade na Cidade do Funchal, 1750-1830», pp. 55-75.

[5] Esta epidemia foi introduzida pelo 1.º Batalhão de Infantaria n.º 1, que chegou à Madeira em 28 de junho, tendo os primeiros casos surgido já no dia 4 de julho. Em pouco mais de um mês e meio, todos os concelhos da Madeira haviam sido afetados, com a doença atingindo também o Porto Santo em 18 de agosto. PÃO, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 na Madeira […]», pp. 327-328.

por base o facto de a mortalidade na primeira infância ser um indicador fundamental para se compreender as condições de vida e de saúde de uma população.

Por fim, focamo-nos no ano de 1856, com especial atenção na epidemia de cólera, abordando, de forma preliminar, a fiabilidade dos números de mortes por cólera apresentados oficialmente. Seguidamente, de forma mais aprofundada, analisamos a evolução temporal da mortalidade no ano de 1856, o que nos permitirá uma melhor visualização da distribuição dos números absolutos de óbitos e das taxas de mortalidade relativas e, consequentemente, uma perceção mais precisa da relevância da epidemia em cada freguesia.

Assim, este estudo visa, não apenas documentar os efeitos da cólera, mas também contextualizar a vulnerabilidade das populações locais durante o período em questão, proporcionando uma compreensão das disparidades nos números da mortalidade entre as freguesias estudadas.

Antes de nos debruçarmos sobre os dados obtidos nesta nossa pesquisa, consideramos importante a realização de um enquadramento das caraterísticas da mortalidade no século XIX, onde se insere o nosso período de estudo.

O conceito de Antigo Regime Demográfico, ou de Regime Demográfico de Tipo Antigo – como preferimos referir –, faz alusão ao padrão de comportamento demográfico predominante nas sociedades europeias pré-industriais, antes da transição demográfica moderna, que começou a ocorrer a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX. Esse regime carateriza-se por uma série de padrões distintos de natalidade e mortalidade, marcados por altas taxas de nascimentos e óbitos, que resultavam num crescimento populacional muito lento ou praticamente nulo[6].

A centúria de 1800 foi marcada por significativas transformações demográficas, entre as quais se destacavam a diminuição da mortalidade e o aumento da esperança média de vida[7]. No entanto, como observa Maria Barbosa, «é necessário ter presente que esta descida não foi linear nem homogénea mas diferente consoante as áreas geográficas e o impacto da Revolução Industrial.»[8]

Enquanto em países como França e Inglaterra a diminuição da mortalidade começou a ser observada já na segunda metade do século XVIII, e em Itália e Alemanha a partir de meados do século XIX, em Portugal essas transformações parecem ter seguido o ritmo verificado no conjunto da Península Ibérica. Apenas

6 LIVI-BACCI, 2017, *A Concise History of World Population*, pp. 209-210.
7 BARBOSA, 2001, *Crises de mortalidade em Portugal* […], p. 10.
8 BARBOSA, 2001, *Crises de mortalidade em Portugal* […], p. 9.

nos primeiros anos do século XX se evidenciou uma redução geral da mortalidade, incluindo a mortalidade infantil, um processo que se acentuou após a Primeira Guerra Mundial[9].

Em suma, o Regime Demográfico de Tipo Antigo carateriza-se por um cenário de estagnação populacional, com padrões marcados por altas taxas de natalidade e mortalidade, contrastando fortemente com as dinâmicas observadas nas sociedades modernas. Diante dessa realidade, surge uma questão crucial: quais foram os fatores ou eventos que contribuíram para esse elevado número de óbitos no período em questão? Três elementos estavam na origem das crises de mortalidade: a fome, as guerras e as epidemias. Neste contexto, é importante destacar que

> «se medirmos as crises demográficas pelas mortes que provocam, […] as guerras e as fomes têm, de forma geral, efeitos bem menores do que as epidemias. […] tanto a fome como as guerras provocaram maciços deslocamentos da população, enfraquecendo organismos e desorganizando a defesa e os socorros»[10].

Assim, tanto a fome quanto as guerras atuam como catalisadores para o surgimento de doenças, criando condições propícias ao desenvolvimento de epidemias, devido ao enfraquecimento físico das populações e à desorganização das estruturas económicas e sociais, especialmente as de assistência.

Em Portugal, o deslocamento de forças militares desempenhou um papel central no surgimento de diversos surtos epidémicos, funcionando como vetor de transmissão de doenças. Exemplos deste facto foram as introduções das primeiras epidemias de cólera em Portugal continental e na Madeira, eventos diretamente relacionados com movimento de tropas[11].

Se os deslocamentos populacionais, devidos à fome ou a conflitos bélicos, foram responsáveis pela propagação de epidemias, não é menos verdade que as más condições sanitárias, a precária higiene individual e coletiva das populações e, principalmente, a falta de medidas e estruturas de saneamento proporcionaram um solo fértil (passe a expressão) para a infeção e rápida disseminação desse tipo de doenças contagiosas.

Relativamente a alguns conceitos ou termos utilizados e ainda não abordados, consideramos essencial explicá-los para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.

---

[9] LIVI-BACCI, 2017, *A Concise History of World Population*, p. 128; BARBOSA, 2001, *Crises de mortalidade em Portugal* […], p. 9.

[10] BIRABEN, 1984, «Epidemias na História da População», p. 110.

[11] ALMEIDA, 2011, «A Epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa», p. 1061; PÃO, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 na Madeira […]», p. 327; ALMEIDA, 2021, «As epidemias de cólera em Portugal 1833-1975», p. 232.

O primeiro conceito relaciona-se com a análise da mortalidade em duas faixas etárias, onde optamos por parcelar a população em: menores de sete anos; e com idade igual ou superior a sete anos. Embora não exista um termo específico e amplamente reconhecido que cubra exclusivamente a mortalidade de crianças menores que sete anos, as estatísticas e estudos concernentes à mortalidade infantil[12] e na primeira infância frequentemente incluem essas faixas etárias na sua análise. No nosso caso, utilizaremos o termo Mortalidade na Primeira Infância para nos referirmos aos óbitos de crianças até os seis anos de idade, inclusive[13].

Outro conceito central utilizado neste trabalho é o de Mortalidade Normal. Em Demografia Histórica, esta expressão refere-se a um nível padrão de mortalidade num dado período ou região, calculado com base em médias de óbitos ao longo de anos relativamente estáveis, sem influências de perturbações excecionais. Este valor médio serve como parâmetro de comparação para identificar crises ou excessos de mortalidade.

Por fim, o termo Crise a Cavalo refere-se a uma crise de mortalidade que se inicia num ano e se prolonga para o ano seguinte ou para os anos subsequentes, caraterizando um excesso de mortalidade que persiste durante, pelo menos, dois anos consecutivos.

Crítica da Fonte

Para este estudo utilizámos, sobretudo, dados provenientes de registos paroquiais, concretamente de assentos de óbitos das freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho. A maior parte dessa informação foi recolhida por uma colaboradora do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV), Nélia Góis, com a contribuição de jovens envolvidos em programas ocupacionais e voluntários[14]. A recolha de dados foi orientada por Filipe dos Santos, diretor de serviços do CEHA-AV. Para este fim, foi elaborada uma grelha de extração de dados, contemplando os seguintes elementos: Livro; Fólio; Freguesia; Ano; Mês; Dia, Nome, Idade, Sexo, Profissão; Local de Residência; Estado Civil; Naturalidade do Defunto; Naturalidade do Cônjuge; Naturalidade do Pai; Naturalidade da Mãe;

[12] O termo mortalidade infantil define os óbitos de crianças com idade inferior a um ano (BARRETO *et al*., 2014, *A Mortalidade infantil em Portugal*, p. 29).

[13] Optamos pelo conceito utilizado pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que define a "primeira infância" como as crianças com idade até aos seis anos de idade (S.A., s.d., «Desenvolvimento infantil»).

[14] Em nome do CEHA-AV, agradecemos o afinco, a atenção e a dedicação na recolha dos dados; este trabalho minucioso e valioso foi essencial para a realização deste estudo.

Sacramentos; Testamento; Local de Enterramento; Valor da Cova; Causa de Morte; e Observações.

Tabela I: Relação dos livros paroquiais de óbitos alvos de recolha

Freguesia	Livros	Anos	Recolha
Machico	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 820	02-06-1808 – 10-07-1827	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 821	16-09-1827 – 18-08-1846	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 822	09-09-1846 – 16-02-1860	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2860	1860	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2861	1861	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2862	1862	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2863	1863	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2864	1864	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2865	1865	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2866	1866	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2867	1867	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2868	1868	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2869	1869	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2870	1870	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2871	1871	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2872	1872	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2873	1873	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2874	1874	Nélia Góis
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 2875	1875	Nélia Góis
Porto Santo	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1010	19-08-1822 – 01-11-1831	Jéssica Silva e Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1011	21-11-1831 – 28-05-1839	Jéssica Silva e Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1012	02-06-1839 – 27-07-1850	Jéssica Silva e Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1013	29-07-1850 – 14-07-1857	Jéssica Silva e Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1014	16-07-1857 – 31-12-1859	Jéssica Silva e Mónica Carolina Gouveia

Porto Santo	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6328	1860	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6329	1861	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6330	1862	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6331	1863	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6332	1864	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6333	1865	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6334	1866	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6335	1867	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6336	1868	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6337	1869	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6338	1870	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6339	1871	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6340	1872	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6341	1873	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6342	1874	Mónica Carolina Gouveia
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 6343	1875	Mónica Carolina Gouveia
São Martinho	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 257	30-10-1825 – 11-09-1842	Pedro Câmara e Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1251	19-09-1842 – 04-01-1860	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1942	1860	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1943	1861	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1944	1862	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1945	1863	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1946	1864	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1947	1865	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1948	1866	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1949	1867	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1950	1868	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1951	1869	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1952	1870	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1953	1871	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1954	1872	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1955	1873	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1956	1874	Helena Freitas
	ABM, RP, Registos de óbito, lv.º 1957	1875	Helena Freitas

Nota: As referências completas dos livros encontram-se no final, nas Fontes Manuscritas.

Utilizaram-se, ainda, os registos paroquiais de batismos das três freguesias supramencionadas (Tabela II), realizando apenas o apuramento do número de batismos por ano para o período de 1845 a 1864[15].

Tabela II: Relação dos livros paroquiais de batismos alvos de recolha

Freguesia	Livros	Anos
Machico	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 804	06-06-1844 – 21-03-1852
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 805	23-03-1852 – 29-02-1860
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 2792	1860
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 2793	1861
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 2794	1862
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 2795	1863
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 2796	1864
Porto Santo	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 988	28-05-1838 – 07-02-1847
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 989	02-02-1847 – 10-05-1853
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 990	17-05-1853 – 27-12-1859
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 6260	1860
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 6261	1861
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 6262	1862
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 6263	1863
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 6264	1864
São Martinho	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 250	12-02-1837 – 08-10-1851
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 1249	12-10-1851 – 04-01-1860
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 1874	1860
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 1875	1861
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 1876	1862
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 1877	1863
	ABM, RP, Registos de batismo, lv.º 1878	1864

Nota: As referências completas dos livros encontram-se no final, nas Fontes Manuscritas.

Como já referido, esta investigação baseia-se sobretudo na análise empírica de registos paroquiais de óbitos, que constituem a principal fonte. A organização, sistematização e classificação dos dados de cada paróquia permitiram avaliar e comparar a evolução anual da mortalidade no período de 1826 a 1875. No total,

[15] Realizadas por nós, estas contagens tiveram como objetivo a reconstituição do número de habitantes por freguesia, como explicaremos mais adiante.

os registos de óbitos disponíveis nos livros paroquiais das três freguesias somam 10 931 entradas, distribuídas da seguinte forma: 4292 em Machico, 3702 no Porto Santo e 2937 em São Martinho.

No que diz respeito aos registos de batismo das três freguesias, o período de 1845 a 1864 revelou um total de 3247 batismos: 1550 – Machico; 720 – Porto Santo; e 977 – São Martinho.

De forma geral, os registos de óbito fornecem informações básicas, como: o nome do falecido; a data do óbito; o sexo; o local de residência; a condição de menor[16]; o estado civil; os sacramentos recebidos ou não recebidos; o local de enterramento; e a existência de testamento. Informações sobre as causas do falecimento são raras e, quando disponíveis, são geralmente descritas de forma breve e, por vezes, vaga. Consideramos que apenas nos casos em que o pároco considerava o óbito como excecional ou impeditivo da administração dos últimos sacramentos – como mortes acidentais e súbitas, suicídios ou, em contextos de surtos epidémicos, como a varíola, frequentemente referida como "bexigas" – é que era anotada a causa da morte no registo.

Em relação aos óbitos ocorridos em 1856, durante o período em que a epidemia de cólera assolava a Madeira, observaram-se diferenças na qualidade dos registos realizados pelos párocos das diferentes freguesias, no que à causa de morte diz respeito. Apenas Machico efetuou um registo consistente, digamos, contabilizando 301 falecimentos atribuídos à cólera. Em contraste, São Martinho não apresentava qualquer óbito relacionado com a doença, enquanto o Porto Santo exibia apenas três. Além disso, verificou-se que alguns falecidos de São Martinho estavam registados no livro de óbitos da freguesia de Santo António. Essa particularidade deve-se, provavelmente, a um hospital provisório instalado em Santo António, que também acolheu doentes com cólera provenientes de São Martinho[17].

De facto, a heterogeneidade das fontes, refletida nas variações da informação registada nos assentos de óbitos pelos diferentes párocos, dificultou a obtenção sistemática de alguns dos dados. Essa inconsistência foi, por vezes, restritiva, limitando determinadas análises e resultando em conclusões parciais ou incompletas para o conjunto das localidades estudadas.

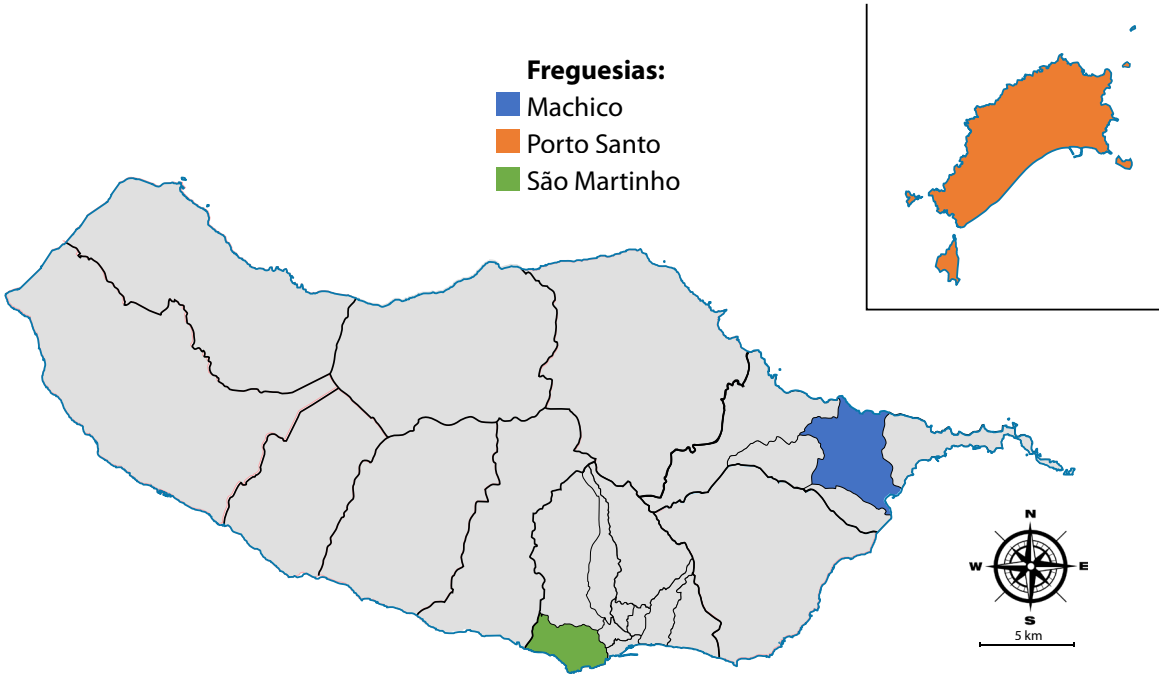
---

[16] Observámos uma evolução nos assentamentos das idades dos defuntos ao longo do período estudado. Nos primeiros anos, os registos limitavam-se a distinguir apenas os menores, frequentemente também designados como "párvulos". No entanto, à medida que o tempo avançava, principalmente por volta dos anos 60 do século XIX, notou-se uma crescente inclusão da idade exata dos falecidos, tornando os registos mais detalhados e informativos no final do período analisado.

[17] ABM, RP, Santo António, Registos de óbito, lv.º 1246, ff. 122v.-147.

Freguesias em Estudo

Mapa I: Ilhas da Madeira e Porto Santo – sinalização das freguesias em estudo: Machico, Porto Santo e São Martinho



Fonte: Elaboração própria a partir de S.A., 2024, «Lista de freguesias da Madeira», in *Wikipédia*.

Machico

Com aproximadamente 8 km^2 e localizada num vale rodeado por imponentes montanhas, a freguesia de Machico, no século XIX, tinha como principais atividades económicas a pesca e a agricultura, destacando-se o cultivo de cana-de-açúcar, cereais, vinha e inhame. Em 1864, a população da freguesia era de 3793 habitantes, concentrados principalmente num aglomerado populacional próximo ao mar, nos sítios contíguos a sul, como Vila, Graça, Banda d'Além e Misericórdia. A norte, a população estava mais dispersa, refletindo a ocupação do território de forma mais esparsa nas áreas rurais[18].

Porto Santo

Com uma área aproximada de 43 km^2, a ilha do Porto Santo constitui simultaneamente um concelho e uma freguesia. Situada a cerca de 45 km da ilha

[18] RIBEIRO, 2001, *Machico – Subsídios para a História do seu Concelho*, p. 137; S.A., 1868, *Estatística de Portugal – População: Censo no 1.º de Janeiro de 1864*, p. 270; AZEVEDO e PALHA, 1879, *Carta geo-hidrográfica da ilha da Madeira e dos ilhéus e baixos adjacentes*.

da Madeira, a freguesia do Porto Santo registava, em 1864, uma população de 1425 habitantes, concentrada predominantemente na costa sul, em particular no núcleo urbano da vila. A ilha é caraterizada por uma baixa pluviosidade e consequente escassez de recursos hídricos, sendo as principais fontes de água da época algumas nascentes, como as fontes da Areia, do Tanque e da Fontinha. A economia local, de natureza essencialmente agrícola, era centrada no cultivo de cereais, que representavam a base alimentar dos porto-santenses. A população enfrentava frequentemente surtos de doenças, devido à nutrição deficiente e às precárias condições sanitárias da ilha[19].

São Martinho

Com uma população de 3061 habitantes e uma área de aproximadamente 8 km^2, São Martinho, a freguesia mais a oeste do concelho do Funchal, caraterizava-se por uma dispersão populacional, sem grandes aglomerados[20]. No século XIX, a economia da freguesia era fortemente ligada à agricultura, com destaque para o cultivo dos cereais e da vinha.

Dados e Metodologias

Para melhor compreendermos a mortandade gerada pela epidemia de cólera do ano de 1856 e identificarmos outros eventos que marcaram o segundo e o terceiro quartéis do século XIX, recolhemos e construímos, previamente e para períodos concretos, mapas anuais de mortalidade.

Foram dois os principais indicadores organizados: os valores absolutos de mortalidade e a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM). Embora ambos importantes para a análise do impacto de doenças, epidemias e desastres naturais, e ainda para a análise das condições de saúde de uma população, diferem significativamente entre si no seu significado e uso.

Os valores absolutos de mortalidade referem-se ao número total de mortes numa população durante um determinado período. Este número é simplesmente a contagem bruta dos óbitos, não levando em consideração o tamanho da população nem outros fatores demográficos. A sua utilização é fundamental para a avaliação do

[19] S.A., 1868, *Estatística de Portugal – População: Censo no 1.º de Janeiro de 1864*, p. 272; SARMENTO, 1933, *Notícia Histórico-Militar Sobre a Ilha do Porto Santo*, pp. 84-85, 91-92; RIBEIRO, 1997, *Porto Santo: Aspectos da sua Economia*, p. 15.

[20] S.A., 1868, *Estatística de Portugal – População: Censo no 1.º de Janeiro de 1864*, p. 270.

impacto absoluto de determinados eventos, mas limitado para comparações entre diferentes populações ou ao longo do tempo.

O mapa da mortalidade absoluta organizado (Tabela III) corresponde ao período temporal de 1826 a 1875. Optámos por apresentar o número de óbitos anuais para um período alargado de 50 anos, de forma a termos, numa primeira instância, uma visão mais ou menos abrangente da mortalidade no século XIX, que abarcasse simultaneamente o ano de 1856 e os anos mais próximos deste. Separámos ainda a população por idades, em dois grupos: os menores de sete anos; e os com idade igual ou superior a sete. Esta destrinça tem como objetivo fornecer uma visão geral da mortalidade na primeira infância (menores de sete anos) ao longo do período analisado. Paralelamente, procurou-se comparar esses valores com os da população na faixa etária superior, ao longo do tempo, e, se possível, identificar crises de mortalidade que tenham afetado predominantemente os menores de sete anos, particularmente vulneráveis a surtos de doenças como sarampo, varíola, escarlatina, entre outras[21].

Tabela III: Número de óbitos por ano e por faixa etária nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1826 a 1875

Ano	Número de Óbitos											
	Machico				Porto Santo				São Martinho			
	< 7 anos	≥ 7 anos	I.I.	Total	< 7 anos	≥ 7 anos	I.I.	Total	< 7 anos	≥ 7 anos	I.I.	Total
1826	63	49	14	**126**	48	14	4	**66**	40	16	6	**62**
1827	6	46	9	**61**	81	25	2	**108**	23	11	1	**35**
1828	12	52	4	**68**	55	32	5	**92**	33	22	2	**57**
1829	52	45	7	**104**	43	27	1	**71**	20	17	4	**41**
1830	22	52	9	**83**	46	29	2	**77**	16	20	4	**40**
1831	63	54	6	**123**	49	19	3	**71**	23	16	6	**45**
1832	30	67	1	**98**	52	12	4	**68**	17	28	1	**46**
1833	41	70	4	**115**	76	26	3	**105**	16	22	5	**43**
1834	39	53	11	**103**	58	29	1	**88**	18	18	0	**36**
1835	26	44	4	**74**	50	17	5	**72**	15	25	3	**43**
1836	30	38	5	**73**	32	17	1	**50**	27	19	3	**49**
1837	41	47	8	**96**	64	26	4	**94**	31	25	2	**58**
1838	49	52	5	**106**	46	12	4	**62**	35	29	2	**66**

[21] Devido à ausência de dados populacionais desagregados por idade no período analisado, não foi possível calcular as taxas de mortalidade por faixa etária.

1839	21	50	5	**76**	60	14	1	**75**	23	16	1	**40**
1840	24	28	8	**60**	44	20	3	**67**	26	24	4	**54**
1841	25	32	6	**63**	37	16	0	**53**	24	13	2	**39**
1842	47	50	4	**101**	49	25	1	**75**	41	18	4	**63**
1843	32	45	5	**82**	45	19	1	**65**	19	23	0	**42**
1844	92	30	19	**141**	59	18	1	**78**	35	20	6	**61**
1845	49	29	4	**82**	72	23	2	**97**	11	23	0	**34**
1846	30	26	10	**66**	38	18	0	**56**	29	18	3	**50**
1847	18	57	8	**83**	42	27	1	**70**	28	25	1	**54**
1848	23	13	10	**46**	34	21	0	**55**	18	24	2	**44**
1849	14	29	7	**50**	35	18	0	**53**	26	19	1	**46**
1850	15	26	2	**43**	52	30	5	**87**	28	28	2	**58**
1851	26	27	11	**64**	48	22	1	**71**	18	17	2	**37**
1852	37	27	9	**73**	42	20	2	**64**	24	23	1	**48**
1853	23	23	12	**58**	82	21	3	**106**	33	15	2	**50**
1854	13	28	11	**52**	28	18	2	**48**	21	31	2	**54**
1855	28	19	3	**50**	36	23	3	**62**	24	22	2	**48**
1856	80	260	36	**376**	85	170	36	**291**	57	101	14	**172**
1857	82	25	22	**129**	35	25	0	**60**	56	19	8	**83**
1858	7	21	2	**30**	31	9	0	**40**	19	25	0	**44**
1859	67	32	13	**112**	60	12	0	**72**	25	17	5	**47**
1860	90	29	26	**145**	68	26	0	**94**	50	39	1	**90**
1861	41	30	0	**71**	40	15	0	**55**	12	15	0	**27**
1862	28	14	0	**42**	35	9	0	**44**	18	27	1	**46**
1863	38	20	0	**58**	47	10	0	**57**	30	31	0	**61**
1864	31	37	0	**68**	39	7	0	**46**	26	37	0	**63**
1865	38	46	0	**84**	40	12	0	**52**	14	28	0	**42**
1866	37	27	0	**64**	78	19	0	**97**	36	35	0	**71**
1867	60	36	0	**96**	69	21	0	**90**	32	27	0	**59**
1996	38	33	0	**71**	32	24	0	**56**	44	32	0	**76**
1869	38	28	0	**66**	39	23	0	**62**	36	34	0	**70**
1870	42	74	0	**116**	31	31	0	**62**	37	62	0	**99**
1871	48	31	0	**79**	57	18	0	**75**	69	35	0	**104**
1872	25	32	0	**57**	41	16	0	**57**	34	30	0	**64**
1873	38	26	0	**64**	45	14	0	**59**	56	35	0	**91**
1874	31	33	0	**64**	44	13	0	**57**	66	47	0	**113**
1875	35	45	0	**80**	47	23	0	**70**	43	29	0	**72**

Nota: Dados apurados contabilizando o número de registos de óbito nos livros enumerados na Tabela I.

Para a análise dos dados, procedeu-se também ao cálculo da TBM, uma medida relativa que considera o tamanho da população. Essa taxa, geralmente expressa como o número de óbitos por 1000, 10 000 ou 100 000 habitantes num ano, permite realizar comparações mais significativas entre diferentes populações e ao longo do tempo, ao relacionar o número de mortes com o total da população avaliada. A observação desta taxa é o modo mais simples de se avaliar o nível de mortalidade de uma determinada região. O seu cálculo consiste em dividir o número de óbitos pelo número total da população e multiplicar o resultado – no nosso caso – por mil. Obtemos, desta maneira, uma taxa de mortalidade permilagem (‰).

Vejamos a fórmula apropriada:

$$TBM_x = \frac{O_x}{H_x} \times 1000$$

x – Ano a calcular

TBM_x – Taxa Bruta de Mortalidade no ano a calcular

O_x – Número de óbitos no ano a calcular

H_x – Número de habitantes no ano a calcular

O mapa concernente à TBM (Tabela V) abrange um período de vinte anos – de 1845 a 1864 –, onde se inclui o ano da primeira epidemia de cólera na Madeira[22]. A escolha desta baliza temporal, no que ao limite superior diz respeito, teve em consideração o ano do primeiro recenseamento populacional realizado em Portugal[23], pela necessidade de se possuírem números populacionais para o cálculo

[22] Após a análise da Tabela I, consideramos que uma baliza de 20 anos – centrada na proximidade temporal do ano de 1856 – seria suficiente e nos permitiria uma análise comparativa da taxa de mortalidade entre o ano da epidemia e os anos adjacentes.

[23] Os primeiros censos realizados em Portugal, em 1864, enfrentaram diversos desafios que influenciaram a qualidade da recolha e a análise de alguns dos dados (BRANCO, 2005, «Contar (com) as pessoas: o recenseamento geral da população 1864», pp. 385-438). Apesar dessas limitações, destacamos a importância histórica e demográfica desses registos para a compreensão do período em análise, sublinhando que a sua utilização foi indispensável para o desenvolvimento do nosso estudo. Através da sua integração crítica, foi possível extrair informações valiosas, fundamentais para a reconstituição demográfica e para a análise das dinâmicas populacionais da época.
Para mais informações sobre o recenseamento de 1864 veja-se: S.A.,1868, *População, Censo no 1.º de Janeiro, 1864*; BRANCO, 2005, «Contar (com) as pessoas: o recenseamento geral da população 1864», pp. 385-438; e VASCONCELOS, 1864, *Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1863*, pp. 373-377.

das taxas brutas de mortalidade[24]. Recolhidos os dados demográficos do ano de 1864 dos mapas publicados nos censos, procedeu-se ao cálculo do número de habitantes – vertidos na Tabela V – para cada ano do período e para cada uma das freguesias em questão. Salientamos que os números populacionais apresentados para os anos anteriores a 1864 e, por conseguinte, todos os valores calculados com recurso a estes, são sempre valores estimados. Para esta estimativa elaboramos a fórmula abaixo:

$$H_x = H_c - \sum_{i=x+1}^{c} B_i + \sum_{i=x+1}^{c} O_i$$

$_x$ – Ano a calcular

$_c$ – 1864, ano dos primeiros censos em Portugal

H_x – Número de habitantes no ano a calcular

H_c – Número de habitantes no ano de 1864

B – Número de batismos

O – Número de óbitos

Tabela IV: Número de batismos por ano nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1845 a 1864

Ano	Freguesias		
	Machico	**Porto Santo**	**São Martinho**
1845	164	84	82
1846	176	95	92
1847	112	67	76
1848	124	89	68
1849	139	78	84

[24] No decorrer da nossa investigação, encontrámos dados demográficos em duas fontes distintas referentes ao concelho de Machico: *A Chronica*, 30 de julho de 1838, n.º 18; RIBEIRO, 2001, *Machico – Subsídios para a História do seu Concelho*. No entanto, optámos por não incluir esses dados na nossa análise.
Os dados vertidos em *A Chronica* foram, muito provavelmente, obtidos através de róis de confessados, uma prática que, embora utilizada como estimativa demográfica, apresenta limitações significativas em termos de precisão e representatividade dos números populacionais. Para mais informação sobre róis de confessados veja-se: ALMEIDA, 1996, «Ensaio sobre Róis de Confessados da Paróquia de São Vicente de Pereira Jusã 1815-1875».
Por sua vez, os dados populacionais apresentados na obra de João Adriano Ribeiro levantam questões de fiabilidade devido a imprecisões nas datas, à ausência de referências claras a fontes, e a omissões de dados em fontes citadas. Esta falta de transparência impede uma verificação rigorosa e suscita dúvidas sobre a validade dos números apresentados, uma vez que não é possível assegurar que tenham sido recolhidos por meio de métodos rigorosos ou padronizados.

1850	142	95	81
1851	150	69	75
1852	146	97	86
1853	99	81	86
1854	91	100	100
1855	98	44	84
1856	123	65	80
1857	153	69	94
1858	138	85	97
1859	151	90	83
1860	168	56	100
1861	191	89	94
1862	164	77	106
1863	193	82	126
1864	171	63	113
Mediana	**148**	**81,5**	**86**

Nota: Dados apurados contabilizando o número de registos de batismo nos livros enumerados na Tabela II.

Tabela V: Número de habitantes (NH) e Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) por ano nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1845 a 1864

Ano	**Freguesias**					
	Machico		**Porto Santo**		**São Martinho**	
	NH	**TBM (‰)**	**NH**	**TBM (‰)**	**NH**	**TBM (‰)**
1845	2680	30,60	1365	71,06	2458	13,83
1846	2790	23,66	1404	39,89	2500	20,00
1847	2819	29,44	1401	49,96	2522	21,41
1848	2897	15,88	1435	38,33	2546	17,28
1849	2986	16,74	1460	36,30	2584	17,80
1850	3085	13,94	1468	59,26	2607	22,25
1851	3171	20,18	1466	48,43	2645	13,99
1852	3244	22,50	1499	42,70	2683	17,89
1853	3285	17,66	1474	71,91	2719	18,39
1854	3324	15,64	1526	31,45	2765	19,53
1855	3372	14,83	1508	41,11	2801	17,14
1856	3119	120,55	1282	226,99	2709	63,49
1857	3143	41,04	1291	46,48	2720	30,51
1858	3251	9,23	1336	29,94	2773	15,87
1859	3290	34,04	1354	53,18	2809	16,73
1860	3313	43,77	1316	71,43	2819	31,93

1861	3433	20,68	1350	40,74	2886	9,36
1862	3555	11,81	1383	31,81	2946	15,61
1863	3690	15,72	1408	40,48	3011	20,26
1864	3793	17,93	1425	32,28	3061	20,58

Fontes: Elaboração própria a partir de S.A., 1868, *População, Censo no 1.º* de Janeiro, 1864, pp. 269-271.

No que concerne aos dados da mortalidade decorrente da epidemia de cólera de 1856, o Governo Civil – era governador António Rogério Gromicho Couceiro – publicou em 1857, no periódico *Semanario Official*[25], os números de óbitos por freguesia. Juntamente com estes dados estão vertidas outras informações relevantes, como por exemplo: número de falecidos em hospitais; datas da invasão e do primeiro óbito por cólera; mortalidade por idades e por sexo (apenas para as freguesias do Funchal); e «população existente em dezembro de 1855»[26].

Tabela VI: Número de habitantes em 1855, óbitos por cólera e datas do primeiro contágio e do primeiro óbito nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no ano de 1856

Freguesia	**Número de habitantes em dezembro de 1855**[27]	**Data do primeiro contágio**	**Data do primeiro óbito**	**Número de óbitos por cólera**
Machico	3384	14 de julho de 1856	17 de julho de 1856	319
Porto Santo	1764	18 de agosto de 1856	18 de agosto de 1856	307
São Martinho	2635	13 de julho de 1856	14 de julho de 1856	129

Fontes: Elaboração própria a partir de: *Semanario Official*, 10 de janeiro de 1857, n.º 129, pp. 3-4; e *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, p. 79.

Comparando o número de óbitos registados nos livros paroquiais da freguesia do Porto Santo em 1856 (291) com os dados oficiais de óbitos por cólera divulgados pelo Governo Civil (307), observa-se uma discrepância entre os valores apresentados. A causa dessa disparidade não é completamente clara, contudo, considera-se que a própria epidemia, ao afetar profundamente a sociedade porto-santense e o

[25] *Semanario Official*, 10 de janeiro de 1857, n.º 129, pp. 3 e 4.

[26] Julgamos que os valores populacionais apresentados também foram, muito provavelmente, retirados de róis de confessados elaborados pela igreja católica.

[27] Observa-se que os números de habitantes apresentados pela fonte diferem dos por nós estimados.

funcionamento das suas instituições, possa ter contribuído para um sub-registo dos óbitos. Os *Anais do Município do Porto Santo* refletem as dificuldades enfrentadas naquele contexto:

> «Tudo trata de fugir! Não se acha gente para nada, uns porque estão tocados da epidemia, ou acudindo aos seus próprios enfermos, outros possuídos de pavor, atentando a hora em que também podiam ser atacados! No cemitério já os cadáveres ficam tempos por sepultar!»[28]

Como seria de esperar, a Igreja do Porto Santo, ou melhor, o seu funcionamento, foi também diretamente afetado pelos constrangimentos resultantes da epidemia. A partir de 24 de agosto desse ano, deixa de constar a assinatura de Cristóvão Coelho de Menezes, cura daquela paróquia, nos registos de óbitos daquela freguesia. Até ao final da epidemia, esta assinatura é substituída, exclusivamente, pela de João Balbino Gomes, cura coadjutor. Embora não tenhamos encontrado o registo do seu óbito, os *Anais do Município* indicam que Cristóvão Coelho de Menezes faleceu nesse ano, muito provavelmente em consequência da cólera[29].

As dificuldades decorrentes da epidemia de cólera são relatadas por João Balbino Gomes, nos registos de óbitos de 1856: «os termos seguintes [de óbitos] não se lançaram neste livro no mesmo dia em que se devia lançar pela grande afluência de trabalhos na Administração de Sacramentos»[30].

No âmbito do tratamento dos dados recolhidos, particularmente no que concerne à mortalidade em 1856, foi realizado um levantamento mensal para cada uma das três freguesias analisadas (Tabela VII), com o objetivo de avaliar detalhadamente os efeitos da epidemia de cólera, que esteve ativa apenas entre julho e outubro daquele ano. A opção por uma análise mensal justificou-se porque uma abordagem baseada na mortalidade anual "dilui" os óbitos associados à cólera ao longo dos 12 meses, quando a epidemia, na realidade, afetou o arquipélago apenas durante um terço desse período. Esta organização dos dados permitiu identificar, de forma mais clara, a disparidade na mortalidade antes, durante e após a epidemia, evidenciando os diferentes níveis de impacto da doença nas freguesias estudadas.

---

[28] *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, p. 80.

[29] ABM, RP, Porto Santo, Registos de óbito, lv.º 1013, fls. 134v.-169v.; *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, p. 82.

[30] ABM, RP, Porto Santo, Registos de óbito, lv.º 1013, f. 134v.

Tabela VII: Número de óbitos e Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) por mês nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no ano de 1856

	Machico		Porto Santo		São Martinho		Total	Percentagem mensal em relação ao total de óbitos
	N.º de óbitos	TBM (‰)	N.º de óbitos	TBM (‰)	N.º de óbitos	TBM (‰)	N.º de óbitos	
Janeiro	7	2,24	2	1,55	2	0,74	11	1,31%
Fevereiro	4	1,28	5	3,89	4	1,48	13	1,55%
Março	1	0,32	1	0,78	7	2,58	9	1,07%
Abril	3	0,96	4	3,11	1	0,37	8	0,95%
Maio	1	0,32	1	0,78	6	2,21	8	0,95%
Junho	2	0,64	6	4,66	1	0,37	9	1,07%
Julho	98	31,42	4	3,11	6	2,21	108	12,87%
Agosto	193	61,88	133	103,34	113	41,71	439	52,32%
Setembro	45	14,43	111	86,25	23	8,49	179	21,33%
Outubro	12	3,85	12	9,32	5	1,85	29	3,46%
Novembro	6	1,92	10	7,77	2	0,74	18	2,15%
Dezembro	4	1,28	2	1,55	2	0,74	8	0,95%
Total	**376**	**120,55**	**291**	**226,11**	**172**	**63,49**	**839**	**100,00%**

Ainda no contexto da análise dos dados, considerámos importante apresentar, pormenorizadamente, duas das metodologias utilizadas para identificar e assinalar os anos em que ocorreram picos de mortalidade. Estas metodologias foram também cruciais para auxiliar na resposta a questões como: com que intensidade esses eventos afetaram a Madeira? Em que medida o ano de 1856 diferiu de outros anos com crises de mortalidade? A epidemia de cólera teve a mesma intensidade nas três freguesias estudadas?

A primeira metodologia, desenvolvida por Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci[31], baseia-se em recolha de óbitos, elaborada a partir dos registos de cada uma das freguesias. O método utiliza um sistema de médias móveis centradas em séries de 11 anos, excluindo os dois valores extremos mais altos e os dois mais baixos, para calcular uma média de sete anos ($\overline{X}_i$), considerada normal. Conhecendo o número de óbitos do ano específico (x_i), calcula-se a intensidade (I) em percentagem, segundo a fórmula apresentada[32]:

[31] Destacados demógrafos italianos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento de metodologias e técnicas usadas em Demografia Histórica.

[32] Optámos por reproduzir as fórmulas a seguir, segundo a obra: DAVID, 1992, *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*, vol. I.

$$I = \frac{x_i - \overline{X}_i}{\overline{X}_i} \times 100$$

Os autores desta metodologia consideram que um valor de (I) de 50% demonstra um ano de pequena crise, sendo que estaríamos em presença de uma grande crise quando o valor obtido quadruplicasse[33].

A segunda metodologia adotada foi desenvolvida por Jacques Dupâquier[34] e, como a anterior, baseia-se no número de óbitos de um determinado período. Este método utiliza, além do número absoluto de óbitos no ano estudado (D_x), a média dos dez anos anteriores (M_x) e o desvio padrão (σ_x) desses anos de referência. O uso do desvio padrão visa reduzir flutuações aleatórias, especialmente em freguesias de menor dimensão, como é o caso das analisadas no presente estudo. Dupâquier calcula o índice de mortalidade (I_x) por meio da seguinte fórmula:

$$I_x = \frac{D_x - M_x}{\sigma_x}$$

Para caracterizar a intensidade das crises de mortalidade, Dupâquier estabeleceu a seguinte escala:

$1 \leq I_x < 2$ crise menor

$2 \leq I_x < 4$ crise média

$4 \leq I_x < 8$ crise forte

$8 \leq I_x < 16$ crise maior ou importante

$16 \leq I_x < 32$ crise superior ou grande crise

$I_x \geq 32$ catástrofe

Após identificarmos os anos considerados como de crise de mortalidade, investigámos eventos específicos que possam ter contribuído para o desequilíbrio da Mortalidade Normal. Os resultados foram organizados em tabela, estruturando

[33] DAVID, 1992, *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*, vol. I, pp. 23-24. DEL PANTA, LIVI-BACCI, 1977, «Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850», p. 405.

[34] Francês, foi presidente da Sociedade de Demografia Histórica e da Comissão de Demografia Histórica da União Internacional para o Estudo Científico da População, e diretor dos *Anais de Demografia Histórica*. A sua obra assentou, sobretudo, no estudo da evolução demográfica de França, tendo sido responsável pelo desenvolvimento de ferramentas para o estudo das populações ao longo do tempo (MESNARD, 2010, «Hommage à Jacques Dupâquier […]»).

uma narrativa histórica de forma sistemática e cronológica. Esse formato facilita a visualização das possíveis relações entre os acontecimentos históricos e os picos excecionais de mortalidade, contribuindo para uma análise mais robusta das vicissitudes e dos fatores envolvidos.

Resultados

Óbitos de 1826-1875

Nesta primeira abordagem aos resultados, analisaremos os 50 anos correspondentes ao segundo e terceiro quartéis do século XIX (1826-1875). Como discutido anteriormente, os valores absolutos de mortalidade estão diretamente relacionados, entre outros fatores demográficos, com o tamanho das populações em estudo, o que limita o tipo de análise viável. Em razão disso, limitamo-nos, nesta fase, à apresentação dos gráficos com os números totais de óbitos, algumas medianas, e faremos breves comparações entre e dentro das freguesias analisadas.

Gráfico I: Evolução anual da mortalidade na freguesia de Machico, no período de 1826-1875

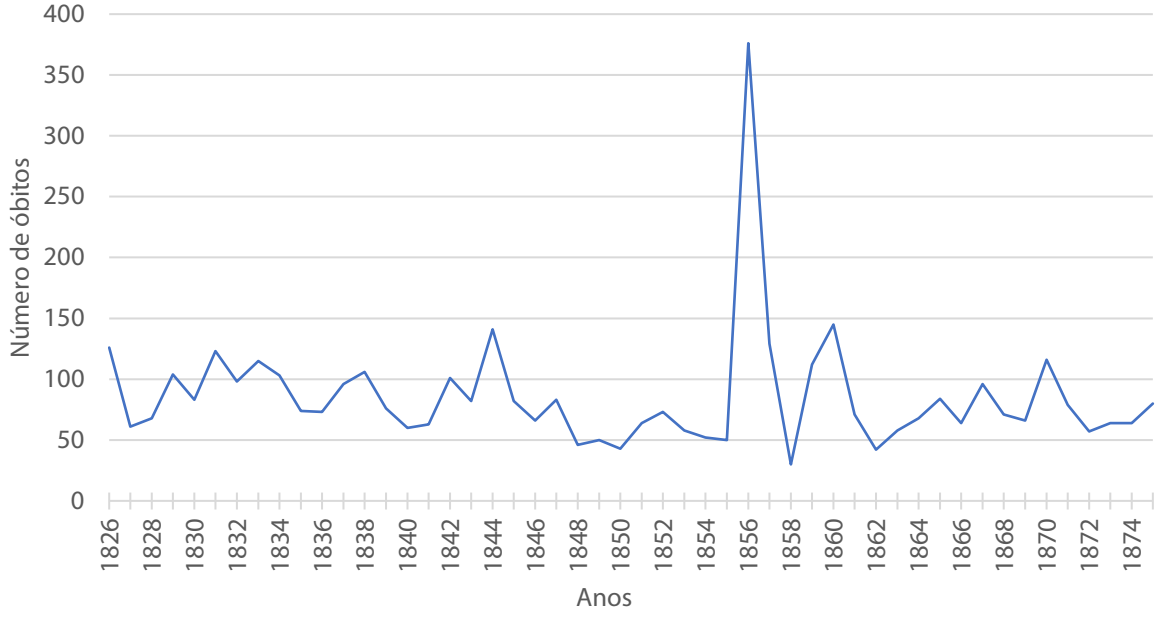


Gráfico II: Evolução anual da mortalidade na freguesia de São Martinho, no período de 1826-1875

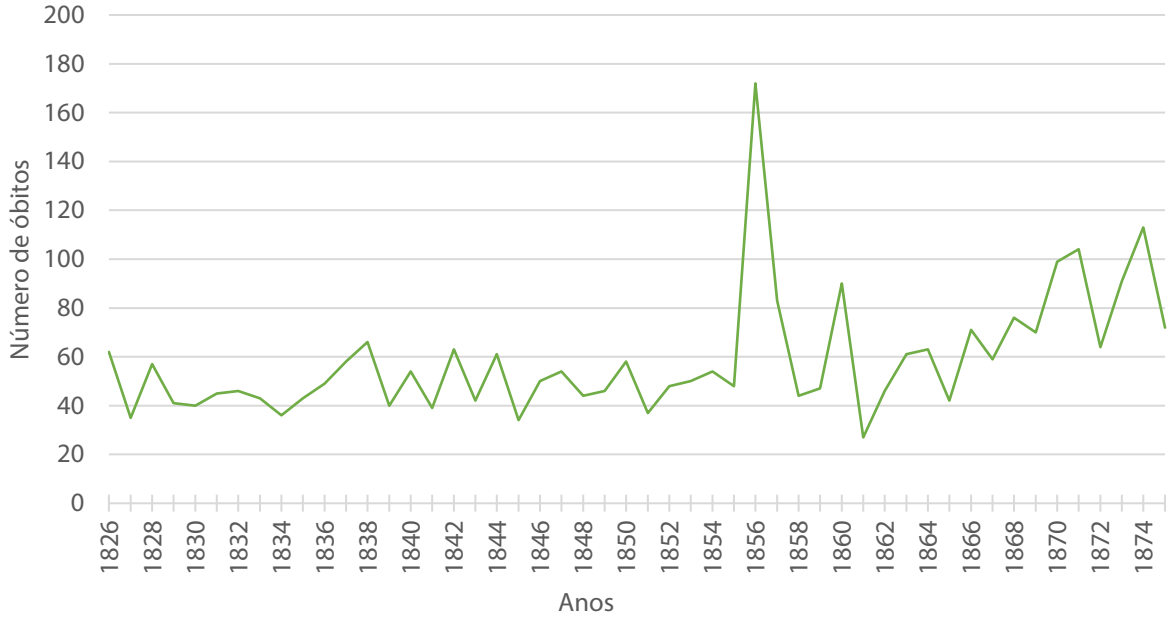


Gráfico III: Evolução anual da mortalidade na freguesia do Porto Santo, no período de 1826-1875

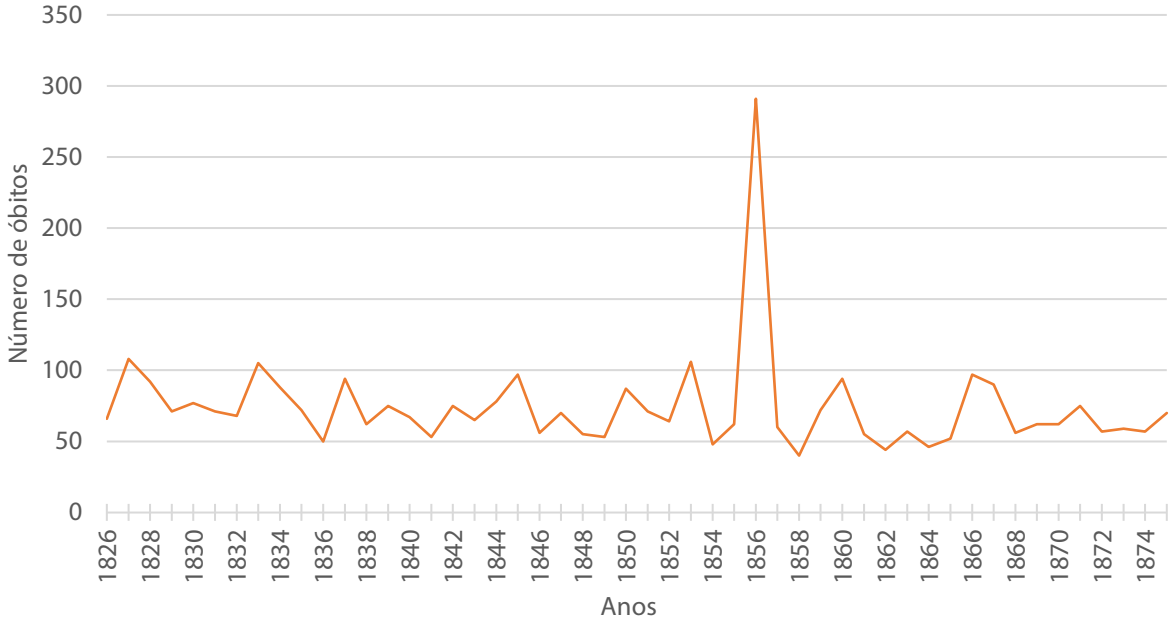
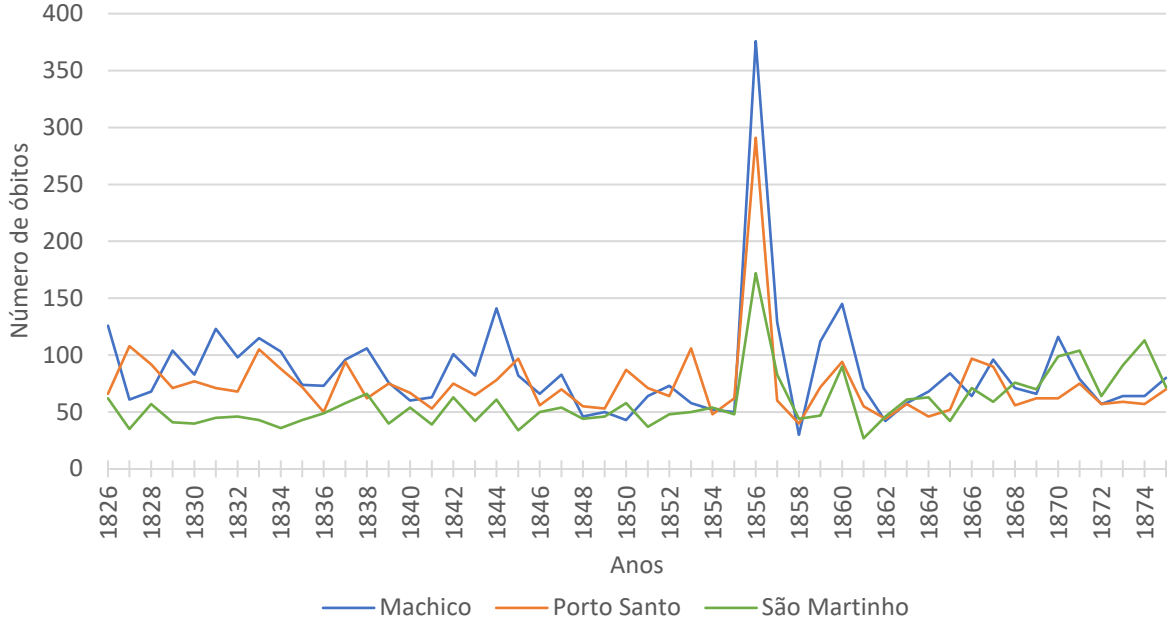


Gráfico IV: Evolução anual da mortalidade nas freguesias de Machico, São Martinho e Porto Santo, no período de 1826-1875



Os gráficos anteriores mostram pequenas diferenças nas dinâmicas entre as freguesias, tanto nos totais relativos a determinados períodos quanto na evolução do número de óbitos.

No Gráfico I, é possível identificar uma ligeira tendência de decréscimo na mortalidade geral na freguesia de Machico ao longo do período de 1826 a 1856. Contudo, o ano de 1856 destaca-se como uma exceção, apresentando um número de óbitos extraordinariamente elevado, mesmo em comparação com outros picos registados durante todo o período analisado.

Na freguesia de São Martinho (Gráfico II), não se identifica uma tendência definida de aumento ou redução da mortalidade até 1856. Entretanto, a partir de 1861-1862, observa-se um crescimento relativamente consistente do número de mortes. Também nesta freguesia, o ano de 1856 destaca-se de forma significativa, apresentando uma mortalidade excecionalmente alta, muito superior à de qualquer outro ano no período analisado.

Por fim, o Gráfico III, que diz respeito à freguesia de Porto Santo, evidencia uma maior estabilidade nos números de mortes ao longo do período analisado, em comparação com as outras duas freguesias, embora se possa considerar a existência de uma ligeira tendência de redução. Ainda assim, mais uma vez, o ano de 1856 destaca-se claramente pelo expressivo acréscimo de mortalidade.

Ao realizar uma análise comparativa dos gráficos individuais por freguesia, deparamo-nos com alguns períodos específicos (Tabela VIII) que parecem apresentar características e dinâmicas distintas, particularmente relevantes.

Tabela VIII: Medianas anuais da mortalidade nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho nos períodos de 1826 a 1843, 1846 a 1855 e 1861 a 1875

Período (anos)	Machico	Porto Santo	São Martinho
1826-1843	89	71	44
1846-1855	55	63	49
1861-1875	68	60	70

A tabela anterior pretende evidenciar períodos distintos de mortalidade considerada normal[35], no intervalo de 1826 a 1875, os quais foram caraterizados por dinâmicas diferentes, tanto dentro de cada freguesia quanto entre as três freguesias, refletindo variações nos valores de mortalidade ou nas suas tendências ao longo do tempo. Os anos que separam os períodos segmentados (1844 a 1845 e 1856 a 1860) foram, em uma ou mais freguesias, marcados por eventos responsáveis por picos de mortalidade. Optámos por excluí-los desta análise por considerarmos que podem levar a leituras enviesadas, pois pretendemos manter, neste momento, o foco na Mortalidade Normal.

Para o período de 1826 a 1843, a mediana da mortalidade na freguesia de Machico mostra-se superior às restantes duas freguesias. Machico apresenta uma mediana de 89 óbitos por ano, seguida do Porto Santo, com 71, e por último de São Martinho, com 44.

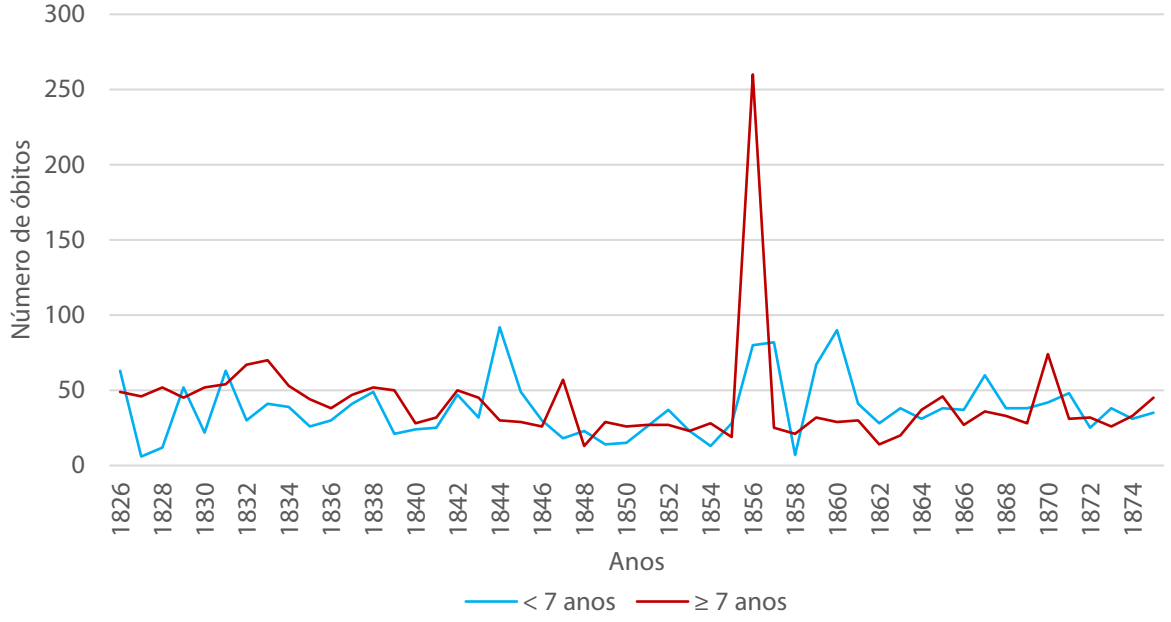
Após este período, e até ao ano de 1855, Machico e Porto Santo apresentam uma diminuição nas medianas; note-se que em Machico o decréscimo é consideravelmente maior. Por sua vez, em São Martinho o valor mantém-se mais ou menos idêntico. Comparando as freguesias entre si, o Porto Santo é agora a que ostenta uma maior mediana (63), seguida de Machico (55) e São Martinho (49).

[35] Atualmente, a Mortalidade Normal refere-se à mortalidade esperada numa população específica, em condições regulares e estáveis, sem a influência de fatores extraordinários como epidemias, guerras, desastres naturais ou outros eventos atípicos. Desta forma, temos uma mortalidade que depende de fatores como a localização geográfica, o nível de desenvolvimento socioeconómico, a estrutura demográfica da população, entre outros. No entanto, a circunstância de o século XIX ter sido marcado por altas taxas de mortalidade, decorrentes de epidemias sucessivas, doenças infeciosas, condições de vida insalubres e carência de recursos médicos, torna difícil encontrar um período que consideremos, nos dias de hoje, como sendo de mortalidade normal. De facto, o normal no século XIX era a presença, quase sistemática, de eventos responsáveis por excessos de mortalidade (DAVID, 1992, *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*, vol. I, pp. 145-146).

Em oposição, no lapso temporal de 1861 a 1875 é observada uma inversão das freguesias no que diz respeito ao número de óbitos. É agora São Martinho que apresenta o mais alto valor de mediana (70), seguindo-se Machico (68) e por fim o Porto Santo (60).

As variações observadas nos três períodos destacados evidenciam as dinâmicas da mortalidade, mas também possíveis desigualdades nas condições de vida das populações em certos momentos históricos. Essas variações refletem distintas experiências demográficas entre e dentro das freguesias, assim como as diferentes capacidades de recuperação em tempos de crise. A presença dessas diferenças sublinha a importância da análise da mortalidade local, de forma a compreendermos mais detalhadamente as especificidades demográficas de cada região.

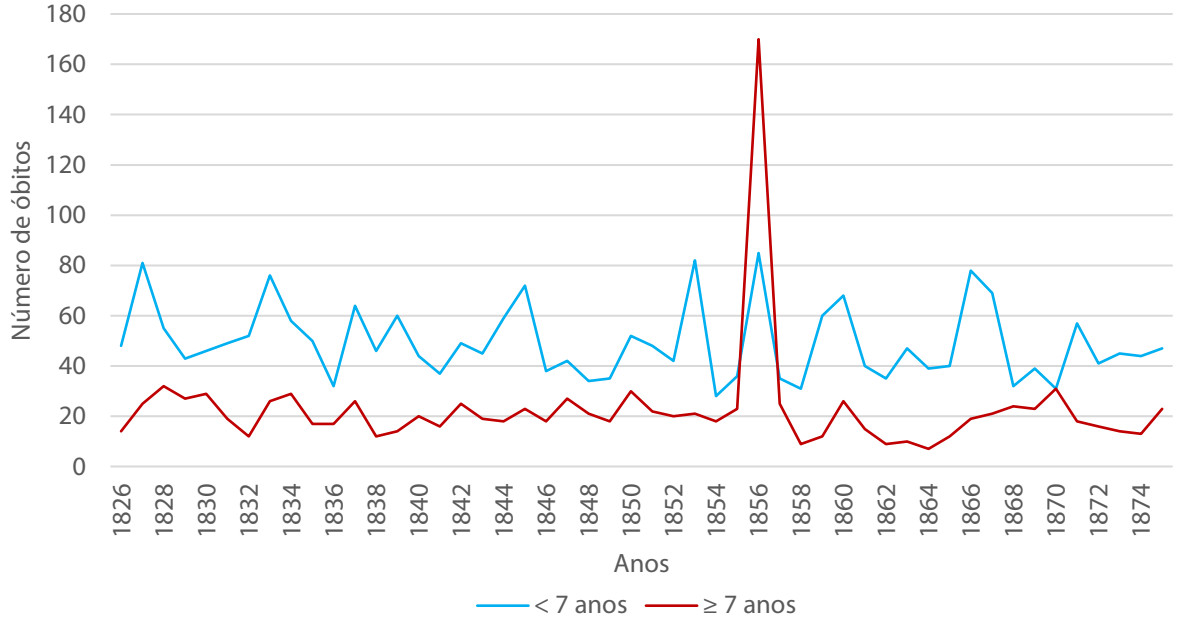
Gráfico V: Evolução anual da mortalidade por faixa etária na freguesia de Machico, no período de 1826-1875



A observação do gráfico anterior, relativo à freguesia de Machico, mostra-nos, grosso modo e para os primeiros anos (1826 a 1842), uma ligeira prevalência da mortalidade na faixa etária igual ou superior a sete anos. Entre 1843 e 1855 parece existir um equilíbrio no número de óbitos nas duas faixas etárias. Por sua vez, a partir de 1859 e até 1875, com exceção de quatro anos (1864, 1865, 1870 e 1875), observa-se uma inversão na tendência assinalada para os primeiros anos da

baliza, prevalecendo agora, de forma ligeira, a mortalidade na primeira infância. Esta inversão, embora ténue, sugere a existência de alterações nas condições socioeconómicas da freguesia durante aquele período. Registamos ainda a existência de alguns picos de mortalidade[36] que incidem especialmente numa determinada faixa etária. Referimo-nos aos anos de 1845, 1856 e 1860, na população com idade maior ou igual a sete anos, e aos anos de 1844, 1856, 1857 e 1859-1860, na população com idade inferior a sete anos. Os valores da mortalidade no ano de 1856 serão abordados mais à frente neste trabalho.

Gráfico VI: Evolução anual da mortalidade por faixa etária na freguesia de Porto Santo, no período de 1826-1875

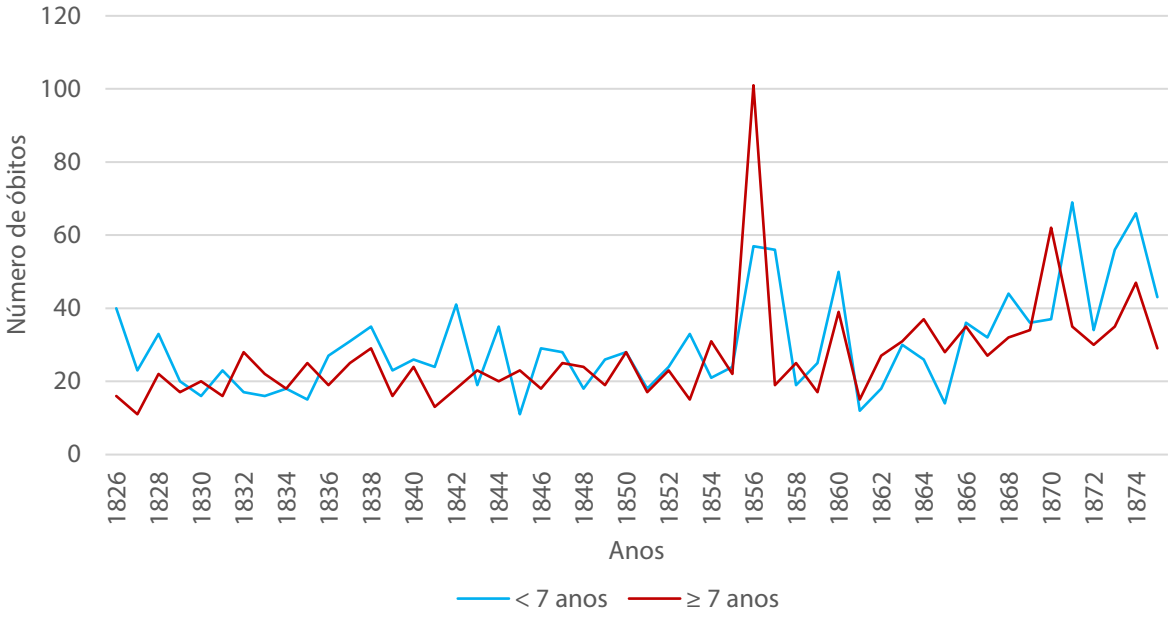


Pelo que demonstra o Gráfico VI, a prevalência da mortalidade na primeira infância sobre a mortalidade nas restantes idades é bem visível. De facto, apenas o ano da primeira epidemia de cólera no arquipélago da Madeira apresenta um maior número de óbitos nos porto-santenses com idade superior ou igual a sete anos. Observam-se ainda vários anos com picos bem vincados, sugerindo a

[36] Não pretendemos, nesta etapa da nossa análise, sinalizar e caracterizar os anos com excesso de mortalidade. Esse exercício será realizado mais adiante aquando da utilização dos métodos quantitativos de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci e de Jacques Dupâquier.

existência de crises anuais (1827, 1833, 1845, 1853 e 1856) e a cavalo (1859-1860 e 1866-1867) de mortalidade na primeira infância[37]. Notamos ainda um equilíbrio geral na mortalidade para idades iguais ou superiores a sete anos, com exceção de 1856, ano em que houve um considerável aumento no número de óbitos.

Gráfico VII: Evolução anual da mortalidade por faixa etária na freguesia de São Martinho, no período de 1826-1875



O gráfico que analisa a evolução da mortalidade em São Martinho (Gráfico VII) apresenta, em geral, poucas diferenças no número de óbitos entre as duas faixas etárias. A exceção mais significativa ocorre em 1856, com um pico de mortalidade que afeta, principalmente, a população com idade igual ou superior a sete anos. Adicionalmente, nesta mesma faixa etária, destacam-se os picos nos anos de 1860, 1870 e 1874. Por seu lado, a mortalidade na primeira infância apresenta, nos períodos iniciais (1826-1828) e finais (1871-1875) do intervalo de tempo estudado, uma ligeira predominância em relação às restantes idades. Nesta faixa etária infantil, os picos observados mais relevantes são os dos anos de 1826, 1842, 1844, 1853, 1856, 1857, 1860, 1871 e 1874.

Comparando os dados de mortalidade por faixa etária organizados neste estudo com os apresentados por Filipe dos Santos no seu artigo referente à freguesia

[37] Estes picos de mortalidade serão abordados adiante neste estudo.

de Santa Cruz[38] no início do século XIX, observa-se que esta apresenta valores de mortalidade bastante próximos entre as duas faixas etárias analisadas[39] – o mesmo padrão por nós verificado nas freguesias de Machico e São Martinho.

Tabela IX: Medianas de mortalidade e razão matemática[40] entre as faixas etárias nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1826 a 1875

	Medianas		
Faixa Etária	**Machico**	**Porto Santo**	**São Martinho**
< 7 anos	36	46	26,5
≥ 7 anos	32,5	19,5	24
Razão matemática	1,11	2,36	1,10

De forma a melhor podermos analisar a relação entre as mortalidades na primeira infância e nas idades superiores, construímos a Tabela IX, referente ao período total da nossa análise (1826-1875), apresentando as medianas da mortalidade por faixa etária para as três freguesias estudadas, e a razão matemática entre as duas medianas.

Como podemos constatar, e a leitura dos gráficos de mortalidade por faixa etária sugeria, a freguesia de Machico apresenta medianas de mortalidade muito semelhantes na primeira infância e nas restantes idades, sendo a sua razão matemática de 1,11. São Martinho apresenta também medianas muito semelhantes entre si, com uma razão quase igual à freguesia de Machico (1,10). Na freguesia do Porto Santo, as medianas de mortalidade são significativamente diferentes: há uma clara maior mortalidade na primeira infância, sendo a sua razão matemática de 2,36 óbitos de menores de sete anos para cada óbito nas restantes idades.

Relacionando as medianas da mortalidade na primeira infância nas três freguesias, verificamos que a mortalidade no Porto Santo foi 27,77% superior à de

[38] SANTOS, 2006, «Os Homens e a Morte na Freguesia de Santa Cruz (1801-1810), p. 42.

[39] Embora o estudo de Filipe dos Santos aborde um período anterior ao analisado neste trabalho, a localização e proximidade geográfica da freguesia de Santa Cruz com a de Machico permitem estabelecer importantes paralelismos. As condições sanitárias e socioeconómicas semelhantes, características das comunidades da ilha da Madeira no século XIX, reforçam a validade e a relevância dos dados por nós estudados.

[40] Razão matemática é a relação entre dois valores, A e B, determinada pela divisão de A por B. Este indicador é utilizado para comparar quantidades, medir proporções ou descrever a relação entre partes de um todo. Optámos por dividir a mediana do número de registos de óbitos de menores de sete anos pela mediana do número de registos de óbitos de maiores ou iguais a sete anos.

Machico, e 73,58% superior à de São Martinho. Por seu lado, Machico apresenta um valor 35,85% superior a São Martinho, para a mesma faixa etária.

Os valores apresentados sugerem que a população do Porto Santo enfrentava condições sanitárias e socioeconómicas particularmente desfavoráveis. Este cenário era certamente agravado pela crónica escassez de água na ilha e pelo seu isolamento geográfico, fatores que limitavam significativamente o acesso a recursos essenciais e tornavam a comunidade fortemente dependente do exterior.

Ainda em relação à grande mortalidade na primeira infância na ilha do Porto Santo, salientamos algumas informações patentes nos *Anais* daquele concelho que vêm reforçar os dados estudados. No que toca à alimentação, diz-se que

> «infelizmente a maior parte das crianças morre: este mal tem a sua origem e a sua causa primária na falta de vegetais, dos quais esta ilha é inteiramente estéril, o que faz que as mães criem mal; a segunda causa procede da ignorância das mesmas mães, as quais não tendo leite suficiente para alimentar seus filhos, logo nos primeiros dias do seu nascimento, começam a sobrecarregar-lhes o estômago de papas de cevada, trigo, ou milho, alimentos que sendo superior às forças daquela tenra idade, deita em poucos dias na sepultura o miserável infante e não obstante tão repetidos exemplos deste pernicioso costume, não é possível persuadir esta verdade àquelas mães.»[41]

A mortalidade nas crianças era, ainda segundo a fonte narrativa que citamos, também

> «devida na máxima parte ao desamor e até brutalidade com que são criadas por suas mães.
>
> A autoridade administrativa vigia sobre este facto, e se não tem podido cortar pela raiz todo o mal, ao menos tem conseguido que nenhuma criança deixe de ser medicada na ocasião de suas moléstias»[42].

Os *Anais* expõem um desconhecimento e negligência parentais, refletidos sobretudo na insuficiência de cuidados com a saúde infantil. Consideramos que este contexto, a ser verídico, terá contribuído de forma significativa para os elevados índices de mortalidade na primeira infância registados na ilha do Porto Santo, configurando-se como um dos principais fatores que justificam o seu crescimento populacional inferior em relação às freguesias de Machico e São Martinho[43].

---

[41] *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, pp. 50-51.

[42] *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, pp. 50-51, 63.

[43] O reduzido crescimento populacional da ilha do Porto Santo é evidenciado pelos dados apresentados neste estudo (Tabela V), bem como pela variação no número de habitantes registada nos censos de 1864 e 1878.

Tabela X: Resultados dos métodos quantitativos de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci e de Jacques Dupâquier por ano nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1826 a 1875

	Machico			Porto Santo			São Martinho		
Ano	**N.º de óbitos**	**LDP/ML-B**	**JD**	**N.º de óbitos**	**LDP/ML-B**	**JD**	**N.º de óbitos**	**LDP/ML-B**	**JD**
1816	61	–	–	75	–	–	30	–	–
1817	81	–	–	88	–	–	56	–	–
1818	78	–	–	96	–	–	49	–	–
1819	151	–	–	102	–	–	86	–	–
1820	53	–	–	42	–	–	39	–	–
1821	47	–	–	80	–	–	35	–	–
1822	49	–	–	47	–	–	27	–	–
1823	37	–	–	82	–	–	37	–	–
1824	103	–	–	51	–	–	48	–	–
1825	78	–	–	63	–	–	37	–	–
1826	126	61,54	1,55	66	-9,59	-0,32	62	53,36	1,03
1827	61	-28,24	-0,52	108	51,50	1,72	35	-16,67	-0,74
1828	68	-26,66	-0,27	92	21,97	0,77	57	33,00	0,67
1829	104	6,43	0,71	71	-6,75	-0,10	41	-4,33	-0,30
1830	83	-11,30	0,35	77	0,00	0,32	40	-5,08	-0,17
1831	123	32,46	1,65	71	-7,79	-0,15	45	2,61	0,29
1832	98	8,72	0,49	68	-15,75	-0,27	46	4,89	0,30
1833	115	21,23	0,96	105	36,36	1,87	43	-7,10	-0,20
1834	103	8,26	0,31	88	18,01	0,58	36	-17,92	-1,11
1835	74	-18,55	-0,97	72	-2,70	-0,54	43	-5,94	-0,13
1836	73	-18,37	-0,98	50	-30,42	-2,05	49	7,19	0,49
1837	96	8,21	0,27	94	29,78	0,77	58	21,92	2,27
1838	106	22,64	0,66	62	-13,89	-1,05	66	40,43	2,85
1839	76	-12,07	-1,30	75	6,28	-0,05	40	-19,31	-0,74
1840	60	-28,08	-1,96	67	-5,06	-0,58	54	8,93	0,82
1841	63	-23,44	-1,43	53	-22,38	-1,37	39	-22,88	-1,00
1842	101	20,65	0,75	75	6,71	0,09	63	22,84	1,65
1843	82	3,80	-0,24	65	-3,19	-0,52	42	-14,78	-0,67
1844	141	92,77	3,40	78	17,93	0,57	61	29,39	1,12
1845	82	18,11	-0,21	97	45,71	2,18	34	-31,61	-1,71
1846	66	-5,71	-0,91	56	-16,60	-1,00	50	5,11	-0,05
1847	83	16,20	-0,17	70	2,30	-0,15	54	10,53	0,29
1848	46	-32,21	-1,63	55	-21,59	-1,18	44	-7,78	-0,57
1849	50	-21,35	-1,14	53	-22,87	-1,22	46	-6,94	-0,21

1850	43	-27,12	-1,23	87	30,97	1,44	58	19,41	0,99
1851	64	8,47	-0,39	71	6,88	0,14	37	-26,00	-1,24
1852	73	18,84	-0,09	64	-4,48	-0,47	48	-6,15	-0,09
1853	58	3,31	-0,53	106	64,16	2,54	50	0,57	0,30
1854	52	-20,70	-0,65	48	-28,36	-1,41	54	7,69	0,68
1855	50	-34,94	-0,81	62	-14,90	-0,44	48	-13,40	0,07
1856	376	370,84	24,75	291	326,15	12,68	172	221,93	20,88
1857	129	65,69	0,39	60	-7,69	-0,42	83	54,52	0,56
1858	30	-60,38	-0,63	40	-37,50	-0,68	44	-20,82	-0,50
1859	112	45,19	0,19	72	26,00	-0,22	47	-18,16	-0,43
1860	145	77,45	0,45	94	62,87	0,05	90	60,71	0,65
1861	71	-15,19	-0,38	55	-11,70	-0,49	27	-54,46	-0,99
1862	42	-46,84	-0,67	44	-28,70	-0,61	46	-17,65	-0,49
1863	58	-20,70	-0,47	57	-6,78	-0,40	61	9,21	-0,12
1864	68	-8,46	-0,38	46	-27,48	-0,48	63	5,76	-0,10
1865	84	13,08	-0,24	52	-16,13	-0,40	42	-34,08	-0,64
1866	64	-10,93	-0,47	97	62,05	0,21	71	11,43	0,08
1867	96	37,14	0,42	90	49,64	1,42	59	-10,99	0,08
1868	71	0,20	-0,18	56	-8,41	-0,40	76	7,26	1,19
1869	66	-6,85	-0,51	62	1,40	-0,21	70	-8,24	0,64
1870	116	59,84	1,41	62	-1,81	-0,16	99	27,62	2,11
1871	79	8,22	0,26	75	10,53	0,73	104	29,31	2,13
1872	57	-23,56	-0,84	57	-13,45	-0,40	64	-24,83	-0,25
1873	64	-10,22	-0,64	59	-8,02	-0,38	91	4,60	1,08
1874	64	-13,01	-0,70	57	-11,14	-0,52	117	28,41	2,04
1875	80	2,75	0,21	70	8,17	0,21	72	-23,29	-0,31
1876	87	–	–	99	–	–	84	–	–
1877	75	–	–	76	–	–	134	–	–
1878	52	–	–	64	–	–	83	–	–
1879	96	–	–	52	–	–	83	–	–
1880	168	–	–	66	–	–	75	–	–

Nota: Apresentamos os números de óbitos dos anos de 1816 a 1825 e 1876 a 1880, que se encontram primordialmente fora do nosso período de análise, por serem fundamentais para alguns dos cálculos realizados relativos à nossa baliza temporal (1826-1875); a vermelho encontram-se os anos de crise assinalados pelos métodos usados.

Antes de analisarmos os anos – indicados pelas metodologias como sendo – de crise de mortalidade, consideramos importante tecer alguns apontamentos.

Uma breve análise dos dois métodos anteriores mostra que as intensidades calculadas se baseiam na diferença entre a Mortalidade Normal (determinada a partir dos anos adjacentes) e a mortalidade do ano específico em estudo. Esta circunstância exige um cuidado especial quando se comparam valores de intensidade entre freguesias com caraterísticas demográficas muito distintas, como número de habitantes e, sobretudo, taxas de mortalidade diferenciadas, pois pode resultar em interpretações potencialmente imprecisas dos dados entre localidades. Este princípio explica, por exemplo, por que o valor da intensidade da crise de 1856 é maior em Machico do que no Porto Santo. De facto, durante todo o período de 1845 a 1864, a TBM no Porto Santo manteve-se consistentemente superior à de Machico. Essa diferença faz com que o aumento percentual da mortalidade em relação à média normal seja proporcionalmente maior em Machico, refletindo uma variação mais acentuada nesta freguesia.

A estrutura das fórmulas criadas pelos autores citados para calcular os índices de mortalidade, mais concretamente as estratégias adotadas para eliminar flutuações aleatórias no número de óbitos dos anos adjacentes ao ano de crise, também merecem uma observação. Na verdade, essas flutuações podem afetar significativamente os valores calculados, especialmente em freguesias de menor dimensão.

Como mostrado na Tabela X, o método de Dupâquier, que usa o desvio padrão para normalizar as flutuações de mortalidade, demonstrou-se altamente eficaz na identificação de anos de crise, mesmo que de pequena escala, quando o período dos dez anos anteriores apresenta variações leves no número de óbitos. No entanto, a existência de uma grande crise de mortalidade nesse período anterior faz com que o método seja completamente inútil na deteção de pequenas crises. Esta limitação é claramente observada nos resultados obtidos pelo referido método para os dez anos que se sucederam à epidemia de cólera de 1856.

Por outro lado, o método desenvolvido por Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci, embora apresente menor sensibilidade na deteção de crises de menor intensidade, como as ocorridas entre 1830 e 1840, demonstrou ser eficaz na identificação de crises de mortalidade que ocorreram em períodos subsequentes a uma grande crise. Esse método, em oposição ao proposto por Dupâquier, identificou múltiplos eventos entre 1857 e 1867. A estratégia adotada por Del Panta e Livi-Bacci, baseada num sistema de médias internas que exclui os dois anos com

maior e os dois anos com menor mortalidade, mostrou-se eficiente para reconhecer crises, mesmo quando estas ocorrem em proximidade temporal com outros eventos de grande impacto. Foi possível identificar duas crises de mortalidade para cada uma das freguesias analisadas, que não haviam sido detetadas pelo método de Jacques Dupâquier.

Outro ponto importante a salientar é que, embora os métodos sejam úteis para avaliar a gravidade relativa de eventos específicos que provocam mortalidade atípica, não medem a intensidade dos eventos individualmente. Ambos medem a intensidade da mortalidade de forma anual, ou seja, abarcando o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Muitos desses acontecimentos, como a epidemia de cólera de 1856 na Madeira, ocorreram em períodos delimitados do ano, e não ao longo de todo o ano. Ademais, algumas crises resultaram da combinação de múltiplos eventos, como ocorreu em 1844 e 1845, e outras estenderam-se ao longo de vários meses em anos consecutivos, como a crise a cavalo de 1859-1860.

Por fim, conclui-se que ambos os métodos apresentam vantagens e desvantagens na sua aplicação, sendo, em alguns casos, complementares. No nosso caso, optámos por utilizar o método de Jacques Dupâquier para calcular a intensidade das crises de mortalidade, e o de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci como complemento, para sinalizar crises de mortalidade não detetadas pelo anterior.

Tabela XI: Número de anos de sobremortalidade identificados pelo método de Jacques Dupâquier, nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1826 a 1875

	Número de crises de mortalidade			
Tipo de crise de mortalidade	**Machico**	**Porto Santo**	**São Martinho**	**Total**
Menor	3	4	5	12
Média	1	2	5	8
Forte	0	0	0	0
Maior/Importante	0	1	0	1
Superior/Grande	1	0	1	2
Catástrofe	0	0	0	0
Total	5	7	11	23

Tendo presente o referido nos parágrafos precedentes sobre os métodos quantitativos elaborados por Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci, bem como por Jacques Dupâquier, passemos à análise da tabela anterior, que oferece uma

visão geral e resumida do número e da intensidade das crises de mortalidade nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1826 a 1875[44].

No período correspondente ao segundo e terceiro quartéis do século XIX houve um total de 12 crises de intensidade Menor – assinalados pelo método de Dupâquier –, com Machico a registar três crises, Porto Santo quatro e São Martinho cinco. No que diz respeito às crises de intensidade Média, o total foi de oito, sendo que Machico apresentou uma ocorrência, o Porto Santo duas e São Martinho cinco.

Para o ano da primeira epidemia de cólera (1856), o método apresenta o Porto Santo como a freguesia onde a crise foi menos intensa, que segundo a escala é considerada como Maior/Importante. Machico e São Martinho apresentaram crises mais severas, com intensidade Superior/Grande. Estes resultados suscitam-nos algumas dúvidas. Ao analisar o ano de 1856, verifica-se uma divergência entre os dois métodos quanto à freguesia com menor intensidade de crise de mortalidade. O método de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci aponta São Martinho como a freguesia com menor crise. Acreditamos que essa discrepância pode ser explicada pelo facto de a freguesia do Porto Santo apresentar uma Mortalidade Normal mais elevada, comparando com as outras freguesias, e ter enfrentado crises de mortalidade na década anterior a 1856, circunstância que, como já mencionámos, influencia o valor da intensidade obtido pelo método de Dupâquier.

No que concerne à contagem dos anos de crises de mortalidade registadas pelos dois métodos, Machico apresentou sete ocorrências e o Porto Santo nove, sendo São Martinho a freguesia que maior número apresentou, com um total de treze[45].

A análise revela diferenças significativas, principalmente na frequência de crises de mortalidade entre as freguesias no período de 1826 a 1875. Como referido, São Martinho apresenta-se como a freguesia mais fustigada no que diz respeito ao número total de anos com crise, predominantemente nas crises de Menor e Média intensidade[46]. Machico, por sua vez, foi a freguesia que menos ocorrências registou, o que sugere que possa ter sido menos vulnerável a eventos responsáveis por crises de mortalidade.

---

[44] No que concerne aos graus de intensidade das crises, apenas abordaremos os dados obtidos pelo método de Dupâquier. Esta opção tem como base as razões já abordadas anteriormente, e que se prendem com a sensibilidade e escala dos dois métodos.

[45] Sublinhamos que os números apresentados correspondem ao somatório dos anos de crise assinalados pelos métodos de Jacques Dupâquier e de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci.

[46] Embora não tenhamos justificação para esta observação, notamos que na freguesia de São Martinho as crises parecem concentrar-se em três períodos distintos: quatro crises entre 1837 e 1844; três crises entre 1856 e 1860; e cinco crises entre 1868 e 1874.

Tabela XII: História narrativa dos eventos de sobremortalidade detetados pelos métodos quantitativos de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci e de Jacques Dupâquier, nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1826 a 1875

Ano(s)	**Freguesia**	**Maior mortalidade: mês (n.º de óbitos)**	**Possíveis causas**
1826	Machico	junho (18); julho (35)	Não identificada
	São Martinho	março (11); maio (14) e junho (9)	Não identificada
1827	Porto Santo	janeiro (16); fevereiro (15); abril (17)	Não identificada
1831	Machico	agosto (19)	Não identificada
1833	Porto Santo	fevereiro (12); julho (17); setembro (13)	Não identificada
1837	São Martinho	abril (9); outubro (10); novembro (11)	Não identificada
1838	São Martinho	julho (13)	Não identificada
1842	São Martinho	janeiro (13)	Não identificada
1844	São Martinho	novembro (13); dezembro (11)	Fome (provavelmente, devido a praga de gafanhotos e doença da *semilha*)[47]
1844-1845	Machico	novembro (31); dezembro (55); janeiro (55)	Fome (devido a praga de gafanhotos e doença da *semilha*)[48]
	Porto Santo	dezembro (18); janeiro (27)	Fome (devido a praga de gafanhotos e doença da *semilha*)[49]
1850	Porto Santo	dezembro (20)	Naufrágio[50]

[47] Embora não tenhamos uma fonte que comprove esta hipótese, acreditamos que a causa foi a mesma que afetou as freguesias de Machico e Porto Santo nos anos de 1844 e 1845.

[48] «No ano de 1844 arribaram nuvens de gafanhotos […] Aonde pouzavam, devoravam toda a verdura que encontravam» (*A Flor do Oceano*, 11 de fevereiro de 1866, n.º 276, p. 2). «Molestias nas batatas (vulgo semilhas.) Começou no anno de 1844 a ser mais conhecida [doença da semilha], as plantações ficaram destruídas, as sementes perdidas, e os cultivadores reduzidos à penúria pela falta desta planta, que constituía um dos principais alimentos» (*A* Flor do Oceano, 17 de fevereiro de 1866, n.º 277, p. 2).

[49] «No ano de 1844 no mês de Outubro imensas nuvens de gafanhotos ou Locustas […]. O mesmo terrível flagelo caiu naquela ocasião sobre os territórios da ilha da Madeira, onde devoraram as hortaliças e árvores em que pousavam» (*Anais do Município do Porto Santo*, 1989, pp. 37-38); *A Flor do* Oceano, 17 de fevereiro de 1866, n.º 277, p. 2.

[50] Lê-se nos *Anais* do Porto Santo: «perecendo neste naufrágio afogados nas ondas, 15 passageiros entre homens, e mulheres, e algumas crianças» (*Anais do Município do Por*to Santo, 1989, p. 59).

1853	Porto Santo	março (11); abril (22); maio (13)	Tosse convulsa[51]
1856	Machico	julho (98); agosto (193); setembro (45)	Cólera
	Porto Santo	agosto (133); setembro; (111)	Cólera
	São Martinho	agosto (113); setembro (23)	Cólera
1857	Machico	maio (36); junho (29)	Escarlatina[52]
	São Martinho	abril (11); maio (16)	Escarlatina[53]
1859-1860	Machico	novembro (14); dezembro (74); janeiro (69); fevereiro (30)	Varíola[54]
	Porto Santo	dezembro (17); janeiro (15); fevereiro (16)	Varíola[55]
	São Martinho	dezembro (12); janeiro (30); fevereiro (15)	Provavelmente varíola[56]
1866	Porto Santo	outubro (20); novembro (25); dezembro (14)	Não identificada
1867	Porto Santo	agosto (11); novembro (10); dezembro (13)	Não identificada
1868	São Martinho	maio (10); junho (15); julho (11)	Não identificada

[51] Segundo os *Anais* do Porto Santo: «o ano de 1853 houve nesta ilha muita tosse convulsa, de que faleceram bastantes crianças, […] nestes três meses foram vítimas da tosse 38 crianças» (*Anais do Município do Porto Santo*, 1989, p. 67). Também conhecida como tosse coqueluche ou pertússis, a tosse convulsa é uma doença infecciosa do aparelho respiratório causada pela bactéria *Bordella pertussis*, que afeta principalmente crianças (ANTUNES, 2013, *Tosse Convulsa: Uma Doença Ainda* Actual, pp. 1-2).

[52] A escarlatina é uma doença infeciosa causada par uma bactéria do género Streptococcus, que afeta principalmente crianças. Os registos paroquiais de Machico sinalizaram 40 óbitos por escarlatina no ano de 1857 (ABM, RP, Machico, Registos de óbito, lv.º 822).

[53] «Nos meses de Abril a Julho deste ano grassaram nesta ilha as febres escarlatinas […] principalmente em crianças, mas não tão fortes como na cidade do Funchal» (*Anais do Município d*o Porto Santo, 1989, p. 83).

[54] A varíola é uma doença infeciosa, altamente contagiosa, causada por um vírus do género Orthopoxvirus. Caracteriza-se, principalmente, pelo surgimento de lesões cutâneas distintas, vulgo bexigas (SANTOS, 2024, «Marcas da escravidão, cicatrizes da varíola: a utilização dos métodos de inoculação e vacinação».
Os livros paroquiais de Machico apresentaram – nos anos de 1859 e 1860 – 83 registos de óbitos com a causa de morte atribuída a «vexigas» ou bexigas (ABM, RP, Machico, Registos de óbito, lv.º 822; ABM, RP, Machico, Registos de óbito, lv.º 2860).

[55] Os *Anais* da freguesia do Porto Santo assinalaram que «de Outubro desenvolveu-se nesta ilha a epidemia de bexigas naturais, que durou até três de abril do ano seguinte de 1860, levando a sepultura 52 crianças» (*Anais do Municípi*o *do Porto Santo*, 1989, p. 88).

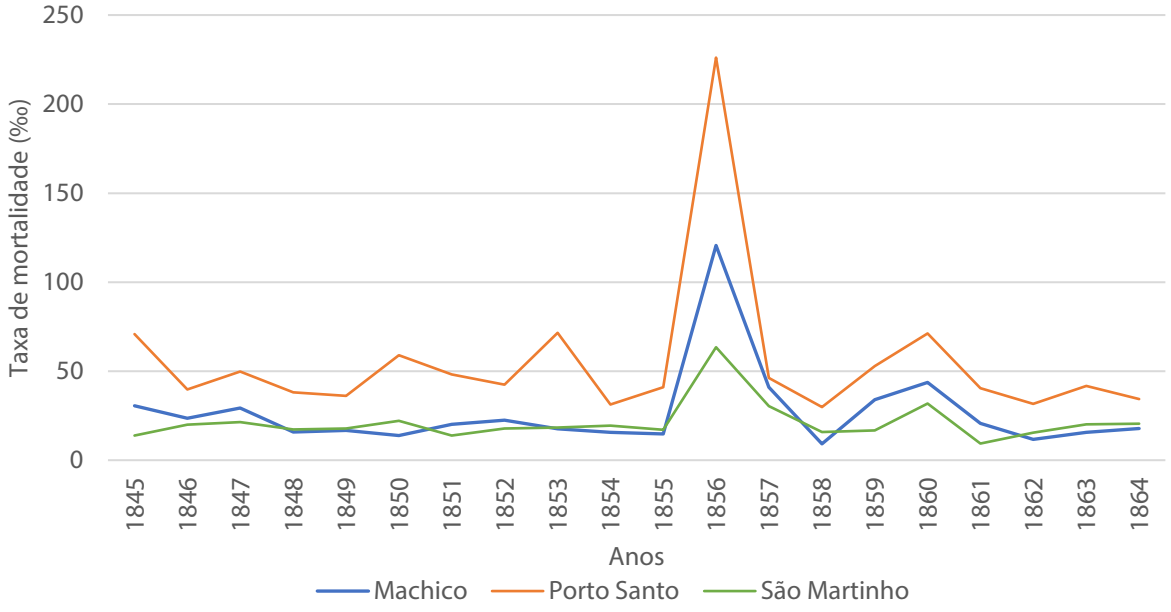
[56] Embora não tenhamos uma fonte que comprove esta hipótese, acreditamos que a causa foi a mesma que afetou as freguesias de Machico e Porto Santo nos anos de 1859 e 1860.

1870	Machico	abril (18); maio (35); junho (14)	Varíola[57]
	São Martinho	janeiro (11); maio (21); julho (13); agosto (11)	Varíola[58]
1871	São Martinho	março (12); abril (17); setembro (17)	Não identificada
1873	São Martinho	julho (11); agosto (15); setembro (16)	Varíola[59]
1874	São Martinho	maio (12); junho (13)	Varíola[60]

Taxa de Mortalidade

Se os valores de mortalidade absoluta podem ser enganadores ou limitativos na comparação entre diferentes populações ou ao longo do tempo, a TBM permite confrontos mais significativos, pois padroniza o número de mortes em relação à dimensão das populações.

Gráfico VIII: Evolução anual da taxa de mortalidade (‰) nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1845 a 1864



[57] SILVA, MENESES, 1978, *Elucid*ário Madeirense, vol. I, p. 355.
[58] SILVA, MENESES, 1978, *Elucidário Ma*deirense, vol. I, p. 355.
[59] SILVA, MENESES, 1978, *Elucidário Ma*deirense, vol. I, pp. 355, 380.
[60] SILVA, MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 380.

Tabela XIII: Medianas anuais de mortalidade absoluta e TBM (‰) das freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, no período de 1845 a 1864

		Freguesias		
		Machico	**Porto Santo**	**São Martinho**
Medianas	**Mortalidade Absoluta**	65,00	61,00	49,00
	Taxa de Mortalidade (‰)	19,06‰	41,90‰	18,14‰

Analisemos o período de 1845 a 1864 em relação ao indicador demográfico TBM (‰). Conforme observado no Gráfico VIII, as freguesias de Machico e São Martinho apresentam valores aproximados ao longo da maior parte do intervalo, excetuando-se o ano de 1856 e o biénio de 1859-1860. Em 1856, ano da epidemia de cólera, Machico registou uma taxa de mortalidade quase duas vezes superior à de São Martinho, correspondendo a uma diferença de aproximadamente 57 óbitos por mil habitantes. No biénio de 1859-1860, período marcado por um surto de varíola, Machico exibiu, novamente, uma taxa de mortalidade mais elevada em comparação com São Martinho, com uma diferença entre os 12 e os 18 óbitos por mil habitantes, em cada ano.

As discrepâncias observadas na TBM indicam que, embora a população de Machico tenha registado um menor número de episódios de sobremortalidade mortalidade em relação a São Martinho – observável na Tabela XI –, os episódios atinentes a surtos epidémicos apresentaram-se mais letais, apontando para uma maior vulnerabilidade dessa população aos impactos de tais eventos. Um fator potencial que pode ter contribuído para essa vulnerabilidade era a maior concentração populacional em pequenos aglomerados, particularmente nas áreas próximas ao centro da vila, o que possivelmente favorecia a disseminação de doenças infeciosas.

Ao observar a freguesia do Porto Santo no período de 1845 a 1864, verificamos que esta apresenta consistentemente uma TBM superior às das outras duas freguesias em estudo. A elevada mortalidade torna-se ainda mais evidente ao compararmos as medianas das três freguesias para esse indicador (Tabela VII). De forma geral, a probabilidade de um habitante do Porto Santo falecer num determinado ano desse período era mais do que o dobro da observada para os habitantes de Machico ou de São Martinho. Esse cenário pode ser atribuído a fatores previamente discutidos, como o isolamento geográfico da ilha, a limitada comunicação com a ilha da Madeira e com o exterior, a escassez de recursos médicos disponíveis e, sobretudo, a insuficiência no abastecimento de água e a escassez de recursos alimentares.

Ainda para o Porto Santo, constatamos a existência de picos de mortalidade não observados ou não tão evidentes nas restantes freguesias. No ano de 1845, verificou-se um aumento significativo da taxa de mortalidade naquela freguesia, associada a uma crise agrícola resultante de uma praga de gafanhotos e de uma doença que afetou a cultura da *semilha*[61]. Estes fatores comprometeram severamente a produção agrícola local, evidenciando a vulnerabilidade da ilha e a sua dependência do abastecimento externo. Constatamos ainda dois picos de mortalidade – em 1850 e 1853 – não observados nas localidades de Machico e São Martinho. O naufrágio ocorrido no Porto Santo em 1850, que resultou na perda de 15 vidas, contribuiu, certamente, para a inflexão observada na taxa de mortalidade desse ano. Por outro lado, o surto de tosse convulsa, registado em 1853, parece ter afetado apenas aquela ilha, não se registando nas restantes freguesias analisadas.

A Epidemia de Cólera e Mortalidade no Ano de 1856

Uma das primeiras questões levantadas ao analisarmos a epidemia de 1856 na Madeira refere-se ao número total de óbitos atribuídos ao surto. O Governo Civil realizou, em todo o arquipélago, um levantamento dos casos e dos óbitos atribuídos à cólera, com os resultados sendo divulgados em periódicos e outras fontes[62]. No entanto, alguns estudos sugerem que o número real de mortes pode ter sido significativamente superior, estimando aproximadamente 10 000 óbitos, o que representaria uma mortalidade 44% maior do que os dados oficiais indicavam[63]. Apesar disso, essas estimativas carecem de fundamentos sólidos, como fontes documentais ou evidências concretas que sustentem a sua validade.

Com o objetivo de aprofundar esta questão, elaboramos o seguinte exercício metodológico[64]: primeiramente, olhámos para a mortalidade absoluta anual nas freguesias de São Martinho e Machico nos dez anos anteriores à epidemia (1846-1855), e calculámos as respetivas medianas, que foram de 49 óbitos e 55 óbitos, respetivamente. Em seguida, para o ano de 1856, subtraímos o número

[61] *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, pp. 37-38; *A Flor do Oceano*, 17 de fevereiro de 1866, n.º 277, p. 2.

[62] O número oficial de óbitos por cólera no ano de 1856 foi de 7041 (*Semanario Oficial*, 10 de janeiro de 1857, n.º 129, pp. 3 e 4).

[63] Alguns desses escritos são: SILVA, MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 273; *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, p. 81.

[64] Neste exercício não utilizamos os dados do Porto Santo devido à discrepância, já referida, entre os dados oficiais de mortalidade por cólera na freguesia (307 óbitos) e o total de mortos nos registos paroquiais desse ano (291 óbitos).

oficial de óbitos atribuídos à cólera do total de registos de óbitos em cada freguesia. Esse procedimento permitiu calcular os valores de mortalidade sem a influência direta da epidemia, que consideramos representar a mortalidade esperada caso 1856 tivesse sido um ano típico ou normal (43 óbitos em São Martinho e 57 óbitos em Machico). Com base nesses valores, elaborámos o Gráfico IX para uma comparação visual das mortalidades ao longo do período analisado.

Gráfico IX: Evolução anual da mortalidade nas freguesias de São Martinho e Machico, no período de 1846 a 1856

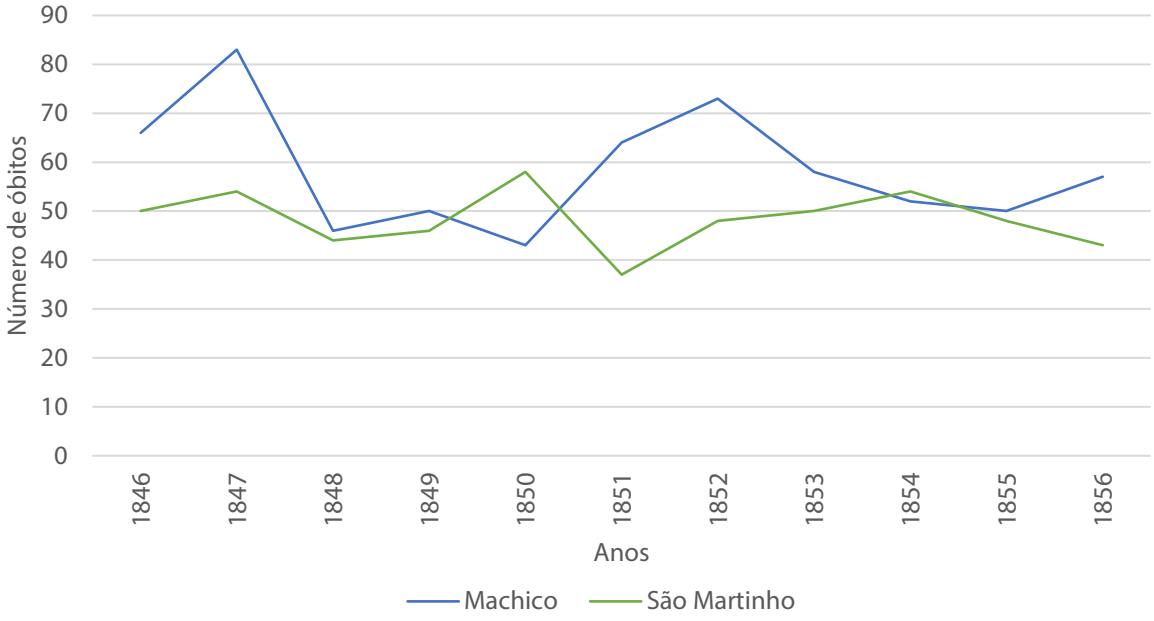


Tabela XIV: Mortalidade no ano de 1856, subtraindo os óbitos por cólera, e mediana anual da mortalidade no período de 1846-1855, nas freguesias de Machico e São Martinho

	Freguesias	
	Machico	**São Martinho**
Mortalidade absoluta subtraindo o número oficial de óbitos por cólera (1856)	57	43
Mediana anual da mortalidade (1846-1855)	55	49

Como podemos observar, tanto o Gráfico IX quanto a Tabela XIV não sugerem, pelo menos para as freguesias de Machico e São Martinho, que os valores oficiais de óbitos por cólera estejam subestimados. No entanto, essa hipótese não pode ser completamente descartada. Durante uma análise preliminar dos registos de

óbitos de 1856 na freguesia de Santo António, identificámos casos de falecidos provenientes de outras freguesias, como São Roque e São Martinho, que foram registados naquela paróquia[65]. Esses assentamentos parecem estar associados à existência de um hospital provisório instalado na quinta do Leme, freguesia de Santo António, que funcionava como unidade de acolhimento para doentes provenientes de freguesias vizinhas[66]. Tal circunstância pode ter influenciado os dados oficiais, dificultando a atribuição precisa dos óbitos às suas freguesias de origem. Nesse contexto, consideramos que apenas um estudo mais amplo, abrangendo um número significativamente maior de freguesias e uma análise detalhada dos registos de óbitos, poderá fornecer um esclarecimento mais consistente e completo sobre a questão.

Tabela XV: Mortalidade no ano de 1856 nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho

	Machico	**Porto Santo**	**São Martinho**
Número de óbitos (1856)	376	291	172
Taxa Bruta de Mortalidade (1856)	120,55‰	226,11‰	63,49‰
Mediana da Taxa Bruta de Mortalidade (1845-1864)	19,06‰	41,90‰	18,14‰
Razão matemática (TBM (1856)/MTBM (1845-1864))	6,33	5,35	3,51

Nota: Esta tabela reúne dados previamente apresentados.

Concentremo-nos na mortalidade registada em 1856. Ao analisar os dados das três freguesias, observa-se que Machico apresentou o maior número absoluto de óbitos (376), seguido do Porto Santo (291) e de São Martinho (172). Contudo, a análise das taxas brutas de mortalidade revela disparidades marcantes no impacto da epidemia. O Porto Santo registou a maior taxa, com 226,11‰, quase o dobro da de Machico (120,55‰) e mais de três vezes a de São Martinho (63,49‰).

Os dados analisados indicam que a epidemia de cólera afetou as freguesias de forma desproporcional, destacando-se o Porto Santo como particularmente frágil. A elevada taxa de mortalidade registada nessa freguesia não apenas reflete a severidade da epidemia, mas também reforça a noção da maior suscetibilidade da sua população aos efeitos devastadores da doença.

[65] ABM, RP, Santo António, Registos de óbito, lv.º 1246, ff. 122v.-147.
[66] SILVA, MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 272.

Como podemos constatar, os valores da TBM parecem estar em desacordo com os resultados obtidos pelo método de Jacques Dupâquier, especialmente no que se refere à freguesia mais afetada pela epidemia. Este desencontro deve-se, essencialmente, a duas condições relacionadas com a estrutura da fórmula utilizada para o cálculo da intensidade. A primeira, já mencionada anteriormente, está associada ao facto de o Porto Santo ter registado, nos dez anos que antecederam o surto de cólera, um ano com excesso de mortalidade. Esse fator levou a um aumento do desvio padrão, o que, por sua vez, resultou numa diminuição do valor da intensidade calculada. A segunda condição prende-se com a própria metodologia do cálculo da intensidade, que consiste na relação entre a mortalidade normal (estimada com base nos dez anos anteriores) e a mortalidade no ano em análise. Como o Porto Santo apresentava sistematicamente uma taxa de mortalidade normal mais elevada, a proporção do aumento tendeu a ser menor.

Fazendo um exercício semelhante para as taxas brutas, ou seja, calcular a proporção entre a TBM de 1856 e a MTBM de 1845-1864, obtivemos os resultados visíveis na Tabela XV.

Verifica-se que a razão matemática é maior em Machico (6,33), seguido do Porto Santo (5,35) e de São Martinho (3,51). Isso indica que, embora o Porto Santo tenha apresentado a maior taxa de mortalidade em 1856, o impacto relativo da epidemia em comparação ao respetivo padrão histórico de mortalidade foi mais pronunciado em Machico. Portanto, apesar do Porto Santo ter uma taxa mais elevada em 1856, Machico foi proporcionalmente mais afetado pela epidemia, tendo em conta os números de Mortalidade Normal que se verificavam à época.

Tabela XVI: Número de óbitos por faixa etária nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho no ano de 1856

Faixas Etárias	Machico	Porto Santo	São Martinho
Primeira infância (< 7 anos)	80	85	57
Restantes idades (≥ 7 anos)	260	170	101
Total	340	255	158

A tabela anterior (Tabela XVI) apresenta o número de óbitos em 1856, tanto na primeira infância quanto nas idades posteriores. Embora seja possível observar algumas diferenças importantes, a falta de dados relativos ao número de indivíduos em cada uma dessas faixas impossibilita o cálculo de taxas de

mortalidade específicas. Assim, qualquer comparação entre as freguesias terá de ser feita com cuidado, uma vez que as diferenças nos números absolutos podem refletir não apenas a maior vulnerabilidade de uma faixa etária ou de uma freguesia em particular, mas também variações no tamanho da população nas diferentes idades.

A análise da mortalidade na primeira infância ocorrida em 1856 na freguesia do Porto Santo, em moldes comparativos, revela que esta foi 6,25% superior à de Machico e 49,12% superior à de São Martinho. Quando esses valores são confrontados com as medianas da mortalidade nessa mesma faixa etária durante o período de 1826-1875 (Tabela IX), observa-se uma redução das disparidades entre as mortalidades na primeira infância em Machico e São Martinho e no Porto Santo[67]. Essa aproximação pode ser parcialmente atribuída ao maior impacto da epidemia sobre a população mais jovem de Machico e São Martinho. Ademais, a historicamente elevada mortalidade na primeira infância no Porto Santo pode ter resultado em um número menor de crianças vulneráveis aos efeitos da epidemia, mitigando o impacto relativo do surto nessa freguesia.

Examinemos novamente os gráficos que retratam a evolução anual da mortalidade por faixa etária (Gráficos V, VI e VII), comparando os valores de 1856 com o restante período de 1826 a 1875. Para avaliar a magnitude da mortalidade provocada pela epidemia de cólera de 1856 em relação a outros eventos do período, comecemos por relacionar os picos de mortalidade por faixa etária. Na faixa etária igual ou superior a sete anos, 1856 destaca-se como o ano com o maior número de óbitos em todas as três freguesias. Em São Martinho, esse número quase duplica o segundo maior registo, enquanto em Machico e Porto Santo os valores de 1856 mais do que quadruplicam qualquer outro entre 1826 e 1875. Por outro lado, entre as crianças menores de sete anos, as freguesias apresentam picos de mortalidade semelhantes em outros anos, com valores comparáveis ou até superiores aos de 1856, como observado em Machico e São Martinho. Assim, embora a epidemia de cólera tenha elevado os números da mortalidade na primeira infância, a intensidade desse impacto foi semelhante à de outros eventos que também afetaram significativamente os menores de sete anos.

[67] Recordemos que a mediana da mortalidade na primeira infância no período de 1826-1875 no Porto Santo era 27,77% superior a Machico e 73,58% superior a São Martinho.

A análise comparativa do número de óbitos entre as duas faixas etárias (demonstra que o ano de 1856 foi marcado por uma mortalidade significativamente mais elevada entre indivíduos com idade igual ou superior a sete anos. Em São Martinho, o número de óbitos quase duplicou; no Porto Santo, o aumento foi ainda mais acentuado, com uma duplicação dos valores; e em Machico, os óbitos mais do que triplicaram. Esses dados evidenciam que a epidemia foi particularmente mais grave após a primeira infância, sugerindo uma vulnerabilidade diferenciada entre os dois grupos etários em relação à doença.

A menor mortalidade por cólera na primeira infância pode estar associada a uma menor incidência da doença, possivelmente decorrente de uma maior resistência à bactéria e/ou de uma menor exposição aos principais meios de transmissão do *Vibrio cholerae*, como água e alimentos contaminados.

Mortalidade Mensal no Ano de 1856

No que diz respeito ao percurso da epidemia de cólera na Madeira, sabemos que teve início no Funchal no dia 4 de julho, sendo oficialmente considerada extinta em 31 de outubro desse mesmo ano[68].

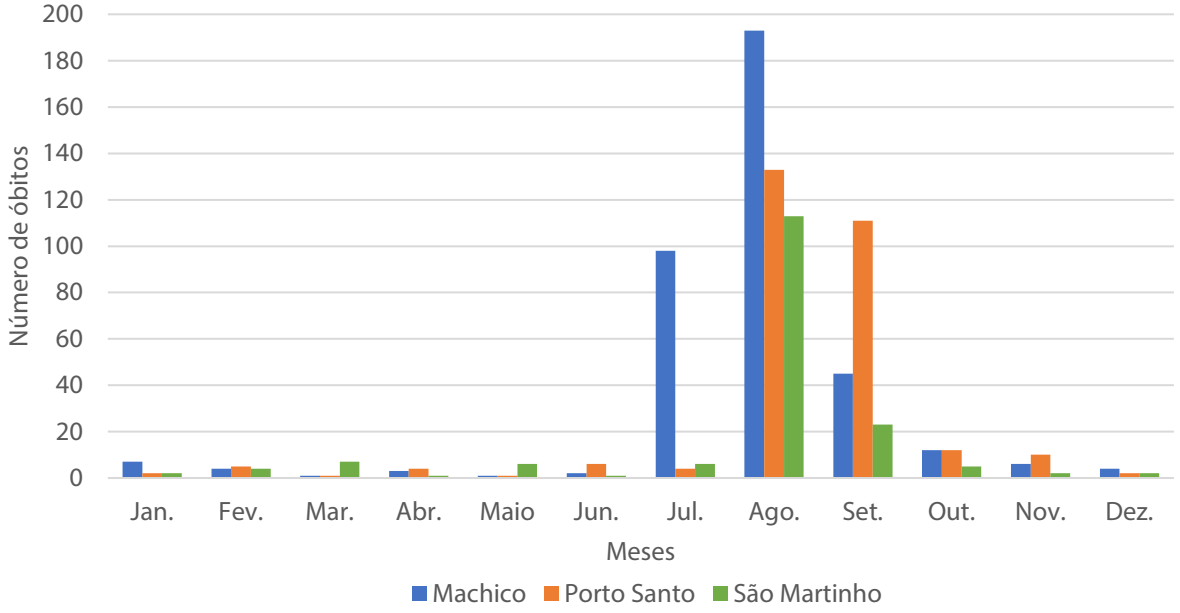
A Tabela VII, anteriormente apresentada, expõe um acentuado pico de mortalidade nos meses de julho, agosto e setembro, que, juntos, concentram 86,52% do total de óbitos nesse ano. O mês de agosto destaca-se como o mais crítico, representando sozinho 52,32% das mortes registadas, seguido de setembro (21,33%) e julho (12,87%). O mês de outubro ainda apresenta alguma sobremortalidade (3,46%), com o maior contributo a este propósito a pertencer às freguesias de Machico e Porto Santo. Em contrapartida, os restantes meses apresentam uma percentagem significativamente mais baixa, cada um contribuindo com menos de 2,2% dos óbitos totais desse ano.

As diferenças entre as freguesias são consideráveis. Machico registou 376 óbitos no período analisado, com um aumento expressivo em agosto (193 óbitos, TBM de 61,88‰) e julho (98 óbitos, TBM de 31,42‰). Porto Santo, por sua vez, deteve 291 óbitos, destacando-se pela elevada mortalidade em agosto (133 óbitos, TBM de 103,34‰) e setembro (111 óbitos, TBM de 86,25‰).

[68] *Diário de Notícias*, 21 de fevereiro de 1911, n.º 10785, p. 2.

São Martinho contabilizou 172 óbitos, com um aumento significativo também em agosto (113 óbitos, TBM de 41,71‰), embora a sua TBM naquele mês seja relativamente mais baixa em comparação com as outras freguesias.

Gráfico X: Mortalidade mensal absoluta nas freguesias de São Martinho, Machico e Porto Santo, no ano de 1856



Uma análise preliminar do gráfico anterior destaca diferenças na distribuição mensal dos óbitos entre as freguesias durante a epidemia de cólera. Machico apresentou o período mais longo de sobremortalidade, estendendo-se por três meses consecutivos. Severamente afetada já em julho, mês em que a doença chegou à ilha, a freguesia manteve altos níveis de mortalidade até setembro, com agosto a apresentar o maior número de óbitos. Em contraste, São Martinho, onde o primeiro caso foi registado em 13 de julho, um dia antes de Machico, só começou a sentir os impactos mais expressivos em agosto, mês que apresentou um crescimento de óbitos considerável, seguido por uma redução significativa em setembro. Por sua vez, o Porto Santo, última freguesia a ser atingida, relatou o primeiro caso em 18 de agosto e, nesse mesmo mês, registou uma alta mortalidade, que permaneceu elevada em setembro, apenas com leve declínio. Em outubro, constatamos que a epidemia já se encontrava em franco recuo

em todas as freguesias, evidenciada pelos menores índices de mortalidade observados[69].

Sendo a cólera uma doença de fácil transmissão, caraterizada pela sua rápida disseminação entre a população, consideramos que a análise da mortalidade mensal, apesar de relevante – pois que oferece uma visão geral do impacto epidémico –, não é suficiente para captar, com o nível necessário de detalhe, as diferenças específicas na evolução da epidemia nas freguesias estudadas. Por este motivo, e de modo a atingir uma análise mais pormenorizada, optámos por fragmentar os períodos mensais em segmentos mais pequenos: semanas. A organização dos dados por semana permite a observação de padrões e tendências que não são tão evidentes em dados mensais, oferecendo uma visão mais dinâmica e objetiva, crucial para a análise de dados epidemiológicos, como é o nosso caso[70].

Realizámos duas formas distintas de organização dos dados semanais. A primeira, denominada *semana específica*, utiliza como referência o número exato da semana no ano de 1856[71]. Essa abordagem permite observar, de forma contínua, as variações nos números de mortalidade ao longo do tempo, proporcionando uma análise detalhada e precisa do impacto da epidemia em cada freguesia ao longo do ano. Por outro lado, a *semana relativa* adota como ponto de partida o dia do primeiro caso de cólera registado em cada freguesia, definindo a Semana 0 como o período dos sete dias que antecederam o primeiro contágio[72]. Esta segunda abordagem possibilita uma comparação mais direta entre as diferentes localidades, focando os padrões específicos de disseminação e progressão da epidemia, independentemente das diferenças nos momentos da invasão da doença[73].

---

[69] Frise-se que se observa um padrão de mortalidade característico à de uma epidemia causada por um agente infectocontagioso. Esse padrão é marcado por um impacto inicial severo, sobretudo os grupos mais vulneráveis, como idosos e indivíduos com sistemas imunológicos debilitados, devido à sua menor capacidade de resposta ao agente infecioso. Com a progressão da epidemia, uma parte da população exposta desenvolve imunidade, reduzindo gradualmente a suscetibilidade geral. À medida que o número de indivíduos imunes aumenta, a transmissão do agente patogénico diminui, resultando na queda progressiva da taxa de mortalidade. Eventualmente, a epidemia extingue-se, seja pela imunidade coletiva, pela redução do número de hospedeiros suscetíveis ou por mudanças ambientais que dificultam a propagação.

[70] ARON *et al.*, 2020, «A pandemic primer on excess mortality statistics and their comparability across countries».

[71] A cólera esteve ativa na Madeira desde a semana n.º 27 (29 de junho a 4 de julho) até à semana n.º 44 (26 de outubro a 1 de novembro) do ano de 1856.

[72] Não sabemos o dia concreto em que cada uma das freguesias analisadas foi considerada limpa de cólera; por este motivo a última semana apresentada corresponde à data em que a cólera foi considerada extinta na Madeira (31 de outubro).

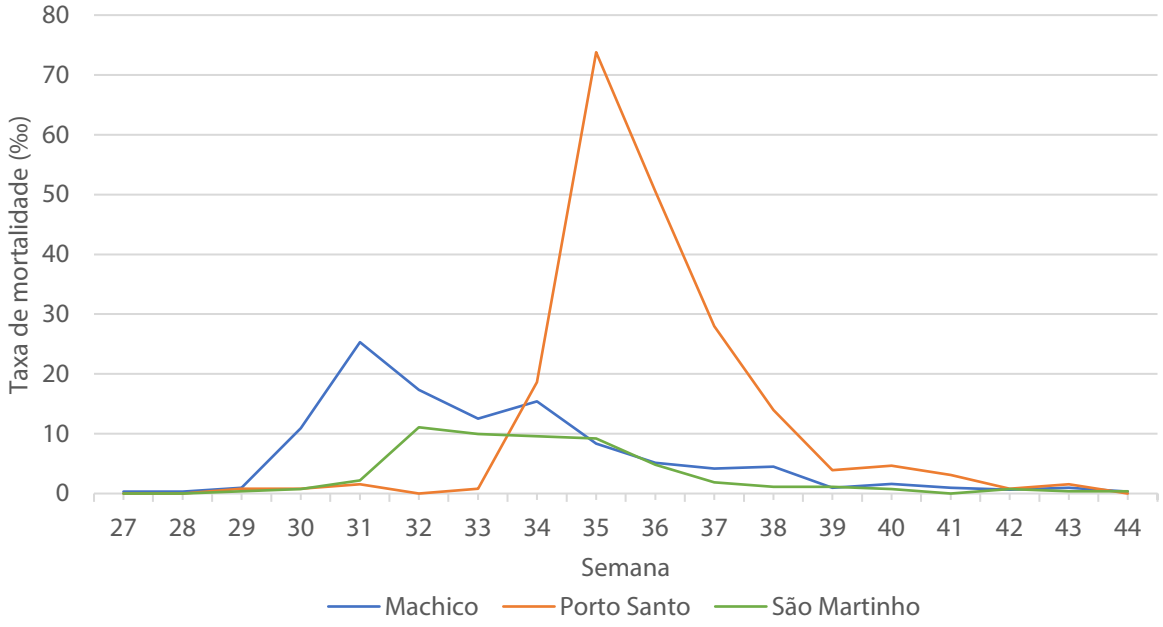
[73] Optou-se ainda por apresentar taxas semanais, e não números absolutos de mortalidade por semana, de forma a eliminar a variável relativa ao tamanho da população de cada freguesia.

Tabela XVII: Correspondência entre o número da semana e os dias do mês no ano de 1856

Número da semana no ano	Dias do mês correspondentes
27	29-06 a 05-07
28	06-07 a 12-07
28	13-07 a 19-07
30	20-07 a 26-07
31	27-07 a 02-08
32	03-08 a 09-08
33	10-08 a 16-08
34	17-08 a 23-08
35	24-08 a 30-08
36	31-08 a 06-09
37	07-09 a 13-09
38	14-09 a 20-09
39	21-09 a 27-09
40	28-09 a 04-10
41	05-10 a 11-10
42	12-10 a 18-10
43	19-10 a 25-10
44	26-10 a 01-11

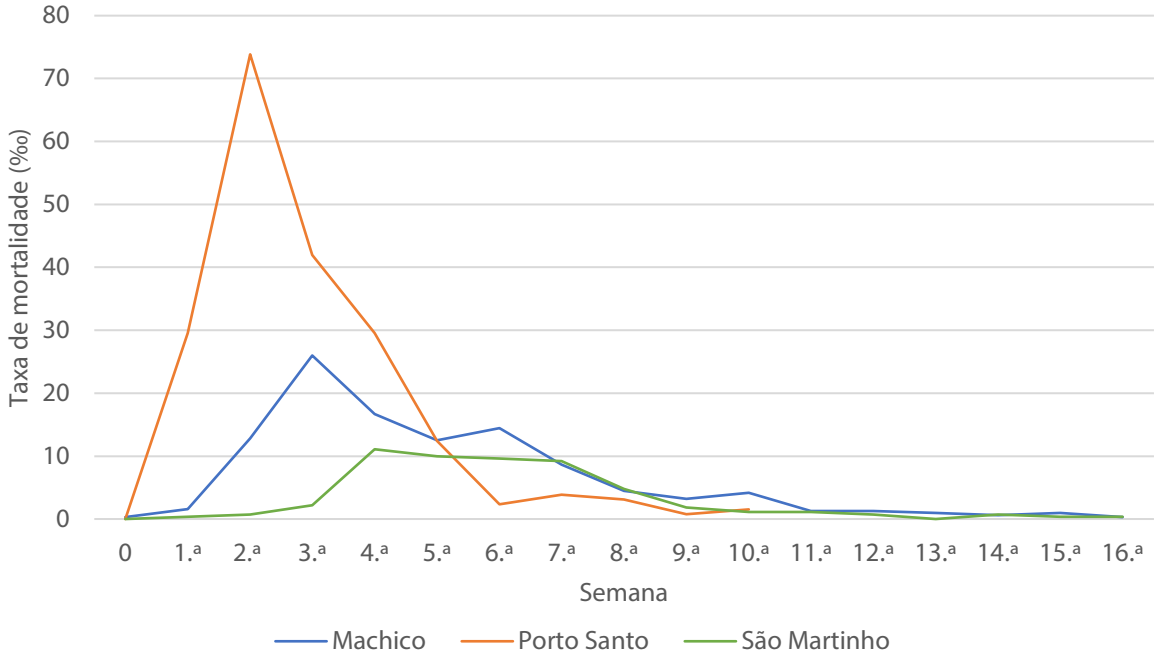
Nota: Esta tabela serve de apoio ao Gráfico XI, de forma a melhor visualizarmos a que período do ano corresponde cada semana.

Gráfico XI: Evolução da taxa de mortalidade (‰) por semana específica nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, durante o período em que a cólera esteve ativa, no ano de 1856



Uma observação preliminar do gráfico evidencia diferenças marcantes entre as três freguesias na evolução da mortalidade durante o período de atividade da cólera na Madeira. Machico foi a primeira freguesia a registar um aumento significativo na mortalidade, atingindo um pico de 25,33‰ já na Semana 31 do ano de 1856, ainda no mês de julho. São Martinho, por sua vez, apesar de ter registado o primeiro caso um dia antes de Machico, apresentou um pico menor, de 11,07‰, na semana seguinte (Semana 32), no início de agosto. No caso do Porto Santo, onde o primeiro caso foi registado em 18 de agosto, o pico máximo de mortalidade ocorreu já na semana seguinte (Semana 35), atingindo um valor significativamente elevado de 73,82‰. É importante apontar a presença de um segundo pico de mortalidade em Machico na Semana 34, ainda que inferior ao primeiro. Esse segundo aumento, ausente nas demais freguesias, pode estar associado à disseminação da epidemia em um sítio específico (ou em vários sítios) da freguesia com maior densidade populacional, ampliando, assim, o número de óbitos registados.

Gráfico XII: Evolução da taxa de mortalidade (‰) por semana nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, tendo como pondo de referência a semana antes da data do primeiro caso de cólera, em 1856, em cada uma das freguesias



Apesar das evidentes diferenças entre as três freguesias, consideramos que, de forma geral, a mortalidade associada à cólera segue um padrão comum. Caracteriza-se por um crescimento inicial rápido e acentuado, culminando no pico com o maior número de óbitos, seguido por um decréscimo gradual, que ocorre

de maneira mais ou menos acentuada e progressiva. Contudo, as diferenças no comportamento da mortalidade entre as freguesias são notórias, particularmente na velocidade de propagação (crescimento do número de óbitos), na severidade (concentração e total de óbitos registados) e na duração do impacto da epidemia. Estas disparidades reforçam a importância de abordagens específicas e diferenciadas para compreender plenamente os efeitos heterogéneos da epidemia nas diferentes regiões, considerando as particularidades de cada localidade.

Ao realizarmos uma análise comparativa da taxa de mortalidade semanal nas três freguesias, observamos que Machico apresenta o período mais longo, sugerindo que a epidemia de cólera esteve ativa por aproximadamente dez semanas. Em contraste, São Martinho e Porto Santo apresentam períodos mais curtos, que variam entre oito e nove semanas, respetivamente.

Analisando individualmente cada freguesia, o Porto Santo destaca-se como a freguesia onde o ataque de cólera foi mais violento, apresentando o maior e mais abrupto pico de mortalidade. Esse pico ocorreu na segunda semana após o registo do primeiro caso, alcançando uma taxa de 73,82‰, correspondente a 95 óbitos. A rápida propagação da epidemia nas fases iniciais é evidenciada pelo aumento abrupto no número de mortes, seguido por uma diminuição acentuada entre o pico e a sexta semana. Após esse período, observa-se uma ligeira subida na mortalidade, que posteriormente tende a estabilizar, sinalizando o recuo gradual da doença até à sua extinção.

Em Machico, o aumento do número de mortes foi mais gradual, com o pico a ocorrer na terceira semana, quando a taxa de mortalidade atingiu os 25,97‰, correspondente a 81 óbitos. Após esse pico, o número de mortes diminuiu, embora menos acentuadamente em comparação com o Porto Santo. São notadas, após a terceira semana e contrariando a tendência de decréscimo, duas muito ligeiras subidas no número de óbitos, na sétima e décima semanas. A estabilização da mortalidade ocorre a partir da décima primeira semana. Constata-se que a evolução da mortalidade em Machico é caraterizada por variações no número de óbitos, indicando flutuações na intensidade da epidemia ao longo do tempo, provavelmente à medida que afetava novos aglomerados populacionais.

São Martinho apresentou o menor número de mortes entre as três freguesias. O pico de mortalidade ocorreu entre a quarta e a quinta semanas, com uma taxa de 11,70‰ (30 óbitos), menos de metade da de Machico, seguido de uma diminuição gradual. Nesta freguesia, o impacto da epidemia foi mais baixo durante todo

o período, sugerindo que a cólera afetou a população de São Martinho de forma menos severa. No entanto, não podemos esquecer que os valores de mortalidade para esta freguesia foram ligeiramente influenciados pela existência de um hospital provisório em Santo António, para onde alguns doentes eram transferidos[74]. Essa transferência de casos ajuda a explicar, em parte, os valores mais baixos de mortalidade na freguesia, uma vez que a migração reduzia o risco de propagação da doença localmente, mitigando assim o impacto da epidemia na população.

A análise dos gráficos que apresentam as taxas de mortalidade semanal corrobora algumas das observações previamente realizadas, especialmente quanto aos efeitos desiguais da epidemia de cólera sobre o número de mortes nas diferentes freguesias. De facto, São Martinho destaca-se, também nesta apreciação, como a freguesia menos afetada pela epidemia. Em contrapartida, o Porto Santo evidencia-se como a localidade mais violentamente atingida, apresentando o pico mais intenso de mortalidade. Já Machico revela-se como a freguesia onde a cólera exerceu um impacto mais prolongado, mantendo taxas elevadas de mortalidade por um período de tempo mais extenso.

Considerações Finais

O presente estudo analisa a evolução da mortalidade nas freguesias de Machico, Porto Santo e São Martinho, dando especial atenção às doenças e epidemias causadoras de morte, ao longo de um período de 50 anos (1826-1875), caracterizado por múltiplos episódios responsáveis por excesso de óbitos. Em Machico, observa-se uma ligeira redução na mortalidade entre 1826 e 1856. Em São Martinho, não se identifica uma tendência clara até aproximadamente 1861; contudo, a partir desse ano, verifica-se um aumento contínuo da mortalidade. No Porto Santo, o número anual de óbitos mantém-se relativamente estável, embora apresente uma taxa de mortalidade persistentemente elevada entre 1845 e 1864. O ano de 1856 destaca-se em todas as freguesias pelo registo do maior número absoluto de óbitos e pela taxa de mortalidade mais elevada do período analisado.

A análise das medianas de mortalidade na primeira infância e no conjunto das restantes idades revela padrões distintos entre as freguesias. Em Machico

[74] Constatamos menos de cinco óbitos de moradores de São Martinho nos registos de Santo António. Identificamos ainda a existência de registos de óbito sem indicação do local de residência dos falecidos.

e São Martinho, as medianas da mortalidade nessas idades e nas idades superiores são semelhantes, com razões de 1,11 e 1,10, respetivamente. Já no Porto Santo, a mortalidade na primeira infância é substancialmente superior à das restantes idades, com uma razão de 2,36, indicando que, para cada óbito em faixas etárias superiores, ocorreram mais de duas mortes entre crianças menores de sete anos. Estes dados sugerem que a população do Porto Santo enfrentava condições sanitárias e socioeconómicas mais adversas.

As principais causas associadas aos episódios de mortalidade excessiva foram doenças infeciosas, com destaque para a epidemia de cólera em 1856, a escarlatina em 1857, a tosse convulsa em 1853 e a varíola em vários momentos. Além das doenças, as crises alimentares também desempenharam um papel significativo, nomeadamente em 1844-1845, quando a destruição das colheitas por uma praga de gafanhotos e uma doença na cultura da *semilha* comprometeu o abastecimento alimentar. Em alguns anos, as causas das crises não foram identificadas, mas os aumentos abruptos na mortalidade sugerem a ocorrência de eventos extraordinários. Circunstâncias pontuais, como um naufrágio em 1850 no Porto Santo, também contribuíram para episódios de mortalidade anómala.

A epidemia de cólera de 1856 – fulcro e, no fundo, pretexto deste estudo – apresentou impactos diferenciados entre as freguesias. O Porto Santo registou o pico mais elevado e abrupto de mortalidade, sugerindo uma rápida propagação e elevada letalidade. Em Machico, o impacto foi mais prolongado, com oscilações no número de óbitos ao longo do tempo. São Martinho, por sua vez, registou um impacto relativamente menor.

A análise etária da mortalidade em 1856 revela que a epidemia de cólera afetou desproporcionalmente indivíduos com sete ou mais anos, resultando num aumento significativo de óbitos nesta abrangente faixa etária em todas as freguesias. Em contrapartida, a mortalidade na primeira infância, embora elevada, manteve-se dentro dos padrões observados noutros períodos e noutras doenças, sugerindo uma menor exposição das crianças aos principais vetores de transmissão. Estas diferenças refletem uma vulnerabilidade etária diferenciada, provavelmente devido a exposição e resistência diferenciadas ao agente, a padrões de interação social e à supervisão das crianças.

Os resultados deste estudo contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciaram a mortalidade nas freguesias analisadas,

permitindo contextualizar os impactos de determinados eventos, tais como epidemias – com destaque para a cólera – e crises alimentares na população do século XIX.

Para terminar, gostaríamos de efetuar uma reflexão sobre esta nossa primeira incursão no campo da Demografia Histórica. O uso de diferentes métodos nesta área do conhecimento historiográfico pode resultar em interpretações divergentes sobre os efeitos de episódios específicos, devido à diversidade de abordagens e pressupostos adotados. Devemos enfatizar a necessidade de se utilizarem metodologias múltiplas e complementares para alcançar uma compreensão mais abrangente e precisa. A integração de diferentes modos de análise não apenas mitiga as limitações inerentes a abordagens individuais, mas também enriquece a compreensão dos fenómenos demográficos.

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, Santo António, Registos de óbito, lv.º 1246 (10-03-1843 – 31-12-1859).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, Porto Santo, Registos de óbito, lv.os: 1010 (19-08-1822 – 01-11-1831); 1011 (21-11-1831 – 28-05-1839); 1012 (02-06-1839 – 27-07-1850); 1013 (29-07-1850 – 14-07-1857); 1014 (16-07-1857 – 31-12-1859); 6328 (1860); 6329 (1861); 6330 (1862); 6331 (1863); 6332 (1864); 6333 (1865); 6334 (1866); 6335 (1867); 6336 (1868); 6337 (1869); 6338 (1870); 6339 (1871); 6340 (1872); 6341 (1873); 6342 (1874); 6343 (1875); 820 (02-06-1808 – 10-07-1827);

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, Porto Santo, Registos de batismo, lv.os: 988 (28-05-1838 – 07-02-1847); 989 (02-02-1847 – 10-05-1853); 990 (17-05-1853 – 27-12-1859); 6260 (1860); 6261 (1861); 6262 (1862); 6263 (1863); 6264 (1864).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, Machico, Registos de óbito, lv.os: 820 (02-06-1808 – 10-07-1827); 821 (16-09-1827 – 18-08-1846); 822 (09-09-1846 – 16-02-1860); 2860 (1860); 2861 (1861); 2862 (1862); 2863 (1863); 2864 (1864); 2865 (1865); 2866 (1866); 2867 (1867); 2868 (1868); 2869 (1869); 2870 (1870); 2871 (1871); 2872 (1872); 2873 (1873); 2874 (1874); 2875 (1875).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, Machico, Registos de batismo, lv.os: 804 (06-06-1844 – 21-03-1852); 805 (23-03-1852 – 29-02-1860); 2792 (1860); 2793 (1861); 2794 (1862); 2795 (1863); 2796 (1864).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, São Martinho, Registos de óbito, lv.os: 257 (30-10-1825 – 11-09-1842); 1251 (19-09-1842 – 04-01-1860); 1942 (1860); 1943 (1861) 1944 (1862); 1945 (1863); 1946 (1864); 1947 (1865); 1948 (1866); 1949 (1867); 1950 (1868); 1951 (1869); 1952 (1870); 1953 (1871); 1954 (1872); 1955 (1873); 1956 (1874); 1957 (1875).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Paroquiais, São Martinho, Registos de batismo, lv.os: 250 (12-02-1837 – 08-10-1851); 1249 (12-10-1851 – 04-01-1860); 1874 (1860); 1875 (1861); 1876 (1862); 1877 (1863); 1878 (1864).

Periódicos

Semanario Official, 10 de janeiro de 1857, n.º 129.

Diário de Notícias, 21 de fevereiro de 1911, n.º 10785.

A Chronica, 30 de junho de 1838, n.º 18.

A Flor do Oceano, 11 de fevereiro de 1866, n.º 276; 17 de fevereiro de 1866, n.º 277.

Cartografia

AZEVEDO, António Pedro de, PALHA, J. F. M. (grav.), 1879, *Carta geo-hidrográfica da ilha da Madeira e dos ilhéus e baixos adjacentes*, s.l., s.e., 1 mapa, escala de 1:36450, Biblioteca Exército, disponível em http://id.bnportugal.gov.pt/bib/rnod/269884, acedido a 17 de julho de 2024.

Bibliografia

ALMEIDA, Helder Joaquim de Pinho Almeida, 1996, «Ensaio sobre Róis de Confessados da Paróquia de São Vicente de Pereira Jusã 1815-1875», in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 219-239.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, 2011, «A Epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa», in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 18, n.º 4, pp. 1057-1071.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, 2021, «As epidemias de cólera em Portugal 1833-1975», in COUTO, Jorge (ed.), *Atlas de história de Portugal: uma perspectiva geopolítica*, s.l., Sociedade Francisco Manuel dos Santos, pp. 232-233.

Anais do Município do Porto Santo, 1989, introdução e notas de Alberto Vieira e João Adriano Ribeiro, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo.

ANTUNES, Hugo André da Silva, 2013, *Tosse Convulsa: Uma Doença Ainda Actual*, Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina, policopiado, Porto, Universidade do Porto.

ARON, Janine, MUELLBAUER, John, GIATTINO, Charlie, RITCHIE, Hannah, 2020, «A pandemic primer on excess mortality statistics and their comparability across countries», in *OurWorldinData.org*, disponível em https://ourworldindata.org/covid-excess-mortality, acedido a 18 de setembro de 2024.

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, GODINHO, Anabela de Deus, 2001, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, NEPS/ICS, Universidade do Minho.

BARRETO, Xavier, CORREIA, José Pedro, CUNHA, Otávio, DELERUE MATOS, Alice, PEIXOTO, José, MACHADO, José Cunha, ALVES, Odete, SANTOS, Nina Sousa, 2014, *A mortalidade infantil em Portugal: evolução dos indicadores e factores associados entre 1988 a 2008*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BRANCO, Rui Miguel C., 2005, «Contar (com) as pessoas: o recenseamento geral da população 1864», in *Revista da História das Ideias*, vol. 26, pp. 385-438.

BIRABEN, Jean-Nöel, 1984, «Epidemias na História da População», in MARCILIO, Maria L. (org.), *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, pp. 111-131.

DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues, 1992, *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*, vol. I, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado, Porto.

DEL PANTA, Lorenzo, LIVI-BACCI, Massimo, 1977, «Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850», in *Population*, 32ᵉ année, n.º 1, pp. 401-446.

FERRAZ, Maria de Lurdes Freitas, 1990, «A Cidade do Funchal na 2.ª Metade do Século XVIII – Freguesias Urbanas», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira,* s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 265-284.

LIVI-BACCI, Massimo, 2017, *A Concise History of World Population*, 6th ed., Hoboken, John Wiley & Sons, Inc.

MESNARD, Jean, 2010, «Hommage à Jacques Dupâquier, de l'Académie des sciences morales et politiques», in *Canal Academies*, disponível em https://www.canalacademies.com/emissions/en-seance/academie-des-sciences-morales-et-politiques/hommage-a-jacques-dupaquier-de-lacademie-des-sciences-morales-et-politiques, acedido a 28 de maio de 2024.

PÃO, Nélio, 2015, «A Epidemia de Cólera de 1856 na Madeira: Tratamentos, Medidas Preventivas, Preocupações Sanitárias e Cuidados com o Corpo», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 323-346.

PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa Ferreira, 1990, «A Madeira na Viragem do Século (1860-1930) – Características da Sua Evolução Demográfica», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira,* s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 327-354.

PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa Ferreira, 1993, «Aspectos do Povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira,* Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 403-471.

RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo: Aspectos da sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo.

RIBEIRO, João Adriano, 2001, *Machico – Subsídios para a História do seu Concelho*, Machico, Câmara Municipal de Machico.

S.A., s.d., «Desenvolvimento infantil», in *UNICEF – para cada criança – Brasil*, disponível em http:// https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil, acedido a 25 de julho de 2024.

S.A., 1868, *Estatística de Portugal – População: Censo no 1.º* de Janeiro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional.

S.A., 1881, *Estatística de Portugal – No 1.º de Janeiro 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional.

S.A., 2024, «Lista de freguesias da Madeira», in *Wikipédia*, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias_da_Madeira#Refer%C3%AAncias, acedido a 9 de outubro de 2024.

SANTOS, Gutiele Gonçalves dos, 2024, «Marcas da escravidão, cicatrizes da varíola: a utilização dos métodos de inoculação e vacinação», in *Site do Observatório História e Saúde*, disponível em https://ohs.coc.fiocruz.br/posts_ohs/marcas-da-escravidao-cicatrizes-da-variola-a-utilizacao-dos-metodos-de-inoculacao-e-vacinacao/, acedido a 5 de novembro de 2024.

SANTOS, Filipe dos, 2006, «Os Homens e a Morte na Freguesia de Santa Cruz (1801-1810): Aspectos Demográficos», in *Origens*, n.º 13, pp. 37-53.

SANTOS, Filipe dos, 2007, «Os Homens e a Morte no Antigo Regime e no Século XIX: Alguns Aspectos Demográficos», in *ILHARQ – Revista de Arqueologia e Património Cultural do Arquipélago da* Madeira, n.º 7, pp. 90-105.

SANTOS, Carlota, MATOS, Paulo Teodoro de, SOUSA, Paulo Oliveira e, 2013, «Dinâmicas Demográficas e Crises de Mortalidade na Cidade do Funchal, 1750-1830», in SANTOS Carlota, MATOS, Paulo Teodoro de (coord.), *Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 55-75.

SARMENTO, Tenente-Coronel Alberto Artur, 1933, *Notícia Histórico-Militar Sobre a Ilha do Porto Santo*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias.

SILVA, Padre Fernando Augusto da, MENESES, Carlos Azevedo de, 1978, *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., vol. I, s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura.

VASCONCELOS, José Maximo de Castro Neto Leite e, 1864, *Collecção Official da Legislação Portugueza, Anno de 1863*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 373-377.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 543-579
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Edificação do Cemitério Público da Calheta no Século XIX. O Altar e o Retábulo da Capela – Obra das Oficinas da Escola Industrial António Augusto de Aguiar[1]

The Construction of the Calheta Public Cemetery in the 19th Century. The Altar and Altarpiece of the Chapel – Work from the António Augusto de Aguiar Industrial School Workshops

Fátima Abreu[2]

Resumo

A realização de uma obra de talha, destinada ao altar e retábulo da Capela de Nossa Senhora da Piedade do Cemitério público da freguesia da Calheta, nas oficinas de carpintaria e marcenaria da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, levou-nos a olhar a temática dos cemitérios.

---

[1] Abreviaturas e siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; AHDF – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal; arm. – armário; cf. – confira/confronte; CMCLT – Câmara Municipal da Calheta; cx. – caixa; DRC – Direção Regional da Cultura; EIAAA – Escola Industrial António Augusto de Aguiar; EICF – Escola Industrial e Comercial do Funchal; ESFF – Escola Secundária Francisco Franco; fl(s). – folha(s); gav. – gaveta; JUD – Judiciais; l.º(s) – livro(s); mf. – microfilme; of. – ofício; p(p). – página(s); n.º – número; PL. – Planche; PRQ – Paroquiais; pt. – pasta; rs. – réis (moeda); UMa – Universidade da Madeira; v. – verso; vol(s). – volume(s).
Nas citações e transcrições documentais, no corpo de texto e em rodapé, a grafia foi atualizada.

[2] Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1989). Bacharel em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1975). Docente de História na EICF onde fez estágio em 1976-1977. Lecionou, até ao fim da carreira, na ESFF. Esteve destacada: nos anos letivos de 2009-2010 a 2012-2013, no Serviço Educativo do Arquivo Regional da Madeira, hoje ABM, e, entre setembro de 2016 e abril de 2018, na DRC, dedicada à investigação de duas figuras de proa do século XIX, doadas em 2001 ao Museu Quinta das Cruzes, que origina a publicação *Memória do Red Jacket – de famoso transatlântico a pontão de carvão*, 2021, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Colabora na obra editada em 2016 pelo Arquivo Regional da Madeira: *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol. I, *Administração e História*, vol. II, *Apontamentos biográficos de presidentes da Junta Geral no século XX*. Tem vários artigos no projeto Aprender Madeira – *Madeira Global – Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Publica, em parceria com Urânia Maria Pita Gaspar, em 2008, *Os Símbolos da Cidade do Funchal*, n.º 2 da coleção "Funchal 500 Anos", Funchal, Funchal 500 anos. Contacto: abreu.mariadefatima@gmail.com.

A existência destes espaços de enterramento, cercados de muros e distantes dos povoados, é decretada em Portugal a 21 de setembro de 1835, com o liberalismo, que levantava questões respeitantes ao sepultamento nas igrejas e à saúde da população.
O estudo conduziu-nos à necessidade de verificar, por um lado, como decorreu na ilha o cumprimento do referido decreto. Por outro, tentamos saber onde eram, até então, sepultados os mortos deste concelho.
Atendendo a que o altar e retábulo da Capela do Cemitério da Calheta foram executados na Escola Industrial António Augusto de Aguiar, e o autor da pintura é o seu diretor, quisemos conhecer aquele estabelecimento escolar e a relação deste com o município, a tipologia das oficinas e os mestres responsáveis pela obra de talha e pintura, que foram alvo de análise neste estudo.

Palavras-chave: Calheta; Cemitérios; Capela; Altar; Retábulo; Liberalismo; Escola Industrial António Augusto de Aguiar.

Abstract
The creation of a carving work, intended for the altar and altarpiece of the Chapel of Nossa Senhora da Piedade of the public cemetery at the parish of Calheta, in the carpentry and joinery workshops of the António Augusto de Aguiar Industrial School, led us to look at the theme of cemeteries.
The existence of these burial spaces, surrounded by walls and located far from villages, was decreed in Portugal on 21 September 1835, during the liberal period, which raised questions concerning burials in churches and public health.
The study led us to the need to verify, on the one hand, how compliance with the aforementioned decree occurred on the island. On the other hand, we tried to find out where the deceased of this municipality had been buried until then.
Considering that the altar and altarpiece of the Calheta Cemetery Chapel were created at the António Augusto de Aguiar Industrial School, and that the author of the painting is its director, we wanted to learn more about that school establishment and its relationship with the municipality, its typology workshops, and the masters responsible for the carving and painting work, all of which were subject of analysis in this study.

Keywords: Calheta; Cemeteries; Chapel; Altar; Altarpiece; Liberalism; António Augusto de Aguiar Industrial School.

Introdução

Ao longo dos séculos, no mundo ocidental, a relação dos vivos com a morte modifica-se e os lugares de inumação alteram-se. Philippe Ariès ajuda-nos a compreender esta mudança. Num estudo sobre a morte, com incidência em França, referencia algumas balizas temporais, admitindo a existência de semelhanças, nem sempre coincidentes, entre países da Europa.

Até ao fim da Antiguidade Clássica os mortos são enterrados longe das povoações ao longo das estradas ou incinerados, porque «eram impuros: demasiado próximos, arriscavam manchar os vivos. A morada de uns devia estar separada do domínio dos outros a fim de evitar qualquer contacto […]. Era uma regra absoluta»[3]. A Lei das Doze Tábuas prescrevia: «Que nenhum morto seja inumado nem incinerado no interior da cidade»[4]. O código de Teodósio retoma o mesmo princípio e ordena «Que todos os corpos encerrados em urnas ou sarcófagos, no solo, sejam retirados e colocados fora da cidade»[5].

Deste modo, os cemitérios mostram-se na paisagem claramente destacados das povoações.

A Idade Média marca o momento em que os túmulos se encostam às igrejas ou as enchem. Na topografia urbana o cemitério torna-se invisível, perde identidade, «confunde-se com as dependências da igreja, os espaços públicos»[6]. Abandona-se por completo o que antes é proibido sendo substituído «por uma atitude nova de indiferença ou de familiaridade. Os mortos, a partir de então e durante muito tempo deixaram totalmente de meter medo»[7], e «deixou de haver em parte alguma igreja que não recebesse sepulturas nos seus muros e não estivesse junto a um cemitério»[8]. Isto ocorre aproximadamente entre o século V e o final do século XVIII[9], abrangendo todo o Antigo Regime, tanto na cidade como nas zonas rurais. Esta nova forma de encarar a morte física é de difícil datação e varia de lugar para lugar. A razão desta mudança pode dever-se à crença de que se acede à vida eterna[10] pela «fé na ressurreição dos corpos, associada ao culto dos antigos mártires e dos seus túmulos»[11].

Philippe Ariès refere-se a este sentimento, citando um autor do século XVI que reconhece serem «os cemitérios não […] simples sepulturas e reservatórios de corpos mortos, mas antes […] lugares santos ou sagrados, destinados às orações pelas almas dos falecidos que aí repousam»[12] e reforça esta ideia afirmando-os:

---

3 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.
4 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.
5 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.
6 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 210.
7 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 49.
8 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 50.
9 Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 41.
10 Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 22.
11 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 43.
12 ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 55.

«lugares santos e sagrados, públicos e frequentados, e não impuros e solitários»[13] e que «a vista do túmulo convida os próximos do defunto a lembrarem-no e a lembrá-lo a Deus, sempre que visitam o lugar santo»[14].

Por muito tempo o direito canónico olhou o cemitério ao lado da igreja ou o enterro no seu interior de forma diversa. O Concílio de Braga (563) proibira enterramentos no interior das igrejas, permitindo-os apenas no exterior dos seus muros e os concílios da Reforma Católica mantêm esta determinação, que não é cumprida[15]. No final do século XVI e no XVII, alguns estudiosos interrogam-se «sobre os fenómenos observados nos túmulos»[16], hoje explicados por «explosões devidas aos gases da decomposição»[17]. Philippe Ariès afirma que esta situação só deixa de ser suportada no fim do século XVIII limitando-se os enterramentos no interior da igreja a casos de exceção e considera «notável que se tenha começado a prestar atenção a este género de fenómenos um século antes de o tornar uma questão pública e de mobilizar a opinião»[18], havendo médicos que os relacionam com as epidemias. No entanto, a falta de demonstração a par das crenças, adiam a informação[19].

No século XIX e início do século XX, «o cemitério regressa na topografia»[20]. Como na Antiguidade Clássica, a nova configuração do cemitério instala «uma rutura na coexistência entre vivos e mortos. Exilado para a periferia das povoações, cercado por um muro e dissimulado por árvores»[21].

Fernando Catroga percorre nalguns países europeus as datas em que os enterramentos nas igrejas são proibidos: Suécia, 1783; Espanha, 1785-1787, com resistência; Império Austro-Húngaro entre 1784-1788; e a Grã-Bretanha apenas generaliza legislação deste tipo nos meados do século XIX, apesar de existirem já alguns cemitérios desde 1718[22].

Segundo José Pedro Machado, pelos anos de 1129-1130, a morada de descanso eterno, "lugar para dormir", *koimètérion* (do grego) ou *coemeterium* (do latim),

[13] ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 55.
[14] ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, p. 65.
[15] Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. I, pp. 60-61.
[16] ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 211.
[17] ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 211.
[18] ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, p. 212.
[19] Cf. ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, pp. 212-213.
[20] ARIÈS, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vol. II, pp. 210.
[21] CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, p. 45.
[22] CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, pp. 43-44.

está documentada no país de forma escrita, talvez de articulação vulgar, como *cimiterium*[23]. Neste sentido, tanto será cemitério o chão sagrado de igrejas e capelas, interior e adros, que servem este fim por séculos como, apesar de secularizados, o serão os cemitérios públicos concelhios.

Em Portugal, questões sobre saúde e enterros são levantadas com o Iluminismo de meados do século XVIII. Com a revolução liberal, em 1820, os enterros e os cemitérios foram, por três vezes, assunto apresentado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa[24], mas a existência de cemitérios públicos como benefício para a saúde da população apenas é determinada no reinado de D. Maria II, por decreto de 21 de setembro de 1835. As populações resistem à sua construção. Um sentimento de profundo desagrado acompanhado da instabilidade política e da fragilidade económica dificultam a governação e ocasionam revoltas no Continente português, sobretudo a Norte, e levantamentos de maior ou menor dimensão um pouco por todo o país[25]. E persiste por muito tempo ainda o uso daquela prática. A secularização do cemitério torna-o «aos olhos das populações mais tocadas pela religiosidade num lugar profano e de exílio»[26] e, num país católico, segundo a legislação que os cria, também devem ser benzidos pelo pároco ou eclesiástico beneficiado da freguesia.

O Regulamento por decreto de 8 de outubro de 1835 e a Circular de 4 de setembro de 1836 divulgam a nova lei por todo o país e especificam detalhes sobre a obrigação da sua construção «fora dos limites das povoações e com a exposição mais conveniente à salubridade delas»[27]. Inicia-se desta forma «um longo processo de mudança de comportamentos relativamente à salubridade, higiene, e saúde das populações»[28]. Ao longo das décadas seguintes, e com base na proteção da saúde pública, muita outra legislação força a existência de espaços públicos para o descanso final.

---

[23] MACHADO, 1989, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. II, p. 112.

[24] SUBTIL, 2021, «O Conselho de Saúde Pública, uma imanência da Revolução de 1820», p. 144.

[25] Cf. ASSUNÇÃO, 2018, «Entre a vida e a morte: a importância dos registos cemiteriais para o estudo de moléstias no cemitério municipal de Loures (1890-1900), p. 315.

[26] CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, p. 45.

[27] *Diário do Governo*, 24 de setembro de 1835, n.º 226, Decreto do estabelecimento dos cemitérios públicos do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães.

[28] ASSUNÇÃO, 2018, «Entre a vida e a morte: a importância dos registos cemiteriais para o estudo de moléstias no cemitério municipal de Loures (1890-1900)», pp. 315, 317.

Assim, impostas regras relativas à definição urbana dos lugares de enterramento a bem da saúde das populações, e após esta mudança de caráter civilizacional, deve fazer-se a distinção entre os que obedecem à nova lei e os já existentes nas paróquias junto às igrejas.

No arquipélago da Madeira, o período do povoamento determina que apenas seja conhecido o hábito de sepultar as pessoas falecidas no chão considerado sagrado – sepultura *ad sanctus* –, no interior de capelas e igrejas e nos seus adros, onde os familiares sentem a sua proximidade.

Apesar da legislação existente afastar os cemitérios públicos das povoações, neste território insular regista-se a existência de três sepultamentos, já na segunda metade do século XIX, na capela do Loreto: 1856, 1857 e 1858, um em cada ano[29]. Tomámos estes registos como exemplo, mas acreditamos haver outros devido à falta de cemitérios obedecendo às novas regras e pela pressão de epidemias como a da cólera nos anos referidos.

A morosidade da execução de cemitérios públicos de acordo com o decreto de 21 de setembro de 1835, seguido do regulamento e da circular, parece manifestar também uma forma de resistência. Deve-se à falta de terras concelhias disponíveis, como é afirmado numa ata da Câmara Municipal da Calheta de 19 de março de 1864[30], ou à falta de orçamento municipal suficiente para a sua aquisição/expropriação apesar de a mesma lei autorizar os municípios a usar essa forma de aquisição «porque o domínio se transfere *in perpetuum*»[31]. Razões que se juntam talvez à «estranheza conjugada com receios de aumento de cargas fiscais suscitados pela sua construção e com dificuldades de ordem burocrática»[32] podem explicar as resistências à sua implantação.

Segundo os autores do *Elucidário Madeirense*, no distrito do Funchal, antes desta legislação, apenas os falecidos no Hospital eram sepultados no cemitério da Santa Casa da Misericórdia situado no lado das Angústias. Com a lei de 1835, a Câmara Municipal do Funchal encetou diligências para a cedência desse pequeno cemitério junto daquela entidade e com o conde João de Carvalhal para a venda dos terrenos contíguos destinados ao seu alargamento. A mesma fonte refere que

[29] LADEIRA, 2019, *Arco da Calheta, Património Religioso e alguns aspetos do quotidiano*, p. 208.
[30] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fls. 26, 26v.
[31] *Diário do Governo*, 24 de setembro de 1835, n.º 226. Decreto do estabelecimento dos cemitérios públicos do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, p. 327.
[32] CATROGA, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, p. 45.

as terras necessárias são «generosamente oferecidas ao município» por carta datada de 8 de julho de 1836[33]. Segundo a *Correspondência Expedida* da Câmara Municipal da Calheta «Foi necessária a instituição da Junta Geral do Distrito do Funchal[34] para os concelhos voltarem a falar do que […] falta para a sua população» como é o caso dos cemitérios[35].

Os primeiros cemitérios públicos municipais construídos são os de São Roque e Angústias em 1836. Este último concluído em 1838, no mesmo ano do cemitério do Porto Santo, e, segundo a mesma fonte, benzido pelo vigário capitular e governador do bispado do Funchal António Alfredo de Santa Catarina Braga[36]. Defensor dos princípios liberais, este prelado emite pastoral sobre a proibição de enterros nas igrejas ou nos seus adros. Cumpre, assim, a determinação de D. Maria II, através do Ministério do Reino e da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça «para que pelas autoridades administrativas se vençam as dificuldades locais, que em alguns pontos se opõem à execução»[37] de cemitérios públicos segundo a lei. E exorta os párocos a explicar ao povo as suas vantagens. A mesma pastoral determina que «Estas disposições começarão a ter o devido efeito nas quatro freguesias da cidade, a saber, Sé, Nossa Senhora do Socorro, São Pedro e Santa Luzia logo que seja benzido o cemitério público mandado construir pela Câmara Municipal no sítio das Angústias»[38]. Segundo os autores do *Elucidário Madeirense*, a bênção ocorre a 8 de julho de 1838[39], tendo os trabalhos sido concluídos em maio.

No Funchal, seguem-se os de Santa Luzia em 1840 e São Gonçalo em 1841[40]. O conselheiro José Silvestre Ribeiro, governador civil deste distrito entre 7 de julho de 1846 e 13 de novembro de 1852, que teve uma ação abrangente em várias áreas de desenvolvimento social, económico e de obras públicas a fim de melhorar o

---

[33] SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 67.

[34] Com o Liberalismo, o Código Administrativo de Passos Manuel (dezembro de 1836) dá às Juntas Gerais funções e atribuições de um verdadeiro sistema administrativo. No entanto, em 1892, estes organismos são extintos (decreto de 6 de agosto) e o Código Administrativo de 1896 mantém esta decisão. Mas, por decreto de 4 de março de 1895, o arquipélago dos Açores consegue, com caráter de exceção, recuperá-las para os seus distritos administrativos. Na Madeira isso apenas acontecerá por carta de lei de 12 de junho de 1901, de D. Carlos. *Vide* ABREU, 2016, «Relações de Dependência […]», p. 52.

[35] CMCLT, Correspondência Expedida, l.º. 160, fl. 123.

[36] Cf. TRINDADE, 2022, «Braga, António Alfredo de Santa Catarina», pp. 541-543. António Alfredo de Santa Catarina Braga é designado, por decreto de 7 de novembro de 1834, governador do bispado do Funchal, cargo que ocupa até 26 de março de 1840.

[37] AHDF, Bispado/Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

[38] AHDF, Bispado/Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

[39] SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 67.

[40] SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 255.

estado da população madeirense, alerta as câmaras municipais para a urgência da construção de cemitérios, manifestamente em falta. Afirma mesmo estar «disposto […] a não descansar enquanto não estiver de todo lavada a nódoa, que neste ponto mancha a civilização da Madeira; e em último caso [levantaria] um brado de censura contra as Câmaras […] remissas»[41]. Apesar disto, os autores do *Elucidário Madeirense* afirmam que, nos concelhos rurais, o seu estabelecimento foi demorado e que, segundo um jornal da época que não identificam, em São Jorge e no Arco de São Jorge não existiam ainda em 1862[42].

Aquisição de Terras e Edificação de Cemitérios no Concelho da Calheta

A lentidão com que é tratado o assunto dos cemitérios na Madeira continua muito para lá dos esforços do conselheiro José Silvestre Ribeiro, no início da década de 50 do século XIX, e até para além dos dois exemplos citados, dados como tardios pelos autores do *Elucidário Madeirense*. Os governantes com essa responsabilidade pressionam as câmaras para a sua existência, mas essa falta persiste.

Isso mesmo se demonstra pela análise do que ocorre no concelho da Calheta num momento de especial pressão pelo número de óbitos decorrente da epidemia de cólera em 1856, apesar de o art. 7.º do decreto de 1835 determinar que «os cemitérios ora existentes, deverão ser removidos para sítio conveniente»[43]. No caso em observação, a procura urgente de locais de sepultamento leva o Administrador do Concelho da Calheta a decidir usar, na sua área de jurisdição, os adros da igreja da vila e de algumas das capelas existentes para sepultar os mortos. Esta decisão, à qual a Câmara Municipal dá seguimento, pode ser observada nos óbitos dos registos paroquiais desta freguesia. Situação semelhante ter-se-á verificado noutras.

Os livros de registo de óbitos mostram uma realidade contrária ao cumprimento da lei, pelo facto de a legislação atribuir às câmaras a responsabilidade dos cemitérios públicos e ser a própria Câmara Municipal da Calheta a mantê-los nos lugares habituais por muito tempo.

---

41 BLANC *et. al.*, 1851, *Brevíssima resenha de alguns dos serviços que ao distrito do Funchal tem prestado o Conselheiro José Silvestre Ribeiro*, pp. 17, 18.

42 SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 255.

43 *Diário do Governo*, 24 de setembro de 1835, n.º 226.

A 6 de agosto de 1856 é no adro da capela de São Pedro de Alcântara, no Lombo do Atouguia, o «novo cemitério»[44], assim como no da capela de Santo António, no Lombo do Salão, por vezes designado «cemitério de Santo António dos Milagres»[45], não citado até aí, que são sepultados muitos dos falecidos[46]. Na década de 60 do mesmo século, verifica-se pelos registos de óbito que os sepultamentos não têm local fixo, variando entre capelas e igreja matriz, certamente em razão da proximidade da residência do falecido.

Imagem I – Capela de Santo António dos Milagres, Lombo do Salão, Calheta[47]
(março de 2024)



Fonte: Fotografia de Fátima Andrade.

[44] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 14, fl. 50v.

[45] SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 237. Esta capela é referida no *Elucidário Madeirense* afirmando os seus autores que nela «se praticam ainda atos de culto» e que «é seu proprietário Juvenal R. Vasconcelos».

[46] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 14, fls. 57v.-59.

[47] ABM, CMCLT, Classificação de Imóveis existentes neste concelho (capelas e Igrejas), pt. 1496, of. 65, 21 de janeiro de 1975. Neste documento, esta capela está classificada como "de valor concelhio" desde 31 de outubro de 1972.

Nos anos 70, quem morre é sepultado nos adros da igreja da vila, das duas capelas antes referidas e, ainda, na capela do Bom Sucesso no Lombo da Estrela[48].

Nestes registos paroquiais a primeira menção a "cemitério público" aparece a 13 de agosto 1862[49], apesar de, há muito, a legislação em vigor ter proibido a inumação nos adros das capelas. Este facto estabelece alguma confusão, primeiro porque ainda não foi construído, nem foi adquirida a sua terra e, depois, porque a descrição é indefinida e pouco esclarecedora. Em outubro desse ano, outros enterramentos são «no cemitério desta vila»[50], neste mesmo ano, vários outros «no cemitério público desta vila»[51] e, por fim, «no cemitério público de Santo António»[52], o que permite pensar ser este o único cemitério e que o mesmo é *cemitério público*.

No ano de 1863, em 61 sepultamentos 11 são «no cemitério público desta freguesia», especificando que alguns são «no Lombo do Salão»[53], por isso será o de Santo António. Mas, num dos casos, o cemitério público é no Lombo da Estrela. De onde se deduz que o conceito de cemitério público está ainda pouco claro. Por esta altura, quando a inumação é «no cemitério público desta freguesia»[54] não fica esclarecido qual deles é. Em 1864 há descrições idênticas, mas em menor número, sendo a opção, na maioria dos casos, «no cemitério desta freguesia»[55]. Nos anos de 1865, 1866 e 1867, sem qualquer exceção, a descrição do lugar de sepultamento uniformiza-se e fixa-se na forma: «no cemitério público desta freguesia»[56].

Procurámos a razão deste facto nas atas das sessões de vereação da Câmara Municipal da Calheta o que nos leva novamente à ata da vereação de 19 de março de 1864. Verificámos que nessa sessão é deliberado «dar princípio ao cemitério desta paróquia» respeitando as instruções do Conselho de Saúde Pública de 1 de agosto de 1863[57]. A câmara toma conta desta sua incumbência, mas será que o faz como legislado? Esta ata tem uma adenda que acrescenta um esclarecimento sobre a

[48] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 14, fl. 51.
[49] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fls. 6, 6v.
[50] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fl. 8.
[51] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fls. 8v., 9, 9-9v.
[52] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4392, fl. 11.
[53] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4393, fls. 2, 4v., 5, 5v., 5v.-6.
[54] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4393, fls. 6, 6v., 7, 9v., 10.
[55] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.º 4394.
[56] ABM, PRQ, Calheta, Óbitos, l.os 4395, 4396 e 4397.
[57] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fls. 26, 26v.

posse da terra que até aí serve de cemitério. No requerimento do visconde de Fonte Arcada[58], que o seu procurador António Caetano da Costa Muniz apresenta, aquele senhorio refere:

> «ter esta Câmara no ano de 1856 estabelecido um cemitério em terra do requerente no sítio de Santo António, no Lombo do Salão desta freguesia sem expropriação e sem contrato nem contemplação alguma com o senhorio da terra e pede que o dito se realize pela estipulação de um foro perpétuo e pelo pagamento dele desde aquele ano»[59].

Sobre este assunto os vereadores deliberaram oficiar ao senhorio, através do seu procurador, argumentando que aquele cemitério havia sido «estabelecido, provisoriamente»[60] por ordem do administrador do concelho devido à cólera *morbus*. Mas, acabada essa necessidade, o pároco continuara a sepultar ali finados sem que disso resultasse benefício algum para a câmara porque, segundo o *Regulamento dos cemitérios*, o secretariado da municipalidade está incumbido de cobrar aos herdeiros de quem se enterra o pagamento pelo covato, de acordo com a sua categoria. Assim, como até hoje acontece, os cemitérios públicos rendem anualmente para o orçamento do município pelo produto da venda de terra para jazigos e pelas taxas das sepulturas ou covatos – o que, no caso, não aconteceu. Isso permite pensar que a continuidade dos enterramentos nesta capela seria uma clara atitude de resistência à lei em vigor ou do «pouco zelo do pároco»[61], parafraseando a pastoral do governador do bispado António Alfredo de Santa Catarina Braga. Este documento aponta ainda outra razão para a falta de cumprimento da lei: os «discursos dos indivíduos que lucram com a manutenção daquela prática tão funesta à saúde dos povos»[62].

A Câmara Municipal da Calheta delibera a 19 de março de 1864 dar princípio ao cemitério público municipal da freguesia, mas apenas em 1878 adquire a terra

---

[58] Visconde de Fonte Arcada é um título nobiliárquico "De jure e herdade" criado por D. Afonso VI, por carta de 6 de fevereiro de 1671, a favor de Pedro Jacques Magalhães, destacado militar das batalhas da Restauração. O visconde Fonte Arcada referido neste texto, por surgir na documentação como proprietário das terras vendidas para o cemitério da freguesia da Calheta, é António Francisco Jacques de Magalhães (1793-1880), 5.º deste título, casado com Isabel Raposo d'Alte Espargosa. É «Par do Reino, Cavaleiro da Muito Nobre e Antiga Ordem de Torre e Espada, do Valor Lealdade e Mérito, Ex-Administrador Geral do Distrito de Leiria, Coronel das Extintas Milícias do Sexto Batalhão Nacional fixo, do Terceiro Provisório, do Quinto da Guarda Nacional de Lisboa e Comandante-Geral e interino da mesma Guarda». Cf. FONTE ARCADA, 1869, *Vozes Leais ao Povo Portuguez*, frontispício, e ABM, JUD, cx. 3237-16, fl. 18. Esta família tem um morgado na ilha da Madeira e Lourença Antónia de Menezes, viúva de Henrique Jaques Magalhães, em 1707, requere tombo dos bens do mesmo por seu filho, João Pedro Jaques de Magalhães, afirmando haver bens dele «alheados e sonegados». Cf. ABM, JUD, cx. 3237-16, fl. 12.

[59] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fl. 27.

[60] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fl. 27.

[61] AHDF, Bispado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

[62] AHDF, Bispado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

para a sua construção. Assim, até aí, como demonstram os registos de óbito, há o que chamam de cemitério público do Lombo do Salão, que usa a terra pertencente à capela de Santo António dos Milagres, cujo senhorio é o visconde de Fonte Arcada, sendo a responsabilidade daquele espaço da câmara.

No mesmo ano, neste concelho rural, são também adquiridas terras para os cemitérios do Estreito da Calheta e do Arco da Calheta. A extensão do seu território assim o exige[63].

A escritura de compra e quitação de duas porções de terra, necessárias à construção do cemitério da freguesia da Calheta, precisamente no sítio do Lombo do Salão, data de 24 de julho desse ano[64]. Um prédio rústico com

> «mil seiscentos e trinta e um metros e cinco decímetros quadrados, confrontando a Norte e Leste com os vendedores, a Sul com António Joaquim de Vasconcelos e a Oeste com a vereda dos heréus. E outra porção de terra, no mesmo sítio, para o caminho de entrada no mesmo, de cento e cinquenta e um metros quadrados e vinte e cinco decímetros a confinar, a Norte e Sul com os vendedores, a Leste com a vereda dos heréus e a Oeste com o caminho do Lombo do Salão»[65].

Os vendedores são o visconde de Fonte Arcada, António Jacques de Magalhães e esposa Maria Isabel Raposo de Sousa d'Alte Espargosa, residentes em Portugal continental, representados pelo seu procurador, Diogo de Sousa Drummond, proprietário, residente na cidade do Funchal[66].

---

[63] O Concelho da Calheta tem oito freguesias: Calheta, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Ponta do Pargo, Prazeres, Fajã da Ovelha, Jardim do Mar e Paul do Mar, sendo dos concelhos da ilha da Madeira o mais extenso. Este texto trata do cemitério público da Calheta para o qual é adquirida terra no ano de 1878. Nesta data a Câmara Municipal da Calheta adquire terra para outros dois cemitérios, o do Arco da Calheta e o do Estreito da Calheta (este, em terras que antes pertenciam ao Conde da Calçada custou 299:850 rs. ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 98. O livro, que existe, de registo de sepultamentos destas duas freguesias data os primeiros sepultamentos a 27 de dezembro de 1927 e 3 de julho de 1938, respetivamente, mas estes cemitérios são referidos muito antes, nos livros de Receita e Despesa desta câmara. E têm guardas que auferem, cada um, 6:000 rs. anuais, tal como o do cemitério municipal da Calheta. Em 1881 o cemitério da Ponta do Pargo está a ser construído, pois tem apontador, e em 13 de setembro de 1883 já tem guarda, pelo que se depreende estar já em funcionamento. O mesmo acontece com o dos Prazeres que também já tem guarda em 2 de junho de 1883. ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210. Faltam os livros de receita e despesa entre 1867 e novembro de 1881. Dois projetos para os cemitérios das freguesias do Paul do Mar e Prazeres são pagos por mandado da vereação de 14 de janeiro de 1878 e, a 22 de junho de 1878, a Câmara Municipal da Calheta adquire a terra para o dos Prazeres a Manuel Gonçalves Jardim Ponte e sua mulher Isabel Rodrigues. Este cemitério está em construção em 22 de maio de 1878, pois já tem apontador. ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fls. 64, 65, 77. Verifica-se a inexistência de livros de registo de sepultamentos para estes cemitérios para datas tão recuadas. Não encontrámos notícia respeitante aos das freguesias do Jardim do Mar e Fajã da Ovelha no âmbito temporal e local pesquisado.

[64] ABM, CMCLT, Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173, fls. 1-2v.

[65] ABM, CMCLT, Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173, fls. 1-2v.

[66] ABM, CMCLT, Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173, fls. 1-2v.

Assim, concluímos ser a terra e capela de Santo António dos Milagres, que serviu de cemitério desde 1856, do mesmo senhorio que, em 1878, vende a terra para o novo cemitério, ficando esta acima, e a muito pouca distância, daquele que servira até aí de local de descanso eterno. Neste contrato, representa a Câmara Municipal da Calheta o seu presidente, Francisco Ladislau de França, proprietário, morador na freguesia do Arco da Calheta, devidamente autorizado em sessão de câmara do mesmo mês. O pagamento convencionado de cento e vinte e sete mil réis é feito no próprio ato.

A este respeito, na *Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro*, a 22 de julho daquele ano, há mais informação acerca do pagamento que a câmara faz, relativa à compra daquela terra, no total de 138:374 rs.[67]: parte a favor da Repartição da Fazenda e, outra, ao visconde de Fonte Arcada. Atendendo ao valor que este recebeu, deduzimos ter esta compra rendido à Fazenda 11:374 rs.

No mesmo livro, o registo de pagamento seguinte atribui 46:800 rs. ao mesmo «visconde de Fonte Arcada pelos rendimentos que lhe competia do terreno que tem servido de cemitério da freguesia da Calheta nos últimos 12 anos findos a um de Junho último»[68]. Assim, e segundo esta última informação, a câmara, segundo o pedido que lhe é dirigido, deve àquele senhorio o rendimento pelo uso da terra desde 1866, mas os registos de óbito mostram ser a partir de 1864. Depois de ter deliberado ter cemitério público[69], a Câmara Municipal da Calheta passa a chamar aquele chão, que até aí era já de descanso eterno, cemitério público. Conclui-se também que não se considerou devedora do uso da terra ao senhorio entre os anos 1856 e 1866, por atribuir ao pároco a responsabilidade da continuidade dos enterramentos.

A Câmara Municipal da Calheta tem de pagar ainda a António da Silva Pinheiro, Francisco da Silva Pinheiro, João Afonseca e outro 23:450 rs., o valor das benfeitorias feitas sobre a terra do visconde de Fonte Arcada[70].

A construção do cemitério público é lenta apesar de iniciada logo após a aquisição do espaço. A 21 de agosto[71] Cláudio Bettencourt Pimenta é apontador

[67] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 94.
[68] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 94.
[69] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 442, fls. 26, 26v.
[70] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 104.
[71] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 99.

desta obra, isto é, está encarregado do levantamento e registo de mão-de-obra, é responsável pelas ordens de serviço, supervisiona as medições e fiscaliza a entrada e saída de materiais, cargo que mantém até 5 abril de 1879[72]. O seu trabalho, depois supervisionado pelo presidente da câmara, seria pago a 400 rs. diários «começando […] ao romper do dia até à hora do costume»[73]. A partir de 28 de junho de 1880 o apontador passa a ser Francisco Manuel de França Dória[74] que a acompanha até 4 de novembro de 1880[75].

Observa-se, pelos mandados de pagamento realizados, que o terreno é rochoso uma vez que é necessário o uso de pólvora, também empregue no cemitério dos Prazeres. Nas duas vezes que a sua aquisição é assinalada, uma, no valor de 7:640 rs., é para o cemitério da Calheta, e outra de 15:200 rs., para os dois, 15kg para cada um[76].

A 11 de dezembro de 1880 o mesmo livro do tesoureiro regista o mandado de pagamento do portão de ferro ao vereador encarregado do pelouro das obras, João Francisco de Ornelas Sobrinho[77], e a 5 de outubro, o mesmo recebe o pagamento de 34:880 rs. pela cantaria para a cruz do cemitério e suas conduções[78].

A 4 de agosto de 1883 Cláudio Bettencourt Pimenta é guarda do cemitério da Calheta e paga à Câmara Municipal pela retribuição dos covatos 9:815 rs.[79].

Mas os trabalhos continuam. A 13 de novembro de 1885, a Gregório Perestrelo de França é paga a obra de colocação do pedestal – que tem inscrita a data de 1886 – e a cruz de pedra, obra orçada em 20:000 rs.[80]. Segundo a pastoral já citada, o cemitério é abençoado porque «a Cruz do Redentor Arvorada no seu centro, vos dirá que os merecimentos infinitos de Jesus Cristo não serão inúteis aos mortos»[81].

[72] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 125.
[73] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 446, fl. 103v.
[74] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 167.
[75] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 178.
[76] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fls. 114, 121.
[77] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 135, fl. 182.
[78] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 136, fl. 10.
[79] ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 22; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 136, fl. 51v.
[80] ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 38.
[81] AHDF, Bispado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

Imagem II – Cruz de cantaria do cemitério municipal da Calheta (março de 2024)



Fonte: Fotografia da autora.

A data provável do início de sepultamentos no novo cemitério público da Calheta será 1886, uma vez que, a 20 de março do mesmo ano, o mesmo guarda paga à Câmara 11:870 rs. «pela retribuição dos covatos»[82] e, no dia 26 seguinte, são pagos 8:285 rs. «a António Eduardo Pestana de Barros Júnior, encarregado da despesa com o material e feitio das tabuletas para a numeração das sepulturas»[83].

O ano de 1886 estava também registado na entrada, no chão de empedrado madeirense – fundo preto e desenho branco em calhau rolado miúdo, atualmente destruído, o que impossibilita a leitura.

[82] ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 34.
[83] ABM, CMCLT, Receita e Despesa, l.º 210, fl. 38.

Imagem III – Entrada do cemitério municipal da Calheta, Lombo do Salão (novembro de 2013)



Fonte: Fotografia da autora.

Na década seguinte, a ata da sessão de vereação e a escrituração do tesoureiro da câmara no que respeita a esta obra mostram que a 17 de dezembro de 1896 são pagos: a João José Macedo por utensílios para a capela do cemitério 63:900 rs., a V.ª (Viúva) Romano Gomes e Filhos por madeiras para a mesma 12:650 rs. e, a José Maria dos Passos Almada, por objetos, 12:930 rs., o que prenuncia, finalmente, a proximidade da sua conclusão[84].

O primeiro livro de registo de sepultamentos que existe referente ao cemitério do Salão tem início com a inumação de Maria Gomes de Sousa a 6 de janeiro de 1895, um ano e pouco antes da capela ter altar[85]. Por tudo o que antes referimos, esta poderá não ser a primeira inumação, mas não existem livros de sepultamentos anteriores.

[84] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 42v.; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 140, fl. 50.

[85] ABM, CMCLT, Registo de sepultamentos, Cemitério do Salão, Estreito da Calheta e Arco da Calheta, l.º 1295, fl. 1.

O Retábulo e o Altar da Capela do Cemitério da Calheta – Obra das Oficinas da Escola Industrial António Augusto de Aguiar

A capela do cemitério da freguesia da Calheta é um edifício simples de planta retangular, com cobertura em telhado de duas águas e janelas na parte superior das paredes laterais. A porta principal é virada a poente, ladeada por duas janelas. À sua esquerda, está a sacristia, área com ligação interna na parede lateral da capela, que tem outra janela lateral mais estreita. A segunda janela da fachada pertence a espaço sem ligação ao seu interior. As duas áreas laterais, encimadas por uma espécie de platibanda com remate curvo na fachada principal, têm telhado rebaixado relativamente ao corpo principal.

Imagem IV – Panorâmica do cemitério municipal da Calheta (setembro de 2024)



Fonte: Fotografia de Fátima Andrade.

Em 1895 falta ainda à capela deste cemitério um altar digno. São madeirenses os mestres e alunos de uma escola do Funchal, ainda com poucos anos, que se ocupam deste último detalhe.

Na segunda metade do século XIX, num contexto de revolução industrial por toda a Europa, os governos viram no ensino industrial uma necessidade formativa e de desenvolvimento das classes industriais. Portugal segue esse rumo.

É por isso que em 10 de janeiro de 1889, Emídio Navarro, ministro das Obras Públicas, cria no Funchal, entre outras no país, uma escola de Desenho Industrial[86]

[86] *Diário do Governo*, 23 de fevereiro de 1889, n.º 44, p. 11.

que, em 1891, toma o nome do ministro responsável pela importante legislação de 1884 considerada o fundamento do ensino industrial no país: Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, primeiro chamada Josefa de Óbidos[87]. O decreto que a cria não lhe atribui nome, mas define a sua finalidade: «ministrar o ensino de desenho, com aplicação à indústria ou indústrias predominantes na localidade». Destacam-se os bordados e os vimes, carentes de mestres com conhecimento de desenho, porém, não são estas artes a beneficiar dos ensinamentos da nova escola porque os artesãos que as praticam vivem dispersos pelas povoações da ilha e distantes do Funchal onde se localiza a escola.

No distrito, é responsável pelo impulso à existência de uma escola deste tipo o governador civil, João Alarcão Osório[88]. No que à indústria e ao ensino industrial diz respeito, o país está dividido em duas circunscrições, a do Norte e a do Sul, cada uma dependente de um inspetor. A Madeira integra a Circunscrição Sul e, por este tempo, o seu inspetor é Francisco Fonseca Benevides[89], também impulsionador da sua existência no Funchal e a quem o diretor da Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, desde a sua criação, com regularidade, se dirige por ofício.

O primeiro diretor foi o professor Cândido Pereira[90] sendo da sua responsabilidade o Livro n.º 1, do Registo de Correspondência [Expedida][91]. Num tempo em

[87] De seu nome Josefa de Ayala Figueira (Sevilha, fevereiro de 1630 – Óbidos, 22 de julho de 1684). Esta pintora portuguesa do século XVII dedicou-se, especialmente a natureza-morta e temas religiosos.

[88] *Diário de Notícias* da Madeira, 28 de agosto de 1889, p. 1; João Alarcão Velasques Sarmento Osório (1854-1918), bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, político ligado ao Partido Progressista e governador civil de vários distritos do país entre os quais o Distrito do Funchal de 5 de abril de 1888 a 1890.

[89] Francisco Fonseca Benevides é natural de Lisboa (1836-1911). Integra a Marinha (1851-1856) e torna-se professor de Física e Hidrografia no Instituto Industrial de Lisboa. Em 1854, por concurso, é nomeado regente da cadeira de Física do Instituto de Lisboa e lente de Matemática e Artilharia na Escola Naval, onde permanece até 1871. Em 1866 é admitido na Academia das Ciências. Participa nas Exposições Industriais internacionais do Porto (1856) e de Paris (1867). É diretor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, onde funda o seu Museu Tecnológico. Em 1884 é nomeado Inspetor das escolas industriais da Circunscrição Sul, lugar que ocupa até 23 de outubro de 1891, data em que é exonerado a seu pedido. Ao seu nome está associada produção literária nas várias áreas que estudou. O inspetor seguinte, nomeado por decreto de 9 de julho de 1892, é Luciano Cordeiro (1844-1900), que se mantém até 1899, sendo este o período que inclui o assunto tratado. NEPOMUCENO e BRAGA, 2022, «Luciano Cordeiro (Mirandela, 1844 – Lisboa, 1900)».

[90] Cândido Pereira (1869-1935) é natural de Lisboa, filho de José Inácio Pereira e de Maria Lucinda Pereira. Estuda na Escola Industrial Afonso Domingues, em Xabregas, Lisboa. A sua colocação na escola do Funchal, ainda bastante jovem, deve-se à excelência das suas notas. Arquivo da Escola Industrial Afonso Domingues, Notas sobre os alunos que se distinguiram pelo seu aproveitamento escolar, «Cândido Pereira» (informação recebida por email a 2008-04-15).

[91] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92.

que os funcionários nas escolas são poucos, a correspondência é tarefa do diretor e, através dela, é o próprio que nos dá a conhecer os primeiros anos da instituição que tem a seu cargo. E é nas oficinas de marcenaria e carpintaria desta escola que é construído o altar da capela do Cemitério Municipal da Calheta, no Lombo do Salão.

No Funchal, para os lados de São Pedro, havia «muitas oficinas de marcenaria […] cujos proprietários facilmente poderiam fazer inscrever na escola os seus aprendizes»[92], uma das razões invocadas pelo diretor da escola para reforçar a boa localização do Palácio de São Pedro, à rua da Mouraria, freguesia de São Pedro, onde a escola se instala em novembro de 1893, depois de ter estado desde a sua criação na rua de Santa Maria n.º 45 (hoje 73), freguesia de Santa Maria Maior. É definido como público-alvo os mestres e aprendizes das oficinas próximas que deviam aproveitar este novo ensino. Inicialmente apenas com disciplinas de desenho, no ano letivo de 1893-1894, por melhorarem as suas instalações, o diretor solicita «a montagem […] das oficinas de bordado, costura e corte, obra de verga e incrustações em madeira»[93], e indica Manuel Rodrigues Gaspar Júnior[94] para mestre desta oficina, por ser «um dos mais hábeis cultores daquele ofício»[95] e, alargadas as oficinas de carpintaria e marcenaria, propõe o marceneiro entalhador Francisco Franco de Sousa[96] para seu mestre, por ser «um dos mais distintos alunos da escola, que frequenta desde a sua criação obtendo sempre classificações elevadas e prémios pecuniários»[97]. O decreto de 14 de dezembro de 1897[98], que contém o quadro de docentes das escolas da Circunscrição Sul, em que se integra a Madeira, confirma estes dois mestres como responsáveis daquelas oficinas.

---

92 ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 57.

93 ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 53.

94 Manuel Rodrigues Gaspar Júnior (1857-1899), é natural da freguesia de São Pedro, Funchal. Cf. ABM, PRQ, São Pedro, Batismos, l.º 1252, 4v. Frequenta a EIAAA e, na sua vida ativa, desenvolve a atividade de marceneiro-embutidor. É filho de outro marceneiro-embutidor e industrial do mesmo nome e de Maria Augusta. Na EIAAA é o primeiro mestre da arte das incrustações em madeira também conhecida como embutidos. ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 54.

95 ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92 (1889-1890), p. 54.

96 Francisco Franco de Sousa (1853-1932), nasce a 11 de dezembro, na freguesia de São Pedro, filho de Manuel de Sousa e de Maria Rosa. ABM, PRQ, São Pedro, Batismos, l.º 118, fl. 173. Termo que está anulado e remetido para um «extrato do registo de nascimento, n.º 29» em 8 de agosto de 1924, CRC Funchal, Batismos, l.º 2083, f. 8. Tem a profissão de carpinteiro em 1885, no registo de batismo de seu filho do mesmo nome, que veio a ser escultor. Frequenta desde a abertura a Escola de Desenho Industrial da qual se torna mestre carpinteiro, marceneiro e marceneiro-entalhador. ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 54.

97 ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 54.

98 *Diário do Governo*, 15 de dezembro de 1897, n.º 283, pp. 3319-3334.

O cemitério do sítio do Salão está concluído e, provavelmente, já com enterramentos desde 1886, quando a câmara começa a tratar da sua capela e do respetivo altar. O assunto é tratado na sessão de 16 de fevereiro de 1895 e a vereação decide «encarregar o sr. Presidente de contratar pessoa competente para a construção do altar na capela do cemitério da Calheta, bem como da aquisição de objetos de culto para a mesma»[99].

Na sessão ordinária de 18 de maio do mesmo ano o presidente da câmara anuncia, a respeito da incumbência recebida em fevereiro, que contatara alguns mestres para aquela obra. Destaca-se nessa pesquisa o nome do mestre carpinteiro Vicente Júlio de França Pereira[100], que apresenta proposta e o respetivo desenho, sendo a obra orçada em duzentos e cinquenta mil réis e «a Câmara examinando-a resolveu rejeitá-la pelo preço exorbitante e não serem correntes as condições nela exaradas»[101], mas que não são especificadas na ata. O assunto não volta a ser referido até ao final do ano e logo no início de 1896, a 7 de janeiro, instala-se uma nova Câmara após as eleições para o triénio 1896-1898[102].

Os novos vereadores não recorrem ao que antes havia sido tratado sobre este assunto ou não concordam com a decisão quanto ao valor disponível para aquela obra e, na sessão de 5 de março de 1896[103]**,** decidem «encarregar o sr. Presidente de contatar um engenheiro»[104] para tratar de várias obras no concelho, entre as quais a do «altar para a capela do cemitério da Calheta»[105].

Na sessão de 23 de abril de 1896 um dos assuntos é a apreciação daquele projeto, obra para a qual a Câmara Municipal da Calheta tem disponíveis 300:000 réis. E, tendo sido o mesmo aprovado, é decidido passar editais para a sua arrematação na sessão de 15 de maio[106]. Nesse dia, depois de anunciada a praça e verificando-se que «passado grande espaço de tempo, o único concorrente era o sr. Manuel Rodrigues

[99] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 12v.
[100] Vicente Júlio da França Pereira (1888-1985), filho de Vicente Júlio Pereira e de Maria Martinha. O pai carpinteiro a quem seguiu as pegadas. Torna-se carpinteiro entalhador e é da sua responsabilidade o altar da Capela da Consolação do Caniço. Cf. JARDIM e GOMES, 1999, «Capela da Consolação, Portugal, Ilha da Madeira, Santa Cruz».
[101] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 16.
[102] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 26.
[103] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 29v.
[104] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 29v.
[105] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 29v.
[106] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 32v.

Gaspar Júnior, como representante da Escola Industrial do Funchal»[107], é decidido entregar-lha. O referido mestre compromete-se a executá-la pelo valor acordado e o presidente da edilidade ordena o lançamento do termo de arrematação. Assim, esta adjudicação é feita à oficina da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, com projeto adequado ao orçamento disponível. E, segundo o ofício do diretor «à Inspeção», o contrato é assinado no próprio dia da sua arrematação[108].

A 17 de julho desse ano, em ofício dirigido à mesma entidade Cândido Pereira refere-se ao serviço da escola e destaca, entre outros assuntos, a produção da oficina de marcenaria e carpintaria do ano letivo anterior (1895-1896) que consta, para «além das provas exigidas para exame pelo programa» de diversos trabalhos entre os quais «os trabalhos preparatórios para a execução de um altar estilo renascença (encomenda da Câmara Municipal da Calheta) que deve estar concluído em princípios de outubro próximo»[109]. De facto, essa data não é cumprida.

A 25 de julho de 1896 a câmara autoriza o pagamento de 65:600 rs. a favor do diretor da Escola Industrial do Funchal «por conta da adjudicação da construção do altar da capela do Cemitério da Calheta»[110].

Em 22 de julho de 1897 o diretor da escola, dirigindo-se «à Inspeção», acrescenta informação acerca daquela obra e diz que havia sido encarregado, em abril do ano anterior, «por intermédio do Consultório de Engenharia e Arquitetura do Funchal»[111], da execução daquele projeto para a Câmara Municipal da Calheta colocar na capela do cemitério daquela vila e para o qual apenas dispunha de 300:000rs., o que confere com o que é dito nas atas das vereações.

A escola muda de instalações em setembro de 1896, passando do palácio de São Pedro, à rua da Mouraria, para a rua de João Tavira, n.º 29. Este trabalho de talha, projetado no final de 1896, é concretizado ao longo do ano letivo 1896-1897 e, terminado em julho, é entregue à Câmara[112].

[107] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 33. Esta escola é já Escola Industrial Elementar António Augusto de Aguiar na reorganização do ensino industrial. Decreto de 8 de outubro de 1891, p. 611.
[108] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92 (1889-1890), p. 143.
[109] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 107.
[110] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 35v.; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 140, fl. 39; ABM, CMCLT, Borrador, l.º
[111] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 143.
[112] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 143.

Imagem V – Escola Industrial António Augusto de Aguiar, na rua de João Tavira, n.º 29, Funchal (década de 1930)



Fonte: ABM, Coleção Fotográfica do Arquivo e Biblioteca da Madeira, n.º 622.

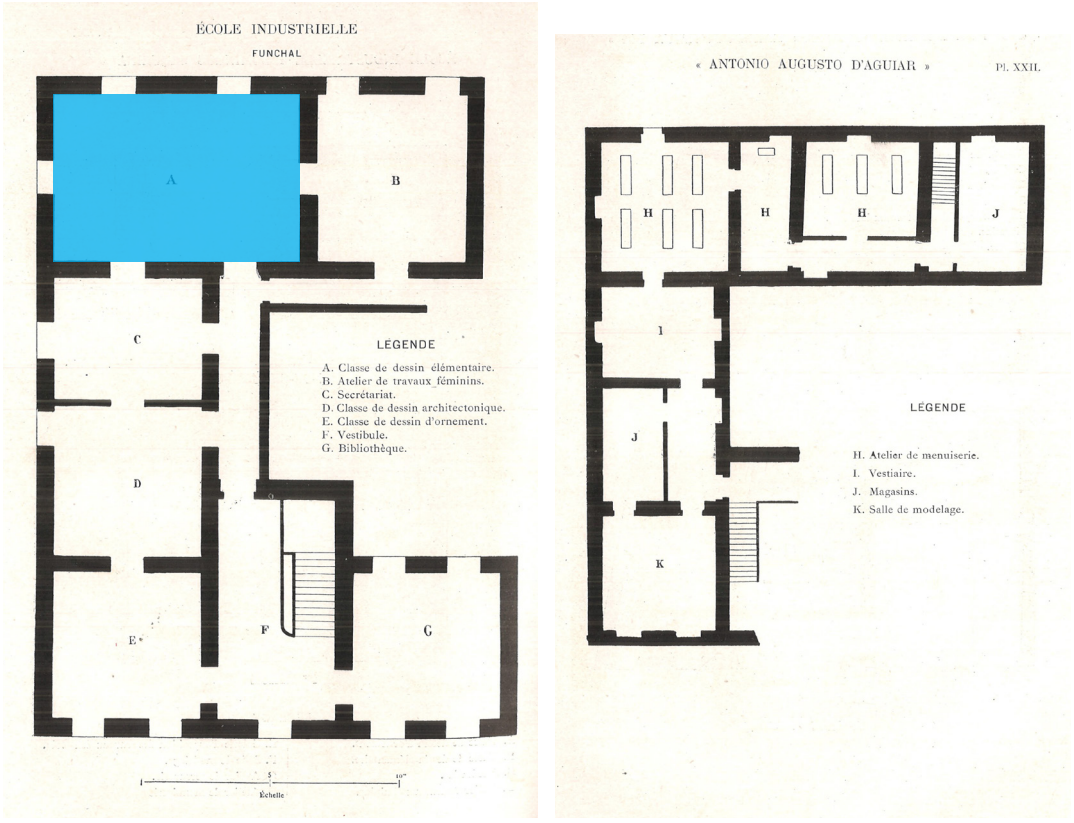
No mesmo ofício de 22 de julho de 1897, Cândido Pereira apresenta as contas referentes àquela obra ao seu superior hierárquico, afirmando ter sido «a mais importante que até agora se tem executado nas oficinas desta escola»[113]. Remete também «uma fotografia do altar [tirada] por ocasião da sua exposição [quando montado] na sala de Desenho Elementar»[114].

[113] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 144.

[114] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 144. Esta foto devia ter feito parte do grupo de materiais enviados pela EIAAA para a grande exposição de Paris de 1900. É enviada separadamente, no dia 13 de fevereiro de 1900, segundo afirma o diretor da EIAAA por atraso do atelier fotográfico com a sua reprodução, para o diretor da Escola Marquês de Pombal, em Lisboa, encarregado da recolha dos materiais das várias escolas do país para esta exposição. E, talvez por esse facto, não consta da relação dos trabalhos apresentados, e premiados com medalha de prata, naquela grande exposição. Cândido Pereira dá notícia deste prémio à Direção Geral de Comércio e Indústria, por ofício de 6 de fevereiro de 1901. ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 93, pp. 20, 34.

Nas oficinas de carpintaria da Escola Industrial António Augusto de Aguiar os alunos, para além do currículo, aprofundam o saber fazer destas artes, ganhando experiência e uma gratificação pelo trabalho ali produzido, partilhando com os mestres, neste caso, a realização deste altar: «preparando as grandes peças lisas, fazendo cortes, montando a banqueta e o entablamento, abrindo caneluras, correndo molduras etc. etc.»[115].

Imagens VI e VII – Plantas dos andares ocupados pela Escola Industrial António Augusto de Aguiar, no edifício da rua de João Tavira, n.º 29 (1896-1938)



Fonte: LEITÃO, 1900, *Enseignement spécial, Industriel et Commercial, Les Écoles Industrielles et de Dessin industriel de la circinscripticion du Sud, Exposition Universelle de 1900, Section Portuguaise*, PL. XXII.

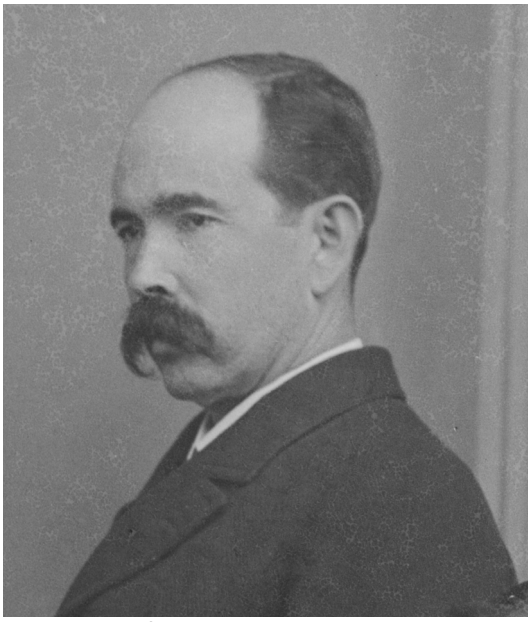
Nota: É assinalada a sala de Desenho Elementar onde esteve exposto o altar da capela do cemitério da Calheta.

[115] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 144.

O trabalho de talha é da responsabilidade do mestre Francisco Franco de Sousa, da Oficina de Carpintaria, e o douramento dos ornatos e molduras do mestre Manuel Rodrigues Gaspar, da Oficina de Marcenaria. Mas ambos, segundo o diretor, tomam parte na execução das suas diferentes peças.

Imagens VIII e IX – Manuel Rodrigues Gaspar Júnior (1899) e Francisco Franco de Sousa (1894)





Fontes: *A Voz do Operário*, 1899-11-04, p. 1; Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, Photographia Vicente, VIC/15462, 1894-11-19.

O mesmo responsável pela escola apresenta ao inspetor da Circunscrição Sul, Luciano Cordeiro, «a nota das importâncias aplicadas à aquisição de todo o material empregado naquela obra, incluindo-se o seu transporte e montagem definitiva»[116]. Mostra desta forma «a diferença entre a verba paga pela Câmara Municipal da Calheta e as despesas […] feitas, descriminando-se assim a receita que ficou a favor [da] escola após executado aquele trabalho»[117].

[116] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.
[117] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

Quadro I – Verba autorizada e paga pela Câmara Municipal da Calheta para a construção do altar e retábulo da capela do cemitério (22 de julho de 1897)

Materiais	**Verbas**
Madeira de pinho	77:246 rs
Ferragens, tintas, etc.	33:145 rs
Ouro	40:000 rs
Diversos	6:390 rs
Assentamento e transporte	31:300 rs
	188:081 rs
Ficou a favor da escola	111:919 rs
Total	300:000 rs

Fonte: ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

Tendo ficado 111:919 rs. de receita a favor da escola, no mesmo ofício o diretor afirma que:

> «Desta importância é mister pagar, como V. Ex.cia decerto ordenará, ainda que a título de gratificação, aos alunos que trabalharam na execução do altar, servindo-lhes isso de um certo incentivo para a frequência das oficinas e para a sua cooperação em outras obras que é quase certo serem aqui encomendadas[118].
>
> E em conformidade com o número de dias empregados pelos alunos na execução do altar e relativamente ao mérito de cada um deles apartei a importância de 40:000 rs. para serem distribuídos como gratificação[119].
>
> Com respeito à gratificação dos mestres, que é de toda a justiça, não duvidará igualmente V. Ex.cia de me autorizar a que a dê estabelecendo-se assim o que julgar conveniente»[120].

Entende o diretor ser esta obra uma «estreia das oficinas desta escola em trabalhos de uma certa importância»[121], que a compensaria no futuro com outras encomendas, maior produção e mais experiência para os alunos que nelas viessem a participar.

No Livro n.º 2, do *Registo de Correspondência Expedida*, noutro ofício «à Inspeção» a 30 de dezembro de 1898, o diretor – numa nota das receitas cobradas pela EIAAA nos últimos três anos económicos – regista, de novo, a verba de 111:919rs.,

[118] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.
[119] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 146.
[120] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 146.
[121] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 146.

que ficou de receita para a escola pelo trabalho realizado para o altar do cemitério da Calheta[122], mas nada refere sobre gratificações a mestres e alunos.

As contas respeitantes ao altar da capela do Cemitério Municipal da Calheta podem ainda ser observadas através dos livros relacionados com a contabilidade da entidade que encomenda a obra[123]. Esta informação mostra um detalhe diferente no que respeita aos gastos para revestir dignamente o interior da capela em causa: retábulo, altar, respetiva pintura, ornamentação e alfaias litúrgicas.

Cândido Pereira, diretor da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, pela adjudicação e para iniciar o trabalho, naturalmente para comprar a madeira de pinho utilizada, assim como outros materiais necessários, a 25 de julho de 1896 recebe por conta 65:600 rs.[124]. A 17 de dezembro do mesmo ano são pagos 334:400 rs. «pelo altar e quadro para a capela»[125] e no dia 20 de dezembro de 1897 mais 35:000 rs. «a favor do diretor da escola industrial por vários trabalhos de pintura e decoração da capela do cemitério»[126].

Verificamos assim terem-se misturado na mesma pessoa o trabalho oficial que Cândido Pereira recebe como diretor da escola, pelo retábulo e altar, e o particular, aquele que faz em seu próprio nome: a pintura e o que diz respeito ao último daqueles pagamentos. Estes trabalhos de decoração não sabemos o que possam ter sido uma vez que, na atualidade, a capela não apresenta decorações. Se as teve estragaram-se e a edilidade, em tempo incerto, manda pintar de uma cor única. No total, Cândido Pereira recebe 435:000 rs: 300:000 rs. do trabalho do retábulo e altar construídos nas oficinas da escola, «Verba autorizada e paga pela Câmara Municipal da Calheta»[127], conforme o ofício do próprio diretor à inspeção a 22 de julho de 1897, não sendo assinaladas quaisquer obras a mais, e 135:000 rs. dos trabalhos que fez, particularmente, o próprio professor de desenho.

[122] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 93, p. 16.
[123] Há muitas faltas na documentação da Câmara Municipal da Calheta, mas os anos que nos interessam estão incluídos nos livros de: Orçamentos, 1893-1903, que é único; Contas, l.os 140 e 141; e o Borrador, l.º 123; Correspondência Expedida l.os 159 e 160.
[124] ABM, CMCLT, Borrador, l.º 123; Contas, l.º 140, fl. 39.
[125] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 42v.; ABM, CMCLT, Borrador, l.º 123.
[126] ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 141, fl. 24.
[127] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 145.

Imagem X – Autorretrato de Cândido Pereira (novembro de 1930)[128]



Fonte: Acervo da Escola Secundária Francisco Franco; fotografia de Gualter Rodrigues (2008).

Na sessão de Câmara de 25 de setembro de 1897, o seu presidente, António Agostinho de Sousa, comunica que «consta estar concluída a nova capela do cemitério desta freguesia»[129], afirmação que se deve referir à conclusão da obra do altar pelo cruzamento com a informação dos ofícios enviados à inspeção pelo diretor da escola.

Neste ano o rendimento do cemitério do Salão é de 14:600 rs., importância da qual é retirada a quantia de 3:190 rs. respeitantes às despesas feitas com a conservação do cemitério e do azeite para uso na capela. Em 29 de dezembro de 1897 o secretário da câmara conclui que o mesmo rendeu 11:410 rs.[130], pelo que, nesta data, cemitério e capela estão em pleno funcionamento.

A conclusão daquela obra, de que foi dado conhecimento na mesma sessão, merece da parte do presidente da edilidade a proposta de oficiar ao bispo da diocese pedindo para benzer aquela capela, proposta aprovada por unanimidade. E, a 12 de outubro de 1897, é enviado ofício a D. Manuel

[128] Autorretrato de Cândido Pereira, primeiro diretor da Escola de Desenho Industrial António Augusto de Aguiar, oferecido pelo próprio ao major João dos Reis Gomes, diretor da Escola Industrial e Comercial António Augusto de Aguiar entre 1929 e 1939.

[129] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 53v.

[130] ABM, CMCLT, Registo de sepultamentos, Cemitério do Salão, Estreito da Calheta e Arco da Calheta, l.º 1297, fl. 2.

Agostinho Barreto, bispo da diocese do Funchal[131], nos seguintes termos: «Esta Câmara muito se honraria se V.ª Ex.cia Rev.ma se dignasse vir pessoalmente proceder a este ato pois tinha imensos desejos de que no próximo dia 2 de novembro se celebrasse nela os ofícios divinos»[132].

A data escolhida fazia todo o sentido por ser o dia em que os católicos lembram os finados. Mas a pretensão do presidente da câmara, no que respeita a benzer a capela de Nossa Senhora da Piedade do Cemitério Municipal da Calheta[133] no dia proposto, parece não ter sido satisfeita. O Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal (1879-1901)[134] não anota o facto. Admitimos que possa ter sido benzida mais tarde como a do cemitério das Angústias, no Funchal, que, tendo sido benzido a 8 de julho de 1838, apenas vê a sua capela concluída em novembro de 1844 e benzida, no mesmo ano, a 14 de dezembro[135]. Dar-se-á o caso de a última década do século XIX e primeira do século XX, marcadas pelo início e queda da Monarquia e início da República, que conclui a tendência para a secularização dos cemitérios, não permitirem o ato?

O *Elucidário Madeirense*, no verbete «Cemitérios», não refere a capela de Nossa Senhora da Piedade do Cemitério Municipal da Calheta[136], apesar de nomear muitas outras desta invocação. Porém, um dos seus autores, o P.e Fernando Augusto da Silva, na obra *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, datada de 1946, refere-se a ela[137].

---

[131] D. Manuel Agostinho Barreto é bispo da diocese do Funchal entre 1876 e 1911. Não foi possível consultar, no Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, o acervo documental respeitante ao período deste bispado por não estar ainda tratado arquivisticamente.

[132] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 53v.; ABM, CMC, Registo de Correspondência Expedida, l.º 160, fl. 32.

[133] Cf. SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, p. 340. Nesta obra, em «Igrejas e Capelas», o autor refere que é desta invocação «a capela existente no cemitério da freguesia da Calheta, construída pela respetiva Câmara Municipal, para o serviço religioso do mesmo cemitério».

[134] APEF, Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal, l.º 12, mf. 679, fls. 73v., 74.

[135] Cf. SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 67 e *Domingo Católico*, junho de 1899, n.º 6, p. 90. Provisão episcopal sobre a capela do cemitério das Angústias e bênção da capela; apesar da data de publicação, a provisão referida data de 15 de dezembro de 1844.

[136] SILVA e MENESES, 1965, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 255. Esta obra tem a sua primeira edição em 1921. É reeditada e bastante acrescentada em 1940 e reimpressa em 1946 e 1965. Usámos esta última.

[137] SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, p. 340. O autor diz ser Nossa Senhora da Piedade a invocação da capela do cemitério da freguesia da Calheta, construída pela respetiva Câmara Municipal, todavia errando na data da sua construção, que indica ter sido «no princípio do século passado».

O Retábulo e o Altar da Capela de Nossa Senhora da Piedade

Imagem XI – Retábulo e altar da capela de Nossa Senhora da Piedade – cemitério da Calheta, Lombo do Salão (março de 2024)



Fonte: Fotografia de Margarida Góis.

Na documentação consultada, quer da Câmara Municipal da Calheta quer da correspondência do diretor da escola com os seus superiores hierárquicos, não é feita a distinção entre retábulo e altar. "Altar" é referido como sendo o conjunto destas duas partes, que constituem o todo colocado na cabeceira da capela do

cemitério municipal da Calheta, no Lombo do Salão. Cândido Pereira classifica esta obra de «estilo renascença»[138].

Observámos as suas particularidades com a ajuda de Paulo Ladeira[139], especializado no estudo da talha, que chama a atenção para as particularidades de cada uma das suas partes.

O retábulo, «de planta reta», é constituído por um único «corpo e três tramos», sendo o central mais largo e «ocupado por uma pintura alusiva a Nossa Senhora da Piedade, encaixilhada numa moldura de talha, em arco na parte superior», que tem ao centro uma cartela e outras, menores, a rematar os cantos inferiores. Sobrepõem-se ao arco, paralelamente, dois cantos emoldurados que rematam a forma quadrangular do tramo que contém grinalda de folhas e fitas.

Os tramos são separados por «colunas estriadas com capitéis de volutas e largas folhas de acanto» cujo terço inferior tem «um adorno composto por círculos para onde convergem quatro motivos vegetais e fitas». As colunas das extremidades são «rematadas superiormente com pináculos».

Os tramos laterais contêm «uma moldura lisa, disposta verticalmente, encimada por uma concha apoiada por duas volutas em S» e a ornamentá-la «uma peanha que suporta uma jarra esguia, circular, com asas, de onde está suspensa uma grinalda de esferas» ornamentada com elementos «de expressão naturalista: folhas de acanto, motivos florais, três espigas de trigo, fitas e, ao centro, a inscrição JNRJ».

O entablamento, coroamento ou parte superior, «que vai de um extremo ao outro do retábulo», tem como adorno no friso e na definição dos tramos acima das colunas «quadrados dispostos em forma de pirâmide que se intercalam com cartelas contendo um motivo retangular».

O frontão é curvo interrompido, e tem no «centro uma espécie de peanha de base circular, encimada por uma cruz latina com resplendor». «A cornija do entablamento é adornada por duas molduras: uma lisa e outra rendilhada aos quadrados, motivos estes que se repetem no frontão».

«O embasamento constituído apenas pelo soto-banco, possui pilastras» que suportam as colunas laterais, ao centro está a mesa do altar, ambos ornamentados com molduras lisas. «O frontal do altar contém, ao centro, inserida num círculo, uma larga cruz de formato grego com finos raios entre os traços».

[138] ABM, EICF, Registo de Correspondência [EIAAA], l.º 92, p. 107.

[139] Paulo Jesus Ladeira, mestre em História e Cultura das Regiões, com a tese *O rococó na Madeira: a talha e a pintura do último barroco ao primeiro neoclássico,* UMa, 2014. Este especialista muito gentilmente acedeu ao pedido de análise deste trabalho de talha, o que fez por escrito.

Todo o retábulo e altar apresentam o castanho-escuro como cor de fundo sendo o seu «vocabulário ornamental, de cor dourada», sóbrio e de «desenho fino e disposição simétrica».

A Pintura do Retábulo da Capela de Nossa Senhora da Piedade

A contabilidade da Câmara Municipal da Calheta, a 17 de dezembro de 1896, mostra que, Cândido Pereira, o diretor e professor de Desenho é pago «pelo altar e pelo quadro»[140]. Esta informação permitiu-nos conhecer o autor da pintura do retábulo uma vez que o estado de degradação da tinta, sobretudo nas extremidades, e especialmente nesse canto da tela, não deixa perceber a assinatura.

Imagem XII – Nossa Senhora da Piedade – cemitério da Calheta, Lombo do Salão (março de 2024)



Fonte: Fotografia de Margarida Góis.

[140] ABM, CMCLT, Vereações, l.º 449, fl. 42v.; ABM, CMCLT, Borrador, l.º 123; ABM, CMCLT, Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.º 140, fl. 42v.

Imagem XIII – Pormenor da pintura do retábulo onde estaria a assinatura do artista – cemitério da Calheta, Lombo do Salão (março de 2024)



Fonte: Fotografia de Margarida Góis.

Rita Rodrigues[141], a quem solicitámos a análise desta obra, começa por referir ser esta pintura representativa de «uma das sete dores da Virgem: o momento da Lamentação»[142] em que a Virgem segura o Filho, habitualmente designada por *Pietá*. Por isso, como únicos representados, há «economia de figuras». Para além desta cena, há apenas «um pequeno apontamento de enquadramento cenográfico dado pela abertura de uma paisagem ao fundo, destacada por uma fonte de luz, no lado esquerdo do observador, retrata a colina ou monte Gólgota», passagem descrita pelos Evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João).

[141] Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, licenciada em Artes Plásticas / Pintura pelo Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira em 1987, tem o mestrado em História, variante História da Arte, com a tese *Martim Conrado, "insigne pintor estrangeiro", Um pintor do século XVII na Ilha da Madeira*, UMa, 2000 e o Doutoramento em Letras / Estudos Interculturais com a tese *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: a eficácia da imagem,* UMa, 2013. Esta especialista muito gentilmente acedeu ao pedido de análise desta pintura, o que fez por escrito.

[142] Rita Rodrigues lembra as sete dores de Maria que suscitam maior devoção: 1. Apresentação de Jesus no Templo – cruz a trespassar o coração da Virgem… a profecia de Simeão; 2. Fuga para o Egito; 3. Os três dias que Jesus esteve perdido sendo depois encontrado a falar com os Doutores; 4. Encontro da Virgem com Cristo levando a cruz a caminho do calvário (no Monte Gólgota); 5. Crucificação; 6. Descida da cruz: Lamentação, Deposição; 7. Enterro: sepultamento de Jesus.

Distribuída uniformemente, «uma outra fonte de luz incide sobre os corpos que representam Cristo e Maria». Rita Rodrigues diz que o «jogo de luz-sombra» usado «deve corresponder a uma pintura mais antiga que serviu de modelo ao pintor». Quanto às cores, faz notar que predominam «o típico azul do manto da Virgem e o branco do pano que envolve o corpo de Cristo». Mas chama a atenção para dois pormenores que permitem pensar «que o pintor não descodificou bem a pintura que lhe serviu de base»: por não mostrar a existência da fina transparência do «cendal, véu para o rosto ou para todo o corpo» e por estar «arrumado de forma púdica e decorosa o *perizonium*, pano ou lençol que cobre o corpo de Cristo».

Na sua opinião esta obra apresenta alguma fragilidade de construção pictórica no que respeita à tridimensionalidade, sendo «a modelação dos corpos e das vestes fraca».

Quanto à composição, a obra analisada segue um «esquema tradicional, piramidal, possivelmente inspirado, direta ou indiretamente, em alguma estampa nórdica como as que serviram de base a muitas pinturas deste tema, ou é mesmo cópia de alguma pintura existente na ilha, que serviu de referência ao pintor (situação muito comum)».

Concluindo

A existência de cemitérios públicos da responsabilidade das câmaras municipais é decretada no tempo de D. Maria II, em 21 de setembro de 1835. Mas o caminho até ao cumprimento desta importante medida liberal em prol da saúde pública não se revelou fácil e foi muito longo. A falta de cumprimento imediato da legislação para a construção de cemitérios públicos, comum a todo o território nacional, deve-se em primeiro lugar à dificuldade da mudança de mentalidades, mas importa também referir a limitada situação financeira das câmaras para a aquisição de terras destinadas à sua construção e até pela inexistência de terrenos disponíveis.

Neste contexto concluímos que, relativamente àquela data, a Câmara Municipal da Calheta apenas adquire as propriedades para o cemitério público da freguesia, em 1878, 43 anos depois daquela legislação, a proprietários não residentes na Madeira e que tinham a terra colonizada. Por isso, houve necessidade de proceder ao pagamento das benfeitorias aos colonos.

Até essa data, os lugares de enterramento são o adro da igreja matriz e o de algumas capelas da freguesia, situação que parece alterar-se após a câmara, em

1864, ter assumido «querer dar princípio ao cemitério desta paróquia». E, a partir dos anos seguintes os registos de óbito mostram fixar-se apenas numa delas: a de Santo António dos Milagres no Lombo do Salão, passando o pároco a usar a expressão «no cemitério público desta freguesia», pelo que depreendemos a existência de um único local de enterramento que, de facto e segundo a lei, não podia ser ainda classificado como tal. A terra adquirida pela Câmara Municipal da Calheta para o cemitério público situa-se pouco acima do local desta capela pertencendo aos mesmos proprietários.

Os trabalhos da sua construção começam logo após a aquisição da terra, mas arrastam-se por anos. Em 1880 já tem o portão de ferro. No mesmo ano é comprada a pedra do pedestal da cruz, mas a obra de canteiro apenas é paga no final de 1885, pelo que se conclui ter este cemitério começado a funcionar em 1886, data gravada tanto no pedestal como no desenho do empedrado madeirense da entrada, hoje bastante danificado e que não permite ler a data, visível ainda em 2013.

Assim, verifica-se que o cemitério público municipal da Calheta começa a funcionar próximo de uma década antes da existência da sua capela, certamente construída nesses anos. Os esforços para a construção de um altar e retábulo dignos começam na vereação de fevereiro no ano de 1895, mas será apenas no ano seguinte que é adjudicada. A sua execução coube às oficinas da Escola Industrial António Augusto de Aguiar, no Funchal, que abriu as suas portas em 1889 como Escola de Desenho Industrial. Com poucos anos de estruturação, tem já mestres e oficinas de carpintaria e marcenaria capazes de se abalançar a um trabalho desta natureza, que decorre ao longo do ano letivo de 1896-1897, primeiro ano em que a escola está no edifício da rua de João Tavira n.º 29. Foram orientadores deste trabalho Manuel Rodrigues Gaspar Júnior e Francisco Franco de Sousa.

A informação dos livros de contabilidade camarária permitiu saber que a pintura do retábulo é da autoria de Cândido Pereira, uma vez que o estado de degradação da mesma, sobretudo nas extremidades, tornou a sua assinatura ilegível.

Quando a obra do altar foi concluída e colocada no seu espaço, o presidente da Câmara Municipal da Calheta, António Agostinho de Sousa, pretendeu que aquela capela mortuária fosse benzida pelo bispo da diocese no dia 2 de novembro de 1897, tendo sido dirigido ofício deste teor a D. Manuel Agostinho Barreto. Mas o seu pedido não deve ter sido atendido uma vez que não há notícia de se haver realizado bênção naquela data.

A encerrar, fica um apelo à Câmara Municipal da Calheta, responsável por este espaço, para preservar este edifício funerário não apenas no exterior. O seu altar está a necessitar de cuidados de restauro urgentes. Como se demonstra ao longo deste texto, existem memórias ligadas a este lugar que não devem ser apagadas.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira

Câmara Municipal da Calheta: Borrador, l.º 123; Contas – Escrituração do Dinheiro do Tesoureiro, l.os 135, 136, 140 e 141; Correspondência Expedida, l.º 160; Notariado Privativo, Contratos e Escrituras, l.º 173; Orçamentos (1893-1903), l.º 203; Processos relativos à classificação de capelas e igrejas existentes no concelho da Calheta (1974-1975), pt. 1496; Receita e Despesa, l.º 210 (1881-1886); Registo de Correspondência Expedida, l.º 160; Registo de sepultamentos, Cemitério do Salão, Estreito da Calheta e Arco da Calheta, l.os 1295 e 1297; Vereações, l.os 442, 446 e 449.

Conservatória do Registo Civil do Funchal, Batismos, l.º 2083.

Escola Industrial e Comercial do Funchal, Registo de Correspondência [da Escola Industrial António Augusto de Aguiar], l.os 92 e 93.

Judiciais, cx. 3237-16.

Paroquiais, Calheta, Óbitos, l.os 14, 4393, 4394, 4395, 4396 e 4397; São Pedro, Batismos, l.os 118, 1857 e 1252.

Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal, l.º 12, mf. 679.

Arquivo Histórico da Diocese do Funchal

Bispado / Câmara Eclesiástica, arm. 1, gav. 4.

Arquivo da Escola Industrial Afonso Domingues

Notas sobre os alunos que se distinguiram pelo seu aproveitamento escolar/Cândido Pereira (informação recebida por email a 2008-04-15).

Fontes Impressas

BLANC, Tibério Augusto *et. al.*, 1851, *Brevíssima resenha de alguns dos serviços que ao distrito do Funchal tem prestado o Conselheiro José Silvestre Ribeiro*, Funchal, Typographia Nacional.

Diário do Governo, 24 de setembro de 1835, n.º 226, pp. 326-328.

Diário do Governo, 23 de fevereiro de 1889, n.º 44, p. 11.

Diário do Governo, 9 de outubro de 1891, n.º 227, pp. 599-617.

Diário do Governo, 15 de dezembro de 1897, n.º 283, pp. 3319-3334.

Diário de Notícias da Madeira, 28 de agosto de 1889, p. 1.

Domingo Católico, junho de 1899, n.º 6, p. 90.

FONTE ARCADA, Visconde de, 1869, *Vozes Leais ao Povo Portuguez*, Lisboa Imprensa Nacional.

LEITÃO, Carlos Adolpho Marques, 1900, *Enseignement spécial, Industriel et Commercial, Les Écoles Industrielles et de Dessin industriel de la circunscripticion du Sud, Exposition Universelle de 1900, Section Portuguaise*, s.l.

Bibliografia

ABREU, Fátima, 2016, «Relações de dependência político-partidária entre o governo central e o distrito do Funchal: o caso dos Governadores e da Junta Geral (1901-1974)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976) – Administração e História»*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira.

ASSUNÇÃO, Ana Paula de Sousa, 2018, «Entre a vida e a morte: a importância dos registos cemiteriais para o estudo de moléstias no cemitério municipal de Loures (1890-1900)», in *Phármakon: do combate da enfermidade à invenção da imortalidade*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 315-328, disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17997.pdf, consultado em 2024-10-30

ARIÈS, Philippe, 1988, *O Homem Perante a Morte*, vols. I e II, Biblioteca Universitária, Portugal, Publicações Europa-América.

CATROGA, Fernando, 1999, *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911*, Coimbra, Minerva.

FERNANDES, Danilo José, 2021, *Os grandes mestres marceneiros-embutidores da ilha da Madeira*, Caderno n.º 8, vol. I, [Funchal], Núcleo Museológico de Arte Popular da Boa Nova.

FERNANDES, Danilo José, 2022, *Os grandes mestres marceneiros-embutidores da ilha da Madeira*, Caderno n.º 8, vol. II, [Funchal], Núcleo Museológico de Arte Popular da Boa Nova.

JARDIM, Dina e GOMES, Eduarda, 1999, «Capela da Consolação, Portugal, Ilha da Madeira, Santa Cruz», in *Património Cultural*, Lisboa, Direção-Geral do Património, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=468, consultado em 2024-10-30.

LADEIRA, Paulo, 2019, *Arco da Calheta, Património Religioso e alguns aspetos do quotidiano*, Calheta, Associação Centro de Estudos e Desenvolvimento, Educação, Cultura e Social.

MACHADO, José Pedro, 1989, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

NEPOMUCENO, Alexandra e BRAGA, Duarte Drumond, 2022, «Luciano Cordeiro (Mirandela, 1844 – Lisboa, 1900)», in *TECOP – Textos e Contextos do Orientalismo Português. Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973)*, disponível em https://tecop.bnportugal.gov.pt/np4/cordeiro.html, consultado em 2024-11-3.

SILVA, P.e Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1965, *Elucidário Madeirense*, 3.ª ed., vol. I, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

SILVA, P.e Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, [s.n.].

SUBTIL, Carlos Louzada, 2021, «O Conselho de Saúde Pública, uma imanência da Revolução de 1820», in *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 2.ª série, n.º 15, pp. 139-158. disponível em_https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cadernos_15, consultado em 2024-10-30.

TRINDADE, Cristina, 2022, «Braga, António Alfredo de Santa Catarina», in *Madeira Global – Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. II, Lisboa, Theya Editores, pp. 541-543.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 581-642
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, a Alemanha e o Ultimato Inglês (1857-1893)

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, Germany and the British Ultimatum (1857-1893)

Fernando Tavares Pimenta[1]

Resumo

Este artigo analisa a acção política e diplomática de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, diplomata e Director da Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para além de deputado e de par do Reino, tendo em especial consideração o seu papel na promoção de uma estratégia de aproximação diplomática de Portugal à Alemanha, cujo objectivo seria o de garantir o apoio alemão à concretização do projecto imperial português em África. Tem igualmente em consideração o processo diplomático que resultou na crise do Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890. Por outro lado, a análise do pensamento e da actuação política de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos permite vislumbrar alguns aspectos do funcionamento do sistema político e partidário português durante a Regeneração, com especial enfoque na vida política na Ilha da Madeira, ao mesmo tempo que fornece alguns elementos para uma compreensão mais estruturada do pensamento político dos sectores conservadores da aristocracia portuguesa da segunda metade do século XIX. Dá-nos enfim alguns indícios sobre as origens da corrente germanófila na política portuguesa, cujos primórdios remontarão, pelo menos, ao terceiro quartel do século XIX.

[1] Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador Auxiliar do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Autor de vários livros e artigos nas áreas da História Contemporânea, da História Colonial e da História Insular. Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios científicos, nomeadamente o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares (2018), conferido pela Assembleia da República. É Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira desde Fevereiro de 2024. *Email*: fernando.mtm.pimenta@madeira.gov.pt.

Palavras-chave: Agostinho de Ornelas e Vasconcelos; Regeneração; Ilha da Madeira; Alemanha; Corrente Germanófila; África Portuguesa; Ultimato Inglês.

Abstract

This article analyses the political and diplomatic activity of Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, a diplomat and Director of the Political Directorate of the Ministry of Foreign Affairs, as well as a member of parliament and a peer of the Realm, with special regard to his role in promoting a strategy of diplomatic rapprochement between Portugal and Germany, the aim of which was to guarantee German support for the realisation of the Portuguese imperial project in Africa. It also considers the diplomatic process that resulted in the British Ultimatum crisis of 11 January 1890. On the other hand, the analysis of Agostinho de Ornelas e Vasconcelos' political thought and action allows us to glimpse some aspects of the functioning of the Portuguese political and party system during the "Regeneração", with a special focus on political life on Madeira Island, while also providing some elements for a more structured understanding of the political thought of the conservative sectors of the Portuguese aristocracy in the second half of the 19th century. Finally, it gives us some clues as to the origins of the Germanophile current in Portuguese politics, the beginnings of which can be traced back to at least the third quarter of the 19th century.

Keywords: Agostinho de Ornelas e Vasconcelos; "Regeneração"; Madeira Island; Germany; Germanophile Current; Portuguese Africa; British Ultimatum.

Introdução

Este artigo analisa a acção política e diplomática de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos no período compreendido entre 1857 e 1893, tendo por base uma aturada pesquisa documental levada a cabo no Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos, que integra os fundos do Arquivo e Biblioteca da Madeira[2], e no Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, pertencente ao Arquivo Histórico da Diocese do Funchal[3]. Se a análise da documentação permite, por um lado, vislumbrar o funcionamento do regime monárquico constitucional no contexto insular, com destaque para os processos eleitorais para a Câmara dos Deputados no

[2] Agradecemos o apoio da Sr.ª Dr.ª Fátima Barros, arquivista responsável pela catalogação do Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos, bem como a colaboração de toda a equipa do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

[3] Agradecemos ao Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, na pessoa do seu Vice-Chanceler, Sr. Cónego João Francisco Dias, a disponibilização para efeitos de consulta e de investigação desse importantíssimo acervo documental. De igual modo, agradecemos o apoio da Sr.ª Dr.ª Maria Paredes, arquivista responsável pela catalogação da documentação, e da Sr.ª Dona Luísa Gonçalves, documentalista desse mesmo Arquivo.

período da Regeneração, o artigo foca, acima de tudo, alguns aspectos da política externa portuguesa no tocante à questão colonial, considerando a emergência de uma corrente filo-germânica nos meios políticos e diplomáticos nacionais e da qual Agostinho de Ornelas foi um dos principais fautores. Daí que tenha em particular consideração o seu papel na concretização da política de aproximação diplomática à Alemanha, na segunda metade da década de 1880, a qual não deu, contudo, os resultados esperados, tal como fica demonstrado pela posição assumida por Berlim aquando do Ultimato Inglês de 1890.

Em termos de estrutura, o artigo está organizado em três partes. A primeira parte considera a fase inicial da carreira diplomática de Agostinho de Ornelas, entre 1857 e 1869, bem como o seu percurso político enquanto deputado e par do Reino (1869-1886). A segunda parte analisa a relação de Ornelas com a Alemanha, tendo em consideração a sua actividade como diplomata na corte da Prússia, bem como as suas posições filo-germânicas e a sua admiração pela figura do chanceler Otto von Bismarck. Por fim, a terceira parte coloca em perspectiva a acção de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos enquanto Director da Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1886-1893), nomeadamente o seu posicionamento em relação à Declaração Luso-alemã de 30 de Dezembro de 1886, cujo objectivo – entendia – seria o de garantir o apoio alemão à concretização do projecto imperial português em África. Esta terceira parte foca igualmente o desenrolar do processo que resultou na crise do Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890 e posterior assinatura do tratado de 11 de Junho de 1891 com a Inglaterra[4].

Dito isto, importa referir que, não sendo uma figura propriamente desconhecida da historiografia portuguesa, Agostinho de Ornelas também não é das mais bem estudadas. Existem, é certo, algumas publicações que apresentam breves notas biográficas a seu respeito. É o caso do *Elucidário Madeirense*[5], da autoria de Fernando Augusto da Silva e de Carlos Azevedo de Menezes, e do *Dicionário Biográfico Parlamentar*, obra coordenada por Filomena Mónica[6]. Por sua vez, Paulo Quintela, no «Prefácio» à edição portuguesa de *Fausto*, de J. W. Goethe, teceu considerações bastante pertinentes sobre Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, que foi o primeiro

[4] Note-se que não constitui objecto deste artigo a última fase da carreira diplomática de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, na qualidade de Ministro de Portugal na Corte dos Czares da Rússia, em São Petersburgo, entre 1894 e 1901.

[5] SILVA e MENEZES, 1946, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 22-24.

[6] TEIXEIRA, 2005, «MOURA, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de (1836-1901)», pp. 1012-1013.

tradutor para língua portuguesa dessa obra maior da literatura alemã[7]. Um perfil biográfico mais desenvolvido foi delineado por Maria Fátima Araújo de Barros Ferreira no volume XXI do *Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, que contém o Instrumento Descritivo do Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos[8]. De igual forma, Fátima Freitas Gomes traçou o perfil biográfico desse literato, diplomata e político em «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa»[9], artigo que foi publicado na revista *Islenha*, em 1997, e que constitui até ao momento o único trabalho dedicado especificamente à figura desse aristocrata madeirense. Contudo, nenhuma destas publicações esgota o estudo deste importante agente da história insular da segunda metade do século XIX, sendo que o seu rico e vasto arquivo permanece em larga medida por investigar. Neste sentido, longe de reproduzir o que já foi escrito sobre Agostinho de Ornelas, este artigo procura trazer novos dados sobre a sua acção política e diplomática, inserindo-a no contexto maior da política – interna e externa – portuguesa no período da Regeneração.

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: Político e Diplomata

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura e Teive[10] nasceu no Funchal, no dia 14 de Março de 1836, tendo falecido com sessenta e cinco anos de idade em Niederwald am Rhein, na Alemanha, em 6 de Setembro de 1901. Filho de Aires de Ornelas de Vasconcelos (1779-1852), 13.º morgado do Caniço, governador civil e senador municipal do Funchal, e de Dona Augusta Correia Vasques Olival, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos pertencia a uma das famílias aristocráticas mais relevantes da Ilha da Madeira, tendo herdado dos pais não só o morgadio do Caniço, de quem foi o 14.º morgado, mas também numerosas propriedades em várias localidades da ilha, entre as quais o Palácio Ornelas, no Funchal, e a Quinta das

7 QUINTELA, 1987, «Prefácio», pp. 7-25.

8 FERREIRA, 1998, *Arquivo Histórico da Madeira. Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos. Instrumentos Descritivos*, pp. 28-34.

9 GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», pp. 79-109. De referir ainda o artigo de VERÍSSIMO, 2000, «Afinidades genealógicas: cartas de Ernesto do Canto para Agostinho de Ornelas de Vasconcelos», pp. 101-119. Outras referências podem ser encontradas em PIMENTA, 2024, «O Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Defesa do Padroado Português do Oriente (1874-1880)», pp. 649-711.

10 Raramente usado na documentação, o apelido Teive surge no registo de casamento de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, celebrado a 24 de Abril de 1865. Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 4, pasta 1, documento 1.

Almas, na Camacha[11]. Depois de ter completado, com distinção, os estudos no Liceu Nacional do Funchal, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo recebido um *accessit* pelo mérito demonstrado no seu terceiro ano de curso. Bacharel formado em Direito, concluiu o respectivo curso em 12 de Junho de 1857[12].

A partir da leitura da documentação relativa à sua carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, podemos acompanhar o seu percurso diplomático, marcado aliás por diferentes fases, a primeira das quais teve início poucos meses após ter completado o seu curso, em 1857, prolongando-se até 1869[13]. Com efeito, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos ingressou na carreira diplomática, na qualidade de 2.º adido à legação portuguesa em Washington, por decreto de 18 de Novembro de 1857, cargo de que só tomou efectivamente posse no dia 8 de Junho de 1858. Permaneceu nos Estados Unidos da América até 8 de Fevereiro de 1859, momento em que regressou à Europa, em virtude de ter sido transferido para a legação portuguesa em Berlim, capital do Reino da Prússia, em 6 de Novembro de 1858[14]. Tomou posse do lugar a 19 de Março, tendo servido até 24 de Setembro de 1862. Durante esse período desempenhou por várias vezes as funções de Encarregado de Negócios Interino. Em 12 de Setembro de 1862 foi promovido a 1.º adido para a legação portuguesa no Rio de Janeiro[15], mas não chegou efectivamente a tomar posse do lugar, tendo permanecido na Europa. Por decreto de 9 de Dezembro de 1863 foi transferido, na mesma categoria, para a legação na Corte de São Petersburgo, na Rússia[16]. Exerceu funções nessa capital até Setembro de 1864, sendo

---

[11] Sobre a sua família e respectiva genealogia veja-se a notícia biográfica escrita por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos a respeito do irmão, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, e que abre o volume por si publicado em 1881 sob o título *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, Precedidas de uma notícia biográfica*.

[12] FERREIRA, 1998, *Arquivo Histórico da Madeira. Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos. Instrumentos Descritivos*, pp. 28-29. Veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 38, documentos 156-159.

[13] Uma síntese desse percurso diplomático é fornecida pela documentação relativa à contagem do seu tempo de serviço. Veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 52.

[14] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 40. Da sua passagem pelos Estados Unidos da América resultou a elaboração de um estudo sobre o sistema prisional norte-americano, nomeadamente sobre a penitenciária de Filadélfia, que foi publicado em 1860 no âmbito da obra *Reforma das Cadeias em Portugal*, de António Aires de Gouveia.

[15] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 46. Na sequência da sua nomeação para o Rio de Janeiro, Agostinho de Ornelas suplicou a Sua Majestade a graduação de Secretário de Legação em 22 de Novembro de 1862. Mas o seu pedido só foi atendido em 1865. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 47.

[16] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 48.

obrigado a retirar-se, por motivo de doença, para Lisboa. Tendo sido graduado em secretário de legação para Viena, em 26 de Abril de 1865, foi transferido, na mesma categoria, para Londres, por decreto de 23 de Junho de 1866. Tomou posse do lugar a 2 de Agosto do mesmo ano, tendo servido sob o Conde do Lavradio, então Ministro de Portugal em Londres. Desencantado com a vida diplomática, em especial por não ter alcançado o posto desejado – e que considerava merecer – ao fim de dez anos de carreira, e sendo-lhe desagradável continuar ao serviço na legação em Londres, Agostinho de Ornelas requereu a sua exoneração a 17 de Novembro de 1867. Partiu para Lisboa, em gozo de licença, a 9 de Dezembro de 1867, sendo colocado na disponibilidade por decreto de 25 de Abril de 1868[17]. Por decreto de 3 de Fevereiro de 1869 foi-lhe concedida a almejada exoneração[18].

Da sua permanência em Londres chegou até nós um conjunto relevante de cartas, na sua maioria dirigidas à sogra, Dona Maria Teresa de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Condessa da Ponte, que nos permite perceber, entre outras coisas, as razões do descontentamento do então jovem diplomata português[19]. Um descontentamento perceptível desde o início das suas funções, pois, já em 1 de Novembro de 1866, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos declarava à sogra o seu desconforto pela modesta posição que ocupava na carreira diplomática, considerando-a humilhante. Confessava também a sua tristeza por estar longe e separado da família, nomeadamente da sua esposa – Dona Maria Joaquina de Saldanha da Gama – e filho primogénito, Aires, ainda bebé. Apesar das promessas que lhe teriam sido feitas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Agostinho de Ornelas exprimiu o desejo de ir embora de Londres em Janeiro de 1867[20]. A partir deste momento, as queixas são uma constante nas cartas dirigidas à sogra, em especial pelo facto de não progredir, como desejava e considerava merecer, na carreira diplomática. Queixas que também dirigiu a José Maria do Casal Ribeiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros no "Governo da Fusão", presidido por Joaquim António Aguiar[21]. E se, inicialmente, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos colocou a hipótese de continuar em Londres caso viesse a ser nomeado 1.º Secretário da Legação, rapidamente mudou de posição, exprimindo

[17] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 50.
[18] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 52.
[19] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documentos 79-87.
[20] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 79.
[21] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 82.

por mais de uma vez a sua vontade de ser transferido para Madrid na qualidade de Encarregado de Negócios[22]. Não tendo recebido garantias nesse sentido por parte do Ministro Casal Ribeiro, de quem «não se fiava», pediu a sua exoneração precisamente no dia em que completou dez anos de serviço diplomático, facto de que deu conhecimento prévio à sogra[23].

Na verdade, a saída da carreira diplomática foi previamente articulada com a família da esposa, em especial com os sogros, que lhe facilitaram a entrada na vida política e a candidatura ao lugar de deputado. A este ponto importa considerar que Agostinho de Ornelas e Vasconcelos se ligou por matrimónio a uma das principais famílias do Reino, a dos Condes da Ponte. De facto, em 24 de Abril de 1865, Agostinho de Ornelas havia contraído casamento com Dona Maria Joaquina de Saldanha da Gama (1848-1932), filha do 8.º Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito, e da já referida Dona Maria Teresa de Sousa Botelho Mourão de Vasconcelos, filha dos Condes de Vila Real[24]. Do casamento nasceram cinco filhos: Aires, primogénito e único varão, Maria Teresa, Augusta, Isabel e Luísa Isabel. Provavelmente, o enlace terá sido proporcionado pela convivência do nubente com José de Vasconcelos e Sousa[25], familiar dos Condes da Ponte e que desempenhara as funções de Ministro Plenipotenciário e chefe da legação portuguesa em Berlim, entre 2 de Junho de 1860 e 23 de Maio de 1862. Este casamento deu a Ornelas a oportunidade de conviver de perto com o círculo restrito da alta nobreza do Reino, guindando-o a uma posição muito acima da que inicialmente desfrutava na Ilha da Madeira. Para além disso, o apoio dos sogros terá sido importante na fase inicial da sua carreira política, em especial no período em que exerceu as funções de deputado (1868-1874) e, mais tarde, na nomeação para par do Reino (1874).

De facto, em carta datada de 12 de Novembro de 1867, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, ainda em Londres, agradeceu à sogra a intervenção, a seu favor, do Conde da Ponte, mais precisamente o facto de este ter falado com o Ministro dos

---

[22] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documentos 80-81.

[23] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 84.

[24] O casamento foi celebrado na capela da casa dos Condes da Ponte, na Rua de Santana à Lapa, n.º 224, em Lisboa, pelo irmão do nubente, Aires de Ornelas e Vasconcelos (1837-1880), então sacerdote e cónego da Sé do Funchal e, posteriormente, bispo dessa diocese e Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente. À data do casamento, Agostinho de Ornelas tinha 29 anos e a nubente 16 anos de idade, perfazendo 17 a 27 de Junho desse ano de 1865. Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 4, pasta 1, documento 1.

[25] Tio de Dona Maria Joaquina de Saldanha da Gama, esposa de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. Cf. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 86.

Negócios do Reino, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, com vista à preparação da sua candidatura ao lugar de deputado. A este respeito, Agostinho de Ornelas exprimiu o desejo de ser eleito deputado pela Madeira, descartando *a priori* a hipótese de apresentar candidatura por um círculo onde não tivesse influência própria[26]. Ornelas conseguiu concretizar o seu objectivo, tendo sido eleito deputado pelo círculo de Santa Cruz, nas listas do Centro Popular, em 1868. Em carta dirigida à sogra, datada de 20 de Abril de 1868, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos informava ter sido eleito com 1480 votos, o que considerava ter sido uma grande vitória sobre a oposição representada pelos chamados fusionistas[27]. Prestou juramento na Câmara dos Deputados, em Lisboa, em 9 de Maio de 1868. Mas sendo este um período de grande instabilidade política[28], Agostinho de Ornelas e Vasconcelos teve de enfrentar mais quatro escrutínios em apenas três anos, entre 1869 e 1871, tendo nestes casos sido eleito pelo círculo da Ponta do Sol (ainda que, numa das vezes, não tenha sido proclamado para a breve legislatura de 1870, subsequente às eleições de 13 de Março, mas que na Madeira, segundo Rui Carita, terão tido lugar apenas a 1 de Maio). Neste sentido, prestou novamente juramento, como deputado, em 26 de Maio de 1869, em 25 de Outubro de 1870 e em 5 de Janeiro de 1872[29]. De frisar que estas sucessivas participações em actos eleitorais implicaram um considerável dispêndio de recursos financeiros por parte de Agostinho de Ornelas, uma vez que as campanhas eleitorais implicavam a realização de avultados investimentos por parte dos candidatos a deputados[30].

Relativamente à filiação política de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, importa considerar que, à época, os partidos não dispunham de uma organização formal sólida, nem sequer de uma ideologia bem definida. A este respeito, Marcelo Caetano, no seu estudo seminal de ciência política, considerou que os partidos portugueses oitocentistas não assentavam tanto numa comunhão ideológica como, sobretudo, em «fidelidade pessoal reforçada por solidariedade de interesses»[31].

---

[26] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 86.

[27] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 89.

[28] Em Janeiro de 1868 tinha ocorrido a célebre "Janeirinha", ou seja o movimento de protesto contra a política fiscal do "Governo da Fusão" e que resultou na queda desse executivo. Cf. CUNHA, 2003, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*.

[29] TEIXEIRA, 2005, «MOURA, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de (1836-1901)», pp. 1012-1013. Cf. CARITA, 2008, *História da Madeira. O longo século XIX* […], pp. 211-212.

[30] Cf. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», pp. 104-105.

[31] CAETANO, 1967, *Manual de ciência política e direito constitucional*, p. 408.

Como tal, caracterizou os partidos monárquicos liberais como formações políticas de quadros, constituídos por um número limitado de notáveis, que dominavam o Parlamento e que mobilizavam apoios nos períodos eleitorais através de uma rede de influentes locais, seus clientes, os chamados caciques[32]. Esta situação fragilizava enormemente as organizações partidárias que, na prática, funcionavam como uma espécie de redes de caciques, unidos na defesa dos seus interesses pessoais ou por fidelidade a um chefe. Para além disso, era comum o condicionamento dos processos eleitorais pelas autoridades administrativas, nomeadamente governadores civis e administradores municipais, que podiam ser manipulados pelo Governo[33]. E, no caso específico da Madeira, alguns actos eleitorais foram inclusivamente marcados por episódios de intimidação e de violência, nomeadamente em 1868, no Funchal, e em 1870, em Machico[34].

Por outro lado, é preciso ter em consideração que os anos subsequentes ao final da experiência política representada pelo "Governo da Fusão" (1865-1868) representaram não só um momento de crise e de instabilidade política, mas também uma fase de reorganização do sistema partidário. Para além dos dois partidos principais – Partido Regenerador e Partido dos Históricos –, houve lugar ao aparecimento de formações políticas mais pequenas, como por exemplo o Partido Reformista. E, só mais tarde, já na segunda metade da década de 1870, é que o sistema político-partidário encontrou nova estabilidade, tendo como pilares principais o Partido Regenerador e o Partido Progressista, este último fundado a partir da união de históricos e reformistas no famoso Pacto da Granja, em 1876[35].

Enfim, importa considerar que não é possível transpor *tout court* para o plano insular as denominações e as divisões partidárias nacionais. De facto, à época, a vida política madeirense era dominada por dois grandes centros partidários, já acima referidos, a saber: o Centro Fusionista, que terá sido formalmente criado por volta de 1870, mas que na prática operava desde 1865; e o Centro Popular, já politicamente activo em 1868. Note-se que o Centro Popular não deve ser confundido com o grupo dos chamados "populares" que, pela mesma altura, deram origem ao Partido Reformista no território continental. Os dois centros políticos insulares reflectiam, em todo o caso, as principais divisões político-partidárias existentes no plano nacional. Neste sentido, o Centro Fusionista integrava um conjunto de quadros que, na sua

[32] CAETANO, 1967, *Manual de ciência política e direito constitucional*, p. 408.
[33] ALMEIDA, 1991, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*.
[34] Cf. CARITA, 2008, *História da Madeira. O longo século XIX* […], pp. 210-212.
[35] LEAL, 2015, *A Rotação Partidária em Portugal. A Aprendizagem da Alternância Política (c. 1860-1890)*.

maioria, vieram a estar ligados ao Partido Progressista, ainda que alguns tivessem também militado no Partido Regenerador[36]. Ao invés, o Centro Popular reuniu figuras[37] que mantinham relações de maior proximidade com o Partido Regenerador, nomeadamente com alguns dos seus principais líderes, entre os quais Fontes Pereira de Melo e Barjona de Freitas. E alguns dos seus dirigentes vieram de facto a militar no Partido Regenerador, nomeadamente Agostinho de Ornelas. Note-se, contudo, que a militância partidária era marcada por uma certa fluidez, não sendo raros os casos de figuras que, em poucos anos, mudaram várias vezes de partido.

Neste contexto, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos foi um dos elementos de proa do Centro Popular e, durante os seus mandatos como deputado, manteve sempre uma forte proximidade aos círculos políticos do Partido Regenerador, tendo inclusivamente militado nesse partido. Não dispomos de informação sobre a data exacta da sua filiação no Partido Regenerador. Contudo, sabemos que Agostinho de Ornelas foi eleito Presidente do Centro do Partido Regenerador no Distrito do Funchal em 12 de Dezembro de 1883[38]. A este respeito, importa referir que não dispomos de informações detalhadas sobre a data de fundação do Centro Regenerador do Funchal. Na publicação *Debates Parlamentares, 1821-2020*, obra colectiva coordenada por Alberto Vieira, faz-se menção à existência do Partido Regenerador e respectivos dirigentes na Madeira para um período muito anterior, nomeadamente para os anos de 1851 e de 1865[39]. Da nossa parte, apenas conseguimos identificar documentação relativa à existência de um Centro Regenerador no Funchal na década de 1880, sendo provável que esse centro tivesse surgido a partir do Centro Popular. Em Dezembro de 1883, foram eleitos dirigentes

[36] Na obra *Debates Parlamentares, 1821-2010*, coordenada por Alberto Vieira, são referidos como dirigentes do Centro Fusionista as seguintes figuras: Luís de Freitas Branco, António Gonçalves de Freitas, Jacinto de Santana e Vasconcelos, Silvano de Freitas Branco, António Correia Herédia, Francisco Joaquim Lampreia, João da Câmara Leme, cónego Alfredo César de Oliveira, Pedro José de Ornelas, Manuel José Vieira, Joaquim Ricardo de Trindade e Vasconcelos, Joaquim de Sales Caldeira, Augusto Bianchi, José António de Almada, Nuno Ferreira Jardim, conselheiro José Leite Monteiro. Cf. VIEIRA, 2014, *Debates Parlamentares, 1821-2010. As vozes contra e a favor do Arquipélago da Madeira*, p. 21.

[37] Na obra *Debates Parlamentares, 1821-2010* são referidos como dirigentes do Partido Popular as seguintes figuras: D. João da Câmara Leme, Augusto(*sic*) de Ornelas e Vasconcelos, cónego Filipe José Nunes, Álvaro Rodrigues de Azevedo, Januário Justiniano de Nóbrega, Nuno Dias de Vasconcelos, Joaquim Coelho de Menezes, António da Luz Pita, Luiz Vicente de Afonseca, Caetano Velosa Castelo Branco, Morgado Giogo(*sic*) Berenguer. Cf. VIEIRA, 2014, *Debates Parlamentares, 1821-2010. As vozes contra e a favor do Arquipélago da Madeira*, p. 21.

[38] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 86.

[39] VIEIRA, 2014, *Debates Parlamentares, 1821-2010. As vozes contra e a favor do Arquipélago da Madeira*, p. 21.

desse Centro Regenerador, para além de Agostinho de Ornelas, seu Presidente, o Visconde da Calçada, Diogo de Ornelas de França Carvalhal Frazão e Figueiroa[40], Vice-Presidente, e Henrique Feliz de Freitas Vale e António Alfredo da Silva Barreto, Secretários. Foi também eleita uma comissão executiva formada por João de Santana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, João Sauvayre da Câmara e Vasconcelos, Comendador Silvano de Freitas Branco, João de Menezes Cabral e João Maria Curado de Vasconcelos[41]. Contudo, como veremos mais à frente neste artigo, Agostinho de Ornelas acabou por se afastar do Partido Regenerador, manifestando-se vivamente contrário à posição adoptada pela liderança desse partido a respeito do 2.º Acto Adicional à Carta Constitucional (1885).

Paralelamente, a leitura da documentação permite-nos vislumbrar o quadro político madeirense nos períodos eleitorais, em especial aquando das eleições para a Câmara dos Deputados. E se não é nosso objectivo fazer uma análise dos processos eleitorais no distrito do Funchal, parece-nos, contudo, pertinente ter em atenção alguns aspectos das eleições para deputados de 1868 e de 1870, particularmente salientes na documentação por nós consultada.

Desde logo, parece-nos particularmente relevante chamar a atenção para os tumultos ocorridos no Funchal durante a campanha para as eleições para a Câmara de Deputados de 1868. A este respeito, é preciso ter em consideração que o arquipélago vivia então um contexto social difícil, reflexo aliás da situação nacional, marcada pela contestação (a "Janeirinha") à política fiscal do "Governo da Fusão", nomeadamente contra a criação do imposto do consumo (lei de 10 de Junho de 1867). A contestação desencadeou uma alteração da situação política vigente, por via da demissão do Governo presidido por Joaquim António de Aguiar e a concomitante convocação de eleições, ao mesmo tempo que se processou uma reconfiguração do sistema partidário[42].

---

[40] Diogo de Ornelas de França Carvalhal Frazão e Figueiroa, 1.º Visconde da Calçada, título concedido por D. Luís em 1871, tinha sido «elevado à grandeza do reino com o título de conde por decreto de 4 de Outubro de 1882». No mesmo dia foi nomeado governador civil substituto do Funchal. Cf. CLODE, 1987, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: sécs. XIX-XX*, p. 87.

[41] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 86. De referir que a assembleia do centro regenerador deliberou dar conhecimento dos resultados das eleições ao então Presidente do Conselho de Ministros, o Conselheiro António Maria Fontes Pereira de Melo, "Chefe do Partido Regenerador".

[42] Cf. CUNHA, 2003, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*.

No caso específico da Madeira, a "Janeirinha" suscitou vários protestos em diferentes pontos da ilha, nomeadamente no concelho de São Vicente[43]. A contestação reflectiu-se na campanha eleitoral, tendo como alvo preferencial o deputado cessante Jacinto de Santana e Vasconcelos[44], filho do 1.º Visconde das Nogueiras (e futuro herdeiro do título por morte deste, em 1870), o qual, sendo candidato a deputado pelo Partido dos Históricos, estava igualmente relacionado com os chamados fusionistas. Tendo vivido grande parte da sua vida fora da Madeira, Jacinto de Santana e Vasconcelos procurou desembarcar no Funchal, com o objectivo de aí fazer campanha, a 8 de Março de 1868. Mas o ambiente de contestação social – e de alguma crispação política – que se vivia então na ilha não era de modo algum favorável aos fusionistas. Por isso, a sua tentativa de desembarque resultou num verdadeiro tumulto popular, porventura fomentado pelos seus oponentes políticos, conhecido como o "movimento da Pedrada". O episódio não é desconhecido da historiografia[45], mas Agostinho de Ornelas fornece, nas suas cartas, um relato em primeira mão dos acontecimentos. Assim, numa carta dirigida à sogra, datada de 19 de Março de 1868, Agostinho de Ornelas declarava ter avisado inutilmente Santana do que poderia acontecer caso este tentasse desembarcar no Funchal, com o intuito de fazer campanha, e afirmava compreender a indignação da população, pois partilhava do desejo do povo de a «eleição aproveitar tanto aos deputados, como aos eleitores». Informava ainda que o governador civil – D. João Frederico da Câmara Leme – não teria tido responsabilidades nos tumultos e que Santana teria a sua vida salva graças à intervenção de Câmara Leme, que o terá «levado pelo braço», pelo meio do povo em revolta, de volta ao navio. Lamentava, enfim, a morte de duas pessoas nos tumultos[46].

Por outro lado, são particularmente pertinentes para a compreensão dos bastidores eleitorais as cartas escritas pelo padre Manuel de Mendonça Gomes para Aires de Ornelas e Vasconcelos, então deão da Sé do Funchal, durante a estada deste último em Roma, por ocasião da realização do Concílio Vaticano I. De facto,

[43] Veja-se a este respeito RIBEIRO, 1995, «Os tumultos no concelho de S. Vicente da Madeira, em 1868», pp. 113-122. Cf. CARITA, 2008, *História da Madeira. O longo século XIX* […], pp. 195-196.

[44] Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt (1824-1888), político e diplomata natural do Funchal. Cf. SILVA e MENEZES, 1946, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 440-443.

[45] Veja-se, a este respeito, SILVA e MENEZES, 1946, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 402-403. Cf. CARITA, 2008, *História da Madeira. O longo século XIX* […], pp. 196-198.

[46] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 88.

o padre Gomes descreve, com algum detalhe, os bastidores das eleições de 1870, relatando as movimentações políticas de populares e de fusionistas, estes últimos com o apoio do (terceiro) Governo (1869-1870) do Duque de Loulé, principal líder do Partido dos Históricos, formação política que daria origem ao Partido Progressista. Neste contexto, o padre Gomes aduz às actividades dos dois candidatos ao lugar de deputado pelo círculo da Ponta do Sol, ou seja, de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (popular) e Manuel José Vieira (fusionista), este último apresentado pelo Visconde de Andaluz, então governador civil do Funchal. O clérigo salienta, em especial, a oposição dos «elementos governativos» à candidatura de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, o qual contaria, contudo, com o apoio de alguns elementos de peso na Madeira, nomeadamente de Álvaro Rodrigues de Azevedo. De referir que o padre Gomes é particularmente minucioso na descrição das movimentações políticas fusionistas na cidade do Funchal. Estes teriam formalizado a criação do respectivo centro numa reunião em casa do morgado Nuno de Freitas. Terão comparecido na reunião cerca de duzentas pessoas, tendo discursado o cónego Abel Martins Ferreira, José Leite, Manuel José Vieira e José António de Almada. Teriam estado presentes o presidente da Junta Governativa da Diocese do Funchal e mais alguns clérigos, facto que teria motivado as críticas dos jornais *A Nação* e *Bem Público*, jornais tidos por conservadores. Uma nova assembleia do centro fusionista terá sido convocada por Nuno de Freitas, que assumiu as funções de presidente[47]. A nova reunião terá tido lugar na Escola Lancasteriana(*sic*), sendo o centro fusionista também denominado de «Progressista». O padre Gomes esclarece ainda que terão assistido à reunião os empregados da alfândega, os trabalhadores do carvão do Blandy, alguns «rapazes da escola» e os conhecidos fusionistas, entre os quais Manuel José Vieira, que discursou para a assembleia. O Centro Popular, por seu turno, também terá realizado uma reunião política, com «grande adesão da população» no Funchal, sendo que Agostinho de Ornelas e Vasconcelos terá centrado a sua campanha nas zonas rurais da ilha, entre as quais a Calheta[48].

Não nos alongaremos aqui em mais considerações sobre os processos eleitorais, até porque, como já salientámos, não é esse o principal objectivo do nosso estudo. Servem, contudo, estas breves linhas para contextualizar a eleição de

[47] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 32.

[48] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 33.

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos à Câmara dos Deputados. E, na qualidade de deputado, importa destacar que Ornelas interveio no sentido de defender os interesses do arquipélago, tendo apresentado vários projectos de lei, nomeadamente para a construção de um porto artificial no Funchal, bem como para a construção de levadas e de canais de irrigação, entre as quais a conclusão das levadas do Rabaçal e do Furado, infra-estruturas tidas por essenciais para a economia da Madeira. Apresentou ainda outros projectos de lei no domínio da fiscalidade e dos impostos, solicitando, por exemplo, para que o real-d'água não fosse cobrado na Madeira, bem como nos âmbitos da mobilidade terrestre e da navegação insular e ainda a respeito da dotação financeira e do pagamento das côngruas ao clero da diocese do Funchal. Integrou, simultaneamente, a Comissão Diplomática e a Comissão Eclesiástica, em três legislaturas, bem como a Comissão dos Vinhos, em duas legislaturas[49].

No entanto, é indispensável sublinhar que, enquanto deputado, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos nunca se sentiu verdadeiramente escudado pelos seus correligionários do Partido Regenerador. Na correspondência para a família, Agostinho de Ornelas queixou-se amiúde «não ter um partido», sinal de que a sua aproximação (e depois integração) no Partido Regenerador não era isenta de tensões e frustrações. Aliás, as cartas de Agostinho de Ornelas revelam, desde muito cedo, uma visão muito crítica e desencantada da vida política portuguesa, em especial da actividade parlamentar. Por exemplo, em carta dirigida ao irmão, Aires de Ornelas e Vasconcelos, datada de 14 de Julho de 1869, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos escrevia:

> «A política geral é desgraçadíssima. Há poucos homens capazes e esses cada vez com menos vontade de se encarregarem do governo. Não admira. Lugares pessimamente pagos, de uma responsabilidade imensa, onde se está exposto a todos os insultos, todas as acusações, todas as calúnias, e se não acham meios nem homens que ajudem a fazer alguma coisa!»[50].

[49] TEIXEIRA, 2005, «MOURA, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de (1836-1901)», pp. 1012-1013. Relativamente à construção do porto de abrigo do Funchal, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos apresentou, pelo menos, dois projectos de lei nesse sentido, um na sessão de 4 de Julho de 1868 e o segundo um ano depois, na sessão de 2 de Julho de 1869. Veja-se *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 4 de Julho de 1868, p. 1567; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 2 de Julho de 1869, pp. 596-597. Cf. VIEIRA, 2014, *Debates Parlamentares, 1821-2010. As vozes contra e a favor do Arquipélago da Madeira*, pp. 67-68. Por sua vez, a questão da dotação financeira do clero foi amiúde objecto de correspondência com o irmão, à época já prelado no Funchal. Veja-se, por exemplo, Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documentos 24 a 27.

[50] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 16.

Por várias vezes confessou o seu desânimo, chegando a colocar a hipótese de abandonar a política. Isto mesmo escreveu ao irmão, em 15 de Abril de 1872, tendo declarado:

> «Tudo isto é triste, desanima, deprime, desconsola, dá vontade de abandonar uma luta sem esperanças, sem conforto, sem uma voz que nos aporte ânimo, sem um olhar que sympathise comnosco! O meu desejo é deixar tudo e recolher-me a casa»[51].

Do seu desencanto com a actividade parlamentar deu igualmente nota à sogra, a Condessa da Ponte, sem bem que de forma mais matizada, declarando que só abandonaria a vida política se não fosse nomeado par do Reino: «ou estou par do reino em seis meses ou largo para sempre a política e tudo absolutamente que não seja administrar a minha casa e cuidar da minha fortuna»[52].

Por outro lado, as suas fortes convicções religiosas enquanto católico devoto, tido aliás como ultramontano, à semelhança do irmão, geravam uma certa desconfiança entre os meios políticos liberais, caracterizados por um certo anticlericalismo e suspeita em relação à Igreja Católica, em especial à Santa Sé. Sentindo-se isolado num parlamento dominado pelos críticos da Igreja, Agostinho de Ornelas afirma, em tom de desabafo, pedir a Deus que lhe «dê força ou me mande ao menos mais um deputado, um só que tenha as minhas ideias» enquanto católico e defensor do Papado[53]. E, em 5 de Fevereiro de 1874, confidenciava ao irmão que «todos os nossos homens políticos são em matéria religiosa indiferentes ou hostis», sendo que os elementos religiosos não estariam coordenados, nem unidos na causa católica. Contudo, Agostinho de Ornelas garantia ao irmão estar «pronto para a resistência e até para a guerra declarada se isso te parecer mais eficaz para promover os interesses da Igreja»[54]. Agostinho de Ornelas não teve aliás pejo em classificar muitos dos ministros de «miseráveis» e «sem princípios», denunciando ao irmão as muitas manobras que condicionavam negativamente a governação[55].

Para além disso, revelou ao irmão que a sua postura e «posição independente» teriam criado receios no seio do seu próprio partido – o Partido Regenerador –, inclusivamente em Barjona de Freitas, que receava que Agostinho de Ornelas adquirisse demasiado poder na Madeira. E, a 5 de Fevereiro de 1874, escreve: «Esta

---

[51] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 27.
[52] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 77.
[53] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 27.
[54] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 48.
[55] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 48.

é a triste verdade! Em lugar de darem forças aos bons, preferem favorecer os maus, porque entendem que para governar precisam de dividir e enfraquecer»[56].

No entanto, apesar dos eventuais receios existentes entre os regeneradores quanto à independência de pensamento de Agostinho de Ornelas, a verdade é que esse aristocrata madeirense foi proposto para o lugar de par do Reino por Fontes Pereira de Melo. Disto mesmo deu nota a D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, em carta datada de 16 de Fevereiro de 1874, escrevendo:

> «O Fontes [Pereira de Melo] também me disse que tencionava propor a ElRey [D. Luís] que me nomeasse Par do Reino. Que esta nomeação teria lugar ainda antes das novas eleições [para a Câmara dos Deputados], de modo que talvez seja preciso haver dois novos candidatos [a deputados] pela Madeira»[57].

Poucas semanas depois, a 4 de Abril de 1874, Agostinho de Ornelas comunicou ao irmão que Fontes Pereira de Melo já teria proposto a sua nomeação para par do Reino e que Sua Majestade, el rei D. Luís, teria anuído, devendo a nomeação acontecer antes das eleições[58]. A 8 de Maio de 1874, Agostinho de Ornelas foi admitido à presença do monarca, que o «recebeu como grande do Reino», e, entre outros assuntos, terá sido discutido entre os dois a questão da nomeação de Ornelas para par do Reino[59]. Enfim, por carta régia de 16 de Maio de 1874, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos foi formalmente nomeado par do Reino, facto que prontamente comunicou à família no Funchal[60], tendo tomado assento na Câmara dos Pares a 29 de Janeiro de 1875[61].

---

[56] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 48. Anteriormente, em carta dirigida a D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, datada de 20 de Julho de 1873, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, referindo-se a Barjona, afirmava: «Barjona é desleixado, preguiçoso, e está muito mal rodeado». Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 38.

[57] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 49.

[58] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 52.

[59] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 55.

[60] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 55.

[61] Agostinho de Ornelas e Vasconcelos integrou uma lista de vinte Pares do Reino, nomeados por carta régia de 16 de Maio de 1874, a saber: «5.º Marquês de Castelo Melhor, João de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga [não aceitou a nomeação], 1.º Marquês de Monfalim, D. Filipe de Sousa Holstein, 1.º Conde da Torre, Pedro João de Moraes Sarmento, 1.º Conde de Valbom, Joaquim Tomás Lobo d'Avila, 1.º Visconde de Alves de Sá, João Maria Alves de Sá, 1.º Visconde de Bivar, Francisco de Almeida Coelho de Bivar, 1.º Visconde dos Olivais, António Teófilo de Araújo, 1.º Visconde de S. Jerónimo, Basílio Alberto de Sousa Pinto, 1.º Barão do Rio Zêzere, Joaquim Bento Pereira, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura, Anselmo José Braamcamp [não aceitou a nomeação], António Correia Caldeira, António José de Barros e Sá, António de Paiva Pereira da Silva, Augusto César Cau da Costa, Augusto Xavier Palmeirim, Carlos Bento da Silva, Filipe Folque, Francisco José da Silva Torres [faleceu antes de tomar posse do lugar], José Marcelino de Sá Vargas». Veja-se CONSTANCIO, 1875, *Estatistica methodica do pariato civil e ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de Maio de 1875*, p. 17.

A elevação ao pariato foi um facto da maior relevância no percurso político e pessoal de Agostinho de Ornelas. Desde logo, representou um ganho significativo em termos de estatuto social. Se bem que, num plano fundamentalmente simbólico, Agostinho de Ornelas passou a ser considerado um dos "grandes do Reino", indo assim ao encontro das suas expectativas, enquanto representante da velha fidalguia, e em consonância com o que tinha expresso, por carta, à sogra, a Condessa da Ponte[62]. Por outro lado, com apenas trinta e oito anos de idade, Ornelas passou a ter assento vitalício na câmara alta do parlamento, não sendo mais necessário submeter-se a quaisquer actos eleitorais para garantir o seu lugar nas Cortes. Em termos políticos, isto significa que o aristocrata madeirense deixou de precisar dos partidos políticos, incluindo do Partido Regenerador. Muito embora tivesse sido proposto para par pelo Partido Regenerador, ou melhor pelo seu líder, Fontes Pereira de Melo, a verdade é que a elevação ao pariato conferiu uma enorme autonomia política a Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. E se, durante alguns anos, Ornelas se manteve fiel ao Partido Regenerador, assumindo, aliás, como já referimos, a presidência do Centro Regenerador do Funchal, a verdade é que Ornelas não se coibiu de exprimir as suas opiniões, mesmo quando estas diferiam das posições assumidas pelos líderes partidários.

Enquanto par do Reino, Agostinho de Ornelas participou em vários debates sobre questões de ordem económica, fiscal e política, algumas com relação directa com o arquipélago da Madeira, nomeadamente as que diziam respeito às culturas do açúcar e da vinha, esta última em crise acentuada devido aos graves prejuízos causados pela doença da filoxera. Exprimiu amiúde a necessidade de o Estado investir na realização de melhoramentos e em obras para o desenvolvimento das ilhas. Teve particular significado a sua intervenção na sessão parlamentar de 12 de Junho de 1883, a respeito das «tristes circumstancias em que se acha actualmente o archipelago da Madeira», em virtude da destruição das vinhas causada pela filoxera, acompanhada dos «péssimos resultados [na produção agrícola] que trouxe uma estiagem de sete mezes, seguindo-se-lhe chuvas abundantíssimas». Ornelas não tinha dúvidas em afirmar:

> «todas, as colheitas, se perderam o anno passado, e as que só poderiam esperar este anno estão igualmente perdidas! O resultado de tantas calamidades tem sido a fome e a miséria, primeiro na ilha de Porto Santo, agora também na Madeira; resultando da falta de trabalho o aumento da emigração que se tem desenvolvido n'uma escala assustadora!».

[62] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 77.

Para minorar a crise económica insulana, Ornelas solicitava que o Governo tomasse medidas urgentes, nomeadamente que colocasse em prática um programa de construção de obras públicas, com o objectivo de «dar trabalho aquelles povos, evitando que eles se dirijam em massa a outros paizes para procurarem meios de subsistência que na patria não encontram». E, no imediato, Ornelas propunha que o Governo avançasse com duas obras tidas por indispensáveis ao desenvolvimento da Madeira, a saber a construção do porto de abrigo no Funchal e a conclusão das levadas, estas últimas essenciais ao fomento da agricultura: «Duas necessidades avultam sobretudo entre as muitas que a Madeira soffre: são um porto de abrigo e cais de desembarque, e a conclusão das levadas que, aproveitando as copiosas fontes que hoje se lançam improductivas no mar, irão transformar terras áridas e estéreis nas mais ferteis e virentes campinas». Para a realização destas obras, Ornelas salientava o facto de que as receitas da Ilha da Madeira excederem largamente e há muitos anos as despesas, sendo parcos os investimentos realizados pelo Governo em obras nesse arquipélago[63].

Por outro lado, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos destacou-se em alguns debates de ordem política internacional, nomeadamente nos relacionados com questões ultramarinas e, em especial, com o Padroado Português do Oriente. Esta era uma matéria extremamente cara a Agostinho de Ornelas, uma vez que o seu irmão, falecido em 1880, tinha sido Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente. A este respeito, importa salientar que D. Aires de Ornelas e Vasconcelos tinha prosseguido uma política de diálogo com a *Propaganda Fide*, procurando resolver os problemas surgidos da dupla jurisdição em certos territórios da Índia. Mas, ao mesmo tempo, o Primaz do Oriente tinha sabido defender o direito de padroado, reafirmando pela sua intensa acção pastoral e diplomática a preeminência da Sé Metropolitana de Goa[64]. Assim, muito embora D. Aires de Ornelas e Vasconcelos tivesse logrado alcançar um *modus vivendi* com a maioria dos vicariatos apostólicos da *Propaganda Fide*, o seu falecimento precoce tinha deixado por resolver algumas questões pendentes na relação institucional entre as duas jurisdições, nomeadamente a questão da delimitação das dioceses e o fim da dupla jurisdição eclesiástica na Índia. Tratava-se de algo que só poderia ser solucionado com a assinatura de uma

[63] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 12 de Junho de 1883, pp. 503-505. Cf. VIEIRA, 2014, *Debates Parlamentares, 1821-2010. As vozes contra e a favor do Arquipélago da Madeira*, pp. 1299-1300.

[64] PIMENTA, 2024, «O Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Defesa do Padroado Português do Oriente (1874-1880)», pp. 649-711.

nova concordata entre Portugal e a Santa Sé, o que de facto veio a acontecer em 23 de Junho de 1886[65], a qual substituiu a tão controversa – e nunca executada – concordata de 1857[66].

Neste sentido, no momento em que se discutia a situação do Padroado Português do Oriente, nomeadamente tendo em conta a não execução das disposições da concordata de 1857 e o facto da Santa Sé ter comunicado a sua intenção de não querer prorrogar por mais tempo a jurisdição extraordinária do Arcebispo de Goa sobre os vicariatos apostólicos, Agostinho de Ornelas interveio no debate parlamentar no sentido de explicar e de defender o direito de padroado, bem como a necessidade de operar as reformas indispensáveis à resolução dos conflitos derivados da existência da dupla jurisdição eclesiástica na Índia. A questão foi levantada na Câmara dos Pares na sessão de 11 de Abril de 1885, tendo suscitado as intervenções dos pares Costa Lobo e Barros de Sá, bem como a resposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barbosa du Bocage[67]. O debate continuou nas sessões seguintes, de 13 e de 14 de Abril, com intervenções de mais alguns pares, entre as quais a de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, que reagiu positivamente às declarações do ministro a respeito da realização de negociações com a Santa Sé com vista à obtenção de um acordo, ou seja, de uma nova concordata[68].

Fazendo uma análise informada da situação da cristandade indiana, Ornelas sublinhou a importância da acção pacificadora levada a cabo pelo irmão, ao mesmo tempo que propôs critérios para a delimitação das circunscrições das dioceses, que deveriam ter em consideração a existência já consolidada de mais de duas dezenas de vicariatos da *Propaganda Fide* em território indiano. Defendeu, em particular, a erecção de uma nova diocese em Damão, abrangendo Bombaim e as missões do Norte, bem como a manutenção do direito de padroado na ilha de Ceilão.

---

[65] *Concordata entre o Papa Leão XIII e El-Rey de Portugal para regular nas Indiais Orientaes*, assinada em Roma em 23 de Junho de 1886, transcrito em português em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portugueza Fez* […], vol. XIV, pp. 112-129. Relativamente ainda à Concordata de 1886, veja-se a *Bulla do Papa Leão XIII instituindo definitivamente a jerarchia Episcopal nas Indias Orientaes*, datada de 1 de Setembro de 1886 e transcrita e traduzida para português em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portugueza Fez* […], vol. XIV, pp. 369-392.

[66] 1857 Fevereiro 21 – Lisboa – *Tratado entre Portugal e o Summo Pontifice Pio IX sobre a continuação do exercício do Real Padroado da Coroa Portugueza no Oriente, feito em Lisboa aos 21 de Fevereiro de 1857*, transcrito em português em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portugueza Fez* […], vol. XIII, pp. 128-134

[67] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 11 de Abril de 1885, pp. 273-278.

[68] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 13 de Abril de 1885, pp. 279-292.

E chamou também a atenção para a importância e a riqueza das missões portuguesas em Bengala, com especial destaque para a «Zemindaria ou senhorio de Bhowal», que compreendia, entre outras propriedades, a de Nagory, «que tem uma superfície de perto de 50 milhas quadradas, com mais de 20:000 habitantes, constituindo assim um verdadeiro principado»[69]. Propôs igualmente soluções para a falta de recursos humanos, ou seja, de pessoal missionário, e afirmou a necessidade de assegurar a preeminência da Sé primacial e metropolitana de Goa, devendo ser garantidas todas as faculdades necessárias ao Arcebispo de Goa:

> «É, pois, fora de questão que a sé primacial e metropolitana será por todos os títulos a de Goa […]. É indispensável que se garantam ao arcebispo de Goa as faculdades como as têem os vigários apostólicos, e ainda mais as indispensáveis para o exercício da jurisdição metropolitana. A ele deverá pertencer a convocação do concílio ou synodo nacional, a sagração dos bispos, a appellação das causas do juízo eclesiástico, emfim, o que pertence á sua posição excepcional. Sendo o arcebispo de Goa o chefe da christandade da India, e a sua sé o centro religioso do oriente, nada mais natural do que congregarem-se junto d'elle as casas centraes das ordens religiosas que missionam no oriente. Todas ou quasi todas ellas tiveram em Goa conventos, a maior parte hoje em ruinas, alguns, como o do Bom Jesus, ainda bem conservados. Conceda o governo esses conventos ás ordens que os possuíram, permita-lhes reedificarem as casas que já tiveram, e habitar as que ainda existem, e Goa erguer-se-ha sobre as suas ruinas, como uma cidade ressuscitada!»[70].

Com esta intervenção, Agostinho de Ornelas introduziu no debate outro assunto de grande relevância política para a época, mais precisamente a questão – sempre controversa – do regresso das ordens religiosas aos territórios do Ultramar Português, decorrido que estava meio século da sua expulsão em 1834[71]. Uma hipótese que suscitava a oposição dos sectores mais radicais e anticlericais do liberalismo português, mas que era apoiada por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, católico fervoroso e bom conhecedor das necessidades da missionação portuguesa no Oriente. De referir que, posteriormente, Agostinho de Ornelas continuou a ter alguma intervenção nas questões relativas ao Padroado Português do Oriente, quer na qualidade de par do Reino, quer já na condição de Director da Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disso é testemunho, no primeiro caso, uma importante e significativa intervenção na Câmara dos Pares em Março de

[69] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 13 de Abril de 1885, p. 284.
[70] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 13 de Abril de 1885, p. 286.
[71] Sobre a questão missionária na África Portuguesa veja-se DORES, 2014, *Uma Missão para o Império: Política Missionária e o 'novo imperialismo' (1885-1926)*.

1886[72] e, no segundo caso, a troca de correspondência com o Ministro Português em Roma em 1889[73].

Por outro lado, a posição a favor do regresso das ordens religiosas permite perceber melhor o pensamento de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. E, na verdade, muito embora estivesse enquadrado na ordem política nascida do triunfo do liberalismo em Portugal, Agostinho de Ornelas era um homem conservador, defensor do poder régio, dos privilégios da fidalguia, das tradições, dos valores e ensinamentos veiculados pela Igreja Católica, contrário, portanto, a uma qualquer deriva liberalizante do sistema político português. Enquanto católico, partilhava das posições ditas ultramontanas, favoráveis a um estreitamento das relações com a Santa Sé, tendo participado inclusive na organização da grande peregrinação a Roma por ocasião do 50.º aniversário da sagração episcopal do Papa Pio IX, em 1877[74]. Foi igualmente membro da comissão que promoveu a Associação Católica de Lisboa[75].

Esse pensamento conservador está igualmente patente nas posições que assumiu publicamente na Câmara dos Pares, com destaque para a sessão de 26 de Maio de 1885, aquando da discussão do projecto das Reformas Políticas, ou seja, do 2.º Acto Adicional à Carta Constitucional, apresentado pelo Governo de Fontes Pereira de Melo e promulgado pelo rei D. Luís, em 24 de Julho de 1885[76]. O Acto Adicional de 1885 constituiu uma reforma constitucional que, em aparência, procurava avançar no processo de democratização do sistema político. Tinha, pois, em vista restringir os privilégios da antiga aristocracia, tornando electivos a maioria dos cargos políticos, inclusivamente ao nível da Câmara dos Pares. Neste sentido, procurou instituir – ainda que apenas parcialmente – o pariato electivo. De facto, o artigo 6.º do Acto Adicional determinava que a Câmara dos Pares passaria a ser composta «de cem membros vitalícios, nomeados pelo rei, de cinquenta membros

---

[72] Em 20 de Março de 1886, Ornelas chamava a atenção para a necessidade da nova concordata garantir a jurisdição metropolitana do Arcebispo de Goa, pois, mais do que o título honorífico de Patriarca, o que importava assegurar era o poder efectivo do Arcebispo de Goa sobre a igreja indiana. Assim, afirmava: «Não seja esta prodigalidade de títulos honoríficos hum artificio destinado a encobrir o cerceamento da jurisdicção metropolítica», uma vez que ao arcebispo deverá ser reconhecida a «autoridade tanto sobre os nossos Bispos como sobre os da Propaganda». Veja-se «Considerações sobre o Padroado Portuguez no Oriente na sessão da Camara dos Pares de 20 de Março de 1886», transcrito em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portugueza Fez* […], vol. XIII, pp. 292-293

[73] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 10.

[74] Sobre a participação na Comissão Organizadora da Peregrinação a Roma veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 36, documentos 1-97.

[75] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 35, documentos 31-33.

[76] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 26 de Maio de 1885, pp. 423-429.

electivos, e dos pares por direito próprio». Determinou também que a eleição dos membros temporários da Câmara dos Pares seria indirecta, isto é, os pares seriam eleitos pelos deputados da câmara baixa do Parlamento, ou seja, a Câmara dos Deputados. E a parte electiva da Câmara dos Pares teria «seis anos de duração, mas poderá ser dissolvida, simultânea ou separadamente, com a Câmara dos Deputados»[77]. Estas modificações fragilizaram a autonomia política da Câmara dos Pares, tornando-a muito mais permeável aos interesses partidários.

O Acto Adicional de 1885 restringiu também o poder moderador do monarca, em virtude de alterações realizadas aos artigos 14.º e 74.º da Carta Constitucional. Desde logo, afirmava-se que os pares e os deputados eram «representantes da nação, e não do rei que os nomeia» (artigo 1.º do Acto Adicional); depois, estabelecia-se um limite ao número de pares que poderia ser nomeado pelo rei, sendo no máximo de cem (artigo 6.º do Acto Adicional); e, por fim, declarava-se que «o rei exerce o poder moderador com a responsabilidade dos seus ministros» (artigo 7.º do Acto Adicional), abrindo-se, assim, a porta à partilha do poder moderador pelo executivo, quando até então era um exclusivo do monarca.

As modificações constitucionais introduzidas pelo 2.º Acto Adicional suscitaram as críticas dos sectores mais conservadores, nomeadamente de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. De facto, o aristocrata madeirense insurgiu-se contra o que considerava a «desorganização» e o «aviltamento» da Câmara dos Pares, considerando que «o único resultado de similhante lei ha de ser a completa desauctorisação não só da constituição, como também dos poderes públicos, do Rei, do sr. presidente do conselho e d'esta camara, que sem resistência se deixa desorganisar». Por isso, criticou asperamente os promotores da reforma constitucional, ou seja, o Governo regenerador, nomeadamente o seu líder, Fontes Pereira de Melo. Sobre o líder dos regeneradores afirmou:

> «o chefe [Fontes Pereira de Melo] do único partido [Partido Regenerador] que entre nós podia representar a importante e necessária função de protector e defensor das instituições, toma a iniciativa de cercear o poder real e de anullar a camara conservadora [Câmara dos Pares], a mesma camara que, solicitada por s. ex.ª, lhe deu o voto em nome do qual assumiu o poder que hoje exerce e de que se serve para destruir quem teve confiança nas suas opiniões moderadas»[78].

[77] *Acto Adicional de 24 Julho de 1885*, in MIRANDA, 1997, *As Constituições Portuguesas de 1822 ao Texto Actual da Constituição*. Sobre o Acto Adicional de 1885 veja-se FERNANDES, 2012, «Os Actos Adicionais à Carta Constitucional de 1826», pp. 563-583.

[78] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 26 de Maio de 1885, p. 424.

E acusou o Governo de estar a tentar obter o controlo, por meio desta reforma, da Câmara dos Pares, uma vez que o executivo passaria a influenciar o processo de eleição de novos pares – que designa de senadores – pelos deputados da Câmara dos Deputados; deputados cuja eleição já em si seria em larga medida controlada pelo Governo, devido ao desvirtuamento do sistema político. A este respeito, declara: «Parece que o projecto que hoje se discute é mais um meio hábil de fazer com que se conserve por mais tempo no poder um ministério favorecido das maiorias das duas casas do parlamento a fim de poder governar com a mais completa irresponsabilidade». Agostinho de Ornelas prosseguiu, declarando o fim político da câmara alta:

> «por este projecto, alem de desapparecer o poder moderador, desapparece a camara dos pares. Quem, d'aquelles que me escutam, não tem consciência de que é aviltante para esta camara, que lhe enviem aqui pares eleitos pela maioria da outra casa do parlamento?»[79].

Opondo-se ferozmente à reforma constitucional, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos afirmou que a reforma colocava em risco a missão da Câmara dos Pares, que consistiria na ponderação e «moderação dos impulsos da opinião publica representada pela camara popular», declarando:

> «A opinião publica póde transviar-se, póde andar muito longe da verdadeira comprehensão dos interesses públicos e é necessário que haja um elemento de permanencia e constancia, alguém que represente as tradições do paiz, os interesses estabelecidos, que não devem estar á mercê de qualquer arrebatamento da opinião publica, de qualquer fantasia ou preoccupação de momento. Qual será d'aqui em diante a possibilidade de pôr n'esta camara a menor restricção ou ponderação ás decisões que houver tomado a camara dos senhores deputados?» (…) «D'esta forma a camara dos pares não tem meio de manifestar a sua opinião, deixa de ser um poder independente, como era até agora, passa a ser tratada como uma entidade suspeita, perigosa, incommoda para os governos, e com o fim de evitar qualquer veleidade de autonomia, de iniciativa, a camara dos senhores deputados destaca um certo numero de pessoas de sua especial confiança que fiquem de sentinela a estes discolos e lhes não permitam actos de indisciplina ou de revolta»[80].

Neste sentido, Agostinho de Ornelas recusou categoricamente a reforma constitucional, em especial no que dizia respeito à questão do pariato electivo. Ao invés, defendeu as prerrogativas e a independência política da Câmara dos Pares, que classificou de «salvaguarda das instituições, penhor da estabilidade, condição de progresso moderado e regular, e pela sua independência refugio da

[79] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 26 de Maio de 1885, p. 427.
[80] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 26 de Maio de 1885, p. 427.

liberdade parlamentar e garantia das immunidades publicas». Defendeu igualmente as virtudes do pariato hereditário, considerando-o indispensável à monarquia, declarando:

> «uma camara dos pares é também feita para honrar os serviços valiosos de uma longa serie de gerações e uma garantia dos serviços que a nação tem a esperar d'aquelles que herdaram um nome illustre e desejam illustral-o ainda, ou, pelo menos, conservar-lhe o brilho herdado. Essas famílias distinctas, em nome da utilidade publica, são assim escolas de desinteresse, de patriotismo, de elevação de sentimentos, de espirito de sacrifício do egoísmo ao bem geral da nação, e é bom que no paiz haja algumas d'essas escolas»[81].

Agostinho de Ornelas valorizava, assim, a legitimidade da distinção social da nobreza, que lhe advinha por nascimento e por família, considerando que aproveitaria à nação a participação desinteressada dessas "famílias distintas" na gestão da "coisa pública", pois não estariam condicionadas pelos ditames dos processos eleitorais, nem seriam movidas por interesses pessoais ou particulares, mas estariam apenas e tão só empenhadas na defesa do "bem geral da nação". Essa aristocracia política, herdeira da antiga fidalguia e representada na Câmara dos Pares, seria, pois, um exemplo – uma "escola" – de patriotismo, de abnegação e de sacrifício em prol da causa pública:

> «Uma aristocracia politica não deve nem póde ser uma casta, mas póde e deve ser uma *classe distincta*, isto não em proveito de seus membros, mas em proveito da sociedade, com sacrifício d'esses membros da classe distincta. *Noblesse oblige*»[82].

Agostinho de Ornelas permanecia, assim, fiel às ideias que, em tempos, havia partilhado com a sogra, a Condessa da Ponte. A este respeito, em carta redigida em 19 de Novembro de 1871, Agostinho de Ornelas escrevia: a fidalguia era algo que não se comprava, mas que se herdava por nascimento e por família – «um fidalgo não se improvisa», pois a verdadeira fidalguia seria «o produto de uma cristalização que dura séculos»[83]. Ornelas defendia, pois, acerrimamente os privilégios do nascimento e do sangue. Rejeitava, por isso, a ordem social burguesa assente no poder do dinheiro. Estas posições são reveladoras do pensamento político de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: um homem assumidamente conservador, ainda que integrado no regime monárquico liberal. Pelo seu pensamento,

[81] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 26 de Maio de 1885, p. 427.
[82] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 26 de Maio de 1885, p. 427.
[83] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 92.

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos estava, assim, muito longe de qualquer forma de democracia social, distanciando-se também das correntes mais progressistas do pensamento liberal. Manifestou, aliás, a sua profunda preocupação pelas grandes convulsões que afectaram a ordem política europeia na década de 1870, nomeadamente o fim do Estado da Igreja, a Comuna de Paris e a implantação de regimes republicanos em França (III República) e em Espanha (I República e guerra civil)[84].

Por outro lado, esta intervenção constituiu, por assim dizer, o ponto de ruptura, em termos políticos, com as chefias do Partido Regenerador. Agostinho de Ornelas, que já se havia queixado de não ser compreendido – nem apoiado – pelos dirigentes nacionais do seu partido, assumiu frontalmente uma posição de oposição à liderança de Fontes Pereira de Melo. Para Ornelas, o Partido Regenerador já não representaria os interesses conservadores e, sobretudo, Fontes Pereira de Melo já não seria digno da sua confiança política. Não temos conhecimento se esta tomada de posição determinou a saída *tout court* de Agostinho de Ornelas do Partido Regenerador. Mas terá, pelo menos, produzido um significativo distanciamento político em relação aos dirigentes regeneradores. E, porventura, terá proporcionado uma aproximação de Ornelas a outros sectores políticos portugueses que, como ele, não se identificavam estritamente no regime parlamentar. Sectores esses que se inspiravam politicamente noutros modelos políticos, nomeadamente no protagonizado pelo chanceler Otto von Bismarck na Alemanha. Mas, para uma melhor compreensão das posições políticas de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, importa antes de mais perceber a sua forte relação com o mundo de língua alemã, nomeadamente a sua admiração pela cultura política prussiana e pela figura de Otto von Bismarck, Ministro-Presidente da Prússia e, posteriormente, chanceler do Império Alemão.

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos e a Alemanha

A tradução para língua portuguesa de *Fausto*, obra-prima da literatura alemã escrita por J. W. Goethe (1794-1832), é porventura o aspecto mais conhecido

[84] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 92. Impressionado, talvez, pelos acontecimentos políticos em França, em especial pela Comuna de Paris, Agostinho de Ornelas declarou à sogra a sua preocupação pelas eventuais repercussões e manobras da Internacional Socialista em Portugal, chegando a aludir à hipótese, ainda que remota, de esta poder vir a fomentar a revolta dos seus «vilões» na Madeira.

da ligação de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos à Alemanha[85]. Com efeito, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos foi um dos principais cultores da literatura alemã na segunda metade do século XIX em Portugal, facto aliás sublinhado por Paulo Quintela, no seu «Prefácio» à edição portuguesa de *Fausto* de 1953 (retomada na edição de 1987). Homem culto, com grande sensibilidade artística e literária, Agostinho de Ornelas deixou-se fascinar pela cultura alemã. Ele próprio relata, no pequeno texto que serve de introdução à primeira parte da obra, publicada em 1867, o fascínio e a emoção que havia sentido ao assistir à representação de *Fausto*, num teatro em Berlim, no Verão de 1860. Tal foi a impressão causada pela tragédia no espírito do então jovem adido português, que Agostinho de Ornelas terá de imediato formado o «firme propósito de entender o Fausto», dando-se «com afinco, ao estudo do alemão». Seguiu-se a vontade de traduzir a obra para português, tarefa que iniciou ainda durante a sua permanência em Berlim e que prosseguiu em Lisboa, em 1863, e posteriormente em Baden, na Alemanha, tendo concluído a tradução da primeira parte «pelos fins de 1864, na solidão das montanhas da Madeira»[86]. Tendo revisto «cuidadosamente» o manuscrito em Londres, Agostinho de Ornelas decidiu por fim mandar imprimir essa primeira parte da tragédia em Fevereiro de 1867, durante a sua permanência – por motivo de licença – em Lisboa, era então Secretário de Legação na capital inglesa[87].

De referir que a tradução da segunda parte da obra foi publicada alguns anos mais tarde, em 1873, sendo dedicada por Agostinho de Ornelas ao Imperador do Brasil, D. Pedro II, tio do soberano português, D. Luís, e monarca de extraordinária cultura[88]. Na verdade, o Imperador do Brasil tinha apreciado muito a leitura da primeira parte de *Fausto*, tendo agraciado Agostinho de Ornelas e Vasconcelos com a insígnia e diploma de Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 1868. As condecorações

[85] GOETHE, 1867, *Fausto*, *Tragedia de Goethe*, Parte Primeira, Tradução de Agostinho d'Ornellas. GOETHE, 1873, *Fausto*. *Tragedia de Goethe*, Segunda Parte, Traduzida do original em verso portuguez por Agostinho D'Ornellas deputado ás Cortes.

[86] GOETHE, 1867, *Fausto*, *Tragedia de Goethe*, Parte Primeira, Tradução de Agostinho d'Ornellas, pp. II-III.

[87] Em 5 de Março de 1867, em carta dirigida ao irmão Aires, então chantre da Sé do Funchal, Agostinho de Ornelas refere ter já começado a imprimir as traduções de *Fausto*. Cf. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 8.

[88] QUINTELA, 1987, «Prefácio», pp. 13-14. Em 13 de Abril de 1873, Agostinho de Ornelas informou o irmão que deveria demorar-se em Lisboa porque ainda não tinha terminado a impressão da segunda parte de *Fausto*. Cf. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 34.

foram entregues por meio do Cônsul Geral do Império do Brasil em Portugal, Manuel de Araújo Porto-Alegre[89]. Posteriormente, no início de 1872, Agostinho de Ornelas foi apresentado a D. Pedro II, durante a estada desse soberano em Lisboa, mais precisamente por ocasião de um concerto no Paço. Na ocasião, o Imperador do Brasil terá tratado «muito amavelmente» o fidalgo madeirense, manifestando o seu apreço pela tradução de *Fausto*. Pouco depois, Agostinho de Ornelas terá visitado o Imperador, pedindo-lhe licença para lhe dedicar a segunda parte da tradução, o que lhe terá sido concedido «em termos muito lisonjeiros» por D. Pedro II[90]. E, em carta datada de 7 de Maio de 1873, publicada conjuntamente com o prefácio à segunda parte da tradução, Agostinho de Ornelas foi peremptório quanto à origem da sua motivação literária:

> «A obra que tenho a ousadia de dedicar a Vossa Magestade Imperial, deve a existência a um desejo por Vossa Magestade Imperial manifestado e que, para mim, não podia deixar de ser uma ordem. / Senhor, servindo os Avós de Vossa Magestade, derramaram os meus antepassados o sangue nas cinco partes do mundo e deixaram honrosa, senão brilhantemente inscripto nas páginas da Historia Portugueza, o nome de que sou indigno herdeiro; eu, menos feliz que eles, apenas posso oferecer a Vossa Magestade este humilde trabalho, cujo único mérito é ser uma prova dos sentimentos de admiração, reconhecimento e profundo respeito com que tenho a honra de ser de Vossa Magestade Imperial o mais dedicado e obediente servo»[91].

Não nos alongaremos mais na análise propriamente dita da actividade literária de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, pois não é esse o objectivo deste artigo. Devemos, contudo, frisar que a tradução de *Fausto* valeu-lhe efectivamente o reconhecimento de uma parte importante da *inteligentzia* portuguesa da época, entre os quais académicos, políticos, diplomatas e simples amantes da literatura, com destaque para J. M. Latino Coelho, Presidente da Academia Real das Ciências de Lisboa, e de Augusto Frederico Castilho, irmão do poeta António Feliciano Castilho[92]. Um reconhecimento acrescido com a publicação, em 1881, do volume de homenagem ao seu irmão, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Arcebispo de Goa e

---

[89] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 51. O apreço do Imperador pela tradução de Agostinho de Ornelas teria sido já comunicado ao mesmo por carta datada de 22 de Março de 1868, de José de Vasconcelos e Sousa, então Ministro de Portugal no Rio de Janeiro. Cf. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 86.

[90] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 25.

[91] *Apud* QUINTELA, 1987, «Prefácio», pp. 13-14.

[92] GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 86.

Primaz do Oriente, precocemente falecido em 1880, e que lhe valeu a entrada na Academia Real das Ciências de Lisboa[93].

Mas retomando o nosso enfoque na ligação de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos à Alemanha, importa sublinhar que o seu interesse literário constituía um reflexo do conhecimento aprofundado que dispunha da cultura, da sociedade e da política desse país. Um conhecimento construído durante a sua estada de três anos e meio, como diplomata, na Prússia, entre 1859 e 1862. Tal como já referido, Agostinho de Ornelas foi nomeado adido à legação portuguesa em Berlim por decreto de 6 de Novembro de 1858, tendo tomado posse do lugar em 18 de Março de 1859[94]. Tinha então vinte e três anos. Durante a sua permanência em Berlim, exerceu por diversas vezes as funções de encarregado de negócios interino, nomeadamente entre 30 de Novembro de 1859 e 2 de Junho de 1860, entre 19 de Junho de 1861 e 5 de Outubro de 1861, entre 30 de Outubro de 1861 e 30 de Julho de 1862 e, por fim, entre 27 de Agosto de 1862 e 14 de Setembro de 1862[95]. De salientar que, em 18 de Outubro de 1861, participou, na qualidade de secretário da legação portuguesa, na cerimónia de coroação de Guilherme I, Rei da Prússia, em Koenigsberg, acompanhando nessa ocasião José de Vasconcelos e Sousa[96], Ministro Plenipotenciário em Berlim[97]. Manteve-se na Prússia até 24 de Setembro de 1862, momento em que regressou, de licença, a Portugal[98]. Pela forma como exerceu as suas funções em Berlim, foi nomeado Cavaleiro da Ordem de Sant'Iago da Espada por D. Pedro V, em 13 de Outubro de 1860 – foi a única condecoração que lhe foi atribuída na qualidade de diplomata pelo Estado Português[99]. A sua "prestação"

[93] Publicado em 1881 sob o título *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, Precedidas de uma notícia biográfica*, este volume abre com um importante estudo de genealogia sobre a família Ornelas. De referir que Ornelas escreveu e publicou outros dois estudos: a memória sobre a penitenciária de Filadélfia, que já referimos, e a *Memoria sobre a residência de Christovam Colombo na Ilha da Madeira*, publicada em Lisboa, em 1892.

[94] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 40.

[95] Sobre a Missão em Berlim ver: Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documentos 79-139 (61 documentos produzidos entre 1860 e 1862).

[96] Familiar dos Condes da Ponte, José de Vasconcelos e Sousa era tio de Dona Maria Joaquina de Saldanha da Gama, futura esposa de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», pp. 86 e 108.

[97] A respeito da cerimónia de coroação do rei da Prússia veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documentos 98 e 109. Neste último documento, Agostinho de Ornelas faz uma breve – mas viva – descrição da cerimónia de coroação.

[98] GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 82.

[99] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 45.

valeu-lhe também o reconhecimento por parte dos alemães, que o fizeram cavaleiro e comendador da Coroa da Prússia e de Alberto, o Valoroso, da Saxónia[100].

Neste contexto, os anos passados em Berlim foram particularmente marcantes para o jovem Agostinho de Ornelas. Muito cedo, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos observou a Prússia como um modelo de sociedade sob os mais diversos aspectos, inclusivamente no campo da instrução e do ensino universitário. Por exemplo, em 3 de Dezembro de 1860, Francisco António Rodrigues de Azevedo, lente de Teologia da Universidade de Coimbra, agradecia a Agostinho de Ornelas, por meio de uma carta dirigida ao irmão, Aires de Ornelas e Vasconcelos, as informações que lhe havia fornecido a respeito do quadro de estudos na Alemanha, pois pouco se sabia do assunto em Coimbra. Mais, considerava um «serviço à Pátria, em especial às Letras», o trabalho intelectual que Agostinho de Ornelas estaria a desenvolver em Berlim, referindo-se provavelmente, supomos, já ao início da tradução da obra de Goethe[101].

Mas foi porventura no plano político que mais vincadamente se manifestou a influência prussiana no pensamento de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. Uma influência desde logo patente na sua profunda admiração pelo monarca prussiano, Guilherme I. De facto, Agostinho de Ornelas não só lhe elogiou «a nobreza de char[acter] e a grandeza cheia de simplicidade q[ue] lhe é própria»[102], como também declarou o seu apreço pela «influência salutar» que o monarca exerceria na política prussiana, intervindo activamente na governação desse reino. Facto que, no entendimento do diplomata português, seria reconhecido por «todos os amigos do progresso sensato e moderado»[103]. Com efeito, para Agostinho de Ornelas, a Prússia constituía um verdadeiro modelo de boa governação, capaz de conciliar o progresso económico e material com o respeito pela tradição, esta última

[100] Foi agraciado com a Cruz de Cavaleiro da Ordem de Alberto, o Valoroso, da Saxónia, por decreto de 28 de Maio de 1859, tendo sido condecorado com a Coroa Real de 3.ª Classe da Prússia em 1861. Veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documentos 41, 42 e 43. Ao longo da sua vida, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos recebeu outras condecorações, entre as quais a de Grande Oficial da Ordem de Leopoldo, da Bélgica, em 26 de Maio de 1875 (Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documentos 53 e 54) e a Gran Cruz de S. Gregório Magno, por Sua Santidade o Papa Pio IX, em 8 de Agosto de 1877 (Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 55). Em 1891 foi-lhe atribuído o Grande Cordão da Ordem Imperial Otomana de Medjedié, no Cairo (Egipto), e em 1894 a Grande-Cruz de Carlos III de Espanha, esta última pela sua intervenção na resolução da "Contenda de Moura" entre Portugal e Espanha. Cf. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», pp. 83 e 90; TEIXEIRA, 2005, «MOURA, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de (1836-1901)», pp. 1012-1013.

[101] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 19.

[102] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 99.

[103] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 112.

representada pelo soberano, pela antiga nobreza e pela Igreja. O ponto de equilíbrio entre a modernidade – o chamado "progresso" – e a tradição seria garantido pela "salutar" intervenção do rei na governação, apoiado num executivo forte e por uma fidalguia rica e influente. O modelo político prussiano terá influenciado decisivamente o pensamento de Agostinho de Ornelas, que perfilhou a ideia da necessidade do reforço do poder real, pugnando por uma maior intervenção régia na governação[104]. Uma ideia que contrariava a máxima liberal então em voga de que o "rei reina, mas não governa". Seria essa, contudo, a forma de assegurar uma maior estabilidade política, dando força ao executivo para governar. Para além disso, Agostinho de Ornelas defendeu a relevância da participação na vida política da velha fidalguia do reino, na qual ele próprio se incluía, defendendo a independência – senão mesmo a proeminência – da Câmara dos Pares face à Câmara dos Deputados, esta última representante da vontade popular.

Por outro lado, na correspondência mantida com o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em especial em missiva datada de Berlim, de 9 de Novembro de 1861, Agostinho de Ornelas não deixou de tomar partido pela causa da unificação alemã sob a égide da Prússia, considerando necessária a constituição de um «poder central, único e forte», representado pela coroa prussiana e indo ao encontro dos «desejos do povo alemão»[105]. Agostinho de Ornelas antevia, assim,

[104] As arreigadas convicções monárquicas e a sua fidelidade à família real portuguesa são bem patentes na carta escrita ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, por ocasião do falecimento de D. Pedro V, com data de 14 de Novembro de 1861. O documento, significativamente intitulado «Morte de ElRey», constitui um relevante testemunho da admiração e estima do jovem diplomata português pelo falecido monarca. Agostinho de Ornelas, consternado, não deixa de louvar a «intell.[igência] elevada, a nobre coragem, o amor do seu povo, o respeito às instituições da monarchia de que o Snr. D. P.[edro] V tão acrisoladas provas dera». Agostinho de Ornelas dá, aliás, nota do impacto da notícia do falecimento do rei português na Europa – uma Europa que, no dizer de Ornelas – «invejava o nosso Rei». Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 113. Poucas semanas depois, a 31 de Dezembro de 1861, Agostinho de Ornelas transmitiu ao mesmo ministro o seu profundo pesar pela «deplorável morte de Sua Alteza Real o Senhor Infante Dom João», Duque de Beja e irmão de D. Luís. Ornelas não tem dúvidas em considerar uma calamidade e um mal irreparável para Portugal o falecimento de D. Pedro V – «o melhor dos Reis» – e de «dois Príncipes que tanto prometiam à Pátria». E sobre os «excessos populares que agitaram Lisboa», por ocasião da morte do monarca, Ornelas não tem dúvidas em classificá-los de «expressão violenta mas sincera da dôr nacional e testemunho ilegal mas irrevogável de quam profundas raízes lançou no coração dos povos a nossa Augusta Dynastia». O diplomata português comunica ainda os pêsames que lhe foram transmitidos pela Princesa Real da Prússia, que lhe escreveu da parte de Sua Alteza Real, o Rei da Prússia. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 119.

[105] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 112.

com uma década de antecedência, a unificação alemã e a concomitante constituição do Império Alemão, tendo como primeiro imperador o rei Guilherme I da Prússia. Mas Ornelas tinha também a plena consciência das dificuldades que seria necessário superar para atingir a unidade alemã, afirmando claramente, em missiva de 24 de Novembro de 1861, a «impossib.[ilidade] de uma resolução pacif.[ica] da quest.[ão] federal»[106].

Significativas são também as suas considerações sobre os partidos políticos prussianos e respectivas bases sociais, nomeadamente o Partido Conservador, que congregaria a nobreza do Estado e o clero protestante, e o Partido do Progresso, que teria o apoio da «massa da burguesia das cidades», os «pequenos empreg[ad] os púb.[licos] e a num.[erosa], infl.[uente] e rica classe dos judeus». Agostinho de Ornelas refere ainda a existência do «partido constit[ucional]», com poucas raízes no país, mas apoiado pelos «altos empreg.[ados] do Estado», e sobretudo o «partido católico», que teria muitas das «quest[ões] pol.[íticas] de acordo com os conserv.[adores]». E haveria ainda que considerar os representantes da minoria polaca, estes mais próximos das posições do Partido do Progresso[107]. Ornelas era, portanto, um observador atento da realidade prussiana, transmitindo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal informações detalhadas sobre a vida político-partidária, incluindo os resultados das eleições de 1861, ganhas pelo Partido do Progresso, bem como a actuação dos principais líderes políticos prussianos, entre os quais o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Albrecht von Bernstorff, o Ministro da Guerra, Albrecht von Roon, e o Ministro-Presidente, Karl Anton von Hohenzollern[108].

Em alguns casos, o jovem diplomata reproduziu, traduzindo para português, partes dos discursos proferidos no Parlamento prussiano, nomeadamente uma alocução do rei Guilherme I no início da legislatura em 1862. Um discurso particularmente significativo, pois o monarca não só realçou o seu empenhamento no cumprimento dos seus deveres enquanto soberano, para «o bem e a grandeza da Prússia», mas também a sua «fidelidade e o amor» que lhe foram transmitidos com a coroa e que foram «o orgulho e a força» dos seus antepassados. Não casualmente, Ornelas transcreveu a parte do discurso em que o monarca fez a análise da situação económica da Prússia, afirmando: «A situação do país é em geral satisfatória.

[106] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 115.
[107] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 115.
[108] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 117.

A agricult.[ura], a ind.[ústria] e o comer.[cio] mostram uma *animae* progress.[iva], embora com pez.[ar] meu alguns ramos do tráfico sofrem em vista de perturb.[ações] nas rel.[acções] habituais com o exterior»[109]. Com isto, Agostinho de Ornelas pretendia destacar o desenvolvimento e o crescimento da economia prussiana, em especial das actividades produtivas, realçando mais à frente no discurso do rei a importância dos caminhos-de-ferro no alavancar do crescimento económico, apesar de alguns condicionamentos de ordem externa.

Mas para Ornelas o que era deveras importante era que esse progresso económico não havia significado o fim da proeminência da aristocracia prussiana, que tinha conseguido conservar a sua posição dominante em termos políticos e sociais, em estreita articulação com a monarquia e com o exército. Isto a despeito das pretensões em contrário da burguesia urbana, que almejava uma modificação estrutural da sociedade prussiana que lhe permitisse guindar ao topo da hierarquia social. O contraste entre as pretensões dessa burguesia e os interesses da aristocracia foi particularmente perceptível no período em que Agostinho de Ornelas desempenhou funções diplomáticas em Berlim. A burguesia agia politicamente por intermédio do Partido do Progresso, fundado em 1859 e vencedor das eleições legislativas de 1861. Contudo, muito embora fosse o maior partido representado no *Reichstag* no período compreendido entre 1859 e 1867, o Partido do Progresso não dispunha de força suficiente para influenciar decisivamente a governação, uma vez que o executivo respondia directamente perante o monarca. O rei, por sua vez, procurava governar através do executivo, mantendo assim uma lata autonomia em relação ao Parlamento.

O contraste político foi particularmente evidente durante a chamada crise constitucional prussiana (1859-1866), espoletada pelas reformas no seio do sistema militar, nomeadamente pela disputa em torno do controlo das forças armadas e do seu orçamento. Em causa estava não só o controlo dos militares, essenciais num país como a Prússia, mas também a conservação das prerrogativas da velha aristocracia militar *junker*. As reformas foram impulsionadas por Guilherme, ainda enquanto príncipe regente (1858-1860), e pelo Ministro da Guerra von Roon, os quais procederam à reorganização do exército prussiano, ao mesmo tempo que o general Helmuth von Moltke redefiniu a estratégia de defesa da Prússia, racionalizando o seu

[109] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 123.

comando operacional. Na prática, as reformas determinavam um crescimento das forças militares, em especial do exército, e o aumento do tempo de serviço militar obrigatório (três anos). Para o efeito, era necessário aumentar o orçamento para as despesas militares, o que implicava a aprovação do Parlamento. Neste contexto, o Parlamento pretendeu obter o controlo das forças armadas, por via do controlo do respectivo orçamento, facto prontamente recusado pelo soberano, que considerava os assuntos militares uma prerrogativa da coroa. Esta situação gerou um impasse, tendo a maioria progressista dos deputados bloqueado a reforma militar gizada pelo soberano e pelo Governo fundamentalmente conservador.

Nos seus relatórios, Agostinho de Ornelas dá nota desse impasse – e disputa pelo controlo do exército – no seio das instituições do Estado prussiano, destacando contudo que o Governo «não cederá nem a mínima das prerrog[ativas] polit.[icas] que a cor.[oa] e a arist.[ocracia] ainda conserv.[am]», mesmo a custo da dissolução da Câmara dos Deputados e da convocação de novas eleições, o que de facto aconteceu no primeiro semestre de 1862[110]. A este respeito, Agostinho de Ornelas não esconde a sua simpatia pela coroa e pelos sectores políticos mais conservadores, representantes dos interesses aristocráticos face à oposição «ruidosa» dos progressistas, ou seja dos representantes da burguesia, dos municípios e de algumas «corp.[orações] scientif.[icas]», em especial universidades[111]. As eleições para a Câmara dos Deputados, de 28 de Abril de 1862, foram novamente ganhas pelo Partido do Progresso, que estaria, no dizer de Ornelas, «poderosamente organizado», não tendo surtido efeito as medidas varadas pelo governo com vista ao alívio da carga fiscal, as chamadas «concess.[ões] financeiras», cujo objectivo seria o de atrair o eleitorado para o lado conservador[112].

Apesar da derrota eleitoral, os conservadores mantiveram-se no Governo com o apoio do monarca, uma vez que o executivo não dependia do Parlamento[113].

---

[110] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 133/134(*sic*).

[111] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 133/134(*sic*).

[112] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 133/134(*sic*).

[113] Uma situação semelhante aconteceu nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1863, novamente ganhas pelo Partido do Progresso. Mas a vitória dos progressistas não beliscou o governo de Bismarck, que se manteve no poder. ANDERSON, 1954, *The Social and Political Conflict in Prussia 1858-1864*, pp. 382-431.

A autonomia do Governo face ao Parlamento funcionava, pois, como um importante instrumento de poder para o soberano, uma vez que podia nomear o Governo independentemente do partido que dispusesse da maioria na Câmara dos Deputados. Contudo, ainda que não respondesse directamente perante o Parlamento, o Governo não podia prescindir deste, pois cabia-lhe aprovar (ou não) as reformas propostas pelo Governo. Portanto, os resultados eleitorais mantiveram a situação de impasse, em especial no que dizia respeito à reforma do exército. O impasse resultou numa verdadeira crise política e constitucional.

Foi neste contexto que emergiu a figura de Otto von Bismarck, o qual terá almejado – sem sucesso – obter a presidência do executivo logo em Maio de 1862. Não tendo reunido os apoios necessários, foi nomeado Embaixador da Prússia em Paris, em 22 de Maio de 1862. Poucos meses depois, perante o aprofundar da crise política, Bismarck foi nomeado Ministro-Presidente da Prússia, mais precisamente em 22 de Setembro de 1862. Tratou-se da derradeira tentativa do monarca para evitar a vitória do Parlamento no tocante à disputa relativa ao controlo das forças militares. E se Bismarck inicialmente procurou encontrar uma solução de compromisso para a questão militar, o que não foi obtido, rapidamente conseguiu dar a volta à situação, graças à sua grande habilidade política. A este respeito, Bismarck declarou que havia uma "lacuna" na Constituição e se o rei e os membros da Câmara Alta e da Câmara dos Deputados, que, em conjunto, eram responsáveis pelo orçamento, não chegassem a um acordo, o executivo teria de continuar a governar sem ele, uma vez que o Estado tinha que forçosamente continuar a funcionar, usando-se para o efeito o orçamento anterior. Esta tática, aplicada de 1863 a 1866, neutralizou politicamente o Parlamento, esvaziando desta forma o poder legislativo e permitindo a Bismarck implementar as suas reformas, inclusivamente no plano militar, sem a sanção do Parlamento[114].

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos já não testemunhou, enquanto diplomata, a governação de Bismarck, uma vez que deixou a Legação Portuguesa em Berlim em 24 de Setembro de 1862. Não deixa de ser interessante, contudo, a referência que lhe fez num documento datado de 24 de Maio de 1862, realçando a sua nomeação para Ministro da Prússia em Paris[115].

Nos anos subsequentes à sua partida de Berlim, Agostinho de Ornelas continuou a acompanhar, mesmo à distância, a evolução política da Prússia e,

[114] Cf. TAYLOR, 2022, *Bismarck – O Homem e o Estadista*.
[115] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 136.

no geral, da Alemanha através da imprensa, incluindo a internacional, bem como por meio da sua ligação aos meios diplomáticos e culturais alemães. Ornelas foi, aliás, membro honorário da Freie Deutsche Hochstift, uma associação literária fundada por um conjunto de intelectuais e académicos alemães, em 1859, em Frankfurt (Frankfurt am Main), no Estado de Hesse, na Alemanha. Em 1863, a Freie Deutsche Hochstift adquiriu a casa natal de Goethe (Goethe-Haus), em Frankfurt, tendo procedido à sua musealização e convertendo-a no seu principal espaço de actividades culturais. A ligação de Ornelas a essa sociedade literária explica-se claramente pelo seu labor enquanto tradutor de *Fausto*[116]. Para além disso, Ornelas regressou várias vezes a solo alemão, para repouso e tratamento termal de alguns problemas de saúde, estando registada, por exemplo, a sua presença no Grão-Ducado de Baden Baden em 1864[117].

Para além das questões literárias e culturais, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos demonstrou muito interesse pelo processo político-militar da unificação da Alemanha, em especial durante a guerra franco-prussiana (1870-1871). Nesta ocasião, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos revelou em toda a sua extensão as suas posições filo-germânicas, sendo disso testemunho a correspondência trocada à época com a sua sogra, a Condessa da Ponte, Dona Maria Teresa de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos. Por exemplo, em 19 de Julho de 1870, numa carta dirigida à sogra, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos teceu largas considerações sobre a situação política internacional, nomeadamente sobre a guerra franco-prussiana e lamentou não poder estar em Berlim para poder assistir de perto à «guerra de gigantes». Declarou, então, a sua grande admiração por Bismarck, que considerava «o maior político do nosso século», e chegou a ponderar oferecer os seus serviços ao chanceler alemão. Ornelas julgava, aliás, que a guerra seria longa e esperava que a Prússia não se aliasse ao Reino de Itália contra Roma, ou seja contra o Estado da Igreja. Assumiu também, e muito claramente, que gostaria de poder participar no combate, pois esse seria o dever de quem tinha um nome antigo e ilustre, como considerava ser o seu. Contudo, tinha de se resignar a assistir a tudo a partir da sua Quinta das Almas, na Camacha, até porque a Câmara dos Deputados, em Lisboa, estava fechada[118].

---

[116] GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 84.

[117] É o próprio Agostinho de Ornelas que refere a sua estada em Baden, então uma renomada e luxuosa estância termal, à escala europeia, no seu prefácio à primeira parte da tradução de *Fausto*. GOETHE, 1867, *Fausto*, *Tragedia de Goethe*, Parte Primeira, Tradução de Agostinho d'Ornellas, p. III.

[118] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 91.

Noutra carta – não datada – igualmente dirigida à sogra, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos comentou a situação política europeia, confessando a sua admiração pela Prússia, enquanto nação, pelo seu rei, Guilherme I, pelo Ministro-Presidente, Bismarck, e pelo general Helmuth Karl Bernhard Graf von Moltke, grande estratega militar alemão, cujo papel foi decisivo na guerra franco-prussiana. E muito embora reconhecesse as qualidades dos franceses, considerava que a vaidade os cegara, pelo que era previsível a sua derrota face à Prússia. Para Agostinho de Ornelas, Bismarck teria perfeita consciência de que a unidade alemã só poderia ser fundada sobre a derrota da França, o que de facto veio a acontecer[119].

Para além disso, em 18 de Novembro de 1870, numa missiva dirigida ao irmão, Aires de Ornelas e Vasconcelos, então bispo coadjutor do Funchal, Agostinho de Ornelas reafirmou o seu apoio incondicional a Bismarck, declarando: «Grande homem. Deus lhe dê vitória completa para salvação dos interesses conservadores e dos sãos princípios da política». Em adição, considerava que, apesar de não ser uma potência católica, a Prússia ter-se-ia manifestado contra a anexação de Roma pelo Reino de Itália, com o consequente fim do Estado da Igreja, em Setembro de 1870. A este respeito, Agostinho de Ornelas não tinha dúvidas em declarar que Berlim teria condenado o «atentado contra Roma», ou seja, contra o Papado[120].

Agostinho de Ornelas era, portanto, categórico no seu apoio e admiração por Bismarck. Para o aristocrata madeirense, o chanceler alemão teria não só conseguido unificar a Alemanha, levando ao nascimento de uma nova grande potência europeia, capaz de suplantar a França e de fazer frente à Inglaterra,

[119] Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 3, documento 77. Embora não datada, esta carta terá sido provavelmente escrita em 1870, ou no início de 1871, no contexto da guerra franco-prussiana (1870-1871) e pouco antes da coroação de Guilherme I como Imperador da Alemanha, o que aconteceu em 18 de Janeiro de 1871, em Versalhes.

[120] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 37, documento 18. Esta preocupação pela situação internacional da Igreja, nomeadamente pela Questão Romana, remete-nos para outra dimensão do pensamento e convicções de Agostinho de Ornelas, ou seja, o seu profundo catolicismo. De facto, Agostinho de Ornelas era um católico convicto, particularmente empenhado na defesa dos direitos e dos interesses da Igreja Católica, incluindo da Santa Sé. Em 1877, por exemplo, organizou a grande peregrinação a Roma por ocasião do 50.º aniversário da sagração episcopal do Papa Pio IX. Defendeu igualmente a intervenção organizada dos católicos na vida política, lamentando a ausência de um partido católico em Portugal e trabalhou nesse sentido por via da organização de associações católicas, nomeadamente da Associação Católica do Funchal. Terá sido igualmente membro da comissão que promoveu a Associação Católica de Lisboa. Cf. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 87; FERREIRA, 1998, *Arquivo Histórico da Madeira. Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos. Instrumentos Descritivos*, p. 32.

mas teria também conseguido obter o equilíbrio entre os interesses conservadores – entre os quais, a conservação da religião, da monarquia e dos direitos e privilégios da fidalguia – e o processo de modernização económica, científica e tecnológica então em acto, o chamado "progresso". Bismarck teria também sabido conciliar as prerrogativas e os direitos históricos da nobreza hereditária com as expectativas de crescimento da burguesia e, ao mesmo tempo, conter as reivindicações das classes populares, combatendo o socialismo marxista graças a uma política de bem-estar social assegurada por um Estado forte e por um aparelho burocrático eficiente – o chamado socialismo catedrático. E, ainda que a Alemanha possuísse um parlamento eleito por sufrágio universal masculino, o Governo de Bismarck assentava fundamentalmente no apoio fornecido pelo Imperador e pela elite tradicional *junker*, ou seja pela aristocracia formada por grandes proprietários – e militares – que se dedicavam directamente à administração das suas propriedades e terras sob moldes capitalistas, visando a eficiência da produção e o lucro. Uma aristocracia rica e poderosa, aberta às modernas técnicas de produção e de gestão da economia, mas ciosa dos seus privilégios e do seu predomínio social. De resto, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos identificava-se como um destes aristocratas prussianos, procurando imitar-lhes o exemplo no que diz respeito à administração das suas propriedades na Ilha da Madeira[121].

Por outro lado, o caso de Agostinho de Ornelas ilustra e aclara a posição de uma parte da aristocracia portuguesa em relação à política de Bismarck. E, sobretudo, permiti-nos entender melhor o aparecimento de uma corrente germanófila no seio das elites portuguesas que, sendo tradicionalmente anglófilas, se deixaram seduzir pelo emergente poderio alemão. De facto, nas décadas de 1870 e de 1880 foram vários os políticos e intelectuais portugueses que se mostraram cativados pelo modelo político alemão, entre os quais J. P. de Oliveira Martins, António Cândido, Carlos Lobo de Ávila e Henrique de Barros Gomes. Admiradores da governação e do poder de Bismarck, defendiam o reforço dos poderes do Governo e do rei, libertando-o do papel pouco mais do que simbólico que até aí exercia. Isto é, o monarca não deveria apenas funcionar como árbitro entre os diversos partidos políticos, mas intervir nas questões do Estado.

Foi, aliás, neste contexto que surgiu o movimento Vida Nova, que defendia a renovação da vida política por via do fortalecimento da autoridade régia, capaz de

[121] Veja-se a este respeito a numerosa documentação conservada no Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixas 9, 10, 11, 13, 19, 24, 26.

sustentar executivos fortes, os quais deveriam protagonizar a realização de reformas na economia e uma maior justiça social. O movimento constituiu-se como uma espécie de corrente interna ao Partido Progressista em 1885, dele fazendo parte várias figuras prestigiadas da sociedade portuguesa, entre os quais Henrique de Barros Gomes, que exerceu as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, no Governo de José Luciano de Castro, entre 1886 e 1890. Vida Nova inspirava-se nas teses do socialismo catedrático e, em especial, no cesarismo alemão, considerando que as reformas deveriam ser implantadas a partir de cima e não por pressão do movimento operário, rejeitando-se assim o socialismo de matriz marxista. O seu principal ideólogo foi Oliveira Martins, que defendeu um modelo de governo cesarista como solução para as profundas desigualdades sociais decorrentes do liberalismo do século XIX – um instrumento que possibilitaria a superação do processo de decadência alegadamente suscitado pelo parlamentarismo e pelos partidos políticos. De referir que, para Oliveira Martins, o conceito de cesarismo configurava um sistema de governo autoritário, onde o poder era exercido por um líder carismático para benefício da nação e tendo em vista a modernização do país no sentido da constituição de um Estado Social[122]. O modelo cesarista seria, portanto, o mais indicado para impor as reformas preconizadas pelo socialismo de cátedra. Aliás, Oliveira Martins não tinha dúvidas em considerar Bismarck um dos grandes césares do seu tempo, principalmente enquanto o líder que possibilitou a unificação alemã e desenvolveu um sistema de previdência social[123].

A este ponto, importa, porém, esclarecer que o movimento Vida Nova não conseguiu levar avante os seus intentos reformistas, desde logo porque teve a oposição de alguns sectores do próprio Partido Progressista, a quem não interessava uma alteração estrutural do sistema político liberal. Por isso, as figuras mais relevantes do movimento Vida Nova – entre as quais Oliveira Martins[124] – não foram cooptadas para o elenco governativo liderado por José Luciano de Castro, com a excepção de Henrique de Barros Gomes. No entanto, deve-se salientar que

[122] SARAIVA, 1990, *A Tertúlia Ocidental*, p. 97.

[123] MARTINS, 1944, *O Socialismo na Monarquia: Oliveira Martins e a Vida Nova*; RAMOS, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, pp. 201-209.

[124] Desiludido com a vida partidária, Oliveira Martins demitiu-se da vice-presidência do centro progressista da cidade do Porto, tendo abandonado o Partido Progressista em 1887. Prosseguiria, contudo, o seu "trabalho" político no âmbito do grupo dos Vencidos da Vida. PIRES, 1997, *A construção da memória. Sobre a História e as Histórias com Oliveira Martins*, p. 43.

Barros Gomes traçou um novo rumo para a política externa portuguesa, pautada por uma aproximação à Alemanha e em detrimento da manutenção das relações privilegiadas com a Inglaterra. Tratou-se, na verdade, de uma primeira tentativa por parte da diplomacia portuguesa de se subtrair à dependência inglesa, por via da realização de uma aliança com o Império Alemão.

Foi precisamente no contexto desta nova política externa portuguesa que se processou o regresso à carreira diplomática de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. A este respeito, devemos salientar que não dispomos de dados que nos permitam estabelecer uma ligação directa de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos ao movimento Vida Nova. Contudo, Agostinho de Ornelas partilhava com esse movimento – e com alguns membros do Partido Progressista – o sentimento de profunda admiração pelo modelo político alemão e pela figura de Bismarck. E este terá sido porventura o principal ponto de contacto, pelo menos em termos de pensamento político, entre Agostinho de Ornelas e o executivo progressista que tomou posse em 20 de Fevereiro de 1886, sob a liderança de José Luciano de Castro. A isto acrescia o facto de Agostinho de Ornelas ser um bom conhecedor da língua, da cultura e dos meios políticos e diplomáticos alemães, o que certamente constituiria uma mais-valia para a concretização da política de aproximação à Alemanha gizada por Henrique de Barros Gomes.

Neste sentido, por decreto de 27 de Setembro de 1886, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Madrid[125], lugar de que não chegou a tomar posse por ter sido transferido, três dias depois, em 30 de Setembro, para o cargo de Director da Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros[126]. Tomou posse do referido lugar a 30 de Outubro de 1886. Desempenhou funções de chefia de forma continuada até ao dia 2 de Julho de 1891, momento em que se ausentou do serviço, em gozo de licença, por dois meses, tendo reiniciado funções em 2 de Setembro de 1891[127]. Manteve-se no lugar por mais dois anos, apenas com duas pequenas interrupções, por gozo de licença, nos Verões de 1892 e de 1893. A seu pedido, foi exonerado do cargo a 18 de Novembro de 1893. Voltou, contudo, à vida diplomática,

[125] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 59.
[126] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 60.
[127] Note-se que Fátima Freitas Gomes refere uma primeira ausência do serviço, por motivo de doença, entre finais de Julho e 1 de Outubro de 1890. Cf. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 83.

no ano seguinte, na qualidade de Ministro de Portugal em São Petersburgo, no Império Russo, funções que desempenhou entre 10 de Novembro de 1894 e o momento do seu falecimento em 6 de Setembro de 1901[128].

Não nos debruçando, por ora, na sua actividade como embaixador na Corte Imperial da Rússia, interessa-nos aprofundar a sua acção enquanto Director da Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente o seu papel na política portuguesa de aproximação à Alemanha, sobretudo no que diz respeito às questões relativas ao Ultramar Português.

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, o Convénio Luso-Alemão de 1886 e o Ultimato Inglês de 1890

Enquanto Director da Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos foi um dos colaboradores próximos do Ministro Barros Gomes, integrando, portanto, o círculo restrito da governação no plano da diplomacia. Nessa qualidade participou em vários processos diplomáticos de significativo impacto na política portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à questão colonial. Apesar da relevância de outros processos em que o diplomata madeirense teve intervenção, como por exemplo na resolução da "Contenda de

[128] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 52. Por decreto de 7 de Julho de 1890, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos foi nomeado – ou melhor, confirmado – no cargo de Director da Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que sucedeu à ex-Direcção Política no quadro de uma reforma desse ministério. Ver Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 66, Caixa 34, documento 27. Refira-se ainda que o convite para o exercício das funções de Ministro em São Petersburgo foi-lhe dirigido por carta de Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho de Ministros, que muito o instou a aceitar o lugar, tendo especialmente em conta o casamento próximo do herdeiro da coroa imperial russa, o Czarevich Nicolau, sendo, portanto, necessário assegurar uma representação diplomática digna. A carta está datada de 19 de Agosto de 1894, tendo Agostinho de Ornelas respondido afirmativamente, por carta de 24 de Agosto, considerando «a circunstância especial e extraordinária do próximo casamento do Czarevich». Agostinho de Ornelas foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em São Petersburgo por decreto de 6 de Setembro de 1894, tendo tomado posse do respectivo lugar a 18 de Novembro de 1894. Logo nas primeiras semanas da sua permanência em São Petersburgo, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos participou, entre outras coisas, no funeral do Czar Alexandre III, a 20 de Novembro de 1894, tendo o óbito ocorrido a 1 de Novembro, bem como no casamento de Nicolau II, ocorrido a 26 de Novembro de 1894. Mais tarde, em Maio de 1896, participou em Moscovo nas solenidades da coroação como czar de Nicolau II. Veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 57. Sobre a missão em São Petersburgo veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documentos 36-51. Cf. GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», p. 83.

Moura"[129], entre Portugal e Espanha, interessa-nos sobretudo aprofundar o seu papel na celebração do Convénio Luso-alemão de 1886 e subsequente intervenção nos acontecimentos atinentes ao Ultimato Inglês de 1890.

Na verdade, Agostinho de Ornelas foi o relator do Convénio Luso-alemão, feito e assinado em duplicado em Lisboa, em 30 de Dezembro de 1886, sob a designação *Declaração entre os governos de Portugal e da Allemanha sobre a delimitação das possessões e da esfera de influencia de ambos os paizes na Africa meridional*. Assinado por Henrique de Barros Gomes e por Ricardo de Schmidthals, este último Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Alemanha, o convénio estabeleceu o reconhecimento alemão da soberania portuguesa nas vastas regiões compreendidas entre Angola e Moçambique, em troca da fixação das fronteiras – em termos tidos por vantajosos para a Alemanha – entre as colónias portuguesas e as alemãs da África Austral. Isto mesmo ficou expresso nos primeiros três artigos do convénio, que passamos a transcrever:

> «Artigo 1.º A fronteira entre as possessões portuguezas e alemãs no sudoeste de Africa seguirá pelo curso do rio Cunene desde a sua embocadura até ás cataractas que aquelle rio forma no sul do Humbe, ao atravessar a serra Canná. D'este ponto em diante seguirá o paralelo até ao rio Cubango, d'ahi o curso d'este rio até o logar de Andara, que ficará na esfera dos interesses alemães, e d'este logar seguirá a fronteira em linha recta na direcção de leste até os rápidos de Catima no Zambeze. / Art.º 2 A fronteira que a sudeste de Africa fica separando as possessões portuguezas das alemãs, seguirá o curso do rio Rovuma, desde a sua foz até à confluencia do rio M'sinje, e d'ahi para o oeste o paralelo até à margem do lago Nyassa. / Art. 3.º Sua Magestade o Imperador da Allemanha reconhece a Sua Magestade Fidelissima o direito de exercer a sua influencia soberana e civilizadora nos territórios que separam as possessões portuguezas de Angola e Moçambique, sem prejuízo dos direitos que ahi possam ter adquirido até agora outras potências, e obriga-se, em harmonia com este reconhecimento, a não fazer n'aquelles territórios acquisições de domínio, a não aceitar n'elles protectorados, e, finalmente, a não pôr ahi quaisquer obstáculos á extensão da influencia portuguesa. Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves toma sobre si idênticas obrigações, no que respeita aos territórios que, segundo os artigos 1.º e 2.º d'este convénio, ficam pertencendo á esfera da acção da Allemanha»[130].

Neste sentido, os artigos 1.º e 2.º da Declaração Luso-alemã regulavam a questão da definição das fronteiras de Angola com o Sudoeste Africano (Namíbia) e de Moçambique com a África Oriental Alemã (actual Tanzânia), ao passo que

[129] Sobre a "Contenda de Moura" veja-se Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 33.

[130] O texto integral do convénio encontra-se transcrito em *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 2 de Julho de 1887, p. 570.

o artigo 3.º estabelecia, ainda que em termos relativamente vagos, o reconhecimento alemão do direito de Portugal a exercer a sua «influência soberana» sobre os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique, e que hoje constituem a Zâmbia, o Zimbabwe e o Malawi. Anexo à declaração, encontrava-se um mapa com a zona de influência portuguesa no interior do continente africano colorada a rosa, daí ser designado de Mapa Cor-de-Rosa[131]. Este mapa seria apresentado pelo ministro Barros Moura, nas cortes portuguesas, em 1887, suscitando aliás os protestos do Governo inglês, que reivindicava a posse desses mesmos territórios[132]. De referir que, em 12 de Maio de 1886, Portugal tinha celebrado um outro convénio com a França, que estabelecia as fronteiras da Guiné dita portuguesa com as possessões francesas da África Ocidental. E, em troca de cedências de território por parte de Portugal, em especial a área de Casamança, a França reconhecera de forma genérica os direitos portugueses às regiões compreendidas entre Angola e Moçambique[133]. Portugal buscava assim o apoio da França e, sobretudo, da Alemanha para concretizar o seu grande projecto de construção imperial em África; um projecto que contrariava as pretensões territoriais inglesas na África Austral. Os dois convénios faziam, assim, parte da estratégia portuguesa no sentido de assegurar os interesses coloniais portugueses em África, num momento em que este continente era alvo das ambições imperialistas de várias potências europeias, patentes aliás na célebre Conferência de Berlim de 1884/1885[134].

Por outro lado, um artigo adicional à Declaração Luso-alemã estabelecia que o convénio só entraria em vigor e seria obrigatório para os dois Governos depois de aprovado pelas cortes portuguesas e oficialmente publicado nos dois países. Daí que o convénio tenha sido objecto de discussão no parlamento português, sendo aprovado – na qualidade de projecto de lei n.º 9 – pela Câmara dos Deputados em 23 de Junho de 1887. O projecto subiu então à Câmara dos Pares, sendo para

[131] Negócios Externos, 1887, *Documentos apresentados ás Cortes na Sessão Legislativa de 1887 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios Estrangeiros. Negociações relativas á delimitação das possessões portuguezas e allemãs na Africa Meridional*. De referir que o Mapa Cor-de-Rosa, representando graficamente a África Meridional Portuguesa, fora concebido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, na presidência de Barbosa du Bocage, em 1881. Sobre o Mapa Cor-de Rosa veja-se NOWELL, 1982, *The Rose-Colored Map. Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean*.

[132] GUEVARA, 2006, *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, p. 78.

[133] GUEVARA, 2006, *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, p. 94.

[134] Sobre o impacto político da Conferência de Berlim em Portugal veja-se a imprensa da época, nomeadamente: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 21 de Dezembro de 1884, vol. VII, n.º 216, p. 287; 21 de Abril de 1885, vol. VIII, n.º 228, p. 91.

o efeito elaborado um parecer – parecer n.º 60 – por uma comissão de negócios externos formada por Alexandre de Serpa, Marquês de Rio Maior, Henrique de Macedo, António Costa Lobo, José Maria da Ponte e Horta, José Vicente Barbosa du Bocage, Visconde de Borges de Castro e Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, seu relator. Datado de 28 de Junho de 1887, esse parecer não só era favorável à aprovação do referido projecto de lei n.º 9, como também procurava contextualizar, em termos de política internacional, os motivos que levaram à assinatura do convénio com a Alemanha, chamando aliás à atenção para a afirmação do Império Alemão na cena internacional a uma escala global:

> «Desde que a Allemanha realisou a sua unidade política, retardada pela revolução religiosa do século XVI, e se apresentou, emfim, como um só todo em frente do estrangeiro, era inevitável que o grande homem [Bismarck], que presidiu á fundação do novo imperio alemão, procurasse assegurar-lhe uma posição preponderante, não só na Europa, como em todo o globo. A expansão colonial da Allemanha era o corolário fatal da sua unificação política e da necessidade de luctar em toda a parte com as armas pacíficas da colonização e do commercio contra as nações que, terminando mais cedo a sua evolução interna, mais cedo tambem se haviam lançado no caminho das descobertas e da apropriação das regiões extra-europêas. […] A convenção que a vossa comissão de negócios externos examinou atentamente e submete á vossa aprovação, tem por fim delimitar, não só territórios definitivamente ocupados e já colonisados por Portugal e a Allemanha, mas tambem a esfera de acção exclusivamente reservada ás duas altas partes contratantes a sudoeste e a sueste da Africa»[135].

De salientar que os termos em que foi redigido o parecer denunciam o filo-germanismo dos seus autores, em especial do seu relator, Agostinho de Ornelas. Muito provavelmente, os membros dessa comissão – tal como outros políticos portugueses, entre os quais o ministro Barros Gomes – estariam convencidos de que a Alemanha estaria em condições de suplantar a hegemonia inglesa, tornando-se porventura na primeira das grandes potências europeias. Daí encararem com especial interesse a ratificação desse convénio com a Alemanha, em detrimento da velha aliança com a Inglaterra. Isto é, julgavam que o apoio alemão seria suficiente para sustentar as pretensões territoriais portuguesas em África, pois teria – esperava-se – um efeito dissuasor sobre a Inglaterra. Esse filo-germanismo é aliás tangível no discurso efectuado por Agostinho de Ornelas na sessão de 2 de Julho de 1887, na Câmara dos Pares:

[135] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 2 de Julho de 1887, p. 569.

> «A Allemanha, em vez de continuar concorrência comnosco, disse aos seus próprios nacionais, cuja paixão colonial têem o máximo interesse em animar e incitar eficazmente o *nec plus ultra*, que entregues só aos nossos recursos lhes não podíamos intimar. A Allemanha preferiu ir de acordo comnosco, e na melhor boa fé. Conheceu que na Africa lhes podíamos prestar valiosos serviços e que havia espaço suficiente para sem inveja nem conflictos se alargarem as duas nações. Celebrou comnosco um tratado que é a mais honrosa homenagem á nossa capacidade como potencia colonial e um reconhecimento solemne dos serviços que temos prestado e podemos ainda prestar á causa da civilisação da Africa. Até onde se estende o poder da Allemanha estão definidas as nossas fronteiras, poderemos ter ainda que resolver dificuldades ou diferenças com outras potências, com o grande imperio alemão espero que só tenhamos de futuro cordiaes relações que nascem de juntos cooperarmos para o mesmo fim, a civilisação da África» [136].

Na mesma linha de pensamento, o ministro Barros Gomes defendeu a ratificação do convénio, sublinhando a sua importância:

> «Sr. Presidente, devo dizer á camara [dos pares] que considero este convénio muito importante, por ter sido o primeiro que celebramos com uma potencia como é a Allemanha, e muito importante porque nos fornece um documento internacional por meio do qual podemos afirmar os nossos direitos como até aqui os não affirmavamos. / Creio que alcançámos com elle um documento internacional de muita importância, e mais um titulo valiosíssimo que vem garantir os nossos direitos, e isto por parte de uma potencia que tinha convocado todas as nações da Europa e até alguma da America á conferencia de Berlim, que de certo não foi imaginada para nos beneficiar, e que hoje vem firmar declaração solemne de que nos considera no caso e nas circumstancias de podermos legitimamente alastrar o nosso domínio e levar a nossa influencia civilizadora através de toda a Africa»[137].

Mas nem todos os pares do reino partilhavam desse filo-germanismo, nem tão-pouco acreditavam nas "garantias" que supostamente teriam sido dadas pela Alemanha no que diz respeito à salvaguarda dos interesses portugueses em África. O par António Augusto de Aguiar, por exemplo, afirmou não compreender o sentido do artigo 3.º da Declaração Luso-alemã, considerando que os direitos portugueses não estariam devidamente assegurados:

> «Estranho que a Allemanha reconheça o nosso direito, não se eximindo comtudo a reconhecer o que ahi possam ter também outras potencias, o que de nenhum modo nos salva de quaisquer conflictos futuros. Fazemos um tratado para garantir a nossa propriedade, e a nossa propriedade não fica segura, nem mesmo com relação á Allemanha, que tratou comnosco»[138].

[136] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 2 de Julho de 1887, p. 575.
[137] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 2 de Julho de 1887, p. 573.
[138] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 2 de Julho de 1887, p. 573.

O par Vaz Preto declarou igualmente a sua oposição ao convénio, uma vez que estava «convencido que cedemos direitos, e grande porção de território, e em compensação recebemos pouco ou nada». E afirmou: «No congresso de Berlim todas as potencias ganharam, só nós perdemos; esta convenção priva-nos de território importante e de direitos valiosos» [139].

Não houve, portanto, unanimidade entre os pares do reino, havendo um sector da câmara, ainda que minoritário, que considerou o convénio lesivo para os interesses portugueses em África, desconfiando, aliás, do alegado apoio alemão à consecução do projecto colonial português representado no Mapa Cor-de-Rosa. Em todo o caso, o projecto de lei n.º 9 foi aprovado, por maioria, pela Câmara dos Pares na sessão de 2 de Julho de 1887, permitindo assim a ratificação pelo poder executivo do Convénio Luso-alemão de 30 de Dezembro de 1886.

Enganavam-se, porém, os que confiavam no auxílio alemão para contrariar as pretensões inglesas sobre os territórios reivindicados por Portugal na África Austral. Nem a Inglaterra se deixou intimidar pelo convénio assinado entre Lisboa e Berlim, nem a Alemanha se sentiu obrigada a apoiar Portugal durante a crise espoletada pelo Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890. Tinham, pois, razão os que consideravam vago e pouco concreto o artigo 3.º do convénio luso-alemão.

Na verdade, os últimos dois anos e meio da década de 1880 foram caracterizados por um crescimento da tensão diplomática entre Portugal e a Inglaterra, sendo cada vez mais evidente o choque de posições a respeito do domínio dos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique. A partir do Sul do continente africano, Cecil Rhodes, Primeiro-Ministro da Colónia do Cabo, procurava expandir a influência britânica para Norte, ameaçando não só as pretensões portuguesas, mas também a própria existência das Repúblicas bóers de Orange e do Transval. Rhodes teria em vista a construção de uma grande linha férrea, sob controlo britânico, do Cairo ao Cabo. Mas os seus objectivos passavam também – e sobretudo – pelo controlo das ricas jazidas de minerais, em especial ouro e diamantes, que existiam nos territórios da África Austral. Em 11 de Fevereiro de 1888, um tratado assinado pelo rei Lobengula, dos Matabele, e por um representante de Cecil Rhodes abriu a porta à extensão da influência inglesa para a região do actual Zimbabwe, a sul do rio Zambeze. Seguiram-se novos tratados, em Outubro de 1888 e, mais tarde, em 1889, que confirmaram a influência inglesa nessa área, preparando o terreno para a fundação, neste mesmo ano, da *British South African Company*,

[139] *Diário da Câmara dos Pares*, sessão parlamentar de 2 de Julho de 1887, p. 575.

com poderes majestáticos, reconhecidos por Londres, nas regiões que hoje constituem o Zimbabwe, a Zâmbia e o Malawi[140]. No entretanto, missionários e exploradores britânicos procediam à fundação de missões e de estabelecimentos no Niassa e no Chire, numa área também disputada por Portugal.

O Governo português reagiu ao expansionismo britânico, protestando junto do Governo inglês, em Maio e em Junho de 1889. Ainda que assinadas pelo ministro Barros Gomes, as cartas de protesto foram redigidas por Agostinho de Ornelas. De salientar uma carta redigida a 10 de Junho de 1889, dirigida ao Ministro de Portugal em Londres, acerca da notícia da projectada formação da *British South African Company* e da campanha jornalística levada a cabo pela imprensa inglesa, em especial pelos jornais *Times* e *Pall Mall Gazette*, contra Portugal. A este respeito, Ornelas deu nota do abalo produzido por essas notícias na opinião pública portuguesa, ao ponto de todos os partidos terem protestado, em ambas as câmaras do parlamento, «contra qualquer offensa aos nossos direitos e impozeram ao governo o dever imperioso de os defender à custa dos maiores sacrifícios»[141]. E, num tom patriótico, defendeu os alegados direitos históricos de Portugal em África:

> «Desnecessário me parece lembrar a Vª. Ex.ª os direitos de Portugal sobre a Africa que primeiro descobriu, onde primeiro fundou colónias, onde introduziu o christianismo e a civilização e onde adquiriu entre os indígenas uma autoridade e um prestígio que ainda hoje lhe invejam nações mais poderosas».[142]

Neste sentido, solicitou ao Ministro de Portugal em Londres que expusesse ao Governo inglês «a situação em que se acha o governo portuguez e a firme esperança que nutrimos de que uma alliança de séculos não seja posta em risco». E afirma: «O paiz que deu à humanidade civilizada o Imperio do Brazil, que levou o christianismo até às extremidades da Ásia, que primeiro revelou à Europa o caminho do Oriente, merece bem o respeito e a justiça de uma nação amiga e defensora constante do direito e da justiça». Termina, considerando que é dever do Governo português

> «esgotar todos os meios para defender o património de nossos maiores e unir territórios onde poderemos no futuro expandir a nossa influencia, dilatar o nosso domínio e dar nova pátria ao excesso da nossa população. Queira V.ª Ex.ª dar leitura deste despacho a Lord Salisbury, dando-lhe cópia dele se S. Ex.ª a desejar, bem como das moções unanimemente votadas pelas duas câmaras das Cortes Portuguezas»[143].

[140] Cf. ROTBERG, 1988, *The Founder: Cecil Rhodes and the Pursuit of Power*.
[141] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 12.
[142] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 12.
[143] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 12.

Os esforços diplomáticos do Governo português foram prosseguidos no contexto da realização da segunda Conferência de Bruxelas, convocada pelo rei Leopoldo da Bélgica e que teve lugar entre Novembro de 1889 e Julho de 1890. Tal como tinha acontecido na Conferência de Berlim, a diplomacia portuguesa, respondendo positivamente à convocatória, procurou demonstrar a legitimidade das pretensões portuguesas, de maneira a conter as reivindicações territoriais de britânicos (e de belgas) na África Meridional[144].

Ao mesmo tempo que envidava diligências diplomáticas no sentido de salvaguardar os alegados direitos portugueses no continente africano, o Governo português encetava esforços no sentido de estender a soberania portuguesa aos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique. Como tal, em 1887 e em 1888, foram organizadas diversas expedições militares lideradas por António Maria Cardoso, Vítor Córdon, Paiva de Andrade e Serpa Pinto, tendo em vista a ocupação militar desses territórios[145]. E, para além disso, procurou-se alargar o raio de acção das missões portuguesas em África, negociando-se para o efeito com a Santa Sé a fundação de uma missão portuguesa no Niassa, ou seja, numa zona onde os britânicos – nomeadamente os escoceses – levavam já a cabo a missionação. Entendia-se, muito claramente, que a acção missionária era fundamental para assegurar a ocupação política do espaço africano, sendo o missionário percebido como um agente da colonização, operando no sentido da chamada civilização das populações africanas. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos teve, a este respeito, um papel bastante relevante nas conversações com Roma, sendo dignas de nota duas cartas datadas de Maio/Junho de 1889, dirigidas ao Cardeal Charles Lavigerie, fundador da Sociedade dos Missionários da África, forte opositor à escravatura e figura influente junto do Papa Leão XIII[146].

Paralelamente, Lisboa procurou consolidar uma aliança com o Transval, garantindo a esta República bóer uma "saída" para o mar através da construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, ligando o porto desta cidade a Pretória. Diversa foi, aliás, a correspondência trocada com os representantes dessa República, via Haia, cabendo a Agostinho de Ornelas redigir, por exemplo, uma carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, datada de Lisboa, de 28 de Maio

[144] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 14. Cf. GUEVARA, 2006, *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, pp. 85-87 e 95-96.

[145] Sobre as campanhas militares portuguesas em África veja-se o minucioso trabalho levado a cabo por René Pélissier, nomeadamente os livros *História das campanhas de Angola. Resistência e revoltas (1845-1941)*, de 1986, e *História de Moçambique. Formação e oposição (1854-1918)*, de 1987.

[146] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 13.

de 1889[147]. Esta situação provocou um crescimento da tensão com a Inglaterra, uma vez que Portugal decidiu rescindir a concessão do caminho-de-ferro de Lourenço Marques que inicialmente tinha sido atribuída a uma companhia controlada por capital norte-americano e britânico. De facto, a concessão da linha de caminho-de-ferro de Lourenço Marques tinha sido entregue ao norte-americano Edward B. McMurdo, fundador da Delagoa Bay & East Africa Company, em 1883. McMurdo deveria ter construído a linha até à fronteira com o Transval, competindo a esta República dar continuidade à construção no seu território. Porém, o incumprimento dos prazos por parte dessa companhia, em especial depois da morte de McMurdo, levou o Governo português a rescindir o contrato de concessão e a assumir o controlo da ferrovia a partir de 25 de Junho de 1889. A posição portuguesa foi em larga medida ditada pela necessidade de assegurar a soberania do território face às pretensões inglesas[148]. Ingleses e norte-americanos reagiram à decisão portuguesa, exigindo uma pesada indemnização, o que gerou um sério diferendo entre os três países[149]. Para a sua resolução, aceitou-se a mediação da Confederação Helvética que, para o efeito, nomeou um tribunal arbitral, o qual fixou o montante da indemnização a pagar por Portugal a britânicos e a norte-americanos. O assunto só ficou resolvido em 1891. De referir que Agostinho de Ornelas e Vasconcelos teve alguma intervenção neste processo, existindo alguma documentação sobre a actuação desse tribunal arbitral no arquivo da família[150].

No entretanto, os acontecimentos precipitaram-se em finais de 1889, quando o Governo português decidiu criar e delimitar, por decreto de 7 de Novembro, o novo distrito do Zumbo, a Ocidente da povoação de Tete, em Moçambique, englobando alguns dos territórios reivindicados pelos britânicos, facto que desencadeou o protesto formal do Governo inglês, nomeadamente de Lord Salisbury, que não reconhecia o direito de Portugal a qualquer porção daquela área. O protesto foi entregue ao ministro Barros Gomes em 25 de Novembro[151]. Barros Gomes reagiu, justificando a posição portuguesa – e afirmando os direitos portugueses aos territórios em disputa – num ofício enviado ao Ministro de Portugal em Londres,

[147] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 11.
[148] Sobre o assunto veja-se TELO, 1991, *Lourenço Marques na política externa portuguesa, 1875-1900*.
[149] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 29.
[150] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documentos 29 e 30.
[151] O protesto do Governo inglês foi transcrito no *Diário do Governo*, 7 de Dezembro de 1889, n.º 278.

Luís de Soveral, em 29 de Novembro[152]. Porém, uma intensa campanha jornalística mobilizou a opinião pública inglesa contra Portugal, tendo por base declarações de um bispo anglicano, Smithies, e de um "viajante francês", que acusavam uma coluna portuguesa, comandada pelo Major Serpa Pinto, de ter atacado – nas imediações do rio Ruo – os Macololos, uma população africana que estaria sob a protecção da Inglaterra, e de ter ameaçado as estações britânicas de Blantyre, no Niassa, caso estas não se colocassem sob a protecção portuguesa. Com base nestas alegações, o Governo britânico acusou Portugal de querer submeter, através da força das armas, as regiões do Chire e do Sul do Lago Niassa, que estariam sob a protecção de Sua Majestade, a rainha Vitória[153]. Para além disso, Londres avisou Lisboa de que não consentiria que os seus direitos fossem postos em causa na região, exigindo uma declaração da parte do Governo português em como não permitiria que as forças portuguesas atacassem as estações britânicas do Niassa e do Chire, nem o país dos Macololos e os territórios sujeitos a Lubengula. Marques Guedes, no seu estudo intitulado «Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910»[154], procedeu à transcrição da nota inglesa, assinada por George Petre, Ministro inglês em Lisboa, que em parte reproduzimos aqui:

> «O Governo de S. M. preveniu o de S. M. Fidelíssima de que não poderia permitir qualquer ataque às estações inglesas, situadas, quer no Chire, quer na parte meridional do Niassa, e estou encarregado de lembrar a V. Ex.ª, que o ataque dirigido contra os Macololos, depois do representante britânico ter anunciado que estavam sob a protecção de S. Majestade a Rainha, é uma grave infracção dos direitos de uma potência amiga. O Governo de S. M. não pode consentir nestes factos nem no procedimento adoptado por Portugal. / Encarrega-me, portanto, o Marquês de Salisbury de pedir ao Governo Português que declare que não permitirá às forças portuguesas qualquer ataque às estações britânicas do Niassa ou do Chire, nem ao país dos Macololos, e além disso não consentirá que ataquem o território sujeito ao Lubengula, ou qualquer outro território que se tenha declarado sob a protecção da Grã Bretanha»[155].

Tratava-se de um aviso claro e que marcava uma posição de força por parte do Governo inglês. Mas o ministro português, Barros Gomes, confiante no apoio da Alemanha em caso de conflito com a Inglaterra, respondeu com firmeza, numa nota

---

[152] O ofício do Governo português foi transcrito no *Diário do Governo*, 7 de Dezembro de 1889, n.º 278, pp. 489-492.

[153] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 16. Segundo os britânicos, a coluna comandada por Serpa Pinto seria constituída por quatro mil homens, dispondo de sete metralhadoras e três vapores. Ao invés, segundo o governo português, a expedição contaria com apenas dois mil homens, uma metralhadora e um vapor.

[154] GUEDES, 1935, «Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910», pp. 412-452.

[155] *Apud* GUEDES, 1935, «Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910», p. 414.

datada de 20 de Dezembro de 1889, declarando que a expedição comandada por Serpa Pinto teria objectivos eminentemente técnicos e que não colocaria em causa os interesses ingleses na região. Declarava também que teriam sido os Macololos a atacar essa expedição, a qual teria sido obrigada a ripostar para se defender dos ataques movidos pelos africanos, os quais empunhariam uma bandeira inglesa. O ataque teria acontecido a Sul da foz do rio Ruo. Ao mesmo tempo, reafirmava a legitimidade dos direitos portugueses sobre os territórios em disputa[156].

Poucos dias depois, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou uma circular às legações em Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, Viena, Quirinal (Roma) e Londres, dando a conhecer a posição portuguesa. Datada de 30 de Dezembro de 1889, essa circular foi redigida por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, tendo por base os argumentos expressos por Barros Gomes na nota de 20 de Dezembro. A circular procurava munir os representantes diplomáticos portugueses dos conhecimentos necessários para poderem explicar os acontecimentos e justificar a posição portuguesa juntos dos governos das principais potências europeias[157].

Nessa circular, considerava-se perfeitamente legítimo o procedimento do Major Serpa Pinto, que teria sido forçado a repelir dois ataques dos Macololos, tendo então penetrado nos territórios por estes habitados e restabelecido as comunicações, assegurado a livre passagem de mercadorias e tornado impossível o tráfico de escravos. Insiste-se no argumento de que a expedição portuguesa tinha «uma missão pacífica e civilizadora» e que tinha toda a legitimidade para se defender dos dois ataques perpetrados pelos Macololos, apesar de estes trazerem hasteada a bandeira inglesa. Declarava-se, aliás, que não teria sido «abatida alguma bandeira inglesa arvorada por um agente responsável do governo britannico», mas que teria sido «tomada aos Macololos invasores do território português uma bandeira que eles arvoravam». E considerava-se que a declaração de protectorado sobre o país dos Macololos, feita localmente e de forma improvisada, em Setembro de 1889, pelo cônsul inglês Henry Hamilton Johnston, em Blantyre (e por um agente da Companhia dos Lagos, John Buchnan, posteriormente vice-cônsul inglês), não respeitava as regras do direito internacional, cabendo a Portugal os direitos de soberania sobre esse território. Não teria, portanto, valor a intimação que terá sido feita pelo cônsul Johnston ao Major Serpa Pinto, junto ao rio Ruo, solicitando-

[156] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 29. Cf. Decreto de 24 de Dezembro de 1889. *Diário do Governo*, 28 de Dezembro de 1889, n.º 295. Veja-se a este respeito SERRÃO, 1986, *História de Portugal*, vol. IX, pp. 83-85.

[157] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 17.

-lhe para que não atravessasse o rio e não entrasse nos territórios alegadamente sob protecção inglesa (intimação essa que não foi aceite por Serpa Pinto). Por outro lado, entendia-se que as missões escocesas existentes no Niassa «nunca pretenderam ter direitos de soberania, nem a Gran Bretanha se fundou jamais na existência dellas para se atribuir o domínio sobre aquellas regiões. Seria portanto uma violação dos direitos de Portugal se sobre ellas proclamasse o seu protectorado». Afirmava-se, enfim, que a expedição portuguesa não só não teria atacado quaisquer estabelecimentos britânicos, como, pelo contrário, os teria defendido dos ataques dos «indígenas revoltados». Face ao exposto, concluía-se que «não foi em cousa alguma offendida a dignidade e os legítimos direitos da Gran Bretanha, nem os interesses dos seus súbditos». Muito pelo contrário, o procedimento do cônsul Johnston e a carta de denúncia do bispo Smithies revelariam «uma intenção tão clara de se apossar daquela região», violando os alegados direitos portugueses. A circular terminava, pedindo-se a cada um dos representantes diplomáticos portugueses nas várias capitais europeias para que «em todas as ocasiões que se lhe offerecerem, não só rectifique qualquer narração menos exacta dos actos de Serpa Pinto, mas procure justifical-os e defendel-os e consiga que esse Governo deles tenha informação exacta e pleno conhecimento»[158]. Lisboa pretendia envolver assim as principais potências europeias na resolução do diferendo com a Inglaterra, conquistando apoios para a sua causa.

A posição de firmeza adoptada pela diplomacia portuguesa, face às solicitações inglesas, era sustentada pela crença no apoio alemão, à luz do convénio assinado em 30 de Dezembro de 1886. Bismarck, porém, não estava na disposição de se envolver num conflito que pouca vantagem traria à Alemanha, nem a isso se sentia obrigado pelos termos da Declaração Luso-alemã de 1886. Neste contexto, a Inglaterra, porventura conhecedora da posição de neutralidade alemã, decidiu forçar o Governo português a ceder nas suas posições.

Os primeiros dias de Janeiro de 1890 foram marcados pela troca de correspondência entre as duas chancelarias. No dia 5 de Janeiro de 1890, o Governo inglês enviou uma "nota" ao Governo português, prontamente analisada por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, na qual declarava não ter encontrado na resposta de Barros Gomes, de «20 de Dezembro ultimo aquellas precisas e explicitas seguranças que julga essencial obter». Londres, em particular, não tinha

[158] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 17. Veja-se também Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 29.

dúvidas quanto à pretensão portuguesa de «estabelecer por força d'armas» o respectivo domínio no país dos Macololos e nas regiões ribeirinhas do Chire e do Niassa, acusando o Governo português de ter promovido uma «expedição militar bem organizada e equipada» e que teria produzido «justificados receios» entre as populações nativas, sob protecção inglesa, e nas missões e estabelecimentos britânicos do Niassa. Para Londres, tratava-se de uma verdadeira ofensiva militar por parte de Portugal num território que considerava estar sob a sua protecção. Face ao exposto, o executivo inglês solicitava que o Governo português se comprometesse por meio de uma «prompta declaração de que não permittirá as forças portuguesas que intervenham nos estabelecimentos ingleses do Chire e Nyassa, no país do Makololos, nas regiões que governa Lobengula ou em qualquer outro paiz sob o protectorado britannico e ainda mais que se não procurará estabelecer ou exercer jurisdicção portuguesa naqueles paizes sem prévio acordo entre os dois governos». A nota do Governo inglês terminava, pedindo que o executivo português desse uma resposta antes da tarde do dia 8 de Janeiro de 1890[159].

Não tendo havido uma resposta tida por satisfatória da parte portuguesa à solicitação inglesa, Londres decidiu intimar formalmente o Governo português a 11 de Janeiro de 1890. Nesse dia, George Petre, Ministro da Inglaterra em Lisboa, apresentou ao Governo português, sob a forma de um memorando, uma intimação para que Portugal retirasse de imediato – e sob pena de quebra das relações diplomáticas entre os dois países – as suas forças militares dos territórios em disputa, nomeadamente do Chire e das áreas habitadas pelos Macololos e pelos Machonas. Caso a intimação não fosse aceite pelo Governo português, a Inglaterra ameaçava retirar a sua representação diplomática de Lisboa e tomar as medidas que considerasse mais adequadas à resolução da questão. O texto desse memorando, transcrito no seu estudo por Marques Guedes, é o seguinte:

> «O Governo de S. M. Britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O Cônsul interino de S. M. em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Catunga e outros lugares mais no território dos Macololos iam ser fortificados e receberam guarnições. O que o Governo de S. M. deseja e em que insiste é no seguinte / Que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de S. M. entende que sem isto as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias. / Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a

[159] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 16.

> deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de S. M. *Enchantress* está em Vigo esperando as suas ordens»[160].

Tratava-se de um verdadeiro ultimato a Portugal. Reunido de urgência o Conselho de Estado, sob a presidência do rei D. Carlos, tomou-se a decisão de aceitar a intimação inglesa, apesar da posição em contrário expressa pelo ministro Barros Gomes. Na resposta dada a George Petre, o Governo português ainda invocou a hipótese de uma arbitragem internacional, à luz do direito que lhe conferia o artigo 12.º do Acto Geral de Berlim. Portugal, de facto, solicitou a mediação da Alemanha, a única potência que poderia de alguma forma fazer frente à Inglaterra, mas Bismarck recusou o pedido do Governo português, alegando que só poderia servir de árbitro caso os dois países em querela aceitassem a mediação, algo que foi prontamente recusado pelo executivo britânico[161]. Com efeito, Bismarck não só não pretendia hostilizar a Inglaterra, como, na verdade, tinha em vista a realização de um acordo com Londres a respeito dos territórios coloniais alemães em África. Esse acordo foi conseguido pouco depois da saída de Bismarck da presidência do executivo alemão (Março de 1890), concretizando-se no Tratado Anglo-alemão de 1 de Julho de 1890, também conhecido por Tratado de Heligoland-Zanzibar[162]. Portanto, Berlim não estava na disposição de apoiar Portugal na querela com a Inglaterra. Caíam assim por terra todas as esperanças da parte portuguesa, saldando-se num fracasso a política filo-germânica prosseguida pelo ministério de Barros Gomes desde 1886.

Não temos documentação que demonstre a reacção pessoal de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos à posição assumida pelo Governo alemão. Muito provavelmente terá sido uma reacção de desilusão e de amargura, tendo em conta a profunda admiração que sempre nutrira pelo chanceler alemão e, no geral, pela Alemanha. Três anos antes, Agostinho de Ornelas havia defendido, com veemência, a realização do convénio com o Império Alemão, considerando-o uma grande vitória diplomática para Portugal. Esperava certamente que esse acordo sustentasse o projecto colonial português em África, protegendo-o dos "apetites" territoriais de outras potências, nomeadamente da Inglaterra. Seria esta também a expectativa do ministro Barros Gomes. Mas o almejado apoio alemão não se verificou no momento decisivo do Ultimato Inglês, enterrando definitivamente os sonhos de grandeza imperial acalentados por Lisboa. Tinham, pois, razão os que haviam desconfiado dos

[160] *Apud* GUEDES, 1935, «Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910», p. 417.
[161] GUEVARA, 2006, *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, p. 98.
[162] Sobre as relações entre a Inglaterra e a Alemanha em África veja-se GIFFORD e LOUIS, 1967, *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule*.

termos vagos em que fora redigida a Declaração Luso-alemã de 30 de Dezembro de 1886.

O Ultimato Inglês espoletou uma crise política sem precedentes na história da monarquia constitucional. De facto, o Ultimato deixou o país político em estado de choque. Manifestações patrióticas e de ira colectiva contra os ingleses abalaram todo o país, em especial Lisboa. Ferido no seu orgulho nacional, o país político saiu à rua para gritar "morras" à Inglaterra, naquilo que foi uma das expressões mais visíveis do nacionalismo português na época contemporânea. No entanto, a população não exprimiu apenas a sua ira contra a Inglaterra, mas também a sua profunda irritação contra a monarquia representada na pessoa do jovem rei D. Carlos. A monarquia foi acusada de fraqueza e de incapacidade política e os ministros do rei foram apodados de "traidores à pátria" e de "vendidos à Inglaterra" por terem cedido ao Ultimato. Face aos protestos, o gabinete progressista de José Luciano de Castro foi substituído, em 14 de Janeiro de 1890, por um novo executivo liderado pelo regenerador António de Serpa Pimentel, tendo como ministro dos Negócios Estrangeiros Hintze Ribeiro[163].

Apesar da mudança de Governo, Agostinho de Ornelas manteve o seu cargo de director político até 1893, mantendo-se à frente da Direcção Política, que foi redenominada de Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos[164]. Teve, por isso, participação na resolução do diferendo com a Inglaterra, bem como nos processos de delimitação fronteiriça das colónias portuguesas em África.

Tal como já referido, o Governo português tentou inicialmente o recurso à arbitragem internacional para resolver a disputa com a Inglaterra, mas Londres rejeitou qualquer forma de mediação. E o Governo alemão também não apoiou a posição portuguesa. Portugal viu-se, assim, sozinho perante o colosso inglês. Hintze Ribeiro não teve outra alternativa a não ser aceitar as imposições britânicas e assinar um primeiro tratado *ad-referendum* com Londres, em 20 de Agosto de 1890. Este tratado atribuía aos portugueses o controlo de um estreito corredor ao longo do curso do rio Zambeze, o qual deveria servir de ligação entre Angola e Moçambique. Mas o tratado conheceu uma forte oposição na Câmara dos Deputados, tendo

[163] Sobre a reacção da população portuguesa ao Ultimato, veja-se a imprensa da época, em especial *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 21 de Janeiro de 1890, vol. XIII, n.º 399, e 1 de Fevereiro de 1890, vol. XIII, n.º 400.

[164] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 27.

sido repudiado pela população em numerosas manifestações por todo o país. Resultado, o Governo regenerador caiu em 18 de Setembro de 1890[165].

Foi então nomeado um Governo suprapartidário liderado pelo General João Crisóstomo de Abreu e Sousa[166]. Depois de novas negociações com Londres, o Estado Português assinou um segundo convénio com a Inglaterra, em 11 de Junho de 1891, prontamente confirmado pelo rei D. Carlos, depois de ratificado pelas cortes portuguesas[167]. De referir que a diplomacia alemã terá tido um papel relevante na aproximação entre Londres e Lisboa. De facto, muito embora a Alemanha não estivesse disposta a entrar em conflito com a Inglaterra por causa de Portugal, a verdade é que também não lhe interessava um reforço desmesurado do poderio britânico na África Austral, uma vez que isso poderia colocar em causa os interesses germânicos na região. Daí ter instado os dois Governos a trabalhar numa solução de compromisso[168]. Pelo novo tratado, Portugal renunciou definitivamente aos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique. Em compensação, Londres reconheceu a soberania portuguesa sobre Angola e Moçambique. Relativamente a esta última colónia, a Inglaterra aceitou a soberania portuguesa sobre a margem oriental do lago Niassa, bem como sobre uma pequena região a Sul de Lourenço Marques, mas recusou "entregar" o planalto de Manica aos portugueses. Três dias antes, em 25 de Maio de 1891, um tratado com o Estado Livre do Congo, do rei Leopoldo II, tinha delimitado a fronteira Norte e parte da Leste de Angola, atribuindo aos portugueses o controlo do território da Lunda, no Nordeste de Angola[169]. Paralelamente, procedeu-se à delimitação da fronteira de Moçambique com a República do Transval[170].

---

[165] Sobre o Ultimato Inglês veja-se TEIXEIRA, 1990, *O Ultimatum Inglês – Política externa e política interna no Portugal de 1890*.

[166] De referir que durante o Governo de João Crisóstomo de Abreu e Sousa ocorreu a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto. Rapidamente debelada pelas forças monárquicas, a revolta de 31 de Janeiro de 1891 deu ao republicanismo o seu mote sentimental e heróico, tendo tido um papel relevante na mobilização política da população contra a monarquia na fase pós-Ultimato. Veja-se TELES, 1968, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro – Esboço de História Política*; SOUSA, 1977, *O Porto e a revolução de 31 de Janeiro*.

[167] Veja-se cópia coeva do texto da confirmação do tratado, pelo rei D. Carlos, em: Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 31.

[168] GUEVARA, 2006, *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, pp. 108-109.

[169] Veja-se a este respeito o relatório de Baracho Gomes a respeito da demarcação das fronteiras entre Angola e o Estado Livre do Congo, nomeadamente na parte respeitante ao Baixo Congo e Lunda, datado de 12 de Dezembro de 1891. Cf. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 31.

[170] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 31.

Agostinho de Ornelas acompanhou de perto os três processos – com a Inglaterra, com a Bélgica e com o Transval –, sendo disso prova a documentação existente no Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos[171]. Essa documentação é aliás demonstrativa do intenso trabalho levado a cabo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em especial pela Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos em prol da defesa dos interesses coloniais portugueses, tendo particularmente em vista a fixação das fronteiras dos territórios portugueses em África. Uma lista elaborada por Agostinho de Ornelas, em Abril de 1893, dá-nos conta das várias questões pendentes e dos processos e documentos em poder do ministro dos Negócios Estrangeiros relativamente à questão colonial, incluindo, por exemplo, os limites do enclave de Cabinda[172]. Outras questões, como a das relações com a Santa Sé ou até mesmo as relações com o longínquo Império do Japão também passaram pela mão do diplomata madeirense.

Agostinho de Ornelas teve, ainda, alguma intervenção numa questão surgida a propósito da fronteira setentrional de Moçambique com a África Oriental Alemã, procurando fazer valer a Declaração Luso-alemã de 1886 que estabelecia essa fronteira no curso do rio Rovuma. Na verdade, preanunciando as ambições expansionistas alemãs, patentes num novo acordo assinado com a Inglaterra em 1898, e que previa a hipótese da apropriação e divisão por essas duas potências das colónias portuguesas, a Alemanha começou a dar sinais de querer estender a sua área de influência para Sul do Rovuma, facto que motivou a reacção da diplomacia portuguesa numa carta dirigida ao Ministro da Alemanha em Lisboa, datada de 5 de Dezembro de 1892[173]. A questão nunca ficou verdadeiramente resolvida, dando origem ao litígio em torno do triângulo de Quionga, ocupado militarmente pela Alemanha em 1894. Nesta altura, porém, Agostinho de Ornelas já não estava à frente da Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma vez que tinha sido exonerado do cargo, a seu pedido, no dia 18 de Novembro de 1893[174].

A análise da acção de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos no Ministério dos Negócios Estrangeiros permiti-nos, portanto, compreender melhor alguns aspectos da política externa portuguesa, em especial no âmbito das relações com a Alemanha,

[171] Veja-se, em especial, a documentação da caixa 34 do Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos, que integra os fundos do Arquivo e Biblioteca da Madeira.
[172] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 34, documento 35.
[173] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 10, documento 17 (integrado na caixa 34).
[174] Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixa 33, documento 52.

e, pelo menos em parte, os bastidores diplomáticos da crise do Ultimato Inglês. E, de alguma forma, consente-nos vislumbrar o ambiente relativamente restrito da *official mind*[175] do imperialismo português de finais do século XIX.

Conclusão

Ao longo da sua vida, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos distinguiu-se como diplomata e como político, tendo sido deputado e par do Reino, para além de um cultor da literatura alemã, bem como um erudito e um apaixonado pela história e pela genealogia.

Mas indo para além dos aspectos meramente biográficos, o estudo desta importante figura da história insular e, em especial, a análise da documentação que integra o seu arquivo familiar abre diversas perspectivas de investigação sobre a sociedade e a política portuguesas (e europeia) na segunda metade do século XIX. Não se tratando de um arquivo de Estado, o Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos – em conjunto com o Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, que o complementa – engloba um conjunto muito relevante de documentos que nos permitem descortinar o ambiente relativamente restrito dos círculos diplomáticos e governamentais portugueses, para além de nos fornecer uma visão particularmente crítica da vida político-partidária durante a Regeneração. A sua leitura permiti--nos operar historiograficamente em diferentes escalas de análise, tendo em consideração as geografias insular e nacional, mas também, ainda que de forma mais fragmentária, europeia e ultramarina, consentindo ao historiador realizar uma leitura – necessariamente aproximada – de uma parte substantiva do "mundo político" da segunda metade de Oitocentos. O "mundo" de um aristocrata conservador da Ilha da Madeira, arreigado às tradições, fervoroso católico e dedicado servidor da dinastia de Bragança, mas bom conhecedor da Europa culta do seu tempo e que, enquanto diplomata, teve várias experiências de vida no estrangeiro, a mais marcante de todas em Berlim. A este respeito, a documentação revela um homem que, muito embora tivesse permanecido sempre ligado às suas origens na Madeira, em especial à sua quinta na Camacha, se conseguiu inserir na alta sociedade da capital portuguesa, contribuindo para isso não só o seu casamento com a filha dos Condes da Ponte, mas também a sua intensa actividade política, diplomática e literária. Uma actividade

[175] Sobre o conceito de *official mind* veja-se o estudo seminal de ROBINSON e GALLAGHER, 1961, *Africa and the Victorians: The Official Mind of Imperialism*.

que lhe granjeou o respeito dentro e fora de Portugal, sendo disso reflexo as várias condecorações que lhe foram atribuídas e os meios sociais e culturais a que esteve ligado, muito especialmente na Alemanha.

Por outro lado, a partir da leitura dessa documentação conseguimos obter uma visão bastante estruturada dos antecedentes políticos e diplomáticos da crise do Ultimato Inglês, bem como da política filo-germânica prosseguida pelo Governo português a partir de meados da década de 1880, consubstanciada, aliás, na assinatura da Declaração Luso-alemã de 1886. A este respeito, a análise do pensamento e do posicionamento político de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos possibilita-nos compreender de forma mais contextualizada os primórdios da corrente germanófila em Portugal, em especial na Madeira, que esteve longe de ser um fenómeno do século XX, muito menos exclusivo do período entre as duas guerras mundiais. Tal como já perspectivado pelas pesquisas de Gisela Guevara[176], a influência alemã era já significativa na Ilha da Madeira nas primeiras décadas do século XX. E também é conhecida a admiração do círculo intelectual de Oliveira Martins pela acção governativa de Bismarck, se não antes, pelo menos desde a década de 1880. Mas o estudo da figura de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos permiti-nos recuar mais algumas décadas no tempo, demonstrando a influência do modelo político prussiano – e da cultura alemã – entre alguns sectores da aristocracia portuguesa já na década de 1860, ou seja, ainda antes da vitória alemã na guerra franco-prussiana e da constituição do Império da Alemanha. Falando especificamente no espaço insular, podemos porventura remontar a Agostinho de Ornelas as origens da corrente germanófila na Madeira, particularmente forte entre certos sectores das elites da ilha na primeira metade do século XX e que teve no Visconde do Porto da Cruz, Alfredo de Freitas Branco, um dos seus principais protagonistas, o qual operou, contudo, num contexto político e ideológico completamente distinto do da Regeneração.

No que diz respeito à crise do Ultimato Inglês, fica patente que a posição portuguesa de desafio às pretensões britânicas no continente africano radicava na convicção, por parte da diplomacia portuguesa, de que a Alemanha iria assumir uma posição favorável aos interesses de Portugal. E esperava-se que o apoio alemão seria suficiente para dissuadir eventuais ameaças da Inglaterra. Seria esta, pelo menos, a convicção do ministério de Henrique de Barros Gomes, do qual fazia parte Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. Tinham razão, contudo, os que em 1887,

[176] GUEVARA, 1997, *As relações luso-alemãs antes da primeira guerra mundial* […].

aquando do debate na Câmara dos Pares a propósito da ratificação da Declaração Luso-alemã, tinham expresso o seu cepticismo quanto ao suposto apoio alemão e às alegadas vantagens que essa convenção traria a Portugal. A debalde de uma discreta intervenção posterior, mais concretamente aquando da negociação do Tratado Luso-britânico de 1891, a Alemanha manteve a sua neutralidade no momento crítico do Ultimato Inglês, em Janeiro de 1890, decidindo não intervir na contenda entre Portugal e a Inglaterra. Portugal ficou, portanto, sozinho perante o colosso inglês, não tendo outra alternativa senão ceder à intimação do Governo de Londres. Era o falhanço da política filo-germânica seguida por Portugal na segunda metade da década de 1880 e da qual Agostinho de Ornelas seria um dos fautores enquanto estreito colaborador do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Caixas 33, 34, 35, 36, 37 e 38.

Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixas 3 e 4.

Fontes Impressas

Acto Adicional de 24 Julho de 1885, in MIRANDA, Jorge (intr.), 1997, *As Constituições Portuguesas de 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.ª ed., Lisboa, Petrony.

BIKER, Júlio Firmino Júdice, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portugueza Fez Com os Reis e Senhores Com que Teve Relações nas Partes da Asia e África, Desde o Princípio da Conquista até ao Fim do Século XVIII* […], vols. XII e XIII, Lisboa, Imprensa Nacional.

CONSTANCIO, Diogo Augusto de Castro, 1875, *Estatistica methodica do pariato civil e ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de Maio de 1875*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diário da Câmara dos Deputados, 1869.

Diário da Câmara dos Pares, 1883, 1885 e 1887.

Diário do Governo: 7 de Dezembro de 1889, n.º 278; 28 de Dezembro de 1889, n.º 295.

GOETHE, J. W., 1867, *Fausto*, *Tragedia de Goethe*, Parte Primeira, Tradução de Agostinho d'Ornellas, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza.

GOETHE, J. W., 1873, *Fausto*. *Tragedia de Goethe*, Segunda Parte, Traduzida do original em verso portuguez por Agostinho D'Ornellas deputado ás Cortes, Lisboa, Lallemant Frères.

GOUVÊA, António Ayres de, 1860, *Reforma das cadeias em Portugal: resposta ao ponto proposto pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Negócios Externos, 1887, *Documentos apresentados ás Cortes na Sessão Legislativa de 1887 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios Estrangeiros. Negociações relativas á delimitação das possessões portuguezas e allemãs na Africa Meridional*, Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, Agostinho de Ornelas e, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, Precedidas de uma notícia biográfica*, Porto, Ernesto Chardron Editor.

Imprensa

O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, 1884, 1885 e 1890.

Bibliografia

ALMEIDA, Pedro Tavares de, 1991, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.

ANDERSON, Eugene N., 1954, *The Social and Political Conflict in Prussia 1858-1864*, Lincoln, University of Nebraska.

CAETANO, Marcelo, 1967, *Manual de ciência política e direito constitucional*, Lisboa/Coimbra, Coimbra Editora.

CARITA, Rui, 2008, *História da Madeira. O longo século XIX: do Liberalismo à República. A Monarquia Constitucional (1834-1910)*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura.

CLODE, Luiz Peter, 1987, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: sécs. XIX-XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.

CUNHA, Carlos Guimarães da, 2003, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri.

DORES, Hugo Gonçalves, 2014, *Uma Missão para o Império: Política Missionária e o 'novo imperialismo' (1885-1926)*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FERNANDES, Paulo Jorge, 2012, «Os Actos Adicionais à Carta Constitucional de 1826», in *Historia Constitucional*, n.º 13, pp. 563-583.

FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros, 1998, *Arquivo Histórico da Madeira. Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos. Instrumentos Descritivos*, Boletim do Arquivo Regional da Madeira, vol. XXI.

GOMES, Fátima Freitas, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», *Islenha*, n.º 21, pp. 79-109.

GUEDES, Marques, 1935, «Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910», in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, pp. 412-452.

GUEVARA, Gisela, 1997, *As relações luso-alemãs antes da primeira guerra mundial: a questão da concessão dos sanatórios da ilha da Madeira,* Lisboa, Edições Colibri.

GUEVARA, Gisela, 2006, *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

GIFFORD, Prosser e LOUIS, William Roger, 1967, *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule*, New Haven, Yale University Press.

LEAL, Manuel M. Cardoso, 2015, *A Rotação Partidária em Portugal. A Aprendizagem da Alternância Política (c. 1860-1890)*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTINS, Francisco Assis Oliveira, 1944, *O Socialismo na Monarquia: Oliveira Martins e a Vida Nova*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

NOWELL, Charles E., 1982, *The Rose-Colored Map. Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

PÉLISSIER, René, 1986, *História das campanhas de Angola. Resistência e revoltas (1845-1941)*, Lisboa, Editorial Estampa.

PÉLISSIER, René, 1987, *História de Moçambique. Formação e oposição (1854-1918)*, Lisboa, Editorial Estampa.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2024, «O Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Defesa do Padroado Português do Oriente (1874-1880)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, 2024, pp. 649-711.

PIRES, Lídia Maria Cardoso, 1997, *A construção da memória. Sobre a História e as Histórias com Oliveira Martins*, Porto, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

QUINTELA, Paulo, 1987, «Prefácio», in GOETHE, J. W., *Fausto*, trad. de Agostinho de Ornelas de Vasconcelos, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 7-25.

RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.

RIBEIRO, João Adriano, 1995, «Os tumultos no concelho de S. Vicente da Madeira, em 1868», in *Islenha*, n.º 17, pp. 113-122.

ROBINSON, Ronald e GALLAGHER, John, 1961, *Africa and the Victorians: The Official Mind of Imperialism*, Londres, Palgrave Macmillan.

ROTBERG, Robert, 1988, *The Founder: Cecil Rhodes and the Pursuit of Power*, Oxford, Oxford University Press.

SARAIVA, António José, 1990, *A Tertúlia Ocidental*, Lisboa, Gradiva.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1986, *História de Portugal*, vol. IX, Lisboa, Verbo.

SILVA, Fernando Augusto da e MENEZES, Carlos Azevedo de, 1946, *Elucidário Madeirense*, 2.ª ed., vol. III, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

SOUSA, Fernando de, 1977, *O Porto e a revolução de 31 de Janeiro*, Porto, Athena.

TAYLOR, A. J. P., 2022, *Bismarck – O Homem e o Estadista*, 2.ª ed., Lisboa, Edições 70.

TEIXEIRA, Aurora, 2005, «MOURA, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de (1836-1901)», in MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Assembleia da República, pp. 1012-1013.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1990, *O Ultimatum Inglês – Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa.

TELES, Basílio, 1968, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro – Esboço de História Política*, Lisboa, Portugália Editora.

TELO, António José, 1991, *Lourenço Marques na política externa portuguesa, 1875-1900*, Lisboa, Edições Cosmos.

VERÍSSIMO, Nelson, 2000, «Afinidades genealógicas: cartas de Ernesto do Canto para Agostinho de Ornelas de Vasconcelos», in *Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. 4, n.º 1, pp. 101-119.

VIEIRA, Alberto (coord.), 2014, *Debates Parlamentares, 1821-2010. As vozes contra e a favor do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 643-686
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Estevão Pedro de Alencastre (1876-1940) – Uma Criança da Ilha do Porto Santo que se Tornou Bispo do Hawaii[1]

Estevão Pedro de Alencastre (1876-1940) – A Child from Porto Santo Island who Became Bishop of Hawaii

Susana Caldeira[2]

Resumo

O arquipélago da Madeira, ao longo do século XIX, sofreu adversidades sociais e económicas que obrigaram a transformações radicais no modo de vida das ilhas e das populações. A prosperidade da economia das ilhas, sustentada na indústria e no comércio do vinho, sofreu um tremendo abalo quando as vinhas foram atacadas por doenças como o *oidium* (1852) e a filoxera (1872) que dizimaram os campos agrícolas e deixaram a população numa situação de miséria extrema. Para fugir à fome e à morte certa num solo estéril, a emigração surgiu como a salvação possível de famílias

[1] Embora em português seja corrente usar a grafia "Havai" para designar o arquipélago, optámos pela grafia original. Usaremos, todavia, a palavra "havaiano" quando designarmos os seus habitantes, ou algo referente ao Hawaii.

[2] Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawaii, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros. Dedica-se atualmente a temas no âmbito da cultura e literatura insulares, publicando com regularidade em revistas científicas regionais e internacionais. É docente em mobilidade no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, onde faz investigação e é membro do Conselho Editorial da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série; faz também parte do Conselho Editorial da revista *Islenha* e é membro do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (CEC). Contacto: susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt.

inteiras. Foi o caso da família de Estevão Pedro de Alencastre (1876-1940) que, entre tantas outras, abandonou a ilha do Porto Santo e rumou ao Hawaii, na esperança de uma vida melhor. É a esta figura, que saiu da sua ilha com apenas seis anos, e que em 1924 se tornou bispo do Hawaii, que dedicamos este artigo. O papel que desempenhou na diocese havaiana e na vida das populações contribuiu para o desenvolvimento das ilhas e valeu-lhe o cognome de *O Edificador*. Erigiu escolas e igrejas em todas as ilhas, priorizou a educação e a formação dos jovens, e empenhou-se em aumentar o corpo missionário naquele arquipélago onde a religião católica crescia a cada dia. A comunidade portuguesa, e em especial a madeirense, jamais se esqueceu desta figura ímpar da História do Hawaii.

Palavras-chave: Porto Santo; Madeira; Emigração; Hawaii; Bispo; Estevão Pedro de Alencastre.

Abstract

The Madeira Archipelago, throughout the 19th century, faced social and economic adversities that dictated radical transformations in the islands' way of life and that of their populations. The islands' economic prosperity, sustained by the wine industry and trade, suffered a tremendous blow when the vineyards were attacked by diseases such as oidium (1852) and phylloxera (1872), which devastated the agricultural fields and left the population in a state of extreme poverty. To escape hunger and certain death on barren land, emigration emerged as the possible salvation for entire families. This was the case for the family of Estevão Pedro de Alencastre (1876-1940) who, among many others, left the island of Porto Santo and headed for Hawaii, hoping for a better life. This article is dedicated to this figure, who left his island at only six years old and became the Bishop of Hawaii in 1924. The role he played in the Hawaiian diocese and in the lives of the population contributed to the development of the islands and earned him the nickname *The Builder*. He erected schools and churches on all the islands, prioritized the education and training of the youth, and endeavored to increase the missionary body in that archipelago where the Catholic religion was growing every day. The Portuguese community, especially those from Madeira, has never forgotten this unique figure in the history of Hawaii.

Keywords: Porto Santo; Madeira; Emigration, Hawaii; Bishop; Estevão Pedro de Alencastre.

Imagem I – Bispo Estevão de Alencastre (ant. 1940)



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Jacinto da Conceição Nunes, n.º inv. JCN/175.

A emigração madeirense é um fenómeno que tem suscitado o interesse e a curiosidade de leigos e estudiosos ao longo dos tempos. Estudam-se as causas dos grandes fluxos migratórios, analisam-se consequências, fazem-se estatísticas e, entre outras coisas, relatam-se histórias. Principalmente as daqueles que, à custa de muito trabalho, vingaram na vida e regressaram à sua terra natal trazendo a prosperidade ganha e a notoriedade conquistada além-fronteiras.

Raramente, porém, são suficientemente enaltecidos os que, tendo vingado em terras longínquas, ficaram para além do mar, aqueles que, honrando o nome da Madeira, deixaram nas terras de acolhimento o fruto das suas vidas. Quantos deles ficaram desconhecidos dos seus conterrâneos ilhéus e apenas vivos na memória do povo que os acolheu e nos arquivos de outras paragens? Inúmeros, com certeza, ainda mais se a avaliação dos seus sucessos se balizou pelos parâmetros da fortuna conquistada.

Imagens II e III – Placas identificando a «Rua D. Estêvão Alencastre – Bispo do Hawaii» (2002 e 2024)





Fonte: Fotografias da autora.

Uma das principais ruas da ilha do Porto Santo tem o nome de «Rua D. Estevão de Alencastre – Bispo de Hawaii». Há mais de 20 anos, quando nos interessámos sobre esta temática, inquirimos sobre a enigmática figura a residentes na ilha, comerciantes estabelecidos nessa mesma rua há largos anos e até forasteiros. A resposta estaria escondida na memória ou nos papéis de algum curioso, num arquivo eclesiástico ou camarário, mas saber ao certo, quase ninguém sabia, e até o facto de se tratar de um porto-santense só de poucos era conhecido.

É, pois, nosso propósito, com este artigo, dar a conhecer este ilustre conterrâneo, essa figura empreendedora e venerada que levou o nome do Porto Santo, da Madeira e de Portugal às terras longínquas do Pacífico que compõem o arquipélago havaiano.

O bispo do Hawaii, como ficou por nós conhecido D. Estevão de Alencastre[3], nasceu na ilha do Porto Santo no dia 3 de novembro de 1876, no bairro da Vila. Era filho de Lúcio José de Alencastre e de Augusta Leopoldina Cândida Vasconcelos Baião de Alencastre, naturais daquela ilha. O pai nasceu a 19 de abril de 1840, sendo batizado a 26 do mesmo mês na igreja de Nossa Senhora da Piedade[4]. A mãe nasceu a 26 de maio de 1843, tendo sido batizada a 16 de junho do mesmo ano pelo padre Cristóvão Coelho de Meneses e apadrinhada pelo capitão José Sebastião da Silva e Moura e D. Maria Cândida[5]. Os avós paternos eram Francisco António de Alencastre e Maria de Ornelas, moradores nas Pedras Pretas, e os avós maternos João Alexandre Baião e Leopoldina Cândida de Vasconcelos Baião, moradores na Vila.

A 30 de Janeiro de 1864, na igreja de Nossa Senhora da Piedade, casaram os seus pais, ele com 23 e ela com 20 anos de idade[6]. Presidiu à cerimónia o padre João Balbino Gomes e foram padrinhos Teodoro João Pestana[7], cura do Porto Santo, e António de Ornelas e Brito, proprietário naquela ilha.

Estevão Pedro de Alencastre foi o terceiro filho do casal. O irmão mais velho nasceu a 29 de abril de 1869 e no seu batismo, a 9 de maio do mesmo ano, recebeu o nome de Estevão[8]. Foram seus padrinhos Estevão Sebastião Drummond, vigário na ilha do Porto Santo, e Fortunata Augusta de Castro. A 3 de maio de 1874 nasceu Alexandre, o filho do meio, batizado a 17 de maio desse ano e apadrinhado por Justiniano José Lomelino Serpa, proprietário naquela ilha[9].

---

3 É importante salientar que o seu nome de batismo é Pedro. Só já adulto, quando entrou no noviciado da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, em Louvain, é que tomou o nome de Stephen, em homenagem ao bispo Stephen Jerome Rouchouze, o primeiro bispo católico das ilhas havaianas. Vd. *Honolulu Star-Bulletin*, 11 de novembro de 1940, p. 3, e 13 de setembro de 1941, p. 2; FERRARIS, 2000, *Remembering: 175 Years of Mission SS. CC. in Hawaii*, p. 15. É, pois, a partir da tomada das ordens que passa a assinar toda a documentação particular e oficial como Stephen P. [Pedro] Alencastre. Para facilitar a leitura e identificação, vamos optar, ao longo do artigo, pelo nome Estevão de Alencastre.

4 Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Paroquiais, Porto Santo, Batismos, liv. 988, fl. 47.

5 ABM, Paroquiais, Porto Santo, Batismos, liv. 988, fl. 104 v.º. De acordo com o registo, o batismo teve lugar em casa «por assim o exigirem as circunstâncias».

6 ABM, Paroquiais, Porto Santo, Casamentos, liv. 6298, fls. 2 e 2 v.º.

7 Nasceu a 21 de outubro de 1830 e faleceu a 20 de julho de 1889. Todas as referências publicadas neste artigo que dizem respeito às datas de nascimento, ordenação e falecimento de párocos – entre outras informações suplementares e pontuais –, foram, na sua totalidade, gentilmente cedidas pela Câmara Eclesiástica do Funchal, na pessoa de Sua Excelência Reverendíssima o Sr. D. Teodoro de Faria, bispo emérito do Funchal.

8 ABM, Paroquiais, Porto Santo, Batismos, liv. 6269, fl. 11 v.º.

9 ABM, Paroquiais, Porto Santo, Batismos, liv. 6274, fls. 12 e 12 v.º.

Imagem IV – Casa no Porto Santo onde viveu a família Alencastre (ant. 1957)



Fonte: ABM, MFM-AV, Eduardo Nunes Pereira, n.º inv. ENP/276.

Foi pelas duas horas da madrugada do dia 3 de novembro de 1876 que nasceu o terceiro filho, aquele que mais tarde viria a ser bispo do Hawaii. A 12 de novembro de 1876, nove dias após o seu nascimento, os seus pais levaram-no à igreja paroquial de Nossa Senhora da Piedade, localizada na Vila da ilha do Porto Santo, para aí receber o sacramento do batismo pelas mãos do vigário Estevão Sebastião Drummond[10]. Do seu registo de batismo consta apenas o nome Pedro[11]. O seu padrinho foi Manuel Gregório Pestana, escrivão interno da Fazenda naquele concelho e aí residente, de quem encontramos referência em alguns periódicos madeirenses do final do século XIX.

Antes de nos debruçarmos exatamente sobre a vida de Estevão de Alencastre enquanto bispo, importará certamente contextualizar a deslocação desta e de tantas outras famílias para um destino tão longínquo e, de certa forma, na medida do possível, traçar o seu percurso familiar, académico e sacerdotal naquele arquipélago.

[10] Nasceu a 26 de dezembro de 1843, foi ordenado padre a 16 de março de 1867 e faleceu em 1890.
[11] ABM, Paroquiais, Porto Santo, Batismos, liv. 6276A, fl. 43.

A emigração para as ilhas Sandwich[12], outra designação para o arquipélago do Hawaii[13], marcou a sociedade madeirense por um período que se estendeu desde 1878 até 1913. Na origem dos grandes fluxos migratórios que se registaram a partir da Madeira e do Porto Santo, neste final de século, estavam o crescimento populacional e as graves crises económicas que atingiam, sobretudo, as populações rurais. A prosperidade da economia das ilhas, sustentada na indústria e no comércio do vinho, sofreu um tremendo abalo quando as vinhas foram atacadas por doenças como o *oidium* (1852) e a filoxera (1872) que dizimaram os campos agrícolas e deixaram a população numa situação de miséria extrema. Para fugir à fome e à morte certa num solo estéril, a emigração surgiu como a salvação possível de famílias inteiras.

Se a situação na ilha da Madeira era desesperante, não será difícil imaginar os constrangimentos na ilha do Porto Santo onde a chuva sempre escasseou e o solo era menos fértil, não produzindo o sustento da população, e nem sequer pasto suficiente para alimentar o gado. Ao longo dos anos, os periódicos insistiam em títulos que destacavam os horrores da fome no Porto Santo e a triste situação daqueles ilhéus votados ao abandono. Silva e Meneses realçavam que «[a]s crises, que de vez em quando surgem nessa ilha, especialmente determinadas por largas estiagens […], são uma visão aterradora para os seus habitantes, vivendo sempre na perspectiva do espectro da fome com todos os horrores que a acompanham»[14]. Também os estrangeiros que visitavam a ilha ficavam mal impressionados e, não raras vezes, faziam algumas doações em géneros ou em dinheiro para ajudar a população. Em 1881, pouco antes da partida da família Alencastre rumo ao Hawaii, encontramos um testemunho de Rendell que nos diz o seguinte: «The Island of Porto Santo is of little value; it produces some corn and wine, and a good breed of working oxen, but often suffers from want of water. […] The town is poor, and the

[12] Nome atribuído às ilhas do Hawaii pelo famoso capitão da Armada Britânica, James Cook (1728-1779), o primeiro europeu a descobrir as ilhas (18 de janeiro de 1778), acompanhado das suas tripulações a bordo do *Resolution* e do *Discovery*. Fê-lo em homenagem ao quarto Conde de Sandwich, John Montagu (1718-1792), seu patrono e primeiro Almirante da Armada Britânica, cujo interesse como explorador levou a tal descoberta no Pacífico. «No entanto, sabe-se que em 1818, o rei Kamehameha I protestou contra o nome atribuído, declarando que cada ilha deveria ser chamada pelo seu próprio nome, e o grupo de ilhas "Ilhas do Rei de Hawaii" (Golovnin). O nome Sandwich Islands continuou a ser usado durante muitos anos, mas nas comunicações oficiais tornou-se, gradualmente, obsoleto depois de 1844», in S.A., 1970, *Names and Insignia of Hawaii*.

[13] Arquipélago pertencente à Polinésia, situado no Oceano Pacífico e anexado aos Estados Unidos da América em 1899. É composto por mais de cem ilhas, mas as conhecidas são as únicas oito habitadas: Oahu (onde se situa a capital: Honolulu), Big Island ou Ilha Grande (também conhecida simplesmente por Hawaii), Maui, Kauai, Molokai, Lanai, Niihau e Kahoolawe.

[14] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 123.

Island uninviting, except, perhaps, to the geologist»[15]. Os periódicos madeirenses justificavam a saída de tantos emigrantes através da suspensão de trabalhos das obras públicas devido à falta de crédito[16], e ainda pela generalizada falta de trabalho que se sentia na Madeira que obrigavam os madeirenses a procurar os meios de subsistência no estrangeiro[17]: «Foram mais 467 os infelizes que deixaram a sua pátria por não terem onde ganhar o pão de sua subsistência, e parece que estão mais de 2000 pessoas resolvidas a partir assim que tenham embarcação que as conduzam. É medonho o estado desta ilha, sem termos outro recurso além da emigração»[18].

A estes fatores sociais e económicos que depauperavam as ilhas, associava-se uma feroz propaganda que fomentava fortemente a emigração para aquele próspero arquipélago do Pacífico, em tudo semelhante ao da Madeira:

> «póde perguntar-se, que mal poderá advir á Madeira de uma emigração regular para as ilhas de Sandwich? É fóra de dúvida, que esta terra tem hoje o maximo da população que póde sustentar. [...] Só uma grande precisão de prover á subsistência póde determinar o povo a subjeitar-se a um trabalho tão fragoso e tão pouco lucrativo: a alimentação pobre e as habitações miseraveis da gente do campo veem corroborar esta asserção. [//] O augmento da população, resultante do excesso dos nascimentos sobre os obitos, terá forçosamente de ir procurar algures os meios de subsistência. [//] As ilhas Hawaianas, com a sua população escassa e os seus vastos recursos, estão aptas para receber, durante uma longa série de annos ainda, todo o homem, mulher ou creança que a Madeira ou os Açores poderem dispensar; e não serão precisos muitos annos, para que os portuguezes excedam em numero as outras nacionalidades, e virtualmente conquistem a direcção dos destinos daquelle paiz. A pátria receberá, de tempos a tempos, a riqueza acumulada por alguns dos seus filhos, e desenvolver-se-há um commercio que, tanto para estes, como para aquella, deve ser proveitoso»[19].

---

[15] RENDELL, 1881, *A handbook of Madeira* […], p. 29.

[16] *A Voz do Povo*, 25 de setembro de 1879, p. 1.

[17] *A Voz do Povo*, 3 de maio de 1879, p. 2; 5 de julho de 1879, p. 1.

[18] *A Voz do Povo*, 2 de agosto de 1879, p. 1.

[19] S.A., 1878, *Breve Noticia Ácerca das Ilhas Sandwich e das vantagens que ellas offerecem á emigração que as procure*, pp. 20-21. Hoje sabemos que o autor deste panfleto foi o Doutor Wilhem Hillebrand, um médico e botânico alemão que viveu 20 anos no Hawaii (1851-1871), sendo também conselheiro do rei e coadjutor na empresa de importar imigrantes asiáticos para as plantações sacarinas do arquipélago havaiano. Em 1876 fixou-se na Madeira (em Santana) numa tentativa de restabelecer a saúde da mulher que sofria de uma doença pulmonar: «Eu vim para esta ilha com o objetivo de recuperar a saúde da minha esposa, se possível», in Hawaii State Archives, 30 de agosto de 1877, Correspondência de Hillebrand, Departamento do Interior. O arquivo estatal do Hawaii é rico na correspondência trocada entre este médico e o rei havaiano, convencendo-o de que os madeirenses seriam os colonos ideais para povoar e trabalhar aquelas terras do Pacífico. Também no ABM encontrámos uma carta do Governador Civil do Funchal, enviada para o Ministro do Interior do Hawaii, acusando a receção de um ofício, acompanhado do referido panfleto e mencionando a sua autoria. Vd. ABM, Governo Civil do Funchal, Autoridades Diversas (Registo de Correspondência), liv. 95, assento 590, fls. 97 v.º e 98. Para um perfil de Wilhelm Hillebrand, vd. POPE, 1918, «William Hillebrand», pp. 53-60.

O panfleto de Wilhem Hillebrand, com as suas descrições de uma terra promissora, com as constatações óbvias de uma Madeira com excesso de população, vivendo uma crise económica grave, e com um apelo aliciante à emigração, teve o impacto esperado, sobretudo na comunidade rural que via nascer uma oportunidade de um futuro mais risonho, ainda que isso significasse rumar a uma terra desconhecida, abandonando para sempre o torrão natal. Tendo terminado o panfleto em 1877 – «[a]cabei ontem o panfleto sobre as Ilhas Sandwich [...] o manuscrito está nas mãos do tradutor e será divulgado, assim que possível, em 400 a 500 cópias, parte das quais eu tenciono enviar para os Açores»[20] –, rapidamente as autoridades dos dois países e as companhias de navegação se organizaram para levar a cabo uma emigração massiva que em muito convinha aos dois arquipélagos[21]. Facto é que, a primeira leva de emigrantes portugueses para o Hawaii, totalmente composta por madeirenses, deixou o porto do Funchal na primeira semana de junho de 1878, a bordo da barca alemã *Priscilla*, tendo, ao fim de 120 dias de viagem, chegado ao seu destino. Depois deste primeiro fluxo, seguiu-se um outro navio, o *Ravenscrag*, em 1879, também exclusivamente composto por emigrantes madeirenses, observando-se um *continuum* nesta emigração que passou, depois, a transportar também famílias do arquipélago dos Açores e, só muito mais tarde (a partir de 1911), também do continente português.

Aos efeitos propagandísticos que apelavam à emigração para o Hawaii juntou-se um tratado estabelecido entre Portugal e aquele reino, em 5 de maio de 1882, que estipulava os termos de contratação dos emigrantes[22], e que segundo a correspondência do Governador Civil, de 30 de outubro de 1882[23], teria sido publicado no Diário do Governo a 19 de maio desse ano.

---

[20] Hawaii State Archives, 23 de novembro de 1877, Correspondência de Hillebrand, Departamento do Interior.

[21] No caso do Hawaii, o recrutamento de imigrantes prendia-se com dois vetores: «por um lado, existia uma necessidade premente de trabalhadores que pudessem garantir a ascensão da economia, baseada nas plantações de cana-de-açúcar. Por outro lado, coexistia a urgência de levar sangue novo até as ilhas, numa tentativa de evitar a extinção da raça. O problema permanente do Hawaii persistia: sem população, o reino havaiano não existiria, sem trabalhadores, as indústrias agrícolas não se desenvolveriam. Não bastava, porém, recrutar trabalhadores, o Hawaii precisava de famílias, precisava de mulheres, de modo a estabilizar o equilíbrio dos sexos e garantir o normal crescimento da população, precisava de crianças que, a seu tempo, seriam indivíduos ativos e cidadãos que haviam de pagar impostos», in CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirenses*, p. 59.

[22] Cf. SPRANGER, 2001, «O Quotidiano dos Ilhéus no Hawai após o contrato no século XIX», p. 159.

[23] ABM, Governo Civil do Funchal, Autoridades Diversas (Registo de Correspondência), liv. 141, assento n.º 1051, fl. 54 v.º.

Não nos cabe aqui dissertar sobre os pormenores específicos deste fenómeno migratório, que fizeram parte de uma investigação mais lata no passado[24]. Interessa-nos referenciar alguns factos para que, de algum modo, percebamos em que condições o jovem Pedro e a sua família abandonaram o Porto Santo, em 1883, rumo à "Terra Prometida" ou "Terra Nova".

Segundo os registos de batismos e registos de passaporte requeridos por Lúcio José de Alencastre[25], a família, em 1883, morava no bairro da Vila da ilha do Porto Santo. A mãe de D. Estevão de Alencastre prestava serviços domésticos e o pai era lavrador e proprietário. De acordo com os imensos registos que fomos encontrando na imprensa local, é de supor que a família vivesse nas dificuldades económicas naturais daqueles que subsistem do trabalho árduo da agricultura, numa ilha árida e de solo pouco fértil devido à escassez de chuva. Os anúncios de navios para as ilhas Sandwich passaram a ser presença constante nos periódicos madeirenses, aliciando o povo que depressa acedeu à chamada, enquanto tantos, em escritos mais ou menos críticos, lamentavam a sorte dos infelizes chefes de família, que compunham "o grosso" dos emigrantes ou acusavam o Governo português de nada fazer para pôr fim a tal flagelo emigratório:

> «V. Ex.a. sabe que a ilha do Porto Santo tem estado reduzida a um tal estado de miséria que se anda a pedir esmola para ela, pelo estrangeiro e repetidos têm sido os bailes que se tem dado no Funchal, a fim de beneficiar aquela pobre gente. [...] Mas não é só o Porto Santo que se encontra nestas circunstâncias. Nas mesmas está também a ilha da Madeira, em grande parte. [...] A fome entrou já nas casas dos lavradores, a miséria lavra por toda a parte; braços válidos de centenas de homens não encontram trabalho; e o resultado é o que aí vemos – a emigração, que começa hoje em quase mil pessoas e que amanhã há de ser duas mil ou mais, sem se atentar nas funestas consequências que advêm de um tal estado de coisas. Não são os vadios, os mandriões, os ambiciosos e aventureiros que emigram; mas os chefes de família, os homens válidos para o trabalho, os operários e lavradores que abandonam o lar doméstico, a sua paróquia, a terra onde nasceram»[26].

---

[24] Vd. CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirenses*.

[25] Analisando o passaporte da família, percebemos que em janeiro de 1883, ainda no Porto Santo, Lúcio José de Alencastre requisitou ao pároco local as certidões de batismo do casal e dos filhos e, pela mesma altura, a sua certidão de casamento. Depois, ter-se-ão deslocado para o Funchal onde terão tratado da restante documentação necessária, como sejam os registos criminais, passados em março de 1883. O passaporte terá sido passado no dia 3 de abril de 1883, onde se diz que o casal «pretende seguir viagem para Sandwich», e onde se apresentam os principais traços físicos de cada viajante. No passaporte diz-se que Estevão Pedro de Alencastre embarcara com sete anos, o que não corresponde à verdade pois só os completaria no dia 3 de novembro desse ano. Vd. ABM, Governo Civil do Funchal, Processos de Passaporte, cx. 34, n.º 93, passaporte n.º 181.

[26] Extrato do discurso pronunciado na Câmara dos Senhores Deputados, na sessão de 7 de maio de 1883, pelo deputado por Santa Cruz, in *A Voz do Povo*, 7 de junho de 1883, pp. 1-3.

Em maio de 1883, chegou mesmo a nomear-se uma comissão que teria por «encargo especial, estudar e propor os meios de remover as causas que possam influir num facto social, que tanto prejudica o desenvolvimento da riqueza nacional, e providenciar para que a população que procura emigrar se radique no país e concorra para o arroteamento e povoação dos terrenos desabitados e incultos»[27]. O próprio Governador Civil do Funchal foi aconselhado, pelo cônsul de Portugal no Hawaii, a não aceitar os «contratos em péssimas condições» que o Governo daquelas ilhas tratava de fazer com os agentes de emigração na Madeira[28]. Não obstante as críticas, os conselhos e os apelos, a emigração madeirense para o Hawaii não foi descontinuada.

No início do mês de abril de 1883, podíamos ler num periódico local: «Excedem a quinhentas as pessoas comprehendidas nas guias de embarque, passadas na administração d'este concelho, as quaes se destinam a fazer viagem como emigrantes, no vapor inglez "Hankow", que é esperado neste porto a 25 do corrente. A maior parte destes infelizes são chefes de família»[29]. Com efeito, a 26 de abril de 1883, deu-se a saída do vapor inglês *Hankow* (a décima embarcação que rumava ao Pacífico a partir das ilhas portuguesas atlânticas) que, após uma passagem pelo arquipélago dos Açores para recolher emigrantes, transportou para o Hawaii 1462 passageiros, entre os quais se contavam 427 homens, 317 mulheres e 718 crianças[30].

Foi precisamente neste navio que seguiu para as ilhas Sandwich a família Alencastre. Somos levados a concluir que, como tantos outros, também estes partiram à procura de uma vida melhor e mais próspera, levando consigo um contrato de trabalho (possivelmente para uma plantação de cana sacarina) e uma

---

[27] *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1883, p. 2.

[28] ABM, Governo Civil do Funchal, Correspondência Entrada (Registo de), liv. 375, assento n.º 29, ofício de 30 de junho de 1884, f. 52.

[29] *Diário de Notícias*, 8 de abril de 1883, p. 2.

[30] Cf. CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirenses*, p. 262. A crermos na imprensa local, da Madeira teriam partido 956 indivíduos. Vd. *A Voz do Povo*, 27 de abril de 1883, p. 2. É curioso perceber que o número de crianças embarcadas era sempre muito superior ao expectável, até porque tal facto implicava custos para a Junta de Imigração havaiana. Eis a explicação: «A percentagem dos custos, pagos pelos plantadores para o transporte das mulheres, devia ser pago em deduções mensais, a partir dos salários dos homens e respetivas mulheres. As crianças dos doze aos treze anos poderiam ser contratadas para trabalhar por quatro dólares mensais, dos treze aos catorze anos, a cinco dólares, e dos catorze aos quinze, por seis dólares. O custo da passagem das crianças com idades inferiores a doze anos continuaria a ser pago pela Junta de Imigração. Os enormes gastos do Governo, no que diz respeito a esta matéria, só se tornariam proveitosos a longo prazo, quando estas crianças pagassem impostos como cidadãos», in COMAN, 1903, *The History of Contract Labor in the Hawaiian Islands*, p. 30.

bagagem cheia de esperança num futuro mais venturoso. E esta família, tal como a grande maioria das famílias que empreenderam a longa viagem rumo a uma terra desconhecida que os recebia, cairia no esquecimento dos madeirenses e porto-santenses, não fosse pela ilustre figura do seu filho mais novo, Estevão Pedro de Alencastre, que se fez bispo e que, enquanto tal, serviu a sua diocese com amor e dedicação, contribuindo também para que a memória portuguesa perdurasse nessa terra longínqua.

Curiosamente, anos mais tarde, um jornal havaiano escreveria o seguinte:

> «Horn, and across the Pacific, the hundreds of newcomers eagerly set foot on Hawaiian soil, holding rosy dreams of what the future might have in store for them. But none of them imagined that among their group was a future bishop in change of the wideflung Catholic affairs of the Hawaiian Islands. Least of all did the thoughts of little 6-year-old Peter Alencastre turn in this direction»[31].

Numa espécie de entrevista/relato, neste periódico havaiano, o já então bispo Estevão de Alencastre dizia não ter grandes recordações da viagem propriamente dita. A travessia durou 66 dias e, de acordo com registos vários, nem tudo correu bem. Antes da partida, e após a subida dos emigrantes a bordo, o navio poderia permanecer ainda no porto do Funchal, entre três a seis dias, para que certas formalidades fossem cumpridas. O abastecimento de provisões era de suma importância:

> «O vapor inglês Hankow, surto neste porto e que se destina amanhã para Sandwich com emigrantes desta ilha, leva as seguintes provisões: 10.000 kg de carne fresca e carneiro, 6.000 de sopa em lata, 11.000 de bacalhau, 40.000 de semilha, 8.500 de arroz, 5.500 de feijão, 2.900 de ervilha, 25.000 de bolacha, 8.500 de farinha, 10.000 de farinha de milho, 8.400 de açúcar, 2.500 de fruta seca, 3.400 de melaço, 450 de chá, 1.250 de café, 2.200 de sal fino, 60 de pimenta, 4.546 litros de vinagre, 181 de sumo de limão, 3 cascos de azeite doce, 1.000 kg de manteiga de porco, 5.500 de farinha de aveia, 65.466 litros de água e 2 filtros que destilam 10.911 litros de água em 24 horas»[32].

Apesar deste abastecimento, demos conta de cartas de passageiros – que escreviam para as suas famílias na Madeira – a relatar maus-tratos, falta de comida, fome e doenças a bordo do *Hankow*. Algumas destas cartas foram publicadas nos periódicos madeirenses, até para dissuadir outras pessoas de emigrar. O periódico *O Direito*, por exemplo, publicou duas cartas de passageiros deste navio. Numa delas,

[31] *Honolulu Star-Bullletin*, 21 de setembro de 1935, secção III, p. 1.
[32] *Diário de Notícias*, 25 de abril de 1883, p. 2.

João de Abreu Pereira[33] revelava que «temos sido muito mal tratados», e João de França[34], para além de também mencionar os maus-tratos, acrescentava:

> «Com respeito ao comer, muita fome. Quanto à gente, o nosso rancho da manhã é café, mas ninguém o bebe, o jantar são três semilhas podres a cada pessoa, o milho azedo, a farinha de aveia, come-se com muito custo. O arroz é bom. A ração que cabe a mim e à minha família é um prato que quase duas crianças comem, a gente tem de comer bolacha e água para se poder aguentar a vida»[35].

Fala ainda da boa saúde do casal e da menor sorte dos seus filhos: «Quanto a Maria e a Cristina, estão com sarampo e Manuel, a sua doença é a barriga»[36]. De facto, após a chegada do navio, no relatório do cônsul português no Hawaii, António de Sousa Canavarro, este informava que haviam nascido 20 crianças a bordo e lamentava a morte de três mulheres e de 54 crianças, vítimas de uma epidemia de sarampo[37]. Informava ainda, no mesmo ofício, que à chegada a Honolulu os passageiros haviam apresentado um abaixo-assinado, queixando-se da má qualidade da comida e da insuficiente alimentação.

Estevão Pedro de Alencastre não tinha estas memórias da viagem e também não se recordava se, à chegada, a família ter-se-ia ou não dirigido à Catedral de Nossa Senhora da Paz (em Fort Street, Honolulu) para agradecer a Deus o facto de terem aportado sãos e salvos após a longa travessia. Disse apenas que era possível, uma vez que toda a família, e sobretudo a mãe, era muito religiosa. Lembrava-se, no entanto, de se aborrecer com os presságios da sua devota mãe que insistia em repetir que o seu filho seria padre: «As a boy I had no intention of entering the ministry. It just never entered my mind. But I remember my mother always thought I should become a priest […]. If I thought of it all, it perhaps irritated me slightly, that she was so sure»[38].

---

[33] João de Abreu Pestana era madeirense, natural da freguesia de São Pedro, casado com Rosalina Pestana. Vd. ABM, Governo Civil do Funchal, Processos de Passaporte, cx. 35, n.º 99, passaporte n.º 196.

[34] João de França era um madeirense, natural da freguesia de São Pedro, casado com Joana Pereira de França. Vd. ABM, Governo Civil do Funchal, Processos de Passaporte, cx. 35, n.º 24, passaporte n.º 222.

[35] *O Direito*, 29 de agosto de 1883, p. 2.

[36] *O Direito*, 29 de agosto de 1883, p. 2.

[37] Vd. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Cartas de Canavarro, ofício de 25 de julho de 1883, n.º 64, cx. 1067.

[38] *Honolulu Star-Bulletin*, 22 de dezembro de 1926, p. 6, e 21 de setembro de 1935, secção III, p. 1. Anos mais tarde, após a morte do bispo, o mesmo periódico repete o que havia publicado antes: «At the age of 12 he entered St. Louis College in Honolulu. During those formative years he showed no special signs of piety, but was very energetic and active in all sorts of boyish pranks. His mother, however, used to tell friends "Peter will become a priest"», in *Honolulu Star-Bulletin*, 11 de novembro de 1940, p. 3.

Sendo a sua família católica, é natural que à sua chegada ao Hawaii tenham sido recebidos pelos portugueses católicos que lá residiam e que, em 1883, formavam já uma grande comunidade e congregação.

A chegada da Igreja Católica Romana ao Hawaii remonta a 7 de julho de 1827[39] quando, a convite do Papa Leão XII e do príncipe reinante das ilhas havaianas, um pequeno grupo de missionários católicos da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria[40], num ato de coragem e dedicação, decidiu atravessar o globo e levar Cristo a um povo que não conheciam. A sua missão não foi fácil e, apesar de terem sido perseguidos e deportados para a Califórnia pelo Governo havaiano[41], os padres voltaram às ilhas e aí permaneceram ao abrigo de um tratado estabelecido entre o Governo francês e a Monarquia havaiana[42], em 1839, assim mudando o destino da Igreja Católica no Hawaii para sempre.

Com o florescimento da fé e o rápido aumento do número de católicos nas ilhas havaianas, tornou-se também imperiosa a construção de escolas que formassem professores e que assegurassem a educação católica[43]. O progresso das ilhas e o crescimento da Igreja Católica exigiam a presença de mais membros do clero e, a partir de 1878, a emigração portuguesa para as plantações de cana-de-açúcar foi em tão grande número que o então bispo do Hawaii, o bispo Bernard Hermann Koeckemann, sentiu necessidade de chamar padres portugueses que pudessem

[39] KUYKENDAL, 1965, *The Hawaiian Kingdom* […], vol. I, p. 140.

[40] Congregação francesa fundada pelo abade Marie Joseph Coudrin, figura heroica da Revolução Francesa, e também conhecida por "Picpus Fathers", por estar sediada na rua Picpus, em Paris. Vd. S.A., 1901, «The Catholic Church in Hawaii», p. 55.

[41] Ao abrigo de um decreto do rei: «An Ordinance Rejecting the Catholic Religion», de 18 de dezembro de 1837, que interditava, categoricamente, o catolicismo nas ilhas havaianas. O Protestantismo era a religião oficial no Hawaii, sobretudo protegida por Kaahumanu, a "Kuhina Nui" (primeira rainha e segunda em autoridade. O príncipe regente não podia tomar qualquer medida oficial sem o seu consentimento), que, a princípio, tratava os missionários protestantes com algum desdém e desconfiança, transformando-se mais tarde na sua mais fervorosa adepta e professando publicamente a sua crença na nova religião em 1825. Quando Kaahumanu, a rainha em exercício, percebeu que os católicos começavam a converter alguns dos nativos, ficou indignada e mandou fechar a capela, por eles erigida em 1829, ameaçando de prisão e de trabalhos forçados todos aqueles que professassem tal religião. Vd. KUYKENDAL, 1965, *The Hawaiian Kingdom* […], vol. I, pp. 163-164.

[42] Cf. BUNSON, 1977, *Faith in Paradise* […], pp. 45-46. Diga-se, a título de curiosidade, que o Governo francês reagiu mal à expulsão dos missionários católicos e que, de modo a proteger os seus súbditos, enviou para o Hawaii a fragata *L'Artemise*, sob o comando do capitão Laplace, que apresentou um ultimato ao rei, exigindo a liberdade e a proteção, religiosas e pessoais, dos súbditos franceses. Vd. KUYKENDAL, 1965, *The Hawaiian Kingdom* […], vol. I, pp. 163-167.

[43] A primeira escola deste género teria sido edificada em Honolulu em 1841: "Honolulu Normal School for Teachers". Vd. KUYKENDAL, 1965, *The Hawaiian Kingdom* […], vol. I, p. 111.

assistir às muitas famílias católicas que aí se estabeleciam e que, no virar do século, formavam já 10% da população das ilhas do Hawaii[44].

Por altura da chegada de Estevão de Alencastre e da sua família ao Hawaii, em 1883, o episcopado havaiano estava ainda nas mãos do notável e dedicado bispo Koeckemann[45]. A família estabeleceu-se, primeiramente, em Hilo, na ilha grande, também conhecida como Ilha de Hawaii. Aí residiram durante um ano, tendo depois mudado para Waimea, na ilha de Kauai, onde não existia, na altura, uma igreja católica. Foi quando se mudaram para Hana, na ilha de Maui, que Estevão de Alencastre começou a tomar parte ativa na vida da missão católica: ajudava e acompanhava o pároco (o padre Anachaire) nas missas e nas suas deslocações a pé e a cavalo: «Peter became a mission boy, accompanying the priest on his trips from Puuiki to Kipahulu, Kaupo and Ulupalakua. In those days the fathers made the trip on horseback over rough trails, and the mission boys helped to care for the horses and to make themselves useful in other ways»[46]. Quando Estevão de Alencastre tinha 13 anos, a família mudou-se para Honolulu – a capital do arquipélago, situada na ilha de Oahu –, onde o rapaz frequentou o St. Louis College e continuou a participar na vida da missão. Teve, contudo, uma infância e uma adolescência igual a tantos outros meninos da sua idade e o próprio achava que nada faria prever que enveredasse pela vida religiosa: «I was just like the rest of the boys, no better and no worse, I guess. I didn't give any special thought to my future, I wasn't sanctimonious; at least I hope I wasn't. I don't like boys to be too solemn and serious; I want them to have some pep»[47]. Os colegas de escola também o consideravam um menino como eles e só mais tarde, quando o internato começou a ter alguma influência

[44] Segundo BUNSON, 1977, *Faith in Paradise* […], pp. 75-76, dois destes padres portugueses foram o padre Domingo do Governo e o padre Alexandre D. de Campos.

[45] O bispo Koeckemann nasceu na Alemanha em 1828 e sucedeu ao bispo Maigret, tendo sido consagrado em S. Francisco a 21 de agosto de 1881. O seu trabalho pastoral no Hawaii foi notável e até reconhecido pelo rei Kalakaua «who appointed him grand officer of the order of Kalakaua». Durante o seu episcopado, estabeleceu duas missões católicas portuguesas. Preocupado com a educação católica dos jovens, estabeleceu um novo St. Louis College, apetrechando-o com bons professores católicos. Um problema súbito de saúde deixou-o paralítico e veio a falecer a 22 de fevereiro de 1892, deixando como seu sucessor o bispo Gulstan Ropert. Vd. *Honolulu Star-Bulletin*, 13 de setembro de 1941, p. 2.

[46] *The Catholic Herald*, 15 de novembro de 1940, p. 5. É curioso o que se lê no parágrafo seguinte da mesma página: «This was Peter's real start along the road which led to the episcopate. Unconsciously, he doubtless enjoyed his association with the good priest, but consciously, it was the adventures of travelling throughout the district, of setting out Saturday morning and not returning until Sunday night, that filled his childish heart with glee».

[47] *The Catholic Herald*, 15 de novembro de 1940, p. 5.

na sua orientação, começaram a achar que o pequeno Pedro talvez enveredasse pelo sacerdócio:

> «We knew that he was going to become a priest, perhaps even before he realized it himself. […] Some of the boys looked upon our religious duties as a task forced upon us, but he always found joy in them. [/] He was a good fellow, and considered one of the boys. Everybody liked him. And yet there was something that seemed to set him aside from the rest of us. [/] He was always kind to everyone, and always willing to help, just as he is today. That's the secret of Bishop Stephen's success: that, and his faculty of still being just one of us at the same time that he is above us»[48].

Ao terminar o seu percurso académico no St. Louis College, Estevão de Alencastre começou a aperceber-se da sua vocação e, no verão de 1895, quando já tinha 18 anos, optou finalmente pelo sacerdócio. A sua mãe falecera uns anos antes, mas ele jamais se esquecera das suas premonições.

Imagem V – Pai e irmãos do bispo Estêvão de Alencastre (ant. 1902)



Fonte: Propriedade da família Matos Baião; fotografia gentilmente cedida pela bisneta de Maria Amélia Matos Baião e Teodoro João Baião, Maria Amélia da Silva Vieira Valente-Perfeito.

[48] *The Catholic Herald*, 15 de novembro de 1940, p. 5.

Estevão Pedro de Alencastre contava, então, 18 anos de idade quando o bispo Gulstan Ropert[49] o levou para o noviciado dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, tendo realizado os estudos superiores de teologia e filosofia na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Foi depois transferido para Courtrai a fim de prosseguir os seus estudos humanísticos em francês, que viriam a ser interrompidos devido a uma doença de origem pulmonar. Estevão de Alencastre foi então enviado para a Escola Apostólica de Simpelveld, na Holanda, para convalescer, porém, o clima frio da Europa não era propício à sua recuperação, dando-se assim o seu regresso às ilhas havaianas. Passou algum tempo em Wailuku e voltou para Honolulu onde foi ordenado subdiácono, a 26 de novembro de 1900, diácono, a 6 de outubro de 1901, e padre com 25 anos de idade, a 5 de abril de 1902[50]. A imprensa havaiana noticiava deste modo a ordenação do padre porto-santense:

> «At 7 o'clock this morning, in the Roman Catholic Cathedral, Stephanus Alencastre will be ordained a priest of the order of the Sacred Heart, the Bishop of Panopolis officiating. For the first time in the history of the Catholic Mission of the Hawaiian Islands, an island boy will be given holy orders, and the ceremony will be interesting to many who have known the young priest since his boyhood»[51].

Imagem VI – Padre Estevão de Alencastre (post. 1902)



Fonte: Propriedade da família Matos Baião; fotografia gentilmente cedida pela bisneta de Maria Amélia Matos Baião e Teodoro João Baião, Maria Amélia da Silva Vieira Valente-Perfeito.

---

[49] Gulstan Ropert nasceu em França, a 30 de agosto de 1839. Chegou ao Hawaii em 1868 e foi nomeado vigário apostólico. Foi consagrado bispo na Catedral de St. Mary, em São Francisco, a 25 de setembro de 1892. Profundamente interessado na educação dos jovens, construiu uma escola para meninas em Hilo, dirigida por irmãs franciscanas, e ainda uma escola gratuita para rapazes (St. Francis School). Ficou célebre pela sua grande obra e generosidade. Veio a falecer a 4 de janeiro de 1903 com um cancro no estômago. Vd. *Honolulu Star-Bulletin*, 13 de setembro de 1941, p. 2.

[50] BUNSON, 1977, *Faith in Paradise* […], pp. 93-94. O percurso académico de D. Estevão de Alencastre é também descrito em FERRARIS, 2000, *Remembering: 175 Years of Mission SS. CC. in Hawaii*, p. 15; FELIX e SENECAL, 1978, *The Portuguese in Hawaii*, p. 107 e em vários periódicos havaianos, como é o caso do *Honolulu Star-Bulletin*, 22 de dezembro de 1926, p. 6, e 13 de setembro de 1941, p. 2.

[51] *Pacific Commercial Advertiser*, 5 de abril de 1902, p. 15. Esta notícia revela ainda que o padre é português e que os seus familiares residem na ilha de Maui. Fala também do seu percurso académico.

A partir de então, o padre Estevão Pedro de Alencastre ficou associado à Catedral de Nossa Senhora da Paz, em Honolulu, desempenhando também trabalho missionário nas restantes ilhas do arquipélago. Depois, foi-lhe atribuída a igreja dos Sagrados Corações, em Punahou, na Wilder Avenue, onde permaneceu durante 15 anos[52].

Imagem VII – Igreja de Punahou (2003)



Fonte: Fotografia da autora.

Em 1924, o dedicado e empreendedor padre Alencastre visitou Roma e o Papa convidou-o a aceitar o cargo de bispo do Hawaii, tal como havia sido solicitado

[52] Esta igreja, ainda hoje muito conhecida pela comunidade católica do Hawaii, foi planeada e construída sob a direção de D. Estevão de Alencastre. Vd. *The Honolulu Advertiser,* 10 de novembro de 1940, p. 7. Quando o bispo Estevão de Alencastre soube da sua consagração como bispo coadjutor, comunicou à congregação de Punahou que teria de abandonar a paróquia: «My sucessor will be announced soon and I bespeak for him the same kindness and interest you have shown and given me as your pastor. I have been called to take another post and I expect to leave either Saturday or the following Wednesday for Los Angeles, where I will be consecrated», in *The Honolulu Advertiser*, 28 de julho de 1924, p. 1.

pelo seu antecessor, o bispo Libert Boeynaems[53], em 1922. Segundo um jornal madeirense, «o Sr. D. Estevão só aceitou esta honra depois de vir à Madeira»[54]. Acrescenta ainda o referido jornal que Estevão de Alencastre contava, nesta sua visita de 1923[55] ao arquipélago madeirense, deslocar-se à ilha do Porto Santo, sua terra natal, mas que o mau tempo que se fazia sentir não havia permitido a travessia marítima. Assim, Estevão de Alencastre seguiu para Lisboa, e depois para Roma, onde foi recebido pelo Papa Pio XI, tendo depois visitado a França, a Bélgica e a Inglaterra[56]. Apesar da possível passagem desta ilustre figura pela Madeira, não encontrámos referências alusivas a tal visita nos jornais e periódicos desse ano.

Nomeado provincial do Hawaii e do Pacífico em abril de 1924[57], a 24 de agosto de 1924, em Los Angeles, na Califórnia, Estevão de Alencastre foi consagrado bispo, tomando o título de bispo de Arabissus[58], sexto e último vigário apostólico do Vicariato Apostólico das ilhas havaianas[59], exercendo funções de bispo coadju-

---

[53] Nasceu na Bélgica a 18 de agosto de 1857 e chegou ao Hawaii em 1881, ano em que havia sido ordenado padre. Foi consagrado bispo em São Francisco, em 1903. Homem empreendedor que, entre outros grandes feitos, fundou um orfanato em Kalihi e várias paróquias nas ilhas para acomodar uma população católica crescente. Também a Academia dos Sagrados Corações de Jesus e Maria foi fundada no seu tempo. Foi em 1922, quando uma doença de coração o impediu de continuar as suas atividades, que pediu que o padre Estevão de Alencastre, com quem trabalhava, fosse nomeado seu sucessor. Monsenhor Libert Boeynaems era bispo titular de Zeugma e quinto prelado das ilhas do Hawaii. Faleceu a 13 de maio de 1926. Vd. *Honolulu Star-Bulletin*, 13 de setembro de 1941, p. 2.

[54] *Diário da Madeira*, 17 de agosto de 1930, p. 1.

[55] Considera-se que, de acordo com diversas informações – a referência de que o bispo só aceitara a nomeação episcopal após a vinda ao arquipélago madeirense, tendo essas negociações principiado em 1922, com o pedido do bispo Boeynaems, e finalizado em 1924, com a consagração prelatícia, e a posterior (em 1930) alusão que teria vindo à Madeira «há cerca de cinco anos» –, D. Estevão de Alencastre visitou a ilha da Madeira em 1923. Todavia, apesar da consulta de diversos periódicos entre 1922 e 1925, não encontrámos notícias da sua vinda.

[56] *Correio da Madeira*, 19 de outubro de 1924, p, 1.

[57] *Correio da Madeira*, 19 de outubro de 1924, p. 1.

[58] *Correio da Madeira*, 23 de agosto de 1930, p. 1.

[59] Tendo os leitores do *Catholic Herald* questionado o título de D. Estevão de Alencastre, eis a resposta: «To understand clearly, we must explain at some length. According to the present rule of the Catholic Church, no bishop can be consecrated a bishop unless he has a spiritual title to a certain, definite and distinct diocese. This diocese he may govern either actually or potentially. Actual government requires that he resides there. Potential does not. [/] Now we know that the Catholic Vicariate of the Hawaiian Islands is not a diocese. For, the ordinary hierarchy of the Church – hierarchy meaning a group of Church officials of higher and lower rank – has not yet been established here. Therefore, it could not have a bishop with ecclesiastical title to the Islands. [/] Yet, because of the great number of priests and Catholic people in the Hawaiian Islands, the head of our Vicariate must needs be a bishop. So, Bishop Alencastre was consecrated a titular bishop, that is a bishop who has spiritual title to some other diocese, yet living here and administering to our Catholic people», in *The Catholic Herald*, 29 de novembro de 1940, p. 1; Sobre o mesmo assunto podemos ler também o *The Honolulu Advertiser*, 3 de maio de 1924, p. 1; 11 de julho de 1924, pp. 1 e 3.

tor[60], com direito a sucessão, do então bispo havaiano Libert Boeynaems. A imprensa havaiana centrou a sua atenção na consagração deste bispo português, «imbuído de ideais americanos», dando a conhecer a longínqua ilha do Atlântico que lhe serviu de berço:

> «Bishop Stephen is the first to hold the office of coadjutor in the Islands and is the youngest priest ever elevated here to the estate of bishop. He is 48 years old and was born in the Island of Porto Santo, famous as the place where Christopher Columbus studied nautical science. Porto Santo is the smallest of the Madeira group of islands»[61].

A tal notícia encontrámos eco na imprensa madeirense em outubro desse ano:

> «Neste momento deve já ter sido sagrado na Califórnia, bispo coadjutor de S. Ex.ª Rev.ma o Senhor Bispo do arquipélago Hawaiano, o padre Estevão de Alencastre, nascido na ilha do Porto Santo e embarcado, ainda criança, com os seus pais para aquele arquipélago habitando a cidade de Honolulu e paroquiando na igreja do Coração de Jesus»[62].

Este bispo, sexto bispo da Sé de Oahu e sexto vigário apostólico da Oceânia Oriental, virou uma nova página na história da congregação missionária dos Sagrados Corações de Jesus e Maria no arquipélago do Hawaii. O seu espírito empreendedor e o seu sentido de organização fortificaram e fizeram crescer a missão. Solicitou a ida de clérigos e administrativos que pudessem levar a cabo os programas e organizações católicas nas ilhas e, em 1927, altura em que a missão do arquipélago havaiano estava dividida em 25 distritos, com paróquias em todas as ilhas, a missão católica contava já com 41 padres de variadas nacionalidades (14 belgas, nove holandeses, 11 alemães, dois franceses, dois portugueses, um irlandês, um polaco e um do Luxemburgo). Estes clérigos, além da fé e do espírito missionário que dedicavam à comunidade, tinham ainda em comum o facto de

[60] Informando que tinha chegado por cabo na véspera a notícia da nomeação, feita pelo Papa Pio XI, do padre Estevão de Alencastre para bispo coadjutor do bispo Libert Boeynaems, um periódico havaiano explica o que significava esta nomeação: «As coadjutor to Bishop Libert, Father Stephen will rank next to the local head of the church and is in immediate line for appointment as bishop here whenever his superior retires or lays down his high duties», in *The Honolulu Advertiser*, 3 de maio de 1924, p. 1.

[61] *The Honolulu Advertiser*, 23 de setembro de 1924, p. 7. A notícia principal deste jornal era o regresso ao Hawaii do já bispo D. Estevão de Alencastre, após a sua consagração a 24 de agosto de 1924. No dia seguinte, o mesmo jornal relatava a chegada do bispo no dia 23, a multidão que o aguardava, entre civis, membros do clero, confrarias, autoridades, etc. Descrevia também a imponência da missa na Catedral de Nossa Senhora da Paz. Vd. *The Honolulu Advertiser*, 24 de setembro de 1924, pp. 1 e 9.

[62] *Correio da Madeira*, 19 de outubro de 1924, p. 1.

terem de saber falar havaiano, por ser o dialeto local, inglês, que era a língua oficial, e português, porque devido à comunidade crescente que aí se instalara, tornara-se numa das línguas mais faladas no arquipélago. Saliente-se, a este respeito, que na Sé de Honolulu, construída em 1843 e consagrada a Nossa Senhora da Paz, o sermão era dado em português, não só porque a esmagadora maioria dos fiéis eram portugueses, mas também porque se dava importância à preservação da «língua de Camões e Vieira», como lhe chamou D. Estevão de Alencastre[63].

Enquanto bispo naquela diocese, o trabalho de D. Estevão de Alencastre foi ímpar. Nas viagens que empreendia tentava requisitar mais missionários e pessoal administrativo e, durante o seu episcopado, foi ajudado por sete irmãos seculares dos Sagrados Corações, 75 irmãs da mesma congregação, dois padres e 44 irmãos marianistas, e 31 irmãs da Ordem Terceira de São Francisco de Siracusa. A sua obra ficou também marcada pela construção de novas igrejas em todas as ilhas e pela remodelação da Catedral de Nossa Senhora da Paz de Honolulu[64] em 1927, ano em que se celebrou o primeiro centenário do início da missão apostólico-romana no Hawaii[65]. Destacou-se, ainda, pelo seu empenho na educação e formação católica dos jovens residentes no Hawaii, independentemente da sua nacionalidade ou descendência.

---

[63] Entrevista cedida ao padre J[acinto]. da C[onceição]. Nunes e publicada n'*A Esperança*, 1 de novembro de 1930, pp. 257-263.

[64] Edificada em 1845 às expensas dos católicos havaianos, na sua maioria portugueses. Segundo o bispo D. Estevão de Alencastre, numa entrevista cedida à revista *A Esperança*, em novembro de 1930, esta catedral era «de maiores proporções que a do Funchal, e construída em estilo românico, d'uma beleza tal que faz a admiração de todos os arquitectos que passam por Honolulú», in *A Esperança*, 1 de novembro de 1930, p. 260.

[65] Em 1927 celebrou-se, durante três dias, o centenário da fundação da Missão Católica no Hawaii e o governador das ilhas, Wallace R. Farrington, proferia as seguintes palavras: «Hawaii is a wonderful demonstration of the power of tolerance, patience, industry and self sacrifice. All our people join in paying tribute to those who one hundred years ago laid firm foundations and builded well», in *The Honolulu Advertiser*, 14 de maio de 1927, p. 1. A abertura das cerimónias foi feita por D. Estevão de Alencastre, a quem carinhosamente os havaianos chamavam de "Island boy": «It was that "Island boy", the Rt. Rev. Stephen Alencastre, bishop of Arabissus and vicar apostolic of the Hawaiian Islands, sixth Catholic bishop of Hawaii, who this morning formally opened the centennial celebration of the mission with pontifical high mass in the cathedral of Our Lady of Peace», in *Honolulu Star Bulletin*, 14 de maio de 1927, p. 1; Também Schoofs numa descrição detalhada sobre a Missão Católica de Honolulu, refere este acontecimento, dizendo: «The year of 1927 marked a century since the first Catholic missionaries landed in Hawaii. The anniversary was commemorated with a splendor never before seen in Honolulu», in SCHOOFS, 1978, *Pioneers of the Faith* […], p. 55. O periódico madeirense *Correio da Madeira* também fez eco destas celebrações. Vd. *Correio da Madeira*, 23 de agosto de 1930, p. 1.

Em maio de 1930, a Madeira e o Porto Santo recebiam a notícia da visita do bispo do Hawaii que viria passar uma temporada à sua terra natal[66]. O bispo D. Estevão de Alencastre deixou o Hawaii após as festas da Ressurreição para assistir ao Congresso Eucarístico de Cartago[67]. Visitou Roma e algumas cidades europeias, e rumou depois a Portugal continental. Numa pequena entrevista concedida ao jornal lisbonense *Novidades*, D. Estevão de Alencastre manifestou o desejo de conhecer Fátima: «Vou encantado com tudo o que vejo. Sinto que há um imenso renascimento religioso por toda a parte. E quero ir a Fátima, saber e ver. [...] Parto amanhã e tenciono assistir à festa do dia 13 e da véspera. [...] Um povo que tem Fátima, não pode morrer»[68].

Assim, o bispo do Hawaii tomou parte na romagem que a Cruzada Nacional Nun'Álvares Pereira promoveu a Ourém, Fátima, Batalha e Campos de Aljubarrota para comemorar a Festa da Pátria[69]. Nestes eventos foi «acompanhado pelo sr. dr. Rosado Fernandes»[70]. Em Ourém, celebrou-se uma missa solene e o bispo de Leiria, que também o acompanhava, dirigiu um elogioso discurso a D. Estevão de Alencastre, «prelado de origem portuguesa que, na Oceania, tem procurado honrar o nome de Portugal, e que, de visita à Europa, não quis deixar de assistir à Festa da Pátria»[71]. Nesta missa, foi o bispo D. Estevão de Alencastre quem entoou o *Te Deum*. Presidiu também à peregrinação de Fátima, de 13 de agosto, tendo sido o oficiante da missa solene dos doentes, onde assistiu a 6000 comunhões[72]. Numa carta dirigida ao bispo de Leiria, D. Estevão manifestava as suas impressões nos modos seguintes:

> «Se é verdade que a fé se mede pelos sacrifícios que por ela se fazem, grande e profunda deve ser a fé deste povo que não se cansa de cantar os louvores de Maria Santíssima. E estes rasgos de amor à Virgem são coroados, pela maior parte dos devotos peregrinos, com o acto que, entre todos, deve ser o mais agradável àquela mãe celeste – o de

[66] *O Jornal*, 11 de maio de 1930, p. 1.
[67] *A Mocidade*, agosto de 1930, p. 4.
[68] *Diário da Madeira*, 19 de agosto de 1930, p. 1.
[69] *Diário da Madeira*, 19 de agosto de 1930, p. 1.
[70] *Diário da Madeira*, 21 de agosto de 1930, p. 1, citando o *Diário de Lisboa* de 16 de agosto de 1930. Para além de falar do percurso de vida de D. Estevão de Alencastre e da sua visita à Madeira, o jornal ainda acrescenta: «O nosso compatriota, bispo de Hawaii é um homem inteligentíssimo, moderno, duma grande simplicidade, afável e desprendido de preconceitos ridículos. Tem, como quase todos os sacerdotes de lá, o seu automóvel, que o conduz, e faz as suas visitas pastorais de hidro--avião e, ainda agora, na sua visita à Europa, onde fez ordenações sacerdotais na Bélgica, na França, na Alemanha e na Holanda, cobriu o percurso Roma-Munich, num Junkers, passando nos Alpes a 4 000 metros de altura».
[71] *Diário da Madeira*, 19 de agosto de 1930, p. 1.
[72] *Diário da Madeira*, 21 de agosto de 1930, p. 1, citando o *Diário de Lisboa* de 16 de agosto de 1930.

> receber, num coração abrasado de amor divino, Jesus no seu sacramento de amor. Foram talvez essas confissões e fervorosas comunhões – sinal incontestável da verdadeira fé viva – o que mais me impressionou e comoveu de tudo quanto presenciei no augusto santuário de Fátima»[73].

Após a sua estada em Portugal continental, e por convite da Diocese madeirense[74], D. Estevão de Alencastre seguiu para a Madeira, a bordo do vapor alemão *Sierra Ventana*, pelas 15 horas do dia 16 de agosto de 1930[75], com o intuito de visitar também a terra da sua naturalidade, a ilha do Porto Santo. Acompanharam-no o bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, e o cónego Francisco Fulgêncio de Andrade[76]. Estes haviam saído do Funchal, a bordo do vapor alemão *Sierra Cordoba*, a 29 de junho desse ano, para assistir ao Congresso do Apostolado da Oração e do reinado social do Coração de Jesus, realizado em Braga, no princípio do mês de julho[77]. Segundo nos informa o semanário *Correio da Madeira*, o bispo do Funchal teria também aproveitado esta deslocação para fazer uma «cura de águas» nas termas de Melgaço[78], por assim o exigir o seu estado de saúde.

A 18 de agosto, os bispos do Funchal e do Hawaii desembarcaram no cais do Funchal, onde os aguardavam, entre as autoridades locais, muitos membros do clero e católicos em destaque no meio madeirense[79]. Enquanto permaneceu na ilha da Madeira o bispo do Hawaii ficou instalado no Palácio Episcopal, acedendo ao convite do bispo D. António Ribeiro.

A 23 de agosto de 1930, 47 anos após a sua partida para o Hawaii, o bispo D. Estevão Pedro de Alencastre, que contava então 53 anos de idade, visitou a ilha que o viu nascer. A lancha *Funchal* da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, «amavelmente posta à sua disposição pelo sr. Presidente da Junta Geral»[80], transportou-o a bordo do vapor *Lima* rumo ao Porto Santo. A visita do

---

[73] *Correio da Madeira*, 20 de setembro de 1930, p. 1. O *Correio da Madeira* reproduziu a notícia a partir de um outro periódico que nos foi gentilmente cedido pelo nosso colega Bruno Costa, a quem agradecemos: *Voz da Fátima*, 13 de setembro de 1930, pp. 1-2. Nestas duas páginas, para além da transcrição da longa carta enviada por D. Estevão de Alencastre ao bispo de Leiria, podemos ler a descrição da peregrinação de agosto de 1930 ao Santuário de Fátima, bem como de alguns momentos pontuais e importantes das cerimónias e ainda uma descrição do percurso e do trabalho do bispo no Hawaii.

[74] *Diário da Madeira*, 17 de agosto de 1930, p. 1.

[75] *Diário da Madeira*, 17 de agosto de 1930, p. 1.

[76] Natural de Água de Pena, nasceu a 20 de fevereiro de 1889 e foi ordenado padre a 19 de dezembro de 1914. Foi cónego da Sé do Funchal e professor, e faleceu a 27 de julho de 1970.

[77] *A Mocidade*, agosto de 1930, p. 4.

[78] *Correio da Madeira*, 12 de julho de 1930, p. 1.

[79] *O Jornal*, 19 de agosto de 1930, p. 1.

[80] *O Jornal*, 24 de agosto de 1930, p. 1.

bispo do Hawaii, coincidente com os festejos do Espírito Santo, fizeram com que se deslocassem àquela ilha cerca de mil pessoas, distribuídas em três vapores que efetuavam a ligação entre as duas ilhas, o *Gavião*, o *Butio*, que rumaram ao Porto Santo a 22 de agosto, e o já referido *Lima*. Nestas excursões à ilha do Porto Santo tomaram também parte as bandas municipais do Funchal[81], de Câmara de Lobos[82] e de Santa Cruz[83].

Acompanhando o bispo Alencastre, iam o cónego Fernando de Menezes Vaz de Santana[84], os padres Abel Maria da Silva Branco[85], José Gonçalves dos Santos[86], Daniel Nicolau de Sousa[87] e Carlos Jorge de Faria e Castro[88], e os seminaristas Gabriel Olavo Garcês[89] e José Agostinho de Freitas[90], este aluno de Teologia posto à disposição, pelo bispo D. António Ribeiro, para servir de caudatário do bispo do Hawaii[91].

A propósito da viagem, o correspondente de *O Jornal*, José Marcelino Ezequiel Velosa, acrescentou ao seu relato uma nota curiosa:

> «quando a bordo do "Lima" em que vinha o Sr. D. Estevam de Alencastre, um dos sacerdotes que o acompanhavam anunciou que o Porto Santo estava á vista, S. Ex.ª Rev.ma que ia almoçar, escusou essa refeição, declarando que não podia deixar de fixar a vista, dessa hora em diante, na sua terra natal. Levantou-se da sala e veiu para o tombadilho do vapor mitigar as saudades que tinha da sua Ilha»[92].

---

81 Fundada em 1850, foi a primeira banda municipal da ilha da Madeira.

82 Fundada a 18 de novembro de 1872.

83 Embora exista uma certa controvérsia quanto à data, é correntemente assumido o ano de 1887 como o ano da sua fundação.

84 Segundo as informações, gentilmente cedidas pela Câmara Eclesiástica do Funchal, na pessoa do bispo emérito D. Teodoro de Faria, o cónego Vaz era músico e estudava genealogia. Foi capitular da Sé do Funchal e secretário da Câmara Eclesiástica. Nasceu a 1 de fevereiro de 1884, foi ordenado a 1 de janeiro de 1909 e faleceu a 26 de maio de 1954.

85 Nasceu em São Vicente a 8 de julho de 1879, foi ordenado a 21 de dezembro de 1901 e faleceu a 5 de agosto de 1956. Teve a seu cargo as paróquias de São Vicente, São Pedro e Canhas (onde ficou muito conhecido) e foi ainda pároco da Sé do Funchal.

86 Nascido no Arco da Calheta a 20 de janeiro de 1884, foi ordenado padre a 21 de novembro de 1912 e faleceu a 1 de março de 1956.

87 Nasceu em São Vicente a 5 de dezembro de 1888, foi ordenado a 14 de junho de 1914 e faleceu a 3 de maio de 1954. Foi pároco da Ribeira Brava.

88 Nasceu na Ponta do Sol a 23 de abril de 1888, foi ordenado a 24 de novembro de 1912, tendo sido pároco de São Roque e de Santa Maria Maior. Faleceu a 11 de julho de 1971.

89 Nasceu no Porto da Cruz a 7 de fevereiro de 1911, foi ordenado a 25 de agosto de 1935 e faleceu a 11 de novembro de 1979.

90 Nasceu na Ponta Delgada a 1 de dezembro de 1906, foi ordenado a 17 de julho de 1932 e faleceu a 15 de dezembro de 1988.

91 *O Jornal*, 24 de agosto de 1930, p. 1.

92 *O Jornal*, 26 de agosto de 1930, p. 1.

Imagem VIII – Desembarque na praia do Porto Santo (ant. 1939)



Fonte: ABM, MFM-AV, Perestrellos, n.º inv. PER/011007.

Chegado à ilha do Porto Santo, D. Estevão de Alencastre «desembarcou a cavalo num outro homem, como havia embarcado quando ainda era creança»[93], sendo recebido pelas autoridades locais que, em nome do município, lhe apresentaram os cumprimentos de boas-vindas, e sendo alvo de uma imponente e entusiástica receção por parte do imenso público que aguardava a sua chegada. Desta receção também fez relato o referido correspondente:

> «Dizem-nos que nunca nesta vasta e linda praia [...] se juntou uma multidão tão grande. Das mais afastadas povoações os seus habitantes vieram assistir ao desembarque, cobrindo de flores a figura nobre do distinto Bispo. [...] Muitas senhoras, os elementos mais distintos desta ilha, velhos, crianças, a Câmara Municipal, autoridades, os párocos daqui e representantes do clero do Funchal, depois de saudarem o Prelado, organisaram um cortejo que é imponente. Nas ruas até a igreja formam-se alas de povo. As três bandas que aqui vieram tomar parte nesta festa do Espírito Santo, fazem ouvir música

[93] *A Lanterna*, 30 de agosto de 1930, p. 1.

que alegra toda a multidão, associando-se a essa manifestação os veraneantes, e bem assim os numerosos passageiros do «Lima», «Butio» e «Gavião»[94].

Após o cortejo, que havia sido precedido pelo pendão do Coração de Jesus, D. Estevão de Alencastre deslocou-se à igreja da Piedade para rezar. Depois, dirigindo-se ao imenso público que o acompanhava, pronunciou «uma eloquente oração de comovido reconhecimento aos habitantes do Porto Santo, seus irmãos na Fé e seus compatriotas, pelo carinho que lhe dispensaram»[95].

Imagem IX – Visita ao Porto Santo (22 de agosto de 1930)



Fonte: Propriedade da família Matos Baião; fotografia gentilmente cedida pela bisneta de Maria Amélia Matos Baião e Teodoro João Baião, Maria Amélia da Silva Vieira Valente-Perfeito[96].

Pelas 15 horas, e terminado o ato religioso, o bispo do Hawaii foi recebido nos Paços do Concelho daquela ilha, onde se encontravam todos os vereadores[97] e

[94] *O Jornal*, 26 de agosto de 1930, p. 1.

[95] *O Jornal*, 26 de agosto de 1930, p. 1.

[96] À esquerda, vê-se uma senhora de preto com uma sombrinha; trata-se de Maria Albertina de Matos Baião, prima do bispo D. Estevão de Alencastre; estava de luto pela morte do seu pai, Teodoro João Baião; informação gentilmente cedida pela sua neta, Maria Amélia Valente-Perfeito.

[97] Segundo a ata da sessão solene de 24 de agosto de 1930, gentilmente cedida pela Câmara Municipal do Porto Santo, estavam presentes Carlos Pestana de Vasconcelos, presidente da edilidade, e Pedro Maria Telo, vogal da Comissão Administrativa. Por motivo justificado, estava ausente desta sessão o vice-presidente. Vd. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 3A, fls. 62 v.º-64, em reunião solene de 24 de agosto de 1930.

convidados[98]. Coube a Manuel Gregório Pestana Júnior[99], a convite do presidente e em nome dos porto-santenses, a apresentação de cumprimentos ao bispo D. Estevão de Alencastre. As palavras de Pestana Júnior, segundo a imprensa regional, foram muito eloquentes e elogiosas. Na ata camarária podemos ler parte da transcrição do seu discurso:

> «o homenageado, em virtude da sua inteligência que, aliada à sua energia, actividade e força de vontade, conquistara, ainda bem novo, um alto cargo de destaque: o de Bispo da Diocese de Hawaii – do Estado de Hawaii; que a imprensa americana e a católica de todo o mundo, tem tecido a S. Ex.ª os maiores elogios que se pode conceber, o que, para os habitantes desta ilha, é um orgulho e uma glória o ter como um dos chefes da Egreja Católica, numa nação estrangeira, jamais na dos Estados Unidos da América do Norte»[100].

O bispo D. Estevão de Alencastre mostrou-se sensibilizado pelo discurso proferido e, de acordo com o relato do correspondente Marcelino Velosa, terá mesmo chegado a comover-se com as palavras do advogado porto-santense:

> «O distinto advogado, que faz honra ao Porto Santo, de que é filho, ao revelar o seu parentesco com o nobre Prelado, evoca o nome do seu defunto pai, o sr. Manuel Gregório Pestana, que na pia paroquial servira de padrinho ao baptismo do sr. D. Estevam de Alencastre. Esta passagem do seu discurso desperta uma visível emoção no digno Prelado, e para todos é um motivo impressionante. O sr. dr. Pestana Júnior, que proferiu um discurso brilhante, foi alvo de uma estrondosa salva de palmas, e o homenageado teve, nessa ocasião, uma bem significativa demonstração de carinho por parte dos seus conterrâneos e de todos quantos nos Paços do Concelho se associavam a tamanha prova de respeito e simpatia»[101].

---

[98] De acordo com a mesma ata, contavam-se entre os convidados: Manuel Gregório Pestana Júnior, João de Araújo, Alfredo Teodoro da Ponte Lira, vigário em exercício daquela freguesia, Carlos de Freitas, vigário aposentado, João Crisóstomo de Ornelas, Cláudio António Ruas, José Martinho Alencastre Ornelas, Domingos de Ornelas, Manuel Francisco dos Santos e o tenente Atouguia Machado Pimenta. Vd. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 3A, fls. 62 v.º-64, em reunião solene de 24 de agosto de 1930.

[99] «Nasceu na ilha do Porto Santo a 16 de Agosto de 1886 e é filho de Manuel Gregorio Pestana e de D. Carolina dos Ramos Pestana. É bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e exerce a advocacia nas comarcas desta ilha. Tem exercido entre nós varias comissões de serviço público. Representou a Madeira nas primeiras constituintes que funcionaram de 1911 a 1915 e na sessão legislativa de 1915 a 1917. É vasta a sua colaboração em diversos jornais e publicou os folhetos *O Problema Sacarino* e *Reconhecimento do Arquipélago da Madeira* (1921). [/] Foi ministro das Finanças e em 1928 publicou o interessante e erudito estudo histórico intitulado *D. Cristobal Conom ou Syman Palha*», in SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 77.

[100] Ata da sessão solene de 24 de agosto de 1930, da Câmara Municipal do Porto Santo. Vd. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 3A, fls. 62 v.º-64, em reunião solene de 24 de agosto de 1930.

[101] *O Jornal*, 26 de agosto de 1930, p. 1.

Também discursou nesta sessão solene, e desta vez em nome dos madeirenses, João de Araújo, tecendo elogios ao bispo do Hawaii que, comovido, fez depois uso da palavra. A este propósito, consta da ata camarária:

> «Finalmente tomou a palavra S. Ex.ª o Reverendíssimo Bispo D. Estevão (Pedro) d'Alencastre que, levantando-se grandemente comovido e com as lágrimas nos olhos, disse que o acto a que estava assistindo era um dos mais solenes da sua vida e pedia desculpa à assistência em não poder exprimir-se na língua portugueza, como era seu desejo, mas não o podia fazer em virtude de ter saído desta ilha ainda em creança e ter sido educado em estabelecimentos inglezes e francezes; que a língua portugueza só é falada pelas pessoas já idosas, isto é, as primeiras que para ali emigraram; que apezar de ter deixado esta ilha há cerca de quarenta e sete anos, nunca se esquecera dela onde nasceu, onde foi creado e onde pela primeira vez recebera a luz do sol; que mais cedo desejava visitar a sua pátria e os seus compatriotas, como era intenção sua há cerca de cinco anos, quando estivera de passagem pela Madeira, não o podendo fazer em virtude de falta de comunicação entre as duas ilhas; que mal pensava que os seus irmãos portossantenses lhe dispensassem tão carinhosa quão acolhedora recepção; que conhece por que transes tem passado o Porto Santo e em vários actos religiosos invoca o auxílio do Altíssimo para socorrer e proteger os habitantes desta ilha, o que faz nesta ocasião»[102].

A partir da leitura desta ata, somos levados a crer que D. Estevão de Alencastre não falava português e que, por isso, teria precisado de um intérprete. Porém, consideramos que vários aspetos devem ser levados em linha de conta. Tendo saído da ilha do Porto Santo com seis anos, o então menino Estevão Pedro de Alencastre dominaria bem a língua portuguesa. Os seus pais emigraram já com 39 e 42 anos e, além de Estevão Pedro de Alencastre, seguiram também dois irmãos mais velhos. Ora, é natural que durante largos anos, senão mesmo enquanto os seus pais foram vivos, a família tenha sempre comunicado em português.

A título de curiosidade referimos um jornal havaiano que alude precisamente à proficiência linguística do bispo Estevão de Alencastre. Relata o dito diário que, durante uma visita aos arquivos estatais do Hawaii, o bispo se disponibilizou para traduzir, do latim, e com imensa facilidade, uma carta do Papa dirigida em tempos à rainha Liliuokalani, bem como uma carta, em português, assinada pelo rei D. Carlos I de Portugal a anunciar o nascimento do príncipe herdeiro, D. Manuel. Neste caso em particular, refere o periódico: «being of Portuguese birth this letter was also easily translated». Seguiram-se as traduções de uma carta assinada pela rainha de Espanha, outra pelo cardeal italiano Rampolla (o bispo havia passado alguns anos

[102] Ata da sessão solene de 24 de agosto de 1930 da Câmara Municipal do Porto Santo. Vd. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 3A, fls. 62 v.º-64, em reunião solene de 24 de agosto de 1930.

em Itália e por esse motivo era-lhe fácil a leitura em italiano), outra carta de 1870, assinada pelo rei francês, outra pelo rei Leopoldo da Bélgica, tendo apenas referido as suas limitações linguísticas quando lhe foi apresentada uma carta do rei dos Países Baixos. O jornal revela ainda que o bispo era também proficiente no dialeto havaiano[103].

Além disso, numa entrevista concedida à revista *A Esperança*, o bispo do Hawaii lamentava o facto de já quase não se falar português naquele arquipélago:

> «Infelizmente devido á falta de professores que, no princípio, logo após a época da emigração, ensinassem a língua portugueza, já se encontra muitos filhos de portuguezes que quasi não sabem falar a língua de Camões e Vieira.
> Como portuguez lastimo isso imensamente e devo dizer-lhe que a catedral de Honolulú é o único templo do arquipélago onde ainda se prége o evangelho em portuguez. Em todas as outras igrejas católicas o sermão e a catequeze são feitos em inglez, que é a língua oficial do Paiz. [...] Primeiramente á falta de professores. As escolas oficiais são dirigidas por professores americanos e as escolas livres, católicas, teem como professores padres ou irmãos belgas. Como vê, nestas circunstâncias, é quasi impossível o ensino da língua portugueza. Os proprios paes, geralmente, falam inglez com os filhos! Falando-se inglez somos entendidos por todos…»[104].

O facto de, na catedral do Hawaii, o Evangelho ser ainda pregado em português, associado ao facto do bispo lamentar a perda gradual da língua portuguesa, por parte dos descendentes madeirenses e açorianos, poderiam ser elementos reveladores de que o bispo do Hawaii, natural do Porto Santo, era ainda capaz de perceber bem a língua do seu país de origem, e mesmo falá-la.

Acrescente-se ainda, para corroborar este nosso pressuposto, que enquanto esteve no Continente, na Madeira e no Porto Santo, D. Estevão de Alencastre foi, consecutivamente, agraciado com discursos e elogios. Teria tido sempre um intérprete nestas ocasiões? Referiu-se já que ao chegar ao Porto Santo, além de receber os cumprimentos habituais, D. Estevão de Alencastre proferiu uma oração, dirigindo-se ao povo que o acompanhara na procissão. Imaginamos que esta alocução teria sido em português para que as pessoas o entendessem.

Naturalmente, o bispo terá também travado diálogo com populares, que por um ou outro motivo quiseram saudá-lo ou felicitá-lo:

> «Sua Ex.ª Rev.ma que honra o nome de Portugal em tão longínquas paragens, recebeu durante a sua estada tanto no continente, como na Madeira e Porto Santo, terra de sua

[103] *The Honolulu Advertiser*, 24 de abril de 1930, p. 3. Num artigo muito mais recente, da autoria de Bob Krauss, este refere que D. Estevão de Alencastre falava espanhol, português, francês, latim e inglês. Vd. *The Honolulu Advertiser*, 21 de março de 2001, secção B, p. 1.

[104] *A Esperança*, 1 de novembro de 1930, pp. 259-260.

> naturalidade, as maiores provas de estima e simpatia, captivando todas as pessoas que tiveram o ensejo de falar com S. Ex.ª Rev.ma»[105].

Chegou também a conversar com familiares que viviam no Porto Santo: «tendo-se demorado ali algum tempo a conversar com a sua prima, sr.ª D. Maria Albertina Matos Baião e a mãe desta, sr.ª D. Maria Amélia Matos Baião»[106]. Acreditamos, por tudo isto, que era possível ao bispo Estevão de Alencastre exprimir-se em português, admitindo que seria plausível o recurso ao inglês em ocasiões mais formais, quando não tinha previamente preparado o seu discurso. Certo é que o *Catholic Herald*, ao relatar o percurso do bispo e a sua passagem pela ilha da sua naturalidade, o Porto Santo, refere: «A pontifical high mass was celebrated in the capital of the Island by Bishop Stephen, who spoke to the congregation in Portuguese»[107]. No entanto, estas são apenas suposições que não põem de parte a existência de um intérprete a tempo inteiro.

Durante a sua estada no Porto Santo, o bispo do Hawaii, D. Estevão de Alencastre, foi hóspede do pároco do Porto Santo, o padre Alfredo Teodoro de Ponte Lira[108]. *O Jornal* havia noticiado que o bispo ficaria hospedado em casa do seu primo Teodoro João Baião, proprietário no Porto Santo[109], no entanto, tal notícia é pouco credível uma vez que as outras fontes noticiosas asseguram o contrário, tendo mesmo o *Diário da Madeira* afirmado que o bispo do Hawaii «visitou a casa de seus falecidos pais, onde nasceu e, seguidamente, a de seu primo também já falecido, Teodoro João Bayão, que foi notário no Porto Santo»[110].

Já pela noite do dia 23 de agosto, D. Estevão de Alencastre foi novamente homenageado pelo padre Daniel Nicolau de Sousa, orador das matinas que se realizaram na igreja paroquial de Nossa Senhora da Piedade.

O dia 24 de agosto de 1930 foi, para a ilha do Porto Santo e para o bispo do Hawaii, um dia especial. O filho ilustre daquela ilha celebrou, pela primeira vez na História do Porto Santo, uma missa pontifical[111] na igreja de Nossa Senhora da Piedade, onde fora batizado. Esta missa, não só celebrava a festa do Divino Espírito

[105] *A Esperança*, 1 de outubro de 1930, p. 253.
[106] *Diário da Madeira*, 26 de agosto de 1930, p. 2.
[107] *The Catholic Herald*, 15 de novembro de 1940, p. 5.
[108] Natural do Arco da Calheta, nasceu a 9 de novembro de 1904, foi ordenado a 24 de setembro de 1927 e faleceu a 14 de setembro de 1982.
[109] *O Jornal*, 24 de agosto de 1930, p. 1.
[110] *Diário da Madeira*, 26 de agosto de 1930, p. 2.
[111] Nome dado às missas solenes, com canto, celebradas por um bispo.

Santo, ou a passagem de D. Estevão de Alencastre pela terra que o viu nascer, mas celebrava também o sexto aniversário da sua sagração episcopal.

Para esta ocasião solene e por ser dia de São Bartolomeu Apóstolo, o bispo «revestiu-se com ricos paramentos vermelhos e usou de ricas insígnias vindas da Sé do Funchal»[112]. Esta missa teve como mestre de cerimónias o padre Jorge de Faria e Castro e foi orador o cónego Fernando Menezes Vaz que, «no seu eloquente discurso, fez elogiosas referências ao Senhor D. Estevão de Alencastre»[113]. A esta missa, cuja música de coro foi executada por um grupo de músicos e cantores da ilha da Madeira, assistiram «centenas de famílias, que tiveram de ocupar o adro, quando o templo literalmente se encheu de povo, muito antes da realização daquele piedoso acto»[114].

Após a cerimónia, o bispo ministrou o sacramento do crisma, ou da confirmação, a cerca de 100 pessoas, a que se seguiu a bênção de uma valiosa imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, oferecida à igreja paroquial do Porto Santo por Jaime Policarpo de Abreu, proprietário da Botica Inglesa no Funchal, e também proprietário naquela ilha[115].

Na noite de 24 de agosto de 1930, domingo, D. Estevão de Alencastre participou ainda no arraial do Espírito Santo. Este arraial foi animado pelas bandas de música que se encontravam na ilha, e a favor da igreja paroquial de Nossa Senhora da Piedade, que precisava de obras de reparação, organizaram-se vendas de flores e bazares, cujas rifas teriam sido cobertas com generosos donativos por parte dos veraneantes e visitantes[116]. Pela mesma causa, diz-se que os veraneantes «promoveram uma subscrição, a qual foi iniciada com a quantia de 500$00, pelo digno bispo de Hawai, que prometeu concorrer com um donativo maior»[117].

O bispo D. Estevão de Alencastre demorou-se na ilha do Porto Santo cerca de 15 dias. Após uma despedida «extraordinariamente afectuosa, na qual tomaram parte, pode dizer-se, quasi todos os conterrâneos do distinto representante da igreja católica em Sandwich»[118], o prelado havaiano rumou novamente à Madeira, desta vez a bordo do vapor *Gavião*, a 7 de setembro.

---

[112] *O Jornal*, 26 de agosto de 1930, p. 1. Os paramentos eram vermelhos por se celebrar nesse dia um mártir, São Bartolomeu.
[113] *Diário da Madeira*, 26 de agosto de 1930, p. 2.
[114] *O Jornal*, 26 de agosto de 1930, p. 1.
[115] *Diário da Madeira*, 26 de agosto de 1930, p. 2.
[116] *O Jornal*, 26 de agosto de 1930, p. 1.
[117] *Diário da Madeira*, 26 de agosto de 1930, p. 2.
[118] *Diário da Madeira*, 9 de setembro de 1930, p. 1.

Segundo o *Diário da Madeira*[119], a 13 de setembro o bispo ter-se-á deslocado ao Santo da Serra, onde visitou o pároco dessa freguesia, José Lino da Costa[120] e ainda Júlio Inocêncio de Alencastre Rego, um seu parente que aí fixara residência. De regresso, ter-se-á demorado por Machico, onde jantou em casa do cónego Manuel Mendes Teixeira[121]. Durante a sua estada visitou também Francisco Ascensão de Freitas[122], pároco do Caniço, aproveitando para assistir ao arraial que se celebrava naquela freguesia.

No dia 15 de setembro, D. Estevão de Alencastre deslocou-se a Santa Cruz, onde jantou em casa do seu amigo Eduardo Luís Rodrigues[123], chefe aposentado da secretaria da Câmara Municipal daquele concelho. Deste jantar tomaram também parte, para além da família de Eduardo Rodrigues, os padres António de Gouveia e Freitas[124] e João Pedro de Freitas[125], então vigário e cura da referida freguesia[126].

No dia 18 de setembro de 1930, depois de ter passado um mês entre a Madeira e o Porto Santo, D. Estevão de Alencastre, o bispo do Hawaii, partiu a bordo do vapor inglês *Armandale Castle* rumo a Southampton[127]. No cais do Funchal, o bispo foi homenageado com uma afetuosa despedida, tendo sido depois acompanhado a bordo pelo bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro. Saiu de Inglaterra a 26 de setembro a bordo do navio *Europa*, da Nordensather Loyd, rumo a Nova Iorque, onde chegou no dia 1 de outubro.

Inquirido, pelo padre Jacinto da Conceição Nunes, sobre as impressões que levava da Madeira e do Porto Santo, o bispo D. Estevão Pedro de Alencastre respondeu:

---

[119] *Diário da Madeira*, 17 de setembro de 1930, p. 1.

[120] Nasceu no Estreito de Câmara de Lobos a 13 de dezembro de 1891, foi ordenado padre a 14 de junho de 1914 e faleceu a 18 de maio de 1945.

[121] Nasceu a 19 de fevereiro de 1876 em Machico, foi ordenado a 17 de dezembro de 1898 e faleceu a 22 de fevereiro de 1945.

[122] Nasceu no Estreito de Câmara de Lobos a 14 de maio de 1867, foi ordenado a 21 de dezembro de 1895 e faleceu a 3 de agosto de 1946.

[123] *O Jornal* avançou a notícia de que o bispo Estevão de Alencastre passaria uns dias em Santa Cruz, hóspede deste seu amigo que, segundo o mesmo diário, teria sido um abastado proprietário daquele concelho. No entanto, seguindo o percurso do bispo durante a sua estada na Madeira, somos levados a crer que tal não aconteceu. Vd. *O Jornal*, 19 de agosto de 1930, p. 1.

[124] Nasceu em Santa Cruz a 13 de fevereiro de 1876, foi ordenado padre a 5 de outubro de 1902 e faleceu a 22 de agosto de 1950.

[125] Nasceu a 28 de fevereiro de 1892, em Santa Cruz, foi ordenado a 22 de dezembro de 1916 e faleceu a 8 de junho de 1946.

[126] *Diário da Madeira*, 17 de setembro de 1930, p. 1.

[127] *A Mocidade*, setembro de 1930, p. 2.

> «As melhores, d'essas que são indeleveis na nossa alma. A beleza de paisagem da Madeira fica perpetuamente nos meus olhos, como no meu coração fica a lembrança de tantos obsequios recebidos dos madeirenses.
> Quanto ao Porto Santo, não esquecerei nunca o entusiasmo e carinho com que fui recebido na terra de meus paes, as extremas amabilidades dos meus parentes e a franca hospitalidade do Padre Lira. S. Ex.ª disse isto em tom comovido»[128].

Segundo esta entrevista[129] ao bispo D. Estevão de Alencastre, realizada pelo referido padre no Paço Episcopal, o arquipélago havaiano, em 1930, contava com cerca de 350 000 habitantes, entre os quais malaios, os naturais das ilhas, portugueses, belgas, alemães, holandeses, japoneses e chineses, sendo a colónia europeia mais importante a portuguesa, que contava com cerca de 30 000 pessoas, todas de origem madeirense ou açoriana, embora poucas falassem português por esta altura, como já tivemos oportunidade de referir.

No que diz respeito aos católicos, que outrora eram na maioria portugueses, em 1930 seriam já cerca de 120 000. Em Honolulu existiam oito das 115 paróquias do arquipélago, cada uma com a sua igreja. A grande missão do bispo do Hawaii continuava a ser o recrutamento de padres e missionários para o Pacífico, uma vez que, por essa altura, tinha apenas 45 sacerdotes que em cada domingo percorriam distâncias imensas para poder dar duas missas.

Por esta altura, a capital do Hawaii, segundo informou o bispo, era já uma cidade moderna onde predominava ainda a indústria açucareira[130], que levou tantos madeirenses a abandonarem a sua terra natal e a tentarem aí a sua sorte. Tinha também muitas escolas[131], uma universidade e um seminário que havia sido fundado em janeiro de 1930, ou seja, pouco antes da partida de D. Estevão de Alencastre para a Europa e depois para a Madeira e Porto Santo.

As escolas tinham um papel primordial na educação e formação dos jovens. Numa entrevista cedida a um jornal de Lisboa, *Novidades*, o bispo evidenciava a importância das escolas na formação católica, dizendo que ao lado de cada

[128] *A Esperança*, 1 de novembro de 1930, p. 263.
[129] *A Esperança*, 1 de novembro de 1930, pp. 257-263.
[130] A propósito da indústria açucareira o bispo D. Estevão de Alencastre referiu que apesar de, devido à lei seca, ser ilícito o fabrico de álcool, o fabrico clandestino, associado à falta de fiscalização, «envenenava muita gente». Vd. *A Esperança*, 1 de novembro de 1930, p. 261.
[131] *Diário da Madeira*, 19 de agosto de 1930, p. 1.

igreja, erigia-se também uma escola. Estas eram escolas modernas, com materiais atualizados, e eram dirigidas por professores belgas competentes, zelosos e dedicados, que a par da instrução, ministravam o ensino católico[132].

No dia 11 de novembro, D. Estevão de Alencastre estaria de volta ao Hawaii. Um jornal da época dava conta:

> «Bishop Stephen, who returned yesterday aboard the Matson liner Maui from a six months tour abroad during which time he visited his old home at Porto Santo, a small island near Madeira. The Bishop also paid a visit to Rome where he had an audience with the Pope, whom he found to be in excellent health despite rumors to the contrary. The Bishop was accorded a bid reception when he visited his birthplace, the return being his first since he left there 47 years ago. [/] He was accompanied to the Islands by three bands and six priests from Madeira, he said, and remained two weeks. The home in which he was born is still standing and efforts are being made by the bishop of Madeira to purchase it for a school, he stated»[133].

Após o seu regresso, D. Estevão de Alencastre continuou o seu trabalho louvável e empreendedor que lhe valeu o cognome de *The Builder*[134]. Particularmente interessado no aumento do corpo missionário e na educação católica dos jovens, fundou um seminário em Honolulu e foi durante o seu episcopado que as ilhas havaianas conheceram a maior expansão da igreja católica:

> «His whole life was one of intense zeal and proud success. It was crowned with strength and achievement and to a glory to the land of his birth and to the country of adoption which he loved. The churches and schools which were built during Bishop Stephen's administration would be enough to immortalize anyone. These include 44 churches, 11 schools and 23 rectories throughout the territory»[135].

Em setembro de 1938, os jornais havaianos deram a notícia de que o bispo Estevão de Alencastre havia sido hospitalizado no St. Francis Hospital, vítima

[132] *Diário da Madeira*, 19 de agosto de 1930, p. 1.

[133] *The Honolulu Advertiser*, 12 de novembro de 1930, p. 6.

[134] Ao receber a notícia da sua morte, um periódico havaiano dizia a este propósito: «As a Churchman he was energetic, aggressive and progressive, a builder», in *The Honolulu Advertiser*, 11 de novembro de 1940, p. 1.

[135] *Honolulu Star-Bulletin*, 15 de novembro de 1940, p. 2. Noutro jornal podemos também ler: «During his regime as bishop, the Catholic church received its greatest expansion throughout the Islands. The St. Francis hospital was built and many new church structures were erected. St. Louis College was greatly benefited through his efforts in its removal to the new site in Kaimuki», in *The Honolulu Advertiser*, 10 de novembro de 1940, p. 7.

de doença súbita, provocada por excesso de trabalho. Havia sido recomendado repouso absoluto e a proibição de visitas[136]. Aparentemente, o bispo não recuperou totalmente, o que foi confirmado em notícias após a sua morte[137].

A 9 de novembro de 1940, o bispo D. Estevão Pedro de Alencastre faleceu devido a uma hemorragia cerebral, a bordo do *Matsonia*, quando regressava de uma viagem a Los Angeles, onde fora participar na celebração do centenário da chegada do primeiro bispo católico romano à diocese californiana[138]. A notícia da morte deste bispo, com 64 anos de idade e natural da ilha do Porto Santo, cobriu os periódicos havaianos de então, que eram o espelho da consternação sentida em todo o arquipélago[139]. O corpo chegou a Honolulu, a capital situada na ilha de Oahu, no dia 13 de novembro[140] e o seu funeral, realizado a 15 do mesmo mês, foi imponente, juntando cerca de dez mil pessoas num cortejo fúnebre desde a catedral até ao cemitério católico da rua King, em Honolulu, onde permanece o seu túmulo, ao lado dos de outros bispos havaianos[141].

---

[136] *The Honolulu Advertiser*, 2 de setembro de 1938, p. 1; *Honolulu Star-Bulletin*, 2 de setembro de 1938, p. 2.

[137] *The Honolulu Advertiser*, 10 de novembro de 1940, p. 1; 15 de novembro de 1940, p. 1.

[138] Partiu de Honolulu a 4 de outubro de 1940, a bordo do *Lurline*. Vd. *The Catholic Herald*, 4 de outubro de 1940, p. 12; *The Honolulu Advertiser*, 10 de novembro de 1940, pp. 1 e 7.

[139] Veja-se, como exemplo, o *The Honolulu Advertiser*, 10 de novembro de 1940, p. 1, que em duas linhas que ocupam toda a extensão da página frontal, escreve em letra maiúscula: «BISHOP S. P. ALENCASTRE DIES SUDDENLY ON LINER», para de seguida acrescentar o subtítulo: «Catholic Church Head in Hawaii Was On Way Home From The Coast». A notícia iniciava-se assim: «News of the death of the Right Reverend Stephen Peter Alencastre, Bishop of Arabissus and Vicar Apostolic of Hawaii at sea, Saturday evening, has saddened Churchmen and the Laity alike, for he was greatly beloved by the Catholic congregations and respected by the entire Hawaiian community. He has been in gradually failing health for the past three years», in *The Honolulu Advertiser*, 10 de novembro de 1940, p. 1.

[140] *Honolulu Star-Bulletin*, 14 de novembro de 1940, p. 1. Nesta notícia ficamos também a saber que centenas de pessoas consternadas fizeram a vigília na véspera do funeral: «the mourners entered, kneeling at the foot of the casket. Men and women wept as they looked for the last time on the face of their beloved spiritual leader».

[141] *Honolulu Star-Bulletin*, 12 de novembro de 1940, p. 3. Nesta notícia, em particular, podíamos ler: «It has been requested that no flowers be sent but mass offerings will be welcome. The services will be open to the public. There will be a reserved section for members of the bishop's family, the Catholic brothers and sisters, army, navy and civil authorities and pall bearers»; *The Honolulu Advertiser*, 13 de novembro de 1940, p. 1; Em *The Honolulu Advertiser*, 15 de novembro de 1940, pp. 1 e 7, sob o título «Bishop Stephen Funeral Today», ficamos a saber todos os pormenores desde a preparação do corpo na casa mortuária até aos serviços fúnebres, presença de pessoas ilustres, percurso do cortejo, discursos, etc. Outra descrição minuciosa pode ser lida em *Honolulu Star-Bulletin*, 15 de novembro de 1940, pp. 1-2.

Imagem X – Lápide da campa do bispo Estevão de Alencastre[142] (2003)



Fonte: Fotografia da autora.

A 22 de novembro, o periódico católico *The Catholic Herald* dedicava quatro páginas ao prelado, sob títulos como «Final Rites Held For Bishop Stephen Alencastre», «Eulogy To The Late Bishop Stephen P. Alencastre», «Final Rites Are Held for Bishop Stephen at Cathedral», «Kalihi Orphanage Pays Heartfelt Tribute to Bishop Stephen», «Our Shepherd is Dead», «Third Order of St. Francis Pay Tribute to Bishop Stephen», «Father Logan Pays Tribute to Bishop Stephen», e «Chinese Catholic Club Pay Tribute to Bishop Stephen». No início, descreve, quase que pictoricamente, o seu funeral:

> «No one could have been present at the Cathedral on Fort Street last Friday for the funeral of our late beloved Bishop Stephen P. Alencastre without realising the great power this eminent churchman was in our city. The "first of firsts" among the leading citizens, we would say. When with the comparatively small population of our city,

[142] Aqui se lê: «Most Reverend Bishop STEPHEN P. ALENCASTRE, Bishop of Arabissus, Vicar Apostolic of the Hawaiian Islands. Born in Porto Santo, Portugal, Nov. 3. 1876, Died at Sea Nov. 9. 1940. R.I.P.».

> a Church can be jammed with more than a thousand people with another three thousand outside clamour for admission! When 10.000 will march in the funeral procession, with perhaps another 10.000 lining the streets in respectful and reverent silence as the funeral cortege passes by – the leading citizen indeed! [/] This was undoubtedly due to Bishop Stephen's personality and prominence in the city, but also to his position as Bishop and Shepherd of the largest Christian church in the Islands»[143].

No seu discurso fúnebre, o padre Patrick Logan, em nome dos havaianos, pronunciava em gesto de despedida: «Aloha! Bishop Stephen, beloved of God and men, whose memory is in benediction; we have loved you in life, we will not forget you in death. Aloha!»[144]. Num tributo publicado após a sua morte evidenciava-se bem o seu caráter benfeitor e empreendedor:

> «Bishop Stephen's episcopate throughout Hawaii has been marked by steady progress, efficient organization, a businesslike financial administration… He himself was known as a man of gentle and persuasive personality, and as a churchman of staunch adherence to the principles of his religion. His contacts with the laity are many and he enjoyed a wide circle of friends and acquaintances throughout the islands»[145].

No Hawaii, a obra de D. Estevão de Alencastre, natural do Porto Santo, não foi esquecida. Por todo o lado surgiam tributos e homenagens, como a dos sindicatos marítimos que não se esqueceram da ajuda do bispo em tempos difíceis e dedicaram-lhe uma placa: «To pay tribute to the late Bishop Stephen P. Alencastre, the maritime unions on the Pacific Coast and Hawaii have erected a plaque near the entrance of the Lady of Peace cathedral on Fort Street. […] The inscription on the plaque reads: "Labor never forgets"»[146]. Mais recentemente, numa cerimónia que teve lugar no St. Louis College, soube-se que a administração da escola

---

[143] *The Catholic Herald*, 22 de novembro de 1940, pp. 1-4. Outros periódicos relatam também os ritos finais em memória do bispo D. Estevão de Alencastre, como é o caso do *The Honolulu Advertiser*, 16 de novembro de 1940, pp. 1 e 9.

[144] *The Honolulu Advertiser*, 16 de novembro de 1940, p. 1; *The Catholic Herald*, 15 de novembro de 1940, p. 2.

[145] FERRARIS, 2000, *Remembering: 175 Years of Mission SS. CC. in Hawaii*, p. 15. Podemos ler também num jornal havaiano: «Bishop Stephen was interested in human affairs, his broad sympathies and deep understanding transcending the narrow bounds of race, class or creed. Sincere and tolerant, his friendships, unnumbered, extended beyond the bounds of men of his own faith», in *The Honolulu Advertiser*, 11 de novembro de 1940, p. 1.

[146] *Honolulu Star-Bulletin*, 27 de fevereiro de 1941, p. 6. De acordo com a história contada pela sua sobrinha Angela Alencastre ao jornalista Bob Krauss, em 1936, durante uma grande greve/protesto dos sindicatos marítimos, o bispo acolheu os marinheiros nas antigas instalações do St. Louis College, dando-lhes o abrigo que eles não tinham. Vd. *The Honolulu Advertiser*, 21 de março de 2001, secção B, p. 1. Noutro periódico, aquando do seu funeral, podemos ler: «At 7 a.m. today a large group of seamen attended a special mass in memory of Bishop Stephen's kindness to them when they were homeless in Honolulu during the 1936 maritime strike», in *Honolulu Star-Bulletin*, 15 de novembro de 1950, p. 2.

havia acrescentado mais cinco nomes à lista dos ilustres licenciados. O jornalista, Bob Krauss, que assina a coluna «Our Honolulu» e a notícia «Local boy makes good as bishop», escreve:

> «The fifth name is one you probably never heard of, though he may be the most interesting of the lot: Stephen Alencastre, the first local boy to become a Catholic bishop in Our Honolulu. The reason you don't know much about Alencastre is that he died in 1940. Ten thousand people marched in his funeral procession, from the Fort Street Cathedral to the Catholic cemetery on King Street near Thomas Square»[147].

Os havaianos ficaram com a memória de um bispo que contribuiu para o desenvolvimento das ilhas e que a elas prestou um serviço espiritual valioso. A generalidade dos seus conterrâneos, na Madeira e no Porto Santo, mais depressa se esqueceria da «figura esbelta e insinuante, de maneiras fidalgas e trato primoroso, sem afectação no seu falar»[148], que havia passado pelo arquipélago português, de visita à sua terra natal.

Porém, a 14 de dezembro de 1944, na reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto Santo, o então presidente Agostinho António apresentou a seguinte proposta:

> «É tradição dos povos homenagear os seus concidadãos que, pelo estudo, pelo trabalho e por actos de grande heroicidade, atinjam uma tal culminância, que os tornam merecedores dessa homenagem. De uma maneira geral, essa homenagem consiste em perpetuar-se, por qualquer forma, os nomes desses concidadãos; de maneira a que os seus nomes e a razão dessa homenagem, estimule os seus vindouros, para que se tornem também úteis à sua pátria e, sobretudo, à sua terra natal. Porto Santo não foge à regra, pois teve também um filho ilustre, que no estrangeiro, tão alto levantou o nome de Portugal e, não menos, o da sua terra natal, pelo que tem incontestável direito a ser relembrado às gerações presentes e futuras o que foi Reverendíssimo Bispo de Arabina, arquipélago do Hawai, D. Estevão Pedro de Alencastre. Pelo exposto, tenho a honra de propor à Câmara: Primeiro: Que à rua que, partindo do cruzamento das ruas "Brigadeiro Couceiro" e "Dr. Pedro Lomelino", a leste da fonte de São João, até o entroncamento da estrada que segue para a Serra de Fora, seja dado o nome: "Rua D. Estevão Pedro de Alencastre – Bispo de Arabina". Segundo: Que, na casa onde nasceu este ilustre filho do Porto Santo, seja colocada uma lápide em mármore, com a seguinte inscrição: Nesta casa nasceu D. Estevão Pedro de Alencastre, que foi Bispo de Arabina – Hawai; Homenagem da Câmara Municipal de Porto Santo, de 1945»[149].

[147] *The Honolulu Advertiser*, 21 de março de 2001, secção B, p. 1.

[148] *A Esperança*, 1 de novembro de 1930, p. 257.

[149] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 10A, fls. 126-126 v.º, em reunião ordinária de 14 de dezembro de 1944.

Segundo esta ata, a proposta do Presidente Agostinho António foi aprovada por unanimidade. Porém, a 26 de maio de 1945, numa outra reunião ordinária da Câmara Municipal do Porto Santo, ficou sem efeito a deliberação então feita no que respeitava à rua a que se daria o nome do prelado. Decidiu-se, então, dar o seu nome «à rua que tem princípio na ponte de pedra, desta Vila até a Barroca, na casa onde o comemorado nasceu»[150].

A inauguração das lápides comemorativas do bispo D. Estevão de Alencastre teria ficado agendada, por resolução camarária, para o dia 15 de agosto de 1945, pelas 12 horas. Para tal cerimónia, a Câmara decidiu convidar oficialmente o Concelho Municipal, a Mocidade Portuguesa, os Escuteiros, o professorado, a Ação Católica, o vigário, a Sociedade Musical do Porto Santo e as entidades oficiais e particulares[151].

Mais uma vez, por deliberação da Câmara Municipal, esta resolução foi alterada, devido a uma nova proposta do presidente Agostinho António, conforme se pode ler no livro de atas da Câmara Municipal:

> «Tendo-se em atenção que a inauguração das lápides, tendentes a perpetuar a saudosa memória do Bispo D. Estevão de Alencastre, deve ser feita imprimindo-se-lhe o maior cunho de solenidade possível; considerando que S. Ex.ª, o Governador Civil do Distrito do Funchal, no próximo mês de Setembro, deve vir passar alguns dias ao Porto Santo, tenho a honra de propor que a cerimónia da inauguração das referidas lápides, marcada para o dia 15 do corrente, seja transferida para um dos Domingos do aludido mês de Setembro, solicitando-se a S. Ex.ª para presidir à referida cerimónia»[152].

Esta proposta foi aceite por unanimidade e, assim, num domingo do mês de setembro de 1945[153], homenageou-se pela última vez, naquela ilha, um daqueles corajosos emigrantes que levou o nome de Portugal, da Madeira e do Porto Santo às famosas ilhas Sandwich, o arquipélago do Hawaii.

Hoje, a dita rua ainda tem o seu nome, causando, muito possivelmente, o espanto ou a surpresa de quem por ali passa. A casa esteve, durante anos, em ruínas e a lápide, que supostamente homenagearia tão ilustre figura, não está acessível ao público. Dizia: «AQUI NASCEU D. ESTEVÃO PEDRO DE ALENCASTRE QUE FOI BISPO DE ARABINA HOMENAGEM DA VEREAÇÃO DE PORTO SANTO DE 1945».

---

[150] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 10A, fls. 152-152 v.º, em reunião ordinária de 26 de maio de 1945.

[151] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 10A, fl. 161, em reunião ordinária de 26 de julho de 1945.

[152] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, liv. 10A, fl. 163, em reunião ordinária de 9 de agosto de 1945.

[153] Não nos foi possível precisar a data.

Imagem XI – Lápide em mármore evocadora de D. Estevão de Alencastre (2002)



Fonte: Fotografia da autora.

Se um dia existiu um presidente da Câmara da ilha do Porto Santo que quis render homenagem ao bispo D. Estevão de Alencastre, se um dia esse presidente se preocupou em perpetuar o nome deste seu concidadão, para que as gerações vindouras conhecessem a sua obra, que era motivo de orgulho para o Porto Santo, também um dia o desejo desse presidente foi atraiçoado pelo pouco zelo dos homens e pela implacabilidade do tempo, tal como a magnificência e a obra de D. Estevão de Alencastre foram atraiçoadas pelo esquecimento do povo que devia lembrá-lo.

Muito recentemente, depois de darmos a conhecer parte da história de vida de D. Estevão Pedro de Alencastre[154], a diocese do Funchal, a paróquia do Porto Santo e os porto-santenses, revelaram-se sensibilizados pela existência deste bispo que partira menino do Porto Santo e que se havia tornado numa figura ímpar da História da Igreja Católica do Hawaii. A casa da família Alencastre, na ilha do Porto Santo, foi recuperada – é presentemente alugada em regime de "Alojamento Local" – e na parede frontal foi colocada uma placa de mármore – que não é a original – com a inscrição: «AQUI NASCEU D. ESTÊVÃO PEDRO DE ALENCASTRE QUE FOI BISPO DE HAWAI HOMENAGEM DA VEREAÇÃO DE PORTO SANTO DE 1945».

[154] CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*.

Imagens XII e XIII – Casa recuperada com a respetiva placa evocadora de D. Estevão de Alencastre (2024)



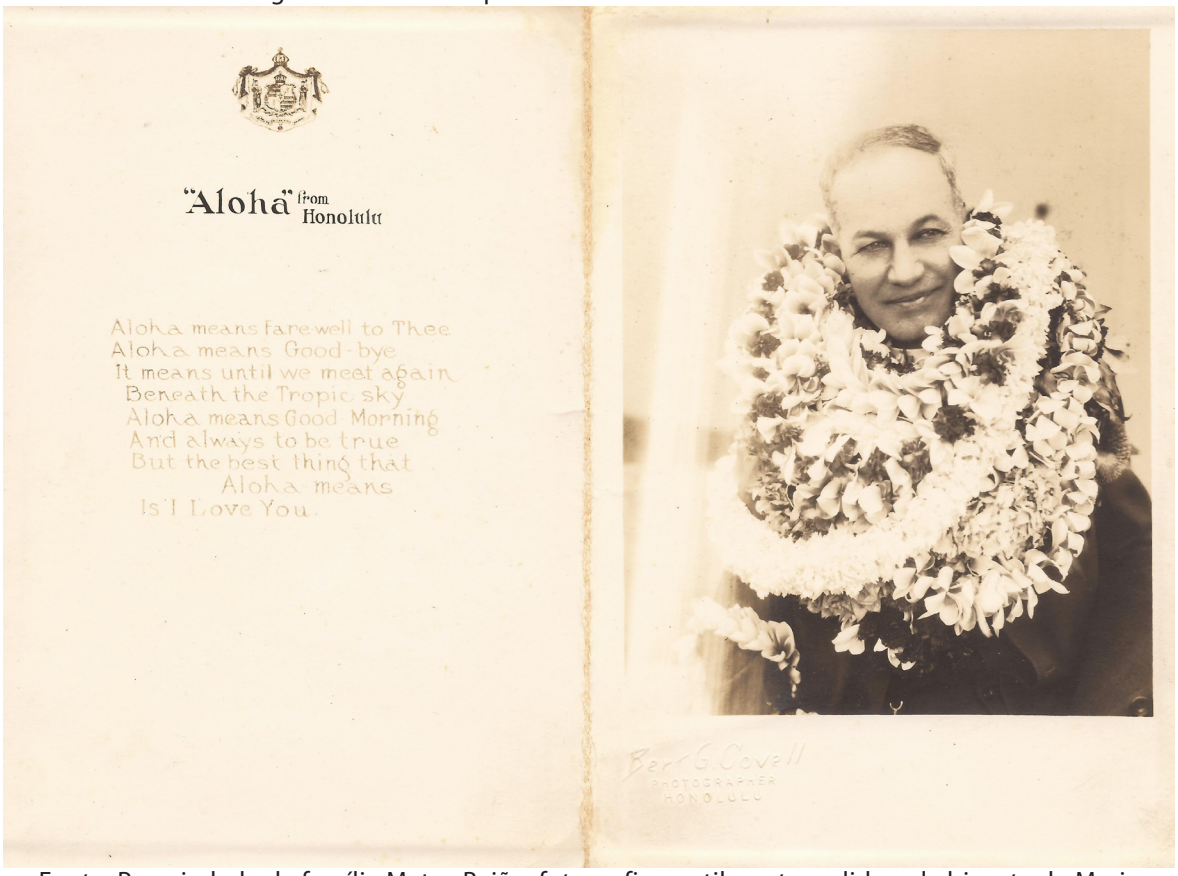


Fonte: Fotografias da autora.

Que a História se escreva e que a memória perdure para que figuras dignas do passado sejam lembradas, sempre. «Aloha! Bishop Stephen, beloved of God and men, whose memory is in benediction; we have loved you in life, we will not forget you in death. Aloha!»[155]

[155] *The Honolulu Advertiser*, 16 de novembro de 1940, p. 1; *The Catholic Herald*, 15 de novembro de 1940, p. 2.

Imagem XIV – Bilhete-postal alusivo a D. Estevão de Alencastre



Fonte: Propriedade da família Matos Baião; fotografia gentilmente cedida pela bisneta de Maria Amélia Matos Baião e Teodoro João Baião, Maria Amélia da Silva Vieira Valente-Perfeito.

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira

ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Executivo Municipal, Atas, livs. 3A e 10A.
ABM, Governo Civil do Funchal, Autoridades Diversas (Registo de Correspondência), livs. 95 e 141.
ABM, Governo Civil do Funchal, Correspondência Entrada (Registo de), liv. 375.
ABM, Governo Civil do Funchal, Processos de Passaporte, cxs. 34 e 35.
ABM, Paroquiais, Porto Santo, Batismos, livs. 988, 6269, 6274, 6276A.
ABM, Paroquiais, Porto Santo, Casamentos, liv. 6298.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHDMNE, Cartas de Canavarro, cx. 1067.

Hawaii State Archives e Hawaii State Library

Correspondência de Hillebrand, Departamento do Interior, Hawaiian Official Abroad, Foreign Affairs and Executive Office, Immigration, Portuguese

Periódicos Portugueses

Correio da Madeira.
Diário da Madeira.
Diário de Notícias.
Direito (O).
Esperança (A).
Jornal (O).
Lanterna (A).
Mocidade (A).
Voz da Fátima.
Voz do Povo (A).

Periódicos Havaianos

Catholic Herald (The).
Honolulu Advertiser (The).
Honolulu Star-Bulletin.
Pacific Commercial Advertiser.

Bibliografia Geral

BUNSON, Maggie, 1977, *Faith in Paradise: A Century and a Half of the Roman Catholic Church in Hawaii*, Boston, St. Paul Editions.

CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Coleção Teses, n.º 7, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

COMAN, Katharine, 1903, *The History of Contract Labor in the Hawaiian Islands*, New York, The Macmillan Co.

FELIX, John Henry e SENECAL, Peter F., 1978, *The Portuguese in Hawaii*, Honolulu, Edição dos Autores.

FERRARIS, M. Rita, 2000, *Remembering: 175 Years of Mission SS. CC. in Hawaii*, Honolulu, Congregation of the Sacred Hearts Provincial Archives.

KUYKENDALL, Ralph S., 1965, *The Hawaiian Kingdom (1778-1854), Foundation and Transformation*, vol. I, Honolulu, University of Hawaii Press.

POPE, T., 1918, «William Hillebrand», in *Thrum's Annual for 1919*, Honolulu, Press Publishing Company, pp. 53-60.

RENDELL, J. M., 1881, *A handbook of Madeira – Concise handbook of the island of Madeira with a plan of Funchal and Map of the island*, London, C. Kegan Paul & C.ª.

SCHOOFS, Robert, 1978, *Pioneers of the Faith: History of the Catholic Mission in Hawaii (1827-1940*), Honolulu, SS.CC., ed. by Louis Boeynaems.

SILVA, Padre Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

SPRANGER, Ana Isabel, 2001, «O Quotidiano dos Ilhéus no Hawai após o contrato no século XIX», in *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 159-172.

S.A., 1878, *Breve Noticia Ácerca das Ilhas Sandwich e das vantagens que ellas offerecem á emigração que as procure*, Funchal, Typographia Liberal.

S.A., 1901, «The Catholic Church in Hawaii», in *Paradise of the Pacific*, vol. XIV, pp. 55-57.

S.A., 1970, *Names and Insignia of Hawaii*, Honolulu, Hawaii State Library.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 687-719
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Tutankhamon na Madeira. Relatos na Imprensa Portuguesa Insular (1922-1939)

Tutankhamun in Madeira. Reports in the Portuguese Insular Press (1922-1939)

José das Candeias Sales[1]
Susana Mota[2]

Resumo

Entre 2016 e 2023, conduzimos o Projecto de Investigação, no domínio dos estudos da recepção do antigo Egipto, *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)*, com o objectivo de identificar, reunir, classificar e analisar as notícias publicadas pela imprensa portuguesa sobre a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon. Por questões de natureza essencialmente logística, optou-se por cingir a recolha aos periódicos publicados em Portugal Continental. Concluída a investigação sobre as 234 notícias compulsadas, decidimos avançar para a concretização de um processo semelhante aplicado à imprensa madeirense.

[1] Professor Catedrático do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta. Exerce investigação e docência na área da História Antiga – Egiptologia. Investigador integrado do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. Actualmente é co-responsável pelo projecto de investigação *Egiptomania em Portugal: Caminhos da recepção do antigo Egipto em contexto português*. Co-coordenou também o projeto de investigação *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*. Co-autor do *e-book Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939). De um projeto de investigação a uma exposição comemorativa*. É actualmente corresponsável pelo projeto de publicação da *Global History of The Reception of Ancient Egypt*. Contacto: jose.sales@uab.pt.

[2] Doutorada em História, vertente de Egiptologia. Investigadora no Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. Entre 2016 e 2023 foi corresponsável pelo projeto de investigação *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*. É co-autora do e-book *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939). De um projeto de investigação a uma exposição comemorativa*. É actualmente corresponsável pelo projeto de publicação da *Global History of The Reception of Ancient Egypt* e pelo projecto de investigação *Egiptomania em Portugal: Caminhos da recepção do antigo Egipto em contexto português*. Contacto: susana-mota@hotmail.com.

Neste sentido, recorrendo aos periódicos disponibilizados (*online* e *offline*) pelo Arquivo e Biblioteca da Madeira, foram consultados os jornais publicados entre 4 de Novembro de 1922 (data da descoberta do túmulo de Tutankhamon) e meados de Março de 1939 (Howard Carter, o arqueólogo responsável pela descoberta, faleceu a 2 de Março) com o objectivo de perceber se na Madeira, tal como no Continente, a imprensa acompanhou e noticiou esta impactante descoberta arqueológica. Daqui decorreu a identificação de mais de 60 notícias publicadas em quatro diferentes jornais (*Correio da Madeira*; *Diário da Madeira*; *Diário de Notícias*; *Jornal da Madeira*). Estes dados, só por si, permitem concluir que a imprensa madeirense esteve também atenta a este evento e fez questão de o dar a conhecer, de forma regular, aos seus leitores.

Partindo da análise quantitativa e qualitativa a estas notícias, é objectivo deste artigo dar a conhecer de que forma a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon foi noticiada na Madeira, quais os tipos de notícias, quais os temas mais explorados e como foram abordados, de modo a perceber de que forma os madeirenses, leitores de jornais, dos anos 20 e 30 do século XX, puderam contactar com o antigo Egipto através da figura do faraó Tutankhamon e da descoberta do seu túmulo.

Palavras-chave: Recepção do antigo Egipto; Tutankhamon; Madeira; Imprensa; Howard Carter; Lord Carnarvon.

Abstract

Between 2016 and 2023 we conducted a research project in the field of the studies of reception of Ancient Egypt, *Tutankhamun in Portugal. Reports in the Portuguese Press (1922-1939)*, with the aim of identifying, gathering, classifying, and analyzing the news published in the Portuguese press about the discovery and excavation of the tomb of the pharaoh Tutankhamun. For essentially logistical reasons, it was decided to limit the gathering to periodicals published in mainland Portugal. Once we had completed our investigation of the 234 news items we had compiled, we decided to carry out a similar process for the Madeiran press.

To this end, using the periodicals made available (online and offline) by the Arquivo e Biblioteca da Madeira, we consulted the newspapers published between 4 November 1922 (the date of the discovery of Tutankhamun's tomb) and mid-March 1939 (Howard Carter, the archaeologist responsible for the discovery, died on 2 March), with the purpose of finding out whether the press in Madeira, as on the mainland, followed and reported on this significant archaeological discovery. This led to the identification of more than 60 news items published in four different newspapers (*Correio da Madeira*; *Diário da Madeira*; *Diário de Notícias*; *Jornal da Madeira*). This data alone allows us to conclude that also the Madeiran press was attentive to this event and made a point of regularly reporting it to its readers.

Based on a quantitative and qualitative analysis of these news items, the aim of this paper is to find out how the discovery of the tomb of the pharaoh Tutankhamun was reported in Madeira, what types of news items were featured, what the most explored themes were and how they were approached, in order to understand how Madeira's newspaper readers in the 1920s and 1930s were able to get in touch with Ancient Egypt through the figure of the pharaoh Tutankhamun and the discovery of his tomb.

Keywords: Reception of Ancient Egypt; Tutankhamun; Madeira; Press; Howard Carter; Lord Carnarvon.

Introdução

Entre 2016 e 2023, conduzimos o Projecto de Investigação, no domínio dos estudos da recepção do antigo Egipto, *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)*, com o objectivo de identificar, reunir, classificar e analisar as notícias publicadas pela imprensa portuguesa sobre a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon.

Esta investigação permitiu identificar 234 notícias, de diferentes tipologias, publicadas em 28 jornais e revistas de Portugal Continental, entre 1922 e 1939. A análise, quantitativa e qualitativa, dessas notícias permitiu perceber como a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon foi dada a conhecer aos leitores de jornais portugueses, quais os temas mais tratados, de que forma eles foram abordados e quais os impactos que esta informação teve na coeva cultura portuguesa[3].

Por questões de natureza essencialmente logística, optou-se por cingir a recolha das notícias sobre este tema aos periódicos publicados em Portugal Continental. Neste momento, concluída essa investigação, decidimos avançar para a concretização de um processo semelhante aplicado à imprensa madeirense.

Tal como na investigação realizada com os periódicos publicados em Portugal Continental, o período temporal definido para a recolha das notícias medeia entre 4 de Novembro de 1922, a data da descoberta do primeiro degrau que dava acesso ao túmulo de Tutankhamon, e 1939, pois foi neste ano (2 de Março de 1939) que faleceu Howard Carter, o arqueólogo responsável pela descoberta, e que ocorreu a descoberta de outros túmulos intactos em Tânis, no Delta ocidental, pelo arqueólogo francês Pierre Montet (21 de Março), que se acreditou à época ser uma descoberta capaz de rivalizar, em interesse e impacto, com a descoberta do túmulo do jovem faraó, embora tal não se tenha verificado[4].

---

[3] Para uma perspectiva global sobre o Projecto de Investigação *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)*, ver: SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […].

[4] O faraó Tutankhamon, após a descoberta do seu túmulo em 1922 e até aos dias de hoje, reveste-se das características de uma estrela da cultura pop, de um ícone. O impacto da figura do faraó, do seu túmulo e, em grande medida, da maldição que habitualmente lhe é associada, não têm paralelo. Nenhuma outra descoberta arqueológica conseguiu este tipo de impacto, independentemente da sua relevância intrínseca. A recepção, a adaptação, a presença do faraó Tutankhamon nos mais múltiplos e variados domínios (como o cinema, a literatura, a moda, a música, etc.) é de tal dimensão que, no seio da Egiptomania, tem uma tipologia própria: a Tutmania.

Assim, recorrendo aos periódicos disponibilizados (online e offline) pelo Arquivo e Biblioteca da Madeira, foram consultados os jornais publicados neste lapso cronológico, com o objectivo de perceber se na Madeira, tal como no Continente, a imprensa acompanhou e noticiou esta impactante descoberta arqueológica.

Seguindo o modelo aplicado às notícias identificadas na imprensa continental, recorrendo a uma análise quantitativa e qualitativa das notícias, é objectivo deste artigo dar a conhecer de que forma a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon foi noticiada na Madeira, quais os tipos de notícias, quais os temas mais explorados e como foram abordados, de modo a perceber como os madeirenses, leitores de jornais, dos anos 20 e 30 do século XX, puderam contactar com o antigo Egipto através da figura do faraó Tutankhamon e da descoberta do seu túmulo.

Os Jornais e as Notícias – Análise Quantitativa e Tipologias

Recorrendo ao site do Arquivo e Biblioteca da Madeira (Coleção de Jornais)[5] foi possível identificar os jornais em publicação na Madeira durante os 17 anos que nos ocupam (1922 e 1939), tendo-se seguido um processo de recolha-consulta fina destes jornais, em que, desde logo, foram excluídos os periódicos monotemáticos (desportivos, religiosos, sindicalistas, etc.). A grande maioria está disponível online, mas também foi igualmente necessário recorrer à consulta presencial.

Dessa consulta aos jornais em publicação entre 1922 e 1939 resultaram as seguintes evidências:

- Quatro jornais em que foram identificadas notícias relacionadas com a descoberta e escavação do túmulo de Tutankhamon: *Diário da Madeira – Folha independente*; *Jornal da Madeira*; *Diário de Notícias*; *Correio da Madeira*[6];
- Os restantes periódicos consultados não apresentaram resultados, o que estará certamente relacionado com as datas de publicação, isto é, trata-se de jornais cujo período de publicação corresponde a eventos menores de trabalhos no túmulo aos quais não foi dada atenção[7]. Estão neste rol *O Jornal* (1927-1952);

[5] Disponível em: https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/Search.aspx.

[6] Agradecemos a colaboração de Carlos Barradas, Coordenador do Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta na Madeira, sem a qual não seria possível a inclusão deste jornal.

[7] Considerando o exemplo dos periódicos de Portugal Continental, as notícias publicadas datam essencialmente de 1923 (117 notícias) e de 1924 (94 notícias), isto é, nestes dois anos encontramos 90% do total apurado.

Indepêndencia (1928-1933); *O Povo: diário republicano da tarde* (1931); *Novidades: jornal independente* (1929)*; A Informação* (1931); *Diário da Manhã* (1931-1972), etc.

Em suma, o processo de identificação e recolha das notícias permitiu identificar notícias e/ou artigos relacionados com a descoberta do túmulo de Tutankhamon e vários dos eventos a ela associados em quatro publicações diferentes, como apresentamos na Tabela 1 que sintetiza as informações relativas a estes periódicos no que respeita à sua tipologia, periodicidade, período de publicação, localidade e filiação/tendência.

Tabela 1. Caracterização das quatro publicações com notícias e/ou artigos relacionados com a descoberta do túmulo de Tutankhamon

Título	Abertura	Encerramento	Tipologia	Periodicidade	Período	Localidade	Filiação / Tendência
Correio da Madeira	1922	1932	Jornal	Diário	Matutino	Funchal	Católico
Diário da Madeira – Folha Independente	1912	1961	Jornal	Diário	Matutino	Funchal	Regionalista, tendencialmente monárquico; A partir de 1926 adere à ditadura e ao Estado Novo
Diário de Notícias	1876	–	Jornal	Diário	Matutino	Funchal	Regionalista
Jornal da Madeira	1923	1926	Jornal	Diário	Matutino	Funchal	Católico

Em síntese, considerando os aspectos essenciais de caracterização deste tipo de publicação, podemos, pois, dizer que o conjunto é composto por quatro jornais, todos diários, matutinos e publicados no Funchal[8].

No que respeita às notícias publicadas nestes jornais, identificámos um total de 64 notícias (ver Tabela 2), 25 publicadas em 1923 (39,1%), 38 publicadas em 1924 (59,4%) e uma em 1939 (1,5%), o que está alinhado com o que aconteceu em Portugal Continental[9]. Esta distribuição das notícias é plenamente justificada pelo facto de

[8] De acordo com LEMOS, 2020, *Jornais Diários Portugueses* […], p. 111: «Quanto à Madeira, recorde-se que todos os diários são publicados no Funchal, pois as outras localidades não têm capacidade para sustentar um jornal diário».

[9] Ver nota 7.

estes dois primeiros anos serem aqueles com maior número de factos ocorridos em torno da descoberta: 1923 é o ano da abertura oficial do túmulo e da morte de Lord Carnarvon; em 1924 continuam os trabalhos no túmulo e destacam-se os problemas ocorridos entre Howard Carter e o governo egípcio em torno da continuação/funcionamento dos trabalhos de escavação.

Tabela 2. Número de notícias (por ano/jornal)

Jornal	N.º de Notícias / Ano de Publicação					Total
	1922	1923	1924	1925-1938	1939	
Correio da Madeira	–	3	–	–	–	3
Diário da Madeira	–	11	18	–	–	29
Jornal da Madeira	–	–	12	–	–	12
Diário de Notícias	–	11	8	–	1	20
	–	25	38	–	1	64

Se estabelecermos uma comparação entre o número de notícias publicadas e o número de periódicos que as publicaram entre a Madeira e Portugal Continental (ver Tabela 3), rapidamente percebemos que, estatisticamente, a Madeira publicou mais notícias por jornal do que a imprensa continental (o dobro), o que rapidamente permite inferir que houve, de facto, uma atenção efectiva dada a este tema e um regular acompanhamento do mesmo, durante os anos de 1923 e 1924.

Tabela 3. Valor médio de notícias publicadas em Portugal Continental e na Madeira

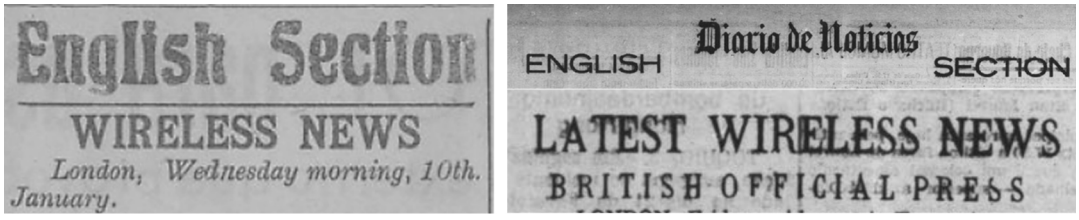
	Portugal Continental	Ilha da Madeira
Número de periódicos	28	4
Número de notícias	234	64
Média de notícias por periódico	8,4	16

Considerando as 64 notícias em termos de características intrínsecas, isto é, a sua tipologia em termos jornalísticos e mantendo uma lógica comparativa com a imprensa continental, ao contrário desta, a imprensa madeirense não segue exactamente os mesmos modelos, pelo que identificar a tipologia das notícias acaba por ser um processo mais complexo. No Continente foi possível catalogar, com alguma facilidade, as notícias em oito grandes tipologias: notícias de agência; textos originais não assinados; textos originais assinados; textos ou imagens

copiados ou adaptados de publicações estrangeiras; textos copiados de jornais portugueses; artigos de cariz "científico"; artigos de opinião e artigos de curiosidades, sendo que a grande maioria das notícias eram notícias de agência (143 notícias, 61,1%). Infelizmente, este tipo de catalogação é muito mais intrincado no que respeita às notícias publicadas nos periódicos da Madeira. Contudo, as informações disponibilizadas pelos jornais ou pelas próprias notícias e a comparação com as notícias de Portugal Continental permitem ter uma ideia sobre o tipo e a origem das notícias.

Tal como no Continente, podemos presumir que a grande maioria das notícias eram notícias da agência ou notícias telegráficas, isto é, notícias emitidas por agências de notícias via telégrafo. Esta assumpção é baseada em vários dados concretos. Primeiro, o que mais se destaca e que oferece o maior distanciamento em relação ao continente, é a existência de dois jornais – *Diário da Madeira* e *Diário de Notícias* –, com maior número de notícias (29 e 20, respectivamente), que incluíam secções em inglês[10] devidamente identificadas como *Wireless news*, no caso do *Diário da Madeira,* e *Latest Wireless News – British official press*, no caso do *Diário de Notícias* (Figura 1).

Figura 1. Cabeçalhos das secções em inglês do *Diário da Madeira* e do *Diário de Notícias*

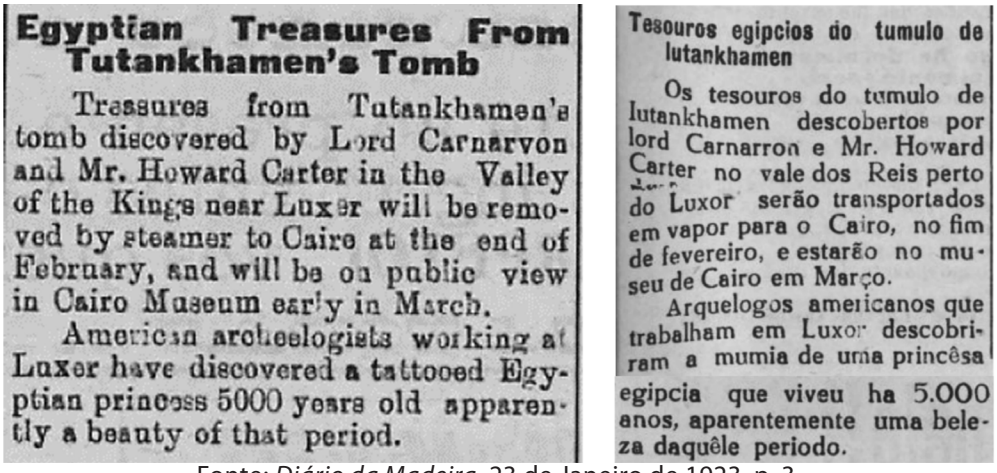


Além de publicarem as notícias em inglês, na grande maioria dos casos, estes jornais publicavam igualmente uma versão em português[11] (Figura 2). Pelo facto de usarem a mesma fonte, estes dois jornais publicaram 16 notícias iguais.

[10] A inclusão destas secções em inglês nestes jornais vai ao encontro da intenção de chegar até à comunidade de ingleses residentes na ilha, à partida mais susceptível de manifestar interesse e querer acompanhar o que os arqueólogos seus conterrâneos descobriam e faziam no Egipto. Tanto o *Diário da Madeira* como *o Diário de Notícias*, pelo seu posicionamento editorial ou até pelos interesses financeiros aos quais estavam ligados ou defendiam, consideravam relevante incluir este noticiário mais específico e direccionado. LEMOS, 2020, *Jornais Diários Portugueses* […], pp. 231 e 269; GÓIS, 2015, *A Geração do Cenáculo* […], p. 62-64.

[11] De notar que, embora sejam na prática duas notícias, os textos duplos, isto é, publicados em português e em inglês, foram contabilizados como apenas um.

Figura 2. Notícias em inglês e português publicadas no *Diário da Madeira*



Egyptian Treasures From Tutankhamen's Tomb

Treasures from Tutankhamen's tomb discovered by Lord Carnarvon and Mr. Howard Carter in the Valley of the Kings near Luxor will be removed by steamer to Cairo at the end of February, and will be on public view in Cairo Museum early in March.

American archeologists working at Luxor have discovered a tattooed Egyptian princess 5000 years old apparently a beauty of that period.

Tesouros egipcios do tumulo de Iutankhamen

Os tesouros do tumulo de Iutankhamen descobertos por lord Carnarron e Mr. Howard Carter no vale dos Reis perto do Luxor serão transportados em vapor para o Cairo, no fim de fevereiro, e estarão no museu de Cairo em Março.

Arquelogos americanos que trabalham em Luxor descobriram a mumia de uma princêsa egipcia que viveu ha 5.000 anos, aparentemente uma beleza daquêle periodo.

Fonte: *Diário da Madeira*, 23 de Janeiro de 1923, p. 3.

Considerando este tipo de notícias publicadas por estes dois periódicos, podemos avançar com pelos menos 37 notícias da tipologia de notícias de agência/telegráficas (em 64, ou seja, 58%), 20 do *Diário da Madeira* (20 em 29, ou seja, 69%) e 17 do *Diário de Notícias* (17 em 20, ou seja, 85%), (ver tabela 4).

Tabela 4. "Wireless news" publicadas pelo *Diário da Madeira* e pelo *Diário de Notícias*

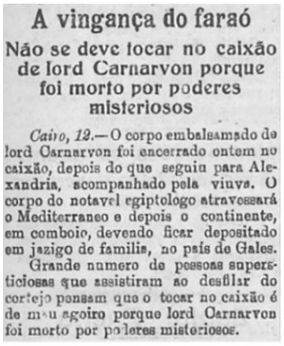
	Diário da Madeira	***Diário de Notícias***
Notícias publicadas em inglês e português	5	7
Notícias publicadas só em inglês	15	10
Total	20	17

Contudo, estas não são as únicas notícias do *corpus* a poderem ser catalogadas nesta categoria. Vejamos os restantes casos.

O *Diário da Madeira*, a 19 de Abril de 1923, publicou uma notícia que já fora publicada pela imprensa continental em três diferentes jornais, mais exactamente no *Diário de Notícias* (13.04.1923, p. 2), em *O Mundo* (13.04.1923, p. 1) e no *Jornal de Notícias* (14.04.1923, p. 1), e, neste caso, a presença da letra "R" no final do texto do *Diário de Notícias* permite-nos perceber que se tratava de uma notícia da *Agência Radio*[12] (Figura 3).

[12] Sempre que essa informação é disponibilizada, o nome da agência de notícias/telegráfica responsável pela notícia aparece no final da mesma com o nome completo da agência ou simplesmente recorrendo às suas iniciais. SALES & MOTA, 2021, «As agências de notícias portuguesas/em Portugal […]».

Figura 3. Notícias iguais publicadas pelo *Diário da Madeira,* pelo *Diário de Notícias* e por *O Mundo*



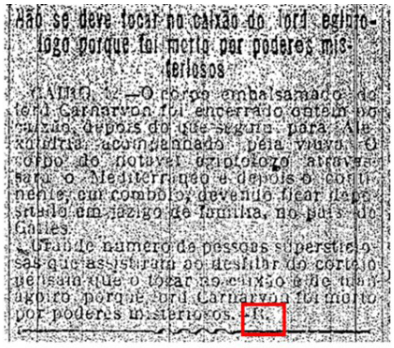
A vingança do faraó

Não se deve tocar no caixão de lord Carnarvon porque foi morto por poderes misteriosos

Cairo, 12.—O corpo embalsamado de lord Carnarvon foi encerrado ontem no caixão, depois do que seguiu para Alexandria, acompanhado pela viuva. O corpo do notavel egiptologo atravessará o Mediterraneo e depois o continente, em comboio, devendo ficar depositado em jazigo de familia, no país de Gales.

Grande numero de pessoas supersticiosas que assistiram ao desfilar do cortejo pensam que o tocar no caixão é de mau agoiro porque lord Carnarvon foi morto por poderes misteriosos.

Diário da Madeira (19.04.1923)



não se deve tocar no caixão do lord egiptologo porque foi morto por poderes misteriosos

CAIRO, 12.—O corpo embalsamado de lord Carnarvon foi encerrado ontem no caixão, depois do que seguiu para Alexandria, acompanhado pela viuva. O corpo do notavel egiptologo atravessará o Mediterraneo e depois o continente, em comboio, devendo ficar depositado em jazigo de familia, no país de Gales.

Grande numero de pessoas supersticiosas que assistiram ao desfilar do cortejo pensam que o tocar no caixão é de mau agouro porque lord Carnarvon foi morto por poderes misteriosos.

Diário de Notícias (13.04.1923)



Lord Carnarvon

O corpo está em transito para a Inglaterra

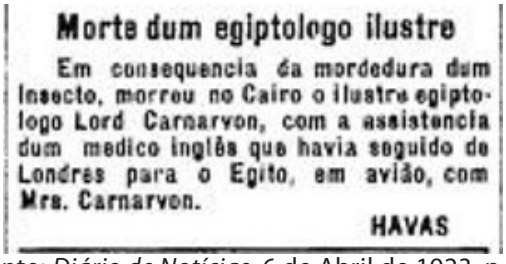
CAIRO, 12.—O corpo embalsamado de lord Carnarvon foi encerrado ontem no caixão, tendo seguido para Alexandria acompanhado pela sua viuva, devendo atravessar o Mediterraneo e depois o continente em comboio, ficando depositado no jazigo de familia no país de Gales. Grande numero de pessoas supersticiosas que assistiram ao desfilar do cortejo pensam que tocar no caixão é de mau agouro porque lord Carnarvon foi morto por poderes misteriosos.

O Mundo (13.04.1923)

Fontes: *Diário da Madeira*, 19 de Abril de 1923, p. 2; *Diário de Notícias*, 13 de Abril de 1923, p. 2; e *O Mundo*, 13 de Abril de 1923, p. 1.

O *Diário de Notícias,* a 6 de Abril de 1923, p. 3, publicou a única notícia onde a agência responsável é claramente identificada no final, neste caso a agência *Havas* (Figura 4). O *Jornal da Madeira* (17.02.1924, p. 2) publicou uma notícia em português que é uma versão reduzida e traduzida da mesma notícia publicada pelo *Diário da Madeira* nessa mesma data. Esta notícia e a que foi publicada a 15 de Fevereiro (p. 2) têm, no final, a indicação "Radio-Especial" (Figura 5).

Figura 4. Notícia da *Havas* publicada pelo *Diário de Notícias*



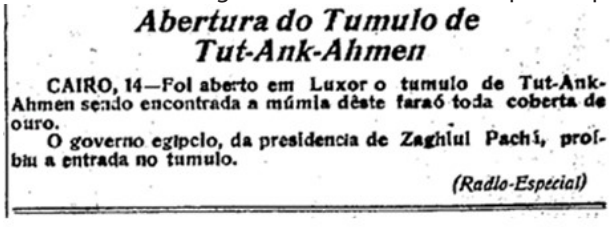
Morte dum egiptologo ilustre

Em consequencia da mordedura dum insecto, morreu no Cairo o ilustre egiptologo Lord Carnarvon, com a assistencia dum medico inglês que havia seguido de Londres para o Egito, em avião, com Mrs. Carnarvon.

HAVAS

Fonte: *Diário de Notícias*, 6 de Abril de 1923, p. 3.

Figura 5. Notícias "Radio-Especial" publicadas pelo *Jornal da Madeira*



Abertura do Tumulo de Tut-Ank-Ahmen

CAIRO, 14—Foi aberto em Luxor o tumulo de Tut-Ank-Ahmen sendo encontrada a múmia dêste faraó toda coberta de ouro.

O governo egipcio, da presidencia de Zaghlul Pachá, proibiu a entrada no tumulo.

(Radio-Especial)

Jornal da Madeira (15.02.1924)



O Tumulo de Tut-Ank-Ahmen e o Governo Egipcio

CAIRO, 16—A causa imediata que deu origem ás divergencias suscitadas entre o governo egipcio e Sir Carter, explorador do tumulo, de Tut-Ank-Ahmen, foi a proibição de entrarem naquele recinto alguns dos amigos do investigador.

O Governo egipcio colocou guardas na porta do tumulo de faraó para evitar a entrada do proprio Carter, permitindo comtudo que o publico o possa visitar

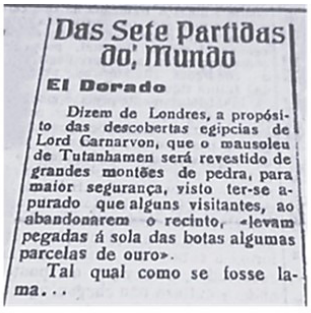
(Radio-Especial)

Jornal da Madeira (17.02.1924)

Fontes: *Jornal da Madeira*, 15 de Fevereiro de 1924, p. 2 e 17 de Fevereiro de 1924, p. 2.

Além destes casos de inferência mais directa, devemos ainda considerar para esta tipologia de notícias de agência/telegráficas os casos que, mesmo sem outra informação mais concreta, utilizam expressões e/ou informações típicas deste tipo de notícias, como seja incluir no início a localidade de origem e a data, como, por exemplo «Cairo, 31 […]», e usar frases como: «Dizem de Londres […]» ou «[…] segundo comunicam do Cairo […]» (Figura 6).

Figura 6. Notícias cujas informações indirectas permitem inferir tratar-se de notícias de agência/telegráficas



Das Sete Partidas do Mundo

El Dorado

Dizem de Londres, a propósito das descobertas egipcias de Lord Carnarvon, que o mausoleu de Tutanhamen será revestido de grandes montões de pedra, para maior segurança, visto ter-se apurado que alguns visitantes, ao abandonarem o recinto, «levam pegadas á sola das botas algumas parcelas de ouro».

Tal qual como se fosse lama...

Correio da Madeira (03.03.1923)



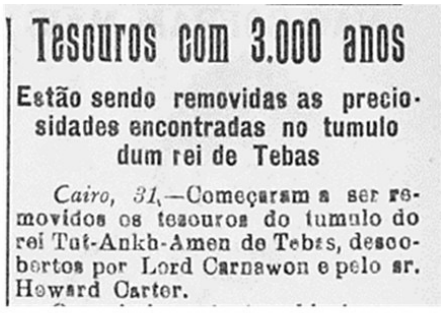
Das Sete Partidas do Mundo

Lord Carnarvon

Este célebre exumador de múmias egípcias foi, segundo comunicam do Cairo, mordido últimamente por um mosquito.

A condessa de Carnarvon seguiu de Marselha para o Cairo.

Correio da Madeira (24.03.1923)



Tesouros com 3.000 anos

Estão sendo removidas as preciosidades encontradas no tumulo dum rei de Tebas

Cairo, 31.—Começaram a ser removidos os tesouros do tumulo do rei Tut-Ankh-Amen de Tebas, descobertos por Lord Carnawon e pelo sr. Howard Carter.

Diário da Madeira (11.01.1923)

Fontes: *Correio da Madeira*, 3 e 24 de Março de 1923; e *Diário da Madeira*, 11 de Janeiro de 1923.

Desta forma, além das 37 notícias da tipologia de notícias de agência/telegráficas contabilizadas antes, devemos ainda acrescentar mais os quatro casos mais directos e 13 de inferência indirecta, sendo, assim, possível identificar 54 notícias desta tipologia (84%).

As restantes dez notícias distinguem-se por serem três textos originais não assinados, cinco textos copiados/adaptados de notícias publicadas em jornais de Portugal Continental e duas notícias sem tipologia atribuída por não apresentarem dados que o permitam fazer.

Na tipologia "Textos originais não assinados" devemos destacar o texto do *Jornal da Madeira,* de 5 de Fevereiro de 1924 pois, apesar de se poder catalogar como sendo original, na verdade o autor fez questão de fundamentar o conteúdo com informações emanadas de notícias de agência:

> «Um nosso radio-especial, do dia 30 de Janeiro, diz que foi constituído o governo egipcio sob a presidência de Kaghlul Pachá. Por outro lado a agencia radio telegráfica Lusitania, comunicou do Cairo para o imprensa da capital, com data de 20 do mesmo mês, que Zaghlul Pachá, no caso de ser nomeado Primeiro Ministro, proibirá os trabalhos de escavação no tumulo de Tut-Ank-Ahmen […]» (p. 1)

Na tipologia "textos copiados/adaptados de notícias publicadas em jornais de Portugal Continental" encontramos diferentes situações, que sistematizamos na Tabela 5:

Tabela 5. "Genealogia" das notícias copiadas/adaptadas de notícias publicadas em jornais de Portugal Continental

Notícias publicadas na imprensa madeirense	**Notícia "original" publicada na imprensa de Portugal Continental**	**Outras notícias copiadas do mesmo "original" português**	**Notícia original**
Diário da Madeira (15.04.1923, p. 1)	*Diário de Lisboa* (09.04.1923, p. 7)	*Comércio do Porto – Ed. tarde* (16.04.1923, p. 1)	*Le Matin* (06.04.1923, pp. 1 e 3)
Diário da Madeira (18.04.1923, p. 2)	*A Capital* (10.04.1923, p. 2)	*Comércio do Porto – Ed. tarde* (13.04.1923, p. 1)	*Le Matin* (08.04.1923, p. 3)
Jornal da Madeira (20.02.1924, p. 2)	*O Século* (14.02.1924, p. 1)	*Diário de Lisboa* (16.02.1924, p. 7) *Comércio do Porto – Ed. tarde* (16.02.1924, p. 4)	*Le Matin* (11.02.1923, pp. 1 e 2)
Jornal da Madeira (28.02.1924, p. 2)	*A Capital* (11.02.1924, p. 1)	*O Comércio do Porto – Ed. tarde* (28.02.1924, p. 2)	*Le Matin* (04.02.1924, p. 1)
Jornal da Madeira (13.03.1924, p. 3)	*Diário de Lisboa* (15.02.1924, p. 7)	___	*Le Petit Parisien* (13.02.1924, p. 1 e 14.02.1924, p. 1)

Como se pode perceber por esta tabela, a prática de copiar/adaptar notícias de jornais estrangeiros (geralmente franceses) e também a prática de copiar textos de outros jornais nacionais era comum na imprensa insular como foi na continental[13].

Em suma, o *corpus* de notícias reunido, proveniente de quatro jornais, é composto por 64 notícias (25 de 1923 e 38 de 1924). A maioria destas notícias são notícias de agência/telegráficas (54, 84%), mas, a exemplo do que aconteceu no *corpus* reunido em Portugal Continental, encontramos também notícias originais e notícias copiadas de outros periódicos nacionais.

[13] No *corpus* de notícias reunido a partir da imprensa de Portugal Continental identificaram-se 23 notícias copiadas/adaptadas de publicações estrangeiras e 12 copiadas de jornais nacionais. SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […], pp. 46-47.

Os Jornais e as Notícias – Análise Qualitativa (Temas e Subtemas)

As 64 notícias cujas características acabámos de apresentar foram, com vista a facilitar a análise de conteúdo, por nós categorizadas em Temas, tendo em conta os assuntos abordados no texto. Desta forma, chegámos a uma lista de dez Temas (Tabela 6[14]). Para uma identificação ainda mais exacta do conteúdo, foram também atribuídos Subtemas que ajudam a especificar/distinguir determinadas particularidades no âmbito de cada Tema, num total de 20 (Tabela 7).

Tabela 6. Lista de Temas das notícias (totais e por jornal)

TEMA	N.º ocorrências	*Correio da Madeira*	*Diário da Madeira*	*Diário de Notícias*	*Jornal da Madeira*
Problemas entre Howard Carter e governo egípcio	**17**	–	6	**5**	**6**
Morte/Trasladação de Lord Carnarvon	**14**	–	**8**	**5**	1
Trabalhos no túmulo	**12**	2	5	4	1
Abertura/Encerramento do túmulo	10	–	5	3	2
Doença de Lord Carnarvon	4	1	2	1	–
Doença de Howard Carter	3	–	1	1	1
Outras questões	3	–	2	1	–
Maldição	2	–	1	–	1
Descoberta do túmulo	1	–	–	1	–
Morte de Howard Carter	1	–	–	1	–

Tabela 7. Lista de Subtemas das notícias (totais e por jornal)

Subtemas	N.º ocorrências	*Correio da Madeira*	*Diário da Madeira*	*Diário de Notícias*	*Jornal da Madeira*
Outros assuntos	**8**	2	2	**3**	1
Sem maldição	**8**	1	**3**	**4**	–
Com maldição	**6**	–	**4**	–	**2**
Suspensão dos trabalhos/ Cancelamento de licença de Carter	**6**	–	2	2	**2**
Abertura do sarcófago	5	–	1	1	**3**
Abertura oficial do túmulo	5	–	**3**	2	–
Negociações	5	–	2	2	1
Questão nos tribunais/Processo contra Howard Carter	5	–	**3**	1	1
Relevância da descoberta	3	–	2	1	–

[14] De notar que o número total de ocorrências de Temas e Subtemas é superior ao número de notícias uma vez que existem notícias às quais foram atribuídos mais do que um Tema/ Subtema.

Riquezas/Tesouros	3	–	2	1	–
Descoberta da múmia	2	–	1	1	–
Outras descobertas (Múmia de Princesa em Luxor)	2	–	1	1	–
Reabertura do túmulo	2	–	1	1	–
Transporte e exposição	2	–	1	1	–
Abertura da câmara funerária	1	–	1	–	–
Ameaça do faraó	1	–	1	–	–
Maldição da filha do faraó	1	–	–	–	1
Mobiliário	1	–	1	–	–
Novo acordo/Continuação das escavações com Carter	1	–	–	–	1
Sarcófagos	1	–	1	–	–

A lista dos Temas permite facilmente perceber que os factos essenciais em torno da descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon, principalmente no que respeita aos anos de 1923 e 1924, foram cobertos e noticiados na imprensa madeirense, sendo que se destacam nos três primeiros lugares dos assuntos mais abordados os "Problemas entre Howard Carter e governo egípcio" (17 notícias), a "Morte/Trasladação de Lord Carnarvon" (14 notícias) e "Trabalhos no túmulo" (12 notícias).

No que respeita aos Subtemas, temos o primeiro lugar partilhado, com oito notícias, entre "Outros assuntos", aplicado a questões menores ou não identificadas, e "Sem maldição", associado ao Tema da "Morte/Trasladação de Lord Carnarvon"; o segundo lugar também é partilhado, com seis notícias, neste caso entre "Com Maldição", com a mesma associação que o anterior, e "Suspensão dos trabalhos/ Cancelamento de licença de Carter" dependente do Tema mais presente ("Problemas entre Howard Carter e governo egípcio").

Vejamos com mais detalhe de que forma foram apresentados e explorados os três Temas principais para os leitores da imprensa local madeirense.

Como indicámos, o Tema com maior número de notícias (17 notícias, 26%) foi "Problemas entre Howard Carter e governo egípcio", estando presente em três dos quatro jornais representados, sendo o Tema preponderante no *Jornal da Madeira* (seis notícias), assim como no *Diário de Notícias* (cinco notícias, a par com o Tema da "Morte/Trasladação de Lord Carnarvon"), e tem a segunda posição no *Diário da Madeira* (seis notícias). As seis notícias do *Diário da Madeira* foram todas publicadas

exclusivamente em inglês, enquanto o *Diário de Notícias* publicou duas apenas em inglês e três em português e inglês. O *Jornal da Madeira*, que só publicava em português, foi o primeiro a noticiar o Tema, a 5 de Fevereiro de 1924.

Estas notícias davam nota dos desentendimentos que surgiram sobre a continuação dos trabalhos arqueológicos no túmulo após a morte de Lord Carnarvon que era, na realidade, o detentor da concessão, e contemplam cinco Subtemas: "Suspensão dos trabalhos/Cancelamento de licença de Carter"; "Negociações"; "Questão nos tribunais/Processo contra Howard Carter"; "Novo acordo/Continuação das escavações com Carter" e "Outros assuntos".

Este Tema tem uma natureza essencialmente política, estreitamente ligada à problemática do domínio inglês no Egipto[15]. Por este motivo, não admira a opção do *Diário da Madeira* e do *Diário de Notícias* pela publicação destas notícias em inglês, percebendo o interesse que o Tema potencialmente despertaria na colónia inglesa na ilha. No entanto, a atenção também dada a esta questão pelo *Jornal da Madeira*, assim como o facto de ser o segundo Tema mais representado na imprensa de Portugal Continental (49 notícias, c. 20%)[16], atestam que a imprensa portuguesa, de um modo geral, considerou relevante acompanhar um processo complexo, com muitos avanços e recuos, do qual dependia o futuro das escavações do túmulo de um faraó egípcio que era o Tema da moda. O *Jornal da Madeira* (05.02.1924, p. 1) deixava clara a razão da sua apreensão: «O novo governo egipcio irá privar a Historia dos documentos inéditos que sobre as mais remotas épocas da civilisação mundial estavam sendo desenterrados do tumulo daquele faraó?» (p. 1).

O *Diário de Notícias*, a 17 de Fevereiro de 1924, p. 4 numa notícia publicada em inglês e português[17], apresenta o problema e a causa aparente:

> «LONDRES, 16. – Declarou-se um conflito entre Howard Carter e as autoridades egipcias por causa da fiscalização que estas querem exercer sobre os visitantes ao tumulo de Tutankamen, e ainda por impedirem ali a entrada a um grupo de amigos daquele investigador.

[15] Para mais detalhes sobre a abrangência deste Tema, partindo da análise às notícias de Portugal Continental, ver: SALES & MOTA, 2022, «As relações de Howard Carter com o governo egípcio (1924-1925) […]».

[16] SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […], pp. 49-50.

[17] O *Jornal da Madeira* publicou a mesma notícia apenas em português. O *Diário da Madeira*, na mesma data, publicou igualmente esta notícia, mas apenas em inglês. Em ambos os jornais, a notícia em inglês abre com um parágrafo diferente do que foi publicado em português: «The deadlock at Luxor. – Howard Carter and Egyptian authorities. – A deadlock has been reached in the Valley of the King at Luxor where on Tuesday Howard Carter opened the sarcophagus of Tutankhamen and on Wednesday announced that the tomb would be closed on account of impossible restrictions an discourtesies of the Egyptian Government» (p. 5).

> O governo do Egipto mandou postar guardas ao tumulo com o fim de obstar á entrada de Carter, e fez consar que está preparando as cousas para ser ali facultada a visita ao publico» (p. 4).

Contudo, no dia anterior (16.02.1924, p. 1), o *Jornal da Madeira* já dera nota da questão, deixando muito clara a vertente política da questão:

> «CAIRO, 15 – Em virtude da proibição que fez o governo egipcio de se continuarem as investigações scientificas no tumulo de Tut-Ank-Ahmen, Howard Carter e os seus colaboradores tiveram de fechar o referido tumulo e interromper os seus trabalhos.
> Os representantes da politica inglesa no Egipto veem desfavoravelmente esta medida de Zaghlul Pachá, esperando-se a intervenção do governo inglês nesta questão» (p. 1).

O acompanhamento feito pelo *Diário da Madeira*, sempre em inglês, a 22 de Fevereiro, deu nota do cancelamento da licença de escavação que permitia a Howard Carter trabalhar no túmulo («The licence conceded to Almina Countess of Carnarvon for excavation has been cancelled, and the Director of the Antiquities Service has been ordered to continue work», p. 3), mas, no dia seguinte[18], informou que Zaghul Pacha contactara a Condessa pretendendo resolver a questão («Cairo reports that Zaghul the Egyptian Premier has telegraphed to Almina Countess of Carnarvon his anxiety to settle the tomb dispute provided that the Government's dignity is safeguarded», p. 3). No dia 26 do mesmo mês, o periódico relata a situação que ocorria nos tribunais e as alegações de ambas as partes[19]:

> «A Cairo message states that the Court there on Saturday heard Howard Carter's application for writ to restrain the Egyptain Government from entering Tutankhamen's tomb, for the Government argues that the excavation contract was with Almina, Countess of Carnarvon, and although Carter was her representative, his status was not clear. The case was adjourned until Tuesday, when Carter's counsel will reply» (p. 3).

O acompanhamento termina a 14 de Março com a informação que o tribunal decidira de forma favorável para Howard Carter: «It is stated from Cairo that the Court has issued a preliminary decision recognizing the validity of Harold Carter's proceedings against the Egyptian Government» (p. 3)[20].

Em suma, entre 5 de Fevereiro e 14 de Março de 1924, estes três jornais acompanharam o processo desde a suspensão dos trabalhos e o encerramento do túmulo, às complexas negociações e, por fim, à resolução do problema que

---

[18] O *Diário de Notícias* publicou o mesmo texto, na mesma data, também em inglês. O *Jornal da Madeira* também publicou esta notícia, mas em português, na mesma data: «CAIRO, 22 – O primeiro ministro do governo egipcio Zaghlul Pachá telegrafou á condessa de Carnarvon na sua anciedade por regular a questão do tumulo de Tut-Ank-Ahemn, contando que fique salvaguardada a dignidade do governo» (p. 2).

[19] O *Diário de Notícias* publicou o mesmo texto, na mesma data, também em inglês.

[20] SALES & MOTA, 2022, «As relações de Howard Carter com o governo egípcio (1924-1925) […]».

resultou na cedência da concessão à viúva de Lord Carnarvon e em que Howard Carter continuasse responsável pelos trabalhos de escavação do túmulo até 1932 (Figura 7).

Figura 7. Exemplos de notícias publicadas com o Tema "Problemas entre Howard Carter e governo egípcio"



No tumulo de Tut-Ank-Ahmen

Não prosseguirão as escavações?

Um nosso radio-especial, do dia 30 de Janeiro, diz que foi constituido o governo egipcio sob a presidencia de Kaghlul Pachá. Por outro lado a agencia radio telegrafica Lusitania, comunicou do Cairo para a imprensa da capital, com data de 20 do mesmo mês, que Zaghlul Pachá, no caso de ser nomeado Primeiro Ministro, proibirá os trabalhos de escavação no tumulo de Tut-Ank-Ahmen.

Qual será agora a opinião do Zaghlul sobre aqueles importantes trabalhos? O novo governo egipcio irá privar a Historia dos documentos inéditos que sobre as mais remotas épocas da civilisação mundial estavam sendo desenterrados do tumulo daquele faraó?

Não crêmos que tal suceda, mas aguardamos as resoluções do Pachá que o sem fio certamente não deixará de nos transmitir.

Jornal da Madeira (05.02.1924)

O TUMULO DE TUT-ANK-AHMEN

CAIRO, 15—Em virtude da proibição que fez o governo egipcio de se continuarem as investigações scientificas no tumulo de Tut-Ank-Ahmen, Howard Carter e os seus colaboradores tiveram de fechar o referido tumulo e interromper os seus trabalhos.

Os representantes da politica ingleza no Egipto veem desfavoravelmente esta medida de Zaghlul Pachá, esperando-se a intervenção do governo inglês nesta questão.

Jornal da Madeira (16.02.1924)

Em volta do tumulo

de Tutankamen

LONDRES, 16.—Declarou-se um conflito entre Howard Carter e as autoridades egipcias por causa da fiscalisação que estas querem exercer sobre os visitantes ao tumulo de Tutankamen, e ainda por impedirem ali a entrada a um grupo de amigos daquele investigador.

O governo do Egipto mandou postar guardas ao tumulo com o fim de obstar á entrada de Carter, e fez constar que está preparando as cousas para ser ali facultada a visita ao publico.—(Radiograma).

Diário de Notícias (17.02.1924)

Prosseguem as Pesquizas no Tumulo do Faraó

CAIRO, 21—O ministro das Obras Publicas do estado egipcio autorizou Sir Howar Carter a retomar a direcção dos trabalhos de investigação scientifica no tumulo de Tut-Ank-Ahmen. Os trabalhos, porem, deverão ser feitos conforme um plano estabelecido de acôrdo com o governo do Egipto, caso contrario, ser-lhe-ha revogada a concessão.

Jornal da Madeira (22.02.1924)

O Tumulo de Tut-Ank-Hamen e o Governo Egipcio

CAIRO, 26—O director da Arqueologia Egipcia tomou posse em nome do governo, do tumulo de Tut-Ank-Hamen, determinando a sua reabertura e exposição ao publico.

No tribunal mixto do Cairo iniciou-se um processo judicial entre Sir Howard Carter e o governo egipcio.

Jornal da Madeira (26.02.1924)

The problem of Tutankhamen's tomb.—Cairo reports that Zaghul the Egyptian Premier has telegraphed to Almina Countess of Carnarvon his anxiety to settle the tomb dispute provided that the Government's dignity is safeguarded. Meanwhile Lacau, Director general of Antiquities Department has left Cairo for Luxor to open the tomb.

Diário de Notícias (23.02.1924)

A questão do tumulo

de Tut-Ank-Hamon

LONDRES, 18.—Comunicam do Cairo que o tribunal reconheceu a legitimidade da acção intentada por Harold Carter contra o governo egipcio.—(*Radiograma*).

Diário de Notícias (14.03.1924)

Fontes: *Jornal da Madeira*, 5, 16, 22 e 26 de Fevereiro de 1924; *Diário de Notícias*, 17 e 23 de Fevereiro e 14 de Março de 1924.

As notícias que reportaram e exploraram a morte e trasladação de Lord Carnarvon são as segundas mais frequentes com 14 textos (22%), estando, igualmente, presentes em três dos quatro jornais representados: *Diário da Madeira* (oito notícias, sendo o Tema mais representado), *Diário de Notícias* (cinco notícias, o mesmo número que o Tema anterior, ambos na primeira posição) e o *Jornal da Madeira* com apenas uma notícia[21].

No que respeita a Subtemas, este Tema compreende apenas três: "Sem maldição" (sete notícias), "Com maldição" (cinco notícias), "Outros assuntos" (duas notícias), como se pode verificar na Tabela 8 com a sistematização desta distribuição pelos jornais e língua de publicação.

[21] A inexistência de mais notícias sobre este Tema no *Jornal da Madeira* é automaticamente justificada pelo facto de este jornal apenas ter iniciado a sua publicação em Novembro de 1923 e o evento em causa ter ocorrido em Abril desse mesmo ano.

Tabela 8. Subtemas do Tema "Morte/Trasladação de Lord Carnarvon" – Distribuição por jornais e língua de publicação

Periódico		***Diário de Madeira***		***Diário de Notícias***		***Jornal da Madeira***	
Língua		Português	Inglês	Português	Inglês	Português	Inglês
Subtema	**Sem maldição**	–	3	1	3	–	–
	Com maldição	4	–	–	–	1	–
	Outro assunto	–	1	–	1	–	–

Antes de avançarmos para a análise concreta e detalhada destas notícias, importa deixar uma primeira clarificação sobre os próprios Subtemas identificados relacionados com a ideia de maldição.

George Edward Stanhope Molyneux Herbert, o 5.º conde de Carnarvon, habitualmente conhecido por Lord Carnarvon, foi o financiador da exploração arqueológica que conduziu à descoberta do túmulo de Tutankhamon. Nasceu a 26 de Junho de 1866 e faleceu, com 56 anos, cerca de seis semanas depois da abertura oficial da câmara funerária do túmulo de Tutankhamon (16-17 de Fevereiro), justamente a 5 de Abril de 1923, em resultado de uma infecção na face provocada por um corte numa picada de mosquito, feito enquanto se barbeava, que lhe terá provocado uma septicémia. Aquilo que poderia ser entendido como um episódio relativamente comum, pois não era a primeira vez que um explorador falecia no decorrer da escavação[22], foi, na verdade, o mote para o surgimento na imprensa da até hoje famosa "Maldição de Tutankhamon" / "Vingança de Tutankhamon" ou "Vingança da múmia"[23]. A explicação era relativamente simples: o jovem faraó vingava-se daqueles que profanavam o seu descanso eterno.

A imprensa madeirense não escapou a esta linha noticiosa e explicativa, tal como não escapara a de Portugal Continental[24], nem a imprensa do resto do mundo que explorou este assunto de forma intensa e continuada. No entanto, na Madeira, a maioria das notícias sobre a morte de Lord Carnarvon não alude à questão da maldição (sete notícias, 50%) e, curiosamente, todas as notícias que fazem referência à questão da maldição (cinco notícias, 36%) têm em comum o

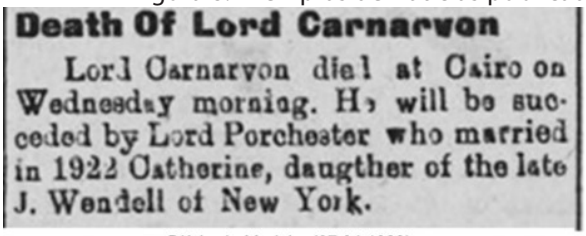
[22] Francesco Ballerini (1877-1910), por exemplo, primeiro assistente do arqueólogo e egiptólogo italiano Ernesto Schiaparelli (1856-1928) responsável, entre outras, pela descoberta, em 1904, do túmulo da rainha Nefertari (QV 66), no Vale das Rainhas, e pela escavação do também intacto túmulo do arquitecto real Kha (TT8), em Deir el Medina, em 1906, morrera da mesma forma, a 5 de Maio de 1910. REEVES, 2000, «1922. The Tomb of Tutankhamun […]», p. 165.

[23] Para mais detalhes sobre a origem e exploração mediática da "Maldição de Tutankhamon" veja-se: SALES & MOTA, 2019, «"A maldição da múmia" […]».

[24] Em Portugal Continental este Tema ocupou o terceiro lugar com 43 notícias (18%). SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […], pp. 49-50.

facto de serem escritas em português e três delas foram copiadas de notícias da imprensa de Portugal Continental. Estes dados parecem indicar que, por um lado, as notícias de agência, publicadas em inglês, direccionadas sobretudo para os ingleses na ilha, visavam apenas uma informação curta e factual sobre a morte e posterior trasladação do corpo de Lord Carnarvon, um seu conterrâneo (Figura 8); por outro lado, as notícias que quiseram explorar a questão da maldição e vingança de Tutankhamon aparentemente interessavam mais aos portugueses e, nesse cenário, nada melhor que usar textos já publicados e que amplamente exploravam o assunto (Figura 9).

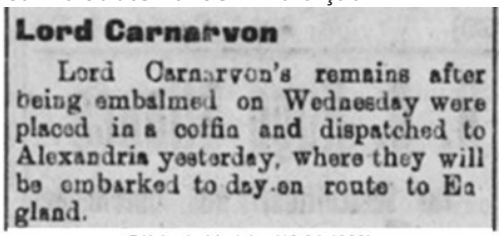
Figura 8. Exemplos de notícias publicadas com o Subtema "Sem maldição"



Death Of Lord Carnarvon

Lord Carnarvon died at Cairo on Wednesday morning. He will be succeded by Lord Porchester who married in 1922 Catherine, daugther of the late J. Wendell of New York.

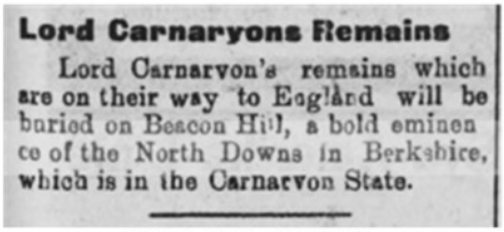
Diário da Madeira (07.04.1923)



Lord Carnarvon

Lord Carnarvon's remains after being embalmed on Wednesday were placed in a coffin and dispatched to Alexandria yesterday, where they will be embarked to day on route to England.

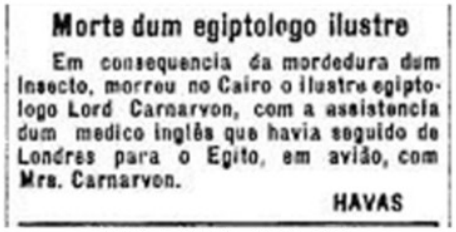
Diário da Madeira (13.04.1923)



Lord Carnaryons Remains

Lord Carnarvon's remains which are on their way to England will be buried on Beacon Hill, a bold eminence of the North Downs in Berkshire, which is in the Carnarvon State.

Diário da Madeira (16.04.1923)



Morte dum egiptologo ilustre

Em consequencia da mordedura dum insecto, morreu no Cairo o ilustre egiptologo Lord Carnarvon, com a assistencia dum medico inglês que havia seguido de Londres para o Egito, em avião, com Mrs. Carnarvon.

HAVAS

Diário de Notícias (06.04.1923)

Fontes: *Diário da Madeira*, 7, 13 e 16 de Abril de 1923; *Diário de Notícias*, 6 de Abril de 1923.

Figura 9. Três notícias com o Subtema "Com maldição" copiadas/adaptadas da imprensa continental



CARNARVON O DESCOBRIDOR DO TUMULO DE TUTANKHAMON

E o misterio da sua morte

Uma luta interessante entre a superstição e a sciencia

Lord Carnarvon, o profanador do tumulo de Tutankhamon, morreu de morte natural, ou foi vitima de alguma vingança misteriosa que fosse como o castigo dos velhos deuses á sua audacia de investigador?

Para os homens de um tempo em que as superstições caducaram, só servindo a denunciar a pequenez de espirito de um ou outro que nelas confia, lord Carnarvon morreu de doença, como qualquer outro mortal a quem a sua hora chegasse.

Nem por isso a hipotese contraria deixa de ser admitida por toda a gente que se presa. E assim não falta quem ligue o lutuoso acontecimento com as seguintes sentenças que estavam esculpidas no tumulo do Pharaó e que o lord desrespeitou:

«Que volva ao nada a mão que contra mim se erguer! Que volva ao nada a mão que atacar o meu nome, os ifeus tratos e as imagens de meu pai Cairão na fogueira de meu pai Amon! Que se acautelem com 'meu pai Amon!' Uma desgraça chegará depressa!»

A desgraça chegou. Mas, seria realmente a colera do pai Amon que a desencadeou? Nos meios egipcios julga-se que sim, e os habitantes de Luckxor, sobretudo, teem-no como uma verdade insofismavel.

Ora,que os egipcios assim o creiam, bem está—e escusamos de dizer porquê. Mas... Maria Correlli, a notavel romancista inglesa, pensa do mesmo modo, E depõe assim:

«Foi, verdadeiramente, uma picada de mosquito que determinou a morte de lord Carnarvon? Pela parte que me cabe, tenho motivos para acreditar que, penetrando na jazida funeraria de um antigo rei do egipto, um homem, seja ele quem fôr, corre perigos muito graves. E que aqueles tumulos são, geralmente, guardados e alguem que não sabemos quem seja - veia dentro deles, para que o morto não seja despojado dos seus bens.Segundo um manuscrito muito raro que tenho em meu poder—«Historia egipcia das Pirramides»—todo aquele que quebrar o selo de um sarcofago é sempre castigado de maneira terrivel. Esse manuscrito tem, até, uma longa e detalhada lista de tesouros enterrados com muitos faraós. Entre eles encontram-se diferentes venenos desconhecidos, encerrados de tal maneira em cofres especiais, que basta tocar-se-lhes para que o profanador não saiba donde a morte lhe vem»

Por sua vez, Conan Doyle afirma:

«Nenhum espirito mau evocado por um padre egipcio deve ter provocado a doença a que o sabio inglês se cumbiu, porque a morte costuma tocar como castigo — e sempre de maneira estranha—os que tentam exumar as mumias.»

E cita:

«O filho de sir Wiliam Lugram descobriu um dia uma mumia, sobre a qual estava escrita a seguinte inscrição: *aquele que me despoar será morto e irá mais de sepultura*. Com efeito, o jovem Lugram, poucos dias depois da sua descoberta, morreu numa caçada no Somaliland, sem se saber ao certo porquê, e o seu cadaver foi arrastado pela corrente impetuosa de um rio quando ia ser lhe dada a sepultura.

Que significa isto? — preguntam agora os sabios ante o cadaver de lord Carnarvon. — E a verdade é que ainda não houve maneira de'se saber ao certo de que especie de doença morreu o profanador do tumulo de Tutankhamon ..

Diário da Madeira (15.04.1923)



A vingança do faraó

Os ocultistas opinam pela vingança. Os teosofos nada podem afirmar. Os espiritas declaram-na impossivel. Os egiptólogos classificam a hipotese de pueril

Diário da Madeira (18.04.1923)



A VINGANÇA DE

TUTANKHAMEN

CONTRA

os violadores do seu tumulo os Deuses não descançarão

O dr. J. C. Mardrus, escreve no «Matin» o seguinte artigo:

«Desde a abertura do tumulo de Tutankhamen produziu-se uma serie de acontecimentos dramaticos que eu havia previsto e anunciado um mez antes, nestas colunas. E dei até o texto exacto do encantamento imprecatorio inscrito na «Stele de Malediction».

Eis os factos:

Um riquissimo «sportman» britanico, lord Caparvon, aborrecia-se nas brumas do seu paiz. Decidiu dar dinheiro a uma empreza de investigações egipcias. E por acaso descobriu-se o unico hipogeu real inviolado até hoje».

Ora esse tumulo de ha três mil e trezentos anos, além dos tesouros de arte jámais egualados, duma arte que devia ser para a Europa uma grande lição de modestia, contém ainda, «visto que está intacto e inviolado», tudo quanto os oficiantes e os mestres de cerimonias funerarias haviam incluido, nos seus ilanços, de possibilidades de salvaguarda contra os profanadores. «Insisto» nisso».

Tornava-se portanto elementar desconfiar do desconhecido, e tomar certas precauções que se impunham contra o visivel e contra o invisivel. Ora fôsse por negligencia, fôsse presumpção, nada se fez. Estamos numa epoca, em que ha espiritos fortes, com «ideias claras» sobre todas as coisas,chamando bagatelas e superstições ás crenças que reinaram durante milhares de anos no oncio da civilisação mais intelectual que floresceu na terra..

E pela primeira vez no dominio tão discreto, passivel da Egyptologia, entregaram-se ao mais desenfreado reclame de que podiam ser capazes homens d'além Mancha. Publicou-se até que o «lord»em questão iria,em certo dia e hora,fazer saír sobre a padiola dos museus, o Pharaó, que residia milenarmente na sua «morada eterna».

Que se passou? Que naquele dia e hora, saiu com efeito uma padiola do hipogeu. E o «lord»tombara morto. Primeiro acto !

E cita o articulista as vitimas que lhe seguiram, Wooll Joël, George Jay-Gould, sir Archibald Douglas que succumbiu ha pouco, quando aplicava o raio X á mumia do Pharaó, classica de segundo, terceiro e quarto acto.

Quanto ao quinto e esperamos que seja o ultimo—acrescenta—do drama faraonico, é a vicdeuta epidemia de peste, que logo depois da abertura do tumulo, caiu sobre os habitantes do Egito eterno.

O que temos de concluir do cos-

Jornal da Madeira (28.04.1924)

Fontes: *Diário da Madeira*, 15 e 18 de Abril de 1923; *Jornal da Madeira*, 28 de Abril de 1924.

Em termos de conteúdo, se as notícias "Sem maldição" pouco ou nada exploravam para além dos factos em torno da morte e trasladação de Lord Carnarvon, já as notícias "Com maldição" são mais complexas e elaboradas na sua abordagem e exploração da temática[25].

O *Diário da Madeira*, a 15 de Abril de 1923 (Figura 9, à esquerda), dez dias após a morte de Lord Carnarvon, copiando uma notícia da imprensa continental (ver Tabela 5), publica um texto que abre com uma questão, na verdade, a questão que a imprensa procurava alimentar na mente dos seus leitores: «Lord Carnarvon, o profanador do tumulo de Tutankhamon, morreu de morte natural, ou foi vitima de alguma vingança misteriosa que fosse como o castigo dos velhos deuses á sua audácia de investigador?» (p. 1). O texto prossegue salientando que, obviamente, para quem não acreditava em superstições, Carnarvon morrera de doença, mas para os outros pesava a suposta inscrição nas paredes do túmulo do jovem faraó:

> «E assim não falta quem ligue o lutuoso acontecimento com as seguintes sentenças que estavam esculpidas no tumulo do Pharaó e que o lord desrespeitou:
> "Que volva ao nada a mão que contra mim se erguer! Que volva ao nada a mão que atacar o meu nome, os meus tratos e as imagens do meu pai! Cairão na fogueira de meu pai Amon! Que se acautelem com meu pai Amon! Uma desgraça chegará depressa!"» (p. 1).

Devemos, contudo, clarificar que nem esta nem qualquer outra inscrição semelhante foi jamais encontrada no túmulo de Tutankhamon. Este é, na verdade, um dos elementos mais significativos na construção da maldição que afiançava a vingança deste faraó contra os que profanavam o seu túmulo, pois para sustentar esta teoria avançou-se com "factos" inventados, mas que, a serem reais, seriam a prova factual necessária.

Assim, com base nesta ameaça que se dizia estar inscrita no túmulo, o desfecho seria previsível: «A desgraça chegou. Mas seria realmente a colera do pai Amon que a desencadeou? Nos meios egipcios julga-se que sim, e os habitantes de Lucksor, sobretudo, teem-no como uma verdade insofismavel» (p. 1).

[25] Esta abordagem não é exclusiva da imprensa madeirense. A imprensa continental seguiu exactamente a mesma linha editorial. Para uma análise detalhada veja-se: SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […], pp. 65-82.

Para tornar a ideia ainda mais fundamentada e reforçar a condenação contida na suposta inscrição, a imprensa recorreu igualmente a ditos especialistas como Maria Correlli[26], que afirmava ter a explicação para o sucedido:

> «Mas… Maria Correlli, a notavel romancista inglesa, pensa do mesmo modo. E depõe assim:
> "Foi, verdadeiramente, uma picada de mosquito que determinou a morte de lord Carnarvon? Pela parte que me cabe, tenho motivos para acreditar que, penetrando a jazida funeraria de um antigo rei do egipto, um homem, seja ele quem fôr, corre perigos muito graves. E que aqueles tumulos são, geralmente, guardados e alguem que não sabemos quem seja – vela dentro deles, para que o morto não seja despojado dos seus bens. Segundo um manuscrito muito raro que eu tenho em meu poder – 'Historia egipcia das Piramides' – todo aquele que quebrar o selo de um sarcófago é sempre castigado de maneira terrivel. Esse manuscrito tem, até, uma longa e detalhada lista de tesouros enterrados com muitos faraós. Entre eles encontram-se diferentes venenos desconhecidos, encerrados de tal maneira em cofres especiais, que basta tocar-se-lhes para que o profanador não saiba donde a morte lhe vem."» (p. 1).

Também Arthur Conan Doyle (1859-1930), escritor inglês, famoso principalmente pela criação do detective Sherlock Holmes, mas que era um acérrimo crente e defensor do espiritualismo, validava a teoria da maldição avançando, inclusivamente, com a referência de outro caso de uma vítima de tais efeitos nocivos:

> «Por sua vez, Conan Doyle afirma:
> "Nenhum espirito mau evocado por um padre egipcio deve ter provocado a doença a que o sabio inglês secumbiu, porque a morte costuma tocar como castigo – e sempre de maneira estranha – os que tentam exumar as múmias."
> E cita:
> "O filho de sir William Lugram descobriu um dia uma mumia, sobre a qual estava escrita a seguinte inscrição: aquele que me despojar será morto e privado de sepultura. Com efeito, o jovem Lugram, poucos dias depois da sua descoberta, morreu numa caçada no Somaliland, sem se saber ao certo porquê, e o seu cadaver foi arrastado pela corrente impetuosa de um rio quando ia ser lhe dada a sepultura."» (p. 1).

Nesta busca pela explicação e validação ou refutação da dita "Maldição de Tutankhamon", o *Diário da Madeira*, três dias mais tarde, a 18 de Abril (Figura 9, ao centro), regressa ao Tema, novamente recorrendo a uma notícia já publicada no Continente (ver Tabela 5), agora apresentando as perspectivas de especialistas de

[26] Pseudónimo da escritora inglesa Mary Mackay (1855-1924), uma autora de grande sucesso, com obras relacionadas principalmente com o cristianismo, a reencarnação, a projeção astral e o misticismo.

diferentes áreas, a saber: «Os ocultistas opinam pela vingança. Os teósofos nada podem afirmar. Os espíritas declaram-na impossível. Os egiptólogos classificam a hipótese pueril» (p. 1).

Um ano mais tarde, a 28 de Fevereiro de 1924, o *Jornal da Madeira*, também recuperando uma notícia de um jornal de Lisboa (ver Tabela 5), demonstra que o Tema ainda não tinha esmorecido. O texto original pertencia ao jornal francês *Le Matin* (04.02.1924) e é criado com base numa conversa com um tal «dr. J. C. Mardrus»[27] que afirmava que já antecipara o que iria acontecer no túmulo, remetendo novamente para a afamada inscrição, mas esta, desta vez, não constava numa parede do túmulo, mas sim numa estela: «Desde a abertura do tumulo de Tutankhamen produziu-se uma serie de acontecimentos dramaticos que eu havia previsto e anunciado um mez antes, nestas colunas. E dei até o texto exacto do encantamento imprecatorio inscrito na "Stele de Malediction."» (p. 2).

Mardrus avança com explicações mais detalhadas e relata os casos de outras vítimas, tudo para oferecer uma solução explicando aquilo que ele próprio teria feito se fosse o responsável, numa hábil conjugação de ciência e misticismo:

> «Que teria feito eu se dirigisse as buscas – de que Amon se salvaguardou – e que precaução teria tomado para acautelar a minha vida e a de todos aqueles de que era responsavel?
> Teria, em primeiro lugar recorrida aos meios de defesa que nos concede a sciencia moderna para destruir a nocividade dum habito perigoso. Teria feito "o zonificar", a supersaturação, depois "subanalisar" a atmosfera viciada do hipogeu, onde pululavam há tantos seculos, me segurança, tanto na pele dos animais, nas tinturas, nas provisões e nas oferendas de qualquer especie, os sparos indestructiveis da bacteridia carbonosa, os micróbios da peste, os germens da erisipela e os enumeráveis exercitos de larvas que habitam a obscuridade.
> E, de seguida, ler-me-hia munido de algumas ampolas de sôro anti-carbonico, antevendo o anti-especifico.
> Mas tambem – afim de render homenagem ao genio da civilisação desaparecida, ás suas riquezas de espirito, á sua arte soberana, aos seus ritos, fantasmas patéticos a todo o mistério – teria depois duma saudação ao chefe do antiquíssimo protocolo, cedido o logar ao suficiente que na sua litania, faria o competente exorcismo…» (p. 2).

Nestes relatos sobre a maldição que castigava todos os que perturbaram o sono eterno de Tutankhamon fica sempre de fora a história dos muitos, a maioria, que não teve qualquer problema, mas, principalmente, a nota mais dissonante: Howard Carter,

[27] Joseph Charles Mardrus (1868-1949) foi um médico, poeta, tradutor e orientalista francês. É conhecido pela sua tradução de *As Mil e Uma Noites* do árabe para francês, publicada entre 1898 e 1904.

o descobridor, o grande responsável por todo o incómodo causado a Tutankhamon, morreu a 2 de Março de 1939, com 65 anos de idade, 17 anos depois de ter descoberto e túmulo e sete anos depois de ter concluído os respectivos trabalhos de escavação e preservação. Numa notícia em inglês, a 4 de Março de 1939, o *Diário de Notícias* anunciou a sua morte, voltando o título, curiosamente, a remeter para a maldição: «TO EGYPTIAN CURSE. LONDON. Howard Carter who, with the late Lord Carnarvon, discovered the tomb of King Tutankhamen in Egypt sixteen years ago, died yesterday in London after several months illness aged sixtyfive years» (p. 3).

Em terceiro lugar no que respeita ao número de notícias publicadas, temos o Tema "Trabalhos no túmulo", com 12 notícias (19%), sendo o primeiro Tema a estar presente nos quatro jornais considerados (Tabela 6): *Correio da Madeira* (duas notícias), *Diário da Madeira* (cinco notícias), *Diário de Notícias* (quatro notícias) e *Jornal da Madeira* (uma notícia).

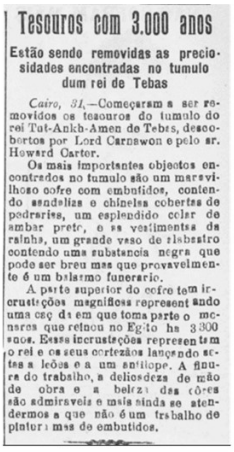
Relativamente aos Subtemas, identificaram-se sete diferentes: "Outros assuntos" (três notícias); "Riquezas e tesouros" (duas notícias); "Abertura do sarcófago" (duas notícias); "Transporte e exposição" (duas notícias); "Relevância da descoberta", "Mobiliário" e "Descoberta da múmia" (todos com uma notícia).

Este Tema dos "Trabalhos no túmulo", juntamente com o quarto mais representado – "Abertura/Encerramento do túmulo" (dez notícias)[28] –, congregam as notícias que permitiram um efectivo acompanhamento do que se passava no túmulo em termos de trabalhos arqueológicos.

De facto, considerando as 22 notícias que compõem estes dois Temas ("Trabalhos no túmulo" e "Abertura/Encerramento do túmulo"), os leitores atentos de jornais que fossem seguindo as notícias conseguiram estar a par dos passos essenciais do processo arqueológico em curso no túmulo de Tutankhamon em 1923 e 1924, desde a própria descoberta do túmulo e sua relevância, passando pelo valor histórico, artístico-patrimonial e até financeiro do conteúdo do túmulo, até à muito desejada descoberta da própria múmia (Figuras 10 e 11).

[28] Este Tema está presente em três dos quatro jornais representados: *Diário da Madeira* (cinco notícias), *Diário de Notícias* (três notícias) e *Jornal da Madeira* (duas notícias). Neste contexto, identificaram-se oito Subtemas: "Abertura oficial do túmulo" (oito notícias), "Reabertura do túmulo" (duas notícias), "Abertura do sarcófago" (duas notícias), "Descoberta da múmia", "Relevância da descoberta", "Abertura da câmara funerária", "Riquezas e tesouros", "Sarcófagos" (todos com uma notícia). Percebe-se que embora o Tema central da notícia seja diferente, em alguns casos há uma sobreposição do Subtema em relação ao Tema "Trabalhos no túmulo".

Figura 10. Exemplos de notícias com o Tema "Trabalhos no túmulo"



Tesouros com 3.000 anos

Estão sendo removidas as preciosidades encontradas no tumulo dum rei de Tebas

Cairo, 31.—Começaram a ser removidos os tesouros do tumulo do rei Tut-Ankh-Amen de Tebes, descobertos por Lord Carnawon e pelo sr. Howard Carter.

Os mais importantes objectos encontrados no tumulo são um maravilhoso cofre com embutidos, contendo sandalias e chinelas cobertas de pedrarias, um esplendido colar de ambar preto, e as vestimentas da rainha, um grande vaso de alabastro contendo uma substancia negra que pode ser breu mas que provavelmente é um balsamo funerario.

A parte superior do cofre tem incrustações magnificas representando uma cea da em que toma parte o monarca que reinou no Egito ha 3.300 anos. Essas incrustações representam o rei e os seus cortezãos lançando settas a leões e a um antilope. A figura do trabalho, a delicadeza de mão de obra e a belleza das côres são admiraveis e mais ainda se atendermos a que não é um trabalho de pintura mas de embutidos.

Diário da Madeira (11.01.1923)



Londres, Sabado de manhã, 23 de Dezembro

As descobertas de Lord Carnarvon no Egito

O rei recebeu esta manhã Lord Carnarvon no palacio de Buckingham e felecitou-o largamente pelas notaveis descobertas que elle fez no Egito.

As ultimas informações do Egito declaram que como resultado de novas investigações as descobertas são consideradas de muito maior importancia do que a principio se julgava. Não ha duvida nenhuma que este é o ultimo dos tumulos dos grandes faraós e parece ser diferente de todos os outros até agora descobertos.

Bem conhecidos arqueólogos que lá estão, declaram que o tumulo apresenta um conhecimento e concepção de arte e de explendor Imperial absolutamente sem exemplo até aquela época e nunca aproximado desde então

Diário da Madeira (16.01.1923)

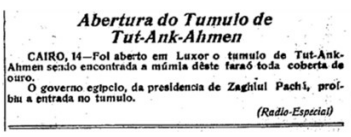


Descoberta arqueologica

Os tesouros egipcios do tumulo de Tutankhamen serão expostos no museu do Cairo

Nova descoberta duma princeza mumificada

Diário da Notícias (23.01.1923)



Abertura do Tumulo de Tut-Ank-Ahmen

CAIRO, 14—Foi aberto em Luxor o tumulo de Tut-Ank-Ahmen sendo encontrada a múmia dêste faraó toda coberta de ouro.

O governo egipcio, da presidencia de Zaghlul Pachá, proibiu a entrada no tumulo.

(Radio-Especial)

Jornal da Madeira (15.02.1924)

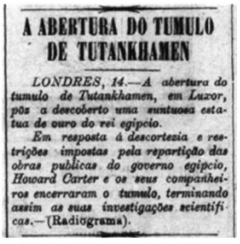
No Vale dos Reis

Continuam a ser descobertas muitas preciosidades junto ao tumulo de Tutankhamen

Cairo, 1 — Apesar do enorme calor que se está sentindo aqui, tem continuado os trabalhos no Vale dos Reis. Nas ultimas escavações feitas encontraram-se novos objectos interessantes, tais como um trabalho em madeira com esplendidos embutidos representando a Eternidade, tendo nas mãos o destino dos reis e por cima um disco solar em ouro e outros ornamentos do mesmo metal.

Foi tambem encontrado um «fauteuil» esplendidamente trabalhado mas cujos ornamentos de ouro tinham sido arrancados, assim como uma cadeira de criança que devia ter pertencido ao rei quando pequeno.

Diário da Madeira (14.04.1923)



A ABERTURA DO TUMULO DE TUTANKHAMEN

LONDRES, 14.—A abertura do tumulo de Tutankhamen, em Luxor, pôs a descoberto uma suntuosa estatua de ouro do rei egipcio.

Em resposta á descortezia e restricções impostas pela repartição das obras publicas do governo egipcio, Howard Carter e os seus companheiros encerraram o tumulo, terminando assim as suas investigações scientificas.—(Radiograma).

Diário da Notícias (15.02.1924)

Fontes: *Diário da Madeira*, 11, 16, e 23 de Janeiro de 1923; 14 de Abril de 1923; *Jornal da Madeira*, 15 de Fevereiro de 1924; *Diário de Notícias*, 15 de Fevereiro de 1924).

Figura 11. Exemplos de notícias com o Tema "Abertura/Encerramento do túmulo"



Os tesouros egipcios--Peregrinações ao Vale dos Reis—Grande excitação—Irá ser descoberta a mumia do notavel Faraó?

Mensagens de Luxor descrevem scenas interessantes no Vale dos Reis onde os Faraós do antigo Egito estão sepultados. A descoberta do tumulo do Rei Tutankhman causou lá uma verdadeira peregrinação de arqueologos e touristas.

Como espectadores dum grande drama, êstes visitantes esperam com grande excitação o momento em que Lord Carnarvon penetrará na camara interior.

A grande questão é se a abertura do tumulo revelará a mumia de Tutankhamea.

Diário da Madeira (24.01.1923)



A abertura do tumulo de Tutankhamen

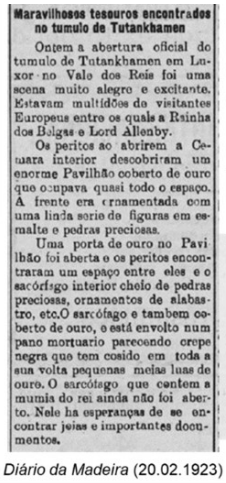
O dia da abertura do tumulo de Tutankhamen será provavelmente adiado devido ao facto que Carnarvon deseja que Lord Allenby e o rei Fuad estejam presentes, e estes ultimos não podem ainda vir a Luxor devido á situação politica no Cairo.

Diário da Madeira (02.02.1923)

E' aberta a camara interior do tumulo de Tutankhamen

A camara interior do tumulo de Tutankhamen foi aberta pela primeira vez desde pouco depois da sua morte ha 3.000 anos. A camara continha só um quarto no qual estava o sarcófago julgado ser aquêle do Faraó e muitos outros artigos de mobilia.

Diário da Madeira (20.02.1923)



Maravilhosos tesouros encontrados no tumulo de Tutankhamen

Ontem a abertura oficial do tumulo de Tutankhamen em Luxor no Vale dos Reis foi uma scena muito alegre e excitante. Estavam multidões de visitantes Europeus entre os quais a Rainha dos Belgas e Lord Allenby.

Os peritos ao abrirem a Camara interior descobriram um enorme Pavilhão coberto de ouro que ocupava quasi todo o espaço. A frente era ornamentada com uma linda serie de figuras em esmalte e pedras preciosas.

Uma porta de ouro no Pavilhão foi aberta e os peritos encontraram um espaço entre eles e o sacórfago interior cheio de pedras preciosas, ornamentos de alabastro, etc.O sarcófago e tambem coberto de ouro, e está envolto num pano mortuario parecendo crepe negra que tem cosido em toda a sua volta pequenas meias luas de ouro. O sarcófago que contem a mumia do rei ainda não foi aberto. Nele ha esperanças de se encontrar joias e importantes documentos.

Diário da Madeira (20.02.1923)



A abertura do tumulo dum Faraó

A ela assiste a rainha da Belgica

Diário de Notícias (20.02.1923)

A reabertura do tumulo

de Tut-Ank-Amen

LONDRES, 7—*Telegrafam de Luxor, dizendo que os ministros egipcios e cêrca de 200 convidados, incluindo Lord e Lady Allenby, chegaram ali ontem para assistir á reabertura oficial do tumulo de* Tut-Ank Amen. — (Radiograma).

Diário de Notícias (08.03.1924)



A MUMIA

DE TUT-ANK-AMEN

FOI, ENFIM DESCOBERTA

NO VALE SAGRADO DOS REIS

Jornal da Madeira (13.03.1924)

Fontes: *Diário da Madeira*, 24 de Janeiro, 2 e 20 de Fevereiro de 1923; *Diário de Notícias*, 20 de Fevereiro de 1923 e 8 de Março de 1924; *Jornal da Madeira*, 13 de Março de 1924.

No que respeita à descoberta e à sua relevância, pode destacar-se a notícia do *Diário da Madeira* (16.01.1923, p. 2) que, começando por informar que Lord Carnarvon tinha sido recebido no Palácio de Buckingham pelo rei Jorge V, avança com o reconhecimento da importância potencial de tal descoberta arqueológica:

> «As últimas informações do Egito declaram que, como resultado das novas investigações, as descobertas são consideradas de muito maior importancia do que a princípio se julgava. Não havia duvida nenhuma de que este é o último dos túmulos dos grandes faraós e parece ser diferente de todos os outros até agora descobertos.

> Bem conhecidos arqueólogos que lá estão, declaram que o túmulo apresenta um conhecimento e concepção de arte e de esplendor Imperial, absolutamente sem exemplo até àquela época e nunca aproximado desde então» (p. 2).

Relativamente ao conteúdo do túmulo e ao seu valor histórico, artístico-patrimonial e até financeiro é novamente o *Diário da Madeira* (11.01.1923, p. 3) que publica o texto mais relevante no qual são descritas algumas das peças e se elogia a qualidade do trabalho que apresentam:

> «Cairo, 31, – Começaram a ser removidos os tesouros do tumulo do rei Tut-ankh-Amen de Tebas, descobertos por Lord Carnawon e pelo sr. Howard Carter.
> Os mais importantes objectos encontrados no tumulo são um maravilhoso cofre com embutidos contendo sandálias e chinelas cobertas de pedrarias, um esplendido colar de ambar preto e a vestimentas da rainha, um grande vaso de alabastro contendo uma substância negra que pode ser breu, mas provavelmente é um balsamo funerario.
> A parte superior do cofre tem incrustrações magníficas representando uma caçada em que tomam parte o monarca que reinou no Egito há 3300 anos. Essas incrustrações representam o rei e os seus cortesãos, lançando setas a leões e a um antílope. A finura do trabalho, a delicadeza de mão de obra e a beleza das cores são admiráveis e ainda mais se atendermos a que não é um trabalho de pintura, mas de embutidos» (p. 3).

O *Diário de Notícias,* a 11 de Março de 1924, publicou um extenso texto, aparentemente original, que, fazendo um resumo dos eventos acorrido até aí, começa na verdade a acalentar o desejo de que seria possível encontrar no túmulo a múmia de Tutankhamon: «No Vale dos Reis deve ser brevemente aberto o caixão de Tout-Ank-Amon e revelada á curiosidade do mundo a sua múmia milenária – dizia-nos há dias o radiograma inglês» (p. 1).

O *Correio da Madeira*, que publicou apenas três notícias sobre este assunto, dedicou duas delas ao Tema dos "Trabalhos no túmulo", optando por uma abordagem de um teor, podemos dizer, quase humorístico. A 3 de Março de 1923, num texto intitulado «El Dorado», leva a crer que o túmulo de Tutankhamon era de tal forma rico que até no chão haveria pepitas de ouro:

> «Dizem de Londres, a propósito das descobertas egípcias de Lord Carnarvon, que o mausoleu de Tutanhamen será revestido de grandes montões de pedra, para maior segurança, visto ter-se apurado que alguns visitantes, ao abandonarem o recinto, 'levam pegadas á sola das botas algumas parcelas de ouro'.
> Tal como se fosse lama...» (p. 1).

No texto de 16 de Março de 1923, o jornal opta por avançar com informações, podemos dizer, pouco rigorosas, que se, antes, valorizaram a riqueza do túmulo, agora apontam para a própria prática egípcia da mumificação:

> «Entre as várias relíquias fúnebres que Lord Carnarvon descobriu no túmulo do faraó, contam os jornais que havia dois pedaços de carne de gazela, em perfeito estado de conservação. A ser verdadeiro o informe, teremos de admitir que a gazela também fora mumificada» (p. 3).

Considerando agora as notícias catalogadas com o Tema "Abertura/Encerramento do túmulo", destacam-se as que fizeram a antecipação e acompanhamento da abertura da câmara funerária a 16-17 de Fevereiro de 1923. Por exemplo, o *Diário da Madeira*, a 24 de Janeiro de 1923, numa notícia publicada em português e inglês, dá conta do entusiasmo em torno do túmulo e do entusiasmo com a potencial descoberta do sarcófago de Tutankhamon:

> «Os tesouros egipcios – Peregrinações ao Vale dos Reis – Grande excitação – Irá ser descoberta a mumia do notável Faraó?
>
> Mensagens de Luxor descrevem scenas interessantes no Vale dos Reis, onde os Faraós do antigo Egito, estão sepultados. A descoberta do tumulo Tutankhman causou uma verdadeira peregrinação de arqueologos e touristas.
>
> Como espectadores num grande drama, êstes visitantes esperam com grande excitação o momento em que Lord Carnarvon penetrará na camara interior.
>
> A grande questão é se a abertura do túmulo revelará a mumia de Tutankhamea» (p. 1).

O mesmo jornal, assim como o *Diário de Notícias*, publicaram, no dia 20 de Fevereiro de 1923, um entusiástico texto, em português e inglês[29], que reportava o sucedido no dia da abertura oficial da câmara funerária:

> «Wonderful Treasures Found in Tutankhamen's Tomb - Crowds Outside wait Eagerly for Fresh news of Discoveries
>
> The official opening yesterday of Tutankhamen's tomb at Luxor in the Valley of the Kings was a gay and animated affair. There were crowds of European visitors, amongst whom were the Queen of the Belgians and Lord Allenby. Much excitement was caused by the visitor of the Dowager Sultana, accompanied by her ladies.
>
> Experts on opening the inner chamber discovered a huge canopy, probably made of costly shedder of Lebanon, occupying almost the entire space. This was covered with goldleaf. The head end has a beautiful series of inlaid designs in enamelled precious stones.
>
> A golden door in the Canopy was opened and experts found a space between them and the inner sarcophagus filled with a mass of jewellery, alabaster ornaments, gold statues, and […]. One of the latter was made of Jasper, perhaps the most beautiful ever known. All these have the name of Tutankhamen engraved on them.
>
> The sarcophagus inside the outer shrine is also of gold covered wood, spread over with a pall resembling black crepe sewn all over with small half moons in gold.

[29] Optamos por reproduzir o texto inglês, pois a versão em português é mais curta e pobre.

> The mummy of the king in yet another sarcophagus is still unopened. In this letter there is some hope of finding […] jewels and important documents. When possible, this great mass of magnificent object, caskets and robes will be examined» (p. 4).

Depois de aberta a câmara funerária, o grande chamariz era, agora, a possibilidade de se encontrar a múmia de Tutankhamon no sarcófago que nela se encontrara. Só a 13 de Março de 1924, mais de um ano depois, o *Jornal de Notícias* pode publicar um extenso texto a reportar a ansiada descoberta[30]:

> «A MUMIA DE TUT-ANK-HAMEN FOI, ENFIM DESCOBERTA NO VALE SAGRADO DOS REIS
> Foi, enfim, violado o tumulo do faraó Tut-Ank-Hamen após mais de um ano de porfia que marca, nos ultimos tempos, o mais notavel triunfo da sciencia sobre o poderio espiritual dos deuses.
> Com a assistencia do sub-secretario de Estado dos Trabalhos Publicos, do governador da provincia, do director geral das Antiguidades do Alto Egipto, do conservador do Museu do Cairo, e do inspector das Antiguidades de Longsor, o inglês sr. Carter, com os seus colaboradores, decidiu-se a penetrar no próprio tumulo do faraó.
> Na ante-camara, decorada com fainças policromas, quasi todas azuladas, tinha-se colocado um estrado donde os olhares dos espectadores avistaram, através dos relicários excentricos do tabernaculo, o imenso sarcofago cujos reflexos misteriosos mais se acentuavam, ainda, mercè de uma estranha luz diáfana produzida por lâmpadas violaceas.
> Á medida que se aproxima a hora fixada para o levantamento da cobertura do tumulo, o nervosismo das testemunhas daquela scena emocionante tornava-se quase em sofrimento, tão impressionante era a majestade das abobodas sepulcrais.
> Ás 15,30 horas – conta o "Times" – o sr. Carter, deu uma ordem; os cabos metalicos moveram-se nas roldanas, e a pesada tampa do sepulcro começou a erguer-se. Instintivamente, todos os presentes se puzeram em bicos de pés para ver melhor o espectaculo de maravilha que se lhes deparava. Pouco a pouco, uma luz de sonho pareceu filtrar-se no leito do rei-deus e nimbar de "mauve" e prata os largos pregos de um saudario imenso envolvido no tumulo de paredes de ouro massiço.
> A curisosidade dos espectadores tornava-se em angústia devorante; tanto mais que as conveniencias do trabalho exigiram, a certa altura uma interrupção de minutos.
> O sr. Carter – continua o "Times" – levantou o pano mortuário que recobria um segundo pano, do mesmo tecido do primeiro mas de tecitura mais fina. Foi tirado tambem; e um brado de admiração saiu de todos os labios. Deante dos espectadores surgiu um caixão colossal, de forma antropoide, construido em madeira e coberto de gessos dourados, repousando sobre uma placa ornada de cabeças de leão, em ouro tambem.

[30] De notar que este é um dos textos que foi copiado da imprensa de Portugal Continental, mais exactamente da notícia do *Diário de Lisboa*, publicada a 15 de Fevereiro de 1924, sendo esta uma adaptação de dois textos publicados no jornal francês *Le Petit Parisien* (13 e 14 de Fevereiro de 1924). SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […], pp. 46-47.

> Nos flancos do ataúde, duas deusas protectoras estendem suas azas cujas extremidades se entre-cruzam sobre o corpo figurado do faraó.
> Este espectaculo, embora extremamente patetico, não entusiasmou, porém, tanto, os assistentes como a propria aparição do faraó esculpido, inteiramente talhado num bloco de ouro massiço.
> Tinha os olhos de cristal brilhantíssimo. Na fronte, os emblemas da serpente sagrada do Alto Egipto, e um abutre dourado a cercar uma corôa simbolica entrançada de folhas de oliveira. Foi tão viva a emoção causada pela descoberta da mumia, que os espectadores acreditaram, por um momento, estar de facto, em presença de um verdadeiro Deus.
> O pior é que, depois de tudo isto, o governo egipcio proibiu terminantemente que as investígações continuem, baseado em que o seu povo não tolera a profanação do tumulo» (p. 3).

Terá sido, certamente, com grande entusiasmo que os leitores regulares da imprensa madeirense puderam acompanhar os trabalhos arqueológicos que acabaram por culminar com esta intensa descrição do momento em que finalmente arqueólogos e curiosos poderam encontrar-se frente a frente com o faraó Tutankhamon. Lamentavelmente, tanto na Madeira como em Portugal Continental, a imprensa não deu a conhecer aos seus leitores a descoberta da peça que é, até hoje, o símbolo máximo deste faraó e, até, em certa medida, da civilização egípcia: a sua máscara funerária.

Em suma, no que aos Temas e Subtemas diz respeito, podemos dizer que os quatro jornais da Madeira que publicaram notícias sobre a descoberta e escavação do túmulo de Tutankhamon permitiram aos seus leitores obterem três diferentes perspectivas ou tipologias de informação.

Primeiramente, foi dada uma grande atenção à perspectiva que designamos por *perspectiva política,* com o acompanhamento das disputas entre Howard Carter e o governo egípcio sobre a continuação e funcionamento das escavações após a morte de Lord Carnarvon. Esta foi uma problemática de feição política pelo facto de ter posto em acção a tentativa do governo egípcio de marcar uma posição de nacionalismo e independência face a uma escavação liderada por estrangeiros do país que, durante anos, dominaram o território, isto é, os ingleses. Ainda que o resultado tenha sido a continuação dos trabalhos pelos mesmos responsáveis, a verdade é que, pela primeira vez, todos os artefactos encontrados ficaram no Egipto, em vez de serem enviados para o país de origem dos detentores da concessão. Por este motivo, é no Egipto, até agora no Museu Egípcio do Cairo, actualmente já em transferência substantiva para o Grande Museu Egípcio, que podiam e podem ser vistos os 5398 artefactos encontrados no túmulo de Tutankhamon.

Em segundo lugar, a atenção dada à morte e trasladação de Lord Carnarvon, ainda que a maioria das notícias tenha ignorado a questão da "Maldição de Tutankhamon", assume uma *perspectiva esotérica,* isto é, é a abordagem feita à questão da maldição aquela que mais chegou aos leitores dos jornais madeirenses. A morte de Lord Carnarvon, objectivamente provocada por uma questão de saúde, foi usada e explorada pela imprensa internacional com tal impacto que, ainda hoje, sobretudo junto do "grande público", perdura a ideia de uma terrível e implacável maldição associada ao túmulo do jovem faraó. Na realidade, tratou-se meramente da exploração de uma ideia pré-concebida sobre a civilização do antigo Egipto que era vista como uma civilização de mistério, de oculto, de um intenso pendor esotérico e de carga mágico-religiosa, por uma imprensa que, graças ao acordo de exclusividade realizado entre Carnarvon e o jornal inglês *The Times*[31], estava desprovida do acesso a tudo o que se passava no túmulo em termos arqueológicos. Assim, se não se podia explorar os factos, era preciso ser criativo em termos noticiosos para alimentar continuamente o interesse dos leitores.

Por fim, salienta-se a *perspectiva arqueológica* que deriva sobretudo dos Temas "Trabalhos no túmulo" e "Abertura/Encerramento do túmulo". Se, em separado, ocupam apenas, respectivamente, o terceiro e quarto lugar dos Temas mais tratados, em conjunto demonstram que, pese embora a atenção dada às questões políticas e aos assuntos esotéricos, foi o acompanhamento aos trabalhos arqueológicos e seus resultados o que mais notícias provocou. Foram realmente estes Temas que permitiram que na Madeira se pudesse acompanhar o que se passava no longínquo Egipto, mais exactamente no Vale dos Reis, em Luxor ocidental.

Com este conjunto de 22 notícias, os leitores de jornais madeirenses puderam acompanhar diferentes fases do trabalho, puderam ler sobre os eventos em torno do túmulo, puderam, através das descrições feitas, imaginar as peças que eram descobertas, a sua beleza e a sua riqueza e puderam, ainda, viver a expectativa de saber se se iria ou não encontrar a múmia do faraó Tutankhamon.

Pelas palavras lidas nos jornais foi possível aos madeirenses viajar até ao Egipto antigo onde conheceram o jovem faraó e, simultaneamente, ao Egipto seu contemporâneo, onde, embora por entrepostos intervenientes, descobriram a realidade da arqueologia, os problemas políticos anglo-egípcios e até o fascínio, sempre interpelante, das hipotéticas maldições.

[31] SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […], p. 26.

Madeira *vs* Portugal Continental – Comparação de Forma e Conteúdo

Ao longo do texto, fomos já estabelecendo algumas comparações entre as notícias da imprensa madeirense e as de Portugal Continental no que respeita à descoberta e escavação do túmulo de Tutankhamon. Contudo, parece-nos relevante estabelecer paralelos mais aprofundados para ser possível uma perspectiva mais completa sobre esta temática e sobre a forma como foi tratada pela imprensa Portugal continental e insular.

Comecemos pela comparação das notícias no que respeita à análise quantitativa e tipologias. Como já referimos (ver Tabela 3), embora exista uma enorme disparidade no número de periódicos visados (28 no Continente e quatro na Madeira) e no número de notícias recolhidas (234 no Continente e 64 na Madeira), a verdade é que, estatisticamente falando, em média, enquanto em Portugal Continental foram publicadas 8,4 notícias por periódico, na Madeira a média é de quase o dobro, isto é, 16 notícias por jornal.

Considerando as datas de publicação das notícias, percebemos que nos 17 anos considerados, isto é, entre 1922 e 1939, tanto no Continente como na Madeira, os anos que se destacam são 1923 e 1924, o que não surpreende, considerando que, como já foi referido, estes são os anos com os eventos mais significativos em torno do túmulo (Tabela 9).

Tabela 9. Comparação do número de notícias publicada por ano pela imprensa de Portugal Continental e da Madeira

Jornal	N.º de Notícias / Ano de Publicação						Total
	1922	1923	1924	1925	1926-1938	1939	
Portugal Continental	1	**117**	**94**	9	3	10	**234**
Madeira	0	**25**	**38**	0	0	1	**64**

No que respeita à tipologia das notícias, o elemento que mais se destaca é a ausência na imprensa madeirense de uma prática de identificação clara das agências telegráficas utilizadas. No entanto, ainda que através de um processo mais complexo, é igualmente possível não só catalogar as tipologias das notícias publicadas pela imprensa madeirense, como, ao estabelecer um paralelo com as da imprensa continental, percebermos que a cobertura era muito similar. Destaca-se o facto de que, em ambas as realidades, a grande maioria das notícias eram de agências telegráficas (Tabela 10).

Tabela 10. Comparação entre as tipologias de notícias publicadas pela imprensa de Portugal Continental e da Madeira

Tipologia da Notícia	Portugal Continental		Madeira	
	N.º	%	N.º	%
Artigo de curiosidades	2	0,90%	–	–
Artigo de opinião	4	1,70%	–	–
Texto/Imagem original assinado	4	1,70%	–	–
Artigo de cariz "científico"	8	3,40%	–	–
Notícia copiada de jornais portugueses	12	5,10%	5	7,70%
Texto/Imagem copiado/adaptado de publicações estrangeiras	23	9,80%	–	–
Texto original (?) não assinado	38	16,20%	3	4,70%
Notícia de agência	**143**	**61,10%**	**54**	**84,50%**
Sem tipologia	–	–	2	3,10%

Por outro lado, pesem embora as semelhanças, é exatamente neste conjunto de notícias que podemos identificar o que de significativamente diferente existe em ambos os *corpora*, isto é, as notícias publicadas em inglês. Esta é uma característica exclusiva da imprensa madeirense que em 64 notícias publicou 37 em inglês (57%), ainda que apenas dois dos jornais o fizessem, mais exactamente, o *Diário da Madeira* e o *Diário de Notícias* (ver Tabela 4).

Ainda sobre as características intrínsecas das notícias, um outro aspecto que distingue o que foi publicado em Portugal Continental do que foi publicado na Madeira são as imagens / as ilustrações. No Continente, foram identificadas 35 ilustrações em 234 notícias[32], o que é, sem dúvida, um número reduzido. No entanto, no *corpus* reunido na imprensa madeirense não foi identificada nenhuma imagem, o que é plenamente coerente com o facto de a grande maioria das notícias serem notícias de agência. Porém, esta ausência significa que, ao contrário dos leitores do Continente, os leitores de jornais da Madeira não tiveram a possibilidade de ver nenhuma das peças do túmulo que as notícias descreviam, nem mesmo fotografias do arqueólogo e do financiador de quem tanto falaram.

Considerando a temática e abordagem das notícias, o que encontramos, uma vez mais, é proximidade e semelhanças. Como já foi dito ao longo do texto e sistematizado na Tabela 11, dos 12 Temas presentes no *corpus* de notícias publicadas na imprensa de Portugal Continental dez aparecem, igualmente, nas notícias publicadas pelos jornais madeirenses sobre a descoberta e escavação do túmulo de

[32] SALES & MOTA, 2024, *Tutankhamon em Portugal* […], pp. 51-52.

Tutankhamon. Acresce ainda que, embora não exatamente com a mesma hierarquia, os Temas mais trabalhados são os mesmos. Existem, de facto, diferenças nas preponderâncias, mas "Abertura/Encerramento do túmulo", os "Problemas entre Howard Carter e o governo egípcio" e a "Morte/Trasladação de Lord Carnarvon" foram, em ambas as realidades, os assuntos mais tratados e, podemos dizer, foram tratados com as mesmas abordagens, o que é atestado não só pela existência de notícias em comum em ambos os *corpora*, mas até pelo facto de, na imprensa madeirense, se ter optado por publicar notícias já publicadas no continente.

Tabela 11. Comparação entre os Temas atribuídos às notícias publicadas pela imprensa de Portugal Continental e da Madeira

Temas	Portugal Continental	Madeira
	N.º	N.º
Abertura/Encerramento do túmulo	**54**	**10**
Problemas entre Howard Carter e o governo egípcio	**49**	**17**
Morte/Trasladação de Lord Carnarvon	**43**	**14**
Outras questões associadas	**27**	3
Trabalhos no túmulo	**24**	**12**
Maldição	9	2
Doença de Howard Carter	7	3
"Pequenos ensaios"	6	–
Doença de Lord Carnarvon	5	4
Descoberta do túmulo	4	1
Exposição de reprodução do túmulo (Wembley)	3	–
Morte de Howard Carter	3	1

Assim, percebemos que, tanto na forma como no conteúdo, são poucas as diferenças entre o que a imprensa portuguesa, continental e madeirense, fez chegar aos seus leitores sobre o que, em 1923 e 1924, se passava no túmulo de Tutankhamon no Egipto.

Conclusão

A imprensa madeirense, tal como a de Portugal Continental acompanhou com grande atenção, durante os anos de 1923 e 1924, os eventos em torno da descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon.

Com um total de 64 notícias publicadas em quatro diferentes jornais – *Diário da Madeira – Folha independente*; *Jornal da Madeira*; *Diário de Notícias* e *Correio da Madeira* –, a imprensa da Madeira fez chegar aos seus leitores diversos textos, maioritariamente provenientes de agências telegráficas, que lhes permitiram acompanhar com bastante detalhe três temáticas, em particular: os eventos relacionados com os problemas ocorridos entre a Howard Carter e o governo egípcio sobre a continuação dos trabalhos no túmulo; a morte e trasladação de Lord Carnarvon e a maldição de Tutankhamon, que surge em paralelo; e, por fim, o que estava relacionado com os trabalhos arqueológicos propriamente ditos no túmulo.

Considerando este *corpus* como um todo, fica claro que, em linha com a abordagem da imprensa continental, a imprensa madeirense – embora com algumas particularidades, como é o caso das notícias em inglês direcionadas para a colónia anglófona existente na ilha – informou seu público, de forma regular e cuidada, sobre o evento arqueológico que marcou a época, a Arqueologia e a Egiptologia e cujo interesse ainda perdura no tempo, mais de cem anos depois.

Fontes e Bibliografia

Correio da Madeira, Funchal, 1923.

Diário de Lisboa, Lisboa, 1924.

Diário da Madeira, Funchal, 1923 e 1924.

Diário de Notícias, Lisboa, 1923.

Diário de Notícias, Funchal, 1923, 1924 e 1939.

GÓIS, Joana Catarina Silva, 2015, *A Geração do Cenáculo e as Tertúlias Intelectuais Madeirenses (da I República aos anos 1940)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Jornal da Madeira, Funchal, 1924.

Jornal de Notícias, Porto, 1923.

LEMOS, Mário Matos, 2020, *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mundo (O), Lisboa, 1923.

REEVES, Nicholas, 2000, «1922. The Tomb of Tutankhamun», in *Ancient Egypt. The Great Discoveries. A Year-by-Year Chronicle*, Londres, Thames & Hudson, pp. 160-166.

SALES, José das Candeias & MOTA, Susana, 2019, «"A maldição da múmia". Relatos na imprensa portuguesa sobre a descoberta do túmulo de Tutankhamon», in *Cadmo. Revista de História Antiga – Journal for Ancient History*, n.º 28, pp. 93-116.

SALES, José das Candeias & MOTA, Susana, 2020, «Tutankhamun in Portugal. Reports in the Portuguese Press (1922-1939)», in *Aegyptiaca – Journal of the History of Reception of Ancient Egypt*, n.º 5, pp. 565-609, DOI: https://doi.org/10.11588/aegyp.2020.5.76130.

SALES, José das Candeias & MOTA, Susana, 2021, «As agências de notícias portuguesas/em Portugal: Um contributo para a sua história», in BAPTISTA, Carla, SOUSA, Jorge Pedro & AZEVEDO, Celiana (coords.), *Para uma história do jornalismo em Portugal – II*, Lisboa, ICNOVA, pp. 237-257, DOI: https://doi.org/10.34619/6yj0-ijtj.

SALES, José das Candeias & MOTA Susana, 2022, «As relações de Howard Carter com o governo egípcio (1924-1925): Entre manifestações de imperialismo, espírito nacionalista e interesse científico-arqueológico», in *Cadmo. Revista de História Antiga – Journal for Ancient History*, n.º 29, pp. 157-191.

SALES, José das Candeias & MOTA Susana, 2024, *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939). De um projecto de investigação a uma exposição comemorativa*, Lisboa, Universidade Aberta, DOI: https://doi.org/10.34627/uab.cc.27.

SILVA, Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo de, 1978, *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 721-781
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

O Automóvel na Madeira (entre 1927 e 1946): Evolução e Características

The Automobile in Madeira (between 1927 and 1946): Evolution and Characteristics

Jorge José de Aguiar Ramos[1]

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o automóvel na Madeira no período entre 1927 e 1946, a partir dos registos de matrícula automóvel e dos processos individuais de matrícula, pertencentes ao acervo documental da Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação (DSIEV) da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Estes registos encontram-se atualmente preservados e disponíveis no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), constituindo-se como uma fonte primária única, descritiva dos registos de automóveis a partir de 1912. A presente análise estuda a evolução do mercado automóvel no segundo quartel do século XX, as suas principais características e dinâmicas, causas e contextos que possam ter contribuído para os resultados obtidos. Adicionalmente, é possível comparar estes resultados com os dados provenientes da observação dos registos de matrículas no primeiro quartel do século XX, entre 1912 e 1926. O conhecimento das dinâmicas da viação acelerada tem a pretensão de ajudar a caraterizar o perfil económico e social da Madeira neste período.

Palavras-chave: Automóvel; Madeira; Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação (DSIEV); Comissão Técnica de Inspeção, Provas e Exames de Automóveis e Condutores da Circunscrição da Madeira (CTIPEAC), Registo de Matrículas; Marcas.

[1] Professor do Quadro da Região Autónoma da Madeira do agrupamento de Economia e Contabilidade, requisitado pelo Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Licenciado e Mestre em Economia pela Universidade da Madeira, com a dissertação de 2013 sobre a *Evolução do Tecido Empresarial da RAM a Nível Sectorial no Período Pós-Adesão à Comunidade Europeia (1988-2008*). Publicou um artigo na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, de 2021; é o principal autor de dois catálogos da coleção "Madeira – Memórias Fotográficas": *Provas Automobilísticas (entre 1939 e 1949)*, n.º 13, de 2023; e *Os Primórdios do Automóvel (entre 1904 e 1939)*, no prelo. Contacto eletrónico: jorgejaramos@madeira.gov.pt.

Abstract

The aim of this paper is to analyse the automobile in Madeira between 1927 and 1946, based on the automobiles registration plates records and the individual registration plates files belonging to the documentary collection of the Directorate of Industrial, Electrical, and Traffic Services (DSIEV) of the General Board of the Autonomous District of Funchal. These records are currently preserved and available at the Madeira Archives and Library (ABM) and are a unique primary source describing car records from 1912 onwards. This analysis studies the evolution of the car market in the second quarter of the 20th century, its main characteristics and dynamics, causes and contexts that may have contributed to the results obtained. In addition, it is possible to compare these results with data from the observation of registration plates records in the first quarter of the 20th century, between 1912 and 1926. Knowledge of the dynamics of accelerated traffic is intended to help characterise Madeira's economic and social profile in this period.

Keywords: Automobile; Madeira; Directorate of Industrial, Electrical, and Traffic Services (DSIEV); Technical Commission for the Inspection, Testing, and Examination of Automobiles and Drivers of the Madeira Circumscription (CTIPEAC); Registration Plates Record; Brands.

1. Contextualização

1.1. Os Primórdios do Automóvel: Aparecimento e Evolução no Início do Século XX

O automóvel surgiu, evoluiu e transformou-se numa das invenções do século, sendo a sua evolução desde os primórdios até a sua massificação, um processo de avanços e recuos, de sucessos e contrariedades, até tornar-se no meio de transporte revolucionário e dominante. Apesar do sucesso apenas se efetivar a partir do século XX, os primeiros avanços remontam ao século XVIII, onde uma série de contributos e invenções culminaram com o aparecimento dos motores a combustão, entre os quais se destacam os contributos de Étienne Lenoir e Alphonse Beau de Rochas em França, e Siegfried Marcus na Áustria, em 1862 e 1864-65, pela descoberta do motor com ciclo a quatro tempos. Estes avanços foram determinantes para a dotação do automóvel como meio de transporte alternativo, embora o reconhecimento destes contributos só acontecesse três décadas mais tarde. Apesar da importância destas contribuições, «foi só nos meados da década de 1880 que apareceram os primeiros carros movidos a gasolina, desenvolvidos independentemente por dois engenheiros alemães, Gottlieb Daimler e Karl Benz»[2]: uma reconhecida e determinante evolução para o sucesso do automóvel. Mas o fator chave para o sucesso ser atribuído a

[2] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 11.

Gottlieb poderá sustentar-se no facto de lhe ter sido reconhecida a montagem de um primeiro veículo com estrutura de origem equiparável ao automóvel nos moldes atuais, ou seja, dotado de quatro rodas, motor, volante e lugares para condutor e passageiros em linhas separadas.

Se, por um lado, estas evoluções criaram condições ímpares para que o automóvel se transformasse de maneira inédita num meio de transporte rápido e confortável, por outro lado, seria necessário convencer os mais céticos da sua fiabilidade. Com o intuito de captar maior atenção e demonstrar capacidades inovadoras do automóvel, surgiram acontecimentos promovidos por entusiastas e investidores. Salienta-se o efeito criado na opinião pública através de eventos desportivos, tentando influenciar positivamente os consumidores e a sociedade em geral sobre as capacidades do automóvel. Destacando-se que foi

> «em 1895, com a grande corrida Paris-Bordeaux-Paris que as dúvidas em relação à opção do futuro se iriam dissipar no mercado europeu. Esta competição foi a primeira grande corrida de automóveis no mundo. Juntou 19 automóveis, sendo 12 com motor a explosão, seis a vapor e um movido a eletricidade. A performance esmagadora da Panhard, que efetuou o percurso de aproximadamente 1200 km a uma média superior a 24 km/h superando os concorrentes equipados com motores a vapor, daria indicações precisas ao mercado sobre o melhor compromisso para os automóveis a curto prazo: o motor a explosão garantia velocidades elevadas, mas, sobretudo, autonomias inalcançáveis pelos seus concorrentes»[3].

Esta prova captou definitivamente a atenção, especialmente pela velocidade com que o automóvel permitia percorrer grandes distâncias, além de afastar incertezas quanto à sua segurança e fiabilidade. No limiar da última década do século XIX surgiu outro «acontecimento crucial na história do automóvel [que] foi a Exposição Mundial de Paris de 1889. Foi aí que os engenheiros Panhard e Lavassor viram o Steelwheeler de Daimler equipado com um motor de dois cilindros em V»[4]. Estes eventos contribuíram de forma progressiva para conquistar os mais céticos.

Apesar dos progressos tecnológicos ao nível das motorizações, os modelos de chassis permitem verificar que «até meados da década de 1900 o design dos automóveis assemelhava-se muito ao de carruagens puxadas por cavalos, sendo [que] os primeiros automóveis concebidos no final do século XIX eram de facto carruagens motorizadas»[5]. Os veículos «pioneiros tinham dificuldade em pegar e maior dificuldade na condução. Mas todos os anos novas ideias faziam do automóvel

[3] RODRIGUES, 2012, *A implantação do Automóvel em Portugal (1895-1910)*, p. 39.
[4] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 12.
[5] MIRA, 2012, *A Evolução do Automóvel*, p. 21.

uma máquina mais prática e mais útil»[6]. As modificações realizadas nos automóveis eram insuficientes para os dotar de capacidades para transpor obstáculos em cidades construídas para uma realidade de transporte totalmente diferente. Estes veículos inovadores, mas inadequados às condições de locomoção da época, esbarraram na falta de estradas propícias à circulação sem restrições, o que motivou que «numa fase inicial, o automóvel, sendo um objeto frágil que apenas funciona[va] num sistema sociotécnico construído em função da sua circulação, teve de recorrer a outros veículos para suplantar as suas limitações»[7].

Mas, afinal, qual seria a razão para que o automóvel, dada à sua inadaptabilidade inicial, continuasse a ser um meio de transporte viável e a sua aquisição fosse crescentemente desejada? Em caso específico, ao analisarmos os resultados da marca Mercedes, verificou-se que a «procura de carros a motor foi crescendo durante a segunda metade da década de 1890, e o Benz tornou-se o carro mais popular do mundo, sendo o seu veículo número 2000 entregue em 1899»[8], outras marcas também se destacaram, apesar dos condicionalismos.

Mais do que a sua adaptabilidade ou capacidade para melhorar a mobilidade dos seus compradores, o automóvel tornou-se logo à partida uma espécie de troféu, elemento de eleição para a distinção social, especialmente ostentada por uma minoria ansiosa pela inovação. O automóvel, devido ao seu inicial custo elevado, tornava-se acessível apenas a classes mais privilegiadas, assumindo-se como forma de exibição. Esta é a razão que está na génese do sucesso destas pioneiras máquinas ruidosas e arrojadas, de início inadequadas ao meio em que se inseriam, sem capacidade para ultrapassar os múltiplos condicionalismos.

As barreiras à sua adaptação e o seu elevado custo não impediram um crescimento das vendas de veículos, todavia num ritmo que não antecipava a revolução global que viria a causar na mobilidade terrestre. A mudança de paradigma estaria já em curso, mas iria culminar num crescimento inequívoco nas primeiras décadas do século XX. De forma progressiva, o «automóvel deixava de estar consagrado exclusivamente aos passeios diletantes servindo também como útil instrumento de trabalho e de recreio de uma burguesia florescente»[9]. Com o caráter lúdico aliado à sua aplicabilidade prática, o automóvel paulatinamente revolucionou a sociedade, modificando a vivência das gentes.

---

6 SUTTON, 1990, *Enciclopédia Visual – Automóveis*, p. 8.
7 SOUSA, 2016, *A Mobilidade Automóvel em Portugal 1920-1950*, p. 247.
8 COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 13.
9 RODRIGUES, 1995, *O Automóvel em Portugal*, p. 51.

O automóvel assumiu «um significado que vai muito além de um simples objeto e oferece uma valiosa informação sobre o contexto histórico, económico e social»[10], sendo crescente a sua influência na forma como as sociedades se desenvolveram e se organizaram, tanto em contexto urbano como rural. A viação acelerada destacou-se por assumir esse «poder importante no moldar do tempo e do espaço porque é, paradoxalmente, uma combinação de flexibilidade e coerção»[11], impondo a mudança na organização estrutural e legal de acordo com o interesse automobilístico.

1.2. Cronologia dos Avanços Tecnológicos do Automóvel desde o Início do Século XX até Meados da Década de 40

Desde o aparecimento, desenvolvimento até à massificação do automóvel, especialmente nos Estados Unidos da América e na Europa, este revolucionário meio de transporte surpreendeu pela sua velocidade. A sua evolução foi constante nas primeiras décadas do século XX, com especial destaque para os mercados americano, britânico, alemão e francês. O seu crescimento consistente levou a que, num intervalo temporal de cerca de 30 anos, entre 1880 e 1908 o automóvel fosse já um meio de transporte acessível a centenas de milhares de pessoas, especialmente em países mais desenvolvidos, passando a ter um papel proeminente no crescimento da economia global. Para esse fim muito contribuíram os esforços realizados, no final do século XIX e início do século XX, por investidores norte americanos, britânicos, alemães e franceses, que investiram no mercado automóvel, com o objetivo de melhorar o desempenho dos veículos. A forte concorrência e os meios financeiros e humanos direcionados para a indústria contribuíram decisivamente para que o automóvel ultrapassasse as suas limitações; por conseguinte, tornou-se mais fiável e produziu-se a custos mais reduzidos, sendo por essas razões acessível às massas.

Apesar dos esforços de investidores dos dois continentes, os Estados Unidos da América e a Europa contribuíram de forma distinta para a evolução da indústria automóvel, especialmente no que dizia respeito às visões e estratégias aplicadas. Na Europa, «os fabricantes de automóveis franceses, como Panhard Levassor, De Dion Bouton e Renault, eram especialmente inventivos»[12], na tentativa de dotar as máquinas de maiores capacidades mecânicas e conforto. Para estes investidores, o propósito era explorar a experimentação das mais variadas sensações da condução, através de

[10] LÓPEZ-BASANTA e MOLINA, 2015, «El automóvil como objeto de museo y su valor para el conocimiento de la Historia […]», p. 5.
[11] FARIA e RAPOSO, 2014, *Mobilidade e Circulação* […], p. 44.
[12] SUTTON, 1990, *Enciclopédia Visual – Automóveis*, p. 8.

modelos mais evoluídos, negligenciando os custos associados. Já nos Estados Unidos da América, a par das grandes evoluções mecânicas, prevaleceu o foco na redução dos custos de produção, como estratégia diferenciadora deste mercado, onde foi incontornável o papel que a Ford assumiu. Henry Ford foi pioneiro na produção de automóveis a custos acessíveis, assentes na produção em série e, consequentemente, na redução do preço de venda. Nesta procura de redução de custos, a produção em série desenvolvida por Henry Ford colmatou com o aparecimento do mítico modelo T da Ford que, por ser pioneiro, tornou-se numa referência, sendo o seu sucesso avassalador.

Este modelo surgiu em 1908, sendo alterado sucessivamente até tornar-se um marco de vendas, quebrando todos os recordes e dominando a indústria automóvel, não particularmente pelas suas características ou potencialidades mecânicas, mas essencialmente pelo *marketing* incisivo[13] e por não se destinar somente a um nicho social elevado. Tratou-se de uma visão comercial inovadora que visava atingir as classes menos abastadas, expandindo-se a partir dos meios rurais para os grandes centros urbanos, através de uma rede de concessionários dispersos por quase todas as cidades do país. A disseminação de lojas acompanhava a aposta da marca em vender aos grandes agricultores/fazendeiros, razão para o padrão de expansão descentralizado. O modelo T tornou-se rapidamente no carro mais vendido nos Estados Unidos da América devido ao excelente desempenho e preço, que o diferenciaram da concorrência. As múltiplas versões deste carro «foram refinadas e ofereceram recursos muito básicos: sem velocímetro, sem motor de arranque, sem termóstato e sem para-choques. Os proprietários do Modelo T foram seduzidos pelo facto de ser fácil de conduzir, reparar e modificar [tradução do autor]»[14].

De facto, não é possível falar em massificação do automóvel sem mencionar as linhas de montagem em série da Ford: um marco na indústria automóvel americana assinalado pela antecipação exuberante face à indústria automóvel europeia. Ao nível da produção, o objetivo primordial era a redução de custos, de forma a tornar o automóvel acessível ao máximo de potenciais compradores. Esta lógica de mercado foi determinante para o crescimento exponencial de vendas. Os resultados evidenciaram o sucesso, verificando-se que «em 1908, menos de 200.000 pessoas possuíam carro nos E.U.A.; cinco anos depois, 250.000 pessoas eram proprietárias de um Ford modelo T. Em 1930 já tinham vendidos mais de 15 milhões de Ford T. A chave

[13] LANGWORTH, 1987, *The complete history of Ford Motor Company*, p. 23.
[14] ALISON, SHOOTER, SIMPSON, 2008, *Henry Ford And the Model T* […], p. 2.

do êxito da Ford foi a produção em massa»[15]. A «Ford construiu e vendeu em 15 meses 1708 carros, só com 118 operários no quadro de pessoal. Em 1910 alcançou a cifra de 24500 unidades, com 4200 operários. O modelo T tornou-se tão popular que, nove anos mais tarde, já se tinha conseguido a fabulosa soma de um milhão de carros»[16].

O proeminente sucesso da indústria automóvel americana levou a que os principais investidores europeus seguissem os seus passos, desenvolvendo marcas e motorizações concorrentes em grande escala, principalmente nos mercados de maior expressão industrial. A lógica de redução de custos passou progressivamente a ser implementada na indústria automóvel europeia, com o objetivo de atingir o máximo de consumidores seguindo as "fordianas" estratégias de produção em série.

O automóvel, por estes anos, aparentava transpor as iniciais limitações e inadaptabilidades, iniciando um processo de produção e comercialização expansionista e sem revés, dissipando dúvidas quanto ao seu êxito proeminente. Um «pouco antes da Primeira Guerra Mundial, a indústria automóvel proliferava de modo alarmante. Na França existiam mais de 150 fabricantes. Charron passou de 200 unidades em 1903 a 2000 em 1913»[17], resultados que aguçavam o interesse dos países ricos a direcionar as suas capacidades produtivas para uma indústria à qual não queriam estar alheios.

A indústria europeia «passou pela explosão da popularidade do automóvel no período entre 1910 e 1914, que já não ficava atrás dos conceitos americanos de produção em série. Mas, como alternativa, cresceu a partir da indústria produtora de motociclos, cujos motores de um só cilindro ou de 2 cilindros em V – ofereciam fiabilidade e potência»[18]. Apesar de conceitos e visões diferentes, tanto a indústria automóvel europeia como a americana desenvolveram-se de forma consistente nos anos antecedentes à I Grande Guerra, fator que viria a ser preponderante no papel que estas viriam a ter no conflito.

O «eclodir da Primeira Grande Guerra, em 1914, fez-se acompanhar de um envolvimento direto das viaturas motorizadas, com um desempenho significativo no transporte de armas, pessoas e bens»[19]. Não sendo a guerra favorável ao desenvolvimento ou crescimento de qualquer tipo de indústria ou comércio, exceto a bélica, a verdade é que a indústria automóvel beneficiou neste período da valorização da sua utilidade e benefício. Isso sucedeu porque a «tecnologia da

[15] SUTTON, 1990, *Enciclopédia Visual – Automóveis*, p. 16.
[16] DOMINGUEZ, 1981, *O Automóvel*, p. 26.
[17] DOMINGUEZ, 1981, *O Automóvel*, p. 27.
[18] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 20.
[19] MIRA, 2012, *A Evolução do Automóvel*, p. 27.

indústria motorizada revolucionou a forma como a Primeira Guerra Mundial foi combatida. O motor de combustão interna deu uma nova mobilidade à infantaria que, antes das hostilidades na Europa estarem paralisadas nas trincheiras, podia fortalecer rapidamente os pontos fracos na linha da frente»[20]. Os automóveis viriam a ter um papel relevante na evacuação de feridos em combate, ajudando a salvar uma grande quantidade de vidas.

A I Grande Guerra teve impacto negativo na economia mundial, e a indústria automóvel, apesar da sua crescente popularidade, não foi exceção. Em guerra, a contração económica acontece devido à mobilização dos recursos materiais, financeiros e humanos para um único objetivo, o militar, em detrimento da produção com fins comerciais. O conflito obrigou a uma redefinição de prioridades da indústria automóvel por um quadriénio. Neste período, verifica-se que «os diversos fabricantes de automóveis começam a fabricar camiões e viaturas mais pesadas, para apoio a frentes de combate. No pós-guerra, com a evolução permanente do automóvel começaram a surgir pequenos construtores com grandes evoluções e misturas de vários meios de transporte»[21].

Se, por um lado, o contexto de guerra desviou recursos da indústria automóvel, provocando a estagnação da sua produção para fins civis, por outro, permitiu verificar a importância crucial da mobilidade motorizada e das suas múltiplas potencialidades, não só em contexto de combate, como na adaptabilidade quotidiana. Como resultado, a «maioria dos que combateram na guerra compreenderam a utilidade do veículo a motor e, quando a paz regressou, muitos dos soldados estavam ansiosos por gastar o dinheiro da sua desmobilização em carros. O resultado foi um crescimento rápido na indústria automóvel como nunca se tinha visto»[22].

Após o conflito, estariam reunidas condições ímpares para o crescimento da indústria automóvel. Pelo lado da oferta, os fabricantes estavam mais capacitados para a produção a menores custos, e pelo lado da procura, pelo crescente interesse na aquisição de veículos. Essa relação terá influenciado certamente o facto de que «após o lapso da I Guerra Mundial, [fossem] muitos os industriais que se lançaram na construção de automóveis. Todos tinham a ânsia de aproveitar o momento de melhor desenvolvimento e psicose do consumidor»[23].

[20] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 24.
[21] MIRA, 2012, *A Evolução do automóvel*, p. 27.
[22] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 24.
[23] DOMINGUEZ, 1981, *O Automóvel*, p. 28.

Se o pós-guerra criou um ambiente propício para o crescimento da procura do mercado automóvel, era grande a exigência entre os produtores/investidores, na tentativa de dar resposta ao apelo dos consumidores. A maior procura levou ao crescimento da oferta, mas isso não seria equivalente a qualidade. Algumas perspetivas consideram que em termos de

> «design e inovações tecnológicas, poucas coisas mudaram no automóvel durante as décadas de 10 e 20. Mais significativa foi a proliferação de marcas entre si. Nos Estados Unidos destacam-se a Chrysler, a Cadillac, a Buick, a Chevrolet, a Studebaker, a Ford entre dezenas de outras. Na Europa as mais sonantes eram a Mercedes, a Bugatti, a Rolls Royce, a Rover, a Austin e a Lancia e, tal como aconteceu nos Estados Unidos, muitas outras não resistiram ao passar dos anos»[24].

Ainda assim, considerando que mais capital foi investido no desenvolvimento de marcas e modelos, e que terá havido um maior número de inovações implementadas, apesar de determinados insucessos, algumas alterações tecnológicas foram bem-sucedidas. A nível europeu, especialmente na indústria automóvel britânica,

> «muitos dos carros da década de 20 aproveitaram a tecnologia dos motores de aviação desenvolvidos durante a guerra, particularmente a Hispano-Suiza V8 com árvore de cames à cabeça. A Wolseley construiu este motor sob licença e utilizou uma árvore de cames à cabeça dos seus carros do pós-guerra, mas foi só após a aquisição, em 1927, pela Morris, que este design da Wolseley atingiu o seu potencial máximo, especialmente nos carros desportivos MG»[25].

Se ao nível da motorização a evolução tecnológica foi lenta, o mesmo não aconteceu no que toca ao chassis e aos acessórios, apresentando o automóvel melhorias significativas a um ritmo acelerado. Num curto espaço de tempo, são «dignas de menção a perfeição e solidez com que as máquinas [eram] construídas, não oferecendo o menor perigo, quando guiadas por pessoas prudentes e com a necessária prática para manejar o melhor automóvel»[26]. Além disso,

> «à medida que a década ia avançando, mais características foram concebidas para tornar o automóvel mais confortável e seguro. Limpa-para-brisas, motor de arranque, vidro de segurança (primeiro padronizado no modelo A da Ford de 1928), acabamentos de aço, carroçarias cobertas, pneus de baixa pressão, tinta de celulose e cromados tornaram-se frequentes nos carros populares»[27].

Estas inovações, não sendo consideradas grandes invenções, no seu conjunto tornaram-se elementos diferenciadores de marcas e modelos. Foi o desenvolvimento

[24] MIRA, 2012, *A Evolução do Automóvel*, p. 27.
[25] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 26.
[26] *Diário de Notícias*, 08-07-1920, p. 2.
[27] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 27.

de uma perspetiva mais visual do automóvel, na qual a oferta procurava influenciar a compra de cada modelo, pela qualidade de acessórios que oferecia e a distinguia. Quanto maior fosse o impacto das inovações ou dos elementos diferenciadores, maior deveria ser o efeito nas vendas de um determinado modelo. Foi nesta visão de mercado altamente concorrencial que o «design dos carros passou a ser alterado radicalmente. [/] A exigência de uma carroçaria espaçosa em chassis pequenos obrigou a que o motor fosse colocado mais à frente sobre o eixo frontal»[28], numa procura de otimizar espaço sem perder de vista a parte estética. Automóveis mais atraentes e com melhores desempenhos contribuíram para o crescente sucesso da indústria, e a competição entre marcas era constante, tanto ao nível do mercado norte americano como do europeu.

Em Portugal, durante a década de 20, aplicou-se o mesmo paradigma que no resto da Europa, até porque não sendo um país produtor, limitávamo-nos a importar. A difusão de marcas e modelos levou a que os investidores nacionais apostassem não na produção, mas sim na comercialização, «criou-se e solidificou-se o circuito comercial que previa, para além dos representantes das marcas, as garagens, as estações de serviço, uma rede de postos de abastecimento compatíveis com a grandeza do parque nacional»[29]. Estes fatores contribuíram para que o parque automóvel português, das 7500 viaturas existentes em 1920, já contabilizasse 37 000 em 1930[30]. Na década de 30, a nível nacional

> «dos 37.871 automóveis registados importa ainda referir que 4.510 unidades, ou seja, 11,9% encontravam-se à data parados, inutilizados, em reparação ou para venda, o que poderá dar uma imagem ainda mais negra da situação do parque automóvel nacional. Em muitas formas, os anos 30 foram uma década crítica. Assistiu-se ao desaparecimento dos últimos fabricantes de carros de luxo como a Hispano-Suíza, a Duesenberg e a Minerva, assim como ao fim de muitos fabricantes pequenos e independentes e construtores de carroçarias (vítimas da mudança para carros produzidos em série com carroçarias de aço) […]. Arredondados e espaçosos, os carros da década de 30 ofereciam mais conforto e elegância que os seus antecessores»[31].

A dinâmica no mercado automóvel atingiu, por esta década, níveis muito elevados, implicando a desistência de alguns construtores, incapazes de responder aos avanços tecnológicos impostos pela feroz concorrência. Como resultado, «durante a década de 1930, o número de empresas que produziam automóveis caiu

[28] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 32.
[29] RODRIGUES, 1995, *O Automóvel em Portugal*, p. 76.
[30] Ver ABREU, 1996, *O Automóvel em Portugal: 100 Anos de História*, p. 46.
[31] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 34.

vertiginosamente. No entanto, o facto de um número considerável de empresas terem sobrevivido e, de facto, prosperado, indicava tanto a força da indústria como a sua promessa para o futuro»[32]. Algumas empresas com maior robustez financeira, por esta altura, investiram na especialização e «produz[ia]m carros excelentes durante esta década. A Morris e a Austin continuaram a construir pequenos carros com boa engenharia»[33].

O mercado automóvel diversificava estratégias e objetivos a alcançar, com as marcas e definir, de uma forma mais eficiente, qual segmento de mercado pretendiam atingir. Na primeira metade da década de 30, notou-se que o foco dos produtores tinha vários objetivos simultâneos, para além do fator redução de custo estar sempre inerente, a procura pela melhoria do desempenho e da estética estava presente, com especial atenção ao *design* dos modelos e à sua relação direta com a velocidade alcançada pelos motores. A aerodinâmica e a elegância também faziam parte do padrão a desenvolver.

A «moda do aeromodelismo que encontrou o seu auge em máquinas como a Chrysler Airlow, o Singer Airstream e o Ford V com carroçaria de Fotzmaurice»[34], foi proeminente nesta década, mas a resposta da procura e os correspondentes resultados comerciais não estiveram ao nível do desenvolvimento de modelos em termos de aerodinâmica.

A mercado automóvel na década de 30, especialmente na primeira metade da década, não foi imune aos efeitos devastadores da Grande Depressão que ocorreu nos Estados Unidos em 1929. A instabilidade financeira global, e as suas repercussões nas vendas de automóveis tiveram efeitos imediatos. O consumo de bens não primários foi amplamente afetado em períodos de crise, como consequência da perda de poder de compra generalizada, mas as pessoas continuaram a desejar adquirir automóveis.

Em resposta à queda do poder de compra, em consequência da Grande Depressão, algumas marcas definiram estratégias que iriam de forma indireta tornar o automóvel mais acessível, inclusive os mais luxuosos, mas o principal objetivo era manter os níveis de rentabilidade. Com este intuito

> «os fabricantes de automóveis de luxo introduziram veículos menores e versões acessíveis para a nova década. Por sua vez, os fabricantes de carros pequenos fizeram melhorias nos seus modelos. Os novos carros de baixo preço eram, na sua maioria, sedans utilitários de quatro lugares, muito mais bem equipados do que os veículos económicos anteriores»[35].

---

[32] BERGER, 2001, *The Automobile in the American History and Culture*, p. 14.
[33] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 34.
[34] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 34.
[35] CHAPMAN, 2011, *The definitive visual history of the automobile*, p. 74.

Globalmente, os veículos utilitários mantiveram a qualidade e até melhoraram em muitos aspetos; atingir esses objetivos, mantendo um preço final inferior, somente foi possível com a otimização cada vez mais eficiente dos recursos. Ainda assim, um certo nicho de mercado constituído por uma expressiva quantidade de pessoas abastadas sustentou a produção de uma «excelente seleção de carros de luxo de fabricantes nos Estados Unidos e na Europa. Automóveis elegantes, confortáveis e muitas vezes rápidos, geralmente eram os primeiros a receber novas tecnologias, como sistemas de travagens hidráulicos e engrenagens sincronizadas»[36].

A década de 40, em metade coincidente com os anos da II Grande Guerra, uma vez que o conflito teve o seu início em 1939 e apenas terminou em 1945, divide o período em duas realidades completamente distintas. A duração da guerra resultou para a indústria automóvel em estagnação, isto porque «a produção de automóveis caiu drasticamente à medida que os fabricantes mudaram a sua produção para produtos relacionados com a guerra»[37]. Por outro lado, o pós-conflito, caracterizou-se por um marcante expansionismo, apesar de um necessário tempo de adaptação inicial para retomar a produção para fins não bélicos.

Na prática, durante a guerra, devido à instabilidade política e social, e consequente falta de recursos económicos, impôs-se que a indústria automóvel «tivesse de se concentrar nos utilitários, sem extras nem luxos, apostando na construção de *vans* e *pickups* vitais, capazes de transportar alimentos e fornecimentos para onde eram necessários, ou veículos todo-o-terreno adequados a transportar tropas em terrenos acidentados»[38]. Estes tipos de veículos viriam a tornar-se muito populares não só neste período, sendo muito apreciados mesmo após a guerra, devido à multiplicidade de funções que poderiam exercer no quotidiano. A procura de veículos simples e robustos viria a crescer à medida que as economias mundiais começavam a recuperar. Além do fator utilitário ser uma das prioridades, a indústria redefiniu-se com o objetivo de criar veículos práticos e fiáveis a preços acessíveis, construindo motores com baixo consumo de combustível e inferiores custos de reparação e manutenção.

Em suma, a indústria automóvel passou, durante a primeira metade do século XX, por períodos de turbulência política e económica a nível global, dos quais se destacam as duas Grandes Guerras e a Grande Depressão, momentos em que a economia contraiu abruptamente, não tendo sido propícios a resultados animadores ao nível da indústria no seu todo. Contudo, a indústria automobilística demonstrou a

[36] CHAPMAN, 2011, *The definitive visual history of the automobile*, p. 80.
[37] LAMBERTI, 2021, *How Did Automobility Studies Changed Throughout History?*, p. 41.
[38] CHAPMAN, 2011, *The definitive visual history of the automobile*, p. 112.

sua enorme versatilidade face aos diferentes cenários, o que fez com que se tornasse incontornavelmente numa das indústrias mais bem-sucedidas nestas décadas.

Apesar da complexidade inicial da adaptação do automóvel aos diferentes contextos geográficos, especialmente na criação de condições de transitabilidade, este meio de transporte mostrou-se capaz de transpor barreiras, adaptando-se com distinção aos diferentes momentos da História. O sucesso do automóvel foi um fenómeno global, tanto nas regiões mais desenvolvidas como subdesenvolvidas, fosse nas regiões centrais ou periféricas, o seu uso difundiu-se, e nem a resistência inicial pôde impedir a mudança dos meios de transporte tradicionais para os mecanizados.

O uso de tecnologia motora em prol da mobilidade terrestre tornou-se numa inevitabilidade, pela força da necessidade de transpor e superar as distâncias no menor tempo possível e com menor esforço, mas simultaneamente como forma de objeto de satisfação do utilizador. O automóvel é, ainda hoje, um elemento social diferenciador, a sua utilidade e comodidade é maior por quanto maior for a exigência do seu utilizador, sendo o fator preço o elemento diferenciador das características e possibilidades de cada modelo ou marca.

2. Os Transportes Terrestres na Madeira após a Estreia do Automóvel no Início do Século XX

2.1. Condicionalismos e Desafios ao Novo Paradigma nos Transportes Terrestres

A evolução das motorizações e consequente difusão do automóvel nos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, nos quais se incluem Portugal, e a sua gradual expansão para as regiões mais isoladas e subdesenvolvidas, modificou o padrão da mobilidade terrestre, mesmo em territórios de pequena dimensão e/ou de difícil orografia, como é o caso da Madeira.

No final do século XIX e princípio do século XX, a Madeira não possuía vias de comunicação favoráveis à mudança do paradigma dos meios de transporte tradicionais pelo automóvel, nem seria previsível a curto/médio prazo que tal sucedesse. Apesar de não ser previsível a estreia e posterior sucesso do automóvel em regiões como a nossa, devido aos obstáculos orográficos e à dimensão territorial que dificultavam a seu transporte e adaptabilidade, o que sucedeu afinal foi a chegada em força do automóvel à Madeira, em linha com outras regiões periféricas.

Em comparação com os Açores e as Canárias, que teriam condições mais propícias ao uso do automóvel, especialmente as Canárias, poucos anos diferenciaram

a estreia deste meio de transporte na Madeira em relação a esses territórios. Alguns fatores fundamentam este facto, pelos benefícios decorrentes da sua posição geoestratégica no mar Atlântico, num contexto global dominado por travessias marítimas intercontinentais, e pelas oportunidades geradas a partir dessa realidade. No início do século XX, o Funchal tornou-se numa cidade muito visitada por turistas, era o ponto de passagem e paragem de uma grande quantidade de navios que faziam as travessias do Atlântico e apresentava uma forte dinâmica em termos comerciais, também fruto da conclusão do cais em 1892, fatores estes que contribuíram para a estreia do automóvel na Madeira no ano de 1904.

No final do século XIX e no início do século XX, no que se refere aos transportes terrestres, prevaleciam os veículos de tração animal e outros que dependiam de força braçal humana, onde se destacavam as corsas, os palanquins, as redes, os carros de verga e de bois. A movimentação por terra a pé era comum, mesmo em longas distâncias, especialmente para as classes mais pobres, que constituíam a maioria da população. Os visitantes também utilizavam os meios de transporte tradicionais ou deslocavam-se a pé, especialmente na cidade, mas em percursos mais longos, os turistas por vezes faziam-se deslocar por animais, ou em alguns casos, por rede, carregada por dois homens ou mais. Por mar, as empresas de cabotagem eram utilizadas em circuitos mais longos à volta da ilha, única forma de chegar a pontos mais distantes da cidade, especialmente no transporte de mercadorias.

Os meios tradicionais eram os que mais se apropriavam às condições de comunicação terrestre na ilha, devido à inexistente rede de estradas circuláveis e aos caminhos e trilhos em mau estado de conservação. Existiam apenas algumas estradas reais, construídas para outra realidade de transporte. Esta utilização dominante de transportes rudimentares é uma das características das sociedades agrárias.

Na Madeira, somente após a inauguração do Caminho-de-Ferro do Monte em 1893, e do Caminho-de-Ferro Americano em 1896, ambos ligando os seus trajetos, deram-se os primeiros passos para um novo paradigma da mobilidade. Estes meios, inovadores para a época, melhoraram substancialmente a possibilidade dos visitantes e locais se deslocarem pela baixa e até às zonas altas, no caso particular até ao Monte[39]. O Caminho-de-Ferro do Monte serviu a população durante cerca de meio século, e encerrou a sua atividade no início dos anos 40, devido a múltiplos fatores, entre os quais se destacam a situação financeira da empresa, a segurança posta em causa desde um grave acidente ocorrido em 1919, que vitimou quatro pessoas, e a

[39] Ver JESUS, 2015, *O Primeiro Automóvel na Madeira* […], pp. 22-24.

concorrência das empresas de transporte coletivo[40]. Ainda assim, as acessibilidades terrestres na última década do século XIX continuavam praticamente inexistentes e as que existiam encontravam-se num estado rudimentar.

O desenvolvimento e melhoria da rede viária regional foram negligenciados por parte do Estado português durante décadas, ignorando a realidade em que os madeirenses viviam, as suas míseras condições de vias de comunicação e o isolamento das populações, especialmente no interior e norte da ilha. A inexistência de ligações terrestres em condições mínimas de segurança entre vilas e povoações à volta da ilha tornava o contacto entre localidades muito difícil e moroso, sendo os caminhos percorridos em condições de sofrimento e perigosidade. «Na maior parte das freguesias rurais as estradas [eram] veredas tortuosas e exíguas, abeiradas de precipícios medonhos e onde o transeunte ao percorrê-las ia tremendo pela própria vida»[41].

A imprensa da época dava frequentemente conta dessa realidade, expressando os repetidos anseios e apelos dos nossos deputados aos governantes do reino, para a consciencialização face ao quotidiano do povo madeirense:

> «Pelo que respeita à viação do distrito, é verdadeiramente assombroso no estado rudimentar em que se encontra este importante ramo da administração pública, tão estritamente ligado com a comodidade dos povos, com os progressos comerciais, com o desenvolvimento da produção agrícola e até com a cultura intelectual das povoações rurais. […] A viação na Madeira é o mais deplorável testemunho da incúria e do abandono a que tem sido votada por eles esta formosa ilha. Quem nunca passou do concelho do Funchal ou foi apenas até à vila de Câmara de Lobos pela chamada Estrada Monumental, e avaliar por estas as restantes da ilha, ficará fazendo a ideia que o distrito não tem mais que ambicionar sob o ponto de vista da sua viação»[42].

A Madeira permaneceu em situação económica débil, sem capacidade de financiamento e dependente da boa vontade do poder central para a melhoria da sua rede viária. Mantinham-se grandes insuficiências infraestruturais, não existindo na prática previsibilidade para a criação e melhoria de acessibilidades por mar ou por terra.

> «A intervenção do Estado foi particularmente reclamada pelos agentes e operadores económicos madeirenses, e já em 1850 e 1914 a opinião pública insular se bateu, por diversas vezes e em diferentes momentos, pelo investimento estatal num conjunto de infraestruturas materiais, cujos custos eram muito elevados, mas que acreditava serem vitais para o desenvolvimento económico do arquipélago. Nesse caso, estiveram as

[40] Ver CALLIXTO, 1977, *Pelas Estradas da Madeira e de Porto Santo* […], p. 27.
[41] *Diário de Notícias*, 15-12-1894, p. 1.
[42] *Diário de Notícias*, 04-08-1890, p. 1.

> pretensões formuladas em torno […] da construção de vias de transporte terrestre, das infraestruturas portuárias e de iluminação costeira»[43].

Contudo, apesar das limitações e falta de condições de segurança do transporte marítimo, especialmente na acostagem e atracagem das embarcações, as populações utilizavam a cabotagem como alternativa ao transporte por terra, única forma de contornar os obstáculos de mobilidade terrestre. Durante década, as empresas de cabotagem eram o meio mais utilizado, tanto na movimentação de pessoas, como no transporte de cargas, especialmente produtos agrícolas.

A opção do transporte por mar era uma necessidade, não existia uma alternativa, deslocar-se por terra era dispendioso e por vezes impraticável. Vejamos a título de exemplo: a deslocação por aluguer de um cavalo entre Funchal e Câmara de Lobos, custava, em 1901, cerca de 1500 réis, enquanto o aluguer de um trem, custaria 3500 réis, e de uma rede, 3000 réis. O transporte por cabotagem custava em média 150 a 300 réis[44]. Se por mar a solução era a cabotagem, por terra prevalecia a utilização de veículos de tração animal, e a população subsistia do setor agrícola, vivendo em condições de pobreza e isolamento.

Sobre a questão de atraso infraestrutural, em abril de 1900, a imprensa regional registava a seguinte interpelação realizada na Câmara dos Deputados: «A Madeira […] tem apenas 10 ou 12 quilómetros de estradas e, na impossibilidade de se obter a viação que lhe falta, é indispensável que se lhe dê ao menos a navegação costeira e que de certo modo se remedeie este estado de coisas»[45]. Em junho do mesmo ano, a imprensa voltava a referir que o nosso distrito estaria «esquecido sistematicamente pelo poder central, durante quase meio século, privado de todos os confortos e melhoramentos materiais, sem porto de abrigo, sem cais de desembarque, sem estradas, sem faróis, sem navegação costeira»[46].

Até finais do século XIX, a Madeira, por falta de meios de financiamento, fosse por via de empréstimos e/ou de impostos, estava impossibilitada de desenvolver projetos de melhoria da sua rede viária. Sem meios financeiros para mais, as estradas eram somente alvo de melhoramentos pontuais, mas que não incluíam construção de novos troços ou acessos, como pontes ou infraestruturas de maior custo. Razões que determinaram que apenas existisse no ano de «1901, em que lhe foi concedida autonomia administrativa a este distrito, somente nove quilómetros duma boa

[43] CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1950-1914)*, p. 34.
[44] *Revista Madeirense*, 21-01-1901, p. 170.
[45] *Diário de Notícias*, 22-05-1900, p. 1.
[46] *Diário de Notícias*, 05-07-1900, p. 1.

estrada, que punha a cidade do Funchal em comunicação com a vila de Câmara de Lobos»[47].

No início do século XX a «cidade encontrava-se num estado verdadeiramente primitivo, com ruas estreitas e tortuosas, de péssima pavimentação»[48], e nem o facto de ser uma cidade muito visitada por turistas impedia que as condições de saneamento e ao nível infraestrutural evidenciassem degradação. A cidade por estes anos era descrita como «bastante confusa, com ruas horrivelmente calcetadas, muito irregulares e acidentadas, uma cidade completamente destituída dos requisitos que faziam a formosura e a comodidade dos sistemas de viação das cidades modernas»[49].

É nestas circunstâncias que realçamos o papel do Plano Ventura Terra, cuja solicitação de elaboração foi aprovada em 1912 pela Câmara Municipal do Funchal, com o objetivo de tornar o Funchal numa cidade moderna e de acordo com os seus desafios. Este plano, que viria a ser de vital importância para o desenvolvimento da rede viária do Funchal, tendo sido apresentado a votação em 1914, «na sessão camarária de 23 de abril, [onde] aprovou-se por maioria o seu anteprojeto. A 4 de Março do ano seguinte, a Câmara do Funchal recebeu um ofício de Ventura Terra, comunicando que concluíra o Plano Geral de Melhoramentos para esta cidade»[50].

O Plano Ventura Terra delineou metas muito ambiciosas, que no contexto em que foi concebido se tornaram impossíveis de implementar. No entanto, a sua integração nos planos de melhoramentos do município, em 1922, viria a demonstrar que as linhas orientadoras estavam corretamente traçadas. Estavam assim identificadas as grandes lacunas da cidade em termos estruturais, porém, a implementação do plano foi sucessivamente adiada por motivos financeiros.

A Madeira manteve-se assim, durante as três primeiras décadas do século XX, com incapacidade para a criação de condições razoáveis de acessibilidade viária entre as povoações da ilha, e especialmente na costa norte e no interior. O panorama apenas iria sofrer alterações significativas com as

> «reformas autonómicas de 1928 [que] coincidiram com uma reconfiguração do quadro financeiro da Junta Geral, sendo que entre este ano e 1933-34 os cofres distritais são marcados por uma liquidez apreciável, em grande parte resultante do empréstimo de 15 mil contos contraído no ano de 1932, o que prontamente se traduziu num renovado ímpeto construtivo em matéria de estradas»[51].

[47] SUMARES et al., 2002, *Transportes na Madeira*, p. 20.
[48] VASCONCELOS, 2008, *O Plano Ventura Terra* […], p. 30.
[49] VASCONCELOS, 2008, *O Plano Ventura Terra* […], pp. 31-32.
[50] VASCONCELOS, 2008, *O Plano Ventura Terra* […], p. 35.
[51] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 143.

Até meados dos anos 30, a aplicação deste empréstimo pela Junta Autónoma de Estradas (JAE) constituiu-se como fator de combate ao isolamento e constrangimento para o desenvolvimento económico, sobretudo das populações mais distantes do Funchal. Foi esta «a missão técnica da JAE, instituída pelo decreto-lei 25534, de 25 de junho de 1935, e por este incumbida de proceder ao "estudo do problema das estradas no Arquipélago da Madeira"»[52]. A JAE elaborou «o plano da rede complementar de estradas (decreto-lei 28592, de 14 de abril de 1938), que mapearia todo o desenvolvimento viário do arquipélago até, pelo menos, a introdução do regime político autonómico»[53] em 1955.

Em consequência da teia financeira e burocrática que bloqueava o desenvolvimento da rede viária regional, a realidade da utilização de transportes mecanizados em redor da ilha foi gradual e lenta, e o alto investimento necessário à sua concretização levou a que algumas intenções não saíssem do projeto. Ainda assim, nas décadas de 30 e 40, ocorreram melhorias significativas. As construções de melhores acessibilidades iriam constituir-se como elemento dinamizador da atividade económica.

A melhoria da rede viária provou-se como fundamental para o melhor escoamento de produtos agrícolas por terra, com repercussões positivas nas condições de vida das populações que, na altura, eram maioritariamente dependentes do sector agrícola. Contudo, os ganhos sociais e económicos gerados pelo desenvolvimento da rede viária eram muito mais abrangentes do que os observados no sector agrícola, com a Madeira a beneficiar por tornar-se gradualmente mais desenvolvida na sua extensão e não apenas na cidade e arredores.

2.2. A Viação Automóvel na Madeira no Primeiro Quartel do século XX

2.2.1. A Estreia do Automóvel na Madeira e as Expetativas em torno do Acontecimento

Após a estreia, em janeiro de 1904, do primeiro automóvel na Madeira – um Wolseley de 10 hp (*horse power*), pelas mãos de Bernard Harvey Foster – deu-se início a uma nova era dos transportes terrestres na ilha, com os motores a combustão dos meios de transporte a constituírem-se como um marco de viragem na mobilidade. Como é característico das sociedades agrárias, a implementação deste inovador meio de transporte foi lenta e sujeita a alguma resistência e ceticismo iniciais. Desde logo, por ser novidade, foi motivo de entrave do ponto de vista logístico, administrativo

[52] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 144.
[53] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 144.

e regulamentar, como daria conta um artigo da imprensa regional, referindo-se à efeméride e imediatas contrariedades.

> «Mr. Foster mandou vir para a Madeira um automóvel, que segundo vemos, o veículo é de primeira ordem, e chegou nas melhores condições, de poder percorrer as nossas ruas, caiu entre nós como piolho em alcatrão, porque ainda não foi possível a Mr. Foster, por mais diligências que faça, conseguir licença para digressar pela cidade. No primeiro dia ainda por aí andou, mas depois, a lei, a lei, travou-lhe a velocidade. Num país onde não há lei nem roque, a travar-se a marcha de um automóvel, que a lei chega a ter chiste. Mr. Foster há-de ficar admirado que um país, todo velocidade, como a Inglaterra, se aliasse a este nosso, onde tudo é caminho de boi. Um automóvel de primeira ordem dirigido por um chauffeur experimentado, não oferecerá mais garantias aos transeuntes, de uma cidade, do que essas zorras e essas carroças que por aí abundam, atropelando tudo e todos, a cada minuto?! Mas a lei…! A lei, somente para os automóveis tem graça. Abobora para as dificuldades»[54].

Ultrapassadas as questões de bloqueio inicial, reposta a legalidade da inóspita circulação de um veículo motorizado, tornou-se notícia que «Mr. Foster, numa viagem de experiência, feita ontem [dia 27 de janeiro de 1904] no seu automóvel a Câmara de Lobos gastou na ida e volta 3 minutos»[55]. Não foi surpresa que, desde a sua chegada, o automóvel despertou a curiosidade e interesse, pelo apreço ou pela crítica, transformando-se num objeto desejável como elemento de diferenciação social. A azáfama inicial em torno do Wolseley de Harvey Foster contrastava com o período de cerca de três anos de ausência de registos de automóveis, o que poderia significar a inadaptabilidade do automóvel às características da ilha.

Foi apenas em 1907 que surgiu o registo do primeiro automóvel na Madeira: «um Dion Bouton, de seis lugares, destinado ao transporte de passageiros, chegado a 23 de novembro»[56]. Nos inícios do século XX, a quantidade de automóveis na Madeira evoluiu lentamente e só «muito gradualmente vão substituindo os transportes mais rudimentares»[57]. Manteve-se o predomínio dos transportes primitivos que imperaram até à chegada do automóvel, continuando a subsistir nas primeiras décadas, juntamente com os veículos motorizados.

Os meios de transporte tradicionais eram os únicos meios aptos a ultrapassar as barreiras do relevo acidentado, prevendo-se como «complexo o desafio de erguer uma rede viária capaz de colocar eficazmente em comunicação os vários pontos da

---

[54] *Correio da Tarde*, 26-01-1904, p. 1.
[55] *Correio da Tarde*, 28-01-1904, p. 1.
[56] JESUS, 2015, *O Primeiro Automóvel na Madeira* […], p. 175.
[57] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», p. 153.

ilha»[58]. Para a operacionalidade do automóvel no contexto da mobilidade regional ser uma realidade com efeitos no global da ilha, seria necessário criar condições para a sua circulação, através de uma rede viária adequada, desde logo partindo da melhoria das estradas reais. Seria imperativo dotar a Madeira, de acordo com os meios disponíveis, de estradas com condições mínimas de circulação a partir da capital e expandir pelas diversas localidades, mas «a grandiosidade desse desafio parecia, de resto, transcender o quadro de recursos técnicos, financeiros e políticos»[59].

O contexto no qual o automóvel surgiu, implicou uma necessidade imediata para que as entidades sentissem pressão adicional para iniciar a expansão e melhoramento das precárias e perigosas estradas regionais, afinal a Madeira, tal como o mundo, vivenciava uma nova realidade. Havia, no entanto, um longo caminho a percorrer, uma vez que no início do século XX «a ligação entre Funchal e a vila de Câmara de Lobos, na distância de 9 quilómetros, que servia muitos dos principais hotéis, [era identificada como] a primeira estrada em condições, construída para veículos a motor, até 1910, e designada Estrada Monumental»[60]. Esta era a única estrada transitável para automóveis, manifestamente insuficiente para a adaptabilidade do veículo motorizado às necessidades dos seus proprietários.

Foi exatamente no sentido de melhorar as infraestruturas rodoviárias que se promoveu a criação da «Junta Agrícola em 1911, organismo que funcionou até 1919, [e que seria] responsável pelo primeiro plano viário com vista a enlaçar o território com uma estrada, conseguindo a abertura que ligou o Funchal à Ribeira Brava, Encumeada e São Vicente»[61]. O automóvel, e o seu domínio em relação aos transportes tradicionais, mostrou que a inutilização dos anteriores meios de transporte seria uma questão de tempo, de acordo com a criação de condições para a circulação e a capacidade financeira para os adquirir.

2.2.2. Os Registos de Matrículas na Madeira entre 1912 e 1926

Como vimos, aquando dos primeiros anos do século XX, a Madeira tinha condições infraestruturais limitadas, o que representou uma barreira para a adaptação do automóvel. Além disso, a falta de autonomia administrativa e a incapacidade de regulamentar a utilização do automóvel contribuíram para alguns períodos de estagnação do registo de automóveis. Apesar dos constrangimentos, a expansão

[58] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 129.
[59] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 129.
[60] ARAÚJO, 2013, *100 Anos de Transporte de Passageiros em Autocarros* […], p. 11.
[61] JESUS, 2015, *O Primeiro Automóvel na Madeira* […], p. 34.

dos transportes motorizados aconteceu gradualmente, numa fase inicial sustentada em ambições de distinção pessoal e até de pioneirismo. Os condicionalismos não impediram que, em 1907, «a recém-criada Empresa Madeirense de Automóveis iniciasse a importação de automóveis»[62], o que sustenta que anteriormente a 1912, tenham «sido licenciados pelo Governo Civil quinze veículos»[63].

Foi a partir de janeiro de 1912, através do regulamento para a circulação automóvel e criação da Comissão Técnica de Inspeção, Provas e Exames de Automóveis e Condutores da Circunscrição da Madeira (CTIPEAC), que passou a ser possível atribuir de forma autónoma, na Madeira, licenças de circulação a condutores, realização de exames de condução e atribuição de matrículas. Aos automóveis registados na Madeira passou-se a atribuir a letra M seguido do número do registo, de forma sequencial. Esta documentação produzida pela CTIPEAC constitui-se como uma ferramenta singular para conhecer a evolução e principais características do automobilismo na Madeira. Este fundo permitiu que fosse publicado, em 2016, um estudo sobre o mercado automóvel entre 1912 e 1926[64], com observação das tendências de crescimento da importação de veículos através do número de registos, as respetivas marcas, o tipo de veículo e tipo de proprietário. A contagem anual de matrículas neste período revelou grande volatilidade do mercado automóvel regional, com os fenómenos económicos, sociais e políticos a terem grande impacto no volume de veículos comercializados. A evolução da comercialização de veículos neste período demonstra os efeitos nefastos da I Grande Guerra ocorrida entre 1914 e 1918, com os registos a serem nulos em 1918. Mas a tendência de queda neste período surgiu a partir de 1914 e manteve-se até ao final do conflito. Apesar dos tempos conturbados no período antecessor à guerra, entre 1912 e 1913, é de realçar terem sido registados, 24 e 42 novas matrículas, respetivamente.

Quanto aos anos do pós-guerra, observou-se um crescimento notável no número de matrículas registadas, especialmente a partir de 1920, com o número a passar das 17 unidades em 1920, para 161 em 1925, representando vendas de 9,47 vezes superiores, num período de apenas meia década, constituindo-se 1925 como o melhor ano de compra de automóveis da década. Este aumento de registos expressa, inequivocamente, um período de maior popularidade e envolvimento social no automobilismo na ilha da Madeira na década de 20, com o fenómeno automobilístico a ganhar cada vez maior número de aficionados.

---

[62] SUMARES *et al.*, 2002, *Transportes na Madeira*, p. 32.
[63] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», p. 157.
[64] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», pp. 153-172.

De forma paralela, o automóvel cresceu como utilitário, mas também como desporto. As capacidades dos veículos ultrapassaram os limites dos mais céticos. Tal como as grandes provas automobilísticas na Europa se constituíram como impulsionadoras do fenómeno automobilístico, a nível regional, por esta altura, o aparecimento das primeiras provas automobilísticas captou a atenção das populações e a paixão pelo fenómeno. Salientamos a realização da primeira gincana automóvel na Madeira, a 2 de janeiro de 1923, com a participação de vários automóveis e *sidecars*, conforme previsto no Programa das Festas Históricas de Comemoração do V Centenário do Descobrimento da Madeira[65].

O automobilismo conheceu por esta altura grande expansão, e com ele o interesse de realizar eventos automobilísticos desportivos, o que, para uma região de pequena dimensão e de características peculiares, é indicador de uma crescente paixão pelo fenómeno. Para as elites políticas e económicas o automóvel tornou-se elemento diferenciador. Contudo, para as massas o «automobilismo era ainda um desporto de alguns ricos excêntricos, e muitas pessoas nunca tinham visto um carro»[66].

Ao nível da contabilização dos registos de matrículas entre 1912 e 1926, o mercado ainda evidenciava volatilidade no primeiro quartel do século XX, com os resultados a terem forte correlação com o panorama económico mundial, conjuntamente com o enquadramento nacional e regional. Se compararmos os registos da década de 10 com a década de 20, os números de automóveis importados na década de 20 são consideravelmente mais altos do que os registados na década de 10, essencialmente porque o período de conflito mundial estagnou a importação. Depois de terminado o conflito os resultados foram globalmente melhores, mas mesmo nesta fase o crescimento não chegou a ser ininterrupto até 1926, devido às quebras registadas em 1923 e 1926.

2.3. A Viação Automóvel na Madeira no Segundo Quartel do Século XX

2.3.1. As Condições para o Crescimento do Fenómeno Automobilístico

Aquando do final do primeiro quartel do século XX, e de acordo com os dados da CTIPEAC, estariam registados na praça regional até o ano de 1926 um total de 557 veículos. Estes números são surpreendentes tendo em conta a pequena dimensão

[65] *Diário da Madeira*, 31-12-1922, p. 1; *Correio da Madeira*, 04-01-1923, p. 2.
[66] COLE e WISE, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel* […], p. 13.

territorial, com estradas irregulares e íngremes que tornavam a circulação perigosa e quase impraticável. Melhorar estas condições constituiu-se o desafio ao qual se propôs a Madeira nos anos seguintes.

O crescimento do fenómeno automobilístico tornou-se motivo impulsionador para a construção de novas e melhores estradas, o que é demonstrado pelas «quase 240 empreitadas de estradas adjudicadas pela Junta Geral entre 1913 e 1917, a esmagadora maioria refere-se a obras de conservação, remodelação, alargamento e calcetamento de lanços das antigas estradas reais»[67]. Ao nível da construção de novas vias de circulação nestes mesmos anos, entre «1913 e 1918 fizeram-se as terraplanagens das estradas de Câmara de Lobos até à Ribeira Brava e São Vicente, impulsionada pelo Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia e, para leste da capital, construiu-se uma via rodoviária até Machico numa extensão de 25km»[68]. A estratégia ao nível das estradas era para além de construir novos troços, continuar a recuperar os traçados já existentes, através de um «grande volume de pequenas empreitadas adjudicadas, que ascendem a duas centenas entre 1921 e 1927 e incidem, privilegiadamente, em trabalhos de reparações, pavimentação e obras complementares e acessórias»[69]. No período entre 1928 e 1936, continuou-se a apostar na ampliação da rede viária regional, com o objetivo de expandir as ligações da capital para localidades mais distantes, tanto na costa sul como na costa norte. Para isso, intensificaram as obras nos «lanços entre a Ribeira Brava e Madalena do Mar, Calheta e Prazeres, São Vicente e Boaventura, Machico e Portela. A construção da Estrada Nacional 24, também prosseguiria, sobretudo entre o Caminho dos Saltos e Terreiro da Luta e entre São Roque do Faial (Achada do Cedro Gordo e Faial»[70].

Não obstante os avanços realizados na rede viária regional até meados dos anos 30, foi a Comissão de Estudos da Junta Geral de Estradas que elaborou um plano para a rede de estradas em 1938 que «mapearia todo o desenvolvimento viário do arquipélago até, pelo menos, a introdução do regime autonómico»[71]. A rede viária desenvolvida nestes anos não criou, apesar de todos os esforços, as condições ideais de transitabilidade mecanizada, especialmente na questão da segurança, mas permitiu aos automóveis pelo menos circular até pontos mais distantes do Funchal.

---

[67] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 138.
[68] SILVA, 2021, *Um Contributo para a História do Automobilismo Desportivo na Madeira*, p. 29.
[69] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 140.
[70] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 143.
[71] MOTA, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», p. 144.

A construção de melhores acessos rodoviários, constituiu-se como o principal alicerce para a expansão da circulação automóvel pela ilha, e ao progressivo domínio em relação aos transportes tradicionais.

2.3.2. Um Novo Código de Estrada em 1928 – A Necessária Regulamentação

Como referido, o desenvolvimento dos traçados rodoviários foi efeito do crescimento do fenómeno automobilístico, e não causa, mas o que é inquestionável é que ambos estão correlacionados. Em meados da segunda década do século XX, os automóveis na Madeira já ascendiam às seis centenas, um fenómeno que obrigou a mudanças do ponto de vista administrativo e regulamentar, de forma a dotar a cidade de melhores ferramentas para conviver com esta nova realidade, legislando a mobilidade motorizada, mas em harmonia com a continuidade da utilização dos veículos de tração animal. Esta complementaridade de meios de transportes tradicionais e de viação acelerada, nem sempre foi pacífica, apesar de ter perdurado durante largos anos.

O crescimento da circulação de veículos a motor, obrigou as autoridades a repensar a legislação, toda a organização das estradas e os comportamentos na via pública de todos os intervenientes: veículos e peões. Os cidadãos, mesmo os que viviam na cidade, não estavam preparados para esta nova realidade, e os atropelamentos eram frequentes. Foi nesta complexidade que as autoridades tiveram que repensar a organização da cidade, da circulação e respetiva legislação, de forma a regrar todas as formas de transportes, dissuadindo comportamentos de risco e exigindo o cumprimento da lei.

No que respeita à segurança dos usuários das ruas e estradas, a nível nacional «começou a elaborar-se os primeiros regulamentos para a circulação de automóveis, que previam medidas disciplinadoras de peões, animais e veículos automóveis, como o facto de as bermas e passeios serem de uso exclusivo dos peões, reservando para a rua ou estrada o primado da circulação de maior velocidade»[72].

Na Madeira, o automobilismo, desde a sua introdução até ao final do primeiro quartel do século, desenvolveu-se apoiado num regulamento arcaico que «vigoraria até ao verdadeiro primeiro código de estrada português, aprovado por decreto 14988, de 30 de janeiro de 1928»[73]. A viação acelerada constituiu-se como um «desafio não apenas do ponto de vista urbanístico, das obras públicas e da construção e

[72] FARIA e RAPOSO, 2014, *Mobilidade e Circulação* […], p. 45.
[73] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», p. 155.

adaptação de estradas, mas também, desde logo, do ponto de vista administrativo e regulamentar»[74].

De forma gradual, a Madeira, devido ao crescimento do número de automóveis, foi sentindo uma necessidade crescente de uniformizar «as regras respeitantes à circulação, licenciamento e fiscalização de automóveis e condutores»[75]. Atendendo a esta crescente exigência para regrar o trânsito automobilístico, o Governo Civil do Funchal, a 13 de janeiro de 1926, estabeleceu regras para evitar o incómodo resultante do aumento de circulação na via pública de veículos com motores de explosão, tendo em atenção o interesse dos cidadãos. O Governo Civil, de acordo com os termos do art. 3.º do decreto com força de lei de 27 de maio de 1911, usou das suas atribuições e determinou pelo registo do edital no Alvará 896, os seguintes artigos:

> «Artigo 1.º – no distrito administrativo do Funchal, e decorrido o prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente edital, todos os veículos com motores de explosão, incluindo as motocicletas, ficam sujeitas ao uso de silencioso no tubo de escape, sendo, portanto, expressamente proibido o escape livre. Artigo 2.º – findo sobredito prazo, e sendo encontrado um veículo daqueles a que se refere, o artigo antecedente, a circular sem a observância do exposto no mesmo artigo, e respetivo proprietário, transgressor, será punido com a multa de 50$00 a 300$00, e ainda com prisão de 15 a 30 dias no caso de reincidência. Artigo 3.º – as multas cobradas pela infração deste edital levam entrada em cofre de governo civil com destino à beneficiação»[76].

Até final de 1927, ainda a Madeira se apoiava no regulamento baseado no decreto de 27 de maio de 1911. Embora já existissem evidentes preocupações com a segurança e punição dos condutores infratores, tal decreto revelava-se inadequado à realidade em finais dos anos 20, por estar ainda focado na conceitualização do automóvel e nas suas características. Dada a evolução global em termos de mecânica e chassis dos automóveis em uma década e meia, o decreto de 1911 tornou-se obsoleto em 1927. Além disso, em 1911 os veículos em circulação eram em menor quantidade, e na Madeira era residual o número de automóveis. Já em finais da década de 1927, os veículos na nossa praça ultrapassavam as várias centenas, tornando-se urgente olhar com maior atenção para a regulamentação rodoviária.

O foco das autoridades para a questão do aumento de desastres rodoviários em meados da década de 20 era uma realidade, devido ao número de acidentes com feridos e vítimas mortais. É comum encontrar na imprensa da época referências a

[74] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», p. 153.
[75] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», p. 153.
[76] Ver ABM, Registo de Alvarás do Governo Civil, 1919-1927, n.º 83.

acidentes[77], demonstrativas da perigosidade da circulação no contexto regional. Transcrevemos duas notícias que descrevem o cenário: «seguia Mr. Stickland vagarosamente no seu *motocicle*, como era seu costume, e com os maiores cuidados, porque conhecia perfeitamente os perigos da circulação nas ruas destas cidades, onde se dão frequentes desastres, quase todos os dias, alguns dos quais têm custado a vida dos transeuntes desprevenidos»[78]; «a opinião pública está justamente alarmada com a frequência de acidentes de automóveis nas ruas desta cidade. Só no sábado último, houve nada menos do que três»[79].

Uma conjugação de fatores estaria na razão desta tendência crescente de acidentes, das quais destacaríamos: veículos com sistemas de mecânica, travagem e segurança rudimentares ou ainda não implementados; estradas íngremes e sinuosas; condutores inexperientes; e legislação e aplicação pouco exigentes. Sobre a questão da falta de fiscalização alertava-se na imprensa: «ninguém fiscaliza! Ninguém se importa com as faltas, irregularidades e abusos que se notam aí a cada canto. Um desleixo verdadeiramente lamentável e criminoso»[80]; ainda sobre um condutor que atropelou mortalmente um motociclista, comentava-se que seria «um reincidente, e é um reincidente devido à impunidade com que tem sido favorecido»[81].

Por outro lado, na questão da segurança, note-se esta notícia dando conta de um acidente ocorrido no Funchal:

> «o motivo do desastre de há dias, no Caminho das Virtudes, foi ter-se partido o veio de transmissão, o que fez com que o carro andasse para trás. Ao ver isso, tratou de encostar o carro à parede, voltando nessa ocasião, devido ao grande declive do caminho. Os passageiros foram cuspidos pela violência do choque»[82].

Foi nesta realidade, caracterizada por uma desordem rodoviária, que surgiu em janeiro de 1928, através do decreto-lei 14988, o primeiro Código de Estrada em Portugal. O «código de 1928, comparativamente ao regulamento de 1911, dá imensa ênfase à questão da reparação civil e da responsabilidade criminal em caso de acidentes, o que revela que a realidade da sinistralidade, que sempre existiu e foi parte integrante da cultura automóvel, passa a ter visibilidade inegável» [83].

---

[77] Ver *Diário de Notícias*, 07-05-1926, p. 1; *Diário de Notícias*, 26-05-1926, p. 1; *Diário de Notícias*, 27-03-1928, p. 1.
[78] *Diário de Notícias*, 10-01-1926, p. 1.
[79] *Diário de Notícias*, 12-01-1926, p. 1.
[80] *Diário de Notícias*, 12-01-1926, p. 1.
[81] *Diário de Notícias*, 10-01-1926, p. 1.
[82] *Diário de Notícias*, 19-05-1923, p. 1.
[83] FARIA e RAPOSO, 2014, *Mobilidade e Circulação* […], p. 49.

O novo código foi publicado pela imprensa, e dada à sua maior complexidade face ao anterior, foi dado a conhecer à sociedade através de publicações faseadas. Seguidamente, apresentamos um resumo global do código, assim destacamos que o Capítulo I era constituído por 13 artigos, onde se definiam regras gerais de trânsito para todos os veículos que circulassem na via pública, e respetivas regras de estacionamento. Neste capítulo definiam-se regras de circulação básicas, como «transitar na direção e lado que lhes compete», sinalização pelos condutores de mudança de direção, e atribuição de culpabilidade ao condutor não cumpridor destas normas básicas. Definia-se ainda que a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, assumiriam funções de fiscalização, podendo «intimar os presentes condutores das viaturas ao exato cumprimento de código» (art. 1.º).

Neste mesmo capítulo definiam-se: medidas e características dos pneus (art. 2.º); largura dos veículos, definindo-se medida máxima de 2,50m, além de atenção especial a acessórios usados e respetivas dimensões (art. 3.º); iluminação, onde se estipulava que «nenhum veículo pode circular na via pública durante a noite sem que tenha uma ou duas lanternas de luz branca na frente e uma luz encarnada à retaguarda» (art. 4.º); placas, as quais deviam identificar o nome e morada dos proprietários e licenças municipais do concelho respetivo (art. 5.º); largura e posição da carga (art. 6.º); condução de veículos e animais: neste artigo estabeleciam-se regras não só para condução de veículos motorizados, mas igualmente para os condutores dos meios de transporte tradicionais (art. 7.º); velocidades: apesar de não ser possível controlar a velocidade com os métodos da atualidade, existia uma preocupação para assegurar que os condutores circulavam, especialmente nas aglomerações de pessoas, a uma «marcha moderada» (art. 8.º); posição de marcha, cruzamentos e ultrapassagens: neste artigo era «alterada a posição de marcha de todos os veículos e animais na via pública, devendo o trânsito passar a ser feito pela direita da via pública, deixando livre a esquerda». A esquerda passou a ser destinada a ultrapassagens, sendo alertados os condutores para o risco advindo de tal manobra e que apenas o deveriam fazer em segurança (art. 9.º). Este artigo, por alterar o lado em que se deveria circular, longe de ser consensual, gerou contestação.

Algumas preocupações e anseios seriam divulgados pela imprensa local, alertando que «o sistema usado na Madeira é o mesmo da Inglaterra e ponderámos que a importante colónia inglesa que vive na Madeira tem numerosos automóveis e estando habituada ao sistema do seu país, que aliás tem sido o nosso, viria concorrer

para maior dificuldade do trânsito»[84]. Referia-se ainda, na imprensa local, que os «Agentes e Importadores de Automóveis em Lisboa, apresentaram há pouco uma reclamação ao Governo, pedindo a modificação de vários artigos do Código de Estrada»[85], criticando a Associação de Chauffeurs do Funchal por não se manifestar. Alguns *chauffeurs* profissionais e amadores viriam a reunir-se com o Governador Civil do Funchal, no dia 26 de maio de 1928, no sentido de não aplicar essa norma, alegando que grande parte dos veículos a circular na Madeira tinham direção à direita e que as ruas do Funchal tinham pouca largura para tais exigências[86].

Outra das preocupações referia-se aos veículos de transporte público de passageiros, com as portas de saída de passageiros a abrirem pela esquerda, uma vez que o condutor estaria no lado direito, e os passageiros eram obrigados a sair para o meio da faixa de rodagem. Questionavam-se as autoridades para o perigo das alterações decorrentes da lei e pela inadequação dos veículos a operar no transporte de passageiros. Os veículos, ao circularem pela direita e ao pararem a marcha, teriam de estar adequados à entrada e saída de passageiros pela direita, como não era o caso: os passageiros saíam para o meio da rua, correndo o risco severo de atropelamento. A imprensa não ignorava esse facto e alertava para o perigo iminente[87]. As mudanças na lei tiveram um impacto negativo na operacionalidade do transporte público de passageiros, a situação gerada era descrita da seguinte forma:

> «havia carros que paravam no meio das ruas, impediam o trânsito, por tempo considerável. Explicava-se o facto, alegando que os automóveis tinham uma só porta ao lado, e que à vista do Código de Estrada, doutra forma não podiam proceder os chauffeurs. O que nunca se disse é que todos os carros deviam ter uma parte anterior e que as autoridades se deviam impor nesse sentido e impedir que os carros não deixassem nas ruas, o espaço necessário para outros veículos e para os peões»[88].

A circulação pela direita foi a alteração que gerou mais indignação e contestação, por exigir maior investimento e tempo para se atingir a transição com a segurança exigível. Esta alteração de paradigma obrigaria à passagem da direção dos veículos para a esquerda, um processo só possível com a aquisição de novos veículos e com o desmantelamento das viaturas inadequadas. Apesar da medida ser amplamente contestada pelas empresas de transporte coletivo de passageiros,

[84] *Diário de Notícias*, 07-03-1928, p. 2.
[85] *Diário de Notícias*, 07-03-1928, p. 2.
[86] *Diário de Notícias*, 26-05-1928, p. 1.
[87] *Diário de Notícias*, 31-05-1928, p. 1.
[88] *Diário de Notícias*, 31-10-1928, p. 1.

o transporte particular também não ficou agradado com as mudanças e o efeito contestatório foi generalizado.

Quanto ao artigo seguinte do novo código, este estabeleceu regras para as bifurcações e cruzamentos de caminhos, indicando que «a prioridade de avançar pertence ao condutor que se apresente pela direita» (art. 10.º). O art. 11.º estabelecia regras de estacionamento para veículos e animais, enquanto o art. 12.º estabelecia regras para condução e dimensão de comboios, que não eram mais que veículos agrupados em fila, podendo ser animais ou automóveis. Já o art. 13.º definia regras específicas para circulação em pontes.

O Capítulo II era constituído por dois artigos com disposições especiais para veículos de tração animal: o art. 15.º, estabelecia a obrigatoriedade de munição de travões; e o art. 16.º definia o número de animais a serem utilizados nos atrelados.

O Capítulo III era constituído por oito artigos. Naturalmente era mais específico que o capítulo anterior, uma vez que definia as disposições especiais para veículos automóveis. Descreviam-se aqui os requisitos essenciais das viaturas automóveis – curiosamente ainda havia a preocupação em definir veículo automóvel como «veículo a motor mecânico, seja qual for a sua natureza, destinados a circular sobre as vias públicas, sem necessitar o emprego de carris» (art. 16.º). O art. 17.º e o art. 18.º estabeleciam regras de «órgãos de freio e direção» e «iluminação», respetivamente. O art. 19.º estabelecia limites de velocidade, diferenciando os limites para automóveis, dos limites impostos a motocicletas e camiões. Este capítulo estabelecia regras para «sinais sonoros» (art. 20.º) e «placas de inscrição» (art. 21.º). O art. 21.º criava as regras específicas para a atribuição, dimensão e colocação da matrícula nos respetivos veículos. Quanto à denominação, deveria ser atribuída uma letra de acordo com a circunscrição onde era efetuado o registo: Norte (N), Sul (S), Centro (C), Açores (A) ou Madeira (M). Definia-se as dimensões das matrículas, das letras e números e espaçamentos entre ambos, tal como os locais dos veículos onde deviam ser afixadas as matrículas. Os seguintes artigos, e finais deste capítulo, definiam a forma de «sinalização dos obstáculos» (art. 22.º), do «livrete e circulação de viaturas» (art. 23.º) e das «cartas de condutor de viaturas automóveis» (art. 24.º).

O Capítulo IV estabelecia os «preceitos especiais para a circulação de viaturas automóveis destinadas ao serviço público» (art. 25.º).

O Capítulo V estabelecia normas de «fiscalização do serviço de trânsito» atribuindo às variadas entidades o papel que lhes incumbia, mais especificamente do «Conselho Superior de Viação» (art. 26.º), das «Comissões Técnicas de Automobilismo» (art. 27.º). Também neste capítulo estabeleciam-se as «Receitas das Comissões Técnicas de Automobilismo» (art. 28.º) e «Distribuição de receitas» (art. 29.º).

O Capítulo VI composto pelos arts. 30.º ao 35.º, estabelecia as normas da «reparação civil», que descreviam a responsabilidade civil dos condutores.

O Capítulo VII estabelecia a «responsabilidade criminal», especialmente pelos arts. 36.º ao 40.º. Os arts. 41.º, 42.º e 43.º referiam-se a procedimentos das autoridades perante os crimes dos condutores, enquanto o Capítulo IX, através dos arts. 44.º ao 48.º estabelecia as disposições transitórias.

Da descrição resumida dos vários capítulos do Código de Estrada aplicado em 1928, em comparação com o código de 1911, evidenciaram-se grandes modificações, em resultado de uma nova realidade automobilística face ao crescimento da indústria automóvel e do desenvolvimento tecnológico. Perante uma realidade totalmente diferente, é natural que o código de 1911, que seguia as linhas orientadoras do primeiro regulamento de circulação de automóveis de 1901, estivesse ultrapassado. Assim, destacamos a alteração no limite máximo de velocidade dentro das localidades para 30km/h, que no código de 1911 era de 10km/h. No entanto, ainda na questão dos limites impostos à velocidade, já a Câmara Municipal do Funchal tinha instituído, em junho de 1910, para o caso específico da cidade do Funchal, que os veículos motorizados não deveriam exceder «os 30km/h nas ruas sensivelmente horizontais e 15km/h nas descidas»[89], o que evidenciava a preocupação crescente das autoridades para a prevenção dos acidentes rodoviários.

Grande parte das medidas deste novo código foram direcionadas para a regulamentação e criminalização dos condutores transgressores, o que não aconteceu por acaso. Esta nova realidade de mobilidade viária motorizada, que se constituía como uma oportunidade para melhorar a vida das populações, estava repleta de desafios e perigos. Os condutores e peões não estavam preparados para agir de forma preventiva ou prudente, tornando frequentes os atropelamentos e acidentes entre veículos motorizados ou de tração animal. Existiam múltiplas razões para registo de um elevado número de acidentes: se, por um lado, os automóveis não dispunham de bons sistemas de travagem e de segurança no geral, por outro, os condutores, peões e todo o tipo de transeuntes estavam impreparados para lidar com os automóveis, ao que se aliava a ausência de regulação e fiscalização.

Globalmente, a Madeira, no período em análise, observou um crescimento gradual do fenómeno automobilístico, em linha com a evolução da indústria americana e europeia, e adaptou-se, à sua medida e de acordo com as suas capacidades, ao novo paradigma. Na prática, a grande mudança deu-se pela aplicação das alterações

[89] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», p. 161.

introduzidas pelo novo código de 1928, com a circulação a passar a fazer-se pela direita, e a alteração da respetiva "regra da prioridade", com cedência de passagem ao veículo que se apresentasse pela direita. Estas medidas, apesar de contestadas, foram implementadas, gerando inicialmente muita confusão. Não obstante a resistência inicial, estas mudanças perduram até à atualidade, resultando numa das grandes mudanças ao código de 1911. As mudanças impostas pelo código de 1928 tiveram como pretensão alcançar dois grandes objetivos: o primeiro era a redução dos acidentes rodoviários, o segundo era a responsabilização dos condutores infratores.

O novo código foi fundamental para regular de forma mais eficaz a circulação rodoviária, mas um longo caminho teria de ser percorrido na prevenção de acidentes, tal como na minimização dos efeitos nefastos advindos do aumento da circulação. Se pensarmos que estaríamos ainda nos primórdios do automóvel, e que apesar destes veículos não serem muito velozes comparando com os atuais, em termos de segurança tudo era muito rudimentar.

Ao longo do período em análise, as leis rodoviárias foram sujeitas a alterações, das quais salientamos as introduzidas pelo Código de Estrada de 1930, através do Decreto n.º 18405, de 31 de maio de 1930, e pelo Regulamento do Código de Estrada de 1931, através do Decreto n.º 19545, de 31 de março de 1931. Realce-se a obrigatoriedade do uso de pneumáticos nos veículos automóveis, previsto no artigo 19.º [90], assim como o aumento da velocidade máxima dentro das localidades para 50 km/h. No que concerne à sinalização rodoviária, assinala-se a criação de mais 12 sinais de trânsito[91]. Salientamos a introdução, na Madeira, da regulação do trânsito através de sinais luminosos. Os semáforos foram testados pela primeira vez em 28 de outubro de 1938, disso dava conta a imprensa local no dia seguinte: «a nossa cidade já tem sinalização luminosa, pelo sistema adotado nos grandes centros. Ontem realizaram-se as respetivas experiências, e deram o melhor resultado, no cruzamento das ruas do Bom Jesus e das Hortas»[92].

A partir de 1939, a documentação produzida pela CTIPEAC passou para a responsabilidade da Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação (DSIEV) da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Com a constituição da DSIEV, congregaram-se vários serviços que, desde a descentralização operada a partir do Decreto 15805, de 31-07-1928, se encontravam dispersos pela administração distrital ou colocados sob a sua dependência. Eram esses serviços a 7.ª Circunscrição

[90] *Diário da República*, 31-05-1930, p. 974.
[91] *Diário da República*, 31-03-1931, Anexo, p. 548.
[92] *Diário de Notícias*, 29-10-1938, p. 1.

Industrial, que superentendia em matéria de licenciamento industrial e fiscalização de indústrias no Distrito do Funchal, os Serviços Elétricos, vinculados aos Serviços Hidráulicos na orgânica da Direção das Obras Públicas e dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, e a Comissão Técnica de Automobilismo da Circunscrição da Madeira, com responsabilidades em matéria de viação e transportes terrestres.

2.3.3. Os Postos de Abastecimento de Combustível

O crescimento do fenómeno automobilístico implicou o desenvolvimento de atividades de comércio e serviços relacionadas com o apoio à circulação e manutenção dos veículos. Desta nova dinâmica empresarial destaca-se o aparecimento e crescimento de lojas para venda de peças, as oficinas de reparação e os postos de abastecimento de combustível. O aumento de automóveis em circulação teve implicações diretas na forma como a cidade se organizou com vista a satisfazer as necessidades crescentes dos automobilistas.

Neste ponto analisaremos a evolução da legislação e a construção de postos de abastecimento de combustível, devido à necessidade proeminente de criar formas mais práticas de abastecer os automóveis. Tratando-se a venda de combustível de uma atividade que implica o manuseamento e gestão de matérias perigosas, a exigência de criar normas adequadas e de fiscalização passou a ser assunto relevante e discutido. Se pensarmos no ano de 1904, aquando da chegada do primeiro automóvel à Madeira,

> «Foster teve de magicar uma maneira de conseguir transportar os combustíveis para a ilha, que as companhias de navegação tinham receio de carregar a gasolina. Estas tinham medo de que o balanço das ondas pudesse resultar na explosão de combustível, por isso a solução foi a contratação de um veleiro em Lisboa que transportou os bidões e conseguiu desembarcar o combustível chegado ao calhau madeirense»[93].

Nestes anos, mesmo a nível mundial, o automóvel não era o meio de transporte dominante, e ao nível do abastecimento «os mercados especializados de gasolina e lubrificantes eram desconhecidos. Os motoristas compravam esses produtos em vários tipos diferentes de lojas de retalho e estabelecimentos de prestação de serviços que manuseavam produtos petrolíferos como atividades secundárias para outras atividades comerciais»[94]. Não existindo no início do século XX as "bombas de gasolina", o combustível era armazenado e distribuído por «armazéns gerais, lojas de ferragens, revendedores de automóveis, revendedores de produtos agrícolas, mercearias,

[93] *Madeira Island Magazine*, julho-agosto de 2023, p. 11.
[94] BECKMAN, 2011, «A brief history of the gasoline service station», p. 455.

drogarias, oficinas de reparação de bicicletas»[95]. Com o desenvolvimento gradual da viação acelerada, especialmente a partir de 1908, a importação e distribuição de gasolina aumentou, mas a forma como se fazia o abastecimento dos carros, nesta fase inicial, era rudimentar.

Os primeiros retalhistas de combustível importavam a gasolina em barris, a partir dos quais «os clientes enchiam os seus tanques com latas guardadas no carro para utilizar nesta compra»[96]. Posteriormente, o comprador abastecia o seu automóvel através de recipientes menores, usando um funil. Esta forma de abastecimento tornou-se impraticável devido ao crescimento do fenómeno automobilístico e à insegurança associada ao manuseamento de material inflamável.

Assim, entre os anos de 1905 a 1910, surgiu a necessidade de criar formas de abastecimento mais práticas e seguras, inicialmente através da instalação de tanques elevados e posteriormente em depósitos subterrâneos. Alguns autores consideram que a primeira bomba de gasolina foi inaugurada no ano de 1905 em St. Louis, Missouri, Estados Unidos da América, pela Automobile Gasoline Co., uma subsidiária da Shell na Califórnia, sendo o depósito colocado numa plataforma elevada. Outros autores sugerem que a primeira bomba de gasolina foi instalada no ano de 1907 pela Socal em Seattle, Washington. Estas formas de abastecimento por bomba, não oferecendo as condições de segurança atuais, representaram uma melhoria substancial não só na operacionalidade, como na prevenção de acidentes, condição a partir da qual se tornou necessário desenvolver legislação e fiscalização para estas atividades que envolviam materiais altamente inflamáveis.

No Distrito do Funchal, para a autorização da comercialização destes produtos, o licenciamento industrial era inicialmente da competência dos Serviços Técnicos de Indústria do Funchal, passando, por decreto-lei de 07 de dezembro de 1914, a ser da competência da 6.ª Circunscrição Industrial. Esta daria lugar, a partir de 16 de maio de 1916, à 7.ª Circunscrição do Funchal, sendo os licenciamentos a si atribuídos e à Direção-Geral da Indústria[97]. Posteriormente, os processos de licenciamento de indústrias insalubres, incómodas, perigosas, poluentes ou tóxicas passaram a ser atribuídos à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal por determinação do decreto-lei n.º 30.214, de 22-12-1939. A DSIEV passou a organizar os respetivos

[95] BECKMAN, 2011, «A brief history of the gasoline service station», p. 455.
[96] BECKMAN, 2011, «A brief history of the gasoline service station», p. 455.
[97] MOTA, 2018, «História administrativa/biográfica/familiar», p. 11.

processos, incumbindo-se de remeter para despacho da Comissão Executiva da Junta Geral, nos termos do n.º 6 do art. 37.º do referido diploma.

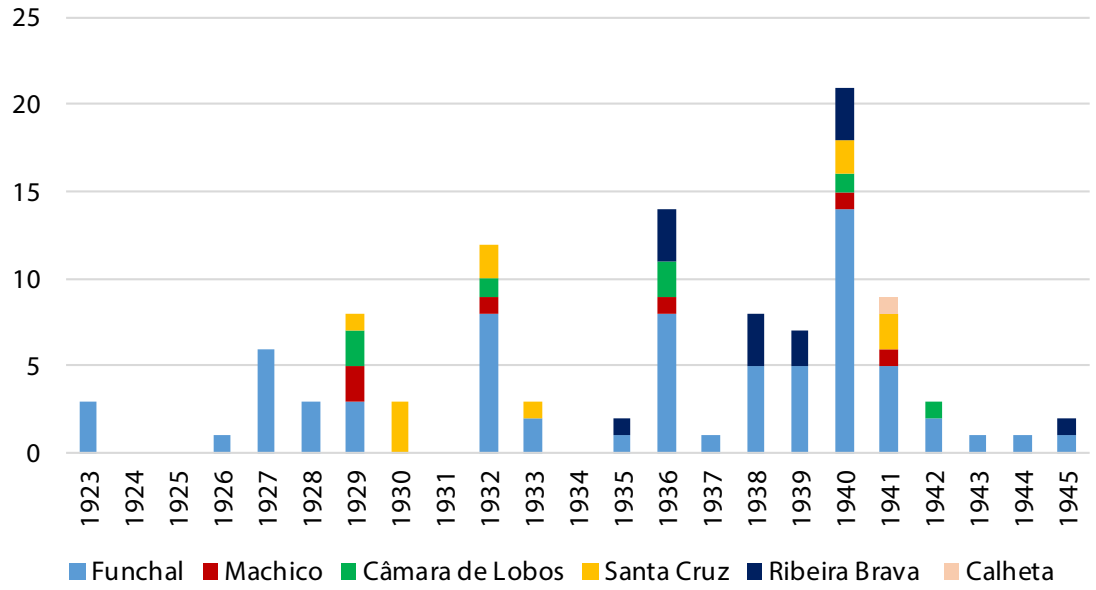
Para a análise da evolução dos licenciamentos de depósitos subterrâneos de combustível na Madeira, foi possível contabilizar os alvarás concedidos entre 1923 e 1943, procedendo para esse fim à consulta dos Processos de licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas e dos Mapas Indicativos dos Processos 3 da I.P.T.[98] (Indústrias Poluentes e Tóxicas), e respetiva elaboração da lista de atribuição de licença de exploração. Assim, no que concerne às indústrias poluentes e tóxicas, os primeiros alvarás atribuídos em 1923 para depósito subterrâneo de combustível foram localizados na Pontinha, e nos anos seguintes foram sendo atribuídas mais licenças para as principais artérias urbanas, gradualmente se expandindo para zonas menos centrais da cidade. A apenas 3 empresas (Vacuum Oil & Company, Leacock & C.ª, Lda. e a The Lisbon Cool & Oil Company, Lda.) foram concedidos 13 alvarás para este tipo de exploração no Concelho do Funchal entre maio de 1923 e agosto de 1928. Em 1929, foi atribuído o primeiro alvará para depósito subterrâneo de gasolina fora do Funchal, sendo este construído no Largo António José de Almeida em Machico, pela Leacock & C.ª, Lda. No mesmo ano, em Câmara de Lobos e Santa Cruz, também foram concedidos alvarás, ambos à empresa Vacuum Oil & Company, Lda.

O ano de 1932 foi um dos anos que teve mais concessões deste tipo de exploração, com 13 alvarás atribuídos, o equivalente ao acumulado de alvarás concedidos nos 5 anos anteriores, com o Caniço e o Santo da Serra a terem postos de abastecimento licenciados. Salientamos a entrada neste tipo de distribuição de mais 3 empresas no mercado regional: a Companhia de Petróleos da Madeira, Lda.; Shell Company of Portugal, Ltd.; e a Sociedade Nacional de Petróleos (SONAP).

No ano de 1936 foram atribuídos 14 alvarás de depósitos subterrâneos de gasolina, oito destes foram construídos no Funchal, enquanto os restantes seis depósitos foram construídos na Ribeira Brava (quatro), Machico (um), Câmara de Lobos (um) e Estreito de Câmara de Lobos (um). As empresas a solicitar estes alvarás continuavam a ser as que já estavam a explorar outros depósitos em outros locais e que procuravam expandir o negócio.

[98] ABM, DSIEV, Serviços Industriais, Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas (1932-1939), Mapas Indicativos das 3 I.P.T. (Indústrias Poluentes e Tóxicas), livro 006/00001, e Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas (1940-1980), Mapas Indicativos das 3 I.P.T. (Indústrias Poluentes e Tóxicas), livro 006/00002.

Gráfico 1: Alvarás concedidos para instalação de depósitos subterrâneos de gasolina na Madeira, por concelho (entre 1923 e 1945)



Fontes: ABM, DSIEV, Serviços Industriais, Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas (1932-1939), Mapas Indicativos das 3 I.P.T. (Indústrias Poluentes e Tóxicas), livro 006/00001, e Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas (1940-1980), Mapas Indicativos das 3 I.P.T. (Indústrias Poluentes e Tóxicas), livro 006/00002; ABM, Registo de Alvarás do Governo Civil, 1919-1927, n.º 83.

2.3.4. Os Registos de Matrículas na Madeira entre 1927 e 1946

O estudo sobre a viação automóvel na Madeira, no primeiro quartel do século XX, sustentou-se nos dados produzidos pela Comissão Técnica de Inspeção, Provas e Exames de Automóveis e Condutores da Circunscrição da Madeira (CTIPEAC). Nos documentos produzidos pela CTIPEAC, é possível verificar os registos de matrículas entre 1912 e 1928, tendo sido realizado o referido estudo que incidiu entre 1912 e 1926[99]. No modelo de registo de matrícula da CTIPEAC, da Circunscrição da Madeira, continha a seguinte informação: número de registo; construtor do veículo; sede da fábrica; sistema (tipo de combustível); tipo de chassis; número de ordem de série; potência do motor; número de cilindros; diâmetro dos cilindros; curso dos êmbolos; peso do chassis; local e dia de aprovação do exame do veículo; data de aprovação e registo; nome dos proprietários e data do respetivo registo de propriedade.

[99] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», pp. 153-172.

A seleção da informação dos respetivos documentos permitiu traçar a evolução global do registo de automóveis no período entre 1912 e 1926, e ainda aferir sobre as características dos veículos, cabendo a opção pelo estudo das marcas, países produtores, tipos de veículo e de proprietário.

Foi este o ponto de partida para esta investigação, com o objetivo de analisar os registos de matrículas na Madeira a partir de 1927 até 1946, o que permitiu estudar 19 anos de importação de veículos e as suas principais características. Permitiu, adicionalmente, comparar os resultados deste período, que ocupa grande parte do segundo quartel do século XX, com os resultados obtidos no primeiro quartel do século.

A análise dos resultados conjuntos possibilitou traçar a evolução de três décadas e meia de importação de veículos. Note-se que o período foi marcado por dois eventos de guerras mundiais e terminou exatamente no ano após o final da II Guerra Mundial, o que nos permitiu aferir sobre a influência de eventos externos sobre os resultados obtidos, além de todas as circunstâncias políticas, sociais e económicas regionais e nacionais que naturalmente influenciaram as dinâmicas do mercado.

Para a elaboração da base de dados, utilizámos o modelo de registo da CTIPEAC apenas até 1928. A partir de 1928 até 1932, procedemos à consulta dos registos de matrícula preenchidos pelo Ministério do Comércio e Comunicações, assim denominado até 5 de julho de 1932. A partir desta data passou a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Este ministério, durante o período em análise (entre 1928 e 1946), utilizou o modelo 4 de registo de matrículas. A recolha de informação sobre os automóveis e respetivos proprietários neste tipo de modelo de registo é mais detalhada que a disponível no anterior modelo utilizado pela CTIPEAC até 1928[100].

Além de toda a informação já contida até 1928, foi possível verificar as seguintes características: tipo (pessoal ou carga); número do motor; ano de fabrico do chassis; tara em vazio; carga e número de lugares; dimensões do leito; guarnições das rodas (pneus); dimensões do veículo; transmissão; iluminação; data da entrada em Portugal; concelho e residência do proprietário; serviço (particular ou aluguer); e alterações técnicas. Entre 1928 e 1939, foram consultados os registos de matrícula da Secção

[100] ABM, DSIEV: Registo de processos de matrículas, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1561, 1562, 1563, 1564 e 1565.

dos Serviços Hidráulicos e Elétricos da Direção das Obras Públicas e dos Serviços Hidráulicos e Elétricos (modelo 4). A partir de 1939, passaram a ser preenchidos os registos da DSIEV da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (modelo 417). Apesar da mudança de instituição responsável pelo preenchimento dos modelos de registo, e de os referidos modelos terem denominações distintas (4 e 417), os dados solicitados por ambas as instituições eram exatamente iguais.

As informações constantes nos registos serviram de base para a construção da amostra, sendo necessário selecionar a informação mais relevante para o tratamento estatístico. A opção foi a seleção pela contagem do total de registos de matrícula, tipo de veículo, as respetivas marcas, o país produtor, continente produtor (americano *vs* europeu), e o tipo de primeiro proprietário (particular *vs* empresa). Os *outputs* dos dados permitiram analisar a evolução do mercado automóvel nesse período, conhecer de forma específica as suas características e dinâmicas. Os resultados suportam-se numa fonte primária única, o que permitiu conhecer, de forma segura, a evolução de um mercado cuja especificidade é passível de ajudar a caracterizar a sociedade madeirense da época.

A análise dos registos de veículos automóveis permitiu verificar que no período compreendido entre 1927 e 1946, não existiu uma tendência de crescimento. Isto aconteceu porque os registos foram altamente condicionados pela realidade económica e social num momento especialmente conturbado, com os fatores da economia regional, nacional e até global a terem impacto direto no número de viaturas registadas. A nível regional

> «o ano de 1929 não foi realmente nada compensador para a nossa economia, que sofreu, então, forte abalo com a retração dos principais mercados compradores. Mal agourado despontou o ano de 1930, nesta fase angustiante da vida madeirense, reflexo do descalabro económico em que muitos países se debatiam. Depreciados estes mercados e emaranhados os negócios, a crise fez-se sentir em todos os ramos de atividade, tornando-se insustentável o próprio comércio interno»[101].

O contexto político e económico não era positivo; ainda assim, constatou-se que os anos 1927, 1928, 1929, 1930, 1933 e 1934 ultrapassaram o registo anual de 100 veículos (gráfico 2). Desta forma, até 1935, apesar de uma tendência de queda anual de registo de veículos, apenas os anos de 1931 e 1932, registaram quebras acentuadas, com novos registos de matrículas abaixo da meia centena. Esta quebra

[101] LAVRADOR, 1931, *A Revolução na Ilha da Madeira* […], pp. 23-24.

acentuada coincide com a Revolta da Madeira e o período de crise que atravessava este espaço insular; os resultados podem ser reflexo dessa instabilidade.

Na segunda metade da década de 30, coincidente com os anos antecessores à II Grande Guerra, o mercado automóvel registou resultados anuais tendencialmente em queda. Porém, a média de registos anuais de matrículas situou-se nos 58 veículos entre 1936 e 1939. Não sendo resultados excecionais, como previsível num período crítico, estes registos permitiam o crescimento gradual do parque automóvel regional, o que era positivo, num contexto marcado por conturbações sociais e revoltas contra um regime autoritário.

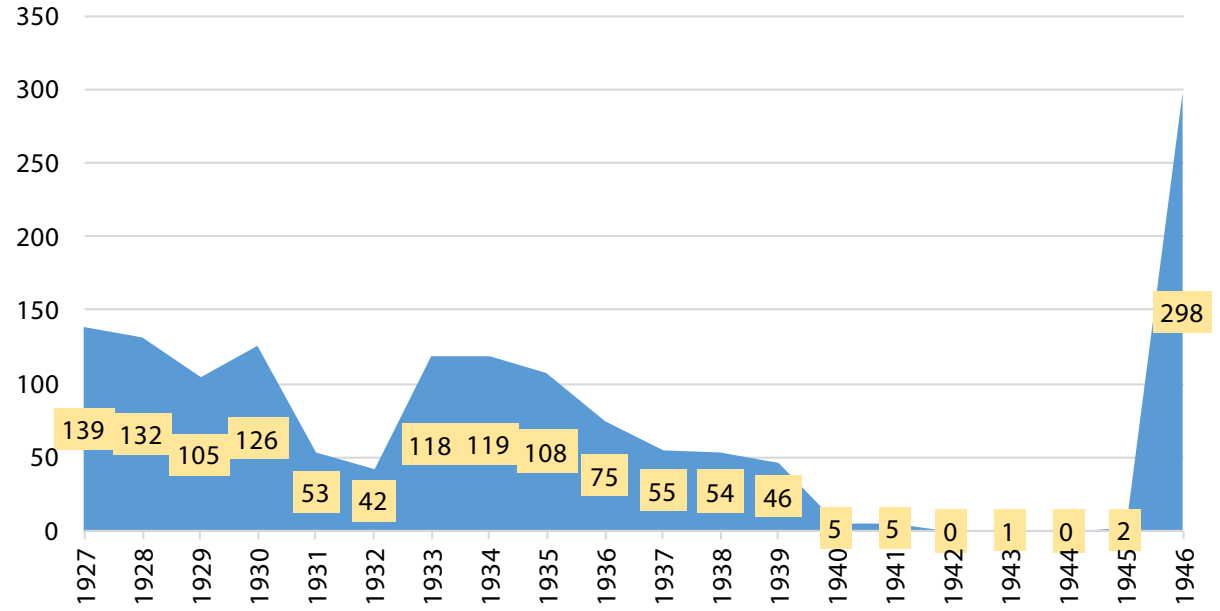
Se os anos antecessores à guerra não foram drasticamente penalizadores para o mercado automóvel quanto poder-se-ia prever, o mesmo não se poderá dizer dos anos em que a guerra decorreu, observando-se a estagnação do registo de automóveis, devido à «grave crise designadamente no abastecimento das Ilhas […], problemas de circulação de moeda […], quebra vertiginosa do poder de compra da população»[102]. Esta combinação de fatores económicos negativos, como consequência do contexto de guerra, refletiu-se efetivamente no número de registo de automóveis, observando-se uma quebra abrupta para 13 veículos registados em cinco anos de guerra, uma média de três registos anuais, valores quase residuais para a dinâmica de importação anterior ao período de conflito.

Apesar do período negro de registo de automóveis em consequência da guerra, o ano imediato ao final da guerra atingiu o registo recorde de 297 viaturas: situação inédita que indiciava um período de crescimento espantoso da importação de veículos nos finais da década de 40.

Apesar das adversidades e limitações ao desenvolvimento do automóvel no contexto regional, os veículos quase quadruplicaram de 1926 para 1946: em vinte anos passaram de 557 unidades para 2158 unidades, acumulado atingido pelas 1483 matrículas registadas entre 1927 e 1946. Estes resultados ainda poderiam ser mais acentuados, caso o período não fosse coincidente com a II Grande Guerra, tempos extraordinariamente difíceis para grandes resultados comerciais, devido à instabilidade política e económica a nível global e interno.

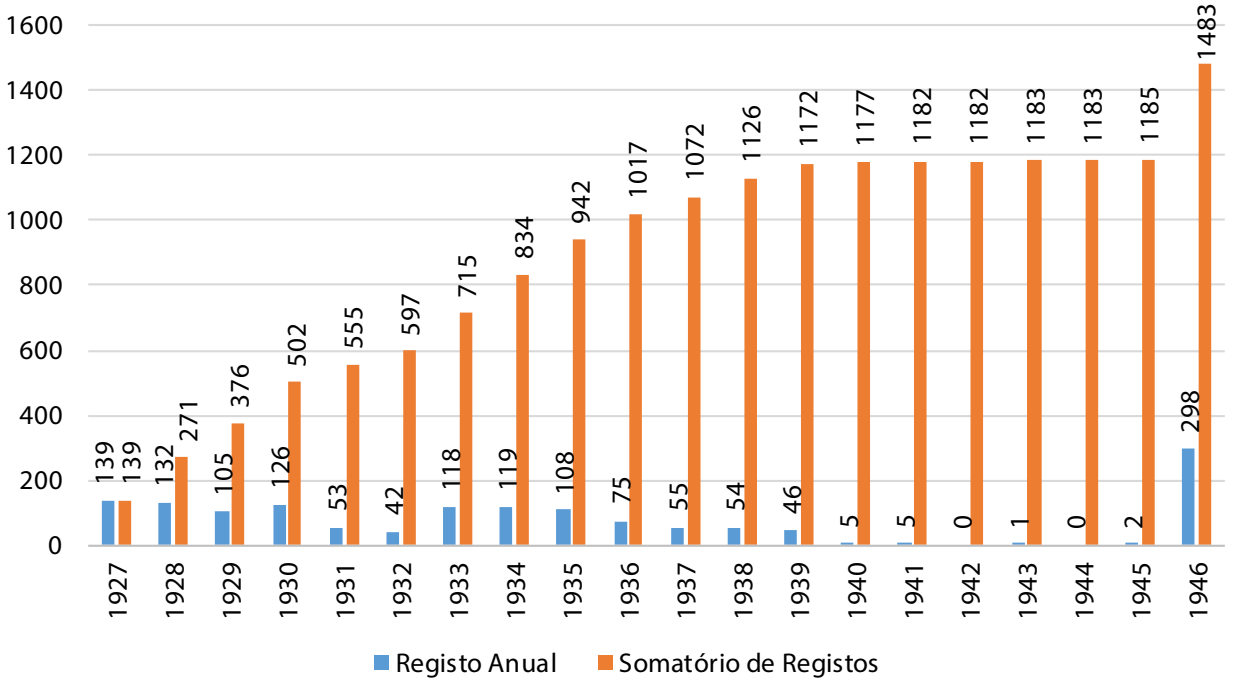
[102] FREITAS, 2013, *A Madeira na Segunda Grande Guerra* […], p. 13.

Gráfico 2: Registo anual de matrículas na Madeira (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

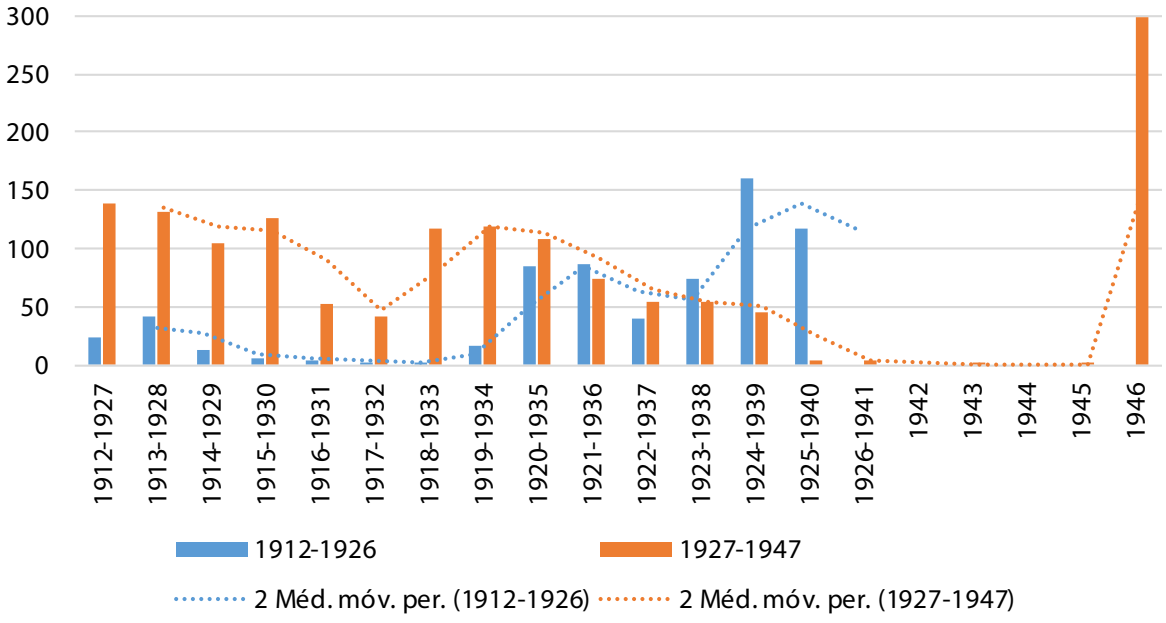
Gráfico 3: Registo anual e somado de matrículas na Madeira (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

A comparação entre os resultados dos registos de matrícula entre 1927 e 1946 (gráfico 3), e os resultados entre 1912 e 1926, permitiu-nos verificar algumas características comuns, apesar das tendências de crescimento opostas. A observação do gráfico do período de 1912 a 1946, permitiu aferir a volatilidade do mercado de importação automóvel para a Madeira, com os resultados anuais–a comprovarem a imprevisibilidade das vendas. O gráfico 4 apresenta, além dos registos anuais de matrículas, as médias móveis para ambos os subperíodos (Méd. mó. per.); esta ferramenta estatística «permite estimar a média de uma série temporal, filtrando possíveis variações aleatórias»[103]. No cálculo da média móvel «a cada novo período, a observação mais antiga é substituída pela mais recente, obtendo-se, assim, uma nova média»[104]. Os registos de matrícula e as médias móveis permitem verificar as oscilações nos resultados tanto no primeiro quartel do século XX (linha ponteada em azul do gráfico 4), como no segundo quartel, entre 1926 e 1945 (linha ponteada castanha do gráfico 4). Ambas as linhas de tendência móvel corroboram o perfil de um mercado muito volátil, em resultado de se tratar de uma região insular de economia frágil.

Gráfico 4: Registo anual de matrículas na Madeira (entre 1912 e 1926; e entre 1927 e 1946)

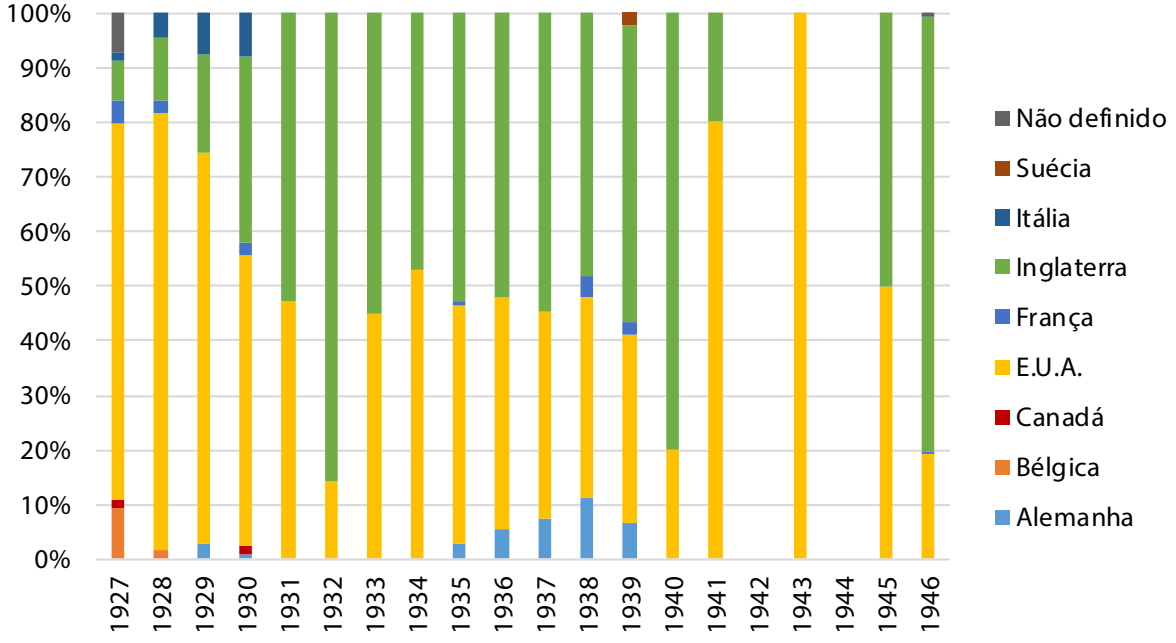


Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1561, 1562, 1563, 1564 e 1565.

[103] CAMARGO, SILVA e PAIVA, 2023, «Estudo comparativo entre a aplicação da média móvel […]», p. 3129.
[104] CAMARGO, SILVA e PAIVA, 2023, «Estudo comparativo entre a aplicação da média móvel […]», p. 3129.

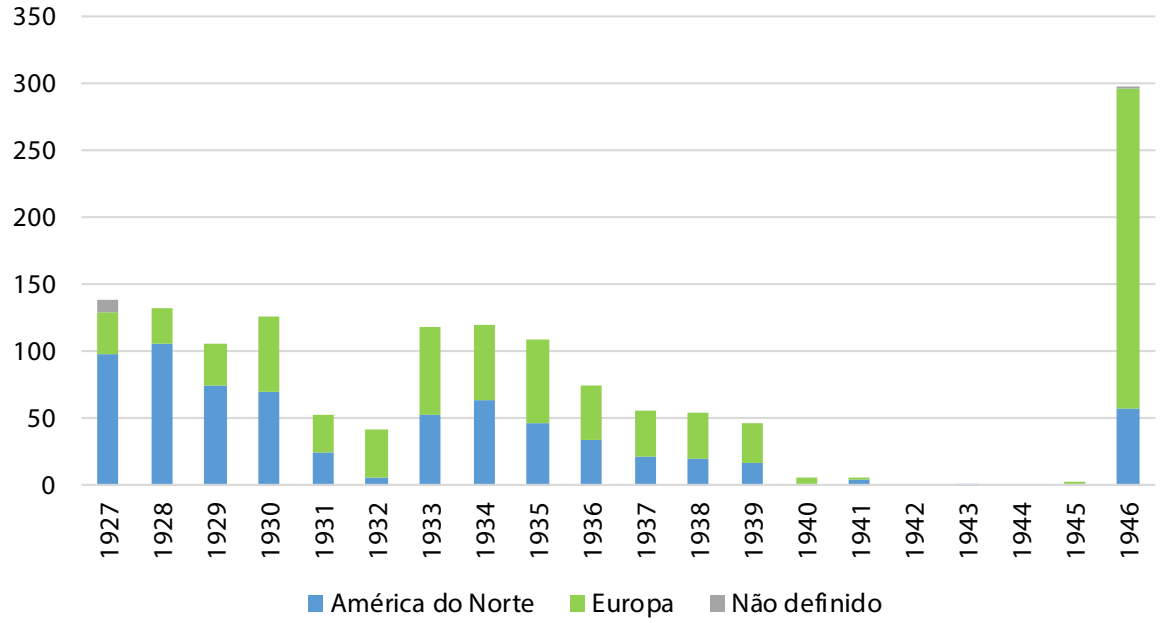
Ao nível das marcas a amostra reflete grande dinâmica empresarial, num mercado cada vez mais concorrencial. Se na década de dez e na década de vinte, já a diversidade de marcas era uma característica do mercado automóvel regional, o mesmo ocorreu e intensificou-se neste período em análise. Especialmente nos Estados Unidos da América, mas também na Europa, surgiram nesta época grande variedade de marcas e modelos, algumas das quais se expandiram de forma célere e ganharam alguma notoriedade, outras não conseguindo resistir a um nicho de mercado altamente concorrencial, acabando por se extinguir ou fundir com outras marcas de maior dimensão. Salientamos marcas como a Ford, Austin ou Chevrolet, cujo sucesso nos países de origem, especialmente países de grande dinâmica industrial, permitiu a expansão e até a internacionalização. Alguns países das grandes economias europeias e americanas, dos quais se destacaram a Grã-Bretanha, a Itália, a França, a Alemanha e os Estados Unidos da América, tornaram-se produtores e exportadores de automóveis, tendo esta indústria se tornado rapidamente na mais auspiciosa dos países desenvolvidos, especialmente nos momentos de paz mundial.

Gráfico 5: Automóveis importados na Madeira, por país produtor (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

Gráfico 6: Automóveis importados na Madeira, por continente (entre 1927 e 1946)



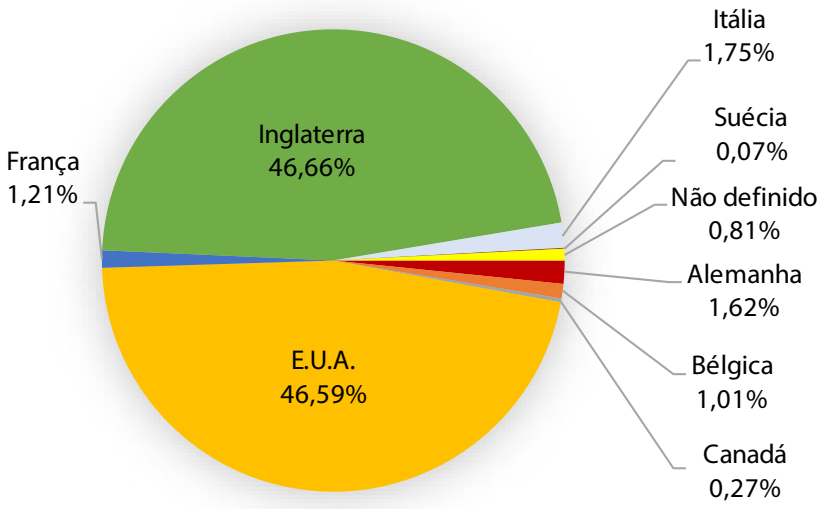
Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

Nas finais da década de vinte, podemos verificar ainda uma predominância dos veículos originários da América do Norte comparativamente às marcas europeias, mas o início da década de trinta demonstra que o paradigma estaria pronto a mudar. No global do período em análise, e apesar do maior afastamento geográfico, a América do Norte foi responsável pela importação de 46% dos veículos para a Madeira, em comparação com os 47% dos veículos importados pela Grã-Bretanha (ver gráfico 7). Se contabilizarmos os registos de matrícula automóvel, diferenciando os países produtores, verificamos que os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha são responsáveis pela produção de 93% dos veículos registados, sendo a quota de mercado da França, Alemanha e Itália pouco expressivas. O equilíbrio de importação de veículos americanos não surpreende, face ao domínio inicial da indústria norte-americana em relação à europeia, especialmente no período coincidente com a expansão da produção automóvel à escala global, e dos resultados obtidos pelas inovadoras técnicas americanas de produção em série.

As primeiras décadas do século caracterizaram-se pelo grande dinamismo da indústria automóvel e pela intensa concorrência de marcas e investidores que se

traduziram em diversificação de estratégias. Nesse contexto a «evolução americana distinguiu-se […] de forma mais geral, das tendências europeias, enquanto na Europa a industrialização do automóvel progrediu lentamente devido à tradição dos automóveis "burgueses"»[105].

Gráfico 7: Registo total de matrículas na Madeira, por país produtor (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

A análise da origem dos veículos registados na Madeira demonstra que, na globalidade do período, se verificou equilíbrio entre as matrículas com origem no mercado produtor americano em comparação com o britânico. Mas a razão para atingir um número equilibrado de registos de um país a cerca de 7000km de distância, em comparação com um emissor a cerca de 2500km, não se explica tendo por base técnicas de produção e estratégias diferenciadas, mas sim através da realidade dos transportes intercontinentais da época. É importante referir que o Funchal estava na rota das grandes navegações transatlânticas, beneficiando também desse fator para receber veículos provenientes da América do Norte, o que diluía a vantagem competitiva britânica neste prisma. Assim o demonstram os dados globais do período, pelos 691 veículos provenientes do continente americano, comparativamente aos 692 veículos produzidos na Grã-Bretanha.

[105] DUPUY, 1998, *O automóvel e a cidade*, p. 7.

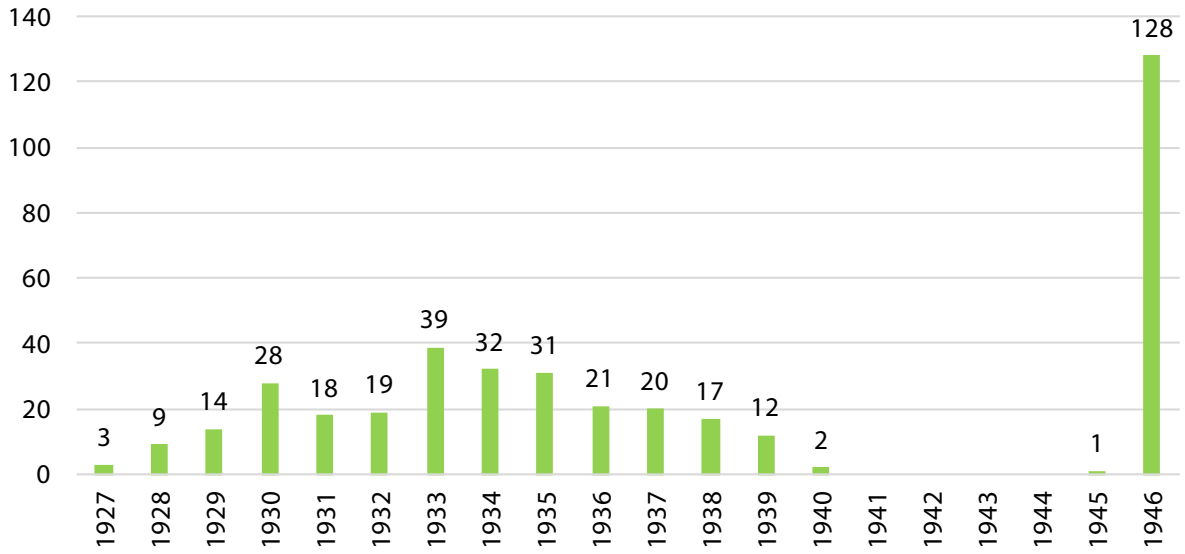
Tabela 1: Registo global de automóveis na Madeira, por país produdor (entre 1927 e 1946)

País Importador	N.º de Matrículas
Estados Unidos da América	691
Grã-Bretanha	692
Itália	26
França	18
Alemanha	24
Bélgica	15
Canadá	4
Suécia	1
Não definido	12
Total	**1483**

Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

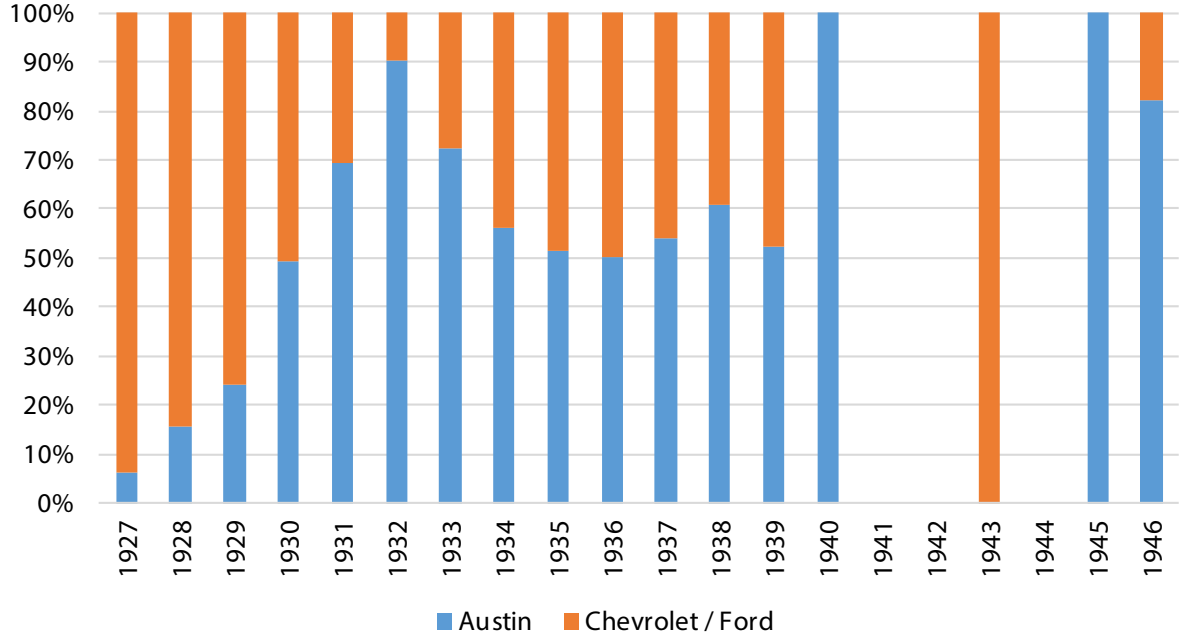
Apesar do realce dado à competitividade dos mercados emissores dominantes, norte americano e britânico, a expansão do mercado automóvel teve como consequência o aumento de marcas e países a procurarem posicionar-se. O registo de matrículas na Madeira teve representação de mais de cem marcas distintas, provenientes dos mercados italiano, francês, alemão, belga, canadiano e sueco, por esta ordem de grandeza. Não obstante esta diversidade de marcas, apenas vinte e duas marcas ultrapassaram as 10 unidades vendidas, enquanto outras tiveram uma expressão muito significativa. Já realçámos a maior competitividade do mercado e produção automóvel europeu, este muito sustentado nos resultados do mercado emissor britânico e, no caso particular da Madeira, os dados indicam que este sucesso ficou a dever-se especialmente à marca Austin. Podemos verificar que esta marca britânica foi, ao longo dos anos da amostra, crescendo no mercado regional, com o seu máximo de 171 unidades registadas em 1946. A Austin, em todo o período, expressa a sua dimensão e popularidade, atingindo as 426 matrículas registadas nesta praça (gráfico 8), e mesmo comparando em percentagem os seus registos com a soma da Chevrolet e da Ford, verificamos o crescente domínio da marca britânica ao longo da década de 30 (gráfico 9).

Gráfico 8: Registo anual de automóveis Austin na Madeira (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

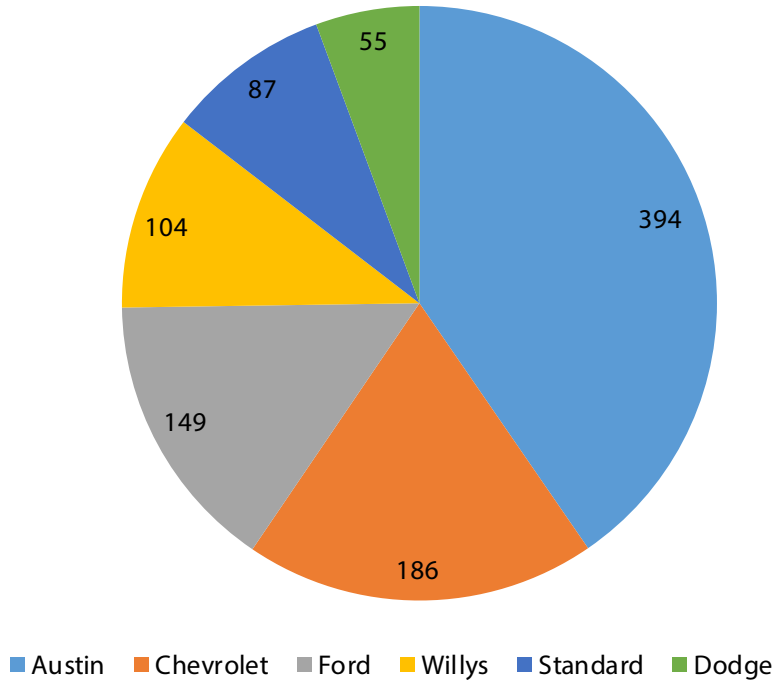
Gráfico 9: Registo anual de automóveis Austin e de automóveis Chevrolet e Ford na Madeira – comparação (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

O domínio da Austin é inquestionável em grande parte dos anos da amostra, mas outras marcas tiveram sucesso no mercado regional, situação expressa no número de matrículas registadas no Top 6 de Registo de Matrículas: a Austin – 394 unidades; a Chevrolet – 186 unidades; a Ford – 149 unidades; a Willys – 104 unidades; e a Standard – 87 unidades e Dodge – 55 unidades (gráfico 10). Neste período, apenas estas seis marcas ultrapassaram as 50 unidades registadas, sendo de salientar que quatro são originárias do mercado americano.

Gráfico 10: Registo global de automóveis na Madeira, por marcas com vendas acima das 55 unidades (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

Os dados permitem analisar as marcas americanas e europeias que se destacaram no mercado regional, algumas com mais de 25 viaturas registadas. Apenas 10 marcas superaram este número, sendo responsáveis por 74% das viaturas registadas neste período. Se analisarmos as marcas que venderam 13 ou mais viaturas, verificamos

que representaram 87% dos registos, é uma percentagem muito alta, demonstrativa da alta competitividade do mercado automóvel e da dificuldade em ganhar prestígio neste nicho de mercado.

Tabela 2: *Top* 10 e *Top* 20 de registo global de automóveis na Madeira, por marca (entre 1927 e 1946)

N.º	Marcas	Matrículas	N.º	Marcas	Matrículas
1	Austin	394	11	Stewart	25
2	Chevrolet	186	12	Chrysler	23
3	Ford	149	13	Nash	22
4	Willys	104	14	Vauxhall	21
5	Standard	87	15	Reo	19
6	Dodge	55	16	Studebaker	19
7	Hillman	38	17	Bedford	18
8	Singer	37	18	Hudson	14
9	Fiat	26	19	Morris	13
10	International	26	20	Opel	13
	Total do *Top* 10	**1102**		**Total do *Top* 20**	**1289**

Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

2.3.5. Análise do Registo Anual de Veículos – Tipo de Chassis e Finalidade

As informações disponíveis nos modelos de registo consultados permitem distinguir os tipos de carroceria dos veículos entre as seguintes designações: caixa fechada; caixa aberta (normal); convertível; cabriolet; e *char-a-bancs*. Curioso surgir a definição de *char-a-bancs* nestes modelos de registo, como tipo de chassis; era um «meio de transporte de tração animal formado por uma espécie de carruagem puxada por uma mula ou cavalo»[106], mas, neste caso, a designação apenas era utilizada para caracterizar o modelo do chassis.

Tabela 3: Registo global de automóveis na Madeira, por tipo de chassis (entre 1927 e 1946)

Tipo de chassis	Matrículas registadas
Fechada	695
Aberta	682

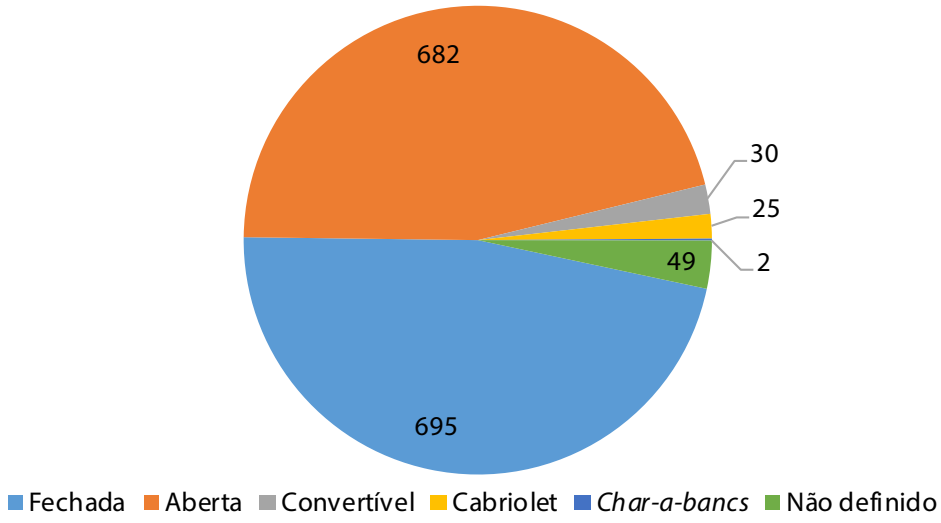
[106] FERNANDES *et al.*, 1982, *Os Transportes na Madeira*, p. 64.

Convertível	30
Cabriolet	25
Char-a-bancs	2
Não definido	49
Total Geral	**1483**

Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

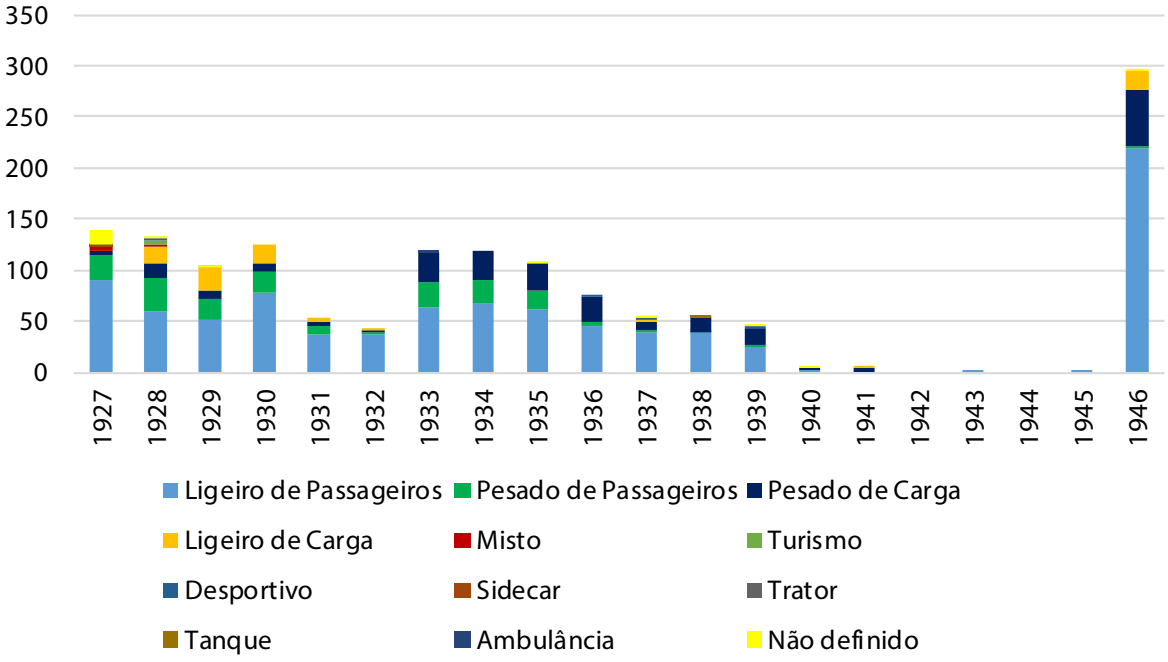
Os automóveis de caixa fechada e aberta representam no seu conjunto 93,85% dos tipos de chassis registados, mas ressalvamos que a designação de normal e colocação do ano de fabrico como tipo de chassis no modelo de registo utilizado até 1928, da CTIPEAC, foi incluído como automóveis de caixa aberta, por ser o tipo de chassis mais comum. Verifica-se que a importação de veículos de caixa aberta predomina até 1933, a partir de quando o registo de veículos de caixa fechada aumenta significativamente. Esta mudança de tipo de chassis comercializado está correlacionada com a alteração da finalidade do automóvel na década de 30. O automóvel nesta década procurava atingir um público-alvo diferenciado, com maior ênfase do construtor para a comodidade. A indústria automóvel desenvolveu consideravelmente a capacidade de moldar a chapa de forma a obter melhores chassis, com ou sem tejadilho, e mantendo a preocupação no *design* atrativo. No global do período permanecia o equilíbrio entre as duas opções de chassis, caixa fechada ou aberta, com estas formas de chassis a representar 46,86% e 45,99%, respetivamente. Os restantes tipos de construção de chassis, como cabriolets ou convertíveis, representavam um valor residual por serem direcionados para um nicho muito específico do mercado, como é o caso dos automóveis de competição. Pode-se extrair do global dos resultados que existiu uma clara mudança no decorrer da segunda metade da década de 40, com a aposta na construção de modelos de chassis fechados com chapa, em detrimento de chassis abertos, complementado muitas vezes por capota.

Gráfico 11: Registo global de automóveis na Madeira, por tipo de chassis (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

Gráfico 12: Registo anual de automóveis na Madeira, por tipo de função (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

Através dos modelos utilizados para o registo dos automóveis, até 1928 pela CTIPEAC, e a partir desta data pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, é possível diferenciar os veículos pela finalidade a que se destinavam. O gráfico 12

apresenta o registo de matrículas anual diferenciando entre: ligeiros de passageiros; pesados de passageiros; pesados de carga; ligeiros de carga; mistos de carga e passageiros; turismo; desportivo; *sidecar*; trator; tanque; e ambulância.

Verifica-se que neste período predominavam os veículos destinados ao transporte ligeiro de passageiros, que superavam os veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros. Sabemos, no entanto, que «os primeiros anos de viação automóvel na Madeira estavam sobretudo associados aos transportes públicos, cerca de um terço dos primeiros 100 veículos registados na Madeira foram registados em nome de sociedades de transporte»[107]. O resultado deste período permite aferir que o automóvel passou a ser cada vez mais acessível a uma utilização individual.

A análise do gráfico 12 permite verificar que, ao longo do período, os veículos ligeiros destinados ao transporte particular de passageiros foram sempre os mais representativos de matrículas registadas, sendo essa evidência, observada ao longo dos anos da amostra, ainda maior no ano de 1946. Podemos verificar uma diminuição ao longo do período no registo de matrículas de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros. Note-se que alguns veículos eram importados e registados como veículos pesados de carga, mas que eram posteriormente reconstruídos, passando a destinar-se ao transporte coletivo de passageiros.

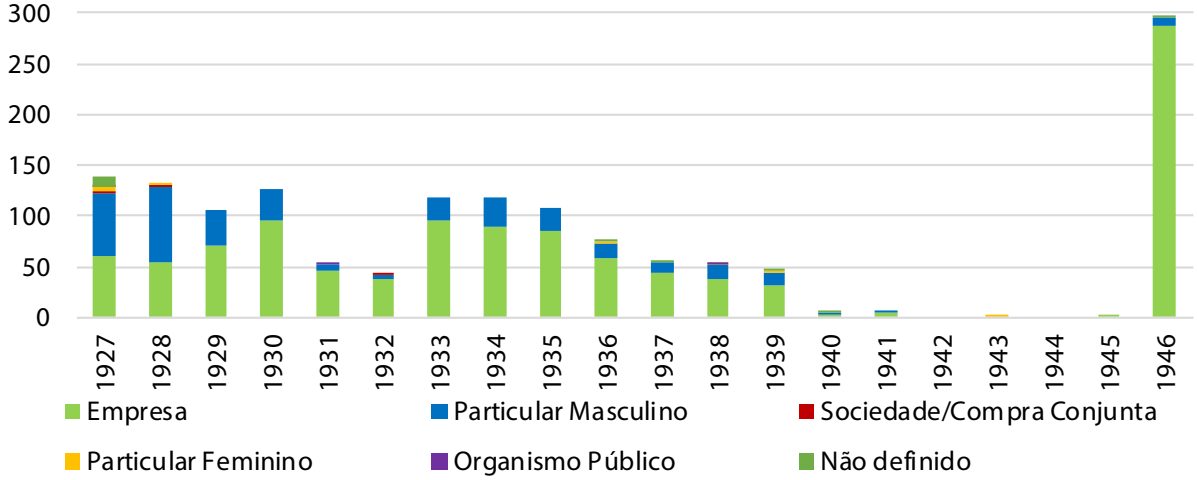
2.3.6. Análise do Registo Anual de Veículos de Acordo com o Tipo de Proprietários

Pelos modelos de registo de matrículas é possível aferir sobre as características dos seus proprietários, sendo opção desta análise focarmo-nos nos dados do primeiro proprietário. Assim, analisar os primeiros proprietários possibilita-nos distinguir se os automóveis foram inicialmente registados em nome de: uma empresa; um particular masculino; um particular feminino; uma compra conjunta ou em sociedade; ou ainda de um organismo público.

O gráfico 13 demonstra que apenas em 1927 e 1928 existiu equilíbrio entre o número de registo em nome de uma empresa em comparação com os proprietários particulares masculinos. Os restantes anos demonstram de forma consistente que foram as empresas as responsáveis pelo maior fluxo de primeiros registos, enquanto os particulares masculinos foram gradualmente perdendo peso na percentagem em relação ao total de veículos novos registados. De salientar que os veículos novos registados em nome de mulheres, compras conjuntas ou organismos públicos manteve-se em níveis residuais ao longo do período analisado.

[107] ABREU e MOTA, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», p. 160.

Gráfico 13: Registo anual de automóveis na Madeira, por tipo de proprietário (entre 1927 e 1946)

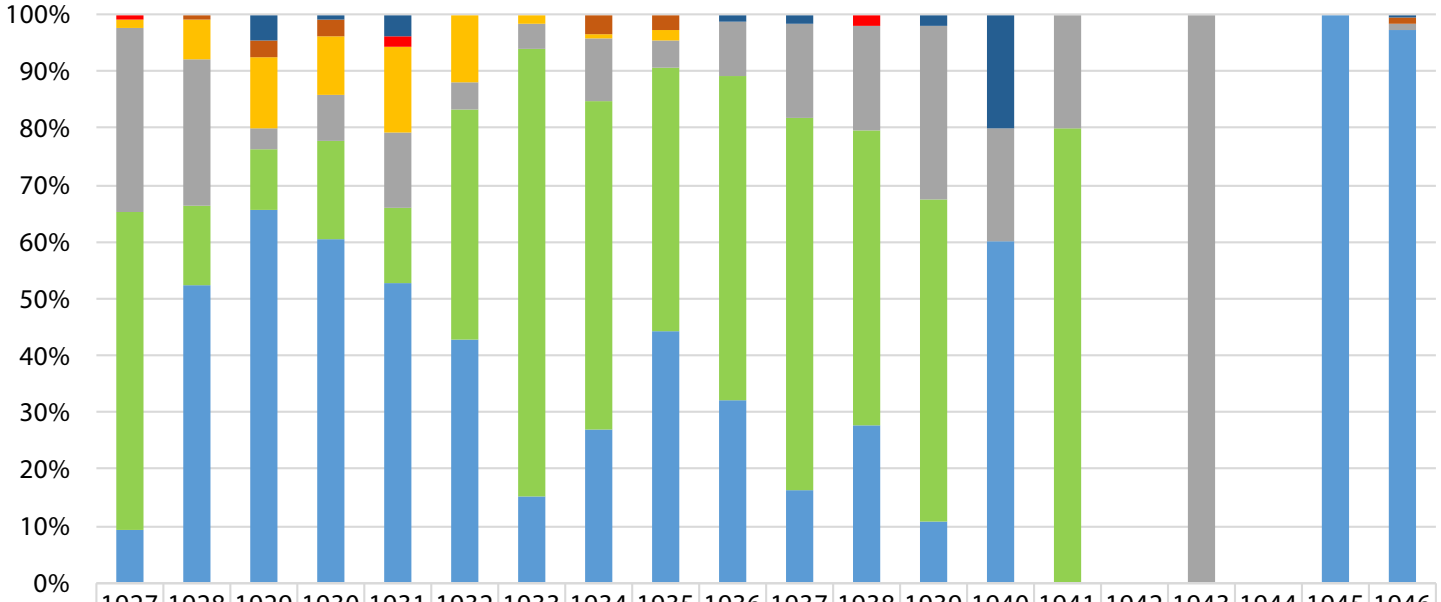


Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

Podemos verificar que as empresas foram responsáveis pela maioria dos registos, representando 75% do total de novas matrículas. Algumas empresas fortemente implantadas na Madeira, e dominantes, como é o caso da Leacock and Company, Lda. e da Freitas, Irmãos & Companhia, Lda., aproveitando o seu poder de compra, adquiriram automóveis de forma crescente, por se aperceberem das vantagens da utilização do automóvel na sua atividade industrial e/ou comercial. Curiosamente, alguns destes veículos eram revendidos num curto espaço de tempo, por vezes alguns meses apenas. Neste período, a comercialização de automóveis estava numa fase inicial tal como a sua regulamentação, mas alguns comerciantes viram na revenda de veículos um mercado a explorar. Posteriormente, a atividade de revenda de veículos foi confrontada com padrões de exigência crescentes por parte dos reguladores e consumidores, com empresas especializadas a tornaram-se representantes exclusivas de marcas. Estas empresas, além de praticarem a atividade de venda ou revenda de automóveis, eram obrigadas e prestar serviços de assistência e reparação dos veículos.

Os modelos de registos de matrícula permitem distinguir para que fim eram adquiridos os automóveis, podendo diferenciar se se destinavam a: aluguer; empresarial; particular; praça; público ou venda. A observação dos registos, discernindo ao fim a que se destinavam, possibilita aferir que os novos veículos eram, na sua grande maioria, registados para fins empresariais em comparação com fins particulares, representando aqueles 48% do total de novas matrículas em comparação com os 11% destinados a fins particulares. Se somarmos a percentagem de veículos novos importados com destino empresarial ao de aluguer, essa percentagem é muito mais significativa, uma vez que representam em conjunto 82% do total de primeiros registos.

Gráfico 14: Registo anual de automóveis na Madeira, por destino (entre 1927 e 1946)



	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Não definido			5	1	2					1	1		1	1						2
Venda		1	3	4				4	3											3
Público	1				1							1								
Praça	2	9	13	13	8	5	2	1	2											
Particular	42	33	4	10	7	2	5	13	5	7	9	10	14	1	1		1			3
Empresarial	72	18	11	22	7	17	93	69	50	43	36	28	26		4					
Aluguer	12	67	69	76	28	18	18	32	48	24	9	15	5	3					2	290

Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890;
Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

Tabela 4: Registo global de automóveis na Madeira, por proprietários com maior número de registos (entre 1927 e 1946)

N.º	Proprietários	Marcas Associadas	Atividade	Quantidade
1	Leacock and Company, Lda.	Albion	Diversa	585
2	Freitas e Irmãos & Companhia, Lda.	Chevrolet	Vimes	208
3	Madeira Auto Car, Lda.	Ford	Venda de Automóveis	64
4	César Augusto Santos	Willys Overland	Fotografia	63
5	Cândido Augusto da Silva	Dodge Brothers	Não definido	42
6	Madeira Auto Central, Lda.	Ford (Stand)	*Stand*	35
7	Dias e Filhos, Lda.	Singer	Não definido	28
8	Empresa Comercial e Agrícola, Lda	Ford	Agrícola	22
9	João Miguel Rodrigues da Silva	Hudson	Não definido	16
10	Emile Marghab & Companhia, Lda.	Nash	Bordados	16
11	Gesche A. Schnitzer, Lda.	Ford	Bordados	15
12	Sociedade Comercial Insular, Lda.	Hillman	Alimentar	14
13	F. M. Sardinha & Companhia, Lda.	Fiat	Não definido	14
14	Ramos & Ramos, Lda.	Morris	Não definido	10
15	Perestrellos & Company, Lda.	Stewart	Fotografia	10
16	Veiga França & Companhia, Lda.	Stewart Triumph	Vinícola	10
	Soma dos *Top* 16 Proprietários			1142
17	Restantes proprietários			341
Total				**1483**

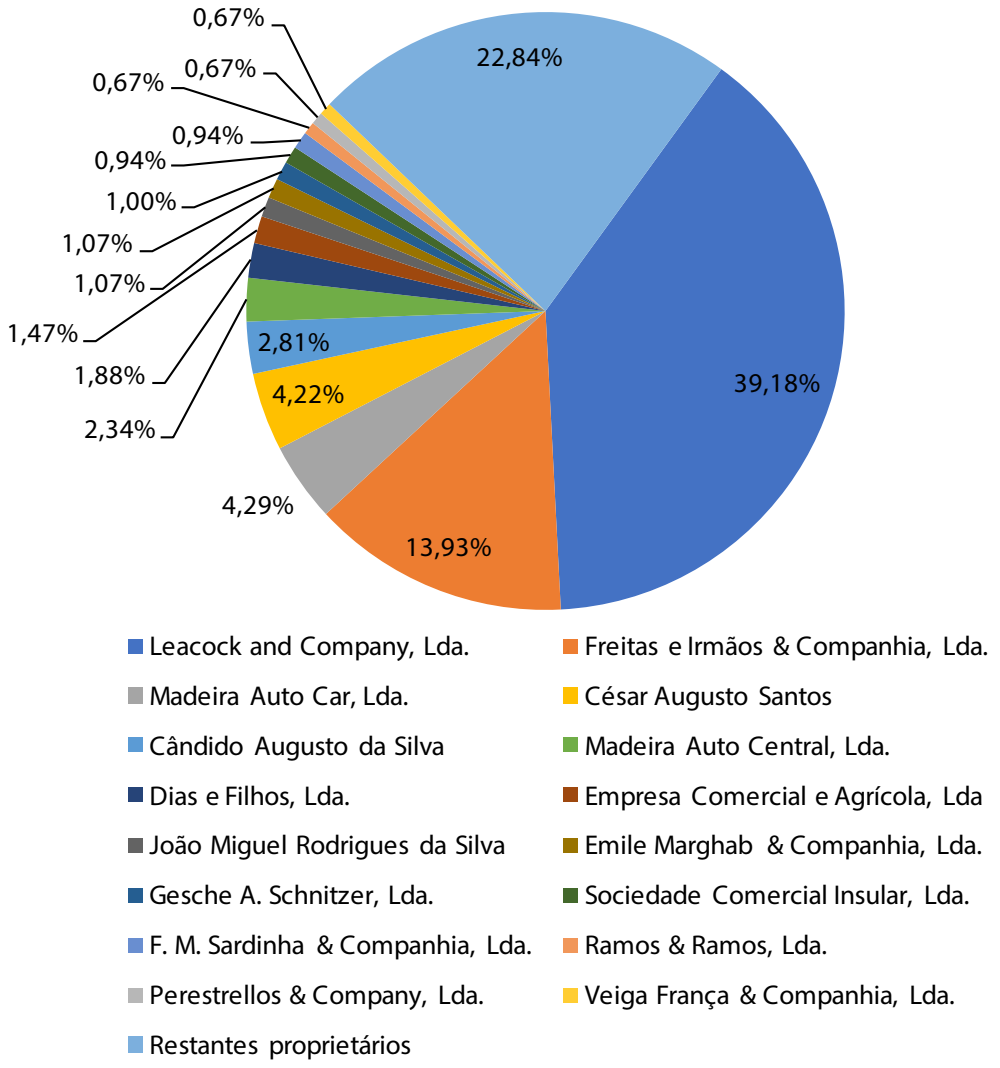
Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

A tabela 4 apresenta um *ranking* dos proprietários com maior número de registos, identificando dezasseis proprietários que registaram veículos novos dez ou mais vezes. Se observarmos os números de registos isoladamente, verificamos que um único proprietário, a Leacock and Company, Lda., representava 39,45% das novas matrículas registadas na praça no período. Se adicionarmos a estes registos da Leacock and Company, Lda. os veículos registados pela Freitas e Irmãos & Companhia, Lda., verificamos que em conjunto representam cerca de 53,47% do total de matrículas registadas. Quanto aos cinco maiores proprietários, estes representam 64,87% do total de veículos registados no período, mais de 2/3 do total, o que ilustra bem a dimensão de um pequeno leque de empresas que assume um "status" elevado em comparação com as restantes. Quanto ao *Top* 16 de proprietários, estes representam

77% do total de matrículas inscritas, uma percentagem bem elucidativa do peso destes agentes neste mercado específico.

Pela observação da tabela 4, podemos ainda verificar que grande parte destas empresas primeiras proprietárias de veículos podem ser associadas a determinadas marcas de automóveis, porque com a continuidade da importação desses veículos, algumas assinaram contratos de exclusividade de importação.

Gráfico 15: Registo anual de automóveis na Madeira, por proprietários com maior número de registos (entre 1927 e 1946)



Fontes: ABM, DSIEV: Registo de processos de matrícula, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1564 e 1565.

4. Conclusão

A análise dos registos de matrículas na Madeira entre 1927 e 1946 oferece uma visão detalhada sobre as dinâmicas e características do mercado automóvel na Madeira. Os resultados de registos de novas matrículas demonstram que o contexto não foi globalmente favorável ao crescimento contínuo dos automóveis. As décadas de 30 e 40 caracterizaram-se por significativas transformações e confrontos políticos, económicos e sociais a nível global, ambiente envolvente que não contribuiu para o crescimento ininterrupto de novos registos de automóveis neste período. Internamente, o país e a Madeira passaram por momentos de instabilidade político-sociais, que influenciaram os resultados e as oscilações de tendência, ora de crescimento ou de estagnação. Destacamos que no período analisado ocorreram subperíodos recessivos, como é caso da Grande Depressão e da II Guerra Mundial, eventos que tiveram um impacto negativo na economia global e consequentemente no mercado automóvel, alterando a sua dinâmica e evolução.

Os efeitos nefastos do conturbado plano global, afetaram de forma diferenciada os países, mas poucos ficaram isentos das consequências diretas ou indiretas do conflito ou do *crash* bolsista. A nível nacional, devido ao protecionismo instituído pelo Estado Novo, os efeitos diretos das crises e guerras foram minimizados. No plano regional, a década de 30 foi marcada por eventos de tensão e instabilidade social e económica, dos quais destacamos a Revolta da Madeira e a Revolta do Leite e a crise económica que se seguiu, factos que se refletiram em declínio e estagnação da generalidade das atividades. Estes períodos conturbados traduziram-se num decréscimo do dinamismo comercial devido à falta de confiança dos agentes económicos, e tiveram repercussões negativas na venda de bens, especialmente de bens que não eram de primeira necessidade, onde se incluíam os automóveis.

Este artigo, através dos registos de matrículas analisa os níveis de importação anual de veículos novos para a Madeira e as suas características, apoiando-se numa base de dados construída a partir da fonte primária proveniente da DSIEV. As fontes permitem consultar os registos de matrícula a partir de 1912, tendo já sido realizado anteriormente um estudo ao período entre 1912 e 1926, dando-se continuidade, no presente trabalho, ao período de 1927 a 1946. Os modelos de registos de matrícula da CTIPEAC foram utilizados até fevereiro de 1928, a partir de quando foram alterados para o modelo n.º 4 do Ministério do Comércio e Comunicações e da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Serviços de Viação da Circunscrição da Madeira, cuja consulta permitiu identificar características mais específicas e detalhadas sobre veículos e proprietários em comparação com o modelo de registo anterior.

A análise dos registos de matrículas automóvel na Madeira entre 1927 e 1946 revelou um mercado muito volátil, influenciado por fatores micro e macroeconómicos, ou de natureza social e política. Verificou-se ainda que a evolução anual do registo de novos veículos evidenciou quebras significativas e até estagnação em anos específicos de eventos recessivos, independentemente da natureza micro ou macro (ver gráfico 2). Apesar das quebras acentuadas nos registos em anos recessivos neste período, como é o caso de 1931 e 1932, e da tendência decrescente de registos a partir de 1937 até 1945, verificou-se que os registos ultrapassaram as 100 unidades em 7 dos 20 anos em análise. Dadas as circunstâncias, estes resultados demonstram uma notável adaptabilidade do comércio automóvel na Madeira, e da proeminente fase de crescimento que iria ocorrer na mobilidade terrestre, desde que as condições envolventes assim o possibilitassem, o que iria ocorrer após o fim do conflito mundial.

O ano de 1946 marcou o ponto de viragem na economia mundial, com repercussões positivas na indústria e comercialização de automóveis. Na praça madeirense deu-se o registo recorde de 356 novas viaturas, resultado que expressava esse novo panorama, sugerindo um ressurgimento vigoroso do mercado automóvel após o término da guerra. Este crescimento exponencial resultou de uma combinação de fatores favoráveis, como o contexto económico mundial, a necessidade de modernização dos transportes, e o fim das restrições político-económicas que conduziram a uma renovada confiança global, tal como comprovam os números.

Os dados permitem não só analisar os números globais de registos, como também diferenciar as marcas e respetivos países construtores. Essa possibilidade leva a concluir que numa primeira fase predominavam na Madeira os veículos de origem norte-americana. No entanto, ao longo do período, o mercado automóvel europeu superou, muito por conta dos automóveis britânicos, que no total do período atingiram os 47% do total de registos face aos 46% dos automóveis americanos.

Na conjuntura mundial das primeiras décadas do século XX, os veículos americanos dominavam o mercado, uma liderança justificada pela elevada capacidade produtiva a custos acessíveis e pelo pioneirismo nas inovações, posicionando-se um passo à frente da indústria europeia. No caso regional, devido à posição geográfica, a presença de automóveis americanos é notável, só encontrando justificação por a ilha estar, à data, na rota das grandes travessias atlânticas.

Com a evolução da competitividade da indústria automóvel europeia, e pela vantagem da proximidade geopolítica e comercial com a Madeira, o mercado europeu passou a ser o maior importador num curto espaço de tempo. Realce para os números de vendas da marca Austin, com 426 matrículas registadas, que se tornou

líder do mercado automóvel regional, com resultados elucidativos da dinâmica automobilística britânica, e do crescente poderio da indústria automóvel europeia. De facto, a indústria europeia, especialmente a britânica, a francesa e a italiana, emergiram no pós-guerra e tornaram-se dominantes no mercado regional. Podemos ainda verificar uma diminuição na diversidade de marcas no mercado regional, quando comparado o período entre 1912 e 1926 (140 marcas em 675 veículos), com o período entre 1927 e 1946 (83 marcas em 1483 veículos). As marcas com maior solidez no mercado mundial de forma gradual dominaram o mercado, e isto deveu-se à falência ou fusão de muitas marcas de menor dimensão com as marcas com maior poderio financeiro.

A fonte permite também diferenciar os automóveis quanto ao tipo de chassis e às funções a que se destinavam, observando-se uma diversificação dos tipos de veículos importados ao longo do período. A maior variedade de chassis demonstra que os veículos foram diversificando as suas utilidades, fabricando desde carros de passeio a veículos comerciais, pesados de carga ou de passageiros, na procura por atingir um leque mais amplo de consumidores. As evoluções das preferências de carroceria indicam uma sofisticação crescente do mercado produtor e adaptação às novas exigências de conforto e funcionalidade, com uma crescente preferência por veículos de caixa fechada.

A análise do perfil dos primeiros proprietários também oferece dados valiosos, verificando-se que a maioria dos automóveis foi registado por empresas, refletindo que a importação de veículos era direcionada maioritariamente para o meio empresarial. Este mercado de importação de veículos por parte de empresas, destinava-se comummente à revenda para além da atividade laboral, mesmo não sendo esta a atividade exclusiva dos agentes importadores. Destacam-se como primeiros proprietários as principais empresas Leacock and Company, Lda. e a Freitas e Irmãos & Companhia, Lda., que tiveram um papel crucial na importação e revenda de veículos na Madeira, associando-se ambas a marcas específicas, como à Albion e Chevrolet, respetivamente.

O panorama do automóvel a nível regional, no período estudado, ilustra uma surpreendente dinâmica da mobilidade acelerada, tendo em conta o contexto de ilha da ultraperiferia da Europa. Ainda assim, o mercado automóvel teve períodos de quebra acentuada, com anos de volatilidade típica de uma economia frágil e com características de sociedade agrária. Os dados confirmam que o paradigma da mobilidade terrestre se transformou decisivamente, e o fenómeno global do automobilismo não passou à margem da Madeira. De referir que, além dos veículos

matriculados pela primeira vez no Funchal, outros veículos com registo nacional circulavam pela ilha, não estando quantificados neste estudo, mas tendo contribuído igualmente para o fenómeno automobilístico.

A sociedade madeirense era, ainda assim, caracterizada por duas realidades distintas: por um lado um estrato social da população de elite que tinha possibilidade de adquirir um automóvel para fins privados e, por outro, a maior parte da população, de fracos recursos financeiros, impossibilitada durante décadas de adquirir um automóvel, mas que, paulatinamente, passou a usufruir de transporte automóvel, mesmo que fosse coletivo. A crescente dinâmica do automobilismo não representou o abandono imediato dos meios de transporte tradicionais, e estes continuaram a servir a população madeirense durante décadas, convivendo com o automóvel, tanto em espaço urbano como rural. Apesar das desigualdades sociais e económicas, a cidade cosmopolita do Funchal, vivenciou nestes anos, sem dúvida, uma nova e decisiva fase para a modernidade dos transportes terrestres.

Fontes

ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal: Registo de processos de matrículas, livros 887, 888, 889 e 890; Registo de veículos automóveis e motociclos, livros 1561, 1562, 1563, 1564 e 1565; Serviços Industriais, Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas (1932-1939), Mapas Indicativos das 3 I.P.T. (Indústrias Poluentes e Tóxicas), livro 006/00001, e Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas (1940-1980), Mapas Indicativos das 3 I.P.T. (Indústrias Poluentes e Tóxicas), livro 006/00002.

ABM, Registo de Alvarás do Governo Civil, 1919-1927, n.º 83.

Correio da Madeira, 04-01-1904.

Correio da Tarde: 26-01-1904; 28-01-1904.

Diário da Madeira, 31-12-1922.

Diário de Notícias: 04-08-1890; 04-08-1894; 15-12-1894; 22-05-1900; 22-05-1900; 05-07-1900; 08-07-1920; 19-05-1923; 10-01-1926; 12-01-1926; 07-05-1926; 26-05-1926; 07-03-1928; 27-03-1928; 26-05-1928; 31-05-1928; 31-10-1928; 29-10-1938.

Diário da República: 31-05-1930, disponível em https://tinyurl.com/y72tm9vu, consultado a 16-04-2024; 31-03-1931, disponível em https://tinyurl.com/35yh26dy, consultado a 16-04-2024.

Madeira Island Magazine, julho-agosto de 2023, Netcriações, Lda., disponível em https://tinyurl.com/9zmdwnrr, consultado a 16-04-2024.

MOTA, Nuno, 2018, «História Administrativa/biográfica/familiar», in *Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Instrumento de Descritivo n.º 45*, disponível em https://tinyurl.com/423m7947, consultado a 10-11-2024.

Revista Madeirense, 21-01-1901.

Bibliografia

ABREU, Fátima e MOTA, Nuno, 2016, «A viação automóvel na Madeira no primeiro quartel do séc. XX», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol. I, *Administração e História*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, pp. 153-172.

ABREU, José Guilherme, 1996, *O Automóvel em Portugal: 100 Anos de História*, Porto, AMTC – Associação para o Museu de Transportes e Comunicações, disponível em https://tinyurl.com/4jfmc6xm, consultado a 07-06-2023.

ARAÚJO, Lídio, 2013, *100 Anos de Transporte de Passageiros em Autocarros no Arquipélago da Madeira – de 1907 a 2013*, Funchal, Editora O Liberal.

BECKMAN, T. N., 2011, «A brief history of the gasoline service station», in *Journal of Historical Research in Marketing*, vol., 3, n.º 2, pp. 156-172, disponível em https://tinyurl.com/y74bdcvn, consultado a 16-05-2024.

BERGER, Michael L., 2001, *The Automobile in the American History and Culture*, London, Bloomsbury Publishing.

CAMARGO, Beatriz, SILVA, Rangel e PAIVA, Emerson, 2023, «Estudo comparativo entre a aplicação da média móvel e carta de controle da média móvel exponencialmente ponderada para monitoramento de pandemias», in *Revista Produção Online*, n.º 3, pp. 3127-3161, disponível em https://tinyurl.com/57aup4jt, consultado a 16-07-2024.

CALLIXTO, Vasco, 1997, *Pelas Estradas da Madeira e de Porto Santo – Ilhas Maravilhosas do Atlântico*, Funchal, Edição do Autor.

CHAPMAN, Giles, 2011, *The definitive visual history of the automobile*, Nova Iorque, DK Publishing, disponível em https://tinyurl.com/4by7ysfn, consultado a 07-11-2023.

CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

COLE, Lance e WISE, David Burgess, 2001, *Nova Enciclopédia Ilustrada do Automóvel*, Lisboa, Editorial Estampa.

DOMINGUEZ, Carlos, 1981, *O Automóvel*, Lisboa, Publicações Alfa.

DUPUY, Gabriel, 1998, *O automóvel e a cidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

FARIA, Alice Santiago e RAPOSO, Pedro M. P., 2014, *Mobilidade e Circulação, Perspetivas em História da Ciência e da Tecnologia*, Lisboa, CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa, CHAM – Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, disponível em https://tinyurl.com/3fknp76c, consultado a 27-09-2023.

FERNANDES, M.ª R. V, ALVES, Ângela M.ª F., FERNANDES, Abel Soares e RODRIGUES, Irene F. B., 1982, *Os Transportes na Madeira*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais – Centro de Apoio de Ciências Históricas.

FREITAS, João Abel de, 2013, *A Madeira na Segunda Grande Guerra. Economia, Política e Sociedade*, Lisboa, Edições Colibri.

JESUS, Eduardo, 2015, *O Primeiro Automóvel na Madeira – The first motor-car in Madeira*, Lisboa, Esfera Poética.

LANGWORTH, Richard M., 1987, *The complete history of Ford Motor Company*, Nova Iorque, Publications International.

LAMBERTI, Alessandro, 2021, *How Did Automobility Studies Changed Throughout History?*, Master's Degree Programme in Management Curriculum Innovation & Marketing Final Thesis, Ca' Foscari University of Venice, disponível em https://tinyurl.com/28sfx64a, consultado a 09-10-2023.

LAVRADOR, José, 1931, *A Revolução na Ilha da Madeira – Depoimento para a história da política portuguesa*, Rio de Janeiro, Editorial Alba.

LÓPEZ-BASANTA, Clara e MOLINA, Nayra Llonch, 2015, «El automóvil como objeto de museo y su valor para el conocimiento de la Historia. Primeros pasos hacia una aproximación didáctica del automóvil», in *Jornal Clío*, n.º 41, pp. 111-124, disponível em https://tinyurl.com/bfhwmx49, consultado a 06-11-2023.

MIRA, José Miguel, 2012, *A Evolução do Automóvel*, Lisboa, Editora Contra a Corrente.

MOTA, Nuno, 2016, «Rede viária: A prioridade da administração distrital», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol. I, *Administração e História*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, pp. 129-152.

RODRIGUES, José Carlos Barros, 2012, *A implantação do Automóvel em Portugal (1895-1910)*, Tese de Doutoramento em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia, Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa, disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/9676, consultado a 05-06-2023.

RODRIGUES, José Carlos Barros, 1995, *O automóvel em Portugal – 100 Anos de História*, Lisboa, Clube do Colecionador, Gabinete Artístico dos CTT Correios – CTT Correios de Portugal.

SILVA, Rui Vieira da, 2021, *Um Contributo para a História do Automobilismo Desportivo na Madeira*, Funchal, Direção Regional da Cultura – Serviço de Publicações.

SOUSA, M. Luísa, 2016, *A Mobilidade Automóvel em Portugal 1920-1950*, Lisboa, Chiado Editora.

SUMARES, Jorge, SIMÕES, Álvaro Vieira e SILVA, Iolanda, 2002, *Transportes na Madeira*, Fac-símile da 1.ª edição, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

SUTTON, Richard, 1990, *Enciclopédia Visual – Automóveis*, Lisboa, Editorial Verbo.

VASCONCELOS, Teresa, 2008, *O Plano Ventura Terra e a Modernização da Cidade do Funchal (primeira metade do século XX)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade da Madeira, disponível em https://tinyurl.com/yxxcww95, consultado a 07-11-2023.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 783-852
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Os Empresários da Cal do Porto Santo durante a Ditadura Militar e o Estado Novo (1927-1974)

The Lime Entrepreneurs in Porto Santo during the Military Dictatorship and the "Estado Novo" (1927-1974)

Dinis Gouveia Pacheco[1]

Resumo

A exploração dos recursos minerais do arquipélago da Madeira, mormente no concelho do Porto Santo, suscita o interesse de diversos empresários, não obstante os condicionalismos relacionados com os transportes, as limitações da produção e escoamento no mercado insular e a importação de produtos concorrentes. O extrativismo de calcário está documentado desde o início do século XVII, mas a taxação da mineração e dos seus derivados, enquanto receita municipal, inicia-se de forma efémera durante o reinado de D. Maria II e torna-se definitiva com D. Pedro V. Porém, apenas se taxa a matéria-prima calcinada na ilha da Madeira. Altera-se esta situação com a publicação da Lei n.º 859, de 25 de agosto de 1919, e do Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927. A Câmara Municipal do Porto Santo fica incumbida de arrecadar os impostos, compreendendo inicialmente o calcário e a cal, e posteriormente, com a diversificação da produção, o carbonato de cálcio. A partir destes registos fiscais,

[1] Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, em regime de mobilidade (requisição) nos anos letivos de 2022-2025 no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido o verbete «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (disponível em http://tinyurl.com/2s3t7x7p) e publicado: «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, 2020; «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, 2022; «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Islenha*, n.º 70, 2022; «Cal, indústria da», in FRANCO, José Eduardo (dir.), 2022, *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores; e «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII», e «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, 2024. Contacto: dinispax@gmail.com.

procura-se traçar um quadro da evolução da indústria e dos empresários e sociedades comerciais. Até meados da década de 1960, cerca de um terço do calcário minerado destinava-se a ser calcinado em fornos estabelecidos no litoral sul da Ilha da Madeira por alguns empresários, que também exploram fornos de cal no Porto Santo. A difusão de diferentes materiais de construção, especialmente na segunda metade do século XX, contribuem para o inevitável retrocesso desta atividade, quer em volume de produção, quer em número de agentes económicos, geralmente empresários em nome individual e sociedades em nome coletivo e por quotas, enquadrados na tipologia de microempresa familiar.

Palavras-chave: Porto Santo; Empresário; Calcário; Empresa Familiar.

Abstract

The exploration of mineral resources in the Madeira archipelago, especially in the municipality of Porto Santo, raises the interest of several entrepreneurs, despite the constraints related to transport, the limitations of production and distribution in the island market, and the import of competing products. Limestone extraction has been documented since the beginning of the 17th century, but the taxation of mining and its by-products, as municipal revenue, began ephemerally during the reign of Queen Maria II and became definitive with King Pedro V. However, only the raw material calcined on the island of Madeira was taxed. This situation changed with the publication of Law No. 859, of 25 August 1919, and Decree No. 13,787, of 16 June 1927. The Porto Santo City Council is responsible for collecting taxes, initially comprising limestone and lime, and later, with the diversification of production, calcium carbonate. Using tax records, we seek to draw a picture of the evolution of this industry and of the entrepreneurs and commercial companies involved. Until the mid-1960s, around a third of the limestone mined was calcined in kilns established on the south coast of Madeira Island by some entrepreneurs who also operated lime kilns in Porto Santo. The spread of different construction materials, especially in the second half of the 20th century, contributed to the inevitable decline in this activity, both in terms of production volume and the number of economic agents, generally individual entrepreneurs and general partnership and private limited companies, which fall under the typology of micro-enterprise family firm.

Keywords: Porto Santo; Entrepreneur; Limestone; Family Firm.

Introdução

O extrativismo de calcário ou pedra de cal no concelho do Porto Santo representa uma oportunidade de negócio abraçada por algumas sociedades e empresários em nome individual, a maior parte dos quais com o objetivo de internalizar custos e diversificar investimentos. Abrem-se pedreiras em vários locais

na ilha do Porto Santo, mas sobretudo no Ilhéu de Baixo que, por este motivo, também se designa de Ilhéu da Cal. Consta que também se encontra esta matéria-prima no Ilhéu de Cima e nas ilhas Selvagens[2]. O conhecimento que ora se possui é muito limitado, pois as fontes que se consegue perscrutar limitam-se quase exclusivamente ao registo de taxas municipais cobradas entre 1928 e 1974. Por este facto, a nossa investigação visa, sobretudo, elucidar sobre o contributo dos vários agentes económicos envolvidos nesta indústria e relevar a importância dos arquivos empresariais para a escrita da história económica e social regional e local.

A indústria da cal não constitui um investimento avultado, uma vez que os fornos e a própria técnica de cozimento se mantêm praticamente inalterados no arquipélago da Madeira nos séculos XIX e XX. A única exceção prende-se com o fabrico de cimento e cal hidráulica a partir de calcário e areias de praia no Porto Santo[3]. Porém, a principal dificuldade reside na extração e transporte marítimo da matéria-prima que abastece os fornos de cal e ainda de cal e carbonato de cálcio fabricados no concelho do Porto Santo. As embarcações à vela e algumas a motor asseguram o tráfego entre as ilhas do arquipélago habitadas permanentemente e o Ilhéu de Baixo, mas as condições climatéricas adversas e infraestruturas portuárias rudimentares condicionam esta rota.

O Funchal assume-se como o principal mercado da cal. Ali se estabelecem vários fornos e depósitos para venda de cal, mas a urbanização não se compadece com esta indústria poluente, sem esquecer a concorrência de outros produtos usados na construção. Não obstante, o calcário minerado no concelho do Porto Santo também se calcina em fornos de cal de outras localidades, como por exemplo Gaula e Câmara de Lobos, e pode-se desembarcar cal em diferentes portos da Madeira, designadamente no Caniçal, Machico, Ponta do Sol e Ponta Delgada[4]. Em quaisquer dos casos, deixa-se de abastecer estes fornos com calcário na segunda metade da década de 1960, em parte devido aos custos do extrativismo e esgotamento das pedreiras no Ilhéu de Baixo. No que respeita ao carbonato de cálcio fabricado no

---

[2] SARMENTO, 1906, *As Selvagens*, pp. 16-17. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 85-90 e vol. III, pp. 303-306; vejam-se as entradas «Geologia» e «Selvagens». RIBEIRO, 1992, «A cal no Porto Santo», pp. 16-18. NEVES, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», p. 134. GOMES e SILVA, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira. Importância Social, Cultural e Económica*, p. 20: salienta-se a intensa exploração de calcário.

[3] Sobre o fabrico e utilização dos diversos tipos de cal, veja-se: GOMES, 2024, *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica). À Margem dos Programas Escolares*, pp. 191-204.

[4] Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Alfândega do Funchal, cx. 10584, cap. 4: reporta-se o desembarque de algumas centenas de sacas de cal no Caniçal, na década de 1960.

Porto Santo, utiliza-se em calagens para preparar o cultivo de flores e frutos na ilha da Madeira.

Este artigo enquadra-se nos estudos de história local ou micro-história. Pretende-se, por isso, destacar uma indústria artesanal, de produção reduzida e totalmente canalizada para o mercado local, onde se enaltece a qualidade de fabrico em publicidade na imprensa. Apesar do condicionamento industrial, proteccionismo aduaneiro e crescimento económico de Portugal, particularmente no terceiro quartel do século XX, o número de empresários interessados na mineração de calcário e fabrico de cal, cal hidráulica, cimento e carbonato de cálcio diminui de forma gradual após a década de 1940.

O presente texto estrutura-se em quatro pontos principais, sem se contabilizar a introdução, conclusão, fontes e bibliografia. No primeiro ponto, discorre-se sobre os arquivos e as empresas, chamando a atenção para a sua importância não apenas na ótica do arquivador e historiador, mas igualmente como estratégia de marca e identidade da empresa e da própria região onde se estabelece. No segundo ponto, dedica-se alguma atenção às empresas familiares que, apesar de não se encontrarem juridicamente definidas, mesmo na atualidade, representam o manancial da maioria das empresas em todas as geografias, evoluindo ou extinguindo-se depois, consoante as estratégias de investimento e sucessórias. No terceiro ponto, aborda-se o exercício da indústria da cal no arquipélago da Madeira, particularmente entre 1928 e 1974, num contexto político e económico muito particular, que corresponde *grosso modo* ao Estado Novo. Por fim, no quarto ponto, seria-se os dados relativos às sociedades e empresários em nome individual registados pela fiscalização municipal, os quais se ordenam em dois subpontos tendo por base o número de anos de atividade, designadamente se foi superior ou inferior a uma década e igual ou inferior a um lustro.

O presente artigo relaciona-se com uma comunicação apresentada no seminário "A História Empresarial em Portugal no Século XX", organizado pela Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, através do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, no dia 27 de setembro de 2024[5]. Aproveita-se para agradecer as questões e sugestões levantadas durante e após o período de debate, que se procuram acolher no texto que agora se publica.

[5] Disponibilizam-se as gravações das sessões de trabalho no canal Youtube da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro (https://www.youtube.com/@direcaoregionalarquivoebib9314).

1. Arquivos e Empresas

Os estudos de história empresarial revelam-se como um dos campos de investigação mais profícuos da história económica nas décadas recentes, especialmente no que concerne ao crescimento económico contemporâneo. Mas o protagonismo da grande e moderna empresa industrial apenas se consolida em finais do século XIX[6]. Antes disso, a historiografia interessa-se por biografias de mercadores, banqueiros e comerciantes, e estudos sobre as companhias comerciais na Idade Média e Época Moderna[7].

A nível internacional, assiste-se a uma preocupação crescente com a preservação do património arquivístico empresarial, cujas origens remontam ao início do século XX. Estas fontes de conhecimento histórico representam a memória da empresa e possibilitam a construção de uma identidade que individualiza e promove as suas marcas. Contudo, descura-se os arquivos empresariais pelos mais diversos motivos: a falta de espaço e de condições adequadas à sua preservação; a realização de obras e mudança de sede da empresa; a inexistência de arquivistas de formação; o foco na digitalização; e o encerramento da atividade e extinção da firma. Este problema sente-se particularmente em Portugal devido à longevidade reduzida das empresas, mesmo as (poucas) de grande dimensão. Acresce o quadro normativo que negligencia o valor do património arquivístico empresarial para a compreensão da história das comunidades e valorização da identidade regional e local, à exceção do Decreto n.º 429, de 15 de outubro de 1977[8].

Na verdade, a história de famílias ou casas, e empresas ou firmas confundem-se e espelham um percurso de resiliência que abarca décadas e até séculos de

---

6 CHANDLER e HIKINO, 1997, «The large industrial enterprise and the dynamics of modern economic growth», p. 24. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, pp. 184-185: afirma-se a maior diversificação de atividades dos grupos empresariais em Portugal e menor internacionalização. COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 6-7. MENDES, 2004, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», p. 19. NEVES, 2007, *Grandes Empresas Industriais de um País Pequeno: Portugal. Da Década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, pp. 24-84: faz-se um balanço à historiografia da empresa.

7 GÁRATE-OJANGUREN, 2012, «Historia de los empresarios: ¿una Historia Empresarial?», pp. 40-43.

8 MENDES, 2001, «Arquivos Empresariais: História, Memória e Cultura de Empresa», pp. 383-386. MUÑOZ-CAÑAVATE *et al.*, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao *cloud computing*», pp. 228-229. SILVA, 2021, «Arquivo, memória e história», pp. 14-15. REIS, 2021, «A Preservação do maior arquivo empresarial em Portugal – breve roteiro documental», pp. 48-50. SILVA, 2024, «O Arquivo Empresarial João de Freitas Martins», pp. 102-106.

atividade comercial[9]. Através da documentação conservada, pode-se esboçar a arqueologia industrial e a inovação tecnológica, os modelos de gestão e, de modo global, a história económica e social[10]. Na abordagem seguida em Portugal, a história empresarial contribui para compreender as condições tecnológicas e organizativas que alavancam o crescimento económico, ainda que modesto[11].

Como se refere, a história económica negligencia o contributo das empresas no desenvolvimento do país, e em particular nas regiões e territórios insulares. No nosso caso, procura-se evidenciar, ao nível da história local, uma atividade extrativa e transformadora que se desenvolve especialmente no concelho do Porto Santo, com particular relevo no Ilhéu de Baixo, e a sua comercialização na ilha da Madeira durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. Porém, salienta-se que este extrativismo remonta ao início do povoamento do arquipélago e encontra-se relativamente documentado a partir do século XVII. Aborda-se este tema em algumas publicações, mas a perspetiva que agora se enceta procura relevar os empresários envolvidos nesta atividade industrial de base tecnológica de antanho[12].

As empresas ou empresários em nome individual envolvidos na mineração de calcário e a sua calcinação em fornos de cal e posterior transporte marítimo, e de matéria-prima para se calcinar em fornos de cal localizados especialmente no Funchal, mas igualmente em outros pontos no litoral sul da ilha da Madeira, deixam de operar neste setor há mais de duas décadas. No momento atual, desconhece-se o destino ou sequer a existência de arquivos empresariais e apenas se acede a este tráfico de forma indireta, isto é, por intermédio de documentação produzida pela fiscalização municipal do Porto Santo após 1927, atualmente em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira[13].

A criação do Arquivo Regional da Madeira remonta a 1931. Desde então, destaca-se na importante missão de salvaguarda e divulgação do espólio docu-

[9] VALDALISO, 2004, «El factor empresarial y el desarollo económico de España en los siglos XIX y XX», p. 143: salienta-se que a maior parte dos empresários na Europa e Estados Unidos da América descende de famílias com tradição empresarial.

[10] MUÑOZ-CAÑAVATE *et al.*, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao *cloud computing*», pp. 225-226. SILVA, 2021, «Arquivo, memória e história», p. 15.

[11] BASTIEN, 2004, «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica», pp. 47-48: distingue-se a produção de estudos de tipo história-crónica e a historiografia de base científica.

[12] Veja-se: RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)». PACHECO, 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI». PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX». PACHECO, 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII». PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX».

[13] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, cxs. 2028-2031 e cap. 2193: trata-se de coutos de cadernetas referentes ao pagamento de taxas.

mental produzido por instituições públicas e promove-se a investigação científica sobre a história do arquipélago[14]. Todavia, o Arquivo encontra-se apto e recetivo a incorporar e tratar documentos privados de valor histórico e cultural, quer se trate de natureza familiar, quer empresarial. A complementaridade entre as fontes históricas de origem pública e privada permite que se construa a historiografia mais circunstanciada.

Na Madeira, salvo raras exceções, continua-se a menosprezar os arquivos das empresas, mormente pelos respetivos titulares. Por isso, no sítio em linha do Arquivo e Biblioteca da Madeira apenas se disponibilizam os instrumentos descritivos respeitantes aos fundos Casa de bordados João Caldeira Leal & C.ª, Lda., Empresa de Electricidade da Madeira, Arquivo William Hinton & Sons e, mais recentemente, a Fábrica de Manteiga das Cruzinhas[15].

No que concerne a publicações sobre a história de empresas e famílias, releva-se por ordem cronológica, alguns títulos: *125 anos de Cerveja na Madeira*; *Dona Guiomar de Sá Vilhena. Uma Mulher do Século XVIII*; *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*; *Phelps: Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*; *José Avelino Pinto (1941-1998): Um Construtor da Madeira Nova*; *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*; *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974)*; *Os Cossart: Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*; *Henrique Figueira da Silva: o Banqueiro da Madeira*; *A História do Diário de Notícias na História da Madeira*; e *Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*; e ainda a transcrição e publicação da correspondência e livros de notas de João Higino Ferraz, diretor técnico na Fábrica do Torreão, pelo Centro de Estudos de História do Atlântico[16].

---

[14] *Diário da República*, 2020-04-27, n.º 82/2020, Série I, Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M, artigos 2.º e 3.º.

[15] ABM, Instrumentos de descrição documental, disponível em https://abm.madeira.gov.pt/instrumentos-de-descricao-documental/, consultado em 2024-09-16.

[16] RIBEIRO, 1996, *125 anos de Cerveja na Madeira*; BARROS, 2001, *Dona Guiomar de Sá Vilhena. Uma Mulher do Século XVIII*; VIEIRA e SANTOS, 2005, *Açúcar, Melaço, Álcool e Aguardente. Notas e Experiências de João Higino Ferraz (1884-1946)*; VIEIRA e SANTOS, 2005, *João Higino Ferraz. Copiadores de Cartas (1898-1937)*; PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*; GOUVEIA, 2008, *Phelps: Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*; JANES, 2009, *José Avelino Pinto (1941-1998): Um Construtor da Madeira Nova*; BINNEY, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*; SOUSA, 2012, *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974)*; RODRIGUES, 2013, *Os Cossart: Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*; SOUSA, 2015, *Henrique Figueira da Silva: o Banqueiro da Madeira*; FRANCO, 2018, *A História do Diário de Notícias na História da Madeira*; TRINDADE, 2019, *Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*.

2. As Empresas Familiares

As empresas desempenham um papel essencial no crescimento económico dos Estados, mas nesta análise deve-se considerar a dimensão dos mercados nacionais e os contextos político e cultural[17]. Com a globalização, a expansão geográfica e a complexificação do universo empresarial, destacam-se várias firmas ou marcas que dominam o mercado e são presença frequente na publicidade, na imprensa e atualmente na Internet. Porém, a dinâmica empresarial continua a ser marcada pela grande quantidade e relevância de pequenas e médias empresas (PMEs: empregam-se, respetivamente, entre 10 e 49 e entre 50 e 249 pessoas), muitas das quais de controlo familiar, que atuam transversalmente em vários setores de atividade. Mesmo que se assuma a dimensão de multinacional, procura-se manter a conexão e promover a região de origem e o legado dos fundadores[18].

Em Relatório do Parlamento Europeu, releva-se o papel histórico das empresas familiares enquanto agentes de crescimento económico e desenvolvimento social, representando 85% do universo empresarial europeu e 60% dos postos de trabalho no setor privado [dados relativos a 2014]. Salienta-se o seu importantíssimo papel no desenvolvimento regional, no emprego, transmissão de conhecimentos e organização do território. Afirma-se ainda que a empresa familiar não se encontra definida juridicamente, de forma inequívoca, na generalidade dos Estados europeus e alerta-se para a sua desigual distribuição e relevância económica[19]. A própria

[17] CHANDLER e HIKINO, 1997, «The large industrial enterprise and the dynamics of modern economic growth», pp. 24 e 26: afirma-se que as maiores empresas industriais contribuem de forma decisiva para o crescimento económico mundial no século XX. SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», p. 178. COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 25-26: relevam-se os estudos multidisciplinares sobre a empresa.

[18] COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 8-11: afirma-se que não existe correlação entre dimensão, propriedade e gestão das empresas. MARQUES, 2018, «*Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal*», p. 81. NORA e MARQUES, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», p. 2.

[19] COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 15-16: refere-se que as empresas familiares representam entre 70% na Espanha e mais de 90% na Suécia no início do século XX. NIEBLER, 2015, *Relatório Sobre as Empresas Familiares na Europa (2014/2210(INI))*, pp. 3-5 e 15: identificam-se mais de 90 definições de empresa familiar na União Europeia. MARQUES, 2018, «*Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal*», pp. 80-81: associa-se a empresa familiar a mais de 65% do tecido empresarial europeu e 40% a 50% do emprego em 2009. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 18-19: afirma-se que a representatividade das empresas familiares atinge entre 65% e 90% na América Latina e entre 90% e 95% nos Estados Unidos da América.

historiografia espelha a dificuldade de se conceptualizar uma definição consensual de empresa familiar que possibilite a realização de estudos comparativos[20].

Ao nível da economia local, revela-se que as empresas familiares se adaptam melhor ao mercado de trabalho e às oportunidades de negócio, visto que se explora nichos de mercado, mas preserva-se um elevado grau de responsabilidade social. Trata-se especialmente de microempresas (empregam-se menos de 10 pessoas) e PMEs, por vezes seculares, onde se perpetua a cultura empresarial e se procura assegurar a viabilidade económica para as gerações vindouras. Na devida medida, privilegia-se a diversificação dos investimentos e aproveita-se o maior conhecimento local e as oportunidades de negócio que, por sua vez, geram emprego e fixam a população na periferia e em regiões mais isoladas, como sejam os espaços insulares. Contudo, a exiguidade do mercado reflete-se, por seu turno, em maior fragmentação do tecido empresarial[21].

Os estudos empresariais em Portugal incidem sobre grandes empresas ou grupos económicos, procurando-se valorizar o legado e as firmas ou marcas que os patrocinam[22]. Todavia, o panorama empresarial português caracteriza-se pela afirmação de PMEs, nomeadamente empresas de muito pequena dimensão ou microempresas. Estas representam 99,9% das empresas do setor não financeiro do país em 2015, das quais cerca de 96% se podem considerar microempresas[23]. Porém, estes percentis permanecem praticamente inalterados entre 2004 e 2022, e se se recua ao século XX, comprova-se a pequena dimensão das empresas portuguesas, reduzida interconexão empresarial e grande volatilidade na sua existência, sintomas de um sistema capitalista pouco desenvolvido[24].

---

[20] COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 16-17. NORA e MARQUES, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», pp. 3-4: salienta-se a falta de consenso na definição de empresa familiar em estudos realizados nas últimas quatro décadas.

[21] CABRERA ARMAS, CARNERO LORENZO e DÍAS DE LA PAZ, 2001, «El tejido empresarial isleño: 1870-2000. Evolución y características», p. 32. NIEBLER, 2015, *Relatório Sobre as Empresas Familiares na Europa (2014/2210(INI))*, pp. 7-8 e 14. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 7 e 21-22. CAMPOS e COSTA, 2018, «Os critérios para uma definição da empresa familiar», pp. 302-309: define-se a empresa familiar por identificação significativa entre família e empresa.

[22] BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, p. 184. MENDES, 2004, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», pp. 26-36.

[23] MARQUES e COUTO, 2017, *SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business context*, p. 190.

[24] SILVA, 2021, «Guerra, Crises e Império: a economia portuguesa entre 1890 e 1930», pp. 169-170. PORDATA, 2023, «Empresas: total e por dimensão»: calcula-se a representatividade das PMEs respetivamente em 99,90% e 99,89%.

No caso específico de Portugal, constata-se o predomínio de empresas familiares ligeiramente inferior aos demais estados europeus. Esta tipologia representa cerca de 70% a 80% do conjunto das empresas, mas responde por metade da força de trabalho e dois terços do Produto Interno Bruto (PIB)[25]. Não obstante, as firmas familiares dominam o tecido empresarial do país e destacam-se pela maior resiliência e longevidade, identificando-se juridicamente com as sociedades por quotas, empresários em nome individual, sociedades unipessoais por quotas e sociedades anónimas. Ao nível local, atuam particularmente no comércio por grosso e a retalho, indústrias transformadoras, construção, consultadoria e alojamento[26]. Trata-se de empresas incontornáveis na criação de valor para as produções regionais e no fornecimento de serviços à população, contribuindo para se diminuir o êxodo rural e a emigração. Mesmo quando se desenvolve em estreita conexão com os mercados local e regional, pode-se transacionar produtos ou serviços nos mercados nacional e internacional e constituir grupos económicos, alguns dos quais de relevo como a família Blandy no arquipélago da Madeira (Imagem n.º 1)[27]. Contudo, responsabiliza-se a extrema fragmentação empresarial pela evolução lenta do PIB industrial nas décadas de 1930 e 1940[28].

[25] MARQUES, 2018, «Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal», pp. 80-81. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, p. 7.

[26] USSMAN, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», p. 22: constata-se a frequência do uso do nome do fundador para se identificar a firma. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, p. 185. BARRETO e MÓNICA, 2000, *Dicionário de História de Portugal – XI*, p. 465: afirma-se que não se altera o regime das sociedades comerciais entre 1926 e 1974. CABRERA ARMAS, CARNERO LORENZO e DÍAS DE LA PAZ, 2001, «El tejido empresarial isleño: 1870-2000. Evolución y características», pp. 27-28: entende-se o aumento das sociedades de responsabilidade limitada como prova de modernização da economia. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 8-9.

[27] Veja-se: BINNEY, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*; SOUSA, 2012, *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974)*; CORREIA, 2022, «A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX».

[28] CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», p. 189.

Imagem n.º 1 – Comemoração do 125.º aniversário da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda. (1936-06-24)



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no ABM, Photographia Vicente, n.º inv. 31385.

Numa época em que se valoriza o empreendedorismo, a criação de empresas resulta precisamente da exploração de oportunidades de negócio e de criação do próprio emprego, embora se possa recrutar outros membros da família e sócios. Deste modo, mescla-se a propriedade, a família e a empresa (modelo dos três círculos) numa dinâmica que envolve investimentos de capital e recursos humanos, plano de negócios e cultura da empresa[29]. Por este facto, aponta-se o problema da sucessão empresarial, pois encerra-se cerca de metade das firmas após a morte do fundador, e apenas um quinto continua para lá da terceira geração[30]. Acresce a

[29] USSMAN, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», p. 19. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, p. 15. NORA e MARQUES, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», pp. 6-14: apresentam-se várias conceptualizações de empresa familiar.

[30] MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 18-19.

cristalização das empresas em torno da família e a especialização em determinados produtos, serviços e métodos de produção de índole tradicional e orientados para um determinado mercado, enfrentando-se maiores dificuldades face à inovação tecnológica, necessidades de capital para novos investimentos e concorrência[31]. Contudo, o maior conhecimento do mercado e as relações de confiança que se estabelecem no seio familiar reduzem os custos de transação e, por norma, consegue-se suprir as necessidades de capital e recursos humanos. No decurso do século XX, muitas empresas familiares transformam-se em sociedades anónimas e admitem novos sócios, mas não se abdica da governança[32].

Ao contrário das previsões, nas últimas quatro décadas, o número de PMEs em Portugal mantém-se praticamente inalterado. As microempresas representam, em média, 95,7% do universo empresarial entre 2004 e 2011, por comparação com 4,2% de PMEs e apenas 0,1% de grandes empresas (empregam-se mais de 250 pessoas)[33]. No que respeita à criação de emprego no setor privado em 2015, as microempresas respondem por 46,4%, e, combinado com as PMEs, perfazem 79,3%, com o remanescente a cargo das grandes empresas. Já em termos de volume de negócios naquele ano, as microempresas representam apenas 1%, e, em conjunto com as PMEs, 53,8%, enquanto as grandes empresas alcançam uns relevantes 46,2%[34].

Em dados relativos ao conjunto das regiões de Portugal em 2015, destaca-se o norte e a região de Lisboa com o maior número de empresas em atividade, por comparação com o Alentejo, o Algarve e as regiões autónomas dos Açores e Madeira. Na Madeira, no mesmo ano, as microempresas representam 1,9%, as pequenas empresas 2,4% e as médias empresas 2,1%, ou agregando-se as cifras e comparando-se com o todo nacional, fica-se em 1,9%; por seu turno, as grandes empresas no

[31] USSMAN, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», pp. 22-23. COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 12-15: esclarecem-se alguns preconceitos sobre a empresa familiar.

[32] VALDALISO, 2004, «El factor empresarial y el desarollo económico de España en los siglos XIX y XX», p. 145.

[33] SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», p. 180: alerta-se que Alfred Chandler define a grande empresa nos Estados Unidos da América por empregar mais de 20 000 pessoas, enquanto na Europa se opta por 5000 pessoas até 1960, e 10 000 pessoas após essa data. LIMA, 2022, *Empresas em Portugal – 2020*, p. 57.

[34] MARQUES e COUTO, 2017, *SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business context*, pp. 192-193: apontam-se várias hipóteses para a especificidade do tecido empresarial português.

arquipélago representam 1,8%[35]. Em 2019, as empresas não financeiras na Madeira equivalem a 2,1% do todo nacional e empregam 1,8% da força de trabalho[36]. As condicionantes geográficas e de comunicações, a dimensão do mercado e a criação de riqueza certamente impactam na menor dinâmica empresarial de espaços insulares[37].

A presente investigação sobre os empresários da cal relaciona-se com o extrativismo no concelho do Porto Santo e o seu transporte, transformação e comercialização na ilha da Madeira entre 1928 e 1974. Todavia, a sazonalidade do extrativismo no Ilhéu de Baixo e a tecnologia de fabrico quase artesanal condicionam esta indústria, tal como as condições de navegabilidade no Atlântico[38]. Assim, procura-se complementar as grandes limitações das fontes consultadas com um levantamento notarial parcial para acompanhar a dinâmica das firmas implicadas neste setor industrial (livros identificados com a alínea "B", de acordo com o Decreto n.º 8373, de 18 de setembro de 1922)[39]. A este respeito, relembra-se que a firma ou denominação social constitui uma entidade dinâmica, pois evolui com o desenvolvimento dos negócios e se altera com a morte do fundador. Neste artigo, opta-se por utilizar o nome individual dos empresários ou a denominação mais recente das firmas no período em análise, denotando-se a transformação das sociedades por quotas em sociedades anónimas de responsabilidade limitada.

No contexto nacional, implementa-se o condicionamento industrial, a partir de 1931, como reflexo da Grande Depressão mundial, visando minorar a concorrência entre as empresas e, por esta via, evitar-se o aumento do desemprego

---

[35] MARQUES e COUTO, 2017, *SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business context*, pp. 193-195: reportam-se 20 992 empresas na Madeira (19 929 microempresas, 927 pequenas, 120 médias e 16 grandes empresas) e 1 112 000 no país.

[36] PORDATA, 2019, *Retrato da Madeira*, p. 37: indicam-se 26 400 empresas na Madeira e 1 242 693 no país. LIMA, 2022, *Empresas em Portugal – 2020*, pp. 19 e 38: quantificam-se 1 316 256 empresas em 2020 e aponta-se para 15 530 grupos de empresas no ano anterior.

[37] RAMOS, 2021, «A estrutura empresarial da Madeira no período pós-adesão à Comunidade Europeia (1988-2008): análises e desempenho», pp. 717-719. FREITAS, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial. Economia, Política e Sociedade*, pp. 179-180.

[38] PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», pp. 84-87: constata-se o reduzido volume de calcário embarcado entre os meses de outubro e fevereiro (inferior a 10%).

[39] Opta-se por perscrutar os notários do Porto Santo e Funchal, particularmente os livros «para as escrituras de sociedades comerciais e suas alterações, modificações, ratificações ou aditamentos, compreendendo as cessões de cotas ou partes sociais, e bem assim para as respectivas dissoluções, liquidações e partilhas» (*Diário do Governo*, 1922-09-18, n.º 194/1922, Série I: Decreto n.º 8373: art.º 38.º, §1.º, alínea b)).

e a instabilidade social. A Constituição de 1933 reforça esta política económica, afirmando-se o controlo do Estado sobre toda a atividade produtiva, a par de protecionismo aduaneiro e preços administrativos. Porém, esta proteção desincentiva a inovação e diminui a competitividade das empresas e dos produtos fabricados em Portugal, pois estes destinam-se essencialmente a substituir as importações, pelo menos até à década de 1960. Ainda assim, possibilita-se o desenvolvimento de grandes grupos financeiros e industriais, como a Companhia União Fabril e os grupos Champalimaud e Espírito Santo, os quais conseguem negociar vantagens para operar no mercado e formar monopólios ou oligopólios[40].

Apesar de todo o controlo sobre a atividade económica, o Estado Novo revela-se avesso à criação de empresas públicas. Estas são praticamente inexistentes no território nacional, mas tal não significa o alheamento do Governo na governança das empresas. Na realidade, o Estado afirma-se como acionista de várias empresas mistas e detém uma carteira de títulos que o alicerça como maior acionista de Portugal[41]. Não obstante, esta cooperação entre empresas e Estado revela-se um denominador comum em países de pequena dimensão[42].

Pode-se qualificar os resultados económicos de Portugal no século XIX e na primeira metade do século XX como fracos, tendo em consideração o crescente atraso económico do país. Mesmo após se alcançar o equilíbrio orçamental em 1929, já com Salazar na pasta das Finanças, adota-se uma política económica que visa particularmente os campos da receita e controlo da despesa pública[43]. A Grande Depressão apenas se faz sentir em 1931, e no ano seguinte a economia portuguesa

[40] MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, pp. 191-192, 211-212 e 216-217. RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 283-287. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, pp. 141-142 e 184-185. GARRIDO, 2004, «Henrique Tenreiro: um empresário do sector público-corporativo da economia salazarista?», pp. 300-301. AGUIAR e MARTINS, 2005, «A indústria», pp. 193-194. CONFRARIA, 2005, «Política económica», pp. 399-400. GAROUPA e ROSSI, 2005, «Instituições e quadro legal», p. 443. CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», pp. 195 e 198-199. AMARAL, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», pp. 237 e 243-244: referem-se incentivos fiscais, isenções aduaneiras *ad hoc* e facilidade no acesso ao crédito.

[41] RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 301. AMARAL, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», pp. 238-239. AMARAL, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, p. 36.

[42] SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», pp. 192-193.

[43] RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 281-283: destaca-se a «ditadura financeira» entre 1928 e 1932. AGUIAR e MARTINS, 2005, «A indústria», pp. 193-194. SILVA, 2021, «Guerra, Crises e Império: a economia portuguesa entre 1890 e 1930», p. 157. AMARAL, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, pp. 30-31.

já apresenta sinais de recuperação[44]. No entanto, a proteção de empresas e indústrias pouco competitivas e de fraca capacidade exportadora inviabiliza a aproximação de Portugal às economias mais desenvolvidas. Esta situação só se altera de forma significativa no terceiro quartel do século XX. Este último período corresponde a praticamente três décadas de crescimento económico, justificado pelo investimento em infraestruturas de que o país carece e setores industriais capital-intensivos ou orientados para a exportação[45].

3. A Indústria da Cal no Porto Santo

A ideologia liberal triunfa em Portugal nas primeiras décadas do século XIX, e com ela se liberaliza a pesquisa de minérios no subsolo. Apenas se salvaguarda a devida informação da atividade extrativa às autoridades locais e o cumprimento da Lei e posturas municipais. No caso do Porto Santo, conhecem-se e exploram-se pedreiras de calcário desde o século XVII, mas apenas se atribui temporariamente a receita fiscal do extrativismo ao município no reinado de D. Maria II, precisamente para se permitir alguns investimentos imprescindíveis e concomitantemente gerar-se emprego, como sejam o cemitério, arruamentos e abastecimento de água, que de outro modo se não poderiam realizar devido à debilidade económica e recorrentes crises de subsistência[46].

A criação do imposto sobre o calcário transportado para a Madeira deve-se a D. Pedro V, em 1859. Porém, nos primeiros anos do século XX, estabelecem-se fornos de cal no Porto Santo[47], por forma a se escapulir ao pagamento daquela taxa mediante o embarque de cal viva ou hidratada para a ilha da Madeira. Estes investimentos coincidem com a organização de um cartel entre os industriais da cal

[44] CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», pp. 191-192.

[45] AGUIAR e MARTINS, 2005, «A indústria», pp. 193-194. CONFRARIA, 2005, «Política económica», p. 400. AMARAL, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», pp. 243-244. AMARAL, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, pp. 30-31.

[46] BRANCO, 2023, «As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», pp. 352-359. PACHECO, 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII», pp. 485-486: afirma-se que os rendimentos do calcário e cantaria pertencem ao donatário até 1770. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 504-514.

[47] RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 47-56: contabilizam-se 16 fornos de cal no concelho do Porto Santo. SOUSA e MENEZES, 2009, *Inventário do Património Imóvel da Ilha do Porto Santo*, p. 40: assinalam-se vestígios arqueológicos de fornos de cal: dois no Cabeço da Ponta, três no Campo de Baixo, um na Serra de Fora e um na Fontinha.

no Funchal, formalizado por escrituras notariais em 1903 e 1904[48]. Nele tomam parte, inicialmente, Blandy Brothers & Companhia, Lda., António Joaquim de Freitas, Andrade & Marques e João Frederico Rego, aos quais se associa, na década seguinte, William Hinton & Sons, a firma que explora a Fábrica do Torreão, onde se usa um forno de cal em apoio ao fabrico de açúcar de cana sacarina. À época, a firma familiar Hinton, de capital britânico, assume-se como a única grande empresa do arquipélago (Imagem n.º 2)[49].

Imagem n.º 2 – Almoço na Fábrica do Torreão por ocasião da "Festa do Trabalho" (1935-07-17)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Photographia Vicente, n.º inv. 13551.

[48] SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», p. 193: constata-se a utilidade de cartéis em Estados de pequena dimensão no período anterior à I Guerra Mundial. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 555-561.

[49] JONES, 1997, «Great Britain: big business, management, and competitiveness in twentieth-century Britain», pp. 103-109: discute-se a relação entre o "capitalismo pessoal" e o declínio económico britânico anterior a 1945. RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 309-311. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*, p. 91.

A rivalidade entre os industriais da cal estabelecidos no Porto Santo e no Funchal transparece na Câmara dos Deputados em 1919[50]. No projeto de lei para se taxar a importação de cal, apresentado pelo deputado Pedro Góis Pita, alega-se o possível desemprego de algumas centenas de operários da cal na Madeira, bem como o risco assumido em investimentos por alguns industriais e a perda de receita fiscal do Estado e Câmara Municipal do Porto Santo[51]. Assim, com a aprovação da Lei n.º 859, de 25 de agosto de 1919, sujeita-se toda a cal importada ao pagamento da taxa de 0,003 escudos por litro na Alfândega do Funchal[52], isto é, aproximadamente três escudos por metro cúbico ou tonelada. Esta tributação não agrada à Vereação do Porto Santo, pois «não a solicitaram, mas logo perceberam com mágoa o ruinoso resultado de tal projecto, qual é o de, coarctando a liberdade de trabalho acabar por completo com a indústria nascente da cal preparada nesta ilha»[53]. O descontentamento deve-se igualmente a não se alterar a taxa alfandegária que incide sobre o calcário importado, cuja concorrência dificulta a exploração mineira no concelho[54].

Em relatório da agência do Banco de Portugal no Funchal, de início da década de 1920, reporta-se o aparecimento de uma nova indústria para se aproveitar a sílica calcária na ilha do Porto Santo, por iniciativa de uma empresa recentemente constituída. No mesmo documento, elogia-se a capacidade dos gestores para se fabricar cimento com as areias de praia[55]. Contudo, nunca se alcançam os resultados esperados com este investimento, nem mesmo recorrendo ao arrendamento da fábrica no final desta década e na década seguinte.

Através do Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927, atualizam-se os impostos do calcário e cal[56]. Contudo, manteve-se a disparidade entre a cal fabricada no Porto Santo, taxada a 15 escudos por tonelada, e a expedição da matéria-prima

[50] *Diário da Câmara dos Deputados*, IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, 13.ª Sessão, 25 de junho de 1919, p. 8.

[51] PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», p. 76.

[52] *Diário do Governo*, 1919-08-25, n.º 169/1919, Série I: Lei n.º 859. PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», p. 77.

[53] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 8, fls. 32v.º-33, 19 de julho de 1919.

[54] PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», p. 77.

[55] FREITAS, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar*, pp. 21-22: refere-se a potencialidade económica das areias do Porto Santo em vários relatórios.

[56] *Diário do Governo*, 1927-06-16, n.º 124/1927, Série I: Decreto n.º 13787. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 527-528.

para se fabricar a cal na Madeira, taxada a 3,5 escudos por tonelada, mas inova-se na cobrança das taxas que, desta feita, ficam sob a alçada da Câmara Municipal do Porto Santo. A partir de então, a Alfândega do Funchal limita-se a supervisionar este tráfico, sobre o qual se desconta 2% do valor das taxas para financiar o Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Após se tomar conhecimento do citado Decreto, contesta-se a discriminação dos industriais da cal do concelho do Porto Santo e solicita-se o aumento da taxa que incide sobre a tonelada de calcário para 11,1 escudos[57]. Não obstante, contrata-se os serviços de um advogado para se assegurar a legalidade do regulamento destinado a arrecadar aquelas taxas. Assim, os impostos «devidos e cobráveis no momento do embarque, poderão, sendo caucionados pelos interessados, serem pagos na Tesouraria Municipal» no prazo de 30 dias após o embarque. A Alfândega do Funchal serve-se de guias de trânsito ou de documento passado pelo fiscal que se desloca ao Ilhéu de Baixo para fiscalizar este tráfico[58]. Assim, conclui-se que qualquer indivíduo ou empresa pode despachar cal ou calcário para a Madeira, conquanto se responsabilize por pagar as taxas devidas ou se afiance. Por isso, verificam-se inúmeros carregamentos de produtos calcários para a Madeira de periodicidade única, que se podem associar a aquisições para consumo particular.

A fiscalidade sobre a expedição de produtos calcários manteve-se praticamente inalterada por mais de três décadas, pois apenas se atualizam as taxas com a publicação do Decreto n.º 42925, de 16 de abril de 1960. Os valores aprovados determinam a taxa de 25 escudos por tonelada de cal, 6 escudos por tonelada de calcário, e cria-se a taxa de 7 escudos por tonelada de carbonato de cálcio. Todavia, a Vereação do Porto Santo toma a iniciativa de taxar o carbonato de cálcio em 1946, equiparando-se este produto a calcário moído que se utiliza em calagens na ilha da Madeira[59].

A nossa pesquisa sobre os empresários da cal sustenta-se no levantamento efetuado no fundo arquivístico da Câmara Municipal do Porto Santo, incorporado no Arquivo e Biblioteca da Madeira, designadamente os Coutos das Cadernetas Referentes à Exportação de Cal e Pedra Calcária e os livros de Registo Diário da Exportação de Cal e Pedra Calcária e Conta-Corrente com os Exportadores de Cal e

[57] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 528.

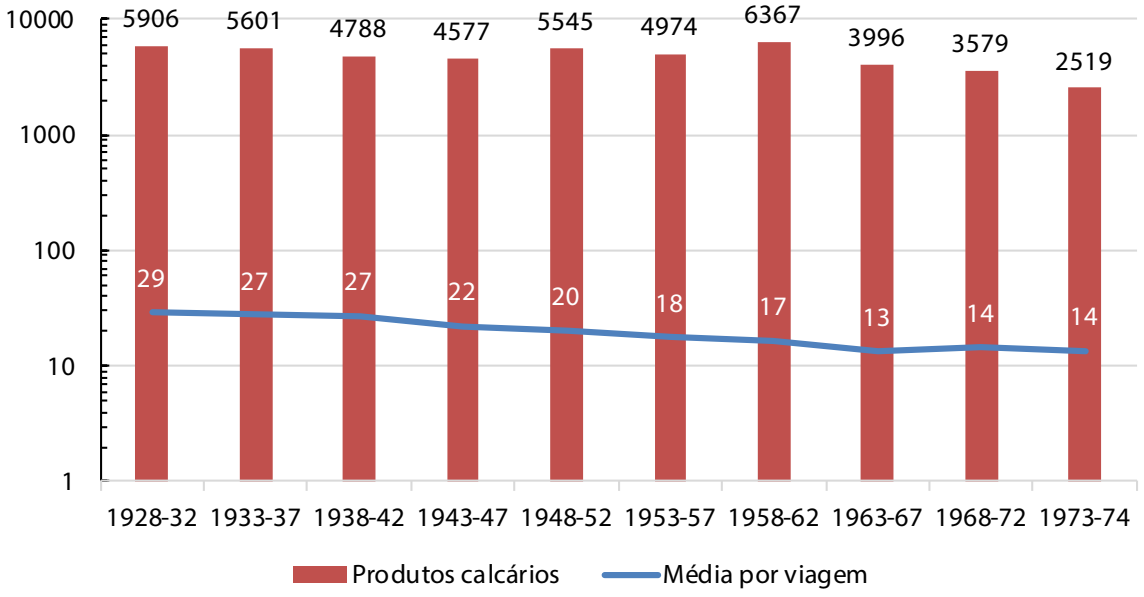
[58] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 2, fls. 3-4v.º, 21 de julho de 1927: o regulamento, composto por 14 artigos, entra em vigor uma semana após estar afixado ao público; fl. 15v.º, 8 de setembro de 1927: despende-se 350 escudos com «a consulta jurídica e redacção do regulamento».

[59] *Diário do Governo*, 1960-04-16, n.º 89/1960, Série I, Decreto-Lei n.º 42925. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 537-538.

Pedra Calcária[60]. Consegue-se elaborar sequências praticamente completas para o período de 1928 a 1974, nas quais se discrimina: expedidor, embarcação, tonelagem, data, valor das taxas e, por vezes, locais de embarque e desembarque dos produtos calcários.

As fontes consultadas não nos permitem estudar a dinâmica empresarial do setor extrativista do calcário. Todavia, através dos livros e coutos de cadernetas de taxação do calcário, cal e carbonato de cálcio consegue-se elencar os principais agentes económicos envolvidos na exploração de pedreiras de calcário no Porto Santo e no Ilhéu de Baixo e no processamento desta matéria-prima. Na série de dados compilados para o período considerado, apenas nos falta o ano de 1971 e o segundo semestre de 1973. Opta-se por organizar os dados em médias quinquenais e representar em escala logarítmica (Gráfico n.º 1). Este fabrico prossegue até meados da década de 1990[61], embora o fundo arquivístico apenas contemple dados incompletos referentes a 1979, 1980 e 1986, impossibilitando a sistematização desta atividade nos anos posteriores a 1974.

Gráfico n.º 1 – Produtos calcários expedidos do Porto Santo e do Ilhéu de Baixo (1928-1974)
(médias quinquenais, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

[60] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.
[61] RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 14.

Através da observação dos dados seriados no gráfico acima, pode-se concluir que a expedição de produtos calcários atinge picos nas décadas de 1930, e 1960, que se podem relacionar com investimentos em obras públicas naquelas décadas, designadamente os prolongamentos do molhe e cais do Funchal e a construção de aeroportos no Porto Santo e Santa Cruz, mas também na rede de estradas, aproveitamentos hidráulicos e edifícios públicos[62]. Notam-se igualmente quebras no final da década de 1930, e na primeira metade da década de 1940, coincidentes com as dificuldades de abastecimento durante a II Guerra Mundial, seguindo-se a rápida recuperação nos anos imediatos e novo retrocesso[63]. Na década de 1960, inicia-se a inflexão continuada deste tráfico, que se prolonga no restante período em análise, em correlação com o aumento das taxas e o novo imposto sobre o carbonato de cálcio. No final desta década, cessa o embarque de calcário para se calcinar na Madeira, culminando com a expedição de um carregamento de 5 t em 1969, extraído em pedreiras localizadas no Campo de Baixo, na ilha do Porto Santo, enquanto o último movimento no Ilhéu de Baixo tem lugar dois anos antes. Assim, encerram-se os fornos de cal no Funchal e Câmara de Lobos por inexistência de matéria-prima, sem descurar a legislação que equipara estas unidades industriais a estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos[64].

Em contraciclo, o número de viagens das embarcações de carreira ou particulares que transportam produtos calcários para a Madeira mantém-se com tendência ascendente até ao início da década de 1960, levando-nos a inferir a diminuição paulatina da carga média transportada em cada embarcação, pois passa-se de cerca de 30 t no primeiro quinquénio para menos de metade após 1963. Estes dados, de certa forma, contrariam a tendência geral de aumento da tonelagem das embarcações e investimentos em infraestruturas portuárias do arquipélago. Assim, entende-se o menor volume transportado como resultado do decréscimo do consumo, apesar da maior disponibilidade de ligações marítimas. A título de

[62] RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 285-286. MOTA, 2016, «Obras públicas na Madeira: prioridades, opções, tendências (1903-1974)», pp. 117-126.

[63] FREITAS, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial. Economia, Política e Sociedade*, pp. 159-164. CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», p. 210: constata-se a dependência da indústria portuguesa na importação em larga escala de fontes de energia e maquinaria, assim como a rutura de abastecimentos e transportes com o eclodir do conflito.

[64] *Diario do Governo*, 1922-09-02, n.º 181/1922, Série I: na Tabela 1 do Decreto n.º 8364, de 25 de agosto de 1922: associam-se os fornos de cal a «Fumo, poeiras, gases nocivos e perigo de incêndio».

exemplo, cerca de dois quintos do valor total das mercadorias descarregadas no porto do Funchal entre 1960-1961 correspondem a cimento importado, enquanto o valor da cal se computa em menos de 1%[65]. No arquipélago das Canárias, a indústria da cal também se torna economicamente irrelevante após a década de 1960[66].

As embarcações envolvidas na rota comercial entre o Porto Santo e a Madeira no período considerado perfazem cerca de quatro dezenas. Apresentam-se, por ordem decrescente, os nomes das que realizam cerca de uma centena ou mais viagens e referencia-se o período de utilização: *Arriaga* (1928-1974: 2028 viagens), *Maria Cristina* (1928-1974: 1545 viagens) (Imagem n.º 3), *Cruz Santa* (1944-1974: 1288 viagens), *Devoto* (1947-1974: 1159 viagens), *Camaralobense* (1947-1974: 972 viagens), *Portosantense* (1929-1965: 746 viagens), *Netuno* (1928-1948: 570 viagens), *Cisne* (1932-1967: 519 viagens), *Salvador* (1928-1957: 514 viagens), *Gavião* (1930-1951: 498 viagens), *S. Jorge* (1928-1938: 315 viagens), *Calcamar* (1931-1943: 267 viagens), *S. Sebastião* (1946-1952: 216 viagens) *S. José* (1928-1941[67]: 177 viagens), *Butio* (1928-1938: 119 viagens) e *S. Pedro* (1928-1935: 97 viagens)[68]. No que concerne à capacidade de carga, taxa-se o *S. Pedro* em 40 t, o *Netuno* em 50 t e o *Butio* em 60 t, mas também se taxa este último em 120 t, entendendo-se que se subavalia o tráfico, particularmente os embarques de calcário discriminados em toneladas e quintais, enquanto a cal se contabiliza em kg[69]. Nas viagens de retorno, pode-se transportar carvão, madeiras e mantimentos de que o Porto Santo carece, mas igualmente passageiros, especialmente veraneantes e em épocas festivas.

---

[65] ABM, Alfândega do Funchal, cx. 7064, doc. 13: considera-se o período de 1 de julho de 1960 a 30 de junho de 1961.

[66] MANZANO CABRERA e MIRELES BETANCOR, 2021, «Evolución de los hornos de cal a través del tiempo en las ciudades de Canarias», pp. 88-89: refere-se o fim da utilização de cal nas últimas décadas do século XX.

[67] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 8, fls. 133v.º-134, 29 de maio de 1941: solicita-se o cancelamento do imposto devido ao naufrágio da embarcação *S. José* com carga de calcário para a firma J. Farinha & Companhia, Lda.

[68] Além das nomeadas, contabilizam-se 22 embarcações que realizam menos de 25 viagens (ressalve-se a ausência de informação em 341 coutos de cadernetas e a lacuna de 18 meses).

[69] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 2, fl. 15v.º, 8 de setembro de 1927; fls. 50-50v.º, 7 de junho de 1928; fl. 63, 26 de julho de 1928. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 3, fl. 12v.º, 6 de setembro de 1929; fl. 15v.º, 20 de junho de 1929. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 4, fls. 117-.117v.º, 16 de julho de 1932.

Imagem n.º 3 – Embarcação *Maria Cristina* a içar a âncora (local e data não identificados)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Perestrellos Photographos, n.º inv. 5188.

Os fornos de cal no arquipélago da Madeira correspondem a pequenas unidades de produção que se podem qualificar, na generalidade, como microempresas de gestão familiar. Segundo os dados que nos foi possível apurar, empregam-se em média dois a cinco operários em fornos de cal. Mesmo o forno do maior fabricante do arquipélago, responsável por mais de metade de toda a produção, não emprega mais que duas dezenas de operários. Por isto, apenas este estabelecimento se pode equiparar, em termos de dimensão, a uma pequena empresa. Esta realidade regional assemelha-se em muito à do restante país em 1938, uma vez que se emprega em média cinco operários em fornos de cal e gesso, ou seja, este setor industrial carateriza-se por ser essencialmente trabalho-intensivo[70]. O valor dos equipamentos

[70] RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, p. 312: aponta-se maior número de operários por fábrica nos setores do tabaco, cimento e açúcar, respetivamente 700, 425 e 208 operários. MATOS *et al.* (dir.), 2008, *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, p. 198: referem-se menos de cinco operários em cerca de 80% dos estabelecimentos industriais no início da década de 1970.

industriais no Porto Santo demonstra isso mesmo, pois transacionam-se fornos de cal e equipamentos a 5000 e a 10 000 escudos na década de 1930, enquanto no início da década precedente se constitui uma sociedade com 260 000 escudos de capital social para se fundar uma fábrica de cimento[71].

A localização dos fornos de cal obedece a alguns critérios comuns à generalidade destes estabelecimentos industriais, designadamente a proximidade às pedreiras, ao abastecimento de água e a fonte de combustível, no litoral ou eixos de comunicação e junto a grandes obras e urbes[72]. Comprova-se esta situação no forno de cal no Ilhéu de Baixo ou da Cal, no Ribeiro Cochim e Ribeiro Salgado no Porto Santo e na concentração de fornos de cal próximos às fozes da ribeira de João Gomes no Funchal e da ribeira do Porto Novo em Gaula, e na área das Salinas em Câmara de Lobos.

4. Os Produtos Calcários do Porto Santo

O universo de expedidores de produtos calcários do Porto Santo contabiliza-se em cerca de meia centena de indivíduos ou empresas, dos quais apenas três negoceiam simultaneamente em calcário, cal e carbonato de cálcio. Nesta ocasião, não se incluem as experiências com o fabrico e exportação de cimento e cal hidráulica durante a década de 1930, uma vez que não são objeto de registo pelos fiscais do município[73]. Por sua vez, o carbonato de cálcio, taxado por iniciativa da Câmara Municipal do Porto Santo, encontra-se discriminado naquela documentação após 1947, apesar de só se estabelecer a taxa em Decreto de 1960. No que respeita aos demais agentes económicos, identificam-se 20 a negociar exclusivamente em cal e oito em calcário. Contam-se ainda 14 casos envolvendo o tráfico de dois produtos, mas a maioria negoceia em calcário e cal e apenas um em calcário e carbonato de cálcio e outro em cal e carbonato de cálcio.

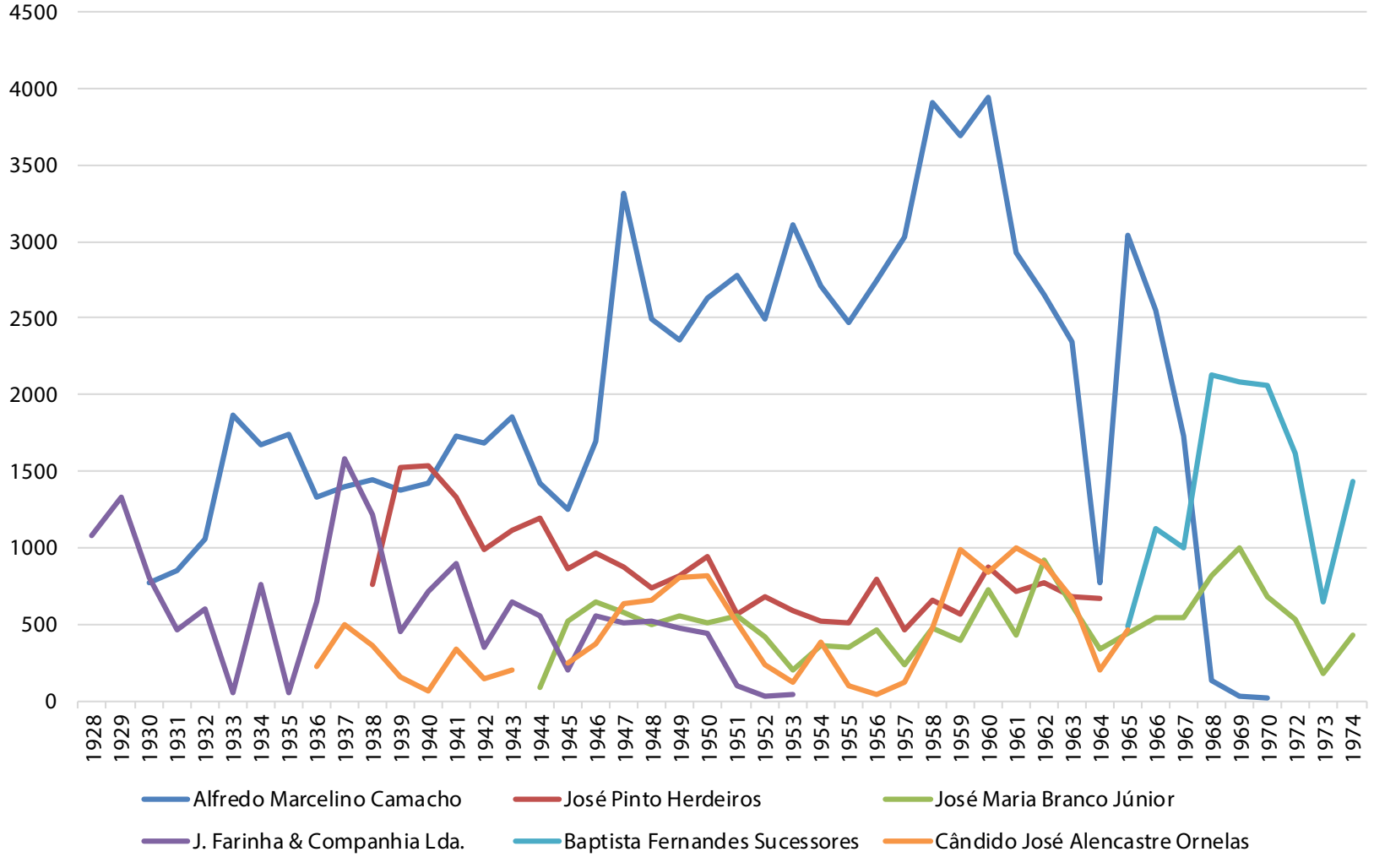
---

[71] SARMENTO, 1930, «Cal e cimento no Porto Santo», p. 1: referem-se fornos de cal antigos, em forma de cone invertido sobre uma grelha, e o forno de quatro fornalhas *Perpignani e Candelot* da Fábrica da Fontinha.

[72] RIBEIRO, 1994, «A indústria da cal nos Açores. Elementos para o seu estudo», pp. 52-57: faz-se uma relação dos fornos de cal nos séculos XIX-XX. MANZANO CABRERA e MIRELES BETANCOR, 2021, «Evolución de los hornos de cal a través del tiempo en las ciudades de Canarias», p. 85.

[73] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 538-540 e 548-550.

Gráfico n.º 2 – Maiores empresários expedidores de produtos calcários do Porto Santo e do Ilhéu de Baixo (1928-1974) (em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

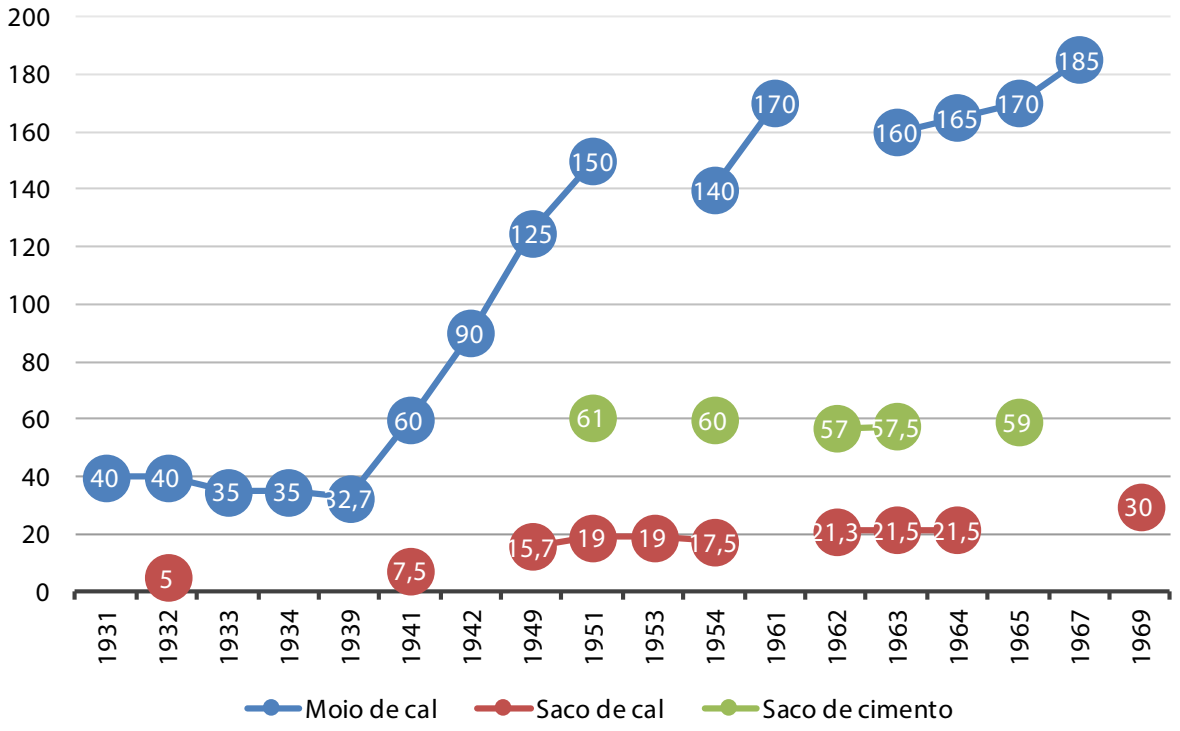
Em termos comparativos, os seis empresários com volume de produtos calcários superior a 12 000 t representam cerca de 70% do montante total, computado em cerca de 227 898 t (Gráfico n.º 2). Ao contrário da maioria dos expedidores, cuja atividade diminui ou se mantém sem grandes oscilações nas décadas de 1940 e 1950, Alfredo Marcelino Camacho destaca-se por embarcar um volume de produtos calcários bastante significativo, perfazendo cerca de 36%. A firma José Pinto, Herdeiros afirma-se no final da década de 1930, mas o volume decresce paulatinamente nos anos imediatos, se bem que represente cerca de 10% do total. José Maria Branco Júnior e a firma J. Farinha & Companhia, Lda. respondem por cerca de 7% do total, apesar de apenas coincidirem no exercício desta indústria entre 1944 e 1953. Por último, a firma Baptista Fernandes, Sucessores e Cândido José Alencastre Ornelas equivalem-se no volume despachado, na ordem dos 6%, mas apenas coincidem neste tráfico em 1965.

Cotejando o contributo individual destes agentes económicos com a duração do respetivo tráfico, constata-se a correlação natural entre estas variáveis, à exceção da firma Baptista Fernandes, Sucessores. Como se observa no gráfico acima, a generalidade dos empresários envolve-se neste setor de atividade em mais de um quartel, enquanto a mencionada firma embarca um dos maiores volumes de produtos calcários em menos de uma década, inclusive liderando o fabrico após 1968.

A comparação dos preços de produtos calcários e cimento no Porto Santo, a partir de aquisições para obras da Câmara Municipal (Gráfico n.º 3), demonstra a desvalorização em cerca de 18% do moio de cal na década de 1930, refletindo-se num decréscimo acentuado no número de empresários e tonelagem transportada. Contudo, as dificuldades de abastecimento, designadamente de combustível e outros materiais de construção na década de 1940, contribuem para se quadruplicar o preço do moio de cal e inclusive atrair o investimento de maior número de empresários. A diminuição do fabrico de cal no concelho do Porto Santo, na segunda metade do século XX, relaciona-se com a menor competitividade deste produto face ao cimento. Assim, o preço do saco de cal quase duplica naquele período, enquanto o saco de cimento importado diminui, fazendo com que a diferença entre os dois se esbata de cerca de um terço em 1949, para cerca de metade em 1969. A própria correlação entre o custo do moio e saco de cal agrava-se ligeiramente com

o decorrer dos anos, mas esta circunstância pode resultar da alteração dos sacos utilizados para se transportar a cal[74].

Gráfico n.º 3 – Evolução do preço da cal e cimento no concelho do Porto Santo (1931-1969) (em escudos)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 3-19.

Os custos com o acondicionamento e transporte dos produtos calcários refletem-se no agravamento substancial do preço de venda ao público, contribuindo para a menor competitividade face a outros materiais de construção importados. Por exemplo, na década de 1930, vende-se o moio de cal no Funchal ao dobro do preço de aquisição no Porto Santo. Em meados da década de 1960, reduz-se esse diferencial, mas ainda assim equivale a um sobrecusto de cerca de 21% se o comprador receber a cal no cais regional, ou 35% se proceder ao levantamento no depósito de cal.

Em seguida, passa-se a apresentar os dados sobre os proprietários, comerciantes e alguns industriais relacionados com o embarque de calcário, cal e carbonato

[74] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 19, fl. 125, 12 de junho de 1969. MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, pp. 279-280: sistematiza-se o índice de preços e verifica-se movimentos semelhantes a nível nacional.

de cálcio do concelho do Porto Santo[75]. Salvo raras exceções, a generalidade das empresas e empresários deste setor têm a sua sede ou residência no Funchal. Nalguns casos, admitem-se sócios naturais do Porto Santo, mas os ranchos de operários das minas e os tripulantes das embarcações são recrutados maioritariamente no Campanário, Santa Cruz e Machico[76]. O próprio intento de se debelar a crise económica no concelho do Porto Santo, ensaiada com a extinção da donataria em 1770 e posterior aprovação de taxas sobre os produtos calcários, surte efeito sobretudo em termos orçamentais, pois equivale a cerca de um terço das receitas arrecadadas pela Câmara Municipal na primeira metade do século XX[77]. Todavia, esta preponderância espelha a debilidade da restante atividade económica no concelho, pelo menos até à realização de grandes investimentos em infraestruturas de transporte.

Em primeiro lugar, reserva-se alguma atenção para três casos, cujas estratégias de investimento variam para melhor se adaptarem ao mercado local. Os empresários Alfredo Marcelino Camacho, José Maria Branco Júnior e Luís de Freitas Branco, em diferentes anos, oscilam entre o embarque maioritário de cal, calcário e carbonato de cálcio. Agrupa-se os demais tendo em conta o principal produto expedido do Porto Santo, que pode ser calcário, cal ou carbonato de cálcio, e a longevidade dos respetivos tráficos, designadamente se superior a uma década e entre um lustro e uma década. Por fim, lista-se os expedidores de produtos calcários em atividade em menos de um lustro.

Numa primeira análise, pode-se inferir que cerca de metade dos empresários e empresas exercem a expedição de produtos calcários durante cinco ou mais anos, um quarto destes empresários ou empresas entre dois e quatro anos e o quarto remanescente durante apenas um ano. No conjunto, identificam-se duas empresas familiares britânicas de tamanho médio imiscuídas neste setor: Blandy e Leacock (Imagem n.º 3), mas a firma Hinton também se mostra interessada por esta indústria na década de 1910[78]. Em todo o caso, entende-se o negócio da cal como residual no leque de investimentos destas sociedades comerciais de capital estrangeiro.

---

[75] VALDALISO, 2004, «El factor empresarial y el desarollo económico de España en los siglos XIX y XX», p. 143: afirma-se que proprietários, comerciantes e industriais representam as categorias socioprofissionais mais comuns em Espanha.

[76] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 510-511.

[77] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 139-147, 272 e 958: reduz-se para 10% a 12% no final da década de 1950.

[78] Sobre o assunto, veja-se PACHECO, 2013, «A cal e a indústria sacarina. As experiências de João Higino Ferraz na Fábrica do Torreão (1900-1940)», pp. 10-11 e 17-22.

Imagem n.º 4 – Jantar de Natal oferecido pela firma Leacock & Companhia, Lda. (1943-12-24)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Perestrellos Photographos, n.º inv. 630.

No que respeita à forma jurídica, a generalidade das firmas assume-se em sociedade por quotas, indistintamente da nacionalidade dos respetivos sócios, embora a maioria dos expedidores de calcário se encontre identificado com o nome próprio, sem referências ao cargo que desempenha na empresa ou sequer ao vínculo a qualquer sociedade comercial. No que respeita aos tráficos de curta duração, julga-se que a maioria se destina a consumo particular, quer de indivíduos, quer de empresas.

Ao se elencar os empresários, opta-se por apresentar os valores acumulados em toneladas, precisamente para melhor se ilustrar o peso de cada uma destas produções nos montantes expedidos em cada ano, assim como a maior ou menor especialização por um ou outro produto calcário. Noutros casos, considera-se a tonelagem para se comparar o contributo de vários empresários especializados num determinado produto durante os períodos temporais supramencionados, isto é, superior a uma década e entre uma década e um lustro. Contudo, respeita-se a

nomenclatura patente nos livros e coutos de cadernetas, mesmo em casos de grafias similares e dois exportadores identificados no mesmo registo. Assim, conclui-se que cerca de três quartos dos expedidores se enquadram em empresários em nome individual e as firmas no quarto restante. Porém, quando se considera os expedidores com mais de uma década de atividade, a representatividade das empresas duplica. Neste caso, referenciam-se seis empresários em nome individual, três sociedades em nome coletivo e três sociedades por quotas.

4.1 Empresários com Produção Diversificada

O empresário com maior longevidade no conjunto dos produtos calcários do Porto Santo responde pelo envio de cerca de 51% de toda a cal e 4% do calcário e carbonato de cálcio[79]. Os registos de Alfredo Marcelino Camacho (1897-1977)[80] principiam em 1930 e prolongam-se até 1970, embora com algumas cambiantes (Gráfico n.º 4). O início da atividade relaciona-se com a constituição da firma Alfredo Camacho & Companhia, em 1930, tendo como sócios Alfredo Marcelino Camacho (sócio-gerente) e Pedro José de Alencastre Ornelas[81]. O capital social encontra-se dividido em duas participações sociais iguais, cada uma no valor de 5000 escudos, e compreende um forno de cal no sítio do Campo de Baixo, na ilha do Porto Santo. Em 1933, por óbito de Pedro José de Alencastre Ornelas, os herdeiros optam pela venda da respetiva quota à firma Miguel de Freitas Júnior & Companhia, representada pelo gerente Alfredo Marcelino Camacho, pelo mesmo valor social[82]. No decurso deste ano, dissolve-se a firma Alfredo Camacho & Companhia e Alfredo Marcelino Camacho adquire todos os bens da sociedade, por 5500 escudos[83]. Assim, constata-se a desvalorização substancial do capital social no espaço de três anos, embora o fabrico de cal se encontre em franca expansão, só se suplantando esta tonelagem após a II Guerra Mundial. Não obstante, este empresário consta como representante da firma Alfredo Camacho & Companhia e do forno de cal de João Abel de Freitas, que se pode associar à duplicação do fabrico de cal após 1933.

---

[79] TORRES, Jorge, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei…», p. 60: afirma-se que se emprega 18 operários no forno de cal.

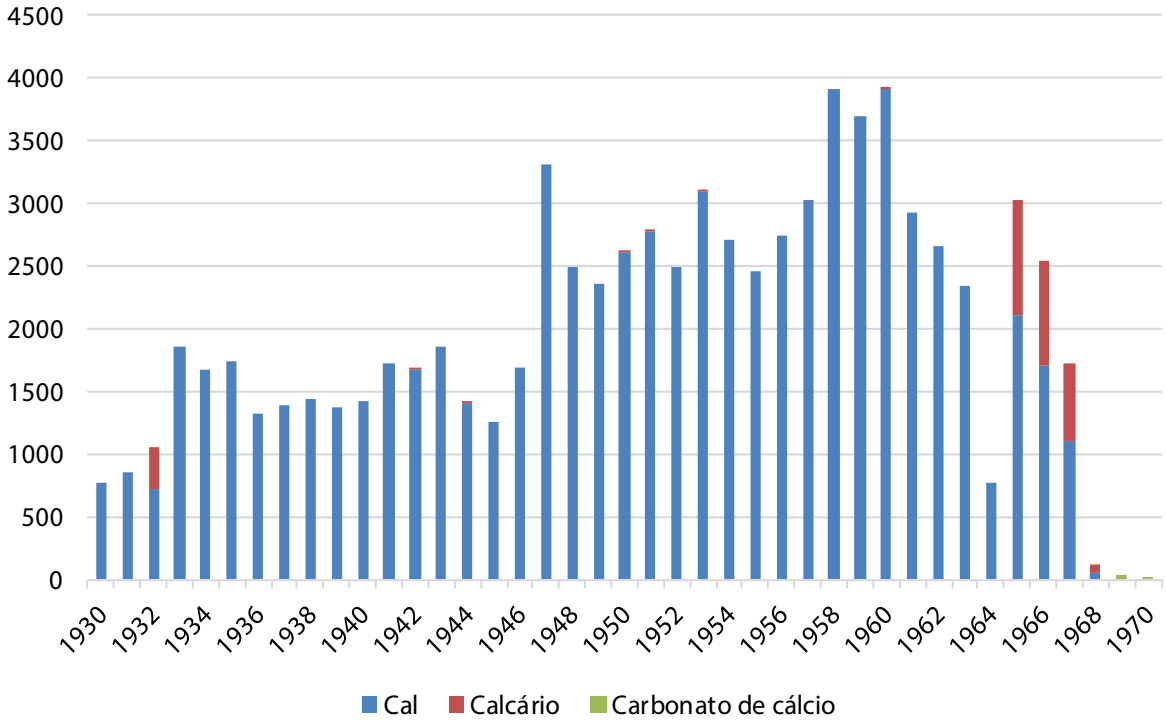
[80] ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 42, fls. 92-92v.º.

[81] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 177, destina-se a um forno de cal no Campo de Baixo, no Porto Santo. ABM, Registos Notariais, liv. 6214, fls. 58-59: 24 de maio de 1930.

[82] ABM, Registos Notariais, liv. 6218, fls. 19-20v.º: 11 de março de 1933.

[83] ABM, Registos Notariais, liv. 6218, fls. 86v.º-88: 28 de julho de 1933.

Gráfico n.º 4 – O empresário da cal Alfredo Marcelino Camacho (1930-1970)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A cal representa o principal produto que se embarca no Porto Santo, apesar de se remeter cerca de 35% de pedra cal em 1932, e de percentagens ínfimas em 1942, 1944, 1950, 1951, 1953, e 1960. A construção do Hotel do Porto Santo, em meados da década de 1960, repercute-se em quebra significativa na produção de 1964 e culmina com o encerramento do forno de cal localizado no Campo de Baixo, após queixa da EMITE – Empresa Insular de Turismo ao Ministro das Obras Públicas[84]. Esta contingência traduz-se no carregamento de 30% de calcário em 1965, cuja percentagem aumenta para mais do dobro no espaço de quatro anos, relacionando-se com o contrato de trespasse e arrendamento de um depósito para venda de cal na travessa da Malta, no Funchal, celebrado no início deste ano[85].

Em 1969, deixa-se de expedir cal e reduz-se o envio de calcário para 5 t, uma vez que se encerram os fornos de cal na Madeira, optando-se por explorar o

[84] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 551-554.

[85] ABM, Registos Notariais, liv. 8502, fls. 53v.º-55v.º: 16 de fevereiro de 1965: fixa-se o trespasse em 95 000 escudos e a renda mensal em 1500 escudos, pagos a José Marçal Rodrigues de Gouveia e Maria Arlete Rodrigues de Gouveia França Jardim.

carbonato de cálcio, do qual se fabrica 27 t, e se dedica a 100% no ano imediato, embora o volume decresça para 18 t. Concomitantemente, encontra-se o pedido de licenciamento de um forno de cal no Ribeiro Salgado, no Porto Santo, solicitado pela firma Zélia Camacho, Lda. em abril de 1969[86]. Porém, nos anos imediatos, não se regista a expedição de produtos calcários por esta firma, cuja designação comercial corresponde à consorte de Alfredo Marcelino Camacho[87].

O portefólio deste empresário contempla ainda a comercialização de um tipo específico de cal, denominado *cal chavinha*, assim designado por as pedreiras se localizarem nas Chavinhas, no sítio do Campo de Baixo, igualmente na ilha do Porto Santo. Apesar de não se encontrar registos da expedição deste produto nos livros e coutos de cadernetas, a Câmara Municipal do Porto Santo adquire-lhe alguns moios entre 1954 e 1963[88].

A atividade de José Maria Branco Júnior inicia-se em 1944 e prolonga-se até 1974, aparentando inclusive alguma recuperação do volume embarcado neste último ano (Gráfico n.º 5). Este empresário responde pelo envio de cerca de 10% de toda a cal fabricada no Porto Santo e 5% do calcário e carbonato de cálcio. Segundo a imprensa local, José Maria Branco Júnior administra a Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda., a qual licencia um forno de cal em Câmara de Lobos em 1937, mais precisamente no sítio do Espírito Santo e Calçada, embora os escritórios e depósito de venda de cal se localizem na rua Bela de Santiago, no Funchal, onde se estabelece a sede da Empresa Industrial Madeirense[89]. Esta informação comercial encontra-se reproduzida na imprensa local em 1950 e 1957[90].

A Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda. aliena alguns prédios em 1955, nomeadamente a pedreira de calcário no Ilhéu de Baixo e o prédio urbano no sítio do Espirito Santo e Calçada, em Câmara de Lobos, surgindo como comprador José Maria Branco Júnior[91]. Decorridos dois anos, este empresário adquire outro forno de cal, desta feita no Porto Santo, no sítio da Serra de Fora, sobre o qual se levantam suspeitas de se furtar ao pagamento das taxas munici-

[86] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º M/37, dá-se entrada a 18 de abril e vistoria-se a 25 de abril de 1969.

[87] ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 42, fls. 92-92v.º: Alfredo Marcelino Camacho desposa Zélia da Conceição Spínola Teixeira de Aguiar a 23 de abril de 1925.

[88] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 543.

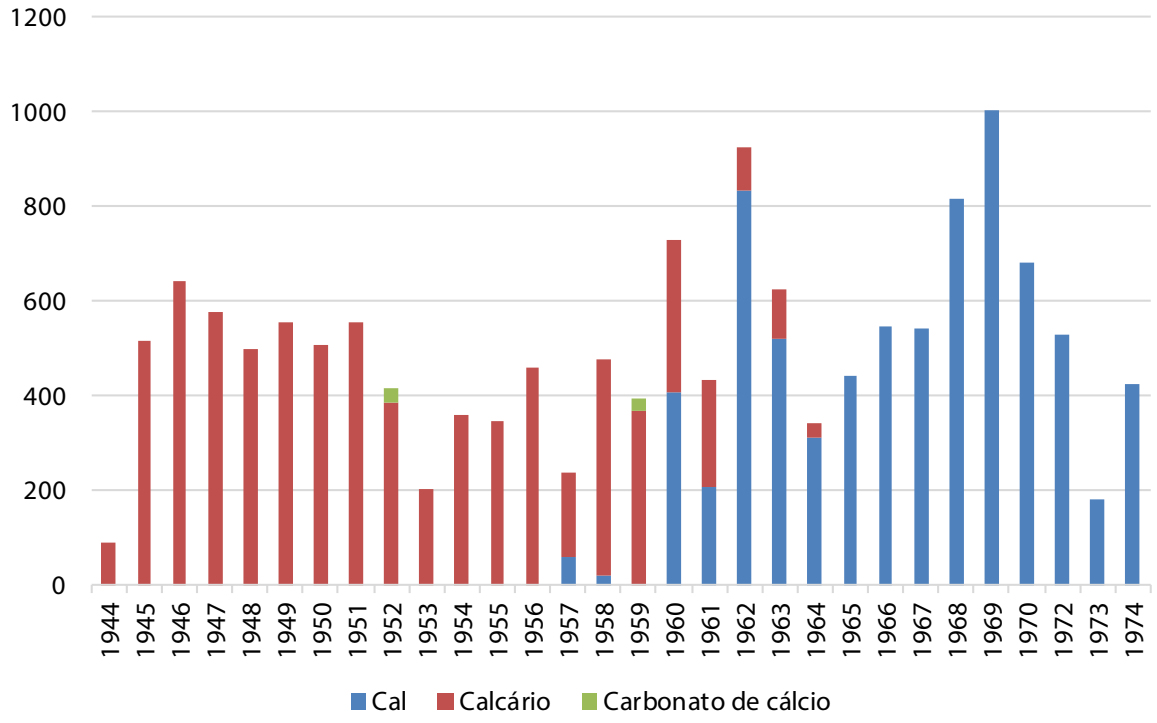
[89] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 507, dá-se entrada a 4 de setembro de 1937 e alvará a 15 de setembro de 1939. *Diário de Notícias*, 1944-10-22, p. 2.

[90] *Diário de Notícias*, 1950-12-25, p. 6. *Diário de Notícias*, 1957-12-19, p. 9.

[91] ABM, Registos Notariais, liv. 7738, fls. 79v.º-82v.º, 7 de janeiro de 1955: despendem-se 72 000 escudos na compra dos imóveis.

pais[92]. Estes investimentos repercutem-se nos produtos embarcados, designadamente o aumento do volume de cal e a redução progressiva do transporte de calcário para a Madeira, particularmente na primeira metade da década de 1960. Além de comercializar materiais de construção, a firma José Maria Branco Júnior, Lda., fundada em 1969, tem por objeto o aluguer de viaturas pesadas para o transporte de mercadorias, diversificando-se a oferta de serviços[93].

Gráfico n.º 5 – O empresário da cal José Maria Branco Júnior (1944-1974)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A expedição de produtos calcários por este empresário acompanha a evolução do mercado local. Assim, nos primeiros anos apenas se interessa pelo calcário para calcinar em Câmara de Lobos, à exceção de duas remessas inferiores a 10% de carbonato de cálcio em 1952 e 1959 (respetivamente 30 t e 25 t). A imprensa local reporta-se ao início do fabrico de cal em 1944, mencionando-se o trabalho de dois

[92] *Boletim de Minas*, 1967, vol. 4-1, p. 55: atribui-se a licença a 22 de fevereiro. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 52. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 533: constata-se a abertura de vaga para zelador da Câmara Municipal do Porto Santo.

[93] *Diário de Notícias*, 1969-01-19, p. 10: indica-se a participação de 40 000 escudos de José Maria Branco Júnior, sócio-gerente, e de 10 000 escudos de Guilhermina Rodrigues Branco, sua consorte.

operários no forno de cal e o recurso a lenha como fonte de combustível[94]. Todavia, aumenta-se substancialmente a extração e transporte de calcário para este forno nos anos imediatos, muito provavelmente em resultado da contratação de mais operários e maior disponibilidade de carvão para fonte de combustível no pós-guerra.

A partir de meados da década de 1950, começa-se a expandir o fabrico de cal no Porto Santo, no sítio da Serra de Fora[95], e o embarque de calcário entra em declínio, representando menos de 10% em 1964. Julga-se que a contingência no abastecimento de matéria-prima dita, muito provavelmente, o encerramento do forno de cal em Câmara de Lobos. A partir do ano seguinte, apenas se identifica a expedição de cal por este empresário nos livros e coutos de cadernetas da Câmara Municipal do Porto Santo.

A participação de Luís de Freitas Branco (1898-1965)[96] nos negócios da cal pauta-se por alguns interregnos (Gráfico n.º 6). Começa-se por expedir cal do Porto Santo em 1932-33, mas, entretanto, constitui-se uma empresa para realizar esta indústria na segunda metade da década de 1930, assunto que se aborda noutra parte deste artigo. Todavia, retoma-se o negócio de produtos calcários em nome individual em 1943, e com regularidade após 1947, agora para se embarcar carbonato de cálcio – cerca de 69% do montante total expedido para a Madeira – e uma percentagem mínima de calcário, ainda que equivalha a cerca de metade dos produtos expedidos. Neste último ano, equipara-se a expedição de calcário e carbonato de cálcio (considera-se calcário moído) e aplica-se a taxa de 3,5 escudos por tonelada. Com a revisão das taxas, em 1960, agrava-se o diferencial entre a expedição de carbonato de cálcio e calcário[97]. Esta discriminação parece ter conduzido ao abandono da atividade no início daquela década, pois apenas se embarca 19 t de carbonato de cálcio em 1962, representando menos de metade do volume registado dois anos antes.

---

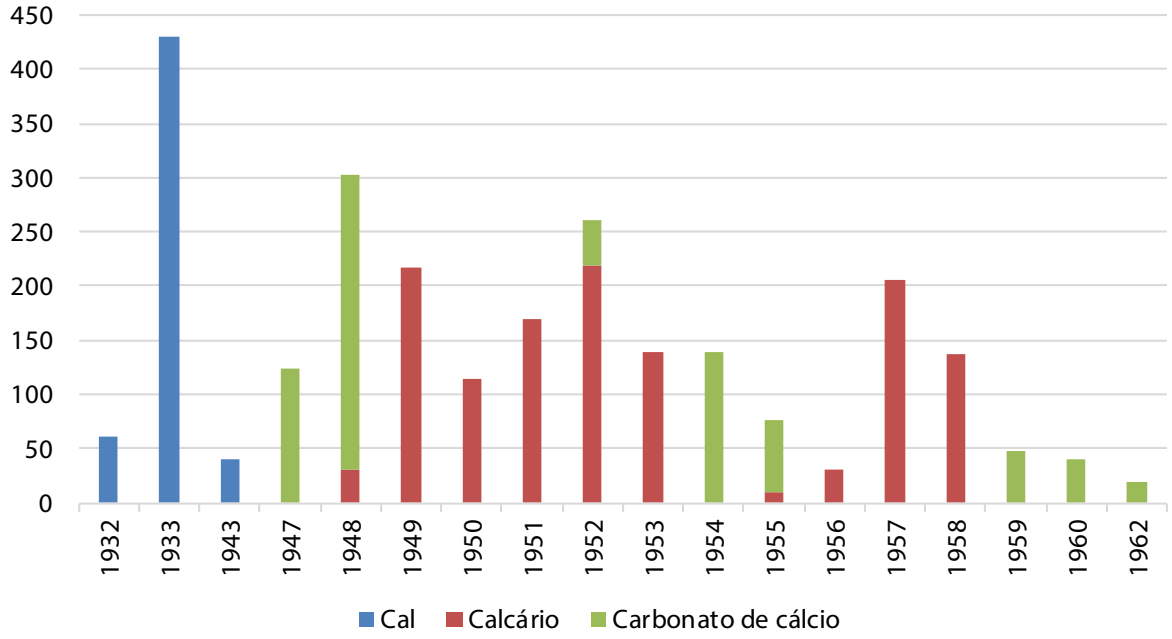
[94] *Eco do Funchal*, 1944-12-14. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 515-516: afirma-se que os fornos de cal de São Vicente funcionam a lenha durante e após a II Guerra Mundial.

[95] ABM, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pt. 3082-2, 8 de junho de 1955: parecer favorável da Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação ao requerimento de José Maria Branco Júnior. ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º 407, destina-se a um forno de cal na Serra de Fora, no Porto Santo. *Diário de Notícias*, 1955-12-10, p. 2. Cf. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 556-557.

[96] Veja-se: BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 763-887.

[97] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 537.

Gráfico n.º 6 – O empresário da cal Luís de Freitas Branco (1932-1962)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

Como se disse, este empresário apenas se dedica à expedição de produtos calcários com regularidade no final da década de 1940[98]. Todavia, antes disso, Luís de Freitas Branco administra a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., uma sociedade por quotas fundada em 1921, na qual participa em cerca de 2% do capital social[99]. O empresário também se licencia para o fabrico de carbonato de cálcio em 1942, mas apenas se contabilizam os valores expedidos após a aprovação da taxa municipal em 1946[100]. Procura-se ainda explorar outros recursos geológicos em meados da década de 1950, designadamente argilas pozolânicas concomitantemente ao decréscimo dos embarques de calcário e carbonato de cálcio, cuja fábrica se vistoria em 1964[101].

[98] BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 833-834: inicia-se o fabrico de carbonato de cálcio em 1942.

[99] ABM, Registos Notariais, liv. 1499, fls. 36-42v.º, 1 de junho de 1921: pertence-lhe uma quota no valor de 5000 escudos.

[100] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 10, fls. 198v.º-199, 9 de maio de 1946. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 833-834.

[101] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º 536, dá-se entrada a 13 de maio de 1959, para se preparar e moer argilas pozolânicas no sítio das Pedras Pretas, no Porto Santo. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 544 e 547-551: identifica-se a fábrica da firma Pozol.

Por alteração do pacto social da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., Luís de Freitas Branco assume o cargo de gerente efetivo em 1935, a par de Gastão de Bianchi, ficando como substituto Manuel Gregório Pestana Júnior[102]. Nos anos subsequentes, Luís de Freitas Branco serve de intermediário da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., constituída em 1924[103], para se adquirir diversas participações sociais da empresa de que era gestor, designadamente a Luís da Rocha Machado (3640,8 escudos), Álvaro de Sá Gomes (815,22 escudos), Manuel Joaquim da Trindade (750 escudos), herdeiros de Pedro José Lomelino (950 escudos), José Júlio de Lemos, Sucessores (1130,44 escudos), Andrade & Filho (1000 escudos), Adida & Companhia e António Faustino de Abreu (1703,16 escudos), computando-se esta compra em cerca de 10 000 escudos. Todavia, comprova-se a desvalorização assinalável daquelas quotas devido ao insucesso no fabrico de cimento, pois o respetivo valor nominal ascende a cerca de 70 000 escudos[104]. As participações sociais de Charles Courtney Shaw, Carlos de Almeida Fernandes, António Lomelino de Bianchi, Henry Alfred Miles e Tarquínio T. da Câmara Lomelino também se adquirem e cedem a Eduardo Gonçalves Luís, computando-se o seu valor em 12 337,3 escudos[105].

Alguns membros da família Bianchi compram a participação social de José Quirino de Nóbrega na Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. em 1935[106]. No ano seguinte, vende-se a mesma quota por 25 000 escudos a Luís de Freitas Branco que, por sua vez, a cede por idêntico valor à firma Leonel Gonçalves Luís, Lda. A culminar todas estas transferências de quotas, a firma Leonel Gonçalves Luís,

---

[102] ABM, Registos Notariais, liv. 7806, fls. 1-2v.º, 21 de junho de 1935: estipula-se a gratificação do gerente técnico e operários da fábrica em mínimo de 8% e máximo de 10% dos lucros líquidos.

[103] ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 74v.º-75v.º, 5 de setembro de 1936: constitui-se a sociedade com o capital nominal de 6000 libras, sendo 5950 libras da quota de Leonel Gonçalves Luís, e 50 libras de João Crisóstomo Luís; e admite-se Eduardo Gonçalves Luís como sócio, com participação social de 50 libras.

[104] ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 84v.º-86, 23 de novembro de 1936; fls. 86v.º-87v.º, 24 de novembro de 1936: estipula-se o valor nominal das quotas em, respetivamente, 22 608,8 escudos, 5652,2 escudos, 5000 escudos, 5000 escudos, 11 304,4 escudos, 10 000 escudos e 10 000 escudos.

[105] ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 95v.º-96, 4 de dezembro de 1936: paga-se 750 escudos a Charles Courtney Shaw, 500 escudos a Carlos de Almeida Fernandes, 6262,8 escudos a António Lomelino de Bianchi, 3420,4 escudos a Henry Alfred Miles e 1404,1 escudos a Tarquínio T da Camara Lomelino; fls. 96v.º-97, 4 de dezembro de 1936.

[106] ABM, Registos Notariais, liv. 6221, fls. 86v.º-87, 9 de maio de 1935: define-se a quota no valor nominal de 5000 escudos e outra indivisa de 652 escudos, perfazendo 5652 escudos.

Lda. cede a participação social de 25 000 escudos na Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. a Manuel de Bianchi[107].

A atividade empresarial de Luís de Freitas Branco relaciona-se igualmente com o reforço da participação social na Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. Assim, adquire-se a quota de Luís Portugal Rodrigues dos Santos por 3000 escudos, e a de Henry Carverly Hinton por 500 escudos em 1935[108]. Após estas compras, constitui-se a Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. com o propósito de se arrendar a fábrica de cimento do Porto Santo, no sítio da Fontinha, propriedade da referida Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., tendo por objeto social o fabrico de produtos silico-calcários. O capital social da firma recém-constituída fixa-se em 5000 escudos, cabendo a quota de 4000 escudos a Luís de Freitas Branco e 1000 escudos à sua consorte, Ana Maria de Mello Breyner[109]. No decurso desse ano, procede-se à alteração do pacto social e aumento do capital social para 125 000 escudos, mediante reforço da quota de Luís de Freitas Branco (31 500 escudos) e a admissão dos sócios José Braz Gonçalves e da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., com participações sociais de respetivamente 30 000 escudos e 62 500 escudos[110].

Antes de se completar o primeiro ano de existência da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., delibera-se novo aumento do capital social, integralmente realizado em 195 000 escudos. As novas participações sociais ficam definidas em 3500 escudos de Ana Maria de Mello Breyner, 31 500 escudos de Luís de Freitas Branco, 30 000 escudos de José Braz Gonçalves, 35 000 escudos de Leonel Gonçalves Luís e 220 000 escudos de Leonel Gonçalves Luís, Lda.[111].

[107] ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 88-89, 28 de novembro de 1936: paga-se 25 000 escudos; fls. 90v.º-91v.º, 28 de novembro de 1936: desconta-se 25 000 escudos à quota da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda.; fls. 92-93, 30 de novembro de 1936: adquirem-se as quotas de Maria da Conceição Lira de Bianchi (5000 escudos), João António de Bianchi (13 261 escudos), Rui Recaro de Bianchi (5000 escudos), Rui Bettencourt da Câmara (5000 escudos) e José Quirino de Nóbrega (5652,2 escudos), perfazendo 25 000 escudos.

[108] ABM, Registos Notariais, liv. 6221, fls. 66-67, 12 de março de 1935; fls. 77v.º-78, 13 de abril de 1935: estipula-se o valor nominal das quotas em 5000 escudos.

[109] ABM, Registos Notariais, liv. 6221, fls. 78-79v.º, 15 de abril de 1935. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», p. 814.

[110] ABM, Registos Notariais, liv. 7806, fls. 10-13, 20 de julho de 1935: atesta-se o reforço das quotas em 10% e a representação da sociedade por três gerentes-delegados, assumindo um deles a direção técnica (gratificando-se com 10% a 20% dos lucros líquidos).

[111] ABM, Registos Notariais, liv. 7806, fls. 79v.º-81, 10 de dezembro de 1935: indica-se o capital social de 320 000 escudos.

A Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. necessita de nova alteração do pacto social e aumento de capital em 1936. Desta feita, divide-se os 700 000 escudos em sete quotas: 420 000 escudos da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., 105 000 escudos de Carlos José Machado dos Santos, 70 000 escudos de José Braz Gonçalves, 35 000 escudos de Leonel Gonçalves Luís, 35 000 escudos de José Gonçalves Luís, 31 500 escudos de Luís de Freitas Branco e 3500 escudos de Ana Maria de Mello Breyner[112]. Entende-se estes sucessivos reforços do capital social como evidências do fabrico de cimento constituir um setor industrial capital-intensivo, ou seja, o capital social inicial representa menos de 1% do investimento necessário, o qual só se alcança com admissão de novos sócios e aumento das participações sociais.

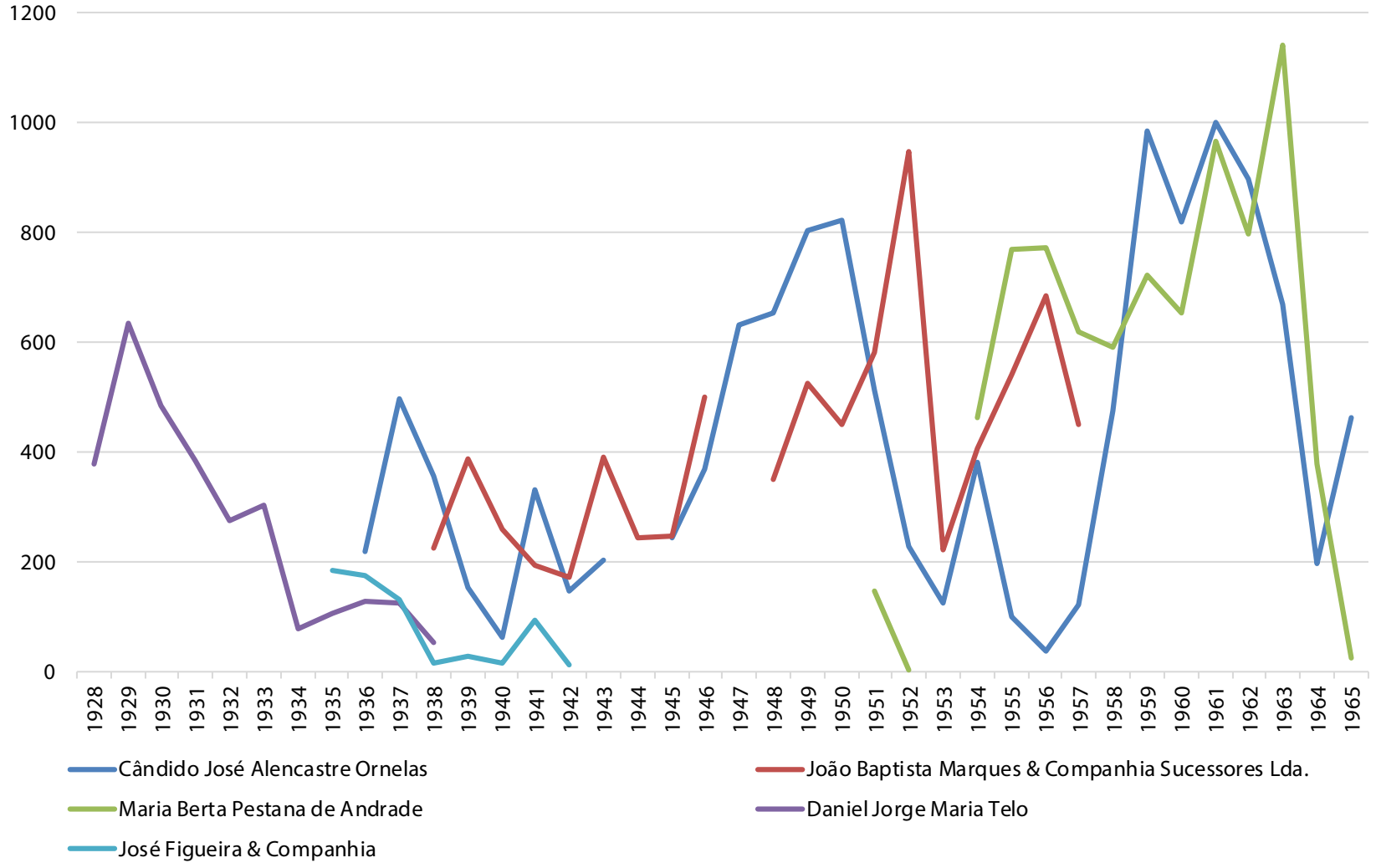
Os resultados operacionais da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. ficam seriamente comprometidos devido a uma hipoteca relacionada com a letra de 210 000 escudos sacada pela firma Leonel Gonçalves Luís, Lda. ao Banco da Madeira, a 1 de outubro de 1938. Acresce a acumulação de outras dívidas, cujo montante global ascende a 233 781,69 escudos[113]. Assim, entre as várias condições fixadas em 1940, fica assente o pagamento faseado da dívida ao banco no prazo de dez anos, e aos demais credores em cinco prestações semestrais, consignando-se para o efeito todos os rendimentos da fábrica de cimento da Fontinha e a embarcação *Calcamar*. No que respeita à firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., delibera-se a sua dissolução em assembleia-geral realizada em 1942, mas volta-se a constituir esta firma no espaço de poucos dias[114].

[112] ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 42-46v.º, 2 de maio de 1936: determina-se que o gerente técnico aufere entre 5% e 10% dos lucros líquidos.

[113] ABM, Registos Notariais, liv. 7812, fls. 70v.º-75, 11 de novembro de 1940: encontra-se em dívida com a Sociedade Insular de Transportes Marítimos Lda.; Companhia Insular de Moinhos Lda.; A. Figueira & Irmãos; Viúva de Romano Gomes & Filhos; Francisco Gomes Figueira & Companhia; Jacinto Carlos Gomes; Antero Nunes; João G. de Abreu; Augusto João Soares; Gabriel da Cruz Vieira; Andrade, Dionísio & Companhia; Pedro Augusto Gouveia; Manuel dos Passo Freitas & Companhia; Andrade & Irmãos; Clemente Gomes Aguiar & Filhos; Terças & Companhia; Pimentel & Casquillo, Lda.; João Pinto Correia Segundo; e Honório A. da Silva.

[114] ABM, Registos Notariais, liv. 7815, fls. 4-6, 22 de agosto de 1942: refere-se o capital social de 6000 libras (603 000 escudos) e adjudica-se o património da firma a João Crisóstomo Luís e José Gonçalves Luís; fls. 6-8, 27 de agosto de 1942: fixa-se o capital social em 100 000 escudos, subscrito em 90% por João Crisóstomo Luís e 10% por José Gonçalves Luís, e define-se como objeto social o comércio de comissões, consignações, importação e exportação.

Gráfico n.º 7 – Empresários da cal de maior longevidade empresarial (1928-1965) (volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

4.2 Empresários com Atividade Superior a Uma Década

A relação de empresários em atividade por mais de uma década revela-se relativamente breve. Entre os nove casos arrolados, cinco dedicam-se quase em exclusivo ao fabrico de cal no concelho do Porto Santo e ao embarque para a Madeira e quatro optam pela extração e transporte de calcário para calcinar em fornos de cal no Funchal. Em relação aos primeiros (Gráfico n.º 7), assinala-se a tendência para se diminuir o fabrico de cal no concelho do Porto Santo, no período anterior à II Guerra Mundial, devido ao aumento dos custos de produção e redução do preço no principal mercado da cal. A indústria da cal progride nos anos imediatos, mas não em número de empresários, e entra rapidamente em contraciclo na primeira metade da década de 1950. Porém, embarca-se maior volume de cal na segunda metade desta década, se bem que a revisão das taxas, em 1960, conduza a acentuada quebra de produção, particularmente de Maria Berta Pestana de Andrade.

Começa-se por analisar o percurso de Cândido José Alencastre Ornelas (1896-?)[115], cujos registos ocorrem entre 1936 e 1965, equivalendo a cerca de 8% de toda a cal transportada para a Madeira. Neste caso, apenas se embarca uma percentagem ínfima de calcário em 1960 (20 t), mas, ainda antes de constar nos livros e coutos de cadernetas da edilidade como expedidor de cal, fornece-se cal à Câmara Municipal do Porto Santo em 1932-1933[116]. Todavia, enquanto amanuense da edilidade usufruindo de «licença ilimitada», levanta-se-lhe um processo disciplinar por incumprimento do Código Administrativo, uma vez que este funcionário municipal exerce cumulativamente «a industria e o comercio de fabrico e exportação de cal»[117].

O forno de cal de Cândido José Alencastre Ornelas localiza-se no Campo de Baixo, no Porto Santo, por aquisição a Pedro José de Alencastre[118]. Segundo registos

[115] ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Santo, liv. 3807, fls. 16-16v.º.

[116] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 4, fl. 143, 5 de novembro de 1932; e fl. 193, 27 de maio de 1933.

[117] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 11, fls. 2.º-3, 13 de julho de 1950. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 527, 536 e 541.

[118] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 1, fl. 74, 25 de novembro de 1926: intima-se este industrial por depositar calcário na estrada. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54: afirma-se que o forno pertence a José Gonçalves Pereira de Andrade em 1955, e depois a Cândido Alberto Alencastre Pereira, encontrando-se à época em laboração por intermédio de três operários.

da Câmara Municipal do Porto Santo, autoriza-se um pagamento de cal a Cândido José de Alencastre Ornelas, Herdeiros, em 1959, que se pode entender como a denominação da firma após o óbito do empresário. Assim, conclui-se que os seus descendentes continuam a fabricar cal, cujos embarques se contabilizam até 1965[119].

A firma João Baptista Marques & Companhia, Sucessores, Lda. consta predominantemente como expedidor de cal entre 1938 e 1957 (Gráfico n.º 7), correspondendo a cerca de 5% do volume total, apesar de também se carregar quantidades mínimas de calcário entre 1951-1953, respetivamente 8 t, 10 t e 3 t. Esta sociedade, constituída com o capital social de 449 000 escudos em 1922, tem inicialmente por objeto o comércio de materiais de construção e representações comerciais[120]. Todavia, com o intuito de se diversificar investimentos e internalizar custos de produção, licencia-se um forno de cal no sítio do Ribeiro Salgado, no Porto Santo, em 1937, anteriormente explorado por João Basílio Sebastião Spínola[121].

Em 1939, esta empresa, secundada por Alfredo Marcelino Camacho, reclama na Câmara Municipal do Porto Santo contra a isenção do pagamento de impostos na expedição de cimento e cal hidráulica fabricados pela Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda.[122]. Não obstante, publicita-se na imprensa a possibilidade de se utilizar cal hidráulica em substituição de parte do cimento usado na construção, que a firma comercializa em sacos de 50 kg na rua do Sabão e travessa do Cabido em 1945[123]. Neste caso, pode-se relacionar o súbito interesse pela cal hidráulica com as dificuldades de abastecimento durante a II Guerra Mundial.

A expedição de cal pela firma João Baptista Marques & Companhia, Sucessores, Lda. apresenta-se com um hiato breve em 1947. Além disso, não se detetam quaisquer vendas de cal à Câmara Municipal do Porto Santo, ao contrário de outros fabricantes estabelecidos no concelho. Após se retomar o fabrico de cal, atinge-se os montantes mais elevados na primeira metade da década de 1950, mas abandona-se esta indústria ao fim de duas décadas.

---

[119] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 14, fl. 192, 30 de julho de 1959.

[120] ABM, Registos Notariais, liv. 6216, fls. 71-76, 22 de dezembro de 1931.

[121] ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936. ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 506, dá-se entrada a 21 de agosto de 1937, e averba-se em nome de Alfredo Marcelino Camacho a 20 de maio de 1958. *Diário de Notícias*, 1937-09-10, p. 3. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54.

[122] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 536-537 e 549.

[123] *Diário de Notícias*, 1945-06-22, p. 2: vende-se o saco a 30$00.

A expedição de cal de Maria Berta Pestana de Andrade (1915-1999)[124] inicia-se em 1951 e prolonga-se quase ininterruptamente até 1965, equivalendo a cerca de 5% do volume total transportado para a Madeira (Gráfico n.º 7). A entrada para este negócio relaciona-se com a morte de seu marido, Carlos André Andrade, devido a um acidente ocorrido no Ilhéu de Baixo, no ano anterior[125]. O forno de cal desta empresária localiza-se no Cabeço da Ponta ou Pedreira das Lajes, na ilha do Porto Santo, mais precisamente o mesmo estabelecimento explorado alguns anos antes pelo seu falecido sogro, sob a firma Andrade & Filho[126].

Começa-se por expedir cal em 1951[127], mas no ano seguinte consta um carregamento inferior a 5 t e no terceiro ano não se registam quaisquer movimentos. Apenas se retoma a expedição de cal, de forma consistente, a partir de 1954, atingindo-se o volume anual máximo em 1963, com mais de 1100 t. Depois, o fabrico de cal entra em declínio acentuado, ficando-se no último ano pelo embarque de cerca de 24 t.

O empresário Daniel Jorge Maria Telo (1862-1939)[128] exerce esta atividade entre 1928 e 1938. Nesse período, embarca-se quase exclusivamente cal, embora corresponda apenas a cerca de 2% do volume total, e uma percentagem residual de calcário em 1932 (Gráfico n.º 7). O seu forno localiza-se no Campo de Baixo, que corresponde a um dos locais de maior concentração destes estabelecimentos industriais no Porto Santo[129]. Além do forno de cal, pertencem-lhe as embarcações *São Jorge* e *Barco Preto*, utilizados no tráfego comercial entre as ilhas do arquipélago. Por óbito deste empresário, no ano imediato a cessar a expedição de cal, os bens são herdados pela viúva, Júlia Joaquina Amélia Telo, e quatro filhos, José Jorge

[124] ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 4178, fl. 493v.º, 21 de julho de 1915.

[125] *Diário de Notícias*, 1950-08-17, pp. 1 e 4: noticia-se que Carlos André Andrade administra as pedreiras «do seu falecido sogro, Francisco de Andrade, e nelas interessado, tinha em andamento a exploração directa e em construção um forno de cal».

[126] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 542, 547 e 560: afirma-se que Francisco de Andrade, sócio-gerente da empresa Andrade & Filho, detém uma participação social na Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.

[127] RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55: afirma-se que o forno lhe pertence em 1951, sofre melhorias em 1954, e no ano imediato cede-se à firma Gomes de Andrade, Lda.

[128] ABM, Paróquia de Santa Maria Maior, liv. 2139, fls. 20-20v.º, casa-se em 1887.

[129] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 110. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 536 e 541-542.

Maria Telo, Manuel Jorge Maria Telo, Maria Virgínia Jorge Telo e Gertrudes Telo[130]. Em 1944, por óbito da filha Maria Virgínia, fica-se a saber que o forno e as embarcações ainda se encontram em posse dos herdeiros, mas não existem quaisquer registos respeitantes ao fabrico de cal[131].

Por último, na categoria de empresários com expedição de produtos calcários em mais do que uma década, destaca-se a firma José Figueira & Companhia (Gráfico n.º 7). Esta sociedade comercial embarca unicamente cal entre 1935 e 1947, mas, como se constata na leitura do gráfico, após o terceiro ano diminui-se consideravelmente o fabrico de cal e notam-se alguns hiatos na década de 1940. Após o fabrico residual e intermitente de cal – inferior a 1% do montante total –, vende-se o forno de cal a Alfredo Marcelino Camacho no ano imediato ao último embarque, consistindo em apenas 53 t[132]. Em relação a esta empresa, a designação comercial apenas nos permite associar, eventualmente, à firma Figueira Irmãos e outros, ligada à exploração de fornos de cal no Funchal e no sítio de Nossa Senhora da Piedade, no Porto Santo[133].

Os produtos calcários desembarcados no Funchal destinavam-se a ser armazenados e distribuídos em lojas de ferragens e materiais de construção, onde inclusive se podia utilizar no fabrico de diversos artigos para as obras. A embalagem, pesagem e transporte em sacas torna-se cada vez mais frequente, facilitando-se as operações de carga e descarga[134]. Porém, o calcário que se calcina no Funchal, Câmara de Lobos e Gaula continua a contabilizar-se em toneladas e utilizam-se caixões para não se danificar as embarcações e facilitar a descarga e transporte até ao forno de cal[135]. O empresário com maior longevidade neste setor desiste de fabricar cal no Funchal na década de 1960, correspondendo ao período de abandono das pedreiras localizadas no Ilhéu de Baixo e correspondente encerramento de fornos de cal no arquipélago. Contudo, constata-se o abandono desta atividade e a redução progressiva da tonelagem transportada desde finais da década de 1930 (Gráfico n.º 8).

[130] ABM, Registos Notariais, liv. 7021, fls. 19v.º-26v.º, 21 de outubro de 1941.

[131] ABM, Registos Notariais, liv. 7024, fls. 38v.º-42, 17 de junho de 1944.

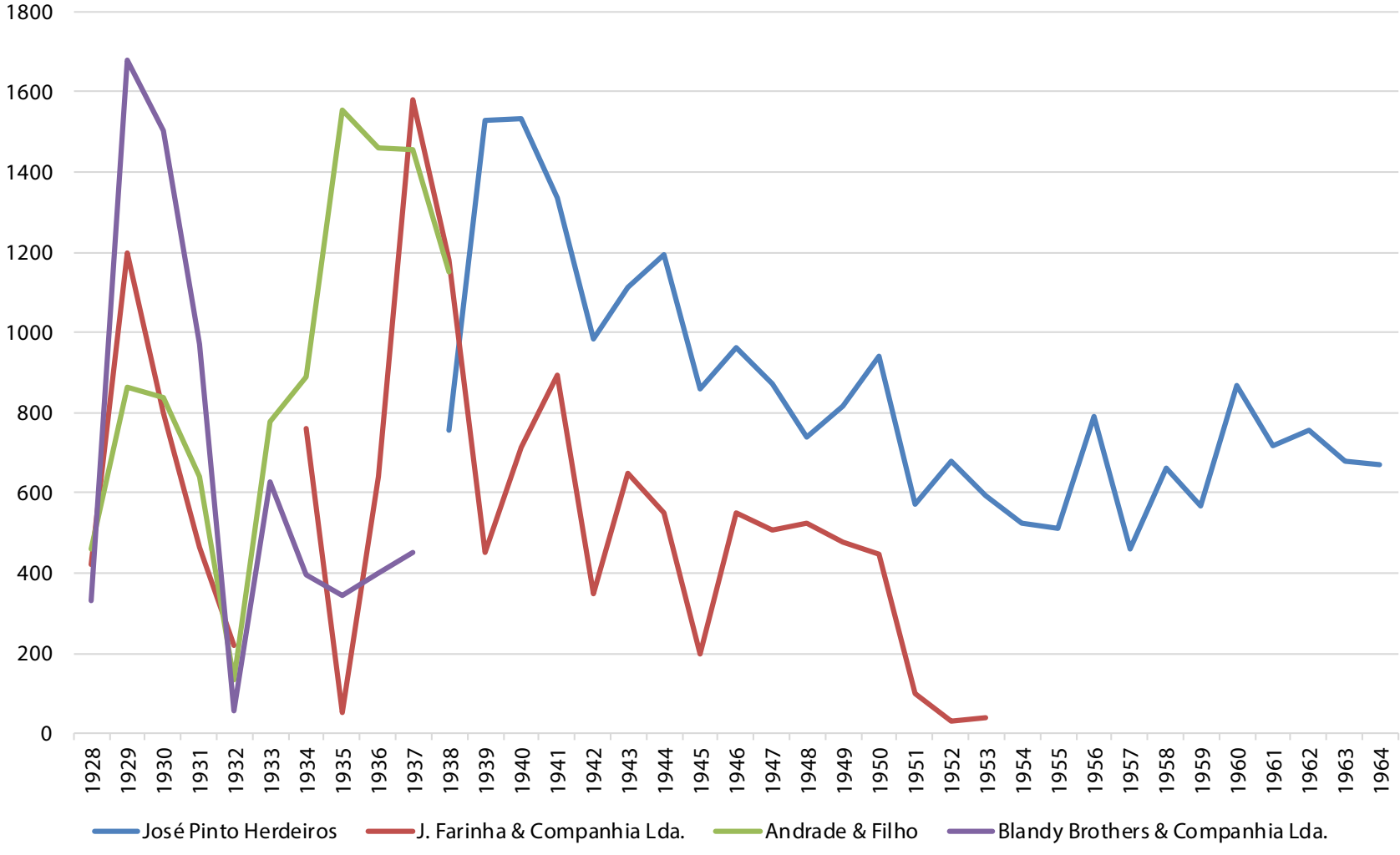
[132] RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 54-55.

[133] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 94. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 536.

[134] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 14, fl. 35, 12 de outubro de 1957: refere-se a carga e descarga de sacas de carvão e cal na rua Infante D. Henrique.

[135] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 531, 555 e 559: constata-se o acréscimo de 0,3 escudos no custo do caixão de calcário entre a praia e o forno.

Gráfico n.º 8 – Empresários do calcário de maior longevidade empresarial (1928-1964)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A firma José Pinto, Herdeiros compromete-se quase exclusivamente com a extração e embarque de calcário para a Madeira entre 1938 e 1964 (Gráfico n.º 8), correspondendo a cerca de um terço do volume total desembarcado no Funchal entre 1928 e 1974. Regista-se igualmente o embarque de um valor residual de carbonato de cálcio, mas apenas em 1962 (16 t). As pedreiras que se exploram localizam-se no Ilhéu de Baixo, tendo ali ocorrido um acidente que vitima o capataz em 1957[136]. O forno de cal localiza-se na travessa da Malta, no Funchal, onde se procede à calcinação do calcário[137]. Neste caso, também se publicita que se podem beneficiar «os terrenos cultivados a bananeiras e árvores de fruto, com o calcáreo do Porto Santo»[138].

Atingem-se os valores mais elevados na extração de calcário na primeira metade da década de 1940. A partir de então, assiste-se ao decréscimo progressivo nesta atividade mineira realizada no Ilhéu de Baixo, invertendo-se esta tendência em 1957. Contudo, deixa-se de explorar as pedreiras em 1964, devido aos custos do extrativismo e eventuais problemas de segurança relacionados com a estabilidade das galerias e, no imediato, arrenda-se o estabelecimento comercial na travessa da Malta a Alfredo Marcelino Camacho[139].

No caso da firma J. Farinha & Companhia, Lda., o negócio da cal surge documentado em 1928 e prolonga-se até 1953 (Gráfico n.º 8), oscilando entre a expedição maioritária de cal em alguns anos (1928 e 1932-1933), mas no cômputo geral equivale a uma percentagem insignificante. O principal produto que se transporta consiste em calcário, cujo volume equivale a cerca de um quinto do total desembarcado na Madeira no período em análise. Após 1933, a generalidade dos registos reporta-se ao embarque desta matéria-prima, à exceção de um valor residual de cal em 1938. Assim, pode-se inferir que se desiste de fabricar cal no concelho do Porto Santo no início da década de 1930, em favor da calcinação de calcário no forno localizado na rua do Ribeirinho de Baixo, no Funchal[140].

No decurso de 1933, publicita-se na imprensa a venda de «Cal para Construções, Cal de primeira qualidade fabricada na Madeira e Cal fabricada no Porto

---

[136] *Diário de Notícias*, 1957-07-14, p. 2: refere-se o óbito de José Araújo Sol, natural de Santa Cruz.

[137] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 86, regista-se o forno de cal em nome de Andrade & Filhos, Lda., e posteriormente de Alfredo Marcelino Camacho. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 560.

[138] *Diário de Notícias*, 1955-04-23, p. 6.

[139] ABM, Registos Notariais, liv. 8502, fls. 53v.º-55v.º: 16 de fevereiro de 1965.

[140] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 136. *Diário de Notícias*, 1929-03-24, p. 4: vende-se o moio de cal a 75 escudos. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 529 e 535.

Santo», mas desta feita indica-se como morada a rua Direita, onde se localizam a loja de ferragens e armazém[141]. Porém, em meados deste ano, a Câmara Municipal do Porto Santo processa esta firma por dívidas respeitantes ao pagamento dos impostos, como se comprova com a expedição de apenas 50 t de cal[142]. Os custos associados ao fabrico de cal no concelho do Porto Santo, acrescidos de taxas substancialmente mais elevadas, podem justificar a concentração desta atividade industrial no Funchal.

Com o aproximar do Natal, anuncia-se a comercialização de cal viva para caiar[143]. A partir de meados da década de 1930, a publicidade desta firma refere-se unicamente a cal em pó fabricada na Madeira com calcário extraído no Ilhéu de Baixo, tal como se mostra no gráfico acima, correspondendo cada moio a 60 alqueires[144]. Importa ainda referir que, em resultado de maior concorrência e, eventualmente, da crise económica dos anos 30, verifica-se uma quebra no preço de venda do moio de cal superior a 7% entre 1929 e 1935. Talvez por este motivo, e para se mostrar a versatilidade do produto e diversificar a sua utilização, publicita-se a comercialização de «Cal para Agricultura especialmente preparada para a *calagem* dos terrenos de cultura agrícola»[145].

Valente Cândido Gonçalves Farinha, sócio capitalista, e António Maria Fernandes Nunes, sócio industrial, fundam a firma Farinha & Companhia em 1920. Estabelece-se a sua sede inicialmente na rampa D. Manuel de Castro e na interseção da rua Direita com a rua 31 de Janeiro, no Funchal[146]. Em 1931, resolve-se quadruplicar o capital social com a admissão de novo sócio, João Remígio Gonçalves Farinha, e passa-se a discriminar o negócio da cal no objeto social[147]. Contudo, expede-se cal do Porto Santo ainda antes de se proceder a esta alteração societária entre 1928-1929.

---

[141] *Diário de Notícias*, 1933-05-21, p. 2. *Diário de Notícias*, 1937-12-25, p. 8: noticia-se a comercialização de materiais de construção e secções especializadas em ferragens, madeiras e cal, além de se representar em exclusivo a Companhia *Cimento Tejo*.

[142] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 5, fl. 2v.º, 3 de junho de 1933.

[143] *Diário de Notícias*, 1934-11-04, p. 2. *Diário de Notícias*, 1937-12-08, p. 3.

[144] *Diário de Notícias*, 1935-07-07, p. 3: vende-se o moio de cal a 65 escudos. *Diário de Notícias*, 1947-12-21, p. 12.

[145] *Diário de Notícias*, 1933-05-21, p. 2.

[146] ABM, Registos Notariais, liv. 6215, fls. 32-34v.º, 12 de janeiro de 1931: constitui-se a firma com 110 000 escudos de capital social para se comerciar tabuado, telhas e outros materiais de construção. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, p. 185: refere-se a preferência dos empresários portugueses por autofinanciamento e sócios capitalistas, e menor recurso à banca.

[147] ABM, Registos Notariais, liv. 6215, fl. 33v.º, 12 de janeiro de 1931: afirma-se que a quota de João Remígio Gonçalves Farinha se encontra realizada em 110 000 escudos, por «transferência para a sociedade de valor correspondente no crédito que este tem contra ela».

No ano imediato, altera-se a firma de sociedade comercial em nome coletivo para sociedade por quotas, passando a designar-se Farinha & Companhia, Lda., e admitem-se dois novos sócios[148]. Todavia, para não se confundir com outra firma da praça madeirense, a sociedade adota a denominação J. Farinha & Companhia, Lda.[149]. Por óbito do sócio João Remígio Gonçalves Farinha, em 9 de fevereiro de 1935, os sócios sobrevivos assumem o capital social em duas quotas, ambas de valor nominal de 220 000 escudos[150]. No início da década seguinte, procede-se à alteração de um parágrafo respeitante à continuação da atividade por morte ou interdição de um dos sócios[151], mas a atividade mineira prossegue e apenas decai de forma significativa no início da década de 1950.

Além de se negociar cal e calcário, procura-se rentabilizar o «novo e confortável barco-motor *São Pedro*» através da organização de viagens de verão ao Porto Santo, nomeadamente por ocasião da festividade do Espírito Santo[152]. A expansão comercial e a diversificação dos investimentos possibilitam a inauguração da nova sede da empresa «na parte nova da R. 31 de Janeiro»[153] em 1942. Porém, no início da década seguinte, desiste-se do fabrico de cal.

A firma Andrade & Filho, com forno e depósito de cal na travessa da Malta, no Funchal, envolve-se nesta atividade entre 1928 e 1938 (Gráfico n.º 8). Não obstante, Francisco de Andrade, sócio-gerente da empresa, encontra-se associado a esta indústria desde o início do século XX, inclusivamente integrando a cartelização dos industriais da cal no Funchal e fundando a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.[154]. Segundo a fiscalização municipal, fabrica-se cal no Ilhéu de Baixo e Campo de Baixo, como se comprova em embarques efetuados entre 1928-29,

[148] ABM, Registos Notariais, liv. 6216, fls. 86v.º-89v.º, 20 de janeiro de 1932: fixam-se as quotas de João Remígio Gonçalves Farinha em 330 000 escudos, António Maria Fernandes Nunes em 55 000 escudos (realizada em 10 000 escudos) e Januário Rodrigues em 55 000 escudos.

[149] ABM, Registos Notariais, liv. 6217, fls. 91v.º-92, 28 de novembro de 1932.

[150] ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 6v.º-8v.º, 18 de março de 1936: determinam-se as quotas de António Maria Fernandes Nunes e Januário Rodrigues em 110 000 escudos, já realizadas, e 154 634,88 escudos de entradas em dinheiro. Por encontro de contas, a quota do falecido apresenta-se com saldo negativo de 179 127,278 escudos, que os herdeiros devem assumir.

[151] ABM, Registos Notariais, liv. 7813, fls. 16-17v.º, 27 de março de 1941: continua-se com os sócios António Maria Fernandes Nunes e Januário Rodrigues.

[152] *Diário de Notícias*, 1931-08-18, p. 3.

[153] *Diário de Notícias*, 1942-07-19, pp. 1 e 4: refere-se que a firma pertence aos sócios António Maria Fernandes Nunes e Januário Rodrigues.

[154] TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 49. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 555-560.

e especialmente em 1932[155]. Todavia, o principal produto que se transporta para o Funchal corresponde a calcário extraída no Ilhéu de Baixo, cujo volume equivale a cerca de 14% do total.

Segundo publicidade na imprensa local, vende-se cal «no forno dos Andrades, à Travessa da Malta, fabricada no mesmo» com calcário extraído no Ilhéu de Baixo, e «cal em pedra para caiar» em 1933[156]. No mesmo ano, publicita-se que a cal tanto serve para a construção como para a agricultura, «devido á sua boa qualidade»[157]. Tal como se refere, o preço da cal encontra-se em quebra na década de 1930, apesar de se advertir para a qualidade da «cal de mina extraída no Ilhéu de Baixo» e cozida localmente[158]. Cerca de uma década após cessar a atividade, um antigo operário deste forno de cal anuncia a abertura de um depósito de cal na rua do Seminário, no Funchal[159].

Uma das empresas locais mais importantes, de capital britânico, também se imiscui no extrativismo do Porto Santo, pelo menos até ao deflagrar da II Guerra Mundial (Gráfico n.º 8)[160]. Os embarques de calcário – cerca de 9% do volume total – e cal – menos de 1% – da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda. (1811-?) encontram-se documentados entre 1928 e 1943, ainda que se detetem alguns hiatos. À exceção do último ano, e de cerca de 80% do volume embarcado em 1932, privilegia-se a extração e transporte de calcário para se calcinar em fornos localizados no Funchal, mais concretamente no forno de Santa Catarina, que a firma explora desde 1857[161], e temporariamente no forno do Rego, por arrendamento firmado em 1913[162]. Neste caso, aproveitam-se as vantagens competitivas do diferencial entre as taxas municipais que penalizam a expedição de cal fabricada

[155] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 136, fl. 27v, 13 de dezembro de 1927; fl. 46v, 25 de junho de 1928. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 536.

[156] *Diário de Notícias*, 1933-03-19, p. 2: vende-se o moio de cal a 75 escudos.

[157] *Diário de Notícias*, 1933-06-18, p. 5: na mesma página, publica-se um anúncio da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda., sobre a venda de «cal própria para calagem de terrenos, Salva as Culturas, Vende-se nos Fornos de Santa Catarina e Rego».

[158] *Diário de Notícias*, 1934-07-22, p. 4: vende-se o moio de cal a 70 escudos.

[159] *Diário de Notícias*, 1947-10-12, p. 4: trata-se de Gabriel Pinto Correia.

[160] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 519-520: licenciam-se 30 pedreiras entre 1896 e 1910.

[161] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 138. CORREIA, 2022, «A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX (uma visão panorâmica)», pp. 197-198: adquire-se o forno e quatro pedreiras no Ilhéu de Baixo em 1878, despendendo-se quatro milhões de réis.

[162] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 557-559: arrenda-se o forno de cal de João Frederico Rego, localizado no largo dos Lavradores.

no Porto Santo, uma vez que se pode internalizar os custos de produção relativos a combustível e transporte por representarem outras áreas de negócios desta firma.

Como se refere no Ponto 3, a firma Blandy Brothers & Companhia, Lda. lidera o cartel da cal que se estabelece no Funchal no início do século XX. Segundo os dados de comercialização da época, o forno de Santa Catarina fornece mais de um terço de toda a cal fabricada com matéria-prima extraída no concelho do Porto Santo. Porém, estes cálculos não se aplicam à cal importada da Grã-Bretanha, para uso exclusivo da firma[163].

Atinge-se o auge do embarque de calcário em 1929, perfazendo cerca de 1700 t, mas diminui-se o volume transportado ao longo da década seguinte, até equivaler a cerca de um quarto do montante inicial. Em 1931, anuncia-se a transferência do depósito de cal do largo dos Lavradores para a rua do Hospital Velho, no local onde funciona o forno do Rego[164]. A concentração do comércio da cal relaciona-se com o decréscimo do interesse por esta atividade, bem patente na tonelagem de matéria-prima embarcada ao longo da década de 1930.

Na comemoração dos 125 anos de fundação da empresa, o *Diário de Notícias* dedica-lhe algumas páginas nas edições de 24 e 26 de junho de 1936[165]. No que respeita ao forno de Santa Catarina, refere-se o interesse por esta indústria e pela exploração de pedreiras no Ilhéu de Baixo em finais do século XIX, cujos túneis das frentes de desmonte atingem grande extensão, nomeadamente na pedreira do

> «*Gretão*, ao lado sul do Ilheu, penetrar algumas centenas de metros, abaixo do nível da terra, por um espaço de 2 horas, ou mais. Na pedreira denominada *Casa dum Água*, é possível atravessar o Ilhéu, na sua largura, saindo-se depois duma hora de trajecto, pelos tuneis da pedreira do *Forno*.»[166]

Acrescenta-se que os operários,

> «com o conhecimento perfeito do complicado labirinto dos tuneis, saem habitualmente das freguesias de Santa Cruz e Campanario. No começo de cada ano estes homens deixam as suas casas e vão para o Ilheu de Baixo, extrair a pedra calcarea até meados do verão. Mesmo sem auxilio de luz, alguns destes homens podem atravessar os numerosos

[163] ABM, Registos Notariais, liv. 2454, fls. 56v.º-59, 27 de agosto de 1903.

[164] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 137, licencia-se um forno no largo dos Lavradores a Maria Amélia de Andrade. *Diário de Notícias*, 1931-09-04, p. 2: vende-se o moio de cal a 75 escudos.

[165] *Diário de Notícias*, 1936-06-24, pp. 1-2 e 9-10. *Diário de Notícias*, 1936-06-26, pp. 1-2 e 7. Note-se que esta publicação periódica integra o universo empresarial da família Blandy desde o início da década de 1910.

[166] *Diário de Notícias*, 1936-06-24, p. 9.

> e intrincados tuneis, que existem no Ilheu, chegando ao local que desejam, fazendo, sem erro, um trajecto em que qualquer, menos experiente, se perderia logo que desse os primeiros passos.»[167]

Em jeito de publicidade, afirma-se que «a pedra sujeita á maior pressão, produz, no acto do cozimento, a melhor cal». Por isso, apenas se calcina calcário extraído a grande profundidade no forno de Santa Catarina, sendo as pedreiras da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda. «as mais profundas»[168]. Nesta reportagem não se menciona o arrendamento de outro forno de cal no Funchal e inclusive deixa-se de explorar pedreiras de calcário no ano imediato.

4.3 Empresários com Atividade Inferior a Uma Década

Nesta categoria, aborda-se os empresários que exercem o tráfico por períodos compreendidos entre um lustro e uma década. Opta-se, novamente, por agrupar os agentes económicos em função dos principais produtos que se embarca no Porto Santo, isto é, calcário e cal, embora algumas empresas diversifiquem a produção com o fabrico de carbonato de cálcio. Assim, compilam-se dados referentes a quatro empresários que exploram quase exclusivamente o calcário (Gráfico n.º 9) e seis a cal (Gráfico n.º 10). No total, referem-se sete empresários em nome individual, duas sociedades em nome coletivo e uma sociedade por quotas.

Joaquim José de Gouveia (1863-1930)[169] dedica-se unicamente ao embarque de calcário para calcinar num forno de cal no concelho de Santa Cruz (Gráfico n.º 9), pois em 1900 licencia-se a exploração de uma pedreira de calcário no Ilhéu de Baixo. O volume que se transporta corresponde a cerca de 2% do montante total de calcário desembarcado na ilha da Madeira. Contudo, pode dar-se o caso de este forno de cal se localizar no sítio do Porto Novo, em Gaula, nas imediações do sítio onde se instala um engenho de destilação de aguardente, no qual Joaquim José de Gouveia forma sociedade com Constantino José Lobo e António Joaquim de França[170].

---

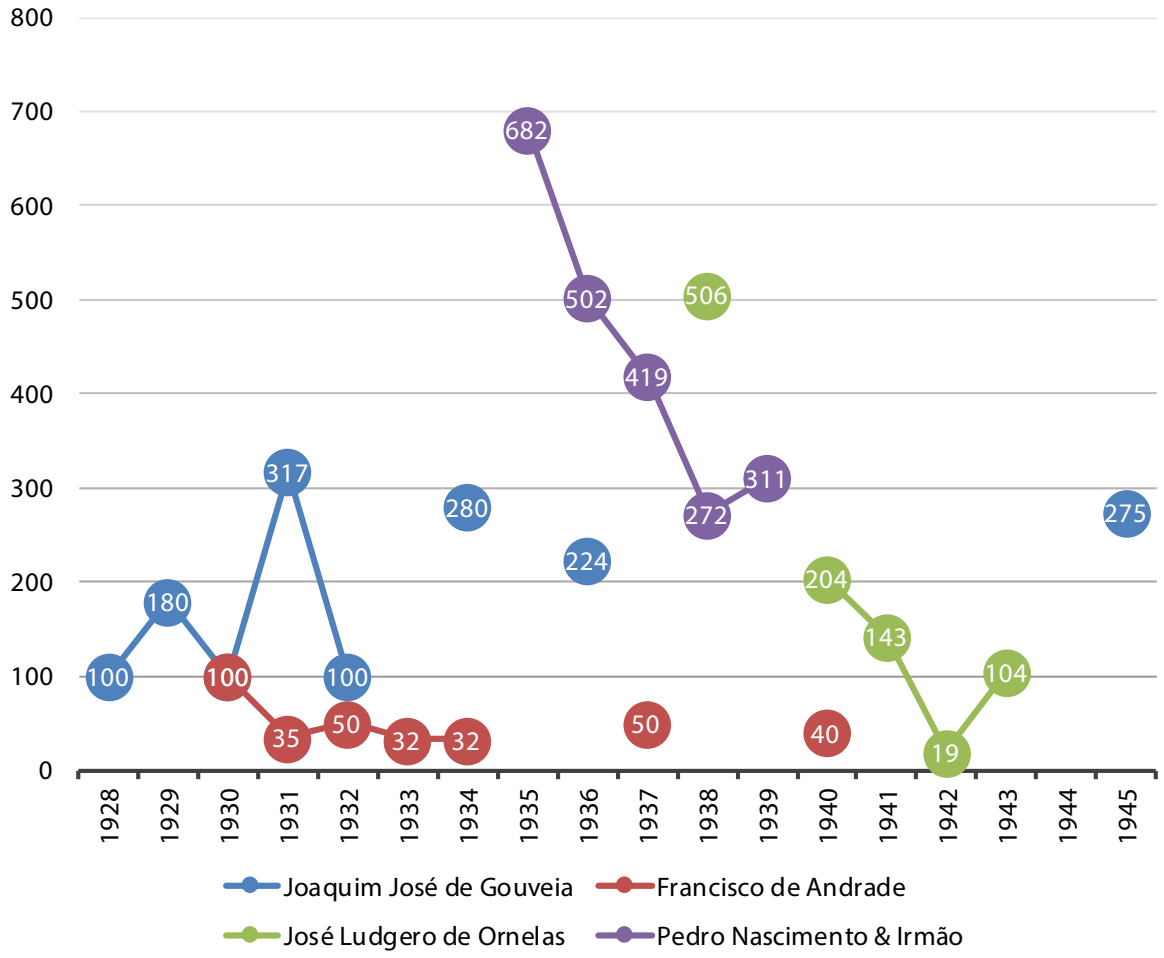
[167] *Diário de Notícias*, 1936-06-24, p. 9.

[168] *Diário de Notícias*, 1936-06-24, p. 9.

[169] CLODE, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*, pp. 246-247: afirma-se que Joaquim José de Gouveia tem um descendente de nome Joaquim Vasconcelos de Gouveia (1883-1955).

[170] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 520-521 e 568.

Gráfico n.º 9 – Empresários do calcário no concelho do Porto Santo (1928-1945)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

O forno parece funcionar de forma contínua entre 1928 e 1932, mas após essa data apenas se contabilizam embarques de calcário em três anos, o último dos quais em 1945. Curiosamente, em 1928, 1930 e 1933, carrega-se exatamente 100 t, correspondendo a dois embarques, mas o volume mais elevado regista-se em 1931. Tendo em conta o óbito de Joaquim José de Gouveia, em 1930, julga-se que os herdeiros continuam o negócio da cal, uma vez que nos documentos fiscais conserva-se a mesma grafia devido à tradição de se adotar o nome do progenitor em diferentes gerações, distinguindo-se muitas vezes ao se associarem os sobrenomes Sénior e Júnior.

Os embarques de Francisco de Andrade seguem, de certo modo, o padrão estabelecido por Joaquim José de Gouveia. A partir de meados da década de 1930, apenas se carrega calcário em dois anos (Gráfico n.º 9). As pedreiras, igualmente localizadas no Ilhéu de Baixo, encontram-se licenciadas desde 1914 e 1916. Todavia, embarca-se cerca de 23 t de cal em 1932, provavelmente fabricada no Campo de Baixo, no Porto Santo. Encontram-se igualmente referências a Francisco de Andrade na fundação da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., e enquanto sócio-gerente da firma Andrade & Filho, pelo que se levantam dúvidas em relação à correta identificação dos empresários e empresas na documentação fiscal do município do Porto Santo[171].

Os embarques anuais de Francisco de Andrade revelam-se pouco elevados, ficando-se entre as 100 t (1930) e o mínimo de 32 t (entre 1933-1934), o que se traduz em volume total inferior a 1%. Em 1936, já viúvo, conjuntamente com João Basílio Sebastião Spínola e esposa, Maria da Conceição Teixeira Spínola, vendem-se, entre outros bens, «um prédio urbano que consta de um forno de cozer cal, coberto de telha, um armazém desabafado e duma pequena casa duma água que serve de arrecadação, situado no campo de Baixo», um «prédio rústico de terra semeadiça e respectivo tanque que serve de depósito de agua para o dito forno de cal» e um «ca[i]s que se acha em ruinas», localizado na foz do Ribeiro Salgado, no Porto Santo, incluindo todos os utensílios do forno de cal e a transferência do respetivo alvará para Eduardo César Ribeiro[172]. Contudo, o novo proprietário apenas explora este forno entre 1936 e 1938.

No caso de José Ludgero de Ornelas (1904-1982)[173], regista-se o embarque de quase metade da tonelagem de calcário em 1938, seguindo-se uma redução significativa nos anos imediatos, embora se denote alguma recuperação em 1944 (Gráfico n.º 9). Este empresário desempenha o cargo de sócio-gerente na Empresa de Construção Civil. Lda., a qual consegue ganhar contratos para a realização de diversas empreitadas da Junta Geral, designadamente a abertura de estradas e a construção de recintos desportivos na ilha da Madeira.

---

[171] Veja-se: PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 542, 547 e 560: constata-se as participações sociais de Francisco de Andrade e da firma Andrade & Filho na constituição da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.

[172] ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936: vende-se por 5000 escudos.

[173] ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 4062, fl. 502, 23 de julho de 1982.

A firma Pedro Nascimento & Irmão apenas embarca calcário durante um lustro (Gráfico n.º 9). Em 1934, submete-se um processo de licenciamento de um forno de cal no Porto Novo, freguesia de Gaula e concelho de Santa Cruz[174]. Apesar de algumas vicissitudes, consegue-se o alvará e no ano imediato inicia-se a expedição de matéria-prima. Na verdade, trata-se de um forno desativado há alguns anos, nas imediações do engenho de destilação de aguardente de Constantino José Lobo[175].

Como se refere, esta iniciativa, com a qual se pretende criar entre três a cinco postos de trabalho e fornecer o mercado local, designadamente o Caniço, Gaula e a Camacha, não tem bom acolhimento da parte de outros industriais da cal da Madeira e Porto Santo, alegando-se a diminuição da procura, o número excessivo de fabricantes e, inclusive, a redução das receitas fiscais da Câmara Municipal do Porto Santo. Além disso, acrescenta-se que o forno em questão «nem ao menos vem modificar a forma rotineira do antigo fabrico de cal»[176]. Na verdade, o Decreto n.º 21515, de 26 de julho de 1932, extingue a exceção na lei do condicionamento industrial para os estabelecimentos em que se emprega menos de cinco operários ou cinco cavalos-vapor de força motriz, com o propósito de se impedir a «pulverização de pequenos estabelecimentos industriais»[177].

Em defesa dos seus interesses, a firma Pedro Nascimento & Irmão alerta para a tentativa de se formar um monopólio dos fabricantes de cal, nomeando-se as firmas Blandy Brothers & Companhia, Lda., J. Farinha & Companhia, Lda., Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., Alfredo Marcelino Camacho (representando a firma Alfredo Camacho & Companhia e o forno de João Abel de Freitas), e os fabricantes

[174] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 239, apresenta-se requerimento a 21 de maio de 1934 e vistoria-se no ano imediato. *Diário de Notícias*, 1934-12-08, p. 4: informa-se as confrontações: Constantino José Lobo a norte, o ramal do Porto Novo a sul, a Estrada Nacional 23 a este, e a ribeira do Porto Novo a oeste.

[175] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52.

[176] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 823-824.

[177] *Diário do Governo*, 1932-07-26, n.º 173/1932, Série I, Decreto n.º 21515. Veja-se: RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 314-315.

Pedro Góis de Mendonça[178], João Albino da Silva Júnior, Joaquim Vasconcelos de Gouveia e José Pinto. Alega-se ainda a dinamização económica e comercial da freguesia, a criação de cerca de uma dezena de postos de trabalho e a facilidade de abastecimento para os residentes, evitando-se os custos com a deslocação e transporte de cal de Santa Cruz e Funchal[179].

Nas vistorias realizadas em 1935, constata-se que o forno se encontra instalado «em um barracão coberto de folha de ferro» e «suficientemente arejado», «não virá a exceder quatro operários» e «trabalha continuamente». Porém, a tonelagem envolvida neste tráfico diminui consideravelmente e a firma Pedro Nascimento & Irmão parece ter desistido deste negócio no final da década de 1930. Segundo um auto de notícia da Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, declara-se que o forno deixa de laborar em 1940[180].

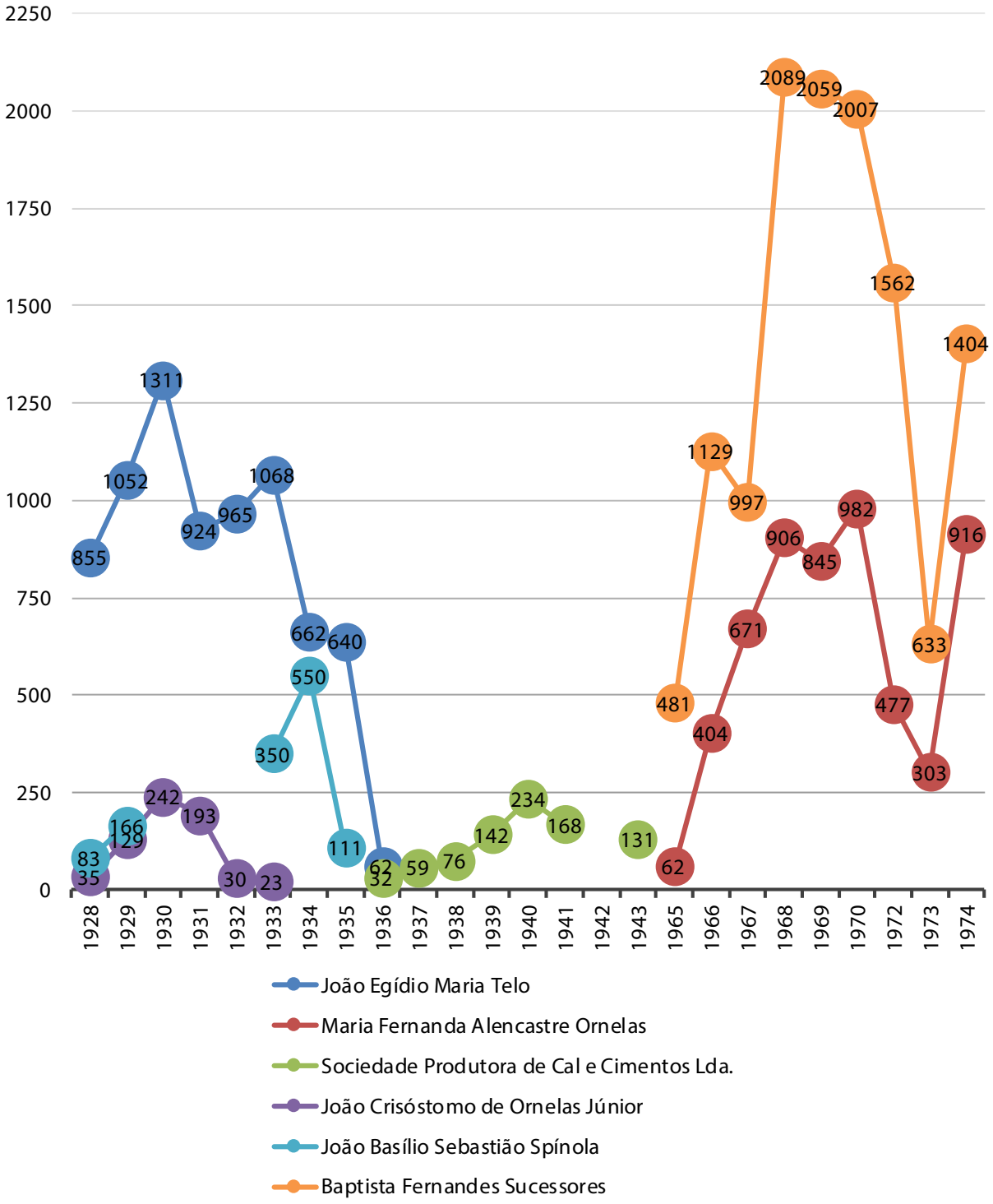
Como se refere, os empresários a fabricar cal no Porto Santo por períodos de tempo inferiores a uma década são em número ligeiramente superior aos do embarque de calcário (Gráfico n.º 10). Curiosamente, iguala-se o número de empresários nestes dois setores quando se compara a longevidade dos respetivos tráficos. Neste caso, atesta-se o declínio do fabrico de cal na primeira metade da década de 1930, acompanhado do encerramento de quatro fornos de cal. Na década seguinte, apenas uma empresa se mantém em atividade, mas a tonelagem anual permanece relativamente baixa. Após um período de inatividade de cerca de duas décadas, retoma-se o fabrico de cal em 1965, e a tonelagem embarcada para a Madeira supera claramente o volume inicialmente despachado. Como se disse, este investimento da parte de dois empresários relaciona-se com o fim do extrativismo no Ilhéu de Baixo e o correspondente encerramento dos fornos de cal na Madeira. Este nicho de mercado possibilita a rápida expansão do negócio da cal, mas no início da década de 1970 constata-se alguma saturação e até quebra no consumo de cal no Funchal.

[178] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 92, licencia-se o forno de cal no sítio de Nossa Senhora da Piedade, no Porto Santo.

[179] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52: recolhe-se cerca de uma centena de assinaturas em apoio à firma Pedro Nascimento & Irmão.

[180] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52.

Gráfico n.º 10 – Empresários da cal no concelho do Porto Santo (1928-1974)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A expedição de produtos calcários por João Egídio Maria Telo (1865-?[181]) decorre entre 1928 e 1936 (Gráfico n.º 10). O estabelecimento industrial deste fabricante localiza-se no Campo de Baixo[182], no Porto Santo, onde o seu irmão Daniel Jorge Maria Telo também explora um forno de cal. Na generalidade dos anos, embarca-se cal fabricada naquela ilha – o equivalente a cerca de 5% do volume total –, mas igualmente cerca de 700 t de calcário em 1932, coincidindo com os embarques registados pelo irmão. A partir do ano seguinte, observa-se o declínio acentuado no embarque de cal, que se pode relacionar com a diminuição do preço do moio de cal comercializado no Funchal.

Maria Fernanda Alencastre Ornelas (1928-1981)[183] dedica-se em exclusivo ao fabrico de cal, cujos embarques se iniciam em 1965 e se mantêm até à década de 1980. No que respeita ao período anterior a 1974 (Gráfico n.º 10), destaca-se a rápida progressão do fabrico, pois passa-se de 62 t no primeiro ano para cerca de 900 t em 1968, traduzindo-se em cerca de 4% do volume total da cal fabricada no Porto Santo. Não obstante, também se fornecem algumas dezenas de moios à Câmara Municipal do Porto Santo no início da década de 1960, apesar de só se iniciarem os embarques de cal para a Madeira em meados desta década[184].

No que respeita aos montantes apurados, relembra-se que não se conseguiu localizar os coutos de cadernetas referentes a 1971, e apenas se cobre a primeira metade de 1973. Porém, em posse destes dados, e atendendo ao referido no parágrafo anterior, esta empresária reúne as condições para integrar a categoria de fabricantes com pelo menos uma década de atividade.

A Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. também se encontra entre as empresas que embarcam cal, embora a tonelagem envolvida seja relativamente baixa (Gráfico n.º 10)[185]. Após se reativar a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. em junho de 1931, por cessão do contrato de exploração, celebrado em 1927 com Ralph Henry Dickson e Herman de Koenig para o fabrico anual de até 6000 t de cimento na fábrica da Fontinha[186], a Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. toma a iniciativa de arrendar esta fábrica em 1935. No final desse ano, Luís de Freitas Branco, enquanto administrador, solicita autorização para instalar canos

[181] ABM, Paróquia do Porto Santo, liv. 9027-A, fls. 10-10v.º, 10 de outubro de 1895.
[182] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 111.
[183] ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Santo, liv. 3835, fls. 7-7v.º, 5 de maio de 1951.
[184] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 545.
[185] PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», pp. 78 e 84: afirma-se que se fabrica cerca de 1300 t de cimento e cal hidráulica.
[186] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 548.

em cimento para se canalizar água para a fábrica e protesta o pagamento de taxas relativas a embarques de cimento e cal hidráulica, cujo fabrico entende não se aplicar o estipulado no Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927[187]. Porém, a fiscalização municipal taxa o embarque de cal entre 1936 e 1943, coincidindo com o hiato temporal nos embarques de cal de Luís de Freitas Branco enquanto empresário em nome individual, que se refere noutra parte deste artigo.

A reativação da fábrica da Fontinha suscita o protesto dos principais fabricantes de cimento de Portugal – Empresa Cimentos de Leiria; Secil-Companhia Geral de Cal e Cimento; e Companhia Cimentos Tejo –, alicerçados no condicionamento industrial então em vigor, o qual faz depender de autorização prévia do Governo quaisquer variações na capacidade instalada, independentemente de se tratar de empresas no ativo ou novas, como é o caso[188]. No entanto, obteve-se o licenciamento da fábrica após autorização da Direção Geral da Indústria, a 20 de julho de 1936, estipulando-se o prazo de seis meses para se concluir o processo[189]. Nesse sentido, adquirem-se alguns equipamentos, como sejam «um moinho preparador, um triturador e um doseador»[190].

Segundo os registos da Câmara Municipal do Porto Santo, esta firma embarca cerca de 600 t de cal hidráulica em 1938, 500 t em 1939, e 200 t em 1940, embora não se refira este produto nas cadernetas da fiscalização. Porém, alguns fabricantes de cal contestam o não pagamento de taxas na expedição de cimento e cal hidráulica, alertando-se para as vantagens competitivas na comercialização destes produtos e diminuição das receitas fiscais. A Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. reclama da taxa municipal de 15 escudos por tonelada, que equipara este produto à cal fabricada no Porto Santo, e o Governador do Distrito salienta que se emprega na fábrica cerca de 30 operários, ainda que em apenas dois a três meses, mas de grande relevância no contexto do mercado de trabalho local, sobretudo com a crise e dificuldades de abastecimento decorrentes da II Guerra Mundial[191].

---

[187] ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 7, fl. 57v.º, 14 de dezembro de 1935; fls. 59-59v.º, 21 de dezembro de 1935.

[188] RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 307-308. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VII*, pp. 319 e 394: afirma-se que as empresas se modernizam nas décadas de 1920 e 1930. CONFRARIA, 2005, «Política económica», pp. 400-401. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 773 e 814-823.

[189] ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 81, regista-se outro despacho ministerial, de 11 de maio de 1937.

[190] *Diário de Notícias*, 1936-06-05, p. 3.

[191] PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 536 e 548-550.

João Crisóstomo de Ornelas Júnior (1866-?)[192] embarca cal do Porto Santo durante um período quinquenal, à exceção de cerca de 100 t de calcário em 1932 (Gráfico n.º 10). O seu forno localiza-se no Ribeiro Cochim ou Cochino, implantando-se numa área de 95 m^2, cuja construção remonta a 1919. Apesar de não se verificarem embarques de cal para a Madeira, este forno continua em nome do empresário em 1937[193].

O empresário João Basílio Sebastião Spínola (1871-?)[194] consta alguns anos como expedidor de cal no período de 1928 a 1935 (Gráfico n.º 10). Ainda assim, embarca-se 221 t de calcário para a Madeira em 1934. Como se refere em relação a Francisco de Andrade, a alienação do seu forno de cal justifica o término desta atividade em 1936[195].

A firma Baptista Fernandes, Sucessores aparece listada apenas no embarque de cal e carbonato de cálcio, entre 1965 e 1974 (Gráfico n.º 10). Neste período de tempo, ensaia-se o fabrico de carbonato de cálcio, cujo volume representa cerca de um quinto do montante total. O início da atividade surge na imprensa local, publicitando-se a cal do Porto Santo e apresentando-se a firma como distribuidora do produto, com armazém de revenda na rua Direita, no Funchal. Informa-se ainda que a tecnologia de fabrico replica o fabrico da cal hidráulica, conferindo-lhe propriedades únicas, tais como «mais macia e melhor rendimento (não rebenta caroço)»[196]. Ainda que omisso na documentação fiscal, a firma comercializa cal com a marca *Ilhéu* em 1968. Este produto, que se produz pelo «Processo de Fabricação de Cal Hidráulica», colhe encómios em anúncios na imprensa, tais como a «Melhor para Reboco, mais Macia, Melhor Goma e Mais Rendimento nas Presas»[197].

A empresa estabelece-se na rua 5 de Outubro, onde se inicia a venda de carbonato de cálcio em sacas de 50 kg com a marca *Agro-Santo*, igualmente em 1968 (Imagem n.º 4). Como se observa, este produto destina-se a corrigir a acidez (pH) da área agrícola na ilha da Madeira. Em outubro do mesmo ano, anuncia-se que a «Secção de Lavoura» da firma Leacock & Companhia, Lda. também distribui o

[192] ABM, Paróquia do Porto Santo, liv. 6321-A, fls. 6v.º-7, casa-se em 1887.

[193] RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 54-55: refere-se o alvará de construção de Álvaro Mendes, a compra por Figueira & Irmãos em 1940, e por Alfredo Marcelino Camacho em 1948, e a demolição para se construir o Hotel Porto Santo.

[194] ABM, Paróquia do Porto Santo, liv. 9031-A, fls. 6-7, 23 de abril de 1899.

[195] ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936.

[196] *Diário de Notícias*, 1965-08-30, p. 5: vende-se o moio a 205 escudos no cais regional e 230 escudos no depósito de cal localizado na rua Direita.

[197] *Diário de Notícias*, 1968-08-11, p. 10.

mencionado fertilizante corretivo[198]. Deste modo, aumentam-se as remessas deste produto até perfazer cerca de 60 t em 1972, mas depois denota-se um declínio no fabrico. Não obstante, esta empresa manteve-se em atividade até ao final da década de 1980, explorando uma pedreira no sítio da Lapeira de Dentro, no Porto Santo[199].

Imagem n.º 4 – Publicidade na imprensa ao fertilizante corretivo da firma Baptista Fernandes, Sucessores



Fonte: *Diário de Notícias*, 1968-10-07, p. 5.

No que respeita aos empresários que exercem a exportação de calcário e cal por períodos compreendidos entre dois e cinco anos, destaca-se Júlio António Vasconcelos (cal em 1928, 1930 e 1931), João Abel de Freitas[200] (cal entre 1928-1930), Sérgio de Ornelas[201] (calcário e cal em 1928; calcário em 1938), Manuel Maria de Vasconcelos (cal em 1929, 1932 e 1933), José Rufino Gonçalves (cal entre 1930-1932), José Rufino Gonçalves e Manuel Maria de Vasconcelos (cal em 1931, e calcário em 1932), Manuel Tomás Aquino Pita[202] (calcário e cal em 1932, e cal em 1933), Eduardo

198 *Diário de Notícias*, 1957-02-18, p. 2: aponta-se a fundação da empresa em 1741. *Diário de Notícias*, 1968-03-27, p. 6.

199 PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 538.

200 ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 123, licencia-se um forno de cal no Campo de Baixo, no Porto Santo. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55: refere-se a construção do forno de cal de João Abel de Freitas, em 1923, e a sua destruição para se edificar o Hotel Porto Santo.

201 PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 546: apresenta-se como sócio-gerente da Empresa de Construção Civil, Lda.

202 ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 370, de 18 de

César Ribeiro (cal entre 1936-1938[203]), Manuel Freitas Paixão (cal entre 1941-1942), José Vicente Braz (cal em 1943, 1945-1946 e 1950), e Leacock & Companhia, Lda.[204] (calcário entre 1967-1968). Atendendo à tonelagem envolvida, o volume anual mais elevado computa-se em cerca de 500 t de cal de José Rufino Gonçalves, mas mais de metade dos embarques anuais dizem respeito a volumes inferiores a 100 t.

Por fim, no que concerne à expedição de produtos calcários num único ano, elenca-se José António Vasconcelos e Pedro José Alencastre (510 t de cal em 1928), Simão António de Vasconcelos & Companhia (144 t de cal em 1928), Marcelino Paulo Vasconcelos (79 t de cal em 1932), Gastão Luís Bernardes (202 t de calcário e 277 t de cal em 1932), Honório Albino da Silva (9 t de cal em 1933), José Pinto Andrade & Filho (50 t de calcário em 1937), José de Castro (2 t de cal em 1940), António Gomes Loja (10 t de cal em 1941), João Albino da Silva[205] (12 t de cal em 1941), Alfredo José Pinto (50 t de calcário em 1942), José Antero Alencastre Pestana (213 t de cal em 1944), e Prebel – Sociedade Técnica de Prefabricação e Construção, Lda. (9 t calcário em 1968)[206]. Assim, considera-se que a generalidade dos valores diminutos não tem fins comerciais, mas admite-se a possibilidade de os fiscais da cal grafarem indistintamente os nomes dos exportadores e das firmas que representam.

Conclusão

A exploração das pedreiras de calcário no concelho do Porto Santo representa uma oportunidade de negócio que atrai o investimento de cerca de meia centena de empresários em nome individual e sociedades comerciais entre 1928 e 1974. A aposta neste setor visa melhorar a situação económica no concelho do Porto Santo, mas a maior parte das empresas e empresários estabelecem-se no principal

---

março de 1936, licencia-se o fabrico de blocos e artigos em cimento. ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º 54, de 12 de agosto de 1941, licencia-se uma serragem de madeiras e fábrica de blocos.

[203] Adquire-se um forno de cal no Campo de Baixo (ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936).

[204] RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 55-56: afirma-se que se recupera um forno de cal na Calheta, apesar de não se fabricar cal no Porto Santo.

[205] ABM, Registos Notariais, liv. 6492, fl. 54v.º, 7 de novembro de 1935: adquire-se um forno de cal no Campo de Baixo a Alfredo Marcelino Camacho, que também representa a sua esposa e a firma Miguel de Freitas Júnior & Companhia. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55.

[206] *Diário de Notícias*, 1964-03-31, p. 2: constitui-se a 17 de março, tendo por objeto «a exploração de pré-fabricação de elementos de construção e a execução de obras de construção civil por empreitada ou por conta alheia». *Diário de Notícias*, 1966-08-31, pp. 1-2: informa-se que a sede da empresa ocupa uma área de 7000 m^2, compreendendo 2500 m^2 de área coberta.

mercado da cal, isto é, no Funchal. Não obstante, as taxas cobradas pela Câmara Municipal do Porto Santo representam uma fatia considerável do seu orçamento, mas também aqui se verifica um decréscimo relacionado com a inflação nas décadas anteriores a 1960, sem se descurar o desenvolvimento de outros setores económicos, particularmente o turismo com a inauguração do aeroporto naquele ano.

A nossa investigação sobre esta atividade enquadra-se no género historiográfico da micro-história, ou estudos de história local, apesar da indisponibilidade de fontes primárias por inexistência de arquivos empresariais. Por este facto, recorre-se à documentação produzida pela Câmara Municipal do Porto Santo, cartórios notariais e imprensa, atualmente em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira. Os próprios fornos de cal desapareceram com a expansão urbana no Funchal e apenas se conservam em Câmara de Lobos e Calheta e restam vestígios arqueológicos no concelho do Porto Santo.

As pedreiras de calcário, o transporte marítimo, o fabrico e a comercialização de cal e outros derivados relacionam-se com a redução de custos e diversificação do objeto social das empresas. Esta situação parece ser comum às várias empresas que comercializam materiais de construção, à exceção da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., José Figueira & Companhia e das empresárias Maria Berta Pestana de Andrade e Maria Fernanda Alencastre Ornelas, que apenas fabricam cal no concelho do Porto Santo. Contudo, importa assinalar que os empresários em nome individual também diversificam os produtos fabricados no Porto Santo, oscilando entre calcário, cal e carbonato de cálcio, como são os casos de Alfredo Marcelino Camacho, José Maria Branco Júnior e Luís de Freitas Branco. No que respeita unicamente ao embarque de calcário, assinala-se Joaquim José de Gouveia, Nascimento & Irmão e José Ludgero de Ornelas, com fornos de cal respetivamente em Gaula e Câmara de Lobos.

Considera-se à parte os 23 casos de empresários e sociedades comerciais que expedem produtos calcários por períodos inferiores a um lustro, especialmente de tonelagens baixas, que se atribui a consumo particular. Não obstante, parece evidente a grande diversificação dos investimentos, presente inclusive na participação social e cessão de quotas em firmas concorrentes no fabrico de produtos calcários, como se observa no caso da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. Por outro lado, saliente-se a evidente similitude e possível confusão dos fiscais da cal na grafia dos nomes destes empresários e sociedades comerciais, que se reproduz na íntegra para efeitos de análise na comunicação e neste artigo.

A concorrência de materiais de construção importados e a diminuição do preço de comercialização da cal, na década de 1930, podem justificar os ensaios no

fabrico de cal hidráulica e cimento, e carbonato de cálcio. No entanto, a exploração de nichos de mercado e a propalada maior qualidade da cal do Ilhéu de Baixo não contrariam a tendência de diminuição no número de empresários que investem neste setor, particularmente a partir da década de 1940. Os seus planos de negócios também se alteram em função das conjunturas política e económica. Por exemplo, Alfredo Marcelino Camacho fabrica cal no Porto Santo e tem de deslocar a produção para o Funchal, enquanto José Maria Branco Júnior fabrica cal em Câmara de Lobos e transfere a operação para o Porto Santo. Já as firmas Andrade & Filho e J. Farinha & Companhia, Lda. desistem de fabricar cal no concelho do Porto Santo e concentram as suas produções no Funchal, respetivamente na travessa da Malta e rua do Ribeirinho de Baixo.

A generalidade dos fornos de cal do país enquadra-se na categoria de micro-empresa de gestão familiar, dificultando o investimento em inovação tecnológica. Além disso, qualquer alteração na capacidade instalada depende de autorização do Governo. No caso do arquipélago da Madeira, mais de uma dezena de fabricantes disputam o mercado da cal, apesar de se formar um cartel no Funchal nas primeiras décadas do século XX. Os empresários locais tentam impedir o licenciamento de novos fornos de cal, mas as principais empresas cimenteiras de Portugal também procuram inviabilizar o fabrico de cal hidráulica e cimento no Porto Santo, explorando-se sem sucesso a legislação que regulamenta o condicionamento industrial.

Em termos jurídicos, pode-se classificar a maioria dos expedidores de produtos calcários como empresários em nome individual e as empresas como sociedades em nome coletivo e por quotas. Porém, no caso dos primeiros, o respeito da grafia presente nos registos fiscais da Câmara Municipal do Porto Santo pode induzir em erro, uma vez que de momento não se consegue cruzar esta informação com outras fontes, designadamente de arquivos empresariais. Por isso, chama-se a atenção para a necessidade de se preservar os documentos que constituem a memória das empresas e das famílias que estão na sua origem. Importa igualmente salientar a ausência de uma definição consensual na historiografia sobre a empresa familiar, espelhando a própria inexistência de forma jurídica no quadro legal dos Estados.

A generalidade dos agentes económicos envolvidos neste tráfico comprova a curta existência da empresa familiar, que em muitos casos não ultrapassa o tempo de vida do fundador. Não obstante, existem alguns nomes de família e eventuais relações de parentesco que se podem entender no âmbito da retoma do negócio ou continuação por parte de consortes e herdeiros, embora parte dos casos que se consegue apurar aponte para a alienação ou abandono do negócio da cal, mas

também se comprova a continuação no caso de Maria Berta Pestana de Andrade. Apesar da menor frequência de sociedades em nome coletivo, pode-se inferir que algumas empresas familiares subsistem aos seus fundadores, nomeadamente por aditamento ao nome da firma das expressões "Sucessores" e "Herdeiros". Noutros casos, a tipologia de firma familiar fica patente em aditamentos como "& Filho" e "& Irmão". As duas firmas de capital britânico também se enquadram nesta tipologia, embora a família Blandy desista deste tráfico no início da década de 1940, e a firma Leacock & Companhia, Lda. apareça referenciada apenas entre 1967-1968.

A política económica de cariz protecionista, empreendida na Ditadura Militar e sistematizada com o Estado Novo, assenta em taxas alfandegárias, condicionamento industrial e controlo de preços, favorecendo-se a substituição de importações, mas igualmente a multiplicação de pequenas unidades industriais, à exceção dos setores do tabaco, cimento e açúcar. O resultado destas medidas estatais traduz-se em atraso na modernização do tecido empresarial e na própria economia do país, por comparação com as economias mais desenvolvidas, à exceção do terceiro quartel do século XX.

Apesar de se aprovarem taxas sobre os produtos calcários no concelho do Porto Santo em 1927 e 1960, estas décadas correspondem aos períodos de maior tráfico, relacionando-se com os investimentos em infraestruturas essenciais para o comércio e comunicações no arquipélago. Porém, o volume de calcário transportado para a Madeira diminui de forma considerável nos anos 60, em resultado dos custos do extrativismo, e igualmente da concorrência de outros materiais de construção e até de legislação sobre as indústrias poluentes. Constata-se ainda a redução do volume de produtos calcários transportados em cada embarcação, por oposição à maior frequência do tráfego marítimo entre as duas ilhas habitadas em permanência e o Ilhéu de Baixo.

O Funchal constitui o principal mercado da cal, mas abastecem-se outros fornos de cal com o calcário do Porto Santo, designadamente em Santa Cruz, Gaula e Câmara de Lobos. No que respeita à cal fabricada no concelho do Porto Santo, verifica-se que se pode desembarcar este produto em portos onde funcionam postos fiscais, como sejam o Caniçal, Machico, Ponta do Sol e Ponta Delgada. Esta situação decorre da responsabilidade da Alfândega do Funchal em apurar 2% da receita fiscal dos produtos calcários para financiar o hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Alfândega do Funchal: Elementos de Estudo para a Revisão da Tabela de Impostos Municipais, cx. 7064, doc. 13; Postos fiscais da Ponta Delgada, Caniçal, Machico, Funchal e Ponta do Sol, cx. 10584, cap. 4.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Porto Santo: Atas, 1923-1927, liv. 1; 1927-1929, liv. 2; 1929-1931, liv. 3; 1931-1933, liv. 4; 1933-1934, liv. 5; 1934-1939, liv. 6; 1934-1936, liv. 7; 1939-1942, liv. 8; 1946-1950, liv. 9; 1942-1946, liv. 10; 1950-1953, liv. 11; 1953-1957, liv. 12; 1954-1974, liv. 13; 1957-1959, liv. 14; 1959-1962, liv. 15; 1962-1963, liv. 16; 1963-1965, liv. 17; 1965-1967, liv. 18; 1967-1970, liv. 19; Atas das Sessões, 1913-1926, liv. 8; Coutos de Cadernetas Referentes à Exportação de Cal e Pedra Calcária, 1931-1974, cxs. 2028-2031 e cap. 2193; Receita e Despesa, 1926-1930, liv. 136; Registo de Receitas Arrecadas Mensalmente, 1938-1959, livs. 139-147, 272 e 958; Registo Diário da Exportação de Cal e Pedra Calcária, 1928-1963, livs. 246-251; Registo da Conta-Corrente com os Exportadores de Cal e Pedra Calcária, livs. 252-253.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatória do Registo Civil do Funchal: Registo de Nascimentos, liv. 4178 (1915); Registos de Casamento, liv. 42 (1925); Registo de Óbitos, liv. 4062 (1982).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatória do Registo Civil do Porto Santo, Registo de Casamentos, liv. 3807 (1923) e liv. 3835 (1951).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas: 1932-1939, liv. 2385, e 1940-1980, liv. 2386.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Correspondência Trocada com os Serviços Industriais, cx. 3082, pt. 3082-2.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia de Santa Maria Maior, Registos de casamento, liv. 2139 (1887).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia do Porto Santo, Registos de casamento, liv. 6321-A (1887), liv. 9027-A (1895) e liv. 9031-A (1899).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Notariais, Funchal, livs. 1499, 2454, 6214, 6215, 6216, 6217, 6218, 6221, 6492, 7738, 7806, 7807, 7812, 7813, 7815 e 8502.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Notariais, Porto Santo, livs. 7015, 7021 e 7024.

Boletim de Minas, 1967, vol. 4-1, Lisboa, Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Diário da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, 13.ª Sessão, 25 de junho de 1919.

Diário da República, 2020-04-27, n.º 82/2020, Série I: Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M.

Diário de Notícias: 1929-03-24, n.º 16405; 1931-08-18, n.º 17085; 1931-09-04, n.º 17100; 1933-03-19, n.º 17548; 1933-05-21, n.º 17597; 1933-06-18, n.º 17616; 1934-07-22, n.º 17929; 1934-11-04, n.º 18016; 1934-12-08, n.º 18044; 1935-07-07, n.º 18205; 1936-06-05, n.º 18473; 1936-06-24, n.º 18486; 1936-06-26, n.º 18487; 1937-09-10, n.º 18832; 1937-12-08, n.º 18970; 1937-12-25, n.º 18987; 1942-07-19, n.º 20589; 1944-10-22, n.º 21325; 1945-06-22, n.º 21550; 1947-10-12, n.º 22349; 1947-12-21, n.º 22416; 1950-08-17, n.º 23328; 1950-12-25, n.º 24453; 1955-04-23, n.º 25967; 1957-02-18, n.º 26604; 1957-07-14, n.º 26742; 1957-12-19, n.º 26895; 1964-03-31, n.º 29087; 1965-08-30, n.º 29584; 1966-08-31, n.º 29941; 1968-03-27, n.º 30503; 1968-08-11, n.º 30545; 1968-10-07, n.º 30599; 1969-01-19, n.º 30698; 1955-12-10, n.º 26188.

Diário do Governo: 1919-08-25, n.º 169/1919, Série I: Lei n.º 859; 1922-09-02, n.º 181/1922, Série I: Decreto n.º 8364; 1922-09-18, n.º 194/1922, Série I: Decreto n.º 8373; 1927-06-16, n.º 124/1927, Série I: Decreto n.º 13787; 1932-07-26, n.º 173/1932, Série I, Decreto n.º 21515; 1960-04-16, n.º 89/1960, Série I, Decreto-Lei n.º 42925.

Eco do Funchal, 1944-12-14, n.º 308.

Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira: Perestrellos Photographos, n.os inv. 630 e 5188; Photographia Vicente, n.os inv. 13551 e 31385.

TRIGO, Adriano A., TRIGO, Annibal A., 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, Typographia *Esperança*.

Bibliografia

AGUIAR, Álvaro e MARTINS, Manuel M. F., 2005, «A indústria», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 185-226.

AMARAL, Luciano, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», in PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), 2021, *História Económica Contemporânea, Portugal: 1808-2000*, Lisboa, Penguin Random House, pp. 233-269.

AMARAL, Luciano, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 1999, *Dicionário de História de Portugal – VII*, Lisboa, Livraria Figueirinhas.

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, Lisboa, Livraria Figueirinhas.

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 2000, *Dicionário de História de Portugal – XI*, Lisboa, Livraria Figueirinhas.

BARROS, Maria Bernardete Pestana Andrade Henrique de, 2001, *Dona Guiomar de Sá Vilhena. Uma Mulher do Século XVIII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

BASTIEN, Carlos, 2004, «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 41-58.

BINNEY, Marcus, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*, Londres, Francis Lincoln Publishers Ltd.

BRANCO, Jorge Freitas, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 763-887.

BRANCO, Luís Pedro, 2023, «As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 339-368.

CABRERA ARMAS, Luis Gabriel, CARNERO LORENZO, Fernando e DÍAS DE LA PAZ, Álvaro, 2001, «El tejido empresarial isleño: 1870-2000. Evolución y características», in CARNERO LORENZO, Fernando e NUEZ YÁNEZ, Juan Sebastián (coord.), *Empresa e Historia en Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, Fundación FYDE-CajaCanarias, pp. 20-39.

CAMPOS, Mónica Martinez de e COSTA, Eva Dias, 2018, «Os critérios para uma definição da empresa familiar», in *Seminário Internacional Roadmap para Empresas Familiares: Mapeamento, Profissionalização e Inovação*, Universidade do Minho, disponível em http://hdl.handle.net/11328/2349, consultado em 2024-07-02.

CARDOSO, José Luís, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», in PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), 2021, *História Económica Contemporânea, Portugal: 1808-2000*, Lisboa, Penguin Random House, pp. 187-231.

CHANDLER, Alfred D. e HIKINO, Takashi, 1997, «The large industrial enterprise and the dynamics of modern economic growth», in CHANDLER, Alfred D., AMATORI, Franco e HIKINO, Takashi (eds.), *Big Business and the Wealth of Nations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 24-57.

CLODE, Luiz Peter, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.

COLLI, Andrea, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, Cambridge, Cambridge University Press.

CONFRARIA, João, 2005, «Política económica», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 397-421.

CORREIA, Liliana, 2022, «A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 183-241.

FRANCO, Sónia Silva (coord.), 2018, *A História do Diário de Notícias na História da Madeira*, 3 vols., Funchal, Arteleia.

FREITAS, João Abel de, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial. Economia, Política e Sociedade*, Lisboa, Edições Colibri.

FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar. A Economia 1926-1974*, Lisboa, Edições Colibri.

GÁRATE OJANGUREN, M. Montserrat, 2012, «Historia de los empresarios: ¿una Historia Empresarial?», in LUXAN MELÉNDEZ, Santiago de (dir.), *Política, Empresa e Historia en Canarias*, Las Palmas de Gran Canaria, Mapfre Guanasteme, pp. 37-75.

GARRIDO, Álvaro, 2004, «Henrique Tenreiro: um empresário do sector público-corporativo da economia salazarista?», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 297-322.

GAROUPA, Nuno e ROSSI, Leonor, 2005, «Instituições e quadro legal», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 423-450.

GOMES, Celso de Sousa Figueiredo e SILVA, João Baptista Pereira, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira. Importância Social, Cultural e Económica*, Câmara de Lobos, Madeira Rochas – Divulgações Científicas e Culturais.

GOMES, J. Reis, 2024, *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica). À Margem dos Programas Escolares*, coleção "Obra Completa de J. Reis Gomes", n.º 20, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, disponível em https://tinyurl.com/5n8u5n4c, consultado em 2024-09-12.

GOUVEIA, Cláudia Faria, 2008, *Phelps: Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos.

JANES, Emanuel, 2009, *José Avelino Pinto (1941-1998): Um Construtor da Madeira Nova*, Funchal, edição do autor.

JONES, Geoffrey, 1997, «Great Britain: big business, management, and competitiveness in twentieth-century Britain», in CHANDLER, Alfred D., AMATORI, Franco e HIKINO, Takashi (eds.), *Big Business and the Wealth of Nations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 102-138.

LIMA, Francisco, 2022, *Empresas em Portugal – 2020*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

MANZANO CABRERA, Jorge L. e MIRELES BETANCOR, Francisco M., 2021, «Evolución de los hornos de cal a través del tiempo en las ciudades de Canarias», in *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, n.º 21 (1), pp. 81-103.

MARQUES, Ana Paula (coord.), 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, s.l., Gráfica do Diário do Minho, disponível em https://hdl.handle.net/1822/55802, consultado em 2024-07-03.

MARQUES, Ana Paula, 2018, «Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal», in *European Journal of Interdisciplinary Studies*, vol. 4 (2), pp. 80-90.

MARQUES, Ana Paula e COUTO, Ana Isabel, 2017, «SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business», in *European Journal of Economics and Business Studies*, vol. 3 (2), pp. 190-199.

MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença.

MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis (dir.), 2008, *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

MENDES, José Amado, 2001, «Arquivos Empresariais: História, Memória e Cultura de Empresa», in *Revista Portuguesa de História. Homenagem a Sérgio Soares*, Tomo XXXV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, pp. 379-388.

MENDES, José Amado, 2004, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 17-39.

MOTA, Nuno, 2016, «Obras públicas na Madeira: prioridades, opções, tendências (1903-1974)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, pp. 117-128.

MUÑOZ CAÑAVATE, António, MONTEIRO, Maria Gracinda Barata, FREITAS, Maria Cristina Vieira de e BORGES, Maria Manuel, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao *cloud computing*», in *Perspetivas em Ciência da Informação*, vol. 22 (3), pp. 210-251.

NEVES, Henrique Costa, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», in *Islenha*, n.º 13, pp. 134-137.

NEVES, Pedro José Marto, 2007, *Grandes Empresas Industriais de um País Pequeno: Portugal. Da Década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, Tese de Doutoramento em História Económica e Social, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

NIEBLER, Angelika / PARLAMENTO EUROPEU, 2015, *Relatório Sobre as Empresas Familiares na Europa*, disponível em https://tinyurl.com/2fbwdfc9, consultado em 2024-03-07.

NORA, Nuno Caetano e MARQUES, Ana Paula, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», in *XI Congresso Português de Sociologia – Identidades ao Rubro: Diferenças, Pertenças e Populismos num Mundo Efervescente*, Lisboa, disponível em https://hdl.handle.net/1822/85995, consultado em 2024-07-02.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2013, «A cal e a indústria sacarina. As experiências de João Higino Ferraz na Fábrica do Torreão (1900-1940)», disponível em http://tinyurl.com/rrsdeju2, consultado em 2024-06-13.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 493-542.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Islenha*, n.º 70, Funchal, Direção Regional da Cultura, pp. 74-91.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 471-499.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 501-590.

PORDATA, 2023, «Empresas: total e por dimensão», Fundação Francisco Manuel dos Santos, disponível em https://tinyurl.com/yztvyjzx, consultado em 2024-07-02.

RAMOS, Jorge José de Aguiar, 2021, «A estrutura empresarial da Madeira no período pós-adesão à Comunidade Europeia (1988-2008): análises e desempenho», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 693-815.

REIS, Ana Catarina Mateus, 2021, «A preservação do maior arquivo empresarial em Portugal – breve roteiro documental», in SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *O Arquivo Histórico CUF-Alfredo da Silva. Um Passado com Futuro*, Cascais, Princípia, pp. 45-64.

RIBEIRO, Ana Maria, 1992, «A cal no Porto Santo», in *Xarabanda*, n.º 2, pp. 16-18.

RIBEIRO, 1994, «A indústria da cal nos Açores. Elementos para o seu estudo», in *Islenha*, n.º 14, pp. 49-60.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *125 anos de Cerveja na Madeira*, Funchal, Empresa de Cervejas da Madeira.

RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal.

RODRIGUES, Elisabete Teixeira Gouveia, 2013, *Os Cossart: Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, Mem Martins, Publicações Europa América.

SARMENTO, Alberto Artur, 1906, *As Selvagens*, Funchal.

SARMENTO, Alberto Artur, 1930, «Cal e cimento no Porto Santo», in *Diário de Notícias*, 1930-01-12, n.º 16635.

SCHÖTER, Harm G., 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», in CHANDLER, Alfred D., AMATORI, Franco e HIKINO, Takashi (eds.), *Big Business and the Wealth of Nations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 176-204.

SILVA, Álvaro Ferreira da, 2021, «Arquivo, memória e história», in SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *O Arquivo Histórico CUF-Alfredo da Silva. Um Passado com Futuro*, Cascais, Princípia, pp. 11-16.

SILVA, Álvaro Ferreira da, 2021, «Guerra, Crises e Império: a economia portuguesa entre 1890 e 1930», in PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História Económica Contemporânea, Portugal: 1808-2000*, Lisboa, Penguin Random House, pp. 131-184.

SILVA, P.e Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, Joana Judite Gonçalves da, 2024, «O Arquivo Empresarial João de Freitas Martins», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 101-120.

SOUSA, Élvio Duarte Martins e MENEZES, Fátima Filipa de (ed.), 2009, *Inventário do Património Imóvel da Ilha do Porto Santo*, Porto Santo, Câmara Municipal.

SOUSA, José Luís Ferreira de, 2012, *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974)*, Funchal, Tiago Sousa.

SOUSA, José Luís Ferreira de, 2015, *Henrique Figueira da Silva: o Banqueiro da Madeira*, Funchal, Tiago Filipe de Freitas Sousa.

TORRES, Jorge, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei…», in *Xarabanda*, n.º 14, pp. 59-64.

TRINDADE, Cristina (coord.), 2019, *Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*, vol. Zero, Lisboa, Edições Esgotadas.

USSMAN, Ana Maria, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», in *Estudos de Gestão*, vol. III (1), pp. 19-25.

VALDALISO, Jesús M., 2004, «El factor empresarial y el desarollo económico de España en los siglos XIX y XX», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 139-174.

VIEIRA, Alberto (coord. pref. e notas) e SANTOS, Filipe dos (leitura, trans. e notas) 2005, *Açúcar, Melaço, Álcool e Aguardente. Notas e Experiências de João Higino Ferraz (1884-1946)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, Alberto (coord. pref. e notas) e SANTOS, Filipe dos (leitura, trans. e notas), 2005, *João Higino Ferraz. Copiadores de Cartas (1898-1937)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 853-885
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Tempestade Perfeita – A Ilha da Madeira e o *Crash* da Bolsa de 1929, vistos pela Imprensa Madeirense

The Perfect Storm – Madeira Island and the Stock Market Crash of 1929 as seen by the Madeiran Press

Carlos Barradas[1]

Resumo

Este artigo analisa as notícias da Imprensa madeirense – *O Jornal*, o *Diário de Notícias* e o *Diário da Madeira* –, entre 1929 e 1930, sobre o *crash* da Bolsa de Nova Iorque e as suas consequências para a ilha da Madeira. Estes periódicos, apesar de mostrarem sinais de estarem cientes da crise global, não perceberam completamente a sua magnitude e o impacto que teria na economia local. O texto explora como a crise afetou diferentes setores na ilha e destaca a falta de apoio do Governo Central face às dificuldades da região. A análise também aborda a crise bancária madeirense e a influência de António de Oliveira Salazar, que, enquanto procurava estabilizar as finanças portuguesas, deixou os bancos madeirenses sucumbirem à crise. O texto conclui, com um olhar crítico, que as elites madeirenses, embora informadas, não conseguiram prever e evitar as consequências da tempestade perfeita que se abateu sobre o arquipélago. O estudo revela, igualmente, que a crise expôs vulnerabilidades históricas e impulsionou uma reconfiguração política e social na ilha.

Palavras-Chave: Ilha da Madeira; Economia; *Crash* da Bolsa (1929); Imprensa Madeirense; Bancos; Indústria; Crise.

[1] Licenciado em Ciências da Cultura e mestre em Estudos Linguísticos e Culturais pela Universidade da Madeira. Atualmente desempenha as funções de coordenador do Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta, em Câmara de Lobos. É investigador no Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta e sócio fundador da Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares – ADEGI. Participa no projeto *Aprender Madeira*, através da preparação do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, onde ficou responsável pela elaboração de diversas entradas. Está a frequentar o doutoramento em Estudos Globais na Universidade Aberta. Contacto: carlosbarradas23@gmail.com.

Abstract

This article analyses the news in the Madeiran press – *O Jornal, Diário de Notícias* and *Diário da Madeira* –, between 1929 and 1930, about the *crash* of the New York Stock Exchange and its consequences for Madeira Island. Although these newspapers showed signs of being aware of the global crisis, they didn't fully realise its magnitude and the impact it would have on the local economy. The text explores how the crisis affected different sectors on the island and highlights the central government's lack of support. The analysis also looks at the Madeiran banking crisis and the influence of António de Oliveira Salazar, who, while trying to stabilize portuguese finances, let Madeiran banks succumb to the crisis. The text concludes with a critical look at how Madeiran elites, although informed, failed to foresee and avoid the consequences of the perfect storm that hit the island, whilst reveling how the crisis exposed historical vulnerabilities and drove a political and social reconfiguration on the island.

Keywords: Madeira Island; Economy; New York Stock Exchange Crash (1929); Madeiran Press; Banks; Industry; Crisis.

Introdução

No âmbito do *Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)*, promovido pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, atual Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, através do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, foi proposto trazer a debate um tema que se enquadrasse nos objetivos escolhidos pelos organizadores do evento, ou seja, situar a análise nas dinâmicas confluentes entre o global e o local no espaço Atlântico.

Espaço esse que, como é descrito na nota de abertura do livro do Congresso, «emerge como plataforma de fluxos, intercâmbios e trocas. Integrados numa malha cada vez mais ampla, e densa de relações, os arquipélagos atlânticos podem ser entendidos como laboratórios de modernidade»[2].

A este propósito, num interessante artigo de Alberto Vieira intitulado «Será o arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização?», o iminente historiador problematizava o papel da ilha da Madeira e dos madeirenses no processo de globalização ao longo dos 600 anos de História.

[2] *Caderno do Congresso Internacional* Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico […], 2023, p. 4.

Na sua reflexão escreve o seguinte: «As Ilhas são um espaço aberto, sem fronteiras, de mediação e de interculturalidade, abraçando, sem conflito, os múltiplos caminhos da globalização. As Ilhas são encruzilhadas e são pontes»[3].

Neste sentido, a ilha da Madeira desempenha um papel interessante no contexto de globalização: primeiramente, se a sua (re)descoberta/povoamento impeliu o que Alberto Vieira chamou de «desencravamento do mundo» no século XV, iniciando uma nova etapa no processo de globalização, com a senda dos Descobrimentos portugueses; por outro lado, a "vocação" global originária da ilha, torna-a um espaço percetível e sensível aos diferentes fluxos, de *dentro para fora*, ou seja, no que diz respeito à diáspora madeirense, ao comércio do açúcar e do vinho, como também de *fora para dentro*, com a chegada de estrangeiros que se fixaram na ilha da Madeira, ou aqueles que estiveram de passagem.

Todavia, ainda há outro aspeto que consideramos importante para compreendermos o posicionamento da Madeira face aos grandes acontecimentos globais, que tem eco na *Imprensa madeirense*, que de resto imprimiu nas suas páginas os grandes acontecimentos históricos do século XIX e XX. Este aspeto diz respeito ao posicionamento geoestratégico do arquipélago da Madeira face a Portugal, a meio caminho entre o centro e a periferia. Um "centro intermediário" entre a Europa e o mundo, que deu origem a uma forma de "ser" e "estar", que se reflete nas aspirações e mundividência do madeirense e tem eco nos jornais.

Periódicos esses que não só cobriam os acontecimentos locais, mas também os nacionais e internacionais. Três perspetivas diferentes que conviviam lado a lado, muito à semelhança do que hoje ao utilizador hodierno das redes sociais tem acesso no seu telemóvel ou no computador.

A ideia do "isolamento", que se associa ao arquipélago da Madeira, verifica-se e justifica-se em certos estratos do tecido social da ilha, por diversas razões de natureza de socioeconómica, agudizadas devido à orografia da ilha e à consequente falta de acessibilidades, contrasta com o cosmopolitismo das elites madeirenses, endinheiradas, com acesso à cultura, educação e aos meios de comunicação que os mantinham informados.

A Imprensa na ilha da Madeira tem, de resto, tradição e é oportuno recordar as emblemáticas palavras do P.e Fernando Augusto da Silva, no segundo volume do *Elucidário Madeirense*, quando escreve sobre o «Jornalismo»: «Nos domínios coloniais portugueses, isto é fora do continente do reino, foi nesta ilha que viu a luz

[3] VIEIRA, 2020, «Será o arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização», p. 118.

da publicidade o primeiro jornal – o *Patriota Funchalense*, aparecido no ano de 1821. Quando em 1830 saiu nos Açôres a primeira publicação periódica, já no Funchal se tinham publicado oito jornais»[4].

Neste sentido, muitos investigadores têm encontrado na Imprensa madeirense um laboratório de investigação rico, com especificidades muito próprias do local, onde podemos encontramos um olhar interessante sobre o mundo, a partir da periferia, mas não menos importante para percebermos a História no seu todo.

Assim sendo, este estudo resultou de um outro de menor dimensão no âmbito da unidade curricular "Globalização Económica e Contestação Social", do Doutoramento em Estudos Globais, que nos permitiu uma primeira incursão sobre o tema, ainda que de forma superficial. O objetivo do anterior estudo, e deste, mantém-se inalterado: problematizar a temática da globalização a partir do local, ou seja, analisar um evento de dimensões globais e os efeitos ou não que este teve no local. Assim, surgiu a ideia de estudar o *crash* da bolsa de 1929, pelo olhar da Imprensa madeirense.

E sendo esta considerada uma das maiores crises económicas globais do século XX, queremos perceber como esta foi apresentada pela Imprensa madeirense. Teria esta noção da "crise global"? E, em caso afirmativo, como retratou esta crise a nível internacional e local.

Esta questão em análise adensou-se pelo facto de a ilha da Madeira ter sido também arrastada pela crise originária do *crash*, levando à falência do sistema bancário madeirense, expondo fragilidades e "graves" falhas de gestão[5].

Ao contrário do que aconteceu no resto do país, a Madeira ficou vulnerável à tempestade que se originou nos Estados Unidos em 1929, tendo a maior casa bancária madeirense, a Casa Bancária Henrique Figueira da Silva, encerrado as portas praticamente um ano depois, a 30 de novembro de 1930.

Concentramos a nossa análise precisamente nos periódicos madeirenses publicados entre o momento do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, a 24 de outubro de 1929, a conhecida "Quinta-Feira Negra", até 20 de novembro de 1930, data em que se deu a falência da Casa Bancária Henrique Figueira da Silva.

Na primeira abordagem ao tema, focamos a nossa investigação no *Diário de Notícias* da Madeira. Todavia, para o escopo deste artigo, e de forma a podermos ter uma ideia mais completa do tema em estudo, decidimos acrescentar à nossa pesquisa dos outros dois jornais publicados diariamente.

[4] SILVA & MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, p. 191.
[5] FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […].

Neste sentido, os jornais que servem de *corpus* a este estudo são os seguintes (aqui apresentados entre a primeira e o último ano de publicação): *Diário da Madeira* (1912-1940); *Diário de Notícias* (1876-); *O Jornal* (1923-1952; futuro *Jornal da Madeira*, 1952-2015).

A nossa ideia foi guiar o leitor pelos acontecimentos, acompanhando-os diariamente durante o período em estudo, de modo a demonstrar o adensar da crise que se fazia sentir.

A Tempestade

Como já deixamos mencionado, o nosso foco temporal de estudo compreende o ano anterior à falência do banco Henrique Figueira da Silva, que lançou o caos na banca madeirense, lançando-a numa profunda crise, que teria a intervenção central de António de Oliveira Salazar, o ministro das Finanças da Ditadura Militar.

Todavia lembremos, ainda que de forma sucinta, as causas e consequências do *Crash* da bolsa nova-iorquina. Esta informação irá ser essencial para percebermos que género de notícias procuramos nos periódicos madeirenses.

O *Crash* de 1929, que teve a sua face mais visível e mediática com a queda da Bolsa de Wall Street, deveu-se a muitos fatores e todos eles intimamente relacionados[6].

Após o fim da I Grande Guerra, e durante os anos 20 do século XX, as dinâmicas económicas aproximaram uma Europa devastada a uma América no auge da sua produção industrial.

A interdependência foi-se adensando ao longo do tempo, com a recuperação da economia europeia, e o escoamento dos produtos americanos foi diminuindo. Esta dinâmica de superprodução de feição industrial afetou também a agricultura americana que sentiu dificuldade em exportar os produtos, tendo o preço descido, lançando milhares de agricultores para uma pobreza generalizada. As indústrias despediram milhares de pessoas, para tentar fazer face às dificuldades.

No dia 24 de outubro, as milhões de ações postas à venda não encontraram os especuladores dispostos a comprar, rebentando assim uma bolha que se avolumara com o tempo.

A desvalorização das ações da bolsa de Nova Iorque, deixou a descoberto a excessiva especulação em que reinava o mercado de valores e a banca americana.

6 GALBRAITH, 2021, *The Great Crash, 1929*.

Os sistemas bancários entraram em colapso, os produtos internos brutos de muitos países caíram abruptamente. Todas as nações, em maior ou menor grau, sofreram com os milhões de desempregados dos mais diversos sectores económicos.

Neste grau de catástrofe económica, financeira, política e social, os governos tentaram enfrentar a grave crise, com medidas que consideravam as melhores. Todavia, as medidas imediatas de recuperação implementadas, ao contrário do esperado, pioraram a situação social, resultando na ascensão meteórica de movimentos de extrema-direita, um pouco por toda a Europa.

No caso português e, de modo particular, no madeirense, as consequências do *Crash* estão relativamente bem estudadas. De modo geral, os historiadores concordam que Portugal, apesar de não ter ficado imune aos efeitos da crise global, sentiu-os de forma leve, ao contrário de outros países da Europa.

No artigo de José Luís Cardoso intitulado, «Ecos da Grande Depressão em Portugal: Relatos, diagnósticos e soluções», este explica que não só o sucesso com que Salazar geriu a crise, mas também, como este conseguiu utilizar essa conjuntura de crise, para fortalecer a sua liderança e consolidar a ditadura do Estado Novo[7].

O momento de crise coincidiu com o esfoço de restruturação da economia e das finanças portuguesas, através da política de estabilização financeira efetuada por António de Oliveira Salazar, tendo sido iniciada em 1928, com foco no equilíbrio orçamental e estabilização cambial, tenho minimizado, assim, os efeitos da crise[8].

No entanto, José Luís Cardoso explica que a Imprensa, nomeadamente, o *Diário de Notícias* (de Lisboa), que serve de *corpus* ao seu estudo, teve um papel um papel crucial na formação da opinião pública sobre a crise de 1929, ao noticiar o desemprego que alastrava e as dificuldades económicas de algumas empresas e bancos, construindo assim uma narrativa de crise que, embora atenuada, exigia a ação de Salazar. Situação essa que foi aproveitada por diferentes grupos de interesse, como industriais e comerciantes, que pressionaram o governo por medidas específicas.

Por sua vez, Salazar utilizou a crise para reforçar a intervenção estatal na economia e construir uma imagem de liderança forte e idónea. Assim, a crise e a sua gestão serviram como um catalisador para a consolidação do Estado Novo. O discurso da necessidade de um "Estado forte" para superar a crise e evitar o caos, aliado ao sucesso das políticas económico-financeiras de Salazar, contribuiu para a

[7] CARDOSO, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal […]».
[8] CARDOSO, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal […]», p. 375.

sua ascensão política e a imposição de um regime autoritário. Nas palavras do autor: «A Grande Depressão deu-lhe oportunidade de criar o seu *momentum*, e Salazar soube usá-la como pretexto e instrumento do seu triunfo político»[9].

Neste sentido, além do impacto económico, a crise de 1929 produziu efeitos duradouros e profundos em termos políticos. Todavia, na ilha da Madeira o cenário que encontramos é diametralmente oposto, com as consequências da crise a se sentirem de forma mais intensa e duradoura na economia.

Sobre a crise bancária na Ilha da Madeira encontramos alguma bibliografia fundamental que merece a nossa atenção, ainda que de forma sucinta. Num primeiro plano, encontramos toda a pesquisa efetuada por Duarte Manuel Freitas, que se desdobra em verbetes sobre os diferentes bancos madeirenses, publicados no âmbito do *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, com a coordenação de Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes[10].

No entanto, para termos uma visão de conjunto sobre a história da banca madeirense e a sua caracterização, é de leitura obrigatória o artigo desse mesmo investigador, intitulado «Banca Regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização»[11].

Neste artigo, Duarte Manuel Freitas concentra o seu estudo em quatro grandes ciclos da história da banca regional madeirense, durante os séculos XIX e XX. O primeiro, que compreende o século XIX, com a fundação da Casa Rodrigues Leitão & Filhos, que acabará por falir devido à crise vinícola, em 1875. Nesse ano, surgirá também o Banco Comercial da Madeira, que também sucumbirá à crise, antecipando já as dificuldades que o setor bancário demonstraria face à instável e dependente economia regional[12].

No segundo ciclo, compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, a Madeira irá assistir à proliferação de casas bancárias, muitas fundadas em estruturas familiares e outras atuando como correspondentes de bancos nacionais e estrangeiros.

Até 1929, existia uma presença algo anormal de estabelecimentos bancários, no Funchal, mas não se sabe precisar ao certo o número total, já que, segundo

---

9 CARDOSO, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal […]», p. 398.

10 Cf. FREITAS, 2013, «Banco Comercial da Madeira (1875-1887)»; FREITAS, 2013, «Banco da Madeira (1920-1966)»; FREITAS, 2013, «Banco Sardinha (1931-1933)»; FREITAS, 2013, «Blandy Brothers & Co. (1920-1966)»; FREITAS, 2013, «Casa Bancária Henrique Figueira da Silva (1898?-1930)»; FREITAS, 2013, «Casa Bancária Reid, Castro & C.ª (1905-1931)»; e FREITAS, 2013, «Casa Bancária Rodrigues, Irmãos & C.ª (1922-1933)».

11 FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX […]».

12 FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX […]», p. 372.

João Abel de Freitas, há registo que apresentam as filiais dos grandes bancos do continente, as caixas de económica e ainda as de câmbio[13]. A informação mais viável pensamos ser a de Duarte Manuel Freitas e de Rui Carita, que indicam que havia nove estabelecimentos bancários no Funchal à data de 1929: «Henrique Figueira da Silva; Sardinha & C.ª; Reid, Castro & C.ª; Blandy Brothers & Co.; Rodrigues, Irmãos & C.ª; Rocha Machado; Adida & C.ª; Rodrigues, Tavares, Freitas & C.ª; Teixeira, Machado & C.ª»[14].

A Casa Bancária Henrique Figueira da Silva emergirá como a maior casa bancária, seguida por Sardinha & C.ª e Reid, Castro & C.ª. A presença inglesa na banca fez-se representar pela Blandy Brothers & Co., que, de resto, demonstrou solidez financeira e longevidade, em períodos de crise.

A década de 1930, trouxe consigo uma grave crise financeira, e o terceiro ciclo e o mais crítico do sistema bancário, iniciada com rumores sobre a liquidez do banco Henrique Figueira da Silva, culminando na suspensão de pagamentos em 1930. O *crash* da bolsa de Nova Iorque e a subsequente recessão agravaram a situação, levando a uma corrida aos bancos e ao colapso de outras instituições.

O quarto ciclo da história da banca madeirense, situa-se no pós-guerra, e ficou marcado pela concentração bancária, com a absorção de instituições regionais por grandes grupos financeiros nacionais. Em 1966, o Banco da Madeira foi incorporado no Banco Lisboa & Açores, e a Blandy Brothers (Banqueiros), L.da no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, representando a perda gradual da identidade bancária regional.

Por fim, o "último" quinto ciclo assinalado por Duarte Freitas diz respeito à fusão das caixas económicas madeirenses a nível nacional, tendo a Caixa Económica Montepio Madeirense sido incorporada na Caixa Económica de Lisboa na década de 1970, enquanto a Caixa Económica Gonçalves Zarco foi assimilada na Caixa Económica do Funchal, em dificuldades. Esta última, transformada em sociedade anónima em 1988, deu origem ao Banco Internacional do Funchal, S.A. (BANIF).

Podemos acrescentar que este, eventualmente, que seria quinto e último ciclo que Freitas assinala, é de facto o penúltimo, já que o derradeiro momento da história da banca madeirense terá o seu epílogo em 2015, com a falência do BANIF, tendo os ativos bons sido vendidos ao banco Santander Totta, filial portuguesa do grupo internacional Santander.

---

[13] Cf. FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], pp. 49-53.

[14] FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX […]» e MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* [...], pp. 130-131.

Mas voltando ao momento crítico do nosso estudo, a crise bancária na Madeira, que compreende o terceiro período, façamos uma breve incursão sobre a gestão da crise, por parte do governo e da elite local, para assim termos uma ideia de como este momento irá condicionar a vida socioeconómica da Madeira.

O subtítulo da obra de João Abel de Freitas, *Salazar na Crise da Banca Madeirense – Uma Teia de Muitos Nós*, ilustra bem a complexidade do tema que estamos aqui a tratar. A tese de João Abel de Freitas defende que António de Oliveira Salazar foi o principal «coveiro» da banca madeirense; leiam-se as palavras do autor:

> «A minha tese sobre esta temática é a de que as casas bancárias foram para a falência ou para a reabilitação, sempre por intervenção do Governo, pela mão do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, na base de decisões pouco fundamentadas, erradas, facciosas, desequilibradas e desiguais. Ou seja, as decisões tomadas por Salazar não tiveram base sustentada, nem técnica nem jurídica»[15].

Ainda assim, Abel de Freitas admite que uma série de fatores, tais como o número insustentável de instituições bancárias, para a dimensão económica da ilha da Madeira e a gestão danosa destas mesmas instituições, adivinhava a falta de liquidez e a consequente falência das instituições. Nas suas palavras: «A banca da Madeira ruiu, nem outra coisa poderia ter acontecido, dada a dimensão reduzida da praça para tanto estabelecimento bancário. Só que ruiu da pior maneira»[16].

A forte crítica que Abel de Freitas faz à gestão de Salazar da crise bancária madeirense *a posteriori*, estende-se ao então governador civil do Funchal, o major José Maria de Freitas.

Segundo Rui Carita, a situação grave em que se encontrava o banco Henrique Figueira da Silva, fora primeiramente denunciada pelo semanário a *Lanterna*, a 2 de março de 1930, acusando o banco de falta de liquidez. Assim, a Associação Comercial do Funchal, começou logo por denunciar esta "campanha" ao governador civil, que ignorou a situação sem tomar alguma medida quanto às acusações que lhe eram feitas pelo semanário[17]. Segundo Rui Carita: «Perante a inoperância, ou não, dos poderes instituídos a 30 de março, a Associação demarca-se do assunto», apesar dos sucessivos apelos[18].

Esta inoperância adiou uma ação mais concreta e adequada à situação vivida na ilha da Madeira, uma vez que, de acordo com Rui Carita, o governador não

---

[15] Cf. FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], pp. 11-12.
[16] FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], p. 13.
[17] MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* […], p. 133.
[18] MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* […], p. 133.

comunicou devidamente o contexto, e «consciente ou inconscientemente, deixou propositadamente avançar a situação»[19].

No entanto, o cenário era diferente no continente, como explica Carita. Em 1929, o banco José Henriques Totta L.da enfrentou uma situação muito semelhante à da Casa Bancária Henrique Figueira da Silva, mas, nesse caso, contou com uma rápida intervenção do Estado. A pedido de Alfredo da Silva, então diretor do banco, Salazar autorizou uma injeção de 75 000 000 escudos para salvar a instituição e evitar que milhares de trabalhadores perdessem o emprego em caso de falência[20].

Por outro lado, o governador civil Artur de Almeida Cabaço, que veio substituir José Maria de Freitas, já depois da "Revolta da Farinha" em 1931, tendo permanecido no cargo depois da "Revolta da Madeira", teve um papel mais interventivo e mediador entre as elites locais, os banqueiros e Salazar[21].

Os meandros sobre toda conjuntura que influenciou as decisões de Salazar, com as diferentes soluções apresentadas para os diferentes bancos madeirenses, as tais "teias" que João Abel de Freitas refere, envolvem tanto interesses do Estado Novo, como locais: «A grande maioria dos intervenientes era os governadores, os deputados, alguns banqueiros ou até dirigentes da união nacional local, embora, entre estas pessoas, houvesse uma promiscuidade grande pois, em muitos casos, as pessoas eram as mesmas»[22].

Abel de Freitas dá a imagem de um Salazar que perante a crise madeirense, demora a reagir e que não gosta das réplicas dirigidas a si próprio por «gente afecta ao governo e/ou a si próprio»[23].

Todavia, até que ponto Salazar não estaria nesta aparente indecisão de forma a poder manobrar as elites madeirenses, cujo objetivo seria o redefinir de forças e influências, e puxar a si a lealdade dessas mesmas elites, que ficou consolidada depois da "Revolta da Madeira". Revolta que é, talvez, uma das últimas grandes manifestações reacionárias contra o Estado Novo.

E, também, não será legítimo questionar se as elites madeirenses, num meio pequeno e promíscuo, não tentavam procuravam resolver vinganças pessoais, estabelecer alianças, de forma a sobreviver no meio de uma profunda crise, salvando

[19] MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* […], p. 134.
[20] MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* […], p. 134.
[21] FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], p. 61.
[22] FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], p. 62.
[23] FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], p. 62.

fortunas, e, se possível, aumentar outras pelos despojos deixados pela queda dos bancos?

João Abel de Freitas, a propósito da luta que desenrolou entre «um grupo de personalidades madeirenses»[24], entre os quais Juvenal de Araújo, Luís Vieira de Casto, Eduardo Paquete e outros, refere:

> «Alguns nomes são bem conhecidos, outros menos e nem sempre se entendiam até pelas origens diversas e interesses económicos concorrentes. Católicos, Monárquicos, Integralistas, etc.
>
> A realidade é que este grupo estava bem disseminado, apenas não se conhecendo nenhum na Henrique Figueira da Silva.
>
> Na Madeira como no Continente, Salazar ia jogando com estas sensibilidades da direita no sentido de as dominar. […]
>
> Este jogo político tornou-se determinante no desfecho das soluções da crise da banca madeirense»[25].

A intervenção efetiva de Salazar na banca madeirense chegou mesmo a se concretizar com diferentes pesos e medidas. No decreto datado de 12 de setembro de 1933, n.º 23 026, Salazar fundia os bancos Sardinha, Rodrigues & Irmãos C.ª e o Banco Madeira, originando assim o novo Banco Madeira. Esse mesmo decreto reconhecia «[a] vaga depressiva que tam fundamente atingiu os valores e créditos da ilha da Madeira, menos protegida do reflexo dos factores de desequilíbrio económico mundial que o continente»[26].

O Banco Henrique Figueira da Silva, que detinha um volume de depósitos, segundo Duarte Manuel Freitas, à data de 1929, de 75 911 000$00 escudos, que correspondia «à soma dos valores, da mesma rúbrica, existentes nos restantes estabelecimentos insulares»[27].

Pela importância que o banco Henrique Figueira da Silva representava para a economia madeirense, a sua total falência originou uma profunda crise na economia da ilha da Madeira, nas indústrias da ilha e, sobretudo, na vida económica e social de muitas famílias.

Já durante a década de 20, já se vão sentido alguns sinais de crise, devido à excessiva dependência das importações de produtos como a carne e o trigo, a diminuição das exportações de vinho Madeira e do bordado, e a retração dos

---

[24] FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], p. 69.
[25] FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirens*e […], p. 70.
[26] «Decreto-lei n.º 23036», 12-09-1933, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 207, pp. 1625-1626.
[27] FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX […]», p. 379.

capitais americanos ocasionada pela "Lei Seca", a somar-se à crise da aguardente e do dito "regime sacarino", em quase permanente crise.

Para além disso, a ilha da Madeira sofria de problemas estruturais profundos e sentia-se a falta de um plano de recuperação económica que visasse o melhoramento das infraestruturas e possibilitasse a expansão de uma indústria que viria triunfar na ilha da Madeira durante o século XX, o turismo, nomeadamente, a inexistência de um porto moderno que pudesse captar mais companhias turísticas.

De resto, a crise dos bancos irá resultar num período conturbado na ilha da Madeira de contestação social, de que são exemplos a sublevação popular contra o chamado "Decreto da Fome", n.º 19 273 de 26 de janeiro de 1931, que conduziu à "Revolta da Farinha", em fevereiro de 1931 e, poucos meses depois, mais precisamente, entre 4 de abril e 2 de maio, a sublevação de militares exilados na ilha da Madeira que ficou conhecida como a "Revolta da Madeira".

É tempo, agora, de analisarmos o *corpus* que constitui nosso estudo, para percebermos até que ponto a Imprensa madeirense estava atenta ao desenrolar da crise de 1929.

Não sem antes referir que o surgimento da Telefonia Sem Fios (TSF), entre os anos 20 e 30 do século XX, foi uma importante inovação tecnológica na área das comunicações, semelhante ao que acontecera com a telegrafia no século XIX, contribuindo para o estreitamento do mundo, ao acelerar a circulação de notícias. Muitas das notícias que encontramos sobre o tema em estudo estão inseridas nas rubricas comunicadas *via* rádio ou telegrama vindas do estrageiro.

Com efeito, em 1929 e 1930 não havia a noção/perceção hodierna das correntes e fluxos globais, mas estas aconteciam. E como iremos ler, os jornais madeirenses tinham bem presente a noção da turbulência económico-financeira que se alastrava pelo mundo, e que acabaria por atingir a ilha da Madeira. Seguiremos na nossa análise, a linha cronológica das notícias que nos foram surgindo, para termos uma ideia do que era percecionado diariamente, até ao derradeiro *crash* madeirense.

Sinais da Tempestade

A primeira notícia sobre o *crash* foi publicada na Imprensa madeirense pel'*O Jornal* (OJ), a 30 de outubro de 1929, na secção noticiosa "Jornal do Estrangeiro", com o título «Finança Yankee», informando que «[d]eu-se na Bolsa de Nova York

uma nova e considerável baixa, que a intervenção dos grandes bancos não poude evitar»[28].

Um dia depois, o *Diário de Notícias* (DN), no dia 31 de outubro de 1929[29], informava, na coluna intitulada "Radios do Estrangeiro", a queda da abrupta da bolsa de Londres e de Nova York. Nesta notícia percebe-se que o pânico da "Quinta-Feira Negra" contagiou rapidamente a bolsa londrina, ao mesmo tempo que informa sobre esta queda excecional das ações na bolsa nova-iorquina: «Ontem transacionaram se 17 milhões de títulos e ações, cifra esta nunca ultrapassada em qualquer época»[30]. Na edição desse mesmo dia, OJ também menciona o *record* das 17 milhões de ações vendidas num dia[31].

A partir destas primeiras notícias, iremos notar o acompanhamento da situação da crise que alastrava pelo mundo. Mas não que houvesse uma verdadeira noção do que estava acontecer, na edição de 3 de novembro de 1929, OJ, para além de informar que no Funchal as pessoas tinham se queixado da falta de «circulação de trocos»[32], informava a aparente «"conjuração" da crise da Bolsa de Nova York»[33].

Curiosamente, o *Diário da Madeira* (DM), antes de escrever sobre a crise da bolsa nova-iorquina, dava conta de que algo não estava bem com as indústrias, levando milhares de pessoas para o desemprego. A 3 de outubro publicava uma notícia vinda de Estocolmo, de que 60 000 trabalhadores da indústria sueca ficaram sem trabalho, após o *lockout* das fábricas de fósforo, de calçado, de material de caminho de ferro e de porcelanas, e da indústria metalúrgica[34].

Noutra notícia que interessava aos madeirenses que pretendiam emigrar para a ilha do Curaçau, o DM publicava a carta de um emigrante não identificado, datada de 15 de setembro, através do correspondente no Curaçau, que relatava a dificuldade dos emigrantes encontrar trabalho e da crise do desemprego que alastrava: «Chegamos aqui num dia e no outro já se foi trabalhar no trabalho do governo, mas só se trabalhou uma semana; agora estamos parados não sei que vida será a nossa»[35]. Esta informação sobre a dificuldade de encontrar trabalho em

[28] «Jornal do Estrangeiro – Finanças Yankee», 30/10/1929, in *O Jornal*, n.º 821, p. 1.
[29] As notícias apresentadas referiam-se, quase sempre, ao dia anterior.
[30] «Radios do Estrangeiro – As bolsas de Londres e Nova York», 31/10/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 578, p. 1.
[31] «Últimas Notícias – A desordem na Bolsa de Nova York», 31/10/1929, in *O Jornal*, n.º 822, p. 2.
[32] «Falta de Trocos», 03/11/1929, in *O Jornal*, n.º 824, p. 1.
[33] «Jornal do Estrangeiro – A Bolsa», 03/11/1929, in *O Jornal*, n.º 824, p. 1.
[34] «Notícias do Estrangeiro – Estocolmo», 03/10/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5446, p. 2.
[35] «A Situação em Curaçau», 05/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5472, p. 1.

Curaçau era confirmada pelo representante da companhia de vapores que faziam viagens para Curaçau, João de Freitas Martins[36].

A primeira notícia do *crash* pelo DM data de 9 de novembro, a cujo conteúdo é bastante ilustrativo do que acontecia em Nova-Iorque. Para além de noticiar a queda da bolsa, o pequeno artigo assinala os suicídios dos empresários que viram as ações das empresas desvalorizarem completamente, e o contágio dessa desvalorização noutros locais, tais como Montevideu, onde originou a queda do valor da moeda, e no Chile, com três falências importantes, sem referir que falências eram essas[37].

O DN publicou um artigo de opinião em primeira página, da autoria de "R", intitulado «Um ciclo de prosperidade económica?». No qual, o autor do texto, abordando as diferentes teorias sobre os ciclos económicos, tenta adaptar essa análise ao contexto madeirense, fazendo o exercício de prever o novo ciclo económico em quatro pontos: o primeiro, era de que a agricultura madeirense tinha vindo a ganhar fulgor, após um período de abandono; o segundo, refere-se à «indústria», que, sem especificar qual, prevê que existirá um «período mais ou menos normal»; a terceira, dizia respeito à navegação e ao turismo e os benefícios que trariam à Madeira, já que seria acompanhado por «progressos» internos com um investimento na viação e no alojamento; o quarto e último ponto, diz respeito ao comércio, que tem um prognóstico mais negativo, que não acompanha a indústria e a agricultura, já que segundo o autor, «está quasi completamente desorganizado»[38]. No âmbito da nossa pesquisa, mais que nos retermos sobre a validade "teórica" apresentada pelo autor do texto, é relevante notar que já se procurava explicar os ciclos de prosperidade económica, através da análise de diferentes fatores, que ajudavam a prever os diferentes ciclos de prosperidade e depressão.

Continuando o nosso olhar sobre as notícias do *crash*, OJ acompanhava de perto a situação internacional por telegrama. Numa dessas notícias que encontramos, informa que teria havido uma intervenção dos banqueiros na bolsa nova-iorquina, por forma a estabilizar o mercado, contudo, esta ação não teve o efeito pretendido, continuando a bolsa em queda[39].

Noutra notícia, mais completa, OJ referia que era informado «através dos telegramas recebidos», de mais detalhes sobre a crise americana: os especuladores

[36] «A Situação em Curaçau», 05/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5472, p. 1.
[37] «A Bolsa de Nova-York – Efeitos Trágicos da Baixa de Valores», 09/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5476, p. 1.
[38] R., 06/11/1929, «Um ciclo de prosperidade económica?», in *Diário de Notícias*, n.º 16 582, p. 1
[39] «Na Bolsa», 09/11/1929, in *O Jornal*, n.º 829, p. 1.

tinham perdido 50 biliões de dólares, afetando 40 000 pequenos empresários, tendo falido dezenas de bancos e casas bancárias[40].

Os suicídios apresentavam um «número apavorante», e o curioso dado de que «[o]s jornais trazem colunas e colunas de anúncios de pessoas que querem vender joias e automóveis». OJ refere ainda que muitos milionários, estavam agora pobres ou na melhor das hipóteses arremediados, fazendo uma lista destes ilustres afetados pela crise, tais como o empresário e banqueiro Andrew W. Mellon, os empresários do ramo automobilístico Fred e Charles Fisher, e Georges Baker, presidente do conselho de administração do First National Bank, sediado em Nova Iorque.

A notícia fazia menção ainda que os agricultores escaparam à crise, situação que não corresponde completamente à verdade. O artigo lançava ainda uma farpa aos estrangeiros que «retiraram os seus capitais do seu próprio país, para não declararem ao fisco, nem a sua fortuna, nem os seus benefícios, pagaram caro a sua estranha prudência». É interessante notar que em nesta altura os *offshores* eram uma realidade[41].

Esta notícia seria, em parte, replicada pelo DM a 15 de novembro de 1929, acrescentando apenas a informação de que da conferência entre o então presidente do Estados Unidos da América, Herbert Hoover, com o presidente da Reserva Federal americana, M. Young, tendo esta instituição emitida uma declaração sobre a situação crítica, mas que «nenhuma medida oficial se considerava necessária»[42].

A mesma informação, relativamente à inação do governo americano e da Reserva Federal perante a grave crise que alastrava, aparece também publicada pelo DN, na edição de 15 de novembro[43]. Esta notícia é bem representativa de como o presidente Hoover e a Reserva Federal não souberam gerir nem encontrar medidas capazes de estancar o problema social e económico que então se vivia.

Do continente, chegavam também notícias do encerramento temporário da "bolsa agrícola", pelo então ministro da Agricultura, o coronel Linhares, por terem sido detetadas várias irregularidades, até que estas fossem normalizadas[44]. Depreende-se, nesta notícia, que o governo português estava atento ao desenrolar da crise tomando assim medidas profiláticas para minimizar o contágio da crise internacional.

---

[40] «O Panico na Bolsa de Nova Iork», 14-11-1929, in *O Jornal*, n.º 833, p. 1.
[41] «O Panico na Bolsa de Nova Iork», 14-11-1929, in *O Jornal*, n.º 833, p. 1.
[42] «Na America do Norte», 16/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5481, p. 1.
[43] «Vida Financeiras», 15/11/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 590, p. 1.
[44] «É encerrada a Bolsa Agrícola», 10/11/1929, in *O Jornal*, n.º 830, p. 2.

É a 16 de novembro que surge, pela primeira vez, pel'OJ, a palavra «krack» para definir o que acontecera na bolsa nova-iorquina. Percebe-se que este jornal queria grafar a palavra *crash*, mas por lapso ou ignorância, escreveu «krack». A palavra surge numa notícia em que o então ministro das Finanças francês, Henry Frédéric Chéron[45], informava que os «haveres franceses» não foram afetados pelo «krack» da bolsa de Nova Iorque[46].

Já o DN dará conta do termo «krach», numa grafia mais próxima à atual, a 2 de abril de 1930, na rúbrica "Notas Soltas". O contexto em que o termo é utilizado surge com uma história, algo anedótica, da confiança inabalável dos americanos contada por um jornalista francês, numa altura em que já pensava na recuperação do abalo financeiro provocado pela bolsa nova-iorquina. O pequeno artigo começa por referir que os milionários americanos apesar de terem perdido as suas fortunas no «krach», não perderam o bom o humor: «Comem, e bebem, divertem-se e tratam-se de refazer». Mais, ao jornalista francês um homem que perdeu a sua fortuna respondia: «percebi que estava pobre e que só me resta um caminho – tornar-me rico. Como tenho confiança em mim, espero que, dentro de alguns meses, possa recuperar o perdido»[47].

Tanto o DN, o DM e OJ publicavam a informação de que afinal o presidente Hoover olhava com maior preocupação a crise, do que à partida fora anunciado. Esta notícia, comum aos três jornais, indicava que uma nova "conferência", cujo objetivo era reunir as principais personalidades da indústria, da agricultura e do comércio «afim de estudarem as medidas tendentes a remediar a grave crise financeira que atravessa a América»[48]. Ainda sobre este assunto, o DN reportava que o presidente à data de 20 de novembro já reunira duas conferências[49].

O drama dos suicídios em massa continuava a ser noticiado, OJ descrevia a «viva emoção» e as consequências daquilo que já descreve como catástrofe da Bolsa, dando como exemplo a história de um "conhecido" engenheiro que untara o corpo com petróleo, atendo fogo sobre si mesmo e morrendo carbonizado[50].

---

[45] Henry Frédéric Chéron (1867-1936) foi ministro das Finanças francês entre 18 de dezembro de 1928 e 21 de fevereiro de 1930, sob a presidência de Poincaré, Briand e André Tardieu.

[46] «O Krack Americano», 16/11/1929, in *O Jornal*, n.º 835, p. 1.

[47] «Notas Soltas», 02/04/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 698, p. 1.

[48] «A Crise Financeira Americana», 19/11/1929, in *O Jornal*, n.º 837, p. 2; «O panico na Bolsa dos Estados Unidos», 17/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5483, p. 2; e «Conferencia Economica», 17/11/1929, *Diário de Notícias*, n.º 16 592, p. 2.

[49] «Na Bolsa de Nova York», 21/11/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 595, p. 2.

[50] «A Catastrofe da Bolsa de Nova-York», 21/11/1929, in *O Jornal*, n.º 839, p. 2.

De igual forma, o grave problema do desemprego será uma informação recorrente nos jornais analisados. OJ noticiava a subida dramática do desemprego na Alemanha, depois dos socialistas estarem no governo, valor que ascendera de 800 000 para 1 000 000 desempregados[51].

No que diz respeito aos sintomas de crise na ilha da Madeira, e apesar de não estar diretamente relacionado com o tema em análise, não queremos deixar passar um interessante artigo sobre a suspensão das atividades da "Assistência Distrital", com o subtítulo, «Estão suspensas as funções dessa organização oficial – A mizeria nas ruas e as privações nas casas de beneficência», da autoria de J. F.[52].

O autor do artigo lança um aviso em modo profético sobre a suspensão deste organismo de assistência pública na Madeira e o impacto na vida daqueles que já pedem ajuda solidária, como aqueles que vivem envergonhados na sua pobreza, «dentro de tantos lares miseráveis, onde se sofre a mais negra fome – e se suportam as mais terríveis necessidades». Depois de referir que na ilha, e em particular no Funchal, vive-se a verdadeira pobreza, sobretudo, nos subúrbios, J. F. apelava a que a Câmara e a Junta Geral pudessem ter outras medidas de assistência, de forma a compensar o encerramento da Assistência Pública: «Já que se suspenderam os serviços da Assistência Pública oficial – estude-se o meio de remediar os inconvenientes creados por essa medida afim de atalhar uma onda que se alastra e ameaçadoramente sobe»[53].

É de facto curioso esta previsão de crise social que, como uma onda, vem aumentando, será de facto comprida. Era necessário outro artigo para percebermos os meandros e em foi decidido o encerramento da "Assistência Distrital".

Continuando a explorar os sintomas da crise e as suas notícias, que de facto chegavam de todo o mundo, OJ informava que a crise industrial e financeira na Inglaterra afetou o valor da libra esterlina[54]. Também de Inglaterra, na secção inglesa de notícias do DM, chegava a notícia de que o chá estava sob restrições devido à crise de superprodução, sintoma esse que se conta entre as consequências do *crash*[55].

---

[51] «Os Desempregados», 24/11/1929, in *O Jornal*, n.º 842, p. 2

[52] J. F., 01/12/1929, «Assistencial Distrital – Estão suspensas as funções dessa organização oficial», in *O Jornal*, n.º 848, p. 2.

[53] J. F., 01/12/1929, «Assistencial Distrital – Estão suspensas as funções dessa organização oficial», in *O Jornal*, n.º 848, p. 2.

[54] «A Libra Esterlina», 04/12/1929, in *O Jornal*, n.º 850, p. 2.

[55] «London», 04/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5497, p. 4.

Se os sintomas mais severos da crise em Portugal e na Madeira, tardavam em se sentir, o mesmo não se poderia dizer dos portugueses emigrados nos Estados Unidos da América. Informava OJ que «no mês findo regressaram dos Estados Unidos da América do Norte ao nosso país, centenas de portugueses, muitos dos quais madeirenses e açoreanos que não poderam permanecer naquele país devido á escassez de trabalho», como resultado do fecho de muitas fábricas[56].

Na Turquia, o governo impunha já medidas protecionistas, devido à procura por moeda, ao impor, «a suspensão temporária das compras de produtos estrangeiros pelas repartições do governo e o controle da compra de moedas estrangeiras»[57].

Regressemos à ilha da Madeira, ao texto em primeira página do DN, muito provavelmente da autoria do seu diretor, Feliciano Soares, intitulado «O Problema Madeirense», no qual analisava a situação de estagnação e abandono e das importantes intervenções necessárias à vida económica da ilha. O autor do texto, referia que apesar das promessas, a realidade era que, «a Madeira não viu realisadas as suas aspirações fundamentais». Aspirações essas na forma de investimento público, como a construção do porto «que satisfaça as necessidades do seu tráfego comercial e marítimo», melhoramentos no centro urbano do Funchal e de uma rede viária de turismo. O autor do texto, apesar de reconhecer o esquecimento por parte do Governo Central, compreendia que a situação política local, altamente divisória, não abonava a consensos para políticas a longo prazo: «é certo que o Terreiro do Paço se esquece dos interesses locais, outras vezes vê se em sérios embaraços para descobrir qual a vontade e os desejos da população insular!»[58].

A crise bancária também atingiu Portugal, com a casa bancária Coelhos, Cunha & Companhia, a suspender os pagamentos[59]. Banco que acabou por decretar falência, como noticia o DM a 22 de dezembro[60].

De Berlim, chegava a notícia de que o governo socialista, continuava impotente face à crise do desemprego, onde o número de desempregados chegava às 1 200 000 pessoas. O título da notícia, «Delícias do Socialismo», assaz irónico,

[56] «A crise de trabalho», 06/12/1929, in *O Jornal*, n.º 852, p. 1.
[57] «A situação económica na Turquia – Medidas severas do governo», 08/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5501, p. 1.
[58] «O Problema Madeirense», 10/12/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 611, p. 1.
[59] «A Crise Comercial – Mais uma suspensão de pagamentos», 14/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5505, p. 2.
[60] «Falencia dum banco – O valor dos depósitos», 22/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5513, p. 2.

mostrava o quão se desconfiava ainda da palavra "socialismo" e mostrava já uma Alemanha a lutar pela sobrevivência económica[61].

Nesta narrativa da crise do *crash*, e à medida que avançamos temporalmente, há maior noção do contágio da crise americana no mundo. OJ, numa pequena notícia intitulada «Repercussão das oscilações da Bolsa de Nova-York», referia-se, em particular, aos países sul-americanos e à forma como essas mesmas «oscilações» tiveram impacto na desvalorização das moedas, com especial severidade no «pêso argentino»[62].

É precisamente com o reconhecimento de que o mundo padece e sofre de uma crise geral, que acabamos 1929, e entramos agora no ano de 1930, onde continuamos com este sentimento.

Os primeiros dias de janeiro começam com a «ameaça» socialista do aproveitamento da crise na Alemanha. Segundo uma curta notícia de 1 de janeiro, o perigo da revolução soviética ameaçava a Alemanha, isto de acordo com uma «circular» que informava que se os desempregados chegassem aos 3 000 000 a revolução do proletariado iria acontecer[63].

Já em contexto nacional, chegavam boas notícias relativamente às finanças portuguesas, que faziam manchete internacionalmente. OJ publicava que o prestigiado Financial News tinha como certa a «estabilização monetária internacional», por parte de Oliveira Salazar, prevendo que o mesmo aconteceria no contexto das finanças espanhola e brasileira[64].

Mas se Portugal estava em clara recuperação económica, o mesmo não se poderia dizer das colónias. OJ noticiava a crise em Angola e a intervenção de Salazar[65]. A 18 de fevereiro, o mesmo jornal, também noticiava que o governo tomara medidas para «intensificar o fomento da província de Angola»[66].

As medidas relativamente a esta crise, vêm descritas com mais pormenor num artigo do DN, intitulado «Ressurgimento de Angola», que entre as medidas, contava-se a organização da indústria, agricultura, regimes aduaneiros, e a criação de um «Banco Ultramarino», além de um plano de obras públicas, que teria a ajuda especializada de «algumas brigadas constituídas por engenheiros especializados em portos e caminhos de ferro, engenheiros hidrógrafos, de minas e agrónomos,

[61] «Delicias do Socialismo», 15/12/1929, in *O Jornal*, n.º 859, p. 2.
[62] «Repercussão das oscilações da Bolsa de Nova-York», 24/12/1929, in *O Jornal*, n.º 866, p. 2.
[63] «A Revolução», 01/01/1930, in *O Jornal*, n.º 870, p. 1.
[64] «Finanças Portuguesas», 04/01/1930, in *O Jornal*, n.º 872, p. 2.
[65] «A Crise em Angola», 26/01/1930, in *O Jornal*, n.º 890, p. 2.
[66] «O Fomento de Angola», 18/02/1930, in *O Jornal*, n.º 908, p. 2.

e demais pessoal técnico e auxiliar»[67]. O Estado Novo lançava assim um programa de investimento público para Angola. Num artigo de opinião sobre a situação em Angola, do DN, que pensamos ser da autoria de Feliciano Soares, diretor desse periódico, indicava que a crise de Angola não se devia à incapacidade «colonizadora» da metrópole, dando como justificação, não o cenário de crise mundial, mas o facto do investimento português, no vasto território angolano, ainda não ter dado frutos, o que levaria o seu tempo. O texto dava ainda a entender que a crise que Angola passava não era pretexto para outras nações cobiçarem aquele território, pois era a prova da «epopeia marítima» dos portugueses[68].

A Inglaterra assumia a dianteira de medidas contra a crise na indústria, com o DM, a informar, sobre primeira grande ajuda do Banco de Inglaterra à indústria, particularmente, ao «Trust dos Domínios dos Estados Unidos», no valor de 504 000 libras[69].

Do Peru chegava a notícia que a República peruana procurava estabilizar a sua moeda, em quatro dólares[70].

As falências atingiam Portugal em fevereiro de 1930. Primeiro, a notícia de um negociante de porcos, de Évora, que faliu e deixara um passivo de 15 000 000 escudos[71]. Noutra notícia, sabemos que o dito negociante de porcos alentejano fugira para a Argentina, e que o passivo afinal fora de 7 000 000 escudos, e não os 15 000 000 noticiados. Entre os lesados, deste negócio ruinoso, estão «números lavradores», um gerente do Banco Ultramarino e Sousa Fernandes, que fora governador civil de Lisboa, na presidência de Sidónio Pais[72]. OJ acrescentava a esta notícia que o gerente do Banco Ultramarino fora lesado em 450 000 escudos[73].

Na Madeira, o espectro da crise na indústria dos lacticínios tomava forma. Na origem da crise estava a importação de manteigas e margarinas do estrangeiro, o que tornava a concorrência desleal para com a manteiga madeirense que, por sua vez, levaria à descida «no preço da matéria prima, com sacrifício de grande numero de pequenos lavradores e proprietários rurais»[74].

---

[67] «O Ressurgimento de Angola», 23/02/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 670, p. 1.
[68] «Um Problema Grave – A Crise de Angola», 27/03/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 694, p. 1.
[69] «Auxiliando a Indústria», 23/01/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5535, p. 1.
[70] «No Perú – O valor da moeda», 05/02/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5545, p. 2.
[71] «Negociante de Porcos – Falencia Estrondosa», 08/02/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5548, p. 2.
[72] «A Falencia do Negociante Alentejano – Fuga para Argentina», 09/02/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5549, p. 2.
[73] «Uma falência complicada», 09/02/1930, in *O Jornal*, n.º 901, p. 2.
[74] «A Industria dos Lacticinios – A crise que se desenha», 22/02/1930, in *O Jornal*, n.º 912, p. 1.

No artigo, por um lado lamentava-se o facto das medidas protecionistas não terem abrangido a indústria dos lacticínios, já que deveriam ser taxadas as margarinas e manteigas estrangeiras, e por outro, a pouca atenção dada pelo Ministério da Agricultura ao «pululamento» das fábricas de lacticínios na Madeira, que contava com 90 «fabriquetas», o que não contribuía para a valorização e proteção da indústria, mas sim para a anarquia e desvalorização[75]. O artigo terminava com um pedido de prevenção da crise que se adivinhava.

OJ insistirá, novamente, neste grave problema premente num novo artigo datado de 13 de março, onde insiste nos mesmos pontos, o drama que os pequenos produtores de lacticínios madeirenses começam a viver e a falsificação e invasão das margarinas e manteigas do continente, apelando a que «[a]tenda-se a tudo isto, enquanto é tempo. De contrario, a Madeira tem de preparar-se para uma nova e seriisima perturbação na sua vida económica, cujas consequências poucos poderão desde já avaliar com exactidão»[76]. De resto, OJ fará desta uma causa: «"O Jornal" continuará a ocupar-se do assunto, porque êle interessa a toda a Madeira…»[77].

Noutro artigo, intitulado «Industrias Locais – Situação Grave», OJ entrevistava Luís Chagas Freitas, gerente da companhia Martins e Andrade, que insistia na taxação das margarinas estrangeiras, e no risco de 2200 funcionários das desnatadeiras perderem o seu emprego[78].

Da mesma forma, o vinho madeirense parecia não estar a viver os melhores dias, pois passava por uma crise de exportação, cujo problema, segundo OJ, estava na falta de «reclame», dando como exemplo a campanha de publicidade dos exportadores espanhóis relativamente ao vinho xerez, tendo visto as suas exportações aumentarem[79].

Pela leitura das notícias, percebemos que os governos, um pouco por tudo o mundo, procuravam tentar impulsionar a recuperação económica. Novamente, depois do apoio aos bancos e à indústria, da Inglaterra chegava a notícia de que as obras no "Túnel da Mancha" empregariam cerca de 1400 homens, encontrando assim um meio de combater o desemprego, através das grandes obras públicas[80].

---

[75] «A Industria dos Lacticinios – A crise que se desenha», 22/02/1930, in *O Jornal*, n.º 912, p. 1.
[76] «Uma Questão Grave – A Crise dos Lacticinios», 13/03/1930, in *O Jornal*, n.º 927, p. 1.
[77] «Uma Questão Grave – A Crise dos Lacticinios», 23/03/1930, in *O Jornal*, n.º 935, p. 1.
[78] «Industrias Locais – Uma Situação Grave», 25/03/1930, in *O Jornal*, n.º 936, p. 1.
[79] «Por falta de reclame – O vinho Madeira lá fora», 26/02/1930, in *O Jornal*, n.º 915, p. 2.
[80] «Evitando o Desemprego», 16/03/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 687, p. 2.

Ainda sobre as medidas de recuperação, OJ informava sobre um incentivo fiscal que o Banco de Inglaterra dava à indústria, reduzindo a taxa de desconto, sobre os juros de empréstimo que os bancos centrais faziam aos bancos comerciais ou outras instituições bancárias, com o fim de «financiar as indústrias»[81].

Por outro lado, começamos a ler medidas de caracter protecionista e que, de resto, foi a solução mais popular que as nações encontraram para combater a crise. Somos informados pel'OJ da revisão da lei do valor das pautas aduaneiras, pelo Senado dos Estados Unidos da América[82]. Esta notícia aparentemente inócua viria a se revelar de extrema gravidade para uma outra indústria madeirense, a dos bordados.

OJ, que já dera voz à crise dos laticínios, voltará, uma vez mais, a dar voz à crise dos bordados. O texto intitulado «A Crise Economia – Os Nossos Bordados» descreve a agudização da crise em que as indústrias dos bordados se encontravam. Das razões da crise, o artigo enumera as três que «mais concorrem à crise»: a concorrência dos «bordados estrangeiros», os «encargos de importação dos produtos madeirenses», e, claro, as taxas alfandegárias americanas[83]. Pelos vistos, o autor do artigo, revela que, já em agosto de 1929, um grupo de industriais do sector, através de um emissário alertou o ministro das Finanças para a crise dos bordados, que ficou de dar atenção e «alivar a industria de alguns dos seus encargos»[84]. Passados, muitos meses, a situação só vinha a piorar, mas o ónus da solução continuava a estar no ministro das Finanças, e o que restava era fazer um «novo apelo», para salvar a Madeira «das consequências desastrosas que a definitiva ruina da industria do bordado lhe pode acarretar»[85].

A verdade é que o autor do texto pinta de negro, exageradamente ou não, a crise que começa a alastrar e a se sentir na ilha da Madeira: «Por efeito desta crise é já grande a multidão de desempregados e de famílias lançadas na miséria, que sobrecarregam à Assistência Publica, a caridade particular e aumentam o número dos desgraçados errando no crime e no vicio»[86]. Era preciso atuar rapidamente, sensibilizar os dirigentes para combater a crise, senão, profetizava o autor do texto, «negros e ruinosos dias virão para a Madeira»[87].

---

81 «O Banco de Inglaterra Reduz a taxa de desconto», 22/03/1930, in *O Jornal*, n.º 934, p. 1.
82 «Na America», 27/03/1930, in *O Jornal*, n.º 937, p. 1.
83 «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.
84 «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.
85 «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.
86 «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.
87 «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.

Com efeito, eram as indústrias mais dependentes das importações que ficavam mais prejudicadas. Também a indústria têxtil inglesa era notícia, pelo facto de os fabricantes de rendas de Nottingham terem apelado a que o governo contra a «alteração das pautas aduaneiras dos Estados Unidos», referindo ainda, que as exportações deste produto rendiam 200 000 libras anuais para o mercado americano[88].

Ainda em matéria de importação, OJ noticiou com grande pompa uma conferência do Visconde do Porto da Cruz em Lisboa, na Associação de Agricultura, que referiu um aspeto curioso e a seu ver incompreensível, sobre a Madeira importar fruta da América do Norte[89]. Não sabemos até que ponto esta afirmação se confirma, mas talvez nesta afirmação esteja patente o facto de se incentivar uma política de mais produção local e do "protecionismo" aos produtos madeirenses.

Se já podemos ler, nas anteriores notícias, sinais claros de que a situação económica da Madeira piorava de dia para dia, uma pequena notícia é exemplificativa que a nível social já sentia esses mesmo problemas. O DM noticiava a ocorrência de uma tentativa de suicídio de Augusto Lopes, solteiro e morador à rua da Imperatriz, que ingeriu um produto corrosivo. Depois de tratado no Hospital Civil, regressou a casa, e confrontado sobre as razões que o levaram a terminar com a sua própria vida tinha dito que não tinha «trabalho com que angariar os meios de subsistencia»[90].

Relativamente ao problema do desemprego em Portugal, OJ publicava na edição de 15 de maio de 1930, algumas alíneas do novo decreto que visava o combate ao desemprego. Não conseguimos apurar a que decreto OJ estaria a se referir, contudo, percebemos pelas suas medidas que teria mais um teor de anti-imigração do que propriamente de proteção e fomento do emprego. O primeiro artigo do decreto impunha que as empresas nacionais só pudessem empregar trabalhadores de nacionalidade portuguesa, «enquanto, nos termos deste decreto, constar dos respectivos registos a existencia de desempregados»[91]. Esta proibição do emprego de estrangeiros, contudo, não se aplicava aos cidadãos de nacionalidade

[88] «A Importação de Rendas na América», 02/04/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 698, p. 4.
[89] «Aspectos Industriais e Agricolas da Madeira», 09/04/1930, in *O Jornal*, n.º 948, p. 1.
[90] «Por falta de Trabalho», 09/04/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5596, p. 2.
[91] «A Crise do Desemprego», 15/05/1930, in *O Jornal*, n.º 975, p. 1.

brasileira, «que em tudo serão tratados como se nacionais fossem»[92], nem a empresas que já tivessem estrangeiros empregados, mas que, quando fossem substituídos, deveriam ser por portugueses.

Já o segundo artigo, determinada a organização sob a tutela do Ministério do Interior do registo dos desempregados, no qual se devem inscrever todos os portugueses[93].

Da América, a notícia sobre o número de desempregados fazia sensação, devido ao número de grandes proporções. OJ informava que o número ascendia aos seis milhões de desempregados. As soluções encontradas pelo Senado americano compreendiam a criação de um conselho com o objetivo de combater o desemprego, com um crédito de 170 milhões de dólares, com o fim de «criar trabalhos especiais nos vários estados»[94]. A notícia ainda elogiava a medida americana: «Os americanos são pessoas de são critério e vistas largas, entendo e bem, que sem dinheiro se não faz coisa de geito [jeito]»[95]. De facto, esta última frase em modo de recado, antevia que só com um investimento profundo dos governos era possível ultrapassar a crise.

Do Porto Santo chegava a informação que as condições em que viviam as suas populações era gravíssima – «uma crise em igual nos últimos 60 a 70 anos»[96]. Na origem desta crise estava a destruição das culturas, pelo que, segundo a notícia, era urgente o envio de géneros alimentícios da ilha da Madeira.

As notícias sobre os Estados Unidos América que encontramos nas nossas pesquisas não compreendem apenas aspetos da crise económica, mas também da curiosidade que aquela nação já poderosa, mesmo em crise, exercia sobre os madeirenses.

Não queremos deixar de mencionar uma entrevista realizada por Eduardo Pereira, para OJ, ao arqueólogo Edward Burgeni, que visitava a ilha da Madeira pela segunda vez. Sobre esta personalidade, Eduardo Pereira escrevia que este era aventureiro americano formado em filosofia, medicina e engenharia, e que «passa a maior parte do tempo fóra de seu país, em viagens de investigação histórica e observação dos diversos usos e costumes dos povos»[97]. Edward Burgeni e a sua esposa, D. Karma Burgeni, partilhavam gostos semelhantes e complementares; ele, fotografia, e ela, ilustração, formas de arte na qual registavam as suas viagens.

---

92 «A Crise do Desemprego», 15/05/1930, in *O Jornal*, n.º 975, p. 1.
93 «A Crise do Desemprego», 15/05/1930, in *O Jornal*, n.º 975, p. 1.
94 «Os Desempregados», 18/05/1930, in *O Jornal*, n.º 978, p. 1.
95 «Os Desempregados», 18/05/1930, in *O Jornal*, n.º 978, p. 1.
96 «O Porto Santo», 28/05/1930, in *O Jornal*, n.º 986, p. 1.
97 «Da Vida Americana», 01/06/1930, in *O Jornal*, n.º 989, p. 1.

Eduardo Pereira foca a sua atenção nos preconceitos formulados na Europa sobre a América, sobre a falta de um "ideal", e de como, o «misto de raças europeias» que formou a América conseguiu ser "distinta", das «raças progenitoras»[98].

A falta desse "ideal" tinha muito que ver com a sociedade industrializada americana, assente no conceito de Ford, da produção em massa, no «turbilhão de velocidade, de trabalho e de mecânica». Mas Edward Burgeni refuta que o americano não tenha um ideal, contradizendo, esse individualismo ou «mesquinho egoísmo», e defendendo que até o ideal de Henry Ford poderia beneficiar, através da multiplicação do capital, pelos diferentes «cooperadores».

Mas se o capitalismo social é já em si um ideal americano, Edward Burgeni aponta outro ainda maior: a educação da mulher; ao contrário do que acontece na Europa, já que lhe pesa a decadência e influência das civilizações romanas e moura. Mas no caso americano, a mulher é educada para se sentir emancipada: «A mulher americana educada à nossa escola, se quizer casar casa, se não quizer casar não casa, mas nem num caso nem outro abdica da sua personalidade; guarda sempre independência e prestígio para si, para o lar e para a sociedade»[99].

Em Portugal, Oliveira Salazar consolidava o sistema bancário no continente, com diferentes empréstimos a pedido dessas mesmas instituições bancárias. Essa notícia é de facto relevante, porque mostrava que Salazar procurava blindar o sistema bancário português à crise que se alastrava, mas não fez o mesmo aos bancos madeirenses. OJ, periódico que estava ao lado da ditadura do Estado Novo, escreve sobre o «extraordinário triunfo» desta intervenção, já que os bancos poderão adquirir cerca de 200 000 obrigações em empréstimos. Com chave triunfal, a notícia terminava com estas palavras: «Voltou a confiança! E esta não é decerto o aspecto mais valioso da obra do sr. Dr. Antonio de Oliveira Salazar»[100]. Estranhamos, num periódico reivindicativo, mas ao mesmo tempo apoiante da ditadura, não ter feito qualquer referência ao sistema bancário madeirense.

Outro artigo no mesmo periódico, intitulado «Economia Madeirense», da autoria de «C. R.», que achamos ser as iniciais de Carlos Rates, dirigente sindical, que fora o primeiro secretário geral do partido comunista português, mas que, em 1931, aderiu à União Nacional, louva a «sobriedade e o espírito de economia do povo madeirense»[101].

---

[98] «Da Vida Americana», 01/06/1930, in *O Jornal*, n.º 989, p. 1.
[99] «Da Vida Americana», 01/06/1930, in *O Jornal*, n.º 989, p. 1.
[100] «O Novo Emprestimo», 12/06/1930, in *O Jornal*, n.º 997, p. 1.
[101] C. R., 17/06/1930, «Economia Madeirense», in *O Jornal*, n.º 1000, p. 1.

Essa sobriedade era alcançada pelo facto de a população comer "batata-doce" ao longo de todo o ano, e, também, pelo facto de os mais novos serem motivados a poupar. O autor também refere que a Madeira é um dos locais do país onde «o regime de propriedade apresenta o mínimo de contraste a patentear a injustiça social»[102]. Esta afirmação é altamente discutível, como sabemos hoje, o que mostra uma leitura que não corresponde à realidade, vinda de um periódico que, apesar de tudo, vinha denunciando a crise que alastrava. Todavia não queremos deixar de referir a leitura *naïf* que potencialmente Carlos Rates faz do sistema bancário madeirense. Uma vez mais, a «sobriedade» dos madeirenses refletia-se no número substancial de bancos e de casas bancárias, que viviam de "pequenos depósitos" e que, por sua vez, animavam a agricultura e o comércio[103].

A crise mundial era acompanhada de perto pelas notícias sobre o desemprego e o número de desempregados, a situação das bolsas de valores, as medidas propostas para a recuperação econômica e as fusões de bancos e empresas.

Em Inglaterra dois grandes jornais fundiam-se, o *Daily Chronicle* e o *Daily News*, levando ao desemprego 1000 pessoas, entre operários e jornalistas[104].

OJ faz menção à falência da obra de solidariedade fundada pelo cardeal Ferrari, em Milão, com um passivo de 50 milhões de libras esterlinas[105].

A crise dos lacticínios que vinha sendo referida a par dos bordados, que se agudizava na Madeira, é comparável com o que se vivia noutros países, pois: «A crise de super-produção que atinge todos os paizes, tem levado as varias classes produtoras a pedir aos respectivos governos a indispensável proteção pautal»[106]. O mesmo acontecia com a França, com os produtores a exigirem medidas que protegessem a produção interna. E pedia-se, igualmente, ao governo português que atuasse no sentido da proteção pautal à produção interna[107].

Neste mesmo número, ainda uma notícia sobre os valores alarmante de desempregados no mundo, com alguns países, como os Estados Unidos e a Inglaterra a concederem apoios aos desempregados. Contudo, o autor do texto refere que o «método de subvenção», ou seja, o subsídio aos desempregados só servia para lesar o Estado, sem outros resultados[108].

---

[102] C. R., 17/06/1930, «Economia Madeirense», in *O Jornal*, n.º 1000, p. 1.
[103] C. R., 17/06/1930, «Economia Madeirense», in *O Jornal*, n.º 1000, p. 1.
[104] «Mais Desempregados», 05/06/1930, in *O Jornal*, n.º 992, p. 1.
[105] «Crise Mundial», 05/06/1930, in *O Jornal*, n.º 992, p. 1.
[106] «Lacticinios», 18/06/1930, in *O Jornal*, n.º 1001, p. 1.
[107] «Lacticinios», 18/06/1930, in *O Jornal*, n.º 1001, p. 1.
[108] «A Crise do Desemprego», 18/06/1930, in *O Jornal*, n.º 1001, p. 1.

A mesma avassaladora dimensão da crise dos desempregos era noticiada pelo DM, sem críticas ao programa de subsídios. Em todo o mundo haveria cerca de 20 milhões de desempregados. A Inglaterra despendia 25 000 libras por dia com os seus dois milhões de desempregados, e na Alemanha os sem trabalho recebiam subsídio[109].

O DM ilustrava, a 31 de julho de 1931, a notícia sobre a «Política Americana – O Presidente Hoover», a foto do próprio, e a informação de que o presidente americano pedira aos seus "ministros" um estudo com o fim de poder cortar na despesa do Estado. Entre as medidas indicadas com este fim, incluía a proibição da compra de objetos de luxo por parte dos agentes do governo americano nas embaixadas espalhadas pelo mundo[110].

Em finais de agosto, OJ dava conta de mais uma indústria em crise na Madeira, desta feita, a do vime, que tinha um dos seus centros de produção na freguesia da Camacha. Esta crise que, admite o autor, não era de agora, mas remontava a 1927, vinha a piorar. A principal causa apontada era a quebra da exportação deste produto que era, quase na sua totalidade, exportado para os mercados estrangeiros, acrescendo a esta causa, o facto do mercado madeirense de vimes, mais pequeno, competir com outros mercados «manufatureiros em larga escala». A pouca produção de vime que ainda sobrevivia, dependia do consumo local. Para muitos destes operários, a emigração foi a forma encontrada para escaparem da miséria, o que lamentava OJ, pela fuga de mão de obra valiosa[111].

A 13 de setembro, surgia a informação, com o título «Problemas da Madeira», que no dia anterior o governador civil do Funchal e o ministro do Interior estiveram reunidos para falar sobre "assuntos" do distrito. Sobre o teor destes assuntos, não o sabemos, mas com certeza não faltava matéria relativamente aos problemas que afligiam a ilha da Madeira[112]. O governador regressara no dia 4 de outubro[113].

A Câmara Municipal do Funchal anunciava novas deliberações relativamente ao imposto do trabalho. Um imposto que fora instituído em 1874, e tinha por objetivo construir e reparar as estradas regionais, mas que nunca fora popular entre as pessoas. A resistência a este imposto, ao longo do tempo, explicava a deliberação da Câmara e levou a suspensão do mesmo, resolvendo novamente a impor a taxa,

[109] «20 Milhões de indivíduos sem trabalho!», 04/09/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5709, p. 1.
[110] «Política Americana – O Presidente Hoover», 31/07/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5680, p. 1.
[111] «Industria em Crise», 27/08/1930, in *O Jornal*, n.º 1056, p. 1.
[112] «Problemas da Madeira», 13/09/1930, in *O Jornal*, n.º 1071, p. 2.
[113] «Governador Civil e Militar», 05/10/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5736, p. 1.

em 1929. No entanto, as receitas esperadas deste imposto ficaram aquém das expectativas, com uns a pagar e outros não, pelo que a Câmara decidiu suspender o pagamento do imposto[114].

De Lisboa, chegava a notícia, através de uma nota do gabinete do ministro das Finanças do *superavit* de 90 000 000 escudos[115].

Aproximando-nos do fim desta viagem pelas diferentes notícias, não queremos deixar de referir dois artigos que à sua maneira, correspondem, a uma análise da origem da crise.

O primeiro artigo, da autoria de C. d'A, foi publicado n'OJ e tem por título «Crise Economica». Este texto trata, sobretudo, da crise nacional que se vivia, numa perspetiva da análise da ação e das medidas da ditadura. Apesar do sucesso das políticas de Salazar, diz o autor, há quem culpasse a situação de crise ao governo ou as medidas financeiras severas preconizadas pelo ministro das Finanças. De resto, é natural este tipo de crítica, já que, segundo o autor, «[a] tendência natural é para responsabilizar quem manda, pelas desgraças de quem é mandado, venham essas desgraças donde vierem e tenham a causa que tiverem»[116]. As causas desta crise, explica o autor, podem ser internas e externas. Porém, é sobre as externas que se aplicam medidas severas, com o objetivo de organizar as contas públicas do país, e que implicam «sacrifícios de resto que a Nação inteira tem de suportar, como resgate e penitencia dos seus erros»[117]. Tudo isto a bem da restauração do «Crédito Nacional»[118].

Se o que anteriormente deixamos exposto bastaria por si só para comprovar que os periódicos em análise estavam atentos ao espoletar e desenrolar da crise americana, o texto que iremos de seguida analisar, publicado a 4 de janeiro, na primeira página d'OJ, reforça esta ideia e a apreensão quanto ao que se passava no estrangeiro, ao mesmo tempo, que lançava um olhar sobre Portugal.

O autor do texto, intitulado «Marasmo e Ruina», começa com a constatação de que «[t]udo vae mal, tudo se embrulha – por este mundo»[119]. O autor menciona as diversas indústrias em crise, como as do algodão, do cobre e do trigo; a dificuldade

[114] «O imposto do trabalho no concelho do Funchal», 18/09/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5721, p. 1.
[115] «A Situação Financeira», 16/09/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5719, p. 1.
[116] C. d'A, 25/10/1930, «A Crise Economica», in *O Jornal*, n.º 1107, p. 1.
[117] C. d'A, 25/10/1930, «A Crise Economica», in *O Jornal*, n.º 1107, p. 1.
[118] C. d'A, 25/10/1930, «A Crise Economica», in *O Jornal*, n.º 1107, p. 1.
[119] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

das nações europeias em manterem as suas possessões coloniais; a crise das dívidas soberanas, com alguns Estados recusando-se a pagá-las; e as revoluções em curso pelo mundo, destacando-se o caso do Brasil. No centro dessas convulsões estão a «Catástrofe, ciclone, tufão»[120], o colapso das bolsas mundiais, e, principalmente, a perceção de que esta crise é mais profunda do que se previa: «Chega-se a afirmar que não é simplesmente uma dessas depressões que são periódicas, mas sim a própria liquidação do sistema capitalista, a finança internacional reduzida a cinzas»[121].

É com ceticismo que o autor do texto analisa o estado das finanças internacionais, questionando sobre a capacidade de evitar, aquilo que talvez considere o lado mais negro da crise: a possibilidade das revoluções nacionalistas e socialistas, que noutro tempo não evitou as atrocidades da I.ª Grande Guerra, em 1914, nem previu a severidade das suas consequências, ainda tão presente no espírito de todos.

A crítica é por um lado dirigida aos capitalistas americanos, escrevendo: «Os Dawes e os Youngs que vieram dar lições à Europa, não evitaram o pânico em Wall Street, nem souberam aconselhar o presidente Hoover, nem impedi-lo de profetisar a alta e o regresso da prosperidade – previsão que se não cumpriu e fez recrudescer, portanto, o pessimismo»[122].

Por outro, à França socialista, e ao socialismo, ou às Esquerdas. A França que vivia de excesso de oiro, e que pagava subsídios aos seus funcionários, como se fossem «autênticos sem-trabalhos»[123].

A solução, esta, dependia de promover a estabilidade, a tranquilidade, a ordem e a paz do mundo, pela correta distribuição do crédito, «concedendo aos bons e recusando-o aos maus»[124].

Já Portugal encontrava-se no bom caminho, pois «[a]rrumada a casa, postas as contas em ordem, aberto o caminho dum trabalho reparador», não poderia deixar que esse mesmo trabalho fosse agora deitado fora, devendo ser protegido, «contra o farcinante, mas mortal perigo duma liberdade sem limites»[125].

[120] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.
[121] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.
[122] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.
[123] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.
[124] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.
[125] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

Não deixa de ser paradoxal a apologia que o autor faz à proteção da "democracia" contra a esquerda radical, e fala contra essa mesma democracia republicana, do «furor demagógico» e do «caos» da República, a favor da ditadura do Estado Novo[126].

Em suma, pelos diferentes artigos analisados, fica claro que, de facto, o *Diário de Notícias*, o *Diário da Madeira* e *O Jornal* cobriram de maneira abrangente o desenrolar da Grande Depressão, apresentando diferentes perspetivas sobre a crise, não apenas nos Estados Unidos, mas também no restante globo. Além disso, não poderíamos deixar de evidenciar como a crise foi percebida em Portugal e na ilha da Madeira.

Essa análise a três níveis destaca, no plano internacional, as preocupações com o colapso das bolsas de valores, o aumento do desemprego, as falências de indústrias e de bancos, e as convulsões sociais que surgiam na Europa e na América Latina. Houve também atenção especial ao mercado inglês, francês e alemão, centros de uma Europa ainda em recuperação, mas profundamente dependente de uma América em crise.

No plano nacional, a figura central das notícias era o então ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, que conduzia profundas reformas nas finanças públicas e na organização do Estado após os caóticos anos da Primeira República. Os sucessos das políticas de Salazar tornaram-se evidentes em 1930, contrastando com a crise enfrentada pelo resto do mundo. Contudo, isso não significa que Portugal escapou ileso; a crise também foi sentida nas colónias portuguesas e na ilha da Madeira. E apesar de algumas falências pontuais de empresas e bancos no continente, Salazar procurou proteger os principais bancos da crise mundial.

Na ilha da Madeira, percebe-se que as consequências do crash da bolsa não afetaram apenas o setor bancário, mas também toda a indústria local, com maior impacto nos bordados, vimes e lacticínios. A crise internacional expôs a fragilidade da economia madeirense, fortemente dependente dos mercados externos, ao mesmo tempo em que a falta de proteção por parte do Governo Central se tornava evidente. Isso ocorria apesar dos consensos que Salazar e a ditadura do Estado Novo reuniam entre a Imprensa analisada.

[126] «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

Todavia, sobre a situação dos bancos da Madeira, estes três jornais permaneceram entre 1929-30 em silêncio, apesar das inúmeras notícias que chegavam da falência de bancos, quer a nível internacional, quer a nível nacional e da crise que alastrava pelas colónias portuguesas. Pensamos, contudo, que perante tantos sinais do mal-estar económico madeirense, os jornais anteviam que uma maior crise estava para chegar, mas ao contrário da *Lanterna*, optaram pelo silêncio para não lançarem o pânico na praça financeira madeirense, à espera de uma intervenção do Governo Central, que deixou arrastar a situação e chegou tarde.

Em 1929-1930, a ilha da Madeira era um lugar de profundos contrastes. Enquanto a elite letrada e abastada possuía maior compreensão dos acontecimentos, os pobres camponeses, artesãos e bordadeiras sentiam, de forma inocente e inconsciente, os efeitos da miséria causada por um evento originado do outro lado do mundo. Será que a bordadeira entendia os motivos de não mais bordar? Ou o camacheiro que trabalhava com vimes sabia por que precisava emigrar? Embora estejamos certos de que as elites tinham toda a informação, contudo não poderemos ter a certeza de que leram bem os sinais da crise.

Há toda uma história socioeconómica por explorar nesta época na ilha da Madeira, que este trabalho apenas tocou ao de leve, mas que merecia um novo e aturado trabalho.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Diário da Madeira, Funchal, 1929-1930.
Diário de Notícias, Funchal, 1929-1930.
Diário do Governo, Lisboa, 1933.
Jornal (O), Funchal, 1929-1930.

Bibliografia

Caderno do Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX), 2023, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira – Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

CARDOSO, Luís José, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções», in *Análise Social*, vol. XLVII, n.º 203, pp. 370-400.

FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Banco Comercial da Madeira (1875-1887)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 82-84.

FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Banco da Madeira (1920-1966)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 128-135.

FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Banco Sardinha (1931-1933)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 386-392.

FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Blandy Brothers & Co. (1920-1966)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 408-413.

FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Casa Bancária Henrique Figueira da Silva (1898?-1930)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 520-527.

FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Casa Bancária Reid, Castro & C.ª (1905-1931)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 535-540.

FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Casa Bancária Rodrigues, Irmãos & C.ª (1922-1933)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 540-545.

FREITAS, Duarte Manuel, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XLVI, pp. 369-389.

FREITAS, João Abel de, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense: Uma Teia de Muitos Nós*, Lisboa, Edições Colibri.

GALBRAITH, John Kenneth, 2021, *The Great Crash, 1929*, Londres, Penguin Books.

MELLO, Luís de Sousa & CARITA, Rui, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Funchal, Edicarte.

SILVA, Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

VIEIRA, Alberto, 2020, «Será o arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização», in FRANCO, José Eduardo & CAETANO, João Relvão (coord.), *Globalização como Problema. Temas de Estudos Globais*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 93-128.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 7, 2025, pp. 887-908
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Viagens e Aporias na Antropologia Cultural Cabo-Verdiana (1936-1992)

Travels and Aporias on Cape Verdean Cultural Anthropology (1936-1992)

Rui Guilherme Silva[1]

Resumo

Atendendo ao seu objeto de estudo, a antropologia cultural cabo-verdiana, como aliás a portuguesa, inscreve-se na tradição periférica europeia que se ocupa da própria cultura. Já o seu quadro teórico e os seus instrumentos metodológicos serão sobretudo devedores do culturalismo norte-americano, bem como, em menor grau, do funcionalismo europeu. Quando inquirem as transformações da própria cultura nas fases pretéritas da sua formação histórica, os pioneiros da geração de *Claridade* (1936-1960) buscam exemplos em estudos realizados em campos culturais análogos ao cabo-verdiano, em particular na América Insular ou Continental atingida pela economia esclavagista de plantação. Assim, Ortiz, Redfield ou Malinowski irão emprestar os conceitos de *transculturação*, *aculturação* ou *mudança cultural* aos exercícios antropológicos cabo-verdianos de João Lopes, Félix Monteiro ou Gabriel Mariano. As três fases da revista *Claridade* (1936-1960), a reação de Baltasar Lopes da Silva às impressões de Gilberto Freyre sobre Cabo Verde (1956), os ensaios sociais de Gabriel Mariano (1958 e 1959) e as intervenções de David Hopffer Almada nas II Jornadas de Tropicologia (1989), realizadas na Fundação Joaquim Nabuco, terão sido os mais copiosos palcos de receção da antropologia cultural e da sociologia americanas em Cabo Verde. Os três primeiros conjuntos textuais, mais ou

[1] Licenciado em Estudos Portugueses, mestre em Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora e doutor em Literatura de Língua Portuguesa (Investigação e Ensino) pela Universidade de Coimbra. Docente do ensino básico e secundário e professor auxiliar convidado na Universidade da Madeira (Funchal), lecionando nas áreas disciplinares da Cultura e da Literatura Portuguesas. Membro efetivo do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e membro colaborador do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Principais publicações no âmbito da poesia cabo-verdiana. Frequenta atualmente uma pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (Universidade da Madeira e Universidade Católica Portuguesa) e integra a Comissão Organizadora da II Conferência Internacional de Literatura Cabo-Verdiana, a realizar em julho de 2025. Endereço eletrónico: rui.g.silva@staff.uma.pt.

menos marcados pelo luso-tropicalismo, tornar-se-ão muito profícuos nas construções identitárias do Arquipélago. Já as conferências de David Hopffer Almada constituem uma espécie de súmula crítica dos anteriores discursos da identidade cultural cabo-verdiana.

Palavras-chave: Cabo Verde; *Claridade*; Antropologia; Culturalismo; Crioulização; Identidade Nacional.

Abstract

Given its object of study, Cape Verdean cultural anthropology, like the Portuguese one, is part of the peripheral European tradition that deals with his own culture. Its theoretical framework and methodological tools are mainly indebted to North American culturalism and, to a lesser extent, European functionalism. When inquiring into the transformations of their own culture in the past phases of its historical formation, the pioneers of the *Claridade* generation (1936-1960) looked for examples in studies carried out in cultural fields like Cape Verde's, in particular in Insular or Continental America affected by the plantation slave economy. Thus, Ortiz, Redfield and Malinowski would borrow the concepts of *transculturation*, *acculturation* or *cultural change* to the Cape Verdean anthropological exercises of João Lopes, Félix Monteiro and Gabriel Mariano. The three phases of the magazine *Claridade* (1936-1960), Baltasar Lopes da Silva's reaction to Gilberto Freyre's impressions of Cape Verde (1956), Gabriel Mariano's social essays (1958 and 1959) and David Hopffer Almada's speeches at the II Jornadas de Tropicologia (1989), held at the Joaquim Nabuco Foundation, will have been the most copious stages of reception of American cultural anthropology and sociology in Cape Verde. The first three sets of texts, more or less marked by Luso-Tropicalism, will become very fruitful in the construction of the archipelago's identity. David Hopffer Almada's lectures, on the other hand, are a kind of critical summary of previous discourses on Cape Verdean cultural identity.

Keywords: Cape Verde; *Claridade*; Anthropology; Culturalism; Creolization; National Identity.

1. *Claridade*: João Lopes e Manuel Lopes

Na primeira fase da revista *Claridade* (1936-1937), são publicados cinco textos que, sob o modelo culturalista estadunidense e brasileiro, vão inaugurar a reflexão cabo-verdiana em torno da formação e da identidade da sociedade crioula: são eles os dois «Apontamentos» de João Lopes, as duas «Tomadas de vista» de Manuel Lopes e a primeira parte das «Notas para o estudo da linguagem das ilhas», de Baltasar Lopes (da Silva).

O «Apontamento» inaugural de João Lopes abre com uma explicação histórica das diferenças culturais entre o *badiu* e o crioulo do Barlavento. António Leão Correia e Silva explica que o termo *badiu* designa, em rigor, a «classe de pretos livres e libertos que viviam à margem da economia e sociedade escravocratas» e cuja «autonomia e

independência explicam, melhor do que a escravatura, a resistência à aculturação»[2]. Ora a tese de João Lopes, não isenta de contradições, é a de que o latifúndio sotaventino não permitiu que o santiaguense beneficiasse do mesmo grau de «miscigenação e interpenetração de culturas» verificado no minifúndio do Barlavento; foram aliás estes fenómenos, atuantes em maior escala no Barlavento, que «marcaram a ação do colonizador português»[3]. Este elogio da ação lusitana nos trópicos regressa no final do despretensioso apontamento, quando João Lopes, escudando-se ainda em Gilberto Freyre, opõe o «*processus sui generis*» do colonizador português às lógicas da *color line* e da lei de Lynch próprias do protestantismo anglo-saxónico. Ora, uma arguição elementar deste apontamento deve registar, em primeiro lugar, o desajuste da aproximação entre os processos verificados em Cabo Verde e no Brasil, já que o «patriarcalismo agrário», exemplar para a crioulização sul-americana, torna-se causa da precariedade do mesmo processo no Arquipélago; por outro lado, o ensaio de Lopes mostra a falácia da suposta excecionalidade do colonizador português, já que foram os fatores «económicos sempre deficitários» do pequeno proprietário (de São Nicolau, no caso vertente) que familiarizaram o senhor e o escravo do barlavento (perspetiva que, segundo Manuel Ferreira, faz deste Lopes um pioneiro no recurso ao «materialismo histórico» na interpretação do *caso* cabo-verdiano)[4].

A este propósito, Osvaldo Manuel Silvestre propôs que o problemático ajustamento da teoria de Gilberto Freyre à realidade cabo-verdiana tem explicação na necessidade vital «de uma teoria da miscigenação, sem a qual nem *Claridade* nem Cabo Verde podem vir realmente a ser»[5]. À legitimação em António Carreira da disparidade agrícola entre Cabo Verde e o Brasil, presente em Osvaldo Silvestre, convém acrescentar a tese do importante ensaio de António Leão Correia e Silva sobre «A evolução da estrutura agrária em Cabo Verde». Arguindo precisamente o primeiro apontamento de João Lopes, este historiador atribui à crise comercial seiscentista, que afasta Santiago do comércio mundial, a explicação da passagem da «grande exploração escravocrata e mercantil» para «a pequena exploração baseada no recurso à mão-de-obra familiar»[6]; assim, a partir do início do século XVII, Santiago afasta-se do modelo brasileiro, inviabilizando a hipótese de João Lopes. No ensaio «As secas e as fomes na construção da sociedade pós-escravocrata em Santiago»,

---

2 SILVA, 1996, *Histórias de Um Sahel Insular*, p. 71.

3 LOPES, J., 1936, «Apontamento», p. 9. Os três Lopes de *Claridade* – João, Manuel e Baltasar – serão distinguidos nestas notas pela inicial do nome.

4 FERREIRA, 1986, «O fulgor e a esperança […]», p. LIX.

5 SILVESTRE, 2002, «*A Aventura Crioula* revisitada», p. 70.

6 SILVA, 1996, *Histórias de um Sahel Insular*, p. 65.

António Correia e Silva volta a elencar os «fatores e aspetos» que concorreram para a falência da sociedade escravocrata em Cabo Verde. Entre os de natureza exógena, estão «a pirataria, a concorrência estrangeira e as leis metropolitanas»; entre os dados endógenos, referem-se «as secas e as fomes» (que titulam o artigo)[7]. A fome, acrescenta o mesmo historiador, «empobrece os escravocratas, mata escravos, além de criar forros»; desde o dealbar do século XVII, as fomes e as secas são elementos «formadores da identidade social, cultural e económica deste arquipélago»[8].

O segundo «Apontamento» de João Lopes, menos seguro no objeto analisado – a psicologia do cabo-verdiano, eivada pelo preconceito da resignação – multiplica as referências epistemológicas a autores como Franz Boas, Lewis Terman, Émile Durkheim ou Georges Lakhovsky. Mantém-se, contudo, o magistério de Gilberto Freyre na mesma tentativa de caracterização da «índole do mestiço»[9], bem como no elenco das adversidades que acompanham a emergência do *homem crioulo*: a escravatura, as secas, a sífilis ou a má nutrição.

Embora mais abdutivo, terá alcançado melhores resultados o registo das «Tomadas de vista» de Manuel Lopes. Atribuindo ao clima, à língua, aos costumes e à paisagem a formação da personalidade coletiva insular, num ecletismo bastante neolamarckiano, é a partir desta proposição que o futuro romancista procura afirmar a pluralidade original da etnogénese crioula. Tentando, como João Lopes, compreender o carácter do cabo-verdiano, Manuel Lopes esboça alguns postulados de afortunada reverberação nas heurísticas da identidade arquipelágica. Tais postulados dizem respeito quer aos vários *evasionismos* – que vão da emigração económica ao *pasargadismo* literário –, normalmente identificados com a condição insular, quer, e sobretudo, à alegada «facilidade de assimilação e adaptação ao meio» decorrente da «transigência com o ambiente exterior» que caracteriza o homem crioulo – e que o distingue, no mesmo passo, do homem negro, mais atávico e enraizado no «fundo biológico» africano[10]. As bases vincadamente racialistas deste curto ensaio serão parcialmente retificadas nas suas segundas «Tomadas de vista» através da localização do objeto de análise em São Vicente, ilha que realiza a síntese do Arquipélago, não apaticamente, mas desempenhando «uma função introspetiva de modelação suplementar»[11]. A este processo acrescenta-se o «complexo [também]

[7] SILVA, 1996, *Histórias de um Sahel Insular*, p. 106.
[8] SILVA, 1996, *Histórias de um Sahel Insular*, p. 123.
[9] LOPES, J., 1937, «Apontamento», p. 6.
[10] LOPES, M., 1936, «Tomada de vista», p. 5.
[11] LOPES, M., 1937, «Tomadas de vista», pp. 9-10.

suplementar» cedido pelos viajantes que tocam o Porto Grande de São Vicente. O contexto compósito e cosmopolita da cidade do Mindelo será inerente, sugere Manuel Lopes, à personalidade *plástica* e *inquieta* do cabo-verdiano. No folheto *Os Meios Pequenos e a Cultura* (1951) e em «Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana ou a literatura nos meios pequenos», publicado no volume *Colóquios Cabo-Verdianos* (1959), Manuel Lopes regressa a este assunto. Citando o opúsculo de 1951 no artigo de 1959, o escritor claridoso considera que o meio mindelense não se mostra demasiado conservador nem se apresenta excessivamente descaracterizado por influências exteriores; antes se nota uma «cautelosa adesão às inovações "vantajosas"» e um certo «instinto do essencial e valorativo, isto é, critério seletivo»[12].

Mas Manuel Lopes resumia naquelas segundas «Tomadas de vista» dois procedimentos seminais. O primeiro consistia na passagem para a figura do mestiço das propriedades atribuídas por Gilberto Freyre e seus sequazes ao colonizador português. Assim, o *crioulo* passa a encarnar a plasticidade lusitana facilitadora da integração nos trópicos. Outra característica tida como lusitana será a ciclotimia, i.e., a oscilação entre a euforia e a melancolia, o entusiasmo e a desilusão; ela teve expressão em Teófilo Braga, há de reificar-se em Gilberto Freyre nos movimentos de *Aventura e Rotina* e surge atribuída por Manuel Lopes ao mesmo crioulo cabo-verdiano. Esta dupla atribuição de supostas características lusitanas ao crioulo de Cabo Verde terá expressão acabada no ensaísmo de Gabriel Mariano.

A segunda afirmação importante das «Tomadas de vista» de Manuel Lopes tem que ver com a perceção da crioulidade como um processo, como uma construção *in--progress*, um movimento de equilíbrio precário entre «seleção e síntese» e «aceitação imediata dos influxos exteriores»[13]. Também Félix Monteiro há de afirmar, em 1948, que a tabanca de Santiago, enquanto produto aculturativo, não se dispõe em «camadas sedimentares», mas constitui antes «um mosaico em caleidoscópica progressão»[14]. Walter da Silva, personagem da ficção de Teixeira de Sousa inspirada nos dois Lopes aqui comentados, chamaria *aculturação* ao processo de «seleção e síntese» que cria «valores novos a partir de valores de origem em contacto com valores importados»; diferentemente, a «aceitação imediata dos influxos exteriores» seria apenas *assimilação*, ou seja, uma adoção não estrutural, «um verniz muito superficial», uma «falsa cultura»[15]. A este propósito, Miguel Vale de Almeida recorda que,

[12] LOPES, M., 1959, «Reflexões sobre a literatura […]», pp. 7-9.
[13] LOPES, M., 1937, «Tomadas de vista», pp. 9-10.
[14] MONTEIRO, 1949, «Tabanca (continuação)», p. 23.
[15] SOUSA, 1998, *Capitão de Mar e Terra*, pp. 56-57.

«para [Sidney W.] Mintz e [Richard] Price, o conceito de crioulização surgiu como um útil substituto de aculturação e assimilação, pois descreve uma expressão sincrética que leva ao surgimento de novas formas culturais»[16]. Mas isto significa também, como veremos, que o produto do sincretismo pode vir a esquecer o processo que lhe deu origem.

2. *Claridade*: Baltasar Lopes *et alia*

A receção problemática da antropologia culturalista americana e da teorização que viria a amadurecer no luso-tropicalismo prossegue na segunda fase da revista *Claridade*. A mais sólida ponte estabelece-se na prossecução dos estudos filológicos de Baltasar Lopes, inaugurados nas «Notas para o estudo da linguagem das ilhas», de 1936, e retomados, em 1947, sob um título largamente freyriano: «Uma experiência românica nos trópicos I».

Nas referidas notas inaugurais, o autor de *Chiquinho* havia já dialogado implicitamente quer com algumas teses de *Casa-Grande & Senzala*, quer com o primeiro «Apontamento» de João Lopes. Baltasar Lopes considera que é o pobre minifúndio insular que permite «o predomínio étnico do elemento afro-negro» e que mitiga «a aportação do elemento metropolitano»[17], decorrendo deste complexo histórico a emergência do crioulo como língua materna; diferentemente, no Brasil, o latifúndio esclavagista e patriarcal exerceu uma ação *terapêutica* – o adjetivo é de Baltasar Lopes – sobre os eventuais desvios crioulizantes ali ensaiados.

Sugere-se aqui, como é de ver, uma fusão, que virá a ser comum, entre os estudos das crioulizações linguística e cultural: «os crioulos» (linguagens negro-europeias)», diz o filólogo cabo-verdiano, «correspondem à miscigenação de tipos humanos»[18]. Outros dados relevantes deste texto são: i) a caracterização dos mesmos crioulos como línguas de morfologia e léxico reduzidos, conforme haviam sugerido os estudos pioneiros de Adolfo Coelho (entendimento com implicações não despiciendas na imagem do negro); ii) a constatação da «incontestável unidade social e psicológica do arquipélago» (apesar das variantes detetáveis nos crioulos de Barlavento e de Sotavento); iii) a relevância da determinação das geografias, das etnias e das «culturas afro-negras» na explicação do contributo africano para a formação da

[16] ALMEIDA, 2004, *Outros Destinos*, p. 279.
[17] LOPES, B., 1936, «Notas para o estudo […]», p. 10.
[18] LOPES, B., 1936, «Notas para o estudo […]», p. 5.

linguagem das ilhas; por fim, iv) a classificação do crioulo como «dialeto» (por não corresponder a um território independente, não ter estatuto oficial e carecer de «uso literário generalizado»)[19].

Onze anos depois, o autor de *Chiquinho* propõe-se demonstrar como o *dialeto* de Cabo Verde parece ajudar à tese da «"unidade de sentimento e de cultura"»[20] que, segundo Gilberto Freyre, a mestiçagem, parceira da «mobilidade» do metropolitano e da «história social e económica», criou nos vários territórios afetados pela colonização portuguesa. Para tal, irá proceder à nobilitação do crioulo através de duas estratégias complementares: a filiação deste «dialeto» na língua portuguesa e a contestação das importações africanas nele supostamente sobreviventes. Não apenas o léxico, afirma Baltasar Lopes, mas também a sintaxe, a morfologia e a fonética do crioulo estão mais próximos do português reinol do que vulgarmente se julga. No já referido *Capitão de Mar e Terra*, de Teixeira de Sousa, é o professor Herberto Ramos, duplo ficcional de Baltasar Lopes, que defende esta tese: à parte «a sobrevivência de raríssimos léxicos africanos – diz o professor –, o dialeto crioulo de Cabo Verde é constituído quase exclusivamente por vocábulos portugueses»[21].

Por outro lado, por força da «instrução» e da «democracia social» do Arquipélago, assiste-se naquele tempo à aristocratização do crioulo, que absorve marcas do português numa espécie de bilinguismo permitido pela «flexibilidade psicológica característica da cultura mestiça»[22]. Esta perceção será depois corrigida por linguistas como Dulce Almada Duarte, que chama *descrioulização* ao processo de inclusão de elementos do português na língua cabo-verdiana. Ao longo da história desta língua, acrescenta Dulce Almada, diferentes períodos de *descrioulização* foram alternando com fases opostas de emancipação linguística; para atenuar a dissolução do cabo-verdiano no português, a língua de prestígio que a escolarização generalizou, esta estudiosa defendeu a oficialização da língua cabo-verdiana e seus consequentes «uso e aprendizagem generalizados no ensino oficial»[23].

Além daquela asserção de Baltasar Lopes sobre as propriedades noológicas do *homem crioulo*, convém reter ainda do seu ensaio a importação para o espaço ensaístico cabo-verdiano das três fases do processo aculturativo definidas por Redfield, Linton e Herkovits: a *aceitação*, a *adaptação* e a *reação*. Atribuída pelo

[19] LOPES, B., 1936, «Notas para o estudo […]», p. 10.
[20] FREYRE apud LOPES, B., 1947, «Uma experiência românica nos trópicos I», p. 15.
[21] SOUSA, 1998, *Capitão de Mar e Terra*, p. 364.
[22] LOPES, B., 1947, «Uma experiência românica nos trópicos I», p. 16.
[23] DUARTE, 1998, *Bilinguismo ou Diglossia?*, p. 133.

claridoso a Artur Ramos, usada também por Gabriel Mariano e por Teixeira de Sousa, esta terminologia fora estabelecida no *Memorandum for Study of Acculturation*, de 1936, da responsabilidade dos três autores referidos[24]. Ora, destas três etapas, a reação estaria reservada a raros «movimentos contra-aculturativos», com exemplo numa *finason* reproduzida em 1948 no n.º 6 de *Claridade* (e que epigrafa *Ilhéu de Contenda*, o romance de Teixeira de Sousa centrado nos efeitos da ascensão social, pelos meados do século XX, dos mulatos e *merkanus* da ilha do Fogo). Já a *adaptação* caracterizaria os tipicismos africanos de Santiago, uma ilha ainda aquém do último e desejável estado de *aceitação* da cultura europeia verificada no Barlavento e, eventualmente, no Fogo e na Brava.

Na segunda parte deste estudo, publicada no n.º 5 de *Claridade*, ainda de 1947, o crioulista de São Nicolau denega, explicitamente, a existência de «povos inferiores», transpondo as diferenças existentes para os planos cultural e civilizacional. Se esta disposição culturalista, próxima de certo relativismo não-racialista, não apaga ainda a evidente sedução de Baltasar Lopes pelo «influxo do português padrão sobre o dialeto de Cabo Verde»[25], esse influxo será explicado numa série de asserções de carácter sociocultural que nos deslocam já para a capital teorização subsequente de Gabriel Mariano. Baltasar Lopes constata, primeiramente, o protagonismo do mestiço na sociedade cabo-verdiana; aponta depois a existência de uma «democracia social» nas ilhas, percetível na «mobilidade vertical» que permitem a *comunhão* e a *contemporização* crioulas; finalmente, elogia a fusão do significado de *branco* e de *rico*, anulando a dimensão epidérmica deste designativo – uma identificação mais tarde criticada por David Hopffer Almada, por trazer «subjacente uma forte carga ideológica de natureza racial»[26].

Da leitura dos restantes textos etnográficos de *Claridade* resulta a perceção do abandono progressivo daqueles enunciados luso-tropicalistas que melhor iam servindo a legitimação (sobretudo internacional) do colonialismo português. Com importância no âmbito dos discursos da crioulização, foram publicados textos de Teixeira de Sousa (1947 e 1958), de Félix Monteiro (1948, 1949, 1958 e 1969) e de Pedro de Sousa Lobo (1960). Este último, um intelectual cabo-verdiano na altura residente em Lisboa, redige um panegírico da obra de Gilberto Freyre e da colonização portuguesa; neste sentido, Pedro Sousa Lobo cumpre o papel oficioso que um mais

[24] Cf. ALMEIDA, 2004, *Outros Destinos*, p. 278.
[25] LOPES, B., 1947, «Uma experiência românica nos trópicos II», p. 9.
[26] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 80.

prolixo e documentado Mário António Fernandes de Oliveira ia cumprindo para o caso de Angola.

Mas os ensaios publicados na revista *Claridade* passam a descrever, sobretudo, as estruturas sociais ou as práticas culturais estabelecidas e atuantes no Arquipélago. Teixeira de Sousa expõe a segregação racial instituída na sua ilha até ao momento em que a divisão do latifúndio, por um lado, e a queda do valor comercial dos produtos ali criados, por outro, conduziram à «democratização económica» e consequente «aplanamento social» da população foguense[27]. Félix Monteiro, teoricamente muito próximo de Artur Ramos – o que implica uma visão menos relativista das culturas africanas, – defende o estudo do folclore contra o desinteresse e as censuras oficiais e burocráticos. Assim, em 1949, explica a tabanca de Santiago recorrendo ao James G. Frezen de *The Golden Bouth*, ao Freud de *Totem und Tabu* e sobretudo ao Artur Ramos de *O Negro Brasileiro* e de *As Culturas Negras no Novo Mundo*, extraindo deste a noção de *sincretismo*; como adota do mesmo antropólogo brasileiro, em 1958, e a propósito das «Bandeiras da ilha do Fogo», as três etapas da *aculturação* acima referidas. Monteiro secunda ainda certo luso-tropicalismo oficioso quando refere a suposta «capacidade de tolerância e humana compreensão da grei lusitana para com os povos atrasados com os quais contactou»; e reitera a *diluição da África* na rasura das classificações africanizantes do Arquipélago, garantindo que a «camada sedimentar» negra das festas de Bandeira mais não seria do que «a petrificação de insignificantes resíduos de culturas ultrapassadas»[28].

3. Os Ensaios de Gabriel Mariano

Num importante ensaio sobre «A poética cabo-verdiana pós-*Claridade*», José Luís Hopffer C. Almada contesta a «mística claridosa luso-tropicalista sobre "a harmonia racial" no Cabo Verde colonial»; tal fraseamento, explica Almada, foi responsável pela afirmação do mulato «como arquétipo racial e social do cabo-verdiano» e pela consequente marginalização do negro[29]. Embora procurem amiúde colocar o negro a par do mestiço, os ensaios «Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou» e «A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana», ambos de Gabriel Mariano, terão contribuído decisivamente para esta sobreposição das

[27] SOUSA, 1958, «Lojas, sobrados e funcos […]», p. 3.
[28] MONTEIRO, 1958, «Bandeiras da Ilha do Fogo […]», pp. 20-21.
[29] ALMADA, 1998, «A poética cabo-verdiana […]», p. 145.

categorias raciais e socioculturais. O primeiro deles assume, desde a forma do título, o exercício interpretativo fundamental em Mariano: foi o *mulato* – e não o colonizador português ou o negro – quem manifestou a *plasticidade* necessária para a formação de uma cultura nova no Arquipélago (uma atribuição já sugerida, como vimos, nas segundas «Tomadas de vista» de Manuel Lopes, de 1937). Trata-se, portanto, de uma reinterpretação do luso-tropicalismo freyriano que corrói a lógica essencialista de alguma ideologia colonial portuguesa, mas que acaba por gerar um sósia do *carácter lusitano*: «a capacidade de assimilação do exótico e de criação de formas novas de cultura que se aponta como faceta dominante da experiência africana do português parece ter-se transferido, em Cabo Verde, para o mulato, para o mestiço»[30].

Este e outros temas serão retomados e desenvolvidos em «A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana», ensaio publicado no número único do «Suplemento Cultural» do *Boletim de Cabo Verde*, de 1958. Alberto Carvalho assinala que o negro de Gabriel Mariano desempenha um papel ativo no processo histórico da formação de Cabo Verde[31]. Nas palavras do cabo-verdiano, foi ele que respondeu «às necessidades profundas da acomodação cultural e ecológica do homem português às novas regiões tropicais»; no entanto, o mesmo negro parece tornar-se um elemento dispensável – ou mesmo contraproducente – a partir do momento em que se verifica o *triunfo do mestiço*, já que «só a mestiçagem, melhor: só a miscigenação viria conferir aos grupos levados para Cabo Verde os meios de fixação e de sobrevivência e os imprescindíveis instrumentos de compreensão mútua»[32]. Ainda que procure separar as noções de cor – relativa à *mestiçagem* – e cultura – relativa à *miscigenação* –, outros momentos deste ensaio de Mariano revelam ainda algum psicologismo étnico muito próximo do culturalismo freyriano. Comprovam-no, por exemplo, as referências ao «feitio garanhão do português»; bem como as manifestações «de brandura, de amaciamento, de lirismo, de musicalidade» da mulher negra, com paralelo na «espiritualidade» e na «capacidade de amar o próximo como a nós próprios» apontadas ao negro; ou ainda a caracterização do mestiço ou cabo-verdiano – a problemática sugestão de sinonímia é de Gabriel Mariano – como homem «a um tempo rotineiro e dinâmico»[33], dicotomia que voltaremos a encontrar nos seus ensaios sobre a poética da *Claridade*.

[30] MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 53.
[31] Cf. CARVALHO, 1991, «Prefácio», p. 14.
[32] MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 70.
[33] MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 76.

Os deslizes essencialistas de Gabriel Mariano são frequentes e incluem a ideia de que as capacidades de «amaciamento lírico» da negra têm expressão nas alterações fonéticas que introduz na língua portuguesa. Aliás, o humor involuntário de David Hopffer Almada há de atribuir a poligamia cabo-verdiana ao mesmo predicado da mulher negra[34]. Mas encontramos também em Gabriel Mariano interpretações de orientação vincadamente materialista. Quando, por exemplo, procura atribuir a democracia racial cabo-verdiana a fatores económicos, o autor de «Capitão Ambrósio» recusa os mitos da «plasticidade intrínseca do português» e da «bondade natural do negro»[35]. Analisando esta hipótese do ponto de vista da antropologia política, Gabriel Fernandes afirma discordar de Gabriel Mariano «quando [este] alega razões económicas como estando na origem desse processo»; as transformações económicas, escreve Gabriel Fernandes, «criaram os brancos da terra, enquanto as veleidades político-culturais de um grupo bem identificado criaram os mestiços»; os mestiços, nesta perspetiva, «só começaram a despontar com a requisição de agentes para a mediação» administrativa dos territórios coloniais[36].

Ecoando o João Lopes do primeiro «Apontamento» claridoso, o são-nicolaense refere-se também às condicionantes agrícolas do Arquipélago crioulo: a falta de recursos, a pobreza dos solos, a pequenez das ilhas e a escassez de chuvas impediram o estabelecimento de regimes de plantação idênticos aos de outras regiões da África ou do Brasil. O esboroamento do regime latifundiário implica, entretanto, o enfraquecimento da coerção metropolitana, apontado também por David Hopffer Almada. Mas se a economia e o regime de plantação justificam em João Lopes a separação cultural de Cabo Verde em dois grandes blocos, Mariano empenha-se em rasurar a oposição Barlavento *versus* Sotavento, dirigindo a sua atenção para a *unidade na diversidade* que compõe o Arquipélago. Enumerando fenómenos culturais comuns (como a língua crioula) ou específicos de cada ilha (como as variantes da mesma língua), conclui que ao mestiço se deve ainda a «fisionomia unitária e homogénea da sociedade caboverdiana»[37].

Tal unidade tem expressão eloquente na língua cabo-verdiana, considerada por Gabriel Mariano o «fator mais eloquente e mais decisivo da nossa especialização cultural»; aliás, se há «vocábulos e expressões da língua portuguesa [que] se veem subitamente empossados de sentidos insuspeitados, numa espectacular acrobacia

[34] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 49.
[35] MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 53.
[36] Cf. FERNANDES, 2002, *A Diluição da África*, pp. 88-89.
[37] MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 74.

metafórica», isso deve-se à «capacidade de contaminar, de assimilar e de transmitir elementos novos» que caracteriza os povos mestiços[38]. A aplicação do «modelo etnolinguístico na formação das identidades nacionais»[39], na expressão de Miguel Vale de Almeida, encontra aqui uma exemplar sobreposição das matérias linguística e identitária.

A ideia de uma sociedade unitária conduz-nos ao último ponto importante deste ensaio, relativo ao contexto político e nacionalista da sua enunciação. Como afirma Alberto Carvalho, o texto de Mariano assenta numa «estratégia discursiva [que] consiste na ostentação manifesta da substância humano-social cabo-verdiana»[40]. É precisamente esta necessidade de exibir uma nação cultural que melhor explicará as oscilações aporéticas entre a vindicação do dinamismo crioulizante fundador e a tentativa coeva de fixação cultural. Neste caso, aliás, a sedimentação dos diversos *apports* ter-se-ia dado «muito cedo», possibilitando desde então o aparecimento «daquele misterioso sentido de uma personalidade coletiva sem o qual nenhum povo poderá resistir e sobreviver a impactos exteriores»[41]. A *fixação estratégica* da identidade crioula, conforme diriam Gayatri C. Spivak ou Kwasi Wiredu, constitui, em Gabriel Mariano, um processo fulcral de legitimação da futura nação. Por isso, só depois de esta se consolidar é que emergem os discursos que valorizam a já referida «capacidade de contaminar, de assimilar e de transmitir elementos novos»[42], conforme podemos averiguar nas teorizações mais recentes de Manuel Veiga, Dulce Almada Duarte ou J. L. Hopffer C. Almada.

4. Cabo Verde Visto por Baltasar Lopes

Na Primavera de 1956, a poucos meses da fundação informal do PAIGC, Baltasar Lopes da Silva lia aos microfones da Rádio Barlavento, no Mindelo, um conjunto de «notas de comentário aos capítulos [de *Aventura e Rotina* e de *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*] que Gilberto Freyre consagrou à sua breve estadia em Cabo Verde»[43]. David Hopffer Almada afirmou a propósito destas palestras que nelas «utilizavam-se

38 MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, pp. 69-70.
39 ALMEIDA, 2004, *Outros Destinos*, p. 275
40 Cf. CARVALHO, 1991, «Prefácio», p. 20.
41 MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 67.
42 MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 70.
43 LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 45.

os conceitos gilbertianos para refutar Gilberto Freyre»[44]. Osvaldo Manuel Silvestre, mais enfático, reitera que ali «se lança mão de uma argumentação luso-tropicalista estreme para corrigir os (supostos) desvios e erros analíticos de Freyre no manuseamento da *sua própria teoria*» (cursivo do autor)[45]. Outra acusação aos apontamentos de Baltasar Lopes, esta com ampla repercussão nos debates contemporâneos, tem que ver com a «diluição da África» operada no discurso claridoso da mestiçagem – expressão que titulou, aliás, a exemplar *interpretação da saga identitária cabo-verdiana* realizada por Gabriel Fernandes.

O testemunho da filiação literária e científica dos primeiros claridosos nos modelos brasileiros, com que Baltasar Lopes abre as suas notas, foi já citado em variadíssimos lugares. Retenha-se dele, desta vez, o proveito científico oriundo «da antropologia cultural, da aculturação, das relações de raça e de cultura, do folclore entendido como ciência»[46] do grande país da América do Sul. O padrão culturalista de que parte Baltasar Lopes concentra-se em estudos dedicados a diferentes processos de crioulização. Aplicado ao contexto cabo-verdiano, este fenómeno irá exprimir-se, por um lado, através de um «nítido sentimento aristocratizante de sentido europeu» e que conduz à referida «diluição da África» no Arquipélago crioulo; por outro lado, a crioulização estabelece nestas ilhas um «tipo perfeito de equilíbrio de antagonismos»[47]. A primeira destas asserções, que reproduz socialmente a interpretação linguística desenvolvida por Baltasar Lopes em «Uma experiência românica nos trópicos», desvela essa cisão radical com a África que as décadas de 1950 e 1960 irão reverter criticamente. A segunda proposição evoca alguns atributos que em *Casa Grande & Senzala* se identificam com Portugal, ou seja, reitera *parcialmente* aquele «intento de dar visibilidade às particularidades "lusitanas" da cultura cabo-verdiana [através do qual] os claridosos acabaram por se converter em esteio seguro de defesa do universalismo da cultura portuguesa»[48], conforme escreveu Gabriel Fernandes. Grifei o advérbio que designa o modo como Baltasar Lopes defende o alegado universalismo lusitano porque, por um lado, este não se confunde com os «modelos que nos vêm pelos mil veículos de comunicação que a civilização tecnológica pôs ao alcance de todos» e que provocaram a *padronização urbana* que o sociólogo do Recife observara em Cabo Verde; por outro lado, tal universalismo

[44] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 84.
[45] SILVESTRE, 2002, «*A Aventura Crioula* revisitada», p. 66.
[46] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 5.
[47] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 8.
[48] FERNANDES, 2002, *A Diluição da África*, p. 80.

não impede que convivam «no Arquipélago mais ilhas sociológicas do que poderá resultar dessa exclusiva observação urbana»[49].

Estas asserções ultrapassam, afinal, a dicotomia «badio *versus* barlaventino» dos primeiros «Apontamentos» de João Lopes, aproximando-nos da noção de «multiplicidade cultural popular» proposta por José Carlos Gomes dos Anjos[50]. Ao mesmo tempo, porém, elas estabelecem novas dicotomias não menos problemáticas. A primeira denuncia o paradoxal cunho impenetrável de alguma mestiçagem claridosa; a segunda revela a disjunção das auscultações sociais de Baltasar Lopes e de Gilberto Freyre, já que este observara ilhas «africanas na cor, no aspeto e nos costumes, com salpicos, apenas, de influência europeia»[51] – precisamente, repare-se, naquela *epiderme urbana* que o cabo-verdiano considera padronizada pelos modelos ocidentais.

Este juízo de Baltasar Lopes significa também que a cultura cabo-verdiana possui elementos caracterizadores que, se não apartam, a distinguem, pelo menos, da cultura portuguesa. Aliás, quando o ensaísta afirma que «o *processus* da formação social de Cabo Verde […] se caracteriza pela fase mais avançada a que pode chegar o contacto das culturas europeias e africanas»[52], está ainda sugerindo que não se observa a ocupação hegemónica de qualquer delas, mas que estamos perante um fenómeno cultural original. Além disso, para o filólogo claridoso, a *diluição de África* «outra coisa não é senão um dos aspetos de esfacelamento de culturas não europeias, de que se ocupam os especialistas do fenómeno da aculturação[53]»; ou seja, ela não resulta necessariamente de qualquer ação colonial especificamente portuguesa, conforme predica certo luso-tropicalismo imputado ao são-nicolaense, mas de «um trabalho lento, veterano de cinco séculos, auxiliado por *circunstâncias específicas*»[54] que o fundador de *Claridade* não esclarece (neste momento).

Seguidamente, Baltasar Lopes propõe-se inventariar «os elementos de caracterização regional» observáveis em Cabo Verde e em particular, como vimos, nas zonas rurais menos «contaminadas»: são eles «o folclore novelístico; o folclore dos provérbios e das adivinhas; os jogos infantis; a música popular e a sua instrumentação; as festas populares […]; e, a dominar tudo, o facto importantíssimo de que o arquipélago dispõe de um instrumento de comunicação, o crioulo», língua que representa

[49] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, pp. 8 e 10.
[50] ANJOS, 1997, «Representações sobre a nação […]», p. 25.
[51] FREYRE, [1953], *Aventura e Rotina*, p. 240.
[52] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 13.
[53] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 15.
[54] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 17.

«uma realidade viva destas ilhas e até já permite uma literatura regional»[55]. Releve-se deste inventário a subsistência do interesse pelo folclore e a etnografia locais, ou seja, pelas disciplinas capazes, nas palavras de José Guilherme Merquior, de «acentuar a *particularidade* de cada cultura nacional»[56]; a este propósito, Osvaldo Silvestre convoca (por um lado) a comum instrumentalização do saber etnográfico pelos poderes coloniais e (por outro) a junção problemática dos conceitos de nacionalidade e cultura, exponenciada em Cabo Verde por (se) tratar de uma «nação diaspórica»[57].

Mas assinalem-se ainda os dados sociolinguísticos destacados por Baltasar Lopes da Silva, em resposta ao repúdio que Gilberto Freyre manifestara pelo «estranho dialeto». Oscilando entre a anotação emotiva e impressionista e o registo científico do linguista que também foi, Baltasar Lopes dirá (como exemplo do primeiro tipo de afirmações) que o crioulo representa «um dos traços mais definitivos da cultura cabo-verdiana»; logo, «quem tentasse a erradicação do crioulo, mutilaria irremediavelmente a alma do homem cabo-verdiano»[58]. As constatações de natureza linguística, por sua vez, dizem respeito quer ao «papel funcional [do crioulo] em relação à população que serve», detetado por Baltasar Lopes a partir da argumentação pragmatista de Rémy de Gourmont, quer à alegada «coexistência verdadeiramente pacífica do português normal com o crioulo», que permite concluir: «Rigorosamente, somos todos bilingues»[59]. O crioulista claridoso recupera, neste ponto, a tese de 1947 relativa à aristocratização fonética e lexical da língua cabo-verdiana, movida por certa aproximação ao português. Contudo, além de abandonar o anterior argumento psicologista que atribuía a porosidade do crioulo à flexibilidade psicológica do mestiço, o são-nicolaense ressalva que este *dialeto*, «em contacto quotidiano com a língua mãe, não se dissolve nela. Pelo contrário, mantém intacta a sua personalidade»[60], especialmente pela manutenção da sua estrutura morfológica. Registe-se, enfim, uma observação que há de repercutir-se na esfera da teorização literária (e.g., de Corsino Fortes): certo reduto emocional do homem crioulo – mesmo nos falantes «cultos e *ilustrados*» – só pode ser veiculado pela língua cabo-verdiana; ressuma destas apreciações, portanto, uma hierarquização entre a língua *mãe*, ilustrada e racional, e a língua *filha*, pragmática e emotiva; por outro lado, reitera-

[55] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 26.
[56] Apud SILVESTRE, 2002, «*A Aventura Crioula* revisitada», p. 77.
[57] SILVESTRE, 2002, «*A Aventura Crioula* revisitada», p. 78.
[58] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 30.
[59] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 33.
[60] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 33.

-se uma simpatia pela «aristocratização» do crioulo que os atuais estudos sobre a diglossia cabo-verdiana recusam liminarmente.

Finalmente, deve registar-se o conflito – cuja emergência desassossega Baltasar Lopes – entre os valores regionais e certa estandardização cultural decorrente das tecnologias modernas. Constatando que os cabo-verdianos guardam «uma reserva ou uma lembrança de valores simples de vida»[61], o autor de *Chiquinho* considera que a modernização tecnológica tem desumanizado as culturas ocidentais ou ocidentalizadas. Seria esse um dos motivos, aliás, por que Gilberto Freyre, arranhando apenas o litoral urbano, não pudera detetar os valores do lastro «mais castiço» (ou «menos contaminado») das ilhas crioulas. Sobre os novos hibridismos culturais, o ensaísta claridoso afirma que eles representam uma escolha identitária universal, já que «somos todos homens da encruzilhada»; e embora não seja «facilmente que o homem larga uma pele para vestir outra», certo é que as «atitudes híbridas» emergiam paulatina e incontornavelmente. Mas Baltasar Lopes sublinha que «este hibridismo de conduta [não] tem o valor daquilo a que os clássicos davam o nome de contemporização, pois que conserva rígidas as arestas dos problemas em conflito»[62]; tratava-se agora de um fenómeno diferente dessa «força de comunhão e de contemporização» que permitira a histórica «mobilidade vertical» da sociedade cabo-verdiana[63]. Ou seja, não estaríamos perante uma reprodução atualizada do harmonioso processo de crioulização que conduzira à fixação dos valores cabo--verdianos, mas frente a uma estandardização que ameaçava esboroar precisamente esses valores.

5. As Conferências de David Hopffer Almada

Fruto do empenho da Fundação Joaquim Nabuco, uma entidade vinculada ao Ministério da Educação do Brasil e idealizada por Gilberto Freyre em 1947, realizaram-se no Recife, em 1989, as II Jornadas de Tropicologia, nesse ano dedicadas ao tema Cabo-Verdianidade e Tropicologia. A circunstância permitiu que David Hopffer Almada, o conferencista convidado, apresentasse um novo exercício antropológico sobre a identidade cultural de Cabo Verde, com a vantagem, neste

[61] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 45.
[62] LOPES, B., 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, p. 47.
[63] LOPES, B., 1947, «Uma experiência românica nos trópicos II», p. 9.

caso, de o contexto enunciativo exigir uma revisão crítica das conflituosas relações entre o luso-tropicalismo e a teoria da crioulização cabo-verdiana. Sobre este problema, com que termina o ciclo de debates, devemos distinguir as duas esferas principais da argumentação de Almada. No plano epistemológico, o ensaísta recorda que a lusotropicologia de Gilberto Freyre foi apropriada como «paradigma para o conhecimento "científico" da realidade cabo-verdiana», já que «os conceitos de luso--tropicalismo e cabo-verdianidade apresentam confluências e alguns elementos comuns», como é o caso da «integração étnica»[64]. Já no âmbito político-cultural, torna-se evidente que Almada receia, por um lado, a diluição da especificidade da cultura das ilhas no largo atlântico mestiço, ao afirmar que os cabo-verdianos começaram, desde cedo, a distanciar-se dos demais ocupantes do «espaço luso»; por outro lado, a derrogação do luso-tropicalismo mais ideologizado previne que «não devemos confundir e, nem sequer, confrontar a cabo-verdianidade com o tropicalismo»[65].

É bem elucidativo o percurso sugerido pelos títulos das quatro conferências: «Origens da sociedade cabo-verdiana», «O elemento negro-africano na sociedade cabo-verdiana», «A identidade cultural cabo-verdiana» e «Cabo-verdianidade e luso-tropicalismo». Apesar do culturalismo luso-tropicalista que remanesce, por exemplo, na referência ao «carácter compósito» que caracterizaria o «*ethos* cultural português»[66], o capítulo de Almada sobre «As origens da sociedade cabo-verdiana» assenta numa visão materialista do percurso histórico das ilhas. Nesta ótica, as condições que despertam o fenómeno da miscigenação são sempre perspetivadas tendo em consideração «o domínio das relações sociais, de trabalho, de produção, enfim, de poder»[67]. Percebida nestes condicionalismos, a sociedade colonial cabo-verdiana afasta-se da «democracia étnica, cultural e social» de que falava Gabriel Mariano[68], revelando antes uma estratificação social que, apesar de permitir a «mobilidade de alguns mestiços/negros», não impediu, contudo, que «a integração étnico-social fosse fonte de conflitos»[69], tanto no âmbito da escravatura como, após a sua abolição, no campo das relações de trabalho.

---

[64] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, pp. 78-81.
[65] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 86.
[66] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 29.
[67] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 36.
[68] MARIANO, 1991, *Cultura Caboverdeana*, p. 79.
[69] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 32.

Além do suplemento marxista trazido à interpretação da história das ilhas, Almada introduz outra importante rutura na bipolarização habitual das fontes da cultura do seu país, quando afirma que em Cabo Verde houve «uma dupla miscigenação etnocultural: uma envolvendo europeus e africanos, outra envolvendo as várias etnias negro-africanas que concorreram para a constituição da população cabo-verdiana»[70]. Esta constatação reproduz-se, pouco depois, na crítica à homogeneização que oblitera a realidade «diversificada e complexa» da África Negra com que abre a conferência sobre «O elemento negro-africano na sociedade cabo-verdiana». Neste capítulo, Almada recupera a enumeração das etnias africanas apresentada por António Carreira, seguindo-se o rol de objetos, técnicas agrícolas ou manifestações do «inconsciente coletivo» de reminiscência negro-africana (visíveis sobretudo no âmbito da religiosidade). Mais do que este tipo de registos de sabor arquivístico, interessa registar os fatores que, segundo Almada, terão obstado à resistência cultural africana: a «violência, física e simbólica», implicada na perda do «meio sócio-ecológico e cultural» de origem; a *coisificação* operada pela escravatura; a perda da memória coletiva por rarefação de elementos da mesma tribo; a ação do «assimilacionismo sociobiológico»; e as proibições governamentais de atividades religioso-culturais de raiz negro-africana[71]. Estamos longe, portanto, de qualquer contemporização com esse *modo português de estar no mundo* que adoçava todos os seus processos de transculturação.

As referências aos processos de mudança cultural das comunidades africanas escravizadas merecem, entretanto, duas breves anotações. António Carreira enfatizou as «táticas seguidas pelos dominadores durante o tráfico negreiro» que promoviam «a separação sistemática dos escravos trazidos de África»: a segregação linguística e cultural obrigava «à aprendizagem de outra forma de comunicação verbal» e de novos «processos de trabalho», além de defender «o grupo dominante contra concertadas insurreições dos escravos»[72]. Quanto à ideia de assimilação cultural, Alberto Carvalho considera que «colocar sob a etiqueta de "alienação cultural"» o endereço mais ou menos voluntário do negro «em direção à cultura do outro» despreza a sua «condição de ser de cultura», já que no momento do povoamento das ilhas «tudo se encontrava por fazer» – e por isso «a saída de si era um imperativo categórico do novo espaço dirigido a cada grupo»[73].

[70] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 33.
[71] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, pp. 46-49.
[72] CARREIRA, 1983, *O Crioulo de Cabo Verde*, p. 84.
[73] CARVALHO, 1988, *A Ficção de Baltasar Lopes*, pp. 34 e 37.

Na conferência sobre «A identidade cultural cabo-verdiana», David Hopffer Almada começa por estabelecer dois planos da individuação do seu objeto de estudo: o da «memória ou representação coletiva» e o do «pensado, ou seja, a nível do cognoscitivo». Não havendo especialistas nas ilhas, são os literatos cabo-verdianos que realizam os ensaios socioantropológicos que procuram «decifrar o complexo, conceitual e empiricamente, carácter cabo-verdiano»[74]. Neste contexto, o Brasil há de cumprir três funções solidárias: na primeira, de carácter epistemológico, empresta a Cabo Verde os instrumentos teóricos e metodológicos das ciências sociais; na segunda, de cunho identitário e imagológico, exibe-se «como um ideal-tipo, ou, se quisermos, um arquétipo»; na terceira função, que enfatiza a dimensão histórica e política da anterior, ilustra a necessidade de afirmar «a identidade nacional e cultural cabo-verdiana, com uma *Weltanschauung* própria e um *ethos* cultural que seria a síntese dinâmica de confrontos culturais distintos»[75].

Como em outros lugares, nas suas ilhas também se constata uma «tentativa de construção desse objeto – Cabo Verde enquanto realidade própria – recorrendo-se à alteridade»[76], particularmente em relação à cultura portuguesa. O ensaísta salvaguarda qualquer deriva pós-moderna que pretendesse atribuir a Cabo Verde a condição de comunidade imaginada, garantindo que «a identidade nacional cabo-verdiana […] só passou a ser objeto de conhecimento científico por ser uma realidade histórica»[77]. A distinção sugerida entre comunidades imaginadas e comunidades históricas, de alcance meramente funcional, teria o seu exemplo mais eloquente no estatuto da língua cabo-verdiana, cuja dinâmica se opõe às recuperações arqueológicas oitocentistas de algumas «línguas de imprensa nacionais», conforme demonstrou Benedict Anderson[78].

Entretanto, a propósito do recurso à *alteridade* como estratégia identitária, David Hopffer Almada acabaria por exprimir uma crítica extemporânea à dicotomia entre o *nós* da sociologia e o *eles* da antropologia; por estes anos, a mais corrente *Introdução à Antropologia* afirmava que «o antropólogo já não se vira preferentemente para o *outro*, procura estudar-se a si próprio, a sua própria cultura»[79].

---

[74] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 61.
[75] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 63.
[76] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 61.
[77] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 63.
[78] ANDERSON, 2005, *Comunidades Imaginadas* […], pp. 103-118.
[79] LIMA *et al*., 1991, *Introdução à Antropologia*, p. 33.

Não abundam, na conferência de David Hopffer Almada, enunciados úteis para uma perspetiva crioulizante da cultura cabo-verdiana; não obstante, eles serão percetíveis em quatro formulações distintas. A primeira, enfatizando embora a unidade da cultura insular, recorda que as «diferenciações sociais, económicas e políticas estão presentes em toda e qualquer formação social»; a segunda declara que essa cultura se formou a partir de vetores preservados «não como sobrevivências, mas como reelaborações de traços culturais originários de grupos étnicos que outrora aportaram às ilhas»; a terceira assevera que «todas essas expressões do *ethos* cultural cabo-verdiano surgiram numa situação colonial, portanto, de resistência cultural»; a quarta, finalmente, afirma que a língua cabo-verdiana irrompeu «para constituir-se no ideal-tipo weberiano de mestiçagem»[80]. Caucionando, portanto, a confluência epistemológica das crioulizações linguística e cultural referidas no início deste excurso, a língua cabo-verdiana apresenta-se ainda como modelo estilizado que isola os traços mais significativos da mestiçagem e que funciona como instrumento que torna inteligível o processo global de crioulização.

Produzidas após treze anos de independência nacional, criticamente distantes dos primeiros literatos que pensaram a identidade cultural cabo-verdiana, as conferências de David Hopffer Almada não resolvem, contudo, a antinomia entre a defesa de uma cultura nacional e a constatação do diálogo permanente com as expressões que lhe são fronteiras. Antes reiteram essa oposição em dois momentos da sua argumentação. Almada acusa primeiramente Gabriel Mariano e Manuel Ferreira de radicalismo quando afastam Cabo Verde da África e da Europa, desenhando um contexto em que «a especificidade cabo-verdiana é assumida *in extremis*, isolando e transformando o Arquipélago num *gueto*»[81]; todavia, no final do seu ensaio, repete-se a conceção do carácter irredutível da cultura cabo-verdiana, quando considera que a emigração – considerada o maior desafio à cabo-verdianidade – não tem logrado afetá-la. A diáspora cabo-verdiana, afirma Almada, «consegue manter vínculos próximos com o torrão natal, continuando, geração após geração, a manter a identidade cultural dos ancestrais»; tal acontece sobretudo nos EUA, onde melhor se manifesta a «capacidade de resistir à integração e à cultura dos países de imigração»[82].

Já no dealbar do presente século, afirmava Miguel Vale de Almeida que «aquilo que verdadeiramente poderia produzir em Cabo Verde um processo de crioulização cosmopolita seria a emigração com pluri-destinos que ali se dá e que tão estruturante

[80] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, pp. 64-67.
[81] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 61.
[82] ALMADA, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, p. 68.

é da própria sociedade e economia»[83]. Ora os trânsitos e aporias próprios das descrições culturais e identitárias, sublinhados em Cabo Verde pelas dinâmicas da crioulização, só serão ultrapassados pelas revisões cosmopolitas da antropologia social de José Carlos Gomes dos Anjos ou da sociologia política de Gabriel Fernandes. A eles se têm dedicado, muito justamente, os legatários hodiernos dos pioneiros da revista *Claridade*.

Bibliografia

ALMADA, David Hopffer, 1992, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, Recife, Editora Massangana.

ALMADA, José Luís Hopffer C., 1998, «A poética cabo-verdiana pós-*Claridade*. Alguns traços essenciais da sua arquitetura», in VEIGA, Manuel (coord.), *Cabo Verde. Insularidade e Literatura*, Paris, Karthala, pp. 137-65.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 2004, *Outros Destinos. Ensaios de Antropologia e Cidadania*, Porto, Campo das Letras.

ANDERSON, Benedict, 2005, *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, trad. Catarina Mira, Lisboa, Edições 70.

ANJOS, José Carlos Gomes dos, 1997, «Representações sobre a nação cabo-verdiana. Definição mestiça da identidade nacional como ideologia do clientelismo em contexto de dominação racial», in *Fragmentos*, n.º 11/15, pp. 13-25.

CARREIRA, António, 1983, *O Crioulo de Cabo Verde. Surto e Expansão*, Mem Martins, Edição do Autor.

CARVALHO, Alberto, 1988, *A Ficção de Baltasar Lopes. Contributo para a Originalidade da Literatura Cabo-Verdiana*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

CARVALHO, Alberto, 1991, «Prefácio», in MARIANO, Gabriel, *Cultura Caboverdeana. Ensaios*, Lisboa, Vega, pp. 7-36.

DUARTE, Dulce Almada, 1998, *Bilinguismo ou Diglossia?*, Praia, Spleen-Edições.

FERNANDES, Gabriel, 2002, *A Diluição da África. Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-Verdiana no Panorama Político (Pós)Colonial*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.

[83] ALMEIDA, 2004, *Outros Destinos*, p. 205.

FERREIRA, Manuel, 1986, «O fulgor e a esperança de uma nova idade», in *Claridade. Revista de Artes e Letras*, ed. fac-similada, Linda-a-Velha, ALAC, África, Literatura, Arte e Cultura, pp. XIX-XCVII.

FREYRE, Gilberto, [1953], *Aventura e Rotina*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.

LIMA, Mesquitela, MARTINEZ, Benito & FILHO, João Lopes, 1991, *Introdução à Antropologia*, 9.ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

LOPES, Baltasar, 1936, «Notas para o estudo da linguagem das ilhas», in *Claridade*, n.º 2, pp. 5 e 10.

LOPES, Baltasar, 1947, «Uma experiência românica nos trópicos I», in *Claridade*, n.º 4, pp. 15-22.

LOPES, Baltasar, 1947, «Uma experiência românica nos trópicos II», *Claridade*, n.º 5, pp. 1-10.

LOPES, Baltasar, 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional.

LOPES, João, 1936, «Apontamento», *Claridade*, n.º 1, p. 9.

LOPES, João, 1937, «Apontamento», *Claridade*, n.º 3, p. 6.

LOPES, Manuel, 1959, «Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana ou a literatura nos meios pequenos», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, pp. 3-22.

LOPES, Manuel, 1936, «Tomada de vista», in *Claridade*, n.º 1, pp. 5-6.

LOPES, Manuel, 1937, «Tomadas de vista», *Claridade*, n.º 3, pp. 9-10.

MARIANO, Gabriel, 1991, *Cultura Caboverdeana. Ensaios*, Lisboa, Vega.

MONTEIRO, Félix, 1949, «Tabanca (continuação)», in *Claridade*, n.º 7, pp. 19-26.

MONTEIRO, Félix, 1958, «Bandeiras da Ilha do Fogo. O senhor e o escravo divertem-se», in *Claridade*, n.º 8, pp. 9-22.

SILVA, António Leão Correia e, 1996, *Histórias de um Sahel Insular*, 2.ª ed., Praia, Spleen-Edições.

SILVESTRE, Osvaldo Manuel, 2002, «*A Aventura Crioula* revisitada. Versões do *Atlântico Negro* em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira», in BUESCU, Helena Carvalhão & SANCHES, Manuela Ribeiro (orgs.), *Literaturas e Viagens Pós-coloniais*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 63-103.

SOUSA, Teixeira de, 1958, «Lojas, sobrados e funcos. Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo», in *Claridade*, n.º 8, pp. 2-8.

SOUSA, Teixeira de, 1998, *Capitão de Mar e Terra*, Lisboa, Publicações Europa-América.

Região Autónoma
da Madeira
Governo Regional

Secretaria Regional
de Turismo, Ambiente e Cultura
Direção Regional dos
Arquivos, das Bibliotecas e do Livro